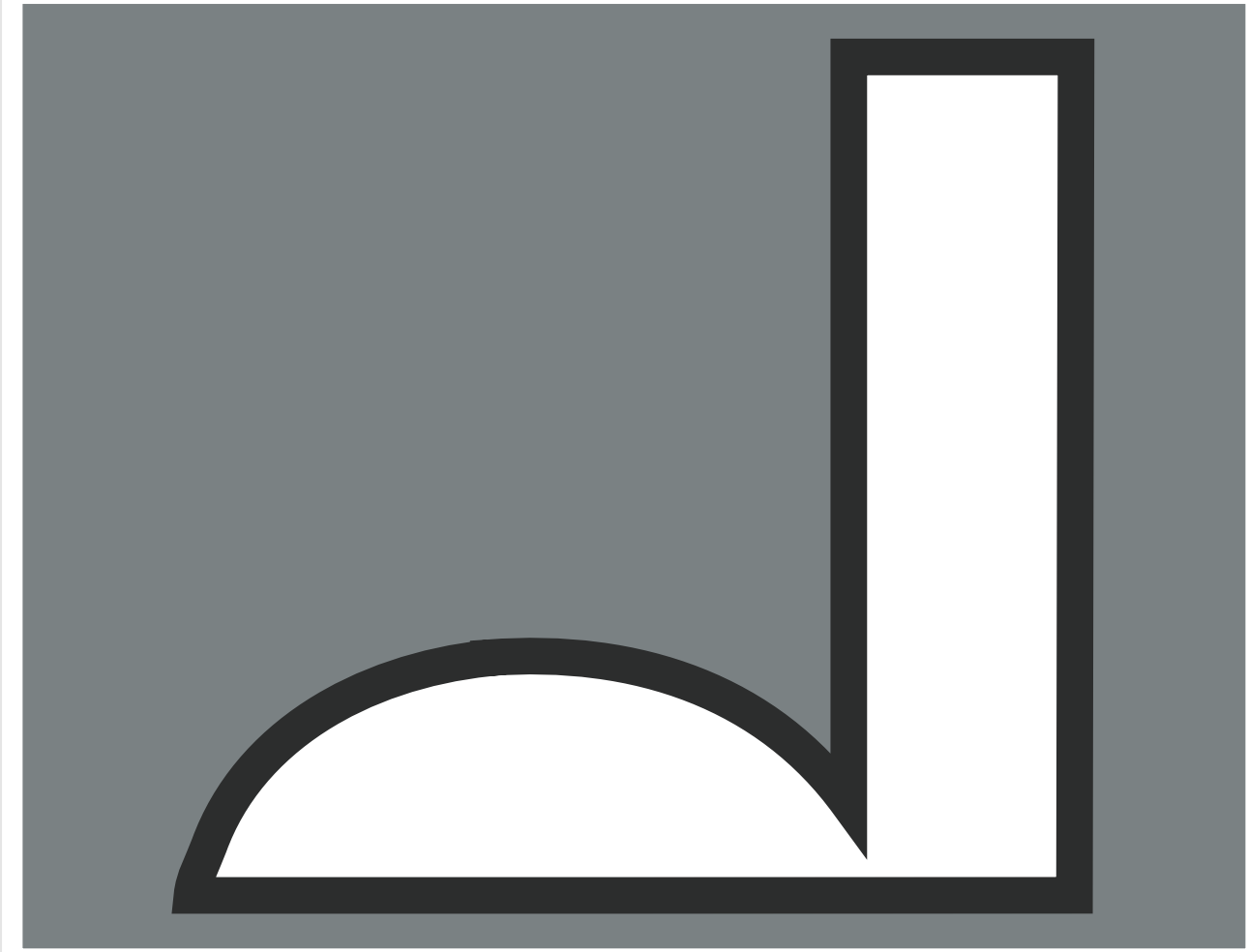
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. ”A” AO Nº 29 – SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 18** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga (38) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Walter Pinheiro - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda ..... **Líder do PT - 13** **Walter Pinheiro** (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (24) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (28) Anibal Diniz (23) **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) **Líder do PSB - 4** **Lídice da Mata** (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (37)	**Líder** **Jayme Campos - DEM** (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (33) Flexa Ribeiro (5,34) Lúcia Vânia (35) Mário Couto (32) Paulo Bauer (7,31) ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,31) Flexa Ribeiro (5,34) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)
PR - 7 **Líder** **Blairo Maggi - PR** (19)	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	**PSOL - 1** **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (18)
PSD - 2 **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	**Governo** **Líder** **Eduardo Braga - PMDB** (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata

José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES NO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00004

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00013

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00038

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012. 00065

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de março de 2012 00082

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00110

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012. 00114

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de março de 2012 00165

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00180

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00224

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012. 00229

1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2012. 00259

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2012. 00285

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2012. 00296

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2012. 00324

1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012. 00345

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2012. 00360

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1ª de março de 2012. 00373

1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2012. 00396

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012. 00414

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, Blairo Maggi e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Roberto Requião, Luiz Henrique, Ivo Cassol, José Agripino, Demóstenes Torres e João Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 1ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 5 de 2012, de 27 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011; Aviso nº 6 de 2012, de 30 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo de 2011; Aviso nº 1 de 2012, de 27 de dezembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 7 de 2012, de 8 de fevereiro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao quarto trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 56-Seses-TCU-Plenário, de 1º de fevereiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-026.069/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental "com o objetivo de avaliar a legalidade de alterações em procedimentos contábeis que provocaram impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público"; e Aviso nº 8 de 2012, de 25 de janeiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.725/2011-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 11 de 2011. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da primeira parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 3 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório pelo Senador Lindbergh Farias, usa da palavra o Sr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes para fazer sua exposição. Após a exposição do indicado, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Waldemir Moka e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Imobiliários – CVM por treze votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Em seguida, inicia-se a apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 5 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o 'Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM

III'", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Braga. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 6 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – PROAP – Etapa III'", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral ,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da primeira reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Ministério da Fazenda:

Aviso nº 5, de 2012, de 27 de janeiro de 2012**,** do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011.

Aviso nº 6, de 2012, 30 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração do Passivo realizadas pela União ao longo de 2011.

Aviso do Banco Central:

Aviso nº 1, de 2012, de 27 de dezembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Avisos do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 7 de 2012, de 8 de fevereiro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao quarto trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Aviso nº 56-Seses-TCU-Plenário, de 1º de fevereiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 026.069/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental "com o objetivo de avaliar a legalidade de alterações em procedimentos contábeis que provocaram impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei n º 4.320/64, bem como das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público".

Aviso nº 8, de 2012, de 25 de janeiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC-019.725/2011-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 11, de 2011.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Entramos, agora, na pauta...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Submeto a V. Exª e ao Plenário desta Comissão a possibilidade de inversão de pauta, para que possamos votar, em primeiro lugar, as duas operações de crédito. Os relatórios foram distribuídos, parecer

favorável, existe uma posição – acho que não polêmica sobre o assunto – e eu queria submeter a V. Exª e à apreciação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles está sugerindo que antecipemos a votação dos empréstimos, até pela importância desses empréstimos, desses financiamentos, não só lá para o Município de Manaus, no Amazonas, como também para o nosso querido Estado do Rio de Janeiro, do Município do Rio de Janeiro, capital do nosso querido Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Vamos começar pela segunda parte.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM III".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, PRS que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Lúcio Rabelo, Coordenador da Unidade de Gerenciamento dos Igarapés de Manaus; e a Srª Nacife Bácry Valoz, Secretária de Estado da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado do Amazonas.

Quero saudar aqui os representantes, o Sr. Lúcio Rabelo, Coordenador da Unidade de Gerenciamento dos Igarapés de Manaus, e a Srª Nacife Bácry Valoz, Secretária de Estado da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado do Amazonas. Quero cumprimentá-los e desejar muito sucesso ao nosso querido Estado do Amazonas, registrar o empenho do Estado para que esse financiamento fosse acelerado junto ao Governo Federal.

Conversei bastante com o Senador Eduardo Braga, que desde o primeiro momento demonstrou uma preocupação muito grande no sentido de viabilizar esses recursos. Hoje, portanto, temos a oportunidade de votar na Comissão de Assuntos Econômicos essa operação tão importante junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Bem-vindos à Comissão de Assuntos Econômicos.

Como o Senador Raupp... No item 2, o Senador Eduardo Braga também não está presente, nomeio... O Senador Raupp avisou que está vindo?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Está vindo, está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então eu vou começar pelo item 2. Ah, chegaram os dois. Os homens são ligeiros. Então, vamos começar pelo item 1.

A Senadora Vanessa Grazziotin avisa que estará presente, mas, como teve um probleminha no voo, vai se atrasar um pouco.

Senador Raupp, laborioso Senador Raupp, vamos ao item 1, de que V. Exª é o Relator.

Com a palavra o Senador Raupp sobre o projeto que trata do financiamento para o Estado do Amazonas, dos igarapés de Manaus, insistentemente trabalhados pelo Senador Eduardo Braga, aqui presente.

V. Exª tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente Delcídio do Amaral.

Estávamos eu e o Senador Eduardo Braga na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle discutindo a situação da viação civil no Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Amazonas, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM III", que visa a *contribuir para a solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais, beneficiando as populações residentes nas margens e leitos dos igarapés de Manaus, em especial na Bacia do São Raimundo.*

O programa possibilitará a reabilitação e/ou a implantação de sistemas de drenagem, de abastecimento de água potável, de coleta e disposição final do lixo e efluentes hidrossanitários. Trará, ainda, melhoria nas condições de moradia da população, por meio de ações de reordenamento urbano, de regularização fundiária, de soluções habitacionais adequadas, e de

educação sanitária, além de buscar consolidar as instituições envolvidas e a comunidade para assegurar a sustentabilidade das ações realizadas. Estima-se em 30 mil o número de pessoas beneficiadas e que hoje vivem em situação de alto risco.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA604159. Será contratado sob a modalidade de Empréstimo do Mecanismo Unimonetário, com taxa de juros baseada na Libor.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 2,66% a.a., flutuante conforme a variação da Libor, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$400 milhões, no período de 2012 a 2016, sendo que, além do empréstimo pretendido, estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$120 milhões.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Amazonas para contratar a operação de crédito externo, nos termos seguintes.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp.

A matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Valdir Raupp, primeiro quero destacar a importância do parecer e do relatório apresentado pelo nosso querido Senador Valdir Raupp, de um programa extremamente bem-sucedido que vem acontecendo na cidade de Manaus, já há sete anos, e que já beneficiou, direta e indiretamente, Sr. Presidente, nada mais, nada menos do que 150 mil pessoas e que, com essa terceira etapa, alcançará, aproximadamente, 180 mil pessoas até 2016.

E que pessoas são essas que estão sendo beneficiadas por esse empréstimo? São pessoas que viviam dentro do leito dos igarapés.

Nós todos estamos acompanhando, pela imprensa nacional, o que está acontecendo, neste momento, na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre. Sr. Presidente, aquela inundação, aquela alagação que está acontecendo em Rio Branco chegará ao Estado do Amazonas, porque, lamentavelmente, os rios da Amazônia são intercomunicantes. São vasos comunicantes entre o rio Acre, que forma a parte da cidade de Rio Branco e que acaba desaguando no rio Purus, que atende, portanto, toda a calha do rio Purus, no Estado do Amazonas. O Município de Boca do Acre já se encontra inclusive em estado de calamidade pública, como também outros sete municípios na calha do rio Juruá.

Essa pressão hidrológica toda deságua exatamente na confluência do rio Solimões com o rio Negro e com o rio Amazonas, em frente à cidade de Manaus, represando, portanto, os canais de macrodrenagem daquela cidade, que são os nossos conhecidos igarapés.

O Prosamim é exatamente esse programa, o programa que traz saneamento, política social, política ambiental, política de infraestrutura urbana e uma nova política habitacional para essas pessoas que vivem em condições subumanas.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar a importância da aprovação desse projeto e da autorização, por esta Comissão, do empréstimo para a terceira fase do Prosamim.

E gostaria também, Sr. Presidente, em nome do povo do Estado do Amazonas e em nome do Governo do Estado, de agradecer a presteza de V. Exª: Em plena sexta-feira de carnaval, pude contactar V. Exª, manifestando a importância e a urgência de colocarmos em pauta essa matéria, e V. Exª prontamente atendeu o pleito do Estado do Amazonas.

Portanto, eu quero aqui também deixar o registro do nosso agradecimento a V. Exª, conclamando os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para o voto pelo parecer do Senador Valdir Raupp, portanto, o voto pela aprovação do referido projeto e referido processo de empréstimo ao Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Este projeto é uma continuidade de todas as ações que V. Exª implementou como Governador, um governo exitoso no Estado do Amazonas. Eu fiz questão de registrar até para os representantes aqui do Governo do Estado do Amazonas o trabalho de V. Exª, o trabalho do Governador e a importância que esse projeto representa para o Município de Manaus.

A matéria ainda está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Raupp.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria regime de urgência urgentíssima pela meritocracia desse financiamento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para apoiar o pedido do nosso querido Senador Cyro, para a urgência urgentíssima no caso do projeto para plenário, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, inclusive hoje a pauta do plenário está trancada. São duas medidas provisórias, que devem ser votadas amanhã. Eu faria a sugestão de V. Exª conversar com o Presidente Sarney para colocar esses dois temas na pauta de hoje do Senado Federal, tanto o caso do Estado do Amazonas quanto do Rio de Janeiro, que vai ser votado logo depois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos verificar, Senador Lindbergh, porque, aparentemente, só autoridades podem ser votadas nessa situação, mas, de qualquer maneira – é claro –, é muito boa a sugestão. Eu vou conversar com o Presidente do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas, com certeza, amanhã vota.

Portanto, em votação a apresentação de requerimento de urgência proposto pelos Senadores Cyro Miranda e Eduardo Braga.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, aprovado o Item 1, cumprimentando, mais uma vez, o Estado do Amazonas por mais essa vitória.

Passamos para o Item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – PROAP – Etapa III".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: o relatório é favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

E, de acordo também com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; a Srª Eliane Almeida de Vilhena Totti, Assessora Chefe da Assessoria de Captação de Recursos Externos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro; e a Srª Márcia de Moraes Coutinho, Gerente de Urbanização da Secretaria Municipal de Habitação do Município do Rio de Janeiro.

Portanto, quero cumprimentá-los e também cumprimentar o Prefeito Eduardo Paes, um grande amigo e um homem que está fazendo um grande trabalho à frente da prefeitura do Rio de Janeiro. Parabenizar pelo Carnaval também, porque não foi fraco o Carnaval do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como bem disse V. Exª, Presidente, eu tenho a satisfação de poder relatar – e relatar favoravelmente – a terceira etapa do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – Proap, no Município do Rio de Janeiro, tão bem administrado, como destacado por V. Exª, pelo companheiro Prefeito Eduardo Paes. E cumprimentar a cidade do Rio de Janeiro também pelo belíssimo Carnaval, realizado na semana passada, com grande êxito e com grandes resultados não só para a cultura popular brasileira, mas também para a economia do Município do Rio de Janeiro e para a percepção internacional sobre o Brasil.

O relatório, Sr. Presidente.

A Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 6, de 2012, submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município do Rio de Janeiro, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos desse empréstimo destinam-se ao financiamento do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares, Proap – Etapa III, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das famílias residentes

nos assentamentos informais do Rio de Janeiro, dando-se continuidade a duas etapas anteriores.

O programa possui quatro componentes: primeiro, as intervenções urbanas integrais em favelas e em assentamento de famílias; segundo, a implementação e a aquisição de equipamento básico para programas sociais; terceiro, o controle da ocupação do solo, visando a prevenir a ocupação ilegal; quarto, o desenvolvimento institucional por meio de financiamento de atividades de monitoramento e avaliação, capacitação e comunicação social.

Entre os documentos encaminhados ao Senado Federal constam os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1.729, de 2011 – COPEM/Secretaria do Tesouro Nacional, de 19 de dezembro de 2011, e nº 1.573, de 2011 – COPEM/Secretaria do Tesouro Nacional, de 30 de novembro de 2011, bem como o da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF nº 2.465, de 21 de dezembro de 2011, que examinam as informações referentes ao pleito e que concluem favoravelmente à sua aprovação, desde que cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso e formalizado o contrato de contragarantias, além da verificação de adimplência do Município pela Secretaria do Tesouro Nacional quando da celebração desse contrato.

A operação em pauta foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, e suas condições financeiras foram inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA 567.781.

O financiamento será contratado sob a modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxas de juros baseadas na Libor, desembolso em cinco anos e seis meses, e com as demais condições usuais de empréstimos do BID.

De acordo com cálculos da STN, o custo médio efetivo do empréstimo será da ordem de 4,12% ao ano, flutuante, conforme a variação da Libor e, portanto, em patamar aceitável àquela Secretaria, considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado nacional.

Sr. Presidente, vamos ao voto para economia processual de tempo.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município do Rio de Janeiro para contratar a operação de crédito em tela, com garantia da União, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Eduardo Braga.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria também, a exemplo do que foi feito no pedido de empréstimo anterior para Manaus, que, agora, em homenagem à bancada do Rio de Janeiro, seja dada urgência à votação desse empréstimo no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Portanto, primeiro, a votação do relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pela Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, nós encaminharemos os itens 1 e 2, em caráter de urgência, para que, rapidamente, imediatamente, o processo tramite e esses recursos venham a ser bem aplicados, como sempre são, nessas grandes capitais no nosso País, a cidade de Manaus e a cidade do Rio de Janeiro, do Senador Dornelles, do Senador Lindbergh Farias.

E quero parabenizar também o Município do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, Senador Dornelles, por mais essa vitória.

Encerrada a segunda parte da reunião, volto para a primeira parte.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lindbergh Farias, para que proceda à leitura do seu relatório

sobre o indicado. Findo a leitura, passo a palavra ao Sr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes para que faça uma breve exposição. Encerrada a exposição, passamos à arguição pelos Srs. Senadores e Senadoras, que obedecerá à ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

Portanto, com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias. E quero cumprimentar aqui o Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, uma grande indicação para o cargo de diretor da Comissão de Valores Imobiliários.

E quero também registrar que estão abertas as inscrições para a sabatina para a audiência pública com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que faremos logo em seguida a esta sabatina.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, por intermédio da Mensagem – MSF nº 03, de 2012 (Mensagem nº 025, de 06 de fevereiro 2012, na origem) e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 6º, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme o currículo que acompanha a Mensagem, o indicado, nascido em 12 de março de 1950, em Além Paraíba-MG, graduou-se em Direito, pelo Centro Universitário Augusto Motta, no Rio de Janeiro e em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, é pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

Desde 11 de junho de 1979 é servidor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autarquia federal para a qual é agora indicado à Direção, havendo nela ingressado por concurso público no cargo de Inspetor.

Na CVM ocupou, entre os anos de 1987 e 1988, o cargo de Gerente de Fiscalização de Casos Especiais, responsável pela instrução dos processos administrativos sancionadores.

Entre os anos de 1988 e 2001 foi responsável pela fiscalização direta dos participantes do mercado de valores mobiliários, no cargo de Superintendente de Fiscalização Externa. Após isso, até o ano de 2004 foi Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários, supervisionando os negócios com valores mobiliários.

Atualmente, desde o ano de 2004, é responsável pela coordenação e supervisão das atividades executivas da CVM, exercendo o cargo de Superintendente Geral.

Além destes cargos, altamente relevantes, representa a CVM no Conselho de Controle das Atividades Financeiras – Coaf e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. Uma vez finda a leitura do Relator, passo a palavra ao Sr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, para que faça uma breve exposição.

O SR. ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES – Bom dia, Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta comissão. Bom dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Senador Lindbergh Farias, Relator desta minha indicação. Bom dia, senhoras e senhores presentes a esta reunião.

Como já disse, sou natural de Além Paraíba, uma cidade da Zona da Mata mineira. Sou formado em Economia e sou Bacharel em Direito. Tenho pós-graduação em Direito pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Neste mês de fevereiro, eu completei 35 anos de serviço público federal concursado. Em fevereiro de 1977, assumi o cargo de técnico de seguros da Susep. Em 1979, assumi o cargo de inspetor na CVM, tendo sido aprovado no primeiro concurso público que ela realizou. Quando eu cheguei à CVM, ela mal tinha completado três anos de existência. Em dezembro último, ela completou 35 anos. Na CVM, eu exerci os cargos de gerente da área de processos sancionadores, superintendente de fiscalização, superintendente da área de relações com o mercado, supervisão de mercado e, atualmente, desde 2004, ocupo o cargo de superintendente-geral. Em abril próximo, completo 25 anos ininterruptos de exercício de cargo de confiança na CVM. Fui também representante da CVM no Coaf, o primeiro representante dela, tão logo o Coaf foi constituído, e também representante no Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Nesses longos 35 anos de serviço público e 32 de CVM, pude acompanhar e vivenciar toda a evolução do mercado e a própria evolução da CVM. Vi o mercado crescer, deixar de ser um mercado basicamente doméstico, local, para se transformar num mercado que rompeu fronteiras e se transformou num mercado de ambiente globalizado.

Vi também, ao longo desses anos, a evolução qualitativa por que passou o mercado de valores mo-

biliários no Brasil; parte dessa evolução, a partir de inovações e aprimoramentos da legislação aplicável ao mercado; parte delas, inclusive, atribuídas a esta Casa Legislativa, que promoveu profundas e importantes mudanças na Lei 6.404, que é a lei que rege as Sociedades Anônimas, e na Lei 6.385, que rege o próprio Mercado de Valores Mobiliários.

Ao longo desse tempo, foi possível perceber o quanto e o quão é importante, para uma economia, um mercado de valores forte e como é importante para um mercado de valores forte ter um órgão regulador que cumpra e que exerça as suas funções, as suas atribuições com a competência que a CVM exerce.

Se esta comissão aprovar a minha indicação e, se posteriormente, o Plenário desta Casa confirmar essa indicação, o que eu continuarei a fazer é trabalhar pela CVM e pelo mercado, por um desenvolvimento de um mercado ordenado e justo.

Para finalizar – não pretendo tomar muito o tempo dos senhores –, eu gostaria de registrar que é uma honra imensa ter sido indicado para ser Diretor da CVM. Eu sentiria essa honra se tivesse sido indicado para qualquer órgão público, mas, para a CVM, tem um tempero especial, tem um sabor especial. Eu passei lá mais da metade da vida. E é bom ser servidor da CVM.

A CVM é um órgão que se pavimentou a uma estrada o seu caminho com uma mistura de competência, elevados padrões éticos e um respeito profundo com a sociedade, com o cidadão. E faz isso porque tem e sempre teve um corpo diretivo, um funcional competente – extremamente competente – cioso dos seus deveres, das suas responsabilidades e consciente do que é ser um servidor público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, pela brevidade também da exposição, trata-se de uma pessoa extremamente experiente, com mais de 32 anos de CVM, e ao longo desses 32 anos exerceu funções fundamentais.

E eu passo agora, a palavra para os dois Senadores inscritos. Primeiro Senador, Senador Dornelles.

O Senador Dornelles abre mão?

Eu quero aqui registrar, pedir aos Senadores e Senadoras que se encontram em seus gabinetes que venham aqui votar, porque nós teremos uma votação nominal, que é a escolha do novo Diretor da CVM.

Portanto, eu pediria aos Senadores e Senadoras que estão nos seus gabinetes ou em outras Comissões, que venham aqui à Comissão de Assuntos Econômicos porque nós começaremos a votação nominal.

O Senador Dornelles sugere se nós podemos abrir a votação. *(Pausa.)*

Se todos os Senadores e Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, eu vou abrir a votação.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, o último orador inscrito.

Ninguém quer perguntar nada! É porque o homem é bom de serviço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, felizmente o Sr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, com 35 anos de trabalho na CVM é certamente um exímio conhecedor, e por sua formação tanto na área de Economia como de Direito, e por toda a experiência acumulada certamente terá condições muito significativas para bem exercer a sua função como Diretor da CVM.

Eu pergunto: hoje são quatro Diretores da CVM?

O SR. ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES – Exato. O colegiado é formado por um presidente e quatro diretores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

E a eleição do Presidente se dá entre os quatro ou por indicação da Presidência?

O SR. ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES – Também por indicação da Presidência. São mandatos de cinco anos, vencendo cada um alternadamente num ano. Também por indicação da Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou fazer algumas perguntas porque acredito que, dado ao seu conhecimento e experiência, o Senhor pode nos dar algumas informações relevantes para que tenhamos melhor conhecimento sobre o que faz a Comissão de Valores Mobiliários. Agradeço se puder nos informar.

Hoje, qual o número de títulos e ações de empresas ou quantas empresas tem seus títulos, aproximadamente que seja, sendo objeto de operações na CVM? E se puder nos dar uma idéia hoje, em 2012 versus, digamos, há dez anos, para que tenhamos uma idéia de como evoluiu na última década as atividades da CVM.

Se puder também nos informar qual é o número de investidores, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas, ou seja, o universo de números de investidores a respeito dos quais a CVM precisa estar acompanhando suas operações, para que nos dê uma idéia da complexidade dessas operações.

E também gostaria que pudesse nos informar a respeito de quais são aqueles problemas tipicamente mais, os Diretores da CVM, deverão estar atentos para justamente prevenir, evitar que haja problemas. Quem sabe o senhor possa nos ilustrar com algum exemplo

de preocupação que foi objeto da CVM, mas, graças às iniciativas do conjunto da CVM, agora se está conseguindo prevenir e evitar problemas que no passado possam ter ocorrido.

Eram essas as indagações que agradeceria se pudesse nos responder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes.

O SR. ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES – Eu vou tentar traçar um painel evolutivo.

Se a gente retornar no tempo, vai verificar que o mercado do passado era basicamente formado por ações. O mercado de valores brasileiro durante muitos anos foi um mercado centrado nas ações. As companhias basicamente lançavam ações e debêntures. Eram os únicos dois títulos, os dois únicos valores mobiliários que existiam até então.

Se a gente olhar o mercado de hoje, neste aspecto, ele cresceu e evoluiu significativamente. A gente passa de um mercado centrado em ações e debêntures para um mercado centrado numa gama e numa variedade enorme de títulos e enorme de valores mobiliários. Surgem os fundos de investimento, os diversos tipos de fundo – fundo de ações, fundo de renda fixa –, surgem os fundos que a gente chama lá de fundos estruturados – os fundos de investimento em direitos creditórios, os fundos de participação, os certificados de recebíveis imobiliários –, surgem os derivativos, surge o mercado futuro de títulos. Nada disso existia durante um bom tempo de existência da CVM. Então, só olhando para a variedade e para o crescimento do número e das especificidades de títulos a gente consegue dimensionar a evolução desse mercado.

No tocante às companhias, hoje a gente tem cerca de 650 a 700 companhias chamadas abertas, aquelas que vão à CVM, se registram e, portanto, adquirem o direito de publicamente negociar os seus títulos. Deste número, mais ou menos a metade tem registro em bolsa, ou seja, são companhias que também vão às bolsas de valores, registram-se e podem, então, negociar seus títulos nas bolsas de valores. Então, a gente tem um conjunto de aproximadamente 700 companhias e mais ou menos metade delas negocia em bolsa.

A gente tem hoje uma base acionária de aproximadamente três milhões a 3,5 milhões de investidores, acionistas dessas companhias abertas. Então, esse é um dado, um número de pessoas que potencialmente negociam os seus títulos, porque são acionistas das companhias abertas.

A gente tem hoje aproximadamente um número parecido ou um pouco maior de cotistas de fundo, portanto, pessoas que investem os seus recursos em fundos de investimento e que têm a possibilidade, o potencial de negociação. Então, a gente tem um mercado significativo, com um número importante de pessoas participando dele.

Com relação às preocupações da CVM, na verdade, o mercado é formado, de um lado, por emissores – aquelas instituições, aquelas companhias que vão lá e se registram para negociar os seus títulos – e tem um mercado propriamente dito, os centros de negociações, que são as bolsas de valores, enfim.

O olhar da CVM é um olhar para o conjunto do mercado, para o mercado como um todo; agora, com estes focos: um foco nas companhias abertas, na qualidade das informações, na proteção do investidor, na proteção do acionista minoritário, no respeito às regras contábeis, regras de divulgação. Isso é um olhar para as companhias abertas. E um outro olhar para a negociação, para as regras de negociação, para saber se as negociações nesse mercado são feitas de formas equitativas, se os participantes desse mercado recebem as informações necessárias, se as regras de negociação são cumpridas.

Então o foco da CVM, a preocupação da CVM é sobre todo o mercado, o conjunto do mercado, com esses focos mais centrados na estrutura societária das companhias e nas negociações de mercado. Essa é a eterna preocupação da CVM. Esse é o dia-a-dia da CVM. Para isso a gente tem área específica voltada para as empresas, a gente tem áreas específicas voltadas para mercado, a gente tem áreas específicas voltadas para a fonte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy; muito obrigado, Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes.

Eu quero solicitar aos Senadores que ainda não votaram que compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos – Senador Moka, chegou na hora certa – para que nós tenhamos condição de concluir a votação, porque logo em seguida teremos uma audiência pública com a presença do Dr. Tombini, presidente do Banco Central do Brasil.

Peço, portanto, aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram em Comissões, que se encontram em seus gabinetes que venham... Nós estamos aqui procedendo à votação nominal, durante a sabatina do Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, para diretor da CVM.

Quantos votantes?

Então, deixe-me votar. Meu voto é secreto.

Temos já 14 votos?

Vamos encerrar a votação.

Solicito ao Senador Moka e ao Senador Eduardo Suplicy que atuem como escrutinadores aqui, para concluirmos mais esta sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos.

Por favor, Senador Moka, Senador Suplicy.

Vamos proceder à contagem dos votos.

Nós já estamos em processo de votação, de contagem dos votos na sabatina do Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes.

Confesso que foi a sabatina mais rápida de que participei ao longo dos últimos anos. Isso é elogio, porque o homem tem 33 anos de casa, já passou por todas as áreas da CVM, de carreira.

Terminada a apuração, Senador Moka e Senador Suplicy, foram 13 votos SIM, e uma abstenção.

Portanto, a Comissão aprova o nome do Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM.

A matéria vai ao Plenário e tem preferência, segundo o Senador Dornelles, para votação. Vai ao Plenário do Senado Federal, e desejo que, no Plenário, V. Sª tenha o mesmo sucesso que teve aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabenizo o Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, aprovado em plenário, e desejo muito sucesso na gestão de V. Sª.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 6 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Kátia Abreu, e, ainda, do Senador Pedro Simon. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Clésio Andrade e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discutir as diretrizes, implementação, e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Após a exposição do Exmo. Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Blairo Maggi, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Luiz Henrique, Lindbergh Farias, Lobão Filho e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta: Audiência Pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discutir as diretrizes e implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Peço aos Senadores Aloysio Nunes e Dornelles, se V. Exªs assim o permitirem, que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

Comunico que se encontram presentes ainda o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, Dirad, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, Dipec.

De acordo com os arts. 397, 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

S. Exª, o Sr. Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

O interpelante dispõe de cinco minutos assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil para fazer a sua exposição.

Então, já de imediato, passo a palavra ao Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

Quero também registrar aqui que as inscrições estão abertas para a audiência pública com o Ministro Tombini. Estão inscritos aqui o Senador Dornelles, o Senador Ferraço, o Senador Suplicy, o Senador Lindbergh. Já há quatro inscritos para a audiência pública do Ministro Tombini.

Com a palavra o Presidente do Banco Central

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmº Senador Delcídio do Amaral, Exmºs Senadores e Senadoras, é, mais uma vez, uma honra estar aqui neste plenário, na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar da nossa prestação de contas sobre a política econômica, a política monetária do Banco Central, essa prestação de contas trimestral que fazemos nesta Comissão.

Vou passar rapidamente. A minha apresentação não é uma apresentação que eu diria curta, está sendo distribuída para V. Exªs. Vou tentar passar rapidamente, para irmos, então, para a sessão dos debates.

Em relação ao cenário que eu queria resumir, o cenário econômico global, no que diz respeito às ações do Banco Central, focando nas economias avançadas, aquelas economias emissoras de moeda de reserva no mundo, o que temos visto é a adoção de políticas monetárias expansionistas, que têm ampliado significativamente a liquidez no mercado financeiro global. Isso tem contribuído, agora no início do ano, para a chamada aversão ao risco, ou seja, os investidores globais têm se posicionado mais em ativo de risco do que faziam no segundo semestre do ano passado.

Esse cenário deve – temos visto algo a respeito – intensificar o fluxo de capitais para as economias emergentes, que já têm alguma experiência de enfrentamento de intensos fluxos de capitais, como foi o caso do fim de 2010 e início do ano passado. Elas têm utilizado uma combinação de políticas macroeconômicas, inclusive medidas macroprudenciais, para mitigar os efeitos desses fluxos de capitais que podem ser muito intensos, como vimos no passado.

Quanto ao cenário internacional, vemos a perspectiva de desaceleração do crescimento global em 2012 e uma perspectiva de crescimento relativamente baixo para frente, nos próximos anos também.

A economia brasileira, resumindo, deverá acelerar o crescimento ao longo de 2012. Como eu já tive oportunidade de dizer aqui em dezembro, a perspectiva do Banco Central é que a economia brasileira cresça mais este ano do que cresceu no ano passado, que cresça mais no segundo semestre deste ano do que crescerá na primeira metade de 2012. A inflação continua na sua trajetória de convergência para a meta. Eu terei oportunidade de apresentar alguns números nesse sentido.

Bom, então vamos à ampla liquidez do mercado financeiro global.

O Banco Central é responsável pela emissão das principais moedas de reservas, sinaliza manutenção de taxas de juros muito baixas, patamares historicamente baixos por um tempo à frente, e temos observado a ampliação dos programas de expansão monetária não convencional, ou seja, além da taxa de juros baixa por muito tempo tem havido o chamado afrouxamento quantitativo, sendo adotado por todos os principais bancos centrais de países emissores de moedas, digamos, conversíveis, moedas de reserva no mundo.

Só para relembrar V. Exªs, as taxas de juros hoje pela reserva federal estão entre a faixa de 0 e 0,25% e há uma sinalização de permanência até o final de 2014. Obviamente, essa é uma definição condicionada à evolução da economia. O próprio Banco Central americano tem dito isso. Se a economia mudar muito, não necessariamente essa perspectiva até o final de 2014 ficaria, mas é essa a sinalização dada no momento.

O Banco Central europeu está com a taxa de política monetária de 1%. O Banco da Inglaterra, com taxa de 1,5% ao ano e o do Japão, que vem enfrentando um processo de deflação durante algum tempo, com um taxa nominal entre 0 e 0,10% ano.

Este é o resultado de um artigo publicado pelo vice-presidente do BIS, Banco de Compensações Internacionais, o Banco Central dos bancos centrais. Neste artigo recentemente publicado, ele mostra a taxa de juros real negativa em vários países. É uma taxa agregada onde tem mundo, agregação do mundo, as economias avançadas em vermelho e as economias emergentes em verde. Então ele mostra que, na média ponderada global, as taxas de juros de política, nesses vários países, taxas reais, estão em um nível inferior a zero, ou seja, taxa de política monetária inferior à inflação, segundo esse trabalho que ele realizou.

Outro gráfico que vem desse mesmo trabalho, um trabalho importante, influente, recentemente divulgado pelo vice-presidente do Banco, dos bancos centrais, o BIS, mostra, na linha vermelha, qual é a taxa de juros praticadas hoje pelos diversos bancos centrais e, na linha verde, qual deveria ser, caso esses bancos centrais estivessem seguindo mecanicamente uma regra de resposta da política monetária às variáveis econômicas.

O que ele demonstra é que, no período recente, no pós-crise 2008, os bancos centrais, no agregado, têm utilizado uma taxa de política monetária significativamente inferior à taxa que deveria ser, caso seguis-

sem uma regra de Taylor, que basicamente diz que os juros têm que mexer quando a inflação ou a expectativa de inflação diverge da meta e mexer também quando o produto diverge, o produto potencial. Em geral, os bancos centrais atribuem mais peso, três vezes mais peso, para desvios da inflação do que para desvios do produto. Mesmo assim, esse é o resultado obtido nesse estudo, ou seja, demonstra que desde o pós-crise os bancos centrais no mundo, no agregado, vem sistematicamente com taxas de políticas inferiores ao que seria recomendado pela regra de Taylor, naturalmente respondendo ao atual ambiente internacional de ampla liquidez dos riscos que se verificam.

Os programas de expansão de política monetária não-convencionais têm várias justificativas, os países utilizam justificativas diversas no esgotamento dos instrumentos convencionais, ou seja, da política de taxas de juros em patamar historicamente baixos, restaurar os canais de transmissão da política monetária, entenda-se aí o crédito por exemplo, os mercados de crédito não funcionando, um multiplicador do crédito, um multiplicador monetário nessas economias não funcionando por questões de confiança. O Banco Central mais ou menos faz o curto-circuito, substituiu o papel dos mercados de crédito, emprestando diretamente ao sistema, já que o sistema não empresta entre si.

Adequar as condições de liquidez do sistema financeiro e assegurar a solvência do sistema financeiro, ou seja, facilitando o processo de recomposição patrimonial das instituições, dando condições de financiamento muito mais favorecidas com os programas de liquidez desses bancos centrais, permite que os bancos tenham tempo para restabelecer suas bases de capital, ou seja, para recomporem suas bases da capital. Então, é uma série de razões pelas quais os bancos centrais têm adotado programas agressivos de expansão monetária, além das taxas de juros reduzidas.

Descrevendo os vários programas desses quatro bancos centrais: afrouxamento quantitativo nº 1, de 2008, do FED, da reserva federal; o 2, em 2010, operação que eles chamaram de *twist* do ano passado, temos a zona do euro, o banco central europeu com uma operação bastante importante, deflagrada em dezembro, a LTRO, que é operação de refinanciamento de longo prazo, onde empresta a juros de 1% ao ano para o sistema bancário, por três anos, o que deu uma estabilizada nas condições financeiras do mercado financeiro global que veremos em seguida. Além desses dois principais bancos centrais, o Reino Unido aumentou o seu programa de compra de títulos públicos, ou seja, afrouxamento quantitativo e o banco do Japão fez o mesmo recentemente no que diz respeito a essa política não-convencional.

O resumo disso tudo é esse gráfico que V. Exªs têm no seu conjunto de dados, onde mostra desde a primeira linha vertical vermelha, quando se dá agudização da crise financeira internacional, com a quebra do *Lehnan Brother*s, vemos que o tamanho do balanço dos bancos centrais vai aumentando com esses vários programas de afrouxamento quantitativo, ou seja, de lá, na faixa de 4 trilhões, para cá na faixa de 8,6 trilhões, ou seja, houve um aumento de 4,6 trilhões de dólares norte-americanos na expansão dos ativos totais desses quatro principais bancos centrais, um aumento de mais de 100%, ou melhor, 112%, na liquidez global, deflagrada no pós-crise de 2008.

Então, repassada essa parte da liquidez, o ponto que gostaria de fazer da ampla liquidez global, vamos entrar diretamente na questão da menor aversão ao risco desse incentivo à tomada de risco, ou seja, de uma menor propensão dos mercados, dos investidores tomarem risco nesse início de 2012.

Então, já falamos um pouco disso e, por trás, está a ampliação da liquidez global, mas também há essa visão de que a economia, pelo menos algumas áreas, pelo menos a economia norte-americana, melhora suas perspectivas de crescimento a frente. Então, combinação de ampla liquidez que já estava, porém foi intensificada a partir de dezembro com operação do banco central europeu, e alguns dados um pouco melhores da economia norte-americana têm militado no sentido de aumentar a propensão de tomada de risco pelos agentes. Permanecem, contudo, fatores para o crescimento global.

Temos, sobre o endividamento das economias européias, nós conhecemos uma crise de endividamento público, isso não se dissipa da noite para o dia, por melhores que estejam as condições de financiamento no mercado, há uma questão de fluxo também, de gerar crescimento, gerar receita para fazer frente aos gastos, tem a questão de redução dos gastos, o que não é um processo simples. Sobre o endividamento das economias européias, certamente impacta hoje e impactará no futuro o crescimento, as perspectivas de crescimento naquela área. Então, um fator de risco, um eventual agravamento no meio do caminho.

A zona do Euro já está em recessão, em várias economias encontra-se contração do produto, há pouca atração nessa recuperação dos Estados Unidos, vou mostrar alguns fatores de risco ainda presentes, apesar dos dados alvissareiros no curto prazo. Nós temos uma redução no crescimento dos emergentes, em particular a China, que nos interessa. Não é o caso do Brasil. Como já mencionei, a nossa perspectiva é de que cresça, este ano cresceu mais do que no ano

passado. Enfim, agregando as economias emergentes. Esse é o quadro internacional.

Há menor aversão ao risco, outros fatores que mencionei, a ação do Banco Central em dezembro, com aquela operação de três anos, de refinanciamento dos bancos, o que reduziu significativamente o nível de estresse no sistema financeiro europeu e deu melhores condições. O dinheiro é fungível, melhoram as condições de rolagem dos bancos melhoram as condições de rolagem de toda a economia, inclusive do Soberano, que tem enfrentado taxas melhores para se refinanciar, que é o caso da Itália, da Espanha, muito melhores do que no final do ano passado. E, as perspectivas positivas em relação à economia americana e a redução do risco de pouso forçado na China, apesar da desaceleração do crescimento. Já mencionamos as diversas operações dos bancos centrais no sentido de ampliação da liquidez.

Esse quadro de menor aversão pode ser refletido na diferença entre as taxas que os bancos emprestam entre si e as taxas com que eles pegam dinheiro nos respectivos bancos centrais. Nós temos na linha azul a questão americana e na linha vermelha a situação na Europa. Então, nós vemos na margem, onde tem aquela marcação que fiz em janeiro deste ano, uma redução da diferença entre as taxas que eles emprestam entre si, os bancos, e as taxas com que eles tomam recursos nos Bancos Centrais, o que indica uma menor aversão ao risco. Eles estão começando a emprestar um pouco de dinheiro entre si fazendo com que essas taxas interbancárias reduzam em relação à taxa com que eles pegam dinheiro nos Bancos Centrais.

Outra forma de ver essa menor aversão ao risco é ver nas barras vermelhas qual foi a rentabilidade acumulada ao longo do ano de 2011 nas principais bolsas de valores do mundo. Vemos, nas barras vermelhas, que as bolsas acumularam perdas, em geral, nas várias praças, ao longo de 2011. Até 27 de fevereiro, dado mais recente que consegui colocar para a nossa discussão de hoje, o que vemos são essas mesmas bolsas apresentando uma rentabilidade positiva no acumulado do ano, até o dia 27 de fevereiro. Também essa ideia de menor aversão ao risco, de colocar o dinheiro para trabalhar em ativos de maior risco. Então, esse é o quadro de ampla liquidez, de menor aversão ao risco.

Vamos brevemente às perspectivas de fluxo de capital para as economias emergentes, situação que enfrentamos no final de 2010, 2011, como está isso hoje. Aqui, vemos ampla liquidez global, associada à menor aversão ao risco no início de 2011, o que leva à retomada do fluxo de capitais das economias emergentes, o que está sendo monitorado por nós e pelas demais economias emergentes nesse início de ano. O que vemos aqui é um dado agregado, vemos aquelas barras mostrando a evolução ao longo de 2010, 2011, e agora no início deste ano. O que vemos é que havia uma contração no fluxo de capitais no segundo semestre do ano passado, demonstrado pelas barras abaixo do nível zero, e vemos naquela marcação, já no início de 2012, são dados ainda muito preliminares, iniciais, mas vemos uma recuperação dos fluxos, principalmente dos fluxos para investimentos em bolsas de valores, fluxos de ações. Então, esse é o quadro para os emergentes, em geral.

Para o Brasil esse é o quadro 2011/2012, que vimos. Na parte azul da barra é o fluxo financeiro líquido, na parte vermelha o fluxo comercial líquido. Vemos a parte azul basicamente abaixo do zero, ou seja, houve uma saída de capitais a partir do segundo trimestre do ano passado, com exceção de um mês. E nós vemos já uma reversão neste início de ano, janeiro e fevereiro, ou seja, o fluxo de capital retornando a uma economia como a brasileira.

Vou falar agora brevemente da economia internacional. Nós temos a melhor das perspectivas de crescimento para os Estados Unidos. Vou focar só em três áreas: Estados Unidos, União Europeia e China, talvez sejam as mais importantes para o Brasil neste momento. Nos Estados Unidos, há uma melhora de perspectiva de crescimento. Indicador de produção e consumo acima da expectativa, já no final do ano passado, início deste ano. Uma redução moderada do desemprego. Uma melhora, ainda que marginal, no mercado imobiliário.

Permanecem alguns obstáculos. Queria sublinhar quatro deles. O setor imobiliário ainda apresenta fragilidades, que é um setor importante da economia americana, sem dúvida. O endividamento das famílias, apesar de algum recuo da margem, continua muito alto em relação à sua média histórica, ou seja, colocando um risco na propagação desse crescimento para frente. O nível de desemprego, apesar do recuo, permanece elevado. E no que tange à política econômica, temos a política fiscal com baixo espaço de manobra naquele país.

Riscos externos para os Estados Unidos, sempre levantado por eles: a crise na Europa, há um grande comércio atlântico, entre Estados Unidos e Europa. A própria desaceleração da demanda externa. E o petróleo. Três riscos para essa recuperação da economia norte-americana.

Expectativa de crescimento. Vemos na linha vermelha a expectativa para 2013. Apesar de ser revisada para baixo ao longo do tempo, na margem mostra algum alento. E a perspectiva para 2012, apesar de

ter sido revisada para baixo na margem, ela tem crescido desde o final do ano passado, essa perspectiva de crescimento da economia americana para 2012.

Em relação ao fator de risco, aqui vemos na linha vermelha, os gastos pessoais crescendo desde 2010, mas, de certa forma, como a gente vê na linha azul, que é a renda disponível, permaneceu mais ou menos andando de lado por algum tempo, uma parte desse crescimento do consumo nos Estados Unidos se dá a custa da redução da poupança pessoal, como vemos naquela linha verde. Ela se recupera um pouco mais recentemente.

Enfim, esse é o risco da propagação da recuperação dos gastos pessoais, gastos estes que representam grande parcela da econômica norte-americana.

Em relação ao desemprego, como mencionei, o desemprego em queda lenta. Pela linha azul, vemos um recuo, mas historicamente níveis elevados. E há também uma redução na taxa de participação no mercado de trabalho, ou seja, a nossa taxa equivalente aqui ao desalento, como mencionamos aqui no Brasil, aumentando, menos pessoas procurando emprego, ou seja, mexendo na base do cálculo do desemprego.

O endividamento das famílias também recua mais recentemente, ainda que se encontre num nível bastante elevado.

Zona do euro, acho que o divisor de águas foi a ação do Banco Central Europeu, em dezembro, colocou mais de U$ 500 milhões à disposição do sistema bancário. Isso melhorou as condições de financiamento, facilitando inclusive a rolagem das dívidas soberanas como mencionamos.

Alívio no mercado, nas condições de financiamento dá tempo para adoção, pelos diversos governos e pela União Europeia, de reformas estruturais, para tentar restaurar o crescimento econômico naquela área e também avançar no processo de consolidação fiscal no médio prazo.

O sentimento do setor produtivo melhorou no rastro da menor aversão ao risco global, porém ainda se encontra em campo negativo na Europa. As expectativas de crescimento continuam sendo revisadas para baixo na zona do euro. E seis países encontram-se hoje em recessão. Há uma visão de que a recessão será leve na Europa, mas esse é um fato. Grécia, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda e República Tcheca encontram-se, no momento, experimentando contração do Produto Interno Bruto.

Redução do risco soberano. Nós vemos aí o risco soberano de Itália, Espanha e França. Apesar de ter subido muito nos últimos tempos, como nós todos temos acompanhado. Mais recentemente havendo um recuo nesses indicadores.

Só para demonstrar aí, na barra vermelha, era condição de refinanciamento da Itália e Espanha, em novembro do ano passado. Na barra azul, a condição de refinanciamento em fevereiro de 2012, ou seja, melhoraram bastante as condições de refinanciamento dos Tesouros dessas duas economias importantes da Europa. Nós temos, como eu tinha mencionado, uma percepção ainda do lado real da economia, percepção negativa já melhorando um pouco, mas está abaixo ainda da linha dos 50, o que indica uma percepção negativa em relação às perspectivas da economia na Zona do Euro, recentemente, mas já está convergindo para próximo da neutralidade – vamos dizer assim.

Para concluir minha apresentação, vamos à questão da China, que, em 2011, concentrou os esforços no combate à inflação. O Governo apertou as condições monetárias e creditícias. Na China, a inflação começou a recuar no final de 2011. O desafio daqui para frente – parece-nos – é manter as taxas de crescimento elevadas e reduzir a probabilidade do cenário de pouso forçado que todos temeriam e estão conseguindo nesse processo de pouso suave da economia chinesa.

A recessão na Europa e a redução do ritmo de crescimento global pode, de certa forma, dificultam essa estratégia, haja vista – veremos em seguida também – que uma parcela importante das exportações chinesas são direcionadas para a Europa. 21,5% do total das exportações da China são para a União Européia, que está enfrentando processo de recessão.

Essa inflação, a inflação IPC da China e alimentos, ainda na faixa de 10% de inflação, mas já houve o recuo da inflação ao consumidor abaixo de 5%, como vemos aí na margem. Expectativa de crescimento. São expectativas do mercado, que estão na faixa de 8,5 para o ano e 8,2 para o ano seguinte.

Em relação ao comércio internacional, nós temos essa evolução das exportações e importações chinesas. O que demonstra esse gráfico é que tem havido um recuo na taxa de crescimento do comércio chinês ao longo do tempo. Isso nós vimos recentemente. É o último dado, a linha de exportação está em crescimento zero, variação anual zero na exportação e tem havido uma contração nas importações chinesas. Isso demonstra o ambiente que nós estamos enfrentando hoje no mundo, começando lá pela crise americana em 2008/2009, essa segunda volta da crise, concentrada na Europa, mas empatando em outras economias, no caso a China.

Isto é só aquele quadro da participação do comércio das exportações chinesas, que nós vimos que é de quase 50%. São exportações para a Ásia mesmo, para a região. Mas nós temos 21,5% para a Europa, 17% para os Estados Unidos, ou seja, quase 40%

para as economias avançadas. Portanto, a China não está isolada do mundo, sofreria repercussões, caso o crescimento global sofresse mais no futuro.

Economia global. Menor crescimento. É só uma tabela-resumo, demonstrando as diferenças entre quais eram as perspectivas de crescimento no documento que penso ser o mais influente que trata da matéria econômica global: o *Perspectivas para a Economia Mundial*, do FMI. A última divulgação foi em setembro do ano passado. São feitas atualizações. E, em relação a setembro do ano passado, a nova atualização em janeiro de 2012 mostra, como podemos ver nas duas últimas colunas, basicamente a cor vermelha e o número negativo em frente a esses algarismos, que várias revisões foram feitas para o crescimento do mundo, das economias avançadas, Estados Unidos, Zona do Euro e Japão, e para as economias emergentes em relação a essa perspectiva de crescimento para 2012/2013.

Em relação ao Brasil, o que nós vemos ali – eu já disse a perspectiva do Brasil –, vamos crescer mais este ano do que crescemos no ano passado, mais no segundo semestre que no primeiro trimestre. Mas nós vemos uma revisão geral do crescimento global desde setembro do ano passado.

Bom, indo para a finalização da minha apresentação, tratar de economia brasileira, a nossa visão, o crescimento econômico acelera ao longo de 2012, inflação em trajetória descendente, convergindo para a meta de inflação. A manutenção de uma combinação de política econômica que seja compatível com um maior crescimento da economia e com a convergência da inflação para a meta do País.

A expectativa do mercado, só para ilustrar essa dinâmica que eu menciono, ou seja, o crescimento acumulado ao longo dos trimestres, é uma expectativa do mercado, mas demonstra essa dinâmica. Ou seja, crescendo mais este ano do que no ano passado e crescendo mais na segunda parte do ano do que cresceremos na primeira parte deste ano.

Inflação convergindo para o centro da meta, inflação compatível com a convergência para a meta já há algum tempo, inflação mensal nos próximos meses menor que a observada em 2011.

Bom, esse é o quadro da inflação mensal do IPCA, que é o índice que baliza o sistema de metas de inflação. Depois daquela parede de inflação entre outubro de 2010 e abril de 2011, a inflação mensal tem ficado em níveis mais próximos do que seria o centro da meta de inflação no País.

Essa é a inflação ocorrida, que nós já vimos em azul no ano passado até janeiro. E nós vemos nas linhas que seguem, a linha verde e a linha vermelha, as expectativas de mercado para a projeção de inflação do IPCA. Na linha verde, o cenário do Banco Central, que é um cenário básico que está no último relatório de inflação de dezembro de 2011, para as perspectivas de inflação ao longo dos próximos meses. Nós vemos uma convergência num cenário de 4,7 no fim do ano, convergência mais lenta nas expectativas de mercado.

O mesmo gráfico, só que mudando o cenário do Banco Central, usando já dados de mercado para a perspectiva da evolução de taxas de juros e para a perspectiva de evolução do câmbio por exemplo. Nós vemos na nova linha verde também uma convergência maior do que as expectativas puras de mercado em relação à convergência da inflação para o centro da meta.

Aqui eu tenho um dado ocorrido, estamos aqui com o acumulado em doze meses da inflação para o consumidor, do IPCA – no caso, o IPCA 15, que tem a informação mais recente – mais o IPCM, que é calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e o IPC da Fipe, que foi divulgado ontem relativamente à terceira quadrissemana – ontem ou anteontem.

O que vemos nesse quadro de inflação ocorrida? Vemos que, depois do pico da inflação acumulada em doze meses, que foi entre setembro e outubro do ano passado – nós vemos aí a inflação medida para o consumidor nessas três medidas –, a inflação acumulada em doze meses tem se reduzido sistematicamente, sendo que o IPC da Fipe está em 4,74, em torno do que seria hoje o centro da meta da inflação, de 4,5.

Naturalmente que o nosso indicador não é esse, é o IPCA, e o IPCA tem convergido também – teremos a divulgação do IPCA, não do IPCA 15, na próxima semana – e essa convergência continua ao longo do tempo. Então, esse é um quadro de desinflação que o Brasil vem vivendo desde pelo menos setembro ou outubro do ano passado no acumulado de doze meses da inflação ao consumidor.

Se nós pegarmos a inflação geral da economia, o IGP – aqui também tem inflação ao consumidor, tem o IPCM, que nós mencionamos anteriormente –, veremos que... Alguns países, inclusive, usam a inflação geral como baliza para a política monetária. O que vemos na inflação geral de preços no Brasil, inflação acumulada em doze meses? Nós vemos uma inflação que terminou o ano de 2010 na faixa de 11%, uma inflação acumulada em doze meses que terminou na faixa dos 11%. Ela se reduz a menos da metade em 2011, ou seja, houve um processo de desinflação importante no nível geral de preços, a inflação caiu para 5,5, ou seja, de mais de 11 caiu para 5,5. E a inflação agora em fevereiro, acumulada em doze meses, no IGP, está na faixa de 3,44, está no nível de 3,40.

Esse é o quadro também de outro indicador importante de inflação na economia, lembrando que o

Índice Geral de Preços tem um impacto relativamente importante sobre a economia, uma vez que ele serve para indexar alguns preços, como alugueis, que é um balizador importante. Então, nós vemos ocorrer, de fato, um processo de desinflação forte, indicado pela inflação já realizada em 12 meses pelo Índice Geral de Preços da economia brasileira.

Considerações finais.

Temos adotado um regime de política macroeconômico com base nestes três pilares: responsabilidade fiscal, meta de inflação e câmbio flutuante, além de uma regulação moderna, atualizada e rigorosa do sistema financeiro nacional para garantia e estabilidade sistêmica. Isso tem permitido, ao longo do tempo, um aumento da renda per capita, redução da desigualdade – o que são indicadores também objetivos. Nós temos, nos últimos oito anos, cumprido as metas no que diz respeito ao regime de metas de inflação que tem sido cumprido ao longo dos últimos oitos anos na economia brasileira.

O PIB *per capita* continua subindo, com exceção do ano pós-crise (2009), vem crescendo e está na faixa de quase R$20 mil, dados projetados pelo Banco Central no último relatório de inflação. Desemprego também em recorde de baixa, como em janeiro de 2012. O índice de Gini também mostra uma evolução favorável ao longo dos últimos anos. Há duas medidas: a do censo, que é a mais atualizada, e a da PNAD que demonstram a redução da desigualdade de renda do País ao longo dos últimos anos.

Mesmo diante desse cenário complexo, nós temos tido melhora em nossa perspectiva de risco, ou seja, as agências de classificação têm elevado a qualidade percebida do risco brasileiro; o custo de financiamento soberano no mercado internacional é o menor nos últimos 40 anos. Então, nós temos as elevações que ocorreram em 2011 por aquelas três agências de risco de crédito. Isso é uma evolução gráfica desse processo de melhora da percepção de risco na economia brasileira.

As emissões soberanas. Só fazendo um resumo neste gráfico em que nós vemos que o custo de captação, pelo prazo de 10 anos, para a República Federativa do Brasil, vem caindo, pelo menos, desde 2010 e caindo de forma importante. Nós tivemos as captações em janeiro, de 2012, na faixa de três e pouco por cento o custo de captação para a República está em três e quarenta e cinco por cento o custo da última captação, de dez anos, para a República Federativa do País. Ou seja, essa é uma visão que também corrobora com a qualidade das políticas econômicas que vêm sendo implementadas no País no que diz respeito à economia em geral, à inflação em particular e à questão da estabilidade financeira do Brasil.

Basicamente é isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Eu começo pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Senador Francisco Dornelles com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, parabéns pela exposição.

Eu queria perguntar ao senhor se seria possível fazer uma análise das novas regras de Basileia III, principalmente sobre o impacto e a consequência de sua aplicação sobre o sistema financeiro nacional, sobre a rolagem da dívida pública e se essas regras de Basileia III terão alguma consequência sobre a economia do País. Ainda sobre Basiléia, se essas regras de Basileia III serão aplicadas de imediato ou se existe a possibilidade de flexibilização em relação ao cronograma.

A segunda questão é a seguinte: se discute muito hoje a taxa neutra de juros, aquela que concilia o crescimento econômico com o nível de inflação. O Banco Central trabalha com uma taxa neutra de juros? Como é que o Banco Central calcula essa taxa neutra de juros?

A última é sobre o PIB potencial, ou seja, a capacidade máxima de produção que um país poderia alcançar sem gerar pressões inflacionárias. O Banco Central trabalha com a taxa neutra de juros e com o PIB potencial? Como o Banco Central calcula o chamado PIB potencial? Como o Banco Central vê as posições e as análises conflitantes sobre a existência desse PIB potencial?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles. São perguntas extremamente técnicas e pertinentes em relação ao momento em que vivemos, às principais medidas que têm sido tomadas tanto na área econômica quanto na área da regulação.

A questão sobre a regra de Basileia não poderia ser mais atual. Há duas semanas, na semana retrasada, nós, no Banco Central, divulgamos, em coordenação com os membros do Conselho Monetário Nacional, a audiência pública com as regras do Acordo de Basileia III, que, diga-se de passagem, talvez, tenha sido o passo mais concreto que o G20 deu no sentido de aprender as lições da crise de 2008 e de responder de

forma ampla e consistente, não só para mostrar hiatos de regulação que nem existiam e que foram importantes na crise de 2008, para se dar a dimensão do que ocorreu nessa crise, mas também para ajustar alguns elementos do Marco Regulatório Prudencial, como, por exemplo, a ideia da prociclicidade. Ou seja, quando a economia vai bem, as pessoas consomem mais, as empresas investem mais, e elas fazem isso cada vez mais com recursos de terceiros, ou seja, com alavancagem, aumentando o risco na fase boa da economia, o que poderá criar dissabores na frente, quando vier o ciclo econômico, se o sistema não estiver preparado em termos de qualidade e de quantidade de capital para absorver perdas não esperadas quando da virada do ciclo. Ninguém sabe exatamente quando isso acontece, mas é preciso haver um colchão para se fazer frente a isso.

Então, este foi um dos principais pontos do Acordo de Basileia III: melhorar a qualidade e a quantidade de capital, que era insuficiente e de baixa qualidade nos Estados Unidos e na Europa.

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional, há uma regulação prudencial mais estrita e uma supervisão, diga-se de passagem, mais intensa. Além disso, no passado, nosso sistema sempre conviveu com um nível de volatilidade maior do que, por exemplo, as economias chamadas avançadas, que viveram momentos de tranquilidade por muito tempo, inclusive as instituições financeiras, nesse ambiente.

Em relação à Basileia III, digo que nós, no Brasil, somos uma das jurisdições mais bem preparadas para enfrentar Basileia III. Nossa agenda tem de ser uma agenda positiva. Temos de dizer que queremos que o mundo adote Basileia III. Então, a grande ênfase – acabei de vir da reunião do G20 e defendi este ponto lá – deve ser dada ao seguinte ponto: tem de haver, agora, a implementação, a adoção das regras. A Europa tem de avançar nisso. Acho que a operação do Banco Central europeu deu certa tranquilidade, porque resolveu o problema de *funding* dos bancos, que estava muito complicado. Então, agora, eles têm de recapitalizar o sistema. Da mesma forma, os Estados Unidos têm de diminuir o grau de alavancagem que havia em relação ao período pré-crise. Eles já diminuíram esse grau, mas têm de continuar nesse sentido. Acho que essas normas vêm no sentido de moderar o grau de alavancagem do sistema financeiro.

O nosso Sistema está se internacionalizando. É natural que, com o maior peso relativo da economia brasileira, com a maior intensificação do comércio internacional, as empresas, inclusive as instituições financeiras nacionais, entrem no mercado internacional mais fortemente. Agora, vivemos um período de pós-crise, mas temos visto movimentos nas nossas instituições. O Banco Central e o Conselho Monetário, como reguladores do sistema, não querem ver essas instituições se aventurando em outras jurisdições com nível de regulação inferior ao nível brasileiro. Então, a nossa agenda tem de ser positiva, tem de ser determinada, no sentido de que essas regras que foram e estão sendo importantes sejam adotadas.

A Europa, o Brasil, os Estados Unidos, enfim, aqueles que fazem parte do processo regulatório definiram um período de convergência, que vai de 2012, de 2013 a 2019. Ou seja, esse Acordo de Basileia III só estará plenamente adotado em 2019, ou seja, três anos depois das Olimpíadas no Rio de Janeiro, para se ter uma ideia, um referencial. Então, há um período de convergência bastante amplo, adequado ao pacote de mudança na regulação prudencial, até para não desfazer esse processo de recuperação da economia global lá fora, e estamos mais bem posicionados para isso.

Em relação às questões específicas sobre o capital no Brasil, nas nossas simulações, estamos bem posicionados. Saímos numa posição de força em relação a isso, e, ao longo do tempo, nesse período de seis anos, de 2013 a 2019, nosso sistema não tem dificuldade de se adaptar a esse novo regramento, mas queremos que os outros se adaptem também, inclusive para estabelecer relações de igualdade na competição do sistema. Sempre tivemos o menor nível de alavancagem, o maior custo financeiro. Não queremos que eles cheguem no custo financeiro brasileiro do passado, mas também não pode ser um nível de alavancagem como havia no pré-crise, nessas economias, o que gerou todo esse deslocamento de riqueza que temos visto desde 2008. Cinquenta trilhões simplesmente desapareceram, por exemplo, do valor das empresas, somando-se as perdas desde 2008. Então, o custo foi muito alto. É preciso haver uma regra forte. Acho que o Brasil precisa ter uma atitude bastante positiva em relação a isso. Não teremos dificuldade, no nosso sistema, de atender nem na rolagem da dívida pública. Isso não será problema, mesmo porque a dívida pública é soberana e vai continuar tendo, digamos, um nível de risco baixo em relação aos demais ativos da economia. Então, não haverá problema, e, para a economia do País, o crédito continuará expandindo de forma sustentável, robusta, a taxas relativamente elevadas, mesmo com a implantação gradual desse pacote de medidas, sem impacto imediato, ao longo do tempo.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pois é, a economia brasileira, não, em relação à economia global, que está, agora, numa recuperação ainda frágil. Nós vimos a economia europeia numa leve contração no

momento. Algumas economias em recessão, como nós vimos, mas eles têm um período longo de adequação. Quer dizer, houve uma antecipação do cronograma. A autoridade europeia definiu, em meados do ano passado, uma antecipação no cronograma de Basileia. Isso causou certo impacto, sim. Não é o caso do acordo internacional, não é o que o Brasil está fazendo. O Brasil está respeitando esse cronograma longo. Houve certa turbulência em função disso, mas com a operação do Banco Central europeu em dezembro, ou seja, melhorando as condições de financiamento, essas preocupações ficaram aplacadas em relação a esse cronograma, impactando o processo de recuperação da economia global, que vai demorar algum tempo, em minha opinião. Então, acho que vai ser neutro em relação a isso. Agora, é importante que o sistema financeiro global seja restabelecido em bases mais sólidas.

Essa é a nossa visão em relação a Basileia III.

Em relação à taxa de juros, à taxa de juros neutra, o Banco Central procedeu a um exercício com o mercado financeiro, recebendo a resposta na semana passada. Divulgamos, foram amplamente divulgadas. Já dei algumas declarações dizendo que, na nossa visão, o importante é ver a tendência, a taxa de juros neutra, que caiu, de acordo com a última pesquisa, que foi em novembro de 2010, ou seja, em período de um ano, novembro, setembro; no período de um ano, houve uma queda na taxa de juro neutra de 6,5%, percepção, para 5,5%. Isso é um indicativo de que os economistas, enfim, os participantes do mercado consultados têm a visão de que os fundamentos da economia brasileira continuam a evoluir positivamente: consolidação fiscal, menor vulnerabilidade externa, o próprio entendimento da capacidade que o Brasil tem de reagir a choques externos num ambiente volátil – demonstrou isso em 2008 e tem demonstrado agora –; aprofundamento do mercado de crédito, maior inclusão financeira. Então, há uma série de questões institucionais e a própria condução da economia que tem demonstrado essa percepção de menor risco, percepção de melhores fundamentos. Vimos aí as agências de *raiting,* enfim. Não fomos nós a reclamar delas, inclusive, mas vemos que elas têm sistematicamente melhorado a classificação de risco do País. Os custos de financiamento do soberano têm reduzido. O Tesouro se financia em dez anos no mercado internacional a 3,45%. Ou seja, a tendência é de redução.

Outra questão importante em relação a essa pesquisa foi a pergunta que fizemos: "Qual a perspectiva de evolução da taxa de juros neutra nos próximos dois anos?" E a resposta da maioria, 49%, foi que a taxa, nos próximos dois anos, vai continuar caindo. Ou seja, apesar de toda a melhora nos fundamentos, demonstrada pelo valor médio, agora também há perspectiva de queda. Ou seja, isso é importante. Nós temos nossos trabalhos internos, a taxa de juros neutra é um conceito analítico. Nós temos várias alternativas metodológicas para chegarmos a esse conceito. Mas o importante foi a percepção que o mercado passou para nós. A média, 5,5%, caiu em relação ao ano passado. A dispersão é relativamente grande. Tem gente que acha que a taxa é 3,49%. Há outros que acham que a taxa de juros neutra é 7%. Enfim, mediana é mediana, 50% para cima ou 50% para baixo deu 5,5%. O importante é a trajetória de redução que nós verificamos.

Da mesma forma, o PIB potencial. Há variáveis não observáveis, que dependem de uma série de hipóteses. No nosso cálculo, temos várias metodologias, fazemos esse exercício e não divulgamos necessariamente, mas uma coisa posso lhe dizer: nos últimos três trimestres – o terceiro trimestre do ano passado, o quarto trimestre e o primeiro trimestre de 2012, que ainda não terminou –, o Brasil está crescendo abaixo do potencial. No terceiro trimestre, houve estabilidade no Produto Interno Bruto; no quarto trimestre, não temos ainda o número fechado; e o mesmo para o primeiro trimestre deste ano. Mas, nos últimos três trimestres, o Brasil tem crescido abaixo do potencial, e não é por outra razão que o Banco Central vem ajustando sua taxa de juros para baixo nesse período, ou seja, em função do crescimento da economia brasileira abaixo do crescimento do produto potencial.

Eu acho que são esses os comentários que eu teria para responder às perguntas do Senador Francisco Dornelles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Tombini.

Passo a palavra para o próximo Senador inscrito, Senador Ferraço.

Só gostaria de registrar que temos dez Senadores inscritos. Assim, eu pediria ao Dr. Tombini e também aos Senadores e às Senadoras que ouvíssemos um a um, porque, se não, mais à frente teremos de mudar esta prática, e, eventualmente, todos perguntam e depois o Ministro Tombini responde.

Então, eu acho que o melhor, o mais proveitoso é um a um, mas eu pediria, para que pudéssemos cumprir o horário, que fôssemos bastante objetivos nas perguntas e respostas, exatamente para que todos perguntem e aproveitemos a presença da diretoria do Banco Central aqui na CAE.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral, nosso presidente.

Cumprimentando o Presidente Tombini e cumprimentando os demais diretores do Banco Central, eu queria me dirigir ao Presidente Tombini, fazendo uma leitura muito rápida de uma matéria que está estampada hoje no jornal *O Globo*, com letras garrafais:

A Presidente Dilma já começou a estudar uma nova proposta da equipe econômica para alterar a correção da caderneta de poupança, fixada hoje em TR mais 6% a.a. Segundo técnicos do governo, a mudança só valeria para depósitos futuros, ou seja, os atuais poupadores não seriam prejudicados pela mudança para não gerar reclamações nem acusações de quebra de contrato. O novo modelo, ainda em versão preliminar, prevê que o retorno dado pela caderneta de poupança seja variável, deixando esse tipo de investimento em linha com as taxas praticadas no mercado.

Evidentemente que, sendo o presidente do Banco Central uma das mais importantes autoridades da equipe econômica do Governo Federal, eu indago a V. Sª se V. Sª conhece o tema e se esse tema, de fato, está sendo estudado pelo Governo Federal, pela equipe econômica, por julgar o absoluto interesse da população brasileira em relação ao tema.

A segunda questão, Presidente Tombini, diz respeito às análises que têm apontado riscos no aumento recente das importações brasileiras e faz-se logo uma relação à inundação de produtos importados e à consequente desindustrialização e à perda de empregos no nosso País. Por isso, esses mesmos analistas encontram justificativas para defender medidas tributárias e outras que, a meu juízo, tenham cunho protecionista.

Esse aumento de importações seria, segundo esses mesmos analistas, o principal culpado pela deterioração do saldo comercial e das nossas transações correntes com o resto do mundo. Entretanto, um conjunto de outros analistas vê nesse contexto a queda expressiva do ritmo de crescimento das exportações por conta da gradual perda de competitividade brasileira e do crescimento contido dos mercados globais. O quadro só não é pior, segundo esses mesmos analistas, porque os preços das *commodities* experimentaram altas significativas no passado recente, ou seja, a recuperação das *commodities*, a partir de 2012, assegurou o saldo extra de aproximadamente R$30 bilhões nas contas externas brasileiras somente naquele ano.

Assim, seguindo esse raciocínio, se houver uma desindustrialização em curso, esta decorre da alta de preço das *commodities* e da contínua melhora dos fundamentos brasileiros, o que reduz e melhora a posição relativa do Brasil para investidores externos e estimula a entrada em nossa economia de capitais. Parece consequência daquilo que os técnicos denominam de maldição dos recursos naturais, uma vez que temos vantagens competitivas na produção de *commodities*, cujo preço está em alta.

Nessa hora, é sempre importante lembrar uma entrevista dada pelo eminente professor Stanley Fischer, presidente do Banco Central de Israel. Perguntado recentemente como um governo pode garantir competitividade a seus setores produtivos num ambiente de abundância de capitais e forte valorização cambial, responde Stanley Fischer: "Israel também está enfrentando esse problema. Queremos uma economia forte com moeda fraca. E isso é muito complicado. Quanto mais robusta for a economia do Brasil, quanto mais for reconhecida por suas riquezas com gás e petróleo e tanta coisa, mais difícil será evitar a valorização cambial".

Ainda tenho a firme convicção de que o crescimento das importações não é um mal em si mesmo quando abrimos o perfil das importações e chegamos à conclusão de que 85% do que o País está importando são bens intermediários, são máquinas e equipamentos, são insumos, é combustível para que possamos sustentar a manutenção do crescimento da economia brasileira. Assim, parte significativa da importação é complementar, e não substituta à produção nacional, porque não é incompatível, portanto, com a geração de emprego no País, pois viabiliza, a meu juízo, e de tantos técnicos e avalistas, a competitividade dos setores produtivos e exportadores.

A indagação que faço a V. Sª é a seguinte: como o Banco Central do Brasil tem interpretado a situação das importações e de seus reflexos sobre o saldo em transações correntes? Há preocupação com o ritmo de deterioração das contas externas brasileiras? Quais são os instrumentos de curto, médio e longo prazo para o fortalecimento e a competitividade das empresas brasileiras no comércio exterior? O protecionismo, por si só, é um caminho inevitável ou temos alternativas?

A terceira pergunta tem a ver com um questionamento que todos nós fazemos como brasileiros, como agentes políticos, representantes da sociedade, ou seja, estamos caminhando para, pelo menos, duas décadas de importantes conquistas macroeconômicas, conquistas no campo social, e continuamos devendo ao contribuinte brasileiro uma taxa de juros compatível, porque continuamos, em que pesem as conquistas nessas duas décadas, em que pese a solidariedade do povo brasileiro a esse esforço, ainda continuamos sendo campeões das taxas de juros no mundo.

A pergunta que faço a V. Sª: por que conseguimos romper tantos e tantos desafios e não conseguimos romper o desafio da taxa de juros, em que pese reconhecer o esforço que V. Sª tem feito nos últimos meses em razão da redução da taxa de juros? Qual a influência, a seu juízo, que existe diretamente nesse

contexto, a qualidade na política de gasto por parte do Governo ou dos governos ao longo dos últimos anos?

É a indagação que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Senador Ferraço.

Começando pelo final, como V. Exª mencionou, nós temos, de fato, avançado em várias áreas da economia, inclusive na questão da convergência para taxas de juros, digamos, mais comparáveis com taxas praticadas em outros países; e taxas menores em relação ao que foi o passado brasileiro. Obviamente, há os ciclos monetários. Essas taxas evoluem estruturalmente ao longo do tempo, como foi o caso brasileiro, mas, conjunturalmente, pode haver ajustes, como ocorreu, por exemplo, no ano passado. Tivemos que elevar as taxas de juros, que faziam frente à questão inflacionária, mas temos percebido na economia brasileira que as taxas nominais de política, os ciclos de política monetária cada vez mais têm se dado ao redor de patamares menores. A taxa de juros real da economia é menor hoje do que foi no passado, com inflação sob controle em convergência para a meta, e vimos na sessão de debates com o Senador Dornelles o próprio mercado percebendo a redução da taxa neutra de juros ao longo do tempo e com perspectivas de redução para o futuro.

Ou seja, temos evoluído, sim, nessa matéria. Concordo com V. Exª, e a política fiscal tem contribuído, certamente, no ano que passou e para frente, nesse processo de melhorar a combinação de política econômica com inflação sob controle em convergência para a trajetória de meta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E sobre o impacto da qualidade do gasto público e as reformas estruturais que o Estado brasileiro não fez como contribuição na redução mais acelerada da taxa de juros?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A política fiscal em quantidade e qualidade tem potencial de ajudar na melhoria do mix de políticas econômicas, ou seja, de conseguir um crescimento sustentável com inflação controlada. Isso nós temos visto no País. Temos visto uma contenção, consolidação ao longo do tempo que abriu espaço, inclusive, para o financiamento privado. Então, isso tem sido visto. Reformas estruturais podem ser em maior quantidade, em qualidade diferenciada. Temos visto ao longo do tempo no Brasil também algumas reformas importantes que foram feitas e que estão sendo trabalhadas para reduzir o risco percebido na economia. Não é à toa que o custo de financiamento da República, refletido naquele último *slide* que apresentei, tem sido reduzido de forma importante. A República, hoje, está sendo financiada internacionalmente a uma taxa de 3,45% com papel de 10 anos. Isso não seria possível se não houvesse avanço inclusive na qualidade da política fiscal, na quantidade e nas reformas estruturais.

Em relação a sua pergunta sobre a deterioração das contas externas, a situação do saldo, nós temos visto aqui em 2010 que a exportação cresceu 32% em valor e a importação cresceu um pouco mais, 42%; em 2011, a exportação cresce na faixa de 26,7% e a importação cresce 24%; o comércio exterior tem evoluído. O senhor mencionou na sua colocação que isso, nos termos de troca, ou seja, as *commodities* com preços elevados têm contribuído no sentido desse saldo.

Em relação às perspectivas, a perspectiva do Banco Central para este ano é de um déficit em conta corrente na faixa de 65 bilhões de dólares. Historicamente, o Brasil tem apresentado um déficit em conta corrente, com uma economia antes em desenvolvimento, economia emergente, é natural que ela absorva poupança externa. A média, nos últimos 40 anos, foi em torno de 2% do PIB. A absorção de poupança externa é outra forma de ver o déficit de conta corrente.

O déficit em conta corrente está evoluindo mais ou menos nesse mesmo nível macroeconômico, em torno de 2% do PIB. No passado, já tivemos déficit de 5% do PIB, levantando questionamento sobre a capacidade de financiamento do País. Não é o caso hoje, mesmo com esse valor estimado para este ano. Além do fato de que a probabilidade de cobertura via investimento direto estrangeiro é muito grande.

De maneira que acompanhamos a evolução do setor externo brasileiro. É uma das prioridades na avaliação que o setor econômico do Banco Central faz. Não há preocupação com a deterioração da conta corrente. Ela é financiada e está em níveis historicamente compatíveis com a necessidade do Brasil em absorver.

Em relação às questões comerciais, o Brasil tem desenvolvido seus instrumentos de proteção legítimos, tanto de *antidumping* como de compensação de eventuais subsídios que são dados, subsídios no exterior. Isso está na regra do jogo e o Brasil tem adotado. Não é o país mais ativo nessa matéria, mas também tem crescido na aplicação desses instrumentos em função do quadro da economia global no momento.

Essa é a minha consideração em relação a sua pergunta.

Em relação à primeira pergunta, no Banco Central não há estudo sobre esse tema que V. Exª coloca. Se no futuro for necessário, esse tema passará por esta Casa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Me perdoe. Quem coloca é o jornal *O Globo*. O jornal *O Globo* é que traz uma matéria hoje com muita ênfase.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Então, só para confirmar que não há estudo, no momento, no Banco Central sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

Queria registrar aqui a presença de Paulo Skaf, Presidente da Fiesp que muito nos honra na Comissão de Assuntos Econômicos. Quero cumprimentar a sua assessoria também, Paulo, que está aqui presente. E parabenizá-los pelo grande trabalho que você tem feito não só por São Paulo, mas pelo País. É muito bom tê-lo aqui, principalmente num dia especial com a presença do Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central. Muito bem-vindos sempre a esta Casa.

Já está sentando aqui junto aos Senadores; daqui a pouco, ninguém sabe, não é Paulo?

Passo a palavra ao Senador Suplicy.

Volto a insistir ao Dr. Alexandre Tombini – porque estou fazendo um a um – e aos Senadores para abreviarmos as perguntas e as respostas para que todos possam ser ouvidos e mantermos essa estratégia. Senão, eu vou ter que pegar os Senadores, todos eles perguntam e o Presidente Tombini responde.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Por que não de três em três ou dois em dois?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está indo bem assim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que desvaloriza os questionamentos e as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas eu acho que o que precisamos é que as perguntas...

É pela concisão. Muito bem.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu me sinto meio mal aqui porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por que o senhor se sente mal? Por quê? V. Exª sempre foi da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Porque eu não sou mais membro da Comissão. Eu fiquei 30 anos na Comissão, mas a Liderança resolveu agora selecionar, votaram, acharam que eu estava superado e tiraram-me daqui. Então, quando venho, fico com medo de que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas não por nossa vontade, meu caro Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, eu posso me inscrever para falar um minuto só, depois, na hora? Posso me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tranquilamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente. Isso é regimental.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero que a Liderança do PMDB não me vete.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, prezado Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a evolução dos dados que V. Exª apresenta, em geral, é toda numa direção positiva. Primeiro, gostaria de pedir alguns esclarecimentos sobre os gráficos que V. Exª mencionou.

Naquele em que há o desemprego em queda lenta, há também a taxa de participação, mas não está bem explicada qual é a taxa de participação. Seria a do salário na renda, por acaso? Qual é essa taxa de participação?

A segunda indagação de esclarecimento refere-se ao último gráfico sobre as emissões soberanas, taxa de retorno, prazo de 10 anos. Se puder melhor explicar qual o sentido desse gráfico, por favor.

E eu gostaria de lhe perguntar ainda mais, tendo em conta aqui a presença do Presidente Paulo Skaf. V. Exª mostrou que nós temos uma perspectiva de crescimento da economia brasileira e, sobretudo, que o PIB *per capita* nesse período mais recente vem crescendo, que a taxa de desemprego vem diminuindo. São todos indicadores positivos, na sua evolução.

Eu gostaria de ouvir a sua reflexão sobre a perspectiva de crescimento econômico no sentido de nos aproximarmos do potencial de crescimento da economia brasileira e, em especial, em que medida as autoridades do Banco Central têm dialogado com os demais membros da equipe econômica no que diz respeito à possibilidade de aumentarmos ainda a taxa de crescimento em direção àquela que é a taxa de crescimento potencial da economia brasileira. Uma vez que nós já chegamos a crescer com taxas superiores a 7% ao ano, chegamos a crescer até mais que 10% ao ano, avalia-se que estamos distantes de eventualmente

chegar a um crescimento mais significativo da economia e se se faz necessária a adoção de alguns tipos de políticas que viabilizem isso, inclusive no que diz respeito à preocupação, por exemplo, hoje, da Fiesp e também da Confederação Nacional da Indústria, de promovermos um maior crescimento da produção industrial, que poderia significar um maior crescimento da economia brasileira.

Eu gostaria de aqui comentar também que, no que diz respeito aos indicadores do coeficiente de Gini de desigualdade, que V. Exª agora sempre tem aqui nos mostrado, há uma evolução no sentido de melhoria e, sobretudo, depois de termos chegado, conforme o gráfico, lá por volta de 1989, a um coeficiente Gini de Gini de 0,63, que nos colocava entre os três países de maior desigualdade no mundo, o que felizmente observamos é que, desde o início da década iniciada em 2000, ano a ano, praticamente houve uma queda do coeficiente Gini de desigualdade. Isso foi registrado tanto pelos dados do PNAD, quanto nos aqui assinalados no gráfico dos censos de 2000 e 2010. Mas, ainda assim, o coeficiente Gini, seja de 0,51 ou 0,52, nos coloca em algo como décimo país de maior desigualdade no mundo, o que significa que precisamos avançar. Estamos indo na direção certa, mas se puder V. Exª nos fazer uma reflexão sobre os caminhos que poderemos adotar na direção de aprimorarmos ainda mais a busca da justiça, a busca da erradicação da pobreza absoluta, eu agradeço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Senador Suplicy, obrigado, Sr. Presidente, vou ser breve e conciso nas respostas. A primeira é em relação à taxa de participação dos Estados Unidos. O *slide* que se encontra na tela diz: a taxa de participação, do lado direito, saiu de mais de 66% para abaixo de 64% recentemente.

Esse simplesmente é o número de pessoas procurando trabalho dividido pela população economicamente ativa naquele país. É mais ou menos como fazemos aqui a nossa taxa de participação no mercado de trabalho. O que vemos é a relação entre os empregados mais os que estão procurando emprego em relação à população economicamente ativa. Essa relação vem caindo ao longo do tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(fora do microfone.)* – Essa aqui é a...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Do lado direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(fora do microfone.)* – Essa aqui não é a taxa de desemprego caindo?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. A taxa de desemprego é o gráfico azul. Estamos no outro gráfico. Ela sobe muito com a crise e cai ali.

Esses são os Estados Unidos, que têm mostrado...

Desculpem-me, eu estava na seção americana, mas não tenho o nome do país no *slide*. Da próxima vez, peço para colocar o nome do país.

A segunda pergunta de V. Exª diz respeito às taxas de emissão da República, as colocações que o Tesouro Nacional faz no exterior. O que vimos naquele último gráfico foi justamente a redução do custo de captação da República, do Tesouro Nacional, lá fora, para títulos de dez anos. Então, vemos que, no presente, agora, em janeiro de 2012, o Tesouro conseguiu captar a uma taxa de 3,45% com emissão de moeda estrangeira em dólares por um período de dez anos. Quer dizer, apresentou uma evolução extremamente positiva esse custo de financiamento do Tesouro. Apenas lembrando: no auge da crise europeia no segundo semestre do ano passado, a Itália fez colocações acima de 7%. A República, agora em janeiro, fez uma colocação a 3,45 para dez anos.

Em relação às perspectivas de crescimento e em relação ao produto potencial, creio que o nosso trabalho no Banco Central, de perseguir uma meta de inflação, tem que olhar para a posição em que a economia brasileira se encontra e não para uma série de variáveis: variáveis externas, variáveis domésticas, indústrias e vários setores.

Um nosso referencial de comparação seria o crescimento da oferta, o crescimento potencial da economia, a quantas anda o crescimento, digamos, mais de curto prazo, o crescimento da demanda em relação a esse potencial. Então, fazemos nossos ajustes eventuais para cima ou para baixo, o nosso instrumento de política monetária, em função dessa posição da economia em relação ao seu potencial.

O que eu disse, há pouco, foi que, nos últimos três trimestres, incluindo o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro e o quarto de 2011, a taxa de crescimento da economia brasileira ficou abaixo do crescimento potencial – não vou entrar aqui em números de crescimento potencial, mas essa taxa ficou abaixo do crescimento potencial. Não é por outra razão que o Banco Central vem ajustando para baixo, vem flexibilizando a política monetária, porque a economia brasileira vem crescendo abaixo do potencial. Isso é compatível com a convergência da inflação para a meta. Uma economia que crescia abaixo do seu potencial era necessário. Para desinflacionar a economia, foram adotadas várias me-

didas de política econômica no ano passado. Vimos a convergência da inflação em direção ao centro da meta. Isso não é outra coisa senão a avaliação que fazemos, no Banco Central, de como a economia anda em relação ao seu potencial. Nos últimos três trimestres, ela está abaixo do potencial, e a perspectiva, como falei, é a de um crescimento maior neste ano do que o do ano passado e a de um crescimento maior no segundo semestre do que no primeiro semestre deste ano.

Em relação ao Coeficiente de Gini, quero dizer que é uma variável que sempre trazemos a esta discussão. Não muda muito em três meses, mas é sempre importante para essas reflexões. Há coisas para serem feitas. No que o Banco Central pode contribuir, acho que ele vem contribuindo, no sentido de estabilizar as condições financeiras, para não enfrentarmos o que outros países vêm enfrentando: uma crise no mercado de crédito, uma crise financeira. Temos responsabilidade nessa área e também na área macroeconômica, assegurando a estabilidade monetária. Se a inflação não está na meta, ela tem de convergir para a meta; se a inflação está na meta, temos de definir as políticas para mantermos a inflação estabilizada.

Obviamente, há uma série de outras políticas de governo pelo lado da oferta da economia que podem ser adotadas. O Brasil vem adotando uma série delas, inclusive essa ênfase na recuperação do investimento, apesar de, no curto prazo, pressionar-se a demanda. Isso é importante pelo lado da demanda, mas gera capacidade de oferta para a economia brasileira. Há uma ênfase grande nisso neste momento. Acho que essa é uma reforma estrutural por que passa a economia brasileira, investindo em energia, em logística, em transporte. Enfim, isso, certamente, ajuda não só a manter esses 40 milhões que foram inseridos nos últimos anos, mas também a melhorar sua condição dentro do que chamaríamos de uma classe média ampla, melhorando a condição dessa população ao longo do tempo, com aumento do crescimento potencial, com mercado de trabalho que emprega, que cria empregos, como tem sido o caso brasileiro ainda neste momento.

Essas discussões são importantes, e as fazemos com os demais membros da equipe econômica. Certamente, no Banco Central, podemos fazer nossa parte, dando estabilidade financeira e monetária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini.

Passo a palavra, agora, ao próximo orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Tombini, é um prazer contar com sua presença aqui outra vez, contar com sua tranquilidade e competência ao falar sobre a nossa economia.

Presidente, eu sei que o papel do Banco Central é o de cuidar dos aspectos monetários, das regras financeiras. Estávamos até discutindo aqui, e o Senador Armando Monteiro me chamou a atenção para esse aspecto. De qualquer maneira, embora a função do Presidente do Banco Central seja a de administrar os aspectos monetários e financeiros, o Banco Central tem uma posição muito privilegiada para observar a economia no seu conjunto, mesmo que isso não seja de responsabilidade do Banco Central.

Algumas perguntas que quero fazer são específicas; outras eu as faço para saber o seu sentimento sobre o que vai acontecer no futuro. Uma delas diz respeito diretamente ao Banco Central: a preocupação com a inflação. A inflação está caindo sem dúvida alguma – e o senhor tem todos os méritos –, mas, se observarmos as projeções para os próximos anos, veremos que só a Índia prevê inflação maior do que a brasileira em 2013. Isso, a meu ver, é preocupante.

Outro assunto que considero preocupante e também diz respeito ao Banco Central é o déficit tanto na balança comercial como nas transações correntes, que foram recordes nesse último mês. A pergunta é se isso é sazonal, porque, pelo que a gente olha, não parece ser sazonal, ou se é resultado de algum outro fenômeno e qual é esse fenômeno. O que levou, de acordo com os analistas do Banco Central, a esse déficit imenso tanto da balança comercial como das transações correntes?

Mais um item que tem a ver, Sr. Presidente, é o aumento que houve neste mês de janeiro na carga fiscal. Nós não apenas superamos os R$100 bilhões de receita em um mês, mas, quando a gente analisa a relação dessa receita com o PIB do momento, houve um ligeiro, é verdade, mas houve um aumento da já enorme carga fiscal.

Dito isso, queria fazer duas considerações sobre a economia em geral se o Senador Delcídio permite, mas sem discurso.

A primeira, Presidente, é uma preocupação que venho tendo há algum tempo: a como andam os fundos de pensão no Brasil. A que ponto podemos ter segurança de que esses fundos de pensão estão sendo administrados com o rigor técnico que a gente precisa ter, tendo em vista toda repercussão que tem qualquer erro na administração desses fundos? Quando a gente vê os investimentos que estão sendo feitos em diversas atividades com o dinheiro dos fundos de pensão, a gente tem a sensação de que acende uma luzinha lá dentro da gente de que as coisas podem não estar sendo feitas com rigor. E quando a gente analisa a politização na gestão desses fundos também fica certa preocupação.

E, finalmente, também na sua visão privilegiada de Banco Central, embora não responsável por isso, se o senhor não tem a sensação, e talvez não possa dizer se tiver, de que a economia está bem, mas não vai bem. Ela está bem quando a gente a analisa nos dias de hoje, nos seus indicadores, mas ela não vai bem quando a gente percebe os entraves adiante que a economia tem que vencer para continuar superando suas dificuldades. E se não vê que estamos tendo ilusões que estão sendo vendidas como realidade da economia. Ilusões como a Grécia, a Espanha, Portugal nos últimos anos tiveram e, de repente, essas ilusões desapareceram e trouxeram as crises.

Essas são as perguntas, aproveitando a sua presença não apenas como o responsável pelas atividades do Banco Central, mas também como uma autoridade que está numa posição privilegiada para observar todos os fenômenos da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Cristovam Buarque, muito obrigado pelas perguntas. Serei breve, seguindo orientação da presidência e dos demais Senadores.

Bem, a inflação, como mostrei na apresentação, vem caindo. V. Exª reconhece a queda da inflação. Pelo menos desde outubro do ano passado, estamos com a inflação ao consumidor, o IPCA, na faixa um pouco abaixo de 6%. O IPC da Fipe, que saiu ontem, já está na faixa de 4,70% salvo engano, 4,74%, muito próximo do que seria a meta de inflação caso fosse nesse indicador, é outro indicador de preço de consumidor. O Índice Geral de Preços, no acumulado de doze meses, encerrou o ano de 2012 acima de 11%; o ano de 2011 em torno de 5,5%, ou seja, caiu mais do que a metade do que foi em 2010. E agora o IGPM, em fevereiro de 2012, está na faixa de 3,40%, 3,44%, para ser mais preciso. Incidentalmente esse Índice Geral de Preços é o que a Índia utiliza como seu balizador de política monetária.

Não há sistema de metas de inflação, mas, obviamente, eles usam um índice geral de preços que seria algo semelhante ao nosso Índice Geral de Preços daqui, que já esteve na faixa de dois dígitos, na Índia, e encerrou o ano na faixa de sete e poucos por cento esse índice geral de preços, o mesmo que, no Brasil, está na faixa de 3,40%.

Em relação ao futuro, as nossas projeções para 2012 e 2013 estão muito em torno da nossa meta. Estão ao redor da nossa meta de 4,5%.

Os participantes de mercado, numa pesquisa que nós temos do Banco Central, a Focus – e há outras pesquisas também –, estão estimando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na faixa de 5,11%, salvo engano, de acordo com a pesquisa que foi divulgada ontem. Houve uma elevação recente. Está na faixa de 5,11%, ou seja, afastado um pouco do centro da meta de 4,5%, mas, realmente, não vi qual é a projeção dos outros países. Não sei se a Índia – V. Exª tem essa indicação – ou se há outro país além da Índia, mas, certamente, 5,11% não nos satisfazem no Banco Central. Nós perseguimos o centro da meta, 4,5%, mas não há descontrole inflacionário. V. Exª não sugeriu isso em relação a essa matéria.

Bom, temos progressos. Vamos continuar progredindo, vamos convergir para o centro da meta de inflação. Esse é o nosso trabalho nos próximos meses.

Em relação ao déficit em transações correntes, que V. Exª menciona, inclusive recorde para janeiro, 7 bilhões, com uma balança comercial em déficit de mais de um 1 bilhão, 1,3 bilhão, salvo engano, não esperamos que isso seja uma tendência, mesmo porque a balança comercial, em fevereiro, já vem acima de 1,7 bilhão de superávit – foi um déficit em janeiro, atípico. Esperamos, sim, uma conta corrente com déficit em torno de 65 bilhões para este ano, ao redor de 2%, pouco acima de 2% do PIB, historicamente. Eu estava mencionando, há pouco, que, nos últimos 40 anos, o déficit das transações correntes orbitou em torno de 2% do PIB. Em alguns anos foi a 5%, o que gerou preocupação sobre a capacidade de financiamento do País, mas ele tem flutuado em torno de 2%, o que é algo manejável. Isso diz respeito também à nossa necessidade de absorver poupança externa para financiar tudo o que temos que financiar aqui no Brasil, principalmente na área de investimentos.

Então, concordo com V. Exª. O Presidente do Banco Central – o Banco Central está numa posição privilegiada – tem que avaliar todos os setores da economia; e hoje em dia não só da brasileira, mas das principais economias. Nós temos feito um trabalho muito profundo em relação à economia global. Nós temos dado muita ênfase a isso. Acho que isso é importante para o Banco Central, para a nossa capacidade de leitura do ambiente internacional, não só por curiosidade, mas, como o ambiente internacional afeta o País, temos feito isso. Acho que tem melhorado ao longo do tempo, mas, certamente, em relação às transações correntes. Isso é algo que está no nosso radar. Nós projetamos 65 bilhões. É em torno de 2% do PIB e não gera preocupação no sentido de capacidade de financiar isso.

Em relação à carga fiscal, o Brasil, reconhecidamente, tem uma capacidade de arrecadação grande; desenvolveu isso ao longo das últimas décadas. Tem arrecadado bem. A nossa política fiscal, a consolida-

ção fiscal tem sido direcionada no sentido de colocar a relação dívida/PIB numa trajetória inequivocamente de declínio. Isso abriu possibilidade para o País financiar taxas de juros mais baixas; está ajudando na convergência das nossas taxas aqui dentro e das taxas que o Brasil capta lá fora em níveis mais baixos. É necessário que continue esse processo.

Como V. Exª mencionou, enfim, não é área da responsabilidade do Banco Central. Sou um observador e um observador atento a essa matéria, porque impacta o nosso trabalho, e o Governo, com sua política fiscal, o que faz em termos de alocação das despesas, definição, e como faz o mix entre receita e despesa. Essa é uma decisão governamental. Tem impacto diferenciado sobre a política monetária, mas é certo que a nossa capacidade de arrecadação é grande, tem evoluído e tem ajudado também a melhorar as condições de financiamento de toda a economia, quando o Brasil é percebido não só como solvente, mas com uma margem de segurança grande em relação à sua solvência.

A outra questão que V. Exª coloca é até que ponto não estaríamos nos iludindo como outros se iludiram com situações aparentemente...

Então, em relação a isso, nós temos uma política fiscal que vem entregando resultados que põem a trajetória dívida/PIB declinante; nós temos uma regulação financeira que atua de forma estrita sobre as entidades reguladas; temos uma supervisão também intensa; temos não só trabalhado para fazer a inflação convergir para a trajetória de metas, a economia brasileira tem gerado emprego, mas também nós temos, ao longo dos últimos anos, reforçado as nossas defesas. Nós tínhamos uma liquidez em reais que foi bastante útil na crise de 2008, quando liberamos mais de R$100 bilhões da noite para o dia para irrigar o sistema financeiro, nós tínhamos R$270 bilhões para enfrentar aquela crise e liberamos mais de R$100 bilhões. Hoje nós temos mais de R$440 a 450 bilhões de volta no Banco Central. Ou seja, nós restabelecemos a defesa em níveis mais fortes. Não estamos nos iludindo com esse ambiente internacional que foi de certa forma volátil, em alguns momentos favoráveis, mas nós temos continuado a progredir no sentido de tornar o Brasil bom hoje a ao longo do tempo.

A outra questão são as reservas internacionais. Também muito útil quando parou financiamento externo após a crise, o colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008. Nós tínhamos 205 bilhões de dólares de reservas naquele momento para enfrentar aquela crise; utilizamos várias modalidades, leilões, divisas, financiamento ao exportador, financiamento a empresas que tomaram dívida lá fora e não conseguiram pagar pelo fechamento do mercado internacional, intervenções no mercado futuro, um conjunto de ferramenta que nós utilizamos, obviamente com lastro de 205 bilhões.

Hoje nós temos 355 bilhões de reserva.

Continua o nível moderado em relação ao tamanho da economia: 15%. Outros países comparáveis: Índia, 20%; Rússia, 30%, China, 50% do PIB em termos de reservas internacionais. O Brasil, moderado, mas tem fortalecido essa defesa.

Então, nós estamos olhando o curto prazo, administrando a política econômica e sem descuidar de riscos futuros, fortalecendo as nossas defesas. Eu digo que o Brasil está bem e vai bem adiante, pela nossa capacidade de enfrentar momentos mais turbulentos na área internacional, sem ilusões.

Acho que são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini.

Com a palavra, agora, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Presidente do Banco Central, Dr. Tombini. Srs. Diretores, sejam bem-vindos a nossa Comissão e também o Senador Lobão Filho.

Gostaria, se possível, de voltar a uma lâmina que foi apresentada que se chama “Fluxo de capitais para o Brasil em 2012” – página 20.

Enquanto o senhor fazia sua explanação, eu tentava imaginar o que o Banco Central vai fazer daqui para frente para segurar o dólar ou segurar o real, porque alguns colegas Senadores que me antecederam foram críticos em relação ao déficit, à questão das exportações. Todos nós sabemos que é um problema e sei que o Banco Central, o Governo trabalham na direção de fazer com que o Brasil seja um país competitivo e tem que ter uma moeda condizente com essa questão das exportações.

Pedi para colocar isso de volta, porque quando passou pela primeira vez, logo pensei que enquanto nós tínhamos fluxo de capitais positivos, nós deveríamos ter um dólar mais fraco e, quando nós temos negativos, devemos ter um dólar mais forte.

Mas, na realidade, ao buscar na Internet rapidamente as cotações do dólar em cada mês, não foi isso que eu encontrei. Na realidade, os primeiros meses, que têm fluxo positivo, eles têm uma média para o dólar de 1,61 e, quando ele se torna negativo, o dólar subiu e tem uma média de 1,79.

Eu fui também relator da medida provisória que trouxe a cobrança do IOF sobre derivativos, e ela cai exatamente em cima do mês de setembro, que foi quando o Governo sinalizou que iria cobrar de 1 a 20 ou 25% do IOF sobre os derivativos. Então, a partir de setembro, o dólar mudou de patamar, ele saiu de 1,61 para 1,79 – passando por 1,75 e 1,77. No meu

entender – e eu gostaria da sua confirmação –, isso demonstra que a política adotada naquele momento, da introdução da possibilidade de o Governo taxar mais fortemente o especulador, foi acertada. Acredito que o aumento de 11% que ocorreu no dólar nesses dois períodos tem muito a ver com esse tipo de atitude que o Governo adotou, que o Banco Central adotou.

Essa é a constatação e, aí, vem a pergunta.

Sei também – tenho acompanhado no dia a dia – da briga que vocês têm travado e da bravura que vocês têm demonstrado na defesa do real, para não deixar o dólar mergulhar, aliás, o real mergulhar. Então, a minha pergunta, depois dessa constatação, é a seguinte: o Banco Central tem mais instrumentos, tem mais munição para fazer a defesa da nossa moeda?

Com o aumento do fluxo de capitais e recursos para o Brasil, a economia brasileira, conforme o senhor está colocando, vai bem, inegavelmente vai bem. Há alguns problemas, como o Senador Cristovam coloca, mas, à medida que se analisa um item desses da sua apresentação – dá para discutir por três, quatro dias sobre isso –, vê-se que não há problema algum. De maneira geral, a economia vai bem, nós temos de reconhecer isso, e, para mim, o ponto principal para justificar o fato de ela ir bem é a questão da moeda. Vem, então, uma pergunta clara: o Banco Central vai continuar defendendo o real? Tem instrumentos para isso? Eu não vou perguntar quais são os instrumentos porque não teria graça – o senhor não iria responder mesmo, não é? –, o mercado poderia se antecipar a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Gostaria apenas de registrar aqui a presença do Deputado Vaz de Lima. É uma honra recebê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bem, o Banco Central vem com uma política explícita de acumulação de reservas ao longo do tempo. Mencionamos agora os valores; conseguimos, inclusive, acumular mais US$150 bilhões desde o auge da crise de 2008.

Essas intervenções são chamadas pelos economistas de intervenções esterilizadas, porque você compensa depois o impacto monetário de comprar tantos dólares – você injeta reais e tem de tirar de volta da economia. Essas intervenções têm sido úteis também para evitar que um termo de troca muito favorável, como é o caso do preço das *commodities* agrícolas, que o senhor conhece bem, por estar muito forte, não se reflita numa taxa de câmbio real demasiadamente apreciada. O câmbio real não é só onde é que está a relação real/dólar, mas também a inflação, que come a competitividade por dentro. Então, isso tem sido eficaz, há estudos demonstrando isso em termos da suavização do impacto de um excelente termo de troca sobre a taxa de câmbio real.

O Banco Central tem feito esse processo de acumulação ao longo do tempo. Por outro lado, no ano passado, quando discutimos aqui no início do ano, as preocupações do Banco Central eram: fluxo muito intenso de capitais, como era então e é o caso ainda hoje, que geravam pressões no preço dos ativos, inclusive a taxa de câmbio – num período de reversão, poderia gerar uma instabilidade financeira. Então, você tinha de ter consciência disso e atuar sobre isso. E atuamos em várias frentes. Por exemplo: diminuímos a capacidade de o mundo apostar contra o dólar no mercado brasileiro, tanto no mercado de divisas quanto no mercado futuro de dólares, culminando com aquela medida provisória que V. Exª mencionou e relatou aqui, que trata da aplicação do IOF na posição nocional de derivativos em moeda estrangeira. Foi um conjunto de políticas importantes para a proteção da economia brasileira desses fluxos; proteção não no caso necessariamente do preço da moeda, mas evitar que se absorva muito e, depois, saia muito no momento de *stress*, como nós vivemos a partir de agosto do ano passado.

Então a nossa medida foi adotada um pouco antes, e depois virou medida definitiva em setembro, também coincide com a virada do mercado internacional. Sentirá o mérito dela. E acho que ele diminui a capacidade de o mundo apostar contra o dólar aqui, no mercado brasileiro, por um lado, e, por outro lado, coincidiu com a deterioração do ambiente internacional, o que deu esse movimento na moeda estrangeira.

O Banco Central continua com o seu processo de acumulação de reservas, como eu disse antes e tenho dito, nós nunca abdicamos desse processo, mesmo nos momentos mais difíceis, quando tivemos que intervir do outro lado, como foi em setembro, quando tivemos de vender dólares, quando tivemos que vender derivativos para fazer com que o mercado funcionasse – porque a gente quer que o mercado funcione, nós temos responsabilidade também sobre isso, o Banco Central. Então nós entraremos nesse mercado para assegurar que ele tenha condições de funcionar, seja financiando o exportador, seja para dar saída no mercado de derivativos, pois as coisas mudam muito rapidamente.

Os instrumentos são amplos. Como V. Exª me recomendou, não devo explicitá-los aqui. Mas no passado adotamos um conjunto amplo de instrumentos – e 2011 foi o caso – e o Banco Central, olhando,

avaliando a situação de 2011, está satisfeito, porque mesmo na virada de ambiente internacional, que foi muito abrupta (meses de agosto e setembro do ano passado), o Brasil passou bem; teve um repique logo, logo, que alguns segmentos gostam, porque quanto mais valorizado, melhor para eles, mas certamente ninguém gosta desse controle nessa área.

Então nos suavizamos esse movimento, acumulando reservas – no caso, o Governo entrou com o IOF, e nós participamos dessa decisão, tanto nas captações de curto prazo, quanto no mercado de derivativos... E tudo isso ajudou a manter, primeiro, a economia estabilizada nesse flanco, que é o flanco da moeda estrangeira, e, segundo, quando nós vimos uma composição dos fluxos, por exemplo, os de 2011. Mas em 2011 houve uma menor participação de captações de curto prazo em relação às de longo prazo e que para frente é bom, porque dá mais estabilidade para os fluxos mesmo com um ambiente internacional variando. Por outro lado, houve uma modificação na composição desses capitais entre investimento direto e captações, ou seja, aquilo que era 60% de captações e 40% de investimento direto, em 2010, foi o contrário em 2011: 70% de investimento direto e 30% em captações.

Também outro indicador pode não afetar a quantidade, mas a qualidade do fluxo dá uma idéia mais de...

Então, o Banco Central continua olhando para essa área, continua acumulando reservas, com as suas intervenções internalizadas, havendo uma intensificação dos fluxos que ponham em risco a estabilidade financeira, se nada for feito, até a inflação, porque é dinheiro que se espalha pela economia: se for muito forte, em função do que está sendo feito lá fora... Enfim, nós já temos um histórico recente de entradas nesse mercado e não nos furtaremos a garantir a estabilidade nessa área da economia também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini; muito obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhores diretores, eu gostaria, sinceramente, de compartilhar do otimismo de V. Sªs em relação à inflação. Mas tenho algumas preocupações que eu gostaria de externar.

Realmente, se nós olharmos para trás, pegando o índice do IPCA deste mês, ela está declinante, porque também não é para menos: a gente pega aí, olhando para trás, uma balbúrdia, um rescaldo inflacionário que marcou o final de 2010 e o começo de 2011, em grande parte decorrente das eleições. Agora, se nós olharmos para frente, pegando o índice deste mês, do IPCA deste mês – a meta inflacionária é definida pelo IPCA – de 0,56, nós vamos chegar a 6,7, de modo que... E mais, a inflação de serviços é bem mais alta que esta, e a inflação de serviços impacta gravemente a vida das pessoas e a indústria, que já está pressionada por um câmbio absolutamente adverso.

E este ano é ano de eleições.

Então, eu tenho preocupação com este cenário. Eu gostaria de externar isso para V. Exª e também perante a Comissão.

A segunda questão – um tema recorrente da oposição – é a seguinte: a analogia muito próxima entre a antiga conta-movimento do Banco do Brasil e as operações Tesouro-BNDES. O Tesouro toma dinheiro no mercado e empresta ao BNDES. E não é pouca coisa: 49,2 do passivo total do BNDES, que corresponde a R$294 bilhões, decorrem de financiamentos especiais concedidos ao banco pelo Tesouro.

Por outro lado, os empréstimos da Petrobras equivalem a 67% do patrimônio líquido e 41% do patrimônio de referência do banco. Pergunto a V. Exª como essa situação é vista sob a ótica das regras de Basileia.

A terceira questão, Sr. Presidente, também diz respeito à função, digamos assim, de guardiã da saúde do sistema financeiro, que é cumprida pelo Banco Central. Diz respeito ao Banco do Brasil.

Nós estamos assistindo hoje a uma verdadeira guerra no Banco do Brasil, uma verdadeira guerra entre o Banco do Brasil e a Previ. É uma guerra de gigantes. O Banco do Brasil, se não é, ainda poderá ser, e logo, o primeiro banco do nosso País, com R$1 trilhão em ativos. O lucro líquido do Banco do Brasil foi extraordinário no ano passado. A Previ é um gigante também. Seu patrimônio é de R$152 bilhões. Ora, nós temos hoje uma guerra declarada entre o Presidente da Previ e o Presidente do Banco do Brasil, entre o Sr. Ricardo Flores e o Sr. Aldemir Bendine, que nada mais é do que o reflexo de algo que vem acontecendo na gestão petista já há muito tempo, que é a luta entre as facções petistas pelo controle dessas instituições, luta na qual se destacam figuras importantes do mundo do sindicalismo petista bancário, como Gushiken, como Berzoini, como Vaccari, e que teve consequências muito ruins para o banco. Hoje há uma notícia no jornal *A Folha de S.Paulo* a respeito da suspeita de um pagamento de propina para um ex-diretor do banco de R$1 milhão. A Visanet esteve no centro de um escândalo financeiro no ano passado.

Há 15 dias... A coisa chegou a um ponto, essa briga política pela gestão do banco, que estão brigando por gerências do Banco do Brasil. O Presidente da Câmara dos Deputados derrubou uma sessão da Câmara dos Deputados no Brasil onde se ia votar um projeto do mais alto interesse público, de interesse do

Governo, sobre fundo de pensão para funcionários públicos, porque não foi atendido no pedido da nomeação de um gerente.

Faço essas considerações para perguntar se V. Exª considera que essa situação configura ou pode levar a um risco para a saúde do sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Aloysio Nunes, obrigado pelo reconhecimento de que a inflação acumulada já está em níveis melhores do que esteve num passado recente. Nós, inclusive, tivemos oportunidade de discutir várias vezes nesta Comissão, e com outros, sobre a inflação, que atingiu um pico em setembro, outubro do ano passado, que ela viria para baixo. Mas, naturalmente, a inflação corrente é uma medida importante também, porque ela impacta o que está acontecendo hoje, nas famílias, nas decisões das empresas e também pode impactar, como é o caso que nós já verificamos na história econômica de inflação no Brasil, porque também impacta nas perspectivas de inflação.

Então, é um fato que a inflação está caindo, é importante por si só, mas também para os prognósticos e para as perspectivas de inflação no futuro.

A inflação do primeiro trimestre é uma inflação sazonalmente mais alta. Sazonalidades têm concentrações principalmente na educação, nos transportes públicos, em que tem se verificado certa sazonalidade, uma incidência de ajustes ali nesse primeiro período. Então, não é um trimestre com inflação mais baixa; historicamente, se pegar todos os anos, é um dos trimestres que tem inflação mais alta. Então, não dá simplesmente para fazer a anualização de um mês como janeiro, em fevereiro a inflação será mais baixa. Os resultados correntes da inflação são favoráveis para as perspectivas de inflação no ano. Então, se nós pegarmos um período de oito meses, desde de maio do ano passado, quando ela caiu daquele paredão de 80 para 47, como está ali, e pegarmos até janeiro, os 0,56 que V. Exª mencionava, ou seja, foi um período um pouco maior, e tirarmos a média, dá em torno de 0,41. Quer dizer, a inflação não é 4,5 mas é 5,03 para ser específico. Então, a inflação está andando num nível mais baixo, e vamos fazer com que ela continue rodando assim, inclusive convergindo para a meta de 4,5%.

Esse é o nosso trabalho e nós não abrimos mão dessa convergência.

Em relação às outras questões, obviamente o BNDES está sujeito às regras de Basiléia; todas as operações eventuais são feitas entre o banco e o seu controlador; tem que estar de acordo com as regras de Basiléia.

Do ponto de vista da estabilidade do sistema financeiro, nós olhamos para questões, tais como a capacidade do capital de uma instituição ter de absorver perdas. Então, isso do ponto de vista da desestabilidade financeira.

Toda a arquitetura de regulação está desenhada nesse sentido: primeiro, que as instituições tenham provisões para fazer frente a perdas esperadas; são as provisões para devedores duvidosos, há estatísticas para isso; segundo, que as instituições financeiras tenham capital suficiente para absorver perdas não esperadas.

Uma relação de longo prazo, como essas que V. Exª menciona, entre o controlador e o controlado, elas têm que atender às regras de Basiléia. Então, do ponto de vista do regulador prudencial, nós temos que nos certificar disso.

Questão econômica mais ampla, de eventual impacto no crédito, na demanda, inflação, somos observadores atentos dessas relações, tanto é que ajustamos os nossos instrumentos de acordo não somente com essa instituição que V. Exª mencionou, mas o mercado de crédito em geral está muito forte ter repercussões sobre o nosso outro mandato, que é a estabilidade monetária. Isso vai ser levado em consideração.

Incidentalmente na questão do BNDES, as concessões diminuíram bastante entre 2010/2011, têm-se mantido, como foi dito, inclusive, lá pelo Presidente do BNDES, que haveria uma moderação do crédito. De fato, no ano passado houve, ajudou no processo de controle da inflação.

Em relação ao último tema que V. Exª colocou, nós regulamos todas as entidades indistintamente, seja de natureza pública ou privada, seja de capital nacional ou estrangeiro. Nós atuamos nas questões de governança, de reputação, entre outras questões também. Então, nós temos equipes dedicadas às instituições, e às maiores instituições temos equipes dedicadas permanentemente no acompanhamento delas. À medida que uma questão de governança afete o funcionamento, o Banco Central estará ali, atento a esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

Só para registrar, os próximos inscritos: Senador Luiz Henrique, Senador Lindbergh, Senador Lobão e Senador Pedro Simon.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Tombini, eu queria iniciar fazendo um registro de reconhecimento ao trabalho que o senhor vem realizando no Banco Central, sobretudo considerando

que o Banco Central tem dado exemplos de que pode desafiar certos dogmas que no Brasil vigoravam até bem pouco tempo e que tinham mais a ver com religião do que com ciência, principalmente em relação a essa visão do que é taxa de juro de equilíbrio etc.

O Banco Central teve, na sua gestão, indiscutivelmente, o mérito de poder até confrontar o próprio mercado, e os resultados já confirmam inteiramente o acerto da condução e eu tenho certeza de que a política monetária vai caminhar na direção de que o Brasil possa ter uma taxa de juro real que convirja mais rapidamente com o padrão internacional.

No entanto, há uma distorção que está presente na economia brasileira sobre a qual há um vácuo do ponto de vista regulatório e até fiscalizatório que diz respeito à questão gravíssima dos *spreads* bancários no Brasil. Ou seja, para o tomador final do crédito, seja ele a pessoa física, seja ele a pequena empresa, os *spreads* no Brasil são pornográficos, são absolutamente indecentes.

Quando refiro o vácuo regulatório é que o Banco Central, que cumpre um papel muito importante do ponto de vista da regulação prudencial, como guardião da saúde do sistema financeiro – nós reconhecemos isso, e cumpre bem esse papel – o Brasil tem um padrão de regulação prudencial mais conservador do que o padrão internacional. Esse ponto o Banco Central cumpre bem. No entanto, quem atua na questão da defesa da concorrência no sistema financeiro? Porque os *spreads* no Brasil podem ser explicados em grande medida pelo elevadíssimo grau de concentração do sistema bancária. É que, no Brasil, os cinco maiores bancos têm talvez – o presidente vai me corrigir se tiver errado – 75%, 78% dos ativos bancários.

É verdade que a indústria bancária, no mundo, evoluiu para um grau de concentração maior, mas, no Brasil, esse quadro é muito agravado na medida em que não há mais instituições, por exemplo, regionais, pequenos bancos de caráter regional. As cooperativas de crédito no Brasil também têm um papel absolutamente irrelevante. Há países como a Alemanha, por exemplo, onde as cooperativas de crédito representam 15% do total do crédito.

Seu, Presidente, que essa agenda dos *spreads* é complexa. Temos questões ligadas à imensa cunha fiscal que incide sobre as operações, uma fortíssima tributação sobre o crédito que, diferentemente do que muitos ingenuamente supõem, isso não penaliza a instituição financeira, isso penaliza o tomador do crédito que, em última instância, tudo é repassado a ele.

Temos ainda a questão do nível de depósitos e recolhimentos compulsórios, que no Brasil é muito elevado. Temos a questão de que as margens de intermediação do sistema são muito elevadas. Por isso que operar banco no Brasil é um grande negócio. Nós imaginávamos que as instituições internacionais que vieram para o Brasil pudessem ter contribuído para estabelecer certa concorrência no sistema que, em última instância, se traduzisse numa redução do custo final do dinheiro. E, no entanto, elas se acomodaram muito bem a esse patamar de operação no Brasil, e o resultado disso tudo é que o Brasil tem *spreads* bancários elevadíssimos.

Então, Presidente, já que o Banco Central não atua na defesa da concorrência, já que o Cade, que seria também um órgão que zela, que cuida da defesa da concorrência – o Cade acha que é o Banco Central que faz esse papel. E o Banco Central não o faz. Então, esse vácuo, do ponto de vista regulatório e fiscalizador, que ideia o Presidente Tombini tem para que o Brasil preencha claramente essa lacuna?

Finalmente, embora existindo um elevado grau de concentração, o Brasil tem uma margem para operar nessa área, que é a forte presença de bancos públicos que poderiam induzir de forma mais efetiva esse processo de maior competição no próprio sistema financeiro em benefício do tomador do crédito.

Então, eu queria ouvir o Presidente Tombini sobre isso na perspectiva de que o Governo vem ensaiando algumas medidas para enfrentar essa questão dos *spreads*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Senador Armando Monteiro. Agradeço as palavras de apoio ao trabalho do Banco Central.

Eu queria dizer, em relação ao *spread* bancário, que continua sendo uma prioridade do Governo, como tem sido dito, e o mesmo com o Banco Central. Temos trabalhado, há medidas que estão entrando em vigor com que vamos ajudar a reduzir o *spread*. Tem sido uma preocupação da Presidenta Dilma e, sob a orientação da Presidenta nessa matéria, temos trabalhado em alguns flancos importantes.

A nossa agenda de *spread* é uma agenda longa. Houve muito progresso, diga-se de passagem, em relação ao *spread* no que era no Brasil há dez anos, por exemplo. Além disso, temos que levar em consideração também que agregamos aí quase 40 milhões de pessoas da classe média. Houve uma formalização muito grande das empresas no País. Então, o acesso ao crédito aumentou muito. Saímos de 25% do PIB para 50%.

Só para se ter uma ideia de novos tomadores...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, permita-me só um pequeno reparo. Quer dizer, isso não seria, Presidente, um raciocínio, isso não serve para reforçar a minha tese porque, se os bancos passaram a operar numa escala maior, na economia a escala deveria se traduzir em redução do custo das operações unitárias e tal. O que a gente verifica é que os bancos ganharam escala, têm uma receita de tarifas extraordinária, o que significa dizer que a absorção dos custos administrativos se faz também pela via da tarifa e, no entanto, os *spreads* são muito elevados.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – V. Exª tem razão. Quer dizer, economia de escala é um conceito caro aos economistas. Eu, na condição de economista, não poderia deixar de reconhecer que, ampliando a base, posso ter o mesmo resultado com uma margem menor. O que eu queria pontuar é que, inclusive, o *spread* tem caído ao longo do tempo, mas quero pontuar também que tem novos tomadores; saímos de uma base de 5,6 milhões, em 2003, para 29 milhões, em 2011. Em termos de clientes, o sistema bancário aumentou expressivamente nesse período. Então, também mais uma razão para nos preocuparmos com isso, porque tem a ver com a estabilidade, tem a ver com a necessidade de fortalecer a educação financeira para, digamos, não fazer com que o crédito, que é uma boa coisa, gere problemas no futuro.

Mas, falando um pouco mais praticamente sobre esse assunto, temos algumas medidas tomadas recentemente que vão entrar em vigor, sem contar a questão do cadastro positivo, que foi aprovado pelo Congresso Nacional recentemente, está sendo já adotado e implementado pelos participantes. Enfim, isso vai melhorar a qualidade da informação e dar mais uma ferramenta para esse *spread* cair de forma segura, sem aumentar o risco da economia, mas, além disso, nós, do Banco Central, a partir agora do início de abril, a nossa central de crédito, que tem um enfoque para nós, do ponto de vista regulatório, inclusive a banda da regulação que V. Exª elogiou, a prudencial, de fato, é reconhecidamente forte no Brasil por outros países, reduziu o limite das operações de crédito que são registradas em nosso sistema de informação, o ASCR do Banco Central, de cinco mil para mil reais. E entra em vigor agora no dia 2 de abril.

Isso vai aumentar muito a base de informações, são 151 milhões de novas operações que serão individualmente identificadas, que não estavam. Agora, 160 bilhões de reais de crédito passam a ser individualmente identificados, 90% se referem à pessoa física e 10% à pessoa jurídica de pequeno porte, ou seja, a qualidade da informação vai melhorar muito, ela é boa para nós, Banco Central, como regulador do sistema para calibrar as nossas políticas e monitorar o risco do sistema. Mas é bom para o sistema também que tem condições, seguindo as regras do Banco Central, de ter o acesso a essas informações para calibrar as suas operações.

Então a nossa visão, nós vamos acompanhar isso, está entrando em produção agora em abril, é uma orientação da Presidenta no sentido da redução do *spread*, que nós vamos acompanhar ao longo do tempo para ver como isso evolui; se de fato ajuda no processo.

Outro processo recente também e que está em implantação é a questão privada, regulada pelo Banco Central/Conselho Monetário Nacional, também sob orientação desse guarda-chuva da Presidenta de endereçar a questão do *spread,* é a central de cessão de créditos, que é um mercado muito intenso, com os problemas que ocorreram na crise internacional, o modelo de negócios e os problemas específicos no Brasil. Esse mercado deu uma travada, está voltando aos poucos, em bases mais sólidas. E a C3, central de cessão de créditos, que é patrocinada pela autoridade monetária, pelo CMN, está evoluindo. Nós criamos incentivos para que isso se acelere, inclusive, que é a terceira medida que vou falar aqui, e melhore a qualidade da informação que se tem sobre carteiras cedidas. Até que ponto essas carteiras foram cedidas, ou foram cedidas mais de uma vez; até que ponto os créditos que estão por trás das carteiras cedidas já não foram pré-pagos.

Então nós vamos aumentar a segurança e restabelecer esse mercado de cessão de crédito, que ajuda na competição, pois apesar daquele número que V. Exª coloca, que está essencialmente correto, que é sobre a concentração, há muitas outras instituições que originam crédito de boa qualidade e que podem transferir, entre as instituições, a C3, que é um elemento importante, para que essa cessão se dê em base mais sólida e ajude a destravar esse mercado e ajude a pressionar as margens nesse mercado mais competitivo.

Falamos aqui, então, que há medidas sendo tomadas e que vão entrar em produção, vão ajudar nesse processo, inclusive do o cadastro positivo aprovado aqui.

A terceira: recentemente, nós fizemos uma liberação de compulsórios para dinamizar esse mercado de cessão de crédito dos bancos menores, que originam crédito, que tiveram essa questão do mercado de compra e venda de crédito, que não evoluiu como no passado. Então nós liberamos até 30 bilhões de reais, que vão sendo liberados ao longo deste ano, já fizemos a definição ao longo deste ano, para a condição de aquisição de crédito de instituições menores. Então

é outra medida que visa ao destravamento desse mercado, o aumento da competição, ainda que não sejam criadas novas instituições, mas que sejam fortalecidos os mecanismos.

Nós não estamos de mãos vazias nesse sistema do *spread,* há três medidas importantes, sem contar a medida aprovada pelo Congresso Nacional que, nesse momento, milita no sentido de aumentar a competição no sistema.

Era mais ou menos isso que eu desejava falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) **–** Presidente, para não perder a oportunidade da relevância da pergunta do Senador Armando Monteiro, qual a diferença de patamar do *spread* praticado no Brasil com as economias mundo afora?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Isso é sempre difícil de comparar, não tenho esse número aqui, mas eu posso fazer dois ou três comentários rápidos a respeito disso. Primeiro, é preciso saber o que você está comparando. Nós temos hoje o crédito imobiliário, que tem uma taxa máxima de 12% ao ano, para o mutuário. Nós temos o crédito agrícola, que tem uma taxa de 6% ao ano, talvez 6,5%. Nós temos o crédito ao financiamento de longo prazo, pelo BNDES, que está com a taxa de TJLP de 6%. Então esses são três segmentos do crédito com taxas de juros comparáveis a outras economias. É o crédito direcionado.

O restante do crédito... Se pegar o crédito à pessoa física, evoluiu – os *spreads* ainda são elevados, como foi dito aqui, reconhecidamente... Tem sido feito um trabalho, continua sendo, a ênfase do Governo da Presidenta Dilma de tratar dessa questão. Crédito também que nos chama a atenção e em que temos que trabalhar em cima é o crédito à pequena e à média empresa, para reduzir o custo ao longo do tempo. Então, isso vai ser foco de estudo.

Depois temos que ver o que a gente está comparando nesse crédito livre. Quer dizer, você pega taxa preferencial. A nossa taxa preferencial está, hoje, em 17% ao ano. Em relação a outras economias... Quer dizer, não é a taxa da pessoa física. Enfim, temos que ver o que estamos comparando. Então, se pega o crédito direcionado, ajusta pela qualidade do tomador... Se é taxa preferencial, aí nós fazemos uma comparação. Minha visão é que é maior que a média internacional, mas não é aquele crédito específico. Se pegar o cheque especial ou outra modalidade que tenha uma peculiaridade aqui no Brasil, aí acho que estamos distorcendo o debate. Não é para minimizar o problema. Acho que o diferencial é uma agenda para ser feita e é prioridade do Governo e, certamente, também do Banco Central. Mas temos que saber o que estamos comparando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, senhores diretores do Banco Central, o assunto que vou referir é da maior relevância. Eu o trago aqui pensando no desenvolvimento do nosso País, na geração de emprego, no crescimento da nossa economia. Diz respeito à sangria crescente da conta turismo.

Em 1994, quando foi criado o real, nós tivemos um déficit, na conta turismo, de US$1,2 bilhão. Esse déficit subiu para US$4,4 bilhões em 1987; foi para US$5,6 bilhões em 2008; para US$10,5 bilhões em 2010; para US$14,4 bilhões em 2011. Em janeiro, o déficit foi de R$1,335 bilhão.

Ora, como o Brasil registrou o maior déficit nas transações correntes desde 1947, prevê-se que o déficit da balança do turismo vai chegar a entre US$16 bilhões e US$20 bilhões. Cerca de 1,5 milhão de brasileiros visitaram os Estados Unidos em 2010, deixando seis bilhões naquele país.

O Professor Fernando Marcondes de Matos, notável economista de Santa Catarina, produziu um documento, que vou passar às mãos de V. Exª, fazendo uma diagnose muito profunda dessa situação, apontando as causas desse desequilíbrio na conta turismo e propondo alternativas.

Eu farei a V. Exª a seguinte pergunta: o Banco Central está atento a esse déficit da conta turismo, que já chegou a 30% do déficit em transações correntes do País? E que medidas poderão ser adotadas para conter essa sangria de divisas do Brasil, somente em viagens internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Luiz Henrique. Obrigado também pela descrição dos dados da balança de serviços, no caso da participação do turismo.

O Banco Central olha a questão da conta corrente do balanço de pagamentos de uma forma agregada, mas, naturalmente, é importante ter essa visão setorial que V. Exª traz para o debate. Nós, no Banco Central, participamos e participaremos da agenda que envolve os eventos esportivos que teremos nos próximos quatro anos. Estamos trabalhando numa série de medidas que fazem parte desses compromissos no sentido de facilitar a vinda de turistas para o Brasil por ocasião desses eventos. Seguramente, isso terá repercussões para o futuro, terá um legado positivo nessa matéria para, digamos, aumentar a receita do turismo receptivo no Brasil. Eu acho que tem muito potencial.

O Estado de Santa Catarina, certamente, é um dos Estados que mais recebem turistas e que, certamente, se beneficiará no futuro dessas políticas que têm a ver com questões cambiais, enfim, com facilitação do processo na chegada de turistas aqui. Nós também estamos trabalhando com o Ministério do Turismo. Já há algumas reuniões. Há a preocupação do Ministro Gastão sobre como facilitar esse turismo receptivo no País. Então, não estamos totalmente alheios a essa questão. E vamos trabalhar no futuro...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite?

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só mais um esclarecimento.

O Ministério do Turismo previa que o Brasil receberia 12 milhões de turistas até 2010. Nós recebemos hoje 5 milhões de turistas/ano. Participamos com 0,5% do movimento turístico internacional. E, de divisas, obtemos apenas 5 bilhões dos 900 bilhões que são gerados pelo setor que já emprega 30% dos trabalhadores do mundo. Esse é um setor vital para a economia do nosso País.

Eu pediria a V. Exª que, nas suas gestões com os demais órgãos do Governo, estivesse atento a esta questão: conter a sangria e fazer com que o Brasil, este país continental, maravilhoso e cheio de atrações, com 7.200 quilômetros de costa, com Pantanal, com Amazonas, com Foz do Iguaçu e as Cataratas, possa efetivamente fazer como os outros que fazem do turismo um item fundamental na sua agenda econômica.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Senador Luiz Henrique. Certamente, suas palavras vão balizar também o nosso esforço, junto com outros ministérios, no sentido de, no que está ao alcance do Banco Central, tornar o processo de turismo receptivo mais amigável, mais facilitado no que diz respeito à nossa regulação cambial, valor de pequeno porte, enfim, facilitações para esse turista que vem para o País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, Cuba, com todas as restrições, já coloca de turistas 5 milhões de pessoas. Cuba! Daquele tamanho!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de lembrar o seguinte: o Governo tem instrumentos. Se a pessoa viajou quatro vezes por mês aos Estados Unidos e trouxe cinco, seis malas a cada vez, está havendo o verdadeiro turismo de compras. O Brasil ficou mais caro que os Estados Unidos. Então, as pessoas vão lá, compram carrinho de bebê, compram tudo. Está havendo uma sangria. Isso é um assunto gravíssimo, Sr. Presidente. Inclusive, vou requerer a V. Exª a criação de uma subcomissão nesta Comissão para tratarmos especificamente dessa sangria. Vejo que, de 96 para cá, o déficit subiu de um bilhão de quatrocentos para – o que se prevê este ano – 16, 17 a 18 bilhões de dólares.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, a proposta é muito importante. Eu acho que nós podíamos dar o exemplo: nos próximos seis meses, os Senadores não vão viajar para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Belíssimo exemplo, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Lindbergh, que acabou de retornar de uma missão no exterior.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu, como cheguei de viagem, fico tranquilo.

Sr. Presidente Alexandre Tombini, do Banco Central, olha, tem horas que eu poderia dizer que o Banco Central sofreu alguns ataques especulativos ao longo dessa trajetória em dois momentos. E eu acho que nós estamos entrando em um terceiro, a terceira onda de ataques, de críticas ao Banco Central, e eu queria registrar, fazer voltar um pouco na nossa história.

Eu me lembro como, no começo do ano passado, alguns diziam que essas medidas macroprudenciais não iam funcionar, que a gente tinha de subir de forma mais substantiva a taxa Selic. Era esse o debate do começo do ano. A gente viu o contrário. O terceiro trimestre do ano passado mostrou o contrário. Na verdade, as medidas macroprudenciais tiveram um efeito fortíssimo sobre a economia. Então, naquele debate, o Banco central estava certo quando resistiu a uma pressão de setores do mercado que queriam aumentar mais a taxa Selic.

Nós tivemos um segundo momento em que o senhor foi muito criticado, inclusive nesta Casa, no Senado Federal. Foi no final de agosto, quando o Banco Central baixou a taxa de juros em zero meio ponto. E eu fico pensando, agora ,o teria sido do terceiro e do quarto trimestre da nossa economia se o Banco Central não tivesse se antecipado naquele momento. Agora, voltam novamente ao debate.

O engraçado é que o debate que existe fora, nos setores de mercado e na imprensa, não está se traduzindo, Senador Armando Monteiro, no Senado Federal. Eu acho que está faltando a oposição assumir com firmeza suas bandeiras neste debate aqui, para fazermos o debate que interessa também à sociedade. O debate que está havendo com alguns setores não vem aqui para o Parlamento.

Na verdade, eu queria falar sobre isso, Talvez, a parte mais importante da fala do senhor aqui, hoje,

foi quando disse que, em relação ao futuro, a 2012, a 2013, o Banco Central vai perseguir o centro da meta. Porque de ontem para hoje houve mudanças, Senador Armando Monteiro. Tem gente achando e o mercado tratando 2012 com 5%, 2013 também. E o senhor vem aqui e diz: "não, nós vamos perseguir o centro da meta." Como também não acreditavam que o Governo ia fazer o seu esforço fiscal e o Governo entregou a meta cheia de superávit. Não estamos caminhando para outro arranjo macroeconômico.

Então, eu acho que utilizar este momento na Comissão de Assuntos Econômicos para este debate é muito importante. O senhor trouxe um gráfico muito interessante: taxa de juros reais negativa em quase todo o mundo. Nós temos que baixar nossa taxa de juros, até porque – e eu não vou perguntar sobre o câmbio, o Senador Blairo Maggi já falou – a gente sabe que pressiona o câmbio. E a angústia em todos nós que acompanhamos essa cena é que vivemos, de fato, uma guerra cambial. A gente não sabe até que ponto IOF, continuar comprando dólares, aumentando nossas reservas, o programa Brasil Maior.

Mas tenho certa sensação de estar enxugando gelo nessa área, e essa é uma preocupação muito grande – o Senador Armando Monteiro sempre fala –, e é preocupação com a nossa indústria. Nós não podemos virar exportadores de *commodities*. Esse é um problema real. No Brasil, a economia está bem em vários pontos, mas esse é um problema real. A Presidenta Dilma Rousseff sabe disso e tem feitos todos os esforços no sentido de tentar proteger a nossa indústria.

Mas eu faço esta fala para dizer o seguinte: quero parabenizar a condução do Banco Central. Eu não sou – ouviu, Presidente? – de ficar elogiando autoridades quando vêm aqui. Mas quero entrar neste debate para elogiar a posição do Banco Central. Continue neste caminho, um novo arranjo macroeconômico, reduzindo a nossa taxa de juros, com esse esforço fiscal.

Eu queria só citar outra coisa sobre os números internacionais, em relação à questão fiscal, Senador Armando Monteiro. Veja bem 2011. Sabe qual a relação dívida/PIB Alemanha? Cinquenta e sete por cento. Itália? Nem se fala: 100%. Japão: 130%. França: 81%. Nós chegamos, no final do ano, agora, a 36,6%. Nossa relação dívida/PIB caiu. Agora, a projeção do Banco Central em relação ao déficit nominal. Números de 2010: Alemanha, déficit nominal, 4,3%; França, 7,1%; Estados Unidos, 10,5%. A previsão para 2012 é de 1,2% de déficit nominal. Nós vamos, daqui a pouco, com o alívio fiscal da diminuição da taxa de juros, Senador Delcídio, chegar a déficit nominal zero. Se olharmos o mapa à frente, vamos ser superavitários. Então, é essa a situação do País.

Por isso, eu não faço uma pergunta. Eu faço aqui esta intervenção, porque eu tenho acompanhado o debate e a cena pelos jornais, pela imprensa. Eu queria, neste momento aqui, expressar a minha posição de concordância com esse caminho do Banco Central e reafirmar que o senhor, aqui, neste dia de hoje, deixou muito claro que o Banco Central vai perseguir o centro da meta. Está mirando 4,5% em 2012; está mirando 4,5% em 2013.

Então, esse é o motivo da minha intervenção aqui no final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Só para agradecer ao Senador Lindbergh as palavras. Enfim, não é de hoje que nós temos recebido o apoio do Senador em relação às políticas que vêm sendo adotadas, à racionalidade dessas políticas. Quero crer que, pelos resultados recentes, temos demonstrado que tem havido um montante de acertos maior do que os erros da autoridade monetária na matéria da estabilidade monetária.

Agradeço, mais uma vez, em nome do Banco Central, esse debate, esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lobão. Depois, o Senador Pedro Simon.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Presidente.

Presidente Tombini, eu havia preparado algumas indagações aqui, mas já estamos todos cansados, e eu estou ávido para ouvir o nosso Senador Pedro Simon. Então, serei muito breve e vou fazer apenas uma indagação.

Eu li recentemente um relatório do Tribunal de Contas da União, que fez uma analise sobre 17 instituições públicas arrecadadoras, fiscalizadoras e normatizadoras do setor público, entre elas o Banco Central. Chegou-se à conclusão de que as multas emitidas por esses órgãos não têm sido pagas. Cito agora como exemplo o Banco Central, que é a sétima dessas instituições, tendo aplicado R$770 milhões de multas no período de 2008/2010. Agora, pasmem: dos R$770 milhões de multas aplicadas, foram recolhidos apenas R$57 milhões.

Eu perguntaria a V. Exª: o que fazer para diminuir essa inadimplência? Essa inadimplência terrível não mostra um desrespeito às multas aplicadas pelo Banco Central? Isso não traz um prejuízo na credibilidade do Banco Central como agente fiscalizador, já que impõe a multa, e a multa não é paga?

Apesar de o Banco Central ser a sétima instituição federal na aplicação dessas multas, é uma das últimas na efetivação desse pagamento.

Então, permanece a pergunta: que importância e que atitude o Banco Central dá a um quadro como esse?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador Lobão Filho, em relação às multas aplicadas, os números são esses que V. Exª coloca nesse período. O Banco Central vem empreendendo um esforço adicional nesta matéria. Naturalmente, todas esses eventos de aplicação de multa e a consequente cobrança segue o devido processo administrativo e legal. Nós estamos intensificando a recuperação de multas e créditos do Banco. Nós temos um programa – está aqui o Procurador do Banco Central, Dr. Isaac Sidney, que vem liderando esse processo.

Nosso desempenho nessa área tem melhorado recentemente, e vamos continuar neste processo de recuperação não só dos valores devidos por ocasião de multas, mas também de outros eventos, recuperação de créditos do banco central. A ênfase é grande, há espaço para avanço; como os dados que V. Exª coloca aí indicam, há espaço para melhoria, embora naturalmente haja o devido processo administrativo e obviamente o processo legal.

A assessoria da área jurídica me passa a informação de que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, o Banco Central é das autarquias que mais arrecadam, recebem multas no conjunto das autarquias. V. Exª menciona a diferença entre arrecadação e coleta, mas como mencionei, estamos trabalhando nessa área e temos tido resultados inclusive mais fortes nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como último orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não estou tirando o lugar de ninguém?

Sr. Presidente, é a terceira vez que o Presidente do Banco Central vem aqui, e eu não tive chance de estar presente. Eu teria perguntas a fazer, mas a esta hora não é o problema, mas faço questão de salientar o respeito e a admiração que tenho por V. Sª. Gosto muito da Presidente Dilma, acho que ela está tendo uma forma de agir que considero muito importante. E são em gestos como este, de convidar V. Sª para Presidência do Banco central, de convidar a atual Presidente da Petrobras que ela demonstra como conduzir este País.

Eu recebi com muita emoção a indicação de V. Sª. Nós vimos duas indicações anteriores, cá entre nós, surpreendentes. O Fernando Henrique convida para Presidência do Banco Central o maior executivo, o maior aplicador do mundo em termos de finanças internacionais. Vem o Lula e indica para Presidente do Banco Central um Deputado eleito pelo PSDB, até hoje o primeiro presidente estrangeiro do Banco Mundial de Boston. Então, foram situações estranhas essas. Vem a Dilma e indica V. Sª. Não que eu queira me gabar, mas V. Sª é gaúcho...

Mas V. Sª é um homem criado ali, viveu ali, técnico especializado, vida limpa, transparente, não tem nenhum tipo de envolvimento com qualquer outra coisa que não a sua dedicação ao seu banco. E, V. Sª vem, à revelia do que se falava... "não, o mundo está em crise, a situação é delicada, não podemos mexer nos juros, aumento ou coisa nenhuma..." V. Sª vem abaixando [os juros] à revelia da imprensa, dos economistas que estão a toda hora dando seu pensamento, "não é por aqui"... V. Sª foi, e está dando certo.

Então, eu vejo V. Sª e sua diretoria, seus colegas, realmente é excepcional! Acho que V. Sª tem simplicidade. V. Sª está bem melhor; no início, quando falava, via-se que não estava acostumado, era um técnico que estava fechado, acostumado a falar entre quatro paredes, mas agora, pegou a tarimba logo, seus pronunciamentos são muito positivos, suas explicações estão sendo muito concretas. E eu vejo com muita alegria inclusive algumas coisas que não são fáceis; vejo alguns economistas, alguns jornalistas ligados à área econômica reconhecerem que V. Sª estava certo, que ao contrário do que se imaginava sua ação vem sendo altamente positiva. Que bom, que bom!

Sr. Presidente, eu estou num apelo dramático para que ela assine o ficha limpa, porque está lá. É interessante porque nasceu lá com Jorge Hage, que é Ministro dela, junto com o Ministro da Justiça e junto com o Chefe da Casa Civil, que estão fazendo isso. Quer dizer, não partiu de ninguém; partiu do próprio Governo. A imprensa já publicou que eles iam levar à Presidente, mas acharam que não era para falar no assunto enquanto o Supremo não decidisse, porque se a Presidente, de repente, adotasse, podia parecer que ela estava querendo provocar o Supremo, dar uma orientação ao Supremo. Então resolveram esperar a decisão do Supremo.

Eu falei, pelo telefone, com o Ministro Jorge Hage, falei, também pelo telefone, com o Ministro da Justiça, falei, também pelo telefone, com a Chefe da Casa Civil. Tenho falado insistentemente com o Líder do Governo, Romero Jucá, e todos dizem que ela vai entrar nessa linha e vai assinar.

Acho, com toda sinceridade, que V. Exª é um bom exemplo nesse sentido. Acho que V. Exª e sua equipe que está lá tem tido o respeito, a admiração de todos nós. Que bom! Que bom a pessoa veio da simplicidade, foi ali, cresceu desenvolveu, progrediu, avançou nos seus estudos, na sua tecnologia e de repente V. Exª está na Presidência do Banco Central. Não é por pressão política de A ou B ou porque o partido indicou; é por competência pessoal, por capacidade pessoal. E é grande o mérito da Presidente da República ao ver isso. A escolha foi, essencialmente, porque ela teve a visão e a grandeza de escolher o homem certo para o lugar certo.

Eu quero felicitá-lo e dizer que tenho o maior carinho e, digo mais, o maior orgulho pela ação de V. Exª. Vejo que esse pensamento é generalizado. Todas as interpretações que vejo de economistas, inclusive de pessoas que pensam diferente de V. Exª, que têm opinião diferente, dizem: "Temos de reconhecer que até agora ele está dando certo".

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Senador Pedro Simon, por esse apoio, essas palavras generosas em relação ao Banco Central e à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero agradecer, mais uma vez...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estão perguntando se ele é colorado também. Isso eu não sei. *(Pausa.)*

Então, é completo. Podia dar uma mão à Gutierrez, que está fazendo um absurdo com a gente. Quer dizer, estamos às vésperas de perder os jogos do mundo lá em Porto Alegre porque essa empresa está fazendo chantagem com a gente. Se pudesse dar "um durinho" do Banco Central nela, seria uma boa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer ao Dr. Tombini e à Diretoria – Hamilton, o flleugmático Altamir Lopes –, agradecer aos Senadores e às Senadoras que participaram, assim como ao um Vice-Presidente, Senador Lobão, e parabenizar o Tombini, mais uma vez, por essa audiência e ressaltar o nível qualificado dos debates que nós empreendemos ao longo desta manhã de terça-feira.

Teremos reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos, às 10 horas, na próxima terça-feira.

Muito obrigado a todos.

Uma boa semana de trabalho.

(Iniciada às 11 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti, e da Senadora Marta Suplicy reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, Gim Argello e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, que "dá nova redação ao Art. 102 e ao Art. 103-B da Constituição Federal, que dispõem sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça, para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça, e dá outras providências", que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nº 42 e 51, de 2007, bem como a ouvir, no âmbito desta Comissão, a Corregedora Nacional de Justiça sobre os avanços registrados pelo Conselho Nacional de Justiça nestes 6 anos desde a sua criação. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 94, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres e 19, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo. **Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** PEC Nº 00097 / 2011, Senador Demóstenes Torres e outros; PEC Nº 00042 / 2007, Senador Tião Viana e outros; PEC Nº 00051 / 2007, Senador Almeida Lima e

outros. **Convidados: Senhora Ministra Eliana Calmon,** Exma. Sra. Corregedora Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; **Senhor Paulo Schmidt** Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. **Justifica ausência: Senhor Ministro Nelson Jobim,** Exmo. Sr. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal – STF. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, que dá nova redação ao art. 102 e ao art. 103, "b", da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça, e dá outras providências, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2007, que altera a Constituição Federal para possibilitar a perda de cargo do magistrado que receber recursos indevidamente com o fim de influenciar decisões judiciais, e com a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2011, que altera o art. 37 para dar novo regulamento à responsabilidade por atos de improbidade administrativa, conforme os Requerimentos nº 19 e nº 94, de 2011, desta CCJ, de iniciativa dos Senadores Vital do Rêgo e Demóstenes Torres.

Os convidados são a Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; e o Sr. Paulo Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra. Também foi convidado o ex-Ministro Nelson Jobim, que é ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, que justificou a ausência.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará algumas normas - antes, convido a Ministra Eliana Calmon para tomar assento à mesa, assim como o Sr. Paulo Schmidt. *(Pausa.)*

Os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores, pela ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem, pelo Regimento, de apenas três minutos, mas será assegurado aos Srs. Senadores o tempo de até dez minutos para interpelação, sendo-lhes vedado interpelar os membros da própria Comissão. Aos convidados, fica proibido, pelo Regimento, interpelar os membros da própria Comissão.

Eu já convidei para tomarem assento à mesa a Ministra Eliana Calmon e o Dr. Schmidt.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 97 é de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros Senadores.

Ela dá nova redação, como eu disse, ao art. 102 da Constituição Federal, para explicitar, nas alíneas "b" e "r" do inciso I, a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, nos crimes comuns, os membros do Conselho Nacional de Justiça (Conselho Nacional de Justiça) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como as ações ou causas de qualquer espécie contra o CNJ e seus atos e contra o CNMP e seus atos e de suas corregedorias, ainda que tenham a União no polo passivo.

Altera a redação do art. 103-B da Constituição Federal para determinar que compete ao CNJ: processar e julgar, mediante provocação de qualquer pessoa, faltas disciplinares de juízes, serventuários da Justiça e dos foros extrajudiciais, podendo aplicar, além das penas já constantes do texto constitucional, as de advertência e censura, inclusive a juízes de segunda instância e dos tribunais superiores, bem como outras sanções administrativas, garantida a ampla defesa (inciso III do § 4º), e avocar e rever, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, os processos ou procedimentos disciplinares, envolvendo os mesmos sujeitos, julgados ou arquivados há menos de cinco anos (inciso V do § 4º).

Acrescenta §§ 4º-A e 5º-A e altera a redação do § 5º do mesmo artigo 103-B, para tornar clara a competência da Corregedoria Nacional de Justiça, autônoma e concorrente em relação aos órgãos administrativos dos tribunais, podendo instaurar procedimentos e propor ao plenário do CNJ a abertura de processo administrativo disciplinar, requisitar informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou

não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos sob sua apreciação; dispõe que a abertura de processo administrativo disciplinar pelo plenário do CNJ suspende, até deliberação final, a instauração ou o prosseguimento de procedimentos similares nos tribunais. Determina que, enquanto não houver lei específica, o CNJ disciplinará, por resolução, seu funcionamento e as atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça, sem prejuízo daquelas constantes do art. 103-B da Constituição Federal, na redação dada pela presente proposta.

Essa proposta é do Senador Demóstenes Torres e de outros Senadores que a assinaram.

Para instruir a PEC nº 51, de 2007, também não terminativa, do Senador Almeida Lima e outros Senadores, que altera o art. 37, para dar novo regulamento à responsabilidade por atos de improbidade administrativa:

> "Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, cujas penas, sanções e atos restritivos de direito são aplicáveis a todos os agentes públicos, ordenadores de despesa ou não, que tenham praticado o ato ou contribuído, por ação ou omissão voluntária, para o seu resultado."

O relator é o Senador Randolfe Rodrigues.

Observação: tramitou em conjunto com várias outras propostas, grande parte delas arquivadas no final da última legislatura. Atualmente, tramitam em conjunto apenas as PECs nº 42, nº 51, de 2007, recebida em 21/12/2011, quando foi recebido o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres e de outros Senadores, e, no mérito, favorável à Proposta, bem como da Emenda nº 1, na forma de substitutivo que apresenta e pela apresentação de requerimento de desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nº 42 e nº 51, de 2007, para que passem a tramitar autonomamente.

Eu quero, antes de dar a palavra à Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça do CNJ, registrar aqui a lista de presença de autoridades:

Dr. Sílvio Marques, Desembargador e Assessor da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ;

Dr. Patrício Almeida, aqui representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará – seja bem-vindo Dr. Patrício;

Dr. Jairo Schäfer, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ;

Dr. Ricardo Chimenti, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ;

Dr. Marlos Melek, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ;

Dr. Erivaldo Santos, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ;

Dr. Paulo Regis Machado Botelho, Juiz do Trabalho e Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 7ª Região do meu querido Ceará – seja bem-vindo também;

Dr. Luiz Felipe Vieira de Melo Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a quem convido para sentar-se na nossa bancada de Senadores.

Dr. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a quem também convido para tomar assento na bancada dos Senadores.

Para dar início aos nossos trabalhos de audiência pública, convido e concedo a palavra à Ministra Eliana Calmon.

V. Exª terá, obviamente, o tempo regimental de 20 minutos, podendo ser prorrogado pelo tempo que houver necessidade por parte de V. Exª.

A Presidência vai conceder o tempo que V. Exª achar necessário para fazer a sua exposição.

Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ELIANA CALMON – Senador Presidente Eunício Oliveira, meu colega Dr. Paulo Schmidt e Srs. Senadores, peço licença para distinguir os autores das Emendas nº 42 e 45, os Senadores Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, minhas senhoras e meus senhores, meus auxiliares diretos na Corregedoria, meus colegas magistrados aqui presentes, é com muita satisfação que compareço aqui, atendendo ao convite da Comissão de Constituição e Justiça para falar um pouco daquilo que tenho vivido nesses últimos 18 meses, que é o Conselho Nacional de Justiça, na parte da Corregedoria Nacional.

Eu quero dizer aos senhores que sou juíza de carreira, estou há 32 anos nas funções judicantes e, há alguns anos, eu me preocupo, consideravelmente, com os aspectos do Poder Judiciário que eu venho, ao longo dos anos, criticando. Mas a crítica é construtiva, de quem quer bem e de quem quer que o Poder assuma o seu papel constitucional que a Constituição de 1988 estabeleceu para o Poder Judiciário.

Essa minha crítica é no sentido de que, lamentavelmente, o Poder Judiciário brasileiro tem sérias dificuldades de assumir o papel constitucional desenhado pelo legislador de 1988, porque nós continuamos com um discurso antigo, com um modelo antigo e com uma

estrutura que não está se aguentando para assumir as responsabilidades impostas pela Carta de 88.

Com esse espírito, cheguei ao Conselho Nacional de Justiça e quero dizer que, embora muitas das atividades do Poder Judiciário se assumam por uma questão de antiguidade, eu escolhi ser Corregedora, eu queria muito ser Corregedora. E por que eu queria ser Corregedora? Eu queria ser para fazer um pouco mais, abrir um pouco mais a visão de que nós precisávamos, em primeiro lugar, fazer um mea-culpa, mas não um mea-culpa interno. Nós precisávamos falar para os nossos jurisdicionados que nós não estamos bem, que temos dificuldades estruturais e, por isso mesmo, estamos no Conselho Nacional de Justiça para que o Poder Judiciário possa desabrochar e atender a suas funções, porque, sem dúvida alguma, a Emenda nº 45 foi de uma felicidade ímpar, na medida em que criou o Conselho Nacional de Justiça para fazer o que no Poder Judiciário? Não interferir no Poder Judiciário, mas para dinamizar, estruturar administrativamente o Poder Judiciário, que estava com gravíssimos problemas de gestão administrativa. E, ao passo que estabeleceu exatamente a função do Conselho de uniformizar as práticas administrativas, estruturar a parte administrativa e, sobretudo, criar o chamado "Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário", a Emenda nº 45 também criou a Escola de Formação de Magistrados porque, dessa maneira, a concepção é a de que o Poder Judiciário, estabelecido no seu *status quo*, bem administrado, e os novos magistrados que chegavam bem formados, nós nos encontraríamos um dia para fazermos do Poder Judiciário aquilo idealizado pelo legislador de 1988, que é o Poder Judiciário completo, responsável, incumbido de fazer a justiça justa e não apenas a justiça legal. Não ser a boca do legislador, mas ser aquilo que há necessidade de se resolver em relação às políticas públicas, em relação às justiças justas para o povo brasileiro.

Sabia que ia encontrar grandes dificuldades, mas eu entendia que a função precípua da Corregedoria como está na Constituição não é apenas a questão disciplinar: é a questão da execução das políticas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça traça, através do seu plenário, do seu presidente, das suas comissões, a política e o planejamento estratégico a ser seguido pela magistratura de maneira uniforme. E a Corregedoria fiscaliza a realização desse trabalho de execução dessas políticas traçadas pelo CNJ. Daí por que os inúmeros projetos que a Corregedoria estabeleceu, ainda sob a administração do meu antecessor, o Ministro Gilson Dipp, que deu um dinamismo extraordinário à Corregedoria nacional – e eu dei seguimento a todos os projetos, acrescentando alguns outros que estão ligados exatamente a essa atividade de gestão, de administração.

Mas a Corregedoria não é só isso. A Corregedoria é também o órgão onde há o início de toda a atividade disciplinar.

Quero esclarecer que não é a Corregedoria que julga os magistrados. A Corregedoria inicia esse procedimento, a partir do recebimento de reclamações, de providências e de representações. E a partir dessa atividade investigativa é que a Corregedoria apresenta ao Plenário a possibilidade da abertura de uma sindicância para, posteriormente, ser aberto um processo administrativo.

Observem os senhores que o caminho é longo e não há a mínima preocupação de dizer que a Corregedoria ou o Conselho Nacional de Justiça é um tribunal de exceção, porque não existe ampla defesa. Não, absolutamente. A Corregedoria investiga, inclusive sigilosamente, sem que haja a manifestação de qualquer das partes, porque, inclusive, as partes ignoram o que está se passando no âmbito da Corregedoria, e se houver pertinência para aquela representação ou para aquela denúncia, aquilo se transforma em sindicância, e a partir daí é que nós comentamos, porque passa a haver o contraditório com a intimação daquele que está sendo sindicado. E somente ao final, levando-se o resultado da sindicância para o Plenário, é que o Plenário vai abrir o processo administrativo.

Essa é a tônica da Corregedoria Nacional, onde as atividades disciplinares têm um papel importante, sim, principalmente num momento em que, no Brasil, nós estamos com o Poder Judiciário, como toda a sociedade brasileira, com um esgarçamento ético bastante acentuado.

Daí porque o entendimento que temos é que a Corregedoria Nacional é uma corregedoria pequena. Hoje, eu conto, na Corregedoria, incluindo-me nesse número, com 53 pessoas. É um número bastante limitado, porque nós temos a consciência de que o grande papel de disciplina é feito pelas corregedorias locais. Só que as corregedorias locais estão absolutamente despreparadas para atender à demanda necessária e também pela cultura que se estabeleceu, com ranços, inclusive, de uma civilização bonapartista de que nós temos de nos proteger.

Então, essa cultura das corregedorias locais dificulta grandemente a atividade disciplinar. Daí porque o papel da Corregedoria Nacional é bastante significativo, porque a corregedoria local sabe que, se não houver a interferência e a funcionalidade necessária para o seu mister, ele estará com a Corregedoria Nacional, a quem ele terá de prestar contas.

Tenho de dar diversos depoimentos aos senhores dizendo o seguinte: muitas e muitas vezes, chega à Corregedoria Nacional uma representação ou uma denúncia, e eu, imediatamente, digo à pessoa que procura a Corregedoria Nacional: "Eu irei funcionar juntamente com a corregedoria local". E às vezes basta um simples telefonema ao Corregedor do Estado para eu solucionar a questão. Outras vezes, por informações, que temos não adianta sequer o telefonema ou o ofício porque sabemos que não haverá resultado naquela interferência. É nesse momento que a Corregedoria Nacional tem a possibilidade de instaurar a sindicância, de instaurar a investigação.

Isto é importante frisar porque essa competência concorrente é o que dá toda a força à Corregedoria Nacional. Na medida em que a Corregedoria Nacional se transformasse em um órgão recursal, apenas admitindo a revisão daquilo feito pelas corregedorias locais, nós estaríamos irremediavelmente perdidos nessa grande tarefa que é da reconstrução do Poder Judiciário.

Quero esclarecer aos senhores que foi efetivamente maravilhosa a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, decisão, inclusive, que não precisava ser tomada se nós olhássemos lá adiante desde a criação do CNJ a posição tomada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que admitiu a autonomia do Conselho Nacional de Justiça.

Mas, ao curso destes seis, sete anos de existência, foi sendo criada uma tese da subsidiariedade, da competência subsidiária, e isso ficou muito arraigado no espírito de diversos segmentos da magistratura nacional.

Portanto, essa decisão veio tirar aquela nuvem que pairava sobre a competência da Corregedoria Nacional.

Mas, então, eu pergunto: será que há necessidade de uma PEC, se o Supremo Tribunal Federal já reconhece a competência concorrente? Eu respondo que sim, à medida que se trata de uma decisão em liminar, se trata de uma decisão por uma maioria bastante reduzida e, mais ainda, à medida que essa competência pode ser questionada em um instrumento que é da iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal, que é a Lei Orgânica da Magistratura.

Então, nesse momento, é necessário que o Senado Federal, o legislador brasileiro, com a consciência que tem do que pensa a sociedade brasileira. Foi efetivamente maravilhosa a participação popular na manutenção do Conselho Nacional de Justiça. O povo brasileiro parece que se apropriou do Conselho Nacional de Justiça como se fosse uma propriedade privada e marchou para as redes sócias, para a imprensa, para os "facebooks" da vida, mostrando o que estava pensado sobre o Conselho Nacional de Justiça. E esse orgãozinho criado em 2004 passou a ser questionado pelo porteiro do prédio, pelo faxineiro do edifício e até pelo "bidoutor", aquele que foi para os jornais escrevendo artigos e questionando diversos aspectos jurídicos do Conselho Nacional de Justiça. Foi uma das coisas mais lindas que eu, como cidadã brasileira, presenciei. E tive a felicidade de, por ter um apoio extraordinário do Senado Federal, da imprensa brasileira e do povo brasileiro, da magistratura brasileira – por que não dizer, porque diversos e diversos magistrados começaram a correr para, por meio de *e-mails*, de cartas e cartões, manifestar a sua posição em relação à independência do Conselho Nacional de Justiça...

Daí por que, neste momento, eu acho que é de toda pertinência, sim, o exame dessa PEC e ainda mais estabelecendo algo que é fundamental, quando foi colocada, em dispositivos diversos, a competência concorrente do Conselho Nacional de Justiça para fazer o exame dos processos disciplinares contra os magistrados de primeiro grau, e, em um parágrafo, estabelecendo a competência primária e concorrente também dos magistrados de segundo grau.

E é exatamente aí que está a grande dificuldade: o próprio tribunal julgar os seus é de uma dificuldade sem limites! Ao longo dos anos, ao longo dos tempos e das carreiras todas, temos verificado a existência dessa autodisciplina, a dificuldade que temos de punir os nossos iguais. Principalmente quando esses nossos iguais são pessoas que convivem conosco durante 10, 15, 20 anos.

Eu digo sempre da minha dificuldade quando tive que examinar dois processos disciplinares de colegas meus do Superior Tribunal de Justiça. Magistrados que estavam comigo há muitos anos, dos quais eu conhecia as esposas, fui a todos os batizados e casamentos da família; conviviam na minha casa, e cujos filhos me chamam de tia. De repente, eu viro o julgador desses colegas.

Não é sequer justo para com qualquer magistrado ser o juiz do seu colega, do seu amigo, daquele colega com quem se tem uma convivência tão longa e tão íntima.

Daí por que estabelecendo... E como fez a Emenda 51, em que está explicitada, em um artigo, a competência do CNJ para julgar os juízes de primeiro grau e, em um parágrafo, a competência para julgar os magistrados de segundo grau – porque esses são os mais deletérios quando se enveredam para o mal, porque têm a influência direta dos juízes de primeiro grau. E isso precisa ser realmente combatido.

Mas esse combate precisa primeiro nós aceitarmos que isso existe dentro do Judiciário brasileiro;

aceitarmos e conversarmos com transparência, sem segredos, sem mistério com o próprio jurisdicionado. Todo mundo sabe de tudo, e por que não vamos falar daqueles males? Daí por que entendo que estamos, sim, num momento rico porque estamos tratando de uma PEC que é de pertinência absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª concluiu? (*Pausa*.)

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Schmidt, que é vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

V. Exª dispõe de 20 minutos. Se necessário, a Mesa concederá mais tempo a V. Exª.

Tem a palavra.

O SR. PAULO SCHMIDT – Sr. Presidente, Srª Ministra, Sr. Senador, Srªs Senadoras, agradecendo o convite que me foi feito, saudando a presença de vários juízes do Trabalho, presidente da associação nacional, de várias associações regionais. Demonstrando o apreço que temos por esta Casa, por esta comissão, onde somos muito bem recebidos e ouvidos, reitero que provavelmente o convite me tenha sido feito, Senador Pedro Simon, porque fui da primeira composição do CNJ.

Preciso necessariamente enfocar alguns aspectos históricos para dizer que nós ombreamos com aqueles que pensaram o CNJ lá atrás, desde antes da sua instalação. A Anamatra, de público, veio trazer uma proposta a favor do que então se dizia controle externo, inclusive com uma participação da sociedade numericamente maior até do que a que acabou sendo consolidada porque entendíamos, à época, que também a academia deveria participar. Mas, enfim, o CNJ nasceu e foi instalado com muitas dificuldades. É preciso fazer o registro do denodo e do empenho do então Ministro Jobim, Presidente da Casa, que foi o grande responsável pela arquitetura física que viabilizou a instalação do Conselho.

A instalação do Conselho veio com a realidade de um Judiciário absolutamente desconhecido, porque era, na expressão que se usava na época, "um conjunto, um arquipélago de 96 ilhas", que não falavam entre si, que usavam linguagem de informática completamente surda e muda, de uns com os outros, realidade que ainda hoje não está superada e que no plano político sofreu sérias restrições de setores importantes da magistratura.

Fui designado para relatar a elaboração do Regimento Interno. Criar um Regimento Interno do nada, a partir de um texto enxuto da Constituição, foi uma tarefa difícil. Ela foi experimentada com a contribuição de todos os então conselheiros daquela primeira composição, baseados exclusivamente na experiência pessoal de cada um.

Cada um vinha de um ramo diferente do Judiciário, de um grau diferente, do primeiro, do segundo, dos tribunais superiores, da advocacia, do ministério público, daqui desta Casa e também da Câmara. Lá foram feitas as primeiras discussões sobre a natureza do Conselho e sobre suas competências. Lá já discutimos qual era a natureza do Conselho e qual era sua competência, se estava derrogada ou não a competência disciplinar dos tribunais por conta da Corregedoria Nacional, ou não, se ele se subsumia na administração. Enfim, se ele era um órgão recursal ou se era um órgão originário. A conclusão primeira a que chegamos naquela época foi a de que o CNJ não poderia ser um órgão recursal administrativamente falando, porque ele em pouco tempo seria inviabilizado como hoje estão alguns de nossos tribunais superiores pelo conjunto imenso de processos que lhe são submetidos.

Então, esta foi a primeira definição: a competência do CNJ é originária. Se é originária, ela não é, ordinariamente, recursal e, portanto, a iniciativa lhe cabe tanto na área administrativa quanto na área disciplinar.

Não havia nenhum tipo de discussão se a Constituição, pela Emenda 45, referia se essa competência era concorrente ou era subsidiária, ou seja, após os tribunais. Essa discussão não foi feita. Nós fizemos a discussão sob a ótica da viabilização daquele órgão.

Muito bem, estabelecido isso, as competências específicas de avocação e revisão ficaram claramente dirimidas e, portanto, o CNJ pôde caminhar dali para frente com um busca incessante da sua legitimação. Órgão novo, precisava se legitimar tanto perante a sociedade quanto perante o próprio Poder Judiciário. E as discussões envolveram a elaboração do Regimento, principalmente na estrutura da Corregedoria; por exemplo, se hoje a Corregedoria conta com 53 servidores, o Conselho inteiro temos 30, se tanto, para fazer o órgão começar a funcionar. E o debate foi naquele momento que a Corregedoria era um "órgão" do próprio Conselho subordinado ao Plenário, como todos os órgãos do próprio Conselho, que é a sua instância máxima.

Bom, feito isso, adotamos as políticas públicas republicanas que a sociedade reclamava. Primeiro, no que diz respeito às sessões públicas, que deveriam deixar de ser secretas. Na questão do nepotismo. No enfrentamento da questão remuneratória. Na questão de se levantarem dados confiáveis. Não se conheciam dados do Poder Judiciário. Se bem que o Ministro Jobim, no Gabinete extraordinário, há um ano antes, já havia providenciado a primeira edição do Justiça em Números, e que foi sendo depois aperfeiçoado.

Essas medidas, vamos dizer assim, republicanas é que legitimaram inicialmente o CNJ perante a sociedade e também perante a grande maioria dos juízes – E aí juízes no sentido lato, de todas as instâncias –, que enxergaram no Conselho exatamente aquele órgão que poderia vir a resolver o sério problema de interlocução entre os diversos ramos e as diversas instâncias, que até aquele momento não existiam. Lembro-me de uma informação que nos chegou num certo momento onde se discutia a informatização: após a fusão, após a incorporação dos três Alçadas ao TJ de São Paulo, o Tribunal de Justiça de São Paulo funcionava com quatro sistemas de informática diferentes e que não conversavam entre si. Isso era absolutamente comum em vários tribunais, onde os dados do primeiro grau não se cruzavam com os do segundo. Os dados da Corregedoria não se comunicavam com a Presidência.

Esse é hoje, penso eu, um dos grandes desafios que ainda se colocam para o CNJ. É o planejamento estratégico, é a uniformização de procedimentos e a informática, de modo que um advogado do Acre possa peticionar um processo do Rio Grande do Sul, e vice-versa, e a linguagem ser compatível entre os dois tribunais.

Essa é uma demanda que ainda o CNJ não respondeu e é compreensível, porque não é fácil fazer isso, tendo-se em conta que a tecnologia da informação envelhece a cada seis meses. Isso é uma demanda pendente que precisa ser solucionada.

Mas, voltando à questão da PEC, da forma como está apresentada, repito que a Anamatra, os juízes do Trabalho e em boa parte os juízes federais, até onde sei, tínhamos uma posição e sempre tivemos uma posição absolutamente favorável à ampla competência do CNJ. E nos sentimos muito à vontade quando o Senador Demóstenes apresentou a PEC. Nós viemos dizer que, em linhas gerais, nós concordamos com isso. Portanto, nós nos sentimos muito à vontade. Embora, penso eu, sobre alguns aspectos da proposta que inclusive foi viabilizada pelo substitutivo, há três questões que eu gostaria de enfocar.

Primeiro: a questão do fórum privilegiado. Penso que fórum privilegiado é até um nome impróprio; deveria ser "prerrogativa de fórum". A proposta é alcançar os conselheiros na questão do fórum privilegiado para crimes comuns. O Ministro Celso de Melo agora, na semana passada, publicou um artigo em que ele entende que, politicamente, deveria ser eliminado, a não ser para situações excepcionais, o fórum privilegiado para crimes comuns. O que eu acho, na verdade, é que, para atender a demanda que os conselheiros precisam... Aqui falo de experiência pessoal: o que precisa o conselheiro ter é garantia de fórum em razão do cargo que ele ocupou, das demandas que decorram das decisões que proferiu; e aí pouco importa se durante o mandato ou após. Esse conselheiro poderá ser demandado por ações, digamos assim, de dano moral em qualquer parte do Brasil, em mais de uma vez. Então, talvez a alternativa melhor para o fim pretendido – que, repito, é para dar autonomia e independência para os conselheiros – fosse prever a prerrogativa de função, o foro no Supremo, para as ações que decorram do exercício da função.

A outra questão que gostaria de enfocar é que acho que a intenção na PEC não é nem essa, mas pode vir a sugerir isso – e falo de experiências e de discussões na época. A PEC prevê que a Corregedoria é um órgão do CNJ, é um órgão do Conselho Nacional de Justiça. O órgão é o próprio CNJ. A Corregedoria é, vamos dizer assim, um setor de competência específica para determinada atribuição e competência do Conselho. Mas ela não é um órgão propriamente dito. Penso que isso... Não agora, porque a Ministra, com certeza, não tem esse entendimento. Mas me lembro da época da feitura do primeiro Regimento, em que nós tivemos alguma dificuldade de discussão nesse sentido, e substituir essa redação, excluindo essa expressão "é órgão do Conselho", talvez fosse mais apropriado.

A terceira questão diz respeito à requisição de documentos de informações sigilosas ou não. Eu li a justificativa do Relator, são razões fortes, mas penso que há uma distinção clara entre a natureza do provimento judicial do Conselho, que é administrativo, de provimento judicial que a Constituição prevê e que estão lá no art. 5º, incisos X e XII.

Então, provavelmente, essa proposição, dessa forma, encontre óbice na possibilidade material de emenda da Constituição, vedada no art. 60, inciso IV, § 4º da própria Constituição, que seria...Eu entendo que essa é uma cláusula pétrea e, portanto, há dificuldade, há impedimento de modificação nesse sentido.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, eu teria alguns outros pontos a enfocar que não estão diretamente relacionados à matéria em discussão, à PEC em discussão. Não há proposta nesse sentido, mas me sinto no dever de aproveitar esta fala para lembrar que a forma de composição do Conselho Nacional de Justiça, se não traz problemas, tem, potencialmente, algum risco de afetar a independência do conselheiro. Penso que, no modelo europeu, encontraram uma forma democrática que melhor atende à independência do Conselho – é isso que estamos discutindo –, que, se ele fosse eleito diretamente pelos seus pares, estaria mais bem assegurada. Aliás, uma proposta de emenda, uma ideia já apresentamos em algum momento para alguns dos Srs. Senadores, mas

ainda não conseguimos estabelecer essa discussão. Por isso que a refaço neste momento.

E outra questão que acho deveria ser resolvida – e aí é quase um apelo, Srs. Senadores: hoje, a magistratura da União está numa situação de clara dependência do Poder Executivo, da Chefe do Poder Executivo, num tema chamado "negociações". Agora, lamento que isso não seja uma das preocupações do CNJ.

O que está acontecendo? Há dezenas de listas de magistrados para serem providos cargos nos tribunais que quase fazem aniversário de ano e nós não temos uma solução para isso. Não há, efetivamente, ao que nos aprece, tempo na agenda da Senhora Presidente para despachar com os Ministros envolvidos na questão a fim de saber quem é o juiz que deve ser promovido.

Na verdade, penso que, primeiro, isso deveria ser resolvido sob a ótica da simetria com os TJs. Nos tribunais de justiça, os desembargadores oriundos da carreira são nomeados pelo próprio Presidente e não pelo Governador do Estado. Por que nos TRTs e nos TRFs tem que ser o Presidente da República, que não sabe nada do juiz? Não sabe!

E, aí, nós temos um comando constitucional que determina que o CNJ propugne – e que os tribunais também o façam – por promoções baseadas em critérios objetivos. Vamos reconhecer: essa é uma das questões mais tormentosas que o CNJ enfrenta ao longo desses seus quase sete anos, qual seja, o estabelecimento de critérios objetivos para promover o mais merecedor. E, aí, dezenas, centenas de processos são julgados; há uma normatização que o CNJ fez; levou aos tribunais que implementassem isso, e o que acontece na verdade? Quando os três supostamente mais meritórios entram na lista, e o primeiro, em tese, é o que tem mais mérito, a Presidente da República não está vinculada, não se vincula ao topo da lista, que é o mais merecedor.

Então, esse trabalho imenso, esse esforço que o CNJ faz, que os tribunais fazem – e vêm fazendo há muito tempo – de tentar efetivamente eliminar as possibilidades do compadrio, do tráfico de influência, criando critérios objetivos, nós chegamos a que... Quando os processos chegam aqui para se efetivar a promoção, nós nos deparamos com uma situação dessa.

Então, é quase que um apelo para que essa situação tenha tratamento similar aos TJs. Nos TJs, o Governador apenas nomeia os integrantes do quinto. Os de carreira são nomeados pelo próprio Presidente do Tribunal, assim como também na aposentação.

Presidente, tendo feito essas considerações – e teria ainda muitos aspectos a observar, como também a Srª Ministra –, mas, por enquanto, fico por aqui e faço exatamente uma chamada no sentido de que os juízes esperam muito do CNJ. Esperam muito! E não só na questão disciplinar, no cumprimento de metas, na busca de eficiência, mas esperam também do CNJ a defesa da sua independência, porque, embora esteja na Constituição apenas a atribuição do CNJ de defender a autonomia dos tribunais, friso que não existe autonomia dos tribunais sem defesa da independência do juiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Paulo Schmidt; muito obrigado, Ministra Eliana Calmon.

Vamos à fase de interpelação pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

A Senadora Marta Suplicy está na ordem de inscrição; em seguida, Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Demóstenes Torres, Pedro Taques...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode falar como autor do requerimento.

Como dizia, estão inscritos ainda os Senadores Pedro Taques e Eduardo Suplicy.

Então, como V. Exª é autor do requerimento, pediria que me possibilitasse dar a palavra à Senadora Marta Suplicy, de vez que S. Exª tem, inclusive, daqui a pouco, de presidir a sessão do Senado Federal. (*Pausa.*)

Assim, tem a palavra V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada pela gentileza, Senador Demóstenes, Senador Eunício.

Quero cumprimentar o Dr. Paulo Schmidt pelo aporte de reflexões que nos trouxe e, muito brevemente, parabenizar o Senador Demóstenes pela iniciativa da PEC. Muito oportuna, Senador, e acho que vai tramitar como um bólido neste Senado. E parabenizar, de todo o coração e com toda a alegria a Ministra Eliana Calmon, porque são a determinação e a coragem de V. Exª que vão trazer e possibilitar uma mudança radical no nosso Judiciário. E, como sei também da militância histórica feminista de V. Exª, quero também, como mulher, dizer do nosso orgulho e da nossa admiração pela figura que a senhora trouxe, brilhante, e com todos esses atributos e qualidades que a gente admira. E hoje temos em V. Exª um modelo cívico para todas nós, e também político. Muito obrigada pela contribuição que está dando à sociedade brasileira.

Era tudo o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Vou conceder, então, a palavra...Pela ordem de inscrição, seria o Senador Ricardo Ferraço, mas, como autor da PEC, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srª Ministra Eliana Calmon, Sr. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Paulo Schmidt, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, na realidade, esta é uma discussão muito antiga para quem participa, tanto da carreira do Judiciário quanto das carreiras que compõem as funções essenciais à Justiça.

Tive a oportunidade – lembrei isso inclusive num debate com a Ministra Eliana Calmon no jornal **Folha de S.Paulo** – de dizer que temos essa aspiração mesmo antes da Constituição de 1988. E que, na Constituição de 1988, tentamos criar o que se chamava de Controle Externo da Atividade Judiciária, o controle externo do Judiciário que, como lembrou o Dr. Paulo Schmidt, era algo muito mais ambicioso que foi criado, porque pensávamos realmente num controle externo com a participação mínima do Poder Judiciário.

Mas acontece que a evolução do tema, a maturação da Constituição possibilitou que fizéssemos o Conselho Nacional da Magistratura como um órgão do controle interno, um conselho do controle interno, para que o Judiciário tivesse a oportunidade de se autodepurar, e fizemos isso dando a oportunidade para que os próprios magistrados compusessem majoritariamente esse Conselho. E haveria quatro representantes da sociedade civil, dois indicados pela Câmara dos Deputados e dois indicados pelo Senado Federal, além dos representantes da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Isso feito, houve uma engenharia própria que foi colocar o Conselho Nacional de Justiça logo abaixo do Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo pudesse corrigir as ações do Conselho que estivessem desequilibradas ou afrontosas à Constituição Federal.

E, no debate que travamos aqui – eu já era Senador, muitos aqui já eram Senadores –, lembro-me perfeitamente do Senador Pedro Simon. Nesse debate, dizíamos que era importante que assim fosse, por quê? Porque se evitariam os questionamentos quanto à competência do Conselho Nacional de Justiça para processar e julgar originariamente os seus pares.

E por que colocamos dessa forma na Constituição? Por que, sabidamente, as corregedorias locais não funcionavam. Lembro-me de um exemplo claríssimo dado aqui pelo Ministro Nelson Jobim: quando alguém tinha que ser punido, os desembargadores mais velhos chamavam aquele desembargador, o faltoso, e diziam: "Está na hora de você se aposentar". Essa era a punição. E, muitas vezes, até me lembro que o representante da Magistratura se indignou naquele momento, dizendo que no Estado dele nunca foi assim, mas era um consenso que fosse dessa forma, um consenso reconhecido pelo então Presidente do Supremo Tribunal Nelson Jobim.

Nós podemos dizer o seguinte: o Relator, naquele momento, era o hoje Ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge, e o Ministro Nelson Jobim encontrou uma redação que satisfazia o pleito do Congresso, da sociedade e dos próprios magistrados, para que o Conselho tivesse efetividade.

E dizia o seguinte:

> "Art.130 .....
> B .....
> § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:
> I. .....
> II. .....
> III. receber e conhecer (...)"

Todo mundo sabe o que é conhecer, no jargão jurídico: quem conhece em seguida julga; julga procedente ou julga improcedente. Então, não se pode dizer que, com isso, o Conselho estaria afastado daquela função de julgar originariamente os juízes faltosos.

Muito bem. Mas houve, a partir da edição, por parte daqueles que nunca se conformaram com a existência do Conselho – é bom dizer isto: uma parte da magistratura substancial nunca se conformou com a existência do Conselho Nacional de Justiça. Tanto é que, logo no ano de 2005, houve uma ação direta de inconstitucionalidade e, nessa ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo, por maioria esmagadora, disse: o Conselho Nacional de Justiça é constitucional. Mas vem a revanche sempre. Vem a revanche!

E quem sofre com essa revanche não é só a Ministra Eliana Calmon; quem sofre são todos os brasileiros que esperam um Poder Judiciário cada dia melhor. O Dr. Paulo Schmidt esteve lá, fez parte da primeira composição e contribuiu brilhantemente para que esse Conselho pudesse atuar.

Mas, então, o que é que nós imaginamos? Para evitar a dificuldade que, repito, neste momento é da Ministra Eliana Calmon, mas amanhã será de outro corregedor; portanto, é da própria sociedade brasileira, é que nós concebemos essa proposta de emenda à Constituição. E deixamos claro que, em vez de receber e conhecer das reclamações, fica "processar e

julgar, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, faltas disciplinares praticadas por membros ou órgãos do Poder Judiciário". Processar e julgar: não tem mais claro, não é? Se estava ali obscuro, não o era em minha opinião, e quem lida com o Direito sabe muito bem que não é obscuro. Mas, para evitar problemas, colocamos então: "processar e julgar, aplicar advertência e censura" etc.

Colocamos também avocar e rever, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, processos ou procedimentos disciplinares em relação a faltas praticadas por membros ou órgãos do Poder Judiciário e auxiliares da Justiça, ou de serventias de foro extrajudicial, e ampliamos o prazo de os processos serem julgados ou arquivados para menos de cinco anos, em vez de ser um ano, como é hoje.

Eu gostaria até de perguntar a V. Exª se V. Exª concorda com esse prazo ou se um ano é o prazo suficiente para fazer isso.

E também deixamos claro que não era só atuação decorrente ou conferida pelo Estatuto da Magistratura, mas das próprias leis que serão editadas e que são editadas da Constituição Federal.

Também perguntaria a V. Exª se concorda com essa modificação.

E deixamos claro também que essa função é autônoma e concorrente com os outros órgãos administrativos dos tribunais. Por quê? Porque, senão, o corregedor e o próprio Conselho se sentirão impedidos de poder trabalhar de forma efetiva.

E fizemos algumas modificações, para deixar absolutamente claro que, por exemplo, o conselheiro deve ser processado, uma vez que ele está acima do Superior Tribunal de Justiça, naquela escala oferecida por nós mesmos: Supremo Tribunal Federal, Conselho nacional de Justiça e, depois, os Tribunais Superiores e assim por diante.

Então, nós colocamos que os membros do Conselho Nacional de Justiça e os membros do Conselho Nacional do Ministério Público devem ser processados pelo Supremo Tribunal Federal. Por que não fizemos nos moldes que sugeriu o Dr. Paulo Schmidt? Porque a Súmula nº 394 foi cancelada, que dizia isso há muito tempo, muito antes da própria reforma. Quer dizer, então não há possibilidade de se fazer essa sugestão que V. Exª dá em decorrência do cancelamento dessa própria Súmula. Então, também indago a V. Exª se acha pertinente essa alteração.

Colocamos, inclusive, uma outra regra, porque deixamos claro que cabe recurso das decisões para o Supremo, cabe mandado de segurança, cabem outras espécies já admitidas pelo próprio Supremo, mas as ações ou causas de qualquer espécie contra o Conselho Nacional de Justiça, e seus atos, e contra Conselho Nacional do Ministério Público, e seus atos, e de suas corregedorias hoje podem ser desconstituídas por ação de órgão, inclusive, de primeiro grau, o que é um verdadeiro absurdo. A decisão, não, mas qualquer outro ato administrativo pode ser passível de ataque ainda no primeiro grau de jurisdição. Agora, vejam, um órgão corregedor que aplica sanções, inclusive para os Ministros do Superior Tribunal de Justiça está passível, seus atos, não as decisões, de um órgão de primeiro grau, ou de segundo grau, ou assim por diante, ou de um órgão de grau inferior.

Então, estamos colocando claramente que essa competência é do Supremo Tribunal Federal. Se V. Exª também concorda com essa alteração.

E, em relação aos documentos sigilosos, é bom, Dr. Paulo Schmidt, que atentemos para a redação. O que estamos propondo? Até poderíamos, se o Conselho Nacional de Justiça fosse entendido, como chegou a defender aqui o Ministro Gilmar Mendes, que as decisões eram decisões judicialiformes, poderíamos até entender que CNJ poderia quebrar os sigilos, mas não é isso que nós estamos propondo não. Nós estamos propondo o seguinte: requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processo ou de procedimento submetidos à sua apreciação.

Estava aqui o nosso querido Senador Edison Lobão, na legislatura passada, e nós aprovamos isso aqui para o Ministério Público e para as Polícias, por quê? Porque não se trata de quebra de sigilo. Aqui não está pedindo para grampear ninguém, aqui não está pedindo nenhuma informação referente a paraíso fiscal não. São documentos sigilosos ou não já existentes, por exemplo, como contas telefônicas; como os dados fiscais, a declaração de Imposto de Renda, a cópia já dada no Tribunal, como é obrigação de todo servidor público, como nós fazemos aqui, todos os anos, enviamos uma cópia para o Tribunal de Contas da União.l

Então, nós não estamos falando aqui em quebra de sigilo; nós estamos falando em busca de documentos sigilosos ou não, que podem embasar as investigações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte depois?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o maior prazer, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para lembrar, e V. Exª fez referência, que é a Lei de Improbidade Administrativa, 8.429, de 92, já determina que o servidor público deve apresentar essas declarações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E um outro dado importante é que esses dados cadastrais aí não estão acobertados por sigilo bancário ou fiscal, porque nós não vivemos na Suíça, onde os nomes também estão acobertados. Apenas isso, se me permite, e peço desculpas se interrompi seu raciocínio.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Permite, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permito com maior prazer, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Esse item engloba também a quebra do sigilo bancário?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – E por que não, se é um importante instrumento de investigação e julgamento? Por que não se aproveitou?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Olha, eu até concordaria, e V. Exª estava aqui quando o Ministro Gilmar veio e também a Ministra Ellen Gracie. E ambos, em oportunidades distintas, defenderam que o CNJ deveria ter essa oportunidade porque as decisões não eram meras decisões administrativas, mas eram decisões judicializadas; tanto é que o CNJ está abaixo. Mas, para evitar polêmica, não colocamos aqui a quebra do sigilo. Colocamos o acesso aos dados. Veja só que o Ministro Gilmar está na ativa no Supremo Tribunal Federal, e é um Ministro respeitabilíssimo, que tem a opinião de que isso não feriria, de forma alguma, a privacidade de quem quer que seja, uma vez que as decisões do Conselho Nacional são judicializadas. Então, acho que, se V. Exª apresentar a emenda – não sou relator – o Senador Randolfe analisaria isso com carinho.

Então, também aqui não se fala em quebra de sigilo, mas nos dados cadastrais...Como lembrou o Senador Pedro Taques, nós deixamos claro que o Ministério Público e a polícia podem pedir isso porque esses dados não estão acobertados pelos chamados sigilos constitucionais.

Eu também perguntaria se V. Exª concorda com a alteração feita nesse projeto para fortalecer o Conselho.

V. Exª aborda alguns temas interessantes. Acho que, quando aparecer a nova Lei Orgânica da Magistratura, nós podemos tratar. Sou plenamente favorável a que a escolha dos dirigentes dos tribunais regionais federais se dê pelo próprio órgão colegiado, pelo presidente do tribunal pertinente. Acho que, em relação a tribunais superiores e Supremo Tribunal, é pertinente a escolha. E discordo frontalmente de V. Exª – só para tratar desse tema – acerca da escolha por associados. Por quê? Eu fui candidato três vezes no Ministério Público, entrei na lista três vezes. Depois, fui eleito também Presidente do Conselho dos Procuradores Gerais por votação direta, mas, sinceramente, acho que isso politiza demais a classe e cria facções indesejáveis dentro de instituições e poderes que tenham funcionamento próprio. Então, não é matéria para discussão aqui, mas eu diria que não é a maneira como se escolhe. Veja, por exemplo, que V. Exª foi eleito dentro da sistemática atual e foi um brilhante conselheiro. Não temos reclamações contra os conselheiros; temos reclamações contra tentativas de cerceamento das atividades do Conselho Nacional de Justiça. Esse é o motivo pelo qual entramos nisso.

E uma última observação é que também esses dois magistrados do Supremo que aqui vieram defenderam, inclusive, que o Conselho Nacional de Justiça.poderia exonerar, demitir, impor a perda de cargo através do Conselho Nacional de Justiça. Tanto é que aprovamos uma proposta de emenda à Constituição, cuja primeira signatária é a Senadora Ideli Salvatti, hoje Ministra, que se encontra guardada em um gavetão da Câmara dos Deputados, como sempre. Mas já aprovamos isso aqui. Não coloquei isso aqui sob pena de ser **bis in idem**. Mas, se quiserem colocar...

Exatamente, aprovar mais uma vez pode reforçar a tese.

Então, com essas brevíssimas considerações, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela tolerância, e deixo de fazer essas indagações, porque já fiz alguns comentários acerca do que V. Exª disse. E, em razão da discordância em alguns pontos apenas, peço que a Ministra Eliana Calmon possa se manifestar acerca disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, e, em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço, eu quero registrar com prazer também aqui a presença do Dr. Jerônimo Siqueira, da Anamatra do meu querido Estado do Ceará.

Eu quero pedir desculpas à Ministra Eliana e ao Dr. Paulo porque eu tenho que me retirar para fazer uma representação desta Comissão em outro ambiente, mas convido o Senador Demóstenes Torres, como ex-Presidente desta Comissão e como autor da PEC, da proposta de emenda à Constituição, a presidir os trabalhos em substituição aos nossos trabalhos.

Em seguida, o Senador Demóstenes, ao tomar assento, concederá obviamente a palavra, se assim o desejar, diretamente à Ministra Eliana ou, então, ouviremos mais o Relator e dois Senadores, os nossos convidados e, em seguida, poderemos ouvir os outros

dois Senadores, para, se não houver mais ordem de inscrição, darmos a palavra final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Os nossos questionamentos, aliás, o autor do requerimento e o autor da proposta de emenda à Constituição esgotou o Relator, inclusive, em boa parte dos questionamentos, e o fez com muito brilho.

Parte dos meus questionamentos, em especial à Ministra Eliana e ao Dr. Paulo Schmidt, vai no mesmo sentido. Se V. Exª assim permitir, antes de passar para a resposta da Ministra Eliana e do Dr. Paulo Schmidt...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ouviremos os Senadores. O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –...eu gostaria de completar os questionamentos do Senador Demóstenes, que eu acredito serão na mesma linha de raciocínio iniciada pelo Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Presidente, a partir de agora, vai ser o Senador Demóstenes, mas eu quero deixar aqui proposto que escutemos V. Exª, Senador Ricardo Ferraço; depois, se for o caso, ouviremos os nossos interpelados. Depois, estão inscritos o Senador Pedro Taques, o Senador Suplicy – não sei se o Senador Simon quer inscrever-se também? –, também o Senador Simon.

Senador Demóstenes, por gentileza, tome assento à Mesa para assumir os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Obrigado.

V. Exªs viram o quanto eu fiquei feliz de sentar de novo nesta cadeira! (*Risos.*)

Eu quero, então, conceder a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso é um risco para o Presidente Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Foi eleito!

Com a palavra, então, V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Demóstenes, como eu havia dito, V. Exª explicitou a proposta de emenda à Constituição em que V. Exª é o primeiro signatário, e eu acho que é importante, para termos um esclarecimento dessa emenda à Constituição, este debate.

Eu fico satisfeito, mais uma vez, fico extremamente satisfeito com a preliminar apresentada pela Ministra Eliana Calmon. Digo, mais uma vez, que a senhora, Ministra Eliana, encheu todos os brasileiros, enche todos os brasileiros de orgulho com as posições que sustenta. E V. Exª abriu aqui a preliminar desta audiência pública, dizendo que, *a contrario sensu* do que alguns pensam, de fato a questão do Conselho Nacional de Justiça não se encerrou e não se encerra com o julgamento do Supremo Tribunal Federal. Portanto, há a necessidade dessa proposta de emenda à Constituição tão bem idealizada pelo Senador Demóstenes, que, em primeiro lugar, explicita as atribuições do Conselho Nacional de Justiça.

Mas o fundamental – e eu acho que é disto que se trata – o que está claro na exposição agora feita pelo Senador Demóstenes é que se ampliam essas prerrogativas para atuação do CNJ.

Então, sem mais, e só completando a linha de raciocínio iniciada pelo Senador Demóstenes, eu queria perguntar o seguinte: primeiramente, quais informações V. Exª tem sobre o montante de procedimentos disciplinares em andamento no Conselho Nacional de Justiça? Eu não percebi V. Exª tratar desse tema na sua exposição inicial. Parece-me que não tratou. Considero uma informação importante.

Na sua opinião, quais seriam as principais medidas, necessárias de serem tomadas, para que tenhamos claramente maior transparência no Poder Judiciário?

Aqui se debateu... Senador Lobão, fiquei muito feliz por V. Exª trazer uma proposta, uma sugestão que, se me permite, teria de ser encaminhada como emenda a ser incorporada a esse relatório. E também o Senador Demóstenes... Ainda ontem telefonei para o Senador Demóstenes e o consultei, trocamos ideias sobre o que mais colocar nessa proposta de emenda à Constituição – a questão da demissão de juízes. E o Senador Demóstenes nos esclareceu, nos lembrou da proposta de emenda à Constituição que já havia sido aprovada aqui no Senado de autoria, inicialmente, da então Senadora Ideli Salvatti. Então, acharia importante nós criarmos um entendimento nesta CCJ sobre esse tema.

É nesse sentido a terceira pergunta: V. Exª entende que as punições, hoje previstas na legislação, a serem aplicadas aos membros do Poder Judiciário que eventualmente comentam infrações disciplinares são suficientes para coibir a prática de tais atos?

Qual seria a posição de V. Exª sobre a possibilidade da aplicação das penas, por parte da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, de demissão, cassação e aposentadoria?

Nesse sentido ainda, quais os principais problemas que V. Exª enumera enfrentados hoje pelas Corregedorias dos tribunais de justiça, que acabam não esgotando as apurações, levando aos procedimentos disciplinares no Conselho Nacional de Justiça?

Tenho uma pergunta que queria ver dialogada entre a Ministra Eliana Calmon e o Dr. Paulo Schmidt, que é sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça. Há posições na doutrina que argumentam que o Conselho Nacional de Justiça deveria, já na sua origem, ter a sua composição mais ampla do que é hoje. Deveriam ali ter assento a Defensoria Pública e a Advocacia da União. Pergunto a V. Exª sua opinião nesse sentido da ampliação do CNJ e como avaliaria a possibilidade de maior participação da sociedade, ampliando a representação do Senado da República e da Câmara dos Deputados, de indicação de cidadãos ao CNJ.

E, por último, Dr. Paulo Schmidt, dirijo-me a V. Exª. Desde o início dos questionamentos sobre as competências do CNJ, a Anamatra tem se posicionado favoravelmente à manutenção dos poderes conferidos pela Constituição – e me permita saudar essa posição da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –, ou seja, essa posição favorável às competências do CNJ me parece que rompe com a concepção de que isso seria um debate contra a corporação dos magistrados. Não é! Claramente existem muitos magistrados e associações de magistrados, como a Anamatra, que reconhecem a necessidade de uma instância de funcionamento com o papel claro que tem o Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, só para concordar com V. Exª, Ministra Eliana Calmon, devo dizer que esse tema deixou de ser somente um tema, digamos, de militantes do direito, de juristas; esse tema passou a ser da sociedade brasileira. O recente debate, as mobilizações da Ordem dos Advogados do Brasil, a expectativa nacional que foi criada no julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre as expectativas do CNJ deixaram claro que o CNJ é hoje uma instituição que pertence à sociedade brasileira.

Por isso, no meu entender, é feliz a iniciativa dessa proposta de emenda constitucional e central o papel do Parlamento em deixar claro e incontroverso as atribuições e a função de controle que tem que cumprir o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Vou adotar a seguinte sistemática, uma vez que vai começar a Ordem do Dia. Vou passar a palavra a todos os Srs. Senadores inscritos. Depois, o Dr. Paulo Schmidt e, em seguida, a Ministra Eliana Calmon dão a respostas e encerramos. Podemos fazer dessa forma? *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª manda.

Eu já tinha tido a oportunidade de me manifestar absolutamente favorável à proposta de emenda constitucional em bom tempo, tempestivamente apresentada a esta Comissão pelo eminente Senador Demóstenes Torres. No parecer do Senador Randolfe, ele incorpora alguns outros avanços importantes, e, com a manifestação aqui do Senador Lobão, estamos tendo a alegria de incorporar, até a possibilidade de votação, essa emenda de quebra de sigilo bancário e telefônico, que me parece ter uma acolhida por parte do Senador Randolfe, Senador relator, com o qual concordamos plenamente, o que fortalece ainda mais o papel do Conselho Nacional de Justiça.

Se já tinha uma convicção favorável, agora, com a manifestação da Ministra Eliana e do Dr. Paulo Schmidt, essa convicção se torna um pouco mais clara.

Ministro, um pouco na linha do que indagou o Senador Randolfe Rodrigues, faço a seguinte indagação a V. Exª. Pergunto com relação aos limites, com relação aos obstáculos ainda enfrentados pelo CNJ para levar adiante investigações sobre juízes que não honram a toga, envolvidos ou suspeitos de envolvimento em irregularidades inerentes ao cargo que exercem.

Cito aqui matéria recente, do fim de semana, do jornal **O Estado de S.Paulo** com o título "CNJ engavetou solução para superpagamentos". A matéria trata de uma minuta de resolução que estaria engavetada há quase dois anos e que poderia evitar descontrole da concessão de crédito atrasados, milionários a magistrados das cortes estaduais. É o que relata a matéria de **O Estado de S.Paulo**.

A reportagem destaca ainda o fato de o Conselho de Justiça Federal e do Conselho Superior de Justiça do Trabalho já terem padronizado os critérios para o reconhecimento de atrasado, a apuração e a correção dos valores devidos, resolvendo a questão dos pagamentos privilegiados dos tribunais federais e da Justiça Trabalhista.

A resolução engavetada no CNJ, segundo a **Folha de S.Paulo**, teria evitado os pagamentos antecipados para um pequeno grupo de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, pagamentos milionários que escandalizaram o País inteiro. O jornal ainda afirma que tal resolução poderia ajudar a impedir a concessão de benefícios eticamente duvidosos a desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e juízes do Estado. Vencimentos mensais de R$40 mil, de R$150 mil, um abuso e um privilégio inaceitável. Segundo o mesmo jornal, um dos desembargadores chegou a receber mais de R$500 mil por mês em dezembro de 2010.

Seria interessante ouvir uma explicação, uma manifestação da nossa ilustre Corregedora e admi-

rada Corregedora, Ministra Eliana Calmon, sobre os motivos que teriam levado ao suposto engavetamento da resolução do CNJ e sobre as perspectivas de que o assunto seria levado à votação, segundo relata o jornal **Folha de S.Paulo**.

A segunda indagação que faço – e faço-a não apenas à Ministra Eliana Calmon, mas ao Dr. Paulo Schmidt – é: apertar a fiscalização, se não for acompanhada de uma punição adequada, parece-nos que não estamos ao fim e ao cabo tentando uma solução por definitivo. Cito um caso recente em que a Ministra Eliana teve um papel relevante, segundo relato da imprensa, com relação ao Desembargador Roberto Wilder, ex-corregedor do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ele foi condenado por ter nomeado dois advogados sem concurso público para comandar cartórios do Rio de Janeiro. Esses advogados trabalhavam no escritório de um lobista acusado de vender sentenças judiciais para que candidatos a eleições municipais pudessem escapar de uma eventual cassação. A ligação entre o lobista e o desembargador, então Presidente do Tribunal Regional Eleitoral foi apurada e comprovada, segundo o jornal, por uma comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Legislativa. Mesmo assim, o Conselho Nacional de Justiça teve que se ater à penalidade máxima, ou seja, o desembargador foi condenado à "aposentadoria compulsória".

O argumento de que a Constituição garante a vitaliciedade não se sustenta, a meu juízo, até porque a própria Constituição já abre brechas para a perda do cargo em caso de sentença judicial condenatória transitada em julgado. Só que essa é uma hipótese absolutamente remota, ainda mais diante de tantas instâncias recursais que acabam empurrando por décadas o anuncio de uma sentença definitiva.

A vitaliciedade foi pensada pelos Constituintes para assegurar a independência dos juízes, e não para ser um salvo-conduto ou monumento à impunidade para a prática de irregularidades que desonram o Poder Judiciário. A pergunta que faço é a seguinte: o que lhes parece uma proposta de emenda constitucional que possa prever a perda do cargo do magistrado vitalício não apenas por força de sentença transitada em julgado, mas também por decisão de dois terços dos membros do Conselho Nacional de Justiça ou do tribunal ao qual o magistrado está vinculado. A proposta também poderia retirar do Texto Constitucional a previsão de aposentadoria compulsória e da disponibilidade remunerada como sanções disciplinares e atribuir ao Conselho Nacional de Justiça a iniciativa da lei complementar do Estatuto da Magistratura, competência que cabe hoje ao Supremo Tribunal Federal.

Feitas essas considerações, eu gostaria de ouvir dos nossos convidados suas impressões a respeito das considerações que fiz. Agradeço ao Presidente, Senador Demóstenes Torres, e aos nossos ilustríssimos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO*)* – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente cumprimentar a Ministra Eliana Calmon pela batalha republicana. V. Exª tem demonstrado o espírito da chamada honestidade cívica do republicanismo, não interessando quem esteja do outro lado. Parabéns pela atuação de V. Exª.

A respeito da PEC, seria interessante que pudéssemos – e aqui já foram agitados alguns temas sobre isso – discutir o dogma do foro por prerrogativa de função. Se é foro por prerrogativa ou se é privilégio, para o cidadão comum é uma impunidade, porque o Supremo Tribunal Federal e os tribunais têm demonstrado que não julgam a tempo autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função.

Se, desde a Constituição de 1988 até hoje, analisarmos as decisões do Supremo, salvo engano, ele condenou duas autoridades com foro por prerrogativa de função. O restante foram todos prescritos. Se formos ao Superior Tribunal de Justiça, veremos ali condenações baixíssimas, em número de condenações, de autoridades com foro por prerrogativa de função.

Se analisarmos constituições de outros países, chegaremos à conclusão de que o foro por prerrogativa de função. é, mais ou menos, uma jabuticaba, ou seja, só existe no Brasil, com essa construção do art. 53, § 2º, no tocante aos Senadores e Deputados Federais. Com essa construção, só existe no Brasil. Imagine, o cidadão é julgado pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de qualquer crime, sem fazer qualquer pertinência temática com o exercício da sua função, sem qualquer relação com a sua função de senador da República, deputado federal, deputado estadual.

E veja, Srª Ministra, Sr. Desembargador – ou Sr. Juiz? Juiz. Veja que, no Brasil, temos que dar vários nomes para à mesma função, e, nos Estados Unidos, todos são juízes. Veja que a nossa Constituição permite que até vereadores – nada contra vereadores – que exercem trabalhos nobres no Brasil – e temos que ressaltar isso – a Constituição permite que as constituições estaduais ofertem foro por prerrogativa de função também para vereadores. E duas constituições estaduais, a do Piauí e a do Rio de Janeiro, ofertem foro por prerrogativa de função para vereadores.

Estamos transformando o que deveria ser exceção em regra. Portanto, essa é a possibilidade de alargamos o foro por prerrogativa de função, agora para membros dos dois conselhos, com todo o respeito, isso está na PEC, mas vamos debater aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para, me parece, transformarmos aqui o que é exceção em regra. Aí, vamos ofertar foro por prerrogativa de função também para os membros dos conselhos, quando deveríamos ir em sentido contrário, para acabar com o famigerado foro por prerrogativa de função, que é instrumento de impunidade no Brasil. Este é um ponto.

O Dr. Paulo Schmidt trouxe uma ideia, que a respeito, mas, com todo respeito ao Senhor, não concordo com ela, de que possamos ainda mais alargar para aqueles ex-conselheiros o que já foi objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal, conforme bem disse o Senador Demóstenes, no cancelamento da Súmula nº 394, por um voto cujo relator foi o Ministro Sidney Sanches, em outubro de 2001.

Portanto, isso já está pacífico no Supremo. Não podemos mais trazer outra discussão para essa Proposta de Emenda à Constituição. Primeiro, acabarmos com o foro por prerrogativa de função, quem sabe deixarmos só para crimes praticados em razão do exercício da função. Esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto é: vamos levar, para o Supremo Tribunal Federal, outras ações. O Supremo Tribunal Federal é uma Corte Constitucional, assim ele foi pensado na Constituição de 1988. Mas sabemos que, por questões corporativas, em 1988, com medo de perder poder – isso é fato – o Supremo se manteve com competências que não são competências de uma Corte Constitucional.

O Supremo julga briga de vizinho para decidir quem vai ficar com o papagaio. E, se alargarmos ainda a competência do Supremo aqui para debater outros temas, estamos, mais uma vez, enfraquecendo essa posição de Supremo Tribunal Federal como uma Corte Constitucional.

Esta PEC, capitaneada pelo Senador Demóstenes Torres, a quem cumprimento, traz mais um dado que mereceria a nossa reflexão a respeito do chamado sigilo bancário, sigilo fiscal, o que foi aqui trazido pelos Senadores Lobão Filho e Ricardo Ferraço: sigilo bancário e sigilo fiscal.

Servidor público, como é o caso dos juízes da espécie e agente político, servidor público como senador da República, falar em sigilo bancário e sigilo fiscal é, me parece, respeitando posições contrárias, um absurdo. Se somos servidores públicos, temos que prestar contas das nossas atividades. Quanto ganhamos? Eu exerço outra atividade? Muito bem, então entra o dinheiro dessa outra atividade na minha conta. Eu recebi como, e só fui servidor público federal e estadual, recebi, durante minha vida toda, "x". Não posso ter um patrimônio maior que "x". Isso é da essência do servidor público.

Então, essa possibilidade do conselho afastar o sigilo bancário e o sigilo fiscal, que não é isso que está aqui na PEC, mas, foi sugerido, foi aqui ao menos trazido como instrumento de debate pelo Senador Lobão Filho. E me associo a este debate, precisamos fazer este debate. Dizer que sigilo bancário e sigilo fiscal estariam protegidos pela intimidade, conforme o art. 5º, inciso XI, ou pelos dados, conforme art. 5º, inciso XII, é mais uma jabuticaba que existe no Brasil, notadamente de servidores públicos.

O Conselho Nacional de Justiça deve exercer atribuições fortes – isso eu defendo –, porque não há maior injustiça do que você ser julgado por um juiz que é corrupto, não há maior injustiça do que isso, e a esmagadora maioria dos juízes brasileiros são pessoas sérias, descentes, honestas, que trabalham e acordam cedo, ganham um salário, o teto, ganham este teto. Se nós compararmos com o salário mínimo, é muito; agora, se compararmos com a iniciativa privada, é pouco. Nós vamos discutir aqui assuntos corporativos, salário, nós vamos discutir aqui a função do magistrado.

Muito bem. Também gostaria de trazer um outro tema para este debate, o outro tema é: a demora do Supremo Tribunal Federal em apresentar o projeto para Lei Orgânica da Magistratura Nacional. O Supremo Tribunal Federal é useiro e vezeiro em dizer que o Congresso Nacional é omisso em regulamentar a Constituição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por gentileza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Logo no início da gestão do atual Ministro Cezar Peluso, havia um debate aqui acerca das férias, Senador Pedro Simon se lembra bem, e o Ministro Peluso disse o seguinte – isso foi no início do primeiro ano: "No mês de setembro, outubro, estarei remetendo a Lei Orgânica da Magistratura, a nova lei". Está encerrando o mandato, e não veio. Então, ele pedia para que nós não aprovássemos por PEC o fim das duas férias, que ele mandaria em seguida. Nós atendemos, e até hoje a PEC não veio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, V. Exª tem inteira razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Há 23 anos, a sociedade brasileira espera o Supremo Tri-

bunal Federal apresentar esse projeto, e nunca chega esse projeto, e nós, todas as quartas-feiras, ouvimos o Supremo Tribunal Federal dizer que somos omissos, somos omissos. E temos sido, não vamos fugir à nossa responsabilidade.

Segundo o grande constitucionalista Pinto Ferreira, a Constituição de 1988 precisaria de 133 leis ordinárias e 33 leis complementares para que ela tivesse efetividade. Nós não fizemos essas leis ainda, então nós somos omissos. Agora, o fato de sermos omissos não me retira a prerrogativa de criticar aquele que é omisso também. O Supremo é omisso, não remeteu para cá.

Aí temos dois pontos que poderiam ser debatidos nesta PEC: a extinção daquela previsão da Lei Complementar nº 35, de 79, que é a Loman; da possibilidade de aposentadoria de magistrados que cometem ilícitos como um prêmio. No Estado de Mato Grosso existem exemplos fantásticos disso, fantásticos. O cidadão comete o ilícito, é aposentado – isso é prêmio.

Então, nós poderíamos, sim, porque o Supremo é omisso nesse sentido, tratar dessa PEC. E eu gostaria também de concordar com o Dr. Paulo que a participação do chefe do Executivo Federal na escolha dos juízos dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos juízes dos Tribunais Regionais Federais também se afigura como algo debatido na Constituinte de 88 não muito republicano. Concordo inteiramente que essa modificação poderia ser feita por nós aqui.

No mais, cumprimentando a Ministra Eliana Calmon, eu gostaria de ouvi-los a respeito desta possibilidade do afastamento do sigilo bancário e fiscal, da questão do foro por prerrogativa de função, e, com isso, nós vamos assoberbar mais ainda o Supremo Tribunal Federal.

Por fim, eu recebi uma contribuição para o debate do Desembargador Márcio Vidal, que é Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso. Eu gostaria de trazer a contribuição dele no sentido de que, se fosse a opinião de V. Exª e do Dr. Paulo, criássemos no Conselho Nacional de Justiça a competência originária para julgamento de desembargadores. Só o Conselho Nacional de Justiça poderia julgar desembargadores. Aqui a competência não seria concorrente, seria originária.

Pela proposta de emenda à Constituição aqui, capitaneada pelo Senador Demóstenes, no instante em que houver a coincidência das fiscalizações dos procedimentos, o Conselho Nacional de Justiça determina a suspensão daquela do Estado até que o Conselho Nacional de Justiça assim determinasse.

São essas as contribuições... *(Pausa.)*

Está previsto, não é? *(Pausa.)*

Sim. *(Pausa.)*

Paralisa lá.

São essas as contribuições, Senador Demóstenes, mais uma vez parabenizando V. Exª pela proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, quero também cumprimentá-lo pela iniciativa de ter apresentado esta emenda que aperfeiçoa as funções e os deveres do Conselho Nacional de Justiça. Cumprimento o Desembargador Dr. Paulo Schmidt e a Ministra Eliana Calmon, o Vice-Presidente da Anamatra e a nossa Corregedora.

A Constituição brasileira, no art. 103-B, §4º, ao definir as competências do Conselho Nacional de Justiça, menciona:

> Art. 103-B.
>
> § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhes, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: [...]

Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para indagar a V. Exª a respeito de um caso concreto que aconteceu em janeiro último. Vou, aqui, fazer um breve relato.

No dia 18 de janeiro, acompanhado dos Deputados Ivan Valente, Adriano Diogo, Carlos Gianazzi, fiz uma visita ao Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, ponderando que estava prestes a acontecer um entendimento entre os governos federal, estadual e municipal sobre a destinação da área do Pinheirinho.

O Presidente Ivan Sartori me disse: "Olha, eu não posso aqui tomar uma decisão de sustar a reintegração de posse sem que haja um documento formal das partes". Mas ele recomendou que...E me deu o telefone e o nome do sindico da massa falida, o Sr. Jorge Uwada. Eu, de pronto, liguei para ele que me falou: "sim, eu posso encontrá-lo, mas gostaria de encontrá-lo perante o juiz da 18ª Vara que cuida das falências". E, aí, fomos diretamente ao fórum, no 9º andar, dialogar com o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira e, ali, diante das observações que nós fizemos, esse perguntou ao síndico da massa falida: "O senhor concordaria que fosse dado um prazo, digamos, não de trinta ou sessenta dias, proposto pelos Deputados, mas quinze dias apenas para que se chegue a um entendimento?"

O síndico respondeu: "Sim, eu concordo".

"Então, o senhor queira fazer o favor de escrever uma petição, um requerimento dizendo exatamente isso".

Ele o fez. O juiz Beethoven Ferreira despachou no mesmo papel e, ao mesmo tempo, ligou para a juíza Márcia Loureiro, de São José dos Campos, que tinha determinado a reintegração e recomendou a ela que respeitasse. E, eu, por indicação do juiz Beethoven Ferreira, levei o documento ao juiz Sartori e entreguei nas mãos do seu principal assessor jurídico, o juiz Rodrigo Capez.

Eis que, por razões que não conheço totalmente, quando chegou o sábado, depois de eu ter dialogado com o Governador Geraldo Alckmin que disse que, se houvesse um entendimento entre as duas partes, o governo estadual faria as obras de investimento em infraestrutura na área do Pinheirinho, e eu ter dialogado e recebido, por hora e meia, o Prefeito de São José dos Campos, Sr. Eduardo Cury, na sexta-feira, dia 20, disse a ele dos entendimentos que estariam sendo possíveis. Mas eis que, no sábado – e ainda não consegui falar com o Juiz Beethoven –, ele revogou aquela decisão, mas só a publicou no dia 26.

Às seis e pouco da manhã, dois mil policiais, com helicópteros, tropa de choque, peruas da ROTA, adentraram na área do Pinheirinho e causaram um estrago simplesmente fantástico do ponto de vista da dignidade daquela população, cerca de mil e seiscentas famílias, mais de sete mil pessoas, algumas das quais foram feridas, alguns com balas verdadeiras, outras com balas de borracha, num espaço muito pequeno de tempo. Foi feita a reintegração e, em seguida, foi ordenada, com o uso de tratores, com pouco tempo para as famílias retirarem seus pertences, a destruídas das casas. As emissoras de televisão mostraram a destruição dos móveis, das geladeiras, das tevês, de pertences de estimação, de fotografias e gravuras que as pessoas tinham em suas casas, bem como a morte a tiros de animais de estimação das crianças diante delas, além de outras situações também muito graves que ocorreram no Campo dos Alemães, onde três viaturas da ROTA, por exemplo, adentraram, às onze e meia da noite daquele mesmo dia 22, numa residência, como que para tentar criminalizar todo aquele movimento, tentando encontrar drogas, e ali, naquela residência, onde estavam sete pessoas, elas todas, os seus habitantes, foram molestados, abusados sexualmente de uma forma que não vou aqui descrever, ou seja, de uma forma inteiramente inadequada.

Ora, o que me vem à reflexão? Que o direito à propriedade da massa falida de 1,3 milhão de metros quadrados foi considerado como algo muito prioritário, que teria que ser feito, com tudo destruído em questão de quarenta e oito horas, e o direito à propriedade daquelas famílias carentes aos seus pertences, móveis, simples que fossem, colchões, camas, televisores etc. e a maneira como foram expulsos.... Será que esse é um procedimento adequado? A pergunta que faço é: seria o caso de os Senadores, como eu próprio e outros, que aqui ouvimos os depoimentos dos moradores do Pinheirinho, bem como as imagens e os depoimentos gravados em vídeo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É porque estou pensando em fazer isso. Seria o caso de encaminhar... E após, porque ainda quero dar a oportunidade de as autoridades convidadas a comparecer, na última semana, a uma reunião presidida pelo Senador Pedro Simon – os Secretários do Governo Estadual, os quatro juízes que mencionei, os magistrados que participaram dessa decisão... Não seria o caso de, tendo eles aqui a oportunidade de, mais uma vez, virem, porque serão convidados à Comissão de Direitos Humanos – e depois dessa reflexão, ouvidas as suas palavras, espero que eles compareçam –, isso ser objeto de uma apreciação do Conselho Nacional de Justiça, ou seja, o comportamento desses juízes?

E fiquei pensando, Srª Ministra Eliana Calmon...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – É só porque o Presidente Sarney avisa que terá início a Ordem do Dia; do contrário, não conseguiremos ouvir a Ministra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou terminando.

Penso se não seria o caso de apresentarmos, então, um projeto de lei para que fique impedida, explicitamente, qualquer ação de reintegração de posse de área onde haja coletividade de famílias residentes, sem que, antes, esteja prevista uma solução habitacional adequada para aquelas famílias.

Mas eu agradeço muito se puderem transmitir-nos a sua avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Vai criar o mutirão da invasão no Brasil. Vai criar o mutirão da invasão no Brasil!

Vamos deixar isso para outra oportunidade.

Agradeço a V. Exª, Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu fiz a pergunta para que os nossos convidados possam responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida. Fez muito bem!

Senador Pedro Simon, com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu sou inteiramente favorável ao projeto de V. Exª.

Apesar da decisão do Supremo – aliás, quero felicitar a senhora e o senhor pela honra de tê-los conosco –, eu acho que, e se não me equivoquei, foi o que a ilustre Ministra disse: ela também é favorável à aprovação do projeto, porque ele traz uma decisão definitiva sobre algo que não importa. Em nossa opinião, não deveria haver aquela decisão, que levantasse as dúvidas que foram levantadas. Mas ficou: se houve aquela, amanhã pode haver outra. Por isso, eu acho que ao projeto de V. Exª eu sou inteiramente favorável.

Em segundo lugar, eu quero dizer, com todo o respeito ao Dr. Paulo e a todos os vices e magistrados do Brasil, que eu sou daqueles que veem com muito respeito a situação do Conselho Nacional de Justiça.

Eu não sei, mas eu era um dos Senadores que estavam aqui quando nós fizemos uma longa discussão sobre essa matéria. Era Presidente o Ministro Jobim, que tinha, digamos assim, uma tarimba muito grande, porque ele tinha sido Senador, Relator na Constituinte, Ministro da Justiça e Presidente do Supremo; então, passou, praticamente, por todos os cargos de todos os Poderes da vida pública.

Quando ele veio discutir essa matéria aqui, vários parlamentares – eu, inclusive – achávamos que o Conselho Nacional de Justiça devia ser mais aberto, que ele não devia ser um órgão tão fechado, mas devia comportar representações da sociedade. E eu diria até que esse era o pensamento dominante.

O Ministro Jobim, com muita competência, explicou-nos que nem sempre o que a gente acha que é perfeito é possível, e nós tínhamos que conseguir o viável, o possível. E o que ele estava trazendo era, na opinião dele, o máximo que nós poderíamos colher por parte da magistratura. Ele achava que era importante e que era suficiente. E ele disse uma coisa de que eu nunca me esqueço: "Há de se entender o seguinte: a magistratura, na sua imensa maioria, é de gente de bem, de gente absolutamente responsável, absolutamente competente." E eu não tenho nenhuma dúvida de que, seja quem for, seja de que maneira ele vá para o Conselho Nacional de Justiça, quando estiver lá, ele irá se compenetrar da responsabilidade dele. Ele irá se compenetrar, porque uma coisa é o espírito de classe, quando a gente está em um determinado tribunal, e outra coisa é a gente estar em um Conselho, que tem a responsabilidade de apurar.

Eu me lembro quando... Sou muito amigo do Ministro Jobim: fui eu que o tirei da vice-presidência da OAB para colocá-lo na política; então, nós temos uma amizade que vem de muito longe. E ele me contava quando Presidente do Supremo: "Tu acreditas que nós não temos decisão nenhuma, nós não mandamos nada? O Presidente do Tribunal do Acre faz o que quer; o fulano, o beltrano e o sicrano... Nós não temos nenhuma orientação. Nenhuma orientação!" Outro dia, em um determinado tribunal, ele disse para os caras: "Olha, não façam esse aumento. Vocês não podem fazê-lo!" E eles fizeram. Não sei qual era a decisão: "E eles fizeram! E sabe o que eu tive de fazer? Eu telefonei para ele dizendo que não vou mandar mais a verba." E o cara disse: "Não, não vou fazer isso."; "Faça o que tu quiseres! Vamos ver o que vai acontecer comigo, mas vocês não vão receber a verba!" Porque não tinha o que fazer. Quer dizer, não havia uma coordenação, não havia nada que determinasse, uma orientação, um sentimento nacional em torno dessa matéria.

Talvez seja essa uma das razões que o Presidente do Supremo, Nelson Jobim, mais insistiu conosco nesta matéria; era necessário ter um entrosamento de união, de entendimento, que fosse realmente respeitado.

Disse ele mais, que se nós quiséssemos fazer, criar um conselho com essa heterogeneidade, ele acha que não passava. E disse mais – uma coisa que é até chato eu dizer, mas eu vou dizer, eu vou dizer. Ele disse o seguinte: "Se nós fizéssemos que nem a gente queria, não ia passar, porque a Magistratura ia mandar contra". E aí disse ele uma coisa que eu também não deveria dizer, mas eu vou dizer: "E tem muito Parlamentar que tem coisas aí que não vai votar". Chegava e dizia: "É o fulano, é o beltrano, não sei o quê, e, na hora, com essa mania que vocês pensam, não vai acontecer, porque muita gente vai recuar".

Vou ser sincero, esse foi o argumento definitivo, que fez com que nós votássemos da maneira que votamos. E falo com toda sinceridade: achei tão bom conselho... Tão bom conselho! Acho que foi muito bom o primeiro Corregedor, gaúcho, claro, belo Corregedor, uma diferença... Todo mundo tem um defeito

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Agora vem um nordestino.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Todo mundo tem defeito, um dos mais graves é a inveja. (*Risos*.)

O Dipp teve seriedade, teve capacidade, iniciou, coordenou, deu um sentido para fazer a coisa, era diferente da senhora. Ele é meu patrício gaúcho, descendente de libanês, ele fala pouco, era mais fechado, fazia as coisas, às vezes a gente ia ficar sabendo depois, porque nem divulgava para a imprensa, não

sei o quê... E a coisa foi indo. Depois veio a senhora. A senhora, mais extrovertida, dizia as coisas e saía no jornal.

Então, aquilo que, de certa forma, com o Dipp havia sido feito, mais calado, silencioso...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mais Pedro Simon. É mais Pedro Simon, mais extrovertida. (*Risos*.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ela melhor do que eu, porque eu não me dou bem. Ela se dá bem, e eu sempre saio perdendo, e ela ganhou bem.

Mas, talvez, o motivo é que a senhora foi o finalmente, ele estava no início, começando a coisa. Ninguém imaginava até onde ia. Por isso, talvez, tenha havido o choque. Eu até creio, com toda sinceridade, que se o Dipp estivesse no seu lugar, o senhor agiria do mesmo jeito quando chegasse esse determinado momento, em que a coisa chegasse onde chegou.

Eu acho que o Supremo Tribunal Federal teve uma dessas decisões mais importantes: votar essa matéria. Teve coragem, foi uma sessão bonita, inclusive os que votaram da outra maneira votaram com grandeza, com respeito recíproco – fica o orgulho da minha gaúcha, que foi, embora alguns, inclusive Senadores, achavam que por ela ser do trabalho não havia grandeza, não sei o quê, e fizeram, coitadinha, fizeram um troço duro aqui na sabatina, os dois fizeram duro. Foi duro, mas acho que foi o momento, talvez, dos mais bonitos do Supremo Tribunal Federal. Sinceramente, quem ganhou ganhou bem e quem perdeu perdeu com grandeza, isso é que é importante.

Acho que ali foi um dia histórico para nós. O outro foi o Ficha Limpa, em que também o Supremo decidiu, com uma maioria tranquila, e acho que a senhora... Eu tenho o maior carinho, o maior respeito pela senhora. Achei muito bacana, a senhora inclusive, quando ganhou, não falou mais nada, quer dizer era a hora em que poderia ter dito isso, ter dito aquilo, fez um silêncio magnífico. A sua atuação foi, realmente, altamente positiva, e olha que a imprensa a provocou, cobrou-a, querendo entrevista, querendo isso, querendo aquilo. A senhora saiu com muita dignidade.

Eu acho hoje e volto aqui... A palavra está com a Presidente da República, porque nós vivemos um momento muito importante. Claro que nós temos um projeto igual a esse, no mesmo sentido, do Senador Pedro Taques. E acho que ele deve ser votado. Sou totalmente favorável. Só não sei quanto tempo vai levar, porque lá na Câmara, cá entre nós... Não sei quanto tempo vai levar. Por isso que acho que essa decisão, que não nasceu... Quem começou foi o Ministro da Corregedoria Geral. Ele iniciou o estudo, junto com o Ministro da Justiça e a Ministra-Chefe da Casa Civil, de criar o Ficha Limpa lá no Executivo, no sentido de que o Governo baixe o decreto. Quer dizer, só será nomeado o cidadão que tenha ficha limpa e capacidade comprovada para o cargo que vai exercer.

Aí diz a Chefe da Casa Civil: "A Presidente já está fazendo isso". Eu acredito até que sim, mas uma coisa ela é hoje e, amanhã, pode mudar; e outra coisa é ela ter... Até para garanti-la contra... Outro dia, o Ministro da Agricultura indicou um rapaz excepcional, de primeiríssima grandeza, e não foi aceito porque o Líder do PMDB lá na Câmara quer indicar um cidadão não sei o quê, cuja ficha não conheço, e trocou a indicação desse cidadão para o PTB votar nele para Presidente da Câmara.

Então, a Presidente tem que ter argumentos que deem força para ela. E eu fico meio assim. Ela não fala. Quer dizer, acho que às vezes ela deveria responder que é favorável.

Agora, nesta reunião, eu digo que vim aqui e faço questão de estar aqui. O Senador Demóstenes é um homem excepcional, não tenho dúvida nenhuma. Ele estava praticamente sozinho. Agora veio o outro Pedro.

E vocês, Procuradores, eu estava dizendo aqui, acho que vocês já nascem para ser procurador. Não é que o cara se forma... Não! Ele já veio, ele foi gerado para ser o que vocês são.

Nunca me esqueço, nunca me esqueço: estávamos numa sessão dura no plenário do Senado – lotadíssimo –, onde estávamos "cassa, não cassa" um Senador. E, na hora de falar, esse Senador ficou na frente, no primeiro lugar, e olhava para quem estava falando. Eu, quando falei, morri de vergonha. Ele olhava para mim e eu ficava com pena, ficava assim... Era esquisito. O Demóstenes se levantou, saiu da tribuna, veio para a frente da mesa, ali, e ficou olhando para ele. Ele é que passou (*Inaudível*): "Ele deve ser cassado por causa disso, por causa disso, por causa disso".

E o pior é que eu senti que o Procurador sente aquilo, faz bem, sabe? (*Risos*.)

Machuca a gente, mas eles fazem bem.

Mas acho que estamos vivendo o grande momento. Se a Presidente da República fizer o que estamos apelando para que faça, marcar uma reunião – e acho que essa reunião deveria ser uma grande reunião –, convidar o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e assinar, para coroar, a decisão entregando para o Conselho Geral da Magistratura essas questões.

Vamos fazer justiça, o Supremo disse, abriu mão: "No Judiciário, nós não queremos corporação (Inaudível) decide com relação ao Judiciário".

Nós, no momento em que uma lei do povão veio para cá e nós votamos a Lei da Ficha Limpa, nós, parlamentares, dissemos: "A nossa vida está à disposição".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só terminando. Se a Presidente da República disser: "E no Executivo também", fechou a questão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...e nós podemos dizer que vamos iniciar um novo período, um novo período.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, só para concordar inteiramente com o argumento de V. Exª, precisamos desse decreto. Imagine: se o titular do poder, que é o povo, não pode eleger um ficha-suja, será que aquele que é eleito pelo titular do poder pode escolher um ficha-suja? O cidadão não pode ser Deputado, não pode ser Senador, não pode ser Vereador, não pode ser Prefeito, mas pode ser Presidente da Petrobras, Ministro, Presidente da Casa da Moeda; vai cuidar de uma diretoria que fure poço, por exemplo, na Petrobras...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pode ser Ministro do Supremo.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª. Como já começamos a Ordem do Dia, vou pedir, não querendo, de forma alguma, tolher a palavra do nosso querido Lobão... Tem o tempo que quiser V. Exª.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não, não. Serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Tem a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Já começo dizendo que V. Exª fica muito bem nessa cadeira. Deveria ser vitalício aí.

Ministra Eliana Calmon, Dr. Paulo Schmidt, faço parte de um poder, o Poder Legislativo, extremamente devassado, fiscalizado e pouco corporativo. Nosso Senador Pedro Simon acabou de citar o exemplo que nós cassamos nossos pares. Isso é um hábito comum aqui no Congresso: a Câmara cassa Deputados, o Senado cassa Senadores. No Poder Executivo não é diferente: toda hora vemos Ministros sendo demitidos, presidentes de autarquias sendo demitidos, presidentes de empresas públicas sendo demitidos. Então, isso é comum também no Poder Executivo. Mas no Poder Judiciário é bem diferente. Os dois Pedros, Pedro Simon e Pedro Taques, falaram em ficha limpa para o Legislativo, em ficha limpa para o Executivo, mas ninguém falou em ficha limpa para o Judiciário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – É medo, não é?

Então, perceba que é um poder diferente.

Mas eu pedi a palavra só para fazer um registro: eu conheço a história de V. Exª há muitos anos. V. Exª não é do CNJ; está no CNJ. V. Exª é magistrada e, como magistrada – e isso enaltece ainda mais o que vou falar –, V. Exª quebrou um paradigma, o paradigma do poder estanque, fechado, endógeno, que a sociedade brasileira inteira sempre viu como uma coisa onde não se podia ver o que acontecia dentro dessa caixa. E V. Exª, como membro da caixa, quebrou isso e abriu para a sociedade brasileira. Essa é uma atitude corajosa e histórica.

As minhas palavras são muito breves, apenas para manifestar o que a minha família inteira fala todos os dias dentro da minha casa e que eu vejo no meu Estado, na minha cidade, em conversas com meus amigos: a admiração pelas atitudes corajosas de V. Exª durante esse processo todo. V. Exª. como parte desse corpo, resolveu abri-lo para a sociedade brasileira, de forma corajosa, volto a dizer, porque contrária à posição de muitos outros magistrados, mas como magistrada.

Então, parabéns! O reconhecimento da sociedade brasileira a essa atitude e que, se Deus quiser, mostra um tempo novo para o Judiciário no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Ministra Eliana Calmon, Dr. Paulo Schmidt, serei muito breve, até porque a campainha da ordem do dia nos convoca e nós estamos sedentos para ouvir novamente a Ministra Eliana sobre as arguições que foram feitas pelos nossos colegas Senadores.

Gostaria de saudar a Ministra Eliana, que há mais de oito meses, não por ela, mas pela nossa própria agenda, por meio de requerimento de nossa autoria, está convidada para falar sobre o CNJ. Esse requerimento foi apensado ao de realização desta audiência pública promovida pelo autor da PEC, que, rapidamente, com a inteligência que os dois Pedros colocaram agora há pouco, foi corajoso e recebeu uma aclamação, Ministra, quando da apresentação dessa PEC, rica em propósitos, em objetivos, mas necessária, como se fosse a palavra do Senado dizendo: "Vá em frente, Ministra! A senhora não está sozinha".

Essa PEC vem, muitas vezes, municiada desse sentido de que o Senador falou há pouco, de brisa,

de suspiro, de oxigenação dentro de uma estrutura muito hermética.

Eu quero dizer que a senhora pode, nesta audiência pública, em muito contribuir para essa PEC, que já é muito rica, repito, em propósitos, em eficácia, à luz do que queremos para a República.

E faço diretamente as três perguntas – havia marcado aqui outras tantas, mas soube já das indagações que me antecederam: que propostas a senhora pode nos sugerir para ampliar e fortalecer a autoridade fiscalizatória do CNJ?

Devolvo a minha indagação à fala muito mais eloquente, muito mais jurídica, muito mais competente de Pedro Taques, quando versou a respeito de quebra de sigilo de magistrados em processos administrativos de competência do CNJ e – ele foi mais além – de servidor público. Quero tomar e fazer minha essa questão que foi levantada do sigilo.

Também saber da senhora os procedimentos administrativos realizados ano passado quando teriam sido quebrados sigilos de centenas de pessoas ligadas ao Poder Judiciário, como estão prontos, como está esse julgamento.

As demais perguntas, esses questionamentos, foram todas já saciadas pelos nossos colegas Senadores.

Quero dizer que sinto-me muito feliz pessoalmente, como um advogado admirador dessa nova magistratura que surge, como outras tantas. Bem disseram os meus colegas: nós temos a esmagadora maioria de juízes e juízas de bem e do bem, esmagadora maioria. Mas assim como a laranja, que sozinha apodrece o saco, nós que somos muitas vezes vítima da generalidade e da injustiça sobre este Parlamento, sobre o Executivo, acho que o Judiciário deve deixar a laje e ir para o mesmo telhado que nos abriga.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Schmidt, Vice-Presidente da Anamatra, para responder às indagações e fazer as suas considerações finais.

O SR. PAULO SCHMIDT – Sr. Presidente, as indagações feitas, na maioria, são dirigidas à Ministra, várias dela a mim.

Com relação ao questionamento que o Relator faz, com relação à composição do CNJ, de incluir tanto a defensoria e advogados públicos, isto é, da AGU, me parece que não seria uma medida que contribuiria para o CNJ no sentido de que são advogados, e a advocacia já está lá representada.

Na mesma linha, gostaria de responder ao Senador Simon que, em 2003, quando fizemos, juízes do trabalho, uma proposta ao CNJ mais ampla que essa que veio a ser aprovada, então era Ministro o Dr. Márcio Thomaz Bastos. E ele foi à imprensa e disse literalmente: a proposta da Anamatra tecnicamente e politicamente é melhor que a proposta que está em discussão no Senado. Mas uma questão pragmática nos move: se nós mudarmos no Senado, terá que voltar à Câmara; portanto, pragmaticamente, nós vamos aprovar a proposta.

Então, me sinto muito à vontade para encaminhar a resposta nesse sentido, porque a minha experiência lá... Até dizem que a talvez a academia devesse estar lá representada, porque a academia oxigena também as ideias. Portanto, eu acho que seria interessante.

Em relação ao Senador Ferraço, efetivamente em 2010, houve uma articulação lá no CNJ, e foi produzida uma resolução para criar padrões transparentes, claros e isonômicos para todos os tribunais que viessem a reconhecer eventuais diferenças salariais por qualquer razão retroativas. Então, a proposta era um regramento único: índice de correção, período, juros e tudo o mais.

Muito bem. O detalhe era que nós, inclusive, concordávamos que, no âmbito da União, a AGU deveria participar dos processos de definição dessas diferenças, porque, afinal de contas, era interesse da União. Mas houve uma resistência no CNJ, e não seguiu adiante. Mas as associações – e aí o trabalho sempre próximo no CNJ – levaram essa mesma proposta tanto para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho como para o Conselho da Justiça Federal, e os Presidentes desses dois conselhos editaram as normas. Então, no âmbito da Justiça da União, especialmente trabalhista e federal, essa questão da uniformidade de critérios está amplamente equacionada. Não há divergência quanto a isso.

A questão da penalidade máxima de aposentadoria. Eu tenho insistido em que há uma informação que não é devidamente completa em relação a essa questão. Entender-se que a penalidade máxima é a aposentadoria compulsória em razão de delito funcional, vamos dizer assim, é apenas uma parte da verdade, porque há a segunda parte – e eu conheço várias situações –, em que a perda dessa condição é feita mediante o processo judicial.

Eu não estou aqui defendendo absolutamente que essa seja a melhor solução, mas estou dizendo que, efetivamente, isso ocorre. Então, parece que o juiz, ou o servidor, aposentado compulsoriamente passa a gozar plenamente dessa condição para o resto da vida, o que na maioria das vezes não é verdade, porque há representação do tribunal – e isso é um dever funcional – para o Ministério Público para prover a devida ação penal para a entidade, que é, efetivamente, titular da ação penal.

Sugestões para reforçar os poderes do CNJ. Eu penso que os poderes que hoje o CNJ encerra são poderes importantes, mas penso que o CNJ ainda não conseguiu exercê-los todos na medida em que estão previstos, porque embora a competência penal – ou disciplinar, melhor dizendo –, a competência disciplinar pareça a princípio a mais vistosa aos olhos da imprensa, penso eu que a principal competência que o CNJ tem é efetivamente o de transformar o Judiciário, dar-lhe melhor configuração, fazer o seu planejamento estratégico com vistas ao futuro e para resolver a principal queixa da sociedade brasileira, que é o Judiciário lento e ineficiente. É nesse sentido que acho que o aprofundamento do exercício das competências que o CNJ tem hoje, com melhor estrutura, estrutura bastante mais ágil, eu penso que efetivamente pode ser resolvido.

Sr. Presidente, sei do adiantado da hora, então peço desculpas se não consegui responder todas as questões. Agradeço imensamente a oportunidade. E sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª, Dr. Paulo Schmidt.

Concedo a palavra à Ministra Eliana Calmon para responder às indagações e também para fazer suas considerações finais.

A SRA. ELIANA CALMON – Começo respondendo os questionamentos feitos por V. Exª e digo o seguinte: acho que a colocação do CNJ, logo abaixo do Supremo Tribunal Federal, foi estrategicamente corretíssima. Está correta a posição do CNJ, para que seja possível ao Supremo Tribunal Federal fazer as correções quanto aos excessos e aos possíveis desmandos, se houver, do Conselho Nacional de Justiça.

E a ampliação do prazo que está estabelecido na PEC, de que os processos que estão julgados pelas Corregedorias, após um ano, podem ser resgatados pela Corregedoria Nacional, é de importância fundamental, porque um ano é muito pouco. Muitas e muitas vezes, quando nós chegamos nas Corregedorias para fazer as inspeções e as correições, nós encontramos os processos dentro das gavetas ou nos armários, estão lá dormindo por uma série de circunstâncias. Por exemplo, chega-se à conclusão de que não há quórum para julgamento. Então, esse processo vai para o armário e fica lá esperando para quando houver quórum. Nunca haverá quórum. E nós chegamos e resgatamos isso. Um ano é muito pouco. Nós chegamos e encontramos já tudo prescrito.

De forma que a proposta de aumentar para cinco anos é fundamental. E por que cinco anos? Porque, em relação a tudo que diz respeito à atividade administrativa, o prazo de cinco anos é o prazo normal para prescrição.

Acho fundamental a função de autonomia e a função concorrente. Disso já falamos bastante, já dissemos que é necessário, mas eu achei espetacular o adendo que V. Exª fez colocando um parágrafo para dizer o seguinte: os desembargadores são julgados pelo Conselho Nacional de Justiça. É fundamental! É dificílimo um tribunal julgar desembargador. Se o desembargador, inclusive, é aquele que tem liderança, que tem a simpatia do colegiado – e aqui quero dizer que os malandros são extremamente simpáticos –, o Tribunal não tem condições sequer de julgar, e os homens de bem, os magistrados de bem são extremamente tímidos por formação. O magistrado é um tímido e muitas e muitas vezes cala. Eu digo sempre – sempre estou dizendo isso quando me reúno com os desembargadores: eu não tenho medo dos maus juízes, mas eu tenho medo do silêncio dos bons juízes, que concordam com uma série de coisas. Concordam, não; calam na hora do julgamento. Só fazem fazer isto com a cabeça, mas, no entanto, são incapazes ,porque querem se indispor, porque o coração não está bem, porque já estão no fim da vida, porque já estão no fim da carreira. Por isso, eles não tomam atitude.

É interessante observar – eu, que tenho percorrido esses Estados, fazendo várias inspeções, chego a vários tribunais – que toda sociedade sabe quem é o bom juiz e o mau juiz, todos sabem. Cheguei a um determinado Estado onde, já à frente do hotel onde fiquei, já encontrei as faixas dizendo os absurdos que se passavam no Tribunal de Justiça. Parti para uma reunião com os advogados da localidade, e eles me disseram: "Vou dizer para a senhora: tais e tais desembargadores não prestam; tais e tais desembargadores são homens de bem." Então, todo mundo sabe; é o segredo de polichinelo. E quando a gente fala alguma coisa de que há desonestidade, dizem que a gente está falando demais. Então, é importante, sim, essa função de competência primária para julgar os desembargadores.

Em relação ao foro especial, eu concordo que é um absurdo e, se é um absurdo, não vamos aumentar isso mais. Todos nós temos a preocupação dos Conselheiros. Já temos, inclusive, precedentes: o Conselheiro Maurik, que era juiz, está respondendo a uma ação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por causa de atos praticados como Conselheiro do CNJ. Nós temos essa preocupação, mas não vamos tirar uma preocupação com uma solução que nós não aceitamos, que é o foro especial. Esse foro especial é uma excrescência.

Sou juíza de colegiado, sou juíza de Tribunal Superior e posso dizer aos senhores: o processo não

anda, mas não anda não é porque o relator não quer; não anda porque é feito para não andar. A legislação é feita para não andar. Primeiro, uma denúncia que é recebida monocraticamente pelo juiz primeiro grau, no STJ, é recebida por quinze. Quando chega à ponta da mesa, os fatos já estão todos deturpados. Cada um dá uma interpretação diferente; nós levamos a tarde inteira para julgar.

Mais uma coisa que foi trágica: ao se revogar a súmula do Supremo Tribunal Federal, a Súmula nº 394, foi uma tragédia. O que nós temos hoje? Estamos julgando foro especial na hora. Recebe a denúncia, vem toda a defesa. No mínimo, o relator que for diligente, no mínimo, são dois anos do recebimento da denúncia até a finalização da instrução, fora o tempo que ficou até o recebimento da denúncia, que são outros dois anos.

Quando chega perto e a prova está contrária ao réu, ele pede aposentadoria – como um dos conselheiros do Tribunal de Contas que eu estava processando – no dia do julgamento. No dia do julgamento! De manhã, eu estava em casa, estudando já o voto para ir de tarde para a sessão, quando eu recebi um telefonema do chefe de gabinete, que me disse o seguinte: "O conselheiro fulano de tal acaba de pedir exoneração." O que significava que tudo estava perdido porque o processo ia começar na primeira instância, já que ele perdia o foro especial.

Graças a Deus, consegui salvar porque eu disse: "Foi publicado o ato!" E ele disse: "Não; então, eu vou julgar." Mas levei para o colegiado e ainda houve dois votos contrários, porque entendiam que, mesmo sem publicação, ele tinha perdido o foro especial e nós não podíamos julgar. Então, não tem cabimento esse foro especial.

E, além de tudo, a legislação que se segue, a legislação penal de rito para o foro especial é trágica. Em relação à pertinência da alteração para requisitar informações, documentos, perícias eu entendo que está na medida, porque fazer prova, quebrar sigilo fiscal e bancário seria importante. Mas isso pode ser questionado porque temos uma cultura de manter sigilosamente essas finanças, que naturalmente são mantidas em sigilo já que não são muito puras, são espúrias.

Então, nós não podemos avançar demasiadamente. E aqui eu me lembro muito bem – desculpem-me pelo avançar da hora, mas eu tenho de falar – de Bertha Lutz, quando lhe perguntaram: "Por que a senhora só defendeu direitos políticos e não defendeu direitos civis?" E ela respondeu: "Não posso defender tudo. Vamos por partes: no momento em que eu conseguir os direitos políticos para a mulher, os direitos civis virão por via de consequência."

No momento em que ficar delineado a competência do CNJ e da sua corregedoria para manusear, com as provas produzidas por outrem, através da requisição de informações, documentos e perícias produzidas no juízo criminal, no juízo tributário, nas investigações policiais, naturalmente a quebra, o poder de quebrar o sigilo fiscal e bancário virá por via de consequência.

Portanto, a manutenção da PEC do jeito que está me parece mais salutar para não causar o estresse que esta sociedade ainda tem no que toca à quebra de sigilo fiscal e bancário, porque eu costumo dizer: é aí que está o ovo da serpente.

Pode o CNJ exonerar e demitir? Acho importante que essas penas sejam mexidas. Por que temos de mexer nessas penas? Porque a sociedade não se conforma. Como é que uma aposentadoria pode ser uma pena para uma pessoa que comete absurdos?

Então, realmente nós precisávamos de uma pena mais drástica, aplicada, sim, pelo órgão incumbido de fazer a fiscalização e a disciplina. Pode-se dizer o seguinte: mas isso vem porque o juízo penal aplica a pena 20 anos depois. Vinte anos depois! Porque sentença transitada em julgado neste País é substantivo abstrato. Não vamos querer nos enganar! E, se a gente pensa que a ação penal vai andar, não anda! Daí por que é importante, é instrumento moralizador, sim, esta questão.

Quero também dizer aqui, misturando um pouco, mas dizer o seguinte: aquilo que o meu colega o Dr. Paulo Schmidt falou, sobre o aspecto da magistratura, da nomeação pelo Executivo, é um absurdo. A fila cresce e cresce, e não é isso que faz com que as escolhas sejam melhores ou piores. Apenas eles remetem a uma situação que eu acho que é até pior, com mais "lobismos" para as nomeações. Resolver com simetria parece-me bem mais correto, no que toca, vamos dizer assim, à independência da magistratura.

A autonomia dos tribunais e a independência dos juízes é, sem dúvida alguma, um grande filão e uma grande necessidade, e esse é um dos objetivos do Conselho Nacional de Justiça.

Mas agora eu passo a responder às perguntas do Senador Randolfe, citando as informações quanto ao número do andamento dos processos. Eu tenho aqui o seguinte: eu encontrei na Corregedoria, quando assumi em setembro de 2010, um remanescente de 2.847 processos. Recebi, durante um ano e meio, de setembro até fevereiro, 6.322 processos. E, durante esse mesmo período de um ano e meio, julguei 6.488 processos. Estão em tramitação atualmente 2.758 processos. Não é muito. Tenho detalhado, mas me parece que essa não é a importância para V. Exª,

se não esses número abstratos, mas eu passarei a V. Exª inclusive esses números.

Quanto às principais medidas para a transparência, o primeiro passo foi dado, porque houve um momento em que a transparência, que foi um dos pontos marcantes na criação do CNJ, passou a ser questionada dentro do Conselho Nacional de Justiça. Mas o Supremo Tribunal Federal colocou nos lugares quando discutiu largamente que os processos que tramitam pelo CNJ são ostensivos, sim, são públicos, sim, e que isso é a tônica da Constituição de 1988. De forma que me parece que isso é suficiente.

Quanto à quebra de sigilo bancário, eu já me expliquei. As punições também. Eu acho que realmente devemos mexer para colocar cassações e aposentadoria. E os principais problemas das corregedorias estaduais.

Quais os principais problemas das corregedorias atuais? Em primeiro lugar, as corregedorias têm uma estrutura tão antiquada que muitas e muitas estão subordinadas à Presidência. Se o corregedor não se der bem com o presidente, nada anda na corregedoria, porque o presidente estrangula a corregedoria, não oferecendo os recursos necessários para a corregedoria andar. Então, isso é um problema. Hoje eu estou tentando ver se eu deixo as corregedorias com uma estrutura administrativa e financeira de absoluta independência, mas, naturalmente, a cultura das justiças, principalmente as justiças estaduais, é de uma perversidade ímpar.

Quero dizer aos senhores que, no final do ano passado, num grande Estado, um Estado importante da Federação, o tribunal de Justiça elegeu um desembargador que acabava de ter um AVC e ficou absolutamente abilolado. E foi esse homem o escolhido para ser o corregedor. E ainda a Presidente do Tribunal veio me dizer: "É, escolheram, não é?" Eu disse: "É, para não fazer nada, está ótimo".

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito antes de ser escolhido... *(Fora do microfone.)*

A SRA. ELIANA CALMON – Teve o AVC, ficou de licença, mas voltou para ser o bonequinho de presépio, e, achando pouco o papel que ele ia fazer, ainda foi eleito Corregedor. É o Corregedor.

Eu, inclusive, pedi ao Colégio dos Corregedores para haver uma interferência nisso, porque eu entendia que eu que já estava num clichê aberto no Supremo Tribunal Federal, se fosse questionar a eleição de um Corregedor pelo Tribunal, eu iria abrir mais um flanco de guerra. E eu, então, nada fiz, esperei que o Colégio de Corregedores fizesse. Não fez, lógico que não fez.

Esse é um exemplo que eu conto para dizer que, realmente, é uma tradição não fazer nada. O corregedor que vai fazer fica numa situação difícil, por quê? Porque, geralmente, é um dos mais antigos. Ele sai da corregedoria e se candidata à presidência. Se ele começar a mexer em muita coisa, ninguém o elege presidente. Como ele quer ser presidente, porque presidente é a função mais importante, então ele não faz nada e fica esperando.

Sabe quais são os melhores corregedores? Aqueles que não têm idade de chegar à presidência. Então, como eles estão lá, é o fim de carreira, eles fazem alguma coisinha. E isso eu estou falando por experiência própria, porque é o que eu estou encontrando nos Estados.

De forma que, realmente, nós temos que fortalecer as corregedorias. Quem é que pode fortalecer as corregedorias? E é nisto que eu estou trabalhando: o Colégio de Corregedores. Mas o Colégio de Corregedores tem uma tradição, qual é? Fazer as reuniões, e as reuniões viram o quê? Um grande piquenique. É ótimo ir, jantar, festa, as mulheres vão, passeiam, é um espetáculo! Agora, o que é que temos de fazer? Temos de fazer como agora esta composição do Colégio está fazendo, e avisou logo: não é festa, nós vamos trabalhar os três dias. Eu quero ver. Eu estou indo e estou querendo trabalho. Já pedi dois dias para falar, dois dias, para ver se realmente nós vamos... É uma forma de fortalecer as corregedorias, deixando que estes colégios – e eles existem para isso – façam todo o dever de casa.

Quanto à composição mais ampla, eu sou contra. Por que eu sou contra? Colegiado muito abrangente é uma guerra, não resolve nada. Quinze já dá problema, se colocar mais, vai ficar preocupante. E não é isso que dá legitimidade à sociedade, não é isso. O que dá legitimidade ao conselho para participação da sociedade são as escolhas que os senhores fazem nesta Casa, as escolhas que fazem na Câmara dos Deputados. É isso que dá legitimidade.

E qual é a minha preocupação? O CNJ está adquirindo uma visibilidade grande na sociedade e está se politizando. E é a minha preocupação. As escolhas que se fazem neste momento. Não é só escolha das Casas legislativas, a escolha que se faz da Magistratura, em que se começa a fazer uma escolha direcionada para servir ao senhor maior dos seus componentes – e isso é o que me preocupa. Mas isso esta Casa pode fazer pouco, porque isso é uma questão de cultura, é uma questão de civilidade, é amadurecimento político da Nação, que pode, sim, fazer uma escolha que não seja escolhas insensatas para servir as elites ou servir individualmente cada uma das pessoas, troca de favores.

Então, isso é difícil, mas isso virá com o tempo, mas cada um tem de ter a consciência que escolheu bem os seus representantes.

Em relação ao tema da sociedade brasileira, realmente ela apropriou-se do CNJ. Hoje se questiona a posição do CNJ e isso é de uma importância fundamental.

Passo a responder as perguntas do Senador Ricardo Ferraço, dizendo quais os limites e obstáculos das investigações. As investigações feitas pela Corregedoria do CNJ são investigações fracas, frágeis. Por quê? Eu praticamente tenho a prova documental.

É muito difícil, e principalmente nesse momento em que temos uma evolução na informática, corrupto deixar documento. Muito difícil. Então, o que eu tenho para investigar? Eu vou me valendo das provas que estão num inquérito, ou que estão no STJ, contra os desembargadores, eu fico pedindo compartilhamento, para que eu possa fazer alguma coisa.

Então, essas investigações patrimoniais – que chamo de patrimoniais – são importantes, porque, através do Imposto de Renda e também desse compartilhamento de quebra de sigilo, etc., eu posso fazer alguma coisa. É de importância fundamental.

Mas há também uma coisa que me incomoda muito, e isso precisamos resolver realmente, porque o que se diz é o seguinte: todas as vezes que estou questionando algum ato de improbidade ou algum ato de corrupção de magistrado, dizem o seguinte: mas, você não pode se meter porque isso é decisão judicial. Eu disse: sim. Mas, o juiz comete improbidade onde? Não é no ato judicial? Por que juiz praticar ato administrativo só os presidentes, porque, juiz mesmo não tem ato administrativo. Então, a improbidade é na sentença, é na decisão, é na condução do processo. Agora, eu não posso, como tribunal administrativo, imiscuir-me na motivação do ato judicial. Mas, o ato judicial deformado, o ato judicial escancaradamente deformado, é óbvio que o CNJ pode se questionar, mas, muitas cabeças pensantes ainda acham que não é possível.

Desculpe, mas não posso perder a oportunidade de dizer isso. Eu estava no meu gabinete, há quinze dias, quando os advogados de uma grande empresa me procuraram. E esta empresa dizia o seguinte: "Estamos aqui porque não sabemos mais o que vamos fazer". O que houve? Uma ação de indenização que foi proposta contra... Uma pessoa humilde, um perueiro, que comprou uma van, e a van estragou. Ele entrou e pediu uma indenização de R$20 mil reais. O juiz, na condução do processo – e já estava acostumado a fazer isso porque já o conhecíamos – começou a questionar, intimou errado e tal, e aí começou a aplicar multa diária porque não fez o depósito de R$20 mil reais. Moral da história: o pedido inicial, que era de R$20mil reais, transformou-se em R$2,9 milhões. E o que ele fez? Ele foi lá, entrou com a penhora *on-line* e pegou R$900 mil da conta da empresa. E a empresa correu para o tribunal, porque o processo estava nas mãos da empresa, e ele disse: "Não vão tirar, está lá com penhora *on-line*, mas não vão tirar porque o processo está na minha mão". Ele fez autos suplementares, tirou o dinheiro, e o dinheiro sumiu. A empresa foi atrás do perueiro, e o perueiro nunca viu esse dinheiro.

Bem, para encerrar o caso, ele entrou com uma ação rescisória porque isso transitou em julgado. Entrou com uma ação rescisória porque, a essa altura, o CNJ já tinha afastado esse juiz por outros casos que tinham acontecido. Esse juiz está afastado. Do CNJ. Aliás, ia ser julgado hoje, ia ser julgado hoje. Bem, o caso, a decisão do tribunal. Eles entraram com a ação rescisória dizendo: "Olha, a decisão é de um juiz corrupto que está afastado". O tribunal confirma a sentença e diz o seguinte: "A sentença do juiz não é de corrupção, porque o juiz foi afastado, mas o juiz não foi exonerado, então a sentença dele é válida". Os advogados me procuraram e disseram o seguinte: "Um juiz corrupto, que está afastado, mas as decisões dele estão transitando em julgado e cumprindo os seus efeitos, como uma sentença normal de um bom juiz? O que a gente faz? Correr atrás?" Chamo o corregedor e digo: "Pelo amor de Deus, esse recurso é especial, tem de ser admitido para a gente corrigir esses erros, porque a empresa diz o seguinte: para tal estado assim, assim, não se vende mais nada".

Mas o importante é a falta de credibilidade que isso causa ao Poder Judiciário. E, para esse juiz, eu tenho cem juízes que são magníficos, que são maravilhosos.

Pagamentos duvidosos, Justiça do Trabalho, Justiça Federal. Quero responder aqui uma pergunta, que achei fantástica, do Senador Ricardo Ferraço, para dizer o seguinte, o que é que aconteceu, e os senhores vão me dar espaço para eu contar a história disso, que dizem que eu quebrei o sigilo de duzentas e tantas mil pessoas. O problema: Gilmar Mendes, o Ministro Gilmar Mendes era Presidente do CNJ; o Ministro Gilson Dipp era o Corregedor. O Ministro Gilmar Mendes, então, quis fazer dentro do CNJ aquilo que já tinha sido pensado lá atrás e que foi tocado pelo Dr. Paulo Schmidt. Ele quis criar um sistema de controle de todos os pagamentos da Justiça Estadual, porque, meus senhores, é um descalabro. Todas as vezes que um governador corrupto quer um favor do tribunal, ele se junta com o Presidente do tribunal e diz: "Eu lhe dou aumento". E tudo passa. E tudo passa.

Já tive a oportunidade de afastar presidente de tribunal por causa disso, mancomunado. Presidente do tribunal, presidente da assembleia legislativa, presidente do tribunal de contas, as três pessoas da santíssima trindade. Andam juntinhas e fazem o que querem. Com quê? Aumento de salário. E dizem o seguinte: "Estou cuidando da categoria, estou cuidando da categoria".

Bem, feito isso, os salários começam a subir assustadoramente. Mas tem o teto, tem o teto constitucional. O que nós estamos encontrando? Nós estamos encontrando o seguinte: os desembargadores ganham o teto, R$26 mil; mas, três vezes no ano, vem um penduricalho em que se dá uma gratificação monstruosa. Se nós tomarmos tudo e dividirmos por doze, eles não ganham R$26 mil; eles ganham R$50 mil, R$40 mil, R$60 mil, R$70 mil, porque, na soma... Uma aula que se dá na Escola da Magistratura, R$10 mil por aula. Pronto! Agora, se isso fosse contabilizado e chegasse ao CNJ, nós tínhamos condição de fazer a correção. E era por isso que nós queríamos que fizessem exatamente isso.

Para formar esse cadastro, o Ministro Gilson Dipp oficiou a todos os tribunais, pedindo que os tribunais mandassem os nomes de todos os juízes, de todos os desembargadores e de todos os servidores. E, mais ainda, dos dependentes que constavam do Imposto de Renda, formando-se, assim, o cadastro da família judiciária. De posse desse cadastro, para formar justamente essa base de dados, o Ministro Gilson Dipp mandou ao COAF todo esse universo – aí é que vem a história – de 237 mil pessoas. Esse é o universo da família do judiciário. Ele mandou ao COAF, dizendo o seguinte: "COAF, quando você foi criado, não existia a CNJ. O COAF foi criado em 1998, mas agora eu sou fiscal desse universo aqui. Então, você, que pela lei tem que mandar todas as operações atípicas para o TCU e TCE, agora mande para mim, que sou o órgão fiscalizador."

Isso foi em 2010, e o COAF só respondeu em fevereiro de 2011, quando eu já era corregedora. Mas peguei aquilo ali e não entendi nada, porque o relatório do COAF não dá nome, não dá CPF, não dá nada. O nome, o CPF e tal ele só dá para a polícia e para a justiça, quando há investigação. Para mim, disseram que existe concentração de operações atípicas em tal, tal, tal tribunal. Só isso que ele deu. Não me aproveitei disso para nada, mas quando chegou em dezembro cheguei à conclusão de que eu não tinha pernas para fazer inspeção em todos os Estados grandes, porque o Ministro Gilson Dipp fez nos Estados menores. Os maiores, ele disse: "Vou consumir meu tempo todo e não chego lá." Então, a estratégia foi chegar aos Estados grandes para fazer só uma espécie de inspeção, e me fixei exatamente nessa inspeção patrimonial, porque essa base de dados que foi pensada lá atrás não deu certo. Por quê? Porque a base de dados foi iniciada, a resolução foi feita, mas não houve interesse da nova administração em fazer essa base de dados, que então ficou esquecida, não se tem base de dados, não sabemos quanto é que pagou. Só sei porque alguém diz que estão pagando demais aos desembargadores – e eu sei, porque já tive operações policiais como magistrada lá no STJ, como as coisas funcionam em termos de salários. Os Estados mais pobres são aqueles que pagam mais. Pagam e ganham muito bem, tanto que muita gente não quer ser Ministro do STJ porque vai ganhar muito menos. E há, ainda, uma prática que tentamos coibir de algumas situações em que se ganha duas vezes: aposenta-se no Estado e assume outro cargo. Isso já houve, foi combatido dentro do STJ, mas dizem que continua. Não sei, não tenho informações sobre isso.

Resolvi ir àqueles redutos onde eu iria ter dificuldades, mas eu tinha de me basear em alguma coisa para dizer que ia a São Paulo, porque São Paulo realmente é um Estado fechado, que nunca abriu para o CNJ, etc. E como a concentração maior indicada pelo COAF estava no Tribunal de São Paulo, fui até lá para fazer uma investigação patrimonial. Em que se resume a investigação patrimonial? Olhar a declaração de bens que os juízes entregam e olhar a folha de pagamento, para ver se estava pagando muito. Só isso que ia olhar, e as coisas normais que sempre faço em todos os Estados. Quando cheguei lá, deparei-me com a seguinte situação. Primeiro, uma dificuldade: não queriam. Só no segundo dia é que foi possível essa investigação e descobrimos que 45% dos magistrados paulistas não entregam declaração de imposto de renda. Isso não é novidade, porque outros Estados também não entregam. Mato Grosso, por exemplo, não estava entregando.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mato Grosso?

A SRA. ELIANA CALMON – Mato Grosso. Não entrega. Eu já estava combatendo nos outros Estados, mas encontrei isso em São Paulo. Veio a liminar e proibiu que eu desse continuidade a isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Ministra. Esses desembargadores não declaram imposto de renda à Receita?

A SRA. ELIANA CALMON – Não sei. Não entregam a declaração ao tribunal, que é a obrigação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quantos por cento em Mato Grosso?

A SRA. ELIANA CALMON – Em Mato Grosso há um percentual maior que em São Paulo. Está cor-

rigido. O corregedor hoje corrigiu isso. O Márcio Vidal está corrigindo muita coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quais Estados mais, Ministra?

A SRA. ELIANA CALMON – Não me lembro. Tem um ou outro Estado que não entrega um pouco, mas nessa proporção grande foi em Mato Grosso – que corrigimos – e em São Paulo, 45%, que encontramos. Não encontramos mais nada porque os dados não puderam ser trabalhados. Foi isso o que as associações disseram, que quebrei o sigilo bancário e o sigilo fiscal. Não quebrei nada, não pedi nada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Foi o corregedor primeiro que pediu.

A SRA. ELIANA CALMON – Foi quem pediu, mas pediu para fornecer, ele não quebrou. Ele disse: "O meu universo é esse." Tanto que ele sabe, foi lá e viu que o ofício era dele e tal. Eu assinaria perfeitamente o ofício.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ministra, Mato Grosso está corrigindo. E São Paulo, está corrigindo também?

A SRA. ELIANA CALMON – Olha, o novo Presidente de São Paulo está tomando umas atitudes que estão me agradando muito. Primeiro, ele está falando, porque São Paulo nunca falou. Ele está falando, está querendo corrigir. Ele sabe dessa deficiência, porque eu lhe disse. E ele está pedindo, pela primeira vez, o auxílio do CNJ, que, inclusive, está indo lá para ajudar nos precatórios. Ou seja, pela primeira vez o tribunal se abre para dizer que tem problemas, porque, no passado, ainda na gestão do Ministro Gilson Dipp, quando o CNJ chegava o Presidente mandava buscar a bandeira de São Paulo, fincava e recebia o CNJ com a bandeira de São Paulo. Comigo nunca aconteceu isso, sempre fui muito bem recebida, mas nada de intimidade. Vou devagar, mas intimidade com a corregedora, nenhuma. Convidar para jantar e tal... Tanto que eu disse aquela célebre frase que terminou irritando muito: "Só entro em São Paulo no dia em que o Sargento Garcia prender o Zorro." Aí um conselheiro chegou a me dizer que assistiu a um seriado em que o Sargento Garcia prendeu o Zorro. Eu fiquei assim... E ele disse: "Por algumas horas." E eu entrei em São Paulo por algumas horas. Estava lendo a liminar e vai valer ainda por muito tempo, porque a AGU entrou com recurso e o relator respondeu que vai ouvir todas as associações de juízes, todas as associações de servidores, inclusive extrajudiciais, e depois ele vai decidir. Então, essa liminar está realmente valendo.

Continuando, já falei sobre o aspecto da vitaliciedade, da perda por sentença judicial também, vem então o CNJ com a competência de elaborar a Loman. Isso precisa de uma emenda constitucional. Acho que é o leito verdadeiro da Loman. Quem conhece as entranhas do Poder Judiciário é o CNJ. Ministro do Supremo Tribunal Federal não conhece o Poder Judiciário. Nem pode conhecer. Eu, magistrada de carreira, que faço instrução, que tenho um tribunal muito mais aberto, não conhecia. O Ministro Gilson Dipp me dizia: "Você vai perder a sua inocência no dia em que for corregedora." Eu dizia: "Mas eu não sou uma mulher inocente." Eu era uma mulher inocente.

Senador Pedro Taques, foro por prerrogativa de função, perfeito, já respondi sobre isso, não vamos cometer o mesmo erro. Refletir sobre o sigilo bancário e fiscal, também já respondi. Demora do Supremo Tribunal em apresentar a Loman, podíamos fazer uma tentativa de mudar um pouco. Eles têm tantas coisas a resolver, tão assoberbados que estão, que podem corrigir as demasias até que o Poder Legislativo, o CNJ possa apresentar esse projeto da Loman. Sobre a nomeação de juízes federais, já vimos isso. O Márcio Vidal falando sobre a competência originária, que já está na emenda.

O Senador Suplicy fala sobre uma questão do caso concreto de Pinheirinhos – e eu até já estive pelo meio daquela situação, porque tudo é corregedoria, e, na ocasião, fui procurada pelo presidente da OAB, fiz a sua ponte com o Ministro Ari Pargendler, liguei também para o Presidente Sartori e verifiquei que a situação estava muito complicada, mas, na realidade, tenho que dizer a V. Exª que todo o processo correu na justiça estadual e, como último grito, correram para a justiça federal para dizer que a questão era federal e tirar das mãos da juíza, o que não deu certo. Então, sobre o caso concreto judicializado, V. Exª me desculpe por não tecer maiores considerações, e quero dizer que o CNJ não tem condições de resolver isso porque já está judicializado. O CNJ não entra em questão de judicialização.

Senador Pedro Simon, também acho, como V. Exª, que a composição do CNJ é muito boa. O Ministro Dipp falava pouco porque não precisava falar. Eu falei muito porque eu precisava falar. Se eu não falasse com a imprensa, eu estaria frita, daí porque quero só lhe dar essa satisfação. Tanto que o senhor verificou que, quando eu não precisei, não falei mais. Sou magistrada e só sou magistrada, tendo o DNA de magistratura, de forma que falo pouco, mas falo. E por que falo? Porque entendo que há uma necessidade imperiosa de mudarmos um pouco isso que o Senador Lobão disse que era uma caixa, a tal "Caixa de Pandora", onde efetivamente precisamos abrir em diversos flancos, para falar e dizer aquilo que está errado dentro da nossa Casa. Faço isso porque quero bem à magistratura,

faço isso em prol da magistratura séria, correta, decente e que não pode ser misturada com meia dúzia de vagabundos que estão infiltrados nela. Para defender a magistratura é preciso, sim, que os magistrados estejam fortalecidos com a corregedoria, com o CNJ, é preciso ampararmos. E quantos e quantos casos eu tenho defendido o magistrado de primeiro grau, pegando o telefone e dizendo o seguinte: "Os senhores vão fazer a promoção agora, mas cuidado, porque estou de olho nos critérios que os senhores estão fazendo." Em um determinado Estado, por exemplo, já se ia fazer a eleição do terceiro filho de um desembargador, passando à frente de todo mundo. O senhor sabe a quem me refiro. Quem foi que interferiu? A Corregedoria. E não aconteceu. E tantas e tantas vezes que o magistrado chega lá e diz: "Pelo amor de Deus, só tem uma corregedoria!" E tem mesmo! Vamos lá! E conseguimos barrar muitas coisas. Muitas vezes não está nem na lei, mas barramos só com a força moral, que é a maior força que se tem. Muitas vezes se barra com a força moral e muitas vezes sou temida porque o pessoal sabe que eu falo. E tantas e tantas vezes que eu disse, até dentro do CNJ: "Tudo bem, isso vai ser resolvido. Agora, tem troco. E quem vai dar o troco é a imprensa." E, no outro dia, estava resolvido o problema. Por isso que falo.

Acho que respondi a todos e agradeço a oportunidade de ter feito aqui um desabafo, porque aqui é uma Casa onde posso falar o que eu quiser e ninguém pode dizer que me excedi, por que quem me perguntou foram os Senadores.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Lamentavelmente, não pode haver manifestação, ainda que mereça a nossa convidada Eliana Calmon, a quem agradeço pela presença, concordo, mas não posso autorizar.

Parabéns à nossa Ministra Eliana Calmon, parabéns ao Dr. Paulo Schmidt, muito obrigado por essa oportunidade.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 44 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti, e das Senadoras Marta Suplicy e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Vital do Rêgo e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2011 Terminativo** Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Em 15/02/2012, a Presidência concedeu vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011 Não Terminativo** Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em Reunião Extraordinária realizada 07/06/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em Reunião Extraordinária realizada em 06/10/2011, foi realizada a 2ª Audiência Pública para instruir a matéria. **Resultado: Retirado de pauta para atender o Requerimento nº 3-CCJ, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Ricardo Ferraço e Antonio Carlos Valadares, de realização de Audiência Pública para instruir a matéria em data oportuna. ITEM 3) PROJETO DE**

LEI DO SENADO Nº 162, DE 2011 Não Terminativo Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Aníbal Diniz. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2011Terminativo** Acrescenta o art. 149-A ao Código Penal, para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2011 Terminativo** Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior; o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel; o Professor Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas; e o Presidente a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Nelson Calandra, para que compareçam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de discutir a PEC 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias." **Autoria:** Senador Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Ricardo Ferraço e Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012-CCJ** "Requeiro nos termo do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado o nome do Excelentíssimo Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene, ao requerimento nº 99/2011– CCJ de iniciativa dos Senadores Ricardo Ferraço e Armando Monteiro, que propõe a realização de Audiência Pública para instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Justiça e Cidadania do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado n° 72/2010, que Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e cinco minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior, que será publicada no Diário do Senado Federal.

Ao iniciar os nossos trabalhos, queria agradecer ao Senador Demóstenes Torres pela brilhante condução, na tarde de ontem, da audiência pública, aqui feita, para instruir a PEC nº 97, a chamada PEC do CNJ, de autoria de S. Exª. Confesso ao Senador Demóstenes que fiquei feliz de vê-lo sentado aqui, nesta cadeira, mas fiquei com um pouquinho de ciúmes pelo brilhantismo que sempre empreende em todos seus gestos e atos, na condução de seu mandato. Parabéns a V. Exª e ao povo de Goiás.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para conhecimento, o recebimento dos seguintes documentos: correspondência da Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, encaminhando notas técnicas aprovadas pelo Plenário daquela Casa nos anos de 2008 e 2009, bem como uma nota pública subscrita pelo então Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, que faz alusão à PEC nº 471, de 2005, que dá nova redação ao § 3º do art. 236 da Constituição Federal; expediente conferido e enviado ao Ofício nº 7, de 2012, da Presidência da CCJ à Corregedora do Conselho Nacional Justiça, Ministra Eliana Calmon, informando que a proposição mencionada ainda se encontra em trâmite na Câmara dos Deputados e, logo que chegue ao Senado, após

aprovada naquela Casa, tomaremos as providências cabíveis; correspondência da Associação Médica do Paraná, na qual solicita apoio à aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina; expediente conferido e enviado ao Ofício nº 9, da Presidência desta CCJ ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Senador Roberto Requião, encaminhando a referida correspondência em virtude de a matéria encontrar-se em trâmite naquela Comissão; correspondência do Conselho Federal de Psicologia, na qual informa o posicionamento do Conselho em relação ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina; expediente conferido e enviado ao Ofício nº 10, de 2012, desta CCJ, ao Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura, Senador Roberto Requião, encaminhando a referida correspondência, em virtude de que a matéria encontra-se em trâmite naquela Comissão.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 5.

O Senador Valadares já se encontra. S. Exª havia solicitado, por ter sido o relator da matéria, que fizéssemos uma inversão de pauta. Já que S. Exª conseguiu chegar a tempo, apesar do trânsito, vamos dar sequência ao item 1 da pauta, sem inversão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria de pedir a V. Exª e à Comissão que fosse retirada de pauta essa matéria, tendo em vista que houve alguns questionamentos formulados pelo Senador Demóstenes e pelo Senador Taques. E, em atendimento a esses questionamentos, a essas sugestões, vou me aprofundar mais nessa matéria para poder apresentar um relatório definitivo e consensual. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou retirar a matéria de pauta, atendendo a solicitação de V. Exª. Vou retirá-la de ofício, já que para ser retirada de pauta, há necessidade de que o autor da matéria esteja presente e faça a solicitação. Mas retiro-a de ofício, atendendo as ponderações de V. Exª, no sentido de que há um pedido de vista do Senador Luiz Henrique da Silveira, há um questionamento do Senador Demóstenes, como coloca V. Exª, em relação a essa matéria, e de outros Senadores, para que a gente possa ter um relatório de convicção, feito brilhantemente por V. Exª, como é de hábito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É retirado de pauta o item 1.

Item 2 da pauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: – Em Reunião Extraordinária realizada 7/6/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

– Em Reunião Extraordinária realizada em 6/10/2011, foi realizada a 2ª Audiência Pública para instruir a matéria.

Conforme preceitua o Regimento desta Casa, havendo aprovação de audiência pública pelo Plenário desta Comissão, somente esta própria Comissão terá poderes de liberar a pauta para que a matéria possa ser colocada em pauta se houver pendência de audiência pública. Portanto, nós fizemos as duas audiências públicas para atender ao encaminhamento desta matéria, que é uma matéria extremamente importante porque mexe com a questão da agilidade da Justiça brasileira, de recursos especiais extraordinários transformados em ações rescisórias.

No dia 6 de julho de 2011 foi lido o extenso relatório da lavra do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Foi adiada a discussão da matéria, a pedido do Plenário. Então, já foi lido o relatório desta matéria pelo Senador Aloysio, já foi inclusive dado início ao debate, portanto, essa matéria vai entrar em discussão.

A matéria se refere à PEC nº 15 vai entrar neste momento em discussão.

Há algum Senador inscrito para discutir a matéria? *(Pausa.)*

Estamos no item 2 da pauta. Proposta de Emenda à Constituição nº 15.

Eu pediria só um minutinho da atenção dos Senadores porque é uma matéria extremamente polêmica, importante, que é uma emenda à Constituição que altera o rito dos recursos na Justiça como um todo.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Demóstenes, Senador Dornelles, Senadora Marta, Senador Ciro,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida. É regimental.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Ferraço pela sua iniciativa de haver apresentado esta importante PEC com o objetivo de agilizar todos os procedimentos da Justiça.

Quero cumprimentar o Ministro Aloysio Nunes pelo seu brilhante parecer, aliás, como todos os pareceres que ele profere. Entretanto, eu recebi, nesses últimos dias, uma série de documentos, um deles vindo da Ordem dos Advogados do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (Faz soar a campainha.) – Há orador na tribuna. Peço um pouco de silêncio para ouvirmos o nosso líder decano, experiente e competente Senador pelo Rio de Janeiro, Francisco Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu vi na imprensa pronunciamentos de dois ilustres Ministros do Supremo Tribunal Federal, por quem eu tenho o maior respeito, um deles inclusive foi Advogado-Geral do Presidente Fernando Henrique, o outro, do meu Estado, Ministros Marco Aurélio, e Gilmar Mendes, levantando muitas dúvidas, questionamentos sobre esta PEC. Eu, hoje, não teria condições de votar. Se tivesse que votar, eu votaria contra, porque eu não posso, realmente, em dúvida, votar a favor.

De modo que eu faria um apelo a V. Exª: já houve pedido de vista, que essa vista não fosse precipitada. Ou seja, eu fiz o requerimento convocando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, com quem tivemos o melhor relacionamento, que participou ativamente conosco do projeto da Ficha Limpa, para que ele traga a posição dos advogados do Brasil sobre isso. Eu acharia importante que o presidente da OAB viesse oficialmente a esta Comissão explicar e trouxesse a posição dos advogados do Brasil, porque nós só estamos ouvindo um lado, em que pese o Relator ser um brilhante advogado, o nosso Ministro Aloysio Nunes. Acho que institucionalmente tínhamos que ouvir a OAB.

De modo que já fiz um requerimento a V. Exª convidando o presidente da OAB para comparecer a esta Comissão para falar sobre esse projeto e queria pedir o apoio de todos os membros desta Comissão a este requerimento. O fato de a OAB ter participado através de representantes em audiência pública realmente não muda a situação, porque é um convite institucional ao presidente da OAB, que vai falar em nome dos advogados do Brasil. Portanto, meu requerimento está colocado a V. Exª, mas eu pediria que o projeto não fosse colocado em pauta antes dessa audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra pela ordem a Senadora Marta, que levantou a mão primeiro; depois dou a palavra a V. Exª. Depois darei ao Senador Demóstenes e, posteriormente, a V. Exª, como autor.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu concordo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – As mulheres têm precedência sempre.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu também penso assim.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...com a proposta do Senador Dornelles, porque, em relação à OAB, eles já se manifestaram que, na questão da celeridade, somente 2,2% dos processos chegam ao Supremo Tribunal, então a questão da celeridade não é uma questão. Mas o que para mim está interessando, como não advogada, é entender melhor o que vai acontecer na prática. Aí eu fiquei pensando no caso daquele jornalista que matou sua companheira, o Pimenta da Veiga.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da Veiga, não! (*Risos*.)

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpa, não era da Veiga. Como era o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pimenta Neves.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pimenta Neves matou a jornalista. Ele ficou fora da cadeia muito tempo. Quais seriam as repercussões? Em outros casos também não penais.

Então nessa audiência pública, que acho que foi uma ideia muito adequada, gostaria que tivéssemos também alguns advogados que pudessem traduzir na prática o que aconteceria. Se a gente pensa rápido, à primeira vista, a gente pensa que isso vai ser ótimo, porque tinha gente tinha que estar na cadeia e fica fazendo recurso, recurso, recurso e até prescreve. Aí seria uma ideia muito boa. Mas em outros casos não é bem assim.

Portanto, é um projeto tão importante, Senador Aloysio Nunes, a quem parabenizo, que realmente deveríamos ter extremo cuidado nessa avaliação e levar em conta outro fator: o fortalecimento da Justiça estadual, que também, em relação ao pacto federativo, tem um impacto. Temos que avaliar isso. Então seria

bom alguém que se pronunciasse sobre essa questão do pacto federativo e talvez outro especialista sobre as consequências práticas, que elas fossem traduzidas, para que todos pudessem entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, pedindo vênia ao Senador Demóstenes, tendo em vista que ele é o autor da PEC, com outros Senadores obviamente subscritos por V. Exª. Em seguida, dou a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes.

Senador Ricardo Ferraço, como autor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu tenho me postado nesta Comissão sempre defendendo que os debates possam ser aprofundados no limite, porque o juízo pessoal de cada um dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras é fundamental para que nós possamos exercer o nosso voto e exercer a nossa convicção. Evidentemente que uma manifestação vinda não apenas da Senadora Marta Suplicy, mas também do eminente, decano, ilustre professor Francisco Dornelles é uma manifestação que cala fundo ao nosso coração. Apenas a lembrança de que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil foi convidado para vir a esta Comissão e declinou do convite, transferindo essa tarefa a um dos seus conselheiros, por opção própria. Nós estamos com esse relatório, relatado pelo eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, desde o mês de junho de 2011.

Portanto, o aprofundamento do debate é muito importante. O que não me parece conveniente é a procrastinação indefinida de um tema tão importante como esse, até considerando, inclusive, os estudos que foram feitos pela escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

Então, a solicitação que faria ao Senador Dornelles, à Senadora Marta Suplicy e, evidentemente, a qualquer um dos nossos colegas é que, na prática, pudéssemos fazer essa audiência pública. Acho que o aprofundamento do debate é muito importante. Acho que isso colocará luz. Agora, é preciso que tenhamos um *deadline*, tenhamos um prazo, para que esse tema, assim como a indústria dos recursos, também não fique nesta Comissão *sine die*, sem uma decisão, porque, na prática, é um tema complexo, é um tema que impacta o sistema recursal brasileiro, mas acho que precisamos fazer o enfrentamento desse debate, e esse debate tem que ser feito aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

De modo que me alisto às manifestações, evidentemente, do Senador Dornelles, mas acho que precisamos ter prazo, acho que precisamos ter conosco um compromisso. Ou seja, ao longo do mês de março, poderemos fazer os debates aqui, poderemos votar? Então essa me parece uma proposta bem razoável. Mas eu queria pedir a consideração dos Senadores para que pudéssemos oferecer uma resposta e pudéssemos fazer o debate, porque, da última vez que fizemos audiência pública aqui, poucos Senadores vieram, inclusive a OAB. O seu Presidente não veio. Ele delegou para que viesse um conselheiro seu. Não podemos também, como Senadores, na condição de Comissão de Constituição e Justiça, abrir mão de nossas prerrogativas, até porque estamos aqui para isso.

É o apelo que faço ao Presidente e aos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para concordar que venha o Presidente da Ordem. Eu sugeriria também que viesse o Procurador Geral da República, Gurgel. Por quê? Porque aí ficaria a Justiça e suas funções essenciais: Advocacia e Ministério Público. Então, ouviríamos o tripé da Justiça, porque já ouvimos o Ministro Cezar Peluso. Apenas agregaríamos o nome do Dr. Gurgel e ouviríamos todo mundo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem pediu o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu, obviamente, não tenho objeção a que haja mais discussão a respeito do tema. Apenas lembro que já esteve aqui para falar sobre esse assunto o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso; esteve aqui também o Presidente do Superior Tribunal de Justiça para falar sobre esse tema; estiveram presentes conselheiros do Conselho Nacional de Justiça; e o Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, foi convidado para vir. Não veio e mandou um representante, que, aliás, teve um excelente desempenho, brilhante desempenho perante a nossa Comissão, quando realizada essa audiência pública.

Agora, o fato é que a proposta de emenda constitucional foi relatada em junho do ano passado. Depois dessas duas audiências públicas, não foi apresentada nenhuma emenda à emenda proposta pelo Senador Ricardo Ferraço. Estou à disposição, evidentemente, de todos os meus colegas para discutir eventuais emendas que queiram apresentar. Acho que quanto mais maduro estiver o assunto, melhor. Agora, também concordo com o Senador Ferraço. Não podemos fazer disso uma "obra de Santa Engrácia", quer dizer, somos Senadores, temos informações, temos formação, temos assessoria para tomarmos posição a respeito desse

tema, que afeta milhões de brasileiros, que é o fato de a Justiça brasileira, por tão lenta, acaba por frustrar aqueles que recorrem a ela. Uma ação de desapropriação demora 30 anos. Numa ação penal, muitas vezes a pretensão punitiva do Estado se frustra por causa da prescrição. Quem tem bons advogados para arrastar uma causa pelas quatro instâncias jurisdicionais que nós temos no Brasil, evidentemente ganha muito, em detrimento de quem, muitas vezes, tem razão e que, pela demora, não vê o seu direito satisfeito.

De modo que essa é, Senadora Marta, a consequência prática da situação atual. É um sistema que prejudica geralmente quem tem razão, tanto na justiça cível, como na justiça criminal e também na justiça trabalhista. A execução das sentenças trabalhistas é uma *via crucis*.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu apoio a ideia de fazer mais uma audiência pública se o Dr. Ophir Cavalcante vier dessa vez será bem-vindo, embora eu saiba que a OAB, tradicionalmente, é muito conservadora nessa matéria. É bom que se diga isso. São extremamente conservadores. A Emenda 45 foi ferozmente combatida pela OAB – na época o Ophir Cavalcante não era o presidente; o Presidente chamava-se Reginaldo de Castro –, porque ela continha dois dispositivos que foram responsáveis por uma mudança substancial do sistema judiciário brasileiro, conferindo a ele maior celeridade, que são o instituto da súmula vinculante e da repercussão geral, que foram apresentados pela OAB nacional como sendo o fim da justiça, como sendo a liquidação da justiça brasileira. No entanto, se viu, são instrumentos muito importantes para a celeridade dos processos judiciais, o que é, aliás, uma norma constitucional.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para contribuir, Senadora Marta Suplicy, e os questionamentos que V. Exª levanta. A Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas fez um estudo muito detalhado chamado Supremo Tribunal Federal em números. Entre 1988 e 2009, mais de um milhão de processos foram avaliados; 92% que chegaram ao Supremo foram recursos de conflitos já julgados em pelo menos duas instâncias; em 80% desses casos, o STF confirmou aquilo que foi julgado nas instâncias superiores. Então, eu julgo, Sr. Presidente, que para esta audiência pública seria fundamental que nós também pudéssemos trazer o Prof. Joaquim Falcão, que foi o coordenador desse estudo através da FGV, para que nós pudéssemos ter aqui um contraditório aberto em relação a esse tema, que é aguardado com grande expectativa pelos litigantes do nosso querido Brasil. Obrigado, Senador Aloysio.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou dar a palavra a V. Exª. Pela ordem, Senador Dornelles e, na sequência, V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – é apenas o seguinte: o ilustre Senador chama a Ordem de conservadora...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ferraço ou Aloysio?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas retira o termo reacionária! Reacionária não fica bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nesta matéria!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Falar na OAB e usar o termo reacionária não se aplica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem, eu retiro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Fica com o conservador e retira o termo reacionária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Conservadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Democraticamente, o Senador Aloysio Nunes acata a sugestão do Senador Pedro Simon e a Mesa pede que retirem das notas taquigráficas a palavra... que palavra V. Exª pediu para retirar, Senador Pedro Simon? (*Pausa.*) Reacionária!

Que se retire a palavra reacionária, por solicitação do Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, V. Exª será atendido pelo relator e pelo propositor, Senador Aloysio Nunes.

Senador Dornelles, tem a palavra pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu encontrei em várias revistas especializadas pronunciamentos dos Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes com muitas dúvidas sobre a matéria. Eu não apresentei nenhum requerimento de convite a esses Ministros porque eu acho, no caso de Ministros do STF, que é como aquele ditado: primeiro, tem que receber a resposta e depois mandar a carta. De modo que eu não acharia prudente...

Deixe-me terminar aqui; não estou enxergando V. Exª. *(Pausa.)*

Há uma paralela aqui e eu não estou conseguindo falar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Tenho dificuldade de repreender os Senadores. Então, tenho que pedir aos Senadores aqui...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Deixe-me terminar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o nosso Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sugeriria a V. Exª que entrasse em contato com os Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio para ver se eles admitem comparecer a esta Comissão de Constituição e Justiça para discutir o assunto. Uma vez que eles aceitassem, nós mandaríamos o convite. Porque não haveria sentido mandar um convite e eles não poderem comparecer.

De modo que queria fazer uma sugestão a V. Exª, Sr. Presidente, de um contato de V. Exª com os dois ministros, para ver se eles poderiam comparecer.

E quero dizer que estou recebendo a comunicação do Presidente da OAB dizendo que aceita o convite e que entrará em contato com V. Exª para, dentro da conveniência da Comissão, marcar a data dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon já falou?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Valadares, mas, antes, vou colocar em ordem o serviço da nossa reunião.

Não é comum a Presidência colocar requerimento recebido no mesmo dia. Mas como o autor já se manifestou, o relator já se manifestou e outros Senadores também se manifestaram, vou dar a palavra pela ordem a V. Exª, mas já antecipando que vou colocar o requerimento em votação apenas para formalizar, porque, neste caso, não vou dar vista ao processo; vou retirar de pauta para se fazer a audiência pública, porque não posso dar sequência à matéria regimentalmente se há um requerimento aprovado em relação à audiência pública.

Senador Valadares, tem a palavra pela ordem e, em seguida, o Senador Ferraço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria apenas de dar uma sugestão com o objetivo de tornar mais claro ainda e transparente este debate, no sentido do convite à Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, para participar, de vez que... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou ouvindo V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente, o que eu quero dizer é o seguinte: 83% dos processos são originários ou são discutidos, debatidos na instância de primeiro grau. Então, seria mais conveniente e plausível convidarmos a Associação dos Magistrados Brasileiros, sem o que isolaremos o setor mais importante na discussão desta matéria.

Essa é a sugestão que dou a V. Exª e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, vou colocar em votação o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não. Apenas insistir com o nome do Professor Joaquim Falcão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar o requerimento, Senador Ricardo Ferraço. Vou atender V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito. E no bom sentido da palavra, se é possível nós pactuarmos conosco mesmo a possibilidade de eliminarmos esses debates ainda no mês de março de 2012. Se há possibilidade de mantermos esse compromisso como forma de nós eliminarmos esse tema da nossa pauta que está há mais de um ano aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar o requerimento, vou lê-lo:

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012 – CCJ

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante Júnior, para que compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de discutir a PEC nº 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinários especiais em ações rescisórias.

Justificação:

O Dr. Ophir Cavalcante é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e mantém estreita relação com o Congresso Nacional, tendo inclusive participado ativamente da Lei da Ficha Limpa. Dessa forma, seria importante que o Presidente da OAB comparecesse à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater a proposta de emenda constitucional que, se aprovada, promoverá significativa mudança no sistema judicial brasileiro.

Senador **Francisco Dornelles.**

O Senador Dornelles convida, no requerimento, o Dr. Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Senador Demóstenes Torres acrescenta e convida o Dr. Francisco Gurgel, que é o Procurador Geral do Ministério Público.

Requerimento de inclusão do Senador Demóstenes.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço, convidando o professor Joaquim Falcão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E o Dr. Jorge Hage, da Controladoria Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Jorge Hage, da Controladoria Geral da União.

Por último, o requerimento do Senador Valadares, que convida o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O nome? Pronto, o presidente da associação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ele ou o representante. Calandra, Dr. Calandra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Roberto Calandra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, tem muita gente. Vão ser oito pessoas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nelson, é Nelson.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não tem sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nelson Calandra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por último, o Presidente da AMB.

É porque eu queria ouvir de V. Exª quem V. Exª queria convidar. Eu conheço bastante o Dr. Calandra, o Dr. Nelson Calandra, que é desembargador, inclusive, pelo Estado de São Paulo e Presidente da AMB.

Então, com esses convidados, nós iremos marcar uma audiência pública, se V. Exªs concordam com o requerimento do Senador Dornelles. Obviamente, vai ter de estar subscrito pelo Senador Demóstenes, pelo Senador Ferraço e pelo Senador Valadares.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos estão de acordo?

Eu coloco em votação o requerimento.

Os que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento do Senador Demóstenes, do Senador Ferraço, do Senador Valadares e do Senador Francisco Dornelles.

Pois não, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu tenho participado de várias audiências e quando se faz audiência com três, quatro, cinco pessoas, isso é impossível.

Eu queria pedir a V. Exª, se pudesse, para examinar a possibilidade de que essas audiências fossem feitas pelo menos de duas em duas pessoas. Por exemplo, Ordem dos Advogados...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, eu lamento ...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu coloco em suas mãos apenas uma observação. O que V. Exª decidir terá nosso apoio integral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não tem muito, não. Só são quatro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu acho quatro muito. Uma reunião com quatro, inclusive, coisas que não... Acho que duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Dr. Tancredo nos ensinava que mais de um já é comício, não é reunião.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É, pois é, já é um comício. Então, faça duas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas o requerimento, Senador Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Requerimento de duas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, com todo o respeito a V. Exª, por quem eu tenho, além de respeito, muita admiração, e sou seu seguidor – procuro sê-lo em comportamento, inclusive –, há um requerimento feito por V. Exª.

Eu abri uma exceção para fazermos esse requerimento hoje, vou retirar a matéria de pauta sem dar vista aos Senadores, para atender o requerimento de V. Exª. Não vou dar vista nessa matéria hoje. Vou retirar de pauta para fazermos a audiência pública. Aprovada essa audiência pública – acabou de ser aprovada aqui –, eu só posso colocar essa matéria em pauta após a audiência pública.

Então, vamos fazer a audiência pública com os quatro convidados...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu pediria a V. Exª, e será a última vez que eu vou falar, ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) –...se V. Exª não poderia ouvir o Senador Demóstenes, o Senador Ferraço e o Senador Valadares, se eles não admitiriam fazer duas audiências, de dois em dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, nós temos de ter dois requerimentos, aprovados duas vezes, Senador. É regimental.

Eu lamento não poder atender V. Exª de pronto, porque seriam dois requerimentos e eu teria de submeter a V. Exªs os dois requerimentos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há amarração de um regimento de que V. Exª talvez tenha participado, mas eu não tive oportunidade de participar da construção desse regimento.

Portanto, pedindo vênia a V. Exª, nós vamos manter a audiência pública com os convidados propostos pelos demais membros e, obviamente, dessa matéria não está dada vista aos Srs. Senadores que a haviam solicitado, por causa do requerimento de V. Exª, da audiência pública.

Está retirada de pauta a matéria.

Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, aqui, para a gente poder...

Há um requerimento que, desde dezembro, está aqui, sobre a mesa. É um requerimento do Senador Alvaro Dias.

Como compromissos feitos, aqui, são compromissos para serem honrados, eu havia me comprometido com o Senador Alvaro Dias de que o requerimento de autoria de V. Exª eu colocaria em pauta nesta reunião.

Como eu tenho procurado honrar, aqui, todos os compromissos feitos, eu consulto V. Exª. Esse requerimento feito por V. Exª...

Há uma solicitação, Senador Ciro Nogueira, há um requerimento de V. Exª...

Srs. Senadores, Senador Dornelles, eu preciso da atenção de V. Exª porque havia um compromisso de votar este requerimento. E tenho dito aqui que compromissos feitos por esta Presidência terão sempre a palavra empenhada e a palavra honrada.

Eu havia assumido um compromisso com o Senador Alvaro Dias e vou fazer uma consulta ao Senador antes de colocar o requerimento dele em votação. Pergunto se V. Exª não quer transformar este requerimento em um pedido de informações ou mantém o requerimento. Se assim for, vou colocá-lo em votação.

Senador Romero Jucá, dependendo do posicionamento do Senador Alvaro Dias, vou colocar o requerimento em votação e é bom que V. Exª esteja presente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, como Líder do Governo, é bom que fique e tenha um minutinho de atenção, porque estou fazendo uma consulta de um compromisso assumido pela Mesa com o Senador Alvaro Dias. Se ele concorda em transformar o requerimento em um pedido de informações. Se ele não concordar, há o compromisso de colocar o requerimento em votação. E se ele achar que deve ser colocado hoje, assim o faço; caso contrário, eu retiro o requerimento.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que adie a votação deste requerimento. Pediria a V. Exª que suspendesse a votação no dia de hoje, adiando para deliberação em um momento mais adequado, já que tenho que conversar com as Lideranças de outros partidos, uma vez que, isoladamente, não nenhuma possibilidade de aprovação do requerimento. Estou sendo franco e pedindo a V. Exª que retire nesta oportunidade. Oportunamente, voltaremos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço, Senador Alvaro Dias. Apenas para deixar registrado que havia um compromisso da Mesa com V. Exª e jamais deixaria de cumpri-lo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E quero agradecer V. Exª que, mais uma vez, corresponde às nossas expectativas, honrando o cargo que ocupa como um competente Presidente cumpridor dos seus compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador. Está retirado de pauta o requerimento que havia feito em compromisso com o Senador Alvaro Dias.

Próximo item da pauta...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só para terminar o assunto. Fiz um apelo para saber se V. Exª teria condições de entrar em contato com o Ministro Marco Aurélio e com o Ministro Gilmar Mendes para ver se eles admitiriam comparecer a esta Comissão para falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Falei ainda hoje sobre isso. E darei a resposta a V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – **Item 3**:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2011
– Não Terminativo –

Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.* Não é terminativa nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para proferir o relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 162, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que *institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária*.

O PLS é composto por quatro artigos:

O art. 1º identifica o objetivo da nova política nacional: o desenvolvimento de ações necessárias ao enfrentamento e ao combate à pirataria de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a serem executadas por órgãos e instituições da administração pública federal, estadual e municipal.

Ademais, em seu parágrafo único, o art. 1º enumera os princípios orientadores dessa política, a saber: o entendimento de que esse tipo de pirataria é crime, a intersetorialidade no desenvolvimento das ações, a integração de atividades de inteligência dos setores e órgãos envolvidos, a produção de conhecimento para subsidiar as ações repressivas dos órgãos de segurança pública, o incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados, a responsabilidade do Poder Público quanto à informação pública sobre a ocorrência dos atos de pirataria e a educação e informação de produtores, fornecedores e consumidores de produtos sujeitos à vigilância sanitária quanto aos seus direitos e deveres, no que concerne à pirataria de tais produtos.

O art. 2º fornece os conceitos de produtos submetidos à vigilância sanitária e de pirataria desses produtos. A primeira definição é feita por remissão ao §1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que enumera os bens e produtos sujeitos à fiscalização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, entre os quais medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes, equipamentos e materiais médico-hospitalares, imunobiológicos, produtos fumígenos, radioisótopos, órgãos e tecidos para transplante.

Já o conceito de pirataria de produtos submetidos à Vigilância Sanitária, embora sem remissão a outro dispositivo legal, inspira-se claramente na redação dada ao art. 273 do Código Penal pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998, que prevê o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. O âmbito do citado art. 273 é mais limitado, abrangendo, como dito, apenas produtos terapêuticos ou medicinais.

Já o art. 2º, inciso II, do projeto em exame, ao identificar as condutas que constituem pirataria, repete as constantes do Código Penal, relacionando-as, porém, a todos os produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.

O art. 3º acrescenta o inciso V ao art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incluir no rol de crimes de repercussão interestadual e internacional, que exigem repressão uniforme, autorizando a investigação criminal por parte do Departamento de Polícia Federal, todas as condutas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais, definidas como crime.

Por fim, o art. 4º do PLS veicula a cláusula de vigência. Na justificação, o autor aponta ser crescente a pirataria de medicamentos e de outros produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, alimentada pela procura por medicamentos mais baratos, pelo seu uso abusivo e, principalmente, pela automedicação. Tal fenômeno teria se convertido em um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil, a despeito de avanços no combate a esse de crime máxime em virtude de parcerias mantidas pelos órgãos de fiscalização e repressão. É necessário, na visão do autor, instituir uma política nacional no setor que consolide os resultados obtidos e permita fazer os avanços ainda necessários, sobretudo, porque ainda predominam no enfrentamento do problema ações isoladas e desarticuladas, o que compromete a eficácia das ações estatais dirigidas ao combate à pirataria.

Não foram apresentadas emendas à proposição, que será objeto de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Análise

Compete a esta Comissão, por força do art. 101, incisos I e II, alienas *c* e *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade do PLS em tela, bem como no tocante ao art. 3º sobre o seu mérito.

No que concerne à constitucionalidade formal, não vislumbramos óbice à aprovação do projeto. Com

efeito, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, compete à União editar normas gerais sobre defesa e proteção à saúde.

Outro teor não têm as disposições do projeto ao estabelecerem uma política nacional nesse âmbito.

Por se tratarem de normas gerais dirigidas à União, Estados e Municípios, não tem aplicação a regra de reserva de iniciativa legislativa em favor do Chefe do Executivo. Ademais, o grau de generalidade com que são vazados os artigos da proposição, limitando-se aos aspectos conceitual e principiológico da política, afasta qualquer discussão quanto à eventual ofensa à autonomia dos outros entes federados. De resto, se a Constituição previu caber ao Congresso Nacional editar normas gerais sobre proteção e defesa da saúde, parece intuitivo concluir que tais normas gerais também se dirijam aos órgãos e entidades da Administração Pública das três esferas da Federação, dado o papel do Poder Público na garantia do direito constitucional à saúde.

Especificamente no tocante ao art. 3º, por tratar de investigação criminal, matéria vinculada ao Direito Penal, a competência legislativa da União é privativa, a teor do art. 22, inciso I, da Lei Maior. Embora resulte da inovação legislativa uma competência para o Departamento de Polícia Federal, nós entendemos que o dispositivo não ofende o art. 61, § 1º, inciso II, alínea *e*, da Carta Magna, o qual prevê a reserva de iniciativa do Presidente da República para leis que disponham sobre órgãos da Administração Pública Federal. O preceito constitucional tem por escopo minimizar a interferência do Poder Legislativo sobre a economia interna do Executivo. A investigação de determinados crimes por órgão policial federal ultrapassa o âmbito da distribuição interna de competências de um mesmo ente político, traduzindo-se em uma questão federativa, que comporta regulação por lei de iniciativa de membro do Congresso Nacional.

Desse modo, quando a Constituição, em seu art. 144, § 1º, inciso I, dispõe competir à Polícia Federal apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei, não cria uma reserva de iniciativa para o Chefe do Executivo. Trata-se, isto sim, da repartição de competências federativas. Formalmente constitucionais, os dispositivos do projeto também o são materialmente. Visam a dar cumprimento ao comando genérico constante do art. 196 da Carta Magna, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse ponto, cumpre recordar que, nos termos do art. 23, inciso II, do Texto Constitucional, compete a todos os entes federados cuidar da saúde da população.

No tocante à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição, o único reparo que temos a fazer se refere à ausência de alusão, no art. 1º, aos órgãos e instituições distritais, como executores da multicitada política pública. Por isso, apresentamos emenda com o objetivo de corrigir o lapso.

Além disso, em contraposição à referência a órgãos, consideramos tecnicamente mais correto aludir a entidades da Administração Pública, e não a "instituições", como constante do mesmo dispositivo.

Por fim, quanto ao mérito do art. 3º, consideramos pertinente a alteração do art. 1º da Lei nº 10.446, de 2002, para incluir a pirataria de produtos terapêuticos e medicinais como crime sujeito a apuração pela Polícia Federal, hajam vistas as características, os objetivos e os impactos possíveis de tal conduta, que não raro ultrapassam os limites dos Estados e exigem repressão uniforme.

Os demais aspectos relacionados ao mérito do PLS deverão, em conformidade com o RISF, ser objeto de exame pela CAS.

Voto

Ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, bem como de sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº ...– CCJ

Substitua-se, no caput do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2011, a expressão "órgãos e instituições federais, estaduais e municipais" por "órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Demóstenes Torres, lembrando ao Srs. Senadores que, na sequência, teremos duas matérias terminativas nesta Comissão.

Senador Demóstenes, tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a iniciativa do Senador Humberto Costa é bem-vinda, porque realmente um combate à pirataria nessa área de medicamentos, nessa área de vigilância sanitária é primordial. Talvez eu sugerisse até como o Senador Humberto Costa fez muito bem, porque não dá para avançar na regulamentação sob pena de chocar com a atribuição

do Poder Executivo. Então talvez fosse melhor colocar um artigo no final dizendo que o Poder Executivo regulamentará em 90 dias após a promulgação da lei para deixar claro que as questões omissas, e omissas deliberadamente por V. Exª, porque não dá para falar sobre o que é da atribuição do Poder Executivo, serão regulamentadas pelo próprio Poder Executivo através de decreto. Se tiver uma sugestão... Se acatar ou não, OK. É só para aprimorar o texto. Parabenizo V. Exª. É um texto excelente, bom para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, autor da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero aqui parabenizar o relatório do nosso companheiro Senador Anibal Diniz e agradecer as palavras do Senador Demóstenes Torres. Mas a minha principal preocupação é porque esse é um problema sobre o qual a grande maioria das pessoas não tem noção da gravidade e da intensidade com que ele acontece e de quanto tempo de incapacidade de podermos estabelecer uma fiscalização adequada e principalmente a punição adequada para desestimular aqueles que assim agem.

Nós estamos falando de um tipo de crime que talvez seja o mais covarde, porque as pessoas não têm sequer noção de que elas estão consumindo um produto inadequado, de que elas estão consumindo um produto não registrado, contrabandeado, que não tem eficácia. Esse é um problema que tem, como eu disse, uma dimensão muito grande.

Acho que todos se lembram que a criação da Anvisa, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foi um avanço enorme, gigantesco que este País teve nessa área da vigilância sanitária e foi provocado por um fato, digamos assim, de uma gravidade extrema, que eram aqueles anticoncepcionais que muitas mulheres consumiram e que eram feitos com farinha, o que era usado era farinha. Nas ações que a Anvisa faz, porque é ela que tem essa autoridade e ela utiliza a Polícia Federal para atuar em conjunto, as coisas mais absurdas são encontradas: próteses falsas, laboratórios que existem dentro de uma cozinha fazendo medicamento que não tem qualquer eficácia, que podem provocar até mal, e uma legislação que – pasmem os senhores! – muitas vezes não tem sequer uma consequência administrativa.

Por exemplo, se a Anvisa, junto com a Polícia Federal, chegar numa distribuidora de medicamentos e descobrir que lá tem um lote de medicamentos que foi roubado ou que foi contrabandeado ou que é falsificado, ela lacra, fecha aquela empresa, mas poucos dias depois ela volta a funcionar novamente. Por isso nós apresentamos uma proposta para que definitivamente se feche, se vede a atividade de alguém que tenha incorrido nesse tipo de atividade.

Então eu queria muito mais, na verdade, reforçar a importância desse projeto. Nós ouvimos técnicos da Anvisa, ouvimos o setor da indústria farmacêutica, da produção de medicamentos. Esse projeto inclusive pode ser um exemplo para o combate em outras áreas onde exista a pirataria e o que ele faz é muito simples, é apenas fazer com que aquilo que hoje atua de forma fragmentada possa atuar de forma articulada.

Então, agradeço e peço aos nossos pares a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa, tive a honra de ser Ministro de Estado das Comunicações quando V. Exª era Ministro da Saúde do Brasil. Então, acho que sobre esse projeto de V. Exª a Mesa normalmente não se manifesta, mas esse projeto é extremamente meritório, porque combate a pirataria e a falsidade de produtos numa área extremamente delicada, que é rara e que cuida da vida. A saúde cuida da vida.

Não sou da área, não a conheço com profundidade, mas li, há poucos dias, a questão das próteses mamárias que foram colocadas em várias e várias jovens deste País. Pensavam no embelezamento, quando criaram um problema de saúde para elas mesmas, porque o produto não era adequado. Imaginem, em questão de saúde, um produto pirateado!

Então, quero, aqui, da Mesa, que não tem hábito de se manifestar sobre projetos – sou aqui o juiz das ações desta Comissão, mas não poderia deixar de fazê-lo –, solidarizar-me com V. Exª neste momento importante da apresentação oportuna desse projeto, que combate a pirataria em relação a medicamentos e a produtos que cuidam da saúde.

Parabéns a V. Exª!

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas quero louvar e registrar a importância do projeto do Senador Humberto. Quero dizer que a Liderança do Governo encaminha favoravelmente. Esse é um instrumento a mais de controle de defesa da sociedade brasileira.

O Senador está de parabéns. Tenho certeza que vai haver votação unânime, porque se trata de matéria extremamente relevante para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Da mesma forma, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs.

Senadores, apenas quero cumprimentar o Senador Humberto Costa e o Relator, Senador Anibal, e me associar a essa preocupação.

O projeto traz a possibilidade da investigação por parte da Polícia Federal, alterando a Lei nº 10.446, o que trará uma investigação uniforme. O que prejudica a absolvição ou a condenação não é só o trabalho do juiz, não é só o trabalho do Ministério Público, mas é, sobretudo, o início dessa persecução criminal, que é a investigação da Polícia Federal. A Polícia Federal tem tido sucesso em investigações interestaduais como essa. Só cito o exemplo de quadrilhas que roubam bancos em mais de um Estado da Federação, e a investigação uniforme, unificada pela Polícia Federal vai trazer resultados.

Parabenizo S. Exª e afirmo que voto favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero parabenizar meu colega, Senador Humberto Costa, porque, realmente, esse projeto vai ajudar a inibir esse comportamento, que tem trazido tanta desgraça para pessoas que acham que estão tomando medicamentos e estão comendo farinha. Isso vai além do que consideramos horrível. Isso aí é tão desumano!

Parabéns, Senador Humberto Costa, por essa iniciativa, porque é uma iniciativa que, se formos pensar, já deveria ter sido tomada há bastante tempo. Extremamente oportuna. Acredito que, aqui, haverá unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, da mesma forma, nós gostaríamos de expressar aqui o posicionamento do PMDB com relação à necessária aprovação desse projeto, com cumprimentos ao Senador Humberto Costa, pela oportuna iniciativa, e com cumprimentos também ao Senador Anibal, que, de forma brilhante, apresenta seu parecer nesta oportunidade.

De modo que o voto do PMDB será pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passou a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 da CCJ, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador, eu queria fazer um apelo a V. Exª para que pudéssemos pautar audiências públicas que já estão convocadas, com nomes indicados e aprovados em requerimento acerca da Resolução nº 72, que é uma matéria extremamente importante para o País.

Ontem, nós tivemos aqui, visitando o Presidente Sarney e os líderes, vários representantes de entidades empresariais e também de centrais sindicais fazendo um apelo para que o Senado pudesse votar rapidamente essa matéria. Como nós temos um compromisso com o Senador Ricardo Ferraço e com os Senadores do Espírito Santo de fazer as audiências públicas – e os nomes já estão indicados a V. Exª –, eu gostaria de solicitar que V. Exª marque a data ainda neste mês de marco para que nós fizéssemos as audiências públicas, cumprindo assim o debate para podermos discutir essa matéria, que é de extrema relevância para o País, mas que tem uma relação direta com os Estados principalmente do Espírito Santo e Santa Catarina.

Portanto, precisamos debater bem essa matéria aqui na CCJ.

E Goiás também.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro, mas eu quero só...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª falará depois.

Vou só comunicar ao Líder do Governo, meu companheiro de Partido, Senador Romero Jucá, que eu acabava de acertar aqui, há menos de dez minutos, com o Senador Ricardo Ferraço, que a próxima audiência pública seria sobre essa matéria, até porque havia por parte da Mesa a indicação do nome do Senador Ricardo Ferraço e simultaneamente o compromisso do Senador Ricardo Ferraço da entrega do relatório dessa matéria.

Como havia audiência pública e o Regimento não permite que coloquemos essa matéria em votação em pauta sem haver audiência pública, eu tinha

comunicado ao Senador Ricardo Ferraço que ia fazer a próxima audiência pública em relação a essa matéria porque já há bastante tempo ela está nas mãos dele e havia o compromisso da Mesa de tornar essa matéria aprovada ou rejeitada o mais rapidamente possível.

Portanto, já há uma definição por parte da Mesa nesse sentido e V. Exª está atendido na sua solicitação.

Senador Armando Monteiro e, em seguida, o Senador do meu querido Pará que fez... Eu estou só dizendo que ele está calmo, magrinho, fez uma semana de retiro espiritual em Roma.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, é só para me associar a essa manifestação do Líder Romero Jucá por entender que essa audiência precisa se realizar logo porque, à reunião histórica que se realizou ontem nesta Casa de uma ampla frente em defesa da indústria nacional, compareceram lideranças empresariais de todo o País e centrais sindicais, todos clamando por uma ação rápida desta Casa no sentido de interromper esse processo que, a meu ver, representa um desserviço à indústria nacional, que é a de oferecer incentivos amplos a produtos importados, em detrimento da produção doméstica.

Então, eu quero me somar e tenho certeza de que o nosso ilustre Senador Ferraço, relator dessa matéria nesta Comissão, e com o entendimento que tem da grande importância dessa matéria, certamente vai nos ajudar a realizar esse debate, que, a meu ver, será importante para a definição da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, eu tenho o mesmo sentimento que tem V. Exª em relação a essa questão da indústria nacional.

A Presidente Dilma esteve segunda-feira no meu Estado e algo que nos encheu de orgulho a todos os cearenses foi constatar que, numa pequena cidade do interior do Estado, chamada Barbalha, estamos fabricando os trens dos metrôs do Brasil e principalmente do metrô de Fortaleza, que são mais de 14 km por onde serão transportadas as pessoas. Essa é a única empresa nacional que fabrica esse tipo de equipamento.

Portanto, eu acho que nós temos a obrigação de debater, discutir e aprovar essa matéria o mais rapidamente possível.

Talvez na próxima semana, estejamos aqui reunidos para fazer a audiência pública sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que achou que eu tinha esquecido o nome dele. Jamais faria isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Eunício Oliveira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero também somar-me aos Senadores que fizeram referência à importância do Projeto de Resolução nº 72, de autoria do Senador Romero Jucá, e fico feliz que o Senador Ricardo Ferraço, como Relator, tenha solicitado a V. Exª que o pautasse para a próxima semana, como V. Exª já fez referência, e eu pediria.

Ontem, os governadores de vários Estados estiveram com o Presidente Sarney e um dos itens pautados nessa reunião foi exatamente o Projeto de Resolução nº 72. O Senador Armando colocou, com muita propriedade, que esse é um projeto importante para que possamos combater o processo de desindustrialização do Brasil.

Tenho sobre a mesa, para encaminhar à Secretaria da CCJ, um requerimento para acrescentar à audiência pública já aprovada pela Comissão o nome do Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, para que ele seja convidado para essa audiência pública. Eu pediria a V. Exª que pudesse ser aprovado extrapauta, já que está marcada a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Colocarei no final da reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu queria também aproveitar a oportunidade e comunicar à Comissão de Constituição e Justiça que o PMDB, que vai se reunir logo mais, às 15 horas, vai começar internamente a discutir a Resolução nº 72. De modo que nós concordamos com o calendário; é importante que nós tenhamos esse calendário e, do ponto de vista do nosso partido, nós vamos começar a fazer o dever de casa a partir de hoje. Esse assunto é importante, está sendo cobrado pela sociedade e é fundamental que nós possamos colocar dentro da bancada os pontos de vista, que são vários, são diferentes e, a partir daí, envolver o partido para que, num curtíssimo espaço de tempo, e que também nós tenhamos um posicionamento coletivo da bancada com relação a esse assunto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Serei escravo da vontade desta Comissão e, obviamente, da determinação do meu partido tão bem dirigido por V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para fazer coro ao que diz o Senador Renan, essa é uma questão da maior relevância. E nós nos reunimos ontem com o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Braga de Andrade, com representantes de federações de alguns outros Estados brasileiros, também com líderes de centrais sindicais, em especial o Deputado Paulinho da Força. Há, dentro do PSDB também, um sentimento de que essa questão precisa, Senador Armando, ser sanada, resolvida o mais rapidamente possível. E o PSDB também, dentro das prioridades que têm, tratará essa questão talvez como a mais urgente delas, compreendendo que, obviamente, caberá ao Governo Federal encontrar fórmulas de compensação aos Estados que, eventualmente, tenham perdas. Mas quem tem perdido hoje é todo o Brasil com uma competição absolutamente desleal, desproporcional, que essas atuais regras proporcionam.

Portanto, pelo PSDB também essa matéria será tratada com absoluta prioridade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Nós teremos votação nominal nesta Comissão e peço a presença dos Srs. Senadores que estão em outras comissões.

Mas, antes de conceder a palavra ao Senador Pedro Taques, eu gostaria de fazer aqui um registro em nome da Comissão.

Primeiro eu parabenizo o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio Nunes e o Senador Suplicy, que, em uma sexta-feira de carnaval, estavam em São Paulo reunidos com mais de 500 pessoas para tratar de um assunto importante, que é a reunião do anteprojeto do novo Código Penal Brasileiro. Quero parabenizar os Srs. Senadores porque, enquanto imaginam que, não estando neste plenário ou no plenário do Senado, estamos passeando, e V. Exªs estavam, numa sexta-feira de carnaval, trabalhando fora desta Casa, cuidando de uma matéria importante, que é o Código Penal Brasileiro.

E quero também avisar aos Srs. Senadores que, no próximo dia 8, quinta-feira, a partir das 8 horas da manhã, teremos aqui uma reunião de audiência, contando com a participação, obviamente, do Presidente da Subcomissão de Segurança Pública. Aliás, comunico a ele aqui também que hoje encaminharei todos os projetos relativos à questão de segurança pública para análise na Subcomissão, tão bem presidida por V. Exª, ao lado do Senador Demóstenes Torres e de outros, e agora também do Senador Ferraço, que acaba de indicar, como membro desta Comissão, para fazer parte dessa Comissão importante que é a Subcomissão de Segurança Pública.

Na reunião, além do Presidente da Subcomissão de Segurança Pública, estarão presentes os secretários de segurança pública, o Presidente Nilson Dipp, que é o Presidente da Comissão Especial, e os membros desta Comissão Especial, para tratarmos dessa matéria importante que vai disciplinar o comportamento, a vida e as regras para todos nós, brasileiros, que é o novo Código Penal, na quinta-feira, dia 8 de março, às 8 horas da manhã.

E quero dizer que a Subcomissão vem procurando fazer, mesmo no silêncio do trabalho e na discrição do Senador Pedro Taques nessa matéria, um trabalho que é extremamente importante para esta Comissão, para esta Casa e para o Brasil.

Mais uma vez, eu agradeço ao Senador Pedro Taques pela rigidez, pelo comportamento e pela dedicação que tem tido com a única Subcomissão criada por esta Presidência.

Próximo item da pauta, cuja votação será nominal.

Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2011
– Terminativo **–**

Acrescenta o art. 149-A ao Código Penal, para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações: A votação será nominal.

Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para proferir o relatório, mais uma vez, pedindo aos Srs. Senadores que permaneçam aqui no plenário, para votação nominal.

V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, no tocante a esta Comissão a que V. Exª fez referência, mais de 500 pessoas estavam lá em São Paulo debatendo o Código Penal, com a presença do Senador Aloysio, do Senador Eduardo Suplicy. Essa reunião começou às 14 horas e terminou às 20 horas, com a presença do presidente do tribunal de Justiça, de procuradores do Estado, advogados, cidadãos. Só para ressaltar a importância disso.

Sr. Presidente, este tema é muito importante, uma vez que a República Federativa do Brasil assumiu compromissos internacionais. Em razão da sentença da Corte Internacional de Direitos Humanos proferida no Caso Gomes Lund, o Senador Vital do Rêgo apresentou o projeto, de que sou relator. No entanto, de ontem para hoje, Sr. Presidente, a uma hora da manhã, eu liguei para o Senador Demóstenes Torres, para que nós pudéssemos discutir o meu relatório. E o Senador Demóstenes me convenceu de que alguns pontos deste relatório mereceriam uma melhor reflexão. E eu, atendendo a sugestão, mais uma vez certeira, do Senador Demóstenes, solicito a retirada de pauta deste projeto, comprometendo-me, no menor prazo possível, a acatar as sugestões que o Senador Demóstenes me fez já quase às duas horas da manhã, depois desse convencimento mútuo, e eu retiro o projeto de pauta, se assim for da aquiescência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais uma vez, eu parabenizo os Senadores, que, às duas horas da manhã, estavam discutindo matéria prévia para aprovação e discussão desta Comissão no dia de hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Queria dizer, Senador, que concordo totalmente com a proposta, é um compromisso internacional. Há casos gravíssimos que acontecem; por exemplo, policiais desaparecem com determinadas pessoas, ou essas milícias e coisas semelhantes. Só que acho que alguns pontos precisam ser aprimorados – e conversamos com o Senador Pedro Taques nesse sentido –, para que possamos realmente punir esses que acabam fazendo coisas indevidas, mas muito mais do que isso, cria um crime organizado que transtorna o País. E conversamos com o Senador Pedro Taques que disse que retira e, aí, nós vamos tentar aprimorar este texto que já é muito bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fico feliz com essa decisão, porque achei que o projeto original é muito bom, e o aumento de penas me faria votar contra. Então eu fico muito agradada que possamos melhorar ainda mais o projeto, porque acredito na competência do Senador Pedro Taques que, certamente, vai aprimorá-lo em alguma coisa que eu, porventura, não possa ter percebido. Mas, por favor, não aumente tanto a pena porque é muito sério o que está sendo discutido. Mas eu não acredito que o aumento de penas faça diminuir esse tipo de criminalidade.

Então me agradou muitíssimo essa iniciativa de V. Exª e o gesto, que é até um gesto simples, um gesto até de humildade, bonito...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E noturno.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Noturno, mas um gesto bonito de pensar, de vou repensar, e ao Senador Demóstenes de ter alertado para isso. Foi muito bom. Vamos ver agora se vem de outra maneira e a gente possa, realmente, aprovar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito bem, a matéria está retirada de pauta, a pedido do Senador Pedro Taques.

O próximo item da pauta é também terminativo, portanto, nominativo nesta Comissão. Peço aos Srs. Senadores um pouco mais de paciência pois é o último item da pauta.

Item 5:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2011
– Terminativo –

Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho.
Relatoria: Senador Magno Malta.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

Concedo ao Senador Magno Malta a palavra para a leitura do seu breve relatório a fim de que possamos ter quórum nesta Comissão, porque assim esta matéria torna-se obrigatória e terminativa aqui.

Senador Magno Malta tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, não sei se serei tão breve como V. Exª pediu, até porque há que ter entendimento. A Lei Maria da Penha é muito importante, tem sofrido muitas mudanças, é preciso realmente que se aprimore, mas esta matéria tem tido muita divergência em tribunais; a sua interpretação tem feito com que muitas mulheres sejam espancadas por aí, até porque a interpretação vigente é que no âmbito do lar é o marido que espancou a mulher e eles estão configurados como casados; há a questão do cara que é ex-namorado, que pode espancar...

Então sobre essa questão toda, como vou citar aqui, é de bom tom o projeto da Deputada Alcione Barbalho – e acho que é preciso o nosso entendimento, porque vem aprimorar de maneira a melhorar e a diminuir essa violência contra a mulher. E falo a cavaleiro porque sou de um Estado absolutamente violento

contra a mulher, que é o Espírito Santo; estamos num *ranking* muito ruim. Então eu penso que vem, senão resolver o problema na sua totalidade, pelo menos minimizar o problema.

Sr. Presidente, passo a ler o relatório:

PARECER Nº , DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2011 (na origem PL nº 4367, de 2008), que *estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha*.

Bom, vou ler a análise do parecer, Sr. Presidente, até para atender o seu pedido:

Análise.

Saliente-se, inicialmente, que cabe a esta Comissão a análise do projeto em destaque, tendo em vista o disposto no art. 101, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno.

Não verificamos vícios de constitucionalidade, porquanto a matéria trata de direito penal, sobre o qual a competência para legislar é exclusiva da União, por iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional, em conformidade com o disposto nos arts. 22, inciso I, e 48, ambos da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, importa destacar que a interpretação da Lei Maria da Penha tem sofrido divergências nos tribunais brasileiros.

A então Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, entende que isso é machismo. Trouxe à baila o caso do personagem da tragédia mais recente, o goleiro Bruno do Flamengo, que afirmara: "Qual homem que nunca perdeu a paciência e saiu na mão com sua mulher?". Segundo a ex-Ministra, "ele disse o que pensa, mas isso encontra acolhida na cabeça de muita gente". Tal fato faz com que a Justiça aja com resistência para aplicação da lei em algumas circunstâncias, e a autoridade policial subestime a denúncia, achando que é briga normal de casal.

A abrangência da Lei Maria da Penha tem gerado, também, divergências dentro do Judiciário. Enquanto alguns juízes entendem que a legislação vale para todos os casos de violência contra a mulher, outros consideram que ela só se aplica aos relacionamentos estáveis.

Como exemplo, podemos citar o Juiz Relbert Chinaidre Verly, da 13ª Vara Criminal de Belo Horizonte, uma das varas especializadas na Lei Maria da Penha, que disse que é preciso interpretar a lei. "O grande problema é que vamos achar decisões de todos os tipos. A questão é interpretar. Eu tenho aplicado para todos os casos, até ex-namorados. Em Belo Horizonte, vários juízes têm agido assim", disse.

Verly afirmou que "a Lei Maria da Penha é boa, mas existem lacunas que dependem da interpretação".

O Magistrado Eugênio Couto Terra, juiz substituto do Juizado de Violência Doméstica em Porto Alegre (RS), disse não ter a menor dúvida de que a lei é ampla e se aplica a qualquer tipo de relacionamento. Exprimiu que "claro que isso é uma questão de interpretação; (...) a lei veio trazer uma política de proteção a um grupo vulnerável. Mas acha que quanto mais a lei for clara, menos margem para interpretação divergente; (...) seria importante que a lei fosse mais clara no sentido da sua abrangência".

Vanessa Ribeiro Mateus, titular do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Paulo, disse que a lei só deve ser aplicada quando houver violência doméstica. Expôs que, na sua avaliação, a lei serve para toda mulher; deve ser aplicada quando a violência ocorrer no âmbito doméstico, no âmbito familiar ou numa relação íntima de afeto, independentemente do tempo que o casal tenha convivido.

Vanessa declarou, ainda, que soube de decisões em São Paulo de não se aplicar a Lei Maria da Penha por ser caso de namoro ou ex-namoro.

Mas ela acha que essa questão está cada vez mais pacificada, dependendo do esclarecimento dos tribunais.

Maria Isabel da Silva, juíza titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília, entendeu que o texto deixa claro que é preciso existir "relação íntima" de afeto.

A Lei Maria da Penha, por sua vez, no seu artigo 5º, exige que a violência contra a mulher ocorra no âmbito da unidade doméstica, no âmbito familiar e na relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.

Portanto, é uma lei especial e tem destinatários certos. O que busca a lei é proteger a mulher na relação íntima de afeto, subjugada pelo seu ofensor, numa relação de dependência, seja econômica ou psíquica.

A Promotora Márcia Teixeira, do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher do Ministério Público da Bahia, expôs que a divergência dentro do Judiciário só acontece "quando o operador do direito age com conceitos do passado, já que as relações contemporâneas têm outra dinâmica".

"Hoje nós dizemos ficar, há relações apenas de cunho sexual, casamento cada um no seu estado. Há uma dinâmica muito forte na forma de se relacionar. Há quem considere que relação de afeto precisa ser duradoura."

Vê-se, portanto, que existem, no Poder Judiciário, muitas divergências na interpretação da Lei Maria da Penha. Os casos de namoro, ainda que chegados ao fim, têm que constar dessa Lei, para que se proteja a vulnerabilidade da mulher nos momentos de violência doméstica e familiar, dentro de uma nova dinâmica emocional de relacionamento.

Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2011, que, certamente, transformado em lei, diminuirá as controvérsias recorrentes em nossos tribunais sobre a consideração do namoro, mesmo que terminado, como uma relação íntima de afeto, para maior proteção de nossa sociedade, proteção, digo, das mulheres.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

A Senadora Marta Suplicy pede a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito ser interessante a proposta porque hoje, como foi bem colocado, nós temos casos onde a lei, no meu entender, é bastante clara, mas nós temos cabeças de juízes. E nós tivemos, agora, a recente vitória no Supremo, quando a Lei Maria da Penha teve a sua constitucionalidade aprovada, e vai fazer toda a diferença.

Então, parece-me que se nós pudermos colocar com precisão que qualquer relação afetiva, que a lei inclusive já cita, quando diz "em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação." A lei é muito clara, no meu entender, mas a cabeça dos juízes não é clara. Então, infelizmente, não acho nada mau que possamos colocar de forma mais nítida isso, para dirimir qualquer dúvida.

Entretanto, nós temos uma parcela no movimento de mulheres e de outras pessoas que estudam a questão que acham que poderia ser banalizada a lei, e tal. Eu não acho. Mas, em respeito à minha colega Senadora Ana Rita, que não pode estar aqui hoje, está na Câmara, eu vou pedir vista, porque a nossa colega que é a relatora da Comissão da CPMI da Violência contra a Mulher, ela gostaria que isso fosse debatido naquele âmbito. Um âmbito onde outras ações em relação à penalização da Lei Maria da Penha pudessem ser discutidas, focadas, com mais tempo. Acredito que isso faz sentido também.

Por isso peço vista, apesar de achar que é absolutamente necessário que se coloque com mais clareza o que o projeto no momento está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida à Senadora Marta Suplicy. Portanto, a matéria fica retirada de pauta pela vista solicitada pela Senadora Marta Suplicy.

Há um requerimento sobre a mesa, de emendamento, solicitado pelo Senador Flexa Ribeiro, para que nessa audiência, de acordo com o Regimento Interno, no art. 93, seja convidado também, por iniciativa do Senador Armando Monteiro, que fosse convidado também o Governador do Pará, Sr. Simão Jatene.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, somente para indagar. Eu acredito que nós já aprovamos na outra reunião a presença do Governador Marconi Perillo. Já está pronto, não está? Já está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, está aprovado.

Portanto, eu submeto aos Srs. Senadores como último item da pauta o requerimento de adendo aos requerimentos já aprovados, inclusive a do Governador Marconi Perillo, aos Srs. Senadores.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e, mais uma vez, parabenizando o Senador Pedro Taques pela movimentação que vem fazendo em torno dessa matéria importante que é o Código de Processo Penal brasileiro, por meio da subcomissão criada por esta Comissão.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente reunião.

(Aberta às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinqüenta e três minutos, do dia sete de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Ar-

mando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, José Agripino e Clésio Andrade, e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2011 Terminativo** Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Em 29/02/2012, foi concedida vista à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011 Não Terminativo** Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências. **Autoria da Proposta:** Senador José Sarney e outros. **Autoria da Emenda nº 3 – PLEN**: Senador Wilson Santiago. **Autoria da Emenda nº 4 – PLEN**: Senador Romero Jucá. **Relatoria do Projeto:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 3 e 4 oferecidas à Proposta. Durante a discussão, o Senador Romero Jucá apresentou Requerimento de Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN, que foi, posteriormente, retirado. **Resultado: Aprovado o Parecer, contrário às Emendas nºs 3 e 4-PLEN. Vota vencido o Senador Romero Jucá. ITEM 5) EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa. **Autoria do Projeto:** Senador José Sarney e outros. **Autoria da Emenda nº 2 – PLEN**: Senador Sérgio Petecão. **Relatoria do Projeto:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Demóstenes Torres. Votam vencidos os senadores Demóstenes Torres, Pedro Simon, Francisco Dornelles e Randolfe Rodrigues. O Presidente designou Relator do Vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que concluiu pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN. ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011 Não Terminativo** Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2012 Não Terminativo** Acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. **Autoria:** Deputada Andreia Zito e outros. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas Emendas, de redação, que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012-CCJ "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99 de 2011-CCJ, a substituição, para a Audiência Pública em questão, do Senhor Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV pelo jurista Luis Roberto Barroso e inclusão do jurista Roque Carraza." Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012-CCJ "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298/2011 – Complementar, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte com a participação dos seguintes convidados**: Ives Gandra da Silva Martins – **advogado, jurista e Professor Emérito da Universidade Mackenzie e da Universidade Paulista. Especialista em Direito Tributário;** Humberto Bergmann Ávila **– Professor Titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Direito Tributário pela Universidade de Munique, Alemanha;** Márcio Olívio Fernandes da Costa **– Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte – CODECON de São Paulo;** Glauco José Corte – **Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC);** Carlos Alberto Barreto **– Secretário da Receita Federal;** Andrea Calabi **– Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo." Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e nove minu-

tos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010 e ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2010; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, quero pedir desculpas aos Senadores por ter chegado aqui um pouco atrasado. Estávamos em uma reunião com o Ministro Guido Mantega para tratar sobre as duas audiências públicas que serão realizadas na próxima semana e sobre outra matéria que também está aqui, na Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou esperando um pouco para darmos início aos trabalhos.

Srªs e Srs. Senadores, quero submeter à deliberação de V. Exªs a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

Depois, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias também.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu solicitaria a inversão de pauta, para que apreciássemos, primeiro, os Itens 4, 5 e 6, que se referem a emendas apresentadas a projetos da reforma política, para concluirmos esse processo de votação dos projetos dessa reforma, que foram objeto de elaboração pela Comissão designada pelo Presidente José Sarney nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique pede inversão de pauta.

Vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias pela ordem e, em seguida, vou colocar em votação o requerimento de V. Exª, Senador Luiz Henrique.

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, dou meus cumprimentos a V. Exª pela eficiência e celeridade que conferiu, exatamente pela prioridade, a projetos importantes que foram relatados. Refiro-me ao Projeto de Emenda Constitucional nº 5, de 2012, que é decorrente da PEC nº 270, de autoria da Deputada Andreia Zito, que foi aprovado pela Câmara e que, agora, está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça. Nós encaminhamos, na última segunda-feira, a V. Exª esse projeto com parecer favorável.

Estamos fazendo um apelo em razão da sua importância para correção de uma injustiça que demanda já sete anos, exatamente alcançando aposentados por invalidez. Fazemos um apelo a V. Exª para dar celeridade à votação desse projeto. Esse é o intuito. Sei que esse é o objetivo de V. Exª. Se possível, poderíamos incluí-lo extrapauta na reunião de hoje.

Há outro projeto para o qual eu pediria prioridade e que é de autoria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro, vou interromper V. Exª para pedir um pouco de silêncio, porque, na Comissão, há dias em parece que a assessoria resolve fazer uso da palavra ao mesmo tempo, e a isso se junta à conversa dos nossos companheiros.

A gente não consegue escutar, da mesa, o que está falando V. Exª. Desculpe-me por interrompê-lo. Eu só queria pedir um pouco de silencio à assessoria. Vou colocar aqui um detector que interrompe o telefone celular, porque é impossível a gente trabalhar aqui e ouvir os Senadores.

Sei que V. Exª está tratando de um assunto extremamente importante. E eu queria ouvir atentamente V. Exª. Tem a palavra de volta V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eunício. A interrupção se justifica. Quem sabe a cabine de som possa dar maior volume, a fim de que as vozes periféricas não tenham um tom maior do que a do pronunciamento dos Senadores?

Mas eu me referia, Sr. Presidente, à Proposta de Emenda Constitucional nº 5, que diz respeito à correção de uma injustiça decorrente da Emenda Constitucional nº41, na esteira da reforma da previdência, que deu um tratamento rigoroso em desfavor do aposentado por invalidez. O projeto tem por objetivo oferecer paridade, aposentadoria integral ao aposentado por invalidez. É de inteira justiça, e estamos apenas pedindo – sei que

este é o desejo de V. Exª –, se possível, que ele seja incluído extrapauta.

Outro projeto também de grande importância, especialmente pelas circunstâncias que vivemos no Brasil, é de autoria do Senador Pedro Taques, que transforma a corrupção ativa e passiva em crime hediondo. E incluímos também o crime de peculato como crime hediondo. Então, peço a V. Exª que dê tratamento prioritário a esse projeto do Senador Pedro Taques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Depois, falará o Senador Pedro Taques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu queria submeter a V. Exª e aos colegas da Comissão a possibilidade de votarmos nesta reunião um requerimento em que incluo algumas autoridades ainda no debate relacionado ao Projeto de Resolução nº 72.

As duas audiências públicas que estão relacionadas – chamo a atenção do Senador Luiz Henrique – ao Projeto de Resolução nº 72 são audiências públicas em que trataremos, de maneira muito focada, as consequências econômicas do aspecto.

Parece-me que a Comissão de Constituição e Justiça também poderia, e deveria, a meu juízo, fazer uma audiência pública para fazermos uma avaliação e um debate a respeito dos aspectos constitucionais da Proposta de Resolução nº 72.

Então, submeto à Mesa e ao Plenário a possibilidade de votarmos esse requerimento, para que tenhamos a possibilidade de contarmos com a presença aqui do Dr. Ives Gandra e do Dr. Luiz Roberto Barroso, dois exímios e notórios constitucionalistas, para que possamos fazer um debate aqui nessa direção.

É o que submeto à apreciação de V. Exª. Peço apoio aos Senadores para que possamos votar, ainda hoje, esse requerimento, para incluirmos no roteiro de audiências públicas esse tema, que é da maior relevância para o conjunto dos Estados federados.

É o que requeiro, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, apenas quero dar o apoiamento ao Senador Alvaro em relação à importância desses dois projetos que solicita sejam colocados em pauta. São projetos que dignificarão este Senado, salvo melhor juízo, nesta Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sobre o requerimento do nobre Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria de sugerir o acréscimo do Ministro Célio Borja, nosso ex-colega Deputado, ex-Presidente do Supremo, que é um constitucionalista de nomeada. Eu gostaria que ele fosse incluído no rol das autoridades a serem ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Armando Monteiro pediu a palavra pela ordem? (*Pausa.*)

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com todo o respeito que o requerimento do nobre Senador Ricardo Ferraço merece de nossa parte, inclusive com a manifestação também do nobre Senador Luiz Henrique, acho que, para aquela audiência conjunta da CCJ e da CAE, que foi objeto de acordo amplo nesta Casa, inclusive com a definição da data dessa audiência, já há um grande número de participantes. Portanto, parece-me que incluir agora, de maneira extemporânea, outros nomes, mesmo reconhecendo que são figuras ilustres as que foram aqui lembradas, implicará a impossibilidade de que essas audiências se completem nas datas que foram acordadas.

Portanto, apelo aos nobres Senadores no sentido de que não estendamos demasiadamente essa discussão, porque creio que não seja de interesse do País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Apesar da ponderação feita pelo ilustre Senador Armando Monteiro, creio que o Senador Ferraço tem razão. Por quê? Porque estamos discutindo as repercussões econômicas, mas há um questionamento que não podemos deixar de verificar, de que, talvez, a melhor maneira de se fazer isso – ou não se pode encontrar outra maneira – seja por meio de lei complementar. Quer dizer, há uma discussão na praça de que jamais isso poderia ser feito por projeto de resolução.

Então, o que estamos pedindo é que dois juristas de nomeada, especializados no assunto – e, agora, pede-se ainda a inclusão do Ministro Célio Borja, que é uma figura das mais representativas do Direito brasileiro –, venham aqui para nos falar a respeito disso.

Pode haver uma resolução nessa direção quando a Constituição impõe que é lei complementar? Há divergências nesse aspecto. Então, seria muito interessante, respeitosamente, que esses convidados fossem aprovados para participar da audiência pública, porque aí teríamos uma visão mais elástica dessa questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas quero reforçar a tese, esclarecendo ao meu querido e estimado Senador Armando Monteiro que não há o sentido de procrastinarmos esse debate; o sentido não é esse.

As duas audiências públicas, Sr. Presidente, vou insistir na tese, são audiências para avaliação de consequências econômicas.

Na condição de Relator dessa importante matéria, da mais importante matéria, julgo eu, de que estamos tratando aqui, que tem envolvimento direto com o conjunto dos Estados Federados, devo dizer que ela tem implicações e consequências no campo jurídico.

Então, sendo esta a Comissão de Constituição e Justiça, faço um apelo – e peço apoio ao Senador Armando Monteiro – para que, além de um debate relacionado aos temas econômicos, possamos também fazer um enfrentamento, para que, na condição de Relator, eu possa, com melhor juízo de valor, emitir meu parecer à luz da responsabilidade que V. Exª, na condição de Presidente, designou-me. Quero fazer um apelo para que pudéssemos, além dos aspectos econômicos, fazer uma avaliação do marco da legalidade, da constitucionalidade desse tema.

É o que requeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, V. Exª solicita a inclusão como item extrapauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012, que não é terminativa nesta Comissão. Eu, pessoalmente, como Presidente desta Comissão, havia assumido um compromisso com o Brasil em relação a essa matéria, por deferência a V. Exª, que tinha solicitado a relatoria dessa matéria.

Depois que V. Exª me solicitou a relatoria, recebi aqui pelo menos quinze Senadores querendo a relatoria, pela importância que tem a matéria. Como, desde o primeiro dia que assumi a Comissão, eu disse aos meus Pares, aos Srs. Senadores que eu seria escravo da palavra e do compromisso assumido com V. Exªs, eu disse a V. Exª que, como único item pós pauta hoje, eu colocaria essa matéria extrapauta, pela importância que ela tem e pela agilidade que V. Exª teve em preparar um relatório, varando noite, para que essa matéria estivesse pronta para entrar na pauta do dia de hoje.

Portanto, vou atender a V. Exª e vou incluir essa matéria como item extrapauta, pedindo à Mesa que distribua o relatório do Senador Alvaro Dias aos Srs. Senadores, para que tomem conhecimento de uma matéria que entendo extremamente relevante para as pessoas quanto à questão da aposentadoria por invalidez.

Portanto, a solicitação de V. Exª está atendida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quanto à posição solicitada pelo Senador Ricardo Ferraço, também referendada pelo meu Líder, companheiro e amigo, o ilustre ex-Governador de Santa Catarina, que honrou o PMDB, o Brasil e o povo de Santa Catarina e que, agora, honra o mandato de Senador, devo dizer que essa matéria do PRS nº 72 está na Comissão desde setembro. Entendo, Senador Armando Monteiro, que essa matéria apresenta dificuldades do ponto de vista, Senador Ricardo Ferraço, de um Estado brasileiro, o Espírito Santo, no caso mais específico.

Acabamos de participar de uma reunião – estavam aqui o Senador e Ministro Dornelles, o Senador Romero Jucá e o Senador Valadares – com o Ministro Guido Mantega. E, até para instruir essa matéria, pedi ao Ministro que se pronunciasse naquele momento sobre a importância da matéria e sobre os instrumentos possíveis de compensação interna de investimentos no Brasil.

Estamos vivendo uma crise mundial neste momento. O Brasil, para o qual esperávamos um crescimento até maior, não obteve esse crescimento que desejávamos, embora tenha tido um crescimento razoável diante da crise mundial que se instalou mundo afora.

Então, o que eu disse na semana passada foi que faríamos... Concedi todo o tempo do mundo e, inclusive, entreguei a relatoria, contrariando outros Estados brasileiros, inclusive o meu, nessa questão da Resolução nº 72, ao Senador Ricardo Ferraço, porque eu compreendia que o Estado do Espírito Santo precisava de uma negociação, de uma conversa com a área econômica do Governo, Senador Romero Jucá.

Portanto, Senador Ricardo Ferraço, na semana passada, ao aceitar...

Senador Romero Jucá, é importante que V. Exª dê atenção ao que estou falando, porque diz respeito exatamente à matéria de que V. Exª é o autor.

Então, eu disse, na semana passada, que não faria mais audiência pública para protelar essa matéria, até porque já houve audiência pública sobre essa

matéria. Assim como sobre a PEC nº 15 eu disse que só faria mais uma audiência pública, que eu não faria mais uma terceira audiência pública – já houve audiência pública –, vou fazer as duas audiências públicas e, obviamente, estarei solidário a V. Exª no que se refere a encontrarmos um encaminhamento para discutirmos e aprovarmos essa matéria.

Não há mais como a gente protelar isso, com todo o respeito ao Senador Luiz Henrique, que sei que tem toda a razão. O Estado de Santa Catarina tem toda a razão. Não estamos questionando o direito de Santa Catarina, nem o direito do Espírito Santo, mas estamos pensando no Brasil como um todo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Eu também penso no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei que V. Exª pensa no Brasil, mas V. Exª, antes de pensar no Brasil, pensa no Espírito Santo também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É natural.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É natural.

Quero só deixar bem claro que não tenho mais como – eu disse que, de ofício, eu não faria mais isto – submeter isso ao Plenário, porque havia a decisão de acatar as duas audiências públicas, não apenas uma, para debatermos essa matéria.

Há pouco tempo, e o Senador Romero Jucá é testemunha, eu defendia que tivéssemos a condição aqui de levar essa matéria a entendimento. Portanto, na questão do entendimento, tanto V. Exª como o Senador Luiz Henrique contam aqui com o Senador Eunício Oliveira, o Presidente da Comissão, ombreado com V. Exªs e também com o Senador Demóstenes Torres, que se pronunciou sobre essa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É preciso que a gente encontre condição de investimentos nesses Estados de forma compensatória.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já concedo a palavra a V. Exªs. Estou com a palavra. Permitam-me só mais um minuto.

Acabo de receber dados sobre, por exemplo, pneus no Brasil. O Brasil produzia 80% dos pneus que rodam nos veículos brasileiros. Esses fabricantes de pneus no Brasil têm um compromisso com o meio ambiente na questão da reciclagem desses pneus, inclusive. As importadoras não têm, Senador Ricardo Ferraço, Senador Moka, nenhum compromisso com o meio ambiente nem com a reciclagem desses pneus no Brasil. Mas fabricávamos 80% dos pneus utilizados neste País no ano retrasado; no ano passado, esse percentual caiu para 40%, por subsídios de pneus que são importados de outros países.

Então, no momento em que há uma crise mundial, em que não temos condição de exportar manufaturados, a não ser praticamente para a América do Sul e para os Estados Unidos, temos de ter esse cuidado.

Sou solidário com V. Exª, Senador Luiz Henrique. Firmei essa posição agora para o Ministro Guido Mantega – estou dizendo isso publicamente aqui; nem sei se isso é razoável, mas este é meu estilo –, para que encontrássemos saída de investimento nesses Estados. Do contrário, vou defender que meu Estado, o Estado do Ceará, em que há porto, pratique a mesma fórmula, e aí vai para o Brasil afora, e adeus emprego e adeus investimento na indústria brasileira.

Portanto, peço desculpas a V. Exª, peço vênia a V. Exª, mas não vou submeter à apreciação de V. Exªs mais nenhum requerimento. Foi este o compromisso, foi esta a palavra dada na semana passada, a de que não se faria uma terceira audiência pública sobre a PEC nº 15 e a de que não se faria uma terceira audiência pública sobre essa questão do PRS nº 72.

Peço desculpas a V. Exª, mas é dessa forma que a Mesa vai proceder.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e a V. Exª, em seguida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Falarei após o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço desculpas ao Senador Pedro Taques.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em seguida, peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques tem a palavra pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida, falará o Senador Romero Jucá e o Senador Luiz Henrique.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço aos colegas Senadores pela obediência da ordem.

Quero dizer, Sr. Presidente, que essa questão merece, sim, a meu juízo, um melhor debate sobre a constitucionalidade. Mas já ficou para trás essa discussão, porque V. Exª já decidiu, prescreveu. O Direito não socorre quem dorme. Eu estava aqui discutindo a crise na Grécia e a sua repercussão nesse PIB abissal no Brasil com o Senador Aécio e não falei naquela oportunidade. Mas só quero dizer que penso que essa discussão mereceria uma maior construção sobre a constitucionalidade de uma resolução ou de uma lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, entendo que fizemos aqui um compromisso para definir a votação da Resolução nº 72. Essa era uma matéria que, historicamente, pelo Regimento, passaria somente na Comissão de Assuntos Econômicos, mas concordamos que ela viesse à CCJ. Abrimos mão dentro de um entendimento. Aqui, quero registrar que entendo a posição dos Senadores do Estado do Espírito Santo, do Estado de Santa Catarina, do Estado de Goiás, mas, tempo o todo, temos procurado construir uma solução que não penalize esses Estados.

Estão marcadas duas audiências públicas. Aqui, na CCJ, nada impede que essa questão da constitucionalidade seja discutida dentro das audiências públicas que já estão marcadas para o dia 20 e para o dia 22.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para tratar de quê?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para tratar da Resolução nº 72.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sob que ótica?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sob a ótica dos debatedores. Houve um requerimento do Senador Ricardo Ferraço, houve um requerimento de aprovação de diversas autoridades, que virão aqui e poderão falar da questão econômica, da questão da constitucionalidade. Nada impede que isso seja dito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na mesma audiência?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na mesma audiência. O relatório do Senador Ricardo Ferraço pode tratar dessa questão da constitucionalidade. Vamos votá-lo. Não há qualquer tipo de problema. Mas não concordamos com a ampliação de audiências públicas no sentido de postergar ainda mais essa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não! Senador Romero Jucá, permita-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadores, o Senador Romero Jucá está com a palavra. Vou dar a palavra pela ordem a cada um dos senhores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, concedo o aparte ao Senador Ricardo Ferraço, para colaborar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senador me concedeu o aparte, Sr. Presidente.

Primeiro, quero reconhecer, Sr. Presidente, que V. Exª tem sido um Presidente democrático, tem permitido o aprofundamento desse debate. Quero agradecer a V. Exª.

A proposta que eu faria de conciliação é a seguinte: sem alterar as audiências públicas do dia 20 e do dia 22, poderíamos permitir que, no dia 20 ou no dia 22, alguns desses renomados juristas fizessem parte da reunião, sem alterar, sem procrastinar, sem atrasar o cronograma que V. Exª fez e pactuou com todos nós.

É a proposta que faço: no dia 20 ou no dia 22, poderíamos trazer aqui esses homens que tem notório saber nesse campo e que vão contribuir para o juízo de valor na Comissão.

É a contribuição e a sugestão que faço, Líder Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá, conclua, que vou dar a palavra ao Senador Luiz Henrique e vou começar a apreciar a pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero conceder um aparte também ao Senador Magno Malta por questão de reciprocidade. Rapidamente, o Senador Magno Malta vai falar sobre essa questão. Mas fica aqui a nossa posição: manter as audiências públicas na forma como elas estão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa já definiu.

O Sr. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente Eunício, o Senador Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Magno Malta está em um aparte conclusivo ao Senador Romero Jucá. Em seguida, falará o Senador Luiz Henrique.

O Sr. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Romero, esse assunto está absolutamente claro, está resolvido na cabeça do Governo. Tudo que acontecer daqui para frente é conversa de bêbado para delega-

do. Está resolvido na cabeça do Governo. Nada que se fizer vai mudar nada.

O senhor falou uma palavra que acho que tem de prevalecer. Há de se estudar um processo compensatório de investimento nesses Estados que estão sendo atingidos.

O Senador Delcídio do Amaral, que é do PT, tem influência no PT, junto ao seu Guido Mantega, que, agora, não atende mais ninguém. É a palavra dele, e acabou! É a palavra dele, porque isso está resolvido na cabeça do Governo. Acabou! É conversa de bêbado para delegado. É audiência, audiência. É tudo importante para discutir as perdas, como disse o Senador Ricardo. Isso vai nos atingir no Espírito Santo. São as perdas. É preciso discutir como vão compensar isso. Acho que vocês, do Governo, têm de sentar e discutir um processo compensatório nesses Estados.

Senador Romero...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – É preciso discutir como isso vai ficar. Isso está resolvido para o Governo. Nós vamos ficar aqui martelando sobre isso, mas isso já está resolvido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Romero, no nosso caso, no caso do Espírito Santo, o que Casagrande tem de fazer depois, se não houver um processo compensatório, é vir aqui e entregar as chaves do Estado para a Presidente Dilma, porque lá zerou.

Então, isso está resolvido. Mas é necessário um processo compensatório de investimento. Temos de levar para o nosso Estado uma montadora, uma coisa nesse sentido. É preciso dar R$3 bilhões com juro zero para resolvermos os nossos problemas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – É um processo compensatório.

Esse debate precisa acontecer. É necessário que ele aconteça. Mas, para mim, é conversa de bêbado com delegado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero fazer um registro: o Senador Eunício Oliveira e o Senador Francisco Dornelles participaram da reunião, e ficou pactuado com o Ministro Guido Mantega que, antes da audiência pública – portanto, antes do dia 20 –, haverá uma reunião com as Bancadas do Espírito Santo, de Goiás e de Santa Catarina junto com os Governadores que tiverem interesse, exatamente para discutir essa questão das compensações.

Então, há uma preocupação em relação a isso, e foi definido pelos líderes partidários que se deve procurar um caminho efetivo de investimento em infraestrutura, em atividades econômicas, exatamente para ajudar esses Estados a enfrentarem as dificuldades.

Então, já há a preocupação por parte do Governo em relação a isso. E, mais do que isso, uma agenda está sendo montada para discutir com o Ministério da Fazenda essa questão, com a presença dos Senadores das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Luiz Henrique, pela ordem, e à Senadora Marta e vou começar a Ordem do Dia. Já são 11h22, e não começamos a Ordem do Dia!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa discussão está desfocada. Não se trata de matéria que eventualmente prejudique este ou aquele Estado ou que favoreça este ou aquele Estado. Essa é uma matéria que diz respeito à Federação! Aqui, no Senado, temos de examiná-la com todo cuidado, porque senão o que aprovarmos aqui vai transbordar para o Supremo Tribunal Federal.

Não se trata de compensação a Santa Catarina ou ao Espírito Santo. Trata-se, isto sim, de estabelecer políticas de desenvolvimento regional neste País que não propiciem a continuidade da concentração econômica. Se o Brasil teve um crescimento pequeno no PIB industrial, de 0,3%, isso tem uma causa muito maior; entra aí a carga fiscal, entra aí a política de juros, entra aí a supervalorização do real. Esses são os fatores efetivos que estão levando à falta de competitividade da indústria nacional. Sabe-se que 84% das importações feitas por Santa Catarina são feitas de insumos, de peças, de equipamentos para a produção industrial.

Sr. Presidente, é preciso que essa matéria seja tratada com toda a serenidade, e é fundamental que ouçamos os juristas para saber, primeiro, se podemos fazê-lo por resolução; segundo, se podemos intervir na autonomia dos Estados, no que diz respeito à sua política orçamentária – porque os Estados contam com os mecanismos que foram aprovados no seu orçamento, e isso vai alterar-lhes a arrecadação –, se isso não afeta o princípio da anualidade. Nós temos de ouvir os juristas a respeito disso, Sr. Presidente.

Então, secundando o que propôs o Senador Ricardo Ferraço, peço a V. Exª que inclua nas audiências, no dia 20 ou no dia 22, esses três juristas que tiveram seus nomes propostos para serem ouvidos a respeito dessa matéria.

Ademais, quero dizer que, se nós nos convencermos de que, em uma audiência, o Ministro decidiu uma coisa e de que, assim, fica decidido, vamos fechar

o Senado, vamos fechar o Congresso, porque quem decide é esse Poder.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – PE) – Senadora Marta Suplicy, vou dar a palavra a V. Exª e, em seguida, vou começar a Ordem do Dia.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou fazer uma reflexão sobre isso que é bem mais ampla.

Acredito que nós, Senadores e Senadoras, estamos tendo o privilégio de estar em um começo de século em que o Brasil mudou de patamar, e os nossos problemas também mudaram de patamar. Nós estamos, então, em uma encruzilhada, com o desafio de termos de fazer intervenções em todas as áreas econômicas, e, aqui, estamos decidindo, pontualmente, algo que não é pontual. E aí faço coro com outros Senadores que já se expressaram nesse sentido.

Temos de discutir aqui Fundo de Garantia, Fundo de Participação dos Municípios, *royalties*, a questão do ICMS, o pacto federativo. E uma coisa que é votada afeta outra.

Então, Senador, eu gostaria de fazer uma sugestão: que V. Exª ajudasse, com outras Comissões, que pudéssemos fazer algo em uníssono, para que houvesse uma proposta que não fosse uma proposta daqui ou dali, mas uma proposta para as próximas décadas, porque o Brasil está completamente obsoleto em todas essas questões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, esse assunto vai ser debatido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse assunto não está na pauta, Senador Ricardo Ferraço. Já dei a palavra, pela ordem, a V. Exª pela quinta ou sexta vez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não! É a segunda vez!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou começar a apreciar a pauta. Na próxima terça-feira, teremos o dia inteiro aqui para fazer esse debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu quero apenas apartear.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima quinta-feira, nós faremos isso, senão não começa a pauta, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas quero apartear a Senadora Marta, se ela me conceder o aparte, e encerro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo, vamos encerrar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A Senadora Marta Suplicy traz um tema da maior relevância para esta Comissão refletir, Sr. Presidente.

Em 2012, a nossa pauta está repleta de assuntos federativos. Ao mesmo tempo em que estamos redistribuindo *royalties*, temos de tratar de FPE, de ICMS, de temas de forma fatiada, como a dívida dos Estados, com enorme repercussão para os Estados federados. Qual é a consequência econômica disso para o conjunto dos nossos Estados? Qual é o papel do Senado da República em debater a República brasileira? É disso que se trata.

Se continuarmos debatendo esses assuntos de maneira isolada, sem que eles possam ser analisados de maneira integrada, poderemos produzir consequências severas para os Estados federados.

Então, a Senadora Marta Suplicy traz um tema da maior relevância, que acho que merece, sim, reflexão desta Comissão e do Senado da República. Nós precisamos debater os temas da Federação brasileira de maneira integrada, pela consequência e conexão que esses temas têm com o dia a dia dos nossos Estados federados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, veja como sou democrático. Em questão de ordem, regimentalmente, não há aparte. Estou permitindo o aparte de V. Exª, para se fazer o debate.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

Em seguida, vou começar a apreciar a pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

Concordo inteiramente com o que disse a Senadora Marta. Não podemos discutir nesta Casa, que é a Casa da Federação, a Federação de forma isolada. Nós fizemos um pedido ao Presidente Sarney, apresentado no dia da reunião da Liderança, para que o pacto federativo fosse debatido em conjunto. Temos de falar sobre federalismo fiscal, horizontal e vertical; temos de falar sobre o Fundo de Participação dos Estados; temos de falar sobre os *royalties* do petróleo. E estamos tratando o pacto federativo como um salame, fatiando o seu debate.

O Presidente Sarney está prestes, ele disse, a compor essa Comissão, para que possamos fazer um debate holístico nesse tema, um debate à altura desta

Casa, que é uma Casa da Federação. Na Câmara, isso vai demorar muito tempo, e o Senado tem de debater esses temas, não de forma fatiada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, o senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É como fará V. Exª na audiência pública amanhã em relação à questão da segurança pública e do novo Código Penal Brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu gostaria só de lembrar aos nobres Senadores que essa matéria está desde o final de 2010 sob exame desta Casa. Em abril de 2011, a Comissão de Assuntos Econômicos realizou uma audiência pública com a participação de Secretários de Estado, inclusive do Secretário do Espírito Santo. Houve ampla discussão sobre essa questão. Em setembro deste ano, o nobre Senador Ricardo Ferraço solicitou que essa matéria viesse ao exame da CCJ. O Senador Ricardo Ferraço foi designado Relator por V. Exª em novembro. E, na última solicitação de audiência que foi feita, na indicação dos nomes, inclusive promovida pelo nobre Senador, ele centrou toda a indicação nas figuras de governadores de Estado e de economistas, que foram, então, indicados para essa audiência que vai ser feita.

Agora, o Senador Ricardo Ferraço lembra a preocupação com os aspectos jurídicos, com os aspectos de natureza constitucional até. Parece-me, meu caro Senador Ferraço, que V. Exª se lembra do aspecto jurídico quando o processo já avançou, porque V. Exª mesmo indicou economistas para esse debate.

Então, o que eu queria sugerir é o seguinte: em vez de aditarmos a relação com mais esses nomes, que são ilustres, eu solicitaria ao Senador Ferraço, para tornarmos essas audiências exequíveis e para não estendermos mais esse prazo, que substituísse indicações que realizou anteriormente, para garantir, então, a análise desses aspectos jurídicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou plenamente de acordo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não é possível aditar, aditar não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, a sugestão de V. Exª foi acatada pelo Senador Ricardo Ferraço.

Peço ao Senador Ricardo Ferraço, quanto aos nomes que por ele foram indicados, se ele já concorda em fazer substituições, que ele encaminhe a Mesa as substituições, que eu as submeterei aos Senadores no final!

Vamos ao primeiro item da pauta.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pedi a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pediu a inversão de pauta.

V. Exª falará sobre a matéria, Senadora?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se for tratar dessa discussão, devo dizer que já encerrei.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou falar sobre as matérias que estão para ser votadas. Quero falar a respeito de um requerimento que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode, sim.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, obrigada.

Nós entramos com requerimento junto a esta Casa solicitando o sobrestamento do estudo, discussão e votação de alguns projetos de lei. Tal solicitação se fundamenta no fato de que foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a tratar sobre a violência contra a mulher. Uma vez que a CPMI da violência contra a mulher está incumbida de realizar ampla investigação do tema, com diligências e com estudos aprofundados dessa matéria, entendemos que as proposições legislativas que preveem mudanças na Lei Maria da Penha ou em leis correlatas ao tema sejam temporariamente sobrestadas.

Desse modo, Sr. Presidente, eu gostaria muito que, nesta Comissão, os projetos em pauta relacionados à Lei Maria da Penha fossem suspensos temporariamente até a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que deverá ocorrer, de acordo com o nosso plano de trabalho, no mês de agosto. Até lá, teremos uma avaliação melhor em termos de legislação e do que é possível alterar ou não na legislação que existe até então.

Então, solicito a V. Exª que seja analisada pelo Colegiado a possibilidade de sobrestar as matérias que estão previstas para serem votadas nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Falo particularmente, Sr. Presidente, do Item 1 da pauta. Por isso, solicitei o requerimento agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, V. Exª apresentou

o requerimento ao Plenário. Só o Plenário do Senado, não o da Comissão, pode determinar a sustação de matéria. Mas eu solicitaria a V. Exª, como há um pedido de inversão de pauta feita pelo Senador Luiz Henrique, que conversasse com o Senador Magno Malta sobre essa matéria.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou submeter ao Plenário agora uma inversão de pauta solicitada pelo Senador Luiz Henrique, até para dar tempo para V. Exª conversar com o Senador Magno Malta sobre o Item 1 da pauta. Se for o caso, se houver entendimento, eu o retiro.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, peço que V. Exª converse com a Senadora.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu já resolvi, eu já conversei com ela no domingo no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um pedido de inversão de pauta, que vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas só quero deixar V. Exª à vontade, com o problema resolvido já, o que é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu também já presidi n CPIs com esse tipo de problema. A gente aprova algumas coisas na CPI que acabam batendo de frente com outras coisas que estão acontecendo nas Comissões, e a Senadora está fazendo absolutamente o que é certo.

O projeto da Elcione Barbalho é muito bom. Estou relatando no Senado um projeto que veio da Câmara, que é da Elcione e que é muito bom, pois protege as mulheres. O sujeito leva uma mulher que encontra na esquina ou menina de programa para um motel e, porque ele vai pagar, acha que pode bater e espancar. Acho que essas coisas todas têm de ser incluídas. Se o cara se relacionou com a mulher, deu-lhe um beijo e, depois, deu-lhe um tapa, ele vai ter de pagar, vai ter de responder por isso.

A Senadora está certa no sentido de incluir isso no debate da CPI. Para mim, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª o retira de pauta?

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Peço a retirada, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, está atendida a Senadora Ana Rita, está retirada de pauta a matéria. Nesse caso, Senador Luiz Henrique, não há necessidade de inversão de pauta, porque foi retirado de pauta, a pedido do Relator, o Item 1.

O Item 2 trata de matéria importante, que, inclusive, diz respeito à segurança dos juízes. O Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes têm dito isso aqui com muita veemência; eu me refiro aos dois apenas porque eles têm colocado isso com muita veemência. Há o apoio da Mesa, da Presidência, para essa matéria.

Mas o Senador Mozarildo Cavalcanti, por questão de necessidade de se ausentar daqui hoje, pela manhã, procurou-me e me disse que gostaria de estar presente na votação dessa matéria, de que ele é Relator. Portanto, ela está retirada de pauta de ofício, voltando como primeiro item da pauta na próxima quarta-feira. Faço isso para atender o Relator, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr.Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem pediu a palavra primeiro, o Senador Pedro Taques ou Senador Inácio Arruda?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Acho que ele pediu a palavra, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, estou na relatoria do Item 3 e acabei de receber uma emenda do Senador Pedro Simon que altera parcialmente o conteúdo do projeto. Para que a gente possa fazer sempre as coisas no diálogo que V. Exª estabeleceu nesta Comissão, peço também que retire de pauta o Item 3. Estou em plena concordância com o projeto, mas sobre a emenda do Simon preciso dialogar com o nosso Senador, para ver se é possível acolhê-la ou não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Uma emenda do Senador Pedro Simon sempre será levada em consideração pela Mesa e, obviamente, por V. Exª. Portanto, a matéria está retirada da pauta.

Senador Luiz Henrique, nesse caso, não há a necessidade de fazermos a inversão de pauta, tendo em vista que chegamos ao Item 4 da pauta, que V. Exª relata.

ITEM 4

EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de

suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular, e dá outras providências.

Autoria da Proposta: Senador José Sarney e outros.

Autoria da Emenda nº 3 – PLEN: Senador Wilson Santiago.

Autoria da Emenda nº 4 – PLEN: Senador Romero Jucá.

Relatoria do Projeto: Senador Luiz Henrique.

Relatório: pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 3 e 4 oferecidas à Proposta.

A autoria vem da lavra da Presidência do Senado – obviamente, foi encaminhada pelo Senador Francisco Dornelles, que muito bem presidiu esta Comissão – e de outros Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir relatório sobre as emendas que chegaram.

Deixo bem claro para a população brasileira que debatemos e discutimos essa matéria aqui, e, depois, ela foi ao plenário. Havendo emendas de plenário, ela voltou à Comissão. V. Exª foi designado Relator e tem a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de matéria que foi deliberada com muita rapidez pela forma como o Senador Francisco Dornelles comandou a comissão de alto nível designada pelo Presidente José Sarney. A matéria foi ao plenário e recebeu as emendas já relatadas por V. Exª.

Relatório

Vêm à análise desta Comissão as Emendas de Plenário nºs 3 e 4 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, de 2011, de autoria do ilustre Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e dos demais Senadores que integraram a comissão por S. Exª designada, cuja ementa é acima transcrita.

A referida PEC foi aprovada nesta Comissão em 1º de junho de 2011, com duas emendas, e posteriormente enviada a plenário para inclusão em Ordem do Dia, tendo recebido as Emendas nºs 3 e 4.

A Emenda de Plenário nº 3, que tem por primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 1º da PEC, para restabelecer a eleição de cada Senador com dois suplentes – explico que o projeto fora aprovado com apenas um suplente – e determinar que os suplentes serão aqueles que obtiverem maior número de votos válidos após a definição dos Senadores eleitos em sua ordem.

Na justificação, os autores sustentam a necessidade de uma segunda suplência, tendo em vista que muitos são os casos de Senadores convidados para exercer cargo no Executivo logo no início do mandato. Assim, a eventual vacância do único suplente que houvesse assumido a titularidade do cargo demandaria nova eleição e causaria muito dispêndio aos cofres públicos. Acrescentam que o preenchimento da vaga pelo candidato não eleito com maior número de votos válidos é um critério justo, uma vez que o povo verá, em caso de substituição, alçar ao cargo de Senador um candidato que obteve também o seu voto.

Por seu turno, a Emenda de Plenário nº 4, cujo primeiro signatário é o Líder do Governo, o nobre Senador Romero Jucá, altera o § 4º do art. 56 da Constituição Federal, na forma dada pelo art. 1º desta proposta, para prever que, em caso de vacância decorrente de homicídio do titular, não haverá eleição, devendo ser convocado o suplente para exercer o mandato pelo período remanescente.

Na justificação, os autores argumentam que a medida pretende pôr fim à vulnerabilidade que os Senadores eleitos eventualmente possam sofrer com a implantação das normas previstas na PEC nº 37, de 2011. Por essa razão, preveem que, em caso de homicídio do titular, não serão convocadas eleições, devendo o cargo ser ocupado pelo suplente, seu aliado político.

Análise

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise das Emendas de Plenário nºs 3 e 4 quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista da admissibilidade, verifico que ambas as emendas estão subscritas por mais de um terço dos membros desta Casa e não violam as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição, conforme o art. 60, I e § 1º, da Constituição. Tampouco tratam de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa ou há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, como previsto no art. 60, §§ 4º e 5º, da Constituição.

No tocante ao mérito, não obstante as nobres intenções de seus autores, as Emendas nºs 3 e 4 devem, *data venia*, ser rejeitadas, por não aperfeiçoarem a proposição, conforme os motivos que passamos a expor.

Quanto ao restabelecimento de dois suplentes de Senador, não vislumbramos argumento capaz de desfazer o entendimento firmado recentemente por esta Comissão, ao discutir esta proposição que integra a

pauta da reforma política, no sentido de que deve ser reduzido para um o número de suplentes.

Ademais, segundo a justificação, o objetivo dos autores da emenda é evitar a realização de nova eleição no caso de afastamento temporário do titular para exercer cargo executivo, consequente assunção do suplente no cargo de Senador e posterior afastamento definitivo desse suplente. Ocorre que, tal como previsto pela legislação atual, o afastamento temporário do titular e a inexistência de suplentes não demandam a realização de eleição, já que não há abertura de vaga, ficando apenas o Estado com a representação desfalcada. A única diferença é que com dois suplentes é mais difícil que essa situação venha a acontecer.

Além disso, entendemos que, se uma situação como essa se verificasse, possivelmente o Senador afastado reassumiria suas funções nesta Casa legislativa, a fim de evitar o ônus do desgaste político e do descrédito popular eventualmente gerado com a deficiência na representação do Estado respectivo.

A previsão de eleição, como suplentes de Senador, dos candidatos que obtiveram maior número de votos válidos também deve ser rejeitada. Proposta semelhante não foi acolhida na Comissão de Reforma Política criada pelo Presidente José Sarney e tão bem dirigida pelo Senador Francisco Dornelles, em razão da sua inviabilidade política, já que a medida pode, inclusive, viabilizar a ocupação temporária do cargo (até a realização de nova eleição) por suplente com posição ideológica e partidária oposta à do titular afastado definitivamente. Ainda que o candidato tenha obtido votação popular, essa condição não legitima sua assunção ao cargo. Ademais, como já sustentamos, esta Comissão já decidiu em duas ocasiões recentes – na apreciação anterior da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, de 2011, bem como da PEC nº 11, de 2003, que trata do mesmo tema – que a melhor alternativa a ser adotada em caso de vaga de Senador é a realização de eleições, e essa eleição sempre deve estar casada com o novo pleito que ocorrer adiante.

Finalmente, a Emenda de Plenário nº 4 também, *data venia*, deve ser rejeitada. Ao excetuar a regra de nova eleição, caso o titular do cargo de Senador tenha sido assassinado, parte-se do pressuposto de que o agente do crime será seu adversário político, convicto, na busca desenfreada pelo poder, de que uma nova eleição o levará a assumir o cargo tornado vago.

Raciocínio semelhante poderia levar-nos à conclusão de que a adoção da medida proposta na Emenda poderia estimular o suplente do Senador a cometer o mesmo crime para assumir o cargo. Não nos parece razoável esse entendimento, *data venia* seja proposto pelo ilustre Senador Romero Jucá, e tampouco a medida pretendida, especialmente por meio da criação de regra constitucional com o objetivo de impedir a vulnerabilidade apenas de Senadores em detrimento dos demais agentes políticos.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 3 e 4 à Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Romero Jucá pede a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a defender a minha Emenda nº 4. Inclusive, fiz um destaque para essa Emenda, Sr. Presidente.

O que estamos fazendo, na verdade? Nós estamos dizendo que, se houver vacância do cargo de Senador, na eleição subsequente, haverá nova eleição, quer dizer, o suplente fica só no período. Então, na verdade, como há eleição de dois em dois anos, em tese, haverá um ano de mandato para o suplente.

O que estou registrando na minha emenda? Qualquer tipo de vacância leva em conta também assassinato de Senador. E, com o assassinato do Senador, abriremos nova eleição. Em tese, estamos colocando a cabeça a prêmio dos Senadores por conta da possibilidade de um assassinato abrir vaga para que alguém sem mandato possa concorrer a um mandato. Eu não concordo com isso. Eu gostaria de alertar os Senadores: essa é uma posição perigosa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Concedo o aparte a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Vamos todos torcer e rezar para que isso não ocorra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas não podemos fomentar isso. Essa proposta está fomentando isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu entendi. Mas o suplente vai assumir. V. Exª está defendendo que ele assuma definitivamente. E se for o suplente o autor do homicídio ou partícipe dele?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Pedro Taques, hoje, da forma como é, se houver um assassinato de Senador, o suplente assume. Então, hoje, restringe-se o risco ao suplente, que pode pegar o mandato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E há esse risco, Senador? Senador Romero, há esse risco?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a nova proposta, estamos abrindo para a sociedade em geral. Na verdade, qualquer um pode matar ou mandar matar um Senador e concorrer à eleição. Então, estamos ampliando esse leque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nessa hipótese, tem de se abolir a figura do vice, não pode mais haver vice.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não me parece uma proposta inteligente para a pele dos Senadores. Então, defendo a minha Emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Romero, fale baixo sobre isso!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Fiz o destaque, e gostaria que os Senadores refletissem sobre isso, porque, na verdade, nós estamos levando em tom de brincadeira, mas é um assunto sério.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu fiquei com medo! (*Risos*.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Aí há a possibilidade de comprometimento... Eu não diria nem que um político mandasse matar, mas qualquer assecla, qualquer seguidor de algum político que esteja sem mandato pode entender que faria um bem àquele político, mandando matar o Senador e abrir vaga para que haja nova eleição. Não acho essa uma boa política e mantenho meu destaque, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques. Depois, falará o Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas quero expressar respeito à posição do Senador Romero Jucá. Essa preocupação se afigura como razoável. Mas estamos estabelecendo aí o monopólio para um homicida. Só o suplente poderá...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas, hoje, já é assim. Estou tentando evitar que se amplie o leque.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Hoje, já é assim. Agora, só vai haver um suspeito, não é?

Entendo a preocupação de V. Exª, porque V. Exª tem razão. É possível que haja armações, como, por exemplo, roubo, forjando uma história, para que haja cobertura para o homicídio. Isso é fato. Isso já existiu na história brasileira. Mas não se apresenta, Sr. Presidente, como razoável porque a investigação do homicídio vai demorar mais de dois anos, e não teremos essa comprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, por incrível que pareça, o que está dizendo o Senador Jucá tem lógica. Quer dizer, hoje, o risco que existe é realmente o suplente. Quem escolhe mal o suplente corre esse risco.

Mas estamos fazendo uma coisa boa para a sociedade. O Senado não vai mais herdar permanentemente o suplente, o cidadão vai ter o direito de votar, caso haja a vacância definitiva do cargo por morte, invalidez, renúncia, perda do mandato ou qualquer outra hipótese. Em seguida, na próxima eleição, realizar-se-á nova eleição para um tempo remanescente.

Então, tem lógica o que diz o Senador Jucá. A partir de agora, qualquer força política, retrógrada naturalmente, pode imaginar o seguinte: "Esse camarada ganhou a eleição, mas, daqui a dois anos, nós podemos disputar outra. Basta que ele morra". Não é verdade?

De qualquer forma, embora isso tenha lógica, acho que vale a pena correr o risco. Vamos aprovar do jeito que está. Se os Senadores começarem a morrer, a gente muda. (*Risos*.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador Demóstenes?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dou a palavra a V. Exª como orador inscrito. Em seguida, falará o Senador Aloysio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Eunício, retorno às discussões que tivemos, sob a Presidência do Senador Dornelles, na Comissão de Reforma Política, onde encontramos poucos consensos, e esse foi um deles, quando definimos que o suplente, na verdade, não sucede o titular na vacância do cargo; ele o substitui até a próxima eleição. É algo que me parece absolutamente razoável.

Compreendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as preocupações do Senador Romero, apesar de me parecer, de alguma forma, macabra essa proposta, até porque, se observarmos por essa ótica, por essa lógica de se fazer um benefício a um grupo político, veremos que ninguém fica imune a que, às vésperas de se findar o mandato, o Senador ou quem quer que seja, detentor de qualquer cargo público, seja assassinado para não buscar a reeleição.

Portanto, não obstante as razões do Senador Romero Jucá, que respeito, não deveríamos, Sr. Presidente, Sr. Relator, fugir do texto consensual da Comissão da Reforma Política, que garante ao suplente apenas a substituição até a próxima eleição, não a sucessão definitiva em relação ao mandato.

Portanto, mesmo manifestando meu respeito à proposta do Senador Romero Jucá, acho que deveríamos aprovar a proposta do jeito que veio da Comissão da Reforma Política.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio. Logo após, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, as ponderações de todos os Colegas que falaram até agora me deixam cada vez mais convencido de que estava correta a observação daquele personagem de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, que diz o seguinte: "Viver é muito perigoso". E é realmente muito perigoso. Embora não haja precedentes no caso do Senado, precedentes conhecidos pelo menos, casos de prefeitos assassinados por vices já há vários. E, recentemente, foi condenado pelo Tribunal do Júri de Maceió um deputado que mandou matar uma deputada, a Deputada Ceci Cunha, para obter sua vaga.

Mas, homenageando meus suplentes, que não me fazem correr nenhum risco e que são pessoas corretas – minha suplente, Marta Costa, vereadora em São Paulo, e o ex-Deputado Airton Sandoval, meu segundo suplente –, vou votar pela manutenção do texto já aprovado na Comissão, rejeitando, portanto, a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O Senador Romero Jucá ainda está aqui?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto à apreciação de V. Exªs o requerimento do Senador Romero Jucá que requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 à PEC nº 37, de autoria do Senador Romero Jucá.

Vou colocar em votação o requerimento de destaque, não o destaque. Vou colocar em votação o requerimento para votar o destaque.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para não perder a oportunidade, quero dizer que acompanho também o Relator e os colegas que me antecederam. Aproveitando o exemplo do Senador Aloysio, quero homenagear também meus suplentes, que são figuras excepcionais: o Reitor Wilson de Matos e o ex-Parlamentar Hélio Duque, o baiano Hélio Duque.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Alvaro, permita-me um aparte a V. Exª. Eu sugiro que V. Exª, nos Anais, homenageie todos os nossos suplentes, para que nenhum de nós corra qualquer risco futuro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se houver a anuência de todos, será registrado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Acolho o aparte do Senador Aécio e faço nossa homenagem a todos os suplentes.

Essa proposta da Comissão de Reforma Política é importante, inclusive, no sentido de reabilitar o Congresso Nacional, de buscar melhorar o conceito e a imagem da instituição. Essa questão dos suplentes é uma questão que dependia dessa nova avaliação e dessa revisão na legislação para oferecer conceito mais adequado à condição de suplente. O nosso voto, portanto, vai acompanhar o Relator da matéria, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se derrubar o destaque, inviabiliza.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Esse destaque apresentado pelo Senador Jucá vai inviabilizar a votação dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria que está sendo discutida é o relatório do Senador Luiz Henrique. Há um pedido de destaque do Senador Romero Jucá, porque houve parecer contrário...

Senador Luiz Henrique, houve parecer contrário...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, retiro o destaque. Já que a maioria se manifestou contrário, quero dizer que avisei. Estou sendo previdente. Está certo? Espero não ter de vir discutir novamente essa matéria aqui. Quero dizer que registrei o risco que se está abrindo em cima da pele dos Senadores. Mas como a maioria já se manifestou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª retira o destaque?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá, se V. Exª acha que isso vai acontecer, V. Exª não vai avisar o morto; avisou o vivo de que vai ser morto, então.

Está retirado o destaque de votação em separado do Senador Romero Jucá.

Coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Senador Luiz Henrique e o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, contrário às Emendas de Plenário nºs 3 e 4.

A matéria volta ao plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Registro meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica registrado o voto contrário do Senador Romero Jucá, que disse que avisou a todos.

ITEM 5

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa.

Autoria do Projeto: Senador **José Sarney** e outros.

Autoria da Emenda nº 2 – PLEN: Senador **Sérgio Petecão**.

Relatoria do Projeto: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: dependendo de Relatório.

É oriundo da Comissão presidida pelo Senador Francisco Dornelles, que muito bem presidiu esta Comissão.

Sempre faço questão de registrar aqui que a autoria é do Presidente Sarney e de outros, porque esses outros eram os que compunham exatamente a comissão tão bem presidida por V. Exª, Senador Dornelles.

Hoje, se Deus quiser, eliminaremos da pauta todas as matérias que vieram com recurso do Plenário sobre a questão da reforma política, para nada ficarmos devendo em relação à matéria política nesta Comissão, a que V. Exª tem sempre comparecido e em que tem dado sua contribuição.

Repito: a autoria da Emenda nº 2 é do Senador Sérgio Petecão; a autoria do projeto é do Senador Demóstenes Torres, que é contrário à Emenda nº 2, de Plenário, oferecida pelo Senador Sérgio Petecão.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para ler seu breve relatório contrário à Emenda nº 2, de Plenário.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa é uma emenda que o Senador Sergio Petecão apresentou mais com o sentido preventivo, uma vez que se discutia a criação de um novo Partido, que era o PSD. Hoje, o PSD é um velho Partido. Então, essa emenda aqui, aprovada não prejudicada mais o PSD.

O que acontece? Uma vez que o TSE está decidindo, por resolução, quais as condições em que um parlamentar pode deixar o seu partido, estamos estabelecendo essas condições em lei. Então, deixo claro o seguinte: perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar sem justa causa do partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

E aí se explica o que é justa causa para a pessoa sair do partido. Isso pode ocorrer se houver incorporação ou fusão do partido, porque, se o partido se junta a outro, esse é um motivo mesmo para se deixar o partido. Pode haver ainda mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, ou seja, o sujeito entra num partido de direita, e o partido vira de esquerda, vira partido comunista ou neoliberal, ou os neoliberais viram socialistas. Nesse caso, a pessoa fala: "Esse partido não dá mais". Também pode houver grave discriminação pessoal. Por exemplo, a pessoa brilha, tem intensidade, mas o partido não lhe dá espaço. Isso é declarado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Mas a hipótese de criação de novo partido foi determinada pelo TSE quando havia apenas dois partidos no Brasil, Arena e MDB. Hoje, são mais de trinta partidos no Brasil. Então, será que devemos estimular a criação de novos partidos com a saída de parlamentares? É permitida a criação de novos partidos, podem criar quantos quiserem, mas, com parlamentares eleitos, não, porque o TSE já decidiu, inclusive, que o mandato pertence ao partido, não à pessoa.

Então, meu parecer é para que mantenhamos o que já foi decidido aqui e rejeitemos a emenda do Senador Petecão, com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria manifestar o meu apoio ao relatório do Senador Demóstenes Torres e dizer ao Senador Sérgio Petecão que olhe o parecer do Senador Demóstenes Torres para o futuro; ele está corrigindo uma situação, uma distorção que pode haver no futuro. Ele não atinge, por exemplo, a situação do PSD, porque já foi criado. Desse modo, o Senador Demóstenes Torres fecha uma porta que realmente precisava ser examinada, ou seja, futuramente, a criação

de um novo partido não estabelece aquele monopólio, em que a pessoa pode mudar no futuro.

Dessa forma, quero trazer aqui meu apoio ao relatório do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, vou fazer aqui uma justificativa da nossa emenda.

Para mim, seria muito fácil, já que o problema do meu Partido, o PSD, foi resolvido, retirar a emenda, mas vou manter a coerência. Não é porque resolvi meu problema que vou retirar a emenda. Entendo que a emenda resolve o problema de parlamentares que passaram pela situação que eu passei, e a necessidade era tão grande, que o PSD foi um Partido que nasceu com dois Senadores e com 53 Deputados Federais. Então, há um problema, e não podemos esconder o problema. A verdade é que o PSD já nasceu um Partido grande. Vou ler aqui minha justificativa:

> "A inclusão do dispositivo que se pretende faz todo o sentido dentro da lógica recentemente idealizada pelo TSE, que, analisando o tema relativo ao processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária, por meio das Resoluções nº 22.610, de 25 de outubro de 2007, e nº 22.733, de 11 de março de 2008, compreendeu que não se pode impor a perda de mandato eletivo quando da criação de novo partido.
>
> De mais a mais, frise-se, por oportuno, que tais Resoluções foram tidas como constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3.999 e 4.086.
>
> A emenda ora proposta visa a restabelecer o texto original oriundo da Comissão da Reforma Política deste Senado Federal, que, sabiamente, decidiu incorporar à Lei Eleitoral o resultado dos recentes pronunciamentos das instâncias superiores do Judiciário pátrio, no tocante à fidelidade partidária.
>
> Nesta oportunidade de aprimoramento da legislação partidária, é preciso compreender que a criação de nova sigla como causa justificadora de desfiliação partidária pode redundar na acomodação de correntes ideológico-doutrinárias, na acomodação das forças das lideranças e dos rigores da condução dos rumos dos partidos políticos.
>
> Com o objetivo de considerar como justa causa para a desfiliação partidária sem perda do mandato a criação de novo partido é que se submete ao crivo dos membros deste Senado da República esta proposta de alteração ao texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania."

Então, diante dos fatos, inclusive aqui relatados pelo ilustre Senador Demóstenes Torres, quero manter nossa emenda por entender que não é por ter resolvido o problema do nosso Partido que nós iremos retirá-la. Nós entendemos que a criação de novo partido é boa para o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª mantém a emenda?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Mantenho a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe. Depois, falarão o Senador Dornelles, o Senador Aécio e o Senador Aloysio.

O Senador Randolfe tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o Senador Demóstenes, eminente Relator dessa matéria, na prática, transcreveu, colocou em seu relatório a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que versa sobre esse tema.

Sr. Presidente, acho que não devemos ir nem mais, nem menos que isso. O texto está explicitando o que já foi pacificado na doutrina jurídica brasileira e que está claro no art. 14, § 9º, do nosso Texto Constitucional.

Como já foi dito aqui anteriormente, vivemos no Brasil, hoje, o ápice do nosso pluripartidarismo. Há 32 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. As hipóteses apresentadas na emenda são as hipóteses que deixam margem para que alguém não continue em um partido político. Ou seja, qual é a razão de alguém não estar em um partido político? Ou se ele se fundir a outro partido que desvirtue o seu programa original, ou, então, se ele mudar de lado, claramente. Antes, o partido defendia alguns valores e passa, posteriormente, a defender outros valores. Ou ainda o cidadão que está nesse partido político pode ser claramente discriminado e ter sua atuação política coibida, inibida.

Não me parece bom para o nosso sistema político partidário ampliarmos esse tipo de hipótese, meu querido Senador Petecão. Não acho adequado ampliarmos hipóteses. E, abrindo a possibilidade de criação de novo partido, incentivaríamos algo que já está em demasia, algo que está demasiado no nosso Direito, que é o nosso sistema supra pluripartidário com 32 partidos registrados, muitos dos quais nem

claramente definem qual o programa a ser apresentado para o eleitor.

Nesse sentido, Sr. Presidente, creio que o mais adequado aqui, para darmos o equilíbrio de que nosso sistema político partidário precisa, é aprovarmos o texto como está na relatoria do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, cá entre nós, estamos discutindo um dos assuntos mais complexos, o qual o Congresso não tem tido competência para levar adiante.

Eu me lembro do grande debate travado na hora da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e várias entidades da sociedade defendiam com paixão que deveria haver uma convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva; de um lado, seria escolhido o Parlamento, Câmara e Senado, e, por outro lado, seria formada, pelo prazo de dois anos, uma assembleia nacional constituição que faria a nova Constituição. Terminado esse prazo, durante dez anos, eles não poderiam concorrer a qualquer tipo de cargo. Eu era favorável a isso, mas a classe política se rebelou, e não houve jeito. Se eu era favorável antes, hoje entendo que aquilo era absolutamente certo.

Qual foi o grande erro, o grande equívoco? Se tudo deu certo, se houve um trabalho positivo, se houve a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, se tudo ocorreu 100%, por que as coisas não foram adiante? Não foram adiante exatamente por isto: porque a classe política não teve condições e competência de fazer uma Constituição realmente séria.

Reparem que a nossa Constituição só chegou ao seu final porque se chegou a uma conclusão. O que era o buraco negro? O buraco negro era quando metade estava de um lado, metade estava do outro, e não havia saída. Dou um exemplo de buraco negro: lei complementar, como será feita? E a reforma agrária? Até hoje, nada saiu. Não se regulamentou, vinte anos depois, o artigo que diz na Constituição que lei complementar regulamentará a reforma agrária. E a fidelidade partidária? Foi dito "lei complementar regulamentará a fidelidade partidária", mas, vinte anos depois, não fizemos coisa alguma! Foi preciso o Supremo Tribunal Federal legislar, e não tivemos peito para abrir a boca, porque era vergonha nossa, para dizer, quanto à fidelidade partidária, que o mandato era do partido. Quem larga o partido perde o mandato. É isso que estamos discutindo até agora.

A grande verdade, Sr. Presidente, como disse o Senador Demóstenes, é que a legislação foi feita numa época em que haviam dois partidos: Arena e MDB. Então, abriu-se o leque para se fazer a escolha de partidos. Mas, agora, são trinta partidos, o que é um absurdo.

Esta é a análise que deveríamos fazer: por que no Brasil a questão partidária é anárquica sempre? É anárquica no colonialismo, é anárquica no Império, é anárquica na República Velha e é anárquica hoje. Não existe partido político no Brasil, nunca houve!

Agora, o Supremo diz: perde o mandato o cidadão que troca de partido. Qual é a emenda que está circulando na Câmara, por orientação dos líderes partidários e dos presidentes de partido? Perde o mandato o cidadão que mudar de partido. Parágrafo único: terminada a eleição, o cara tem seis meses para pular de partido quando quiser. Então, fim para a fidelidade partidária!

Com todo o respeito, meu querido Senador, num País como o Brasil, com a anarquia que existe hoje, se o cara quer fundar um novo partido, ele funda um novo partido, larga o mandato e vai fundar um novo partido. Existem tantos partidos, é tão exagerado o número de partidos, que para criá-los não temos de dar facilidades, temos de criar dificuldades. Por isso, o mínimo que podemos fazer é determinar que o cidadão que queira criar um novo partido renuncie ao mandato.

Sou totalmente favorável à proposta do Demóstenes. Com todo o respeito, essa é uma matéria muito delicada. Na reforma política, reparem que chegamos a uma conclusão tranquila somente com relação ao suplente. Quanto ao resto, não vi até agora nada. Vai ser até piada. O Presidente Sarney marcou, e vai haver unanimidade. A posse não é mais no dia 1º de janeiro. Aliás, não entendo como, na Constituinte, não houve uma pessoa que se lembrasse que era ridículo fazer a posse no dia 1º de janeiro. Agora, isso é unanimidade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tirando isso, é essa brincadeira aqui, e não vai sair coisa nenhuma! Com toda a sinceridade, não vai sair coisa nenhuma, porque está todo mundo implicado com que as coisas não aconteçam.

Com o maior prazer, ouço V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Pedro Simon, o senhor diz que é fácil criar um novo partido, mas não é fácil criar um novo partido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não! Só existem trinta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Como é que é fácil?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não é fácil, não!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Como é que é fácil criar um novo partido?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, é muito difícil.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – O senhor não sabe a dificuldade...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nos Estados Unidos, até agora, existem o Republicano e o Democrata. Na Argentina, até agora, existem somente o Justicialista e o Radical. No Uruguai, até agora, existem Blanco e Colorado. No Paraguai, com toda a ditadura, com trinta anos de ditadura do Stroessner, existem o Colorado e o Liberal. No Brasil, são quarenta partidos. E o senhor diz que não é fácil criar partido aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Mas como é que é fácil? O senhor sabe a dificuldade que existe para se criar um partido hoje? Não é qualquer pessoa que funda um partido, não!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, o Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Não, mas o Senador me concedeu o aparte. Foi o Senador que me concedeu o aparte.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concedi o aparte ao Senador com o maior prazer. É que o Senador está dizendo que é muito difícil criar partido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não existe aparte em encaminhamento, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Imagine se isso fosse fácil, hem, Senador? Sendo difícil, existem 32 partidos; se fosse fácil, meu Deus do céu!

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção da Casa neste momento. Essa é uma das questões que mais desmoralizam o Congresso Nacional. A sociedade não acredita em nós, a sociedade não confia que façamos as emendas que devam ser feitas, no sentido de dar seriedade a essa questão.

Então, com relação à reforma política, sou um descrente. Não acredito, com toda a sinceridade, que ela possa ser feita por nós. Por nós, eu duvido que ela seja feita, a não ser que ocorra algo como no caso da Ficha Limpa, em que as pessoas foram para a rua, e nós a fizemos. Foi um ato espetacular, principalmente, do Senado. A Câmara votou uma emenda da Ficha Limpa toda errada, que vamos ter de mudar, e a matéria veio para o Senado. A Câmara, quando votou, tinha a certeza de que o Senado iria emendar e de que a matéria voltaria para a Câmara e ficaria na gaveta da Câmara. O que a Câmara não esperava era que o Senado tivesse a grandeza de não apresentar emenda nenhuma e de aprovar por unanimidade.

Mas não acredito nisso. Estou vendo esta sessão, estou preparado, vim aqui de roupa nova para votar. O primeiro dia do ano não é dia de posse. Vamos mudar para qualquer dia. E o resto? O resto é o resto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um tema controverso, até porque todos aqueles que nesta Casa o discutem são especialistas na matéria.

Tenho uma dificuldade muito grande de discordar do Senador Demóstenes. Se olharmos os Anais da Casa, provavelmente, senão 100%, muito próximo disso foram as minhas posições em relação às defendidas aqui pelo Senador Demóstenes.

Comungo, em parte, com as preocupações do Senador Pedro Simon em relação ao resultado da reforma política. Não serão tão profundas as reformas como muitos de nós gostaríamos. Mas eu me lembro de uma palavra dada pelo atual Vice-Presidente Michel Temer, ex-Presidente da Câmara, que dizia que a não modificação era também uma manifestação de vontade, de opinião. Portanto, em relação ao sistema político, em relação a diversos temas, nós percebemos que, entre o risco de uma alternativa ou de uma mudança mais profunda, a maioria dos Srs. Parlamentares ou dos Srs. Senadores opta por não alterar profundamente o processo político. Não deixa de ser uma posição mais conservadora, mas uma posição também respeitável desta Casa.

Eu participei da Comissão presidida, como eu disse agora há pouco, pelo Senador Dornelles, e percebíamos que havia cautela, uma cautela razoável e natural dos Srs. Senadores, em relação a determinadas mudanças.

Nessa questão específica, Srs. Senadores, nem mais nem menos, vejo que houve uma preocupação já naquela discussão em restringir a possibilidade de se levar o mandato, de se transferir o mandato quando se deixa o partido para o qual foi eleito. São preocupações naturais. A primeira permissão que se dá, a primeira liberalidade que se dá diz respeito à possibilidade da incorporação, da fusão de partidos; a segunda, esta que aqui está em discussão, à criação de um novo partido; a terceira, como aqui já manifestou o Senador Demóstenes, a uma mudança substancial, ao desvio reiterado de um programa partidário. Por exemplo, um partido que se forma ou que elege seus parlamentares com um discurso extremamente estatizante e que, eventualmente, amanhã, no dia seguinte, passa a defender as privatizações, essa seria

uma razão para uma eventual mudança ou liberação para mudança de partido. Outra razão seria uma grave discriminação de ordem pessoal. É sempre uma avaliação muito subjetiva.

Mas, no momento, Sr. Presidente, em que admitimos que a incorporação ou a fusão de partido político é justificativa para que o parlamentar transfira esse mandato, não vejo por que não permitir que também a criação de um novo partido seja objeto dessa transferência.

A incorporação ou a fusão de um partido político ou, obviamente, de mais de um partido político, talvez, seja um processo mais fácil de ser executado do que a criação de um partido político.

Hoje, como disse o Senador Simon, existem cerca de trinta partidos políticos, mas, talvez, um terço deles não tenha representação parlamentar. Muitos desses partidos foram criados atendendo às normas da lei eleitoral, com número de assinaturas em tantos os Estados, mas muitos foram criados sem essa preocupação da representação parlamentar.

Portanto, não obstante o contraditório, que já existiu e que continuará existindo, não vejo por que alterar aquilo que exaustivamente a Comissão da Reforma Política discutiu e aprovou. Obviamente, caberá à população brasileira encontrar nos novos partidos ou mesmo nos antigos partidos políticos alguma referência que a estimule a dar aos seus membros o seu voto.

Portanto, não me parece – e aqui peço vênia ao Senador Demóstenes – que será alterado em demasiado o nosso processo político ou mesmo o nosso espectro partidário se mantivermos a incorporação ou a fusão dos partidos e se não permitirmos mais a transitoriedade do mandato para o caso da criação de novos partidos.

Eu manteria, como aqui propôs o Senador Petecão, o texto aprovado na Comissão da Reforma Política, não obstante os argumentos extremamente respeitáveis daqueles que divergem dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

Tem a palavra V. Exª, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Aécio Neves antecipou – e o fez muito melhor do que eu o faria – os argumentos para que eu acompanhasse a proposição do Senador Petecão. Apenas reitero a parte de substância do argumento de S. Exª quando ele diz que a hipótese de incorporação ou fusão de partido, já prevista nas decisões do Tribunal Superior Eleitoral, na legislação e na proposta já aprovada por esta Comissão, na verdade, também modifica a composição original das Casas legislativas em relação ao resultado da eleição. O resultado da eleição estabelece determinada composição, e, depois, ocorre a fusão e a incorporação de partidos, e aí há uma nova configuração partidária, posterior à eleição.

Creio que a criação de novo partido obedece à mesma lógica. Se há a possibilidade de se criar novo partido mediante a fusão e a incorporação, por que não legitimar igualmente a criação de um novo partido a partir de uma iniciativa própria, de uma iniciativa inédita? Caberá, depois, ao eleitorado julgar se as razões pelas quais os partidos incorporaram uns aos outros ou pelas quais os partidos novos foram criados são razões legítimas, são razões justificáveis do ponto de vista do interesse público e do ponto de vista programático ou não.

Desse modo, acompanho a posição do Senador Petecão, afastando-me dessa maneira residual, tópica, da posição do Senador Demóstenes Torres, cujas posições, em geral, acompanho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os partidos políticos surgiram, como todos sabemos, para diferenciar as pessoas, para diferenciar as ideias, para diferenciar as ideologias. Os Partidos *Whig* e *Tory*, da Inglaterra, na revolução gloriosa, surgiram com essa finalidade. Hoje, os partidos políticos não têm mais essa conotação, com todo o respeito. Hoje, não existe mais isso; o que existe é um ajuntamento de pessoas que não debatem ideologia, não debatem programa, não debatem conteúdo. Digo isso sem querer generalizar, mas fazendo aqui a ressalva, com raríssimas exceções.

Impedir que a criação de novos partidos permita a transferência do parlamentar para um novo partido, parece-me, é demais diante da possibilidade de se legislar para o futuro. Nós não sabemos que ideias serão criadas amanhã, que posições ideológicas serão manifestadas através da evolução da história.

Sr. Presidente, penso que os partidos políticos não têm problema. O que nos traz transtornos são as pessoas que fazem parte dos partidos políticos que não têm conteúdo político e ideológico.

Digamos que surja uma nova posição político-ideológica no Brasil. Sim, aqui, existem 35 partidos, 40 partidos. Existem países em que há 100 partidos e países em que há 200 partidos políticos. Isso não pode ser obstáculo; obstáculo é a...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª me concede um aparte, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com todo o respeito e para a minha honra, concedo um aparte a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª diz, com muita razão, que existem países com 200, 300 partidos. Não há lugar no mundo em que seja mais fácil fundar um partido político do que nos Estados Unidos. Lá não há Justiça eleitoral. Nós, que estamos reunidos aqui, nesta sala, se decidirmos criar um partido, vamos ao cartório comum, assinamos, e está criado um partido político. Mas há gente que pensa que, nos Estados Unidos, não há partido comunista; lá há mais de dez partidos comunistas. Se está criado o partido, este tem de se virar até crescer. Aqui, no Brasil, cria-se um partido político com direitos, com garantias, com espaço eleitoral, com programa de televisão, e aí é que está o problema. Então, a gente podia legislar, permitir, liberalizar a organização do partido político, mas este é que vai se virar. Cria-se o partido, que, depois, tem de fazer força para crescer.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª me concede um aparte, Senador Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB –RS) – O partido não pode nascer com todo o poder, como acontece aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É um aparte do aparte. Apenas quero fazer uma correção.

O que eu e, acredito, o Senador Aloysio defendemos, Senador Simon – agradeço ao Senador Pedro Taques –, é a não perda do mandato quando a pessoa participar da criação de um novo partido político.

Em relação a fundo partidário, a tempo de televisão, é o que prevê a lei: apenas a partir do momento em que esse mandato for legitimado nas urnas. O que estamos garantindo aqui é a possibilidade de o parlamentar migrar para um partido recém-criado ou participar da criação de um partido político com o seu mandato, preservando o tempo de televisão e o fundo partidário aos partidos que o originaram.

Portanto, para ficar bastante claro, é algo que me parece, se não ideal, razoável, já que, como eu disse aqui, a fusão e a incorporação são permitidas para a manutenção do mandato. Dessa forma, é absolutamente natural um tratamento isonômico também para aqueles partidos que venham a ser criados, sem, contudo, permitir que o tempo de televisão e o fundo partidário migrem, porque eles pertencem, a meu ver, como prevê a lei, a decisão do TSE, aos partidos que o originaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Pedro, o senhor me concede um aparte, por gentileza?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Serei breve.

A minha preocupação – e acho que é nesse sentido que o Senador Simon nos alerta – é não criarmos, mais do que já está, Senador Simon, no Brasil, um caos programático, um caos da flexibilização ideológica, o suprassumo da flexibilização ideológica. E já estão ressalvadas um pouco as devidas proporções, não é? O partido, antes, era contra a reforma da previdência; hoje, já é a favor da reforma da Previdência. Mas não podemos aprofundar essa perspectiva. Essa é minha preocupação.

Nesse sentido, parece que existe uma profunda diferenciação, com todo respeito aos meus queridos Aloysio Nunes e Aécio, entre fusão ou incorporação e criação. Na fusão ou incorporação, prevê-se a possibilidade concreta de dois partidos que têm identidade programática se fundirem. A criação de um novo partido, claramente, via de regra, é alternativa de fuga programática, é alternativa política, é alternativa eleitoral.

Então, a minha preocupação é esta: criarmos mais do que já existe em nosso sistema partidário, um caos programático, um caos de mudança de posições.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu fico imaginando, Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E se o sujeito for com a roupa do corpo, sem tempo de televisão?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Fico imaginando o que seria o PSOL, por exemplo, com a sua criação. Mas a ideia de que, na fusão, há a soma de duas vontades, Freud já derrotou lá para trás, há muito tempo. Você cria uma nova vontade com a junção de duas vontades, não uma fusão. Existe isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E devo também dizer que, às vezes, a contradição cria coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Taques, no caso do PSOL, é um claro exemplo da linha B proposta pelo Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já encerro, já encerro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª concedeu apartes demais. As-

sim, vamos ficar aqui o dia todo. Quero ouvir V. Exª. Há mais oradores inscritos.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe-me. Eu quero dizer que vou caminhar junto ao neojurista Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Neojurista Petecão.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e ao Senador Valadares. Depois, vou encerrar a discussão e colocar a matéria em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido também. Quero dizer que sigo na direção também da emenda do Petecão. É preciso dar liberdade à criação de partidos. E o que estamos discutindo aqui é a manutenção dos mandatos em partidos novos criados. Essa possibilidade deve pré-existir, a legislação hoje prevê isso. Isso deve ser mantido. Portanto, vamos encaminhar favoravelmente à emenda do Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá, pela síntese.

Concedo a palavra ao Senador Valadares. Depois, eu a concederei ao Senador Alvaro Dias e vou colocar a matéria em votação.

Senador Valadares, tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, respeito a opinião do Senador Demóstenes e também a opinião de outros Senadores, inclusive a do Pedro Simon, de que a proliferação de partidos políticos cria muitas dificuldades para a normalidade democrática e, inclusive, para a governabilidade. É difícil para um Presidente da República fazer acordos políticos, como faz a atual Presidenta da República, com mais de 17 partidos que constituem a base do Governo. Se houvesse uma redução desse número, seria muito melhor para a execução dos projetos do Governo, para uma negociação mais seletiva.

Entretanto, a nossa lei, a nossa Constituição prevê o pluripartidarismo. Não há proibição expressa de que haja dez, quinze, quarenta ou cinquenta partidos. A Constituição fala que é livre a criação de partidos políticos. Sendo assim, diante dessa realidade constitucional, nada podemos fazer, a não ser que façamos uma restrição, que já foi tentada. O próprio Supremo já decidiu – naturalmente, o Congresso, em última instância, pode resolver – que a cláusula de barreira seria a solução adequada, ou a cláusula de desempenho, para evitar a multiplicação de siglas partidárias, muitas das quais são apenas siglas de aluguel que são vendidas durante o período eleitoral para que haja o aumento do tempo de televisão dos grandes partidos.

Por isso que, do ponto de vista constitucional, a emenda do Senador Petecão tem inteira procedência. Eu não gostaria que fosse assim. Eu gostaria que houvesse restrição à criação de partidos.

Por isso, na esteira do que falaram aqui vários Senadores, inclusive o Senador Aécio e o Senador Aloysio Nunes, estou inteiramente de acordo com o pronunciamento desses Senadores, lamentando que não possa acompanhar a opinião do meu querido amigo Senador que, ontem, foi homenageado nesta Casa pela sua competência, pelo seu brilho, pela sua coerência e honradez, que é o Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo e último orador inscrito é o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

Em seguida, vou colocar a matéria em votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não vou usar trinta segundos, Sr. Presidente. Quero acompanhar os meus colegas de partido que já se manifestaram e dizer que a questão não é o número de partidos. Nos Estados Unidos, são mais de 90 partidos. São partidos constituídos para defender causas, para empalmar determinadas bandeiras, nem sempre para disputar eleições. O que se deve estabelecer é rigor em matéria de legislação eleitoral, exatamente para evitar os abusos, os desvios, a corrupção eleitoral e a infidelidade em relação ao voto obtido junto ao eleitor.

Nesse caso, acompanho a emenda do Senador Petecão, com o Senador Aloysio e com o Senador Aécio, que já fizeram referência a respeito.

E me parece, Sr. Presidente, que, a exemplo do que diz o Senador Pedro Simon, fica muito difícil gerar falsa expectativa em relação à reforma política. Como ele, tenho dificuldade em relação a esse assunto. Não sou pessimista, e ele também não o é, mas a realidade nos ensinou que é muito difícil assumir aqui, diante da opinião pública brasileira, a condição de crentes numa reforma política que confira ao País um novo modelo, compatível com as aspirações nacionais. Isso fica muito difícil, em razão daquilo a que assistimos no atual Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação, a emenda do Senador Petecão, que tem parecer contrário do Senador Demóstenes Torres.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Demóstenes Torres contra a emenda do Senador Petecão permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Rejeitado o relatório do Senador Demóstenes Torres.

Vou designar o Senador Aloysio Nunes, sem mais discussão da matéria, apenas para relatar o vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes, para relatar o vencido.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero só fazer um registro. Eu queria agradecer ao Senador Pedro Taques pelo título de neojurista Petecão. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes, V. Exª tem a palavra para fazer o relatório do vencido, tendo votado contra. V. Exª é o relator da matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador Aloysio, juro que eu nunca imaginaria que V. Exª daria esse voto. Achei que V. Exª estivesse do lado de cá. A vida reserva surpresas. E esse PSD foi complicado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes, V. Exª tem a palavra, designado pela Mesa para dar o voto do vencido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu voto com a Emenda Petecão e proponho esse entendimento à Comissão por entender que há absoluta similitude tanto na legitimidade da criação de um novo partido quanto na fusão e incorporação de partidos já existentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovada a Emenda nº 2, de Plenário, com parecer do Senador Aloysio Nunes, pelo voto do vencido, a matéria vai ao plenário do Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E fica marcada para amanhã a primeira reunião da fundação do novo partido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não será para a fundação de novo partido, mas, amanhã cedo, às 8h30, faremos audiência pública aqui, para debatermos uma matéria extremamente importante, que é a questão da segurança pública.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu também queria convidar os companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós não acabamos ainda, temos de discutir várias outras matérias.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu queria dizer aos companheiros que têm alguma dúvida que podemos nos reunir amanhã para pensar em fundar também um novo partido. Acho que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu, como V. Exª, nasci no PMDB, tenho 43 anos de PMDB e vou morrer nele.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Essa matéria é advinda da Presidência da Comissão presidida pelo Senador Dornelles.

O Senador Dornelles pede a palavra. O Relator tem preferência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, cedo ao Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª tem a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu pediria ao Senador Romero Jucá, por ser a matéria mais importante da área de reforma política...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço licença a V. Exª para dizer que ainda existem matérias a serem votadas, matérias importantes, da relatoria do Senador Alvaro Dias.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Acho que essa matéria que muda o sistema eleitoral é a matéria mais importante da reforma política. Desse modo, eu gostaria de pedir vista. Ou pediria ao Senador Romero Jucá que a retirasse de pauta, para que nós pudéssemos, em outra sessão, examiná-la com maior cautela.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, realmente, o Senador Dornelles tem razão. É uma matéria importante. A proposta é uma PEC de voto em lista. Estou apresentando um voto substitutivo não concordando com o voto em lista, trazendo de volta a proposta do voto majoritário, que é outra questão a ser discutida também. Então, na verdade, se fosse possível, eu gostaria de retirar de pauta, até para conversar com os partidos, conversar com as lideranças, para que pudéssemos, efetivamente, num tempo apropriado, discutir essa matéria, que é uma

matéria de profundidade, de fôlego, que precisa da participação de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu a retiro de pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não se concede vista da matéria, porque a matéria está sendo retirada de pauta antes da leitura do relatório. Então, não há pedido de vista.

Senador Romero Jucá, peço a V. Exª que faça esse entendimento, porque há o compromisso da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça de encaminhar todas essas matérias para as finalizarmos no plenário do Senado Federal, e, como essa matéria da reforma política é a última matéria aqui pendente, não quero que amanhã alguém possa dizer que esta Comissão não cumpriu seu papel constitucional de analisar as matérias importantes para o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero somente expressar uma preocupação, Sr. Presidente, em relação a essa matéria. V. Exª disse que está sendo retirada de pauta, ou seja, não houve pedido de vista. Eu estava pedindo vista e pensava que o encaminhamento estava sendo nesse sentido, porque minha intenção era a de apresentar um voto em separado, uma nova proposta em relação a essa matéria. Havendo pedido de vista, ela voltaria aqui na semana que vem. Não havendo pedido de vista, abre-se a possibilidade de pedido de vista quando a matéria entrar na pauta semana que vem. Estou preocupado também com a celeridade que V. Exª está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pedido que faço ao Senador Romero Jucá é no sentido de que, já que ele pede para retirar a matéria para fazer o entendimento, não haja o voto em separado de V. Exª, de que faça o entendimento, se possível, com V. Exª, para que aqui possamos dar a celeridade necessária a essa matéria, celeridade que V. Exª também defende.

Então, há aqui ainda um item extrapauta, que entendo eu ser uma matéria extremamente importante, e o Brasil inteiro deve estar nos assistindo agora, esperando essa matéria.

Essa matéria – eu me comprometi com o Senador Alvaro Dias que a colocaria extrapauta – acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor que o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, apenas por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no *caput* do art. 98 do ADCT o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional de nº 41/2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores. Isso é o que diz o art. 1º da PEC.

Todos os entes federados citados procederão, no prazo de 180 dias da entrada em vigor da Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 01/01/2004, com base na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com efeitos financeiros a partir da data da promulgação da Emenda Constitucional. Esse é art. 2º da PEC.

Essa é a PEC nº 5, que não é terminativa, e estou colocando-a extrapauta, por um compromisso com o Senador Alvaro Dias e com várias pessoas que me procuraram nesse sentido.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Autoria: Deputada Andreia Zito e outros.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: favorável à Proposta, com duas Emendas, de redação, que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para fazer a leitura do seu relatório. Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. A nossa homenagem a V. Exª pela eficiência com que tratou dessa matéria, que é absolutamente prioritária.

Minas homenagens também à Deputada Andreia Zito pela oportunidade da apresentação dessa Proposta, da qual V. Exª já fez a leitura e que tem por objetivo aperfeiçoar a legislação vigente, em razão de uma injustiça que remanesce da Emenda Constitu-

cional nº 41/2003. Portanto, já são mais de sete anos de prejuízos, considerando, inclusive, que inúmeras decisões judiciais em desfavor da União acarretaram desperdício de tempo e de dinheiro.

O que se pretende corrigir, sobretudo, é a injustiça que afronta o princípio da isonomia, oferecendo um tratamento prejudicial aos aposentados por invalidez.

É estranho que a legislação trata com muito rigor o aposentado por invalidez, colocando-o em posição inferior àquele que se aposentou com saúde, que não foi vítima, por exemplo, de um acidente de trabalho.

A Emenda nº 41, de 2003, desconsiderava completamente servidores que já tinham tempo acima dos requisitos exigidos por algumas regras impostas, mas que não atendiam aos requisitos de tempo mínimo de contribuição necessário e de idade, que, sendo acometidos de alguma doença grave, tiveram ou terão seus proventos reduzidos, em virtude da proporcionalidade a eles imposta, sem garantia da paridade. Trata-se de servidores que ingressaram no serviço público em data anterior à Emenda nº 20, ou seja, até 15 de dezembro de 1998, e que, por medida de justiça, deveriam ter sido contemplados com as garantias ora propostas.

Portanto, Sr. Presidente, o que se pretende é oferecer paridade, aposentadoria com valor integral, equiparando os aposentados por invalidez aos demais. Portanto, trata-se do direito de se aposentar por invalidez com integralidade, do direito de os servidores públicos receberem proventos equivalentes à sua última remuneração e da paridade, da vinculação permanente entre os proventos de aposentadoria e a remuneração da atividade, com extensão aos inativos de todas as vantagens concedidas aos ativos.

Creio que posso deixar de ler o relatório, porque sinto que há consenso. É a correção de uma injustiça, para eliminar essa afronta ao princípio da isonomia, para considerar o ser humano, para valorizar o servidor público, especialmente aquele que foi obrigado a se aposentar por invalidez.

O apelo que faço, Sr. Presidente, portanto, é o de dispensar a leitura do relatório, para que possamos aprová-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pedem a palavra os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço e José Pimentel.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero enaltecer essa emenda constitucional, registrar a importância e a justiça que ela faz, registrar o excelente relatório do Senador Alvaro Dias e também registrar que a Liderança do Governo vai encaminhar favoravelmente à aprovação desse texto, que faz justiça a milhares de brasileiros. Sem dúvida, é uma PEC importante, que registra a condição da previdência brasileira de atender a seus segurados.

Portanto, somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra para discutir a matéria ao Senador Ricardo Ferraço.

Estou colocando essa matéria extrapauta, pela importância que ela tem para as pessoas que se aposentaram, infelizmente, por invalidez permanente.

O Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela decisão de incluir extrapauta esse tema, ao mesmo tempo em que cumprimento a Deputada Andreia Zito e o eminente Senador Alvaro Dias. Estamos resgatando, de certa forma, um débito que o Estado brasileiro tinha com esses brasileiros e com essas brasileiras. Com a votação desse projeto, estamos, nada mais nada menos, fazendo justiça a esses brasileiros. Desse modo, acompanho esse brilhante e competente parecer do eminente Deputado Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Alvaro Dias. Foi o que eu disse, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O senhor disse “Deputado”.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perdão! É o Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço, pela correção.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero também parabenizar o Relator da matéria e registrar que esse tema foi aprovado em 1998, na Emenda nº 20. Na Emenda nº 41, de 2003, fizemos algumas correções; na Emenda nº 47, de 2005, avançamos um pouco mais; agora, estamos recuperando uma matéria pendente que vem de 1998, a Emenda nº 20.

Portanto, votaremos favoravelmente e queremos que ela seja aprovada no menor tempo possível no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Rapidamente, cumprimento V. Exª, que teve a sensibilidade em relação à importância do tema, e o Senador Alvaro, pelo relatório. Manifesto o desejo de que seja aprovada essa PEC o mais rapidamente possível, para que fique resolvida essa situação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente felicito o nobre Relator, Senador Alvaro Dias, pela justiça que está fazendo aos nossos aposentados, que foram atingidos por uma legislação pela qual não esperavam no decorrer dos direitos que estavam usufruindo.

Portanto, nosso voto, representando o PSB, é favorável, com aplausos ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, o último Senador inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Rapidamente, no mesmo sentido, cumprimento o Senador Alvaro Dias. Essa PEC repara uma injustiça histórica com esses servidores. Que, o quanto antes, nós a aprovemos aqui e a encaminhemos ao Plenário, para que a votemos, o quanto antes, em dois turnos, porque, pelo tamanho dessa injustiça, não há muito que ser falado, a não ser repará-la.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, Deus me deu algumas oportunidades na vida. Há um ano, eu tive um problema pessoal, familiar. Ontem, fez exatamente um ano que houve o acidente da minha segunda filha. Mas, ontem, quando se completou um ano do acidente, Deus me deu a compensação: ela está recuperada. Tive a oportunidade, dada pelos meus Pares do Senado, de ser novamente o Relator da segunda versão da lei que vai beneficiar várias famílias de pequenos e microagricultores sofridos do Nordeste brasileiro. Tive a honra de ser o Relator da matéria.

Hoje, tenho a honra de presidir esta reunião e de colocar extrapauta uma matéria como essa, que vai reparar outra injustiça, da mesma forma que os juros pagos pelos pequenos agricultores do Nordeste brasileiro, que não têm renda para pagar o tamanho da parcela de juros, e conseguimos resolver isso ontem no Senado. Hoje, Deus me dá novamente a oportunidade de estar aqui e de reparar a injustiça cometida com as pessoas aposentadas e que estão se aposentando por invalidez permanente.

Então, agradeço a V. Exªs e a Deus por essa oportunidade em uma data em que eu poderia estar muito triste. Ontem, fiquei muito feliz com a aprovação dessa matéria e, hoje, com a aprovação dessa matéria extrapauta. Agradeço a V. Exª, designado como Relator, pela rapidez e pela forma como apresentou esse relatório, aplaudido por todos os membros desta Comissão.

Vou colocar a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado, à unanimidade dos presentes, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria vai a plenário.

Vou requerer regime de urgência e, para isso, peço a aprovação de todos os Srs. Senadores. Desculpem-me. Ela já está em regime de urgência.

Então, a matéria está aprovada.

Agradeço ao Senador Alvaro Dias e o parabenizo pelo relatório.

Agradeço a todos os Srs. Senadores, que, à unanimidade, votaram favoravelmente à matéria.

Ainda há requerimentos sobre a mesa.

Há um requerimento do Senador Ricardo Ferraço, por sugestão do Senador Armando Monteiro, com a substituição de quatro membros convidados...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª vai votar o projeto do Senador Pedro Taques ainda?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O do Senador Pedro Taques não está na pauta de hoje. Na próxima semana, nós o colocaremos em pauta.

Senador Alvaro Dias, como me ensinou o Senador Dornelles, que não está mais aqui, não dá para fazer duas coisas extrapauta no mesmo dia, pela mesma origem. A matéria nem está aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Na próxima semana, na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima semana, ela estará pautada, atendendo ao Senador Pedro Taques e a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em homenagem ao Pedro Taques, Sr. Presidente, se possível, esse será o primeiro item da pauta da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Colocaremos a matéria em discussão na próxima semana.

Há um requerimento do Senador Ricardo Ferraço:

> "Requeiro a V. Exª, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99, de 2011, da CCJ, a substituição, para a audiência pública em questão, do Sr. Fernando Blumenschein, economista e coordenador de

projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, pelos juristas Luís Roberto Barroso e Roque Carraza."

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Não vamos retirar o nome de Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda! Não tem sentido isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Nelson Barbosa fala pela área econômica. Nós vamos tirá-lo para botar alguém...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu também acho. Sinceramente, eu acho que o Secretário Nelson Barbosa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nada tenho contra o da Fundação Getúlio Vargas, mas Nelson Barbosa é fundamental, porque ele fala pela área econômica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu também acho, mas esse é o requerimento. Acho que é fundamental a presença dele aqui, para ouvirmos o que tem a nos dizer o Ministério da Fazenda. Ele é que vai falar pelo Governo e pelo Ministério da Fazenda sobre essa matéria. Mas é um requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Eu posso fazer uma concessão aqui, pela Mesa. Nós substituiríamos apenas o da Fundação Getúlio Vargas por outro nome e manteríamos o nome de Nelson Barbosa e incluiríamos o nome de V. Exª como segundo nome.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Os dois nomes. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os dois nomes de V. Exª, substituindo apenas um e deixando apenas o nome do Dr. Nelson Barbosa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mantemos a inclusão dos dois nomes que estou propondo e...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dos dois nomes, não. Exclui-se um, incluem-se os dois, e se mantém o Nelson Barbosa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está o.k.? (*Pausa.*)

Então, coloco o requerimento em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o Requerimento apreciado:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012-CCJ

"Requeiro a V. Exª, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99 de 2011-CCJ, a substituição, para a Audiência Pública em questão, do Sr. Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV – pelo jurista Luis Roberto Barroso e inclusão do jurista Roque Carraza."

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Chegou à Mesa o requerimento do Senador Armando Monteiro, que pede para, nos termos do Regimento Interno, instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298 – Lei Complementar, que estabelece normas gerais sobre os direitos e garantias do contribuinte, com a participação dos seguintes convidados – como é o Relator da matéria, o Senador disse que, para instruir a matéria, para fazer o relatório, é necessário essa audiência pública –: os Srs. Ives Gandra da Silva Martins, Humberto Bergmann Ávila, Márcio Olívio Fernandes da Costa, Glauco José Corte, Carlos Alberto Barreto e Andrea Calabi.

Será instruído, repito, o Projeto de Lei do Senado nº 298, de relatoria do Senador Armando Monteiro.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a audiência pública requerida pelo Senador Armando Monteiro.

É o seguinte o requerimento apreciado:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012 – CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298/2011 – Complementar, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte com a participação dos seguintes convidados: ***Ives Gandra da Silva Martins –*** *advogado, jurista e Professor Emérito da Universidade Mackenzie e da Universidade Paulista. Especialista em Direito Tributário;* ***Humberto Bergmann Ávila*** *– Professor Titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Direito Tributário pela Universidade de Munique, Alemanha;* ***Márcio Olívio Fernandes***

da Costa *– Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte – CODECON de São Paulo;* ***Glauco José Corte –*** *Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC);* ***Carlos Alberto Barreto*** *– Secretário da Receita Federal;* ***Andrea Calabi*** *– Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo."*

Autoria: Senador Armando Monteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estamos concluindo a nossa reunião. Eu queria indagar a V. Exª se, para a audiência pública destinada a tratar da PEC nº 15, a PEC dos recursos, já há programação ou calendário definidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já há data marcada para três audiências públicas: duas delas são destinadas a tratar dessa matéria, e a outra foi requerida pelo Senador Randolfe Rodrigues. Na sequência, vamos marcar a audiência destinada a tratar da PEC nº 15. Há um compromisso assumido com o Senador Aloysio Nunes e com V. Exª nesse sentido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria somente pedir um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A audiência pública de que V. Exª fala é a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a que V. Exª solicitou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Chegou à Casa o projeto de lei da Câmara de autoria da Presidência da República que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Fupresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivo da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Essa matéria está em regime de urgência constitucional. Conversei com o Senador José Pimentel. Essa matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com os arts. 122, II, *b*, e 375, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Conversarei, obviamente, com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e com o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para que, nessa matéria, haja um único Relator. Estou, neste momento, designando o Senador José Pimentel.

O Senador José Pimentel já conversou comigo, e quero apenas confirmar que S. Exª está sendo designado pela Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser o Relator dessa matéria. Obviamente, como essa matéria tramitará em conjunto com outras Comissões, falarei com os dois outros Presidentes, para que S. Exª possa ser o único Relator nas três Comissões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela mediação. Aceito a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está designado Relator do projeto que estabelece os fundos instituídos pelo regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.

Comunico ainda às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão e da Subcomissão de Segurança Pública, presidida pelo Senador Pedro Taques, que, amanhã, às 08h30, estaremos aqui reunidos em audiência pública. Além de buscar discutir os problemas atuais de segurança pública do País e as leis penais do País, vamos buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto e de iniciativas legislativas a serem tomadas por este Colegiado.

Contaremos com a presença das seguintes autoridades convidadas: Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Presidente da Comissão de Juristas que tem a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal a ser submetido aos senhores nesta Comissão e, evidentemente, ao Plenário do Senado; Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Relator da Comissão de Juristas com a

finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal; Antonio Nabor Areias Bulhões, membro da Comissão de Juristas; Emanuel Messias Oliveira Cacho, advogado e membro da Comissão de Juristas que tem a finalidade de elaborar o anteprojeto do Código Penal; Dr. Gamil Föppel El Hireche, advogado e membro da Comissão de Juristas; José Muiños Piñeiro Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Juristas; Drª Luiza Nagib Eluf, Procuradora de Justiça do Estado de São Paulo e membro da Comissão de Juristas; Dr. Marcelo André de Azevedo, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás; Dr. Marcelo Leal Lima Oliveira, membro da Comissão de Juristas; Dr. Marcelo Leonardo, membro da Comissão de Juristas; Dr. Técio Lins e Silva, advogado e membro da Comissão de Juristas; Dr. Tiago Ivo Odon, Consultor Legislativo do Senado Federal; e Dr. Vantuir Francisco, Presidente do Colegiado Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Portanto, todos os Srs. Senadores, além dos membros da Subcomissão presidida pelo Senador Pedro Taques, estão convidados para amanhã, às 8h30, começarmos a debater matéria importante que vai disciplinar as relações da sociedade brasileira, que é o Código Penal.

Convoco, convido e solicito a presença de todos os senhores para fazermos a abertura amanhã desse grande debate, mais um dos grandes debates nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e invoco as bênçãos de Deus.

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque** e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Kátia Abreu, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, João Capiberibe, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Magno Malta e João Ribeiro. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que "Institui a Bolsa-Artista". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 6: Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "Denomina Museu Histórico Senador Itamar Franco o Museu Histórico do Senado Federal". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer favorável é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que "Torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos materiais didáticos distribuídos pela União às redes públicas de educação básica em todo o País e proíbe a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais em qualquer material didático utilizado nessas redes de ensino". O relator designado é a Senador Anibal Diniz e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 10: Requerimento nº 5/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que requer "... nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com a finalidade de debater com especialistas a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica. Para tanto, indico como convidados: João Batista Araujo e Oliveira – PhD em Educação e Diretor-Presidente do Instituto Alfa e Beto; Ilona Lustosa – Diretora-Executiva da Fundação Lemann; Paulo Lousana – PhD, Consultora em Educação; Francisco Soares – PhD, professor-aposentado da UFMG, especialista em avaliação e medidas educacionais; Guiomar Namo de Melo – PhD, especialista em formação de professores e currículo; Osmar Nina Neto – Matemático, autor de livros sobre Matemática e Ensino de Matemática, responsável pela área de Tecnologia Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Mariza Abreu, ex-Secretária de Edu-

cação do Estado do Rio Grande do Sul, ex-assessora parlamentar da Câmara dos Deputados". O Requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 6/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Armando Monteiro, que requerem "... em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Armando Monteiro, que propõe audiência pública para discutir proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica, sejam acrescentados à lista de convidados para participar dos debates o Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, e o Secretário de Educação Básica, do Ministério da Educação". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Comunicado da Presidência:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que a partir de março de 2012 o Instituto Legislativo Brasileiro, em parceria com esta Comissão, irá fazer a cobertura e a divulgação dos trabalhos deste colegiado, dando maior visibilidade aos projetos, medidas e ações voltadas para a área de educação e formação profissional. O Instituto Legislativo Brasileiro trabalha para a capacitação dos servidores e modernização do Poder Legislativo em todas as suas esferas. Oferece cursos presenciais e utiliza plataforma de educação a distância para levar cursos e aperfeiçoamento profissional aos servidores de órgãos conveniados e cidadãos dos mais distantes municípios brasileiros. O Instituto conta com uma central de produção de programas educativos e vídeos institucionais veiculados no Canal ILB – disponível na página Educação – portal do Senado Federal e este será mais um canal de acessibilidade para os cidadãos se informarem acerca das ações e diretrizes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2011; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2011 e Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) –Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Quero iniciar esta reunião lendo um comunicado.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que, a partir de março de 2012, o Instituto Legislativo Brasileiro, em parceria com esta Comissão, irá fazer a cobertura e a divulgação dos trabalhos deste Colegiado dando maior visibilidade aos projetos, medidas e ações voltadas para a área de educação e formação profissional.

O Instituto Legislativo Brasileiro trabalha para a capacitação dos servidores e modernização do Poder Legislativo em todas as suas esferas. Oferece cursos presenciais e utiliza plataforma de educação à distância para levar cursos de aperfeiçoamento profissional a servidores de órgãos conveniados e cidadãos dos mais distantes Municípios brasileiros.

O Instituto conta com uma central de produção de programas educativos e vídeos institucionais veiculados no canal ILB, disponível na página Educação, portal do Senado Federal. E esse será mais um canal de acessibilidade para as cidadãs e cidadãos se informarem acerca das ações e diretrizes desta Comissão.

Vamos à pauta.

O Item 1 tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2011

– Terminativo –

Institui a Bolsa-Artista.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações: *1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.*

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de encaminhar no sentido de nós retirarmos de pauta este item, em primeiro lugar porque se trata de uma proposição que seria terminativa na nossa Comissão e não temos

quorum ainda, e, em segundo lugar, porque estamos em negociação para sanar algumas dificuldades que o projeto contém.

Por isso, para que pudéssemos ter oportunidade de aprová-lo integralmente numa próxima reunião, gostaria de solicitar a retirada de pauta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – V. Exª tem a prerrogativa que pode fazer isso, e eu inclusive agradeço, tendo em vista que não temos quorum para um voto de projeto terminativo.

Na verdade, eu deveria começar pelo item 6. O item 3 é não terminativo, mas não está aqui o Senador Anibal Diniz, que é o Relator, e ainda não podemos pedir Relator *ad hoc*.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também gostaria de solicitar a palavra pela ordem a V. Exª, pois, como terei que me retirar para participar de uma reunião de Líderes, se for possível para V. Exª e para a Comissão, para pedir a antecipação da leitura do item 7, já que também sou Relatora e, assim, a votação por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Como não temos quorum, não será possível votar, mas sim, como praxe que tem sido seguida em diversas Comissões, a Senadora pode ler o seu parecer e votaremos na próxima reunião.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Posso iniciar?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pode. Antes, porém, gostaria de passar ao item 6, do Senador Pedro Simon. Pode ser?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Porque assim seguimos a ordem.

Vamos passar para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 39, DE 2011
– Não Terminativo –

Denomina Museu Histórico Senador Itamar Franco o Museu Histórico do Senado Federal.

Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Favorável

Observações:

1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final.

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/12/11, 7/2/12 e 14/2/12.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Senador Requião vai bem?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O Senador Requião vai bem, mas não pôde estar presente e pediu-me que o substituísse.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não é problema de saúde?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Bom, graças a Deus.

Sr. Presidente, fico emocionado por receber um projeto para relatar. É o primeiro neste ano. No ano passado, relatei três projetos. Este ano, um. A rigor, já fui para o museu. Nem os presidentes, nem os líderes... Não tenho qualquer chance de relatar um projeto. Tudo bem.

Esse projeto do Senador José Sarney dá o nome de Itamar Franco ao Museu Histórico do Senado. Acho que o projeto é muito justo e muito oportuno, pois presta uma homenagem ao Presidente Itamar, dando o nome da biblioteca do Senado.

Meu parecer é inteiramente favorável, Sr. Presidente, embora, na reforma administrativa, uma comissão da qual fiz parte e, depois, o estudo foi levado a zero, eu tenha procurado saber o que era o museu do Senado. Quem lê o capítulo no Regimento referente ao museu do Senado, constata que temos mais organização, mais estrutura, mais gente do que o museu da República. Mas ando por aí, vejo algumas peças do antigo Senado do Monroe, e fico a me perguntar se aquilo é o museu do Senado ou é coisa parecida. De qualquer maneira, já que se vai criar, nós vamos ter um museu, nós vamos ter uma polícia, quer dizer, tem gente que defende que temos de mudar a Constituição, devido à maneira que está organizada a nossa polícia. Devemos, na Constituição, dizer "as Forças Armadas se constituem da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Polícia do Senado", porque nossa organização é de primeira grandeza. Mas na polícia realmente é verdade, porque o que tem de organização, o que tem de gente é realmente impressionante. Fico impressionado, porque, no tempo da ditadura, não tinha nada disso. No tempo da ditadura, o cara entrava, saía. O máximo que eles faziam era as forças do Exército ficarem fora do Congresso, atacando lá fora. Aqui dentro não! Agora as entidades do Senado é que fazem o policiamento.

Mas como eu poderia votar contrário à homenagem ao Itamar Franco, uma pessoa pela qual tenho o maior respeito? Não tenho nenhuma dúvida de que, um dia, a história vai prevalecer. Fui líder do governo

Itamar Franco nesta Casa e desafio alguém que diga uma vírgula de equívoco, de erro praticado no governo Itamar Franco que não tenha sido punido. Ele demitiu uma Ministra dos Transportes, que eu não sei por que ele a tinha nomeado. Eu brincava: só porque era uma engenheira bonita? E ele até me perguntou: e você tem alguma coisa contra engenheira bonita? Respondi: Não, não tenho nada, mas queria saber por quê. Mas, dali a uma semana, ficou-se sabendo que essa engenheira era esposa do advogado da empresa que fazia o controle do trânsito da ponte Rio—Niterói. Ele demitiu-a na mesma hora.

Então, se há uma pessoa que merece respeito, carinho e amizade nesta Casa é o Senador Itamar Franco. É por isso que aceitei o projeto e, com o maior prazer, voto favorável, embora ache que há outras localizações mais importantes que podiam ter o nome do Itamar. Eu acho que ele merecia uma representação mais importante do que esta: Museu Itamar Franco. Podia ser pior. Podia ser arquivo Itamar Franco. Quer dizer, pelo menos ficou no museu, não desceu até o arquivo.

Então, sou favorável, embora, tenho certeza absoluta, Deus me perdoe, mas, conhecendo Itamar como eu o conheci, de que, se ele estivesse vivo, ele não aceitaria. Quer dizer, para o museu, não. Eu ainda estou moço para ir para o museu, ainda mais para um museu que a gente não sabe onde vai ser. Mas sou favorável, Sr. Presidente, e agradeço, com emoção...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...é o primeiro projeto do qual sou relator. Não sei quando vai ser o segundo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas o ano está começando agora.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade. Ou começa agora ou, então, só depois da festa de São João no Nordeste. Quer dizer, ou começamos agora, ou vamos ter que esperar a festa de São João.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O assunto está em discussão.

Algum Senador quer se pronunciar? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O nome do museu histórico do Senado será Museu Senador Itamar Franco.

Eu volto, agora, ao item 3, com a presença do Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador.

Eu gostaria de pedir a retirada de pauta deste item para uma negociação com o Ministério da Educação. Foi pedido. Item nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Perfeitamente. É uma prerrogativa do relator. Eu só quero ler qual é o projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2011

– Não Terminativo –

Torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos materiais didáticos distribuídos pela União às redes públicas de educação básica em todo o País e proíbe a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais em qualquer material didático utilizado nessas redes de ensino.

Fica, então, para a próxima sessão.

Passo, agora, ao item 10.

Os outros todos são projetos terminativos.

Trata-se de um requerimento feito pelo Senador Armando Monteiro.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

– Não Terminativo –

Requeiro nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com a finalidade de debater com especialistas a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica. Para tanto, indico como convidados: João Batista Araujo e Oliveira – PhD em Educação e Diretor-Presidente do Instituto Alfa e Beto; Ilona Lustosa – Diretora Executiva da Fundação Lemann; Paulo Lousana – PhD, Consultora em Educação; Francisco Soares – PhD, professor aposentado da UFMG, especialista em avaliação e medidas educacionais; Guiomar Namo de Melo – PhD, especialista em formação de professores e currículo; Osmar Nina Neto – Matemático, autor de livros sobre Matemática e Ensino de Matemática, responsável pela área de Tecnologia Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Mariza Abreu, ex-Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, ex-assessora parlamentar da Câmara dos Deputados.

O meu papel é apenas abrir o debate, mas quero manifestar, Senador, o meu total apoio a este requerimento. Eu acho que esse é um tema que precisamos debater.

De qualquer maneira, estão abertas as discussões.

O Senador Armando Monteiro quer usar a palavra?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu agradeço e, cumprimentando as Srªs e Srs. Senadores, quero dizer da importância, ao meu ver, de que o Senado possa discutir essa matéria, já que foi anunciado pelo próprio Ministério da Educação que está em elaboração uma proposta de criação de um currículo nacional único para a Educação Básica brasileira.

Esse é um assunto da maior relevância. Nós temos a compreensão de que as nações desenvolvidas, especialmente desde a divulgação dos resultados do Pisa, têm promovido importantes revisões e atualizações em seus currículos, pois entendem que esse é um instrumento central de competitividade e de formação dos cidadãos para um mundo cada vez mais dependente do conhecimento e cada vez mais interdependente. Isso torna inevitável incorporar os avanços de outros países, especialmente os mais avançados, como critério central na discussão de um currículo nacional.

No Brasil, inclusive, existe a previsão de uma integração dos currículos das escolas dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além disso, os parâmetros curriculares nacionais, criados em 1996, também refletem um esforço nessa direção.

Entretanto, a maior crítica dos especialistas é a de que as diretrizes de orientações hoje existentes ainda são muito abrangentes. Por essa razão, o Governo vê a necessidade de aprofundar esses princípios norteadores, no sentido de criar uma base curricular comum a todo o País.

Portanto, parece-me fundamental que o Senado e esta Comissão se preparem de forma antecipada à proposta do Governo, para que possamos contribuir nesse debate.

No intuito, então, de adquirir tais competências, é preciso que os Senadores possam acompanhar e participar desse debate, que exige a presença de especialistas.

Não sei, Presidente, se já seria próprio dizer que há um requerimento do Senador Ciro Miranda, do nobre Senador Ciro Miranda, em caráter de aditamento ao nosso, em que ele indica uma lista de especialistas, que seriam também incorporados a esse debate.

Então, de minha parte, quero também manifestar a minha concordância com esse aditamento do Senador Ciro Miranda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT — DF) – Ainda estamos no requerimento do Senador Armando Monteiro. Pergunto se algum Senador ou Senadora querem fazer uso da palavra e comentários. *(Pausa.)*

Não havendo, ponho-o em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado. E espero que possamos fazer a audiência o mais rápido possível, porque esse é um tema sobre o qual o Senado tem de pronunciar-se.

Agora, ponho em discussão o requerimento do Senador Ciro Miranda, que é um aditamento ao requerimento do Senador Armando Monteiro.

Como o Senador Armando Monteiro está de acordo, considero, então, esse requerimento subscrito pelos dois.

Requeiro, em aditamento ao requerimento de autoria do Senador Armando Monteiro, que propõe audiência pública para discutir proposta de criação do currículo nacional único para a Educação Básica, que sejam acrescentados à lista de convidados para participar do debate o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Algum Senador ou alguma Senadora quer pronunciar-se? *(Pausa.)*

Não havendo qualquer intenção de manifestação, coloco em votação.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Todos os outros são terminativos, e, como não há quorum e há diversas comissões em andamento, especialmente a de economia, da qual eu e o Senador Armando Monteiro somos firmes participantes, dou por encerrada esta reunião.

Amanhã, vamos ter uma reunião aqui, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante. Eu gostaria que o máximo de Senadores pudesse estar aqui, para debatermos o que o novo Ministro está pensando e propondo. A reunião será às 10 da manhã.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto

Requião e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antônio, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Kátia Abreu, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Zeze Perella, Romero Jucá, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Clovis Fecury, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Magno Malta e João Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/12-CE, de autoria dos Senhores Senadores Walter Pinheiro e Roberto Requião, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre os "Planos e Diretrizes do Ministério para os próximos anos". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, que registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor José Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do MEC; Senhor Luís Fernando Massonetto, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior; Senhora Cláudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Senhor Antonio Cesar Russi Callegari, Secretário de Educação Básica; Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário da Educação Superior; Senhor Luiz Cláudio Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Senhor Luiz Antonio de Mello Rebello, Chefe de Gabinete do Ministro; Senhor Rolf Hackbart, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais; Senhora Luciana Rocha Mancini, Chefe da Assessoria Internacional; Senhora Ana Carolina Rabello de Lucena Castro, Subchefe de Gabinete do Ministro e Senhora Isa Carneiro de Campos Lyra, Assessora. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Requião, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cássio Cunha Lima, Eduardo Suplicy (não-membro da Comissão), Lídice da Mata, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Ângela Portela, Ana Amélia, Lindbergh Farias (não-membro da Comissão), Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, solicita que a Secretaria da Comissão remeta às Secretarias Estaduais de Educação cópias em DVD contendo a íntegra da reunião. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às quinze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 1, de 2012, de minha autoria e do Sr. Senador Walter Pinheiro, convidando o Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a realização de audiência pública destinada a expor os planos e diretrizes do Ministério para os próximos anos.

Dando início à audiência pública, passo a palavra ao Ministro Aloizio Mercadante para fazer a sua exposição, pelo tempo que for necessário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião.

Para mim, é uma oportunidade muito especial e de significado relevante voltar a esta Casa, na condição de Ministro da Educação, nesta Comissão, que tem contribuído tanto para o debate da formulação das políticas públicas da educação no Brasil, e com Senadores, muitos, com quem convivi e todos que conheço, que têm se dedicado intensamente a essa agenda e a essa pauta.

A minha expectativa, Senador Requião, seria fazer uma apresentação abrangente sobre o conjunto das políticas públicas do Ministério, partindo do pressuposto de que educação é política de Estado, educação é continuidade, educação tem... Nós temos um

marco regulatório bastante consistente: a LDB, agora, o Plano Nacional de Educação, ao qual eu vou me reportar para encaminhar as principais diretrizes, as novas iniciativas que nós estamos estabelecendo no âmbito da Comissão.

Eu queria, antes, registrar, também, a presença do nosso secretário Henrique Paim, que é secretário executivo, já tem uma longa experiência – muitos de vocês o conhecem – e tem contribuído de forma muito significativa para o nosso trabalho no Ministério.

Eu queria saudar, também, o Masonetto, que é o nosso secretário que cuida da parte de regulação e de toda a supervisão do ensino das instituições particulares; a Cláudia, que é a secretária que cuida de toda a agenda da diversidade, campo, povos indígenas e toda essa multiplicidade de desafios da política educacional no País; o Amaro Lins, que está assumindo, agora, a Sesu, Secretaria de Supervisão do Ensino Universitário. Ele foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco, foi presidente da Andifes, é, agora, o nosso novo secretário.

Eu queria, também, registrar a presença da Carolina, da Cacá. Por tantos anos aqui, no Senado, agora está lá, emprestada, temporariamente, ao Ministério da Educação. O Luiz Rebello, também, é meu chefe de gabinete. Enfim, a Luciana, na Secretaria de Relações Internacionais; o Rolf, na parte da assessoria parlamentar; a Isa, secretária.

Enfim, nós temos uma equipe que volto a apresentar, porque tem muito gente. O MEC é meio grande.

Então, eu vou começar a apresentação e vou fazê-lo da seguinte forma: vou tomar a liberdade de apresentar da forma como eu gostaria que as aulas do ensino médio pudessem ser daqui a algum tempo, no Brasil.

Nós tínhamos, quando cheguei ao Ministério, um pregão eletrônico que foi feito, com uma disputa de 23 empresas, e o menor preço foi bastante competitivo.

Então, nós temos um equipamento, que é o *tablet* – esse é de sete polegadas e tem o *tablet* de 10 polegadas –, e esse projetor é digital, *Wi-Fi*.

Portanto, a nossa expectativa é de que o professor possa usar o *tablet* para preparar a sua aula, pesquisar na Internet o que ele deseja. Depois, ele prepara a aula e usa esse projetor para fazer a sua exposição em sala de aula, o que permite tanto uma aula pré-desenhada, que ele grava, ou, se ele quiser, usar em tempo real a Internet, para poder acessar as informações que ele deseja trazer para criar um ambiente mais criativo, mais inovador na sala de aula.

Esse é um instrumento que nós pretendemos implementar no ensino médio do Brasil, já a partir do segundo semestre deste ano.

Nós temos, aí, 52 mil escolas que possuem banda larga, acesso à banda larga – são, predominantemente, escolas urbanas –, e cerca de 56 mil escolas que têm o sistema já funcionando, um sistema de proinfo, que são equipamentos, computadores, já têm um processo de informatização. Trezentos e vinte mil professores já passaram por alguma formação na área de tecnologia da informação. Eu falarei isso mais adiante, mas vou tentar mostrar a nossa expectativa de usar novas tecnologias para melhorar a prática didática na sala de aula do Brasil.

Vou começar com as diretrizes do PNE. As diretrizes que estão aqui foram do projeto originário do Executivo. A Câmara está para votar, é muito importante que seja aprovado ainda este semestre o PNE, nós temos um calendário eleitoral, segundo semestre é mais difícil votar matéria dessa natureza, para que a gente possa ter uma diretriz abrangente para a educação no Brasil e as metas fundamentais para o período 2011-2020. Então estou usando a formulação originária do Executivo, que pode sofrer alterações.

Quais são as grandes diretrizes? Erradicar o analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades, melhoria da qualidade, formação para o trabalho, promoção e sustentabilidade socioambiental, promoção humanística científica e tecnológica, estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação com proporção do PIB, valorização dos profissionais da educação, difusão dos princípios de equidade e do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação. Esses são os princípios que deverão nortear o nosso processo.

Vou começar pela educação infantil. O que vem acontecendo na educação infantil? Nós temos a etapa de 0 a 3 anos, as creches, e 4 a 5 anos. Em 2000, nós tínhamos 9,4% das crianças em creches; em 2010, 23,6%. Na pré-escola, nós tínhamos 51%, chegamos a 80%. Por que é fundamental avançar na educação infantil? Porque a educação infantil permite uma pré-alfabetização, ela é indispensável para o processo de aprendizado, especialmente para a alfabetização e as primeiras contas. Quando a criança conhece o material didático, quando teve o primeiro contato com a sala de aula, com a sociabilidade, com o ambiente escolar, ela vem em melhores condições para o processo seguinte, que é o processo de alfabetização.

Nós temos agora para entre 2011 e 2014 que construir seis mil creches e pré-escolas. Em 2011, foram aprovados convênios com prefeituras de 1.507 no valor de R$1,5 bilhão. O Governo Federal paga o custeio do primeiro e a construção é financiada. Bom, não há problemas financeiros com esse programa. Quando assina o convênio, paga-se 30%, 20%. Quan-

do termina a licitação, o Governo antecipa 50% para iniciar a obra. Quando ele constrói metade da obra, já recebe 100% e quando constrói 80%, ele recebe todo o mobiliário antecipado. Então, o financeiro está muito adiante do método do processo de construção.

Onde está nossa dificuldade maior? O tempo de construção que as prefeituras estão tendo. O mercado da construção civil está muito aquecido, o processo licitatório dura em torno de seis meses e a construção tem demorado em torno de dois anos, dois anos e meio. É tempo demais para uma criança que está nessa fase de 0 a 3 anos ou de 5 anos. É o tempo da vida que ela precisaria estar na escola. Então o que estamos buscando fazer identificado esse problema? Estamos pesquisando novos métodos construtivos, para que possam ser oferecidos como alternativas aos prefeitos, governadores que desejarem. Seria uma alternativa de construção mais rápida, evidentemente testada pelo Inmetro, checada do ponto de vista da qualidade, para que se possa tentar resolver um problema, que é a lentidão do processo de construção. Nós não temos restrições financeiras, mas para atingir as metas estamos tendo dificuldades físicas, e elas não são menores.

Em relação ao ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 7 a 14 anos vem evoluindo positivamente nos últimos anos, chegou a 95,3% em 2009. No entanto, nós temos uma distorção. Nos anos iniciais, a evasão é muito pequena, nos anos finais a evasão é alta, 10%, mas nós temos uma defasagem na série idade, que é um grande problema. Qual vai ser o nosso foco prioritário no ensino fundamental? O foco prioritário no ensino fundamental é assegurar a melhoria da qualidade, o avanço de Ideb. Vejam que nos anos iniciais nós estamos tendo uma progressão bastante importante, as metas são ambiciosas, nós temos um grande desafio em termos de qualidade, mas nos anos finais ainda estamos com uma defasagem importante, em termos de qualidade do ensino.

Nós queremos aprimorar o Ideb, que é um exame nacional, Prova Brasil no quinto ano e na saída do processo e inclusive incluir avaliação de ciência, não só de português e matemática, mas colocar mais uma área de conhecimento no processo de avaliação, para que tenhamos um instrumento importante de avaliação no processo de aprendizado.

Agora onde está o maior desafio? O maior desafio está exatamente nas crianças não alfabetizadas com até 8 anos de idade. Eu quero aqui parabenizar o Paraná, em nome do Presidente Requião. Seguramente a sua experiência em três mandatos de governador deve ter contribuído decisivamente para esta meta espetacular: 4,9% de crianças não estão alfabetizadas no Paraná. Mas nós temos Estados da Federação, Estados pobres, com muito mais dificuldades logísticas e de formação com até 35%. Inclusive me despertou interesse muito significativo a experiência educacional do Paraná para verificar especialmente a formação de professores, que teve uma ênfase muito grande, material pedagógico e uma série de experiências educacionais. Esse resultado chama atenção.

Quero aqui, Governador Luiz Henrique, destacar Santa Catarina: 5,1%. Ou seja, é possível o Brasil pensar que essa perspectiva deve ser a perspectiva nacional.

O que é que estamos pensando para isso acontecer? Lançar o programa Alfabetização na Idade Certa, ou seja, colocar muita ênfase nesse programa, porque se você resolver o problema da alfabetização até os 8 anos de idade, essa criança vai evoluir, ao longo da escola, com todas as condições. Se ela não aprendeu a ler e a escrever, a distorção em dada série vai se apresentar e para gente fazer um programa de aceleração ou recuperar a defasagem é um custo muito elevado e nem sempre traz resultado assegurado. Muitas dessas crianças vão desistir da escola.

Então alfabetização tem que ser o foco fundamental da política educacional do Governo. Nós vamos jogar muita força nessa perspectiva. Para isso, materiais pedagógico selecionados com rigor, respeitando a autonomia do sistema de ensino, são várias as pedagogias e cada prefeitura e cada escola têm o direito de escolher o seu caminho, reforçar a formação continuada dos professores, fazer uma gestão pedagógica e monitoramente permanente, mobilizar a comunidade escolar, fazer avaliações no segundo e no terceiro ano. Por que no segundo, com 7 anos? Para verificarmos qual é o desafio para assegurarmos que até os 8 anos as crianças estarão alfabetizadas. A nossa ideia é conceder incentivos para escolas, para equipes que mais avançarem e apoiar as que têm mais dificuldades e articular e otimizar diversas ações e programas voltados para alfabetização e letramento.

Quero chamar a atenção para algumas experiências, por exemplo, a do Ceará, que é uma experiência muito rica nesse sentido. Foi uma experiência que começou em Sobral, hoje é uma experiência do Estado e é muito bem concebida do ponto de vista da articulação Estado/Municípios em um programa abrangente de formação e de estímulo à alfabetização na idade certa. Então esse é um dos programas prioritários que estamos concluindo e ao qual vamos dar muita ênfase.

Associado a esse programa, nós estamos pensando em lançar o programa Escolas sem Fronteiras, que é um programa inspirado no Ciência sem Frontei-

ras, sobre o qual falarei depois, aquele programa de bolsas de estudo de alunos no exterior. Qual é a ideia da Escola sem Fronteiras? Os professores que tiverem o melhor desempenho na alfabetização, o melhor desempenho na evolução do Ideb terão acesso a um programa especial de bolsa de estudo e de estágio. Ou seja, eles poderão ir para as melhores experiências educacionais no Brasil e inclusive no exterior como um incentivo à sua dedicação e aos seus resultados. Então faríamos um programa de bolsa de estudo para que esses professores possam se aperfeiçoar, especialmente no período das férias. Com isso, vamos criar uma motivação a mais, trazer novas luzes e ele pode ser uma liderança naquela microrregião sobre as práticas pedagógicas inovadoras que ele vai ter acesso e vai desenvolver. Portanto, Alfabetização na Idade Certa e o Escola sem Fronteiras são dois programas associados que estamos colocando como um dos grandes objetivos para o ensino fundamental.

Associado a isso, a Educação Integral. A Meta 6 do PNE é educação integral, ampliar os espaços e o tempo, a jornada escolar. A experiência internacional – Uruguai, Chile, França, Finlândia, Itália – mostra que a educação tempo integral faz uma diferença muito grande quando se olha a qualidade do ensino. Nós temos hoje 22% das escolas públicas caminhando nessa direção. No entanto, qual é o programa que permite isso? O Programa Mais Educação. O Mais Educação é um programa que tem aqueles dez campos complementares, são macrocampos. Pode-se complementar o território educacional da cidade com a escola, mais acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esportes, educação em direitos humanos, cultura, prevenção, educação econômica, enfim, tem-se um conjunto de atividades complementares. A rede fortalece a infraestrutura, a alimentação e o currículo integrado.

Em relação a esse programa, vamos dar também muita ênfase à nossa expectativa. A meta era 32 mil escolas de educação integral até 2014. Nós queremos atingir 30 mil já neste ano de 2012. Então, estamos dobrando a meta originária do Mais Educação para chegarmos em 2014 com duas vezes mais do que estava sendo previsto, que eram 32 mil escolas. Estamos, praticamente, tentando atingir a meta de 2014 já em 2012. Esse é um programa também que tem um significado muito especial para o processo de formação.

Um outro programa no qual estamos trabalhando é o Esporte na Escola. O Brasil vai ter Copa, vai ter Olimpíada. Temos que trazer esse espírito esportivo, a possibilidade de essa geração conviver com uma olimpíada no Brasil para criar esse espírito na juventude, para fomentar o interesse pelos esportes. Então, estamos fazendo uma parceria com o Ministério da Defesa e com o Ministério dos Esportes para realmente fortalecer toda a atividade esportiva da juventude a partir da escola, inclusive buscando organizar uma olimpíada estudantil, nacional, para várias modalidades, que gere esse interesse.

O Senador Requião, outro dia, por exemplo, falava-me da experiência que teve no Estado do Paraná com os festivais de cultura. Juntavam-se os jovens durante uma semana, eram vários dias, com várias atividades – teatro, música, cinema –, e mostrou o impacto que isso teve. Quer dizer, o esporte é algo que cria sociabilidade, que cria valores, que cria identidade, que permite motivação, que gera autoestima.

Então, nós precisamos dar mais ênfase ao esporte nas escolas. É prevenção às drogas, é prevenção à violência, é uma alternativa saudável, e o Brasil precisa discutir Copa e Olimpíada não só em relação ao estádio de futebol, ao hotel. Precisamos discutir sobretudo o que queremos que nossa juventude absorva dessa experiência histórica e que fique para sempre como valores do processo pedagógico e da escola brasileira. Portanto, estamos trabalhando com o Ministério da Defesa e com o Ministério dos Esportes esse programa, revendo algumas experiências que tínhamos no País, para focar na escola e jogar toda a força no esporte nas escolas.

Esse é um programa que já está concluído também; um programa que devemos apresentar já, formalmente, como a Presidenta gosta, na nona casa decimal, que é o Pronacampo, um programa para o campo brasileiro.

Qual é a situação do campo? Só tem 6,6% de alunos na educação infantil, só 67% na pré-escola, só 86,4% no ensino fundamental. Só 15,5% dos jovens no campo estão no ensino médio. Então, o campo tem um problema específico; e, além de ter um problema específico, o campo, hoje, é quem sustenta o nosso superávit comercial. Nós somos a segunda agricultura do mundo. Não faz nenhum sentido o Brasil não olhar para esses trabalhadores, para esses jovens, para essas famílias que estão no campo e ter uma política educacional específica. Não só o direito é essencial como é um desafio importante. Por exemplo, os materiais didáticos dos jovens do campo são o universo da cidade. Não basta a televisão com a novela. Quando ele chega à sala de aula, todo o universo cultural dele é a cidade.

Se não se levar as raízes do campo, a relação com o campo, se não se valorizar isso, nós vamos passar para um modelo de desenvolvimento, padrão americano – é a maior agricultura do mundo –, mas que tem 2% da população no campo. E o Brasil não precisa ser uma China, com 650 milhões de pessoas no campo,

mas nós precisamos estimular as pessoas a viverem no campo, ocupar o território com mais inteligência.

Quais são as nossas prioridades no Pronacampo: gestão e práticas pedagógicas; programa Escola da Terra, material didático e formação dos professores; programa de Escola para Quilombolas, material específico; programa Educação Integral mais educação nas escolas do campo, ligados a atividades como horta, como plantio de espécies nativas, como preservação de recursos naturais; Programa Nacional do Livro Didático voltado para o campo; uma biblioteca nacional para as escolas; o Pronatec Campo, que é formar ensino técnico profissionalizante para agricultura, para agroindústria, para máquinas e equipamentos agrícolas; educação de jovens e adultos, saberes da terra. Depois, a formação dos professores, a formação continuada, formação inicial e pós-graduação para professores que estão na atividade rural e recursos para infraestrutura. Nós vamos construir novas escolas, estamos fazendo um forte programa de inclusão digital; mesmo onde não há banda larga, ter o equipamento e ter o domínio, com *desktop* que tenha memória e tenha memória para que eles também se desenvolvam na sua tecnologia, utilizando o Luz para Todos ... tem o problema de escolas que não têm luz, não tem água, não tem saneamento no campo. E, no caso da construção de escolas, em alguns casos, vamos ter que fazer escolas com alojamento para professor e alunos. Tem município em que a escola está a 150km da sede. E o que aconteceu no Brasil? Se pegarmos a última década, mais de 30 mil escolas foram fechadas no campo, porque para o prefeito é mais fácil fechar a escola, diminuir o custo do transporte e buscar o aluno a 100km, 150 km por uma estrada de terra e ele vir estudar. Evidente que ele acaba desistindo e não tem o mesmo desempenho.

Então, uma das medidas legais que estamos fazendo e vamos pedir o apoio do Senado é que a gente altere a legislação para que só possa fechar escola com autorização do Conselho Estadual de Educação, ou Conselho Municipal. A sociedade tem que participar do debate, para a gente preservar a ideia da escola rural e fortalecer essas escolas. Fizemos um desenho arquitetônico bastante bonito para essas novas escolas que eu acho que vai ajudar a criar esse ambiente.

Vou pedir só um lugar ao nosso Jorge Guimarães, da Capes, para ele sentar, porque está em pé. Ele quer ficar perto da CNTE para melhorar a relação com a Capes.

Ensino Médio: qual é o nosso desafio? A taxa de evasão é muito alta e a taxa de distorção série/idade é de 35% – um terço dos jovens do ensino médio estão defasados em idade. Isso vem desde a alfabetização, de todo aquele processo que nós estamos identificando.

Então, nós estamos procurando repensar o ensino médio porque as pesquisas demonstram que as razões, o aquecimento do mercado de trabalho está levando uma parte dos jovens mais cedo para o trabalho, porque a escola não está respondendo à formação profissional. E também porque a escola não está sendo uma coisa atrativa, interessante e motivadora. Uma das coisas que nós queremos começar no ensino médio é exatamente esse programa de inclusão digital pelo professor. Nós temos 600 mil professores no ensino médio. Esse sistema aqui vai para o professor. Ele vai ficar 24 horas por dia com o *tablet* dele, ele vai ter esse equipamento para usar, vai poder pegar qualquer filme e qualquer imagem, qualquer desenho, qualquer aula da Internet e jogar na sala de aula.

Além disso, o ensino médio inovador quer fomentar propostas curriculares inovadoras mais flexíveis, mais compatíveis com as exigências contemporâneas. A meta é chegar a 2 mil escolas.

Temos feito algumas parcerias, uma com o Instituto Unibanco para o Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rondônia, São Paulo e Bahia – a Bahia está em negociação. São Estados que aderiram a um programa de cinco anos de formação de professores, meta de desempenho na formação do ensino profissional, que é um projeto bastante interessante que já tinha sido feito em dois Estados.

Além disso, nós estamos ampliando e fortalecendo os equipamentos e as compras governamentais para todo o sistema de ensino. Nós temos um conjunto de iniciativas, todas feitas por ata de preço público, pregão público – portanto extremamente eficiente nas compras e permitindo que as prefeituras e os Estados façam adesão quando tiverem interesse a esses produtos que são as parcerias feitas com o MEC.

Esse é o projeto de educação digital, que são esses equipamentos que queremos levar para a sala de aula. Então, o *tablet* para esse equipamento, que é um projetor, vai ser um *tablet* de 10 polegadas. E cada professor vai receber um de 7 polegadas. Nós já demos um curso de capacitação para 337 mil professores nesses últimos três anos e, agora, vamos lançar um novo curso de formação digital de 360 horas, de três módulos, para realmente estimular os professores ao uso da tecnologia. E o que virá nesse *tablet*? O professor vai receber o *tablet* primeiro com o portal do professor, do MEC.

O Portal do Professor tem 15 mil aulas já disponibilizadas; se ele quiser usar, ele pode pesquisar 15 mil aulas, de ciências, matemática, física, biologia, enfim. E a melhor aula que ele acha que fez ele pode oferecer ao Portal. Há um comitê editorial que acolhe a aula e a disponibiliza. Pode ser uma aula individual ou coletiva.

Então, é um processo em construção e participativo, em que o professor tira e recoloca no Portal o que ele acha de melhor. E o professor tem total liberdade de escolher o que ele quiser.

Depois, o portal de domínio público são várias obras que o MEC traduziu, inclusive toda a coleção dos educadores vai estar toda disponibilizada no *tablet*. Vai haver o ícone. Apertou o ícone, já entra toda a publicação.

O professor da Khan Academy, aquele indiano que é um sucesso nas aulas, faz filmes de 10 minutos e faz exercícios na Internet. Se você não conseguiu fazer os exercícios, ele diz a qual aula você tem que assistir. Se você não conseguiu, você volta para trás; quando consegue, vai para frente. E ele tem um conjunto de aulas extremamente didáticas.

O que está sendo traduzido? Física, matemática química e biologia. Por quê? Porque, nessas áreas, nós temos uma grande deficiência de professores. Não há professores de matemática, física, química e biologia para oferecer o conjunto de aulas de que precisamos hoje no Brasil. Não há formação, não há graduação na área. Então, com esse recurso, nós estamos dando as melhores aulas disponíveis hoje na Internet para ele e o equipamento em que ele assiste à aula, em que ele tem os exercícios, além de tudo mais que ele vai poder pesquisar. Por exemplo, existem objetos de aprendizagem educacional na Internet, publicações especializadas, tudo isso, a biblioteca do professor, a Educopédia.

O Paraná também tem um acervo digital importante. Tudo isso nós vamos disponibilizar no Portal do Professor. Então, o professor vai receber esse portal com todas as informações, e é uma tecnologia bastante amigável para esse serviço, que é pesquisar e expor. Então, qual é a ideia? É levar para a sala de aula a Internet, mesmo que os alunos ainda não tenham o equipamento. Quer dizer, ele vai estar no ambiente da Internet, no ambiente digital, no ambiente interativo.

Eu queria fazer uma experienciazinha só para mostrar mais ou menos o que pode melhorar a aula para o ensino médio. Esse equipamento, esse portal digital nosso é um equipamento que você pode colocar em qualquer parede. Esta tela é móvel e fica mais difícil de... *(Pausa.)*

Deu? É porque ela é móvel; tinha que ser numa parede fixa, mas não dava para colocar aqui. Tem que ser uma parede fixa.

Ele não está conseguindo fixar.

Vamos tocar aqui então.

Por que é fundamental usar as novas tecnologias? Nós temos 623 mil professores que não têm graduação no Brasil, que não têm graduação. Temos em torno de 350 mil professores que estão se graduando, que estão estudando, que estão se formando. Mas nós precisamos acelerar esse processo, tanto o estímulo à formação quanto disponibilizar tecnologias que permitam dar um salto de qualidade no processo de aprendizado e nas práticas didáticas em sala de aula.

Formação e valorização dos professores.

Um grande desfio que nós temos aqui é como articular as universidades públicas com o processo de formação dos professores da rede básica. Hoje só 16% dos professores da rede vêm das universidades públicas. Quem está formando os professores são as instituições de ensino particulares. Como o mercado de trabalho está extremamente fortalecido, as opções profissionais dos alunos que estão se formando é muito vasta, e os salários da rede pública não são os melhores, as pessoas não vão ser professores na rede pública.

Então, além de um problema de valorização da carreira – e o piso faz parte dessa discussão –, nós precisamos articular melhor a relação entre universidades públicas e a escola básica. Especialmente na área de ciências básicas – matemática, física, química e biologia –, cursos na área de TICs, as licenciaturas. Um dos instrumentos que temos é a Universidade Aberta do Brasil – fortalecer, ampliar e assegurar a qualidade, que é ensino a distância. Temos um vasto programa de formação de professores hoje e estamos lançando também o Pibid, um programa que já está em andamento. Queremos chegar a 45 mil bolsas neste ano, para que os alunos de licenciatura, os alunos que se estão formando, façam estágio nas escolas e, inclusive, visita doméstica para os alunos que têm deficiência de aprendizado.

César Callegari, que é o nosso Secretário de Educação Básica, foi Secretário e teve essa experiência em São Paulo – já vi em outras cidades –, uma experiência muito exitosa. Quer dizer, aquele um terço da classe que tem muita dificuldade, se se vai à casa para visitar os pais, se se dialoga com a família, se se faz um acompanhamento pedagógico diferenciado, a chance de essa criança ser recuperada e de não ficar para trás no aprendizado é muito maior.

Então, alfabetizando na idade certa e fortalecendo o acompanhamento pedagógico, damos um salto. E, quanto a esses alunos que estão na universidade, não adianta eles saírem só sabendo ler Piaget; eles precisam ter uma experiência didática concreta, precisam estar lá na sala de aula, no dia a dia da sala de aula, e fazer a ponte entre a universidade e a sala de aula. Eles levam a escola para a universidade e a universidade para a escola. Então, esse programa de bolsa de estudos vai ajudar na formação e no acom-

panhamento pedagógico, com resultados na ponta e para a formação de professores.

Essa questão do piso é uma lei que existe de 2008. Nós divulgamos os parâmetros este ano, é um reajuste forte, 22,22%; foi para R$1.451,00 neste ano. É evidente que é um esforço muito grande para os Estados e Prefeituras, não há que negar. Agora, se não tivermos um piso, se não valorizarmos os professores, não vamos resolver o problema da educação no Brasil em médio prazo, porque o professor tem de ter um salário competitivo com o de outras profissões a que ele pode aderir. Como motivar os melhores jovens para irem para a educação, se não for por um processo de valorização salarial?

Então, nós temos de... Acho que o Congresso, a quem compete legislar sobre essa matéria... Há uma reflexão que seguramente vai ser recolocada, vai ser reapresentada pelo que sentimos, mas tem de haver um equilíbrio nessa definição.

Nós não podemos simplesmente abandonar a ideia de ter um piso que cresça progressivamente ao longo dos anos, porque isso tem um significado estratégico a médio e longo prazo.

Quando comparamos um país como a Coréia, em que, para ser professor e dar aula, tem-se de estar entre os cinco melhores alunos de qualquer disciplina, ou a Finlândia, em que há o mesmo modelo... E são grandes êxitos pedagógicos, a literatura mostra isso. Então, o Brasil tem de ter um esforço na valorização do professor. Nós temos de discutir isso com muita dedicação, porque tem um significado muito estratégico para o País.

E, ao mesmo tempo, espero que esse pacto em torno da educação também nos leve a diminuir o número de greves no Brasil, porque quem paga a conta da greve é o aluno. É o aluno que paga a conta da greve. E isso prejudica o processo de aprendizado. Então, precisamos, realmente, construir um grande entendimento, respeitando a autonomia, a liberdade sindical e o direito de greve, para diminuir o impacto que isso pode ter no processo – esta é a razão de ser da escola –, que é formar os alunos; para isso existe a escola na sociedade. Então, é preciso, eu diria, muito equilíbrio, muita responsabilidade no Brasil, para que cheguem a um entendimento gestores públicos e professores, num tema tão estratégico quanto é a valorização dos professores.

Brasil Alfabetizado. Esse é um programa para o qual quero chamar a atenção. Até conversei – o Senador Cristovam não está aqui, mas espero que depois ele possa participar do debate – sobre a dificuldade... Quer dizer, quanto mais essa curva vai caindo, mais difícil vai ficando erradicar o analfabetismo no Brasil. Por quê? A média de idade da população analfabeta é 56 anos hoje. Cinquenta e seis anos. Um terço está no campo. É um trabalhador rural que está com a enxada na mão, em geral numa pequena propriedade.

Quer dizer, como você o motiva ao aprendizado?

O primeiro problema que identificamos foi o seguinte – é só olhar para a nossa sala aqui –: se ele não usar os óculos, não conseguirá ler. Começa-se por aí. Então, temos agora 37 consultórios móveis, oftalmológicos, oficinas óticas, para percorrer essa comunidade e distribuir óculos, porque o primeiro problema é esse. Não adianta falar que vai alfabetizar, se ele não tem óculos, não consegue ler, não enxerga e não vai enxergar. E ninguém para a fim de ver que ele não consegue. Tem-se de começar pelos óculos.

Segundo, como se motiva esse trabalhador? Em alguns lugares, acho que podemos ter ideias criativas. O Senador Flexa foi dirigente de entidade industrial, talvez possamos pensar. Inclusive, estou conversando com a CNI sobre isso. Há 1,9 milhão trabalhadores na indústria semianalfabetos ou analfabetos. Então, esse é um público que a gente pode atacar, que a gente pode enfrentar, que a gente pode acolher com mais facilidade do que, por exemplo, a população dispersa no interior em pequenas propriedades, onde o sujeito trabalha o dia inteiro, ganha pouco, e você tem que tirá-lo e levá-lo até a um ambiente de educação. Enfim, há uma dificuldade muito grande aí. É um programa que é um esforço, tem tido resultados. Nós temos uma meta de Dakar, mas, quanto mais vai reduzindo – aquela curva vai caindo –, mais difícil vai ficando para você chegar ao ponto. É que nem o Luz para Todos, quer dizer, cada vez, para você chegar – o morro é mais alto, está mais longe, não tem estrada –, vai ficando mais caro e mais difícil.

Então, esse é um grande desafio para o Brasil, é uma herança do passado. Quer dizer, a média é de 56 anos. De qualquer forma, é um direito fundamental, no século XXI, a pessoa saber ler e escrever. É uma coisa que o Estado brasileiro precisa se debruçar para tentar equacionar. Temos o programa, mas estamos agora enfrentando a questão dos óculos, tentando se com a indústria a gente consegue melhorar esse resultado.

Esse aí é outro programa que acho que foi um grande salto que nós demos, que é o Viver sem Limites – Educação Especial.

O que nós identificamos junto com o Ministério de Desenvolvimento Social? Trezentos e setenta e oito mil crianças e adolescentes que recebem o benefício de prestação continuada e não estão na escola. Ou seja, são pobres e deficientes; não têm mobilidade, não chegam na escola. Então, nós vamos buscar essas crianças, uma busca ativa, vamos buscar cada uma

delas em casa; estamos distribuindo transporte escolar acessível para as prefeituras, identificando qual é o tamanho da população em cada município; reformar 42 mil escolas, para termos escolas acessíveis, porque é um problema que nós temos – mesmo que a condução venha, a criança não tem como entrar na escola, às vezes, porque não tem acessibilidade. Nós precisamos de recursos multifuncionais e, no caso, precisamos também da escola bilíngue. Nós estamos formando professores e contratando professores de Libras, para algumas situações, para o processo de alfabetização. E, no Pronatec, no ensino técnico profissionalizado, 150 mil vagas para pessoas com deficiência.

Só quero lembrar o seguinte: o fato de ter uma deficiência não quer dizer que não tenha outras habilidades. O Roosevelt, que foi o maior estadista dos Estados Unidos, dirigiu os Estados Unidos em situações críticas, como a crise de 1929 e na Segunda Guerra, era paraplégico. Dizem que o Beethoven era quase surdo e o Stevie Wonder é cego e, de qualquer forma, são figuras extraordinárias. Então, temos grandes oportunidades de talentos, de serem incorporados no mundo da produção. Vou dar um exemplo: o STF, em Brasília, fez um programa de digitalização dos acervos e começou a contratar pessoas com audiência auditiva. A produtividade é duas ou três vezes maior do que a dos outros. Ele não dispersa, ele é muito mais concentrado, ele tem muito mais habilidade manual, ele é muito mais eficiente do que qualquer outro trabalhador para fazer, por exemplo, digitalização do acervo. Não tem mais para ser contratado em Brasília. Então, isso mostra que temos que buscar essas profissionalizações e tratar esse tema desde a escola. E mais: a dupla matrícula. Ele pode optar tanto pela escola regular, que é a nossa prioridade, como ele pode também ter o acompanhamento em uma escola especializada, que é uma necessidade às vezes indispensável, como as várias entidades que prestam serviços nesses segmentos. O Senador Lindbergh tem militado muito por esta causa e sabe a importância que isso tem.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é uma meta extremamente ambiciosa, oito milhões de vagas. É fundamental que a gente avance nessa direção de combinar o ensino regular com o ensino técnico profissionalizante. Então, pretendemos expandir a rede federal, os institutos federais; avançar no Brasil Profissionalizado, que é um programa em andamento; avançar na Rede e-Tec, que é o ensino a distância técnico-profissionalizante, que está crescendo muito no mundo e no Brasil – metade das vagas da OCDE hoje é ensino a distância. É por isso que insisto: a TI é uma coisa indispensável para a formação para o futuro. O MIT, por exemplo, acabou de lançar o ensino a distância. O aluno faz o tempo que quiser, curso a distância, os cursos do MIT. Não são todos os cursos, mas são muitos cursos. Depois, vai lá, faz a prova e se certifica. Ele sai com o diploma do MIT. São escolas excelentes, uma das primeiras, deve estar como primeira no *ranking* de Engenharia do mundo.

Então, nós temos aí um caminho a avançar.

A Bolsa Formação para estudantes e trabalhadores, no Sistema S, a rede federal e as redes estaduais, e o Fies técnico para estudante e empresa.

Essa aí é a expansão da rede federal. Nós queremos chegar a 569 unidades, são 512 municípios que serão atendidos, estamos expandindo para o Brasil inteiro.

Essa aí é a Bolsa Formação. Há a Bolsa Formação Estudante e a Bolsa Formação Trabalhador. O que é a Bolsa Formação? É vaga para ele fazer o curso. No caso do estudante, os Ifets, no Sistema S; e, no caso dos programas de transferência de renda do Governo, do Seguro-Desemprego, ele também vai ter direito a fazer e vai ser estimulado a fazer curso de profissionalização. Então esse é um programa também de grande alcance histórico.

Bom, do ponto de vista do ensino superior, nós temos tido uma evolução muito positiva das vagas.

Eu queria aqui tratar do Enem.

Qual é o desafio do Enem? Primeiro, o MEC não tem culpa de o Brasil ser tão grande e tão diverso, mas é. Quer dizer, não é fácil fazer um exame para 5 milhões e 400 mil alunos, que é o que nós tivemos na última inscrição. No mesmo dia, são 140 mil salas de aula; 400 mil pessoas trabalhando no mesmo dia. Tem que ter sigilo absoluto do processo.

Quais as providências para a gente aprimorar?

Houve um avanço logístico, nós tivemos poucas dificuldades, mas sempre será um risco logístico o Enem, pelo tamanho do Brasil, pela dificuldade de acesso. Nós estamos aumentando o banco de itens para as provas dentro daquela teoria de resposta ao item. Inclusive nesses dias nós temos 24 universidades. Está aqui o Luiz Cláudio, que agora está coordenando o Inep, foi Secretário de Educação Superior do MEC; o Cesar Callegari também, que é o Secretário de Educação Básica, ao lado. E nós estamos com 24 universidades federais trabalhando *on line* nesses dias. E foram todos preparados, orientados, pedagogicamente, exatamente para alimentar o banco de questões. Quanto mais questões nós tivermos, menos problemas deveremos ter no futuro.

Nos Estados Unidos, faz 85 anos que tem um exame semelhante e tem mais de 100 mil questões no banco. Com 100 mil questões, dá até para a gente

fazer um jornal, distribuir na banca de jornal, e o aluno estuda. Quem souber as 100 mil questões, ótimo, é esse aluno que nós queremos. Não tem problema de... Quanto mais questões nós tivermos, mais segurança nós teremos. Só que eles têm 85 anos de história. A China tem um exame – eu perguntei para o Ministro da Educação recente –, eles têm um exame nacional igualzinho ao nosso, só pode fazer uma vez na vida, não tem segunda chance. Não é duas vezes no ano. Não tem nenhuma outra chance na vida. Só faz uma vez na vida. Alemanha, França, Inglaterra também têm exames semelhantes.

Por que é necessário um exame como o Enem? Para você ter um critério republicano de acesso ao Prouni, ao Ciência sem Fronteiras. Quer dizer, quem é que vai para a bolsa de estudo no exterior? Quem tirou mais de 600 pontos no Enem, e para entrar nas universidades, porque o aluno mais pobre vai fazer um vestibular só, vai fazer um exame de seleção. E, antes, quem podia fazia 8, 9, 10 em 5, 6, 7 Estados, agora faz um exame, e é nacional. E, para as regiões menos desenvolvidas, tem a mesma chance de chegar às melhores universidades do Brasil. Então você tem um padrão republicano de acesso ao ensino: o Sisu e o Prouni. E nós estamos expandindo fortemente o Fies. Por exemplo, nos Estados Unidos, 70% dos alunos são financiados por bolsas de estudo, tipo o Fies, um financiamento reembolsável; no Brasil, não chega a 10%. Então nós estamos expandindo fortemente o Fies como um programa para chegar nessa direção.

Então, para o ensino superior, nós temos expansão da rede federal, especialmente o Reuni, que é a fase que nós estamos concluindo, a nova etapa, o Prouni, o Fies, a Educação a Distância, a Regulação e Supervisão e Ciência sem Fronteiras.

Só tocar rapidamente.

A expansão agora, para estes próximos três anos, são 47 novos *campi*, quatro universidades. Portanto, a meta final, em 2014, é termos 321 campus universitários, e as quatro novas universidades são: Bahia, Pará, sul da Bahia e Cariri.

Aí, são as bolsas do Prouni, que cresceram fortemente. Nós superamos a marca de 1 milhão de bolsas. No Fies, que vai crescer fortemente, a demanda é muito robusta. Nós esperamos, este ano, o ingresso de mais de 200 mil novos alunos através do Fies, lembrando que a taxa de juros é 3,4% ao ano, portanto é uma bolsa subsidiada. É um grande estímulo a quem quer estudar. E quem for ser professor da rede pública, enquanto ele der aula, ele abate 1% da dívida por mês; quer dizer, em 100 meses, ele abateu toda a dívida dele. E quem for ser médico na rede pública também abate a dívida. Então, para quem vai ser professor e médico, na rede pública, SUS e rede pública de ensino, a gente abate integralmente a dívida do Fies.

Bom, educação a distância, como eu disse, vocês vejam, está crescendo fortemente. É um tema que nós precisamos discutir aqui na comissão: regulação, acompanhamento, qualidade, como é que nós vamos tratar. E, muitas vezes, é a opção de quem já está no mercado de trabalho. Vocês vejam, a idade média é de 26 anos e, nos cursos a distância, é de 33 anos. Quer dizer, às vezes, é segunda graduação ou primeira, porque já está no mercado de trabalho.

Regulação e supervisão. 73% das matrículas do ensino superior hoje são de instituições privadas e nós temos instituições com mais de 400mil matrículas. Então, temos problema de fusão, concentração e regulação econômica e o problema de supervisão pública, porque é um serviço público essencial. Então, temos mais medidas punitivas e não temos quase medidas de estímulos a quem atinge as metas, a quem melhora a qualidade de ensino. Precisamos pensar o modelo de supervisão para que tenhamos estímulos e as instituições evoluam no seu aprimoramento e na sua qualidade de ensino e não tenhamos apenas a medida punitiva do Estado.

Temos um outro problema que é esse: 41% das matrículas estão em administração, direito, pedagogia, ciências contábeis e enfermagem. Então, há uma distorção no perfil do profissional no Brasil e onde estão nossas deficiências: ciências básicas como matemática, física, química e biologia, principalmente matemática, física e química; nas engenharias, uma vez que formamos 6 engenheiros para mil habitantes, a Coréia do Sul forma 80, os Estados Unidos 40 e o Japão 26. A China forma 4, mas eles são 1,3 bilhão, a diferença está na massa e estão crescendo fortemente. Precisamos ter um programa especial para as engenharias e temos o Proengenharia, que é um programa que está em discussão, é um conjunto de estímulos para motivar o estudo das engenharias e está aumentando a demanda por engenharia, o que é muito positivo, mas temos que ter mais que isso porque há uma deficiência inquestionável na área das engenharias.

A segunda discussão são os médicos e esse é um tema que precisamos discutir com bastante profundidade. Quando a gente olha e compara o Brasil e selecionei alguns países, é evidente que tem países que estão abaixo do Brasil, mas vejam que nos dados da Organização Mundial de Saúde de 2009 o Reino Unido tem 2,7 médicos para mil habitantes; Alemanha 3,5; França 3,5; Uruguai 3,7; Espanha 3,7; Portugal 3,8; Cuba 6,9 e Brasil 1,7, ou seja, faltam médicos, comparado com outros países com padrão semelhante ou países mais desenvolvidos.

Então, precisamos aumentar a oferta de médico com qualidade, tanto expandindo a rede pública como tendo segurança de que a rede particular, que foi expandida, assegure qualidade.

O segundo problema é que o aumento da oferta não quer dizer a presença do médico na região que temos interesse. Então, por exemplo, o Estado de Tocantins da Senadora Kátia Abreu tem a maior oferta de médicos do Brasil mas não tem a mesma participação dos médicos no Estado.

Então, o Ministério da Saúde lançou um programa e hoje inclusive está publicado, que está dando um bônus para os médicos que vão para as áreas críticas, periféricas, áreas mais difícil de permanência. Estão dando um bônus que significa 10% da prova de acesso à residência, se ele ficar um ano no atendimento básico nessas áreas críticas. Foram selecionados quase 1.500 médicos, mais ou menos a mesma coisa em termos de dentistas e enfermeiros. Então, houve um grande interesse pelo programa e eles vão continuar implantando isso ao longo dos próximos anos.

Precisamos pensar também faculdades de medicina, em hospitais que podem ser hospitais-residência, que são hospitais públicos extremamente críticos, para melhorar qualidade do atendimento, que são os hospitais da periferia, hospitais de porta aberta nas áreas mais difíceis. Esse é um tema que a comissão precisa acompanhar, discutir, a engenharia e os médicos, como podemos avançar com qualidade na formação desses profissionais onde temos distorções grandes derivadas de décadas de crise.

Termino, Sr. Presidente, falando do programa Ciência sem Fronteiras. Temos 75mil bolsas do Estado, 26mil bolsas do setor privado. Temos 101mil bolsas em cinco modalidades: graduação, doutorado, pós-doutorado, jovens talentos, que são doutores no exterior para vir para o Brasil e pesquisadores sênior. Para este ano, queremos conceder 10.200 bolsas da Capes e 6.140 do CNPQ pelo Ciência sem Fronteiras.

No primeiro edital nós mandamos 1.500 jovens para os Estados Unidos e é incrível a experiência porque além da motivação, entusiasmo etc um problema que identificamos é que muitos precisavam de casaco porque não suportavam o frio e não tinham, quer dizer, são jovens talentosos, que estavam dentro dos critérios republicanos de desempenho e, no entanto, têm uma oportunidade fantástica, no caso desses, inclusive, com a própria ciência.

No segundo edital que fizemos – e terminou agora – tivemos 20 milhões de páginas acessadas no portal. Selecionamos 36mil e desses 5,8mil estão sendo selecionados para serem encaminhados, dentro dessa meta de 10.200 da Capes, 5.800,00 estão sendo selecionados para os Estados Unidos, novamente, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Reino Unido. Ele vai poder ficar de oito a seis meses estudando língua e um ano fazendo estágio, fazendo o curso. Ele só vai se a universidade reconhecer os créditos. Muitas empresas têm interesse, porque são áreas de engenharia, áreas tecnológicas, que os alunos também façam estágio de três meses lá fora, nove meses no curso, três meses no estágio.

Então, é uma grande oportunidade a gente pensar numa educação internacionalizada, mas também temos interesse em atrair talentos para o Brasil. Temos 960 mil vagas para doutores talentosos, os editais são fluxos contínuos, eles se inscrevem e podem vir para o Brasil, têm de ter um projeto de pesquisa, têm de ver onde vai trabalhar, o projeto educacional vai ser analisado pela comissão, que é uma comissão, inclusive, que tem representantes no setor privado e no setor público, porque é co-financiado o programa, e também os pesquisadores seniores. Já temos Prêmio Nobel, por exemplo, que já aderiram ao programa, que vão ficar três anos fazendo pesquisa no Brasil.

Neste momento de crise internacional nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, há muita gente talentosa. Já vivemos uma diáspora de cérebros no passado e é hora de atrair esses cérebros para o Brasil, de brasileiros que querem voltar, de talentos que podem vir. E na graduação é bolsa sanduíche de um ano a um ano e oito meses para que ele tenha experiência e voltar para o Brasil, porque queremos esses jovens aqui se formando e ajudando a construir o Brasil.

Por último, o tema do financiamento da educação. Vou colocar só uma sugestão individual, não é uma posição de Governo, mas é um tema para a gente discutir. Temos aumentado os recursos em relação ao PIB, mas vocês viram o tamanho do desafio que o Brasil tem. No dia em que resolvermos a questão da educação nós seremos um país desenvolvido. Somos a sexta economia do mundo e, provavelmente, em breve, vamos nos transformar na quinta economia. Somos um país ainda com muitas desigualdades, com muitas dificuldades sociais, mas é um país que vem melhorando o ambiente social, com democracia, Estado de Direito.

Quando a gente pensa no Brasil em longo prazo temos um desafio estratégico, que é a educação. Então, o esforço para financiar a formação da nova geração é fundamental. Acho que temos um ativo que esta geração terá, os nossos netos dificilmente terão, que é o pré-sal. Acho que poderíamos discutir, fixar uma porcentagem do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia, para municípios, Estados e União. Ou seja, não jogar esse dinheiro simplesmente na

máquina pública, mas focar naquilo que vai criar um Brasil pós-petróleo.

O que é o Brasil pós-petróleo? Tem de ser um Brasil da economia do conhecimento, da economia sustentável, um Brasil da economia da informação, da economia criativa, e a formação de jovens empreendedores, talentosos, bem formados, com valores, respeito à diversidade, à humanidade. Acho que é um grande desafio. Se, pelo menos por dez anos, colocássemos 1/3 do pré-sal para isso, para a União, para os Estados e municípios, a gente resolveria um grande problema que está hoje na pauta, até onde podemos continuar valorizando o salário dos professores, como é que a gente compatibiliza as dificuldades orçamentárias com esse desafio que é absolutamente imprescindível para que esse sistema possa avançar na direção que precisa avançar.

Fico por aqui, agradeço a tolerância do tempo. Como é a primeira apresentação, queria fazer uma apresentação do conjunto dos desafios, dos principais programas que estamos trabalhando, do que já vinha sendo trabalhado estamos fortalecendo, aguardando comentários, sugestões, críticas, esperando ter uma parceria criativa e qualificada com a Comissão de Educação do Senado Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São nove Senadores inscritos para conversar com o Ministro.

Não quero estabelecer tempo para as intervenções. Só pediria aos Senadores que tentassem ser sucintos para não atrapalhar a participação dos outros, mas não quero estabelecer uma limitação para que os Senadores coloquem com clareza o seu raciocínio e as suas indagações.

O primeiro inscrito sou eu, que sou o autor do requerimento da vinda do Ministro. Tenho uma preocupação, Ministro, com o financiamento da educação. O Ministro aventou a possibilidade de vincularmos recursos do pré-sal, o que é interessante. A minha preocupação se dirige à proposta dos 10% do PIB. O PIB não tem muito a ver com a possibilidade de arrecadação do Estado. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma economia, o que não significa que isso reflita diretamente na possibilidade de arrecadação de impostos, principalmente num País que tem uma exportação fortíssima e que se suporta na Lei Kandir, que não dá nenhuma possibilidade de arrecadação. Mas nós precisamos, de qualquer forma, ter com clareza uma possibilidade folgada de financiamento. Para isso, precisaríamos de um projeto consistente de evolução das políticas de educação.

Eu tenho a impressão, e acho que é compartilhada pelo conjunto dos Senadores que estão nesta Comissão hoje, de que esse projeto foi apresentado nas suas linhas mais gerais. Sem um projeto de melhoria do ensino, da educação, transforma-se numa quimera desnecessária a discussão dos recursos vinculados ao PIB. É uma coisa absolutamente aleatória, mas o projeto está colocado.

Aqui, na Comissão, já discutimos, Ministro Mercadante, algumas vezes, a possibilidade de criarmos, numa política de adesão, uma vez que a União não pode estabelecer regras para Estados e Municípios, que têm a sua independência federativa, estabelecermos um plano básico de educação continuada para o magistério.

Esse plano básico poderia ser objeto de adesão de Municípios e de Estados e se vincularia a uma preparação das universidade públicas, com cursos específicos para a formação de professores.

O Ministro já conhece, nós já conversamos sobre isso, a experiência paranaense, que foi muito boa. Mas vincularíamos isso a um fundo, ou seja, o Município ou o Estado que entrasse nesse plano básico, que teria uma progressão salarial consistente para resolver de uma vez por todas o problema da remuneração decente do professor, se suportaria num fundo nacional, esse Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação provido com recursos abundantes. E desta forma, os Municípios por adesão poderiam entrar nesse processo.

Eu discutia com o Ministro, outro dia, a situação, por exemplo, do Estado natal dos meus pais, o Sergipe. Nós viemos de Divina Pastora, do lado de Laranjeiras. Os professores de Divina Pastora não têm formação de magistério. Então, se continuarmos apostando apenas na melhoria salarial, por mais que melhoremos os salários no curto e médio prazo, teremos os mesmos professores e nenhum reflexo na qualidade de ensino. Mas nós não vamos importar, Lauro, professores da Suíça, da Finlândia ou Coreia. Então, nós temos que criar uma possibilidade concreta da melhoria da formação dos nossos.

Queria a opinião do Ministro sobre esse plano que está sendo discutido especificamente, aqui na Comissão, pela Senadora Lídice da Mata, pelo Senador Cristovam Buarque, por mim e pela Assessoria. Nós estamos tentando formular um plano. E queria colocar algumas sugestões. O problema do equipamento de educação é muito sério. Escolas precaríssimas, escolas sem banheiro, sem condição alguma de uso. Então, a sugestão suportada também na experiência do Paraná é que o Ministério da Educação fizesse concursos públicos de projetos, que nós tivéssemos para as escolas em Municípios do Brasil quatro, cinco, seis projetos que tivessem origem num concurso público de arquitetos.

Esses projetos deveriam ser objeto de uma licitação de preço, uma licitação indicativa. Nós fizemos isso no Paraná com sucesso, ou seja, nós não estamos obrigando Municípios e Estados a trabalharem com os preços estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelo Governo Federal, mas ninguém poderá fazer por um preço superior e uma qualidade inferior ao estabelecidos pelo Governo Federal. O Município pode fazer a sua licitação, mas ele não poderá, para utilizar financiamentos públicos federais, não poderá executar a obra com qualidade inferior e preço superior ao estabelecido num programa federal.

Nós utilizamos isso com ônibus e até na agricultura. Fizemos uma licitação na compra de tratores, um sistema de distribuição que chegou a oito mil tratores dados aos agricultores, que ficou 30%, 40% abaixo do preço do Governo Federal, porque o Governo Federal fez um acordo com as entidades dos fabricantes, nós fizemos uma licitação e a nossa licitação foi extraordinariamente baixa: 30% a 40% inferior ao preço de financiamento do Governo Federal.

Então, essas ideias é que eu queria expor. Tenho outra sugestão que acho quem a vai providenciar é o Júlio, que é o secretário da comissão. Refiro-me a reduzir esta nossa apresentação do Ministério a CDs que devem ser distribuídos a Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, para que todos tomem conhecimento da apresentação do ministro.

Eu acho que eram estas as sugestões: a proposta da formação continuada, do fundo nacional de suporte, porque hoje, com o sistema tributário brasileiro, a concentração em função do pagamento de juros da dívida pública, dificilmente nós teremos uma reforma tributária em curto prazo, para que os Municípios possam arcar com um salário decente para a educação. Então, esse fundo suplementaria desde que os municípios entrassem nesse processo de valorização e de formação continuada. É a indagação que eu faria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Requião, primeiro, nós temos grande interesse em conhecer a experiência do Paraná, principalmente quando nós identificamos, por exemplo... Um dos grandes desafios, como nós dissemos, é a alfabetização na idade certa, no ciclo até oito anos. Isso é indispensável, porque senão o resto da educação não vai acontecer ou não vai acontecer como poderia acontecer. Imagina quanto nós gastamos – vou repetir o argumento – para recuperar um aluno fora da idade de série ou quantos vão abandonar a escola simplesmente porque não acompanham mais nada. Eles não conseguem escrever, como é que vão aprender? Então, é um foco fundamental. O Paraná chegou a apenas 4,9 de crianças que não estão alfabetizadas na idade certa – e é o melhor desempenho do Brasil – e isso merece uma atenção aprofundada. Inclusive, pedi à assessoria que fizesse isto: chamar os técnicos do Paraná e ver quais foram as providências tomadas, assim como nós olhamos a experiência do Ceará, esse programa de alfabetização na idade certa. A experiência de Sobral, que depois foi para o Ceará, foi uma experiência absolutamente bem-sucedida. Ainda temos vaga. Estou citando duas entre muitas que nós temos. O tempo inteiro, nós estamos observando o Brasil que está dando certo. Nós precisamos olhar o Brasil que está dando certo porque o sistema é de rede.

Aqui nós temos que respeitar os municípios e o Estado. É um pacto federativo. Então, nessa perspectiva temos todo o interesse em tudo o que diz respeito à formação continuada do professor. Então, o trabalho da comissão nós queremos acompanhar. A hora que vocês acharem oportuna, eu gostaria, com a nossa equipe, de conversar com os Senadores envolvidos nesse estudo e temos muito interesse em trabalhá-lo.

O segundo tema que o Senador Requião encaminhou e do qual eu queria também fazer o levantamento. Além do piso, nós temos aí na Lei do Piso as 30 horas de atividade da jornada, que são fundamentais. Eu, que já comi muito pó de giz, sei da importância que tem uma hora-atividade para você planejar aula, para você corrigir prova, para você atender aluno. Há uma demanda. O processo pedagógico não é só atividade direta na sala de aula. Há o pós e o pré-sala de aula. Agora não pode ser apenas a reivindicação corporativa sindical, que embute no fundo outro problema, que é o salarial. Quer dizer, até onde essas 30 horas estão associadas à melhoria pedagógica do processo de aprendizado? Estão associadas a um programa de formação? Estão associadas a uma avaliação pedagógica de sala de aula?

Então, essa discussão nós precisamos fazer. Estão aqui as principais lideranças da CNTE com o movimento sindical, com os professores de forma geral, para a gente transformar essa evolução da valorização do professor num avanço na qualidade do ensino do Brasil. Essa articulação é um tema que está em aberto, porque a lei não tratou deste assunto, não regulamentou como é que isso iria se dar. Então, nós precisamos discutir isso para assegurarmos que essas melhorias indispensáveis à vida dos trabalhadores da educação também se associem ao direito de aprendizagem que as crianças deste País têm que ter na escola. Elas têm o direito de aprender. Criança na escola tem que ter o direito de aprender a ler e a escrever. Isso é um direito inalienável. E o Estado brasileiro que se organizar - professores, sistema político, financiamento e todas as providências - para assegurar que esse direito se

realize plenamente. Então, essa discussão é muito interessante e o Plano Básico da Educação pode ser.

Em relação aos equipamentos, o modelo do MEC – e nós podemos aprimorar na área da arquitetura – é muito exitoso. Dei o exemplo desse... Esse *tablet* de sete polegadas está saindo por R$278,00. Duzentos e setenta e oito reais. Houve 26 empresas que disputaram o menor preço, e a qualidade era dada pelo Inmetro, que agora vai certificar se está dentro da padronização.

Estabelece-se o que precisa, e aí é leilão eletrônico, pregão. O resultado é... Na área da saúde, por exemplo, tivemos uma experiência de fazer pregão para hospitais e tivemos um redução de R$250 milhões num orçamento de R$1,3 bilhão. Por quê? Por causa da escala. Qual é a escala aqui? R$900 mil.

Nenhuma prefeitura vai conseguir chegar a um preço como esse, comprando no varejo. É lógico. E a ata de preço, não estou impondo a ninguém a adesão à ata, adere quem quiser. Mas acho que quem comprar acima disso tem de explicar, e, se alguém comprar abaixo disso, por favor, ensine-me, porque vou aderir na hora à ata.

Mas esse padrão de pregão eletrônico é um padrão que aumenta a eficiência do gasto público. Além de mais verbas para a educação, precisamos ter sempre mais eficiência na gestão, para poder aplicar melhor o dinheiro, fazer mais com menos. Então, essa é uma experiência que acho que foi bastante exitosa.

Na área da arquitetura, acho que o exemplo é muito interessante, porque as creches são um projeto arquitetônico muito criativo e também... O Pronacamp, estamos fazendo escolas rurais muito interessantes, com um custo muito baixo – muito inteligente, muito criativo. Então, poderíamos olhar essa experiência também...

Do ponto de vista de distribuir o material, agradeço a iniciativa do Presidente da Comissão. O que queremos é debate, crítica, comentário, discussão. A ideia realmente é... Educação é debate, é pluralidade das idéias, é fomentar a reflexão e é envolver e mobilizar a sociedade nessa direção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)– Presidente, o senhor pode inscrever-me, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As inscrições já estavam encerradas antes de V. Exª chegar aqui, mas a Mesa vai examinar essa possibilidade com carinho.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Faça uma condescendência por sua condição de meu vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós não estamos fazendo em bloco, para que a possibilidade da resposta do Ministro fique mais clara. Na sequência, se os blocos se tornarem necessários, faremos blocos de três.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião; Ministro Aloyzio Mercadante; Srªs Senadoras, Srs. Senadores – Senador Randolfe, é bom V. Exª informar que é vizinho de gabinete, não de Estado...

Ministro e Senador Aloyzio Mercadante, primeiro quero desejar sucesso a V. Exª nessa nova missão. V. Exª une, pelo conhecimento e competência novamente, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Já exerceu... Saiu do Ministério da Ciência e Tecnologia com toda experiência, vai ao Ministério da Educação agora e já está com o *tablet*, colocando nas salas de aula o conhecimento da informática, que é importantíssimo. Não há dúvida de que isso vai trazer um avanço significativo para a educação.

Mas ouvi atentamente a exposição de V. Exª e acredito que precisamos no Brasil, na área da educação, recursos. Eu o digo sempre para o Senador Cristovam Buarque, e dizem que ele tem o samba de uma nota só, a questão da educação. Eu digo que ele tem de tocar todo o tempo isso. É por aí que vamos poder avançar para um desenvolvimento numa velocidade maior. Mas nós não podemos ficar mudando, Senador e Ministro; temos de ter um projeto e temos de mantê-lo como um projeto de Nação, para que possa haver continuidade nos programas.

V. Exª mostrou aqui que o caminho é esse. O caminho é esse. Precisa de recursos? Precisa. Nós precisamos gastar, ter recursos para gastar mais, mas precisamos ter qualidade no gasto. E V. Exª tocou em algo que me trouxe grande esperança. Ontem, tivemos uma reunião com diversos governadores, com Senadores, com o Presidente Sarney, para tratar de diversos assuntos que afligem os Governadores dos Estados da Federação. E um dos assuntos tratados foi a lei do piso salarial para os professores. Eu não me preocupo. Nós votamos, V. Exª votou, como Senador, a lei do piso aqui. Acho que o piso, hoje, de R$1.451,00 não é nada que assuste, ou seja, praticamente dois salários para o professor é mais do que justo, porque estamos preparando as gerações futuras. Os Estados e os Municípios têm dificuldades em pagar esse piso nacional para os professores.

Mas V. Exª falou em algo importante, e o Senador Roberto Requião complementou: é preciso qualificar esses professores. V. Exª abordou a questão da meritocracia, de incentivar esses professores. O piso é importante? É. Mas é importante também que esses professores sejam qualificados para que o aluno tenha

educação de qualidade, seja alfabetizado efetivamente, para que ele avance em um ensino de qualidade. Acredito que essa seja uma meta de V. Exª à frente do Ministério da Educação.

No Estado do Pará, temos discutido bastante. O Governador Simão Jatene está com a intenção de, realmente, trazer para a gestão pública a meritocracia, ou seja, não tratar todos de forma igual, incentivar aqueles que têm um diferencial na função que exerce. Até porque, Ministro, quando chega ao final de um exercício, um governador ou um prefeito vai querer fazer uma nova unidade, no caso, uma escola, mas ele não vai fazer uma unidade porque ele terá de recuperar a anterior. Se houver um incentivo à diretora, aos professores, aos próprios alunos de cuidarem daquilo que não é do Estado, é do cidadão, e ele, ao final, for "recompensado" por isso, ganhar uma quadra coberta ou um outro equipamento por ter cuidado bem da escola, como um "prêmio", isso trará uma melhoria naquilo que é de todos, que é do cidadão.

Mas perguntaria a V. Exª – e isso foi tratado na reunião de ontem: quanto à lei do piso, a União ficou de atender aos Estados e aos Municípios que não tivessem condições de fazer a complementação, de atingir esse salário base. Inclusive, no ano passado, o MEC publicou uma portaria detalhando os procedimentos para essa complementação, que não houve. Será feita ou não a complementação pelo Fundeb para atender a lei do piso no salário dos professores?

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer, Ministro. Tenho algumas outras, mas o Presidente pediu que tivéssemos parcimônia no tempo. Novamente desejo sucesso a V. Exª na nova missão à frente do Ministério da Educação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Quero também dizer que, na gestão do Ministério da Ciência e Tecnologia, V. Exª foi um parceiro, sempre preservando sua condição de oposição e sua fidelidade inquestionável a essa condição de militante do PSDB, mas foi um parceiro republicano muito importante na construção de várias iniciativas que construímos no âmbito do Ministério. Espero, também, aprofundar essa parceria, especialmente na educação, que é um tema tão republicano, tão importante.

A pergunta que me faço é a seguinte. O quadro negro é um instrumento do século XVIII. O arranjo social da escola, aquela forma de disposição também é do século XVIII. Os professores são do século XX. Os alunos são do século XXI. Essa é a regra que estamos vivendo. Nós somos analógicos. Eles são digitais. Nós somos imigrantes digitais, temos uma certa dificuldade mesmo com a tecnologia mais simples. Eles são nativos digitais. O Brasil precisa refletir...É difícil o professor dominar essa tecnologia? É. Todos vão dominá-la? Não sei. Mas devemos estimular que eles a dominem? Devemos. Como é que você pode dar aula hoje sem ter acesso ao Google para fazer uma pergunta? Como levantar uma informação sem poder acessar o Portal do Professor, que está lá disponível para ele? Esse Khan... Eu vi algumas aulas dele – estamos traduzindo para o português – de matemática, física, química e biologia. Ele pode olhar como é que aquele indiano, que teve grande êxito – tem mais de 200 milhões de acessos –, explicou aquilo que ele quer explicar na sala de aula, ele pode se inspirar nessas experiências.

Agora, são R$278,00. É lógico que não adianta eu dar a torneira se eu não tiver o cano, que é a banda larga, e se eu não tiver a caixa d'água, que é o conteúdo digital. Este é o esforço que nós temos de fazer: juntar no Brasil o que há de melhor e disponibilizar para ele usar. Mas é uma ferramenta... Nós vamos colocar aqui, por exemplo, os periódicos, jornais, revistas educacionais. Uma assinatura de jornal custa duas vezes o que custa... E ele vai ter acesso através disto aqui. Então, é um mundo novo, e nós temos de acreditar que...

Por que nós queremos começar com o professor? Se formos começar pelo aluno, o risco de o professor se fragilizar na sala de aula é muito grande. Da forma como estamos começando, quem lidera o processo é o professor, porque nada vai substituir a relação professor-aluno. A tecnologia não é um fim em si mesmo, ela é um instrumento para o professor aprimorar a relação com o aluno.

Por exemplo, aquilo ali é uma aulinha de mudanças climáticas, entre as muitas que estão no Portal do Professor. Você entra ali, vê a pressão, mostra de forma dinâmica como é que funciona o processo, o que acontece, por que a Terra está se aquecendo, a teoria do Milankovitch – que eu também não sabia que existia, mas existe, estou vendo ali. Então, você vai pegar e analisar o problema da alta excentricidade ou da baixa excentricidade, mais circular ou mais elíptica e o que isso representa no aquecimento da Terra. Então, se ele vai dar uma aula sobre o aquecimento solar, é outra coisa ele apresentar isso na sala de aula. A alternativa é ele tentar desenhar isso no quadro negro: vai perder tempo desenhando e nunca vai ficar tão dinâmico e tão bonito quanto nesse equipamento. O que não funciona é essa?, por que não é?, mas, de qualquer forma, sendo uma parede, ela é móvel e o sistema não funciona com eficiência.

De qualquer forma, temos de levar esses instrumentos para a sala de aula. E esta pesquisazinha aqui que eu fiz, o Requião falou para eu mandar para

a Comissão. Eu dou aqui um *e-mail*, mando para a Comissão, disparo e qualquer um que pedir... Você socializa de graça. Qualquer professor que quiser a aula dele... Ele manda para o outro, o outro recebe. Então, você tem um instrumento que pode ajudar a mudar a qualidade do ensino, pode ajudar.

E o nosso projeto não é ficar nisso não. Nós queremos chegar no aluno, nós queremos ver os alunos do Brasil com um instrumento desse. Eu vi experiências – o Senador Cícero também viu – em que os alunos não têm mais livros didáticos, os livros são digitais. Nós estamos muito longe disso, o Brasil precisa de livros didáticos, ainda por um longo período não vamos superar isso. Mas há países menores que já fizeram um avanço espetacular. Esse é um tema muito importante.

Em relação ao piso. Por exemplo, um tema que eu sugiro é este: por que a gente não discute educação e pré-sal em conjunto? Não seria uma forma de a gente responder a esse desafio? Vamos aumentar o repasse de recursos para Municípios, Estados e União, vinculando isso a um projeto de futuro e pelo menos uma parte focada naquilo que é a nossa maior deficiência. Isto é algo que todo mundo reconhece: quando nós resolvermos a educação...

Este país tem bônus demográfico por pelo menos uns dez ou vinte anos, nós temos tamanho, temos recursos naturais, somos a segunda agricultura do mundo, somos a sexta economia, enfim, temos democracia, temos civilidade, somos um país que não tem guerra, que não tem conflito com nenhum vizinho há mais de um século. Qual é o nosso maior problema? É a educação, e a educação é a base para a ciência, a tecnologia, para a inovação, para a competitividade. Então, a minha sugestão era que a gente pudesse abrir essa discussão vinculando uma parte dos *royalties* à educação, ciência e tecnologia por pelo menos uma década. Depois podemos discutir saúde, previdência, mas vamos resolver o nosso problema central. Eu acho que poderíamos fazer um grande pacto nacional em torno disso para superar essa agenda que está aí.

Em relação aos incentivos, Senador Flexa, estou totalmente de acordo com a ideia de que a gente poderia avançar nessa direção, totalmente de acordo. É preciso dar incentivo para a escola e para o professor.

Por exemplo, o programa Escola sem Fronteira tem esta idéia: você desenha um programa de cem mil bolsas para os melhores alunos de graduação do Brasil nas melhores universidades do mundo. Por que também não conceder isso aos professores para que viajem ao exterior ou para conhecerem as melhores experiências no País? Temos no MEC, por exemplo, o D. Pedro II no Rio de Janeiro. São 14 mil estudantes, um padrão de excelência, como são os institutos federais. Por que não um professor lá do interior do Nordeste ou do Pará, que fez um trabalho espetacular de alfabetização e de melhoria na sua escola, no Ideb... Por que esse professor não pode fazer um estágio no D. Pedro II e passar lá dois meses tendo experiência, discutindo e acompanhando para voltar com essa motivação para sua cidade, para sua região e levar e transmitir experiência.

Então, a Escola sem Fronteira... E mais!... Ontem, por exemplo, recebi lá um reitor internacional que queria conhecer o Ciência sem Fronteira. Eu lhe falei: "Você não quer entrar no Escola sem Fronteira, você não quer me oferecer vagas no exterior para a gente mandar os melhores professores para estagiarem lá e voltar?" Então, é uma forma de a gente criar essa aspiração, essa motivação, esse reconhecimento do trabalho. Quer dizer: nós não podemos tratar da demanda do professor só como uma questão trabalhista, ainda que ela exista e seja fundamental. Precisamos, além disso, de dar autoestima, valorizar, reconhecer, motivar, estimular, interagir. O Programa Escola sem Fronteira vem nessa direção de tentar suprir essa deficiência... E espero também o Plano Básico de Educação Continuada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem de inscrição, fala agora o Senador Paulo Bauer; posteriormente, Cássio Cunha Lima, Senador Suplicy, Lídice da Mata, Kátia Abreu, Cyro Moranda, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Angela Portela, Randolfe e Ana Amélia...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Ministro, inicialmente, quero cumprimentá-lo e dizer a V. Exª que meus votos são de sucesso para sua gestão na secretaria, ou melhor, no Ministério. Nós sabemos que o Ministério da Educação é, sem dúvida, o que reúne o maior volume de dificuldades para ser conduzido para alcançar resultados, uma vez que ele é muito amplo, ele tem muitos programas, muitas responsabilidades e uma capilaridade muito grande porque tem de atingir a todos os lugares do Brasil. Mas, de qualquer forma, eu sei que V. Exª tem conhecimento e capacidade comprovada para enfrentar essas dificuldades e terá sucesso, principalmente porque eu sempre tenho mencionado que, graças a Deus, a educação, nos últimos anos, desde o Governo Fernando Henrique (já desde o Governo Itamar Franco) tem sido vista no Brasil como um assunto de Estado, não um assunto de governo, independente de quem seja governo, esse ou aquele partido, a educação tem merecido um tratamento di-

ferenciado tanto na área política como na sociedade e isso, com certeza, ajudará V. Exª na condução dos assuntos do Ministério.

Eu, observando e ouvindo sua apresentação, queria lhe fazer aqui rápidas considerações. O Ministro Haddad esteve nesta Comissão por ocasião da crise – se assim podemos dizer – de entendimento sobre o livro didático, que foi distribuído no Brasil inteiro com maneiras diferentes de abordagem da questão ortográfica, com algumas observações, do meu ponto de vista, até tendenciosas quanto à ideologia e à política e que prejudicaram, sem dúvida nenhuma, meu partido, o PSDB. Foram suficientemente debatidos aqueles assuntos, mereceram decisões nos mais variados níveis, mas o Ministro Haddad chegou a dizer aqui que o programa do livro didático no Brasil é um programa de excelência mundial – não podemos deixar de reconhecer isso – e que não havia uma legislação que regulasse o assunto.

Eu apresentei um projeto de lei aqui no Senado, aprovado, por unanimidade, em todas as Comissões e que já está na Câmara dos Deputados. Eu queria informá-lo desse fato e pedir que V. Exª, por intermédio de sua assessoria, realizasse diligências para que a Câmara efetivamente aprovasse aquele projeto que não é de oposição que vise a criar dificuldades; pelo contrário, ele procura evitar que nós tenhamos novos problemas no futuro. Uma vez que se torne lei e que tenha regras bem estabelecidas – aliás, regras que o MEC já vinha adotando em sua grande maioria –, eu tenho certeza que a gente não viverá outra vez dificuldades nessa área.

Por outro lado, quero dizer a V. Exª sobre minha posição com relação ao PNE: precisa ser aprovado urgentemente. Nós estamos aguardando e eu considero que a discussão e o debate sobre 7, 8, 9 ou 10% do PIB, ela poderia ser substituída por um comprometimento político do Governo de ir aumentando na medida da necessidade e não estabelecer isso como regra para dez anos inteiros, porque nós não sabemos quanto será a arrecadação, nós não sabemos quais serão as despesas nessa área. Eu considero que a negociação política que o Governo pode fazer com o Congresso e com as entidades de classe resolveria esse problema diante de um comprometimento político e governamental de atender as demandas na medida da necessidade.

O fato é que, sem PNE, é difícil a gente conduzir tanto o Ministério como as secretarias de Estado e principalmente as secretarias municipais. Não há sincronia nas ações, cada um está fazendo o que acha melhor, o que acha importante, o que acha devido. Portanto, enquanto nós ficamos discutindo se é sete, oito ou dez, cada Estado fica fazendo à sua moda e à sua maneira, e os efeitos lá na frente serão muito prejudiciais pela falta de sintonia e de sincronia entre as ações. Essa é uma opinião pessoal, e eu quero me colocar à disposição para ajudar naquilo que for necessário.

Veja Ministro, V. Exª falou aqui da necessidade de empresas participarem da formação e da alfabetização de alunos. Quero mencionar que tenho um projeto de lei que já foi apresentado aqui por conta de um fato. Um empresário do Rio Grande do Sul foi notificado pelo INSS, a ponto de comprometer quase um mês inteiro do seu orçamento anual, por ter pagado faculdade para seus funcionários. E sabe por quê? Porque o INSS entende que pagar faculdade para funcionário é uma forma de salário indireto: deve pagar fundo de garantia, INSS e todos os direitos trabalhistas sobre aquele valor. Isso é impraticável, Ministro! O senhor tem de se posicionar dentro do Governo, no âmbito do Ministério da Previdência, no âmbito do Ministério da Fazenda, porque, se o empregador quer financiar a aula, os estudos de um empregado seu, seja no ensino médio, seja no ensino superior na escola privada, deve poder fazê-lo sem que isso lhe cause novas despesas e maiores despesas que desmotivem aquela prática. Por que não? A escola privada só funciona mediante autorização do setor público. Nós temos é que permitir que todos façam educação. Se alguém tem condição de pagar o ensino de seu filho na escola particular, que o faça, porque aí a escola pública terá mais um espaço para um outro que precisa dela. Nós não podemos criar esse mecanismo de: é mais caro para quem paga, é mais barato ou, de outra forma, é custeado pelo Governo para quem não pode pagar. Nós temos de deixar a coisa andar livremente. Eu tenho um projeto nesse sentido e queria informá-lo disso.

Quero dar minha opinião sobre piso nacional. Eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina, e o meu Estado foi um dos cinco Estados autores daquela Adin que contestou a lei federal que instituiu o piso nacional para os salários. Mas nós não entramos com a Adin por causa do piso, nós entramos com a Adin por causa da hora-atividade, que, no meu Estado, exigiria a contratação de mais sete mil professores. Se em um Estado do País a hora-atividade precisa ser de 33%, porque lá a realidade social, a realidade econômica, a realidade geográfica exige isso, o meu Estado de Santa Catarina não precisa de 33%. Eu fui Secretário duas vezes e fui eu que instituí a hora-atividade em Santa Catarina quando fui Secretário do Governador Vilson Kleinübing. Por isso, no governo do Governador Luiz Henrique, nós entramos com a Adin. Por quê? Porque não havia a reivindicação de hora-atividade, havia a reivindicação de salário melhor ou de remu-

neração melhor. No meu ponto de vista, cada Estado tem de ter a liberdade para estabelecer determinadas condições de trabalho. Então, quando se fala em piso nacional hoje, Ministro, é difícil administrar, porque os prefeitos pressionam.

Eu vou contar um fato. O município de Imbituba, em Santa Catarina, um município muito conhecido pela beleza de suas praias e tudo mais, tem uma folha de pagamento de professor aposentado de um professor. Um, não dois! Isso porque todos os professores daquele município no passado eram celetistas. Hoje, há professores efetivos no âmbito do município que recebem muito mais do que os professores do Estado, porque o prefeito tem 25% para gastar e não paga nada de aposentadoria. Enquanto isso, no Estado de Santa Catarina, nós temos 50% da folha do magistério para inativos e outros 50% para ativos.

V. Exª, sem dúvida, iria para a história do País se analisasse e encontrasse uma solução que permitisse que o dinheiro da educação, os 25%, fosse todo gasto só para professor efetivo e para a manutenção da educação, tirando o ônus da conta dos inativos, que hoje impacta a conta da educação na maioria dos Estados e na maioria dos Municípios brasileiros. Não sei... O Brasil tem de pagar essa conta! E não um Município sim e outro não, porque aquele Município é mais velho e optou pelo regime da estabilidade do estatutário há mais tempo enquanto o outro fazia isso pelo modelo de CLT. Ou um Estado tinha muito professor contrato em caráter temporário e outro tinha poucos contratados em caráter efetivo... Quer dizer: a conta não fecha! A conta do inativo pesa sempre nas costas do ativo; o ativo é quem deve ser bem remunerado. O inativo tem direitos que devem ser preservados, mas o ativo deve ser bem remunerado.

Eu diria a V. Exª que esse é, do meu ponto de vista, a questão crucial para resolvermos o problema do piso e poder adotá-lo sem problema. Aliás, em Santa Catarina ele está adotado.

Pediria a V. Exª, mais duas últimas questões.

Primeiro, eu já disse aqui na Comissão e eu tenho conhecimento do assunto até por razões de ordem pessoal. Nossas universidades, sejam públicas ou privadas, não estão cumprindo nem os dias letivos e nem as horas-aula. Eu quero que todos saiam desta sala e compareçam a uma universidade, pública ou privada, sexta-feira, às nove e meia da noite, para ver quem está lá. E as aulas só terminam às dez e vinte ou às 10 e quarenta. Há necessidade de uma campanha para que se aproveite melhor a estrutura e o tempo de todos os professores e o das escolas, em todos os níveis, para que todos estudem mais, senão a gente aumenta o número de dias letivos, de qualquer forma, mas não completa a carga horária.

E por fim, Ministro, V. Exª precisa ver (e eu não ouvi em sua manifestação) e rever a questão da alimentação escolar. Eu não tenho a informação atualizada, mas o último número que eu tive foi de 30 centavos por aluno/dia. Eu não sei como em todos os Estados isso pode ser compreendido, mas eu tenho certeza de que nos Estados do sul do País, por exemplo, 30 centavos é um valor que não consegue suportar uma merenda, uma alimentação escolar, adequada e suficiente para o aluno que precise dela. Então, eu acho necessário se rever esse valor e estabelecer uma correção, porque ficou muito tempo sem se corrigir; depois, corrigiu-se. Agora, eu não sei se os 30 centavos foram antes ou foram depois. Mas eu pediria a V. Exª que também incluísse em suas prioridades e em suas preocupações esse assunto. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Paulo Borges. Primeiro, quero responder com a mesma elegância e com o caráter republicano que este País precisa para tratar a educação. É inegável que o governo Fernando Henrique Cardoso contribuiu para a educação. É inegável... Ampliou o acesso; o Fundeb... Desculpe-me, o Fundef à época; hoje Fundeb. O Fundef, eu estava aqui no Congresso, foi uma decisão muito importante e que deu lugar hoje ao avanço que é o Fundeb. Mas começou com o Fundef, que era um avanço. Nós temos muitos outros temas que poderemos discutir. Evidente que há divergências, pois um quer mais isso; outro quer mais aquilo. Mas há espaço para um grande, se não consenso, mas uma grande convergência em torno da educação. E o sistema federativo permite respeitar as especificidades, as diversidades, as opções pedagógicas e as culturas regionais. Um exemplo dos avanços: as diretrizes curriculares. Nós concluímos agora um trabalho extenso do Conselho Nacional de Educação: todas as diretrizes curriculares do Brasil. Só foi completada agora, mas começou naquele processo. A avaliação... Começou lá e avançou muito! A avaliação é fundamental para a gente saber qual é o resultado do processo, para ter orientação pedagógica para selecionar, enfim... Às vezes, ao se comparar há melhoras. Então, são contribuições muito importantes. Por exemplo: ampliação dos institutos federais. Eu acho que era uma coisa necessária e o Governo Lula resolveu, como o Prouni, o Reuni. Há outras questões que deram um salto no Governo Lula e que são absolutamente inquestionáveis. Mas nós temos de ter um debate, eu diria, mais positivo e mais construtivo nessa área para que realmente os alunos, que são os estudantes e as futuras gerações, possam

ter bons resultados e se evitar ao máximo a partidarização e apequenar essa discussão.

Segundo comentário que eu quero dizer é o seguinte. Apesar de todas as contribuições dos governos anteriores, nosso atraso histórico é muito grande. Quando Harvard foi criada em 1648, a América espanhola já tinha 13 universidades na América Latina. Treze! O Brasil não tinha nenhuma. Nós só tivemos a primeira em 1922! Tal é o tamanho do atraso histórico que nós tivemos: 1922, comparando-se com Harvard que foi em 1648! Então, é um atraso muito significativo e nós temos, portanto, que fazer muito mais em menos tempo para poder reverter essa dificuldade.

Em relação aos empresários e à educação, à formação dos seus profissionais, técnicos qualificados, dos seus trabalhadores, de participar da formação, tenho total simpatia por essa tese. E há um instrumento novo, que é preciso ser divulgado, que é o Fies. Quer dizer, o empresário pode pegar o financiamento do Fies para a formação profissionalizante dos trabalhadores com a bolsa empresa que nós colocamos lá. A bolsa trabalhador. Ele vai poder pegar o financiamento com juros de 3,4% ao ano sem correção da inflação, desde que seja direcionada à formação profissional; Sistema S e outros programas.

Então, temos novos instrumentos muito avançados para estabelecer essa parceria e acelerar o processo educacional no Brasil. É uma linha de crédito, eu diria, excepcional nessa direção.

Sobre o livro didático, de fato, nós não tínhamos uma regulamentação objetiva, mas, em 27 de janeiro de 2010, foi estabelecido o Decreto nº 7.084, sem prejuízo da discussão da lei, que não conheço. O seu projeto ser aprovado por unanimidade é bastante significativo. E estão estabelecidos três princípios fundamentais nesse decreto. Primeiro, o programa ocorre a cada três anos. Então, lançam-se os editais com três anos de antecedência para estabelecer a programação de didática. Não há atropelo, não há urgência. Há tempo para se fazer as coisas benfeitas.

Segundo, a avaliação pedagógica é feita pelas instituições de ensino superior, pelas universidades públicas com seus professores e, eventualmente, especialistas, que são convidados. Portanto, não é o MEC nem os funcionários do MEC. São as universidades que fazem a avaliação das obras.

Terceiro, são princípios que eu diria absolutamente fundamentais: respeitam a legislação, as diretrizes e normas gerais da educação brasileira; há observância dos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; coerência e atualização da abordagem teórico-metodológica; correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor; adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico.

Então, há princípios claros: três anos de antecedência, quem faz a avaliação, a escolha e os princípios que orientam.

Por último, o MEC sugere coleções, e, ou o professor, ou a escola faz a opção pelo livro didático desde que não seja na mesma editora. Só não pode fazer na mesma editora. A coleção é exatamente para não haver qualquer dirigismo comercial no processo pedagógico. E a escolha é da rede. Não é do MEC. O MEC não impõe livro didático a quem quer que seja. Ele faz um guia das opções que permite que toda essa pluralidade do processo pedagógico, num País continental como o Brasil, seja respeitada e seja encaminhada.

Em relação à jornada, acho que é uma bela lembrança, que foi aqui colocada. Quero até dizer publicamente algo importante: temos uma parceria com a Abert que nos permite fazer comerciais sobre educação, desde que o caráter seja republicano, e política educacional, para divulgar os programas, fazer campanhas etc.. Eu me comprometo a pensar uma campanha em torno disso. Vamos aproveitar integralmente a hora da aula. A aula tem começo e fim; usar o melhor possível esse tempo.

Existe, talvez, a ideia de que quem estuda escolhe o que vai ser na vida. Quem não estuda pode ser escolhido ou não. Estudar o tempo inteiro, pelo qual você tem o direito de optar, é um direito seu. Use esse direito e tal. Fazer uma campanha chamando a atenção para a necessidade de estudar em tempo integral.

Em relação à merenda escolar, nós tivemos uma evolução importante. Saímos de 13 centavos para 30 centavos. É a suplementação que a União faz. E para a educação mais educação em tempo integral, nós temos uma complementação de mais 90 centavos, porque a jornada aumenta. Então, já estamos indo para 30 mil escolas. Portanto, estamos dando mais 90 centavos, ampliando a jornada integral, e houve uma evolução. Mas, de qualquer forma, nós vamos analisar dentro da situação orçamentária a possibilidade de tratar.

Agora, qual foi a providência que tomamos também? Nós informatizamos toda a merenda. A partir do mês de março, vamos saber exatamente quem comprou o que e quanto pagou. Não é só um problema de valor. É um problema também de eficiência no gasto; saber qual é o padrão de alimentação que as crianças estão tendo. E, aí, tendo essas informações, vamos poder começar um diálogo com a rede no sentido de estabelecer um padrão que seja um padrão de eficiência no gasto com a merenda. Tem desperdício, tem serviços terceirizados que de forma clara estão

comprovadamente e abusando e desviando recursos da finalidade que deveria ser definida.

Então, ao informatizar o sistema, nós vamos ter mais transparência e saber exatamente o que está chegando à sala de aula e a que valor está chegando. E isso permitir uma reflexão e uma discussão sobre como aprimorar a merenda escolar no Brasil.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ministro, só uma sugestão: eu acho que vale a pena, sobre esse tema, ver cinco municípios onde a descentralização deu certo e cinco onde não foi implantado. O senhor mesmo ter uma conversa com os gestores, porque o número de municípios – e eu tenho viajado a alguns Estados e consultado – que estão realmente praticando o que se deseja é muito pequeno ainda. Acho que vale a pena esse diálogo para entender como as regras atuais estão funcionando na prática.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Nós precisamos aumentar a eficiência na gestão dos recursos, e ajudar, fazer uma parceria com os municípios especialmente, para que essa compra de alimentos seja a mais eficiente possível. E temos também o PAA, que é aquele programa de aquisição de alimentos, que fortalece a economia regional, a agricultura familiar, que é muito importante para a economia do município. Quer dizer, o poder de compra do Estado gera emprego para agricultura familiar, gera para as cooperativas e fortalece a agricultura local.

Então, nós precisamos analisar, nós precisamos saber qual é a extensão desse programa, se está acontecendo, onde está acontecendo, se está acontecendo de forma correta. Estamos iniciando um trabalho de informatização, para termos *online* esses dados ao longo desse próximo período e, em cima disso, fazer um estudo para aprimorar a qualidade da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos doze Senadores inscritos. Vamos prosseguir com quatro blocos de três Senadores. Nesse bloco, Senadores Cássio Cunha Lima, Eduardo Suplicy e Lídice da Mata.

Com a palavra, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente Requião, Senador Paulo Bauer, Ministro Aloizio Mercadante, permito-me cumprimentar todos os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, assim como saudar o Secretário Executivo, Henrique Paim. E, ao cumprimentá-lo, saúdo todos os demais colaboradores do Ministro no MEC, ao tempo em que, de forma mais sucinta possível, gostaria de felicitá-lo, Ministro, pela exposição, objetiva, lúcida, extremamente eloquente e que nos traz ânimo claro no que diz respeito a vencer desafios que o Brasil enfrenta no campo da educação.

Contudo – e essa não é uma responsabilidade de V. Exª, é claro – eu acredito que nós continuaremos enxugando gelo. O Brasil tem um modelo federativo mitigado e não será – permita-me, data máxima vênia – o MEC desenhando escolas no aspecto arquitetônico, inclusive, no Brasil inteiro que este nosso País continental vai resolver os seus desafios.

Roda, roda, roda e eu tenho que voltar ao tema da concentração de recursos sob o controle da União, que não é um fenômeno de agora, deste Governo, é uma constatação que o Brasil observa ao longo das últimas décadas, que vai aos poucos produzindo – desculpem a força da expressão – um monstrengo que não tem capacidade de resolver os problemas de forma efetiva no campo da educação, como tem se mostrado ineficaz também na saúde, na segurança pública e em várias outras políticas públicas de que o Brasil necessita.

Portanto, feita a ressalva sempre primeira que realizo nas minhas intervenções, seja aqui nesta Comissão ou mesmo no plenário, o nosso País terá que se encontrar, em algum momento, com esse debate, com essa discussão. Não me parece racional, não me parece lógico que, num país da dimensão do nosso, o Ministério da Educação tenha que executar políticas de distribuição de transporte escolar, por exemplo; que o Ministério da Educação esteja incumbido de cuidar de merenda escolar, no que diz respeito à alocação dos recursos.

Portanto, feita essa crítica primeira e de forma um tanto quanto genérica, empírica, mas acredito que ela foi devidamente compreendida, eu gostaria de também saudá-lo pela postura elegante republicana de reconhecer avanços que foram alcançados durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, citando alguns exemplos. E eu poderia complementar com a própria bolsa-escola, que é a precursora da bolsa-família. Foi no Bolsa Escola com outros programas, Senador Suplicy, que tivemos a gênese do que temos hoje com o Bolsa Família, o próprio Enem – e vou falar do Enem um pouco mais adiante.

Quatro questões para objetivar a minha participação. A primeira delas de forma muito rápida: quando o louvável e elogiável Pronatec decola? Até agora, o programa foi lançado, mas, na forma prática, ainda não saiu do papel. Compreendo bem, pois já fui governador duas vezes, já fui prefeito por três mandatos e compreendo bem todos os entraves da burocracia.

E no decolar do Pronatec, fica aqui a sugestão de que possamos incorporar, já no primeiro momento, a rede estabelecida, seja a rede estadual – o Senador Wellington Dias estava aqui ao meu lado fazendo essa observação há poucos instantes – como a rede

filantrópica, a citar o exemplo da Escola Técnica Redentorista de Campina Grande, que funciona com excepcional qualidade e que tem uma grave crise e constante, crônica crise de financiamento. Portanto, poderíamos começar... Fica a sugestão renovada do Pronatec por esta rede já estabelecida e que enfrenta essa dificuldade.

A segunda questão: segundo dados desta Comissão de Educação, em cada 100 alunos que entram na 1ª série, somente 47 terminam o 9º ano na idade certa; 14 concluem o ensino médio sem interrupção, e apenas 11 chegam à universidade. O questionamento é este: o que está falhando, a capacidade de fiscalização do MEC ou a competência de quem executa a educação na ponta? Precisamos refletir sobre isso, para que possamos compreender que o problema está lá em cima no modelo, no *layout* que está sendo praticado. E, na minha sensação, continuaremos por um bom tempo "enxugando gelo".

A terceira questão diz respeito ao piso salarial, piso salarial x Fundeb. Eu já disse aqui nesta Comissão e vou repetir: é uma profunda distorção que um Estado como a Paraíba aporte mais recursos para o Fundeb do que a própria União. Quando você faz o balanço do Fundeb para um Estado como a Paraíba, o que o governo do Estado aporta, em termos nominais, no fundo para o próprio Estado, é um valor superior ao que a União repassa para aquela unidade federada. Essa é uma distorção que precisa ser corrigida definitivamente, porque, do contrário, você reproduz a desigualdade, você reproduz a desigualdade que está sendo hoje verificada no Enem – e chego ao Enem em instantes – para trazer talvez a participação mais reflexiva e mais polêmica, quem sabe, dessa minha breve intervenção.

O Senador Roberto Requião trouxe uma sugestão muito interessante, de criação de um fundo para financiar esse sistema educacional brasileiro. Aqui mesmo, no final do ano passado, Senador Renan Calheiros, esta Comissão aprovou proposta do Senador Inácio que vincula 50% dos recursos do pré-sal para educação, ciência e tecnologia. O projeto hoje tramita na CAE, então, já existe em tramitação nesta Casa uma proposta de vinculação, que pode ser talvez aprimorada, pelo que me informou há pouco o Senador Inácio Arruda, por uma fixação temporal; vamos discutir 20, 30 anos para que esses 50% dos recursos do pré-sal estejam vinculados a educação, ciência e tecnologia. Mas hoje já existe um mecanismo pronto em funcionamento para que o Governo Federal possa socorrer os Municípios e os Estados que, eventualmente, comprovem dificuldades para o pagamento do piso. E esta é uma discussão humilhante, posso assim dizer, para algumas unidades federativas, que se colocam numa posição de fragilidade quando apresentam de fato – está lá na escrita pública, basta ver a contabilidade desses Estados – dificuldades para praticar um piso de R$1.451,00 para o salário de um professor,porque possuem um comprometimento da dívida pública formada ao longo da história e que incapacita esse pagamento. Alagoas, assim como a Paraíba, tem um comprometimento extremamente elevado, em que pese quando governador, ao assumir os destinos da Paraíba, a nossa dívida pública comprometia praticamente 14,7% das nossas receitas. E quando concluí o meu mandato, esse comprometimento havia sido reduzido para 7,6%. Tivemos uma redução do estoque principal dessa dívida ao custo de restrição de financiamento ao preço de impossibilidade de uma política salarial mais justa para os serviços. É preciso olhar o Brasil como um todo e compreender esses limites de Estados e Municípios. E aí, naturalmente, fica o MEC numa posição confortável e é preciso que haja um pouco mais de solidariedade e compreensão diante dessas dificuldades, para que possamos fazer o caminho correto, que é de uma melhor remuneração para os nossos professores.

O Fundeb, portanto, é o caminho e o instrumento já existente para que o Governo Federal possa olhar caso a caso e, através do próprio Fundeb, reforçar os repasses de recursos aos Estados, que por sua vez repassarão também aos Municípios os recursos para os desafios do pagamento do piso salarial que está hoje na pauta do dia.

Garantidos os recursos do pré-sal, nós teremos que olhar de forma muito atenta para a gestão escolar. O Brasil caminha, não temos dúvida disso, para a alocação de uma parte dos recursos do pré-sal na educação, ciência e tecnologia.

É inimaginável que do volume extraordinário de recursos do pré-sal, nada ou quase nada seja destinada para educação, ciência e tecnologia. É claro que teremos destinação, vinculadas ou não, mas haverá destinação. E, portanto, o financiamento está em vias de solução e temos que olhar para a gestão, como esses recursos serão executados, como eles serão aplicados.

E por fim, vêm a preocupação última, que é em relação ao Enem. E aí me permito discordar de uma assertiva de V. Exª no que diz respeito ao Enem criar oportunidade para que estudantes do Norte e Nordeste, por exemplo, possam ocupar vagas nas faculdades do Sul/Sudeste, ou seja, nas melhores universidades do Brasil.

O fenômeno, na prática, Ministro, tem sido o contrário. Os estudantes do Norte e Nordeste não conseguem sequer ocupar as vagas das suas próprias

faculdades. Eu vou inclusive formular um pedido de informação para que o MEC possa trazer a informação precisa para esta Comissão do percentual de alunos por região, indicando a origem de cada um deles. O que quero dizer com isso, de forma bem objetiva, é que a elite que compõe o ensino médio brasileiro ocupa as primeiras vagas e as vagas todas da USP, da Unicamp, das principais faculdades brasileiras, inclusive muitas delas no Nordeste, na própria Paraíba. O segundo pelotão de Rio e São Paulo que não conseguem acesso a estas universidades, mas que são mais bem formados que os estudantes, em média, das regiões Norte e Nordeste, passam a ocupar as vagas das regiões Norte e Nordeste. E estamos diante de um fenômeno perigoso, porque toda essa mão de obra que está sendo formada, depois de formada, ela volta ao seu Estado de origem. Não tenho número preciso, mas posso estimar, sem exagero, que, no mínimo, hoje, 85 a 90% dos estudantes de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande, da Universidade Federal da Paraíba, são estudantes de outros Estados. E o Estado da Paraíba não conseguirá, nos próximos anos, formar os seus médicos. E é preciso que se analise uma solução.

Estou com a consultoria técnica da Casa, com a minha assessoria do gabinete estudando mecanismo para que o aluno possa, e aí seria importante discutir com o próprio MEC, o aluno possa, talvez seja um caminho eclético, optar por um Enem nacional ou por um Enem estadual. Poderíamos pensar talvez num modelo misto. Poderíamos fazer com o Enem, talvez, o que fizemos com a nossa universidade estadual quando eu estive à frente do governo do Estado. No campo da Educação, fizemos algo de muita importância para a universidade estadual que foi a autonomia na nossa universidade, vinculando recursos claros do orçamento do Estado. Talvez a Paraíba hoje tenha a melhor legislação do Brasil em termos de autonomia universitária. Conseguimos um programa de expansão da universidade para professores de licenciatura, ao tempo em que o nosso governo levou e expandiu o ensino médio para todos os Municípios, e por incrível que pareça não faz muito tempo a Paraíba tinha ainda grande número de Municípios sem ensino médio. Instrumentalizamos a universidade para que ela pudesse expandir os cursos de licenciatura para o interior. Cada estudante de licenciatura estava obrigado a fazer ações de alfabetização para a conclusão do seu curso, e registramos ali avanços significativos.

Um dos avanços foi que ao invés da reserva de cota por etnia, para a universidade do Estado, nós fizemos o critério de origem do estudante. Começamos com 10%, passamos para 20%, chegarmos a 30% e alcançamos 50% das vagas da Universidade Pública Estadual da Paraíba, da UEPB, para os alunos egressos da rede pública. Esse é o critério de corte: 50% das vagas são reservadas aos alunos egressos da escola pública. E resolve, resolve na prática, resolve de forma social, porque, no Brasil, existe essa distorção. Os meus três filhos, Diogo, Marcelo e Pedro estudaram a vida inteira nas escolas particulares.

Eu tive, graças a Deus, condições econômicas de financiar um intercâmbio nos Estados Unidos ou no Canadá, e Luíza já voltou do Paraná, ela que é paraibana, e geramos uma distorção absurda, onde Diogo, Marcelo e Pedro estudaram nas melhores escolas aqui de Brasília, quando fui Deputado, e em João Pessoa, em Recife quando fui superintendente da SUDENE, se qualificam no exterior e voltam para competir na escola com os alunos da escola pública, numa competição absolutamente desigual. E essa desigualdade, agora, ela se aguça com o Enem, porque antes eles competiam apenas com os estudantes da própria Paraíba, em regra; agora eles competem com os estudantes de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina.

Portanto, fica a preocupação em relação ao Enem, elogiando naturalmente o exame, que é um avanço, mas que, involuntariamente, pode estar gerando uma gravíssima distorção para o futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB –PR) – Eu não quero fixar tempo das intervenções para preservar a possibilidade de colaboração de cada um dos Srs. Senadores com o Ministro e de esclarecimento das suas indagações.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, é que cheguei com dez meses de atraso. Estou tirando o atraso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB –PR) – Faço mais um apelo aos Srs. Senadores e Senadoras: vamos tentar fazer um esforço de síntese.

Com a palavra, para mostrar a sua enorme capacidade de redução e síntese, o Senador Suplicy; posteriormente a Senadora Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Caro Presidente Roberto Requião, quero enaltecer a forma como tem conduzido a Comissão de Educação, seja com a presença, diversas vezes, do Ministro Fernando Haddad, seja agora com o querido Senador, Professor, Ministro Aloizio Mercadante.

É tão importante que V. Exª, até com o acúmulo do que aconteceu quando Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, dirija agora a sua energia tão positiva para promover a expansão do ensino em todos os níveis, desde a creche até os cursos de pós-graduação, no Brasil, de uma maneira tão significativa e com a consciência que V. Exª tem da importância de termos

a educação como um modo de assegurar dignidade e, sobretudo, justiça em nosso País.

Presidente Roberto Requião, caro Aloizio Mercadante, hoje quantos celulares há no Brasil? Um número maior do que os nossos 191 milhões de brasileiros e brasileiras. Estimam-se 242 milhões de celulares, três vezes mais do que os computadores. Ora, ao se perceber que as pessoas mais carentes hoje no Brasil passaram a utilizar tanto os celulares e ao se perceber que, ao fazerem isso, se familiarizaram significativamente com os números, mas, ao perceberem que ao lado dos números estão as letras do alfabeto, então alguns pesquisadores inovadores, inclusive aqui presentes, como o Prof. José Luis Poli, tiveram a ideia de que essas pessoas que têm um grau de educação muito precário, ainda não sabem ler e escrever, poderiam, a partir da própria utilização tão intensa dos celulares que o fazem no seu cotidiano, poderiam também aprender a se alfabetizarem. E eis que, nos últimos três, quatro anos, aqui, no Brasil, e lá, no Paquistão, desenvolveu-se uma experiência muito significativa e agora bem formulada nas cidades de Itatiba, Campinas, Franca, Araras e Indaiatuba, onde turmas de cerca de 130 alunos estão aprendendo isto: numa primeira fase de quatro meses, aprendem bem o português; outra fase de quatro meses, matemática, e, na terceira fase de quatro meses, as ciências, como meio ambiente, saúde e qualidade de vida.

Ao conhecer essa sistemática e observando que ela pode significar uma aceleração do objetivo maior do Ministério da Educação, sob o governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma agora, tem nisso uma de suas principais metas. Noto que, em sua exposição do programa de alfabetização, o primeiro item, – e tendo em conta que alguns países da América Latina, como Cuba, Venezuela, Chile e Argentina – praticamente chegaram ao analfabetismo zero e sendo esse um dos objetivos primordiais de sua pasta, prezado Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de lhe transmitir os estudos desenvolvidos pelo Prof. José Luis Poli e gostaria muito de ter a oportunidade de dialogar com V. Exª sobre como isso pode efetivamente se tornar um instrumento muito significativo e importante.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer duas perguntas relativas aos esforços que têm sido feitos por movimentos populares, um com respeito à Zona Leste, pois muitas vezes nós mesmos, como Senadores, e V. Exª, como Ministro, e o Ministro Fernando Haddad, fomos convidados pelo padre Dicão, e todas as organizações da Zona Leste querem saber por que está avançada a ideia de que o Prefeito Gilberto Kassab pudesse adquirir uma área para a Universidade Federal da Zona Leste de São Paulo, e com isso haveria as condições para que, com o esforço da Prefeitura e do Ministério da Educação, se atinja o objetivo de ali se desenvolver.

Então, eu agradeceria se puder dar uma informação a respeito disso e, finalmente, para ser conciso e atender ao seu pedido, caro Requião, eu queria apenas transmitir a V. Exª o esforço muito grande que a coordenação pelo movimento pela Universidade Federal do Juquery... V. Exª, que conhece muito bem Franco da Rocha, sabe que ali o Juquery era o lugar da maluquice, da doideira, da esquisitice, da piração, alucinação, demência, paranoia, psicose, esquizofrenia, mas, com os desenvolvimentos havidos nas últimas décadas, inclusive de se acabar com instituições como a que era o Juquery, aquele lugar tem uma condição excepcional para se tornar uma universidade exemplar. V. Exª, que conhece esse lugar, vai se interessar por isso. Inclusive, na sexta-feira próxima haverá um ato em Franco da Rocha para levar adiante esse propósito e eu agradeço se V. Exª puder considerá-lo.

São estas as perguntas, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Ah, desculpe-me. Agora é a Senadora Lídice da Mata. Eu gostaria de aproveitar, se eu for a próxima do primeiro bloco, para fazer as minhas perguntas junto com este bloco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem problema.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora a extraordinária capacidade de objetividade e síntese da Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – PA) – Exatamente, Deputada.

Eu, que ainda estou aqui completamente disfônica, mas acho que muito já foi dito e questionado. Creio que discutir o desafio da educação no Brasil não existe sem discutir o seu financiamento. Aliás, a educação, a saúde e a segurança pública hoje são os desafios dos Estados brasileiros, das políticas públicas brasileiras e, objetivamente, vinculado a eles o modelo de financiamento.

Há, sem dúvida, uma concentração de recursos no Poder Federal que precisamos reverter. A Constituição de 88 deu passos nesse sentido, mas nos últimos vinte anos houve um retrocesso, sem dúvida. E não vamos acabar a discussão a respeito deste assunto aqui nesta sessão. Vamos ter a possibilidade de debater e evoluir nesta discussão.

Por isto mesmo, creio que, diante desse desafio que o Ministro colocou aqui com muita competência, nós deveríamos analisar o Governo brasileiro, uma re-

avaliação da sua posição e assumir a idéia dos 10% do PIB para a educação, assim como creio que deveríamos analisar o pré-sal tendo como meta central a educação. Não quero aparecer como a mais radical das posições aqui apresentadas que, creio, representam o esforço do Congresso Nacional, dos movimentos populares, de compreender o desafio da educação, como é o caso da discussão dos 50% do pré-sal para a educação. Se nós não tivermos a compreensão de que o desafio essencial da saúde e da segurança pública passa pela educação, nós não vamos dar o salto necessário.

Por isso, creio que pensar em ser mais ousados ainda e caminhar para ter um pré-sal que alcance 80%, 70% de sua utilização em educação, ciência, tecnologia e inovação não é demais em relação ao Brasil e ao vazio que temos de superar. O próprio Ministro falou do nosso vazio, da nossa distância de mais de 300 anos da formação da primeira universidade.

Quando o Ministro foi chamado para ser ministro, muitos educadores se mostraram preocupados dizendo que ia cuidar só de educação - um professor de nível superior Ministro de Ciência e Tecnologia vai cuidar apenas da educação de nível superior. Nós nos damos o luxo no Brasil de estabelecermos uma disputa e uma dicotomia entre a indispensável centralização de nosso esforço na meta de alfabetizar na idade certa, que é o desafio número zero do Brasil e da educação pública brasileira... Estamos discutindo educação pública, pois a realidade da educação particular é outra; trata-se do universo daqueles que não têm acesso à educação, porque não têm forças econômicas, financeiras para lhes dar esse acesso que estamos discutindo, portanto, o universo da obrigatoriedade do Estado.

Eu achei extremamente importante a sua fala, Ministro, a clareza do seu raciocínio quanto ao desafio essencial de alfabetizar na idade certa como sendo o desafio da escola pública brasileira, mas estamos tão atrasados que temos de fazer esse desafio e, ao mesmo tempo, expandir de forma acelerada o ensino de nível superior e o ensino tecnológico no Brasil. Aí, ficamos na posição de trocar o pneu do carro com o carro andando ou quase andando, como na Fórmula 1. É essa que é a situação figurada, simbólica da educação brasileira. Portanto, o senhor não vai enfrentar um desafio fácil; nem os prefeitos, nem os governos enfrentam um desafio fácil na questão da educação.

Aliás, quero dizer que não estou contaminada pela discussão do Governo de Lula e do Governo de Fernando Henrique. Como não sou nem PT nem PSDB, fico distanciada dessa discussão. Reconheço na biografia dos três últimos Presidentes da República uma extraordinária contribuição à luta democrática brasileira e reconheço nessas biografias talvez uma grande falha, fruto do momento político em que vivíamos: é o fato de nenhum dos três ter tido a oportunidade de ser nem Prefeito, nem Governador. Portanto, talvez por isso, não compreenderam, de forma tão necessária, com tanto afinco, a dificuldade do financiamento na ponta do serviço de educação, de saúde e de segurança pública, que é o grande desafio do Estado brasileiro neste momento. Fizeram grandes esforços nessa direção, mas a mobilização dos prefeitos e dos governadores em relação ao pagamento do piso demonstra claramente as dificuldades existentes. Essas dificuldades não são fruto da birra de nenhum governador ou da birra de nenhum prefeito. O valor de R$1.451,00 não resolve a situação dos professores brasileiros e, no entanto, é difícil de ser pago pelos Estados e pelos prefeitos do nosso País.

Ninguém achava que ia ser fácil quando votou. Agora, o desafio nosso, do Ministério da Educação, dos governos estaduais, do Senado e da Câmara dos Deputados, é ajudar para que possamos superar as dificuldades, garantindo, claro, a execução do piso. Então, quero dizer que participo desse esforço em que precisamos ter um plano básico para a educação continuada e de discutir o seu financiamento.

Tudo o que discutimos aqui, eu tenho uma experiência que vem de Prefeitura e, portanto, diferente dos que falaram aqui. Fico pensando, a todo o momento, quando esse aparelho chegar à escola pública municipal, a necessidade do financiamento da segurança. A segurança na escola hoje é uma questão essencial para a realização da escola pública nos grandes centros urbanos brasileiros, a segurança do professor nas áreas periféricas, a segurança do aluno.

O nosso desafio não está apenas em garantir o salário, em garantir a tecnologia, em garantir a educação e a formação continuada e qualificação dos professores, mas em ter uma série de políticas sociais que permitam com que o ambiente da escola pública, o ambiente vivido pelo aluno da escola pública seja um ambiente que permita o seu desenvolvimento.

Quero, portanto, parabenizar o Ministro, homem público que em sua história no Parlamento brasileiro, na vida pública nacional, que tem o convencimento de que terá de assumir todos os compromissos aqui anunciados e contará, sem dúvida nenhuma, com o apoio do Senado Federal, desta Comissão de Educação para que possamos travar o debate e dar uma contribuição, cada vez maior, ao Governo brasileiro.

Obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Aloizio Mercadante, quero desejar-lhe boa sorte na sua gestão no Ministério da Educação. Com certeza, o maior desafio do país hoje é reverter os indicadores, os números no *ranking* internacional e nacional da educação no Brasil. Precisamos, de fato, de uma grande revolução para que o Brasil possa dar oportunidade a todos os seus cidadãos para usufruírem do grande crescimento que é esperado para 2020, para 2050, para que não apenas meia dúzia de pessoas possam usufruir disso, mas que a grande maioria dos brasileiros possam, merecidamente, usufruir dessas oportunidades.

Sr. Ministro, escola de tempo integral. É pago 1.3 por matricula, 30% a mais que a escola em tempo integral. Gostaria de dizer que é pouco. De fato, se o tempo é integral, deveria ser 100% do tempo de meio período. Mas conhecemos as condições em que não é necessário 100% e com 50%¨, pelo menos, nós poderíamos contornar bem a situação especialmente por conta do piso salarial, do piso básico e isso tem trazido muitas dificuldades. Se antes É pago 1.3 por matrícula, 30% a mais para escola em tempo integral. Eu gostaria de dizer que é pouco. De fato, se o tempo é integral, deveria ser 100% do valor de meio período, mas conhecemos as condições e sabemos que não é necessário cobrar 100%, que com 50%, pelo menos, nós poderíamos contornar bem a situação, especialmente por conta do piso salarial, do piso básico. Isso tem trazido muitas dificuldades. Se antes um prefeito, um secretário de Estado podia gastar, no mínimo, 60 com a educação, hoje ele está gastando quase 100%, porque não tem limite para salário de professores, ele está gastando quase os 100% para alcançar o piso do salário, principalmente na escola de tempo integral. Então, 50% eu tenho certeza, conversando com o Secretário de Educação do Tocantins, Prof. Danilo, que é da maior competência, que é do seu partido, PT, e que tem demonstrado os números, mostrando que é necessário ampliar.

Com relação à merenda escolar da escola de tempo integral, é a mesma coisa, os noventa centavos foram um avanço, mas precisaríamos de R$1,60 para três refeições de extrema qualidade para que as crianças pudessem ficar bem atendidas. Nós sabemos do Programa mais Educação, que vem complementar a situação da escola de tempo integral e que esse programa possa ser ampliado, que ele possa ser fortalecido. A escola de tempo integral e o Mais Educação são dois programas importantes na complementação do Escola de Tempo Integral.

Terceiro ponto: a questão das sete horas para que uma escola seja considerada escola de tempo integral. Na verdade, nós temos escolas e escolas. As escolas das grandes cidades, como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, enfim os grandes centros, quanto mais tempo as crianças ficarem na escola mais protegidas elas serão de toda violência que existe principalmente nos grandes centros, mas no interior do Brasil seis horas já tem que ser considerado escola de tempo integral, principalmente na zona rural. Quando dizemos "zona rural", não queremos indicar apenas aquela escolinha que fica lá no sertão; nós encaramos também as pequenas cidades do Brasil como as cidades do campo, as cidades do interior do País. Por quê? Porque elas vão andar longas distâncias. Se elas ficarem sete, oito, nove horas na escola, elas vão ter que ir à noite para casa e viajar e chegar quase à meia-noite. Então, precisamos trazer uma diferença nessa situação. Claro que, quanto mais tempo de estudo, isso está provado... mas pode comprometer e trazer um efeito negativo se as crianças do interior do Brasil ficarem submetidas a um horário extenso e depois vir nos ônibus, comendo poeira, com fome, voltando para casa para dormir e, no outro dia cedo, voltar pela mesma estrada empoeirada, comendo poeira e com fome, até chegar à escola.

Então, eu gostaria que V. Exª pudesse considerar. Em vários países da Europa, seis horas já é considerado escola de tempo integral.

Ministro, a meritocracia, foi colocado bem aqui pelo Senador Paulo Bauer, é indiscutível. A meritocracia precisa ser implementada no Estado brasileiro, em todos os níveis. As pessoas precisam ser premiadas pelo seu talento. Nós não podemos tratar as pessoas de forma igual. Precisamos estimular para que essa pessoa possa buscar dentro de si toda a sua força, toda a sua competência e ser remunerada por isso, como a empresa privada faz. Por que é que se comenta, no Brasil, que as empresas privadas estão 50 anos na frente e o Estado brasileiro, os governos, 50 anos para trás?

Um dos pontos básicos disso é exatamente a implementação de uma gestão eficiente. Os nossos professores são bons, mas são seres humanos como qualquer outra pessoa e precisam ser estimulados e remunerados para isso. Nós estamos implementando no governo do Tocantins a extensão rural, a assistência técnica com meritocracia, que vai ser modelo aqui para o Ministério do Desenvolvimento Social, com a Ministra Tereza Campelo, para o INCRA. Nós estamos apresentando essa proposta ao Brasil, será apresentada no fórum do Banco Mundial no Vietnam, em junho, para que as pessoas possam tirar, de fato, a pessoas da pobreza no campo.

Então, a meritocracia precisa não só ser estimulada. Precisa ter um programa do Governo Federal, do MEC, exigindo, claro que dando o tempo para que as

escolas se adaptem, mas dando os prazos que são viáveis, mas a meritocracia precisa ser exigida em todos os níveis de educação no País e, também, na saúde, não tem diferença nenhuma.

Nós estamos, Ministro, o Senar e a CNA, fazendo uma experiência numa escola de alternância, a Escola Che Guevara, na cidade de Monte do Carmo, no Tocantins. As crianças ficam uma semana na escola em regime de internato e uma semana em casa. E nós, de forma inovadora no País, criamos a figura do professor da família. Naquela semana em que a criança fica em casa, inteirada com os seus pais, o professor vai até a casa para levar as tarefas, corrigir tarefas e dar aulas ao aluno em casa. Economiza-se para o Município – todos nós sabemos o custo do transporte escolar, hoje, nas contas de uma prefeitura –, mas o mais importante é o bem-estar desses alunos e a sua convivência com seus pais.

Claro que temos escolas e escolas rurais. Há escolas onde é impraticável ficar uma semana na escola, uma semana em casa. Existe criança que tem que atravessar rios, que tem que atravessar distâncias imensas para chegar em casa e que precisa ficar em regime de internato, mas tem criança que pode ir, sim três vezes na semana. O Secretário Danilo, em Tocantins, está implementando essa figura agora: três vezes na escola e duas vezes na semana em casa. Vai também elaborar e transferir para o Tocantins, para a Secretaria de Educação, o professor da família. É muito mais eficaz e muito mais barato para o Município o professor ir até lá uma, duas vezes por semana, do que todos os alunos virem para a escola.

Só quero dizer com isso, Sr. Ministro, que o campo é diferente da cidade. Não são pessoas especiais, mas se encontram em circunstâncias especiais. Nem a Prova Brasil é aplicada nas escolas do campo, a não ser nas escolas seriadas, que são só 10% das escolas do campo. Noventa por cento das escolas do campo são multisseriadas. Portanto, se nós aplicarmos a prova Brasil no campo brasileiro, os nossos números ficarão muito piores.

Pois eu deixo aqui para V. Exª, já entreguei no Ministério em outra oportunidade, vou entregar para o Dr. Paim, um estudo que a CNA fez com a Fundação Montenegro, em 2010, sobre a situação das escolas rurais no Brasil. Nós avaliamos cinquenta escolas em todo o Brasil e não preciso dizer da condição em que elas se encontram hoje.

Por último, a questão do empreendedorismo nas escolas, no Pronatec, em todas as circunstâncias. Os alunos, os brasileiros, precisam crescer com a garra e com o espírito empreendedor. Empreendedorismo não significa ser só patrão. O empregado, o trabalhador também precisa ser empreendedor, e ninguém fica empreendedor depois de velho. Ou se fica, é muito mais difícil. Se nós pudéssemos implantar na grade a questão do empreendedorismo, no Pronatec Rural, que a CNA foi convidada pelo Ministério para praticar. Das 180 horas do Pronatec Rural que a CNA vai fazer e o Cena, 40 horas nós vamos gastar com o empreendedorismo, nós vamos usar para trazer o empreendedorismo. Vai aprender como se tira leite, vai aprender sobre a questão leiteira, de suinocultura, de aves, mas vai aprender a fazer um plano de negócios, para saber se aquela atividade de fato dá lucro ou não, para que ele tenha esse espírito inovador.

Portanto, é só isso, Sr. Presidente, Sr. Ministro. Agradeço a oportunidade. Posteriormente, sobre a avaliação do livro didático, eu proporei nesta Comissão uma audiência pública especial para discussão desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço a qualidade das intervenções. Há muita matéria para a gente refletir, incorporar. Isto aqui é um dialogo. Nós não temos todas as respostas acabadas, nós viemos aqui também para aprender a incorporar. Mas eu queria responder a algumas questões que são essenciais.

Primeiro, Senador Cássio Cunha Lima, quero agradecer também a elegância da forma de tratamento, mas, em relação ao Pronatec, quais são os dados deste ano? Nós já temos 100 mil matrículas realizadas no Bolsa Formação. Já está em andamento. Temos 75 mil vagas disponibilizadas no Etec, que é o ensino a distância para o ensino profissionalizado. Temos um acordo com o Sistema S de 500 mil vagas para este ano. Já estão disponibilizadas no Sistema. E temos uma expansão da rede federal em andamento, que serão 562 unidades que estão sendo expandidas. E temos, a partir de março agora, o Fies Empresa. Quero reforçar isto: nós estamos dando uma linha de financiamento para empresas, 3,4% de juros ao ano sem correção monetária, para formação tecnológica, profissional, educacional dos seus trabalhadores. Então, também é um instrumento que a gente acredita que vai ter um impacto nesse processo.

De qualquer forma, temos grande interesse em parceria com os Estados. Eu estou indo à reunião do Consed, dias 7 e 8, no Rio Grande do Norte. Um dos temas, seguramente, será esse. Agora, há parceria com a rede estadual para novas vagas, porque temos uma meta a alcançar. Nós queremos fazer parceria assegurados que serão disponibilizadas novas vagas no sistema.

Em relação às entidades comunitárias ou privadas, elas podem se credenciar e serão credenciadas pelos institutos federais. Eles já estão fazendo esse trabalho em campo, analisando, certificando.

Você mencionou uma escola de excelência. Seguramente, será credenciada e poderá ofertar sempre na visão de novas vagas.

Em relação aos dados do Enem, as informações que nós temos... Eu pedi para fazerem um levantamento pelo Simec agora, porque temos lá um sistema informatizado. De qualquer forma, eu vou aprofundar isso amanhã e entregarei as informações. Mas a avaliação que a Cesumar deu agora é que, na Paraíba, 94% dos matriculados são da Paraíba, o que é um taxa excepcional, 6% fora do sistema. De qualquer forma, vamos levantar esses dados, CPF por CPF. Nós vamos checar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Refiro-me aos cursos que têm naturalmente as melhores avaliações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Os cursos de Medicina, a informação que nós tivemos foi do Reitor da Paraíba. O pessoal aqui é pronto atendimento. A avaliação do Reitor é que não houve distorção na questão do acesso. Alguns Estados, como o Ceará, Senador Inácio, aumentou a participação do Estado com o Sisu. Nós tínhamos, 2010 e 2011, 40% de fora do Ceará. Agora, só 20%.

De qualquer forma, Senador Cássio, eu acho que esta é uma matéria relevante. Não vamos ter uma resposta rápida. Vamos analisar com transparência, vamos avaliar se há distorções, e, se houver, vamos ter que atuar, porque é evidente que todo o esforço da política educacional é diminuir as assimetrias regionais. O Nordeste tinha, há dez anos, 1,9% do sistema de pós-graduação do País. Hoje tem 10%. Mas o Nordeste tem 27% da população e só tem 13% do PIB. Logo, o esforço de desconcentração e descentralização deve se acelerar. Toda a rede de FET, de universidades, todo esse trabalho tem sido feito nessa direção. E não só desconcentrar, mas desconcentrar com qualidade – laboratórios, infraestrutura –, porque, senão, você não compete.

Quando se analisa a Capes e se veem as instituições nível 7, nível 6, você vai ver concentração brutal no Sudeste e no Sul; de vez em quando no Centro-Oeste e raramente no Norte e no Nordeste. Isso não pode continuar no Brasil. Então, o esforço tem que ser esse mesmo. É um pacto federativo e é um tema absolutamente relevante.

As informações que temos até o momento não vão nessa direção.

Em relação às vagas públicas, eu tenho toda a simpatia por esse modelo. Por sinal, eu tinha um projeto que era este: chegar a 50% escalonadamente ao longo dos anos. Como Ministro, estamos abertos a propostas de aumentar a participação das escolas públicas na rede pública. Porque este é um tema absolutamente relevante para a gente motivar e dar qualidade ao sistema público que é a disputa pelo acesso para ter um projeto de futuro. O Prouni foi uma solução muito criativa e inteligente para a rede privada; o Reuni ampliou, dobrou o número de vagas disponibilizadas no sistema, e nós podemos aprimorar.

Com relação ao piso. O debate do piso tem certa similitude com o debate do salário mínimo. Nós ficamos, durante muitos anos, engessados na tese de que se aumentássemos o salário mínimo, nós teríamos uma desestruturação do sistema das administrações municipais. A história mostrou que era possível aumentar o salário mínimo e que é fundamental aumentar o salário mínimo para distribuir renda e criar um mercado interno de consumo de massa. Nós injetamos este ano 27 bilhões de reais a mais no sistema, na economia, pelo consumo popular desses segmentos. Com a crise, como o Brasil não consegue criar para fora, estamos crescendo para dentro.

Entretanto, é inegável que há um problema de acompanhamento de alguns Estados. Alguns Estados por problema de carreira. Os Estados que não fizeram a reforma na carreira têm dificuldade; quatro dos 27 Estados têm dificuldades. A carreira docente. E a relação entre passivo previdenciário e futuro. Há Estados, por exemplo, em que mais da metade da folha é previdência social. Então, não é um problema de piso; é mais profundo, da gestão do Estado que tem que ser enfrentada no âmbito do Estado para equacionar essa questão. E o sistema é todo contaminado. Mas não é um quadro nacional o problema do piso, embora eu reconheça que especialmente para Municípios menores é um problema e um problema que temos que discutir. Agora essa discussão no pode significar abandonar a ideia de um piso que cresça sustentadamente. Evidente que num ritmo que seja sustentável, mas tem que ter uma perspectiva de progresso porque, se não, em médio prazo, não teremos educação de qualidade neste País. Não teremos. Se o professor não tiver uma carreira motivada em termos de remuneração e de valor ele não vai para a docência, ele vai para outra coisa, mas os melhores profissionais não irão para a sala de aula. Se o Brasil não resolver isso, não adianta falar em educação de qualidade. Então vamos enfrentar o problema.

Por que eu levantei o tema dos *royalties*? Porque eu vi ontem a demanda alterar o piso e aprovar os *royalties*. Por que, em vez de ir nessa direção, a gente não junta uma coisa com outra? Vamos viabilizar

o piso e fazer uma política para os *royalties*. Falo em pelo menos 30%, sendo bastante realista. Pelo menos 30%. Se for, nós temos Estados, Municípios e União; quer dizer, vai ser um esforço, um pacto nacional para os recursos do pré-sal, respeitados os Estados produtores, porque não se pode desequilibrar o sistema. Como o ICMS não é cobrado na origem, os Estados que produzem petróleo têm que ser compensados com o ICMS; tem que haver um entendimento federativo. Mas simplesmente aprovarmos a lei como está, vamos pulverizar esses recursos. É um equívoco histórico. O petróleo vai acabar! Qual é o Brasil pós-petróleo? O que aconteceu no Amapá, Senador Randolfe, na Serra do Navio, depois que acabou o manganês? O que ficou lá? Ficou um buraco. Quer dizer, o que vamos ter no futuro quando o pré-sal acabar, porque ele não é renovável? Os nossos netos, o que terão? Que Brasil terão? Ou vamos nos acomodar por 10 ou 20 anos com uma riqueza excepcional que vamos pulverizar gastando como muitos Municípios hoje já gastam indevidamente pelo exagero de repasse de recursos. Ou vamos ter um projeto coletivo de Nação de curto prazo?

Então, eu acho que o projeto dos *royalties* é para pensar o Brasil sem pré-sal, e o Brasil sem pré-sal só se sustentará como País desenvolvido se tiver educação, ciência e tecnologia. É o grande momento para juntarmos as duas coisas e fazermos um debate – eu diria – avançado sobre este tema.

Por último, Senador Cássio, seguramente, nosso objetivo não é nos acomodarmos em relação a essa questão; é sermos parceiros de Estados e Municípios para encontrarmos soluções. Agora, é difícil encontrar um critério de repasse da União nessa questão. Por quê? Vou pegar o caso de São Paulo, que conheço bem. Se você pegar o Município de são Caetano, é um Município 100% urbano; se você pegar Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, Piracaia, são Municípios predominantemente, ou quase predominantemente, rurais. Onde é rural, o prefeito tem o custo do transporte dos alunos; no urbano não tem. Como eu vou repassar essa questão? Nós vimos no Município...

Lá no MEC, por exemplo, vimos cidades que têm uma média de 8 alunos por sala de aula – 8 – e outras que têm 35. Então, para a que tem 8, eu vou repassar com que critério?

Estou citando exemplos concretos que estamos vendo. Então, quando a gente senta para discutir os critérios, 7 Estados do nordeste e 2 do Norte teriam direito ao repasse adicional e tudo que nós repassarmos, eu tenho que tirar de alguém para dar a eles.

O PIB é uma referência para o superávit comercial, era para a DRU, pode ser para a Educação. Esse é um debate que o Senado e o país vão fazer. Há uma discussão que precisamos fazer com transparência. Quando eu digo que vamos dobrar a participação da educação no PIB – hoje significaria de 5 para 10 –vou colocar R$85 bilhões a mais no orçamento da Educação. Como Ministro da Educação, é tudo que eu imaginaria de avanço para o País, mas há uma discussão a ser feita: de onde vou os 5% do PIB? Porque é uma conta que fecha O PIB não é... Não vai haver dois PIBs; vamos ter um PIB. Eu vou tirar daqui e colocar.

Então, essa discussão da estratégia – quando vai ser construída, de quanto tempo nós precisamos, como é que faz uma coisa sustentável, que não fique no papel, que seja viável, historicamente? É uma discussão fundamental para nós fazermos: os mecanismos concretos de financiamento.

Eu particularmente... A proposta inicial do Executivo era 7% do PIB, a proposta do Relator é 8% sobre o gasto total. Enfim, há algum debate que o Congresso vai fazer, mas é mais fácil chegarmos a um entendimento sobre o repasse do Pré-Sal, que é uma receita a que ainda não está, do que repactuarmos aquilo que já existe. Então, se nós fizermos um grande acordo internacional de uma receita que não existe, mas existirá de forma expressiva, nós poderemos dar um salto de qualidade, tensionando menos o pacto federativo do que se nós formos na outra direção e a relação entre as prioridades do setor público: saúde, educação, segurança, etc.

Então, em qualquer cenário, a educação tem de ser prioridade estratégica, tem que ser a prioridade estratégica porque esse é o ponto mais decisivo para o Brasil dar o salto de qualidade, que acredito que estamos prontos para dar.

Em relação ao Senador Suplicy, nós vamos analisar. Já falei com o Secretário Paim ontem dessa possibilidade de usar essa metodologia de aprendizado. O MEC não impõe metodologia de aprendizado; nós respeitamos as opções de cada prefeitura, que é o pacto federativo, com suas limitações e suas virtudes, quer dizer, nós temos a Constituição, que define a relação de complementariedade e cooperação entre Município, Estado e União. Ao MEC cabe financiar, assessorar tecnicamente, estabelecer programas, fazer parcerias, acatar adesões voluntárias, mas não impomos método de aprendizado. Essa metodologia pode ser oferecida à rede, mas depende da adesão voluntária que os prefeitos e todos os demais vierem a fazer.

Em relação à zona leste, eu tive uma audiência com o Governador Alckmin e o Secretário da Educação há quinze dias. Discutimos vários temas de interesse de parceria. Nossa disposição é uma relação verdadeiramente republicana, com todos os partidos e todos Estados, independentemente de qualquer outra ques-

tão. O papel desse Ministério é esse e será trabalhado nessa direção, como foi no Ministério da Ciência e Tecnologia. Falamos também da possibilidade do Projeto do antigo Juqueri, que era o maior centro. Chegamos a ter 40 mil doentes, pacientes mentais, sendo acolhidos, ou mal acolhidos, naquelas condições de poder transformá-lo num centro universitário. É um patrimônio complexo. É do Estado. Está deteriorado. Há uma série de providências sendo tomadas. Só é viável se houver uma parceria entre o Estado e a União. De qualquer forma, é uma área muito carente na periferia de São Paulo. É uma possibilidade. Tratamos disso também. Estamos aguardando o estudo do Governo do Estado.

Em relação à educação básica, Senadora Lídice, acho que há prioridade. É fundamental que o Brasil olhe primeiro a educação como um sistema orgânico. Por isso, que fiz questão de falar de todo o sistema, quer dizer, é um equívoco imaginar que se a gente cuidar só daquilo e não tratar da pós-graduação, do pós-doutorado, da graduação, daremos um salto. Não, nós temos de estar no Ciência sem Fronteiras, pondo os melhores nas melhores universidades do mundo e querendo internacionalizar e ter universidade de classe mundial.

O Brasil precisa ter universidade no ranking das melhores universidades do mundo, nós já temos condições para isso.

Ao mesmo tempo temos que enfrentar as prioridades. Alfabetização na idade certa é uma das prioridades desse país.

Quando nós vemos que têm estados onde 1/3 das crianças não aprendem a ler e escrever até 08 anos de idade, qual é o futuro da educação desse estado? Absolutamente comprometida. A defasagem de série começa ali, o abandono vai vir depois de amanhã e o custo de rever isso é muito maior do que o custo de atacar esse problema na origem, que é dar toda prioridade e olhar esses 200 mil profissionais que fazem a alfabetização das crianças com absoluta prioridade para o país.

Porque se ele tiver as primeiras contas, os princípios da matemática nas mãos e aprender a ler e escrever, você vai dar duas ferramentas que ele vai poder andar no sistema e tudo que diz respeito à vida na sociedade contemporânea. Sem uma dessas ferramentas ele não tem como avançar no sistema.

Então, precisamos cuidar de uma forma orgânica, mas eleger prioridades.

A alfabetização na idade certa é uma das prioridades que nós estamos definindo e a valorização e a formação dos professores.

Senadora Kátia, a outra prioridade que eu falei na minha apresentação é o campo no Brasil.

Nós estamos com o Procampo pronto para ser lançado, eu detalhei aqui as diretrizes fundamentais. No campo nós produzimos e somos a segunda melhor agricultura do mundo. O país que mais aumenta excedente agrícola do planeta, exportável. No entanto, não temos para a população do campo a atenção que a educação deverá dar.

Se nós não cuidarmos disso, esses jovens, só 15% dos jovens do campo estão no ensino médio.

O imaginário dele, a novela da televisão, tudo aquilo que ele recebe no dia a dia é a cidade. A escola é com material didático da cidade. Se nós não vincularmos as raízes do campo a paixão pela terra, pelo cultivo, a cultura local, as tradições, se isso não for incorporado nas escolas, ele ter o amor pela terra, essa urbanização, nós vamos num padrão americano, 2% da população está no campo e é a maior agricultura. É uma possibilidade, mas, seguramente, não é o melhor caminho para o Brasil. Basta olhar os grandes centros urbanos.

Então, o Procampo prevê construção de escolas com alojamento para professores e alunos. A senhora conhece o projeto. Prevê uma formação especializada dos saberes da terra. O material didático específico já está todo sendo encaminhado. Apoio ao transporte. Proíbe fechamento de escola rural sem a aprovação do Conselho Educacional.

Nós tivemos mais de 30 mil escolas fechadas nos últimos anos no campo, no Brasil.

É evidente, a situação financeira é difícil, é muito mais fácil fazer o aluno andar mais 100 km e reduzir o custo do transporte do que resolver o problema que está lá. Não se resolve sem a União seja parceira nesse esforço.

Então, seremos parceiros. O programa está muito bem desenhado e nós vamos ter grande empenho.

Com relação ao Mais Educação, a LDB estabelece que a escola integral é mais do que 30% das jornadas. Então, temos uma regra institucional que nós estamos contemplando. Acho que o tema que a senhora propôs muito importante. Nas escolas rurais, onde o acesso é tão difícil, não possível a permanência de tempo integral do aluno, nós temos até alojamentos, mas têm escolas que estão a mais de 200 km. Vão de barco.

Então, nós vamos ter lá soluções diversas. Acho que mereceria um estudo essa questão, eu concordo integralmente.

Uma criança que pega uma estrada de terra, de poeira, uma ou uma hora e meia para chegar numa escola e depois voltar de noite e tratar com a outra que vai a pé até a escola, essa é a disparidade do Brasil.

Não podemos ter a mesma resposta para as situações.

Então, eu concordo, vamos analisar como é que nós podemos fazer e seguramente encontraremos uma solução.

A idéia das escolas comunitárias, de escolas de alternância, também é um modelo que está previsto e nós estamos acompanhando. Temos várias experiências no Brasil, inclusive nós queremos levar uma parte disso para as escolas urbanas. Eu falei aqui.

Estamos pegando o PIBID, a nossa bolsa, a CAPES, o professor Jorge Guimarães e a Cláudia estão tratando. São 45 mil alunos de licenciatura que vão receber essa bolsa esse ano e vão fazer estágio na escola e vão visitar os alunos em casa, especialmente os alunos com maior dificuldade de aprendizagem. Fortalecer o acompanhamento pedagógico, para ele começar a carreira dele onde tem mais dificuldade, onde ele vai ter mais sensibilidade social, onde é o universo dessas crianças, como é que está numa favela, como é que está em casa, falta de condições de fazer a lição de casa.

Então, a formação do professor não é só universitária, ler o texto, fazer a prova. Ele tem que ter a vivência educacional. Ele tem que estar fazendo essa experiência concreta do aprendizado no processo. E o Escola sem Fronteiras também é um programa que a gente pretende dar bolsas de estudo para professores para conhecer as melhores experiências no Brasil e fora do Brasil, motivando, alimentando em relação ao empreendedorismo. Acho que é uma excelente recomendação. Toda a nossa visão do ensino médio é que ele precisa ser um ensino médio inovador. Uma parte dos jovens está abandonando a escola porque ela não está atraente, e a outra, porque o mercado de trabalho está aquecido; e a outra, porque ele não aprendeu nem a ler e a escrever e, quando ele chega lá, ele já não consegue mais acompanhar. Então, uma das razões do ensino médio inovador é criar uma educação mais interativa, mais motivadora, com esse espírito novo dessa geração. Por isso, o *tablet* e o nosso projetor digital para o ensino médio, para levar esse universo da Internet para a sala de aula, para um ensino mais interativo, para tentar criar essa motivação profissional, tanto no campo quanto na cidade.

O Presidente Requião disse: muda a cor, para ter segurança. Tanto no *tablet* quanto no projetor, vamos colocar uma cor daquelas que choca na hora em que o sujeito olha, para garantir que aquilo é material da escola e todo mundo sabe que é da escola. É tão feio que só vai para a escola – ou tão alegre, melhor, que só vai para a escola. O preto, além de ser uma coisa meio para baixo, o sujeito rouba um negócio desse e ninguém repara. Mas, se for uma cor como o verde-limão, um negócio bem... Laranja. No Paraná, era laranja. A gente podia mudar a cor para garantir: quando o sujeito sair com ele na rua, a gente já sabe que aquele *tablet* é um *tablet* de escola. Pode pensar aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, o seu é porque você está fazendo campanha com ele, é vermelho e tal. (Risos.) Já está com a bandeira, só falta a estrelinha.

Mas, de qualquer forma, a gente podia pensar uma cor bem destacada aí para o processo.

Em relação ao empreendedorismo, também estamos absolutamente de acordo que deve ser um grande incentivo, especialmente no Pronatec. Motivar esses jovens a pensar em um plano de negócios, a pensar em soluções, agricultura familiar, pequenos negócios, empresas. Criar essa cultura junto com incubadoras, parques tecnológicos, para poder realmente dar amparo e possibilidades de ele se viabilizar na economia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a troca da cor dos televisores do Paraná, que eram mais de cem mil – nós pusemos um televisor em cada sala de aula, um televisor com *pen drive*; o professor alimentava o pen drive no laboratório de informática da escola, montava sua aula –, nós acabamos com o roubo de televisores. Porque, no começo, ainda tivemos um ou outro, mas, em 24 horas, 48 horas, o ladrão já era denunciado, porque o Paraná inteiro conhecia a cor laranja das televisões públicas. E, quando ela era ligada, automaticamente a primeira imagem que se projetava era o símbolo do Governo do Paraná, as Armas do Estado.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, por 45 minutos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu prometo.

Sr. Presidente Requião, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, senhores auxiliares do Governo, do Ministério, em primeiro lugar, eu queria dizer ao Ministro Mercadante, que sabe da admiração que tenho por ele e continua ainda maior, porque me surpreendeu, em tão pouco tempo, o senhor se atualizar com sua pasta. O senhor conhece todos os detalhes, como se já a tivesse vivido há muito tempo. Quero expressar aqui meu sentimento de que a educação ganha e muito com o senhor dirigindo essa pasta.

Cumprimento também o Secretário Paim, que está aqui presente, com quem tive muito relacionamento quando fui relator do Orçamento da Educação e de Ciência e Tecnologia. Naquela época, nós já conversávamos que educação não se faz por decreto e nem por lei, precisa-se de muita verba e leva-se muito tempo.

Corroboro com S. Exª de que se está tomando um corpo muito grande de que o pré-sal será uma das

grandes soluções, porque é emergente. Acho que S. Exª vai encontrar aqui no Senado uma ressonância muito grande, e tem que ser muito rápido. Não tem outra saída. Com a educação, vamos resolver os problemas sociais, problemas de segurança pública e problemas da saúde ou, pelo menos, minimizá-los. Ele tem que ser um *start*, como S. Exª sempre falou. Sua atitude sempre republicana é que nos deixa extremamente contentes, e o senhor vai contar muito, muito com esta Casa, tenho certeza.

Ministro, eu tenho uma pergunta, uma preocupação com o Prouca, o Programa Um Computador Por Aluno.

Ele foi criado em 11 de junho de 2010 e previa a distribuição de computadores para uso de professores e alunos. Como se encontra, atualmente, a execução do Programa? Quantos alunos e quantos professores já o receberam?

Mais. Eu tenho uma preocupação porque ele está inverso na sua entrega. Os alunos estão recebendo primeiro sem terem os professores ainda capacitados numa grande parte. Isso tem dado um choque de não poder ter uma utilização desse equipamento.

Este é um dos questionamentos que eu coloco para V. Exª.

Eu também queria que o senhor falasse um pouquinho mais do PNE, do Plano Nacional da Educação, que permanece em discussão na Câmara dos Deputados. Qual é o compromisso da atual gestão com a transformação da proposta em lei?

Eu queria que o Ministério desse uma atenção muito grande aos livros didáticos. Falou-se aqui de influenciar com tendências partidárias, isso e aquilo, mas pior ainda são os livros didáticos com erro de português. Isso foi uma falha clamorosa do Ministério. Não teve justificativa que pudesse, perante as nossas crianças, ter alguma coisa plausível para dizer "não, nós estamos fazendo isso por esse motivo". Não! Nós já falamos tão errado o português neste País e nós ainda vamos fomentar? Então, eu queria, da parte da sua Pasta, uma atenção muito especial, como também para a merenda escolar no que diz respeito aos desvios.

Hoje está sendo noticiada uma investigação pelo TCU, em Manaus, de R$12 milhões. Em São Luís do Maranhão, a qualidade deteriorada, mudada... Já é escasso o recurso e nós ainda não temos uma maneira de fiscalizar. Sei que é difícil, mas é incrível o que se faz com esse setor.

Por último, Ministro, tenho um projeto que tramitou nesta Casa e já está na Câmara dos Deputados com as crianças com necessidades especiais.

A nossa legislação prevê apenas até os dezoito anos a idade cronológica, quando a idade dessas crianças com necessidades especiais difere. Muitas vezes você tem uma pessoa de vinte, vinte e dois anos tendo que conviver com crianças de sete ou oito anos. É incompatível. Nós não temos estrutura física, não temos professores preparados... Eles estão sendo jogados. Então, isso tem criado um constrangimento para os professores que os recebem, porque não estão habilitados, nem é função deles nesse momento, e também para as crianças, porque o senhor vai ter uma distorção muito grande: um adulto, de físico, convivendo com crianças de sete, oito, nove ou dez anos.

Então, eu gostaria que isso fosse abordado. Sei que há muitas coisas no Ministério para se fazer, mas essa é uma das coisas muito importantes para nós.

E que V. Exª também valorizasse sempre a titularidade para com os professores, porque, quanto mais nós estimularmos, através de premiação, de qualquer maneira que seja possível, mais estaremos fazendo com que essa massa de professores esteja crescendo.

Tive a notícia de que muitos Estados, para cumprir o piso, incorporou a gratificação que eles tinham, da titularidade, ao salário. Isso não é bom. Vai desestimular e esses Estados vão perder.

Essas são as sugestões e as minhas boas-vindas. Sei que o senhor tem um caminho longo pela frente e esta Casa tem que estar irmanada em todos os seus compromissos.

Muito obrigado e me desculpe por usar só quatro minutos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, com os três minutos regimentais.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Prorrogáveis.

Presidente, primeiro, eu quero parabenizar, pela iniciativa desta Comissão, em particular V. Exª, no sentido de termos a companhia do Senador e Ministro Aloisio Mercadante aqui para que nós possamos debater este assunto que é tão importante no momento e no futuro desta Nação.

Quero dizer que, pela exposição do Ministro, pelo debate que já se iniciou aqui, demonstra-se, de uma forma muito clara, que nós poderíamos pegar vários itens e ter audiências específicas sobre esses itens, quer seja merenda escolar, quer seja transporte, quer seja material didático, quer seja o programa de universalização da informática que é fundamental para o futuro deste País, quer seja o processo tecnológico, enfim, tudo aquilo que o Ministro colocou e que alguns Senadores também já o fizeram.

Eu queria destacar, para não ser repetitivo, devido ao fato de que, infelizmente, tive de me ausentar em função de outras comissões, Ministro – e peço

desculpas por ter me ausentado -, alguns pontos em que o senhor tocou.

O fechamento das escolas. No Estado da Paraíba, tivemos fechadas quase 180 escolas estaduais neste ano, para este ano letivo. Em alguns instantes, foi noticiado que tinha sido orientação do Ministério. Está claro, pela palavra do senhor, que, em momento algum, aconteceu isso. Então, não houve planejamento, não houve participação do Conselho Estadual, não houve diálogo com as prefeituras, mas essa é uma questão do Estado da Paraíba. Eu só estou fazendo um registro, reconhecendo que a sua sugestão foi fundamental. Fechamento de escola tem de ser com a participação da sociedade, do Conselho Municipal e do Conselho Estadual. Só para renovar a concordância com o que o senhor afirmou aqui. Que isso seja urgente.

Outro ponto que eu gostaria de salientar – aqui, também temos a companhia do Senador Cássio, lá, da Paraíba – é a questão da expansão do ensino técnico, que é fundamental. A expansão na capital e nos grandes centros, mas a interiorização também, sem dúvida nenhuma, serão instrumentos de desenvolvimento e de justiça social, em particular nos Estados, como o nosso, do Nordeste e acredito que do Norte também, onde é fundamental termos uma política.

Eu tive uma experiência muito interessante em João Pessoa como prefeito, de que me permitam, rapidamente, falar. Nós conseguimos, numa parceria com uma escola técnica na época, criar uma turma especial de 40 alunos em que a seleção foi feita entre os alunos da rede municipal. Então, em cada escola do Município de João Pessoa, os dois melhores alunos, Senador Cristovam, participaram de uma seleção. Eram 90 escolas, 180 alunos e 40 passaram. Nós tivemos a preocupação - e o senhor também falou, na sua exposição, por exemplo, do casaco dos estudantes no exterior – de a prefeitura continuar fornecendo o fardamento para essa turma da escola técnica. Nós tivemos a preocupação de a prefeitura fazer um convênio com a escola técnica para dar alimentação, porque, senão, como muitos trabalhavam durante o dia e a aula seria à noite, eles iriam para a escola com fome. Tivemos o cuidado e a preocupação de dar os tíquetes de transporte, porque, como eles eram oriundos de escolas municipais que são normalmente perto de suas casas, no momento em que fossem para a escola técnica, os pais não teriam como pagar o transporte coletivo da cidade – às vezes, um ou dois transportes – para que eles estudassem à noite. Assim, faltava isso. Então, nós tivemos todos esses detalhes num projeto de escola técnica.

Eu fiquei muito feliz com a sensibilidade do Ministério de analisar o conjunto: não é só oferecer; é saber se, ao oferecer, vai funcionar. É algo que merece todo o nosso debate, a nossa discussão na escola técnica.

Por fim, para não me alongar e não usar o tempo do rígido Presidente Roberto Requião, eu gostaria – se é que isto já não foi falado aqui – de pedir para retomarmos, se assim podemos dizer, a nos dedicar, com muita força, com muita determinação, não para o tempo imediato, não para o ano, mas para daqui a oito, dez, quinze anos, a termos a nossa escola em tempo integral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – 65 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – No mínimo, não é?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso colega Senador e hoje Ministro da Educação, que fez aqui uma brilhante exposição e o fez também como Ministro da Ciência e Tecnologia, porque já é o Senador Mercadante a experiência da política e também da sala de aula. Acho que essa junção é muito forte e tenho certeza de que o resultado para o País vai ser muito significativo.

Eu tenho defendido aqui, Requião, que a gente possa indicar para o MEC, para o Governo – e V. Exª acompanhou o debate –, nós estabelecermos de fato uma distribuição, Mercadante, desses recursos do Fundo Social do Pré-Sal dirigidos para a educação.

Eu até já considerava que ciência e tecnologia já estariam incorporadas, mas explicitar educação, ciência e tecnologia tem um significado, tem um grau de amplitude. V. Exª tratou corretamente porque, ao tratar do Fundo Social do Pré-Sal como uma meta mais ousada para a educação, nós incorporamos recursos novos sem criar um novo imposto. O que é reivindicado para a saúde, normalmente, e que precisa, digamos assim, mas no caso da educação, se destinarmos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, nós não estamos criando nenhum tributo novo.

Há poucos dias, antes de deixar a presidência da Petrobras, o presidente à época, Gabrielli, disse que já temos 10% da produção de petróleo do Brasil do pré-sal. Isso cresce rapidamente e vai se incorporando a esse fundo social. Então, eu acho que nós deveríamos insistir fortemente. Nós aprovamos aqui um projeto, que entregarei daqui a pouco a V. Exª, já com o relatório do Senador Valadares, que está na CAE, e é muito importante porque ele entra na discussão do PNE.

E outro objetivo nosso, dentro de uma luta que foi desenvolvida ainda no plenário, quando discutíamos r*oyalties* – V. Exª ainda estava aqui, era um projeto

que se debatia –, como vincular os *royalties*. São duas coisas: Fundo Social do Pré-sal, onde nós podemos amarrar os 50% para educação, ciência e tecnologia, e os *royalties*, para não deixar os royalties pulverizados, como V. Exª disse. Acho que nós teríamos que discutir a aplicação desses *royalties*, porque também não cria tributo novo. Alguns Estados dizem: mas eu já me comprometi com esses *royalties* nos próximos dez anos. Isso não é verdade. Esse dinheiro está entrando no caixa ano a ano, mês a mês, e sendo usado de acordo com o interesse de cada prefeito, de cada governador, a cada ano.

Então, eu acho que poderíamos também amarrar aqui, talvez, essa meta de V. Exª de 30% dos recursos de *royalties* destinados para a educação, e examinar o prazo, se são vinte anos, trinta anos, quarenta anos, com essa vinculação para a educação. Eu considero essa questão muito significativa. Isso, sim, nos permite chegar à escola de tempo integral.

Eu sempre digo porque nasci num bairro da periferia de Fortaleza, onde não tinha escola nenhuma. Então, nós caímos, inicialmente, dentro de uma escola das Forças Armadas, que era uma escola da base aérea, Geny Gomes. Os funcionários mais pobres podiam colocar também os seus filhos naquela escola, e foi o caso do meu pai, que era um funcionário de serviços gerais, aquele faz tudo e que ganha o menor salário possível. Mas foi a nossa sorte entrar nessa escola. Em seguida, algo inusitado para um bairro como o nosso, caímos na escola técnica. Os quatro irmãos foram todos para a escola técnica.

E qual era a diferenciação da escola técnica? Primeiro, aquele parque tecnológico que tinha na escola técnica nos anos 70 e que era motivo de admiração nossa. Chegávamos a um curso de mecânica de máquinas ou num curso de eletrotécnica, e eu tive a oportunidade de fazer os dois cursos, o de mecânica de máquinas e, depois, o curso de eletrotécnica, com máquinas automatizadas. Agente ficava fascinado com aquilo tudo ali, com aquela tecnologia. Não tinha tablet, não tinha nada disso, mas havia umas máquinas automatizadas que eram o fascínio de todos nós no curso da escola técnica.

Mas qual era a particularidade? A particularidade era que a escola técnica tinha professor com dedicação exclusiva. Eu estudava de manhã, continuava à tarde na escola técnica. Já era um curso de educação integral, e o meu professor, que deu aula de mecânica de máquinas pela manhã ou que deu aula de eletrotécnica pela manhã, continuava à tarde na escola. E eu podia ir à biblioteca, eu podia ir discutir com ele, e não era uma aula de sala de aula, mas era uma aula para mim, porque eu estava com uma duvida em tal matéria e eu já tirava a dúvida com o professor. Ele estava no projeto dele de planejamento das próximas aulas, às vezes até de correção de provas, mas podia estar com o aluno ali junto com ele.

Então, esta é uma meta muito importante: alcançar o professor com dedicação exclusiva na educação infantil, no ensino fundamental. Acho que quando falamos um pouco de educação nacional, de nacionalizar a educação, acho que um dos mecanismos da nacionalização, da federalização da educação é o piso. A materialização, quer dizer "o fazer" pode ser ali o Município, pode ser o Estado, mas o piso federaliza um pouco, nacionaliza a educação.

Acho que estamos aqui com metas: Fundo Social do Pré-Sal, *royalties*. Nesse aspecto, no PNE: discutir a dedicação exclusiva do professor. O professor não pode continuar nessa loucura. Isso é improdutivo. O professor dá aulas de manhã numa escola municipal, de tarde numa escola estadual e corre à noite para uma escola particular. Isso é antieducação. Isso não ajuda o professor, isso não ajuda aluno, isso não ajuda o nosso País. Isso não é projeto de País. E, se nós queremos nos mirar em países que têm projetos ousados em desenvolvimento, nós temos que resolver isto aqui: essa loucura de professor correndo em três escolas, com três contratos, às vezes três contratos que somam 40 horas cada um. Quarenta horas por semana em cada um? Mas é impossível. Não existe isso. Você está se enganando e enganando aquele aluno. Você não vai ajudá-lo. Você não vai formá-lo.

Então, acho que aqui o centro da formação continua sendo o professor, V. Exª disse muito bem. Continua sendo o professor. É ele que deve receber, primeiro, o *tablet.* É ele que tem que fazer, primeiro, o curso de aperfeiçoamento, de especialização, mas ele não pode ficar como um maluco correndo em três escolas. Isso não nos ajuda, não prepara absolutamente ninguém.

Por ultimo, Sr. Presidente, peço o apoio, apoio de Governo. Quer dizer, nós não aprovaremos essas alterações aqui de Fundo Social do Pré-Sal e *royalties* se não houver apoio do Governo. Sei que há o apoio de V. Exª. V. Exª já discutiu este assunto aqui. Quer dizer, já deu uma opinião sobre este assunto. Agora, é preciso apoio do Governo, é preciso apoio da área econômica, da Fazenda, para que a gente não aprove e não crie uma expectativa positiva aqui para o Brasil, e uma matéria dessas possa ser vetada na Presidência da República. Seria uma frustração muito grande para o PNE e para a educação no nosso País.

E deixo assim algumas questões. Nós temos metas de superávit primário, com prazos, porque é anual. Todos os anos nós colocamos uma meta de superávit primário. Agora, nós temos o problema do analfabe-

tismo, da erradicação do analfabetismo. Isso ainda atinge uma camada que está fora da faixa. Eu sei o que é isso porque, no bairro em que nasci, as pessoas tinham muita vergonha de ser analfabetas. E as pessoas que são analfabetas hoje, Mercadante, com essa oportunidade imensa que existe no País de acesso à escola, se sentem envergonhadas de dizerem eu sou analfabeta, de dizerem "eu não consigo ler". Elas precisam ser recebidas, como um agente da saúde que, vai à casa e chega para um homem e diz "você precisa fazer um exame da próstata", essas pessoas também precisam ser buscadas dentro de casa.

Acho que o programa de erradicação do analfabetismo precisaria alcançar essa pessoa por meio de um agente comunitário da educação. Há que se ver como a gente pode criar, como a escola local, porque a escola está disseminada em todos os bairros, pode ter um agente desse tipo que vai à casa da pessoa e convence o analfabeto a ir para dentro da escola ou a ter um curso de alfabetização.

Depois, quanto ao programa Pronatec, eu perguntei ao Paim, ele me disse que está mais ou menos atendido, mas eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª sobre a rede Cnec. Era uma rede grande de educação que existia no País, se ela está incorporada nesse processo.

Nós temos no Ceará a rede Piamarta, que é uma rede de escolas profissionalizantes, de padres Piamarta, da congregação Piamarta, que teve grande sucesso e que, em minha opinião, também poderia ser incorporada no Pronatec.

Há também o exemplo da escola Dom Fragoso, no interior do Estado do Ceará, de grande êxito na zona rural. É um projeto muito interessante. O MEC poderia pegar os Municípios daquela região do Sertões de Crateús e de Inhamuns, no Estado do Ceará, e também buscar incorporar essa grande experiência.

Então, Sr. Presidente, eram essas questões que eu queria reforçar no sentido de enfatizar algumas, e outras no sentido de apelar para o Governo – sei que tenho o apoio de V. Exª – mas nesta questão do fundo social do pré-sal, *royalties* e professor em dedicação exclusiva. Não é só na universidade que temos que ter professor em dedicação exclusiva; é no ensino infantil e no ensino fundamental. É o principal. É aqui que você forma físicos, é aqui que você forma matemáticos, é aqui que você aprende a língua portuguesa. Se você não souber matemática, não souber a língua portuguesa, não teremos bons profissionais na área de humanas, na área das ciências jurídicas, muito menos teremos bons profissionais na área de engenharia e outras ciências se não formarmos bem aqui os matemáticos, os que dominam bem a língua portuguesa, porque dominando bem a língua portuguesa nós teremos facilidades com as outras línguas. Se não dominarmos a nossa, não teremos facilidade com nenhuma outra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião.

Quero cumprimentar o Ministro Aloísio Mercadante, do Ministério da Educação e toda a sua nova equipe; cumprimento Henrique Paim, Secretário Executivo, desejando muita sorte nesta empreitada. Tenho absoluta certeza que os resultados de sua gestão serão amplamente reconhecidos pela sociedade brasileira, uma vez que sua competência, sua dedicação a ciência e tecnologia tem sido um destaque de sua gestão à frente desses dois ministérios.

Ministro Aloísio, eu gostaria de demonstrar aqui a nossa preocupação com o alcance das metas da educação infantil porque para atender à meta de construção de 1.500 creches, como o senhor colocou aqui, em 2012, e seis mil creches novas que serão construídas até 2014, intenção do Governo da Presidente Dilma, nós identificamos algumas dificuldades que gostaríamos de dialogar com V. Exª a fim de identificarmos solução para esses dois problemas cuja dimensão não sei se o MEC tem.

Uma questão que me preocupa, vez que sou uma Parlamentar que sempre se inquietou com o avanço da construção de creches no meu Estado Roraima: nós identificamos uma necessidade de o Ministério da Educação se preocupar com o atendimento nessas novas creches que estão sendo construídas por meio do Pró-infância, do PAC 2, da capacitação do pessoal que vai atuar no atendimento à criança de zero a três anos. Porque já identificamos, nas creches novas que foram construídas no Estado de Roraima e que vão ser inauguradas, que a prefeitura só vai atender crianças de três a cinco anos. Mas nós temos a meta clara no PNE de atender a 50% da demanda de crianças de zero a três anos de idade. Então, nos preocupam esses problemas que surgem no Município para alcançar essas metas.

Outra questão relacionada a educação infantil que eu sugiro é a ampliação do quadro técnico na análise de convênios dessas creches com as prefeituras, considerando a dificuldade das prefeituras com pessoal qualificado para atender às diligencias que o FNDE encaminha para as prefeituras. Há necessidade de ampliação desse quadro de pessoal técnico para agilizar a análise desses convênios com as prefeituras. É uma questão prática que identificamos nos Municípios.

Eu também gostaria, ministro, de saber qual é o posicionamento do ministério atualmente porque, no ano passado, na Câmara dos Deputados, o relator Ângelo Vanhoni, na Comissão Especial do PNE, estava negociando com o governo a possibilidade de aumentar o investimento do PIB em educação. Estávamos acompanhando essa discussão na Comissão Especial da Câmara e me parece que houve uma negociação com o Governo sobre a possibilidade de investimento de 8%. Nós defendemos 10% do PIB, uma reivindicação, uma luta do CNTE, da sociedade civil. Inclusive apresentamos proposta de emenda constitucional aqui no Senado Federal para que os investimentos em educação fossem ampliados. Nós consideramos de fundamental importância. Então, eu gostaria de saber como anda esse diálogo em relação ao aumento dos investimentos em educação.

Preocupa-nos também, ministro, e seria interessante que o senhor falasse um pouco mais, embora já tenha falado, mas eu gostaria de saber – agora eu digo como Senador Inácio Arruda – a ajuda mesmo do Governo, o envolvimento do Governo Federal nessa discussão do piso do professor. Nós presenciamos ontem aqui uma reunião com prefeitos e governadores contra o piso salarial dos professores, visando alterar a correção do piso do magistério. Já foi uma luta muito grande para aprovar no Congresso Nacional esse piso, houve aquela Adin, o Supremo Tribunal Federal avaliou que o piso é constitucional. Eu gostaria de saber o que, efetivamente, o Governo pode fazer para contribuir nesse diálogo, nessa discussão, para assegurar aos nossos professores o piso salarial, que é legal, que é constitucional e que é necessário para a melhoria da qualidade do ensino. Não podemos dissociar a valorização do professor da melhoria da qualidade do ensino em nosso País.

Muito obrigada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria, para agilizar, para economizar tempo para o Ministro, que deve ter uma agenda também, assim como nós, que, pelo menos, mais dois Senadores fizessem, porque aí já economizaria o tempo de responder e depois vir mais um grupo. Pelo menos, dois Senadores, no caso, sou a próxima e o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma Senadora e um Senador.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ou talvez todos. Presidente, ou talvez todos.

Presidente, pela ordem.

Quantos ficam faltando depois desses dois? Por que não todos, então? Se o Ministro aceitar...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Então faremos.

Ministro Aloisio Mercadante, eu percebo, pela forma como V. Exª expôs aqui os problemas – lamentei profundamente porque eu estava na Comissão de Assuntos Sociais –, que o senhor está gostando mais de ser Ministro da Educação do que Ministro da Ciência e Tecnologia.

Consegui um sorriso dele. Estava muito tenso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Esta é uma tarefa quase impossível: sorrir, mas, de qualquer forma, eu até sorri.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu volto ao tema levantado por todos os Senadores que me antecederam: a questão do piso, Ministro, até por que ontem participei de uma reunião com governadores e eles disseram que só oito Estados podem pagar o piso, com o reajuste que foi concedido, de R$1.451,00. O meu Estado, Rio Grande do Sul, cujo atual Governador foi Ministro da Educação, não está pagando o piso. Não tem condições de pagá-lo, inclusive foi ao Supremo Tribunal Federal para questionar a lei que criou o piso nacional da educação. Eu fiz um cálculo desse valor, que dá cerca de R$65,00 por dia para um professor. Hoje um diarista para serviços gerais está cobrando de R$90,00 a 100,00 em Brasília. Então, é muito pouco para uma função tão importante e, claro, para quem paga, como os Municípios e os Estados, há essa dificuldade que estamos vendo. Ontem a Confederação Nacional dos Municípios fez uma mobilização aqui em Brasília, também com os Governadores, no sentido de mostrar que só 30% dos mais de 5 mil Municípios podem pagar esse piso. O próprio Ministério baixou a Portaria 213, que dispõe sobre critérios exigidos dos Estados e Municípios para que eles possam pedir socorro federal para compatibilizar esse compromisso.

Eu pergunto a V. Exª se esses percentuais que a Confederação dos Municípios aponta – 30% – são os mesmos do MEC?

O cumprimento dessa portaria está sendo solicitado pelos Municípios? Qual é a demanda de solicitações que está havendo e como senhor pretende, como político, liderar esse movimento e resolver o problema? Se esperar até obter os recursos do Pré-Sal os professores vão morrer de fome. Não é possível. É um período muito longo para resolver o problema relacionado com o piso dos professores.

Eu queria falar com o senhor também sobre uma questão que me levou a fazer um requerimento à Comissão para convidá-lo para vir aqui e falar de um tema que foi divulgado pela imprensa brasileira sobre os números do movimento Todos Pela Educação, dizendo que o Brasil não está cumprindo as metas da

Educação. Um relatório feito no ano passado, aliás, em 2010, mostrou que 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola. Eu queria saber como é que o MEC pretende resolver esse problema. Essa população escolar, Ministro, equivale a quase toda a população do Uruguai. Então, é para dar a dimensão do significado disso.

Quero saudá-lo, quando o senhor diz que tem de fazer um esforço muito grande para dar prioridade a educação básica e fundamental. Então, em relação a isso eu gostaria de uma palavra sua.

Há outro tema, o Governo criou com muita propriedade o Bolsa Família, é um grande programa de inclusão social. O cidadão só se inclui socialmente num momento em que ele é alfabetizado e os seus diretos e a sua cidadania são recuperados. Nós temos um índice de analfabetismo no Brasil que é vergonhoso, comparado com os países da América Latina. Então, queria saber, nessa questão da alfabetização, quais são as metas que tem o Governo, agora sob o seu comando. Esse programa Bolsa Família ele ajuda a criança na escola.

Existe, do ponto de vista do MEC, algum tipo de controle e acompanhamento do comprometimento dos países para acompanhar, primeiro, a presença da criança cuja família é beneficiada com essa ajuda oficial, em relação a estar presente, acompanhar o estudo deles, estar vendo o tema, ver se ele está tendo rendimento escolar? Então, essa é outra questão relevante.

O Governo anunciou, o MEC, e o meu gabinete tem recebido muitas solicitações, que é um financiamento, Ministro, para curso técnico. O Governo chegou a anunciar, queria saber se confirmasse, um FIES para área técnica. Existe previsão para isso? Isso vai acontecer? Quando isso deve ocorrer?

Finalmente, Ministro, queria, não só como gaúcha, e aqui o Secretário-Geral do seu Ministério, Dr. Paim, que é do Rio Grande do Sul, mas como comunicadora que fui, durante muito tempo, dizer que os livros de história e ciência em nosso país dão como inventor do rádio e da radiodifusão, o Marconi, que é italiano, mas há confirmação técnica de que, quem inventou, antes do Marconi, foi o Padre Landell de Moura que, no ano passado, comemorou 150 anos de nascimento.

Nós encaminhamos ao MEC uma solicitação e a TV Senado elaborou um documentário muito completo sobre o papel que teve o Padre Landell de Moura nesse processo de criação. Nós hoje temos, penso sem dúvida, um candidato ao Nobel de Ciência que o Miguel Nicolelis, que esteve aqui fazendo uma exposição e o trabalho que está fazendo revela essa capacidade.

Então, além de acreditar que o Miguel Nicolelis é um nome que pode figurar na lista para Nobel da Ciência, gostaria que V. Exª também, através do Ministério da Educação, levasse, e como ex-Ministro da Ciência e Tecnologia especialmente, a considerar que o Brasil faça um processo, não sei de que maneira, para fazer justiça a esse brasileiro, Padre Landell de Moura, que foi o criado do rádio.

Eram essas as minhas considerações e as minhas perguntas ao senhor, agradecendo-lhe pelo segundo sorriso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Ministro Mercadante está sugerindo convidar o padre para vir aqui na comissão, uma vez que ele comemorou aniversário. (Risos.)

Senador Lindbergh com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Requião, Ministro Mercadante, queria dizer que acho de mais significativo aqui, Senador Cristovam, inclusive na posse do Ministro Mercadante, acho que tem uma diferença, até pela imposição da realidade.

Acho que o Ministério da Educação entrou no centro da estratégia do governo da Presidenta Dilma. Falo isso e aqui não é nenhuma crítica aos avanços, pelo contrário, que o nosso Presidente Lula fez.

Em relação às redes do ensino técnico, em relação as expansão das universidades federais, mas há uma imposição nova da realidade econômica e da conjuntura mundial. Tenho acompanhado os pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff e isso está muito claro.

O Senador Cristovam Buarque tem falado aqui que a economia brasileira vai bem, mas tem problemas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem, mas vai mal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não sei se é por aí, mas nós sabemos dos desafios.

Foram 39 milhões de pessoas que foram incorporadas a classe média, 28 milhões saíram da estrema pobreza, 17 milhões de empregos formais foram criados, mas nós sabemos dos desafios e nós sabemos que temos um problema, pois não podemos virar exportadores de *commodities*, de matéria-prima. Cada vez mais essa pressão por causa do câmbio, nós vivenciamos. E, em todos os debates econômicos desta Casa, esse é o centro. Nós não podemos permitir que nosso País se desindustrialize.

E eu acho que a Presidenta Dilma Rousseff e a escolha do Ministro Mercadante para ser Ministro da Educação reflete isto, ou seja, nós só temos um caminho: radicalizar o investimento em inovação, radicalizar o investimento em ciência e tecnologia e educação! Esse é o único caminho, porque, olhando em médio e em longo prazo, Ministro Mercadante, a gente fica vendo as ações do Governo: Banco Central comprando dólares, dia a dia, aumentando as nossa reservas,

colocando IOF... Várias ações do governo. Mas, se não fizermos essa mudança estrutural, não há saída.

Então, eu sinceramente acho que esse é ponto mais importante deste novo momento no Ministério da Educação. Eu acho que o senhor começa bem, falando de desafios, por exemplo, de como aproximar a universidade desse mundo real, desses desafios concretos. Nós temos que aproximar o debate das universidades, a formação de mais engenheiros, de mais médicos.

Devo dizer que os senhores vão sentir, nessa tarefa – e a equipe que está entrando também –, o que eu senti como prefeito de uma cidade de um milhão de habitantes – o Senador Cristovam esteve lá como Ministro –, mas que tem um perfil muito desse novo momento do Brasil – essa nova classe média, as pessoas ascendendo socialmente. Uma cidade que tinha 40% de esgoto a céu aberto de abastecimento de água! Mas, Presidente Requião, o maior desejo da população do povo de Nova Iguaçu era o acesso à universidade. O trabalhador que morava no bairro mais pobre o que queria era acesso à universidade! Tanto é que houve uma campanha na cidade, uma campanha por uma universidade na baixada fluminense, universidade essa criada pelo Governo do Presidente Lula – a UFF foi criada na baixada fluminense, em Nova Iguaçu. Mas havia mais! Havia uma pressão a mais, e nós tivemos que criar um curso pré-vestibular, com a UFRJ – e eu tenho isso como grande orgulho da nossa administração lá, Senador Cristovam –, e conseguimos, por esse curso de pré-vestibular com a UFRJ, colocar 1.000 jovens nas universidades públicas no Rio de Janeiro. Isso porque é aí que entra o problema que eu queria falar e que os senhores já sabem, que é o gargalo do ensino médio. No Rio de janeiro, dá pena. A gente vê que... E há uma diferença hoje, no caso do Rio de Janeiro, concreta – não sei no caso nacional –, entre as escolas municipais e as escolas estaduais. E dá pena quando se vê prefeituras bem organizadas que fazem um trabalho, e aquele trabalho está crescendo, e, quando se vê, você joga aqueles jovens naquela fase de 15 anos a 20 anos, no momento mais decisivo da sua vida, em escolas de ensino médio completamente desestruturadas.

O gargalo do ensino médio, Senador Mercadante, é um de seus maiores desafios. E é por isso que eu queria falar aqui do tema que acho é o tema do momento: a visita dos governadores ontem aqui ao Congresso Nacional. E quero dizer o seguinte: esta Comissão de Educação tem de fazer um movimento político para desarticular uma votação, no mês de março, na Câmara Federal, que muda as regras em relação ao piso nacional dos professores. Eu tenho aqui declarações do próprio Presidente Marco Maia, dizendo que dá para votar na segunda quinzena de março. E um projeto indexando com o INPC, uma coisa completamente fora de lógica. Agora, é preciso reconhecer a dificuldade dos Estados, e esta aqui é a Casa da Federação; mas acho que ontem os governadores e prefeitos erraram. E erraram muito! Não podiam ter feito aquele encaminhamento, porque nós temos de discutir o pacto federativo como um todo!

E aqui é onde eu acho, Ministro Mercadante, que está faltando uma condução política mais firme nesse debate do pacto federativo. Há várias questões em jogo: Fundo de Participação dos Estados, a dívida dos Estados, que hoje é gravíssima. Os governadores pagaram mais de 20% no ano passado, numa dívida que está virando impagável.

Eu acho que, disto aqui tudo, dá para saírem alguns acordos políticos importantes. Eu quero dizer, como um dos protagonistas daqueles debates sobre os *royalties* do petróleo, que eu concordo com que aquela forma como aconteceu o debate dos *royalties* do petróleo foi muito... Nós, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, tivemos um postura muito defensiva no momento. Era o momento daquela luta, daquele momento. Mas eu concordo com a tese apresentada aqui pelos senhores – e já tinha conversado sobre isso – e acho que há um caminho aqui, juntando todos esses elementos, de a gente costurar um bom acordo político, que nos livre dessa briga federativa ridícula, porque não são só os **royalties** do petróleo, nós temos que ter até o final do ano novas regras de participação dos Estados.

Então eu acho que aqui há um caminho. O que está faltando agora é condução política desse processo. Se não tiver condução política... No dia de ontem, os governadores e os prefeitos ficaram desesperados, foi o dia do desespero; eles vieram aqui com uma pauta de *royalties*, PEC 300, dívidas dos Estados, piso nacional e piso salarial dos professores. Tinha de tudo; praticamente eles estavam dizendo: precisamos de uma saída. Entenderam?

Então só não vê quem não quer que este debate federativo está se agravando. Mas acho que há caminhos de uma boa construção aí.

Eu desejo encerrar, mas ainda vou dizer duas coisas. Primeiro, em relação aos professores. Nesse tema Educação, você é levado pela sua experiência como Prefeito de Nova Iguaçu. Nós conseguimos acabar o mandato na Prefeitura, pagando o melhor salário de professor do Estado. Agora, fizemos uma vinculação com o acordo dos professores, ou seja, a remuneração à sua especialização: quem tinha mestrado recebia mais; quem tinha doutorado recebia mais. Mas, qual foi o problema que nós tivemos? Aprovado esse Plano de Cargos, os professores queriam fazer uma

especialização, uma pós-graduação, e aí foi a grande dificuldade, era outro grande gargalo e nós tínhamos que criar alguma coisa para professores em relação à especialização que fosse automático, que tivesse facilidades.

Esta é uma grande dificuldade: pós-graduação.

Então os professores passavam a reclamar disso, porque eles estavam querendo ir para a sala de aula.

Por fim, falar rapidamente para elogiar a atuação do MEC com relação à pessoa com deficiência, porque houve um grande avanço, Senador Cristovam. V. Exª sabe que essa busca ativa que foi feita, em 2007, 71% das crianças com deficiência estavam fora da escola. E só com o rastreamento e com a busca ativa isso caiu de 71% para 48%. Mas tem um caminho ainda a ser feito. E agora, no Viver Sem Limite a Presidenta tomou decisões importantes como o BPC Escola, o transporte inclusive, que podem auxiliar.

Mas acho que falta nessa área mais flexibilidade para se discutir especificidades, ouviu Ministro Mercadante? O senhor que está entrando na Pasta, dou o exemplo dos surdos – e este é um debate muito importante, porque existe uma acúmulo entre o movimento deles. Estou dando o exemplo dos surdos, mas tem o dos cegos. E, no caso dos surdos – talvez o senhor conheça –, o professor da USP, psicólogo do Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental, Fernando Capovilla fez um estudo com 9.200 crianças surdas de 15 Estados brasileiros, e a tese dele é a de que a escola bilíngüe, você aprender a Libras de início, desenvolve a capacidade cognitiva e a condição do aprendizado em português com muito mais intensidade.

Então há especificidades. Nós somos favoráveis radicalmente à inclusão escolar. E vai ser outra briga nas escolas particulares. Eu, conversando com mães e pais de autistas, vejo que é um sofrimento para se matricular um filho também na escola particular; é uma luta. Então somos favoráveis à inclusão.

Agora, isso não quer dizer que não devemos olhar as especificidades na aprendizagem. No caso dos surdos isso é importante; no caso dos cegos também é importante.

Para finalizar, como última sugestão, já que fui Prefeito, é com relação ao horário integral, Sr. Ministro.

Nós conseguimos fazer o horário integral, articulando políticas públicas que estão dispersas. Por exemplo, o Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes, fazer esse Segundo Tempo com ONGs por aí afora. Pegamos toda a política do Segundo Tempo e colocamos dentro do nosso horário integral, financiamos a parte esportiva. Sabe como financiamos a parte cultural? Com os pontos de cultura e com o programa chamado Escola Viva. E dou uma sugestão ao senhor: de discutir com o Ministro Padilha a interface com o Ministério da Saúde, porque programa de saúde na escola sempre tem resultados fantásticos.

Eram essas as minhas questões, eu não fiz questões diretas; fiz, na verdade, uma fala aqui, mas eu acho que o que tem de novo neste momento...

E nós, Senador Cristovam, cuja bandeira é a bandeira da educação, temos de entender que, pelas imposições da nossa realidade e por uma decisão do Governo, a educação vai ter e está tendo, no Governo da Presidenta Dilma, esse papel central e estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Lindbergh procura uma saída, e essa indagação dele me levou a pensar em *Alice no País das Maravilhas*, do Lewis Carroll. Alice perguntava ao gato que ria, Senador Lindbergh: "Onde fica a saída?". E o gato respondia: "Depende". E Alice: "Depende de quê?". "Depende", contestava o gato, "de para onde você quer ir".

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É um filósofo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Suplicy já respondeu isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A vantagem do debate é essa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Você está falando de filósofo, sabe que, na Secretaria de Educação, eu estive conversando com o Maurício Requião, e lançaram uma coletânea de textos sobre filosofia, de altíssimo nível na gestão. Seguramente foi aí que ele aprendeu essas passagens importantes. Deve ter lido a obra completa que o irmão dele produziu lá, que é um trabalho espetacular de coletânea de livros filosóficos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso com a parte orgânica de 13h44, facilita tudo.

Permita-me ser bem rápido e didático aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington, nós estabelecemos na Mesa um acordo unânime, do Ministro, meu, do Suplicy e do Cristovam, de que o último a falar paga o almoço no restaurante do Senado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está fechado.

Ministro Aloizio, eu gostei do tema puxado pelo Senador Cássio e creio que nós podemos aqui fazer um entendimento de que alguém da área mais técnica da educação, junto com o grupo que já existe aqui na Comissão de Educação, trate de três temas. O primeiro é o Fundeb.

Eu já havia colocado isto: o Fundef foi uma ideia genial no sentido de se garantir a presença do ensino

fundamental; o Fundeb trouxe o ensino básico, mas ele tem um defeito de fábrica: ele foi pensado mesmo do ponto de vista do Brasil mais desenvolvido. O Presidente Lula deu uma ligeira melhorada, mas o Fundeb não considera, na sua fórmula, a desproporção do número de alunos na rede pública e o número de alunos na rede privada em cada Estado, em cada Município. Nós temos Municípios brasileiros em que 100% dos alunos têm de estudar na rede pública porque não há alternativa. Temos Municípios brasileiros em que 50% estudam na rede privada, 50% estudam na rede pública. Então, na proporção da receita do Município, é claro que sempre pesa mais quem tem de atender a essa fatia mais ampla da população.

Esse é um fato. Isso acontece na relação com os Estados.

Qual é o ponto? É que é colocada aos Estados a tarefa de repassar aos seus Municípios... Embora seja um fundo com uma lei federal, na verdade, ele é estadual com um complemento federal de repassar aos Estados um valor que... Vamos dizer assim, o governo do Presidente Lula criou esse fundo complementar, que é 10%, e ele foi um avanço, porque ele reduziu. Estariam quebrados hoje 11 Estados brasileiros, inclusive o meu. O Piauí, a Paraíba, o Pará, da região Norte, o Tocantins; enfim, 11 Estados estariam quebrados, não fossem esses 10% de complemento.

Qual é o ponto? É que ele ainda não leva em conta a proporção dos alunos na rede pública. De um modo simplificado, na prática, há Estados brasileiros que colocam de transferência para seus Municípios aproximadamente o equivalente a 2% da receita corrente líquida, e há outros que são obrigados a transferir 8% ou 9% da receita corrente líquida. Então, isso termina causando um problema, porque eu tenho que transferir para os meus Municípios dinheiro para educação, mas eu tenho a responsabilidade própria do governo estadual com o ensino técnico, com o ensino médio etc.

Então, ontem eu tratava com os governadores, na vinda deles aqui, sobre a necessidade de a gente tratar sobre isso.

A minha visão, assim de um modo geral... Mas eu gostaria que V. Exª, que conhece bem o Parlamento, pudesse fazer esse levantamento. Podemos até chegar à conclusão de que estamos todos errados, mas há um fato concreto: nós temos 11 Estados brasileiros que o valor que repassam, repassam em prejuízo do papel do governo estadual. E aí precisa ver qual a solução. Na verdade, não é retirar dos demais, é preciso ver que outra fonte teríamos para poder melhorar a complementação para corrigir esta distorção.

Então, eu queria aqui fazer essa proposta efetiva a V. Exª. A proposta que nós apresentamos aqui, do pré-sal, a partir do Senado, ela previa que da parte dos Estados e Municípios 40% ficariam para a educação. Perdemos aqui. Ficou lá dentro que vai ser priorizada a educação, vai ser priorizada outras áreas, mas sem definir o percentual. Tem um lado bom, porque caberá ao Estado, ao Município, e ele poderá colocar 50, colocar 60, de acordo com a realidade. Foi essa a tesa dos prefeitos e governadores que fez a mudança no relatório final do Senador Vital do Rêgo. A parte que está colocada aqui é do Fundo Social, que é um volume gigantesco de recursos nos próximos anos. Há estimativas de que no pico da exploração do que já tem de áreas descobertas, pesquisadas – hoje, a Petrobrás está anunciando novas descobertas, vai ser chamada de Pão de Açúcar o novo campo – há previsão de um trilhão e meio de dólares no Fundo Social, quando alcançarmos o pico da exploração. Por isso que, além da distribuição justa do pré-sal, agilizar a votação é permitir novos leilões, novas condições de exploração também.

Mas, vejam, eu acredito que o que pode ser retirado daí é o rendimento. É a proposta do Senador Inácio Arruda e outros Senadores que têm defendido, isto é, que a gente tenha 50% do equivalente aos rendimentos do Fundo Social para educação. Isso chegaria, nesse pico, a 75 bilhões de dólares, para que possamos compreender onde podemos chegar.

Duas questões mais: Pronatec, meu querido Senador Aloysio. Eu queria fazer aqui um apelo e também um pedido lá do meu Estado. Saíram as regras, e nas regras eu acho que vale a pena a gente incluir a rede de escolas técnicas estaduais como base para o Pronatec. Qual é a idéia do Pronatec? Eu digo isso com muito orgulho, porque debatia muito isso com o Presidente Lula, com o Ministro Tarso Genro e depois com o Ministro Fernando Haddad. Nós temos uma rede de ensino superior e para pós-graduação na linha da profissionalização, pesquisa etc., nós temos uma rede técnica de ensino médio e temos um buraco que é grande, no Brasil inteiro, tem um ou outro Estado que escapa, um conjunto grande de pessoas que terminaram o ensino médio sem nenhuma profissão, ou que pararam de estudar em algum momento, sem nenhuma profissão, fora os que precisam ser alfabetizados e, a partir daí, já está estudando, já está em idade adulta, e o dourar da pílula seja a profissionalização. É o que vai trazer uma empolgação para o adulto que queira estudar. Então, eu acho que a rede de ensino técnico estadual ela não pode ser desprezada, ou seja, ficar no instituto federal, ficar centrada apenas na rede federal, no Sistema S, é um avanço. Mas eu acho que a gente precisa colocar essa rede. E a outra que eu queria colocar é a rede de ensino da alternância. É um

modelo que veio da Itália, está praticamente espalhada em todos os Estados brasileiros, com êxito. Eu tenho muito carinho por esse modelo. Basta olhar que próximo de 100% dos que saem dessa escola da alternância eles estão empregados ou são empreendedores. Então, isso por si só diz da importância do modelo. O aluno passa parte do tempo na escola e a outra parte praticando no seu habitat natural; ele vai aprendendo e praticando no seu *habitat* natural. Isso não pode ser desprezado. Acho que vale a pena também a gente considerar essa rede.

Por último, uma coisa que pode parecer simples, mas não aconteceu. Fizemos, ainda quando o Senador Cristovam era Ministro, uma parceria no meu Estado em que escolhemos lá algumas cidades para fazer um projeto de grande impacto em educação. O que uma escola de primeiro mundo precisa? Era essa a ideia do Senador Cristovam, a escola ideal, chamado Programa da Escola Ideal – está aqui o meu querido Henrique Paim que também nos ajudou muito a prosseguir com esse trabalho – com um resultado espetacular.

Cito aqui a cidade de Guaribas, no Piauí, que tinha, Senador Cristovam, 76% – o Senador Suplicy esteve comigo lá – das pessoas com mais de 15 anos eram analfabetas. No meu Estado, hoje, esse número gira em torno de 22%; tinha 32% e caiu para 22% o número de pessoas analfabetas com mais de 15 anos. Em Guaribas, que tinha 76%, conseguimos uma redução para algo em torno de 9%. Qual o efeito aqui?

Criamos lá a figura do agente de educação, semelhante ao agente de saúde, mas o ponto principal – com ele aqui faço um apelo a V. Exª – é ter um cadastro de quem são os analfabetos. Temos hoje o cadastro do bolsa família, o cadastro das crianças de 4 a 17 anos – é isso que faz do Piauí, por exemplo, o primeiro lugar do Brasil em crianças matriculadas e frequentando a escola; cerca de 97% matriculadas e frequentando a escola; o primeiro lugar no Brasil é o meu Estado e eu tenho orgulho disso – e então eu queria apelar para o seguinte: que o MEC pudesse liderar, na parceria com os Estados, com o IBGE, seja com quem for, para termos o cadastro dos analfabetos, quem são e onde estão.

Por que eu quero isso? E aqui eu finalizo com isso, Senador e Ministro Aloizio Mercadante. Porque nós desperdiçamos recursos. Na hora em que nós abrimos para podermos fazer turmas de alfabetização – e eu vi que não é só no meu Estado – você não tem um controle, não tem uma carteira "Sou alfabetizado", "Não sou alfabetizado", enfim, alguém vai lá, faz a matrícula e diz que quer frequentar e frequenta.

Se tivermos esse mapa, esse cadastro, por Estado, uma relação, por exemplo, Piauí: você tem 470 mil pessoas com mais de 15 anos analfabetas, são esses aqui. Cuide disso. Assim como estamos fazendo agora com o Brasil sem Miséria. Está aqui a relação; se quiser resolver o problema da miséria tem que atacar esse cadastro aqui.

Era essa a sugestão e era esse o apelo que eu queria fazer aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Enquanto o Senador Randolfe prepara a sua intervenção, o mesmo com o Senador Valadares e com o Senador Cristovam, o Ministro vai atender a um telefonema urgente e volta em seguida.

A lição que estamos tirando dessa belíssima reunião da Comissão de Educação, a meu ver, é a seguinte: se o Governo escutasse mais o Senado da República, não perderia nada com isso. O nível das intervenções foi impressionante, excelente, de grande qualidade e objetividade, e o que vejo nisso tudo é que esse isolamento de Executivo e Legislativo, essa ausência de participação do Senado da República nas políticas do Governo não tem sido conveniente para o Governo Federal. Seria muito melhor se escutassem mais a experiência de governadores, de prefeitos que hoje são Senadores da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter que participar da cerimônia do Dia Nacional das Doenças Raras, com o Deputado Romário e outros, tenho que pedir licença para lá comparecer às 14 horas em ponto. Quero cumprimentá-lo e ao Ministro Aloizio Mercadante pelo excelente nível da audiência. Parabéns!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor poderia pelo menos deixar que ele respondesse as perguntas já desses seis – era de quatro em quatro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB –PR) – Poder eu poderia, mas vou deixar que encerre o número de interlocutores para encerrarmos de uma vez a reunião.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Infelizmente não vou poder ouvir as minhas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB –PR) – Inclusive, Senador Cyro, eu corro o risco de, autorizando o Ministro a responder o bloco das perguntas, ver o nosso brilhante plenário completamente esvaziado, e eu corro o risco de ficar sozinho com o Ministro aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas aí é o bloco do eu sozinho.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, agora, às 14 horas, tenho participação em uma reunião na Câmara dos Deputados sobre doenças raras, e eu tenho envolvimento nesse tema,

e peço desculpas ao Ministro, ao Senador Cristovam, por não ouvi-lo, ao Senador Randolfe e aos demais que estão inscritos, e cumprimento V. Exª pela condução deste encontro, que foi, de fato, produtivo e que poderá abrir, quem sabe, um novo tempo de diálogo, especificamente com o MEC, mesmo que não seja com todo o Governo, até porque o Ministro é desta Casa, para ampliarmos a contribuição do Senado à educação brasileira.

Sr. Ministro, peço escusas por me ausentar, tendo em vista o compromisso às 14 horas, num tema extremamente relevante, relativo a doenças raras. Cumprimento-o, mais uma vez, pela belíssima exposição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já preparado e com tempo suficiente para fazer uma intervenção, Senador Cyro, concisa e objetiva, passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Que ele o ouça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vou ao desafio do "concisa e objetiva", meu caríssimo Presidente.

Eu queria, Ministro, inicialmente, cumprimentá-lo, e cumprimentá-lo três vezes: primeiro, pela ascensão – já o fiz, inclusive publicamente – de V. Exª ao Ministério da Educação; cumprimentei a Presidente pela escolha, e eu o considero – já falei isso quando o senhor estava aqui no Senado, como Ministro da Ciência e Tecnologia – um dos melhores quadros deste Governo, e tenho certeza do seu compromisso, compreendendo a educação brasileira como estratégica para o desenvolvimento nacional. E quero cumprimentá-lo por dois aspectos de sua exposição: primeiro, pela própria exposição de V. Exª, embora eu tenha chegado depois e aqui no Senado a gente tem um pouco que bater o escanteio e ir lá cabecear também, eu corro o risco de estar perguntando e, talvez, pelo tempo, nem ouvir a resposta, mas eu tenho certeza de que as indagações aqui serão bem respondidas por V. Exª, mas quero cumprimentá-lo pela exposição por ter sido ancorada no Plano Nacional de Educação. Isso já é um diferencial seu em relação aos antecessores, a todos os antecessores. Ou seja, tem claro o caminho que V. Exª quer seguir no Ministério da Educação, que é seguindo as diretrizes do plano, e seguir as diretrizes do plano considero hoje a principal contribuição que pode ter para a educação nacional. Cumprimento-o também pela posição que V. Exª aqui expressou em relação ao problema, acho que é o problema clássico em nosso País, não só para a educação, como também para a saúde, que é o problema do financiamento. V. Exª apresenta aqui uma alternativa que considero exequível, uma alternativa mais do que razoável para resolver a questão do financiamento, que é financiamento a partir dos *royalties* do petróleo e tendo como perspectiva para o futuro o pré-sal.

Só para dar um número, considero hoje importante o gasto da União com o Fundeb, de R$10 milhões. Levando em consideração que os *royalties* hoje representam 25,2 bilhões, um terço disso representaria 8 bilhões, ou seja, seria um outro Fundeb, um outro financiamento de Fundeb praticamente. Levando na perspectiva para 2020, isso representaria, tendo em conta que a perspectiva do pré-sal é de 80 bilhões, isso representaria 24 bilhões, ou seja, nós teríamos de fato aí triplicado o financiamento à educação no restante desta década. É importante – sei que esta posição é de V. Exª; como V. Exª muito bem acentuou, não é posição de Governo, oxalá essa posição de V. Exª seja ouvida pelo conjunto do Governo e passe a ser de fato uma posição de Governo que me parece, até agora, a melhor alternativa para a questão do financiamento.

Falando em financiamento, vou tocar aqui em um ponto que foi suscitado várias vezes por vários colegas que me antecederam e que me parece ser um dos temas centrais desta audiência de V. Exª, que é a questão do piso nacional.

Queria passar, sem maiores argumentações e atendendo ao apelo de ser conciso do querido colega Roberto Requião e da necessidade que tem de sê-lo, vou direito às perguntas.

Inicialmente, pergunto: quantos Estados e Municípios solicitaram ajuda Federal, entre 2009 e 2011, para completar o atendimento ao piso nacional? Quantos desses Estados e Municípios foram atendidos?

A Portaria nº 213, em seu § 1º do art. 2º, fala da constituição da comissão técnica, uma comissão paritária, para debater a questão do piso. Não seria o momento de agilizarmos a instalação, o quanto antes, da comissão prevista pela portaria?

Em 2012, para ajudar a esses Estados e Municípios, está previsto algo em torno R$ 1 bilhão. Parece-me que essa quantia será insuficiente para garantir o pagamento do piso em muitos Municípios. Entretanto, dentre os cortes efetuados pelo Governo, tivemos um corte, agora – salvo engano –, em torno de R$1,9 bilhão, ou seja, com mais esse valor, teríamos quase R$ 3 bilhões. Esse corte não acaba comprometendo o que Estados e Municípios precisariam para o pagamento do piso?

Não sei se o Senador Wellington tocou, mas outros colegas o fizeram, no projeto anterior, o Projeto nº 3776, que foi aprovado aqui com substitutivo, inclusive quando V. Exª era Senador. Pergunto: que orientação poderia ser construída a partir do Ministério da Educação para Bancada do Governo em relação ao debate

dessa matéria? Seria manter o que já foi aprovado aqui anteriormente? Ou seria a correção do valor do piso previsto no projeto anterior, no Projeto 3776?

Temos mais duas perguntas, uma relativa ao Pronatec.

O Pronatec estabelece um sistema de bolsas que podem ser oferecidas para o Sistema S, para a iniciativa privada, para a rede estadual, inclusive para a própria rede federal. Qual será o montante de recursos que serão destinados e qual será a distribuição desses recursos entre o setor público e o privado?

Por fim, Ministro – eu teria mais perguntas, mas tenho de atender o apelo do meu caríssimo vizinho e o da hora que aqui é premente –, a lâmina 8 – disseram-me que lâmina é coisa do passado –, ou melhor, o *slide* 8 da apresentação de V. Exª demonstra uma enorme desigualdade regional quando fala da taxa de crianças não alfabetizadas. Temos, por exemplo, no Paraná do nosso querido Roberto Requião, uma taxa de 4,9%; em Santa Catarina do nosso querido Paulo Bauer, uma taxa de 5,1%; no meu querido Amapá, uma taxa de 23%; no Pará, de 32%; no Ceará do meu querido Inácio Arruda, de 18%. Esse *slide* demonstra claramente uma enorme desigualdade regional, uma concentração de crianças não alfabetizadas até os 8 anos no Norte e no Nordeste. Essa desigualdade, V. Exª sabe muito bem – já falou disse quando estava no Ministério da Ciência e Tecnologia –, está na educação de base, na alfabetização de crianças até os 8 anos e está na outra ponta, Senador Cristovam, na pós-graduação.

Recentemente, dados do Ministério da Educação mostraram uma enorme concentração – V. Exª é sabedor disso e já falava disso no Ministério da Ciência e Tecnologia – de pós-graduados no centro-sul do País e um vazio completo em termos de pós-graduados no Norte e no Nordeste. Aliás, posso falar de cadeira que o meu Estado do Amapá é o último colocado, na Amazônia, em oferta de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Parece-me, Ministro, que essa enorme desigualdade regional é um dos grandes desafios da sua gestão no Ministério e é, por assim dizer, um dos grandes desafios da educação brasileira – a diminuição dessa desigualdade regional, repito, nas duas pontas, tanto na educação de base, como mostra o *slide* da alfabetização, quanto na pós-graduação.

Aí, eu pergunto... Parece-me que, claramente, os investimentos não podem ser simétricos, não podem ser iguais, porque os investimentos iguais vão produzir desigualdades. Os investimentos têm de ser diferenciados e, claramente, me parece que é necessário ampliar, e muito, o grande déficit que temos no Norte e no Nordeste do País.

Eu pergunto a V. Exª o que pensa nessa matéria de investimentos para sanar esse déficit nas duas pontas da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Requião e Ministro, eu garanto que serei curto.

Primeiro, Ministro, quero manifestar, publicamente, o que eu disse, por diversas vezes, desde a sua nomeação: a Presidenta Dilma não poderia ter feito escolha melhor, mas para que não pareça pura gentileza ou amizade, eu vou dar quatro razões.

A primeira razão é sua força política. Não sei se teve a curiosidade de olhar, mas não teve, nunca, um Ministro com o número de votos que o senhor teve. Uma grande parte dos Ministros não foram políticos e nenhum outro teve a votação que o senhor teve. Além disso, é um político influente no partido, no Governo.

A segunda é a experiência parlamentar, que ajuda nas conversas, nas negociações, tanto aqui dentro como com os prefeitos e governadores.

Além da força do partido no Governo, que seria a terceira razão, tem uma quarta, que é muito importante: o senhor é o primeiro Ministro que foi, antes, Ministro da Ciência e Tecnologia, então, tem a capacidade de ver todo o sistema nacional do conhecimento. Isso lhe dá uma posição privilegiada, sem falar nas suas qualidades pessoais, de que não vou falar.

Apesar disso, eu creio que, certamente, o senhor vai sair como um bom Ministro e fará avanços, mas eu temo que não consiga dar grande salto.

Eu temo que não consiga dar grande salto porque não tem o poder para isso, porque a educação, no Brasil, é municipalizada.

O senhor mesmo citou que 1/3 das crianças, em alguns Estados, não se alfabetizam até os 18 anos.

Vai ser muito difícil, no atual sistema de funcionamento da relação Poder Executivo federal e local, municipal, o senhor intervir para resolver esse problema.

Vai ser muito difícil resolver o problema do analfabetismo com a desigualdade que há na vontade dos prefeitos e nos recursos dos prefeitos.

Por isso, o próprio Inácio Arruda, que não está mais aqui, falou na diferença da escola onde ele estudou.

Ah, ele está aqui. Como sempre, na minha direita.

O Senador Inácio falou que era diferença. A diferença é que, provavelmente, era federal.

Aí, vem a minha pergunta e sugestão: Ministro, o senhor pode ser o primeiro Ministro a, de fato, levar adiante o início de um processo de 20 anos para federalizar a educação de base no Brasil.

O Senador Wellington falou das escolas ideais. O Senador Cássio balançou a cabeça, também, porque teve esperança.

Nos poucos meses que eu tive, tentei fazer isso, mas não tinha força, o governo não tinha experiência, estava num momento de arrocho profundo. Foi preciso fazer isso com o dinheiro do próprio Ministério. Cheguei a tirar dinheiro até da bolsa-escola, que não conseguia se gastar todo, e fizemos algumas escolas.

A minha sugestão é no sentido de lembrar uma coisa: as melhores escolas do Brasil... A média do Ideb não é das particulares, é das federais. Depois, vem a média das particulares.

Pouca gente se lembra disso. Se considerar a melhor de todas, deve ser particular, mas, na média, as particulares estão abaixo das federais. Abaixo delas, particulares; abaixo, as municipais e, abaixo, as estaduais.

Por que a gente só tem 300 escolas federais? O Colégio Pedro II, as escolas técnicas, os institutos de aplicação e os colégios militares. Por que o senhor não transforma essas 300 em, digamos, 1000? Mas eu dou uma sugestão: não espalhe essas 1000 escolas pelo território brasileiro, pois elas serão consumidas pela municipalização. A ideia é concentrar essas 1000 escolas em 40 cidades - eu digo 40 tomando a média de escolas por cidade e cidade média. Se a gente fizer a revolução em algumas cidades – e, em três anos, consegue-se fazer isso tomando cidades pequenas –, ninguém para mais.

O Brizola fez os Cieps por unidade escolar. Eu acho que foi a falha. Se ele, em vez de ter construído algumas centenas de Cieps no Rio de Janeiro, tivesse transformado todas as escolas de 20 cidades em Cieps, ninguém parava mais. Isso podia ser o Ciep da Dilma – não um Ciep por unidade escolar, mas um Ciep por unidade municipal.

Ao lado disso, deve continuar tudo que o senhor está se propondo, em que não tenho nenhum reparo a fazer. Até pelo pouco tempo que fiquei no começo – até me explico: a Ministra Izabella estava aqui e, como eu sou Presidente da subcomissão relacionada a Rio+20, ela era, de certa forma, minha convidada -, o começo que eu ouvi da sua fala me entusiasmou, porque o senhor começou pela alfabetização de crianças. Parece o óbvio, mas, por aí, não se fala. Os outros ministros começariam pelas universidades e escolas técnicas. Então, toda a sua fala me entusiasma. Eu acho que é um bom caminho, eu acho que o senhor vai fazer um bom trabalho, mas não vai deixar uma marca decisiva só com essa melhoria. Eu creio – pode haver outras – que uma marca decisiva seria terminar o seu tempo no ministério, que eu espero que dure, com 40, 50, 100 cidades onde todas as escolas fossem federais, em horário integral, com a carreira nacional do magistério, obviamente com concursos novos. Um professor da rede municipal do Rio não entra no Colégio Pedro II sem um concurso. Então, com concurso novo, com regras novas, com carreira nova, em escolas novas, com equipamentos novos, em horário integral.

Essa é a sugestão que lhe deixo. Eu estou pronto para conversar com o senhor e a sua equipe sobre como a gente poderia fazer isso, quanto custa e de onde sai o dinheiro, porque o senhor disse muito bem: para aumentar os recursos para 10% do PIB, tem de dizer onde é que vai ter menos por cento no PIB.

Eu até concluo dizendo: se jogar dinheiro na escola da maneira como ela é hoje, o dinheiro vai virar lama na primeira chuva. Só faz sentido jogar o dinheiro sabendo como ele chega à cabeça das crianças através do trabalho dos professores.

E eu quero ser seu parceiro nisso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A última intervenção – e eu espero que não quebre essa unanimidade que o Ministro Mercadante conseguiu nesta espécie de sabatina, neste diálogo – é do nosso Senador Valadares, que fala agora, na qualidade de adventício ou de epígono, o derradeiro, o último. Com a palavra, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, muito obrigado.

Por ser o último, eu serei muito breve. Sei que o Ministro Aloizio Mercadante tem outros compromissos e falou com muito empenho, de forma bastante ampla, sobre as questões, os problemas e as soluções da nossa educação brasileira.

Eu gostaria de enfatizar, em primeiro lugar, que a sua passagem pelo Senado Federal não deixou margem a nenhuma dúvida sobre a sua capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valadares, só para fazer um anúncio...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...aos Senadores e ao distinto público que nos homenageia nesta reunião da nomeação do Senador Crivella como Ministro da Pesca.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois é, um verdadeiro pescador de almas vai agora pescar peixe.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, ele é um pescador de almas e, provavelmente, foi escolhido por não ser um pecador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Que Deus o ajude...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...para tentar multiplicar os peixes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estava falando que a trajetória do Senador Aloizio Mercadante é admirável, extraordinária, de muita competência aqui no Senado Federal. Tanto na tribuna como nas comissões ele demonstrou a sua competência sobre os mais variados assuntos, inclusive sobre os problemas educacionais. E, no Ministério da Ciência e Tecnologia, posso assinalar que ele marcou um verdadeiro gol de placa ao assumir integralmente aquele projeto da cidade digital. Inclusive me inspirou a apresentar uma emenda coletiva, uma emenda de bancada no Estado de Sergipe visando a criação de uma rede de comunicação digital para beneficiar as escolas, as comunidades mais pobres, ou seja, fazendo com que nosso Estado e outros também, como o Ceará, pudessem absorver os ensinamentos, os conhecimentos científicos e tecnológicos advindos da web, da nossa internet.

Também gostaria de registrar que um dos programas do Governo que mais beneficiaram a educação foi aquele relacionado com a extensão ou ampliação das universidades para o interior, para a zona rural. Temos exemplos no Nordeste do País, inclusive no meu Estado, de que esse projeto está dando certo, porque essa descentralização, ao invés de dificultar, aproxima o estudante que não pode se deslocar para a capital do conhecimento científico, da preparação, visando ao seu futuro.

Tenho certeza absoluta de que V. Exª à frente do Ministério da Educação, já que tem trabalhado a favor da ciência, da tecnologia e da inovação, haverá de impulsionar mais ainda esse processo de descentralização da educação superior e também do ensino técnico secundário, que é uma antiga aspiração de todos os segmentos sociais do Brasil, no intuito de colocar o País numa situação de preponderância, assim como aconteceu com outros países, a exemplo do Japão e da Alemanha, que saíram da guerra trucidados e, através da educação, se reergueram das cinzas e transformaram-se em grandes potências.

Afinal, gostaria de, mais uma vez, assim como estou fazendo publicamente, como Relator da proposta do Senador Inácio Arruda, apoiar integralmente a proposta do nosso Senador, relativa ao direcionamento de recursos do Pré-sal em favor da educação, 50%, sendo que a maior parcela será, como V. Exª pregou, em favor do ensino fundamental, que é a base para a formação dos nossos jovens, para que eles possam ingressar no secundário e no ensino superior devidamente preparados. Se o ensino fundamental é de boa qualidade, ele terá uma consequência positiva no futuro do nosso País.

Portanto a minha palavra é de reconhecimento pelo seu passado honrado aqui no Senado Federal, trabalhador, preparado, sempre atento às grandes questões nacionais na sua passagem pela Ciência e Tecnologia. E ao espírito de visão que teve a Presidenta Dilma ao colocar V. Exª, como professor que é, como estudioso que é, à frente de um Ministério tão sensível como é o da Educação.

Esta é a minha palavra de reconhecimento e de sugestão para que continue a apoiar os grandes projetos que já foram lançados no Brasil e novos outros que serão lançados por V. Exª e pela Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro Mercadante, a partir deste momento tem 50 minutos para responder as intervenções das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O volume de questões é muito amplo. Vou tentar fazer uma passagem rápida, mas é quase impossível. Vou refletir, inclusive, sobre algumas questões com mais profundidade.

Senador Cyro Miranda, eu queria falar do respeito mútuo e também, mais uma vez, da generosidade de suas palavras. Fiquei muito bem impressionado com a reunião que tive com o Governador Marconi Perillo e o Secretário da Educação em torno do planejamento estratégico do Estado, do pacto pela educação, o estudo que foi feito, a profundidade, as metas e as diretrizes. Comprometi-me, inclusive, a visitar algumas experiências para ver de perto, para conhecermos na ponta como está sendo a evolução. Foi muito positivo e tenho certeza de que V. Exª será o interlocutor fundamental na defesa do Estado na relação com o Governo e com o Ministério. Estarei sempre aberto para isso.

Em relação ao Prouca, nós tivemos 5 escolas por Estado no Prouca e 5 escolas que foram Prouca integral. Ou seja, todo o sistema de digitalização da escola. Isso dá em torno de 150 mil equipamentos que foram implantados. Ao mesmo tempo, Estados e Municípios adquiriram *laptops* num volume de 574,96 mil *laptops,* que foram adquiridos das atas de licitação do MEC. Então, três vezes mais foi demanda espontânea da rede e 150 mil é um projeto conceitual para a gente entender e avaliar o que aconteceu nessa experiência.

Assim que cheguei – o Freitas do FNE participou, acompanhou de perto toda essa experiência –,

solicitamos um seminário, que vai ocorrer agora, ainda nesta semana, com 27 grupos de pesquisa que estão analisando essa experiência. Todos os pontos de vista estão sendo analisados. Foi um edital do CNPq, então, vamos analisar o desempenho do professor, dos alunos, se houve melhora no aprendizado, as dificuldades que surgiram, as deficiências de infraestrutura antes de qualquer medida de ampliação.

Ao mesmo tempo, como quando eu cheguei ao Ministério já havia uma ata de preço de 900 mil *tablets* e nós tínhamos o projetos digital, eu falei que a segurança pedagógica que precisamos ter exige essa reflexão para vermos como vamos abordar o aluno e o conjunto da escola. Mas, pelo professor, especialmente no Ensino Médio, temos que começar agora, porque para o professor, como é uma tecnologia muito amigável, nós podemos fazer o curso de aprendizado e ela vai trazer o ambiente da Internet para a sala de aula, nós vamos motivar a sala de aula e vamos motivar professores também a estudarem, a aprimorarem sua aula, a se interessarem, a levarem novos instrumentos pedagógicos sem o risco pedagógico que o equipamento na mão do aluno poderia trazer antes que a gente tenha uma reflexão bem aprofundada.

Então, esse seminário vai ser feito durante dois dias, nós vamos ter uma conclusão e eu encaminharei depois à Comissão. Poderemos até fazer um debate se a Comissão tiver interesse de fazer audiência pública.

Acho que essa é uma reflexão que teremos que fazer. É um tema novo na sociedade e é um tema novo do ponto de vista da tecnologia. Agora, o argumento que tenho dado – sinto que há uma resistência a tudo que representa inovação e acho que para a gente avançar na educação do Brasil vamos ter que inovar, a educação vai ter que ser mais inovadora, nós vamos ter que ser mais inovadores para educarmos bem – é que não há uma atividade importante do País hoje ou profissional no mundo que não passe pela tecnologia da informação. O médico hoje tem no terminal o exame, ele tem o cadastro dele. Você vai num consultório de odontologia, todo teu acervo está digitalizado e a tecnologia digital está lá. O arquiteto não usa mais régua T e prancheta, é um CAD, no qual ele desenha e faz a sua projeção. O advogado tem todos seus requerimentos digitalizados, ações, petições, todo o acervo e a bibliografia disponibilizados e nós estamos ainda refletindo com uma resistência que eu considero ideológica e conservadora, fundamentalmente. Não conheço um filho de classe média ou um filho de empresário moderno que não esteja digitalizado, que não tenha computador e não saiba mexer. O povo da periferia está indo à *lan house*, para tentar entrar na Internet, para poder entrar nesse mundo, o máximo que ele consegue ter de acesso à rede digital. A escola tem que ser o agente dessa mudança, a escola tem que preparar uma educação para o século XXI, a escola tem que dominar essa tecnologia e estimular. Vamos supor que o sistema educacional não avance numa cidade, numa sala de aula ou com um professor. Pelo menos esse aluno vai ter um instrumento para ir mais longe do que a vida lhe ofereceu, porque ele vai poder ter acesso diretamente ao conhecimento.

Então, eu realmente acredito que isso vai dar um salto histórico, como está dando em outras áreas do conhecimento e como está dando em outros países. O Brasil tem de saber fazer isso com segurança, sem açodamento, dando passos pedagógicos consistentes, avaliando o que está fazendo sempre, mas eu acho que estamos num caminho seguro começando pelo Ensino Médio.

Em relação ao livro didático – eu disse aqui e vou repetir –, as providências que foram tomadas foram um decreto presidencial que exige que toda programação seja feita com três anos de antecedência e os critérios – inclusive eu os li aqui –, que são bastante rigorosos hoje, do ponto de vista do que é a produção do livro didático. A avaliação, quem faz são as universidades, não é o MEC. São as universidades públicas, com seu corpo docente, com seus analistas, com seus especialistas, que fazem a avaliação do processo. E o MEC produz um guia com toda essa oferta de coleções ou de obras especializadas que cada rede vai escolher. Então, nós vivemos numa sociedade plural, diferenciada culturalmente, ideologicamente, sob todos os pontos de vista. A diversidade é um valor fundamental da democracia. O MEC tem de assegurar que essa pluralidade esteja presente no processo pedagógico, inclusive em relação aos métodos pedagógicos. Vê-se um debate acalorado, por exemplo, dos construtivistas contra opções de processo de alfabetização, e temos de respeitar esse debate e oferecer alternativas dentro de um padrão. Esse padrão evita que o MEC faça dirigismos, que ele imponha uma concepção, que ele tente interferir naquilo que é autonomia dos Estados, dos Municípios e do professor, em última instância, na sala de aula.

Em relação à merenda, como eu disse, nós estamos informatizando todo o sistema de merenda a partir de março. Nós vamos ter *on-line* o que está acontecendo com a merenda e vamos poder fazer uma discussão mais aprofundada sobre o que é que está chegando à sala de aula, que merenda é essa, qual o preço, por que está se praticando esse preço e o que podemos fazer para melhorar o sistema. Então, eu acho que vamos dar um salto conhecendo a gestão.

Em relação aos estudantes com deficiência, nós falamos aqui do Viver sem Limite e existe a opção da dupla matrícula. Além da matrícula assegurada na rede pública, ele tem o direito – e há o repasse de verbas do MEC para estas instituições – a instituições que prestam serviço especializado, por exemplo, a AACD, que é uma associação das crianças com deficiência e dos pais. A verba pública vai financiar aquela criança para ter acesso a serviços especializados, porque, com as deficiências profundas – e a gente sente nos pais o sofrimento que é conviver com aquela dificuldade -, não adiante dizer "Não, tem de ir para a escola". É lógico que tem de ir para a escola, só que precisa de um tratamento especializado, precisa de um acompanhamento diferenciado. Eu realmente acho que, às vezes, tem uma burocracia no Estado que tem dificuldade em compreender a vida como ela é. Quando se passa por aqui e quer falar sobre pessoas com deficiência, fala com quem é pai, com quem é mãe aqui, dentro. Aí, vai falar com quem sabe o que está acontecendo. O burocrata leu, estudou, tem um arcabouço ideológico, mas não consegue entender que ninguém tem mais dedicação a uma agenda como essa que quem tem de criar. Como disse o Senador Lindbergh, essa foi uma bandeira que a vida elegeu para ele e ele vai se dedicar a isso, porque essa é uma questão fundamental. Eu me lembro que aqui tivemos o Senador Flávio Arns e outros, o Senador Wellington, o Deputado Romário. São pessoas que têm amor por essa causa, que sabem e que sabem que tem de ter um acolhimento especial, que tem de ter um acompanhamento diferenciado. Não adianta. Há a dificuldade de adaptação, o atraso da escola, a falta de cultura para isso. Então, precisamos trabalhar nas duas pontas. Eu acho que resolvemos essa questão bem. Agora, é implementar e fazer funcionar.

Deixe-me ir tocando aqui.

Senador Cícero Lucena, sobre o fechamento das escolas. Ele não está, mas eu quero falar. É muito importante. Inclusive o Senador Cássio Cunha Lima me mandou um bilhete falando sobre isso. Em alguns casos, por exemplo, na Paraíba, há queda brusca de matrícula e duplo endereço também. Então, precisamos criar uma norma de não fechamento de escola sem passar pelo conselho, mas precisamos criar critérios que deem segurança ao fechamento quando é indispensável. Senão, vamos criar elefantes brancos que têm um gasto e que não têm efetividade na ponta, porque, na dinâmica urbana especialmente – também a rural, mas a urbana, sobretudo –, às vezes, há um movimento de esvaziamento do centro da cidade, que vira uma área de negócios, de atividades comerciais e não adianta manter aquela escola que existia ali, pois a demanda está na periferia, onde estão se expandindo fortemente as novas exigências. Então, precisamos ter aí também bom-senso nessa questão de fechamento de escolas. O Senador Requião ainda me alertou aqui, falando que, dependendo de como fizer, não fecha nunca mais e vai ser um erro. Quem administrou sabe que é assim. Então, precisamos exigir que isso seja definido, mas talvez seja um objeto desta Comissão estabelecer critérios: "Pode fechar nessas condições".

Senador Inácio Arruda, em relação aos *royalties*, muitos falaram sobre esse tema, a Senadora Ana Amélia também tratou dele. Eu, particularmente, tenho uma visão de que a educação vai se resolver, qualquer que seja o melhor caminho que a gente possa escolher de médio a longo prazos. O pré-sal é um debate de médio a longo prazos. Então, vamos pegar duas experiências históricas: a Venezuela e a Noruega. Eles descobriram os grandes campos de petróleo no início dos anos 70. O Celso Furtado escreveu um livro: "Olha, o primeiro país que tem condições de ser um país desenvolvido na América Latina é a Venezuela depois dessa descoberta, ou não". No início dos anos 70 ele escreveu um livro só sobre essa questão. Dali ele falou: "O primeiro país que pode dar um salto histórico e romper as barreiras do subdesenvolvimento ou não, depende de como esse recurso será utilizado". A Noruega descobriu na mesma época os grandes campos de petróleo. Tudo bem que a Noruega é menor, mas tem o melhor IDH do planeta. Qual foi a diferença fundamental, além de tradição histórica? Foi como esse recurso foi aplicado. Não podemos tratar esse recurso simplesmente como uma relação entre os entes federados ou entre as regiões do País. Além disso, qual é o nosso projeto estratégico de nação? O que queremos ser pós-petróleo? O que nós queremos fazer com essa riqueza que – vou repetir – os nossos netos não terão? O que vamos deixar para eles? Nós estamos antecipando uma riqueza que a geração anterior não teve e nem a futura vai ter. O que vamos deixar para o futuro? Essa é a discussão. No meu ponto de vista, a melhor herança, o melhor passaporte para o futuro é a educação, a ciência e a tecnologia. Se nós resolvermos isso, vamos resolver as outras questões do desenvolvimento do Brasil, ou não. Então, a decisão, pelo que estou vendo, será rápida. Não se vai haver, a essa altura do campeonato, um entendimento no Governo sobre essa matéria. Espero que seja possível, dentro ou fora do Governo, mas é uma posição pessoal que venho defendendo há muito tempo. Por sinal, defendi até na primeira votação aqui de madrugada. Quem abriu o debate sobre essa questão aqui no Senado – na época apanhei muito por causa disso – sobre os *royalties*, há 4 ou 5 anos, quando era Presidente da

Comissão de Assuntos Econômicos. Nós votamos solitariamente, naquela época, uma proposta, suprapartidariamente, porque fui eu, você e o Tasso Jereissati, nós tínhamos 4 votos, não conseguimos mais. Vejo que cresceu esse movimento e há uma consciência muito maior, estou sentindo, sobretudo no Senado, que essa é uma possibilidade concreta. Então, espero que realmente a gente crie um entendimento sobre isso. Tenho sido até mais modesto, fixo um prazo, porque ajuda a resolver. Porque há o pessoal da saúde, que tem suas demandas, o pessoal da segurança, está aí a agenda da segurança, problemas de infraestrutura. Há muitas pressões e muitos interesses. Se nós pelo menos fixarmos um prazo e dissermos: "Vamos resolver essa questão prioritariamente, depois nós resolveremos as outras". Acho que a gente tem chance de evoluir, tenho sentido positivamente o debate. Essa discussão do piso pode ser uma boa alternativa.

Sobre o Fies-Empresa, aproveito e respondo. Os Senadores Inácio e Randolfe tocaram no assunto. Quero agradecer também a solidariedade e as menções. Faço só um comentário. Tenho muito mais afinidade com a educação do que com qualquer outra coisa, porque foi a única coisa que fiz fora a militância política, fui professor minha vida inteira na PUC e na Unicamp. Como a maioria daqui, pela minha vida profissional prejudiquei muito minha vida acadêmica pela militância e por meu compromisso histórico – acho que todos nós, de alguma forma – atrasei meu mestrado, atrasei doutorado, atrasei minha vida acadêmica. Você para de publicar, o seu Currículo Lattes não evolui e toda contribuição... Isso é uma discussão, viu Jorge, que a CNPq e a Capes têm que fazer, porque há um manualzinho do que é o padrão acadêmico e a discussão entre universidade ou não entra. Então, faço parte de uma geração que ou terminava o mestrado... Fundamos a Andes, vou assumir a presidência da Associação de Professores, vou fazer a direta para a democracia, vou me engajar na construção do Partido que eu achava que era a novidade histórica naquele momento. Foi o que eu fui fazer e atrasei meu interesse individual, que era minha formação acadêmica. Acho que esse debate vamos ter que fazer: qual é o papel da universidade e sua relação com a sociedade mais profundamente.

Sobre o Fies-Empresa, qual é a diferença? É que o estudante, quando entra e pega um financiamento Fies, ele é o responsável, quando a empresa pega, o financiamento é dela. Ela vai usar o recurso para formar o profissional da empresa, mas o financiamento foi ela que tomou.

Então, é uma medida muito inteligente para ampliar as vagas do ensino técnico profissionalizante com participação da iniciativa privada coassumindo a responsabilidade do financiamento. Eu não estou transferindo a responsabilidade do financiamento para o trabalhador, a empresa está falando: "Esse trabalhador eu quero formar, ele é fundamental nessa área específica, nesse curso." E é importante que os empresários criem essa consciência. Se quiserem ter competitividade, vão ter que investir na formação, porque não pode o País ter um milhão e novecentos mil trabalhadores na indústria, semianalfabetos ou analfabetos. Isso não vai gerar eficiência a médio e longo prazo. Não vamos competir com a Ásia se tivermos esse padrão de formação tecnológica. Então, o Fies dá essa possibilidade a uma taxa de juros que é 3,4% ao ano, o que significa, portanto, que ele não está tirando do seu capital de giro. Ele vai financiar, a responsabilidade do financiamento é dele, mas o benefício é do trabalhador. Portanto, acho que é uma saída muito inteligente para construir esse processo.

Senadora Angela, sobre a educação infantil, estamos fazendo um projeto de formação de gestores; há inclusive um programa de formação, definição de perfis. Mas seria muito importante, depois, Cesar Callegari, entrar em contato com a Senadora, passar essas informações e ajudar a pensar – vocês têm muita militância nessa área – não só o Estado de Roraima, mas o Brasil, e aprimorar o nosso programa de educação infantil, tema em que estamos bastante empenhados.

Senadora Ana Amélia, sobre a situação do piso, tínhamos que o piso anterior, de R$1.180, não estava sendo pago por quatro Estados da Federação. E temos onze Estados que estão acima do piso atual, do piso novo. Portanto, o ajuste desses Estados, em sua maioria, não será difícil. Evidentemente, para alguns o sacrifício será maior. O Senador Wellington disse uma coisa muito importante: se pegarmos a rede do Piauí, veremos que 90% da rede é pública. Se eu pegar, por exemplo, o ensino superior em São Paulo, 82% é privado. Estou pegando o ensino superior porque são dados que sei; não sei do ensino médio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Trinta e cinco por cento é privado. Em São Paulo, 35% é privado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Como? Da rede do ensino básico, 35% é privado. O caso do Piauí é 10%. Então, é evidente que há uma sobrecarga sobre os municípios. Não temos essa informação. Não a temos porque não temos acesso à folha de pagamento, não sabemos qual é a estimativa, e essas não são informações que estão ofertadas no Simec, portanto, não temos essa informação.

Agora, qual é o tema para alguns Estados? Alguns Estados vão ter que enfrentar a discussão da

carreira. Não há alternativas se não se discutir a carreira. Se pegarmos um Estado em que os níveis salariais vão a oitenta, ou mais de oitenta vezes, ou ainda que o passivo previdenciário seja mais da metade da folha, o problema não está no piso, está na situação institucional em que o Estado está envolvido. E vai ter que enfrentar essa discussão, e alguns Estados enfrentaram e equacionaram. Os que não enfrentaram é que estão com maiores dificuldades. Entendo que não é fácil mexer nessa questão. É um tema... E aqui faço um apelo, se é que é possível fazer, de diálogo ao movimento sindical para que busquemos entendimento em relação a essa matéria. Acho que o País sabe o quanto o piso é estratégico para os trabalhadores, para os estudantes e para o futuro do Brasil. Agora, precisamos de diálogo, de entendimento, de parceria para mantermos esse caminho, que é fundamental para o processo.

Sobre os alunos fora das escolas no Todos pela Educação, o Cesar Callegari, que será o novo Secretário e faz parte do Todos pela Educação, já vem com o diagnóstico e com a tarefa de resolver, com uma forma bem adequada de equacionar. O Marco Antônio Oliveira, que é o nosso Secretário para o assunto do ensino técnico profissionalizante – está cuidando do Prodatec, foi do Ministério do Trabalho e Previdência Social – sabe o quanto isso é importante. Onde está o maior problema, o maior desafio nosso? Falta um pouco na pré-escola, mas o grande desafio é o ensino médio. Enorme. Por quê? Porque os alunos o estão abandonando e indo para o mercado de trabalho ou porque a escola não está interessante – muitos não a acham interessante porque não há formação técnica profissionalizante associada à educação regular e também porque ele vem com uma deficiência, e ali começa o abandono. Então, precisamos de um conjunto de soluções. Por isso, apresentamos a educação infantil, alfabetização na idade certa. Se não se resolver isso, não se resolve lá na ponta o ensino médio, não se resolve mais nada. Se não aprendeu a ler e escrever, não adianta achar que vai se corrigir mais tarde, porque não vai corrigir.

Então, temos que tentar enfrentar sistemicamente esse problema. do ensino médio. Uma das formas que estamos buscando é atrair o Pronatec (ensino técnico profissionalizante) para o regular, ampliar todo esse sistema – falei das vagas que já temos este ano – e também um ensino médio inovador, um ensino médio criativo, inclusive levando a tecnologia da informação como instrumento para ao professor, porque temos uma deficiência que não há como superar no curto prazo. Por exemplo: faltam professores de química, física e matemática no Brasil. Não há formação na área. Então, como vamos dar química, física e matemática? Falei aqui que estamos querendo, estamos estudando e que espero, em médio prazo, conseguir a questão do exame de ciências no IDEB. É muito importante incluir ciências no IDEB. Mas temos uma deficiência sistêmica nas áreas das ciências básicas. Uma das soluções que encontramos é dar esse *tablet.* Há as aulas desse professor indiano de matemática, química, física e biologia, há o portal do professor, há o equipamento pedagógico. Então, ele pode entrar ali, pode ver a aula, pode ver como foi tratado, como foi abordado e levar para a sala de aula o que ele quiser da Internet com um custo absolutamente irrisório. Então, são tecnologias que estamos buscando exatamente para criar um ambiente interativo, mais criativo na sala de aula.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fui a uma escola, a Escola Federal de Sapucaia, que é um instituto técnico federal, e perguntei se na escola técnica, imaginando que ela fosse mais atrativa com essas modernas tecnologias, haveria a fuga dos alunos. E existe fuga de alunos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Nos institutos federais, a taxa de evasão é absolutamente insignificante. Por quê?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas ela...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pode haver casos específicos, mas a média é insignificante, porque são cursos de qualidade, os melhores desempenhos no IDEB, são cursos bons, profissionalizantes, o aluno vê uma perspectiva de futuro, ele se sente motivado. Então, há o problema da deficiência do aluno, mas há a deficiência da escola. A escola tem que avançar, tem que se modernizar, tem que ser mais inovadora, mais criativa. E nós estamos exatamente buscando dar mais instrumentos para que a escola faça essa passagem.

Alfabetização da população analfabeta no Brasil. Qual é a maior dificuldade? Falei disso na minha exposição. A idade média é 56 anos, e uma parte importante está no campo, especialmente Nordeste e Norte, onde até o acesso é difícil. E, quanto mais se vai erradicando, quanto mais se vai aproximando, fica mais difícil. É como o Luz para Todos, que expliquei aqui: cada vez a casa é mais longe, o morro é mais alto, o rio é mais largo, o custo é maior. E a primeira providência são os óculos. Sem resolver isso, não adianta. Essa população sem óculos não vai. Vejam, pegando a idade média nesta sala, tirando o Wellington, que é muito novo, e a Angela que, evidentemente, pela juventude, jamais vai usar óculos nessa fase...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está se realizando aqui um fórum da saúde ocular.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Então, o MEC construiu 37 consultórios móveis e oficinas oftalmológicas para percorrer essa população e tentar equacionar essa questão. Tem que ir lá. Tem que ir lá, fazer o exame, entregar e tal. E os óculos são também um instrumento de motivação, entre outras coisas.

Até pedi ao Senador Cristovam – ele começou esse programa – que se dedicasse em pensar como vamos – e convido todos os Senadores a ajudar nisso –enfrentar essa tarefa. Não é apenas com discurso, é uma coisa muito complexa, considerando que uma parte importante são trabalhadores rurais, que passam o dia inteiro com enxada na mão, com 56 anos em média. Como motivá-los, com a jornada exaustiva que têm, a ir para uma sala de aula estudar sem saber exatamente, a essa altura do campeonato, o que aquilo vai retornar imediatamente dadas as dificuldades que ele vive.

No caso da indústria, acho mais fácil fazer um programa. São um milhão e novecentos mil trabalhadores com carteira de trabalho assinada. A esse público podemos chegar mais facilmente. Mas estamos tentando. Achei a ideia do Senador Wellington sensacional, a de fazer um cadastro nacional. Um cadastro, e aí se acaba com qualquer tipo de estatística aparente, tal como é o censo escolar hoje. Temos um censo em que sabemos RG, endereço, pessoa física. Temos uma visibilidade muito maior, porque individualizamos o aluno que está na rede. Então, acho que este é um bom caminho, a ideia do censo. Seguramente, a assessoria já anotou essa condição.

Sobre o Bolsa Família: fazemos avaliação bimestral para 17 milhões de famílias beneficiadas. Oitenta e quatro por cento estão com a frequência registrada, 3,6% estão com a frequência abaixo da exigida e de 13,4% não temos as informações necessárias. Então, sempre que identificamos que está abaixo ou que não temos informações, encaminhamos para o cadastro MDS para fazer a visita, verificar o que está acontecendo, tomar as providências e, às vezes, inclusive, descadastrar em alguns casos que não são... Você verifica, porque você cruza a informação. A gente cruza o cadastro deles com o nosso e, através disso... Evidentemente, uma parte é orientação pedagógica, é motivação, mas há um acompanhamento. Esse é o instrumento com o qual nós estamos trabalhando.

Em relação à paternidade da rádio: eu não só sou favorável, mas acho que poderíamos ter outra questão. Há vários casos na história do Brasil de injustiças absolutamente inconcebíveis.

Por exemplo, eu me dediquei, quando era Senador, a tentar recuperar a memória de Pedro Teixeira. Português, Pedro Teixeira, em 1640, foi para o Maranhão, participou da fundação de Belém. Um dia chegaram uns espanhóis perdidos lá em Belém, e ele resolveu seguir o caminho, porque eles disseram que o rio era navegável, o rio Amazonas. Ele organizou uma expedição que envolveu duas mil pessoas – eram 75 canoas – e foi a remo – isso durou dois anos e meio – até os Andes; subiu a pé até Quito e, quando ele chegou a Quito – naquela época, Portugal estava sob o domínio do Reino da Espanha... Na volta, ele fez o rito possessório e foi tomando posse para o rei de Portugal. O governador de Quito, preocupado, mandou uns padres e uns militares com ele. Ele registrou tudo isso em ata, foi para o cartório de Madri e de Lisboa. Cem anos depois, em 1750, no Tratado de Madri, a Amazônia é brasileira por causa de Pedro Teixeira, e não há um livro de história que fale de Pedro Teixeira. Falam de outras bandeiras, falam de Fernão Dias Paes, mas não falam de Pedro Teixeira, que foi quem trouxe metade do território do Brasil... Conduziu essa expedição que permitiu que a Amazônia fosse brasileira. É uma figura que a gente deveria... O livro existe. Ele foi queimado, os espanhóis tentaram destruir essa memória. Como o Reino de Portugal estava sob o domínio do Reino da Espanha, isso também não ficou muito bem registrado, mas há teses de doutorado, de mestrado etc.

Acho que deveríamos fazer um trabalho para recuperar a memória de figuras assim, alguns heróis nacionais, algumas lideranças, para incorporá-las oficialmente à nossa história. Temos de ver como fazer isso, seguindo todo o procedimento do livro didático, porque não é o ministro que vai fazer isso. Três anos antes, é a universidade vai avaliar, vai ter de fazer o resgate histórico, tem de ter qualidade. Tudo aquilo que vale para o que a gente falou também vale para isso. Ministro não faz livro de história. Nós só podemos abrir um edital e pedir, por exemplo, biografias etc. Acho que é uma bela sugestão. Talvez a Comissão pudesse fazer um estudo, Senador, e sugerir alguns nomes, fazer uma avaliação para que a gente pudesse fazer um edital e recomendar... Um edital pedagógico e acadêmico para fazer a avaliação, mas algumas dessas histórias são espetaculares.

Senador Lindbergh, só para terminar aqui.

Ele diz que a nossa Presidenta seguramente colocou a educação, a ciência e a tecnologia como eixo fundamental do desenvolvimento do Brasil, mas eu quero aqui dizer – e é fundamental que o diga – que Fernando Haddad foi um dos melhores Ministros da Educação da história deste País, a história vai reconhecer isso. Foi excepcional o avanço que tivemos e a herança que eu recebo. Então, com muita humildade... Não foi fácil, em sete anos, conquistar o que con-

quistamos. Acho que ele deu uma contribuição muito importante e eu espero poder ajudar.

Fico muito feliz com a questão dos *royalties* à disposição.

Também na questão das especificidades do Viver sem Limite, que ele mencionou, nós vamos trabalhar.

E o horário integral: nós estamos trabalhando exatamente na direção do que ele sugeriu. Por exemplo, quando eu falei do programa de esportes, é junto com o Ministro Aldo Rebelo. Já fizemos uma reunião com o Ministério da Defesa. Queremos fazer um programa de motivação olímpica nas escolas de esporte integrando as políticas dos ministérios, usando a escola como centro de articulação dessas políticas de formação da juventude para o esporte. O Ministro Aldo está totalmente... Inclusive, teve ideias muito criativas nesse sentido, muito competentes, ele e o Secretário Executivo Luiz Fernando, para a gente trabalhar essa possibilidade.

Senador Wellington, quero parabenizar o Piauí, que mostra também que, em educação, nem sempre se trata apenas de recursos, ainda que o financiamento seja muito importante. Há o problema de vontade política, determinação, de compromisso. Chegar ao melhor nível de matriculas no Brasil um Estado cujo PIB... A diferença entre o PIB de São Paulo e o do Piauí é mais ou menos a diferença entre o PIB de São Paulo e o PIB de Nova York. No entanto, o Piauí tem o melhor nível de matriculas. Portanto, você está de parabéns, acho que a sua contribuição foi muito significativa nesse período.

Em relação às redes estaduais. Elas estão no Pronatec – vou ter uma reunião agora, nos dias 7 e 8, com os secretários de educação dos Estados –, mas para novas vagas. Ou seja, nós entramos desde que ofertem novas vagas. Se não for assim, vamos trocar seis por meia dúzia. Nós queremos a rede estadual com novas vagas; a rede privada, também nós queremos certificada pelos institutos federais, a quem compete avaliar e cadastrar essas instituições.

Em relação ainda ao Senador Randolfe... Bom, primeiro elogiá-lo pela juventude renovadora da política brasileira e que eu tenho certeza de que irá ajudar muito.

Em relação ao Fundo... Às assimetrias regionais, ele pode ter toda convicção de que nós vamos trabalhar em parceria para isso. Em relação às Prefeituras, que demandaram participação no piso, são mais ou menos 300 e uns 10% delas estão dentro dos Estados que têm direito, pois são nove Estados do Brasil que têm direito: sete do nordeste e dois do norte.

A Comissão definiu alguns critérios gerais – e eu já falei sobre isso também... Não há acordo, ainda hoje, com os Secretários Municipais Estaduais – CNTE – de quais são os critérios de repasse do piso. Eu disse aqui as dificuldades que nós temos: nós pegamos Prefeitura que queria repasse, mas tem oito alunos por sala de aula; e o outro Prefeito ao lado tem 35 alunos. Então, você vai dar para ele, e o esforço que eu faço? Aí você pega um outro que é uma escola urbana – toda rede é urbana; o outro tem que carregar os alunos 100km de carro e todo transporte rural quem faz é ele. Então, chegar a um entendimento sobre quais são os critérios e o principal problema: acesso às informações para assegurar que os 25% estão de fato aplicados na educação, senão não tem acordo com a CNTE. E ainda tem, nos cinco pontos que foram definidos, têm de ter uma carreira específica para o magistério, aprovada. Então, não temos ainda uma solução capaz de resolver o problema que está posto. Então, eu sugiro que a gente aprofunde essa discussão com consistência, porque nós não temos instrumentos para fazer isso.

Senador Cristovam, para encerrar. Um dos primeiros trabalhos que eu li foram exatamente suas propostas da Escola Ideal. Há algumas frases muito interessantes do tipo: "O berço da desigualdade está na desigualdade do berço" e só a educação é capaz de reverter isso. Uma análise que o senhor faz da história e ali o senhor chega a fazer uma proposta em que dá, inclusive, o volume de investimento necessário, em torno de R$40 bilhões, para a gente fazer essa transição. No entanto, eu não tenho essa força... Porque, não é só uma... Nem junto ao Governo, nem junto ao partido e, muito menos, nem junto ao Congresso. Por quê? Porque o MEC tem uma limitação constitucional do seu mandato e que é o Pacto Federativo. Enquanto essa questão não for rediscutida... E o Pacto Federativo só se resolve – se é que se resolve uma nova engenharia – nesta Casa, que é a Casa responsável pelo equilíbrio do Pacto Federativo. Nós só temos um território deste tamanho porque existe o Senado da República no Brasil há mais de 180 anos. As grandes soluções foram encontradas pela política e não pelas armas, como aconteceu na América espanhola. Então, eu tenho um respeito imenso a esta Casa. Não foi fácil o período em que eu estive aqui – vocês sabem muito bem que as notícias muito boas, em geral, era o Presidente quem dava; notícia boa, o Ministro; e os problemas eram explicados pelo líder do Governo. Foi um período de muitos problemas a serem explicados quase todos os dias, muito menos podia participar de uma audiência como esta e ter de correr 10 Comissões como vocês fazem e tal e toda essa confusão. Mas é uma Casa essencial à democracia. Fundamental! Então, acho que essa é uma reflexão que a Comissão de Educação pode inspirar: como é que nós podemos repensar um sistema de colaboração, de compartilha-

mento de responsabilidades na gestão do Pacto Federativo? Porque o Ministro da Educação não pode romper o Pacto Federativo e dizer que irá estabelecer um novo modelo educacional, mesmo que isso – diria assim – me desse uma certa motivação. Dom Pedro enxergou isso, lá atrás, há 200 anos: fez a Escola D. Pedro II e não conseguiu impor esse modelo. O Brasil é grande demais, é diverso demais, tem uma cultura federativa muito forte. Mas eu estou dizendo isso para falar dos problemas... Já o disse a V. Exª e vou dizê-lo publicamente: esse é um tema que eu quero aprofundar a discussão. Não quero dar uma resposta pronta nem uma resposta acabada. É inegável que as experiências da União no ensino básico, no ensino médio, no ensino técnico, profissionalizante, têm uma qualidade inquestionável. Não só no ensino; mas nos hospitais também. Então, essas experiências que nós temos, eu acho que inspiram a gente a repensar o modelo. E educação é um debate permanente, quanto mais debate melhor. Esse é um tema que está em aberto. Nesta gestão está em aberto essa discussão. Então, eu vou aprofundar a discussão com V. Exª, vamos tentar verificar como a gente pode...

Um tema me preocupa, por exemplo, e chegamos a conversar sobre isso. D. Pedro II tem 14 mil alunos. Por exemplo, se tivéssemos uma universidade associada ao D. Pedro II para ser um grande laboratório de formação, de multiplicação de professores, estágio para os professores, ser um grande instrumento irradiador de energia, faz todo o sentido para a rede. Talvez seja possível caminhar algumas iniciativas nessa direção, se tivermos referências regionais que vão inspirar rede na formação de professores, porque, se eu for, como Ministro da Educação, imagina eu chegar aqui na audiência e falar que escolhi 40 municípios, esqueci alguns Estados, não termino a audiência aqui, na hora já tem requerimento de informação e não sei o que, emenda, e quer discutir o PPA, porque cada um aqui está para defender o seu território, sem falar nos Prefeitos que virão no dia seguinte e os Governadores que virão no processo. Então, politicamente, acho que criar um sistema totalmente apartado, por maior excelência que tenha para fazer o efeito demonstração, não sei se é possível, mas, talvez, pegar algumas experiências que já temos e transformar em modelos exemplares que irradiem para a rede uma possibilidade nova de educacional, acho que é possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permite-me? Nunca vi um prefeito recusar uma escola técnica federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, nem eu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Duvido que um recuse...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Já vi briga de prefeito porque o do lado não recebeu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso, isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Várias brigas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, aí, a gente resolve fácil: qual é o prefeito que quer dar mais? Qual é o prefeito que dá uma colaboração maior? E, aí, você faz uma espécie de leilão, para ver quais são os que vão receber no primeiro momento. É simples.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Cristovam, vamos discutir com profundidade pelo seguinte: porque, aí, os Estados mais ricos vão levar todas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tem problema.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, tem, os Estados mais ricos vão levar todas, e vamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tem problema num primeiro momento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu sei, mas um dos compromissos de quem tem mandato, que sabe e vive nas situações mais distantes e assimétricas do Brasil, é a responsabilidade de combater a assimetria e a desigualdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Engraçado, na hora de botar a indústria automobilística em São Paulo, ninguém pensou isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Mas eu não estava lá, onde estou hoje não será assim, não sou um Ministro de São Paulo, meu RG é paulista, mas o meu CNPJ é nacional, é MEC, e MEC é Brasil. Quando o Senador Randolfe fala do Amapá, a banda larga não chegou lá, não chegou, estou falando aqui em tecnologia de informação, mas não chegou a banda larga.

O Brasil é muito diverso, é muito complexo, e precisamos do PAC. Então, não vamos resolver isso, porque, mesmo se resolver hoje aqui, não vou poder me privar de tanto interesse que tenho na convivência com V. Exª. É que nem eu dizia para o Senador Suplicy: não, renda mínima, já resolvi. Acabou minha conversa com ele. Então, vamos sentar juntos e aprofundar essa discussão. Acho que talvez possamos dar alguns passos nessa direção fazendo uma mediação.

Acho que é possível fazermos algumas experiências nacionais e mostrar que podemos ter escolas padrões, escolas ideais, que vão irradiar para o sistema uma nova possibilidade. Acho que temos que amadurecer politicamente, caso contrário, não tem entendimento nem nesta sala, quanto mais na hora em que eu chegar lá na Câmara dos Deputados, ainda mais num ano eleitoral com eleição para prefeitos. Elegi 40 municípios do Brasil, e, depois, não constrói uma so-

lução. Então, fazendo essa ponderação por meio de ação política, vamos aprofundar essa discussão.

Eu queria agradecer, Presidente, a V. Exªs todos, desculpar-me pela demora, são 15 horas, mas foi muito rica, muitas das sugestões desta audiência vamos incorporar e voltarei esperando poder ter encaminhado algumas das sugestões que foram aqui apresentadas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero registrar a opinião da Assessoria da Comissão, uma Assessoria antiga, quase atávica, de que esta foi uma das melhores, se não a melhor, reunião dos últimos anos da Comissão de Educação.

Está convocada reunião ordinária para a próxima terça-feira, com a presença do Senador Inácio, do Ceará.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2012.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia seis de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Maria do Carmo Alves. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que "Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira". O relator designado é a Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gastão Vieira, que "Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio". O relator designado é a Senador Cyro Miranda e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. Neste momento, a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Logo após, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 1/2009-CE. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que "Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vander Loubet, que "Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Milton Monti, que "Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no

Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e **o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 11: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 284/2012–SF, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner, no exercício da Primeira-Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 31/2012-MEC, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, em resposta ao Requerimento de Informação nº 1.223, de 2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Vicentinho Alves, que solicita ao Ministro da Educação informações acerca do Edital SERES nº 01/2011, das Instituições de Educação Superior – IES – Faculdade de Medicina de Garanhuns – PE, bem como a razão do pedido de liminar, pelo MEC, para a suspensão do vestibular do ITPAC – Instituto Presidente Antônio Carlos. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 261/2012–SF, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Braga, no exercício da Primeira-Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 28/2012-MEC, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, complementando as informações recebidas a respeito do Requerimento de Informação nº 697, de 2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Bauer, que solicita informações a respeito da revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2012. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 3:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse da Professora Gioconda dos Santos Martinez no cargo de Reitora da Universidade Federal de Roraima, a ser realizada no dia 6 de março do corrente, terça-feira, às 15h, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. A Presidência designa o Senador Mozarildo Cavalcanti para representar a Comissão na solenidade de posse". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 7/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Cássio Cunha Lima, que requerem "... em aditamento ao Requerimento Nº 69, de 2011 – CE, que propõe Audiência Pública para debater 'A organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa', a substituição do nome do Senhor Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pelo do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 8/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer "nos termos regimentais, que a primeira parte da reunião ordinária desta Comissão, seja destinada a apresentação da sugestão do Amazonas para denominar a bola da Copa do Mundo de 2014 de Caramuri pelo contador amazonense Vaubel Mafra". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006 e Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação dela.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários, que se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada.

Na próxima reunião da Comissão de Educação, a Mesa pretende trazer para uma votação coletiva 68

projetos que estão acumulados – projetos de datas comemorativas. E perdoem-me a franqueza, esses ridículos projetos entravam em nossos trabalhos. Então, nós pretendemos aprová-los com votação em bloco, de uma vez por todas, na próxima reunião. Fica aqui o meu apelo para a presença dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, porque esses projetos são terminativos, e assim nós desobstruímos esta pauta.

É uma aprovação pela aprovação; se houver emendas, uma segunda, para confirmação das emendas.

A Secretaria me passa às mãos alguns comunicados:

COMUNICAÇÃO

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do ofício, de autoria do Exmº Sr. Senador Casildo Maldaner, no exercício da Primeira Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 31/2012 – MEC, de autoria do Exmº Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, em resposta ao Requerimento de Informação nº 1,223m de 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Vicentinho Alves, que solicita do Ministro da Educação informações acerca do Edital SERES Nº 01/2011, das Instituições de Educação Superior – IES – Faculdade de Medicina de Garanhuns – PE, bem como a razão do pedido de liminar, pelo MEC, para a suspensão do vestibular do ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos.

As informações estão com a Secretaria, à disposição dos Srs. Senadores.

A matéria vai ao Arquivo. Mas ela continuará à disposição dos Srs. Senadores.

A segunda comunicação é de autoria do Sr. Senador Eduardo Braga, no exercício da Primeira Secretaria:

COMUNICAÇÃO

Da Primeira Secretaria, encaminhando cópia de Ofício nº 28, de 2012 – MEC, de autoria do Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, complementando a primeira resposta ao Requerimento de Informação nº 697, de 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Bauer, que solicita informações a respeito da revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2012.

As informações ficam com a Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

A matéria vai ao Arquivo.

Convite do Sr. Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse da Professora Gioconda dos Santos Martinez no cargo de Reitora da Universidade Federal de Roraima, a ser realizado no dia 6 de março do corrente.

Chegou atrasado o convite. Ninguém pode se deslocar a Roraima... É hoje. (*Pausa*.) Ah, é no Edifício Sede do MEC, no 9º andar, às 15 horas. Portanto, está em tempo ainda.

Obrigado pela correção, Senador Mozarildo.

O Senador Mozarildo fica escalado pela Mesa para comparecer, em nome da Comissão, à posse da Reitora Gioconda.

Consulto a Secretaria se há mais alguma comunicação. *(Pausa.)*

Passamos, agora, aos projetos não terminativos: o item 3, da Senadora Vanessa Graziottin. A relatoria é do Senador Pedro Simon. Não está presente.

O item 2. Temos o Senador Valadares como Relator, S. Exª está a caminho. Vamos aguardá-lo.

O item 5 é da Senadora Angela Portela, que não está presente. (*Pausa*.)

Não temos mais itens não terminativos. Pela ausência dos relatores, não temos condições de votar matéria alguma.

Pergunto aos Srs. Senadores se aguardamos a presença de mais alguns Senadores, que provavelmente estão na Comissão de Assuntos Econômicos neste momento.

Enquanto isso, temos um pedido de indicação feito pela Srª Ana Maria Buarque de Hollanda, de um representante para o Conselho Nacional de Política Cultural.

A Mesa indica, depois de ter consultado os Srs. Senadores, a Senadora Lídice da Mata, na qualidade de titular, e o Exmº Senador Cássio Cunha Lima, na qualidade de suplente, para compor o Conselho Nacional de Política Cultural. A Secretaria já havia se comunicado com o Senador Cássio Cunha Lima. São essas as indicações.

Vamos encaminhar.

Temos mais um requerimento extrapauta.

O Senador Pedro Simon chegou. Acho que podemos fazer a leitura do projeto que ele relata.

Há um requerimento que propõe um aditamento à audiência pública para debater a organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa, a substituição do nome do Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Nacional de Futebol, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rabelo.

Submeto este requerimento à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 3 da pauta, Senador Pedro Simon.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em primeiro lugar, agradeço a V. Exª por me indicar como relator, mas não sei se não devo me considerar como impedido, porque estaria votando em causa própria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas, nesse caso, Senador, eu não poderia presidir a Comissão também.

Mas vamos ultrapassar essas limitações e relatar o projeto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

Peço desculpa à Comissão, mas esta é a quarta da qual participo hoje. Há três comissões reunidas para discutir a Antártica. Está lá o Paim, numa discussão enorme, que está em pé de guerra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, não é a cerveja, é? Essa discussão da Antártica não é da cerveja?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas ela está envolvida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está envolvida?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Foi encontrado mais do que era necessário lá no...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – No acampamento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 263, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, altera o art. 23 da Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para assegurar a essa parcela da cidadania o acesso gratuito a eventos esportivos realizados em estádios de futebol e ginásios. O projeto também garante acesso gratuito a museus e eventos culturais patrocinados pelo Governo Federal, exigindo, em contrapartida às gratuidades aludidas, que os idosos apresentem documento de identificação idôneo para usufruir desse direito.

Em defesa da proposição, a Senadora Vanessa Grazziotin afirma que a garantia estabelecida em lei atualmente, que consiste no desconto de 50% no valor dos bilhetes adquiridos por idosos, é insuficiente para lhes assegurar o usufruto dos bens esportivos e culturais. Por isso, propõe a ampliação desse direito, de maneira que os idosos sejam isentos da necessidade de qualquer pagamento.

Depois de passar nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Análise

É regimental o exame do PLS nº 263, de 2011, por esta Comissão, pois seu conteúdo trata de assuntos relacionados à cultura, desportos, diversão e espetáculos públicos. Também não há óbice de ordem constitucional, uma vez que União, Estados e Distrito Federal detêm competência concorrente.

Quanto ao mérito, julgamos relevantes os objetivos defendidos pela autora em sua justificação, pois constituem efetivamente ampliação de direitos já consignados em lei.

É que o art. 23 do Estatuto do Idoso, diferentemente do projeto em exame, limita-se a assegurar às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, desconto de 50% nos ingressos para eventos culturais, esportivos, artísticos e de lazer.

A gratuidade amplia esse direito, mas, note-se, não inviabiliza iniciativas de cunho privado, pois se restringe aos eventos patrocinados com verba do Governo Federal, aos museus mantidos com verba pública, aos estádios de futebol e aos ginásios esportivos.

Consideramos, portanto, que o projeto expressa em seu conteúdo efetiva ampliação dos direitos dos idosos ao usufruto dos bens culturais e esportivos e contribui para melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população brasileira.

Temos, no entanto, com relação à técnica legislativa, dois reparos a apresentar, de modo a facilitar o entendimento do objetivo da proposição: necessidade de que seja alterada a ementa do projeto, para explicitar seu propósito; e a necessidade de consignar no art. 1º que a gratuidade no acesso se restringe aos eventos esportivos realizados em estádios e ginásios, aos museus mantidos com verbas públicas e aos eventos culturais patrocinados pelo Governo Federal.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

Eu acho realmente simpática e interessante esta matéria, principalmente quando, durante a vida inteira, o grande debate foi o da meia entrada para estudante, e agora parece que se está olhando também para o outro lado. Se verificarmos, estamos atingindo o estágio em que haverá mais gente aposentada do que gente trabalhando. Haverá, daqui a alguns anos, uma pessoa trabalhando para sustentar dois idosos aposentados.

Vejo com certa simpatia essa questão e dei o meu voto favorável. Agora, chamo a atenção para um

detalhe que me parece importante. As reformas que estão sendo feitas agora para a Copa do Mundo estão aburguesando os estádios. Quer dizer, para a geral, onde as pessoas ficavam de pé, cobrava-se meia entrada, mas ela está desaparecendo.

O Internacional tinha um estádio onde cabiam 100 mil pessoas; está fazendo uma reforma que vai abaixar para 48 mil pessoas.

No Maracanã cabiam 150 mil pessoas; vai fazer agora uma reforma que vai baixar o número para cerca de 75 mil pessoas. Quer dizer, tudo que atinge o povo, geral, as partes mais baratas estão desaparecendo.

Em compensação...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A elitização do processo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É. Em compensação, estão vendendo camarote e suíte. Estou doido para saber o que é a suíte. Quer dizer, a pessoa compra o camarote para assistir ou então compra uma suíte. Na verdade, na verdade, estão afastando o povão dos estádios de futebol.

Quer dizer, o povo, a gente simples não tem condições, porque é cadeira, começando de cadeira de arquibancada, que é cadeira, e cadeira no geral. A comodidade. Todo estádio não pode ter geral, não apenas geral de pessoas de pé, mas não pode ter geral de sentadas, arquibancada, tem que ter cadeira. Ou seja, cada cidadão tem que entrar com a sua cadeira garantida. – é coisa para rico.

Acho muito interessante estarmos aprovando um projeto dessa natureza, que é correto, mas, ao mesmo tempo, estarmos vendo a elitização de todos os estádios de futebol no Brasil. No Mineirão, cabiam 120 mil, e vão caber 150 mil.

Em São Paulo, uma coisa fantástica: há o Morumbi, um estádio maior que o Maracanã, para 150 mil pessoas, pronto, moderno – o que tinha que fazer no Morumbi era melhorar os banheiros, botar mais alguns bares e estava tudo pronto –, mas vão fazer uma cidade lá, para o Corinthians, uma cidade. O Morumbi tem capacidade para 150 mil; essa cidade terá capacidade para 63 mil pessoas. Quer dizer, deixaram de lado um estádio para 150 mil e estão fazendo um para 63 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a proposta me parece bastante interessante. Fico apenas em dúvida em relação à limitação do acesso dos idosos aos eventos. A lei me parece que contém esse lapso ao não estipular, talvez, um percentual de ingressos a ser entregue com antecedência para evitar tumultos, evitar filas, dentro de um fenômeno que o Senador Pedro Simon acaba de relatar de redução, sobretudo nos estádios de futebol, do número de lugares.

E parece-me, Senador, *data venia*, que, muito mais preocupados com o aspecto de segurança e conforto dos torcedores do que propriamente com o intuito deliberado de elitizar o acesso às arenas de esporte do nosso País, o próprio Estatuto do Torcedor aprovado nesta Casa criou regras que impuseram, na prática, a redução do número de assentos nos estádios, porque eles passavam a ter necessidade de um espaço mínimo entre um torcedor e outro para não se verem as cenas de pessoas se aglomerando umas sobre as outras para assistir a uma partida de futebol, encerrando, inclusive, acidentes graves, com mortes, como assistimos, por exemplo – vem-me à memória – no Maracanã, não faz muito tempo, à queda de uma grade de proteção pela pressão de pessoas acumuladas, espremidas ali, para verem a partida de futebol.

Fica, portanto, a minha dúvida de se não seria o caso de imaginarmos a fixação de um percentual de ingressos para os idosos, considerando que, em alguns casos, poderemos ter uma restrição absoluta de outras faixas etárias que gostariam de adquirir o acesso ao estádio de futebol, ao ginásio ou qualquer coisa que o valha e poderão ter essa limitação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou seja, caminha-se no sentido da segurança com a eliminação da participação do povo no espetáculo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, não acho que seja assim. Acho que, tudo bem, fazer o discurso da defesa do acesso do povo todos nós faremos, mas existe uma lógica...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas a consequência foi essa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sim, mas a consequência produzida por quem, Senador? Pelo Congresso Nacional. Nós temos de assumir as nossas responsabilidades.

Este Congresso, de alguns anos para cá, tem optado, muitas vezes, por jogar para a plateia, atender a determinadas manifestações da opinião pública, muitas delas pertinentes, em outros momentos não, e depois de parir Mateus, não o quer embalar. Se há hoje diminuição do número de lugares nos estádios de futebol do Brasil, isso se deve ao Estatuto do Torcedor, aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua a discussão do relatório do Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, esse projeto, como todos nós sabemos, não é um projeto que tramita nesta Comissão em caráter terminativo. Ele ainda vai passar na comissão de mérito, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, onde os aspectos financeiros dessa matéria deverão ser analisados detidamente.

Portanto, havia intenção do Governo em adiar a votação desta matéria. Mas estou sugerindo ao próprio Governo que esta questão financeira pode ser evidenciada, discutida, inclusive com a participação do autor, Senador Randolfe Rodrigues, que se comprometeu comigo de que na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a comissão de mérito, ele estará disposto a negociar, do ponto de vista político, o andamento desta matéria.

Passemos logo à análise.

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação e outros temas correlatos.

Do ponto de vista da educação, é um ganho significativo que os beneficiados pelo projeto tenham acesso à dedução proposta, na aquisição de livros técnicos. Os preços dos livros no Brasil, a despeito de gozarem de isenção de outros encargos, são dos mais caros do mundo. Será de inegável benefício também a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), de gastos com livros didáticos, no caso de filhos e dependentes dos declarantes, uma vez que campeiam nesse setor preços exorbitantes.

O grau de leitura do brasileiro é baixíssimo, quando comparado com nossos vizinhos argentinos, que, além de lerem mais que nós, vendem livros a preços extremamente acessíveis.

Lembramos que, além de profissionais das mais diversas áreas poderem usufruir da benesse proposta pelo projeto, os professores poderão adquirir livros técnicos para o desenvolvimento adequado de sua profissão, o que, pela relevância e alcance sociais, já justificaria o projeto. Também gostaríamos de, enfim, poder repetir, com Monteiro Lobato, que um país se faz com homens e livros.

Eventuais efeitos negativos para o financiamento da educação pública, em que pese o mérito do projeto, poderão ser avaliados mais apropriadamente na CAE.

Por oportuno, apesar de a proposição estar adequada quanto à constitucionalidade e à juridicidade, convém corrigir equívocos de técnica legislativa contidos no projeto. Trata-se de especificar, no art. 1º, que a alínea deve ser acrescentada ao inciso II do *caput* do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

Ademais, da maneira em que consta no projeto, a indicação de nova redação dada ao artigo – a sigla (NR), não precedida da linha pontilhada – exclui os quatro parágrafos do artigo, subsequentes à alínea acrescentada. A correção poderá ser efetuada mediante a emenda que submetemos à apreciação da Comissão.

É necessário, também, promover outras alterações na redação do projeto, com a finalidade de harmonizar os dizeres da ementa com os da alínea que se pretende acrescentar, bem como dar mais clareza à medida proposta, mediante a separação de livros técnicos dos que se destinam à instrução, visto que, em relação aos dependentes, a isenção deve alcançar apenas os livros didáticos.

O voto é pela aprovação do projeto de lei com uma emenda de redação alterando, como eu falei, a ementa e uma outra emenda dando uma redação mais consequente ao art. 1º e dizendo, na alínea i:

> **i**) às despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Randolfe e endossar a posição do Relator, Senador Valadares de, no sentido de não ser matéria terminativa nesta Comissão, se votar favoravelmente. Até porque, vejam só, da mesma forma que percebemos uma diferença brutal no valor de cada livro técnico comprado no Brasil, no mercado brasileiro, muito maior do que fora do País, não podemos deixar de avaliar, nesse processo, a necessidade da qualificação profissional, que é uma exigência hoje, especialmente na área tecnológica.

Então, queria cumprimentar a iniciativa do Senador Randolfe e apoiar a posição do Senador Valadares no sentido de votarmos isso e que a Comissão de Assuntos Econômicos discuta os aspectos da questão fiscal, o que a desoneração representará em relação ao projeto proposto, a isenção do tributo na compra desses livros por pessoa física, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório do Senador Valadares.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar o autor.

Conheço de perto essa realidade e a dificuldade dos pais, principalmente quando têm os filhos na universidade, de comprar esses livros técnicos. Isso vem amenizar e dar uma nova oportunidade. Parabéns ao autor pela propositura. Deus queira que, lá na frente, por motivos econômicos, da Fazenda, sem que se olhe o social, não seja vetado.

Obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas para também louvar a iniciativa do jovem, talentoso, brilhante Senador Randolfe, que tem encantado não apenas os seus Pares pela sua competência, eloquência, inteligência e compromisso com o Brasil como o País inteiro, que, acompanhando-o a distância, pela TV Senado, pela Rádio Senado, vê, na atuação de S. Exª, um brasileiro que se destaca, apesar da juventude que ainda traz, e que aponta os futuros para um Brasil melhor, que todos nós queremos.

A iniciativa, portanto, é extremante louvável! Concordo absolutamente com a posição do digno relator para que qualquer eventual discussão mais aprofundada sobre os impactos na Receita Federal... E é possível que o Brasil quebre definitivamente se isentar livros para que possamos formar os nossos quadros e qualificar nossa gente. Mas fica a sugestão ao autor da propositura para que possamos também vislumbrar compras pela Internet.

Essa é uma discussão que chegará a esta Casa. O Supremo Tribunal Federal já pediu que o Congresso Nacional se manifeste sobre as compras através da Internet, que crescem a cada dia, inclusive no item livros. Salvo engano, a revista *Veja* desta semana traz, em uma de suas páginas, a informação que, em um dos maiores *sites* de venda de livro da Internet, o Amazon, hoje já temos, salvo erro de memória, 140 comprados, ou seja, 140 são comprados pela Internet, enquanto uma centena é comprada pelos mecanismos normais.

Então, é preciso contemplar, olhar para o que está acontecendo na rede, inclusive na partilha de tributos, que é outra discussão federativa que este Congresso deverá abraçar. Não é justo que o consumidor do Amapá, do Acre, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe possa fazer uma compra pela Internet e todo o ICMS fique recolhido nos grandes Estados produtores do Brasil. Acredito que chegaremos ao momento próprio dessa discussão.

Portanto, ao louvar o trabalho do digno Relator Valadares e a iniciativa do Senador Randolfe, manifesto-me desde já favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só fazendo uma ressalva, Senador Cunha Lima. A titularidade da juventude hoje já está com os filhos do Senador Randolfe, apesar desse aspecto juvenil dele.

Com a palavra o triplamente louvado Senador Randolfe. Ah, não, perdoem-me, Senador Flexa Ribeiro havia pedido, para louvá-lo também seguramente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente. Será uma honra ouvi-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sem dúvida, Presidente, Senador Roberto Requião, não poderia deixar de parabenizar o Senador Randolfe pela autoria do projeto. Vai ao encontro daquilo que todos nós, Senador Randolfe, gostaríamos de ter feito: dar acesso a todos os cidadãos brasileiros mais facilmente aos livros técnicos, permitindo que possam deduzir das despesas a prestação junto ao Imposto de Renda, junto à Receita.

Quero aqui parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo seu parecer favorável. Isso já é um bom sinal, Senador Randolfe. Quando o Senador Antonio Carlos Valadares, um Senador da base do Governo, um dos mais determinados defensores do Governo, relata favoravelmente, isso quer dizer que... Ainda há pouco, na CAE, houve um pedido de vista do Senador Romero Jucá, a um projeto que permitia a dedução no Imposto de Renda do pagamento da emprega domés-

tica. V. Exª teve a felicidade de propor aqui a dedução dos livros técnicos e teve parecer favorável do Governo.

Então, quero parabenizá-lo pela iniciativa, que já conta com o apoio da Receita Federal e do Governo, para que o seu projeto possa tramitar rapidamente e venha a ser sancionado pela Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o agora quadruplamente louvado Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer aos meus colegas, em especial à Senadora Ana Amélia, ao meu querido Senador Cássio Cunha Lima, ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Valadares e a todos que saudaram o projeto, o relatório do Senador Valadares, que traz uma contribuição na técnica legislativa para ajustar o projeto.

Também quero reafirmar aqui o que disse, em diálogo com a Liderança do Governo e sua assessoria técnica, quanto a esta Comissão, Senador Requião, não se destinar a dirimir controvérsias econômicas. A competência desta Comissão é a de determinar se esse projeto é bom ou não para a educação brasileira. Compete à Comissão de Assuntos Econômicos dirimir controvérsias econômicas e, obviamente, esse projeto será encaminhado para lá.

Estarei à inteira disposição da equipe econômica do Governo, da assessoria parlamentar, para dialogar quanto aos aspectos econômicos do projeto e quanto, logicamente, à preocupação do impacto que isso poderá representar para a Receita da União, que, ao que me parece, é a preocupação externada pela equipe econômica do Governo.

Eu quero só destacar dois aspectos do projeto que já foram muito bem destacados pelo Senador Valadares.

O primeiro é em relação ao que representam, na declaração de Imposto de Renda da pessoa física, as despesas com educação.

Hoje, na declaração do Imposto de Renda da pessoa física, a despesa com educação representa única e exclusivamente o abatimento de 1,88%. Então, vejam, mesmo na nossa declaração de Imposto de Renda, a dedução das despesas com educação representam uma parte ínfima do conjunto da declaração da pessoa física, do cidadão brasileiro.

Quanto ao que disse o Senador Valadares – e concordando plenamente com Monteiro Lobato quando diz que um país se faz com homens e com livros –, temos que saudar os dados que dão conta que estamos vivendo um momento em que a sociedade está voltando a ler, está lendo mais.

Dados recentes, inclusive publicados pela revista *Veja*, dão conta da ascensão à leitura de um público novo, do público da chamada nova classe média. Em pesquisa recente da Câmara Brasileira do Livro e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2010, foi descoberto que o setor de livros nacional deu um salto em suas vendas de R$2,5 bilhões, em 2009, para R$3,2 bilhões, em 2010.

Essa é a boa notícia, mas a não tão boa é a de que estamos ainda muito atrás de muitos outros países do mundo. Por exemplo, nos Estados Unidos, no último período, foram impressos 2,57 bilhões de exemplares. No Brasil, foram impressos 493 milhões. Um país que já a sexta economia do mundo, que já dá no cenário internacional – não é, Requião? – ares de potência, só pode ser potência mesmo se for potência na educação, se for potência no conhecimento. Para isso é necessário a nossa sociedade ler mais e ter mais acesso aos livros.

É esta a ideia e o objetivo do projeto: isentar da cobrança de imposto a aquisição de livros e, em especial, de livros técnicos. É uma contribuição dada não para o hoje, mas a ideia é que seja uma contribuição para o amanhã, para a necessidade que a nossa sociedade tem, e até para a nossa economia. Esse nosso crescimento econômico, enquanto o conjunto do Planeta vive em crise, só será sustentado se tivermos um forte investimento em educação.

Então, Senador Requião, eu queria, por fim, agradecer-lhe por ter colocado esse projeto na pauta, agradecer aos colegas pelas menções que me honram, e muito, agradecer em especial ao Senador Valadares pelo belíssimo relatório e pela compreensão para votarmos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não fosse o regimento da Comissão, eu dispensaria de votação esse projeto. Parece que a aprovação é unânime, mas o Regimento... Esse não é terminativo. Então, é votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade, Senador Randolfe.

O Senador Cristovam Buarque solicita à Mesa que dê preferência para um projeto do qual ele é relator, porque ele está sendo reclamado na comissão da Antártica.

Se não existe nenhuma oposição do Plenário, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para relatar o item 6, que declara o educador Paulo Freire patrono da educação brasileira.

Com a palavra o Senador.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Depois desse projeto sobre o qual V. Exª já tomou a decisão, poderíamos votar um requerimento extrapauta, de minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida. Desde que seja apresentado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já foi? A Mesa sonegou à Comissão. Júlio, o requerimento da Senadora Vanessa.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente e Srs. Senadores e Senadoras, agradeço a permissão de fazer esta leitura antes, porque, de fato, estamos discutindo o assunto de como recuperar a Estação na Antártica, e, como sou o Presidente da Frente Parlamentar, tenho que estar muito envolvido. Deixei uma lista de dez perguntas, mas estou com medo de não chegar a tempo de ouvir a resposta do Almirante.

Além disso, acho mais que justo pôr em votação algo que trata de definir Paulo Freire como patrono da educação brasileira.

Esse projeto é da iniciativa da Deputada Luíza Erundina e, em sua justificativa, ela traça, em breves informes, o perfil biográfico do grande educador brasileiro e a contribuição que ele deu.

Ainda nos anos 60, a pedagogia da liberdade, criada por Paulo Freire, passou a simbolizar a contribuição desse educador ao pensamento pedagógico mundial. Paulo Freire é, por isso, um dos nomes brasileiros mais conhecidos em todo o mundo, um brasileiro que tem bustos em praças e é nome de ruas em países da África e da América Latina. Seus livros foram traduzidos para diversos idiomas e se transformaram em clássicos do pensamento relacionado à educação. Houvesse um Prêmio Nobel para a educação, como atualmente já há, oferecido pelo governo do Qatar, Paulo Freire teria possivelmente sido agraciado.

Quis realizar aqui no Brasil o sonho de todo humanista: levar a educação e o acesso às letras e ao conhecimento a todos os brasileiros. Por isso foi visto como subversivo e perigoso terrorista. As elites temiam, mais ainda naqueles tempos, o poder de um povo que pensasse por si só.

Por sua atuação, foi preso pela ditadura militar e exilado, expulso do País em exílio doloroso para os Estados Unidos da América, África e Europa, aprofundando seus conhecimentos e experimentos. E teve aí a oportunidade de contribuir com os processos de libertação na América Latina e na África, alfabetizando, respeitando o conhecimento dos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação, com a Pedagogia do Oprimido. Ele revolucionou a pedagogia, no seu sentido amplo, com o método de alfabetização de adultos conhecido mundialmente como o método Paulo Freire e até hoje utilizado cinquenta anos depois.

De volta ao Brasil, a partir de 79, atuou como militante da educação, professor e gestor público, como Secretário de Educação da Cidade de São Paulo, membro do Conselho Diretor da FUB – Fundação Universidade de Brasília. Faço aqui um parêntese para dizer que ele foi diretor no período em que fui reitor dessa universidade.

O título ora proposto para Paulo Freire, pelo Projeto de Lei nº 5.418, de 2005, graças à iniciativa da Deputada Luiza Erundina, é plenamente justificado e já deveria ter sido oferecido antes. Este é, porém, um bom momento, quando comemoramos o 90º aniversário de Paulo Freire.

Para análise, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições desse tipo.

Em seu art. 1º, a Lei nº 12.458, de 2011, estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona. Em seguida, como reza o art. 2º do referido diploma legal, a outorga do título de patrono ou patrona é homenagem cívica a ser sugerida em projeto de lei específico, como este que estamos analisando.

O art. 3º do mesmo diploma legal estipula que o título de patrono ou patrona tem valor exclusivamente simbólico, não implicando benefício material de qualquer natureza ao homenageado ou a seus sucessores.

No que diz respeito aos artigos 1º e 2º, não pairam quaisquer dúvidas sobre a conformidade: Paulo Freire distinguiu-se por excepcional contribuição e especial dedicação à educação.

A justificativa apresentada pela autora, Deputada Luiza Erundina, mostra-se consistente e embasa suficientemente a proposição.

Visto o caráter terminativo desta apreciação, compete a esta Comissão opinar também sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, aspectos sobre os quais nada há a obstar.

Por isso, observado o mérito, constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, defendo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.418, de 2005, na origem).

Este é meu parecer, Sr. Presidente, que faço com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Eu só queria fazer uma observação ao Plenário. Nós poderemos nesta reunião, hoje ainda, depois de votar um projeto já lido, cujo Relator é o Senador Cyro Miranda, votar os Itens 8, 9 e 10 em bloco; eles são

terminativos também. Então, eu pediria a manutenção da presença e do quórum.

Em discussão o relatório do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ivonete Dantas.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu voto "sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto a favor, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado por unanimidade.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2011

– Terminativo –

Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

Autoria: Deputada Luiza Erundina.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pergunto se V. Exª poderia fazer uma inversão de pauta para votarmos os três projetos terminativos que V. Exª sugeriu que fossem em bloco e, depois, votaríamos os não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois do projeto do Senador Cyro Miranda que já foi lido e discutido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda, a Mesa solicitaria a V. Exª que fizesse um repristinamento do seu relatório de forma breve.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, farei um resumo, se é o que o senhor está me pedindo, traduzindo, um resumo do que já foi lido.

Srªs e Srs. Senadores, foi pedido vista deste projeto pelo Senador Aloysio Nunes, equivocadamente. Depois, ele percebeu que estava realmente pela rejeição também deste projeto.

Os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, ele pretende que seja compartilhado com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Primeiro, isso fere os princípios de constitucionalidade, tem o apoio da LDB e, no momento atual, em que se discute o PNE e se pretende ampliar com rapidez a oferta de escolarização básica em jornada integral, não há indícios a se detalhar conteúdos mínimos obrigatórios para a situação tão díspares.

Por isso e por uma série de argumentos já lidos, nós somos pela rejeição deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O projeto é pela rejeição.

Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque,

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ivonete Dantas.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Rejeitado o projeto. Aprovado o parecer.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, DE 2010

– Terminativo –

Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Deputado Gastão Vieira.
Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Vanessa Grazziotin me solicita colocar em votação um requerimento.

S. Exª requer, nos termos regimentais, que a primeira parte da reunião ordinária desta Comissão seja destinada...

Seria a próxima reunião, Senadora?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pode ser, se aprovarmos hoje. Se V. Exª assim...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...seja destinada à apresentação da sugestão do Amazonas, de denominar a bola da Copa do Mundo de "caramuri", pelo contador amazonense.

Senadora, eu não sei se esta Comissão tem primeira parte. A Comissão tem uma parte só.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não, mas nos teríamos. A minha proposta é fazermos... Na realidade, eles queriam ter uma audiência pública para apresentação. Eu considero um exagero uma audiência púbica para apresentação da proposta de um Estado. Existem, Senador Requião, três propostas circulando para denominar a bola da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inclusive, Senadora, uma proposta que

vou apresentar ainda. Em vez de "caramuri", jaca, porque essa Copa está tão complicada que o Brasil vai meter o pé na jaca.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não concordo, não. Quem pensa assim é o secretário da Fifa. Por isso mesmo, vem recebendo a resposta que merecia, à altura, não só de membros do Governo, mas também da Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Parabéns ao Ministro Aldo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que a gente tem dificuldades, mas eu não tenho dúvida de que vamos fazer uma bela Copa do Mundo em 2014.

Enfim, são três propostas que circulam nacionalmente. Uma é "gorduchinha"; a outra é "samba"; e a outra é "caramuri". Caramuri é uma fruta que dá na minha região, no meu Estado, e só dá a cada quatro anos, coincidentemente no ciclo da Copa do Mundo, nos anos em que há Copa do Mundo. Seria só uma apresentação de dez minutos, tão somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Bem menor que jaca.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Bem menor e muito mais saborosa.

Então, Presidente, que sejam só dez minutos, antes de iniciar a Ordem do Dia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para V. Exª, pupunha. Então, pode apresentar pupunha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na próxima reunião, Senadora. Abrimos a próxima reunião. Vamos dar por aprovada a sua proposta.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não há objeção.

Itens 8, 9 e 10. Vamos fazer uma votação em bloco.

A Senadora Lídice da Mata é a Relatora do item 8.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, indo direto: denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da Rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.

A sua justificativa se dá porque o homenageado ingressou no Partido Trabalhista por ocasião da fundação dessa agremiação política na cidade, foi eleito para Câmara Municipal, reelegeu-se por diversas vezes, vindo a falecer ainda jovem, aos 49 anos de idade, deixando um legado de respeito às virtudes cidadãs. Segundo as palavras do autor, é uma homenagem à família árabe no Estado dele e no nosso País.

Portanto, não havendo nada que possa significar um óbice à aprovação desta matéria, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item 9. Relator: Senador Cristovam Buarque.

Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o projeto contém dois artigos. O primeiro oferece a denominação expressa na ementa e o segundo refere-se à sua cláusula de vigência, que seria imediata.

Na Justificação, o autor do projeto destaca a extensa produção literária do homenageado, em que se contam mais de 50 livros publicados, bem como sua vocação e desejo – infelizmente não realizados – de tornar-se engenheiro civil. Talvez por não ter visto sua vocação realizada, prossegue o autor, "assumiu uma tarefa maior em defesa dos interesses dos cidadãos mato-grossenses e dos estados vizinhos", que foi a idealização e a defesa da construção da ponte que hoje interliga os estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

A proposição foi distribuída terminativamente à CE, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram oferecidas emendas.

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre "homenagens cívicas".

A Constituição Federal, no inciso XI do art. 22, determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre o projeto é de competência do Congresso Nacional.

O PLC nº 97, de 2010, encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, "que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação".

Em relação à técnica legislativa, a proposição foi elaborada em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto ao mérito, não há dúvidas acerca da relevância da biografia de Hélio Serejo e de sua importância para o povo mato-grossense, predicados que o tornam credor da homenagem proposta.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, para o Item nº 10.

Só quero fazer uma ressalva que o Item nº 10 tem uma emenda no relatório do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Roberto Requião, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para exame e deliberação em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.582, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Milton Monti. É seu propósito homenagear o Professor Geraldo Maurício Lima, dando o seu nome ao viaduto localizado no quilômetro 75 mais 650 metros da BR-153, no Município de Bady Bassitt, no Estado de São Paulo.

A homenagem sob análise é prestada a um educador que se destacou pelo zelo e competência com que exerceu sua vocação. O Brasil precisa, sem dúvida, reverenciar os professores que se empenhem com entusiasmo e seriedade em seu ofício, cientes da importância da missão de formar nossos jovens, tanto no plano intelectual como no plano dos valores éticos. A brilhante carreira de Geraldo Maurício de Lima como educador no interior do Estado de São Paulo, exercida sobretudo no Município de Bady Bassitt, foi bruscamente interrompida por um acidente automobilístico, ocorrido em 2008, na própria BR-153.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.582, de 2009, na origem), com as emendas de redação a seguir apresentadas.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011, a seguinte redação:

> "Denomina "Professor Geraldo Maurício Lima" o viaduto localizado no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo."

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011:

> "Art. 1º Fica denominada "Viaduto Professor Geraldo Maurício Lima" a obra de arte especial localizada no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo."

Esse é o voto, Sr. Presidente, com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão os três projetos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ivonete Dantas.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovados os três projetos.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2010 – Terminativo –

Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Rafael Guerra.
Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2010 – Terminativo –

Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Autoria: Deputado Vander Loubet.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2011 – Terminativo –

Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Milton Monti.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –Submeto à apreciação do Plenário as emendas estabelecidas pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os contrários à manutenção das emendas se manifestem.*(Pausa.)*

Aprovadas.

Essa votação e essa discussão da bola me deixam meio preocupado, porque fico imaginando se a nossa Comissão não vai entrar naquele festival do Stanislaw Ponte Preta. Amanhã ou depois, teremos campeonato de basquete, de vôlei e podemos adentrar pelo perigoso caminho de denominar uma bola de melancia, a outra, de abacate, de jabuticaba. Não sei se seria da competência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal travar esse tipo de discussão, mas vamos deixar este assunto para a próxima reunião. Deixo clara a minha preocupação. Acabaremos entrando no perigoso terreno da galhofa.

O Item 5 é o último a ser votado nesta reunião.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Blairo Maggi.
Relatoria: Senadora Angela Portela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só depois da leitura, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito. Esperarei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos fazer a leitura da análise do projeto:

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 556, de 2011, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

As dificuldades pelas quais têm passado as universidades públicas brasileiras revelam a necessidade de buscar novas fontes de recursos para o seu financiamento. O constante aumento da demanda pela educação superior fez aumentar significativamente o número de vagas nas universidades públicas. No caso das federais, o Ministério da Educação, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tem conseguido ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Nesse sentido, o Governo Federal

anunciou, recentemente, a abertura de 250 mil vagas de ingresso nas universidades federais e de 600 mil matrículas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, até 2014.

Cabe lembrar que as pessoas jurídicas já têm a possibilidade do abatimento fiscal que o PLS em comento pretende estabelecer para as pessoas físicas. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em seu art. 13, § 2º, inciso I, determina que podem ser deduzidas pelas pessoas jurídicas as doações efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de 1,5% do lucro operacional.

Nos termos do projeto, a possibilidade conferida às pessoas físicas de dedução da base de cálculo do imposto de renda das doações feitas às instituições públicas de ensino superior é limitada aos valores do abatimento com os gastos individuais do contribuinte e de seus dependentes com educação, o que estabelece um limite necessário para a renúncia fiscal, assim como sua atualização periódica.

A respeito da constitucionalidade e da juridicidade da proposição não há reparos a fazer. Quanto à técnica legislativa, cumpre lembrar que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, modificada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, não permite o aproveitamento de dispositivo revogado. Assim, seu art. 12, inciso III, alínea "c", estipula que "é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal', ou 'execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal'".

O PLS em análise reaproveita a alínea h do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1965, incluída pela Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, que previa a dedução até o exercício de 2015, ano calendário de 2014, de despesa com plano de saúde individual comprovadamente paga pelo empregador doméstico em benefício do empregado.

Essa alínea, por ter sido vetada, não pode, de forma alguma, ser reaproveitada.

Dessa forma, apresentamos emenda de redação para corrigir esse aspecto de técnica legislativa.

O voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de lei do Senado n 566, de 2011, com a emenda de redação que apresentamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, mantém o pedido de vista?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mantenho e gostaria de explicar. Este projeto é muito louvável, estava faltando. Acontece que hoje o conceito de público não é sinônimo de estatal. Existem universidades particulares que na soma hoje dão um milhão de vagas pelo ProUni.

Creio que valia a pena considerarmos se é possível incorporar entre os beneficiados as universidades que concedem bolsas integrais aos alunos. É apenas para estudar. Não tenho certeza, ainda, se isso será possível e gostaria de fazer isso com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista por cinco dias úteis para o Senador Cristovam Buarque.

Quero chamar a atenção dos...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria apenas fazer um comentário aduzindo, apoiando o pedido de vista, se for possível, vista coletiva, porque concordo com o Senador Cristovam. No relatório da Senadora Angela Portela... No Rio Grande do Sul, as universidades chamadas comunitárias têm uma natureza de funcionamento diferente da natureza de uma escola particular convencional. Então, eu também gostaria de dar uma contribuição nesse...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida.

Vista coletiva por cinco dias úteis.

Srs. e Srªs Senadoras, na próxima reunião, nós vamos ter um procedimento um pouco diferente. Nós temos 68 projetos de denominações em pauta. Alguns têm pareceres contrários e outros têm pareceres favoráveis. Eu pretendo votá-los em bloco. Para que nós não tenhamos que ler os 68, nós vamos distribuir para os Srs. Senadores da Comissão, antecipadamente – a Secretaria vai providenciar isso hoje – os relatórios. E peço a presença de todos os relatores no caso de necessidade de algum esclarecimento na reunião, para que nós possamos votar.

Nós estabelecemos aqui que só votaríamos matérias com a presença dos relatores, exatamente para que dúvidas sejam dirimidas. Se tivermos a presença maciça, poderemos resolver esses 68 projetos em pouco mais de meia hora, em duas votações.

Então, um apelo especial para a presença de todos os membros da Comissão na próxima sexta-feira.

Encerrada a reunião e convocada a próxima.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, DELCÍDIO DO AMARAL, VALDIR RAUPP, LAURO ANTONIO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco nos seguintes temas: Atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no país; Aeroportos e transporte aéreo – gargalos, segurança e qualidade de serviços. Comparecem os seguintes convidados: Sra. Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – MJ; Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Sr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Sra. Maria Elisa Novais, Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Sra. Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado de Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Sr. Adalberto Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Sérgio Souza, Jorge Viana, Eduardo Braga, Pedro Taques, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Vanessa Grazziotin para tecer comentários e questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública em atendimento aos Requerimentos nº 56, de 2011 – CMA e nº131, de 2012 – CMA, com o objetivo de discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco nos seguintes temas:

1) Atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no País;

2) Aeroportos e transporte aéreo – gargalos, segurança e qualidade de serviços.

Convido para compor a mesa os que já estão presentes: Sr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero; Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e o Sr. Adalberto Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União. Convido também a Srª. Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado de Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Estamos aguardando ainda as presenças da Srª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Jus-

tiça – MJ; da Srª Maria Elisa Novais, Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

Quero agradecer a presença de todos.

A audiência pública desta 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle objetiva debater o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco em dois temas, nomeadamente a qualidade e a segurança do serviço re transporte aéreo no País, os gargalos que afligem o setor e o atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização desse serviço.

A convocação desta audiência, Senador Moka, está fundamentada nos Requerimentos nº 131, de 2011-CMA, de autoria do nobre colega Sérgio Souza e nº 56, de 2011-CMA, por mim apresentado, além de solicitação do Senador Jorge Viana.

Registro que daremos continuidade ao debate sobre este tema da aviação civil em audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura na próxima quinta-feira.

Ninguém ignora que a aviação civil brasileira tem sido tema constante na agenda do Congresso Nacional. Recentemente, alguns fatores conjunturais, sobretudo a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, reforçaram a preocupação dos parlamentares, que já se encontravam sensibilizados por recentes acidentes aéreos de vulto e por sobrecarga do sistema de transporte aéreo nacional, os quais vieram a afetar os indicadores de qualidade do setor.

Parece evidente que os grandes eventos internacionais, por conta dos compromissos assumidos, pressionam a necessidade de planejamento e de reorganização do setor de aviação civil. Porém, os desafios colocados pelo novo momento econômico vivido pelo Brasil exigem, por si só, as providências mais acertadas para que o transporte aéreo seja ferramenta preciosa na alavancagem da economia nacional. Por isso, o Senado Federal e esta Comissão têm se empenhado no acompanhamento e na fiscalização do setor.

Seria oportuno lembrar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 na fiscalização das obras de modernização e de ampliação dos aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo, bem como da audiência pública sobre leilões de concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília, Viracopos e Cumbica, convocada pela Comissão de Infraestrutura em princípio do mês de março deste ano.

Chamo atenção para a importância desse trabalho realizado pelo Congresso Nacional. Grandes obras de infraestrutura, em razão de sua complexidade, sofrem em nosso País do mal crônico do atraso. De forma que debater os fatores que contribuem para essa situação significa desenhar de forma mais precisa e realista o diagnóstico do setor, avaliar a efetividade das medidas tomadas e sugerir soluções para os problemas encontrados.

O acompanhamento e a fiscalização devem ser regulares. Alguns problemas não admitem providências atrasadas. A capacidade operacional dos aeroportos brasileiros, por exemplo, tem sido um dos temas que mais preocupam a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os dados apresentados por representantes da Anac e da Infraero na audiência pública sobre a situação do tráfego aéreo no País, realizada pela Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa e das Olimpíadas em junho do ano passado, sugerem que os aeroportos brasileiros funcionam no limite.

As prospecções debatidas naquela ocasião cruzando dados sobre a expectativa de crescimento do tráfego aéreo com a capacidade operacional dos aeroportos permitem pensar que a maior parte dos aeroportos da Copa do Mundo superará a sua capacidade de funcionamento durante o evento se as reformas programadas para ocorrer nos anos 2012 e 2014 sofrerem atrasos ou não forem realizadas. Alguns deles, como o da nossa capital, Brasília, operarão acima do limite nos anos 2012/2013.

Cotejar esses dados apresentados com dados mais atualizados e verificar o cronograma de andamento das obras nos aeroportos possibilita checar a consistência das prospecções, definir diagnósticos mais precisos e atalhar a tempo os possíveis problemas que apareçam.

A reflexão sistematizada sobre essas questões assume maior importância no momento atual, que assiste à inflexão no modelo de gestão dos aeroportos brasileiros, com a introdução dos leilões de concessão de aeroportos. As comparações entre modelos serão inevitáveis e nos ajudarão a cobrar os compromissos assumidos pelas operadoras dos terminais, bem como a avaliar o acerto das medidas tomadas.

O outro eixo de questões desta audiência, o atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização dos serviços de transporte aéreo, tem surgido como problema de grandes dimensões apenas recentemente, quando as classes emergentes puderam enfim usufruir do produto até então exclusivo das categorias hierarquicamente mais elevadas de nossa sociedade.

Produto de consumo de mercado com perspectivas de crescimento exponencial, o serviço de transporte aéreo tem aparecido nos primeiros lugares de queixas de consumidores, particularmente em períodos críticos, caracterizados por demandas sazonais. Assim, muitas questões que afetam os direitos dos

consumidores – regularidade e pontualidade dos serviços, proteção ao passageiro, tarifas e condições de pagamento – passaram a exigir consideração diferenciada por parte dos agentes públicos.

Em conclusão, Srªs e Srs. Senadores, espera-se que esta audiência possa acrescentar subsídios para o debate sobre a aviação civil brasileira, de forma a prepará-la para os grandes desafios que se descortinam para o nosso País em futuro próximo.

Feita esta introdução, nós vamos começar a ouvir os nossos convidados. Convidamos, antes, a Drª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, para integrar a nossa Mesa.

Quero aqui registrar, com muita alegria, a presença do nosso 2º Vice-Presidente do Senado, Senador Waldemir Moka, sempre muito assíduo nas reuniões da Comissão.

Vamos, então, iniciar ouvindo os nossos expositores, começando pelo Dr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

V. Exª tem o tempo de vinte minutos.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Bom dia.

Em primeiro lugar, bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui em nome da Secretaria de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil, discutindo um pouco sobre esse tema que, como foi muito bem apontado pelo Senador Rollemberg, tem sido objeto de atuação bastante expressiva das duas Casas Legislativas, o que muito nos alegra, o que muito mostra a importância do setor na vida cotidiana brasileira. Acho que muito do panorama introdutório que pretendi falar já foi dito aqui pelo Senador Rollemberg, ou seja, a expressão que o setor vem ganhando com a inclusão de novas classes no sistema.

Vou, então, falar brevemente do arranjo institucional dentro do Poder Executivo com relação ao setor da aviação civil e as recentes mudanças ocorridas. Vou falar um pouco também sobre dados do panorama do setor de aviação civil. Vou tentar não me aprofundar em alguns deles até porque acredito que compete à Anac, no uso de suas palavras, falar mais especificamente sobre os pontos suas competências específicas.

Então, falando um pouco acerca da questão do arranjo institucional brasileiro que temos hoje, podemos dizer que foi uma mudança recente. Há menos de um ano foi criada a Secretaria de Aviação Civil, vinculada à Presidência da República e, numa demonstração por parte do Executivo, foi criada uma pasta exclusiva voltada para o cuidado das questões afetas à aviação civil, de importância e no nível de prioridade que esse setor tem ganhado também no Poder Executivo. Então, hoje, a Secretaria de Aviação Civil tem as responsabilidades de execução de políticas públicas e planejamento. de coordenação governamental, que é uma parte que vem sendo cada vez mais exigida e cada vez mais forte à medida que há diversos entes responsáveis por esse setor, principalmente desde o início da desmilitarização da aviação civil e, por que não citar também, os planos de outorgas e de infraestrutura, que são também responsabilidades da Secretaria de Aviação Civil.

Vinculada à Secretaria, temos a Infraero, operadora aeroportuária pública, bastante conhecida de todos. Até um passado bastante recente, operava praticamente em regime de monopólio, apesar de ser operadora de sessenta e seis aeroportos dos setecentos e vinte públicos. No entanto, esses sessenta e seis respondem por aproximadamente 97% do volume de passageiros e 99% do volume de carga. Esse é um panorama que começa a mudar agora, com o leilão das concessões que tivemos recentemente: Viracopos, Guarulhos e Brasília, em que a Infraero vai passar a atuar em regime um pouco mais de concorrência, um pouco mais de mercado no setor de exploração de infraestrutura aeroportuária. Além disso, vinculada à SAC, há a Anac, que é a Agência Nacional de Aviação Civil, uma agência independente com funções específicas de regulação técnica e econômica do setor e uma função específica bastante forte, bastante expressiva de fiscalização de um setor que tem essa necessidade muito forte, muito premente.

Fora da Secretaria, fora desse vínculo, existe ainda com o Ministério da Defesa toda a parte de aviação militar e controle do tráfego aéreo, que, no caso que atinge mais especificamente a aviação civil, é feito pelo Comando da Aeronáutica – Departamento de Controle de Espaço Aéreo, que continua responsável, é o provedor e regulador dos serviços de controle de tráfego aéreo.

Passando, então, para uma tela que é bastante expressiva, ela mostra muito dos problemas que temos enfrentado. É inegável que o setor tem enfrentado problemas, temos muito que melhorar e temos lutado por isso. Mas costumo dizer que o problema é derivado de uma coisa boa, que é a inclusão de novas classes sociais, um crescimento bastante expressivo, bem acima do PIB do setor de transporte aéreo. Então, podemos ver que de 2005 a 2010, tivemos um crescimento medo de 15% ao ano, um crescimento bastante expressivo, não é trivial. Não é todo setor que tem celeridade para enfrentar isso. O principal desafio, o principal empenho que temos tido é nesse sentido, ou seja, acompanhar

esse crescimento da demanda com um nível satisfatório de serviços.

Esse eu vou pedir também para passar porque a Anac vai discorrer um pouco mais sobre a parte de tarifas. Vou falar um pouco sobre a participação de empresas no mercado.

Esse é o gráfico que mostra o *market share* de cada empresa com o objetivo de demonstrar basicamente que, apesar de ainda existir um setor com nível de concentração alto, esse nível de concentração vem caindo nos últimos anos. Podemos ver a participação de TAM e GOL decrescendo apesar de, em termos absolutos, elas estarem crescendo. Há um crescimento muito grande do mercado como um todo, mas as menores têm crescido de forma mais expressiva, o que aumenta a desconcentração do mercado e a concorrência e traz vários ganhos que já temos começado a ver no setor.

O próximo slide é mais ou menos uma lupa da parte de baixo, porque no slide anterior não fica tão claro o crescimento dessas empresas menores. Agora conseguimos ver essas empresas com um crescimento bastante expressivo, a Trip principalmente operando as linhas mais regionais. O setor de transporte aéreo regional tem crescido no País, o que mostra um melhor atendimento nesse sentido.

O próximo gráfico mostra exatamente o índice de concentração. Esse HHI é um modo consagrado que existe no setor de concorrência para se medir o quão concentrado está o mercado.

Podemos mostrar que houve, desde 2004, um grande crescimento da concentração com o término das operações regulares da Vasp e a crise da Varig. O mercado começou a se concentrar mais numa estrutura tendente para um duopólio.

Em 2008, começamos a perceber uma retração nesse índice. Houve a ampliação da frota da webjet depois da aquisição pela CVC, a entrada em operação da Azul foi outro marco importante no sentido da desconcentração do mercado, além da expansão das operações da Trip por meio da venda de 20% das suas ações para a SkyWest, limite hoje permitido no CBA de participação de capital estrangeiro. Com isso a Trip também se capitalizou. E foi o crescimento dessas empresas que gerou essa queda que vemos acontecer ano após ano no índice de concentração de mercado.

Se por um lado enxergamos uma tendência positiva, por outro lado, em termos absolutos, o índice ainda não é considerado bom, pois não mostra que o mercado é desconcentrado o suficiente.

A título de comparação, que é sempre difícil de fazer, porque o mercado americano é muito grande, o maior do mundo, o nosso índice de concentração é três vezes maior do que o de lá, aonde o índice de concentração de mercado chega a 0,1.

Passando para uma visão do transporte aéreo regular de passageiros – eu havia mencionado anteriormente que hoje temos 720 aeródromos públicos homologados pela Anac –, desses 720, 130 aeroportos recebem voos regulares, transporte aéreo regular de passageiros. Isso corresponde a um atendimento de 62% dos Municípios brasileiros, se considerado um raio de 100 quilômetros de cada aeroporto. O pano de fundo desse mapa é a densidade demográfica e não é à toa que se vê uma concentração maior de aeroportos onde há maior densidade demográfica. Então, em termos de população, o atendimento pelo transporte aéreo regular é maior atualmente, chegando à casa de 79%.

Esse é um tema que acaba levando à discussão da aviação regional, que é hoje, para a política em que trabalhamos na Secretaria de Aviação Civil, um assunto absolutamente prioritário, no sentido de aumentar o percentual de Municípios atendidos, da população contemplada e de aeroportos servidos por transporte aéreo regular. A SAC tem trabalhado na elaboração de políticas nesse sentido.

Esse próximo mostra as rotas em si, tendo também como pano de fundo a densidade demográfica. E a apresentação fica disponível para todos que tiverem interesse. Mas a lógica desse mapa é mostrar que quanto mais grossa a linha de cada uma das rotas ali desenhadas maior é a quantidade de ofertas de assentos semanais de transporte aéreo regular de passageiros. Aqui estamos falando apenas de transporte aéreo regular. Não estamos ampliando para táxi aéreo nem empresas não regulares.

Também não é coincidência que a parte do Brasil com maior densidade demográfica seja mais bem servida, com maior quantidade de assentos semanais ofertados. A parte onde há menor densidade demográfica é onde se vê ainda mais carência de oferta de serviços, que é um problema que pretendemos atacar.

Passando um pouco para o desenho dos aeroportos da Infraero, e aqui, também, com uma legenda um pouco intuitiva de quanto maior é o círculo do aeroporto, maior é o movimento de passageiros em cada um desses aeroportos. Então, também se mostram quais são os aeroportos com movimento acima de oito milhões de passageiros, quais são entre três e oito milhões de passageiros, e assim a gente vai decrescendo, em cada um desses aeroportos, a quantidade de passageiros processados em cada um deles.

O próximo *slide* mostra um pouco a quantidade de rotas e a quantidade de aeroportos com transporte aéreo regular. Então, o que se vê, basicamente, é que, de 99 até 2003, houve um decréscimo tanto na quan-

tidade de rotas, quanto na quantidade de aeroportos servidos por transporte aéreo regular, chegando a 108 localidades atendidas e aproximadamente 500 rotas.

Desde então, principalmente desde 99, tem-se visto um crescimento tanto na quantidade de aeroportos servidos, quanto no número de rotas, apesar de que, desde 99, houve certo descolamento, onde a gente tem aumentado muito mais a quantidade de rotas do que a quantidade de aeroportos servidos.

O próximo gráfico tenta mostrar mais ou menos isso. Em 99, a gente tinha 182 aeroportos e 837 rotas; em 2011, 130 aeroportos e 840 rotas.

Então, mesmo com relação ao pico, nós demos uma regredida na quantidade de aeroportos servidos, mas aumentamos ainda, um pouco, o número de rotas.

Então, aeroportos com voos regulares, ali marcados em verde, são os que em 99 eram operados e continuam sendo operados hoje – são 109 –; os marcados em vermelho são os que eram operados em 99 e hoje não são mais – 73 –; e os marcados em azul são os que não eram operados e passaram a ter operações.

O objetivo, aqui, é mostrar, basicamente, que existe uma dinâmica nesse mercado, que não é, simplesmente, alguns aeroportos deixam de ser atendidos, mas é uma substituição, também, em função de questões mercadológicas de opção das empresas aéreas e, muitas vezes, é questão de adequação da infraestrutura para recebimento desses voos.

Ainda um pouquinho, voltando, com relação às rotas, também, a mesma lógica.

As linhas marcadas em verdes são as linhas que eram operadas em janeiro de 99 e continuam hoje – 414 –, e, aí, dá para ver a dinâmica bastante expressiva de como se altera isso. Quantidade de rotas operadas em janeiro de 99 e que deixaram de ser operadas de lá para cá é 423 e, por outro lado, rotas que não eram operadas, mas passaram a ser operadas, 426.

Então, o resumo desse panorama eu acho que é mostrar que, com relação à quantidade de aeroportos e rotas, a gente tem experimentado um crescimento muito maior na quantidade de rotas.

Então, aeroportos que são servidos passam a ser servidos com mais opções de destinos diretos, num crescimento maior do que o crescimento ainda expressivo, que a gente tem verificado, de 130.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Intervenção fora do microfone*.) – O senhor está dizendo que rotas operadas em janeiro de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Fale no microfone, por favor, Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – De janeiro de 99, em verde, a junho de 2011, 414. Operadas em janeiro de 99, mas não em junho de 2011, quer dizer, que deixaram de operar... Então, o número das que deixaram de operar é maior do que o das que continuam, quer dizer, nós mantivemos e diminuímos 423. É essa a interpretação que eu tentei?

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Na verdade, houve uma substituição, porque, com relação a 99, 423 deixaram de ser operadas e 426, três a mais, não eram operadas e passaram a ser operadas.

Então, a gente teve um crescimento de três. O total eram 837 rotas operadas, no quadrinho ali de cima, e, hoje, passou para 840 rotas, mas o que eu quis mostrar, aqui, é que não são simplesmente três novas rotas que passaram a ser operadas. Existe uma dinâmica em que várias deixaram de ser operadas e várias passaram a ser operadas. Há certa substituição nesse sentido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que, do jeito que está escrito, dá a impressão de que funcionavam ou eram operadas, em 99, de janeiro a junho, 414, e eram operadas, em 99, mas não estão mais... Quer dizer...

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Entendi. Desculpe, mas as 414 são as que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Você está dizendo que houve...

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – As 414, ali...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...apenas uma substituição.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ou uma mudança.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – As 414, da primeira linha, representam as que eram e continuam sendo operadas e as duas linhas de baixo correspondem as que eram operadas e deixaram de ser e a próxima, as que não eram operadas e passaram a ser.

Então, em 99, o panorama era a soma dos 414 da primeira linha com os 423 e hoje o panorama é a soma dos 414 com os 426.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entendi. É que por um momento eu... Se estiver nesse ritmo...

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Realmente. Desculpe-me pela falta de clareza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou aproveitar a interrupção para pedir um esclarecimento muito breve.

Quando o senhor apresentou os círculos referentes aos aeroportos de maior movimento ou de movimento acima de oito milhões de passageiros, parece

que o de Brasília apareceu como o maior círculo. E sempre tivemos a informação de que o Distrito Federal é o terceiro em termos de movimento de passageiros no Brasil.

Qual é a situação hoje do aeroporto de Brasília em relação ao movimento de passageiros? É o maior? É o segundo? O terceiro? O senhor tem essa informação?

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – O maior é o de Guarulhos – o Miyada, da Infraero, pode me corrigir se eu estiver errado. Congonhas é mais ou menos semelhante ao de Brasília, da ordem de 14 a 15 milhões de passageiros anualmente. E Guarulhos, ainda conforme os dados de 2010, tinha 26,8 milhões de passageiros e, e, 2011, fechou com praticamente 30 milhões de passageiros.

A intenção foi passar um pouco desse panorama de aeroportos, rotas e índices de concentração de mercado e dizer que na Secretaria de Aviação Civil, apesar de haver um foco bastante expressivo nos últimos meses na estruturação do projeto de concessão desses três aeroportos, nós temos uma área ou diretoria específica que tem se voltado como atividade principal ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas à aviação regional do País, o que se configura como atividade número um para nós.

Principalmente com os recursos oriundos das concessões e de algumas mudanças da recente MP nº 551, que passaram a compor o Fundo Nacional de Aviação Civil, acreditamos que teremos condição de melhorar a infraestrutura dos aeroportos que hoje, na nossa avaliação, é o principal gargalo do crescimento das operações regionais no País.

Geralmente, quando se fala em deficiência de infraestrutura se foca muito nos grandes aeroportos, onde há maior movimento, mas vários aeroportos pequenos do País não recebem voos regulares simplesmente porque ou não têm uma seção de contra-incêndio adequada ou um cercamento de pista, algumas questões que com o investimento adequado podemos solucionar para essas localidades passarem a receber voos regulares. Esse é o nosso objetivo, o nosso compromisso.

Estou à disposição para o debate. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Sr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e convido para fazer parte da Mesa a Srª Maria Elisa Novais, Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

Seja bem-vinda, Maria Elisa.

Passo neste momento a palavra a Srª Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

A SRA. DANIELLE ALCÂNTARA – Bom dia a todos. Gostaria de saudar os componentes da Mesa e os aqui presentes na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg e agradecer o convite para estar nesta Casa.

A ideia é realmente integrar a nossa exposição com o que foi originalmente apresentado pela Secretaria, que trouxe um panorama bastante realista do setor de transporte aéreo brasileiro, e agora apresentar as iniciativas e dos desafios que Agência tem para permear essa atividade com a preocupação e a realização dos direitos do consumidor.

Necessariamente vou me referir um pouco à evolução do transporte, sem me deter muito, dado que isso já foi apresentado pela SAC, fazer um cotejo entre o transporte aéreo e como tem sido realizado o Direito do Consumidor nesse setor e trazer algumas perspectivas, enfocando ações já realizadas e alguns desafios que ainda temos pela frente.

Como já foi noticiado, o setor aéreo tem crescido em proporções bastante significativas. Ele cresce acima do que se observa do comportamento dessa atividade no mundo. Os dados que nós apresentamos ilustram isto: assumindo o crescimento no período de 2003 a 2010, o Brasil cresceu 118%, enquanto o resto do mundo cresceu aproximadamente 40%. Você tem um crescimento médio, desde 2002, sempre superior a 10% de taxa de crescimento.

Pode passar.

Todos os indicadores do setor, como o dado RPK, que é o Passageiro Quilômetro Pago Transportado, mostram o quanto a demanda pelo transporte aéreo tem sido incrementada nos últimos tempos.

Pode passar.

Também como apresentado, esse crescimento, ainda que pouco significativo, tem desconcentrado o setor. Você percebe um crescimento das demais empresas, enfraquecendo o duopólio hoje exercido pela GOL e pela Tam. Esse mercado é um mercado que tem sido contestado. As barreiras regulatórias que foram retiradas do setor permitiram e facilitaram o acesso e entrada de novas empresas, e isso tem se revelado na estrutura de mercado na utilidade.

É claro que dá margens e a perspectiva é que esse cenário melhore, mas os dados que temos mostram um início de desconcentração no setor.

Em relação às tarifas, tem sido noticiado com frequência o acesso que a população brasileira tem tido ao serviço de transporte aéreo. Isso é muito baseado no efeito renda, que tem acontecido, mas tam-

bém em função da redução dos preços médios das tarifas aéreas. Você percebe uma tendência de queda nessas tarifas médias ao longo dos anos, o que nós entendemos que foi favorável e possibilitou o acesso de grande parte da população brasileira a esse modal de transporte.

A matriz de transporte brasileira ainda é muito lastreada no transporte rodoviário, mas a nossa perspectiva é de que haja esse crescimento e o transporte aéreo avoque um pouco dessa demanda.

Da mesma forma, você tem uma manutenção da quantidade de rotas ofertadas. Apesar de você ter menos aeroportos servidos, houve uma manutenção da quantidade de serviços e frequências ofertadas.

Pode passar.

Mas o que a gente observa é que, apesar do setor ter crescido e está crescendo em ritmo bastante acelerado, a nossa perspectiva de crescimento ainda é muito significativa. Quando você olha o índice de utilização no transporte aéreo no nosso País, vê que ele ainda é muito pouco significativo. Considerando países com características geográficas semelhantes à nossa, como Austrália, Estados Unidos, você tem um índice de utilização superior a 4%, batendo 5%, ou seja, as pessoas voam mais nesses países do que o que ocorre com a população brasileira. Então, a gente tem perspectiva de crescer e inverter esse gráfico.

Pode passar.

Quanto ao fórum e ao escopo da Comissão, o grande mote da nossa discussão é como tem se dado a realização do direito do passageiro no setor. E aí necessariamente a gente passa por uma discussão sobre a evolução institucional que aconteceu no setor; você sai de um segmento que era regulado e controlado pelos militares, há uma transferência dessa atividade, a versão civil passa a ser gerida por civis e você tem alguns marcos regulamentares ao longo desse período e que marcam essa transição que é o CDC, de 1990, a Portaria do DAC nº 676, que dispõe sobre as condições gerais de transportes, que vem em 2000, você tem a constituição da Agência em 2005 e, na sequência, algum avanço que se conseguiu introduzir no setor.

Há um fato relevante que acontece em 2007, houve uma discussão em torno da construção do guia do passageiro, em que se buscava definir se os contratos de transportes... Aliás, foi um primeiro momento em que se definiu que os contratos de transportes são relações de consumo e que, portanto, foi a primeira normativa da Agência que trouxe a realização do Código de Defesa do Consumidor para o transporte aéreo, não deixando dúvidas de que estamos falando de relação de consumo nesses contratos.

Próximo.

Com o incremento, como o acesso de pessoas, cada vez maior, ao transporte aéreo, com a expansão da oferta de serviços, o setor acaba se deparando com novos desafios, com novas situações. Acho que é sobre isso que temos que nos debruçar na atualidade. As empresas trouxeram para o mercado brasileiro, e estão tentando trazer, um modelo de gestão, um modelo de negócios chamado *low cost*, em que se busca maior tempo de utilização dessas aeronaves, em que se parte para uma segmentação e diferenciação maior dos serviços, e há um *trade off* entre maior ocupação e conforto. Esse é o conceito associado ao *low cost.* Hoje temos discutido muito com os órgãos de proteção e defesa do consumidor a forma de introduzir esses serviços e permitir que ele conviva com os normativos que já temos e que realizam direitos do consumidor. Além disso, percebe-se hoje uma grande expansão dos canais de comercialização, favorecendo, mais uma vez, o acesso à oferta desses serviços, mas com alguns gargalos associados a esses meios de comercialização, que merecem ser equacionados.

Como a busca de mecanismos para favorecer a acessibilidade e ampliar o acesso aos serviços aéreos pode se realizar combinada com a constatação da saturação de nossa infraestrutura aeroportuária e as grandes reivindicações de nossos consumidores, relacionadas a contratos não cumpridos, atrasos e cancelamentos de voos, extravios de bagagens e remarcações? O Senador colocou no início a preocupação com atrasos e cancelamentos. Posso exibir outra apresentação, já que infelizmente não inseri nesses *slides.* Observem que desde a crise denominada caos aéreo, percebe-se que o sistema de aviação civil tem trabalhado mais coordenadamente. Isso tem se refletido em menores índices de atrasos e cancelamentos. Observem o final de ano que tivemos – as condições meteorológicas foram favoráveis, é claro – em que os níveis de atraso e cancelamentos observados começam a estar próximos da normalidade. Não se observa mais contaminação de malha, não há mais passageiros desassistidos nos aeroportos. Apesar do incremento e aumento da quantidade de passageiros servidos pelo setor e pela saturação da nossa infraestrutura, percebe-se uma tutela melhor dos passageiros nos últimos anos. E as iniciativas do regulador no intuito de promover o bem-estar e realizar a proteção dos direitos consumidor têm sido na melhoria do tratamento de manifestações de passageiros, disponibilizando canais de comunicação com eles. Hoje, a agência dispõe de meios de recepção e tratamento, disciplinando melhor o conteúdo dos bilhetes aéreos, determinando aquilo que pode ser cobrado de forma dissociada ou não, favorecendo a comparação dos contratos de transporte

aéreo, trabalhando a assistência que é devida ao passageiro em situações de descumprimento do contrato de transporte, como também assistência em casos de atrasos e cancelamentos e forçando as empresas aéreas a se comprometerem com o atendimento aos passageiros pelos demais canais disponíveis e possíveis, tanto presencial, via telefone ou via Internet.

Próximo.

Em termos de construção de canal de comunicação, o que sentíamos é que o passageiro usuário de serviço regulado pela Agência não tinha canais de comunicação primeiramente com a própria instituição. E aí foram construídos esses canais por meio de sistemas, redes de atendimento. Hoje, a Agência trabalha com um Sistema Focus, que permite que o passageiro faça sua reclamação tanto pelo sistema 0800 como por nosso formulário eletrônico na Internet ou ainda pelos polos de atendimento distribuídos nos principais aeroportos. Esse sistema é tratado como insumo para a regulação da Agência e também acessado pela ouvidoria da instituição que administra o Sistema Ecoar. São sistemas convergentes.

Próximo.

Vou destacar algumas resoluções que foram introduzidas pela Agência e que visam a realizar o direito do consumidor. Entre elas está a uniformização do conteúdo do bilhete aéreo.

Hoje, há uma vedação de que sejam cobrados valores dissociáveis para uma empresa, o que favorece a comparação entre as passagens aéreas.

O que nós estamos querendo dizer? Era frequente as empresas anunciarem um produto por um determinado valor e, ao final, quando do término da operação de comercialização, eles iam acrescendo taxas que não te permitiam conhecer o real valor daquele serviço.

Então, a gente trouxe uma normativa impondo que o valor que tem de ser apresentado para o passageiro, final, é um valor completo, já inserindo as taxas, que lhe permita comparar o preço a ser pago pelo produto oferecido pelas mais diversas empresas aéreas.

Além disso, há vedação de inserção, nesses bilhetes, de valores relativos a atividade de intermediação que eventualmente se estabeleça com os prepostos do transportador e adquirente do bilhete aéreo, ou seja, essa é uma relação de intermediação. Ela se dá entre a empresa aérea e os seus intermediários. O passageiro não pode ser onerado com esse tipo de arranjo comercial.

Em 2010, também houve um avanço na tutela do passageiro, no que tange à provisão da assistência e às garantias ao passageiro nas hipóteses de descumprimento dos contratos de transporte.

Nós trouxemos, antecipamos no tempo algumas assistências que eram devidas e as escalonamos, também, no tempo, em função das necessidades que surgiam para o passageiro nesse primeiro momento.

O que a gente observa, hoje, desde a edição da norma, é que... Aliás, essa norma veio carregada com dois conteúdos e se dá a obrigação de prestar assistência, mas também um caráter informacional, que é obrigar as empresas a divulgar os direitos dos passageiros, em especial para os passageiros que se encontrem nessa situação.

Então, hoje, essa norma obriga que, para o passageiro que esteja no *check-in* ou dentro de um portão de embarque e que se depare com uma situação de atraso do seu voo, seja dever da empresa aérea informar quais são os direitos que lhe assistem nessas ocasiões e provê-lo de facilidades, como facilidade de comunicação, alimentação, acomodação e reacomodação em outros voos de empresas congêneres.

A resolução procura trabalhar essas situações de atraso, cancelamento e preterição, observando o dano que cada uma dessas situações causa ao passageiro.

Pode passar.

Também no final de 2011, foi editada... Havia uma preocupação da agência não apenas de se colocar à disposição para esclarecer, tutelar e estar acessível ao passageiro, mas também de obrigar as empresas aéreas a se comprometerem com o cumprimento dos serviços que elas se dispõem a oferecer e que estejam presentes e disponíveis em todas as fases desse processo, pelos canais disponíveis de comercialização e de acesso.

Então, hoje, nos principais aeroportos, as empresas que movimentam passageiros, que têm movimento superior a 500 mil passageiros por ano em determinado aeroporto, têm obrigação de ter um posto presencial para orientar o passageiro e atender às necessidades do passageiro naquele local, além de manter sistema de atendimento via Internet dotado de facilidades de comunicação e acessível aos seus usuários.

Na linha do que já havia sido regulamentado pelo DPDC, de cujas discussões nós tivemos oportunidade de participar, sujeita, na plenitude, as disposições do sistema de atendimento ao consumidor via atendimento telefônico.

Bom, isso é apenas um apanhado das principais iniciativas, mas nós sabemos que existem outros desafios e algumas perspectivas que merecem ser melhoradas, como transparência, repressão a infração e alguns outros temas, em curso na agência, que não estão diretamente relacionados à perspectiva do passageiro, mas que resultam na melhoria da qualidade de serviço que lhe é ofertado.

Bom, em termos de transparência, entendemos que a assimetria de informação é uma grande falha de mercado e ela merece e precisa ser bem tratada.

A principal informação nesse sentido é dotar os passageiros de informações sobre a qualidade dos serviços que eles contratam.

Sobre os dados de irregularidades e pontualidade desses serviços, então, a nossa proposta, isso já está pautado na Diretoria, já está em discussão na Diretoria, é uma proposta de obrigar as empresas áreas a divulgarem suas páginas no momento de venda, seus dados de atrasos e cancelamentos, a fim de que não só o preço possa orientar a escolha do passageiro, mas também o dado de atraso e cancelamento a que aquele voo se sujeita.

Nós entendemos que essa é uma medida que visa a reduzir essa assimetria de informação e ela permite, ela favorece o processo de escolha do passageiro, além de alinhar o interesse do passageiro. A ideia também é a de que, junto aos canais de comunicação do aeroporto, sejam divulgados os dados de atrasos e cancelamentos também da empresa aérea. Que isso seja exibido constantemente nos aeroportos, de modo que as pessoas tenham conhecimento da *performance* dessas empresas naqueles aeroportos.

Pode passar.

Há também uma reivindicação – sempre que temos a oportunidade de falar dentro de algum projeto de lei ou fazer encaminhamento junto ao Executivo –, que é uma proposta de aumentar o valor das multas hoje passíveis de aplicação pela Agência. Em geral as Agências Reguladoras dispõem, em suas leis, de um dispositivo que estabelece o valor máximo de multas. Esse valor é bastante significativo e remanesce a competência dessa instituição de graduar essas multas, mas dado esse valor estabelecido em lei.

Os nossos valores são poucos significativos e a nossa intenção é a de alterar o CBA, permitindo que as nossas multas tenham um valor mais expressivo, de modo a impactar definitivamente o comportamento das empresas e aumentando a eficácia das nossas punições.

Dado a construção desse novo parâmetro de penalização, a nossa ideia também é trazer novas tipificações, como criação de conceitos de falhas críticas e falhas crônicas no setor. Como reguladora, a nossa preocupação é também em relação ao comportamento da empresa no tocante è exploração da sua malha aérea. Entender como ela opera essa malha aérea, se ela é eficiente na prestação dessa malha são parâmetros que a gente pretende incorporar e trabalhar as distorções dessa malha, lembrando que nós estamos falando de uma indústria que opera em rede. Por isso que a nossa preocupação é como é o comportamento da empresa na gestão dessa malha.

Então, a punição de atrasos e cancelamentos crônicos visa a inibir o comportamento daquela empresa que tem um cancelamento reiterado de determinado voo. Nós entendemos que esse comportamento é prejudicial para a operação dessa malha, e também a possibilidade de atuar sobre comportamentos críticos, que é uma empresa que teve uma falha operacional na sua atividade, isso comprometeu a operação dela ao longo de todo o dia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. **DANIELLE ALCÂNTARA** – Eu já estou concluindo.

Então, a nossa ideia é trabalhar essas condutas penalizáveis atuando sobre a eficiência da malha aérea.

Pode passar, por favor.

Além disso, permitir que, junto com essas novas tipificações, novas penalidades, que é a possibilidade de perda de acesso à infraestrutura, né? Sancionar a empresa em um acesso à infraestrutura, que é um bem muito escasso e caro para ela.

Entre as novas perspectivas, nós temos iniciativas de buscar acordos de níveis de serviços entre as empresas aéreas operadoras aeroportuárias, medidas de compartilhamento de infraestrutura, possibilitando a gestão mais eficiente daquela infraestrutura e acompanhamento e monitoramente da fiscalização dos serviços aéreos.

Pode passar.

Bom, como desafio, a continuidade do processo de atualização e aperfeiçoamento das condições gerais de transportes, que passa pela disciplina do transporte de bagagens, alteração de contrato de transportes, articulação com os órgãos de proteção e defesa do consumidor e a continuidade da criação de um ambiente regulatório favorável ao crescimento da aviação, sem prejuízo dos níveis do segurança associados à atividade.

Bom, eram esses os esclarecimentos.

Obrigada.

Eu permaneço à disposição para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Agradeço a Srª Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado de Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pela contribuição que traz a esse debate.

Quero registrar aqui as presenças dos Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Jorge Viana e Paulo Davim.

Passo, neste momento, a palavra ao Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

O SR. LUIZ MIYADA – Bom dia, Sr. Presidente.

Não corrigindo, mas apenas plotando: "Miyada". É mais simples do que a escrita.

Pois bem; manifestando a minha satisfação de estar na Casa, trago talvez um posicionamento um pouco diferente e espero não frustrar nem a plateia, nem os senhores membros da Comissão, uma vez que tem sido extremamente trabalhada e acompanhada a questão do desenvolvimento da infraestrutura, em que, como todos nós sabemos, temos certa defasagem, provocada talvez por insucesso na execução de alguns programas, mas, fundamentalmente, como o Dr. Rogério colocou, em termos do crescimento, o que também, no âmbito da Infraero, confirmamos:o crescimento da demanda.

Então, é possível que o viés que eu adote aqui não seja dos mais convencionais e, talvez, até frustre um pouco a plateia e a Comissão. Mas vou me permitir insistir nesse viés, que é o dos ganhos operacionais.

Então, numa rápida passagem aqui pelos meus *slides*, procurei manter o foco no atendimento aos direitos do consumidor na utilização dos serviços de transporte aéreo, incluindo as tarifas de passagens e rotas aéreas, assim como a questão do controle e avaliação das políticas públicas do setor.

Numa primeira leitura, aparentemente, a Infraero não estaria plotada diretamente nisso, mas de forma indireta certamente, como provedora de infraestrutura.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Daí nós demos uma organizada nesse sentido. E, falando um pouco da Infraero, das suas atribuições, da sua rede, aqui está uma leitura do que são os processos de atendimento ao passageiro; uma rápida passagem pelas tarifas aeroportuárias, no caso; e a parte que eu diria mais do ganho da gestão dos processos que tivemos nos últimos ou, principalmente, no último ano, evoluindo da questão do próprio Conaero, o Conselho de Autoridades, à figura da Autoridade Aeroportuária, o Centro de Gestão de Aeroportos e a otimização dos processos como meta e como ganho em termos de produção e capacidade.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Com relação às atribuições da Infraero, essa é a redação última, vindo desde a Lei nº 5.862, que é de dezembro, com os ajustes dados pela Lei nº 12.462 – basicamente o ajuste da vinculação e da autoridade que delega os aeroportos à Infraero, bem como os ajustes da Medida Provisória nº 551, que basicamente abre aí a questão do parágrafo único, ajustando os três parágrafos anteriores.

Então, a Infraero tem a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar, industrial e comercialmente, a infraestrutura que lhe é atribuída hoje pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (na redação original, Ministério da Aeronáutica, que, já de algum tempo, foi encampado pelo Ministério da Defesa, mantendo-se o Comando).

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Dentro dessa atribuição, o que é que nos cabe nesse complexo sistema aeroportuário nacional? Conforme o Dr. Rogério lembrou, 720 aeródromos públicos, talvez uns 200 tarifadores. A Infraero, em termos numéricos, com menos de 10% desse contingente de aeródromos públicos no Brasil.

E a outra ligação. Estamos com 66 aeroportos, 32 classificados como internacionais. Desses 32 ou dos 66 também, os três que estão nesse processo da concessão em vias de ser repassado, em termos operacionais, para a iniciativa privada.

A outra vertente também da Infraero é a operadora de outro sistema, que é o sistema de navegação aérea, cujo órgão central é o DCEA e os nossos encargos em cima de 80 estações de apoio à navegação.

O próximo, por favor.

Em um enfoque um pouco diferente, mas refletindo a mesma tendência de crescimento. O Dr. Rogério e a Drª Daniele colocaram olhando mais sobre o passageiro/quilômetro, que é o tipo de indicador da indústria de transporte. Isso aqui é a evolução com o indicador de embarcados mais desembarcados em nossa rede de 66 aeroportos que, à exceção, o que tivemos de entrada e saída na década foi o chamado aeroporto regional da Zona da Mata, nas proximidades de Juiz de Fora, que também foi devolvido ao governo do Estado e que também fez uma concessão.

Mas o que é marcante é de 2006 para cá, com um crescimento acumulado de algo em torno de 75% sobre o que talvez tenha marcado o tal do início do apagão aéreo. Nesse mesmo período, sem grandes ganhos em termos de instalações, aí é que tomo o viés da questão do enfoque operacional: o que se trabalhou e qual o enfoque básico que tem resultado senão em níveis excelentes de qualidade, mas uma forma de conseguir fazer frente a esse crescimento.

O próximo, por favor.

Isso aqui é o aproveitamento de um estudo que foi tradicional na indústria tanto aeroportuária quanto de transporte...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um esclarecimento, por gentileza. Aquele número de milhões de passageiros, você está considerando o embarque e o desembarque, não é?

O SR. LUIZ MIYADA – Embarque e desembarque e com um detalhe que, às vezes, foge para efeito dos indicadores tradicionais na questão dos embarcados e desembarcados: os números de conexão estão dentro desses 79 ou 180 milhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas aí é que eu falo, de viagens com passageiros, no caso, seria a metade?

O SR. LUIZ MIYADA – É.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Aproximadamente a metade?

O SR. LUIZ MIYADA – Aproximadamente isso. A interpretação é esta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Quantas pessoas viajaram? Aí é a metade?

O SR. LUIZ MIYADA – É a metade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Menos da metade, porque se ele está dizendo que conta conexão também. Quer dizer, desembarca e embarca de novo, conta como...

O SR. LUIZ MIYADA – É bem menos da metade. Se isolarmos, por exemplo, Brasília que tem algo em torno de 40% do agregado de embarcado mais desembarcado e 40% é de conexão, então o originado e destinado Brasília é bem menor. Muitos passam por Brasília fazendo conexões nos diversos voos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu peguei números da Infraero – e estava trabalhando com números para 2011 – e achei algo próximo a 80 milhões de passageiros. No ano de 2010, 65 milhões; e 50 e poucos milhões, no ano de 2009, que já é um número... O crescimento é muito parecido percentualmente, mas é porque é um número interessante para comunicarmos à população quantos milhões de passageiros estão viajando por ano ou crescendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu também gostaria de ver uma comparação, porque fazer comparação com a média mundial é uma coisa. O Brasil tem de ser comparado com os países que estão hoje emergentes. Nós temos de ter essa comparação com a China, com a Índia; não com a taxa mundial, mas com os países que se assemelham no nível de crescimento que o Brasil está tendo. Aí sim é uma comparação. Se se comparar com a taxa mundial, com os países do mundo que estão em franco decréscimo, não haverá, na minha avaliação, referência nenhuma. Estou referindo-me à exposição que a Danielle fez ou o próprio Rogério, em que se compara o Brasil com a taxa mundial. Tem-se de comparar o Brasil com países que estão na mesma linha ou em proporcional desenvolvimento.

Só quero deixar claro que isso não passou despercebido aqui, no Senado.

O SR. LUIZ MIYADA – Bem, esclarecendo, esses números realmente incluem o tráfego chamado de conexão.

Há como fazermos uma segregação. Nós temos como buscar na origem dos dados as informações dos efetivamente embarcados, como se fossem de origem naquela localidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está entendido. Claro, se a pessoa desembarcou, esperou três ou quatro horas, pegou outro voo, estou considerando que é outro voo. O problema todo é que eu só queria separar o embarque e o desembarque, para que pudéssemos ter uma noção de quantas viagens foram feitas por brasileiros. Então, o número chega perto desse, que foi a própria Infraero que passou.

O SR. LUIZ MIYADA – Os 80 milhões aí não estão distantes, não, porque aí o *gap* de 20 milhões pode estar nesse travo de conexão.

Sim, então, tanto a IATA como a ACI, que são os órgãos internacionais representativos das empresas aéreas e dos aeroportos, estiveram aprofundando-se – de repente até mais puxados pela própria IATA, mas num trabalho conjunto – num programa que eles chamaram de Simplificando a Viagem do Passageiro e identificaram o tal do fluxo ideal para o passageiro.

Isso pautou uma série de ações, ao longo da década passada, a respeito de transações e cuidados no processo e no atendimento aos passageiros – transação de informações com os diversos órgãos, basicamente uma tradução. Talvez haja algum engano, mas basicamente isso, e quatro frentes de cuidados nessa otimização. Eu pediria...

Então, são as próprias empresas aéreas, as linhas de ação – a próxima –; os passageiros; os controles de governo – as agências –; e, subsidiariamente, também – o quarto, por favor –, o tráfego e o fluxo de bagagens. Então, vamos dizer, são três entes atuantes nessa "eficientização" dos processos. Adicionalmente, agora, talvez numa leitura mais no ambiente Brasil e na ótica da própria Infraero, o que provemos em suporte a esse fluxo.

O próximo.

Não vou aprofundar-me em termos de comentários, mas, basicamente, as instalações físicas – o próximo – e os espaços, para que esses processos ocorram no ambiente aeroportuário.

Na bagagem, lembrando que há outro agente que é característico na nossa indústria, que são as empresas de serviços auxiliares – por favor – basicamente, nesse processamento, tanto de conexão como de...

E o fluxo de desembarque, algo semelhante.

Por favor.

Comentário que é bastante interessante que se diga, algo também bastante sensível nessa qualificação dos serviços, é com relação ao informativo de voos. Acho que é interessante dar uma estressada no seguinte: a Infraero é operadora aeroportuária responsável pela qualidade na disseminação da informação dos visores e monitores. Agora, a qualidade da informação, do conteúdo, nós dependemos, essencialmente, dos operadores de transporte, portanto, empresas aéreas. Há, e isso está se buscando em termos de integração, formas de buscar confirmações, mas sobre a informação, aquela a ser divulgada, nós necessitamos da presença extremamente pontual, vamos dizer assim, dos operadores de transporte.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu entendi o que ele disse. Eles são responsáveis pela disseminação da informação, mas a qualidade... Eu vou dar só um exemplo que aconteceu comigo – o que, aliás, acontece – em um voo da Avianca para Campo Grande, que, inicialmente, era às 20 horas. Aí está para 21. Aí você tem até outra alternativa em outra companhia, só que sai às 10. Das 21, eles vão para 22h30min. Resumindo, Sr. Presidente, eu embarquei 1h30min. Isso não é uma única vez. Então, essa qualidade...

Eu entendi o que ele está dizendo. A minha pergunta, só para não deixar passar: o que acontece quando uma operadora fornece uma informação como essa e, na prática... Eu chego a pensar, Sr. Presidente, que é exatamente para enrolar o passageiro que está lá ou para não pagar acomodação ou até para que ele não se acomode em outra empresa, porque ele teria alternativa. Só que você fica assim: daqui a uma hora, daqui a 40 minutos, e aquilo vai, vai, vai e você fica igual bolacha em boca de velho – vai para um lado, vai para outro –, e ninguém te dá informação. É verdade. Isso que estou dizendo para vocês é uma realidade. As pessoas ficam ali como barata que levou uma chinelada. Você não sabe para onde vai. É um negócio impressionante. Eu estou só colocando... Eu entendi isso, mas acho que, aí, a Infraero tem que penalizar a operadora que fornece uma informação e, na prática, você constata que aquilo não é verdadeiro, que aquilo é uma embromação, um negócio que não faz sentido.

Desculpe estar falando essas coisas, mas quando você, Senador da República, está dentro do avião e entram mais 100 pessoas, elas ficam te olhando, tipo assim: e aí? Vocês não vão falar nada? Não vão reclamar de nada? E o comentário é o mesmo: vocês vão ver o que vai acontecer na Copa do Mundo. Todo dia você escuta praticamente isso nos voos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Continue, por favor, Dr. Miyada.

O SR. LUIZ MIYADA – Ok.

Então, esse cenário, aparentemente, também acho, na realidade, bastante complexo. É onde estou puxando a nossa apresentação aqui.

O próximo, por favor.

Aí, da mesma forma, a participação das empresas aéreas na parte de manuseio de bagagens das empresas de serviços auxiliares também.

Na questão tarifária, que é outro derivativo, tem aí todo o embasamento legal, mas, basicamente, o que compõe hoje as tarifas aeroportuárias: de embarque é devida diretamente pelo passageiro – e temos aí o recolhimento via empresas aéreas –; pouso, permanência é da empresa aérea; e a tarifa de conexão, também de empresa aérea. E a regulamentação que respalda aí, a mais recente é a questão da Resolução nº 180, que dispõe a respeito da atualização dessas tarifas, o tal do fator x, com um incentivo ao ganho de produtividade, que está agora inserido no modelo básico da Lei nº 6.009.

O próximo.

Aí, só como informação – a fonte é o Anuário Estatístico de 2010 –, as tarifas aeroportuárias sobre o custo da indústria.

O próximo.

Historicamente, a gente vem se mantendo entre 1,5% e 2%. Na realidade, em 2010, esse custo das tarifas aeroportuárias para a indústria ou na composição do custo da indústria foi algo em torno de 1,98% ou 1,95%, ali no diagrama, chegando a 2%.

Aí é o agregado com as tarifas de comunicação, chegando a algo em torno de 5%.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, só para não perder, se o Presidente me permite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É importante, porque são muitas expositores e nós temos um problema gravíssimo hoje que é tarifa no Brasil, que é mais cara do que para qualquer lugar do mundo. As companhias falam uma coisa e nós estamos fazendo duas audiências esta semana e um dos pontos centrais é isto.

Para mim, foi-me oferecida uma tarifa Brasília–Rio Branco de R$6,7 mil, pela TAM. Recebi uma carta do presidente, mandei uma carta, mandei outra para o presidente da GOL; estamos tratando isto aqui no Senado. Esta uma das audiências, mas vamos ter outras.

Estou vendo ali que dá 51% só com combustível e encargos com pessoal. Todos nós somos levados a crer que, tendo em vista que o avião é uma das maiores invenções humanas e que ele tem um custo, o Equipamento, que é arrendamento e manutenção, está dando 11% ali.

Eu só queria uma fazer uma pergunta, para o senhor seguir: comparado com outros países – se senhor tiver alguma condição de nos passar –, também é 50% ou 51% a parte de encargos com pessoal, ou seja, pessoal e combustível? Dá sempre a metade ou é bem menos em outros países? Isso se alguém pudesse nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias pediu para responder a essa pergunta.

Eu só quero fazer uma solicitação aos Senadores, para que a gente possa... Eu vou passar a palavra, para que ele responda à pergunta do Senador Jorge Viana, mas eu queria que pudéssemos concluir a apresentação de todos os convidados, até para termos uma visão geral. Em seguida, iniciaremos os questionamentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª tem razão e eu faço a autocrítica. Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, sem autocrítica. Até aqui foi muito bem. Agradeço a compreensão de V. Exªs e passo a palavra ao Sr. José Márcio Monsão Mollo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Muito obrigado, Senador. Desculpe interromper a sua exposição.

Segundo a IATA, nós temos o combustível mais caro do mundo. O combustível (QAV) no setor aéreo mundial equivale mais ou menos a 21% das despesas; aqui no Brasil, está em 32%, mas varia, conforme a empresa, de 32% a 37%. É o QAV mais caro do mundo. E são dados da própria IATA, que está presente inclusive aqui hoje, assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou conceder mais dois minutos em função dos apartes, para que V. Sª possa concluir a sua apresentação.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Próximo, por favor.

Aí é um enfoque em termos das evoluções mais recentes. Posso caracterizar que tivemos sensível melhoria.

A própria da questão da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias, que foi composta respaldada na SAC, mas com a Casa Civil, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Defesa, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Saúde e a Anac.

Um dos focos – eu fui bastante sucinto aí – é a questão do Programa Nacional de Facilitação, que é exatamente essa otimização no trato, no atendimento aos passageiros, e a composição, no nível operacional, das chamadas autoridades aeroportuárias, também com o rebatimento desses órgãos nos respectivos aeroportos, focada hoje nesses doze aeroportos, mas na coordenação operacional do dia a dia.

O próximo.

Dando respaldo a isso, a Infraero vem puxando o que tem sido caracterizado como centro de gerenciamento de aeroporto, que seria o suporte físico para as autoridades ou para os comitês que compõem as autoridades. Então, em cada um dos aeroportos, representante da autoridade aeroportuária, aeroporto, agente de controle da fronteira, mais os representantes das próprias operadoras. Facilita o compartilhamento e a interação a troca de informações antecipadas sobre o que deve acontecer no dia. Isso é importante em termos de planejamento operacional, é a previsibilidade do que se vai enfrentar. E quando alguma coisa justifica, há um plano específico preventivo a uma eventual contingência.

Os aperfeiçoamentos que certamente se avizinham: uma maior integração e interoperabilidade, vamos chamar assim, dos próprios sistemas que respaldam empresas aéreas, aeroporto e os órgãos de controle. E inserir nisso uma visão de rede de aeroportos.

Só mais um rápido comentário, Sr. Presidente. O próximo. E o outro é debruçar em cima daquele processo. Então, é uma série de ações nesse sentido, não abandonando o viés de ganho de instalações e expansão das instalações. E aí eu me permiti considerar que será tratado, talvez mais especificamente, na Comissão de Infraestrutura também. Mas destaco o fato dessa ação mais integrada e coordenada entre os diversos atores e que vem proporcionando ganhos nessa qualidade de serviços que temos observado nas últimas jornadas.

Os desafios que vêm: Rio+20, Jornada Mundial da Juventude e Copa do Mundo. São os grandes desafios, além de outros eventos que devem aparecer por aí.

O trabalho, em uma análise mais aprofundada em termos de otimização de processos, foi bastante exitoso no aplicativo que tivemos em Guarulhos.

Senhores, agradeço e coloco-me à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Luiz Miyada, Assessor

da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

Agora vamos ouvir a Srª Maria Elisa Novais, Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

A SRA. MARIA ELISA NOVAIS – Bom dia a todos, agradeço o convite, Senador, para o Idec estar aqui hoje e também peço desculpas pelo meu atraso. Vim de avião e me atrasei um pouquinho. Não diria que foi atraso do voo, mas a técnica agora é deixar o voo que dura uma hora e vinte minutos durar duas horas, para não diagnosticar atraso. Então, chegamos aqui num voo de mais de uma hora e vinte minutos, como sempre, mas agora não atrasa tanto.

Sou gerente jurídica do Idec. Nós tratamos bastante do transporte aéreo.

Pode passar.

Vamos especificamente ao que interessa.

Não pude ouvir o Sr. Rogério Coimbra falar, ouvi a Danielle, e já um prazer conhecê-la, Danielle, e Rogério também, porque o Idec tem um grande interesse, já se comunicou com a Secretaria de Aviação Civil, para participar e acompanhar a agenda regulatória no que interessa aos consumidores e também, incessantemente, entra em contato com a Anac.

Infelizmente, eu tenho uma percepção um pouco diferente do que a Danielle trouxe sobre regularidade de voo, pontualidade, até pelo próprio relatório que saiu ano passado relativo aos atendimentos de 2010, em que se verificou – o relatório é da Anac – um aumento grande de reclamações em relação à pontualidade e à regularidade dos voos. Nesse aspecto, tendo a discordar que o consumidor está sendo bem atendido, que o consumidor está contente ou mesmo que houve uma redução dos atrasos e cancelamentos de voos.

Na verdade, as reclamações que vigoram em aviação civil no Sindec e em diversos outros índices de reclamação de consumidores são relativas a cancelamento de voo, a atraso, a furto e extravio de bagagem e principalmente a falta de informação – falta de assistência material e informação.

Pode passar.

Pretendo ser bastante breve porque eu tenho só dois pontos para colocar aqui de crítica em relação ao que vem se desenvolvendo em regulação.

A questão de assistência material, apesar de ser uma resolução que existe desde 2010, ainda não é efetiva nos transportes. Há um grande índice de reclamação nesse sentido. Essa resolução é fruto de uma ação civil pública proposta pelo Idec e Procon de São Paulo em meio à crise que ocorreu em 2006. O que se configurou ali foi o caos aéreo. Ingressamos, tivemos que ir ao Judiciário para pedir regulação do setor de transporte aéreo, do setor de aviação civil. Com muito esforço, em 2010 saiu esse texto, com muita participação de todo o setor de aviação civil, mas também dos consumidores.

Essa resolução é fruto de uma contestação judicial da desconsideração completa que até então – o Código de Defesa do Consumidor é de 1990 – havia do Código de Defesa do Consumidor sobre o transporte aéreo. Insistia-se em aplicar o Código Brasileiro de Aeronáutica, que não é aplicável ao caso. Com muito esforço, saiu a Resolução nº 141, de 2010. Houve muitas audiências em juízo na Justiça Federal de São Paulo e também consultas públicas para sair o texto dessa resolução, até o próprio livro de dicas ao passageiro da Anac é fruto de uma exigência do Juiz nessa ação.

Mas o que se vê é que tem pouca efetividade. As reclamações estão altas. Em meados de 2011, o Idec enviou uma carta a Anac perguntando detalhes sobre esses números de atrasos, de cancelamento de voos, de furto de bagagem, de furto e extravio de bagagem, e não nos foi respondido até agora. O que veio, um pouco em seguida, foi a Resolução nº 196, exigindo das empresas a disponibilização de atendimento 24 horas.

A Anac, em si, tem um canal. Antes existia, pelo menos nos principais aeroportos existia, um posto da Anac para reclamar, e hoje não tem mais esse posto para reclamar da Anac.

Nesse sentido, o que verificamos foi uma grande corrida à própria Justiça para reclamar extravio e furto de bagagem porque não é suficiente resolver com a empresa aérea. Ela não dá solução efetiva, e há muita reclamação – são notícias recentes –, há aumento de ações reclamando furto e bagagem na Justiça. O que se vê é a solução de quem vai reclamar no Juizado Especial, vai reclamar na Justiça, mas a regulação não vem, não vem uma regulação de cima. Vem pontualmente – uma reclamação de cada consumidor que quer resolver o seu problema e tem paciência de ir à Justiça resolver o seu problema –, o que é um grande desconforto e um ponto bem crítico no que concerne à regulação.

A regulação deve tentar evitar que o passageiro vá à Justiça procurar o seu direito. Evitar como? Resolvendo administrativa e eficientemente o problema que o consumidor tem.

Nesse relatório também ficou em aberto uma questão de transparência. A reclamação que o Idec também tem e que trás aqui é uma questão de transparência.

Pode virar.

Uma questão de transparência – pode virar mais um – em relação aos números da Anac é quanto foi

aplicado de multa em relação às empresas aéreas, quanto foi efetivamente recolhido, quanto os consumidores têm de reclamação de cada empresa e como ela é resolvida, índice de resolubilidade. Essa é uma questão que nós não temos. Não existe transparência nesses números. Não existe transparência na questão de multas e penalidades impostas às empresas, ou seja, se elas contestam, se elas não contestam, se elas recolheram, se não recolheram, como isso é revertido para a eficiência do transporte aéreo. Toda essa parte de relato necessário ao consumidor e de interesse das organizações e dos órgãos de defesa do consumidor e que trabalham com participação social não existe.

Então, a colocação que o Idec vem trazer aqui é exatamente essa crítica em relação ao trabalho ainda muito incipiente de regulação e fiscalização. O Idec se coloca sempre disponível, inclusive já se comunicou, como eu já disse, com a Secretaria de Aviação Civil e com a Anac, para saber, para entender e para participar e para sugerir a agenda regulatória da Anac.

O que se observa, nesse último relatório da Anac inclusive, é que há alto índice de reclamação sobre atrasos de voos, mas, em relação à quantidade de passageiros e de reclamações, esse índice é muito baixo, o que identifica exatamente a dificuldade de o consumidor fazer a sua reclamação de forma prática, de forma imediata, enquanto o problema está ocorrendo, ou seja, de fazer a reclamação junto ao próprio guichê, no aeroporto, quando ele tem o problema, isto é, quando observa que, para uma hora de atraso, ele não teve atendimento, não teve assistência para informação e para telefone; que, para duas horas, não teve alimentação; e que, para quatro horas, não teve reacomodação em outro voo ou assistência material relativa à acomodação e à alimentação também. Ele não tem essa possibilidade de reclamação.

Além disso, o problema não é só que exista o canal de reclamação, que é muito deficiente, mas também que essa reclamação não seja objeto de observação da regulação, para que haja uma melhoria em cima desse tipo de atendimento ao consumidor. O que se vê é que, apesar de as resoluções não terem vindo espontaneamente, vieram por provocação da sociedade, há problemas. A Resolução nº 141, principalmente, embora tenha vindo por provocação, é ainda ineficaz. Essa necessidade de eficácia vem exatamente de uma intensividade na regulação, na participação social, na fiscalização e na transparência que são necessárias aos órgãos que regulam o setor. Essa participação social e essa transparência são fundamentais para que haja necessariamente uma compreensão do problema e para que possamos, com eficiência, trazer alguma solução para esse problema. Então, o ponto aqui é: transparência, necessidade de solução com regulação e fiscalização eficaz e, principalmente, participação social.

O Idec é uma instituição de 25 anos e vem atuando na defesa do consumidor. Atua em diversas agências reguladoras. Claro que nenhuma é perfeita, mas os mecanismos de participação e de regulação precisam ser muito mais trabalhados na Agência Nacional de Aviação Civil. Então, é neste sentido que o Idec vem-se colocar: com necessidade de transparência e participação social para a real solução de normativos que já existem, mas que são pouco eficazes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Srª Maria Elisa Novais, Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Idec.

Passo a palavra agora ao Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Obrigado, Senador.

Eu havia combinado com o Senador Rollemberg de não fazer nenhuma exposição e ficar à disposição dos Senadores para responder às questões relativas ao problema do consumidor, mas pedi a palavra ao Senador diante da exposição feita pela Drª Maria Elisa.

Em primeiro lugar, o comentário jocoso dela a respeito do voo. Todo voo, se a senhora veio do Rio de Janeiro, leva uma hora e vinte, uma hora e vinte e cinco, dependendo da rota que faz o avião. Não mais do que isso, não menos, porque, inclusive, isso é regulado pelo DCE. Quando eu falo uma hora e vinte, é de voo. Some-se a isso o táxi de ida e de vinda e some-se a isso a necessidade, às vezes, de se esperar para levantar voo, de a aeronave esperar para chegar a um *finger* ou a um posicionamento e estacionamento. Então, uma hora e vinte é de voo. E, depois, quem determina a rota e, consequentemente, o tempo do voo é o controle aéreo, não é a empresa aérea. Só para você estar mais bem informada sobre o problema.

Em segundo lugar, a senhora afirmou por várias vezes que é alto o número de atrasos. Baseada em que a senhora está dizendo que é alto o número de atrasos?

A SRA. MARIA ELISA NOVAIS – Em relatório da Anac.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Relatório da Anac. A Anac faz o relatório e o número de atrasos. A senhora comparou com algum outro país, com algum mercado semelhante ao brasileiro? *(Pausa.)*

Então, certamente não. Certamente a senhora está dizendo que é alto, tirando da sua cabeça que é alto, mas nós temos que comparar, sobretudo, com

um mercado tipo americano, que é um país continental, australiano, que é um país continental, ou com a União Europeia, em seu conjunto.

A senhora afirmou que há um grande índice de reclamações. Qual o percentual em relação ao número de passageiros? São 90 milhões de passageiros e 2.400 voos diários. Diários. Então, só podemos considerar que o número é grande ou pequeno, em função de alguma coisa. A senhora não afirmou em função do que é.

Tenho aqui alguns dados, Drª Maria Elisa, sobre a movimentação de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos do Galeão, Santos Dumont, Guarulhos, Congonhas e Confins e em que foram calculados os percentuais de reclamação nos juizados especiais. É mais uma fonte de reclamação que o passageiro tem no aeroporto. Nesses aeroportos, de junho de 2010 a junho de 2011, nós tivemos um percentual de reclamação de 0,02% em relação ao número de passageiros. Foram 18.500 reclamações e 90 milhões de passageiros/ano, o que representa, o que significa que 99,98% de passageiros, no período de um ano, não fizeram qualquer reclamação no juizado especial. Então, talvez, o índice não seja tão alto como a senhora está sugerindo que seja.

Outra coisa também que precisa ser colocada, e certamente as pessoas que não estão no setor não sabem disso, é sobre a responsabilidade da empresa aérea pelo atraso. Segundo o Departamento de Controle Aéreo, em torno de 35% dos atrasos aéreos podem ser atribuídos à responsabilidade das empresas aéreas; o restante, ou a problema meteorológico ou a problema de infraestrutura. Então, um voo atrasado não significa necessariamente culpa da empresa.

Também existe um problema de infraestrutura. Todos nós sabemos, e isso não é nenhuma crítica à Infraero, mesmo porque o aumento no número de passageiros foi de cento e tantos por cento. Em poucos anos, nenhum país do mundo sofreu isso. Há também uma necessidade de analisarmos o problema da infraestrutura dentro do problema dos atrasos dos aviões.

Quando a senhora critica a Anac, porque a Anac não fiscaliza, não pune as empresas aéreas, concordo porque é uma posição da senhora. Nós, das empresas aéreas, afirmamos o contrário. Fiscaliza muito e pune muito. A cada ano que passa, o número de punição vem aumentando significativamente.

Essas são algumas observações que gostaria de fazer antes de continuarmos com essa palestra.

De qualquer maneira, estou à disposição para novas questões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço pela apresentação do Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Passo a palavra ao Sr. Adalberto Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União, lembrando que, em seguida a essa audiência pública, teremos reunião deliberativa da Comissão.

Com a palavra o Sr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO VASCONCELOS – Bom dia, Presidente.

Obrigado pelo convite para estarmos aqui, o Tribunal de Contas da União.

Gostaria de cumprimentar os colegas aqui da Mesa, os Srs. Parlamentares presentes e todos vocês.

Cabe ao Tribunal falar sobre o papel do controle externo, que é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, no acompanhamento da regulação do setor da aviação civil.

Por favor.

Nós estamos estruturados, no Tribunal, em secretarias típicas e secretarias especializadas. Nas secretarias especializadas, a que é responsável principalmente pela prestação de contas do Presidente da República é a Secretaria de Macro-Avaliação do Governo. Há também as Secretarias de Recursos, de Pessoal e de Programas de Governo.

O Presidente Benjamin Zymler, atual Presidente, desde janeiro de 2011, instituiu duas Secretarias. Tínhamos uma Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação.

Por favor.

Essas Secretarias estão divididas, mas trabalham de forma coordenada. Uma delas cuida de transporte terrestre, a ANTT basicamente; a outra do transporte aquaviário, a Antaq; e uma terceira diretoria, da Anac e da ANS (Agência de Saúde Suplementar), incluindo as PPPs desses setores e todas as Parcerias Público-Privadas Administrativas. Já a Sefid 2 cuida da Aneel, ANP e Anatel, basicamente.

E qual a estratégia de atuação do Tribunal no acompanhamento da regulação? O Tribunal, nos seus trabalhos, foca determinados atributos – a regularidade, a transparência e a melhoria da prestação do serviço público – e atua em diferentes momentos da regulação. No momento da outorga, quando vai fazer uma concessão, seja de infraestrutura aeroportuária, sobre a qual estamos falando aqui, seja de concessões de rodovias, seja agora do trem de alta velocidade, ele faz um acompanhamento concomitante desse processo de outorga do serviço, porque é mais fácil dar maior estabilidade ao processo regulatório e a contribuição é mais efetiva quando você faz essas contribuições antes de o contrato ser assinado. Também durante toda

a execução do contrato. Durante 20 anos, 25 anos, durante todo esse período, o Tribunal faz auditorias, e boa parte dessas auditorias decorre de solicitação aqui do Congresso Nacional. Também avalia o desempenho do regulador: o desempenho da Anac, o desempenho da ANTT, o desempenho da Aneel no cumprimento da sua missão legal de fazer o acompanhamento dos setores que ela regula.

Busca com isso um controle externo que agregue valor aos resultados da agência. Vem fazendo isso de forma contínua e sistêmica. Desde meados da década de 1990, o Tribunal tem uma área dedicada somente a esta parte. É um acompanhamento técnico. Diria para vocês que, hoje, temos cerca de 50 auditores trabalhando nessa área de regulação – todos pelos menos têm pós-graduação na área de regulação – de forma independente, livres de pressão de mercado e forma efetiva.

É bom ressaltar que a fiscalização dos contratos de concessão é de responsabilidade das agências reguladoras. Elas realizam uma fiscalização de primeira ordem, cabendo ao Tribunal de Contas da União, sobretudo, acompanhar como é o desempenho das agências reguladoras.

Por favor.

Dentro desses instrumentos de fiscalização, o Tribunal expede instruções normativas que relacionam documentos que devem ser encaminhados ao Tribunal e o momento em que esses documentos devem ser... Nós temos uma instrução normativa geral, que é Instrução nº 27, que rege essa parte de concessões aeroportuárias. A nº 43 é só para revisão do setor de energia elétrica. A nº 46 já é para rodovias. Temos uma específica para parceria público privada.

É realizado um controle concomitante que proporciona um menor custo para o processo regulatório, porque você tem uma ação tempestiva do controle externo. Com isso, você colabora com a estabilidade regulatória e, mais do que isso, proporciona uma adequabilidade da tarifa do serviço público ou do valor de outorga, que é o caso dessas concessões que foram feitas no setor aeroportuário. Você realiza isso por meio de estágios. No primeiro estágio, você verifica a viabilidade técnica, econômica e financeira e ambiental dessa concessão, ou seja, o órgão poder concedente encaminha ao Tribunal os estudos econômicos financeiros, quer dizer, o fluxo de caixa, projeções de receita, projeções de investimentos, projeções de custos operacionais, rentabilidade do investimento, e o Tribunal analisa a adequação, a robustez desses estudos e, porventura, faz contribuições nesse processo antes de serem lançados os editais respectivos.

Por favor.

Agora, só para a gente poder exemplificar de forma bastante sintética, um estudo de caso da outorga da infraestrutura aeroportuária, e estamos falando de Viracopos, Brasília, Guarulhos e, no Rio Grande do Norte, de São Gonçalo do Amarante. Qual foi o eixo do exame feito pelo Tribunal de Contas nesses aeroportos? A qualidade do serviço a ser prestado – busca, efetivamente, que tenha uma qualidade esse serviço e verifica se o edital e se o contrato de concessão está permeando os índices de qualidade para que o usuário tenha qualidade –; o exame do fluxo de caixa – busca, também, uma modicidade do valor da tarifa –; a destinação dos valores de outorga auferidos na concessão, para que eles sejam revestidos para o setor, para não acontecer o que aconteceu no setor de telecomunicações, com o Fust, porque a gente sabe que ele já foi implementado e não foi regulamentado; e a legalidade dos procedimentos adotados pela Anac/SAC e planejamento do setor.

Esses aeroportos que citei foram os primeiros aeroportos em operação a serem concedidos. Tinha uma análise feita de São Gonçalo do Amarante, mas ele está em construção. Tem a pista, mas o terminal de passageiro está em construção. Ele foi regido, conforme falei, pela Instrução Normativa nº 27.

Por favor.

Houve um leilão em que o mesmo participante poderia apresentar propostas econômicas para três aeroportos, mas só um poderia assinar o contrato de concessão. A tarifa de conexão foi R$7,00, definida para voos domésticos ou internacionais e o adicional de tarifa aeroportuária foi reduzido em 20,75%. Em termos de estruturação tarifária, regulação tarifária, revisão dos parâmetros da concessão e revisão extraordinária foram colocados nos contratos de concessão. O prazo de concessão para esses aeroportos são diferenciados dependendo de cada um.

O Ministro Relator desse processo foi o Ministro Aroldo Cedraz, que prolatou três acórdãos: um, para Guarulhos; outro, para Viracopos; e outro, para Brasília. No que se refere ao primeiro estágio, foram realizadas diversas reuniões técnicas entre o Tribunal de Contas da União, a Anac, a SAC, a SEAE e o BNDES. Houve, nesse trabalho, uma participação da nossa secretaria especializada de obra para ver os custos aeroportuários, para que dessem um parecer sobre a questão dos custos. A parte de meio ambiente coube a nossa 8ª Secex, uma secretaria especializada.

Qual foi o resultado, olhando cada uma daquelas vertentes da análise do Tribunal? Em termos de qualidade da prestação de serviço ao usuário, o Tribunal fez recomendações à Anac para que os elementos mínimos de projeto, no que se refere ao espaço que é

dado para cada passageiro dentro do aeroporto, fossem repensados, para que dessem um conforto mais condizente com o sistema. Foi também determinado à Anac, à SAC que apresentasse um plano de ação para definir os padrões de desempenho dos indicadores de qualidade que vão ser cobrados das empresas aeroportuárias durante a execução desse contrato.

No que se refere aos valores de outorga, havia uma ausência de regulamentação do fundo, e, para não acontecer como já citei, o Tribunal conversou bastante com a SAC e com a Anac no sentido de que só poderia dar o pronunciamento final a partir do momento em que houvesse uma regulamentação ou tivesse uma visibilidade dessa regulamentação. Foi feita a medida provisória pertinente e, posteriormente, foi determinado que a SAC encaminhasse ao Tribunal de Contas da União um plano de ação para regulamentação desse fundo.

No exame do fluxo de caixa do valor de outorga de modalidade tarifária houve algumas correções de valores de investimentos. Houve tratativas por parte do Tribunal no sentido de que o compartilhamento do ganho de produtividade e das receitas comerciais aos usuários fosse feito durante a execução do contrato para que realmente isso refletisse em ganhos para os usuários dos serviços aeroportuários bem como outras correções de fluxos de caixa.

Foi identificada também uma ausência de um plano de outorga consistente para o setor.

Em um segundo estágio, isso já foi analisado e houve determinações para as próximas concessões. No que se refere às recomendações, gostaria de destacar que houve uma preocupação do Tribunal, do Ministro-Relator desde o início com a participação da Infraero nessas futuras concessionárias. Nesse sentido, no primeiro estágio, o Tribunal já tinha recomendado isso, ou seja, enfatizou que a Anac e a SAC examinem a participação da Infraero nas futuras concessionárias.

E é importante colocar para a Comissão que ele autorizou a nossa Secretaria a iniciar o acompanhamento da elaboração pela SAC de um plano de outorgas do setor de infraestrutura aeroportuário para que as concessões não sejam feitas de forma tão rápida como foram feitas as primeiras. Inclusive, tivemos até uma primeira reunião com a equipe do Rogério.

Então, quais seriam os próximos passos com foco na qualidade e na multiplicidade tarifária? O acompanhamento da elaboração desse plano de outorga da Secretaria e já foi aberto o processo no Tribunal para fazer esse acompanhamento; o acompanhamento do processo de regulamentação do Fnac, ou seja, já estamos com uma equipe acompanhando isso; como também o acompanhamento do desempenho da Anac na fiscalização da execução dos contratos. É aí que vamos buscar uma melhor prestação de serviços para os usuários. Ou seja, se o contrato está bem feito, se o contrato foi assinado, tudo durante a sua execução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Adalberto Vasconcelos, Secretário de Fiscalização, de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União.

Agora vamos ouvir a nossa última convidada desta primeira parte da exposição para, em seguida, iniciarmos os debates.

Com a palavra a Srª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça.

É uma alegria tê-la aqui, Drª Juliana.

A SRA. JULIANA PEREIRA DA SILVA – Muito obrigada. Inicialmente, quero cumprimentar os Senadores presentes e fazer um agradecimento especial, se me permitem, ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, porque, para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, tem sido um grande privilégio ter essa interlocução com o senhor. Assim, publicamente, gostaria de registrar o nosso agradecimento. O senhor que esteve presente conosco no último congresso do Sistema Nacional e nos brindou com um grande apoio a temas muito sensíveis para a defesa do consumidor no Brasil.

Em primeiro lugar, e por ser a última a falar, muitos temas de consumidor e até depoimentos pessoais já foram colocados aqui, queria pedir licença para solicitar ao Sr. José Márcio Mollo que depois se retrate com a minha colega do Idec. Acho que num primeiro momento temos que ter diálogo, serenidade e respeito para resolver problemas. Se as pessoas se exaltam em uma Mesa no Senado para enfrentar dificuldades e desafios no transporte aéreo, imagino como o passageiro será tratado na hora em que está na sala de embarque, quando não tem ninguém para resolver seus problemas. Aquilo foi uma deselegância, permita-me a franqueza. Conheço o José Márcio Mollo e sei que ele não é uma pessoa assim. Mas achei muito indelicado e queria fazer a defesa da minha colega do Idec, porque acho que o que a Maria Elisa colocou num primeiro momento foi um desabafo de vários consumidores que, na hora em que acontece o problema, não encontram ajuda, auxílio e informação para resolver o seu problema.

Então, eu gostaria de fazer esse registro inicialmente.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor é um órgão do Ministério da Justiça que tem por função coordenar a política nacional das relações de consumo, tem por função, também, articular o Sistema

Nacional de Defesa do Consumidor, enfim, trabalhar uma interlocução com as agências reguladoras, Banco Central e etc, etc, etc, do ponto de vista da proteção do consumidor, em nível nacional. Também faz a interlocução em nível internacional, no Mercosul, na Ibero-América, na Comunidade Europeia, e acompanha o desenvolvimento de todos os serviços, especialmente os serviços regulados não só no Brasil, mas também do ponto de vista dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, o que trago aqui, hoje, como contribuição para esta audiência pública... Não tenho um mandato legal para trabalhar com rotas e preços – eu gostaria muito, porque isso é, realmente, um clamor público. Do ponto de vista da defesa do consumidor, o que nós gostaríamos de deixar aqui, como contribuição, é: primeiro, nós reconhecemos o acesso. Eu acho que isso é um reconhecimento e é preciso ser feito.

Pessoas de classes econômicas menos privilegiadas passaram a ter acesso ao transporte aéreo e isso é um ganho. Isso é um ganho para o consumidor, mas é um ganho também para as companhias aéreas, que passam a ter um faturamento e uma disponibilidade de recursos maior para os seus negócios.

Nós vivemos num País capitalista, não há nenhum problema. Tem que todo mundo ter o seu ganho no processo. Eu acho que esse é o ponto em que a defesa do consumidor tem insistido com todos os setores do mercado.

Não há nenhum problema em apresentar serviços, em fornecer serviços, em apresentar custos sobre serviços. Nós sabemos que não há almoço grátis e que para tudo há um preço neste País, agora, o importante é que tenha, atrelado aos preços, atrelado aos custos, um *standard* mínimo de respeito aos consumidores.

Nenhum país desenvolvido... Aqui, foi citado que nós devemos nos comparar aos Brics. Eu acho que temos, mesmo, do ponto de vista da "escalabilidade" dos serviços, porque nós temos, do ponto de vista de crescimento, nós somos similares.

Eu queria pedir licença ao querido Senador para dizer que nós precisamos, também, nos comparar com a Comunidade Europeia, com o Canadá, com os Estados Unidos, do ponto de vista da qualidade e do respeito que se tem aos consumidores, porque esse, para nós, é um ponto importante. Lá, eles conseguiram compatibilizar interesse econômico, faturamento, lucro e respeito pelas pessoas que utilizam serviços públicos concedidos.

Então, me parece que esse é um ponto importante.

Nesse ponto de compatibilizar desenvolvimento social, econômico e tecnológico no transporte aéreo, eu gostaria de dizer que, do ponto de vista do Departamento de Defesa do Consumidor, nós entendemos que há um arcabouço normativo bastante razoável, hoje, no Brasil.

Nós temos a legislação de defesa do consumidor, que está completando 22 anos neste ano, que é um código que está, eu diria, no dia a dia do cidadão brasileiro, foi aprovado por unanimidade nesta Casa e é uma lei que é orgulho do brasileiro e também orgulho nosso, do ponto de vista internacional.

O *standard* legal que tem a defesa do consumidor, no Brasil, é motivo de elogios fora do Brasil.

Então, me parece que nós temos um arcabouço normativo. As resoluções da Anac enfrentaram os temas. A Maria Elisa colocou muito bem, foi um clamor social, como foi o decreto que regulamentou o *call center* no Brasil.

Nós temos uma jabuticaba, neste País, que é você, o Estado ter de intervir no mercado para dizer como se atende um cliente, porque a regra elementar do capitalismo é fidelizar clientes, atender bem clientes para ter o cliente sempre.

No Brasil, nós tivemos de editar uma regra para dizer para o mercado como ele deve atender bem o seu cliente.

Então, do ponto de vista normativo, me parece que nós temos um bom arcabouço legal, normativo, para enfrentar os desafios.

Então, se nós temos um bom arcabouço normativo e se nós reconhecemos os avanços do acesso, qual é o desafio?

O desafio é a qualidade, do ponto de vista do consumidor.

Aqui, estão as autoridades aeroportuárias, que têm os seus desafios, mas, do ponto de vista de defesa do consumidor, a qualidade para o cidadão, no que diz respeito à informação adequada, é o primeiro ponto.

Hoje, o consumidor não sabe qual é a regra para o cancelamento do voo, não sabe qual é a tarifa de cancelamento, não sabe quando ele pode. A legislação de defesa do consumidor tem, no art. 49, o direito de arrependimento em sete dias após a compra de um produto fora do estabelecimento comercial. Como é isso para a aviação civil? É um desafio que temos de implementar. Isso não é cumprido. Hoje, não são, sequer, informados os procedimentos ao cidadão.

Como é que queremos a participação, a diminuição de conflitos no setor, se não damos a questão mais elementar, que é a informação adequada para o cidadão? Não precisa de um órgão de defesa do consumidor, o Estado brasileiro intervir para conseguir cancelar uma passagem aérea. Isso me parece um atraso para o desenvolvimento. O que precisa é ter mecanismos de autotutela, com clareza, gerando também eficiência

nesses processos. Conflito é ausência de eficiência. Gera custo de imagem, gera custo econômico e gera custo social, porque o consumidor quebra a confiança naquele contrato que vai fazer.

Então, parece-me que o primeiro ponto seriam regras de informação adequadas, claras. Estou referindo-me ao pré-contrato, à pré-contratação, à oferta do serviço.

Aqui se falou um pouco de concorrência. A Secretaria de Direito Econômico, da qual faço parte, também cuida da concorrência. Acho que a concorrência é uma questão salutar para o consumidor. É importante ver as companhias aéreas "brigando pelo consumidor", "disputando o consumidor" com as tarifas.

Mas o que está por trás daquela tarifa? Qual o preço para remarcação? Qual o preço para cancelamento? Como é que se faz em caso de arrependimento? Se existiu um problema, qual é o mecanismo? Nós não temos isso, o que tem gerado inúmeros conflitos na área de defesa do consumidor.

No segundo eixo – e já não estou falando mais da pré-compra, do pré-contrato, da oferta, estou falando da execução do contrato –, vou, novamente, insistir na tecla da assistência ao passageiro. Quando falamos de assistência ao passageiro, assistência ao consumidor, é importante ressaltar que temos legislação e regras. O que precisamos é implementá-las. Parece-me que a companhia aérea precisa, no caso de atraso de voo, anunciar no sistema de som: estamos com atraso e, de acordo com as normas da Anac, tais e tais direitos são dos passageiros. Temos de ter mecanismos para exercer esses direitos. Parece-me que foi uma avanço colocar, em determinados aeroportos, uma pessoa designada dentro da companhia aérea para atender esses consumidores.

Mas todos nós aqui temos as nossas experiências pessoais, então vamos partir do empirismo para chegar ao objetivismo. Dentro de uma sala de embarque, as informações são muito frágeis, não há disponibilidade. Em um saguão de aeroporto, há uma dificuldade imensa para identificar quem lhe vai dar uma informação. Isso começa a gerar uma insatisfação no passageiro. Quando ele chega ao balcão do *check-in*, aquele atendente que não tem nada a ver com a história é quem toma bronca, e ali começa um conflito.

Enfim, temos que nos preparar para este Brasil que nós estamos comemorando aqui. Estamos comemorando o avanço econômico. As curvas brasileiras são sempre ascendentes com relação a serviços, a produtos. Eu trabalho na defesa do consumidor há quase 15 anos, tenho acompanhado de muito perto esse mercado do outro lado. E nós também comemoramos os avanços, porque queremos um consumidor com maior conforto, com maior qualidade no serviço.

Entretanto, precisamos nos preparar para isso, principalmente levando em consideração que temos, hoje, no Brasil, um novo consumidor, uma nova classe social que passa a ter acesso. Essa classe social, até pouco tempo, não sabia que transporte terrestre era relação de consumo, que poderia exigir qualidade do ônibus que quebra, do ônibus que tem problema. Ele não tinha esse conhecimento. Quanto mais hoje ele está preparado? Será que nos preparamos para esse consumidor? Será que a informação daquela classe média *habitué* dos aeroportos há muitos anos é a mesma que eu preciso dar para esse novo consumidor?

Então, nós precisamos, mais do que estabelecer e dizer protocolarmente que "estamos cumprindo as regras", precisamos fazer uma autoanálise, e aí esse é um endereçamento mais direto para as companhias aéreas verificarem pontualmente o que se pode estabelecer de mecanismos de autotutela para o consumidor. O consumidor não quer nada além daquilo que foi ofertado a ele e os direitos que lhes são assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor e pelas regras.

Eu gostaria também de aproveitar esse espaço para dizer também o seguinte: grandes problemas no nosso País, do ponto de vista de relações de consumo, que é a nossa área, geram pequenos conflitos, são pequenos conflitos que vão se acumulando, se avolumando, se avolumando e se transformam em um problema endêmico depois, para mudar a percepção disso, vão muitos anos, não é? Não é só para mudar o que de fato acontece, porque há uma quebra de confiança nesse processo.

Então, parece-me que essa audiência é extremamente oportuna, porque eu estou preocupada também com os grandes eventos no Brasil, que é a Copa e as Olimpíadas, mas eu também estou muito preocupada com o consumidor brasileiro que, hoje, precisa ser tratado com todo respeito nesse serviço, até para poder também fomentar o desenvolvimento desse setor com a ampliação aí de rotas, com a ampliação de espaços de transporte aéreo.

Queria dizer que o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor em conjunto com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que tem o Ministério Público, que têm os Procons estaduais e municipais, que tem a Defensoria Pública, as entidades civis, como Idec, Brasilcon e tantas outras, está à disposição tanto do setor quanto da Agência Reguladora, quanto da SAC, para a gente trabalhar com essa interlocução a favor do consumidor.

Eu preciso registrar também que este ano já está em nossa agenda um trabalho com a Anac, temos

inclusive uma reunião marcada para ainda o mês de março, para trabalhar alguns temas, principalmente esses de pré-venda e pós-venda. Na verdade, para nós, pós-venda é a execução do contrato, é o problema *in loco* nos aeroportos. Acho que a Infraero tem uma contribuição a dar nesse processo, porque no final, a administração ali local é da Infraero. Acho que nós temos grandes desafios, mas acho que se nós tivermos, todos, imbuídos do mesmo espírito, que é o espírito de reconhecer as falhas e superá-las, aí, sim, nós vamos construir uma agenda positiva. Senão nós vamos ficar discutindo em vão questões ideológicas que não nos levarão a lugar nenhum. O que precisamos é ter efetivamente medidas que retire da agenda da defesa do consumidor esse tema da aviação civil. Nós não temos grandes números de reclamações no Sindec ou nos Procons. Por quê? Porque um estudo foi feito que o consumidor hoje do transporte aéreo, o custo dele para procurar um órgão e reclamar daquela questão que já aconteceu – ou ele já ficou duas horas, e não teve assistência, ou três horas, ou já foi cancelado – é maior. E aí essa insatisfação é mais percebida do que objetivada. Então, mesmo assim a gente tem alguns registros na área do Poder Judiciário, que são nos juizados civis, e nós temos no Sindec, que é o Sistema de Defesa do Consumidor dos Procons.

Acho importante que nós tenhamos esse espírito, sabe meu caro Presidente, para que, de fato, possamos, muito mais do que boas ideias e sugestões, de fato, ter uma mudança completa nesse eixo de respeito ao consumidor nos aeroportos e na contratação da aviação civil no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Nós vamos iniciar os debates.

Temos inscritos os Senadores Moka e Blairo Maggi. Mas, antes de passar a palavra ao Senador Moka, quero fazer brevíssimas considerações.

Eu entendo que esse debate dos aeroportos brasileiros e da melhoria da aviação civil brasileira é uma questão estratégica para o nosso País.

Concordo inteiramente com a Drª Juliana quando disse que nós não temos de nos preocupar apenas com esses grandes eventos que temos a honra de sediar, como a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, Olimpíadas, Rio+20, mas que o nosso foco prioritário é na população brasileira.

O que nós estamos vivendo nesse momento é o eu chamaria de dores do crescimento. Efetivamente, os dados mostram uma coisa extremamente positiva, uma manifestação positiva do processo que aconteceu no Brasil nos últimos anos: a inclusão social de milhões de pessoas que passaram da condição de pobreza à condição de classe média e, por isso, passaram a utilizar os serviços da aviação civil. Esse processo é visto, é percebido claramente nos aeroportos, e isso é positivo para todos. Deve ser positivo para as companhias aéreas, que terão a possibilidade de faturar mais. Democratiza o acesso ao meio de transporte mais rápido e mais seguro, que é a avião civil. Agora, nós temos que enfrentar as questões que se colocam.

Quero focar aqui os meus questionamentos basicamente em dois pontos: na questão da infraestrutura aeroportuária – sem prejuízo de aprofundar esse tema também na próxima quinta-feira, mas não posso deixar de fazer alguns questionamentos, até porque quero saber de alguns representantes de instituições aqui qual relação que a falta de infraestrutura ou a infraestrutura ainda inadequada ou pequena para o aumento do fluxo de passageiros tem efetivamente na prestação do serviço e no preço da tarifa aérea – e nos direitos do consumidor e na defesa dos direitos do consumidor.

Gostaria de fazer algumas perguntas.

A primeira eu quero dirigir à Infraero e ao representante do Tribunal de Contas da União. Qual é efetivamente a expectativa do Governo, da Infraero e do Tribunal de Contas em relação às obras de infraestrutura dos aeroportos brasileiros para os próximos anos? Estamos vendo um aumento da demanda, um aumento bem acima do crescimento da economia, um aumento bastante expressivo. Temos o advento desses grandes eventos, e a imprensa vem noticiando com regularidade o atraso nas obras de alguns – da maioria – dos aeroportos. Gostaria de ter a opinião formal, tanto da Infraero como da TCU. Qual é a avaliação que fazem do ritmo das obras dos aeroportos brasileiros?

Quero também estender uma segunda pergunta ao TCU e à Infraero sobre o processo de concessão. Em tese, é claro que, no processo de concessão, depois de feita a concessão, as obras aeroportuárias devem ser muito rápidas, porque a empresa privada está dispensada de fazer todos os processos licitatórios exigidos pela Lei de Licitações e, portanto, pode agir mais rápido. No entanto, nós estamos em fevereiro de 2012 e temos alguns desses grandes eventos, especialmente a Copa do Mundo, em junho de 2014, além desse aumento da demanda do mercado brasileiro. Qual é a expectativa que tanto a Infraero como o TCU têm, bem como de algum outro representante de entidade que queira comentar, a respeito das obras desses aeroportos já concedidos, especialmente me refiro, com um interesse especial, ao aeroporto de Brasília?

Quero fazer outra pergunta ao representante do Sindicato das Empresas Aéreas e também à representante da Anac. Em que medida o atraso nas obras dos aeroportos pode impactar no preço da tarifa e numa menor qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas aéreas?

E, antes da minha última pergunta, eu quero fazer duas observações. Primeiro, concordo com a Maria Elisa, representante do Idec, no sentido de que nós precisamos aperfeiçoar os mecanismos para resolver os problemas de forma administrativa. Concordo também com a Drª Juliana no sentido de que devemos evitar conflitos, ou seja, quanto mais pudermos evitar os conflitos, melhor para todos: para o consumidor, para a empresa que tem um desgaste na sua imagem. Para isso, entendo que a questão da informação adequada é absolutamente fundamental.

Eu, por exemplo, como consumidor, nunca consegui ver nos aeroportos, se é que existe, quais são os direitos do consumidor em relação a atrasos de vôos: com uma hora você tem direito a isso; com duas àquilo, e tal. É claro que, se um consumidor tiver que ir à Justiça para buscar um direito, numa contenda com uma empresa aérea, grande parte não vai fazer isso. Vai ficar insatisfeito, vai ficar chateado, mas não vai fazer isso, porque tem custo, leva tempo. Então, temos que construir mecanismos, primeiro, no sentido de tentar evitar ao máximo as demandas e, em havendo as demandas, de poder resolvê-las no âmbito administrativo.

Nesse sentido eu gostaria de provocar a Anac, concordando com o Idec, e a diretoria do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor sobre o que pode ser feito do ponto de vista da regulação da Anac, para garantir que esses problemas possam ser resolvidos, ou a grande maioria deles, no âmbito administrativo, sem precisar que um consumidor tenha que recorrer à Justiça.

Eu acho que esses são os questionamentos que eu gostaria de deixar.

Quero deixar claro que esta audiência pública de hoje é a primeira de uma série que nós faremos, avaliando determinadas políticas públicas do Governo, buscando trazer a contribuição do Tribunal de Contas da União, do setor produtivo, do Governo, da sociedade civil, para que possamos analisar a efetividade das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal.

Deixando esses questionamentos, passo agora a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os expositores.

Eu começo dizendo à Drª Juliana que ela, aliás, foi muito eloquente no discurso, mas não prestou atenção quando eu argumentei. Desculpe-me. Eu não me referi à América ou à Europa, absolutamente. É que a Drª Danielle faz uma comparação com a taxa mundial, Drª Juliana, e eu disse que, se nós compararmos à taxa mundial, evidentemente considerando o que está acontecendo hoje na Europa e nos Estados Unidos, evidentemente, em números de passageiros, nós vamos diminuir, mas, se comparamos especificamente com os países emergentes, talvez o gráfico não tivesse... Foi colocado também pelo Dr. Miyada que naquele número tem que ser levado em consideração que está embutido embarque, desembarque e as pessoas que vão para outros destinos. É claro que, quando você quer comparar atendimento ao consumidor, eu diria que a Europa, sem dúvida nenhuma, é uma referência melhor do que os países em desenvolvimento. Só para colocar isso.

Eu quero dizer que a Maria Elisa colocou uma coisa que eu acho fundamental. É a questão da transparência, Danielle. Se tivermos realmente um número transparente da quantidade de cancelamento de voos, de atrasos de voos, isso seria uma coisa importante. Se você considerar a quantidade realmente de passageiros e de reclamações, o percentual é mínimo, mas a Juliana foi em cima: é mínimo porque a gente fica uma hora, duas horas, e, depois de você estar lá duas, três horas, a última coisa que você quer é ir lá e fazer algum tipo de reclamação. Você não reclama, mas isso não significa que você está satisfeito. Longe disso!

Eu quero dizer que reconheço, até porque depois que se tem mais de 60 anos, que é o meu caso, já se vivenciou épocas muito mais difíceis; eu quero crer que houve um avanço, sem dúvida, evidentemente. Tem uma classe que não viajava de avião e que está viajando, e isso é importante. Houve uma inclusão. Mas nem por isso nós vamos deixar cair a qualidade de serviços prestados, e eu acho que temos que usar a audiência pública no sentido do entendimento mesmo, de conversarmos, de saber qual é a melhor forma para que a gente possa, daqui a um tempo, discutir: "Olha, caiu ainda mais a reclamação. Há um conforto cada vez maior."

Nesse ponto, quero tocar num assunto que é o seguinte: nós estamos falando de espaço na questão dos aeroportos, de obras, mas tem uma questão que saiu realmente da pauta e que me preocupa – eu ainda conversava agora há pouco – que é a questão da segurança. Nós temos que entender que vai aumentar o número de vôos, e todos estamos lembrados ainda dos operadores de voo, e que isso será um problema. Muitas vezes, a gente culpa as companhias mesmo. É verdade. O José Márcio tem até razão. Já cansei de ver isso. O avião está ali pronto para decolar, mas

não tem realmente tempo ou tem um monte de aeronaves que vão sair antes daquele voo. Tudo isso tem que ser colocado.

Essa questão da segurança me parece importante, e eu não ouvi aqui nenhum dos expositores, eu não sei a quem caberia, talvez mais à Infraero ou à própria Danielle, abordar a questão das pessoas que vão orientar os voos, que são os controladores de voo. Eu acho que esse é um problema, porque, quando falha, costuma dar realmente acidentes muito graves, e nós todos ainda estamos lembrados disso.

No mais, eu não tenho nenhuma pergunta específica, mas eu acho que a audiência é positiva e mostra preocupação.

Dr. José Márcio Monsão Mollo, eu quero dizer que eu sei que o senhor representa aqui as empresas, mas, no dia a dia, e principalmente quem é Parlamentar, quando o cara não acha ninguém para reclamar, ele reclama é para a gente mesmo. E eu quero dizer que o número de reclamações é muito grande. No meu Estado, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, nós temos poucos voos diretos, e talvez a quantidade de, a população, a demanda é pequena e a gente saia prejudicado em função de que não temos muitas rotas, não temos muitos vôos, mas são comuns os atrasos e cancelamentos.

Não iria citar, mas acho que a gente tem que citar. Recentemente, eu viria para Brasília, às 8h, cheguei ao aeroporto, e a Avianca disse que tinha sido cancelado o voo e que estava avisando desde as 17h. O meu bilhete foi tirado às 19h. Sabe, não funciona isso. "Ah, mas você tem o telefone". Claro que tenho o telefone da minha secretária. Chequei ao meu gabinete: "Alguém avisou?" Porque, é claro, se eu sou avisado que vai ser cancelado o voo do outro dia, eu venho no voo da madrugada. Essas coisas é que a gente não consegue acreditar que acontece. Quer dizer, há um prejuízo. Você não voa. Eles te acomodam num outro vôo, eu não sei como é que isso fica.

Então, é tudo isso, Sr. Presidente.

Mas eu quero saudar e parabenizar os autores do requerimento, que não foi meu. Acho que é do Sérgio Souza e do Jorge Viana. A audiência pública deu uma contribuição importante, e, só de a gente estar discutindo aqui, eu tenho certeza que, daqui para frente, essas coisas, a tendência disso é melhorar e cobrar.

Juliana, eu acho que eu fui mal compreendido. Não tive essa intenção, mas, de qualquer forma, eu só queria corrigir aquilo, porque não foi essa a argumentação que eu usei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, Senador Blairo Maggi; em seguida, Senador Sérgio Souza, autor de um dos requerimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom-dia, Sr. Presidente, senhores e senhoras convidadas para esta audiência pública!

Eu não tive a oportunidade de ouvir toda a explanação desde o início, portanto fica prejudicada aqui uma análise ou algum comentário mais completo. Mas, de onde eu acompanhei para frente, fica clara a falta de coordenação entre as empresas aéreas, os controladores, enfim, todos os que estão envolvidos nessa situação.

A Maria Elisa colocou, e o José ficou um pouco irritado na defesa das empresas, mas, na verdade, você pode ter índices baixos, estatisticamente baixos, mas, quando acontece com você, é 100%. Não tem jeito! Quando isso acontece, a falta de explicação, a falta de alguém vir a seu socorro, de uma alternativa é clara. É isso que acontece! Viajamos pelos aeroportos do Brasil. Quando acontece com você sozinho e com pouca bagagem, não é muito problemático, mas com famílias, mães com crianças de colo, crianças irritadas. É muito desagradável esse tipo de situação.

Penso que os órgãos que coordenam deveriam ter mais cuidado e cobrar de quem está operando esse serviço. Ontem mesmo, na chegada de Cuiabá para Brasília, ficamos parados, dentro do avião, por 20 minutos esperando uma posição para descer. Não consigo entender que organização é esta: se está escrito em qualquer lugar que sai um voo às 18h20 e chega aqui às 20:30, tem que ter o lugar do avião para os passageiros descerem. Essas coisas vão irritando o consumidor e os que estão nos voos.

Gostaria de dizer para o Presidente da Associação que, para corrigir os problemas, os defeitos que temos precisamos admitir que eles existem, mas, nas constatações que fiz, parece que as companhias não aceitam que há algo de errado e que isso precisa ser corrigido. Então, fica aqui a minha colocação para quem coordena isso, e tem que ter um responsável por tudo, porque, se largar todo mundo sozinho cuidando individualmente do seu, não vai dar certo, vai continuar não dando certo.

Então, gostaria de deixar esse pedido para que vocês façam essa análise. Como disse a Drª Juliana, do Ministério da Justiça, não é feio, não é ilegal, não é imoral cada um ganhar o seu dinheiro dentro do seu trabalho. É justo, correto e necessário. Agora, ganhar sem prestar serviço ou ganhar prestando um serviço ruim, e o consumidor não saber para onde recorrer na hora que as coisas acontecem, não é certo e não é justo.

Se todos nós conhecemos nossos direitos, também devemos conhecer nossos deveres, e as compa-

nhias, a Infraero e todos que trabalham nessa questão precisam compreender que eles têm um serviço a prestar e que ele deve ser de boa qualidade, porque se supõe que o preço cobrado se refere a um serviço de boa qualidade. Se o preço não estiver bom, você tem que abrir mão dele e deixar que outro o faça.

Gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar V. Exª e também o Sérgio e o Jorge, Senadores que fizeram esse pleito. Vamos ter, na semana que vem, uma reunião na Comissão de Infraestrutura que vai discutir especificamente a questão das tarifas, que foi mostrada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Me parece que é esta semana, Senador Blairo Maggi, na quinta-feira.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Quinta-feira, desculpe-me.

Eu estava conversando aqui com o Senador Jorge. Vamos apresentar um requerimento, aliás, não é um requerimento. Vamos pedir à nossa Comissão de Infraestrutura que faça um levantamento sobre os custos de combustível ao redor do mundo e as equivalências com o Brasil para que possamos conversar com o Governo e com a Petrobras para vermos se é a mais cara do mundo e por que não conseguimos reduzir um pouco essa questão.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos.

Sejam bem-vindos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. V. Exª sempre com serenidade e moderação trazendo luz ao nosso debate.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Bom-dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caros convidados, tive que me ausentar momentaneamente pois hoje recebi, na condição de Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, a Comissária do Clima da União Europeia, agora há pouco, na sala de reuniões da liderança do PMDB. São assuntos também de interesse do meio ambiente e do interesse da Nação como um todo.

Fui autor de um dos requerimentos, o outro é do Senador Rodrigo Rollemberg, para convocarmos, para convidarmos V. Exªs a estarem aqui conversando um pouco sobre a situação da aviação civil no Brasil. Também sou signatário de um projeto de lei que está na pauta de hoje da Comissão, que envolve a questão da Anac, para disciplinar o recebimento das reclamações de usuários dos serviços aéreos.

Percebo que há uma indignação geral nesse setor, e não só de nós, Senadores, Parlamentares, que talvez sejamos aqueles que mais frequentam os aeroportos, porque, semanalmente, estamos, por uma, duas vezes, nos aeroportos e nos deparamos com situações que são realmente estarrecedoras e preocupantes. Nós, como representantes das nossas unidades federativas ou dos co-irmãos, dos nossos cidadãos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, temos de ter a hombridade e a responsabilidade de saber cobrar de quem deve ser cobrado e também, é lógico, saber ouvir antes mesmo de cobrar.

Têm situações, Sr. Presidente, que me deixam extremamente frustrado no que diz respeito hoje ao serviço aéreo no Brasil. Se fizermos uma comparação, por exemplo, com aeroportos de outros países europeus ou americanos, chega a ser vergonhoso. Temos situações, por exemplo, no aeroporto de Brasília em que temos três ou quatro terminais lá no meio da pista, terminais de embarque, porque a infraestrutura não é suficiente. Isso não ocorre só em Brasília, que é o terceiro aeroporto em número de transporte de passageiros. Em Curitiba, por exemplo, já há um ou dois terminais no meio da pista para atender os passageiros. Isso vem ocorrendo há muito tempo.

Tomei o cuidado de anotar alguns dados trazidos pela Infraero, pelo Sr. Luiz Miyada. Fiz a seguinte comparação: os dados datam de 2002 até 2011, ou seja, exatos dez anos. Em dez anos crescemos três vezes o número de passageiros no Brasil, porque ele trouxe o dado de que, de 68 mil habitantes, em 2000, há onze anos, e, em 2011, 180 mil embarques e desembarques ocorreram nos aeroportos do Brasil. Veja que absurdo! E a nossa infraestrutura foi multiplicada por três? Não, nós temos a mesma infraestrutura do passado. Mas, e a qualidade dos serviços? As companhias aéreas melhoraram a qualidade? Não, também pioraram muito a qualidade da prestação dos serviços nos últimos tempos por consequência lógica dos serviços que são requeridos para o setor. A capacitação desses profissionais não consegue acompanhar a necessidade do mercado, colocando pessoas, nas pontes de embarques e desembarques, extremamente despreparadas.

Aconteceu comigo um fato, num determinado dia, no aeroporto de Brasília, aonde cheguei à ponte de embarque no horário do voo e lá não constava no terminal aquele voo em que eu iria, mas no bilhete estava escrito que o voo tal seria naquele portão de embarque. Perguntei ao funcionário da operadora, que me pediu para esperar. Esperei meia hora, retornei a ele, que me disse: espere mais um pouco. Voltei depois de meia hora, uma hora de atraso, e vi um cidadão visivelmente irritado conversando com esse operador da

companhia aérea. Ele dizia que, no avião em que ele estava vindo, que era um voo somente com escala, não era uma troca de aeronave, tinham pedido a ele que descesse e tinham mandado o avião para outra região do País. Era justamente o avião que eu ia pegar e que iria para o sul do País. De repente, não tinha mais voo, e eu ia fazer uma conexão em São Paulo para estar em Maringá e não ia dar mais tempo, pois eu tinha um compromisso, aliás, marquei para chegar com horas de antecedência. Daí – não estão aqui os Senadores de Mato Grosso – eu tive de ir para Cuiabá para, no outro dia de manhã, conseguir chegar a Maringá.

Vejam os absurdos!

Mas os problemas são as informações! A informação é dada por pessoas extremamente despreparadas, Presidente Rollemberg. Na verdade, o que a gente percebe é que há um treinamento para que essas pessoas dêem essas informações de forma vaga para não serem responsabilizados ou assumirem ainda maiores responsabilidades das companhias aéreas.

Teve outro momento: ao chegar de um outro voo a São Paulo para fazer a conexão, haviam cancelado a minha conexão. E aí vem o problema do *overbooking*, acho que foi colocado aqui, a minha assessoria ficou acompanhando a exposição de V. Sªs. O *overbooking* é um problema recente no País e é um problema gravíssimo, na medida em que as companhias aéreas vendem mais passagens para não perder o cliente e para alocar depois, eventualmente, aquele que venha a faltar, mas alocá-lo em outras aeronaves. Então, tem esse problema. Você chega, às vezes, para fazer a conexão e não tem mais como embarcar por que você chegou em cima da hora por conta de um voo que atrasou aqui 40 minutos, uma hora, uma hora e meia. E é corriqueiro você ficar uma hora dentro de uma aeronave esperando a decolagem. Aqui em Brasília, então, é uma tragédia isso.

E tem outras situações, como essa questão da qualidade do serviço. Aí talvez, eu não sei se a Infraero, ou se através da Secretaria, ou da Anac, mas, por exemplo, o descaso que se tem para com os passageiros. As filas são enormes? São. Recentemente, chegando de um voo internacional, junto comigo um filho, uma criança, Senador Eduardo Braga, e havia uma outra família, estávamos viajando juntos, com um bebe de colo, e fomos para a fila preferencial por conta... Já havíamos atravessado uma noite no avião, que é um descaso – as poltronas e o espaçamento para quem viaja de classe econômica no Brasil e para o mundo é um absurdo aquilo –, mas, tudo bem. Extremamente cansados, fomos para a fila mais rápida, que seria a preferencial, e que nos permitiria... Depois de quase uma hora nessa fila preferencial – e a fila normal teria andado muito mais rápido –, chega um cidadão para despachar um cachorro. Ele teve a preferência em detrimento de todos aqueles que estavam na fila por mais de uma hora. E a companhia aérea, o responsável por aquele setor, disse que realmente o cachorro tinha preferência. Na fila havia cidadãos de cadeira de roda, de muleta, idosos, e o cachorro tinha preferência. E aí virou uma situação constrangedora. Quase que alguns cidadãos chegaram às vias de fato.

Mas o grande problema é que os brasileiros acham que tudo se resolve com uma simples reclamação momentânea. E aí, os meios para as reclamações, você tem de procurar lá no próprio aeroporto o departamento competente para as reclamações, agora mesmo temos até um juizado especial. Mas você não sabe nem onde está isso. Você está atrasado, você está correndo, você está pensando no seu problema lá na frente que será causado pelo atraso do seu voo, e você acaba não indo atrás disso. Hoje em dia há a Internet. A Internet é a maneira mais rápida e eficiente de você fazer as suas reclamações e acompanhá-las, porque enquanto você está lá embarcando ou esperando a decolagem você pode muito bem fazer essa reclamação.

É por isso, então, o produto do meu projeto de lei que vai ser votado hoje aqui nesta Comissão.

Temos também uma questão, talvez não sei se aqui é o momento de a debatermos, mas acho que nós temos de começar a discutir, Senador Jorge Viana, que é a abertura do mercado brasileiro, porque há certa reserva de mercado para as companhias nacionais. Os dados trazidos pela Infraero mostram que, nos últimos 10 anos, cresceu três vezes o número de passageiros no Brasil. Eu acho que merece uma rediscussão esse tema da abertura do mercado brasileiro para as empresas internacionais, para oferecer um serviço de melhor qualidade.

Tem uma determinada companhia aérea que, por uma situação inusitada, tive que tomar o voo dela, mas, sinceramente, a poltrona bate no meio das costas, e tive que colocar as pernas para fora, no corredor, porque não cabiam no espaçamento entre as poltronas. Indaguei à comissária de bordo e ela disse que, se a Agência autoriza, eles fazem nos limites da autorização da Agência. Esse é um descaso com relação ao cidadão, e não estou dizendo de mim propriamente dito, mas, para algumas pessoas que no dia-a-dia utilizam esse transporte aéreo, o sofrimento é muito grande. Acho que, se pensarmos numa maior concorrência, talvez a solução seja a concessão de aeroportos e de novas linhas e a abertura do mercado para o mercado internacional.

Tenho mais uma questão que foi trazida ao Senado recentemente pelo Senador Jorge Viana, que vai colocar com mais propriedade na sequência. Gostaria de entender um pouco o porquê dessa diferença de tarifas para quando você compra um bilhete com 30 a 60 dias e quando você compra nas proximidades do embarque. Alguém paga a diferença de quem pagou menos? Como funciona isso? Não sei bem quem poderia responder, mas gostaria de entender isso, porque há absurdos, e temos a obrigação e função de ouvir V. Exª.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria só de frisar que, no Brasil, temos três ou quatro grandes aeroportos, que são chamados de aeroportos principais, e necessariamente os voos vão para lá, onde fazem as conexões e acabam indo para o restante das regiões do País. O Brasil não tem mais condições de ter mais linhas diretas? Vemos como algo muito mais palpável essa situação. Pergunto se alguém poderia ver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

Vou adotar a sistemática de ouvir todos os Srs. Senadores e depois passar a palavra a todos os nossos convidados, pela mesma ordem anterior, para que façam suas observações, comentários e respostas.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de cumprimentar a todos e a todas e também ao Senador Sérgio Souza.

Senador Rodrigo Rollemberg, associei-me a essa iniciativa de fazermos essa audiência pública. Temos aqui a oportunidade de ouvir os representantes que atuam no setor público ou privado, também institucionalmente, na área da aviação civil no Brasil.

Peço desculpas pela minha ausência, mas tive que, atendendo a uma solicitação do Prefeito Angelim, ir à Defesa Civil Nacional fazer a entrega do decreto de calamidade pública, porque, em Rio Branco, capital do Acre, foi decretada calamidade pública pelo Prefeito. Temos hoje mais de 100 mil pessoas desabrigadas, desalojadas, mais de um terço da cidade atingida, além dos municípios de Brasileia e outros. O Governador Tião Viana, a Presidente Dilma e os Prefeitos estão fazendo o possível. A sociedade está ajudando muito, mas é um momento de muito sofrimento da população.

Queria dizer aqui também na Comissão, informando à Comissão de que sou membro, dessa situação que estamos enfrentando e que é o maior desastre natural da história do Acre. Eu, o Senador Aníbal e os demais Parlamentares estamos envolvidos na busca de colaborarmos para que esse momento de dificuldade passe o quanto antes.

É exatamente nesse Estado, o Acre, que talvez possamos identificar mais fortemente, pela localização geográfica, pela história que tem de expressar esse momento de crescimento econômico, de melhora na renda dos brasileiros, a dificuldade que a gente passa com a aviação civil hoje. No aeroporto de Rio Branco chove dentro, e ele foi feito há menos de vinte anos. A pista, além de estar transversal ao sentido normal do vento, é uma pista mais curta do que a antiga que tínhamos, a velha, mais curta. Questionaram e suspenderam o *status* de aeroporto internacional. A qualidade do piso...

É uma eterna reforma o que estamos vivendo, e o serviço prestado pelas companhias aéreas, eu entendo em parte, e acho que o Brasil deveria, os órgãos responsáveis, dar um tratamento diferenciado, porque é muito diferente. Faço um paralelo com concessão de rodovia. Vá fazer a concessão da Via Dutra e vá fazer a concessão da rodovia 364, de Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco. É óbvio que vai ter um mundo de gente querendo entrar na concessão da Dutra e poucas empresas querendo discutir a concessão da 364, Cuiabá/Porto Velho e Porto Velho/Rio Branco. Aí está a necessidade da ação do Estado brasileiro, dos órgãos reguladores. É uma necessidade!

Por isso que viação aérea regional funciona já no sul do País, tem melhorado bastante, e, na Amazônia, não funciona. Quem banca o custo? Alguns dizem que só funciona se o avião for muito velho e se o serviço for muito precário. Aí talvez funcione, Senador Eduardo. Ou tem uma ação do Estado naquela região, fazendo uma mediação, e aí me desculpe, é um termo que não gosto de usar, mas vale para a compra de carne, gente. Quem quer comer filé tem de comprar um pouco de carne de osso, tem de dividir um pouco as coisas. Isso funciona em vários setores de empresas que fazem uma mediação.

Falo isso porque são distâncias longas, situações de acolhimento em terra também com precariedade, o que vale para Manaus, mas menos, mas vale para Roraima esse problema sério, o Amapá vive esse problema sério, Rondônia um pouco menos pela localização, mas o Acre é clássico. Peguei o preço de passagem hoje, Senhores. Para ir a Rio Branco tem uma passagem de ida ao custo de R$ 3.000,00. É a única oferta! A GOL tirou o voo e a oferta é da TAM. Só sobrou o valor de R$ 3.000,00 a ida. Sobram uns mil reais de uma ida e volta à Europa também hoje, você escolhe a companhia em que quer ir. Isso não pode estar acontecendo no nosso País.

A conquista de ganho, de renda, é uma conquista maravilhosa, os brasileiros alcançaram, graças ao empenho do presidente Lula. Começou lá no governo do presidente Fernando Henrique com a estabilização da nossa moeda, uma moeda nova, o governo do presidente Lula fez uma política de geração de emprego, de melhoria de renda, e agora as pessoas não podem viajar.

Agora, voltando do recesso, tinha um compromisso no Acre muito importante. Pedi uma passagem – nós usamos dinheiro público no nosso transporte – e me pediram R$ 6.700,00 uma ida e volta a Rio Branco. Claro que perdi o compromisso que eu tinha porque não tenho coragem de usar dinheiro público pagando um valor desses. Mandei uma carta para o presidente da GOL e uma carta para o presidente da TAM, estão aqui, vou distribuir uma cópia de cada carta dessas, porque acho que é importante que os Senhores tomem conhecimento. Aqui está a resposta do presidente da TAM. O presidente da GOL me ligou dizendo que está estudando a possibilidade de voltar o voo para capital, uma das capitais do voo. Tiraram o voo. O argumento de ambos é a situação econômica.

Tenho aqui dados da Infraero. No transporte de passageiros no Brasil, em 2009, temos 57 milhões de passageiros transportados, mercado interno; em 2010, 69 milhões de passageiros, 12 milhões de passageiros a mais; em 2011, 80 milhões de passageiros. Voo internacional: 6,5 milhões, em 2009; 7,5 milhões, em 2010; e 9 milhões, em 2011. O crescimento do mercado interno é inclusive maior, percentualmente. É um dos mercados que mais cresce no mundo. É o mercado mais atrativo do mundo. E nós estamos pagando a tarifa mais cara do mundo. Essa equação não fecha. E tendo um dos piores serviços do mundo.

Não estou me referindo às próprias companhias, não estou falando de avião. Acho que, na parte de segurança, para os órgãos que cuidam, acho até que tem que se fazer uma ressalva. Eu sei também que está se mudando a escala de voos. O voo da GOL era com bate e volta daqui a Rio Branco: sai daqui às 11 horas da noite, e a tripulação tem que chegar antes, três horas e meia de voo, fica no aeroporto e volta, com a mesma tripulação, para chegar às 7 horas da manhã. É claro que esse retorno, o comandante, se tiver uma emergência, o seu reflexo certamente não estará mais adequado para uma responsabilidade.

Na Amazônia, que chove muito, tem muitos problemas e sempre tem que alternar. Há voos que saem daqui, não conseguem descer em Rio Branco e alternam com Porto Velho. O tempo está fechado e vai para Manaus, que é o único aeroporto que tem ILS em um padrão que pode acolher mesmo com tempo fechado.

Estou falando isso porque, nós, do Senado, uma de nossas prerrogativas é fiscalizar. Esta é a Comissão de Fiscalização e Controle. Fico muito agradecido com as informações que me enriqueceram. Pedi já cópia. São informações importantes. Agora, gente, quando é que nós vamos mudar a realidade do transporte aéreo no Brasil? Eu acho que o Governo deu um grande passo agora fazendo as primeiras concessões. Quando é que nós vamos mexer um pouco naquilo que o Senador Sérgio Souza falou, nos assentos? Está-se vendendo assento conforto, os assentos que os maiores ficavam, que era a saída de emergência. Esse agora é vendido também.

Eu viajei, indo para Jerusalém, em um voo da El Al, e foi a primeira vez que vi uma coisa bastante inteligente. Você vai ao aeroporto e compra a sua passagem. Depois, dentro do avião, eles vendem os assentos vazios, ou, na hora de entrar. Você pode comprar uma classe executiva sem os serviços. Está-se dando um conforto melhor para o passageiro. Ele pode sair de uma cadeira e ir para outra com serviço da econômica, e era muito barata a venda. Também, dentro do avião, há assentos que estavam vazios, não tinham sido comprados, e faziam.

Agora, aqui, no Brasil, temos um problema: nos aviões não cabem os brasileiros. É um aperto danado. Não importa a distância. Além disso, o custo das tarifas, gente, é proibitivo. Essa passagem de ida e volta a Rio Branco dá para ir a China, a Beijing, a Tóquio, ida e volta, a qualquer tempo. Você escolhe a companhia.

Eu gostaria muito de fazer o apelo para que os órgãos representados aqui analisassem. Eu estou mandando a carta. Uma cópia das duas cartas eu vou entregar daqui a pouco. Faço isso em nome de toda a bancada do Acre. Meus colegas, o Senador Aníbal e outros, têm colocado esse assunto. Mas temos que encontrar uma solução de melhora nesse serviço.

O melhor aeroporto da América Latina é o de Lima, gente. Eu conheço o aeroporto de Lima. Fui lá dezenas de vezes. Somos vizinhos. É um aeroporto muito modesto – a pista modesta, os aviões são modestos, as companhias também –, mas é um aeroporto que funciona, que respeita os passageiros. E nós podemos, nós podemos e vamos alcançar isso. Mas antes disso, queria me somar.

O presidente do Sindicato que representa as companhias colocou um dado muito importante: o combustível mais caro do mundo é o do Brasil, de aviação. Representa 32% do preço da passagem. Está aqui o Senado para ajudar. Não tem cabimento. Por que isso? Somos autossuficientes em petróleo, estamos ampliando, temos o pré-sal, e temos o combustível mais caro do mundo? Também essa equação não fecha.

Eu recebi o presidente da GOL, logo no começo do ano passado, e o presidente da TAM, no meu gabinete. Estou solidário com essas companhias. Sou defensor de que o Brasil tenha uma bandeira forte no mundo. Essa discussão do céu aberto tem que ser feita com muito cuidado. Sou defensor de que tenhamos uma bandeira forte. É um mercado competitivo. O Brasil precisa estar muito presente. Precisamos crescer o mercado regional. Agora não dá para ser dessa maneira.

Quando é que o brasileiro vai ter uma passagem menor? Quando não tiver mais mercado? Quando não tiver mais gente com dinheiro no bolso? Agora tem uma oferta e grande procura de passageiros.

Queria encerrar colocando um ponto que talvez seja uma novidade, fruto desta minha busca de tentar entender por que o custo da passagem é tão caro para o Norte e Nordeste do Brasil.

Senadores colegas que estão aqui, ouvi de um responsável pelo setor de planejamento de uma grande empresa nacional – e vou-me restringir a não citar o nome nem da companhia, porque não estou autorizado por ele –, e ele meu deu os dados oficiais, que parte do problema do alto custo dos nossos voos, Senadores Eduardo Braga, Flexa, Aníbal, Sérgio de Souza, diz respeito à milhagem, à política de milhagem. Estudei o assunto e aprofundei mais. Tem algum sentido. As passagens estão caras para o Norte e Nordeste. São voos longos e com passagem cara. E o brasileiro está dando o famoso jeitinho. O Sul e o Sudeste do Brasil estão financiando com milhas os assentos nos nossos voos. Há voos de Rio Branco para cá, segundo essa fonte, que passam de 50% dos assentos com milhagem, chegando a 70%. Agora quem criou esse problema não foram os usuários, mas as companhias. Nos voos internacionais – parece-me –, há um limite de 30% de assentos para quem está usando milhas.

A milhagem é legal? Esse é um ponto. Eu acho que o é, porque as milhas são da pessoa. Ela pode doar aquela passagem para um terceiro, e o pessoal fez um comércio na internet hoje. O que está acontecendo? As empresas cobram caro no voo, o brasileiro entra na internet e tem uma oferta barata de milhas para fazer o mesmo voo. E o brasileiro está fazendo uma escolha simples: R$3 mil daqui para Rio Branco, mas na internet compra, dois, três dias antes, a passagem por R$600, R$500, por milhagem. Um problema está aumentando o outro. Está se aumentando o número de pessoas viajando de milhas para fugir do preço alto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas, Senador Jorge Viana, permita-me uma comentário?

Na verdade, com as milhagens, as companhias aéreas já receberam por aquele assento, porque é uma forma de venda antecipada, porque está agregado ao valor da passagem o valor da milhagem no futuro. Por exemplo, acho que cada trecho dá um mil pontos e cada 10 mil pontos, 20 mil pontos dá direito a um trecho que já está dentro do valor da passagem. Quando envolve cartões de crédito e assim por diante, as bandeiras pagam para as companhias aéreas o valor do assento. Então, a companhia aérea já recebeu por isso.

O SR. JORGE VIANA – Eu incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, vou concluir. Peço desculpas.

Vou passar a cópia das duas cartas. Vejam só: nós estamos diante de um problema que sobra de novo para o consumidor. Então, isso é um problema de regulação, isso é um problema de transparência. As companhias fazem propaganda diariamente segundo a qual, com milhas, você viaja para onde você quer, e as pessoas estão comercializando, e o serviço está caindo de qualidade, e a situação está-se agravando.

Então, eu cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg por esta audiência. Com uma audiência como esta, nós, Senadores, estamos atendendo a agenda do povo brasileiro. Poucas coisas são mais importantes na agenda do brasileiro – e hoje está aqui o representante da Defesa do Consumidor – do que tratar de transporte aéreo. Transporte aéreo no Brasil não é luxo. É serviço de primeira necessidade, especialmente para quem vive no Norte e no nordeste do País.

Muito obrigado.

Eu vou passar uma cópia da carta para cada um dos senhores. Espero ter um posicionamento o mais rápido possível por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Estão inscritos os Senadores Eduardo Braga e Flexa Ribeiro. Eu só vou pedir, como nós temos sete convidados, que depois vão ter que responder as perguntas e fazer considerações, para que, na medida do possível, sejam bastante objetivos, pois temos ainda uma reunião deliberativa com extensa pauta após esta audiência pública.

Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Presidente, em primeiro lugar, peço desculpas aos senhores e às senhoras que estão participando desta audiência pública. No Senado, temos várias Comissões funcionando concomitantemente. Era o primeiro inscrito, mas tive que me ausentar, porque era relator na Comissão de Assuntos Econômicos de um importante empréstimo para a cidade do Rio de Janeiro. Ademais, havia, na própria CAE, um importante empréstimo para a cidade de Manaus, para o Estado do Amazonas, um programa que diz respeito

à questão ambiental e recuperação dos igarapés na cidade de Manaus, o Prosamim. Tive que participar desse importante momento.

Sr. Presidente, antes de entrar propriamente no tema, eu queria, aqui, em nome do povo do Amazonas, prestar nossa solidariedade ao povo do Acre, pelo que está passando diante dessa grande catástrofe, em função da maior enchente que a cidade de Rio Branco já enfrentou e de que se tem conhecimento.

Ao mesmo tempo, queremos dizer que os rios da Amazônia são intercomunicantes, são vasos comunicantes. O que está acontecendo hoje em Rio Branco acontecerá, logo mais, em inúmeras cidades do Amazonas. Neste momento, em quatorze cidades no Estado do Amazonas, foi decretado estado de calamidade. Boca do Acre, cidade que fica na embocadura do rio Acre com o rio Purus, já está com sua parte baixa totalmente alagada. Entre a calha do rio Purus e a calha do rio Juruá, no Estado do Amazonas, já há nada mais nada menos do que 11 mil famílias desalojadas.

Portanto, eu queria prestar nossa solidariedade ao povo do Acre e dizer que o Amazonas já está sofrendo com as intempéries dessa enchente tanto na calha do rio Purus quanto na calha do rio Juruá. Peço a Deus que essa catástrofe não se estenda a outras cidades. Mas, lamentavelmente, tudo indica que isso acontecerá, primeiro, no Acre, depois no Amazonas e, consequentemente, no Pará, porque é assim o fluxo das águas na Amazônia, o qual começa nos altos rios e desemboca no Estado do Pará, na confluência com o oceano Atlântico.

O segundo registro que quero fazer, Sr. Presidente, diz respeito, sim, a esta audiência pública.

Sr. Presidente, veja a que estado chegamos na aviação civil no País! Ainda há pouco, o Senador Jorge Viana dizia, com absoluta prioridade, a questão da aviação civil na Amazônia, falava da situação de Rio Branco e da situação do Acre. Ouvimos depoimentos de outros Senadores.

Perdoe-me o Sr. José Márcio Mollo. Ouvi V. Sª respondendo à Srª Maria Elisa, que conheci aqui hoje – eu não a conhecia. Até fiz um registro ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que estava ao meu lado, dizendo o seguinte: é impressionante como parece que vivemos em mundos diferentes, nós, usuários, e os senhores que representam as empresas de transporte da aviação civil neste País. É impressionante!

Primeiro, quero dizer que o Amazonas registrou dois acidentes em uma semana, Sr. Presidente, com perdas de vidas humanas, em função, lamentavelmente, da falta de qualidade e de controle na aviação civil regional, sem falar de outras questões.

Houve a queda de um avião que saía da cidade de Eirunepé, passava por Envira, com destino a Feijó, no Estado do Acre. Nesse acidente, não morreu ninguém, porque, graças a Deus, esse avião caiu numa região povoada, e as pessoas correram para socorrer e tiraram as pessoas de dentro do avião, e, cinco minutos depois, o avião explodiu. Portanto, as pessoas não morreram por muito pouco.

Mas, lamentavelmente, hoje, pela manhã, bem cedo, um avião Caravan sofreu um acidente na cidade de Manaus, e não houve a mesma felicidade do acidente que citei anteriormente, pois o piloto morreu. Só não morreram os outros passageiros, porque o avião abasteceu no Aeroporto Internacional e voou para o Aeroclube, que funciona como aeroporto regional, absolutamente improvisado, sem qualquer condição de segurança. Todos os anos, há acidentes com perda de vidas, e, lamentavelmente, hoje, no dia da audiência pública, pela manhã, bem cedo, a cidade de Manaus amanheceu consternada com a perda da vida de Antônio José de Almeida Maia, piloto do Caravan, que é um avião dito, entre aspas, seguro. Lamentavelmente, ele veio a perder sua vida, e foram causados todos esses transtornos para a sua família e para todos nós.

Sr. Presidente, feitos os registros, eu queria fazer aqui algumas colocações que dizem respeito à Secretaria de Aviação Civil e que dizem respeito, obviamente, à Infraero e às companhias aéreas quanto à aviação civil de um modo geral e também à aviação civil regional.

Com relação à questão da Infraero, é impressionante. O Brasil, efetivamente, teve um ganho explosivo de passageiros, o que não é um problema ruim, é um bom problema. Esse é um bom problema que precisa ter uma boa solução. O Brasil, lamentavelmente, vem repetidamente fazendo improvisações com relação a isso. Diferentemente do que disse o representante das companhias aéreas, os aeroportos em outros países – ele citou os Estados Unidos – nós não temos nos Estados Unidos o desconforto que temos para fazer embarques em aeroportos que têm até mais movimento do que aeroportos do Brasil como nós temos no Brasil. Nós não temos, muitas vezes, as circunstâncias que nós somos obrigados a viver nos nossos aeroportos. Isso diz respeito, obviamente, à questão da Infraero e diz respeito à questão da nova Secretaria de Aviação Civil. Eu acho que esse ensaio que está havendo com a privatização da concessão de alguns aeroportos nos vai permitir debater com mais clareza soluções mais rápidas sobre essa questão. No entanto, os pequenos aeroportos, os aeródromos de um Brasil que existe, que precisa de aviação, que precisa de mobilidade, num país de dimensão continental isso tem impactos entre você salvar uma vida ou perder uma vida. Na Amazônia

e no Amazonas, principalmente, que é o maior Estado em área geográfica do País, essa é uma realidade.

O Senador Jorge Viana ainda há pouco colocava a questão tarifária para a cidade de Rio Branco. Sr. Presidente, nós não temos um problema como este na cidade de Manaus, mas quando analisamos os problemas que temos de passagens na aviação regional, quando nós analisamos as dificuldades na aviação regional, Sr. Presidente, é impressionante. Uma viagem Manaus/Eirunepé/ Manaus – citando Eirunepé e tendo em vista que aconteceu esse acidente – muitas vezes custa o dobro do que uma viagem Manaus/Miami/Manaus, muitas vezes custa o triplo de uma viagem Manaus/São Paulo/Manaus.

Portanto, a aviação regional no Estado do Amazonas está com problemas, no que diz respeito à Secretaria de Aviação Civil, de desoneração das tarifas para que o usuário possa ter uma tarifa correspondente à necessidade do voo, de uma política de aviação civil que seja competente com a necessidade que nós temos. Há um anteprojeto, quando estávamos no Governo eu, Jorge Viana, Blairo, etc. no fórum da Amazônia, juntamente com o Governo Federal discutimos, chegamos muito perto de termos uma nova legislação sobre a matéria com benefício cruzado, com subsídio cruzado, com desoneração, porque, diferentemente do que foi dito aqui, existem Estados que desoneraram de ICMS o combustível da aviação e isso não representou... Eu queria pedir aqui ao companheiro do Estado do Pará, com todo respeito, carinho e admiração, isso é tão importante para nós e eu tenho certeza de que é importante também para o Pará, que é o segundo maior Estado do Brasil em área e território. É o segundo, gostaria de ser o primeiro, mas é o segundo, só perde para o Amazonas. Que ele, por favor, preste um pouquinho de atenção nesta colocação, porque acho que é importante.

Vejam, como eu dizia, Sr. Presidente, senhores participantes desta audiência pública, nós temos questões claras. Alguns Estados desoneraram de ICMS o combustível aéreo, mas isso não representou o barateamento da passagem, porque não é só esse componente, existem outros componentes que se somam a isso. Só que já estamos há dez anos praticamente debatendo isso com o Governo Federal, e absolutamente nada, Sr. Presidente, foi feito. Pessoas continuam morrendo por acidente aéreo na Amazônia, pessoas continuam morrendo por falta de acesso à aviação aérea regional, e os aeródromos da Amazônia estão andando para trás; em função de falta de investimento, eles estão fechando porque a segurança da aviação civil está cada vez mais dramática na Amazônia brasileira.

O Município de Parintins, o segundo Município do Estado do Amazonas, está com o aeroporto interditado durante o dia pela Justiça Federal em função de problemas com urubus, etc, que colocam em risco a segurança da aviação civil naquela região.

Eu quero aqui dizer ao representante da SAC que amanhã haverá a instalação, Sr. Presidente, de uma subcomissão na Comissão de Infraestrutura exatamente para tratar de aviação regional, e eu serei o relator desta Comissão. Portanto, estou aqui antecipando um pouco a nossa visão com relação a essa questão.

No mais, é subscrever e corroborar integralmente o que já foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam. Pode até haver onde reclamar, só que é muito pouco visível e perceptível; pode até haver na lei, no papel, uma série de direitos ao consumidor, mas o consumidor, via de regra, não consegue fazer com que esses direitos que estão na lei, no papel, sejam aplicados.

Vou citar um exemplo que aconteceu comigo. Eu cheguei, para vir para Brasília, do Rio de Janeiro para Brasília, num voo da GOL, no Galeão, e simplesmente o voo foi cancelado poucos minutos antes de nós termos a oportunidade de chegar ao aeroporto. Ao chegarmos ao aeroporto, o voo estava cancelado, e a informação que me foi dada foi a seguinte: "Se o senhor quiser, o senhor vai para o Santos Dumont, porque, de lá do Santo Dumont, nós conseguimos fazer o seu embarque para Brasília às catorze e tanto." E nós tínhamos aqui um compromisso inadiável às 13 horas. Eu tive de trocar de companhia e me deslocar para o Santos Dumont, às minhas expensas, para poder chegar aqui a tempo.

E isso não acontece uma vez aqui e outra acolá. Isso é uma constância, e as companhias aéreas, lamentavelmente, por monopólio, por falta de concorrência e por falta de fiscalização, usam e abusam daqueles que precisam exclusivamente da aviação. O povo do Acre, o povo do Amazonas, o povo de Roraima não têm alternativa, para ter acesso, que não seja pela aviação. Não existe alternativa, e nós, lamentavelmente, vivemos uma verdadeira ditadura no que diz respeito às companhias aéreas, especialmente as companhias aéreas regionais. Isso precisa acabar.

Com relação à questão dos aeródromos, é preciso que a Infraero entenda a necessidade que a Amazônia possui de ter alternativa.

Encerrando, Sr. Presidente, sem querer abusar da gentileza de V. Exª, quero dizer o seguinte: V. Exª ouviu, ainda há pouco, o Senador Jorge Viana dizer que, para alternar Rio Branco, ele tem que alterar Manaus, só que, de Manaus a Rio Branco, são quase duas horas de voo. Se nós chegarmos em voo noturno na

Amazônia, nós teremos, indo para Manaus, de alternar ou para Manaus, em Boa Vista, com uma hora de voo, ou para Santarém, no Estado do Pará. *(Pausa.)*

Não. Minha terra natal é Belém, e a minha terra de coração é o Amazonas.

Pois bem, ou você tem de alternar para o Estado do Pará, porque não há no Amazonas, um Estado de um milhão e meio de quilômetros quadrados, uma pista alternativa para que a gente possa pousar em segurança. E, quando se pensa em uma pista alternativa, é em permuta com a Aeronáutica, por causa de um terreno lá no Sul do País, para fazer investimentos no Aeroporto de Ponta Pelada, que, quando eu nasci, era um aeroporto civil e, hoje, é o Aeroporto da Base Aérea na cidade de Manaus. E aí, Senador, quando fecha o Aeroporto Eduardo Gomes, o Aeroporto Ponta Pelada obviamente fecha, porque a distância entre os dois não chega a oito quilômetros em linha reta.

Então, há algo de errado e de estranho nessa política da aviação civil e no plano estratégico. É preciso obviamente se discutir essa matéria e se entender por que a Secretaria de Aviação Civil, a Infraero, as companhias aéreas, e os órgãos de controle e comando não conseguem garantir o direito do consumidor e o acesso desses brasileiros à aviação civil.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu só gostaria de pedir desculpas ao Senador Eduardo Braga, porque no momento do raciocínio dele, eu tive que pedir uma informação aqui e, se porventura eu prejudiquei o raciocínio dele, eu peço desculpas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro, obrigado.

Depois de ouvir o Senador Eduardo Braga, eu passo ao Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Eduardo Braga lidera o Estado de maior extensão territorial e nasceu no segundo em extensão territorial. Então, eu passo ao Senador Flexa Ribeiro, que representa tão bem o segundo Estado em extensão territorial do Brasil, que é o Pará, que cuida do nosso rio Amazonas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o Senador Eduardo Braga lidera a Amazônia por inteiro.

Eu quero parabenizar os Senadores Rollemberg e Sérgio pela audiência de hoje. Acho que eles foram bastante competentes ao escolherem os convidados. Trouxeram a Infraero, o secretário de política regulatória da Secretaria de Aviação Civil, a Anac, as empresas, o Ministério da Justiça, o Tribunal de Contas da União, o Idec. Acho que vamos sair daqui com uma audiência bastante produtiva.

Eu vou citar quatro pontos básicos que já foram, inclusive, abordados pelos Senadores que me antecederam.

Primeiro, a questão da segurança, porque ela é importante em qualquer ponto do mundo, no Brasil, mas é importante na nossa Amazônia, Senador Jorge, Senador Eduardo Braga.

O Senador, hoje, lamentou um acidente de um bimotor, um Caravan, lá em Manaus, com uma morte. Nos últimos 20 dias, foram cinco acidentes na Amazônia, que eu tenho registrado aqui. Inclusive, Senador Eduardo Braga, no último sábado, houve um acidente aéreo no Pará, no Município do Acará, em que perdemos um Deputado Estadual, um jovem Deputado de 39 anos, o Deputado Alessandro Novelino. Ele perdeu a vida num Sêneca, em que viajava com o piloto e um assessor.

Essa questão da segurança na Amazônia é muito séria. Acho que nessa subcomissão da qual também faço parte como membro, lá na Comissão de Infraestrutura, vamos poder discutir a questão da segurança. Viajar na Amazônia é realmente algo de risco elevado. Nós, por força da nossa atuação política, estamos viajando constantemente em aviões de pequeno porte em condições meteorológicas de risco e aí eu queria que os nossos convidados pudessem falar sobre a questão da fiscalização, da segurança. A mim parece que essa questão não está sendo eficiente.

Eu tenho aqui – e vou fazer um pronunciamento hoje à tarde no plenário – uma entrevista a que fiz referência em março de 2011, à época em que a Anac ameaçou fechar os escritórios...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Regionais, ela fechou!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E eu fiz, naquela altura, um pronunciamento dizendo que não era possível fechar os escritórios. A reclamação ia ser virtual, iria pela Internet, que era uma questão de economia, que não havia funcionários suficientes para que estivessem nos aeroportos. Então, o passageiro iria fazer uma reclamação pela Internet. Se presencialmente já não funcionava, imagina pela Internet como ia funcionar!

Lembro que era presidente, hoje é diretor de aeronavegabilidade, o Sr. Claudio Passos Simões, quando fez algumas considerações. Naquela ocasião, disse ele, o Dr. Claudio Passos, que a partir do fechamento dos escritórios, a fiscalização e o atendimento fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília – sempre esse, quer dizer,

nós temos o Brasil esquecido e o Brasil que merece a atenção de todos –, serão feitos pela Internet e pelo telefone, através do Fale com a Anac, portanto, atendimento virtual. O Dr. Claudio Passos fez uma referência à falta de pessoas no quadro da Anac, às dificuldades orçamentárias, uma vez que 80% das taxas pagas nos aeroportos brasileiros vão para o Tesouro Nacional e a Anac fica sem recursos para cumprir com as obrigações de fiscalização da aviação civil em nosso País.

Aí quero perguntar à representante da Anac... Isto acontece com a Anatel e com outras agências: o Governo utiliza o pagamento dessas taxas, Presidente Jorge Viana, que são cobradas do usuário, porque estão nas tarifas, ele usa esses recursos para fazer superávit primário, para pagar os juros da dívida e não repassa para as agências reguladoras, e as agências reguladoras deixam de ter os recursos para fazer o serviço que deveriam fazer, como é o caso da fiscalização. Ora, se não faz a fiscalização para o atendimento ao usuário, não faz também na questão da segurança. Aí eu pergunto como é que hoje está funcionando essa questão? A primeira pergunta é essa.

A segunda: todas as vezes que embarco em determinada companhia, vejo que há cobrança de um tal assento conforto. Quero perguntar o seguinte: isso é correto? Pode até ser legal, mas é imoral. Porque, se existe assento conforto, se você paga para ter assento conforto, deveria receber um desconto para o assento desconforto. Porque se há o assento conforto, tem que haver o assento desconforto.

Ainda há pouco, o Senador Sérgio disse aqui que viajou por uma companhia em que a poltrona batia nas suas costas – ele tem uma estatura elevada – e as pernas ficavam para o lado; ele não coube na poltrona.

Eu lembro que o Ministro Nelson Jobim, que era Ministro da Defesa, esteve numa audiência aqui e disse que ia resolver o problema do espaço entre poltronas – está aqui.

Não posso fazer propaganda, mas eu peguei isso aqui num avião, de todos aqueles que tinham pagado assento conforto, para trazer para o Senador Rollemberg, na Comissão de Fiscalização e Controle. Se pagamos o assento conforto, temos de ter desconto no assento desconforto, para todos os consumidores brasileiros. O Ministro Nelson Jobim disse que ia resolver o problema da distância entre as poltronas porque ele não cabia nesse espaço, em função da estatura dele; ele não tinha como ficar entre os assentos. Mas eu gostaria de saber se pode ser cobrado o assento conforto, se pode ser dado desconto para os assentos desconforto, até porque, na fileira da porta de emergência, você também paga para sentar, porque a distância ali é maior, mas, quando chega o momento de decolar, o cara vai lhe ensinar como é que se usa. E você diz: "Estou sentado aqui – você paga – e ainda vou ter que trabalhar se houver emergência? Quanto você vai me dar de desconto, se precisar trabalhar na emergência?"

Aviação regional. Acho que foi o Senador Jorge Viana que tratou da questão. É seriíssimo isso, principalmente em relação à região amazônica. Para você ir de Belém a Redenção, no sul do Pará, o preço da passagem é mais caro do que se você sair de São Paulo, do Rio ou de Belém para ir a um país da Europa. É impossível isso. É impossível!

Então, tem de haver algo, uma ação, no sentido de se investir na aviação regional, porque é preciso que haja maior concorrência. Alguma coisa precisa ser feita em nível de ação de Estado, para que incentive a aviação regional, principalmente, como bem disse o Senador Jorge Viana, porque essas regiões são menos desenvolvidas, e a aviação é importante, como na Amazônia. As distâncias são enormes. Tem-se que usar o avião como meio de transporte.

Quero me dirigir à Drª Danielle, da Anac.

No Município de Altamira, no Estado do Pará, está havendo um investimento agora, neste momento, para a hidrelétrica de Belo Monte. Nós temos lá um aeroporto, e outras companhias precisam ser autorizadas a terem também direito de usar a linha aérea para lá. Houve aumento enorme de demanda em função da construção da barragem, e não há passagem. As passagens subiram de preço. Outras companhias querem entrar e não são autorizadas pela Anac a fazer voos para Altamira. Isso está trazendo um problema muito sério em função da demanda, que cresceu demais por causa da construção de Belo Monte. Então, eu gostaria que a Anac pudesse, depois, verificar de que forma autorizar isso aí.

Por último, a questão dos juizados. Acho que o Dr. José Márcio fez referência; os juizados que ficam nos aeroportos para receber as reclamações. Só que tenho a informação de que as empresas não encaminham o funcionário para acompanhar a reclamação do usuário. Refiro-me à estatística a que o senhor fez referência, no sentido de que são baixas, em função dos atendimentos.

Então, é necessário, Senador Rollemberg, que a ausência do representante da empresa seja considerada à revelia pela ausência do representante, porque o usuário ganha a ação pela ausência do representante da empresa, o que não acontece. Se não, quando o representante não vai, o processo vai para o Tribunal de Justiça do Estado do usuário. Aí não há como solucionar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo mais oradores inscritos, vamos passar a palavra aos nossos convidados.

O Dr. José Márcio Monsão Mollo solicitou ser o primeiro a responder a pergunta, em função dos diversos questionamentos. Se não houver óbice em relação aos demais membros da Mesa, inicio passando a palavra para o Sr. José Márcio Monsão Mollo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só lembro que, logo em seguida, nós teremos reunião deliberativa. Portanto, peço continuidade da presença de todos.

Com a palavra o Sr. José Márcio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Solicitei que me fosse passada a palavra imediatamente porque vejo uma séria preocupação aqui com os problemas dos Estados do Norte, sobretudo com os Estados do Norte. Então, eu gostaria de dizer algumas coisas.

Em primeiro lugar, por duas vezes, tocou-se, aqui, no assunto referente à segurança, que não é um problema nosso, de nenhum dos representantes que estão aqui, mas que é um problema do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea). Mas posso garantir ao Senador que, hoje, o nosso controle aéreo é um dos mais seguros do mundo. Foi feita, há dois ou três anos, uma espécie de vistoria pela OACI, e o sistema brasileiro foi considerado o quarto melhor do mundo, ficando à frente de vários sistemas europeus. Então, não há um problema de segurança realmente. Certamente, o senhor se referiu a acidentes com aviões da chamada aviação geral, não da aviação regular de passageiros, da aviação de transporte aéreo.

Quanto ao problema da aviação regional, quero dizer que já tivemos a experiência, no tempo da ditadura militar, da criação do Sistema de Aviação Regional. O Governo dividiu o País por áreas, e, em cada área, atuava uma empresa aérea com subsídios. Essa experiência se mostrou um fracasso completo, tanto é que ela acabou. O que ocorreu foi que muitos empresários colocaram dinheiro no bolso e deixaram a coisa falir. Acabou, então, a chamada aviação regional. Hoje, a gente fala de aviação regional por falta de outro termo, porque não existe mais aviação regional. Todas as empresas brasileiras, na realidade, são nacionais. Elas não atuam somente numa região, mas atuam no Brasil inteiro.

Hoje, há duas empresas que podemos chamar de regionais, que são a Passaredo e a Trip, que são empresas que atuam tipicamente nesse mercado, digamos, secundário. Não quero dizer que assim seja o de Manaus, mas o das cidades do Amazonas ou o das cidades menores do Acre etc. Uma dessas empresas é a Passaredo, e a outra é a Trip. A Trip, hoje, é a maior empresa regional da América Latina. É uma empresa impressionante, com um crescimento impressionante. Hoje, atende a 72 cidades no Brasil. É o maior número de cidades atendidas por uma empresa aérea. E ela é justamente uma empresa regional. Quais as dificuldades que essa empresa encontra justamente na Amazônia?

Primeiro, Senador Viana, vamos voltar à questão do combustível. O nosso combustível – depois, posso enviar o estudo da Iata – é o mais caro do mundo. O nosso QAV é produzido com 80% de petróleo nacional e com 20% de produto importado do Caribe, para abastecer justamente o Norte e o Nordeste. É mais barato importar do que levar o produto das refinarias do Sul. Apesar de 80% da nossa produção de QAV ser feita com nosso petróleo, em nossas refinarias, a Petrobras faz o seguinte cálculo: transforma os 100% do QAV como se o estivesse trazendo do Golfo do México. Então, a Petrobras pega o preço da *commodity* lá e joga em cima desse preço um pseudotransporte, um pseudofrete, o seguro do frete, e aí calcula o preço do QAV. É uma maluquice completa! Há mais de dez anos, brigamos por causa disso. A Iata sempre nos apoiou nessa discussão. Mas não conseguimos demover a Petrobras dessa prática até hoje. É o único combustível em que o preço é alterado mês a mês. Em 2010, a Petrobras aumentou o QAV em 18%; no ano passado, o aumento foi de 33%. Em março do ano passado, as tarifas aeroportuárias foram aumentadas em 130%. Em novembro do ano passado, as tarifas de comunicação foram aumentadas em 150%. Tudo isso, Senador, gera custo, custo, custo.

Além do chamado custo Brasil, que todo setor econômico tem no Brasil, há nossos custos específicos, e um deles é o problema do QAV. Os dados do Miyada não estão incorretos, mas são de 2010. Ele fala de 32%. Hoje, o índice deve estar maior do que 32%, porque o combustível aumentou 33% no ano passado. Então, hoje, isso deve representar muito mais. Na aviação regional, esse índice passa de 40%. Por quê? Porque a aviação regional opera com aviões menores, que têm de ser abastecidos em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, na Amazônia, no Acre, onde o combustível, o QAV, chega a custar o dobro do que custa em São Paulo e no Rio de Janeiro, devido ao transporte e também ao ICMS, que não conseguimos reduzir. Já pleiteamos a diversos Governadores, mas não conseguimos reduzir o ICMS. O que foi feito na Amazônia foi uma redução de ICMS para as empresas que têm três ou quatro destinos dentro do Estado, mas não foi para tudo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Exatamente para poder estimular o uso no interior. Apenas para poder, com a permissão de V. Exª, Sr. Presidente, porque creio que agora é o debate final, é preciso colocar o seguinte: é verdade o que V. Sª está colocando, não existem mais empresas regionais. No caso do Amazonas, existe o monopólio da Trip, porque a Passaredo não voa no Amazonas, só voa uma única companhia: a Trip.

Presidente, é o seguinte: a Trip estabelece o preço e se você quiser voar, você paga. Porque senão não tem como voar. Por que eu digo que estabelece o preço? Acabamos de ouvir aqui a discussão de que existem tarifas promocionais, existe uma tarifa cheia e existem tarifas promocionais, o que acaba criando uma tarifa média. Isso não acontece na aviação no interior da Amazônia. E hoje, Dr. José Márcio, os aviões que voam na Amazônia da aviação regional é ATR-42 e ATR– 72.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – É o que o aeroporto suporta! Está aqui o representante da Infraero, que sabe melhor do que eu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim. Comparados com os aviões do passado, que V. Sª ainda há pouco disse que eram aviões pequenos, Bandeirantes de 18 lugares, hoje, nós estamos voando com ATR-42 e com ATR-72. Agora, porque nós tivemos um empresário corrupto no passado, que nós temos que abrir mão da ideia de dar acesso à mobilidade aérea no interior da Amazônia! Se há um problema de corrupção, que as unidades de comando e controle tomem providências! Mas o que não pode é ficarmos entregues exclusivamente ao monopólio de uma única empresa que estabelece uma única política e escolhe ainda as cidades que quer operar.

Por isso é que o Estado do Amazonas entrou com esse benefício de ICMS. Agora, Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e etc estabeleceram políticas de ICMS generalizadas e nem por isso tiveram redução das suas tarifas.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Senador, quando me referi ao problema da aviação regional, é que na época elas eram subsidiadas. Hoje, não existe subsídio e isso é um problema do Estado. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe subsídio para a chamada aviação regional. No Estado do Alasca, por exemplo, a passagem aérea é absolutamente subsidiada. Agora, isso é um problema do Estado, não é problema de empresa aérea, primeiro.

Em segundo lugar, só atua a Trip, o senhor realmente tem razão, mas o mercado está absolutamente aberto. A Anac, ao contrário do que foi afirmado aqui, tem incentivado a entrada de novas companhias, expansão das rotas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se V. Sª me permite, quando entra uma concorrência de uma grande em cima de uma menor, ele pratica *dumping* no preço da passagem até que a menor não tenha mais condições de operar e, logo a seguir, quando a menor acaba vindo a deixar de operar aquela linha, a grande retira a linha daquela aviação.

Portanto, eu creio que é preciso, sim, voltar o subsídio e uma política para aviação regional neste País. Essa é a posição que eu tenho defendido e quero aqui contraditar claramente a posição que essas empresas têm adotado com relação à Amazônia e com relação ao usuário no mercado doméstico brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Mas, Senador, o mercado está livre e, quando eu falo em subsídio, não é que eu seja contra ou a favor, isso é um problema do Estado, depende do Congresso, depende do Executivo. Se ele criar uma política de subsídio, ótimo, maravilhoso. Mas quando não existe subsídio, quando é obrigado a operar com aviões menores porque os aeroportos têm pistas curtas, quando o combustível custa o dobro do que custa em São Paulo e Rio de Janeiro, quando a empresa aérea é obrigada a investir no aeroporto, como faz a Trip e muito... ela investe, inclusive, para manutenção do aeroporto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – No Estado do Amazonas, se V. Sª puder indicar qual é o Município em que ela faz investimento, eu gostaria de tomar conhecimento.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Eu vou trazer aqui o representante, o Celestino, para conversar com o senhor. É investimento, sim. Investimento em equipamento de segurança, investimento em controle para fiscalizar passageiro, etc, ela faz. Agora mesmo, há pouco tempo, foram comprar dezenas e dezenas de raquetes para fazer a fiscalização de passageiros por empresa aérea. Na hora em que o senhor quiser, trarei aqui o representante da empresa aérea da Trip para falar sobre isso tudo. Agora, isso custa caro? Custa caro. A aviação regional ou secundária no mundo inteiro custa caro por uma série de motivos, não é só por vontade. O mercado está aberto. Se só 70% ou 80% do mercado da Amazônia está na mão da Trip, é porque as outras empresas não têm interesse. A Anac está lá livre totalmente. Se eu chegar lá e quiser criar uma empresa aérea atendendo as condições técnicas, a Anac me dá o Cheta, autoriza-me a viajar para determinado aeroporto se o aeroporto atender as condições de segurança. Não existe nenhum problema quanto à

liberdade de criação e de voo de empresa aérea par aonde ela quiser, nenhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O ponto não é a questão da liberdade de se criar ou não uma determinada empresa. O ponto é de que nós precisamos ter para regiões diferenciadas e regiões absolutamente isoladas do País políticas de excepcionalidade.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Concordo plenamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agora, é fato e vamos estabelecer aqui também com clareza que, mesmo nos grandes centros, nos grandes aeroportos, como disse aqui a representante do Idec, há, lamentavelmente – e vários Senadores aqui prestaram depoimentos como usuários do sistema da aviação civil no País – há um desrespeito por parte das empresas com o usuário, com o consumidor. Isso no Brasil é repetido e não consegui ouvir de V. Sª até o presente momento...

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Eu ia chegar lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... nenhuma palavra com relação ao direito do consumidor com as empresas.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Bom, então vou me adiantar, Senador.

Em primeiro lugar, as empresas atendem todas as determinações, não só do departamento, como da Anac. Essas condições todas de mudanças de tarifa, de cancelamento, etc. estão nos *sites* das empresas. Quando há alguma falha, a Anac multa, não há como. Então, todas as condições estão lá. Na maioria das vezes, o passageiro não lê. O contrato está no *site*, as condições para alteração do voo e cancelamento, etc. estão no *site*. Ele clica que está de acordo com o contrato e não lê o contrato, o que, aliás, todos nós fazemos na maioria das vezes, não é só no setor aéreo.

Há uma falha de informação no aeroporto? Há. As empresas reconhecem, inclusive, já conversamos muito com o pessoal da Anac sobre isso. Há uma falha, não estamos satisfeitos. Embora seja obrigação da empresa, é difícil ter um pessoal que consiga dar as informações corretas no momento certo em dezenas e dezenas de aeroportos. Agora, há um reconhecimento das empresas aéreas, há um processo contínuo de formação desse pessoal, que é, inclusive, um processo difícil, porque a rotatividade no setor é muito grande.

Quanto ao problema das tarifas, eu gostaria de colocar só que de fato houve um crescimento muito grande nos últimos anos na renda do brasileiro. Só que se esquecem de dar a César o que é de César.

Ontem mesmo saíram no *Brasil Econômico* dados da Anac que:

A Tarifa Aérea Média Doméstica (indicador que representa o valor médio pago pelo passageiro por uma viagem aérea em território brasileiro) foi de R$ 302,33 em outubro de 2011. [O último mês em que a Anac mediu o índice.] O valor da tarifa média de outubro de 2011 representou pouco mais da metade (54,6%) do que era pago pelo passageiro há nove anos...

Viu, Senador Viana. Notícia de ontem do *Brasil Econômico*, com dados da Anac. Hoje, o passageiro paga 45,4% a menos numa tarifa aérea do que pagava em 2002.

Então, não são números nossos, são números da Anac. A tarifa aérea vem caindo sistematicamente desde 2002.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu li essa matéria. O importante, Presidente, é só fazer um paralelo. O problema é que eles pegam o que eles chamam de tarifa preço médio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Desculpe-me, Senador. A Anac pega todas as tarifas que foram vendidas pelo preço médio, isso é óbvio, preço médio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Estou falando preço médio, e coloquei uma componente nova, está havendo uma agravante: agora, toda vez em que alguém vai de milhas, pega-se uma tarifa mais baixa e a substitui pela milhagem, então, sobra qual para quem vai pagar? A tarifa *top*. Hoje custa R$3 mil voar daqui para Rio Branco. No fundo, há uma situação que nós temos que observar, porque essa equação não está fechando. Eu vi os números. E tenho a tabela aqui também. Os números não expressam a realidade porque eles também não tratam da tarifa promocional.

E só mais uma coisa que o Senador Eduardo Braga apresentou: as promoções para o Norte e para o Nordeste, especialmente para o Norte, não existem. Nunca há promoção de voo para o Acre. Fazem para todos os lugares. E sei que certamente é acerto. Mas, enfim, eu só queria dizer que há esses dados que saíram no **Valor Econômico** e que é preciso haver um esclarecimento sobre eles por conta do que representam. E nós vamos trabalhar em cima deles, mas eles tratam de tarifa média e, certamente, fazem daquilo que é ofertado e não daquilo que está à disposição do usuário, o que é diferente. Porque a milhagem consome as tarifas mais baixas, porque eles começam por aí, e sobram as tarifas *top* para quem vai comprar.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – A Anac faz essa tarifa média com o valor que foi vendido, é o efetivamente pago.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu acho impraticável alguém dizer que tarifa aérea está barata. Nós vamos questionar isso. Vou questionar a Anac porque tenho certeza de que a maneira como está sendo composta está equivocada; está-se mascarando, gente! Estou dizendo que há um esquema montado das empresas, querendo resolver o problema de milhagem através de tarifa, e o Brasil inteiro precisa saber disso. E nós vamos esclarecer aqui no Senado. Vamos até o fim nisso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E nós vamos ter a oportunidade de ouvir a representante...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que estou absolutamente de acordo com a colocação do Senador Jorge Viana. E gostaria de propor a V. Exª, que preside esta Comissão, que é a Comissão de Fiscalização e Controle, já num requerimento oral, que solicitemos da Anac a composição de custos das tarifas da aviação civil, para que esta Comissão possa criar um grupo de trabalho para analisar e debater essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acato a sugestão de V. Exª e peço apenas que formalize o pedido, para que possamos submeter ao Plenário da Comissão.

Agora teremos a oportunidade de ouvir a Drª Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado de Agência Nacional de Aviação Civil.

A SRA. DANIELLE ALCÂNTARA – Ao longo da fala dos senhores, tentei anotar os principais pontos. Não me vou reportar a cada um dos senhores. Vou tentar fazer uma abordagem um pouco mais ampliada das discussões que aconteceram.

Eu gostaria de começar falando que, assim como colocaram no início, é muito rica a discussão que está acontecendo, da nossa parte também é uma discussão que está qualificada, vejo que os questionamentos que os senhores nos trazem são de pessoas e é o que corriqueiramente nós escutamos. E estar num fórum deste podendo prestar esses esclarecimentos, para nós da Anac é muito oportuno.

Dado o tipo de esclarecimentos que fizeram, eu vou me permitir ser bastante franca e tentar trabalhar o fato. Todos sabem que, ao longo das falas, foram apontados vários problemas que foram identificados na prestação de serviço que acontece no setor. Mas eu ia pedir vênia aos senhores para tentarmos isolar o que é problema do que é característica do serviço aéreo. Ter essa exata compreensão é importante para podermos atacar realmente a causa e resolver aquilo que é pernicioso no sistema. Porque algumas coisas são intrínsecas à característica do setor. Não entendam esta parte da minha fala como algum tipo de viés; estou falando aqui para vocês como técnica e a minha ideia é avaliar o que é o serviço de transporte aéreo. E depois a gente vem enfrentando cada um dos problemas que estão associados à prestação desse serviço.

Eu já tive oportunidade... Vou começar falando um pouquinho da fala da Lisa. Eu acho que nunca tive oportunidade de me sentar com ela numa reunião, mas o Idec é uma instituição com a qual eu tenho dialogado há bastante tempo. Eu retornei agora para a agência, mas, desde 2007, acompanho o setor e, por exemplo, a discussão da 141 eu conduzi diretamente e acho que o ganho do papel da agência reguladora é ela poder promover um amplo debate antes de editar uma norma. Nosso processo de construção regulatório parte da adesão e do convencimento e da possibilidade de as pessoas participarem dessa norma, pois a gente entende que elas vão se sujeitar melhor a essa norma se entenderem que ela reflete inclusive a opinião deles.

Então, a Resolução nº 141 (Anac) foi provocada por uma iniciativa judicial, mas ela foi além do que foi demandado em juízo, porque ela incorporou vários anseios da sociedade que foram capturados pelo órgão regulador à época e no qual estiveram presentes o DPDC, que construiu a norma, o Idec, que construiu a norma, o Procom, que construiu a norma... As empresas tiveram oportunidade de falar sobre a norma. Esse diálogo na construção das normas é o que nos faz melhorar e inovar na regulação setorial e resolver, efetivamente, nossos problemas.

Mas eu gostaria de retomar a característica da indústria para dizer que nós estamos falando de um serviço que, se hoje ele parte de uma pulverização que o tornou acessível, apesar de entender de que está longe do nível de acessibilidade esperado e reclamado pela sociedade brasileira, se isso foi possível de alguma forma, foi em função de você maximizar o uso daquela aeronave e tirar a máxima utilidade. Temos de lembrar que, para isso, quanto mais uso a gente der àquela aeronave, quanto mais rotas nós cobrirmos, quanto mais utilização eu terei condições de baratear o acesso a esse serviço. Isso coloca a aviação civil em um patamar de indústria de rede, o que significa que o que acontece com aquela aeronave pela manhã, se houver algum evento naquele aeroporto que comprometa sua saída daquela situação. Eu não vou... Para não comprometer a discussão... Se eu discutir o que pode ter paralisado aquela aeronave naquele aeroporto, isso certamente vai comprometer todo o percurso daquela aeronave até chegar ao ponto final. Então, quando a gente fala que está falando em indústria de rede, há algumas ca-

racterísticas que levam a indústria a ter algum nível de atraso e algum nível de cancelamento. Significa que esse nível de atraso é pernicioso é prejudicial? Não. Ele é inerente à indústria e são questões que não são gerenciáveis. Vou usar uma delas para os senhores. Vocês sabem meteorologia... Se o tempo fechar, a aeronave não tem como sair. Então, há uma margem que é inerente à indústria. O problema é aquilo que extrapola a característica do serviço e que pode estar associado à má prestação do serviço público e à ineficiência da empresa aérea. É sobre isso que nós, os que trabalhamos em órgão regulador, temos de atuar.

Então, essa separação é importante para entendermos que em uma situação em que o serviço foi mal prestado, a primeira preocupação do órgão regulador é saber (independente da causa) se ela é inerente à indústria ou se foi por má prestação de serviço pela empresa aérea, teremos de tutelar o passageiro. Tutelar como? Primeiro: o que primeiro é percebido pelo passageiro em uma situação de atraso, cancelamento ou preterição? Abro um parêntese para falar sobre preterição que é o que usualmente se conhece por *overbooking*. A agência reprime a preterição, que é o fato de você deixar um passageiro em solo quando outra pessoa vai em seu lugar. Isso tem uma sanção e a agência atua sobre isso.

Mas voltando àquelas circunstâncias... Em uma situação em que há o descumprimento do contrato de transporte, independente do que tenha ensejado isso, a primeira ação da agência foi obrigar as empresas a que tutelem os passageiros, seja buscando a execução desse contrato de transporte por outros meios, seja prestando serviço... obrigando a empresa a contratar o serviço de outra empresa para a execução daquele transporte ou reacomodando esse passageiro no próximo voo disponível, em sequência. E nesse período em que não está havendo a execução do transporte, deve-se obrigar a empresa a assistir o passageiro nas seguintes formas: facilidade de comunicação, alimentação, acomodá-lo em local adequado enquanto espera. Então, essa primeira iniciativa foi coberta pela Resolução nº 141 (Anac), porque agora a agência procura identificar qual o comportamento das empresas aéreas, o que repercute operacionalmente e o que é lesivo para a sociedade. É isso que na minha falencial eu tentei aos senhores e que estão nas novas perspectivas:

– identificar o que é uma fala crônica da operação aérea e o que é uma fala crítica da operação aérea. E com isso sancionar a empresa, pois isso significa que ela não está sendo eficiente e será preciso sujeitá-la à sanção.

Outro aspecto fora da qualidade da prestação de serviço é a questão da oferta do serviço, e muitos de vocês fizeram considerações sobre isso. E a gente vai ter que abordar duas perspectivas, que é a da prestação do serviço propriamente dita e da disponibilidade da infraestrutura. Aqui, agora, o Senador Flexa Ribeiro retomou novamente a discussão em relação ao voo de Altamira e eu tentei esclarecer a partir da perspectiva do serviço.

A Anac observa um dispositivo que consta da 11.182, que diz que todas as empresas aéreas têm liberdade da oferta de serviços. Ou seja, a gente não pode restringir a oferta desse serviço, a não ser por questões vinculadas à restrição de infraestrutura ou prejuízo da qualidade do serviço.

Eu coloquei para o Senador que provavelmente o acesso a outras empresas deve estar sendo negado porque a infraestrutura disponível não comporta mais uma operação aérea. Aí, por uma questão de segurança, como é admitido pela lei, a agência estabelece esse tipo de restrição. Isso nos desloca para uma discussão sobre a infraestrutura. Precisamos expandir a nossa infraestrutura e têm sido adotadas iniciativas com base a esse propósito. A principal delas – que acredito que vai ser discutida mais amplamente numa outra reunião que já está agendada para quinta-feira – é o processo de concessão de infraestrutura. O que se busca com esse mecanismo é atrair investimentos que possam fazer frente à necessidade de expansão de infraestrutura que nós temos e que podem, em determinada medida, estar comprometendo a oferta do serviço.

Voltando um pouquinho mais para a discussão do serviço, de uma forma geral, todo mundo percebe a abertura de mercado como uma forma de você trazer mais operadores e isso é benéfico para o passageiro. Então, nessa linha a Agência vem adotando várias medidas que visam diminuir as barreiras de acesso a esse mercado e possibilitar que um maior número de empresas ofertem esses serviços. O que os senhores podem arguir é se são suficientes as medidas de incentivar a concorrência. E, quanto ao órgão regulador, a gente sempre vai buscar incentivo à concorrência não porque vão arguir: "É a forma mais fácil de regular, deixe o mercado resolver". Não, não é isso. É porque a solução que passa pela concorrência – e a Juliana é do DPDC e foi muito exata em considerar o quanto é relevante a discussão de concorrência em qualquer setor – é que a concorrência alinha incentivos, porque as empresas querem ofertar serviço, nós temos mercado, nós temos passageiros que querem ser atendidos e as empresas também querem prestar esse serviço. Então, quanto menos barreira o acesso dessas empresas a esses mercados, ótimo. Mas é que

claro que nem todos os mercados hoje estão maduros. Então, talvez o que vocês estão reivindicando – e eu acho que este fórum é o mais adequado para isso – é construção de políticas públicas que resolvam situações não contempladas pela livre concorrência. É bastante legítimo e acho que essa discussão está sendo bem encaminhada com a constituição de uma comissão específica para tratar da versão regional que, como o representante do setor das empresas aéreas colocou, não existe mais essa segmentação, mas é o que afeta, em especial, as ligações de baixa densidade.

Acho que várias questões foram colocadas aqui e, para que fossem exauridas, precisaríamos de mais alguns dias para discussão. Eu gostaria de retomar só a questão de... Sei que o tema da Comissão trata propriamente de consumidor, mas, como todo fim de um serviço público ou de qualquer outro serviço é o consumidor, ele acaba tocando várias outras discussões, como as que vieram à tona, como a provisão de infraestrutura, como as questões de segurança associadas à prestação de serviços aéreos. O que, da perspectiva do regulador, pode ser dito neste momento é que a segurança operacional é um valor para a instituição e isso tem sido perseguido em todas as suas ações. Isso pode ser mais bem discutido com os eventos que foram narrados aqui por áreas técnicas especializadas da agência que enfrentam e são responsáveis especificamente por questões afetas à segurança da aviação civil, assim como órgãos exógenos à Anac, que também têm essa perspectiva.

Sei que o tempo está bem exíguo. Eu gostaria de dar continuidade a esse debate com os senhores, gostaria de me colocar à disposição dos senhores, bem como da assessoria de vocês para vir ou retornar a esta casa, seja num ambiente talvez mais reservado, para que a gente possa dar continuidade a essas tratativas e mostrar o planejamento, a agenda regulatória que a agência pretende estabelecer para dar encaminhamento a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Srª Danielle Alcântara, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Anac, pela contribuição que V. Sª traz a este debate.

Passo a palavra agora ao Sr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Tentarei falar brevemente, dada à exiguidade do tempo.

Como todas as vezes que já estive aqui ou em audiências públicas na Câmara, o escopo da discussão de aviação civil é bastante amplo, é sempre de interesse de todos. Então, é difícil a gente enxugar e conseguir tratar profundamente de cada uma das questões levantadas.

Da mesma forma que a Michelle Crema colocou, também nos colocamos à disposição para voltarmos tantas vezes quantas forem necessárias. Este debate, no nosso entendimento, é sempre muito bem-vindo.

Vou me permitir comentar algumas das colocações que foram feitas, algumas dúvidas pontuais e um comentário mais geral.

Com relação a algumas dúvidas pontuais, foi perguntado com relação ao impacto da escassez de infraestrutura nas passagens aéreas. Nós teríamos o maior prazer em encaminhar dados relativos a isso, mas os dados mostram claramente que nos aeroportos com infraestrutura mais saturada, onde há mais dificuldade de acesso – notadamente é o caso de Congonhas – isso se reflete em tarifas mais altas. É até uma questão bastante intuitiva. Quando oferta e demanda regulam isso, trazem esse efeito; logo, corroboro as palavras que foram ditas com relação à extrema necessidade de expansão da infraestrutura aeroportuária e todas as ações que estão sendo tomadas nesse sentido, inclusive por meio da mais recente construção de aeroportos que empreendemos.

Com relação à política de preços, o José Márcio Moura já deu vários esclarecimentos. Na Secretaria de Aviação Civil nós temos vários levantamentos e estudos sobre o tema. Colocamo-nos à disposição do Senador para passar todos esses dados e, eventualmente, inclusive voltar para uma discussão específica sobre isso.

Um último ponto específico foi levantado com relação à destinação das tarifas, ao fato de elas irem ou não para o Tesouro Nacional, para amortização da dívida. O que a gente tinha, na verdade, com relação a isso era que, por força da Lei nº 9.825, metade do total do valor pago a título de tarifa de embarque internacional era receita própria do Tesouro Nacional para amortização da dívida; não era, apesar de estar configurado, em tese, na ótica do passageiro, como uma tarifa que ele paga para remuneração daquele serviço, não tinha essa destinação. Desde a recente edição da MP nº 5.551, essa destinação foi alterada e esse recurso agora passa a ser recurso passa a ser recurso do Fundo Nacional da Aviação Civil, com vistas a fomentar o desenvolvimento do setor, principalmente na expansão de infraestrutura de aeroportos que não são financeiramente viáveis, mas têm importância fundamental de integração nacional ou socioeconômica. Enfim, no nosso entendimento, era realmente uma distorção que existia e que foi corrigida, se não me engano, há menos de dois meses, quando foi editada a medida provisória.

De forma mais geral, há um comentário que eu gostaria de fazer, até pedindo licença para me apropriar das palavras do Presidente Rodrigo Rollemberg. Gostei muito do termo que ele usou, de que "estamos sentido dores de crescimento" Vou até pedir licença para plagiar esse termo de vez em quando, porque acho que ele reflete muito bem o que está acontecendo. A gente tem um crescimento bastante expressivo. Nós temos instituições novas – a Secretaria de Aviação Civil tem menos de um ano; a Anac foi instalada em 2006. Então, há até um amadurecimento institucional.

Parabenizo todos os Senadores e demais membros da Mesa que falaram, com equilíbrio, da gente conseguir enxergar tanto a metade cheia do copo como a metade vazia. Eu acho que são inegáveis vários avanços que tivemos, mas é também inegável o longo caminho que ainda temos de percorrer no sentido de dotar o País com a aviação civil que merece.

Nesse sentido, é sempre difícil uma discussão objetiva em cima de números, quando a gente vai falar especificamente sobre direitos do consumidor e reclamações, porque a gente nunca consegue, estatisticamente, separar se um aumento de reclamações é bom ou ruim. Ele pode ser ruim no sentido de haver um aumento de problemas; ele pode ser bom no sentido de haver um aumento de passageiros ou uma facilidade de o passageiro ter um canal para fazer reclamação que antes ele não tinha. Na verdade, essa discussão, de forma objetiva, é muito difícil, e acho que isso é parte da maturidade do setor, do amadurecimento institucional pelo qual a gente está passando.

Com relação à comparação que a gente faz – o que foi muito bem colocado pelo representante do DPDC – com relação a outros países, acho que também temos a metade cheia e a metade vazia do copo, ao passo que acho que é muito salutar, sim, a gente comparar os nossos níveis de serviço, os nossos níveis de atendimento com os dos países de primeiro mundo. Eu acho que a gente tem de se espelhar sempre no que a gente enxerga de melhor. Eu peço licença para pegar o exemplo de alguns pontos específicos. Eu sei que há os pontos em que estamos atrás e há alguns pontos em que tutelamos passageiros de forma até superior em relação a alguns desses países. Vou dar um exemplo dos Estados Unidos e um exemplo da União Europeia.

Na União Europeia... Acho que não é o caso de citar o nome da empresa, mas acho que muitos já viram na Internet alguma oferta de passagem aérea a €1, até passagem internacional. Isso conduz para a discussão que tivemos no início, de assimetria de informação. O que acontece na realidade? A passagem custa €1, mas não consta aí o adicional de combustível – não se viaja sem combustível e você tem de pagar por isso –, não consta aí o preço para fazer o *check-in* – como você necessariamente tem de fazer o *check-in*, você tem de pagar por isso. Então, na verdade, isso gera só uma distorção, uma dificuldade de comparar preços entre companhias e, hoje, a nossa regulamentação – as Resoluções 138 e 139, citadas pela Danielle Crema – proíbe esse tipo de prática aqui no País. Não se pode anunciar um preço de passagem aqui sem que sejam contemplados todos os custos indissociáveis daquela viagem, sem que seja realmente possível que o passageiro viaje àquele preço. Isso distorce a comparação de nossas tarifas com tarifas domésticas de outros países, porque da deles, em muitos casos, não consta ainda preço de combustível, não consta ainda o preço de alguns serviços que são indissociáveis.

Para pegar um exemplo dos Estados Unidos: hoje, como também já foi colocado pela Danielle Crema, a Resolução 141, que trata da assistência material aos passageiros, tem um viés de responsabilidade objetiva, ou seja, independentemente de a empresa aérea ter sido ou não causadora daquela atraso, daquele cancelamento, independentemente de uma causa meteorológica, ela é responsável por arcar com aquele custo de assistência ao passageiro, de hospedagem, de alimentação. Um ponto é: nos Estados Unidos, essa responsabilidade não é objetiva. Existem casos meteorológicos em que a empresa pode simplesmente se isentar da obrigação de fazer essa prestação ao passageiro. Por outro lado, todo mundo reconhece – a SAC reconhece, a Anac reconhece, empresas reconhecem – que a gente tem sim muitos caminhos a seguir no sentido da fiscalização do cumprimento dessa norma de melhor servir o passageiro, principalmente no acesso à informação.

Para sintetizar, acho que o desafio é que a gente sempre está preocupada com a melhoria da segurança – esse é o pilar nº 1 para todos os órgãos envolvidos no setor –, com a melhoria do atendimento ao consumidor, com a melhoria da prestação de serviços, com a redução de atrasos. Enfim, na realidade, todas as medidas que se tomam nesse sentido são medidas que, querendo ou não, geram mais custos. Então, fico muito feliz de ver a fala da Anac no sentido de tentar separar o que é inerente ao setor e o que é realmente um problema que precisa ser atacado, porque ao simplesmente onerar custo onde é característica do setor você faz, na verdade, um aumento das tarifas – essa é outra preocupação – e, consequentemente, uma exclusão das classes sociais menos favorecidas, que hoje têm acesso a esse mercado.

Então, entendo que a dificuldade do Governo, do regulador, é sempre estar procurando esse meio-

-termo entre tutelar de forma adequada, dar o nível de segurança adequado, sem onerar demais as empresas ao ponto de isso ser repassado aos passageiros, gerando a exclusão das classes menos favorecidas. Nesse sentido é o esforço que nós temos empreendido.

De toda forma, não temos a menor ilusão de que somos autossuficientes nessa visão, na forma de enxergar o que é prioridade. Então, eventos como este são sempre muito bem-vindos, as críticas que a gente recebe, que muitas vezes são duras, devem ser feitas. Estamos aqui para isso. É papel das casas legislativas, do Senado Federal, apontar o que entendem ser deficiente. Enfim, as críticas são sempre bem-vindas e estamos à disposição, quantas vezes forem necessárias, para retornar a esta Casa.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a sua colaboração, Sr. Rogério Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil.

Passo agora a palavra ao Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, lembrando a pergunta que eu fiz a respeito da previsão das obras aeroportuárias.

O SR. LUIZ MIYADA – Obrigado, Presidente.

A primeira questão que o senhor apresentou foi a respeito da expectativa de nossa parte e da parte do próprio Tribunal de Contas da União quanto à efetiva conclusão de algumas obras que estão no caderno de encargos até a Copa principalmente.

Encaramos a questão com certa preocupação, mas temos de encará-la com otimismo, Presidente.

Recentemente... Provavelmente, nossa direção deva se aprofundar um pouco mais com relação a resultados e certamente o regime diferenciado de contratação vai dar um ajuda nessa maior celeridade. Nós temos um encargo bastante longo... E as informações que eu tenho – sem ter detalhes – são as de que nesse processo, que se estimava seis meses, conseguimos trazer para dois meses em termos de colocação na praça em busca da execução, está certo?

Então... Alguns seis meses... A gente multiplica por três e certamente vão conseguir ter mais celeridade, talvez não em todas as situações seja aplicável, mas onde for...

O outro questionamento que o senhor tinha colocado é com relação á concessão em si e que esse fato poderia influenciar na rapidez da provisão de instalações com vistas a esses eventos, principalmente o da Copa do Mundo.

Para todos esses três aeroportos que foram para o processo de concessão, a Infraero tinha sua concepção de desenvolvimento e já vinha trabalhando nele. Agora, por princípio do que foi estabelecido pelo próprio Governo, aos concessionários foi oferecida a faculdade de ter seu plano de execução, estabelecendo alguns níveis de serviço e conforto a serem cumpridos em determinadas épocas, o que passa a ser o gatilho para essa provisão e para honrar a concessão. Em sendo sincero e não tendo participado direto da avaliação das propostas e talvez não tenham nem tido esse nível de detalhamento, dos três consórcios ganhadores eu desconheço qual foi a proposta de abordagem dos empreendimentos.

Eu vou aproveitar um comentário aqui também... Quando eu inseri a questão da qualidade da informação e da qualidade da disseminação no ambiente do aeroporto e as responsabilidades... Se não me engano, foi o Senador Sérgio Souza que se utilizou do exemplo de cancelamento de última hora. Eu queria só expressar a dificuldade de a Infraero assumir qual vai ser a programação da frota de uma empresa em determinado ponto em diante, muito embora seja a primeira... Tenha o conhecimento rotineiro de todas as ocorrências dos voos. Para determinado dia, nós necessitamos efetivamente da confirmação de qual destinação de todas as aeronaves, porque cada uma das empresas que transitam normalmente pelo aeroporto tem de fazer, porque ela pode ter uma programação diferenciada por algum interesse, seja comercial, seja técnico.

Eu vejo alguns comentários a respeito da qualidade de aeroportos regionais, principalmente na região amazônica, e aí transitaram por esse item os Senadores Jorge Viana, também o Senador Eduardo Braga. Nessa região, o que é típico e regional, principalmente no Estado do Amazonas, a Infraero tem responsabilidade sobre a infraestrutura, além do aeroporto de Manaus, só o de Tefé e o de Tabatinga. Então, há uma série de outros aeroportos que são do interesse do Estado do Amazonas que ou estão, em algumas situações, conveniados com o Governo do Estado ou com Prefeituras, ou até, ainda com um contingente bastante grande, sob responsabilidade operacional do próprio Comando da Aeronáutica – que, desse contingente de 700 a 720 aeródromos públicos, ainda mantém algo em torno de 300 a 320 aeroportos ou aeródromos públicos sob cuidado deles.

Entendo, e acho que é uma discussão que se avizinha, talvez até a Subcomissão citada, a respeito dos serviços aéreos regionais, que traz como consequência os aeroportos também regionais, deva se aprofundar bastante nessa política de provisão ou de maior disponibilidade de aeroportos, vamos chamar assim, de pequeno porte.

Duas questões pontuais: sobre Altamira, que o Senador Flexa Ribeiro comentou a respeito da expec-

tativa e da necessidade até da comunidade local de ter mais frequências, a Infraero realmente está num plano, bastante intensivo até, de recuperação da infraestrutura, e com alguma dificuldade, até pela disponibilidade de prestadores de serviço na recuperação de pavimentos e tudo o mais, além de haver um período crítico de condições meteorológicas. Também não é desculpa, é apenas uma observação, porque, em todos os anos, o regime é semelhante. É responsabilidade nossa, estamos com uma empresa contratada, suspendemos temporariamente pelas más condições meteorológicas e devemos retornar, de abril para maio, para uma recuperação necessária no sistema de pista. Há complementações ainda necessárias, mas que vimos trabalhando com a indústria nessa priorização – que eu chamo de indústria os próprios transportadores.

Sr. Presidente, se fui cuidadoso na anotação, acho que passei por todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Agradeço ao Luiz Miyada. A Danielle Alcântara pediu para fazer uma observação a respeito do processo de concessão.

Peço apenas para ser muito breve, e peço desculpas, mas peço a compreensão de todos também, porque temos ainda uma reunião deliberativa após esta reunião.

A SRA. DANIELLE ALCÂNTARA – Na verdade, retornando a uma pergunta que o senhor tinha dirigido especificamente para a Agência: se, de alguma forma, haveria atrasos, e se os atrasos em obras, de alguma forma, impactariam preços ou se isso repercutiria em termos de qualidade da prestação de serviços.

Esse processo de concessão teve o cuidado de não descontinuar obras já em curso conduzidas pela Infraero, que são consideradas, no processo, "obras do Poder Público". Então, essas obrigações de investir originalmente já iniciadas continuam sendo feitas. Há um marco temporal e delimitação do que está sendo feito pela Infraero e a partir do que passa a ser assumido pelo concessionário, exatamente com essa preocupação de não descontinuar os investimentos necessários na infraestrutura aeroportuária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado pelo esclarecimento.

Passo a palavra à Srª Maria Elisa Novais, gerente jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A SRA. MARIA ELISA NOVAIS – Sr. Presidente, quero reiterar os agradecimentos em nome do Idec, por estar aqui e fazer parte desta importante discussão, que trouxe a oportunidade de a sociedade civil organizada estar representada aqui e poder falar da sua impressão sobre o acompanhamento que faz no setor de aviação civil.

Sinto muito que a maior atenção da minha fala pelo representante do Sindicato das Empresas Aéreas tenha sido sobre as informações a respeito do meu voo, mas, na verdade, é uma indignação que não é minha... Eu não trouxe aqui um exemplo da minha indignação: eu vim aqui com uma fala de indignação, sim, de quem o Idec representa, que são os consumidores. A afirmação de que o índice de reclamação é bastante alto tem fundamento. As maiores reclamações – e quando me refiro ao índice de reclamação alto é em relação às reclamações de atendimento, de cancelamento de voo e de atraso de voo. Essas são as mais altas.

A Anac, recentemente, trouxe esses dados de 2010: atendimento, bagagem e atraso de voo são os mais altos; em 2011: atendimento, bagagem, cancelamento e atraso de voo.

Ninguém está aqui pedindo para que as empresas aéreas se responsabilizem, ou o próprio setor se responsabilize por questões que estão fora do alcance, como questões meteorológicas, por exemplo. O que nós reclamamos é a eficácia de uma regulamentação que prevê a assistência material informativa, mesmo em situações que estão fora do alcance das empresas aéreas; e que não vêm acontecendo.

Os retratos aqui colocados, mais do que exemplos, são noticiados de forma estatística na imprensa. As mais recentes notícias dão conta de punição do Procon por falha no atendimento ao consumidor, pelas empresas aéreas nos aeroportos, durante o carnaval; as companhias de pequeno porte têm alto índice de reclamação; aumentou muito a reclamação sobre furto de bagagem; extravio de bagagem; a questão sobre o programa de milhagem foi motivo de notícia, de problemas com companhias aéreas...

Então o que se quer é que, fora da justiça, haja oportunidade para o consumidor de reclamar no ato em que ele sofre o dano, porque o consumidor, como é também percebido aqui, não vai reclamar depois que chegou ao seu destino; ele não tem interesse em ir à justiça, porque passou o problema dele. O brasileiro ainda não tem o costume de efetuar a sua reclamação em qualquer hipótese; ele precisa ter canais eficientes de reclamação, e próximos a ele, na hora em que ele está sofrendo prejuízo.

Os números da Anac denotam que, em 2010, houve 39 mil reclamações, mas caiu para 24 mil, exatamente no período em que os postos de atendimento da Anac deixaram de existir nos aeroportos. Isso é uma percepção de que melhorou o atendimento? Não necessariamente, porque há uma reclamação muito

grande sobre atendimento ao consumidor. E essa reclamação continua.

O que se vê é que não há acesso ao consumidor para fazer a sua reclamação, e JEC não é solução. JEC é a última instância que se procura, porque se tenta com a empresa, tenta-se com a agência reguladora e, por fim, é que se vai ao JEC. JEC em aeroporto não dá certo, pois a pessoa está de passagem, por isso não dá certo. É uma forma de acesso à justiça, mas não é a solução.

Então o que se quer aqui é deixar claro e evidente que ainda é falha, é deficitária, existe uma grande lacuna na possibilidade de o consumidor fazer a sua reclamação. E mais, que esse número seja claramente considerado na formulação de políticas para atendimento ao consumidor. Esse número é importante, ele deve ser observado com o critério de que é, em suma, para definir políticas. E, além disso, esses números devem estar transparentes para o consumidor, tanto de cada empresa, como pela própria Anac, em números que demonstrem a atuação da Anac sobre a fiscalização de penalidade pecuniária, quanto que é recolhido, quanto que está resolvendo, não só a penalidade, mas também se a própria regulação e a fiscalização estão resolvendo o problema.

Comparações desse número ao longo dos anos. Isso é importante, mas a gente ainda não consegue observar isso.

E o último ponto que eu quero destacar é que aqui nós vemos muitas reclamações nos aeroportos, mas existem também reclamações relativas ao contrato, à contratação. O Idec fez uma pesquisa, em junho do ano passado, e constatou uma série de abusos sobre cobranças de tarifas que não têm o menor fundamento na contratação. Por exemplo, na hora de cancelar uma passagem, na hora de mudar seu voo, há uma cobrança extorsiva de uma multa, enquanto o Código Civil prevê 5%. Quando não a possibilidade de negociação, existe Normativa da Anac que prevê 10%, e é muito maior a multa cobrada por cancelamento, por atraso de voo. No caso de compra *on line* há diversas tarifas sendo cobradas. A pessoa parcela no cartão e paga um valor ainda maior; ela compra por telefone, ela paga um valor diferenciado do que ela paga no *site.* E tem se difundido cada vez mais a compra pelo *site*, que é uma compra que não é no estabelecimento comercial. A regra de desistência é desconsiderada. E existe um índice considerável de reclamação dessa natureza no Sindec sobre desistência de serviço, cobrança indevida, contrato, extravio de bagagem.

Então, o serviço para o consumidor ainda está deficitário e se vê muito que é por conta não só de falta de regulação, mas de fiscalização e de canal que possibilite uma reclamação eficiente e uma fiscalização em cima da reclamação feita pelo consumidor, porque um número pequeno não pode ser desconsiderado num número de passageiros que se movimentam pelo País, porque não são todos que reclamam. É uma parcela muito pequena que reclama, porque o brasileiro ainda não está acostumado a reclamar. Quanto mais se dificulta a reclamação, pior é.

Simplesmente, é essa constatação que o Idec traz. Esses dados são estatísticos, não é nenhuma impressão. E aqui, em nome do Idec, eu me coloco à disposição, novamente, como fazemos com a Aneel, Anatel, para participar da agenda regulatória da Anac e contribuir para isso, porque o Idec é reconhecidamente atuante na formulação, na participação social na formulação de políticas públicas. E coloca-se novamente à disposição, não só da Secretaria de Aviação Civil e da própria Anac, esperando também que haja um desenvolvimento nessa participação social, na colocação de consultas públicas, no incentivo, inclusive, das associações civis a participarem nesse sentido, esperando que haja uma política nesse sentido de haver essa participação social, também se coloca à disposição da própria Comissão aqui do Senado, como trabalha já há muito tempo, assim como na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, para levar ao conhecimento as pesquisas realizadas pelo Idec e todos os levantamentos que fazemos de como está a situação do transporte aéreo na percepção do consumidor. Porque nós temos a preocupação de fazer pesquisas na percepção do consumidor, colocando-nos no lugar do consumidor e comprando uma passagem e indo ao aeroporto e vendo a situação do atraso. Então, esses dados são importantes. Colocamo-nos, novamente, aqui à disposição da Comissão e de todo o Poder Executivo para levar isso ao conhecimento e continuar participando, esperando que haja um incentivo nessa participação social, principalmente voltando à questão da transparência, à questão de considerar número de reclamação e por isso melhorar os canais de reclamação como fonte, como insumo de formulação de política pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Srª Maria Elisa Novais. Importante a voz da sociedade civil nesta Mesa. S. Sª é gerente jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Em nome desta Comissão quero dizer que nós queremos, sim, a contribuição do Idec na formulação de ações legislativas e no controle das políticas públicas.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Adalberto Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União.

O SR. ADALBERTO VASCONCELOS – Senador, para ser bem objetivo, na sua primeira questão que foi feita, sobre a efetiva expectativa do ritmo das obras nos aeroportos, em face, sobretudo dos eventos da Copa, coloco que o Tribunal vem fazendo um acompanhamento, vem dando prioridade nisso daí. Inclusive, o Tribunal concentrou toda a relatoria dos eventos da Copa na relatoria do Ministro Valmir Campelo, e ele solta esses levantamentos de forma periódica. O último que saiu foi agora, em janeiro de 2012, onde se abordou como estão os andamentos em todas as questões dos aeroportos, nas questões dos portos brasileiros, nas questões do setor de infraestrutura de rodovias, entre outros setores. Lá há os detalhamentos de todo esse acompanhamento do Tribunal, que vou fazer chegar à Comissão.

Quanto à expectativa, destacando um trecho do relatório, conclui-se que há riscos de que a capacidade operacional da Infraero não seja suficiente para realizar os investimentos programados e, consequentemente, viabilizar a conclusão dessas obras previstas em tempo oportuno. Essa é uma das conclusões desse último relatório.

E a Infraero apresentou ao TCU um outro relatório contendo justificativas e ações programadas para atender a essas questões, que estão sendo analisadas, questões relativas à estrutura organizacional, gestão de pessoas, infraestrutura aeroportuária e gargalos na infraestrutura. E no que se refere ao acompanhamento das obras nos aeroportos que foram concedidos agora, acho bastante oportuna essa pergunta. Em vista do elevado ágio que tiveram nessas concessões torna-se ainda mais relevante o rigor no acompanhamento por parte da Anac dessas obras, dos investimentos a serem feitos pelos futuros concessionários. E aí, já coloquei na exposição que cabe ao TCU fazer o acompanhamento acompanhar... Como a Anac está realizando essas fiscalizações e sobretudo porque grande parte desses investimentos no programa de exploração desses aeroportos deve ocorrer até 2014, 2016.

Então, já está previsto, nós vamos abrir um processo, já submetemos ao relator abrir um processo para fazer o acompanhamento de como a Anac vai fazer a fiscalização dessas obras, da execução dos contratos, como se a Anac está estruturada de forma ideal para fazer esse acompanhamento.

E aí, Sr. Presidente, eu gostaria somente de fazer uma colocação, reforçar o que a Drª Lisa colocou ali, porque fizemos uma auditoria, um trabalho no ano passado para subsidiar as contas de Governo do ano passado. A gente constatou que os usuários do serviço de aviação civil são os que menos recorrem aos órgãos de defesa do consumidor, ao contrário dos de telecomunicações e outros segmentos. Então, em virtude disso, realmente se você for olhar num horizonte é um pouco significativo, mas eles recorrem à Anac, recorrem a outros meios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a palavra ao Dr. Adalberto. Eu passo a palavra, agora, à Srª Juliana Pereira da Silva para que ela possa concluir e nós encerrarmos estes trabalhos.

A SRA. JULIANA PEREIRA DA SILVA – Primeiramente, novamente agradecer a essa Comissão, ao Presidente Rodrigo Rollemberg pela sintonia do tema do ponto de vista da proteção do consumidor, haja vista que já foi comentado aqui o quanto o crescimento do acesso tem gerado conflitos na área de transporte de passageiros na aviação civil.

Eu queria, somente para finalizar, dizer – foi dito aqui pela entidade civil de defesa do consumidor, está sendo dito pelo Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Defesa do Consumidor, que tem por competência legal coordenar a política nacional das relações de consumo – que nós estamos abertos a construir conjuntamente soluços para os nossos consumidores. Claro que nós buscamos as soluções de uma maneira muito transparente. O que foi colocado aqui por parte do Idec, por parte do DPDC é de forma transparente os problemas que chegam até nós. Então, acho que é importante também que o espírito de construção de uma solução seja da mesma forma: de forma transparente, de forma responsável. Para isso, do ponto de vista de Governo, eu não estou aqui com mandato para falar em nome do Governo federal, mas pelo menos aqui, em contato com a Anac, com o Tribunal de Contas, que é outra alçada, mas acredito pela SAC também, o nosso objetivo é otimizar os nossos esforços para assegurar cada dia mais a qualidade e um bom serviço aos nossos passageiros, aos nossos consumidores que utilizam esse transporte.

Então, para isso, nós vamos reafirmar, do ponto de vista do Departamento, o espaço para construção, o espaço para o diálogo, porque do ponto de vista de fiscalização os órgãos de defesa do consumidor têm feito a sua parte. Acho que é para isso, também, que o Estado existe, para quando há um desrespeito, uma infração, ela seja corrigida e sancionada. Para isso que existem os órgãos de fiscalização e controle.

Mas, de outro lado, o que todos nós almejamos aqui, e eu acredito nisso, não é uma visão puritana ou Poliana da vida, é uma visão com base no respeito a todos os interlocutores desses órgãos que aqui estão, é que todos querem construir uma solução sólida, sustentável, que atenda aos anseios dos consumidores brasileiros. Acho que nesse sentido, com esse espírito

estamos encerrando essa audiência, de uma maneira bastante produtiva. Quero cumprimentar a Comissão por isso. Esse sim é o objetivo não só dos órgãos de defesa do consumidor, mas de todo órgão público, que é prestar àquele que remunera o seu orçamento, que é o cidadão brasileiro, o melhor serviço, o melhor atendimento. Isso com transparência e respeito a todos os envolvidos no processo.

Agradeço mais uma vez e coloco o Departamento de Defesa do Consumidor à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Juliana Pereira da Silva. Agradeço muito a participação de V. Sª nesta audiência pública.

Só não estamos encerando a audiência pública porque não posso encerrá-la sem ouvir antes, por um minuto, o Senador Cícero Lucena e a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, inclusive não vou fazer nenhuma pergunta, só fazer algumas afirmações.

Começo pela não resposta ao Senador Flexa, por parte do Sr. José Márcio Monsão Mollo, em relação ao juizado, que, na verdade, eu considero inclusive uma ofensa ao nome parecido com um dos juízes, porque aquilo é um faz de conta que existe nos aeroportos.

Segundo que concordo em parte com a Drª Danielle no sentido de que existem alguns atrasos que não são de responsabilidade das empresas, por exemplo, o processo da questão meteorológica, mas existe, sim, por falta da Infraero, dotar os nossos aeroportos, principalmente os médios e pequenos, de melhores equipamentos para que possam evitar alguns casos de fechamento, mesmo com esse problema de clima.

Por fim dizer que estamos entrando num processo de discussão, inclusive nesta Comissão, em respeito ao consumidor, Drª Maria Elisa Novais, no sentido de que na composição do preço das passagens entra a bagagem. E muitas vezes, na maioria das vezes, o passageiro não conduz a bagagem suficiente ao que ele tem direito, mas ele também não se credita disso. Por isso que tem um projeto de nossa iniciativa, após tomarmos conhecimento não só do crescimento do transporte de carga, mas também por parte de incentivos de algumas empresas que estavam remunerando os seus atendentes para que fossem mais exigentes na questão da passagem e o que é um absurdo maior, porque já foi tratado anteriormente, Senador Jorge Viana, inclusive por V. Exª, que o preço do excesso da bagagem é cobrado, em passagem internacional 1% e em passagem nacional 0,5% da tarifa cheia. E, dependendo, se a pessoa levar em 15 ou 20 quilos, se for numa promocional, vai terminar pagando mais pela bagagem do que mesmo pela própria passagem.

Era isso o que eu queria dizer, e que esse será fruto de um debate mais à frente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cícero.

Com a palavra a Senadora Vanessa. *(Pausa.)*

Abre mão, Senadora?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª muito gentil, por um lado, mas por outro exerce uma forte pressão, intimidando a todos nós.

Estou brincando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A senhora com isso ganhou mais um minuto, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estou brincando. Nós estamos brincando. Eu fico muito agradecida pela oportunidade. Combinamos aqui de não fazer nenhum questionamento para que não retornemos. Só fiz questão, Senador Rodrigo Rollemberg, de falar aqui... Poderia até não falar. Aqui está o Senador Jorge Viana que já se pronunciou, Senador Eduardo Braga, dois Senadores que dirigiram dois importantes Estados da Amazônia, da região Norte. Entretanto, quero reforçar o que tenho certeza absoluta que ambos falaram: nós não temos um Brasil, nós temos vários brasis, nós temos vários países. A realidade dos nossos Estados é muito diferente da realidade do Sudeste. Temos no Amazonas 62 Municípios. O senhor tem razão. Três aeroportos com a Infraero; salvo engano, um aeroporto com o governo do Estado do Amazonas; um aeroporto com a Aeronáutica e todos os outros, Senador Rodrigo, com as prefeituras, que não têm dinheiro para tapar um buraco, quanto mais para manter um aeroporto com todas as regras, e as regras são as mesmas. O que um aeroporto tem que ter no Sudeste tem que ter lá. As regras são as mesmas. Então, não temos aeroporto. Faz de conta que tem e a gente anda de avião para cima e para baixo porque não tem outra alternativa. Um doente não pode ficar dentro de um barco, viajando oito dias, para chegar à capital.

Então, que a Anac presente, movimentos sociais, por meio do Idec, várias autoridades presentes, precisamos pegar isso na mão. Não é à toa que tem uma subcomissão formada – não é, Senador Jorge Viana – para a gente trabalhar esse tema e pegar com muita força, porque essa realidade não pode persistir. Não podemos tratar...

É inconstitucional, Senador Rodrigo, tratar semelhantes de forma desigual e tão desigual como vêm sendo tratados.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Quero, mais uma vez, agradecer pela presença dos nossos convidados. Hoje conseguimos aprofundar o debate sobre um tema importante para o nosso País. É claro que não esgotamos o tema, que é tão importante e tão complexo que ensejará outras reuniões como essa, mas quero agradecer muito a colaboração de todos.

Vou encerrar esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, comunicando às Srªs e aos Srs. Senadores que, em dois minutos, daremos início à reunião extraordinária deliberativa.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, APÓS A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CMA (DESIGNADA PARA AS 8H30), NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às treze horas e treze minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, faz o comunicado de recebimento das seguintes matérias: Avisos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Nº 1 a 10 de 2012. Os Avisos Nº 1, 2, 7, 8, 9 e 10 estarão à disposição dos Senhores Senadores para consulta pelo prazo de sete dias. Não havendo manifestação, serão encaminhados ao arquivo. Os Avisos Nº 3, 4, 5 e 6 serão distribuídos em breve para relatoria. Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA - LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS "S"**. É realizada a leitura das seguintes matérias: Leitura dos Avisos n°s 73 (nº 1481 na origem - TCU), 79 (nº 1441 e 1443 na origem - TCU), 95 (nº 1741 e 1743 na origem - TCU), 97 (nº 1674 na origem - TCU) e 102 (nº 1823 na origem - TCU), de 2011; Ofício "S" nº 1, de 2012; e Avisos do TCU nº 1776, 1092, 1782, 1714, 1493, 1883, 1875, 1895, 1367 e 1500; em conformidade ao Ato n° 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. **ITEM 3) REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012**, que "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir tarifas de passagens e rotas aéreas, especialmente para a Região Amazônica. O Senado Federal, particularmente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, necessita explicações em relação ao cancelamento de voos e critérios de fixação de preços das passagens. As entidades convidadas são as seguintes: - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; - Agência Nacional de Aviação Civil; - Empresas aéreas nacionais e regionais". Autoria: Senador Jorge Viana. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 11, de 2012-CMA, como audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 4) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012,** que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, a formulação de convite para comparecimento do Sr. José Martins, presidente da empresa WITT, para prestar depoimento acerca dos fatos apontados nos noticiários envolvendo o ex-presidente da Casa da Moeda do Brasil, Dr. Luiz Felipe Denucci". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a comissão rejeita o Requerimento nº 9, de 2012-CMA. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 12, de 2012,** que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de debater a ocupação do cerrado brasileiro, bem como fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma Cerrado, tendo por convidados: 1. Cesar Victor do Espírito Santo, Superintendente-Executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura); 2. Márcia Dieguez Leuzinger,

Procuradora do Estado do Paraná; 3. Mercedes Bustamante, Pesquisadora e Professora da Universidade de Brasília (UnB); 4. Roberto Cavalcanti, Professor da Universidade de Brasília (UnB); 5. Donizete Tokarski, Presidente da ECODATA – Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação; 6. Produtores Rurais com experiência de uso sustentável do Cerrado; 7. Secretários de Meio Ambiente dos Estados de abrangência do Bioma Cerrado; 8. Representante do Ministério do Meio Ambiente e, 9. Representante da Embrapa Cerrados". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 12, de 2012-CMA. **2) REQUERIMENTO Nº 13, de 2012,** que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 13, de 2012-CMA. **3) REQUERIMENTO Nº 14, de 2012,** que "requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), objetivando debater as providências que serão tomadas pelo Governo Brasileiro para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do Programa PROANTAR, comprometidas com o incêndio que atingiu aquela Estação na madrugada do último dia 25 de fevereiro, tendo como convidados os Senhores Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra, Comandante da Marinha do Brasil; José Goldemberg, cientista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e Jefferson Simões, pesquisador, diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 14, de 2012-CMA. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 28/02/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal.**

Comunico o recebimento das seguintes matérias: avisos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 1 a 10, de 2012, que está à disposição das Srªs e Srs. Senadores.

Passamos à pauta.

ITEM 1

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA
LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS "S"

Comunico ao Colegiado, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009, que se encontram na Comissão os Avisos n°s 73, 79, 95, 97 e 102, de 2011; e Ofício "S" nº 1, de 2012. Também se encontram na Comissão diversas decisões encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, todas relacionadas na pauta cheia. As referências a todos os documentos citados integrarão a ata da presente reunião.

Consulto os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta de três requerimentos de minha autoria que tratam, um, de audiência conjunta com o Embaixador Sha Zukanga, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que se realizará conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores, um que trata de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores e Comissão de Ciência e Tecnologia para tratar do acidente ocorrido na base brasileira da Antártica, e um terceiro requerimento que trata de debater

a ocupação do Cerrado brasileiro, bem como fornecer subsídios para elaboração de projetos de lei de proteção ambiental ao bioma Cerrado.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Lerei os requerimentos para colocá-los em votação.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), objetivando debater as providências que serão tomadas pelo Governo Brasileiro para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do Programa PROANTAR, comprometidas com o incêndio que atingiu aquela Estação na madrugada do último dia 25 de fevereiro, tendo como convidados os Senhores Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra, Comandante da Marinha do Brasil; José Goldemberg, cientista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e Jefferson Simões, pesquisador, diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de debater a ocupação do Cerrado brasileiro, bem como fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma Cerrado, tendo por convidados: 1. Cesar Victor do Espírito Santo, Superintendente-Executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura); 2. Márcia Dieguez Leuzinger, Procuradora do Estado do Paraná; 3. Mercedes Bustamante, Pesquisadora e Professora da Universidade de Brasília (UnB); 4. Roberto Cavalcanti, Professor da Universidade de Brasília (UnB); 5. Donizete Tokarski, Presidente da ECODATA – Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação; 6. Produtores Rurais com experiência de uso sustentável do Cerrado; 7.Secretários de Meio Ambiente dos Estados de abrangência do Bioma Cerrado; 8.Representante do Ministério do Meio Ambiente e, 9. Representante da Embrapa Cerrados.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pauta regular.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor JORGE HEREDA, presidente da Caixa Econômica Federal - CEF, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre a denúncia de comercialização de papéis da dívida pública por preços

acima do mercado no período entre setembro de 2008 e agosto de 2009, quando o sistema informatizado da CEF responsável por informações relativas aos papéis, esteve fora do ar.

Não estando o autor do requerimento presente, declaro prejudica a apreciação e a retirada de pauta desse requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir tarifas de passagens e rotas aéreas, especialmente para a Região Amazônica. O Senado Federal, particularmente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, necessita explicações em relação ao cancelamento de voos e critérios de fixação de preços das passagens. As entidades convidadas são as seguintes: - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; - Agência Nacional de Aviação Civil; - Empresas aéreas nacionais e regionais;

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Está na pauta da Comissão de Infraestrutura esse debate, que a Comissão, inclusive, hoje, começou aqui, mas não era bem esse o foco. É muito importante que façamos essa audiência conjunta, para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa acompanhar e levar a diante esse assunto, que foi objeto, inclusive, da audiência de hoje. É da maior importância e do interesse do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, a formulação de convite para comparecimento do Sr. José Martins, presidente da empresa WITT, para prestar depoimento acerca dos fatos apontados nos noticiários envolvendo o ex-presidente da Casa da Moeda do Brasil, Dr. Luiz Felipe Denucci.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra para encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, com a palavra o Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, esta é uma matéria que foi exposta pela imprensa, assim como foram expostas todas as providências tomadas pelo Governo, inclusive a demissão do presidente da Casa da Moeda.

Essa matéria está afeta, hoje, a um inquérito pelo Ministério Público Federal, também sob investigação da Polícia Federal.

Portanto, na nossa visão, é despicienda a necessidade da vinda do Sr. José Martins. Por conta disso tudo, nós encaminhamos contrariamente ao requerimento, encaminhamos pela rejeição do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já pressentia a posição do Governo pela movimentação que verifiquei na Comissão, de Senadores governistas, pouco antes do início da votação.

Ou essa Comissão de Fiscalização e Controle controla e fiscaliza alguma coisa, ou vamos mudar o nome da Comissão para simplesmente "de Defesa do Meio Ambiente". Porque este caso é evidente que mereceria uma audiência.

Uma pessoa, Sr. José Martins, é presidente de uma empresa, WITT. Esta pessoa, o Sr. José Martins, afirma à Imprensa de que dispõe de documentos que comprovam movimentações financeiras de empresas *offshores* que seriam controlados pelo ex-presidente da Casa da Moeda, Sr. Luiz Felipe Denucci; diz que tem documentos comprobatórios.

Uma comissão de fiscalização e controle do Senado que queira fiscalizar e controlar, evidentemente teria todo o interesse em ouvir essa pessoa, que tipo de movimentação financeira foi essa, em troca de que concessões, de que favores prestados pela Administração Pública essas movimentações foram feitas. Ou, se ele não tem documento nenhum, ele vem aqui e diz: "Não tenho documento nenhum". Agora, vejo aqui uma mobilização de ilustres Senadores para votar contra. Quer dizer, é a negação absoluta de qualquer velei-

dade, de transparência, de exposição de problemas para corrigi-los.

Então, acho que é melhor, pelo andar da carruagem, porque esse não é um fato isolado, toda vez que há um requerimento que incomoda o Governo há uma mobilização açodada de Senadores da situação para derrubá-lo, eu sugiro que mudemos o nome da Comissão para apenas Comissão de Defesa do Meio Ambiente, porque aí fica uma coisa universal, uma coisa que agrega todo mundo, que não incomoda o Governo, e aí ficamos todos felizes; e ninguém fiscaliza, ninguém no Senado se encarregará de fiscalizar o Governo de exercer aquela é a nossa função, uma função precípua do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero dizer do meu respeito ao Senador Aloysio, mas acredito que quando ele sugere a mudança de nome ele sugere por detrás disso que nós estejamos impedindo qualquer forma de investigação.

Penso que a fala inicial do Senador Jucá já deixa claro que as investigações estão em curso. Aliás, não sei exatamente que efeito poderia trazer audiência pública.

A gente tem aprovado, a Mesa da Câmara, Senador Aloysio, inúmeros requerimentos de informação. Penso que esse é um caminho muito interessante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que quando chegam – permita-me, Senadora – ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas muitos!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas, olhe, chegam aqui três linhas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se seu gabinete acompanhar, Senador ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) –Acompanha. Meu gabinete é vigilante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Constituição dá prazo. Meu gabinete faz muito isso, porque eu apresento muito requerimento de informação. Quando passa do prazo, a gente tem o poder de ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, eu sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E então? É muito mais proveitoso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A gente tem o poder também de convidar pessoas para a Comissão de Fiscalização e Controle.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É muito mais proveitoso do que ficar num diálogo, porque a gente não vai poder apertar quem está ouvindo nem exigir que ele fale aquilo que a gente queira ouvir ou exatamente não tem uma forma de auferir a veracidade ou não.

Quando se faz questionamento por escrito é muito mais proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, acho que está muito clara a posição do Governo em relação a não querer ouvir. Acompanho o Senador Aloysio Nunes, até porque essas informações desse senhor com certeza virão à tona. Não sei por que o Governo tem a preocupação de colocar alguém aí até para questionar o que ele eventualmente tenha para dizer, cobrar que ele prove o que ele venha a afirmar e, consequentemente, dar os devidos esclarecimentos, e ajudar no esclarecimento que o Governo diz que pretende com as devidas apurações pelos órgãos competentes.

Agora, preocupa-me muito o precedente desta Casa, em particular desta Comissão, de não querer ouvir alguém que se dispõe a fazer uma denúncia. Vejam o precedente que se está abrindo nesta Comissão, Presidente. É uma questão de defesa das atribuições da Comissão. É isso que está em pauta, não é nem se o Sr. Fulano de Tal vai fazer denúncia contra xis ou contra o alfabeto todo. Mas é contra a Comissão que se está tomando a posição de não ouvir alguém que se oferece para fazer uma denúncia, dizendo ele, que tem documentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais algum Senador quer encaminhar a votação?

Não havendo mais quem queira encaminhar, vou colocar em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

V. Exª precisa do apoio de mais dois Senadores para pedir verificação.

O requerimento foi derrotado.

(Manifestações no plenário.)

A Presidência é obrigada a cumprir o Regimento. Se eu permitisse agora uma verificação de quórum com menos do que o Regimento exige, numa outra

oportunidade, teria que fazer o mesmo. Portanto, aqui quem rege é o Regimento.

Devido ao adiantado da hora, já são 13h30, e à pouca presença de relatores dos projetos que estão em pauta, vou encerrar a reunião, convocando reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura. Amanhã, às 10 horas da manhã, audiência pública com a Ministra Izabella Teixeira, para tratar dos preparativos do Brasil para a Rio+20, aqui nesta sala.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Nós teremos uma competição de audiências aqui amanhã, porque também o Ministro da Educação vai estar na Comissão de Educação nesse mesmo horário, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Isso é uma rotina nesta Casa, mas entendo que haverá um interesse muito grande das Srªs e Srs. Senadores em ouvir a Ministra Izabella Teixeira sobre os preparativos brasileiros para a Rio+20.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10h, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando discutir a posição do Brasil no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 e 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença da Ministra do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Exma. Sra. Izabella Teixeira. Após a exposição da Ministra, usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Jorge Viana, Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga. A Ministra responde as perguntas feitas e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 29/02/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A reunião destina-se a Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 6, de 2012, da CMA e nº 7, de 2012, da CMA, com objetivo de discutir a posição do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, inaugurando o ciclo de audiências públicas para debater a Rio+20.

Quero agradecer a presença da Ministra Izabella Teixeira, e registrar que desde o ano passado, tanto a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, como a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional criaram uma subcomissão conjunta, que tem atuado especificamente para tratar da participação brasileira na Rio+20 e das consequências desse evento internacional mais importante a ser realizado nos próximos anos. O Presidente destas duas subcomissões é o Senador Cristovam Buarque.

Há 20 anos, o Brasil realizou a Rio 92 e, sem dúvida, é considerada até hoje pela Organização das Nações Unidas como a conferência internacional mais

importante e mais bem organizada. Naquela ocasião, tivemos resultados muito expressivos como a aprovação da Agenda 21 e a aprovação de três convenções importantes como a Convenção do Clima, a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção sobre Desertificação.

O Brasil vem tendo um protagonismo cada vez maior no cenário internacional, no que se refere às questões ambientais e de desenvolvimento sustentável e a prova disso é a própria ascensão de brasileiros a cargos importantes no cenário internacional como José Graziano, como o Secretário-Geral da FAO; agora recentemente, o Ex-Secretário do Ministério do Meio Ambiente, que esteve várias vezes conosco, o Secretário de Biodiversidade e Floresta Dr. Bráulio Dias, que assume a Secretaria-Geral da Convenção da Biodiversidade e o Dr. Benedito Braga, que também esteve recentemente aqui conosco tratando do Fórum Mundial da Água, que vai presidir o 6º Fórum Mundial da Água em Marselha. Portanto, a responsabilidade e as expectativas em relação ao Brasil são maiores.

O fato é que todos estão muito preocupados porque esse modelo de desenvolvimento do capitalismo internacional que temos hoje está se esgotando, os recursos naturais estão se esgotando, estamos vivendo uma crise ambiental de proporções extraordinárias e precisamos de uma convergência internacional para mudar efetivamente os paradigmas do desenvolvimento.

Ninguém melhor do que a Ministra Izabella Teixeira, que vem se destacando, não apenas no cenário nacional, mas também no cenário internacional, até pela importância que o Brasil vem assumindo nos fóruns internacionais, para relatar os preparativos brasileiros, tanto do ponto de vista da infraestrutura como também os dois grandes temas dessa conferência, que é a economia verde no contexto da redução da pobreza e, ao mesmo tempo, a constituição de uma nova governança global para tratar dessa questão, e também colocar as expectativas brasileiras, as dificuldades que vimos encontrando no processo de negociação no cenário internacional e as expectativas das diversas nações e da população mundial em relação aos resultados da Rio+20.

Nós teremos também, no próximo dia 8, uma audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por uma iniciativa do Presidente Fernando Collor com o Secretário Geral da ONU para a Rio+20, Sr. Sha Zukang.

E, nesse sentido, antes de passar a palavra à Ministra, passo aqui, para as suas considerações, ao Presidente das duas subcomissões da Rio+20 no Senado Federal, nosso querido Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma, à Srª Ministra e ao Senador Rodrigo Rollemberg. Creio que hoje nós estamos aqui para assistir à Ministra, para ouvir a Ministra. Então, eu apenas dou as minhas boas-vindas à presença dela aqui. Eu lhe dizia, há pouco, que ela prestigia esta Casa cada vez que aqui vem.

E sobre a nossa subcomissão, nós, da Mesa, estamos trabalhando em torno a um conjunto grande de perguntas porque achamos que, uma reunião como esta da Rio+20, deveria fazer perguntas sobre o futuro da humanidade. São mais de sessenta perguntas divididas em blocos que chegam a quase trezentas perguntas. Desde água (como conservar), energia, até perguntas sobre qual é a condição humana para justificar esse esforço todo, já que somos uma coisa minúscula, uma pequena poeira no cosmo.

Eu sei que a reunião vai se concentrar muito mais focada em problemas específicos, mas nós, nas reuniões paralelas à reunião oficial dos chefes de Estado e Governo, eu creio que nós devemos nos organizar de maneira a debater muito mais do que simples desenvolvimento sustentável, economia verde e pobreza. E, ao mesmo tempo, eu tenho defendido a ideia de que, nas reuniões paralelas, Ministra, nós tentemos recriar algo que houve nos anos 60 e 70 e que foi definitivo no mundo. Houve um tribunal mantido por Bertrand Russell, que os mais velhos se lembram, contra os crimes no Vietnã.

Eu creio que nós deveríamos tirar a sociedade civil do Rio de Janeiro, a criação de um tribunal para julgar os crimes do desenvolvimento, os crimes do processo de crescimento econômico, que são crimes maiores até na dimensão do que aqueles que ocorreram no Vietnã. Eu creio que essa é uma sugestão que nós poderíamos tentar tirar.

E eu aproveito a presença da Ministra para que, em sua fala, diga como é que ela está vendo também essas reuniões paralelas da sociedade civil, ao lado da reunião oficial dos chefes de Estado. Mas, Srª Presidente, muito obrigado por sua presença e creio que o Senador Rodrigo deveria passar a palavra imediatamente para ela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É o que farei, Senador Cristovam. Agradeço as suas palavras e, mais uma vez, agradecendo a Ministra Izabella Teixeira pela sua presença e pela deferência com a Comissão de Meio Ambiente do Senado e com o Senado Federal, passo a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Gostaria inicialmente de agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão, pelo

convite e a oportunidade de mais uma vez retornar a esta Casa, uma casa que já identifico como uma casa que acolhe os debates da sustentabilidade, os debates ambientais, sempre com uma visão crítica no sentido construtivo e de engajamento da sociedade brasileira.

Quero também saudar o meu amigo Senador Cristovam Buarque, que tem uma das qualidades que eu acho mais importante em um homem de ideias, a sua inquietação intelectual. E ele sempre está presente nos inquietando com ideias com que, às vezes, num primeiro momento, as pessoas se assustam, mas que, em uma reflexão estratégica, a gente entende que ele está à frente e está formulando, muitas vezes.

Como eu disse hoje ao Senador, eu me lembro dos debates, há vinte anos, de questões que hoje são costumeiras, usuais e que, há vinte anos, surpreendiam pela colocação e pela afirmação de que era necessário que nós evoluíssemos nessa direção.

Quero aqui agradecer a presença de dois outros Senadores muito amigos, Senador Sérgio e Senador Jorge Viana, e saudar a presença de todos os senhores e dizer da minha alegria de como é importante que eu tenha chance, aqui na Comissão de Meio Ambiente, e em todas as outras comissões do Senado ou da Câmara dos Deputados, de a gente poder falar um pouco sobre a Rio+20, sobre a visão e os desafios que se colocam em relação não só ao Brasil, mas ao evento e o pós Rio+20. Há hoje um debate já colocado sobre o legado da conferência e como ela se desdobra não só no nosso País, mas em todos os países do mundo.

Quero saudar especificamente o meu amigo Fernando César Mesquita, ex-Presidente do Ibama, que acaba de chegar, e já está ali naquilo que ele sabe fazer com a maior eficiência, que são os diálogos sustentáveis com os amigos. Então, muito obrigada pela presença e a presença de todas as pessoas aqui, para a gente pode conversar, como é o meu estilo, de uma maneira muito aberta e muito informal a respeito da Rio+20.

Meu caro Senador Rollemberg, vou fazer uma fala, se o senhor estiver de acordo, mostrando um pouco o contexto internacional. Eu acabei de chegar de Nairóbi, dos 40 anos do Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente, onde foi central o debate sobre a Rio+20 e tem estado, do ponto de vista internacional, com uma interlocução muito ampla, não só naquilo que é agenda ambiental, mas na agenda da sustentabilidade. Os interlocutores têm sido de uma diversidade absoluta e, posso assegurar aos senhores, o Brasil está na centralidade da interlocução política naquilo que é a esfera internacional.

Gostaria, também, de ilustrar o que está acontecendo nacionalmente, não só no engajamento do Congresso Nacional, mas também daquilo é o engajamento da sociedade civil e como é que a gente está trabalhando a organização da Conferência e os desafios que estão ainda colocados sobre a mesa em relação aos temas e, obviamente, ficar à disposição dos Senadores para uma interlocução qualitativa em perguntas e respostas, como sempre é a tradição desta Casa.

Eu só gostaria de sinalizar, inicialmente, que internacionalmente as Nações Unidas estabeleceram o processo da Conferência, por intermédio da Secretaria Geral com o nosso Sha Zukang, que é um Subsecretário da ONU, uma pessoa com grande experiência internacional em eventos e na condução dessa agenda. O Secretário Geral também estabeleceu, no ano passado, um painel de alto nível para assessorá-lo diretamente sobre a questão da sustentabilidade.

Esse painel de alto nível reuniu 22 pessoas de diferentes partes do mundo. Eu tive a honra de ser uma dessas pessoas. Foi um painel co-presidido pela Presidente da Finlândia e pelo Presidente da África do Sul. E esse painel discutiu exatamente os rumos da sustentabilidade, com uma contribuição estratégica para aquilo que o Secretário Geral gostaria de encaminhar, em função da conferência, em razão da pós-conferência, uma vez que, na sua mensagem, na última assembléia das Nações Unidas, no ano passado, quando ele fez seu primeiro discurso, ele afirmou textualmente que desenvolvimento sustentável é sua prioridade zero no seu segundo mandato como Secretário Geral das Nações Unidas.

Então, nós temos, na realidade, com essa mensagem, duas questões muito importantes: as Nações Unidas abraçam, na revisão e na discussão estratégica internacional sobre o fortalecimento do multilateralismo o tema do desenvolvimento sustentável como um tema estratégico, condutor de tudo que será a visão do segundo mandato do Secretário Ban Ki-moon. Então é importante porque nós não estamos falando de uma agenda secundária, nós estamos falando de uma agenda que está na centralidade dos temas políticos do planeta. Isso está afirmado e colocado de uma maneira muito estratégica pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, não só naquilo que enquanto seu mandato, mas também enquanto insumos que ele buscou receber a partir desse relatório, que a gente chama em inglês de DGSP, e é um relatório que já está disponível em inglês; em português nós finalizamos a tradução, mandamos para Nova Iorque agora e vai sair publicado em português. Nesse grupo, nós tivemos a chance de ter a participação da ex-Primeira Ministra da Noruega, a Drª Gro Brundtland, que é a responsável pelo primeiro relatório de 1992, O Nosso Futuro Comum, onde o paradigma do desenvolvimento sustentável era formulado.

Esse relatório tem como expressão, e eu sugeriria que os senhores lessem, está aqui de forma impressa, o Ministério tem no *site*, está em inglês aqui, mas já está pronta a tradução para o português. E, na realidade, ele tem três premissas de formulação: primeiro, é um relatório formulado a partir de experiências políticas dos seus membros, está preocupado em questionar tecnicamente alguns insumos. Ao contrário, parte do conhecimento existente sobre sustentabilidade, sobre a credibilidade da questão do desenvolvimento sustentável e formula – a partir da visão de 22 especialistas do mundo todo, entre políticos, o ex-Primeiro Ministro do Japão, o ex-Primeiro Ministro da Austrália, gente da sociedade civil, setor empresarial, líderes importantes estavam nesse grupo – uma visão estratégica de como seguir à frente com a questão da sustentabilidade.

Então, esse é um primeiro aspecto; e um segundo aspecto que acho essencial da formulação sobre o relatório e que é uma visão que está cada vez mais ganhando robustez é que não estamos falando de três pilares da sustentabilidade como pilares estáticos. Entendemos, no relatório, que se fala de desenvolvimento sustentável como um todo, que se exige uma dinâmica, não existe mais aquela visão de que se tem o ambiental, o social ou o econômico dissociado de uma visão dinâmica e, portanto, de uma visão robusta sobre desenvolvimento sustentável.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para o primeiro insumo internacional que está sobre a mesa. Esse é o relatório que, agora, em Nairóbi, foi objeto de um grande debate de alto nível com Ministros de Meio Ambiente, pessoas de outros setores, sociedade civil, empresários, a respeito das propostas que o relatório apresenta em torno de recomendações muito concretas, desde os aspectos econômicos financeiros até as questões sociais e ambientais. Esse primeiro chapéu de como é que as Nações Unidas, como é que o Secretário-Geral se prepara para a Conferência.

O segundo aspecto para o qual chamo atenção é o processo que V. Exªs terão oportunidade de discutir mais profundamente com o Dr. Sha Zukang, o processo estabelecido formal pelas Nações Unidas da Comissão que é responsável pela coordenação da Conferência e, mais do que isso, que tem, portanto, a responsabilidade de construir os documentos referentes à Conferência.

Esse é o famoso momento que temos hoje de negociação do D*raft 0*, chamada Minuta Zero, que é um esforço do time do Secretário Sha Zukang de modelar e formular, num primeiro documento que baliza o processo formal de negociação política entre todos os países membros das Nações Unidas, um documento de referência que sumariza, ou que acolhe, ou que é gerado a partir de seis mil folhas ou páginas de contribuição de 194 países. Então, muitas vezes, ouço críticas de que o relatório não é tão ambicioso quanto poderia ser etc., porque, na realidade, as Nações Unidas buscam acolher as várias posições e formular aquilo que chamamos de um primeiro documento, a partir do qual se dará todas as negociações e diálogos a respeito do que será a declaração política da Conferência.

Chamo a atenção dos senhores porque também existe, às vezes, uma má compreensão sobre o tipo de conferência que vai ser a Rio+20. As Nações Unidas, usualmente, têm dois grandes tipos de conferência, um de natureza jurídica, que foi 92, ou seja, aquela em que se mobiliza chefes de estado para um debate, um acordo formal a respeito de novos documentos jurídicos, novos documentos que formulam uma ordem internacional e que os países vão, depois, ratificar ou não o seu engajamento nesse documento, que foi o que aconteceu em 92. As convenções de clima, de biodiversidade e desertificação dão esse caráter jurídico e político da Conferência e, a partir dali, passamos a ter um conjunto de medidas e de ações de cooperação no multilateralismo vinculado às chamadas COP´s, Conferência das Partes, e a implementação desses acordos que definem o novo regime jurídico internacional.

O outro tipo de conferência é o de natureza política, que é a Rio+20, uma conferência que reúne chefes de estado, chefes de delegação, para firmar um compromisso, uma visão política sobre os desafios da agenda, como é que se coloca a ação do multilateralismo, como se deve fortalecer, considerando-se os próximos anos. A Rio+20 é uma conferência modelada sob esse aspecto. Não se trata de voltar ao passado, não se trata de rever documentos acordados, não é nada disso. Portanto, não é uma conferência que está modelada no legado da Rio 92 quanto ao clima, quanto à biodiversidade, quanto à desertificação. Ela está modelada a partir do legado da Rio 92, que é o fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Portanto, ela é uma conferência que fala de desenvolvimento sustentável e está modelada a partir de duas mensagens chaves:

Uma, a questão da economia verde, considerando a erradicação da pobreza, e, do outro lado, a questão da governança do desenvolvimento sustentável. Vem nesse processo a governança ambiental. Quer dizer, a Conferência tem um mandato sobre governança do desenvolvimento sustentável e há um encaminhamento de debates, além da governança do desenvolvimento sustentável, do fortalecimento do Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente, Pnuma, ou Unep, em inglês, que foi criado em 1972. Um dos grandes resultados da Conferência de 1972 foi a criação do Pnuma. Portanto, foram comemorados os 40 anos do Pnuma em Nairóbi.

O que se está discutindo e, que está no contexto da discussão proposta por alguns países, é o processo de fortalecimento do IBAMA, perdão, da Unep, com a leitura que pode ser desde o fortalecimento porque a gente fala passo a passo, tendo uma revisão de gestão, com contribuições compulsórias, a universalização do Pnuma – até uma discussão – se ele ganharia contornos de uma agência internacional, de uma instituição internacional. Não há consenso ainda sobre nenhuma dessas propostas, por isso o processo de negociação no âmbito das Nações Unidas, mesmo do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, a proposta que está na mesa, que ganha robustez, é a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável do mesmo *status* – alguns sugerem – do Conselho de Segurança da ONU, uma vez que há uma reflexão estratégica na maioria dos países de que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, a famosa CSD, criada em 1992, que é um resultado concreto de 1992, mostrou-se insuficiente para lidar com o desafio de implementar, de fazer a implementação do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Essas são discussões internacionais que estão modelando aquilo que é o chapéu da Conferência, além de uma formulação importante, que é um debate sobre economia verde, que transita, ainda, com inquietações formuladas por muitos países, que temem que o conceito não tenha toda a envergadura conceitual necessária. Outros argumentam que não tem a envergadura jurídica necessária para ser adotado formalmente e, portanto, esse conceito suscita, às vezes, um conjunto de debates em torno, por exemplo, de se saber se isso não poderia levar, no futuro, a barreiras ao desenvolvimento de países em desenvolvimento ou a limitações, por exemplo, nas relações comerciais entre os países.

Esses são fatos concretos que estão sobre a mesa, fatos absolutamente pertinentes e absolutamente do processo de Nações Unidas. Quem conhece um pouco do processo multilateral sabe muito bem que isso é do jogo de se combinar e fazer conciliar, que é o grande espírito do multilateralismo, uma coisa que nós, como país democrático, fazemos questão de reforçar, que é a decisão por consenso, a decisão em que todos são convencidos a trilhar juntos o mesmo caminho. Essa é a beleza das Nações Unidas, não aquilo que é somente uma relação bilateral, em que a gente resolve entre dois países formalmente. Então, esse é o chamado contexto internacional.

Existe um terceiro tema, que está permeando, e esse junta todos, que é a erradicação da pobreza. Esse tema mobiliza todos os países, dá uma robustez importante à questão social no debate internacional. O Brasil, nesse caso, também é visto como um país estratégico para a construção de soluções robustas, de resultados robustos para a Conferência, não só pelos resultados expressivos que temos, nos últimos anos, de lidar com a pobreza, de erradicar a pobreza, mas também pelo seu firme compromisso político de erradicação da pobreza nos próximos anos. A leitura do Brasil internacional hoje é a leitura de um país que, nos últimos vinte anos, evoluiu muito do que era em 1992. Se fizermos uma comparação, fizermos a volta no tempo, vamos ver que o Brasil oferece resultados expressivos em todas as agendas, principalmente na agenda da democracia e da paz, mas que o país também tem os seus problemas, e tem desafios imensos ainda pela frente naquilo que é o guarda-chuva do desenvolvimento sustentável.

Eu vejo, Senador Cristovam, a educação, passando, em letras garrafais, por um grande desafio. Sei que o Ministro Mercadante está, aqui, agora falando sobre isso, sobre os desafios do Brasil com relação à educação, sobre inovação tecnológica, sobre a questão de proteção ambiental, sobre a incorporação dos ativos ambientais numa economia mais sustentável. Há desafios monumentais, mas não somos o País de vinte anos. E esse reconhecimento dá ao Brasil as condições de ser o País anfitrião da Conferência, e, mais do que isso, é um País facilitador e negociador de aproximação dos vários povos do Planeta. É isso que se espera do Brasil e é isso que o Brasil está fazendo. Portanto, não é uma agenda só ambiental. A área ambiental tem todo um destaque nesse processo, mas é uma agenda de sustentabilidade e desenvolvimento.

É óbvio que não podemos falar de sustentabilidade e desenvolvimento sem entendermos que as três dimensões do desenvolvimento sustentável devem ter a mesma robustez, a mesma expressão, o mesmo tamanho. Vi, no exterior, uma imagem, que compartilho com os senhores. É como se tivéssemos não os pilares, como o próprio GSP abandonou, mas três l´s, desenvolvimento sustentável tem uma dinâmica, você tem que ter movimento. Mas uma hélice, que é da ambiental, as hélices têm que ter o mesmo tamanho, porque senão não decola, porque não tem como, dentro do processo, você decolar com tamanhos distintos. Portanto, a ambição que defendo com muito vigor é a ambição de fortalecermos a sustentabilidade ambiental sob o guarda-chuva do desenvolvimento sustentável.

Então, no processo internacional, nós teremos esse caminho de negociação, cujos sinais são muito promissores quanto a resultados. Posso compartilhar com vocês. Há caminhos sólidos em relação aos debates sobre os objetivos do movimento sustentável. Talvez seja uma proposta que nasça do governo colombiano, que está na mesa de negociação, por quê?

Porque os objetivos do Desenvolvimento do Milênio são objetivos instituídos pela ONU para os países em desenvolvimento, cujo prazo final é 2015. A proposta é que você tenha uma complementariedade com os objetivos do movimento sustentável e que seja obrigatória para países desenvolvidos, além dos países em desenvolvimento.

Está-se procurando, buscando concretamente, sob o guarda-chuva da Conferência, obrigações para todos. Isso tem a ver, todos nós sabemos, um tema que é muito sensível, com padrões de produção e consumo sustentáveis. É insustentável achar que o Planeta vai se desenvolver, que a gente vai resolver problemas de equidade, problemas de pobreza... Basta viajar e verificar no nosso País e fora do nosso País, que a gente vai resolver isso repetindo padrões de consumo e de produção que são absolutamente insustentáveis. Portanto, é necessário ter uma postura também construtiva de obrigações por parte de países desenvolvidos, de mudança do seu comportamento em termos de consumo e de mudança das bases produtivas.

E aí outro aspecto importante vem para a mesa, nesta Conferência, que é distinta da de 92: o papel do setor privado. Esse é outro aspecto importante, não só a sociedade estará mobilizada – e vou falar em seguida sobre ela –, mas do setor privado. Em 1992, essa participação foi tímida, era uma coisa muito mais centrada nos países. E, na realidade, 92 tem um dos grandes ganhos que é você trazer os chamados médios grupos das Nações Unidas para a mesa.

Isto para o Brasil ainda se dá de uma maneira insuficiente. No nosso documento, na nossa submissão nacional, nós discutimos que a participação da sociedade civil no processo de tomar a decisão está ainda aquém daquilo que foi formulado em 92, e que nós entendemos que devemos ser mais ambiciosos em relação ao isso. E o setor privado, dando um foco específico, em 92, teve uma participação tímida, mas se desdobra a partir de 92, com a criação de várias instituições em torno dos empresários. E há uma ambição, sim, de uma plataforma empresarial sobre sustentabilidade, uma nova plataforma empresarial. Se nós observarmos o que está acontecendo em iniciativas como *The Global Compact*, iniciativas da própria Nações Unidas, iniciativas de Davos e outros, o próprio G-20 estava discutindo a questão da economia verde, do crescimento verde, da plataforma empresarial, percebemos sim que nós teremos participação expressiva e de mobilização de chefes de Estado, de importantes CEOs internacionais, que estarão no Brasil para debater a questão da Rio+20, a questão da sustentabilidade e o espaço do setor privado nessa agenda, nessa visão que os Senadores nos provocam em relação ao futuro do desenvolvimento e uma visão crítica sobre quais são, como diz o Senador Cristovam, as 60 perguntas que inquietam o futuro da humanidade. Sem que o capital privado esteja participando desse processo, nós não teremos condições de construir, porque, afinal de contas, eles movimentam os grandes fluxos financeiros do Planeta.

Destaco isso porque existe uma grande mobilização e no Brasil também. Chamo a atenção para o que está acontecendo de debates, de engajamento não só pela CNI, mas por foros empresariais, o Cebds, o Instituto E, o próprio conselhão nosso, Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tem uma larga participação no setor privado. E eles estão engajados no processo da conferência.

Seria até interessante que vocês pudessem chamar algumas lideranças empresariais brasileiras e fizessem um debate sobre sustentatibilidade e como é que eles, na verdade, vêem esse engajamento como compromisso. Nós sabemos que muitas empresas nacionais e multinacionais têm robustas pautas de, por exemplo, inclusão da mulher, de trabalho de sustentatibilidade, desenvolvimento e tecnologia com uma visão de negócio. Isso é interessante, pois, há 20 anos, não era assim. Você tem uma nova formulação, e isso está presente no contexto internacional.

Do lado social, vamos chamar mais amplo esse guarda-chuva, envolvendo todos os grupos da sociedade, nós temos uma forte mobilização dos jovens ao pessoal da área ambiental mais o pessoal da área social. Há um grande debate sobre a questão socioambiental e sobre a inclusão socioambiental. O termo que talvez seja mais usado que eu mais ouço é a questão da inclusão e de um desenvolvimento que seja solidário, um desenvolvimento que não leve a mais exclusões em relação àquilo que é uma palavra mágica e muito difícil nos debates internacionais que se chama equidade.

Então, essa será uma agenda que virá – entendo – pelos movimentos sociais e o Governo brasileiro tem estimulado fortemente que haja debate sobre isso. Por que eu digo "fortemente"? Agora vou falar um pouco mais sobre como é que a coisa está acontecendo no Brasil e quais são os espaços que estão pensados em relação à conferência, além do espaço obviamente oficial que é o espaço ONU que é no Riocentro.

O Governo brasileiro se organizou para essa conferência em várias frentes, mas talvez o que seja central e estruturante seja a Comissão Nacional da Rio+20, que foi instituída, ano passado, pela Presidente Dilma Rousseff, e que traz todos os segmentos – não só o Governo – para chancelar ou debater aquilo que é a posição do Governo brasileiro a ser apresentada – meu

caro Senador Luiz Henrique, prazer em revê-lo –, visando avaliar a posição brasileira, aquilo que será objeto de negociação formal no âmbito das Nações Unidas, de mobilização e de construção de agendas específicas daquilo que cada grupo eventualmente vai querer implementar como debate, durante a conferência.

A conferência tem dois grandes trilhos. O primeiro é o trilho formal das Nações Unidas. Vai ser no Riocentro, como os senhores sabem. Esse processo é comandado pela ONU. Quer dizer, é um espaço ONU, é um espaço em que quem entra, quem não sai, quem entra, quem permanece tem credenciamento, toda uma rotina de conferência de ONU. Exige um espaço não ONU, mas um espaço dentro da cidade do Rio de Janeiro dedicado aos vários grupos.

O Governo brasileiro teve o cuidado de propor que as áreas que seriam destinadas à sociedade civil, nas suas várias expressões, fossem áreas próximas ao Riocentro. Então, quem conhece o Rio de Janeiro, Parque dos Atletas, onde foi o Rock in Rio, o próprio autódromo, a maior distância era de 1,5 km para o Riocentro, exatamente para que tivesse uma visibilidade e nós pudéssemos interagir além daquilo que é a reunião formal da ONU.

Durante o Fórum Social Mundial, eu atendi várias lideranças que – estão instituindo a Cúpula dos Povos – pediram que a Cúpula dos Povos fosse realizada no Aterro do Flamengo. Então, quero registrar que li no jornal comentários de alguns brasileiros dizendo que o governo brasileiro tinha procurado excluir ou deixar distante a sociedade civil do Riocentro. Isso é uma inverdade, porque nós teremos, nos espaços próximos ao Riocentro, outras expressões da sociedade civil. E o Aterro foi escolha de um grupo que quer a Cúpula dos Povos e pediu que fosse lá, repetindo o que foi em 1992.

Então, temos uma tratativa, hoje, com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, com o Iphan, numa área tombada, e o Governo está assegurando todas as condições de participação das várias expressões da sociedade civil. Nós teremos, por exemplo, a instalação da Carioca, que é a aldeia indígena que esteve em 1992. Estamos assegurando a instalação para haver todos os ritos dos índios, e há populações indígenas que não estão nesse processo. Vão estar no Aterro. Então, há várias manifestações da sociedade civil, e os espaços estão sendo assegurados tanto próximos ao Riocentro quanto no Aterro do Flamengo ou, no caso, por exemplo, no porto do Rio de Janeiro, onde haverá espaços dedicados a exposições etc. para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Há grupos da sociedade que estão pedindo espaços para fazerem as suas exposições, suas manifestações e seus debates.

Então, não há nenhuma dificuldade, nenhuma restrição. Ao contrário. Estimulamos a mobilização, o engajamento, o debate de todos aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento sustentável, e o que estamos procurando como Governo Federal, juntamente com o Governo Estadual e o Governo Municipal, é assegurar as condições para que as pessoas possam estar no Rio de Janeiro e possam fazer suas manifestações e seu engajamento. Não há nenhum debate diferente disso ou distinto disso com áreas próximas ou áreas no Aterro, por opção da própria sociedade civil não só brasileira; o Fórum reuniu segmentos de vários países.

Finalmente, quero ressaltar que, além do processo em si sobre a questão da organização, quer dizer, dos espaços, estamos alocando recursos, contamos com parcerias do setor privado. A indústria vem maciçamente. Fui informada de que a Fiesp e a Firjan vão assumir um espaço no Forte de Copacabana, com grande área de debates. A CNI ocupa um hotel em Copacabana para se dedicar aos debates da conferência, reunindo várias pessoas do exterior. A sociedade civil, nas suas várias expressões, estará espalhada, vamos dizer assim, do Aterro ao Riocentro, e o Governo estará, obviamente, centralizado naquele espaço, que é o espaço do Riocentro, em torno do processo da conferência.

A conferência se organiza, o processo ONU, basicamente em quatro etapas. Vou falar quatro etapas porque há uma semana antes, que é a semana do meio ambiente, e, como os senhores devem saber, as Nações Unidas decidiram fazer o Dia Mundial do Meio Ambiente no Brasil. Portanto, nós estaremos, Senador Luiz Henrique, numa contagem regressiva a partir do dia 1º de junho. Primeiro de junho até o dia 12 – temos no meio o feriado de *Corpus Christi* – vai se um tempo definido para se discutir as questões ambientais; celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas teremos vários eventos conjuntos com as Nações Unidas. Brevemente estarão disponíveis, inclusive, os arranjos, quem participa etc..

Depois, do dia 13 a 15 – é o segundo momento da conferência –, aí, sim, todos os negociadores da declaração formal estarão no Brasil, ou seja, os países que estão negociando. Chamamos isso, no jargão, de a última Prepcon, a última conferência preparatória à conferência. É quando se fecha o acordo do texto, e, na realidade, faz-se, em relação às questões que eventualmente causem impasse, um sumário para discussão com chefes de Estado.

Então, de 13 a 15, temos um evento ONU. O segmento de alto nível é de 20 a 22 de junho, quando chefes de Estado estarão no Brasil. E, de 14 a 19, o

Governo brasileiro propôs – e o Secretário-Geral das Nações Unidas aceitou – que tivéssemos diálogo sobre desenvolvimento sustentável. São nove mesas de temáticas que debaterão com líderes da sociedade civil: empresários, prêmios Nobel, cientistas, formuladores de uma visão do futuro, Senador Cristovam Buarque; quais são os desafios do futuro da humanidade, quais são os grandes temas, todas as grandes questões que devem ser formuladas e colocadas para diálogo com chefes de Estado. Isso é inovador. É a primeira vez que nós vamos ter, numa conferência das Nações Unidas, representantes da sociedade civil, líderes mundiais da sociedade civil, depois dos debates, saindo para conversar, serão escolhidos alguns para dialogar diretamente com os chefes de Estado no Riocentro. E, a partir daí, a nossa expectativa é a de que esse conjunto de recomendações seja acolhido pelo Secretário das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para novo patamar, nova pauta em relação ao desenvolvimento sustentável, além da declaração política que vem da conferência.

Essas mesas incluem temas desde a crise econômica e financeira até a questão da erradicação da pobreza; inovação tecnológica, energia, oceanos, segurança hídrica, produção e seguro de alimentos nutricional, migrações, geração de empregos, ou seja, os temas que estão sendo colocados pelas Nações Unidas adensam o problema das cidades, a visão do futuro sobre cidades, trazendo aqueles que são grandes formuladores do mundo, grandes pensadores sobre a questão do desenvolvimento e o desafio que se impõe para os chefes de Estado.

Então, pela primeira vez, nós vamos ter um desenho dentro da Conferência das Nações Unidas, em que, de fato, você vai construir uma ponte, você vai traçar um primeiro caminho daquilo que é a posição do Governo brasileiro. Entendemos que temos que ter maiores espaços para o engajamento da sociedade civil no processo de formulação e de tomada de decisão sobre diretrizes, sobre rumos do Planeta, que é uma crítica recorrente desde 1992. Em 1992, tivemos o reconhecimento do *Major Groups*, mas é uma crítica absolutamente recorrente em torno daquilo que é o engajamento e o fortalecimento da própria ONU.

Então, esse é o processo que está desenhado. Nós teremos, paralelamente, eventos que chamamos, desculpem-me o jargão, de eventos paralelos. Em inglês, há duas expressões: um, *side event*. São os eventos que vão acontecer no Riocentro. São eventos paralelos à conferência, mas estão sob o guarda-chuva da ONU. Quem decide isso é a ONU. Vários países pedem eventos, e a ONU decide como vai ser isso e com que critérios. E há *offside event*, que são os eventos fora do Riocentro, os quais, nós, brasileiros, estamos estimulando. Agora é o período de inscrição. Encerra-se nesta semana, se não me falha a memória, e vamos consolidar. Vai haver uma programação oficial em vários lugares do Rio de Janeiro com n eventos. Só sobre gênero, só sobre iniciativas de mulheres, além da ONU Mulheres, temos várias propostas de eventos sobre o engajamento da mulher, empoderamento da mulher, mulher e sustentabilidade, a questão da violência. Há vários temas que estão sendo trabalhados, e vamos montar essa agenda assegurando as condições para o debate. Esta é a nossa responsabilidade com o país anfitrião: condições para que todos possam se juntar, criticar. É livre. As pessoas vão colocar posições concretas nesses espaços.

Há um processo sendo organizado com essa dimensão, e gostaria de chamar os senhores à observação de que isso tudo tem prazo. Portanto, vejam os *sites* oficiais da conferência. O Ministério do Meio Ambiente tem um *site* dedicado, junto com o Ministério das Relações Exteriores, e, a partir daí, engajem-se. Tem que ser formalizado. Nós teremos eventos importantes, como o do próprio Congresso Nacional. Com Parlamentares, teremos um grande evento, se não me falha a memória, do dia 15 a 17 de junho, com a iniciativa global de Parlamentares, que estarão discutindo desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro. Também teremos iniciativas formais de CEOs; há discussão se vai haver gente querendo fazer trabalho sobre clima, sobre biodiversidade; vai haver grupos debatendo vários temas, organizando-se e ocupando progressivamente a cidade do Rio de Janeiro. Essa é a expectativa.

Nós trabalhamos com uma ordem oficial cujo número é de 50 mil participantes na conferência. Essa é a nossa estimativa, entre credenciados e mobilizados. Há aqueles que trabalham com número muito maior, mas nisso é que estamos apostando, até agora, em relação às manifestações. E posso assegurar aos senhores que o engajamento será de alto nível. Teremos a presença maciça de chefes de Estado e de delegações importantes que querem discutir o desenvolvimento. O mundo vive não só uma crise econômica, o mundo vive não só uma crise ambiental, o mundo vive não só uma crise ética; ele vive uma crise de ideias, uma crise de visão de futuro e de algo que a área ambiental ou que as áreas dedicadas à questão da sustentabilidade vêm sinalizando, pelo menos há 40 anos.

Eu não diria nem há 20 anos, mas há 40 anos, se pegarmos a frase do Professor Ignacy Sachs, quando ele ainda apresenta a primeira teoria sobre ecodesenvolvimento. Aquilo que é o primórdio do que levaria ao desenvolvimento sustentável. E, se formos mais atrás, nos debates com Sunkel etc., vamos ver, ainda na

época dos cepalinos, que essa ideia já está presente. Nós vamos ver importantes lideranças econômicas brasileiras, portanto, formuladores do pensamento, com Celso Furtado. Você vai lá e, quando se discute fome, quando se discute pobreza, vê-se que a essência dessa discussão já está presente pelo menos há 40 ou 50 anos. Então, nós não estamos falando do novo como se fosse algo com o qual as pessoas não pudessem interagir. Estamos falando de algo que veio, no sentimento, para ficar, que é o desenvolvimento de sustentabilidade.

Partilho da ideia do Prof. Sachs no sentido de que, em 1992, vivíamos o apogeu econômico no Planeta. Era o neoliberalismo, e todas as soluções estavam encaminhadas. Mesmo assim, o desenvolvimento sustentável foi adotado como paradigma. Em 2012, nós vivemos uma crise de várias ordens, mas tenho certeza de que não vivemos uma das crises, que é a crise das ideias. Exatamente com base na crise das ideias é que a conferência se modela em torno de um paradigma que já foi consensualizado há 20 anos, que é o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Essas 60 questões do Senador devem ser multiplicadas por 10, porque há questões do mundo inteiro. Acho que isto que é excepcional, ser colocado com transparência e buscar, sim, a construção de novos caminhos, que é a oportunidade de todos no Brasil.

Finalmente, quero, mais uma vez, Senador Rodrigo Rollemberg, saudar esta Comissão, esta oportunidade do ciclo de debates que o Senado Federal nos provoca, e dizer claramente que temos a firme convicção de que o Brasil pode e deve se apresentar com uma ação emblemática não só pelos resultados que nós conquistamos, mas pela coragem dos desafios que nós temos que colocar sobre a mesa e construir junto com nossa sociedade. Acho que não se trata apenas de reduzir, por exemplo, o desmatamento. Em 1992, estávamos em xeque. Era um País questionado sobre o desmatamento da Amazônia. Mas não se trata só de reduzir, mas de buscar as alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do nosso povo, para uma inclusão social e para aquilo que é uma visão de futuro, porque, sem educação, sem inovação tecnológica, sem condições de saúde, sem evolução de políticas públicas robustas não podemos ser um País melhor. Então, acho que esse é um desafio que se coloca, e tenho a firme convicção de que a Rio+20 é um patamar não só para fazer bonito o que fizemos. Eu sou uma pessoa inquieta em relação a isso. Acho que nós temos, sim, condições de firmar um grande pacto com a sociedade brasileira e com a sociedade internacional sobre os desafios de um País emergente, um País importante, mas que se fundamenta basicamente pelo seu povo e pela sua democracia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Izabella.

Eu só quero registrar que a Comissão de Meio Ambiente já aprovou o ciclo de debates sobre o tema da Rio+20. Nós temos um tema que será a economia da sustentabilidade e vamos querer ouvir o setor produtivo, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de produção e consumo, inovação para sustentabilidade e sustentabilidade político-institucional.

Vou inscrever os Senadores para fazerem suas colocações e seus questionamentos.

Inicio pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ministra, como sempre, suas apresentações são extremamente bem informadas, convincentes e nos dão grande otimismo. Mesmo assim, eu não posso deixar de querer aprofundar um pouco para ver se podemos eliminar algumas dúvidas em relação à reunião. A primeira, e não em ordem de importância, é algo no qual a senhora tocou, e eu queria aprofundar.

Não há como recuperarmos o processo de evolução da humanidade sem as crises que vão ocorrer, sobretudo as quatro, porque, quando você resolve uma, cria a outra, que é o crescimento. Se se retoma o crescimento, cria-se a crise ecológica; a financeira, mas, para você resolver a financeira, o crescimento diminui, como está acontecendo na Europa; e a crise social, se o crescimento não vem, temos crise social, mas, se o crescimento vier, temos uma crise ecológica.

Então, há uma crise de ideia, de pensamento de um novo projeto civilizatório. E a senhora tocou nisso. Mas gostaria de insistir: que chance nós temos, durante a reunião, de repensar o padrão de consumo da sociedade moderna? Mantendo o padrão de consumo baseado em produtos que se usa por um ano, dois anos e que depois se joga fora para comprar outro, a curta duração dos produtos; mantendo o atual padrão de produção em que um produto é produzido em um lugar, é levado para outro e aí vai para outro, como ocorre aqui em Brasília, onde comemos tomate produzido em Goiás que passou por São Paulo, e muito mais na escala global, vai ser difícil termos um futuro, mesmo que medianamente, satisfatório.

O segundo é se vamos discutir o conceito mesmo de progresso. O progresso nasceu, muito tempo atrás, como o avanço da cultura; era assim que os gregos pensavam o progresso: as pessoas terem mais cultura. Era assim o homem rico: era um homem culto, não era um homem que tinha automóvel. Isso evoluiu ao nível de tratar o conhecimento socialmente, numa

sociedade que é capaz de entender como funciona o sistema solar. Hoje o conceito de progresso é o Produto Interno Bruto. Hoje a gente mede se um país é mais avançado que o outro sabendo se o PIB *per capita* é maior. O PIB em que está incluída a produção de armas. Como eu costumo dizer quando falo com alguns: a bala que matou John Lennon aumentou o PIB americano. É claro que é uma coisa muito insignificante, mas o valor daquela bala aumentou o PIB. Como é que a gente vai ter chance de discutir lá dentro o conceito de progresso?

O terceiro é a preferência por insumos de produção limpos, que chamamos todos por aí de verde. Vai-se discutir uma matriz energética limpa ou os petroleiros não vão deixar – inclusive o Brasil que virou um País petroleiro? Nós estamos melhores hoje na consciência do que em 92. Mas, quando a gente analisa essa ênfase brasileira em se transformar num país petroleiro, buscando petróleo a sete mil metros de profundidade – somam-se ao mar o terreno –, a gente fica em dúvida se o Brasil é um país que caminha para limpeza, porque qualquer desastrezinho ali vira uma tragédia. E se não houver desastre, a queima desse petróleo vai virar desastre também. Então, até que ponto a preferência por fontes limpas de energia a gente vai poder ter ali? E entram mais essas dificuldades grandes, de que a energia nuclear é limpa, mas é trágica.

A gente vai permitir energia nuclear em nome de que é limpa para hoje, mas em nome de que pode produzir um desastre de séculos e séculos e milênios até. Então, essa é uma coisa, a limpeza da energia.

Aí eu coloco, se a gente vai discutir, o que seria mais importante ainda: reduzir a necessidade de energia. Para que luz acesa numa sala que tem janelão? E para que uma arquitetura que faz um espaço sem janelas? Num desses dias, eu estava em um debate e mandei desligar a luz, e todos se viam normalmente. Obviamente que não se pode tirar a energia do microfone. Então, até que ponto a gente vai trabalhar, num debate, uma sociedade menos dependente de energia, além de fontes limpas de energia?

Mais dois pontos: um é a governança, que talvez seja o ponto mais difícil de quem quer ser otimista em relação ao futuro. O Obama disse em Copenhague: "Não há presidente do mundo. Eu sou presidente dos Estados Unidos da América e não posso, em nome de salvar a humanidade, prejudicar o consumidor americano". Imaginem o que ele dirá agora faltando três meses para sua reeleição!

Cada presidente senta ali pensando nos seus eleitores, e os seus eleitores, salvo um grupo de malucos como nós, só pensam no imediato, só pensam no curto prazo. Não há democracia olhando em longo prazo. A democracia é o voto do indivíduo. O indivíduo não tem mais do que uns poucos anos. Talvez ele consiga pensar no filho; alguns, raramente, nos netos. A partir daí, ninguém pensa. Por isso até que não existe, que eu saiba, um nome para dizer o filho do tataraneto ou tetraneto; nem existe a palavra, porque é uma coisa que não existe para nós. A governança dos problemas planetários na política nacional. A governança dos problemas de longo prazo numa política baseada no curto prazo.

E finalmente, uma última pergunta. Há três problemas para a realização prática da reunião, um deles são as instalações. A vez em que fomos – o Rodrigo foi também –, nós vimos como o Governo brasileiro está trabalhando bem na criação de uma infraestrutura. A Comissão vai de novo neste fim de semana, e eu não tenho a menor dúvida de que esse ponto está resolvido, apesar de me estar incomodando quantos bilhões de reais serão gastos com a segurança. Eu não consigo entender como se vai gastar tanto dinheiro com segurança na Copa e nas Olimpíadas, na Rio+20 e na vinda do Papa. Se não me engano, R$1,6 bilhão. É um negócio inacreditável que estejamos gastando tanto dinheiro com segurança para quatro eventos. Mas está sendo bem instalada.

As minhas preocupações são duas. Uma é a representatividade. Quais são as informações que a ministra tem que os grandes chefes de Estado melhorem – isso está errado. Os grandes chefes de Estado, que nem sempre são grandes, pessoalmente, virão aqui. O Obama virá faltando três meses para a campanha, correndo o risco de dizer alguma coisa boa para o público que está ali e que vai tirar voto dele, explorado pelos seus opositores? A Chanceler da Alemanha, creio, estará em eleições. A França talvez tenha um presidente recém-eleito, completamente desfocado. A China, que eu saiba, já confirmou. Então, como será a representatividade?

E, finalmente, a minha preocupação talvez maior: como vai ser o documento final dessa reunião? Porque já há alguns esboços, mas são esboços burocráticos.

Uma reunião como essa tem que ter uma mensagem ao mundo desvinculada do imediato, um documento desvinculado de soluções técnicas. Teria que ser um documento, que eu diria até, quase que poético, como a Carta das Nações Unidas que, 60 anos depois, ainda estamos lendo. Se aquela Carta tivesse resolvido os problemas imediatos do Estado, ninguém mais estaria falando. A gente tem que ter uma carta que os filhos, os netos, os bisnetos da gente digam que, em 2012, houve uma reunião no Rio em que se acenou para um progresso novo, para um tipo diferente de desenvolvimento, para uma evolução da humanida-

de combinando e sendo regida, sobretudo, pela ética nos propósitos e não pelas técnicas, que devem ser apenas um meio.

Essas são as considerações que eu tinha, reafirmando a satisfação que tenho de ouvi-la sempre e o otimismo que a senhora nos passa. E tenho que ficar muito cuidadoso para não cair nesse otimismo e não deixar de manifestar as minhas preocupações de que tenhamos uma reunião, talvez não com chefes de Estados de governos mais importantes, uma reunião, como disse o Presidente Collor, de mesmice. Não pode ser mesmice num momento tão grave que atravessa a humanidade. É uma oportunidade ímpar, e a nossa Presidenta tem tudo para virar uma grande líder mundial, mas não apenas uma gerente de reunião. Será um fracasso a Presidenta se transformar na boa gerente de uma reunião, em vez da grande inspiradora líder de um projeto alternativo para a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Passo a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador, pelas palavras e ideias inquietantes. O senhor, como sempre, um homem sedutor. Então, estamos aqui numa disputa para ver quem seduz mais. *(Riso.)*

Particularmente, eu sempre me atraio pelas suas inquietações e sempre fui provocada. O senhor não se lembra, mas, lá atrás, fui sua aluna, muito discreta. Efetivamente, tive o prazer de estudar na universidade de que o senhor foi reitor; tive a honra de estudar na Universidade de Brasília.

Mas vamos lá. Eu acho que aqui há questões extremamente importantes e que estão permeando muito nos debates de natureza política que estão na movimentação de engajamento para a conferência.

Sobre a questão de padrões de consumo. Nós entendemos que esse talvez seja um dos temas-chave da conferência, muito na linha do que o senhor disse: é impossível acharmos que nós teremos compromisso sobre o desenvolvimento sustentável, mesmo no guarda-chuva dos chamados objetivos do desenvolvimento sustentável, sem discutir novos rumos para os padrões de consumo, de produção e de consumos sustentáveis. E aí nós pegamos desde a questão da unidade de energia por produto até a questão em que se induz a essa onda sem sentido que, no passado, chamava-se de obsolescência planejada do capitalismo. Isso era o que o pessoal da Cepal, na década de 70, falava, denominava com muita clareza.

Então, este é um dos assuntos que estão na mesa, na negociação, não só daquilo que é declaração política, mas daquilo que movimenta, mobiliza os movimentos sociais. Um entendimento de que, se não houver uma mudança ou um caminho para mudança, melhor dizendo, ou seja, sem que se tenha obrigações para os países desenvolvidos em torno do seu consumo, é impossível se falar em sustentabilidade do Planeta. O desenho mostra como estão indo as turmas; há uma assim, outra que começa a se desenvolver, que a gente quer que saia dessa curva, mas essa outra tem que sair dessa curva também. Tem-se que mudar o rumo do consumo, não do consumo desenfreado, do consumo sem sustentabilidade. Quer dizer, esse debate sobre energia, sobre lâmpadas etc., eu faço a pergunta: quantas fábricas o Brasil tem de tecnologia LED? Zero! A China tem 35. LED, que é a mais avançada.

Então, há uma discussão sobre desenvolvimento, meu caro Senador Sérgio, que está por trás de todo esse processo. Por isso o apelo político da conferência. A conferência tem um apelo político que é um apelo de desenvolvimento sustentável, meio ambiente, questões sociais, questões econômicas. Mas é sobre desenvolvimento sustentável. E por isso tem a chance muito forte de engajamento não só de chefe de Estado, mas de delegações expressivas em torno dos temas que serão debatidos. Porque nós não estamos falando de uma parte da agenda; nós estamos falando muito disso que o Senador Cristovam nos coloca, que é uma conferência, como eu disse inicialmente, de declaração política de uma visão ambiciosa sobre futuro. Porque nós sabemos que, se for do jeito que está, não se sustenta nos próximos 40, 50 anos. Então, essa declaração política ambiciosa é que se busca na conferência.

O zero draft é o primeiro momento de juntar as pessoas. E como o senhor sabe muito bem, as pessoas querem ser vistas ou reconhecidas nas suas posições, que é a maneira de colocar todo mundo sentado à mesa. Então, este é o concreto: chama-se, reúne-se, formaliza-se e começa-se, a partir dali, buscar suas ambições. Para o Brasil, nós somos animais ambiciosos, o que está no zero draft. Para o Brasil, nós entendemos, por exemplo, que vale um debate mais estratégico sobre padrões de consumo. Vale também, como muitos países estão colocando sobre a mesa, o debate sobre PIB. Essa é uma proposta concreta que está sendo modelada, que não tem consenso sobre ela, mas que é um tema que entrou no documento. Há uma discussão, nas seis mil páginas, de maneira muito robusta, sobre a questão do PIB. Vários países estão colocando isso na mesa.

Então, respondendo o senhor de maneira objetiva, teremos chance de discutir se formos hábeis, se formos construtivos. No processo de negociação, são os assuntos que estão na mesa: padrões de consumo, a questão da medição do progresso. Não que se vá rever para amanhã, mas a mensagem para o futuro de

que é preciso mudar essa noção de progresso e que não se trata apenas de incorporação de custos ambientais ou de custos sociais. A ambição é um pouco maior que essa, que é, como o senhor faz referência, como medir progresso, como medir crescimento. Como há país no mundo que entende que indicador de felicidade é um indicador de medição de desenvolvimento e de progresso, então, temos discussões inquietantes. Mas esses assuntos estão, nesse momento, naquilo que chamamos de conjunto de temas objeto de debate político com vistas à conferência. Então, eu acho, sob esse aspecto, que a conferência está muito bem modelada, porque está acolhendo novas ideias.

Como isso vai se desdobrar ao longo do tempo, depende do processo de negociação das Nações Unidas, que nós temos que buscar não só nas Nações Unidas, mas na sociedade. Os meios estão lá. Nós estamos buscando esse diálogo e ampliando esse diálogo. Então, tanto o GDP/PIB, no seu discurso, quanto à questão de padrões de consumo, como a questão de insumos de produção limpa, como o senhor coloca, é bom lembrar que a discussão de energia e uma discussão em que não se muda a matriz da noite para o dia – a gente sabe disso. Por isso é um setor que requer planejamento de longo prazo. O que se discute, hoje, no mundo, com a iniciativa do próprio secretário geral de acesso à energia, participei agora nas Nações Unidas de uma iniciativa chamada *Energy for All* – energia para todos –, que é o resultado de um painel do próprio Secretário Ban Ki-Moon.

Todo mundo busca não só o acesso, mas com bases renováveis. Se a gente olhar o documento, ele é todo muito inspirado na sua fala, em coisas que o senhor falou e que estão lá traduzidas. E, na mesa de diálogo que nós teremos sobre energia – a mesa se chama "Acesso à Energia" – é a sustentabilidade. Portanto, nós não estamos falando só de acesso, nós estamos falando de eficiência, estamos falando de renovável e estamos falando do dilema que a humanidade tem de uma transição energética até 2030, 2040 sobre novas fontes de energia. Que tecnologias são essas que virão para a mesa, para fazer sentido a isso que a sociedade coloca como insustentável. Não só pelas questões climáticas, mas pelas questões sociais, pelas questões de custos; há "n" debates sobre a questão energética.

Por isso, tem o debate da mesa com os grandes pensadores, líderes da área. Nos diálogos eu chamo a atenção de que o governo não estará sentado, o governo só vai sentar na platéia. É importante ressaltar isso. Nós teremos os formuladores estratégicos de pensamentos nesses temas que estarão indicando essa ambição em relação ao futuro, procurando gerar insumos para influenciar nisso que é uma declaração política sobre os rumos da humanidade.

Esse é o charme da conferência. A conferência está permitindo que você pare não para discutir questões específicas, mas para discutir o futuro, a ambição em relação ao futuro. Eu acho que a sua colocação sobre uma declaração ambiciosa e inovadora tem todo sentido, ela não é uma declaração de gerente, ela é uma declaração de líderes, de chefes de Estado, de líderes mundiais, que se juntam com a sociedade para olhar e falar em daqui a 20 anos ou 30 anos. Por isso ela não essa vinculação com seu eleitorado de hoje, ela tem vinculação com o futuro eleitoral talvez de seus sucessores, do seu filho, talvez, se for chefe de Estado. Essa é a oportunidade que o Secretário Ban Ki-moon construiu, num processo que é marcado sempre por reações de curto prazo.

Então, se abra a chance para um debate de médio prazo e aí a ambição de mobilizar chefes de Estado. Eu não tenho a lista de todos confirmados, mas eu posso dizer que teremos expressiva participação. Os europeus virão em peso, como chefes de Estado. O Presidente Obama a Presidenta já o convidou. Ela vai, agora, à Alemanha, ela vai à Índia e ela vai aos Estados Unidos. Ela está pessoalmente engajada, posso assegurar aos senhores, no convite, além do convite formal, na mobilização de chefes de nações-chaves para o diálogo sobre o desenvolvimento no Planeta.

Tenho recebido mensagens não só advindas de primeiros-ministros, mas de pessoas ligadas a príncipes, pessoas importantes na formulação daquilo que é a mobilização da sociedade. Alguns países estão dedicados a participarem com alto nível. A nossa expectativa é que seja uma cúpula. Nós estamos trabalhando para que seja uma cúpula e as Nações Unidas entende que será uma cúpula. Então, nós teremos, sim, a participação expressiva de chefes de Estado, mas eu não posso dizer quem confirmou porque não tenho esse domínio, quem tem é o Ministério das Relações Exteriores. Sugeriria que, na próxima conversa, pudessem perguntar que chefes de Estado estão confirmados.

O Primeiro-Ministro da China já declarou publicamente que virá, como outros chefes de Estados já disseram que estarão aqui. Agora, eu ouvi a manifestação de alguns chefes de Estado africanos, seus ministros dizendo que seus chefes estarão.

Tão logo a gente tenha uma consolidação desses nomes, certamente o Governo brasileiro vai tornar isso acessível.

E finalmente a questão de governança que o senhor sinaliza. Aliás, perdão, já falei sobre isso, sobre o eleitorado, mas a questão de segurança. Os custos de segurança são custos muito distintos do que era há 20

anos. Agora, lembro que tudo que o Governo Federal está investindo também já serve para futuros eventos, como a Copa e as Olimpíadas, na parte de segurança.

Uma coisa, como os senhores sabem, como o país-sede, nós arcamos com as despesas de todos aqueles que nós convidamos formalmente. Então, os custos das delegações são arcados até certo número pelo governo anfitrião. E as despesas de segurança, segundo os requisitos de segurança da ONU, são cálculos que vêm da ONU e que o Brasil tem que recepcionar e nós tivemos o cuidado de investir já pensando nos futuros eventos que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro. Então, há uma combinação e são novos requisitos. Há 20 anos, os requisitos de segurança eram muito distintos do que nós tínhamos hoje no Planeta.

Então, esse é um ponto que mobiliza, mas eu tenho firme convicção de que toda a competência do Governo e, em particular, do Itamaraty e Ministério da Defesa em trabalharmos juntos para assegurar todas as condições de segurança e as condições políticas para uma conferência exitosa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra. Nós temos inscritos aqui o Senador Sérgio Souza, Senador Jorge Viana, Senadora Vanessa Grazziotin. Peço licença ao Senador Sérgio Souza, vou fazer umas rápidas observações e questionamentos à Ministra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu não solicitei a inscrição porque imaginei que ia ser adotado o critério anterior pela ordem de chegada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª está inscrito.

Ministra, mais uma vez agradecendo a presença de V. Exª aqui neste plenário, eu compartilho algumas das preocupações levantadas pelo Senador Cristovam. Vejo que nós temos duas dimensões dessa conferência. A dimensão internacional e uma dimensão nacional.

Foi a partir da Rio 92 que o Brasil incorporou, ainda que parcialmente, o conceito de desenvolvimento sustentável. Entendo que o Brasil, hoje, tem condições de se apresentar de forma positiva nessa conferência, embora tenhamos inúmeros problemas a serem enfrentados. Mas o fato é que o Brasil, nós últimos anos, conseguiu aliar crescimento econômico com redução da pobreza, com redução do desmatamento e isso, sem dúvidas, são aspectos positivos.

Mas eu tenho uma preocupação de que nós tenhamos nessa conferência apenas o rearranjo do capitalismo internacional, sem modificar profundamente a forma de organização desse capitalismo. Até por uma percepção de que os recursos naturais estão se esgotando e que é o próprio capitalismo precisa se renovar. Mas sem modificar as formas, digamos, estruturantes do capitalismo. Ou seja, para dar um exemplo, se trocaria como mola mestra da economia mundial as energias fósseis pelas energias renováveis, mas sem modificar o modelo concentrador em que uma pequena parte da população se beneficia em detrimento do restante.

É claro que também a questão dos padrões de consumo e de produção se colocam nesse debate.

Eu pergunto: qual o risco de essa discussão da economia verde derivar para alguma imposição de barreiras comerciais não tarifárias para os países em desenvolvimento, até porque não está muito claro – e, talvez, se se perguntar aqui aos Senadores presentes o que cada um pensa de economia verde, como conceituaria verde, provavelmente nós teríamos conceituações diferentes feitas por cada Senador.

A outra questão: qual é a expectativa do Governo brasileiro em relação à criação desse conselho de desenvolvimento sustentável, com uma força que efetivamente possa ter na governança internacional capaz de tomar decisões importantes. E qual é a expectativa também do Governo brasileiro de transformação do PNUMA, o Programa Nacional das Nações Unidos para o Meio Ambiente, numa agência com características ou com equivalência, por exemplo, a uma Organização Mundial do Comércio. Isso do ponto de vista internacional.

Do ponto de vista do legado nacional, tenho a impressão que a participação da sociedade civil pode contribuir para uma grande convergência nacional no sentido de uma avaliação sobre que tipo de desenvolvimento nós queremos, porque eu acho que há um consenso nacional de que uma prioridade do nosso País deve ser a eliminação da pobreza. E é claro que a redução da pobreza exige crescimento econômico e crescimento econômico vai exigir que o Brasil, de uma forma inteligente, se debruce sobre alguns desafios, especialmente o desafio energético. Não haverá desenvolvimento se não houver um consumo maior de energia. E nesse sentido, eu acho que o Brasil tem uma característica absolutamente privilegiada em relação à grande maioria dos países do mundo, que é: a abundância de água no território nacional (12% da água do planeta); a diversidade da nossa matriz energética, uma possibilidade imensa de diversidade da nossa matriz energética; a questão da segurança alimentar, por sermos um país produtor de alimentos; a

nossa imensa biodiversidade; e o fato de sermos um país democrático.

É claro que temos imensos desafios em todas essas áreas. Na questão da água ainda temos um grande desperdício, o mal uso da água, embora tenhamos evoluído nos últimos anos, com a legislação que implementou os comitês de bacias hidrográficas. E uma possibilidade que pode ser uma grande convergência, a partir da conscientização desse processo – e é muito importante essa conscientização pelo Governo brasileiro – é que no processo de renovação das concessões das usinas hidrelétricas, que já tiveram o preço do seu investimento, da sua construção amortizado ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que pode provocar uma modicidade, uma redução do preço da tarifa, nós tenhamos, retirando pequena parcela desses recursos, um volume enorme de recursos para custear um grande programa de pagamento por serviços ambientais, especialmente para recuperar as nossas áreas de preservação permanente ripárias.

Do ponto de vista da questão da energia, sempre que se fala em energia, nós temos alguns dilemas. O Brasil, até alguns anos atrás, foi sempre muito elogiado por ter na composição da sua matriz energética uma grande parte renováveis, especialmente de usinas hidrelétricas. Mas, hoje, cada vez mais, se discute – está aí o debate em relação a Belo Monte – sobre o impacto que as usinas hidrelétricas causam a populações tradicionais, às populações indígenas e ao próprio meio ambiente.

O Brasil desenvolveu tecnologias de fio d´água que permitem hoje produzir energia elétrica com impacto muito menor, mas também produz muito menos energia elétrica porque tem que aproveitar o fluxo dos rios. Nós, quando falamos em energia nuclear é a que menos emite gases de efeito estufa, mas é a que, se houver algum acidente, provoca danos maiores.

Nós temos o pré-sal, que é uma riqueza fabulosa, mas corre o risco de acidente, e sobretudo a utilização do petróleo emite gases de efeito estufa e contribui para o aquecimento do planeta. A energia solar, nós temos grande vocação para a agroenergia, mas também ampliar muito a ocupação brasileira com cana de açúcar, quer dizer, a monocultura, traz impacto,consumo muito grande de água. Fomos para a eólica e para a solar. A eólica hoje não tem condições ainda de abastecer o consumo de um país como o Brasil. E a energia eólica afeta as paisagens dos litorais brasileiros...

E tem outras dificuldades, enfim.

Se a gente for para a questão dos alimentos, na nossa agenda hoje tem uma utilização enorme de agrotóxicos e uma dependência enorme às sementes, que são monopólio de sete ou oito grandes e poderosas corporações internacionais, ao mesmo tempo em que temos uma dependência enorme dos insumos agrícolas, sobretudo da fórmula nitrogênio, fósforo e potássio. E temos um país exportador de alimentos que não consegue agregar o valor à produção aqui. E nós não queremos ser um mero exportador de alimentos. Temos essa imensa biodiversidade, mas não conhecemos a biodiversidade e não sabemos explorá-la de forma sustentável essa biodiversidade. E somos um país democrata. Em relação a alguns países na posição dos BRICS, por exemplo, nós temos essa vantagem de sermos um país democrata.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Exatamente.

Eu gostaria de ouvir qual a sua expectativa, Ministra, como ministra e militante antiga, não pela idade, naturalmente, mas pelo tempo que milita nas causas ambientais, em relação a uma grande convergência nacional, com a participação da sociedade civil, do Governo, para buscar o equilíbrio entre todas essas questões, esses desafios que estão colocados aqui e essas oportunidades e possibilidades que são oferecidas ao Brasil, tendo em conta que duas questões que são absolutamente indispensáveis à boa utilização de todas essas possibilidades é o Brasil efetivamente modificar o seu padrão educacional, como sempre reitera o nosso Senador Cristovam, e dar um salto de qualidade no que se refere à inovação tecnológica, porque é através do conhecimento científico e tecnológico que a gente vai poder resolver grande parte desses problemas e aproveitar as oportunidades apontadas aqui.

Eu gostaria de ouvir de V. Exª qual é a sua expectativa em relação à possibilidade de uma grande convergência nacional como um legado interno da Rio+20.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom, isso dá uma conferência, mas, de qualquer maneira, vou responder rapidamente para depois ficar um pouco nessa última questão que o senhor coloca, Senador Rollemberg, primeiro sobre a questão da desigualdade, do debate sobre equidade, o que está traduzido ou fica muito explícito quando se fala de energia, de educação, de acesso a alimentos. São temas globais que estão na mesa. Quando você compara o que são desigualdades em um país como o Brasil e um país como a Índia, países emergentes, quem conhece um pouco mais desses países vai entender o tamanho do desafio do Planeta.

Às vezes eu acho que as pessoas tratam as questões de uma maneira meio superficial. Eu tenho tido a oportunidade de dialogar de maneira muito próxima com o Ministro do Meio Ambiente da Índia. Dez vezes ser Ministra do Meio Ambiente no Brasil! Lidar com a escala de desigualdade, com a cultura, porque

há outras camadas de aspectos que levam à tomada de decisão e que influenciam o comportamento da sociedade estão presentes nessas várias sociedades. Se formos para a China, o debate é outro; se formos para os países africanos, a questão é outra; se formos para os países sul-americanos, nossos parceiros, amigos, colegas de fronteira, a realidade é completamente diferente. Então esse debate permeia constantemente aquilo que é o desenvolvimento sustentável. Não tem como! É isso que a Conferência está oferecendo. Não dá para adiar mais essa questão de edição de desigualdade e equidade, você vai ter que buscar um caminho, nem que seja a partir de entendimentos nacionais e o reconhecimento internacional sobre isso, porque não é fácil!

O Brasil é um país que parcialmente evoluiu de maneira expressiva e importante em relação à pobreza, mas um país ainda desigual. E os desafios não se resolvem em uma ou duas gerações. Agora o compromisso formal de buscar soluções para isso, que eu acho que este País alcança, ou já alcançou, vem buscando, mesmo neste que eu chamo de período de transição, que talvez minha geração não testemunhará, mas a geração seguinte vai viver isso de outro jeito, eu acho excepcional. Então eu acho que a Conferência traz esse desenho, essa oportunidade um pouco para a gente, no mundo globalizado, entender quais são as diferenças dos nossos parceiros. Trata-se de uma Conferência que busca construir convergências com base em diferenças. Esse é um desafio político importante de líderes mundiais.

O Brasil, a sociedade brasileira, não estou falando só de chefes de importantes nações, estou falando de sociedades líderes, sociedades que buscam seus espaços, sociedade brasileira tem hoje uma liderança expressiva no Planeta por intermédio de seus vários grupos, não só pelo Governo, individualmente e coletivamente falando. Projetos, inovações, questões de saúde, inovação tecnológica, questões de educação, a questão de alimentos, o que significa... Por exemplo, vamos pegar a história da Embrapa. O que é a Embrapa hoje no mundo? Há vinte, trinta anos, nós estávamos falando de algo muito pequeno. Isso é liderança da sociedade; não do Governo. É a sociedade que se coloca e se questiona. É fundamental que a sociedade se questione sempre e seja ambiciosa em relação àquilo que é qualidade de vida e qualidade ambiental. É um valor para a sociedade brasileira. No meu entendimento, a sustentabilidade tem que se transformar em um valor, fazer parte daquele conjunto de valores essenciais, como ética, rigidez nas políticas públicas etc., aquilo que a democracia nos oferece com muita transparência.

Quanto à primeira questão que o senhor me coloca, acho que está na mesa, sim. A discussão de capitalismo vai um pouco além disso. Está-se buscando novos caminhos, não se trata de acabar o capitalismo, mas o que está em cheque no mundo é quais são os novos caminhos sobre esse novo capitalismo, essa questão financeira, porque se mostrou que países que modelaram soluções de mercado estão em crise, países que modelaram soluções baseadas somente no Estado estão em crise e com perdas sociais expressivas. Veja o que está acontecendo com a classe média europeia e com a americana! É só olhar, leiam. Tenho lido e tenho ficada impressionada com o que significa coisas que nós, há dez anos, jamais poderíamos supor que pudessem acontecer e que acontecessem nessa velocidade que estão acontecendo.

As taxas de desemprego na Europa para jovens são imensas. Nem o Brasil experimentou, no auge da crise, taxas tão comprometedoras. Verifiquem os pedidos – temos discutido isto –, de fluxo ao contrário. O que está acontecendo de gente de país desenvolvido pedir para vir trabalhar no Brasil! Não é por causa de oportunidade de emprego, há uma discussão maior, que é essa questão de desigualdade, de acesso a empregos decentes, novos empregos, que levam à condição de sociedade mais robusta. Então acho que há a liderança do Brasil sobre esse aspecto da sociedade brasileira, que não pode se perder.

Segundo aspecto, economia verde. O senhor me pergunta qual o risco disso derivar em barreiras não tarifárias. Esse é um dos temores que alguns países expressam. A União Europeia patrocina esse debate. Essa história da economia verde vem muito modelada por colocações de países da União Europeia. Alguns países africanos recepcionam esse conceito só que, como o senhor mesmo disse, não está claro o que significa. Tenho ouvido de muitos países uma inquietação conceitual, uma inquietação jurídica, se tem o que a gente chama de arquitetura jurídica para o conceito para que se evite esse desdobramento, ou seja, que seja uma imposição para limitar desenvolvimento de países em desenvolvimento. Lembram-se os senhores que, no ano passado, houve uma conferência na Cepal sobre economia verde, cuja declaração final da conferência não menciona economia verde. Os países têm alta resistência sobre isso; tem gente com resistência expressiva sobre isso.

Convidei o comissário de Meio Ambiente da União Europeia, que é um grande parceiro do Brasil nos diálogos na questão ambiental, para vir ao Brasil, na semana de 16 de março, para participar de um debate fechado com alguns convidados. Eu o convidei para falar para alguns brasileiros sobre economia verde e para o de-

bate com o Brasil. É preciso que a gente tenha fóruns de debates além daqueles que representam apenas as negociações formais, para que a gente possa colocar em cheque, para que a gente possa evoluir. Há uma resistência também de vários movimentos sociais, isso foi formalizado no fórum social temático, então acho que, como país anfitrião, país mediador, facilitar, devemos explorar para dar robustez àquilo que está no mandato da Conferência. Economia verde está na resolução da ONU. Nós temos que ter uma resposta sobre isso.

Sobre a questão da UNEP, aqui vale um esclarecimento. Como Ministra de Meio Ambiente do Brasil e como brasileira, somos absolutamente favoráveis ao fortalecimento da UNEP. É inquestionável! Eu fiz até alusão à imagem de uma hélice menor, que tem que ter o mesmo tamanho de todas as hélices etc. São inquestionáveis os avanços da UNEP e do PNUMA no Planeta, e é importante olhar o debate sobre o fortalecimento.

A proposta sobre a agência não tem consenso, até porque não se diz o que é essa agência, o que significa isso. Agora questões importantes que devem ser colocadas na mesa remontam, por exemplo, as contribuições que hoje, na UNEP, são apenas voluntárias. Cerca de 20 países, de fato, contribuem para a UNEP; 20 países de 194. Temos menos de 64, 65 membros da UNEP em um contexto de 194. Criar uma nova instituição significa, no curto prazo, não responder a essas situações; significa estabelecer um processo de negociação de um novo acordo legal e depois ratificar isso em todos os países do mundo. Essa é a mensagem dentro da dinâmica das Nações Unidas. Então temos que ter clareza. Qual é o fato objetivo? Queremos fortalecer a UNEP. Como fazê-lo? Passo a passo? Tendo um *hold map*? Tendo uma visão para uma futura instituição internacional de outro porte? Como é que isso acomoda? Essas discussões todas estão no processo de negociação.

O Brasil é absolutamente objetivo em relação a isso. Desejamos trilhar um caminho robusto em relação ao fortalecimento da UNEP, em curto e médio prazos. Queremos as duas instâncias, como queremos também em relação ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Entendemos que, no Conselho de Desenvolvimento Sustentável, com o mandato do próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, que define como prioridade o desenvolvimento sustentável, não é possível que a gente continue tratando a questão do desenvolvimento sustentável formalmente, dentro das Nações Unidas, no quarto subsolo, dentro de um comitê, que é o Ecosoc (Conselho Econômico e Social), que foi criado no pós-guerra, sem nenhuma sensibilidade para a questão da sustentabilidade.

A sustentabilidade é muito maior do que essas discussões. Então temos que ter uma visibilidade na estrutura. E a ambição do Governo brasileiro é que a gente assuma o fortalecimento do PNUMA e assuma o fortalecimento da governança do desenvolvimento sustentável naquilo que fazem os chefes de Estados, os líderes: enxerguemos o desafio, isso que o Senador Cristovam coloca como a ambição para o futuro. Qual é a grande mensagem? Se não formos capazes de tornar isso visível nas Nações Unidas, nós não teremos nunca a sustentabilidade como a grande mensagem política para o Planeta.

E, finalmente, o que o senhor me coloca em relação ao que o senhor escreveu aqui "nosso futuro comum", o desafio de uma agenda. Esses temas todos que o senhor coloca são os desafios da nova agenda ambiental do Brasil, da nova agenda da sustentabilidade. É impossível discutir uma energia renovável sem lidar com o potencial hidráulico do país. Nenhum país que tem potencial hidráulico abriu mão de gerar energia renovável hidráulica. O que temos que dizer é se vamos gerar tudo ou se nós vamos fazer escolhas em torno de outro interesse, por exemplo, potencial hidráulico em terra indígena. É um debate que depende da regulamentação do art. 231, da Constituição. Esta Casa tem que, junto, construir uma solução para isso. Não aproveitar potencial hidráulico, com toda a tecnologia que o Brasil tem – nós não produzimos hidrelétrica, nós produzimos na década de 70, na década de 80, quando teve a primeira grande crise sobre a questão das hidrelétricas – significa abrir mão de uma energia com determinado custo, com determinada tecnologia e buscar outras fontes energéticas. O desafio, o charme, se eu posso usar essa expressão, é que o Brasil, de todas as fontes que o senhor colocou, tem alternativas em todas elas. Poucos países do mundo têm essa chance; poucos países do mundo. Talvez sejamos o único país que reúna condições de operar, mesmo com energia fóssil, uma transição naquilo que operamos em caráter complementar.

Temos que ter uma discussão sobre matriz elétrica e matriz energética, são duas coisas distintas. A matriz elétrica brasileira caminha para 85% de renovável. Nenhum país oferece isso. Com preços de eólica, mesmo com fator de geração eólica não chega a 40%. O nosso sistema brasileiro é interligado. Nós precisamos de robustez na geração de energia e continuidade. Nós não temos o custo isolado, nós distribuímos energia em função da sazonalidade.

Então existem aspectos técnicos estratégicos do nosso parque energético, como geração de energia elétrica, que é um lado da questão, que o debate não é o mesmo que você tem com outros países, em

que você tem plantas isoladas ou geração pontual. Eu acho que a questão ambiental está recepcionando um debate sobre aperfeiçoar o processo de geração de energia renovável neste País, isso sim, com inclusão de debates, o fortalecimento do licenciamento ambiental, com o entendimento do que tem que ser remunerado, como deve ser remunerado. Agora, por outro lado, não se trata de sangrar, coisas que são pedidas, às vezes, no licenciamento ambiental, que não têm nada a ver com a tomada de decisão da hidrelétrica ou da térmica ou eventualmente da eólica. Lembro que o País, nos últimos dois anos, ofereceu leilões contínuos de eólica, licenciamento dos Estados e têm sido colocadas questões sobre o impacto, localização, se você vai tirar gente daquela região, porque não tem como gerar energia sem impacto ambiental socioambiental. É impossível! O que nós temos é que minimizar o impacto negativo e melhorar o impacto positivo. Temos sempre de lembrar que o Brasil é o país que tem todas as diversidades de fontes energéticas que existem hoje, que este País detém, e de oportunidades de inovação tecnológica. Talvez, este seja o único País que reúna tudo isso. Não conheço outro país com essa diversidade.

Então, temos de ter serenidade para fazer o debate sobre os requisitos do desenvolvimento sustentável. Não se desenvolve sem energia, mas também não se desenvolve com tanto desperdício de energia! A eficiência tem um papel importante, a tecnologia tem um papel importante, o desenvolvimento energético regional tem um papel importante, o acesso à energia tem um papel importante. Veja uma família que tem acesso à energia elétrica pela primeira vez! Tenho o sonho de que as populações tradicionais – estou vendo aqui meu amigo Eduardo Braga, em cujo Estado há reserva extrativista –, as populações que vivem nas Unidades de Conservação neste País, possam ter acesso à energia elétrica. Essas populações não têm acesso à energia elétrica, e isso é injusto social e ambientalmente. Você quer que ele proteja a floresta, mas ele vive na escuridão. Veja o que significa colocar uma lâmpada dentro da casa de uma família dessas, que passa a ter acesso à energia e acesso à Internet. O que se quer fazer é uma dupla exclusão? Não é isso que o País busca!

Então, é preciso haver serenidade no debate sobre as opções de desenvolvimento. É fácil ser contra e, internacionalmente, fazer *fund raising* para suas instituições, dizendo que é contra o impacto ambiental no Brasil. Questiono isso. Está aí: o Ibama tem toda a isenção em relação a licenciamento. Em todo o meu trabalho como Ministra de Estado, temos assegurado as condições de o Ibama fazer isso sem interferência política. Tanto isso é verdade, que Belo Monte, como o senhor citou, foi multada porque não cumpriu prazos. Se não cumpriu prazos e se o Ibama entendeu que tinha de multar, a empresa foi multada, como o Madeira foi multado, como outras hidroelétricas foram multadas, como outros empreendimentos de infraestrutura foram multados, porque é assim que se faz um país robusto.

Mas temos de discutir, sim, novas tecnologias. Falo das inundações. Vejo aqui o Senador e meu amigo Jorge Viana. Das inundações o Brasil sempre fica refém em janeiro e em fevereiro. Uma das maneiras de se regularem as inundações é fazer barramento, reservatório. Num país que cresce exponencialmente na urbanização, qual o debate que deve ser feito? Vai se preferir que haja inundação todo ano, ou haverá um debate estratégico sobre reserva com barramentos, com sustentabilidade, com geração de energia, com inclusão social e com proteção ambiental?

Mas há situações em que não há como gerar energia. Não acho que a gente tenha de destruir Unidades de Conservação para gerar energia elétrica. E as unidades criadas no passado? Se, antes da criação dessas unidades, elas foram informadas no inventário, se estava no processo escrito que haveria o inventário e que seria preciso compatibilizar os dois, pelo amor de Deus, vamos cumprir a agenda de sustentabilidade e de desenvolvimento neste País! É fácil reclamar, mas vamos ser construtivos, vamos promover a inclusão energética neste País de maneira sustentável!

A eficiência energética é um ponto estratégico no desenvolvimento? Sem sombra de dúvida! Luto eternamente em relação a isso. Concordo com as ponderações feitas aqui. Eu adoraria que, em vez de haver essa lâmpada – e já eficiência energética desde a época da crise de energia –, houvesse tecnologia, por exemplo, de LED produzida no Brasil, que eu não tivesse de importar essa tecnologia, que eu tivesse plantas no Brasil para fazer isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministra, perdoe-me, mas acho que o debate tem de ser construtivo, para não ficar um monólogo.

Veja: está tramitando no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) um processo que diz respeito à aprovação de um Processo Produtivo Básico (PPB) para a fabricação de lâmpadas com base em LED no Polo Industrial de Manaus, e isso não anda por causa do *lobby* de empresas. Se o Ministério do Meio Ambiente se posiciona claramente e se o que o Brasil desperdiça em iluminação pública... O maior desperdício do Brasil em energia hoje não se dá em energia industrial nem em energia residencial, mas, sim, em energia pública, em que há grandes desperdícios. E não há uma política nessa área. No Brasil, não há

sequer um Processo Produtivo Básico aprovado para a fabricação de lâmpada LED. Se queremos ser eficientes em pleno séc. XXI em iluminação, em consumo de energia para iluminação, temos de entrar na tecnologia LED, e, no Brasil, não há Processo Produtivo Básico para fabricação de lâmpada com base em LED.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Quanto a essa observação sobre tecnologia – vou terminar minha fala, porque há outros Senadores inscritos –, quanto ao que está posto sobre o que o senhor nos provoca, sobre água, energia, alimentos, produção de etanol, cana, temos de ter a serenidade de fazer um planejamento integrado, de entender o papel de cada fonte energética e de, obviamente, reduzir os impactos socioambientais. Tecnologia é chave para isso, mas formulação estratégica de matriz para o futuro também é chave para isso. Os debates internacionais sobre energia são essenciais para a agenda de sustentabilidade e também para a produção de alimentos.

O senhor fala, com muita clareza, não só da questão dos agrotóxicos. O Brasil deve crescer na produção de alimentos de natureza orgânica. Temos espaço para a agroecologia, temos espaço para n tecnologias que estão colocadas na mesa e para as quais não damos escala maior, talvez, pela falta de debate. O Plano Setorial da Agricultura, o chamado Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), fornece insumos para uma visão mais abrangente sobre o desafio de produzir alimentos em todas as modalidades com sustentabilidade.

A mesma coisa se dá quando se fala da questão da biodiversidade. É essencial que possamos avançar no acesso ao recurso genético. O Ministério do Meio Ambiente tem uma proposta finalizada de modernização das regras para acesso aos recursos genéticos neste País, e é preciso haver desenvolvimento tecnológico para isso.

Queremos lidar com o problema de saúde no mundo sem lidar com a questão dos medicamentos. A fronteira de produção de medicamentos com inovação associada a acesso a recursos genéticos, com pagamento, com acesso aos *royalties*, é essencial para esse processo, para o conhecimento tradicional. Com isso, poderíamos acabar com a biopirataria neste País.

No fundo, temas apontados pelo senhor, como educação, água, energia, fazem parte da nova agenda ambiental. Essa é a nova agenda. Um país que cresce, que se desenvolve, que quer proteger e que protege também está desafiado a mudar o seu patamar de gestão estratégica de agenda ambiental. Como o Senador Eduardo Braga diz, é preciso integrar os diálogos nas políticas. Já temos um largo caminho percorrido juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas é importante construir essa visão de convergência com geração de empregos e com tecnologias mais eficientes do ponto de vista ambiental.

Então, essa é uma nova agenda. Como o senhor disse, eu não sou velha, eu sou precoce, mas acho que está na hora de, pós Rio+20, implantarmos uma agenda ambiental que não seja apenas reativa, mas que seja uma agenda que realmente hospede todas as diretrizes e aspectos estratégicos do desenvolvimento neste País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Izabella Teixeira.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria sugerir que as perguntas fossem objetivas – já são 12h11 –, para que todos os Senadores pudessem participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O apelo está feito pelo Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Minha cara Ministra Izabella Teixeira, é sempre uma honra ouvi-la. Eu me sinto muito confortável como congressista, como representante de uma parcela da sociedade, ao contar com V. Exª no comando do Ministério do Meio Ambiente, porque percebo, na sua fala, o profundo conhecimento que detém sobre essas questões e, principalmente, a sua sensibilidade em relação à sustentabilidade, ao equilíbrio. Disso é que precisamos. Sabemos muito bem como V. Exª conduziu as questões do Código Florestal e como V. Exª tem conduzido outras questões de interesse do Brasil e de relevância nacional.

A questão da sustentabilidade, que já foi colocada como premissa na Rio 92 e que foi resgatada na Rio+20, provavelmente, estará presente na Rio+40, na Rio+60, assim por diante. Acho que, daqui a quinhentos anos, discutiremos sustentabilidade neste Planeta.

Na minha visão, tudo se dá em função do homem, em função do ser humano. Há a necessidade de preservação e também a necessidade de sobrevivência do sistema como um todo e do ecossistema, incluindo-se o ser humano, o homem. Há duas premissas básicas: o meio ambiente e a produção de alimentos. A Rio+20 insere a questão da erradicação da pobreza,

e aí o Brasil entra com importância ímpar no cenário mundial da produção de alimentos.

Ontem, recebi no Senado Federal – até me ausentei da Comissão de Meio Ambiente por essa ocasião –, a Comissária Chefe da União Europeia para o Clima, Connie Hedegaard, que me apresentou uma questão que transfiro a V. Exª, Ministra Izabella: qual é a visão do Brasil sobre economia verde?

Percebi que o continente europeu está muito focado nessa questão da economia verde. Parece-me que eles têm como missão essa questão da economia verde. Eles querem postar ou rotular isso para todo o Planeta e querem fazer da Rio+20 o ícone para o debate dessa situação. Entendo que isso está dentro da sustentabilidade. É um ramo da sustentabilidade a economia verde, mas esse não deveria, em minha opinião, ser o ícone principal.

Apresento mais três questões objetivas que dizem respeito à sustentabilidade.

Passados vinte anos daquela Conferência, parece que, agora, o foco da comunidade internacional recai sobre a promoção da economia verde, enfatizando, assim, apenas um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Na Eco 92, houve pelo menos outros dois pilares: a viabilidade econômica e a responsabilidade ambiental e justiça social.

Pergunto a V. Exª: qual a importância que a comunidade internacional ainda atribui ao conceito de desenvolvimento sustentável? Em que medida a ênfase na promoção da economia verde prejudica ou contribui para a busca do desenvolvimento sustentável? Qual a posição do Brasil em relação a esse aparente conflito? Por fim, qual a contribuição do modelo de desenvolvimento historicamente vigente no mundo, que privilegia o crescimento econômico em detrimento da proteção ambiental e da inclusão social, para a atual crise econômica internacional?

Eram essas, Sr. Presidente, minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

A Ministra Izabella pede que eu consulte os nobres Senadores se cada um prefere fazer suas intervenções...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vamos fazer as perguntas a cada três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A cada três Senadores? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Rodrigo Rollemberg, Exmª Srª Ministra Izabella Teixeira, Srªs e Srs. Senadores, assessores do Ministério, representantes de organizações não governamentais ligadas ao meio ambiente, o pensador Jeffrey Sachs acaba de publicar um livro muito importante, cujo título é *A Riqueza de Todos*. Nesse livro, ele estabelece três premissas para que o mundo atinja o desenvolvimento sustentável. Primeiro, diz Jeffrey Sachs, teremos de desenvolver e adotar, numa escala global e num breve período de tempo, tecnologias sustentáveis que nos permitam combinar altos níveis de prosperidade com impactos ambientais mais baixos. Segundo, teremos de estabilizar a população global, especialmente a dos países mais pobres, a fim de conjugar prosperidade econômica com sustentabilidade. E, em terceiro lugar, teremos de ajudar os países mais pobres a escapar da armadilha da pobreza.

Jeffrey Sachs salienta que, "em 1820, o país rico do mundo, o Reino Unido, tinha renda média por pessoa aproximadamente três vezes maior do que a da região mais pobre, a África subsaariana. Em 2006, o país mais rico do mundo, os Estados Unidos, tinha uma renda **per capita** cerca de vinte vezes maior do que a região mais pobre, ainda a África subsaariana".

Lembra o professor que a parcela da população urbana era inferior a 10% em 1800; aumentou para cerca de 13%, em 1900; 29%, 1950; 47%, em 2000; 50%, em 2007, e hoje, quatro anos depois, já chegou a 52%. A menos que a população seja controlada, por meio de tecnologias e políticas apropriadas, as cidades podem se tornar espaços de enorme destruição ecológica.

Dentre essas premissas, perguntaria à nobre Ministra, com quem tivemos a oportunidade de estabelecer uma parceria muito proveitosa e exitosa na elaboração aqui, no Senado, do texto do Código Florestal, o Senador Jorge Viana e eu, se o Governo já cogita a elaboração de um código ambiental urbano, para regular as relações de 85% da população brasileira que já vive em 1% do território, confinada em 1% do território nacional, no meio urbano.

Por outro lado, o jornal *Valor*, edição de hoje, destaca como manchete que as fábricas de refrigeradores Consul e Brastemp da cidade de Joinville, da qual fui prefeito três vezes, estabeleceu uma meta ambiental audaciosa: tornar-se, em 2014, a primeira fábrica do mundo em seu segmento a reduzir a zero o envio de resíduos industriais para aterros. Hoje, a unidade joinvilense já destina à reciclagem 94% dos resíduos de seu processo produtivo e 80,7% dos materiais de geladeiras e *freezers* recolhidos em programa de logística reversa. Por outro lado, conheci recentemente uma empresa na cidade de Brusque, em Santa Catarina, que coleta as aparas que são produzidas nas indústrias têxteis e as reprocessa em novos produtos têxteis. Disse-me o diretor que o que eles aproveitam

de material representa a produção de duas grandes fazendas de algodão.

O que quero perguntar é se não seria interessante estabelecer um questionário ao meio industrial, via Internet, para identificar exemplos como esses dessa indústria têxtil recicladora e das indústrias de refrigeração Consul e Brastemp, para apresentar como *cases* de grande eficiência ambiental na Conferência Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Creio que todos os inscritos já se pronunciaram... Ah, estão começando. Tudo bem. Vejamos a ordem de inscrição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que me passaram. É que eu cedi a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Então, com a palavra a Senadora Vanessa, que tem preferência absoluta sobre todos nós... Ah, é o Jorge?

Está bem, Senador Jorge Viana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que deve haver um critério. O Senador Jorge já estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não é por nada, é porque tenho...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – É o critério do cavalheirismo, *ladies first*.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço desculpas, porque eu estava ao telefone, conversando com o Tião sobre a situação de cheia no Acre, lamentando inclusive a maneira como a imprensa nacional tem tratado um dos maiores desastres naturais do Brasil, que é o que ocorre lá no Acre hoje.

Mas agradeço à querida amiga Vanessa, porque tenho um compromisso fora com o Governador do Distrito Federal e não posso ficar mais tempo. Agradeço aos colegas.

Ministra Izabella, quero cumprimentá-la pela maneira absolutamente ponderada e objetiva, mas firme com que a senhora, junto com o Patriota, mas especialmente a senhora, tem tratado a Conferência Rio+20.

Anotei alguns pontos sobre os quais gostaria de falar, pena que o Senador Cristovam, que preside a nossa Comissão que acompanha a Rio+20, não esteja mais aqui, mas penso que não é fácil realizar essa conferência nesse período. O mundo está sem líderes, em crise, numa crise econômica profunda, que mudou de endereço, saiu dos Estados Unidos e foi para a Europa, e carrega consigo os problemas antigos. Fome, por exemplo. Um bilhão e meio; dois bilhões dos sete bilhões estão ainda vivendo na fome, na escuridão. Ao mesmo tempo, o mundo também está de cabeça para baixo. A perspectiva dos países desenvolvidos é que os países em desenvolvimento possam se habilitar e, com isso, com essa dinâmica econômica, possam puxar o mundo para uma situação um pouco melhor. Ou seja, da Rio 92 para cá, o mundo é outro. Agora, se o mundo mudou muito, quem mais mudou foi o Brasil. O Brasil talvez seja um dos países do mundo que mais pode falar sobre a Rio 92, por tudo que aconteceu nesse período entre a Rio 92 e a Rio+20.

Então, Ministra, se o Brasil mudou indicadores econômicos, sociais e ambientais nesse período; e também se o Brasil hoje é uma referência no mundo de crescimento com inclusão, de uma economia que o mundo, cambaleando, mas a economia do Brasil sendo uma referência; se o Brasil tem um diferencial de recursos naturais, de povo – e aí entra de momento que está vivendo, de crescer com inclusão –, ou seja, a agenda socioambiental do Brasil, por mais que alguns tentem esconder, é uma agenda que é referência hoje no mundo. Na Rio 92, o Brasil era o exemplo de país que estava destruindo seus recursos naturais. Hoje, isso já não é mais verdade. A quantidade de unidades de conservação que o Brasil tinha e que tem hoje é exponencialmente diferente. A base da nossa política mudou completamente. Nós temos hoje, talvez – e aí, estou aqui ao lado do querido Senador Aloysio, não é uma coisa só do PT; é do País. O Presidente Fernando Henrique fez um papel importante quando pôs fim a um ciclo que não tinha fim, quando criou o real, promoveu uma estabilidade econômica; entrou o Presidente Lula e conseguiu fazer o bom uso dessa estabilidade, promovendo crescimento com inclusão social de milhões de brasileiros.

O nosso problema agora é outro. Ontem estava aqui no Senado o Presidente do Banco Central. Ele usou uma frase: "O Brasil ainda não aprendeu a usar bem o potencial de crescimento que tem, de que dispõe, que encontrou, que reuniu". Agora, nesse ambiente, qual é o país do mundo – isso eu quero colocar aqui – mais adequado para sediar a Rio+20? Eu acho que é o Brasil.

Então, Ministra, a Rio+20 tem uma vantagem; está no melhor endereço: o Brasil, porque fazer uma Rio+20 na Europa, nos Estados Unidos, escolher algum daqueles países que a gente vê, com uma população muito pequena, com bastantes recursos e aí viver num ambiente de indicadores socioambientais elevados, isso é razoável fazer. Mas vá trabalhar com o mundo real. Aí muda de figura. Então, o primeiro aspecto para mim é que acho que é uma bela oportunidade para o Brasil e para o mundo termos como endereço o Brasil para a Rio+20.

O debate mesmo é sobre crescimento, sobre desenvolvimento, porque o mundo tem que crescer e se desenvolver. Não tem jeito, não tem como, não vou repetir aqui. Mas falar que temos aí um bilhão e meio de pessoas que não têm garantia alimentar diariamente no mundo é real! Que pessoas estão na escuridão ainda, ou seja, estão há alguns séculos atrás, é real! Agora, queria vir para os nossos problemas. Se o Brasil é um bom endereço, se o Brasil tem o que apresentar, o Brasil, por ter este povo, por reunir essas condições, tem tudo para ser o protagonista na Rio+20. Precisa ser não só a sede; tem que liderar o processo. E aí acho que estamos caminhando para isso. E de onde vem a força para liderar o processo? No mundo hoje, acho que não virá dos governos. Virá mais dos indivíduos e da sociedade do que dos governos. Não adianta querermos fazer um acerto. Os organismos multilaterais do mundo estão passando por sérios problemas, inclusive de credibilidade, de força; tomam uma decisão e ninguém cumpre.

Então, o protagonismo de uma conferência como essa está preso hoje no cidadão. O cidadão do mundo inteiro hoje se comunica e está procurando estabelecer limites e cobranças. O que vejo de problemas é que um movimento muito interessante que temos no mundo inteiro, que é o movimento ambiental, para alguns o ambientalismo, acho que aqui no Brasil temos que fazer uma consertação também, e o bom é que aconteça antes da Rio+20, porque, em alguns setores desse movimento ambiental, estão beirando ao autoritarismo, deixando de lado uma tese fantástica, que é uma tese do futuro, porque, para mim, essa conferência é uma espécie de um dia depois de amanhã. A Conferência Rio+20, para o mundo, é um dia depois de amanhã; a gente pensar algo que vá depois de amanhã. E aí está havendo um desencontro enorme. Eu conversava com o Senador Aloysio sobre isso. Temos que falar de aumento de produção de alimento, gente; de aumento de fornecimento de energia. E, nesses vinte anos, o que aconteceu? O Brasil melhorou seu regramento para licenciamento ambiental – não adianta dizer o contrário. Agora quebramos recorde de redução do desmatamento. Isso é real! O Brasil ampliou suas unidades de conservação. Se está faltando recursos e outras coisas, vamos focar, mas peguemos o caso das hidrelétricas.

O Brasil estacionou o surgimento de novas hidrelétricas, com base em quê? Em erros do passado. Balbina, para falar. Mas o Brasil hoje não tem ninguém com coragem de propor uma nova Balbina, mas aí nós fomos para outro lado. Os companheiros, o movimento ambiental chega e diz: mais cuidado com o meio ambiente. Ótimo. Aí mudam-se as regras, se vão introduzir nova tecnologia. Vão para o Madeira. Se vão fazer duas hidrelétricas – tentei colaborar para que acontecessem –, que incorporam nova tecnologia, que atendem a uma preocupação do movimento ambiental, que é o de não ter um grande barramento, de não ter lagos. Para isso, tem que diminuir o fator de capacidade. Quando se diminui o fator de capacidade, perde-se do ponto de vista econômico para ganhar do ponto de vista ambiental, mas os mesmos que propõem a redução, a perda no fator de capacidade, a perda econômica para meio ambiente ganhar, diz agora que não pode implantar a hidrelétrica porque ela é insustentável do ponto de vista econômico. Aí vamos ter de seguir com que modelo?

Então, gente, o Brasil não pode criar uma série de unidades de conservação para que habilite o País a fazer algo do ponto de vista de atividade econômica e depois a gente esquece e diz que agora não pode fazer hidrelétrica porque tem unidade de conservação no entorno. Mas a unidade de conservação foi criada no entorno para que se possa fazer um empreendimento. Então, tem que ter essa consertação.

Lamentavelmente, mesmo no debate do Código Florestal, não quero me pronunciar agora, assim, de maneira definitiva, enquanto a Câmara não votar, mas, sinceramente, alguns estão teimando em esconder a verdade. Não é possível que alguém consiga esconder a verdade durante tanto tempo quando tem algo escrito. Então, quando a lei for aprovada é claro que alguém vai poder questionar se o Brasil estará implementando, ou não esse novo regramento que vem com o Código Florestal. Claro, e é bom que façamos isso, mas ninguém vai poder negar o que está escrito.

Então, Ministra, acredito sinceramente que o mais importante neste momento, já que a senhora é uma das responsáveis por fazer a junção das ideias e propostas, junto com o Patriota e outros... Eu acho que neste momento é como podemos fugir dessa armadilha perigosa, para que a Rio+20 seja, pelo menos, à altura da Rio-92, porque a Rio-92 foi muito importante. Ela, de alguma maneira, ajudou em algumas dessas conquistas a que eu estava me referindo. Mas, como nós vamos fazer isso, na hora que o mundo – ninguém acredita... Parece que a solução agora é voltar a crescer do ponto de vista econômico.

Eu acho que o foco tem de estar um pouco nessa rede mundial que se comunica, que são os indivíduos mundiais, as pessoas. Como fazer para que o cidadão mundial seja protagonista, porque a sociedade e os indivíduos, para mim, estão na frente dos governos hoje, inclusive do ponto de vista da agenda socioambiental.

Agora, eu vou dizer uma outra coisa aqui: eu acho que a sociedade e os indivíduos estão na frente do movimento ambiental, especialmente o brasileiro.

Estão na frente, porque o movimento ambiental está fazendo uma luta do pedaço, da parte, e está abrindo mão de uma luta por tudo. Isso é incompatível.

Eu sou de um Estado que gerou uma das maiores lideranças e que ganhou fama no mundo, que é o Chico Mendes. Chico Mendes era um exímio negociador, conciliador entre conservar o meio ambiente, preservar o meio ambiente e promover desenvolvimento.

A Ministra tem toda razão quando põe aqui, mesmo de maneira leve, mas com firmeza, porque o questionamento em cima de sua postura, Ministra, que tem lado, que tem posição, ele não se sustenta. É como se fosse uma ministra fraca. Conciliar não é sinal de fraqueza: é sinal de objetividade e de firmeza. Buscar o consenso pela causa, isso é mais importante do que no dissenso viver e se alimentar disso.

Então, eu acho que, assim, nessa Conferência nossa, como fugir da armadilha de um mundo que não tem líderes? Como fugir da armadilha de um mundo em que as instâncias colegiadas estão debilitadas, e o grau de consciência aumentou? O grau de consciência aumentou. Então, para mim, quando se colocou que a fome, a economia verde... Já se está fazendo um debate conceitual em cima da economia verde, sem discutir o que vamos fazer.

O que podemos fazer? Quero concluir. Não quero alongar-me mais, mas vou dar um exemplo de uma propaganda que passava – não passa mais – e de que sempre me lembro quando estou numa palestra ou numa conversa e falo. Era uma propaganda da Mitsubishi sobre o Paris-Dakar e, na propaganda, divulgando que a Mitsubishi ganhou nove vezes seguidas o Paris-Dakar, tem uma frase perdida que fala o seguinte: "Nós ganhamos nove vezes o Paris-Dakar, porque nós nunca disputamos com nossos adversários. Nossa disputa sempre foi com o deserto".

Eu acho isso de uma sabedoria fabulosa: a disputa é com o deserto, porque, se você vai disputar com o adversário, tem que estar olhando o retrovisor e, às vezes, o carro capota.

Então, o Brasil, na Rio+20, acho que o nosso objetivo hoje tem de ser o mundo, porque não temos referência para nos escorarmos. Não temos um líder poderoso que pode chegar e garantir o sucesso da conferência. Acho que o processo todo tem de estar nessa geração que o mundo acolhe hoje e que se comunica por redes sociais, que derruba governos na Primavera Árabe, mas que também, agora, já superou isso. É bom que alguns movimentos teimem querer, de maneira quase autoritária, conduzir a tudo e a todos. Isso também está ficando para trás.

Então, tomara que a Presidente Dilma consiga garantir, sim, a presença de líderes importantes, mas principalmente da criatividade, que certamente pode vir. De uma área que tem tantos colaboradores, a gente possa estabelecer na Rio+20 uma nova agenda para o Planeta, mas uma agenda objetiva, que concilie conservação de recursos naturais com atendimento de necessidades básicas de cidadãos do mundo inteiro, que ainda não alcançaram isso. E, ao mesmo tempo, que possam estabelecer alguns limites para esse consumismo desenfreado em que o mundo está metido. Que se possa estabelecer um modelo mental nos consumidores que estabeleça um novo padrão de consumo. Eu acredito nisso e sou otimista para isso. E a Rio+20, em vez de estabelecer regra para governo, quem sabe pode estabelecer compromissos em que todos os cidadãos se sintam incluídos, para um novo Planeta, para um dia depois de amanhã?

Era isso o que eu queria pôr, além de cumprimentar V. Exª pela maneira objetiva, responsável, e pela maneira de cuidar do meio ambiente no Brasil, que acho muito importante. Está levando adiante o trabalho que o Presidente Lula começou, com a Marina, com o Minc. A senhora está aprofundando isso, mostrando a maturidade que o Brasil vive na gestão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Portanto, tivemos três inscritos, e agora vamos ouvir a Ministra Izabella Teixeira. Em seguida, ouviremos os...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não, não. É o seguinte: eu tenho uma ponderação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª quer que todos falem primeiro?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Somos só dois inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não há óbice nenhum de parte da presidência, que estava sugerindo isso quando o nobre Senador Eduardo Braga sugeriu que fossem três. Era o que eu estava a sugerir, meu querido amigo Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É que V. Exª teve de ausentar-se por razões superiores e não pôde perceber o entendimento logo a seguir com o Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço desculpas. Peço desculpas, porque o entendimento anterior era este, de que seriam três e, depois, a Ministra falaria, por sugestão do querido amigo, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, vamos lá.

Vamos ouvir agora, com muita alegria, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou tentar ser extremamente sintética, mesmo porque acho que as observações que fez aqui o Senador Jorge Viana, primeiro, destacam a importância desse evento.

Ouve-se muito falar pelo Brasil que sediaremos os mais importantes, e muitas vezes nos pegamos repetindo essas questões, que sediaremos os eventos mais importantes dos próximos tempos: Copa, Olimpíadas. Mas poucos falam sobre a Rio+20. Eu acho que a Rio 92 foi um marco muito importante para essa questão ambiental, para chamar a atenção do mundo para a necessidade de uma evolução do ponto de vista de tornar as preocupações ambientais muito mais presentes. Isso tudo se traduz nessa questão do desenvolvimento sustentável. Portanto, não preciso repetir da importância do evento, do papel que o Brasil tem de assumir. Assume independente de onde quer se realizem as conferências sobre os diversos temas sobre meio ambiente. A Ministra sabe disto: o quanto ela é esperada em cada evento internacional que tem o meio ambiente, porque, se nós somos uma das mais importantes nações em relação à economia, ao tamanho, às questões geopolíticas, em relação ao meio ambiente, nós somos o G1; somos o primeiro, e não há dúvida quanto a isso.

Então, acho que, por esse fato, e não só porque é no Brasil, mas, também, principalmente porque é no Brasil, o Governo brasileiro tem essa grande responsabilidade de fazer com que a Rio+20 não seja só um aglomerado de debates sobre temas mais diversificados. E eu penso, Ministra Izabella, que o documento inicial proposto pelo Brasil para a Rio+20 é um documento muito importante, porque parte do abstrato para o concreto; aponta medidas concretas, medidas que temos não só condições de aprovar, mas de implementar futuramente. Então, quero cumprimentar por todo esse debate e o empenho que o Governo brasileiro tem tido.

Essa mobilização de chefes de nação. Nós estivemos, eu e o Senador Rodrigo Rollemberg, participando da COP (Conferência das Partes sobre o Clima), que a senhora... *(Pausa.)* Nós estivemos participando da COP e vimos que as nações esperavam até mais de nós, do Governo brasileiro, em relação às mobilizações. Mas, iniciado o ano de 2012, penso que devemos, com muita força, fazer esse processo de mobilização. Do ponto de vista parlamentar, Senador Rodrigo não falou – talvez o Senador Eduardo fale ainda também –, nós estamos procurando fazer uma grande mobilização, Ministra.

V. Exª já foi convidada a participar, e vamos fazer aqui através da Globo Internacional um grande evento com parlamentares. E isso é muito importante., porque a sociedade civil se mobiliza muito, o parlamento do mundo inteiro deve mobilizar-se também, porque a política executiva só se transforma numa política real a partir do momento em que os dispositivos legais estejam perfeitamente aprovados. O que nós estamos fazendo agora com o Código Florestal em absolutamente tudo? Então, a inserção do parlamento, de parlamentares nesse debate é muito importante. Então, está aí: nessa grande mobilização, deverão vir para cá mais de 300 parlamentares do mundo inteiro, pelo menos de países muito importantes em relação a questões climáticas.

Por fim, quero falar de desenvolvimento sustentável.

Quando o Presidente Lula assumiu, em 2003, uma das primeiras medidas do seu governo foi, até por pressão dos governadores – naquela época, havia sido eleito o Governador do Amazonas também, o Senador Eduardo Braga, e à frente do Ministério estava Marina Silva, que é do Acre. Houve uma grande mobilização, uma pressão dos governos dos Estados e das bancadas, e elaborou-se em conjunto, o Governo Federal e os nove Estados, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), Ministra.

Eu considero uma das melhores peças que temos no Brasil em relação à sustentabilidade, mas infelizmente, quase 6 ou 7 anos depois de aprovado o plano, eu mesma fui a diversos ministérios e quase não consegui encontrar uma versão impressa desse plano.

Retomamos o debate, fizemos uma grande mobilização, os governadores também retomaram, o Parlamento também procurou dar a sua contribuição, Ministra.

Então, com isso, quero falar desse plano e dizer que a orientação, o norte, já sabemos o que queremos. O que nos falta? Eu acho que duas coisa, que separadamente não vão a lugar nenhum. Primeiro, são recursos financeiros. Não adianta falar em sustentabilidade se não tem fonte de financiamento, e o segundo é a questão gerencial, de gestão. Também não adianta ter muito dinheiro se não tem uma boa gestão. E aí vamos pegar aqui o exemplo do CBA. Talvez o CBA seja a maior vítima, Senador Eduardo. O Centro de Biotecnologia da Amazônia o único – temos um importante instituto de pesquisa além das universidades estaduais e federais; no Pará, o Museu Goeldi, e o Impa no Amazonas, e temos o CBA, que foi construído com muita teimosia e sem aprovação do Governo Federal, com recursos do Mdic – leia-se Suframa. Está lá construído. Construído há mais de..inaugurado há 10 anos aproximadamente, e não está funcionando até hoje. Não podemos dizer que um instituto que funciona com pesquisadores recebendo bolsa, que sequer têm

um modelo de gestão, Ministra, esteja funcionando. Eu acompanho muito de perto, muito de perto, porque no Governo Fernando Henrique, ele queria repassar sem nenhum debate, sem nenhum diálogo, para uma organização social, e assim o fez.

A primeira providência da organização social foi fazer um pacto com uma farmacêutica para remeter – era este o nosso papel – amostras para serem pesquisadas fora por uma farmacêutica. Aí, claro que isso sucumbiu – não só o convênio, mas a própria OS que fez esse absurdo.

De lá para cá, Ministra, nós – eu acho que é um erro colocar o defeito no vizinho; vamos colocar o defeito dentro da nossa própria casa – não tivemos capacidade de aprovar um modelo de gestão, até hoje. Até hoje, não tem modelo de gestão. Então, acho que, de nossa parte, do ponto de vista teórico, a gente tem sabido formular. Acho que ainda emperramos muito, e o papel da senhora, Ministra, cujo ministério não é nem do Desenvolvimento, nem de Minas e Energia, nem de Ciência e Tecnologia , nem de Educação... É Meio Ambiente. Portanto, ele é transversal. O papel de buscar esse consenso, esse diálogo, papel que cabe, portanto, ao Ministério de Meio Ambiente, é fundamental, Ministra.

Então, acho que a Rio+20 não deve servir só para o mundo, não. Ela deve servir para nós. Não tenho dúvida alguma de que ela vai servir muito para nós, Ministra. Mas aqui fica o apelo: mete lá a colher também, Ministra, neste debate sobre a gestão, porque a gente não tem uma justificativa para dar por que não temos até hoje um modelo de gestão para o CBA. Se fica com o MCT, se fica com o Mdic, isso é o menos importante. O mais importante é ele funcionar, e a gente fazer aquilo que o Senador Jorge Viana disse: nós não sabemos usar a nossa capacidade para o desenvolvimento e o combate à pobreza. Nós não sabemos. Tudo o que a gente discute, Ministra, sabe onde vamos parar? Lá na Amazônia. Nós temos 75% da capacidade de energia, nós temos a maior reserva de água potável, nós temos uma reserva mineral nem conhecida ainda. A silvinita nos arredores de Manaus, e o Brasil importando potássio. Importando potássio! E aí prejudicando a nossa balança. É ruim, porque, se a balança não está boa, o aperto fiscal é maior, há menos dinheiro para tudo.

Então, Ministro, eram essas as observações que gostaria de fazer. No mais, não se preocupe. O Parlamento, principalmente nós, vamos nos envolver muito com a Rio+20, vamos fazer um estardalhaço, vamos querer fazer muito, não é, Senador Rodrigo, Senador Eduardo, Senador Sérgio?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Gostaria de registrar que já havia sido colocado aqui a realização da Cúpula Mundial dos Legisladores, que deve reunir mais de 300 parlamentares de todo o mundo uma semana antes da realização oficial da Rio+20, nos dias 15 a 17.

Agradecendo as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin, passo agora a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o sempre competente Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, por esta audiência pública e expressar mais uma vez o meu carinho, o meu apreço e a minha admiração à Ministra Izabella Teixeira e ser muito objetivo. Nesses anos todos, pela primeira vez, quero colocar, com uma certa angústia, a questão da Rio+20.

Fiz questão de ler a pauta desta reunião, Sr. Presidente, que tem a finalidade de discutir a posição do Brasil no evento Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que acontecerá dos dias 20 a 22 de junho deste ano. Esta é a razão deste debate.

Fiz questão também de entrar nessa tecnologia maravilhosa, que é a Internet, e entrar na página das Nações Unidas sobre a Rio+20 e ler "objetivos e temas". Os dois temas em foco na conferência serão: a) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Pois bem. Participei, minha querida Ministra, de diversas conferências das Nações Unidas sobre o tema do meio ambiente e o tema da biodiversidade. Confesso à senhora que depois da Copa de 2016, deixei de ir a essas convenções por entender que devemos ter um certo pragmatismo e uma certa objetividade.

O Brasil apresentou muitos avanços, como muitos já disseram, no entanto, esses avanços não representaram o início de um arranjo produtivo econômico na economia verde. Chegamos muito próximos, mas não criamos isso. Aprovamos no Senado da República, não nesta Legislatura, mas na Legislatura passada, uma nova lei dos resíduos sólidos. No entanto, a questão da geração de emprego, por exemplo, para cooperativas no que diz respeito à questão da coleta de PET, que poderia ser algo importantíssimo na contribuição para a erradicação da pobreza, pouco ou quase nada andou.

E nós, no Brasil, um País que teve tantos avanços e um País que tem, como foi dito aqui, um papel de protagonista nessa relação, chega ao ponto de, numa crise de etanol, ser obrigado a importar etanol produzido à base de milho, quando lutamos tanto para

derrubar as barreiras para a exportação do nosso etanol. Ainda recentemente, a nossa Presidenta Dilma chamou a atenção do Governo exatamente nessa direção. Quer dizer, lutamos para derrubar as barreiras alfandegárias contra o nosso etanol e, quando alcançamos isso, passamos a ser importadores por razões de que, na economia verde, de novo, não demos um passo importante.

Falei, ainda há pouco, do processo produtivo básico do LED, que a senhora inclusive se manifestou favoravelmente. Ministra, se a senhora, com o peso do Ministério do Meio Ambiente, não se posicionar internamente, isso não andará, pelo *lobby*, lamentavelmente, que existe do setor privado para que isso não ande. E o Ministério tem de tomar posições com relação ao assunto junto à Casa Civil, à Presidência da República, porque já se vai quase 1,5 ano de discussão com relação ao processo produtivo básico.

Economia verde, Ministra, na Amazônia – e aí vou corroborar o que a Senadora Vanessa colocou – passa por biodiversidade, passa por biotecnologia. Não é possível. O Brasil tem – não por dois anos, três anos ou uma década – há mais de uma década, um centro de biodiversidade amazônico, chamado CBA, que só existe de fato, porque, de direito, não consegue. E nós chegamos ao absurdo de, quando conseguimos desenvolver uma patente, não conseguirmos registrá-la porque não existe a figura jurídica do CBA. Se o cientista sai do CBA, leva com ele o conhecimento e faz o registro de patente em outra instituição, perdendo-se, portanto, a possibilidade de o CBA ter o registro da patente.

Ministra, não vamos poder fazer discussão na Rio+20 sobre biodiversidade, sem biotecnologia. Só quero citar aqui um exemplo. Todos sabemos, Senador Rollemberg, que a origem da indústria de medicamentos foi os fitoterápicos, que tiveram como base a utilização das plantas medicinais e dos princípios ativos da natureza para fazer os medicamentos fitoterápicos. No entanto, fizemos uma migração tecnológica dos fitoterápicos para a síntese química. Agora, vamos fazer uma terceira migração, que é para síntese da biotecnologia na produção de medicamentos. O Brasil, entre os países megadiversos, é G1, é o maior país em megadiversidade. E, lamentavelmente, não conseguimos avançar. E isso, efetivamente, desanima-nos.

Estamos precisando, Ministra, com toda sinceridade, começar a estabelecer focos e objetivos, sob pena de chegarmos à Rio+20 e, mais uma vez, sairmos de lá frustrados. E desta vez perdendo o papel de protagonista. Muitos acreditavam que a interlocução do México, por ser um país latino-americano, poderia fazer a diferença na interlocução pós COP15. O que aconteceu? Nada. A partir de então, a partir dessa frustração, todas as expectativas e esperanças ficaram para a Rio+20. Não havia grandes expectativas e esperanças na última COP que aconteceu. Todas elas estão voltadas para a Rio+20. Se não avançarmos efetivamente em certas questões, se o Brasil institucionalmente não criar esses mecanismos, vai acontecer o seguinte, Ministra.

Faço uma busca permanente das informações na Internet com relação a esse tema. Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, no dia de ontem, um dos jornais de mais credibilidade internacional, o *Wall Street Journal*, no seu *Wall Street Online*, anunciou que a Irlanda é o primeiro país do mundo a reconhecer o REDD plus como mecanismo de compensação financeira nos sistemas ambientais. A Irlanda, que está quebrada; a Irlanda, que acabou de apresentar, nos seus balanços públicos e privados, situações calamitosas de déficit público; a Irlanda, entendendo que a economia verde é um passo talvez para dar uma resposta a nova fronteira econômica, deu um passo importante. E aqui está dito que, no início de fevereiro, o Ministro irlandês das finanças, Michael Noonan, publicou um projeto de lei (*Finance Bill 2012*) que amplia a gama de créditos de compensação de carbono reconhecido sob seu código fiscal, incluindo aqueles gerados por projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental (REDD), reportou o *Environment Fines*. Assim, a Irlanda se torna o primeiro país a aceitar esses créditos no seu regime fiscal.

Então, minha querida Ministra, eu quero dizer a V. Exª que eu tenho uma admiração gigantesca por V. Exª, já expressa inúmeras vezes. No entanto, eu estou apreensivo, porque nós estamos no mês de março, nosso Código Florestal continua emperrado na Câmara; há, no entanto, uma série de lacunas que o Governo Federal pode avançar, independentemente do Código Florestal – citamos aqui algumas dessas lacunas – e, lamentavelmente, nós não estamos vendo isso acontecer.

E quero dizer que V. Exª tem neste humilde Senador um defensor da utilização das nossas energias renováveis, inclusive dentro de terras indígenas. E creio que é chegada a hora de o Brasil fazer outro enfrentamento extremamente polêmico, que não quero aqui adentrar no mérito, apenas mencioná-lo: mineração em terra indígena; mineração em terra indígena, por questões de interesse nacional. Não é justo demarcarem as terras indígenas e os índios morrerem de fome e na miséria. Nada mudou no perfil sociológico e no perfil social das nossas populações indígenas. O Amazonas tem a maior população indígena do Brasil e a maior diversidade étnica dos povos indígenas

brasileiros está no Estado do Amazonas, que eu, a Senadora Vanessa e o Senador Alfredo Nascimento representamos aqui nesta Casa.

Portanto, Ministra, eu vim aqui, mais uma vez, dizer da minha admiração por V. Exª, do meu respeito pela competente condução do nosso Presidente Rollemberg, mas dizer que, ou o País entende que como protagonista, como hóspede, como líder de uma política ambiental que possa desaguar em uma economia verde e que o Brasil possa ter posições institucionais claras a apresentar como avanços na Rio+20 ou, lamentavelmente, nós estaremos jogando fora uma oportunidade para construirmos uma ponte para o futuro e preparando o Brasil para as futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E, mais uma vez, cumprimentando, com enorme e profunda admiração, a nossa Ministra Isabella Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais oradores inscritos, vou passar a palavra à Ministra para responder aos questionamentos.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador Rollemberg.

Inicialmente, eu acho que o Senador Eduardo Braga anda infiltrado em algumas reuniões do Governo, porque não são inquietações, o Governo está trabalhando largamente, não é só o Ministério do Meio Ambiente, então, ele deve ter... Na questão da agenda da Rio+20, da ambição, o senhor não estava aqui quando eu falei de um debate, porque nós estamos olhando além da Rio+20.

A Rio+20, nós entendemos, nacionalmente falando, além do debate internacional, uma excepcional oportunidade para que o Brasil possa, na realidade, convergir – e aqui também foi falado pelo Senador Jorge Viana – numa nova agenda, numa nova ambição sobre as questões de desenvolvimento e como as questões ambientais ou socioambientais se colocam, são estratégias estruturantes dessas opções de desenvolvimento.

É chegada a hora, sem sombra de dúvida, de um debate sobre questões ambientais, não com revanchismos ou com questões que são sempre de impedimentos, muitas vezes só de impedimento, mas é chegada a hora de colocar as questões ambientais no centro da agenda do desenvolvimento e para fazê-lo significa que é necessário dialogar, construir e sair dos polos, e também deixar claro quais são os interesses que estão em jogo.

Como Ministra do Meio Ambiente do Brasil, eu não tenho só orgulho de ser Ministra do Meio Ambiente do Brasil, mas eu sou funcionária do Estado brasileiro, e eu respondo pelos interesses do Estado brasileiro e, portanto, da sociedade brasileira e não por interesses próprios, individuais e independentes. E essa tem sido a postura que eu tenho procurado marcar à frente do Ministério do Meio Ambiente em toda a minha carreira, mais como Secretária Executiva ainda do ex-Ministro Carlos Minc e como Ministra na gestão do Presidente Lula e agora, com muita honra, na gestão da Presidente Dilma.

Então, muitas das palavras que foram colocadas aqui, na realidade, é por isso que me permito, pela nossa intimidade, pela nossa amizade, dizer que o senhor é um ecoagente infiltrado espiritualmente de uma maneira virtual em muitas das discussões que estamos tendo sobre o desafio da agenda ambiental, da agenda do desenvolvimento sustentável no Brasil, que é impossível fazê-lo sem lidar com a questão ambiental no *mainstream* da formulação e acabar com esse sentimento que é apenas de reação.

Não me cabe aqui fazer comentários mais específicos sobre reações da sociedade, etc. Nossa postura tem que ser de tornar o Ministério do Meio Ambiente um Ministério aberto para interlocução com todos os segmentos da sociedade, não somente com o segmento ambientalista. E a envergadura política do Ministério depende disso.

Por essa razão, isso não é visível para muitos dos senhores, mas nós temos, com 24 Ministérios da Esplanada, agendas bilaterais exatamente...

Meu caro Senador Moka, é um prazer revê-lo.

... exatamente para traduzir no dia a dia da agenda ambiental e vice-versa, no dia a dia dessas agendas setoriais, aquilo que são as questões centrais da formulação de um novo projeto, de projetos inovadores na agenda do desenvolvimento e da sustentabilidade do desenvolvimento.

Não é uma transversalidade teórica. É uma transversalidade prática que, para ser construída, depende de diálogos. Creio que foi o Senador Jorge Viana que colocou muito bem que depende de uma vontade de fazer construir. E para fazer construir, nós temos que convencer os nossos amigos das nossas posições, mas também temos que ser convencidos das posições dos nossos amigos.

Então, não existe "projeto puro-sangue". É fácil falar de "projeto puro-sangue" quando eu citei aqui o exemplo de populações que vivem em florestas e áreas protegidas e que não têm acesso à energia e não têm condições de viver, não têm acesso a banheiro.

Então, é bonito falar de populações tradicionais sem reconhecer as demandas dessas populações tradicionais. É fácil falar de produtos socioambientais da cadeia produtiva sem assegurar as condições para

que os custos sejam competitivos, os custos de produção desses produtos sejam competitivos e tenham escala. Para isso, eu tenho de discutir infraestrutura. Desculpe-me, mas não tenho como tirar produto de áreas remotas sem infraestrutura. Eu não tenho como tornar isso economicamente viável e socialmente inclusivo sem ter infraestrutura neste País.

Então, é fácil virar e falar assim: "Eu não quero hidrovia tal", "eu não quero estrada tal", "eu não quero hidrelétrica tal", "eu não quero..." É impossível discutirmos questão de portos sem olhar que eu preciso de infraestrutura e de logística para reduzir os custos e o Brasil ser competitivo e ter inclusão social ou inclusão socioambiental. Se não, nós continuaremos sendo um país de pequena escala ou de projetos demonstrativos, quando a demanda da sociedade brasileira é de grande escala e o tamanho do nosso País é um País de grande escala.

Então, a agenda ambiental não pode estar mais limitada aos projetos de pequena escala, aos projetos demonstrativos. Ela precisa estar do tamanho do desafio, das ambições da sociedade brasileira. E esses desafios são de larga escala. E para isso, nós temos que saber debater as agendas de desenvolvimento e mostrar para essas agendas como é que se debate agenda ambiental. E esse trabalho está sendo feito hoje. Quando vocês falam aqui de acesso a biotecnologia ou acesso a genética, biotecnologia, eu lembro aos senhores que, para a gente poder avançar, foi preciso que nós conseguíssemos a vitória do Protocolo de Nagóia. Sem essa discussão, não tem como avançar internacionalmente e nacionalmente. E nós colocamos aqui – vou usar uma expressão popular – a cara a tapa. E o Brasil foi lá e negociou, junto com vários parceiros. Mas ganhamos. Há um objetivo da convenção da diversidade biológica que levou oito anos para ser negociado. Um objetivo, tá, Senador Moka? Um objetivo, que, na realidade, é chave para o nosso processo de desenvolvimento sustentável. Então, é fácil colocar a palavra "sustentável" associada ao desenvolvimento, mas é muito difícil traduzir isso em ações concretas se você não tiver capacidade de diálogo, se você não tiver capacidade de convencimento, se você não mostrar, efetivamente, os custos associados a isso, os custos de transição e quais são as oportunidades que isso, na realidade, oferece.

Entendo que a área ambiental tem sido muito bem sucedida em mostrar que há caminhos e há caminhos robustos. Não são caminhos de pequena escala. Tem como produzir alimentos sem tanto uso de agrotóxicos, sem entrar numa agenda que, na realidade, leva a custos adicionais em dez anos.

Vejo aqui Senadores que vêm da área produtiva de alimentos, áreas importantes neste País, regiões que geram emprego, mas que também poderiam estar produzindo, algumas delas, de maneira mais sustentável, com menor custo social e menor custo ambiental, o que tem a ver com a qualidade do emprego do homem no campo, tem a ver com as condições do trabalho do homem no campo. Em nenhum momento eu tenho sentido, no diálogo com o Ministério da Agricultura ou no Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio ou em outros ministérios, uma resistência a avançar com a pauta, ao contrário: as pessoas estão buscando mecanismos para mudar o patamar.

Tenho a firme convicção de que vivemos uma transição, e é preciso ter uma clareza na informação, naquilo que é a capacidade de comunicação. É fácil falar quando a gente está em polos, é a melhor maneira do mundo, "eu sou isso", isolado do resto do mundo, e o outro lado vira "eu sou aquilo", isolado do resto do mundo. Agora, quando você vai para o centro, para tentar conciliar os interesses de todos e firmar sua tese, isso se chama democracia. Foi o que nesta Casa, muitas vezes, experimentei em diversos momentos, por exemplo, no debate do Código Florestal, que foi uma busca de viabilizar consensos em torno de posições distintas, que no final falavam muito mais de pontos comuns do que de pontos não comuns. Pelo menos 70%, 80% do debate foram permeados por esse entendimento.

Quanto à Rio+20, Senador Sérgio Souza, sobre economia verde, o Brasil não tem nenhuma dificuldade em explorar o conceito de economia verde, até porque o Brasil pratica muitas das coisas da economia verde. Energia renovável é um dos aspectos que está na agenda da economia verde. Somos o país que tem a maior matriz energética renovável do Planeta e vamos mudar o patamar em relação a isso, ampliando a participação dos renováveis.

O que temos de discutir, o que falta discutir ou que não tem clareza no debate é, por exemplo, se a economia verde leva à inclusão social, se ela realmente permite a geração de empregos – geração de empregos que assegure a inclusão social – ou se vamos ter algo que novamente pode favorecer mais a exclusão do que a inclusão. Também não se coloca com clareza quais são os meios de implementação para a economia verde. Os países desenvolvidos estão dispostos a transferir, de fato, as tecnologias para os países em desenvolvimento, para os países pobres, para permitir que a economia verde tenha robustez?

Sem uma discussão sobre um conceito jurídico, quais são as necessidades de normas e de leis para você lidar com a referência, o conceito de economia verde? Então, não é uma questão... No nosso docu-

mento nacional, o Brasil foi claro nas suas posições, até porque nós praticamos muito da economia verde. Agora, é a economia verde que pode levar a barreiras não tarifárias ou uma economia verde que leve à inclusão, que realmente seja uma transição para uma nova modelagem de capitalismo e desenvolvimento sustentável do Planeta e que leve à competitividade, a novos empregos, a empregos justos, decentes, aquilo que a nossa pauta busca?

A crise nos remete realmente a oportunidades para o debate, mas a gente tem sempre que perseguir oportunidades com credibilidade, senão fica-se no vazio ou atendendo a determinados grupos.

Lembro que existe no Planeta um debate não sobre economia verde, um debate restrito sobre crescimento verde, que é uma parte disso. Quando a gente fala de economia, estamos falando de agenda de desenvolvimento. Quando eu estou falando de crescimento, estou pegando parte da agenda de desenvolvimento, e isso está sendo permeado em debates que, graças a Deus, a democracia permite.

Então, de maneira muito objetiva para o senhor, nós não tememos um debate sobre economia verde, tememos que esse debate não seja modelado por uma transparência e por todos os requisitos que levam a uma inclusão e a um desenvolvimento mais justo, e com oportunidades daquilo que o Brasil tem procurado fazer nos últimos 20, 30 anos, a partir de quando ele alcança uma democracia e viabiliza meios, numa agenda, para inclusão social, para estabilidade econômica e para proteção ambiental.

Nossa posição é muito clara e estamos como país-sede, modelando, e nossa responsabilidade, como país anfitrião, é facilitar o debate e avançar num debate em torno daquilo que é o mandado da conferência. É mandado da conferência, como foi bem lembrado aqui pelo Senador Eduardo Braga, economia verde. Teremos de ter um resultado objetivo sobre isso, e temos a firme convicção de que temos mais oportunidades do que restrição em relação a isso. Devemos saber construir na negociação internacional e buscar um comum entendimento entre todos os nossos parceiros, todos os países-membros da conferência.

Sobre o que foi dito aqui pelo Senador Luiz Henrique, muito rapidamente, eu não conheço uma discussão sobre código ambiental urbano, eu conheço uma discussão sobre medidas ambientais no contexto do debate da agenda urbana que este Congresso conduz. O próprio Código Florestal teve uma missão aqui, no debate do Senado, de buscar alguns aperfeiçoamentos em relação à questão urbana *versus* proteção ambiental. Acho que o debate é mais amplo, e quando a gente busca uma agenda sobre cidades sustentáveis – e isso será um dos temas centrais que estará permeando os chamados Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável antes da Rio+20 – está-se buscando, sim, uma solução concreta, porque é impossível falar sobre desenvolvimento sem falar do fenômeno de urbanização, e nós experimentamos 85% e devemos chegar a 94%, a América Latina deverá chegar a números desta ordem.

Nós teremos eventos sobre urbanização acontecendo, desde o C40 até o próprio Iclei e outros eventos, debatendo cidades, mostrando que isso está num dos *mainstreams*, como a gente chama, daquilo que é o conceito da sustentabilidade.

O próprio documento da ONU que pede a posição brasileira e a posição de todos os países fala de cidades sustentáveis. Então, isso vai vir para a mesa, como também o exemplo dele, os *cases* de Santa Catarina. Estamos buscando esses *cases* exitosos. Lembro que a área ambiental, desde a década de 80, tem a chamada Bolsa de Resíduos Industriais, que trabalha exatamente com essa visão de comercialização de restos com agregação de valor e produção industrial, e o Brasil já chegou a ter a maior taxa de eficiência na Bolsa de Resíduos Industriais do Planeta, e isso está sob o domínio dos órgãos estaduais de meio ambiente.

A legislação ambiental brasileira é muito inovadora, pena que muitas vezes as pessoas não conheçam a sua envergadura, ou, como às vezes o Senador Moka me lembra em algumas conversas, a sua aplicação não tenha a abrangência da ambição da lei e fique restrita, muitas vezes, a interesses de alguns grupos, ou tenha ficado restrita a interesses de alguns grupos ao longo do tempo.

Então, eu não tenho nenhuma dificuldade de acolher as sugestões do meu amigo Senador Luiz Henrique, como também digo claramente ao Senador Jorge Viana que, quando ele diz que a Rio+20 é uma oportunidade para uma nova agenda para o Planeta, esse é o tom que o Brasil tem buscado na construção não só da nova agenda ambiental, mas da nova agenda de desenvolvimento.

Quer dizer, eu cresci ouvindo que o Brasil era o país do futuro; hoje a gente vive o Brasil como país do presente. Quem viaja, quem vê o que está acontecendo no Planeta, em torno do Brasil, tem uma chance única de verificar que há um desafio muito grande para a nossa sociedade de liderar movimentos. Essa conferência não é, como eu disse anteriormente, uma conferência de líderes políticos apenas. É uma conferência de lideranças de sociedades, sociedades que são líderes num processo de inclusão, num processo de democracia, num processo de proteção ambiental, em que você busca o desenvolvimento, em que você busca, de fato a oportunidade, como eu sempre digo,

de ter sucessão de empregos, de tecnologias, de crescimento, de infraestrutura, porque isso faz parte do dia a dia. Não conheço nenhuma nação que renuncie ao desenvolvimento, ninguém, mesmo o país mais pobre do mundo. E eu tenho chance de estar em discussão com vários países pobres, com sociedades pobres. Se a gente acha que a gente conhece pobreza, viajem pelo Planeta para verem o que significa pobreza. Mesmo esses países, eles pedem desenvolvimento. "Deem-nos a chance de nos desenvolvermos". Acho que essa é a responsabilidade que nós temos, como país anfitrião, de tornar visível a diversidade do mundo em relação à questão do desenvolvimento sustentável.

Não temo, em nenhum momento – aqui agradeço as palavras amigas de vários Senadores sobre a questão do Ministério propriamente dito e sobre os desafios do Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente está evoluindo para um processo, como eu disse anteriormente, de maior envergadura política e de acolher as várias vozes que querem falar de meio ambiente, não somente as nossas tribos, os ambientalistas, de que tenho o maior orgulho de fazer parte e ter ajudado a construir a agenda ambiental como funcionária do Governo brasileiro. Eu sou de uma época em que a gente começou a falar de meio ambiente. A gente falava de recurso natural. Então, falar de meio ambiente é uma discussão diferenciada. Eu não tenho nenhum problema de debater, mas acho que temos que ter a sinceridade de buscar caminhos robustos para a agenda ambiental, para a agenda de sustentabilidade num país que requer e exige não só redução da pobreza, mas a redução das desigualdades. E para fazê-lo, nós temos que ter um olhar diferenciado entre meio ambiente e proteção social e desenvolvimento.

Esse é um desafio, e o Ministério do Meio Ambiente se abre para isso. É impossível que a gente consiga falar de proteção florestal se a gente não discutir a questão das siderúrgicas neste País e a exploração da mineração. Ou vamos continuar nos escondendo, dizendo que carvão vegetal é 100% sustentável? Não é! Basta ver as apreensões sucessivas que o Ibama faz e que tem quarenta anos que nós falamos que é preciso ter controle da origem do produto florestal e que muitos Estados que passaram a ter a competência de fazê-lo não o fazem, por "ene" razões, porque faltam os meios.

Então, as receitas estão na mesa, o que falta e o que a gente tem que buscar é coragem política para que isso esteja na agenda comum de todos os líderes, quer no Estado, quer no Município, quer naquilo que a União verbalize enquanto Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A agenda de desenvolvimento sustentável não é prerrogativa da agenda ambiental. Nós somos fios condutores num processo com outros condutores e nós temos que estar preparados para essa diversidade da agenda, porque a interlocução, quando é múltipla, coloca múltiplos assuntos sobre a mesa. É natural que isso aconteça. Então, a agenda de energia... Ou a gente senta para discutir energia e os desafios energéticos nos próximos quarenta anos... Esse é o espírito da mesa sobre desenvolvimento sobre energia, que é mais do que acesso... Nós somos um país que discute acesso a energia à ponta do que é a fronteira tecnológica com energia solar ou energia eólica. Olha a diversidade deste País! Um país que é reconhecido pelo Programa Luz para Todos, que foi recepcionado pelas Nações Unidas como um programa modelo, e um país que está discutindo com a fronteira tecnológica da energia solar, por exemplo. Você tem isso hoje com os chineses, tem isso hoje com os alemães... Por onde nós vamos? Qual é a fronteira tecnológica que tem que ser avançada quando você fala de fator de geração? Ou um país que tem a coragem de lançar o maior programa de habitação do planeta para populações pobres e que use a energia solar para essas habitações, como o Minha Casa Minha Vida, em que você não tem escala industrial no Brasil para atender a essa demanda.

São fatos, senhores. Então, vamos construir os caminhos para viabilizar isso. Não adianta só postular o ideal sem ter a clareza de quais são os obstáculos que devem ser removidos para construir e permitir o desenvolvimento nacional a partir disso.

Então, isso tem que ser progressivamente colocado sobre a mesa. É fácil falar sobre eficiência energética sem discutir os custos da eficiência energética e os custos do sistema tarifário brasileiro. Ou falar dos desafios de fazer o sistema de transmissão da nossa energia com menor perda e os custos associados a isso.

Esse é um debate importante que se coloca e que esta Casa recepciona em vários momentos. Agora, desperdiçar a fonte renovável, nenhum país abre mão disso, a não ser que a gente tenha a clareza dos *trade-offs* e possamos fazer as opções. É melhor não gerar dessa maneira porque eu tenho que proteger um sítio quilombola com conhecimento tradicional. Isso é uma opção da sociedade brasileira, clara. Agora, não é criando barreiras para dizer, depois, que temos que colocar térmicas com um custo muito maior para a sociedade brasileira, não só econômico, como social e ambiental. Então, é preciso ter serenidade no debate e é isso que o Ministério do Meio Ambiente tem procurado.

Eu, como Ministra, procuro ouvir todos. A discussão do etanol brasileiro é estratégica para o País. Nós

fizemos o zoneamento da cana, agroecológico da cana, para evitar a discussão de que nós iríamos competir, a cana iria destruir sítios sítios estratégicos da biodiversidade. É o contrário. Mesmo assim, ainda continuam saindo relatórios no exterior contra o Brasil dizendo que o Brasil deixa de fornecer alimentos para produzir cana. Isso é uma inverdade. Avançamos naquilo... Estamos debatendo sobre isso nesta Casa. Avançamos com o zoneamento agroecológico da cana. Defendo que a gente faça outros zoneamentos, como a soja, etc. Temos a moratória da soja. Temos "n" mecanismos que representam a evolução do debate nos últimos 20 anos. Não dá para simplificar internacionalmente.

Então, acho que há uma responsabilidade nossa, Rodrigo, muito grande, na Rio+20, de mostrar que o País mudou. O Brasil não tem problema de dizer quais são os seus problemas, mas o Brasil, o povo brasileiro deve valorizar o seu esforço, porque tudo isso se traduz em ganhos e custos para a sociedade brasileira nos últimos 20 anos. Apequenar o debate é de uma pobreza que não é do tamanho do Brasil, não é do tamanho do povo brasileiro.

Às vezes, vejo críticas em relação à conferência: ah, porque não vem chefe de Estado... Que é isso? Aguardem. As pessoas não viveram 92. Eu vivi 92. O trabalho de engajamento foi monumental exatamente na reta final, mesmo com dois anos de discussão de documentos. E aí a diplomacia brasileira teve um papel estratégico de mobilização – e também do Presidente Collor – e de engajamento com os líderes. A Presidente Dilma está *full time*, como a gente fala, dedicada ao engajamento da Rio+20 e, mais do que isso, ao pós Rio+20. As orientações dela têm sido absolutamente objetivas, politicamente claras do ponto de vista do que nós queremos.

Então, nós temos um processo internacional em negociação de construção de consensos, que não é fácil, e temos um processo nacional de mobilização da sociedade em torno de um país melhor, porque tenho certeza de que temos todos os instrumentos e todos os insumos para avançarmos nisso. Certamente, biotecnologia, acesso à biodiversidade é um dos segredos. E Nagoia foi determinante para isso. Esta Casa deverá apreciar, brevemente, a ratificação do Protocolo de Nagoia. Nós assinamos o Protocolo de Nagoia como País. É essencial se a gente quer evoluir no debate sobre medicamentos ou sobre novas patentes brasileiras. O Executivo também. Temos pronto uma nova plataforma de acesso a recursos genéticos naquilo que é competência do Executivo. É um trabalho feito com seis Ministérios, que não é uma simples autorização; quais são as nossas ambições em relação ao desenvolvimento do acesso a recursos genéticos e desenvolvimento da biotecnologia no País. Eu tenho a firme convicção de que não teremos só um sucesso da Rio+20 como conferência internacional, como isso que o Senador Cristovam falou anteriormente de podermos ter uma declaração ambiciosa para as futuras gerações do que é o marco de discussão numa transição sobre desenvolvimento, mas tenho a firme convicção de que teremos um novo momento de debate e de formulação estratégica sobre uma agenda de sustentabilidade do nosso desenvolvimento no Brasil.

A transparência, o engajamento da sociedade brasileira, de todos os grupos brasileiros é essencial do que o Governo brasileiro está estimulando. Em nenhum momento, estamos nos negando a oferecer as condições para os debates de todos os grupos, não só do Parlamento, mas das mulheres, dos índios. Agora, fui procurada por uma comissão da Câmara dos Deputados sobre os movimentos LGBT, porque eles querem se envolver. Todos são legítimos. Todos devem estar lá para defender os seus interesses. Nós estamos falando de desenvolvimento. Esse é o papel de uma sociedade que acolhe a todos, de um governo que vai discutir a sua responsabilidade de curto e médio prazo, porque essa é a nossa função como Governo. Mas a nossa função como Estado brasileiro também é assegurar que a sociedade brasileira avance naquelas suas ambições sobre desenvolvimento sustentável. Esse é o tom.

E a área ambiental tem, talvez, um dos seus maiores desafios, que é se recolocar na agenda de desenvolvimento sustentável, 20 anos depois, não só naquilo que é o nosso *mainstream* das unidades de conservação, aquilo que é o nosso mandato, das nossas florestas, do que vai ser o Código Florestal, do que é o debate que ainda derivará sobre a implantação, o desafio de plantar árvores neste País, mas de gerar renda com a plantação de árvores, de gerar proteção da biodiversidade e, muito mais do que isso, algo que vai para um país em que cresce a classe média e precisa, sim, transformar a sustentabilidade como um valor dessa sociedade. Sem isso, não influenciaremos os novos líderes que estarão nesta Casa, no futuro. Sem isso, não influenciaremos os novos líderes que estarão conduzindo o Brasil no Executivo, tampouco no Judiciário.

Lembro que, além da iniciativa dos Parlamentares, nós teremos uma iniciativa também de juízes na Rio+20, reunindo juízes do mundo inteiro que vão discutir, sim, o papel do Judiciário na sustentabilidade. Vejam a envergadura da conferência, vejam a envergadura da mobilização política sobre a conferência.

E eu tenho um pedido a fazer. Eu tenho absoluta certeza de que a sociedade brasileira mostrará, sim,

o tamanho da responsabilidade desta que é a nossa ambição: fazer da sustentabilidade o *mainstream* da agenda de desenvolvimento.

Não haverá retroatividade. Ninguém estará questionando o paradigma do desenvolvimento sustentável. Reforça-se esse paradigma. Mas nós queremos avançar com o compromisso político de todos os países em torno do multilateralismo sob o guarda-chuva do desenvolvimento sustentável.

Sem consenso não se avança. Essa é, talvez, a premissa maior de um País que tem condições hoje de, sim, sem sombra de dúvida, recepcionar todas as diferenças de vários países e sermos ponte. Isso é o que eu mais uso – no inglês: *bridge.* Nós somos um País que permite a construção de pontes para viabilizar o debate de um mundo que não se coloca mais somente com: países desenvolvidos e países em desenvolvimento, mas é um mundo que se configura em vários blocos, em várias formações geopolíticas, mas com uma visão clara de que é possível, sim, e devemos avançar com a agenda de desenvolvimento sustentável e com a questão ambiental num outro patamar. Essas são as nossas ambições.

Tenho a firme convicção, Senador Rollemberg, de que nós seremos bem exitosos e teremos mais trabalho depois da Rio+20 com essa nova agenda que vem, como a Senadora Vanessa Grazziotin nos coloca, sobre o desafio da CBA, sobre o desafio da ciência, sobre o desafio de olhar as regiões do Brasil, a demanda de desenvolvimento sustentável dessas regiões.

Vejo aqui um Senador do Pantanal, uma Senadora da Amazônia, um Senador da Mata Atlântica e um do cerrado. Está faltando um da caatinga, que já esteve aqui e saiu. Isso mostra que vocês estão representando aqui, no final da audiência, a diversidade ambiental no contexto da diversidade de desenvolvimento. Essa é a nossa responsabilidade e eu estou disposta a todos os diálogos com a firme convicção de que meio ambiente é central para as novas opções de desenvolvimento neste País e nós vamos juntos construir um País melhor, um País mais justo socialmente, um País, como a Presidente fala, que cresce, que inclui e que protege.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Izabella Teixeira. Foi uma alegria muito grande poder ouvi-la e debater com V. Exª na manhã de hoje.

Quero lembrar o ciclo de debates já aprovados por esta Comissão. Todos serão informados das datas respectivas.

Agradeço muito a presença de V. Exª.

Realmente foi uma manhã muito produtiva.

Agradeço a presença de todas as Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, e de todos os que nos honraram com suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia, Lauro Antonio, Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, a 62ª Reunião de 2011, realizada em 20 de dezembro de 2011, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 137, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire".* Relatora: Senadora **Vanessa Grazziotin**. O Senador **Sérgio Souza** apresenta requerimento de sua autoria em conjunto com a Senadora **Ana Amélia** e com o Senador **Mozarildo Cavalcanti** como item extrapauta. Após a leitura pelo Presidente é aprovada sua inclusão. O indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Luiz Henrique**, **Marcelo Crivella** e as Senadoras **Ana Amélia** e **Vanessa Grazziotin**. A reunião é tornada secreta às doze horas e três minutos,

e reaberta às doze horas e seis minutos. Resultado: apreciada a Mensagem. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009".* Relator: Senador **Luiz Henrique.** Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. Por solicitação do Senador **Cristovam Buarque**, relator do **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2011**, de autoria do Senador **Marcelo Crivella**, que *"modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa"*, o item é retirado de pauta. **Item 4 – Requerimento nº 7, de 2012**, de autoria do Senador **Walter Pinheiro**, que *"requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger – Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo – Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório da B. Braun, em Melsungen – Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do "GSMA Móbile World Congress 2012", que será realizado na cidade de Barcelona – Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012"*. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. **Item 5 – Requerimento nº 1, de 2012 – CRE**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor** e **Rodrigo Rollemberg**, que diz: *"Requeiro nos termos do art. 74, inciso II e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze Senadores titulares e igual número de suplentes, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20".* Resultado: aprovado o requerimento. **Item 6 – Requerimento nº 2, de 2012 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre as providências adotadas pelo governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como apresentar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011".* Resultado: aprovado o requerimento. **Item 7 – Requerimento nº 3, de 2012 – CRE**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que diz: *"Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as barreiras burocráticas impostas pela Argentina à entrada de produtos brasileiros, suas implicações e alternativas de solução".* Resultado: aprovado o requerimento, com aditamento do Senador **Luiz Henrique**. **Item 8 – Requerimento nº 4, de 2012 – CRE**, de autoria dos Senadores **Jorge Viana** e **Eduardo Braga**, que diz: *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do país, especialmente no Estado do Amazonas, via o município de Tabatinga onde os haitianos estão vivendo em condições precárias e de grandes dificuldades. Atualmente já são em número superior a 3.704 haitianos presentes em nosso Estado".* Resultado: aprovado o requerimento. **Item Extraordinário – Requerimento nº 5, de 2012 – CRE**, de autoria do Senador **Sérgio Souza** e outros Senadores, que diz: *"Nos termos do inciso II do art. 74, combinado com o art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a aprovação de requerimento desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para criação de Comissão Temporária Externa, composta por 5 (cinco) senadores(as), com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados 'carperos' e 'brasiguaios'".* Resultado: aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra o Senador **Sérgio Souza** e a Senadora **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, realizado no 20 de dezembro de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

Correspondências recebidas: da Embaixada dos Estados Unidos da América, assinada por S. Exª o Sr Embaixador Thomas Shannon, em que ele, cumprimentando todos os integrantes desta Comissão, agradece a correspondência datada de 15 de dezembro de 2011, que encaminhamos a ele, referente ao pedido de instalação de Consulado dos Estados Unidos da América na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, solicitação que nos foi trazida pelo ex-Presidente desta Comissão e atual Deputado Federal, Eduardo Azeredo.

Continua S. Exª o Embaixador dos Estados Unidos da América, Sr. Shannon:

> "Transmitimos, portanto, seu pedido ao Departamento de Estado e outras agências para consideração.
>
> Enquanto isso, tenho certeza de que o Governo dos Estados Unidos da América aumentou os seus esforços no sentido de aprimorar os serviços de concessão de vistos para cidadãos brasileiros. No último ano tais esforços resultaram em um aumento de 42% na emissão de vistos de não imigrante em todo o Brasil em comparação aos anos anteriores. Desde o fim de agosto deste ano, com a realização de mutirões em todos os Consulados e na Embaixada, a fila de espera para uma entrevista foi reduzida em mais de 70 mil solicitantes.
>
> Estamos, constantemente, buscando maneiras de aprimorar os serviços prestados aos solicitantes de visto, principalmente àqueles provenientes de Estados que possuem importantes vínculos com os Estados Unidos da América, como é o caso de Minas Gerais.
>
> A fim de diminuir o tempo de espera e agilizar todo o processo de solicitação de visto, 57 novos oficiais consulares chegarão ao Brasil nos próximos meses. As seções consulares em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo passarão a fazer entrevistas em dois turnos. Para os primeiros meses de 2012 serão programados mutirões de entrevistas também aos sábados. Além disso, todos os Consulados dos Estados Unidos da América no Brasil passarão por reformas para melhor atender o público brasileiro.
>
> Sinceramente
>
> Thomas Shannon
>
> Embaixador dos Estados Unidos da América".

Solicito à Secretaria desta Comissão que encaminhe cópia deste ofício a S. Exª o Deputado Eduardo Azeredo.

Do Ministério da Aeronáutica, enviado por S. Exª o Tenente Brigadeiro do Ar Saito, Comandante da Aeronáutica, esta Comissão recebeu a seguinte correspondência:

"Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

> Como é do conhecimento de V. Exªs, a Força Aérea Brasileira, para cumprir sua missão constitucional de manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria, além de realizar ações que permitam ao Brasil prosseguir no franco processo de desenvolvimento, tem buscado incrementar sua capacidade operacional, bem como preparar e apoiar seu efetivo num contínuo esforço de seus homens e mulheres.
>
> V. Exªs, num gesto de nobreza, integraram-se a esse novo esforço com apresentação de emenda orçamentária ao PL OA 2012 PPA/2012/2015 em favor do desenvolvimento do cargueiro tático militar, O KC 390, contribuindo de maneira fundamental para o fortalecimento da nossa instituição.
>
> A colaboração apresentada nesse gesto propiciará a continuidade do desenvolvimento e da produção do cargueiro tático militar para substituição, a partir de 2016, das aeronaves LOC HID C 130 H, os Hércules, em operação na Força Aérea Brasileira há 45 anos, bem como a garantia das exportações projetadas para o novo vetor aéreo.

Ao renovar meus sentimentos de elevada estima e distinta consideração, formulo a V. Exªs [continua o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Saito, Comandante da Aeronáutica], em nome dos militares que envergam o azul, os mais sinceros agradecimentos e votos de pleno êxito em seus projetos profissionais e familiares.

Respeitosamente, [assina S. Exª o Comandante Saito, da Aeronáutica].

Outro ofício de S. Exª o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota:

"Faço referência ao Ofício 212...

Repito:

"Faço referência ao Ofício 212, de 24 de novembro de 2011, pelo qual V. Exª solicitou a relação dos atos internacionais que contenham cláusulas de confidencialidade que porventura conflitem com os termos da Lei nº 12.527, de 2011, e consultou sobre os procedimentos que o Ministério das Relações Exteriores tenciona adotar no caso de eventualmente existir discrepância objetiva entre a referida lei e atos em vigor.

Com vistas a responder à solicitação de V. Exª, convoquei força-tarefa para levar a cabo a análise, no menor prazo possível, da totalidade dos mais de seis mil atos bilaterais e quatro mil atos multilaterais de que o Itamaraty tem registro.

Ressalto que, ademais dos atos que tratam propriamente da proteção de informação classificada e daqueles que tradicionalmente contêm dispositivos sobre essa matéria, como os acordos no âmbito de defesa, há muitos outros que podem conter dispositivo semelhante, a exemplo dos acordos no âmbito de ciência e tecnologia, cooperação técnica, cooperação judicial e cooperação alfandegária.

Solicitei [continua S. Exª o Ministro Patriota] paralelamente, parecer do consultor jurídico deste Ministério sobre a possibilidade de dispositivos sobre proteção de informações em atos internacionais conflitarem com a Lei 12.527, de 2011.

Tão logo consiga reunir elementos que permitam uma resposta mais completa à consulta de V. Exª, voltarei a informar imediatamente.

Cordialmente [assina S. Exª o] Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota."

Uma grande notícia que tenho a satisfação de trazer ao conhecimento dos senhores integrantes desta Comissão e de todos aqueles que nos assistem é assinada por S. Exª o Embaixador Sérgio Danese, dando conta de um assunto que nos foi aqui trazido por S. Exª o Senador Epitácio Cafeteira referente à questão envolvendo um nacional, Sr. Ricardo, nos Estados Unidos da América, que havia sido detido e ao qual não estava sendo concedido o direito amplo de defesa.

Diz S. Exª o Embaixador:

"Faço referência ao caso do brasileiro Ricardo Azevedo Souza Costa, detido no Estado americano do Arizona, em 2009, cuja situação foi tema das Mensagens oficiais nº 274, de 18 de outubro de 2011; nº 224, de 29 de agosto de 2011; nº 192, de 1º de agosto de 2011; nº 180, de 20 de julho de 2011; e nº 125, de 3 de junho de 2011.

Tenho a satisfação de informar a V. Exª que, após aceitar acordo proposto pela promotoria, cuja negociação foi acompanhada pelo Consulado Geral do Brasil em Los Angeles e pela Embaixada brasileira em Washington, o Sr. Ricardo Costa foi posto em liberdade e retornou ao Brasil na sexta-feira, 3 de fevereiro corrente, tendo desembarcado no aeroporto de Guarulhos por volta das 11 horas da manhã.

Permaneço juntamente com minha assessoria à disposição de V. Exª.

Respeitosamente, Embaixador Sérgio França Danese, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares."

Eu gostaria, em nome de todos os integrantes da Comissão, com a permissão de V. Exªs, naturalmente, cumprimentar o Ministério das Relações Exteriores – sobretudo aqueles que estão lotados em Los Angeles, nos Estados Unidos –, o Sr. Embaixador Brasileiro em Washington e o Sr. Cônsul-Geral em Los Angeles, pela eficiência e pelo sucesso alcançados nessa iniciativa.

Ofício de S. Exª o Senador Pedro Taques em relação aos agricultores brasileiros residentes no Paraguai.

"Sr. Presidente, transmito a V. Exª manifestação do Sr. Sadi Ribeiro Ramos, Vice-Prefeito de Nova Mutum, Mato Grosso, a cerca da situação dos agricultores brasileiros residentes no Paraguai, conforme termos da correspondência em anexo já encaminhada a esse Ministério. [Refere-se S. Exª ao Ministério da Justiça].

Diante do exposto, encareço sugestões de V. Exª junto ao Governo do Paraguai no sentido de assegurar àqueles cidadãos brasileiros os seus respectivos direitos."

S. Exª apenas encaminha a esta Comissão cópia do ofício enviado por ele, S. Exª o Senador Pedro Taques, a S. Exª o Ministro da Justiça."

Comunicados:

"Informo a V. Exªs que no próximo dia 2 de março será realizada a segunda visita de inspeção das providências logísticas dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Serão visitados o Rio Centro, local da conferência em si, o parque dos atletas, o local onde

serão realizadas as atividades paralelas dos governos estrangeiros e igualmente dois diferentes ministérios do Governo Federal e o Pier, uma das sedes destinadas à sociedade civil.

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário Nacional da Comissão da Rio+20 e o Ministro Laudemar Gonçalves, Secretário Executivo da Rio + 20, estarão acompanhando as Srªs e os Srs. Senadores durante a visita de inspeção para prestar todos os esclarecimentos necessários e informar o andamento dos trabalhos.

Solicito as Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que tenham interesse em participar da mencionada visita que informem à Secretaria desta Comissão com a maior brevidade possível."

Audiências Públicas.

Como é do conhecimento desta Comissão, no ano passado realizamos os três primeiros ciclos da agenda Rumos da Política Externa Brasileira com os seguintes temas: 1) geopolítica e relações internacionais, que constou de oito painéis; 2) economia e finanças, com seis painéis; 3) defesa nacional, com cinco painéis. Contamos com a presença de especialistas, diplomatas e acadêmicos do mais alto nível.

Na próxima segunda-feira, dia 13 de fevereiro, esta Comissão estará retomando as atividades da referida agenda iniciando o seu quarto ciclo de audiências públicas intitulado Temas da Agenda Internacional com os seguintes painéis.

Peço à Secretaria desta Comissão que distribua a S. Exª, às Srªs e aos Srs. Senadores, essa parte dos comunicados para que a Mesa possa receber sugestões, tanto quanto com relação aos temas dos painéis como também indicação de pessoas que V. Exªs julguem possam ser convidadas para participarem dessas audiências públicas. No dia 13 de fevereiro será realizado o primeiro painel – Imigração Haitiana para o Brasil. Haverá a avaliação, também, das relações também com Equador, Peru e Colômbia, que são os três países por onde o fluxo migratório se faz mais intensamente. Será enfocada a rota de ingresso dos haitianos no Brasil, a regularização da situação dos imigrantes. Dia 27 de fevereiro será o segundo painel – Relações do Brasil com os Países Sul-americanos (Venezuela, Bolívia), brasileiros proprietários de fazendas na fronteira, paraguaios, brasiguaios e Argentina – consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse país, posição do Mercosul em fase da atual conjuntura em nosso continente. Dia 5 de março de 2012 será o terceiro painel: Análise da Crise da crise da União Européia: consequências para as relações comerciais Brasil – União Europeia em 2012. Novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise. Situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia e repercussões para a economia brasileira.

4º painel – dia 12 de março: Meio Ambiente – Conferência Rio+20.

Uma avaliação de como estarão andando, naquele instante, os preparativos para a conferência.

Dia 19 de maço de 2012 – 5º painel: O Mundo Árabe I – Síria e Irã.

Síria: Posição contrária da Rússia e China no Conselho de Segurança da ONU a embargos ou outras sanções em face da probabilidade de sua transformação em intervenção armada.

Irã: embargo europeu e americano e a resposta do governo iraniano. Artefato nuclear.

Dia 26 de março – 6º painel: O Mundo Árabe II – Egito e Líbia.

Eleições no Egito. Irmandade Muçulmana e lideranças políticas. Repercussão na estabilidade política do Oriente Médio.

Líbia: exemplo negativo de intervenção militar, em face da ausência de liderança e os embates armados entre as diversas facções.

Dia 09 de abril de 2012 – 7º painel: Terrorismo; Ilícitos Transnacionais e a Defesa Cibernética.

Principais ameaças terroristas. Tráfico de pessoas, armas e drogas. Defesa cibernética.

5º Ciclo, que será iniciado no dia 16 de abril de 2012, com o primeiro painel: 2012 – Um Ano de Crise no Mundo.

Expectativa para 2012. Análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais, meio ambiente e de defesa dos principais atores globais e para os países em desenvolvimento.

Dia 23 de abril – 2º painel: Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira.

Acordos bilaterais; atuação em organizações internacionais; ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas; parcerias e oportunidades (Europa, Estados Unidos, China e Américas).

Dia 7 de maio – 3º painel do 2º ciclo: A Diplomacia do Futuro.

Suas perspectivas.

Dia 14 de maio de 2012 – 4º painel: O Parlamento e a Política Externa Brasileira.

O Senado Federal e o papel da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Dia 21 de maio – 5º painel, mais uma reunião sobre a Conferência Rio +20, que, aí, já estaremos bem próximos, pois a conferência será realizada desta data a um mês, entre o dia 20 e 22 de junho.

Também uma avaliação de como estão os trabalhos e, sobretudo, a agenda e a pauta do documento que virá a ser aprovado na conferência.

Dia 28 de maio de 2012 – 6º painel: A Ordem Econômica Mundial e o Brasil.

O Brasil face à nova ordem econômica mundial – Brics e G20.

Buscamos, com isso, Srªs e Srs. Senadores, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a promoção de debates de alto nível abordando áreas e temas atinentes às suas atribuições.

Acrescento que são bem-vindas, como já disse, da parte das Srªs e dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão, sugestões tanto de temas como de possíveis convidados a participarem de nossos debates.

Não incluímos ainda o mês de junho, porque, em função de ser este um ano eleitoral, não temos ainda uma definição do calendário das atividades do Congresso Nacional. Tão logo o tenhamos, poderemos adaptar as nossas audiências públicas, a partir do mês de junho até o recesso do mês de julho, à agenda de funcionamento do Congresso Nacional.

Outro comunicado: situação dos brasiguaios.

O Presidente Fernando Lugo enfrenta, desde o início do seu governo, uma oposição tenaz, principalmente no Congresso, onde nunca logrou maioria. Enfrentou também episódios de contestação armada e a ação pontual do movimento clandestino Exército do Povo Paraguaio – EPP, embrião do movimento guerrilheiro. A situação de saúde do Presidente Lugo, a demandar cuidados – mas já recebemos informações de que ele está plenamente recuperado e estimamos que assim se confirme –, também adiciona um grau de preocupação, aproximadamente a um ano das eleições presidenciais naquele país.

O Brasil e o Paraguai têm uma intensa relação bilateral marcada pela assimetria das suas economias, que buscamos mitigar dentro do quadro jurídico do Mercosul, especialmente no contexto do Fundo para Convergência Estrutural, o Focem. A ação externa do Paraguai historicamente alternou momentos de maior aproximação com o Brasil e outros de proximidade com a Argentina, em um processo conhecido como política externa pendular.

Essa situação sofre radical transformação a partir de 1962, com a assinatura da Ata de Iguaçu e a posterior construção da Hidrelétrica de Itaipu, que inicia a produção em 1984. Data desse período o convite do governo paraguaio para que colonos brasileiros migrassem para a região ao sul daquele país, para desbravar a região e iniciar o plantio de diferentes culturas.

Tem início, assim, a saga dos chamados brasiguaios, como foram batizados os descendentes dos primeiros colonos que há 40 anos se deslocaram para o país vizinho, concentrados na província do Alto Paraná.

Os brasiguaios compõem hoje uma comunidade entre 300 e 350 mil habitantes, em sua grande maioria já nascidos no Paraguai, portanto, com dupla cidadania. Com a chegada desses colonos, o agronegócio paraguaio sofreu expressivo progresso, com a utilização de técnicas agrícolas modernas que levaram a uma maior produtividade e diversificação da lavoura.

Cumpre registrar que o Paraguai vem adotando, vem mostrando um acelerado crescimento do PIB, estimado em 15% em 2010, resultado esse que certamente foi influenciado pela produção agrícola e, portanto, pela ação empreendedora dos brasiguaios.

Esporadicamente surgem episódios de violência envolvendo a posse e a titulação daquelas terras, como de resto se observa em toda a América do Sul – e nós não somos nenhuma exceção. Contudo, o conflito agrário, quando surge, é sempre mediado pelas autoridades judiciais e, em casos extremos, com o uso dos instrumentos de força inerentes ao Estado. Surpreendentemente, não é esse o caso no Paraguai em relação aos agricultores brasileiros, os brasiguaios.

Paraguaios acusam os brasileiros de ocuparem as melhores terras do país, de haverem adquirido a posse dessas terras de forma fraudulenta e, a partir de lei promulgada em 2005, de estarem ilegalmente em faixa de fronteira, o que parece ser um contrassenso para quem está nas terras há mais de 40 anos e, em boa parte dos casos, tem a nacionalidade paraguaia.

Nos últimos seis meses, a situação de confronto alcançou níveis acerbos com a invasão de propriedades por contingente estimado em seis mil *carperos* – que são pessoas que vivem em tendas – e ameaça de violência física, mal contida pelas autoridades policiais paraguaias. Reunidos na Liga Nacional de Carperos, os invasores adotam discursos xenófobo e ameaçador, afirmando que os brasiguaios "são a ponta de lança de um plano brasileiro de apropriação nacional". E, mais grave ainda, a faixa de segurança fronteiriça desapareceu – aí eu fecho aspas depois de apropriação nacional e continuo: e, mais grave ainda, a faixa de segurança fronteiriça desapareceu totalmente, passando a formar parte física... Não, continuam as aspas. Vou reler o texto:

Reunidos na Liga Nacional de Carperos, os invasores adotam discursos xenófobo e ameaçador, afirmando que os brasiguaios são "a ponta de lança de um plano brasileiro de apropriação nacional, e, mais grave ainda, [palavras deles] a faixa de segurança fronteiriça desapareceu totalmente, passando a formar parte fisicamente do Brasil" – é a impressão deles, e, aí, fecho aspas.

Lançam ainda uma advertência – abro aspas novamente – "aos depredadores e usurpadores brasileiros e seus cúmplices traidores paraguaios" – fecho aspas –, no sentido de que qualquer ação junto às autoridades será tomada como atentado à soberania paraguaia. Apesar da gravíssima situação e da firme atuação da Embaixada brasileira em Assunção, com sugestões levadas ao próprio Presidente do Paraguai, não se observa qualquer reação mais eficaz do governo paraguaio.

Segundo o testemunho dos colonos, a polícia, quando se faz presente, limita-se a evitar uma possível agressão física, mas não cumpre com os mandados judiciais que determinam a retirada dos invasores. Alegam ordens conflitantes do Judiciário.

Em reação tardia e tímida ao conflito que ameaçava degenerar com resultados imprevisíveis, o Presidente Fernando Lugo emitiu longo comunicado sobre os conflitos de terra, cuja cópia está à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão. É um comunicado com várias páginas, perto de dez páginas, cuja leitura vale a pena.

Trata-se de documento que bem reflete as ambiguidades que marcam o governo Lugo. Afirma o respeito à lei e disposição para cumpri-la, para logo dizer que não poucas vezes se concederam imóveis rurais a pessoas favorecidas pelo poder político e econômico, com prejuízo para a reforma agrária, lançando perigosa dúvida jurídica sobre a titulação das terras.

Os tribunais paraguaios determinaram, dias atrás, a reintegração de posse de algumas propriedades, o que foi levado a cabo com o auxílio de representantes do Presidente Lugo. Contudo, os invasores fizeram sair de uma propriedade para, em seguida, invadir outra, sem que as autoridades policiais esboçassem qualquer reação.

Apesar disso, há sinais positivos de que o governo paraguaio está finalmente convencido a abandonar sua atitude passiva e passa a controlar a disputa, iniciando pelo fiel cumprimento às decisões judiciais.

Diante desse quadro, que me parece profundamente preocupante e cujo desfecho, se não for cuidadosamente administrado, pode vir a ter reflexos importantes sobre a relação bilateral, convidei representante dos colonos para prestar esclarecimentos e dar testemunho pessoal da situação em audiência pública, marcada para segunda-feira, dia 27 de fevereiro, às 18 horas, no contexto do ciclo de palestras Rumos da Política Externa Brasileira, para o qual desde já convido V. Exªs, a quem já dei conhecimento prévio antes de leitura desse comunicado.

Segundo comunicado – questão dos haitianos.

A migração haitiana não é um fato novo. Na história política do país, em diferentes períodos e por razões diversas, ondas migratórias espalharam cidadãos haitianos por diversas regiões do Planeta.

Entre 1956 e 1985, mais de um milhão de vistos de entrada foram emitidos pelo governo estadunidense a haitianos, fenômeno esse que ficou conhecido como a "diáspora haitiana".

O fato novo é o surgimento de uma nova rota migratória após dois eventos recentes que marcaram significativamente o Haiti: o terremoto de janeiro de 2010 e o surto de cólera, que já atingiu mais de meio milhão de pessoas e ceifou quase sete mil vidas.

As rotas de acesso ao Brasil impõem um custo menor e envolvem menores riscos de vida ao haitiano que imigra de seu país e que, ao chegar à fronteira com o Brasil e alegar a condição de refugiado, recebe um tratamento diferenciado, que pode facilitar sua entrada legal no País.

Após o terremoto de janeiro de 2010, cerca de 1.750 haitianos teriam chegado ao Município de Tabatinga, no Amazonas. Atualmente, cerca de quatrocentos haitianos estariam aguardando regularizar a sua entrada no País como imigrantes e, em seguida, partir para a cidade de Manaus.

Em outubro do ano passado, em outubro de 2011, haveria 178 haitianos em Brasileia, no Acre, que estariam também em fase de regularização da sua situação em território brasileiro.

No Haiti, estaria ocorrendo a difusão de mensagens em *outdoors*, estimulando a procura do visto de turistas para o Brasil, com a finalidade de assistir aos jogos da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Esse fato tem levado cidadãos haitianos a planejar sua entrada como turistas, visando a uma posterior permanência como residentes.

Os agenciadores da imigração ilegal, conhecidos como coiotes, cobrariam valores que variam de US$5 mil a US$10 mil para levar um haitiano até Tabatinga ou Brasileia.

Nos trechos mais difíceis, os coiotes se apoiam em traficantes de drogas para levar os imigrantes até o destino combinado. Desse apoio, resultam viagens arriscadas em péssimas condições de transporte e custos adicionais, que acabam por depauperar qualquer reserva monetária que o imigrante possa ter trazido consigo.

As políticas migratórias brasileiras observam a expansão, o fortalecimento da cooperação internacional e a necessidade de garantir o acesso dos imigrantes aos direitos e garantias fundamentais prescritos na Constituição Federal de 1988, visando integrá-los à sociedade brasileira.

Tramita no Congresso Nacional a nova Lei do Estrangeiro. O Ministério da Justiça trabalha em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores para integrar os imigrantes. O Ministério da Justiça age para que os vistos temporários sejam transformados em permanentes.

A Lei nº 9.474, de 97, trata das solicitações e concessões de refúgio. O Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 1980, estabelece que a autoridade que concede asilo territorial a estrangeiros é o Presidente da República. O haitiano, ao se apresentar na fronteira do País, sem visto de entrada, e solicitar refúgio pela lei acima citada, não pode ser rechaçado nem repatriado. Para caracterizar o refúgio, a condição *sine qua non* é que o imigrante necessite da proteção do Estado brasileiro, em face das perseguições sofridas no país de origem. Não cabe à Polícia Federal avaliar a condição do refugiado.

O Comitê Nacional para Refugiados, CONARE, recebeu, até 29 de abril de 2011, 1.291 pedidos de refúgio de haitianos, que são analisados e encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração. A tendência é que flexibilizem a entrada de haitianos como refugiados no Brasil devido ao aspecto humanitário em face do terremoto e do surto de cólera no Haiti.

Após a publicação da concessão do refúgio, os haitianos têm 90 dias para obter o visto de permanência na Polícia Federal. Caso o Conare negue o pedido de refúgio, os haitianos passam a ser considerados imigrantes laboriais.

Ao se submeterem a métodos ilegais de entrada no País, os imigrantes haitianos ficam à mercê de pessoas inescrupulosas e envolvidas com ilícitos, alimentam redes ilegais de imigração e se tornam alvos de cooptação pelo crime organizado, podendo abrir novas rotas de crimes transnacionais.

O tema haitianos, da questão da migração dos haitianos para o Brasil, está inserido no primeiro ciclo de debates da agenda Política Externa Brasileira, que será realizado na próxima segunda-feira, às dezoito horas.

E, por fim, o último comunicado sobre a Primavera Árabe, o Norte da África e o Oriente Médio.

As eleições parlamentares no Egito mostram significativa vitória dos partidos muçulmanos. A irmandade muçulmana, por meio de seu Partido Liberdade e Justiça, obteve posição preponderante, junto com o partido salafista *Al Nour*, organização ultraortodoxa, que é contrária ao voto feminino e defende posições islâmicas puritanas. Juntos, os relativamente moderados da irmandade e os radicais salafistas obtiveram mais de 65% dos votos e dominam o parlamento. Os militares, a outra importante força no cenário político egípcio, apesar de terem prometido entregar o poder em junho próximo, com a nova constituição, parecem decididos a manter sua tradicional influência.

Por outro lado, a situação econômica do país tem piorado bastante, com as reservas caindo, o desemprego crescente e o turismo praticamente paralisado.

Registre-se que, pelos padrões da ONU, mais de 40% da população vive abaixo da linha de pobreza. As recentes ondas de violência, decorrentes de tumulto em jogos de futebol, foram objeto de análise de caráter conspiratório pouco crível – a polícia teria deixado de agir para fomentar a violência –, mas devem ser imputadas à insatisfação política e econômica do País.

Outro dado importante é o clima de desconforto entre o governo americano e o egípcio, que tem como pano de fundo a prisão de cidadãos dos Estados Unidos que atuam em organizações não governamentais no Egito. Parlamentares norte-americanos têm se manifestado contra a ajuda externa, inclusive militar, vital para a deteriorada economia egípcia.

No Iêmen, o Presidente Ali Abdullah Saleh, depois de 33 anos no poder, deixou o país em 22 de janeiro último para fazer tratamento de saúde nos Estados Unidos, já que foi ferido em um ataque ao palácio em junho de 2011. Saleh foi substitutído pelo Vice-Presidente Abdel Hadi, no âmbito de um acordo em que Saleh obteve imunidade em relação a possíveis processos pela repressão a manifestações populares. Deverão ser realizadas eleições em 21 de fevereiro e o Vice-Presidente é candidato consensual. O governo iemenita tem sido firme aliado na luta antiterrorista dos Estados Unidos, embora a confusa situação política esteja facilitando o fortalecimento da Al-Queda no país.

Na Líbia, o governo do Conselho Nacional de Transição continua com problemas para institucionalizar o novo regime. Os grupos armados, que se uniram em uma frente para a derrubada de Kadafi, ainda se recusam a entregar suas armas e dominam parte do país e da capital. Frequentemente combatem entre si e têm dificuldade em reconhecer a autoridade do novo governo.

Em janeiro, protestos em Bengazi, cidade que foi a *alma mater* da revolução, levaram à invasão dos escritórios do conselho de transição. Há insatisfação com o governo, inclusive porque os serviços públicos ainda estão extremamente precários.

Há informações também sobre um bolsão de resistência leal ao falecido líder Kadafi na cidade de Beni Valid. Ademais, existem mais de oito mil prisioneiros em poder de diferentes grupos que se recusam a entregá-los ao governo central. Uma grande parte dos prisioneiros compõe-se de negros, muitas vezes trabalhadores imigrantes subsaarianos, acusados de terem sido mercenários a serviços do Ancien Régime.

Esses detentos têm sido objeto de torturas e, mesmo que fossem entregues pelos bandos armados, o governo central dificilmente teria condições de julgá-los, pois inexiste um adequado poder judiciário. Esse é o rescaldo daquela intervenção militar.

É na Síria, porém, que a situação atual mais aumenta a complexidade e envolve interesses estratégicos mais amplos. Os protestos que se iniciaram há onze meses e que têm sido pesadamente reprimidos pelo governo de Bashar Al-Assad caminham para uma situação próxima à guerra civil. Já se verificam combates nas proximidades da capital, Damasco, e mesmo em seus subúrbios, entre as bem armadas forças governamentais e militares desertores.

Os opositores de Assad dividem-se em três grupos principais, que têm pouca coordenação e muita suspicácia entre si. O Conselho Nacional Sírio, que inclui a participação da irmandade mulçumana, compõe-se de uma maioria sunita – os sunitas são aproximadamente 74% da população Síria e têm a sua liderança baseada na Turquia.

O Comite Nacional de Coordenação aspira liderar o processo revolucionário. É adversário dos islamitas, do CNS, e sua base é na próxima Líbia. O exército sírio livre compõe-se de militares desertores e age principalmente a partir da Turquia. Esses três grupos têm como denominador comum apenas o desejo de mudar o regime.

No plano internacional, a Rússia coloca-se como o aliado do governo sírio de maior projeção estratégica. A Rússia é grande fornecedora de armas para a Síria, mercado importante para uma indústria bélica que tem encontrado dificuldade em colocar seus produtos.

A aliança com a Síria também permite à Rússia a utilização de base naval de Tartus, no mediterrâneo. Recorde-se que, desde Pedro, o Grande, a Rússia preocupa-se em ter acesso a portos de água quente, ou seja, que não sejam passíveis de congelamento e possam ser utilizados no inverno.

Além do apoio de caráter militar, inclusive com a venda de caças, e financeiro – perdoou parte significativa da dívida Síria com a ex-União Soviética –, a Rússia tem dado respaldo à Síria no âmbito da ONU. Em outubro do ano passado, vetou, junto com a China, resolução condenando o governo Sírio pela repressão às manifestações de rua. E, no último dia 04 de fevereiro deste ano, vetou nova resolução contra Bashir Al-Assad, também com o apoio chinês.

O veto foi objeto de fortes manifestações de protestos dos Estados Unidos, bem como das potências ocidentais Reino Unido e França. A diplomacia russa e a diplomacia chinesa têm reiterado sua posição contra a interferência no que considera assuntos internos da Síria.

Tanto a Rússia quanto a China preocupam-se com a inquietação de parcelas de populações mulçumanas dentro de suas fronteiras. Por outro lado, deve-se lembrar que a Rússia bem como a China concordaram, em março de 2011, em não vetar a resolução que deu guarida à intervenção da Otan na Líbia e que levou à derrubada do regime de Kadafi. A diplomacia russa considera que agiu ingenuamente naquela ocasião.

Ademais, o Primeiro-Ministro Vladimir Putin é candidato às eleições presidenciais de março próximo e tem aumentado o tom de suas declarações de reafirmação do perfil internacional russo e de crítica aos Estados Unidos. No entanto, a posição favorável a Assad pode durar apenas enquanto, pragmaticamente, a diplomacia russa considerar que o governo sírio tem forças para se manter no poder.

Outro fator a ser considerado e que preocupa bastante os norte-americanos é que o Irã tem na Síria importante meio de projeção de seu poder no Oriente Médio. A derrocada de Assad faria com que o Irã perdesse importante canal de auxílio ao Hamas, na Faixa de Gaza, e ao Hezbollah, no Líbano. Ademais, as sanções da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Liga Árabe já têm dificultado muito o apoio do Irã ao regime sírio. A queda do Presidente Assad é de interesse dos Estados Unidos da América e seus aliados árabes, que têm se batido pela adoção de condenação forte por parte das Nações Unidas. Não se deve descartar a possibilidade de apoio da Arábia Saudita e do Catar aos rebeldes sírios.

Em uma escalada diplomática, os americanos fecharam a sua embaixada em Damasco e os ingleses chamaram o seu embaixador para consultas, bem como a França, Bélgica, Países Baixos, Espanha e Itália. O Conselho de Cooperação do Golfo tomou a iniciativa de enfraquecer laços diplomáticos com a Síria e a Arábia Saudita, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein, Omã e Kuwait também chamaram os seus embaixadores, forte mensagem de desagrado em termos diplomáticos.

Os chineses reagiram às críticas ocidentais por meio de publicação do partido comunista, dizendo que o caos que se segue à derrubada de governos – como exemplo, na Líbia – mostra o erro das posições ocidentais. Já os russos, além de replicarem as críticas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, enviaram a Damasco, no último dia 7 de fevereiro, para conversações com o presidente sírio, o seu chanceler e o chefe de serviço de informações externo.

A Rússia procura manter canal aberto com a Síria, buscando uma solução para a crise, enquanto

mantém algum grau de ascendência sobre o sitiado regime de Bashir Al-Assad.

O chanceler russo declarou ontem, dia 8, que o vice-presidente sírio será encarregado de conversações com a oposição. Quanto à Turquia, outro *player* regional essencial, registre-se que abandonou o antigo aliado Assad e tem tomado posição cada vez mais ativa contra o regime sírio. Agora, porém, a Turquia procura, simultaneamente, mediar uma solução que passe por conversações com grupos de países árabes.

O impasse em que se encontra a situação síria só será resolvido diplomaticamente se for encontrada solução que permita ao regime e aos rebeldes salvar a face, ou seja, que nenhum dos lados apareça como vencedor ou derrotado absoluto, o que nos parece algo muito difícil de ser alcançado.

Iniciando a pauta da nossa reunião:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 137, DE 2011
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações: No dia 15/12/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3 do Ato nº 1, de 2011-CRE

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ainda sobre o relatório com que V. Exª normalmente tem-nos brindado, em que relaciona os eventos de maior importância ocorridos no âmbito internacional e de relevância para o Brasil, eu gostaria de registrar aqui que, nos dias 15 e 16 últimos, estive em Beirute, inclusive oficialmente pelo Senado, a convite das comissões econômicas e sociais dos cinco continentes, das comissões regionais, em reunião de alto nível, com especialistas dos cinco continentes, para uma reflexão sobre a transição para a democracia nos países árabes, tema que foi objeto de suas considerações agora.

Na ocasião, fiz um relato. O tema para o qual me convidaram foi sobre como compatibilizar o crescimento com justiça social. Ali, expus a experiência brasileira de transferência de renda: de como tem melhorado a distribuição, de como tem contribuído para a erradicação da pobreza absoluta, objetivo maior da Presidenta Dilma, e da perspectiva de um dia chegarmos à renda básica de cidadania.

Eu estou encaminhando a V. Exª o registro dessa palestra para que aqui seja registrado. E também gostaria de informar que a Secretária-Geral da Cepal diz que achou relevante o que eu havia exposto e diz que vai convidar-me para novamente estar na cidade do Cairo, no Egito, quando prosseguirá a discussão desse tema para os 14 países árabes. Vai ser confirmado se isso será em maio ou junho, mas está dentro das reflexões, e por isso é que estou mencionando.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui fazer uma reflexão. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em visita a Cuba na semana passada, e a Casa Branca anunciou que a Presidenta Dilma Rousseff visitará o Presidente Barack Obama em 09 de abril próximo.

Eu ponderei, na reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que eu gostaria de propor a todos os Senadores, mas sobretudo ao PT – inclusive, já conversei com o Senador Pedro Simon, que quer ser um dos cossignatários dessa proposição. Eu apenas aqui, hoje, gostaria de mencioná-la, porque encaminhei à Bancada do PT para ser encaminhada à própria Ministra Ideli Salvati para dialogar com o Governo, antes de formalizar a proposta aqui, assim como a própria direção do meu partido, para que depois não se diga que foi sempre uma ação apenas isolada, mas eu gostaria que dessa vez houvesse a contribuição de todos, inclusive de todos os Senadores.

A proposição que gostaria de colocar é que o Senado Federal venha a propor a Cuba que caminhe na direção de indultar todos aqueles aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e que autorize os seus habitantes – obviamente, aqueles que não tenham contas a pagar à Justiça – a que possam, conforme consagrado como um direito universal da pessoa humana, entrar e sair de Cuba, e mesmo aqueles, como a Srª Yoani Sánchez, que criticam aspectos do sistema de governo hoje ali existente. Por outro lado, que, no mesmo requerimento, venhamos a propor ao Governo dos Estados Unidos, incluindo Executivo e Congresso Nacional – porque é preciso os dois –, que suspenda o bloqueio econômico e comercial a Cuba, o também chamado embargo; que liberte os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos, como é o caso de Tony Guerrero, Fernando González e Ramón Labañino, Gerardo Hernández Nordelo e René González; bem como que fechem definitivamente a crise, a prisão instalada na Base de Guantánamo, conforme, inclusive, o Presidente Barack Obama já propôs ao Congresso Nacional – por isso que digo que são decisões que precisam

ter a anuência, a vontade, a iniciativa do Presidente dos Estados Unidos, como a anuência do Congresso.

Imagino que esses assuntos poderão estar no cerne do diálogo entre dois presidentes irmãos e partidos de nações que se dão muito bem, os Estados Unidos da América e o Brasil, por ocasião desse diálogo que se aproxima em 9 de abril.

Imagino que um requerimento – e eu aqui o exponho para que todos os Senadores possam colaborar, para eventualmente modificá-lo, antes de ele ser formalmente apresentado. Por essa razão, vou encaminhar a V. Exª uma cópia desse pré-documento para que depois, se todos aprovarem, possamos, com a colaboração de todos aqui, apreciá-lo e aprová-lo.

Então, vou encaminhar a V. Exª, daqui a instantes, esse que não é o documento formal ainda; é uma sugestão que também posso mostrar aos colegas Senadores da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de convidar para que tome assento à Mesa S. Exª, o Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, indicado para a República de Côte d'Ivoire, eu gostaria de comunicar a V. Exªs que renunciou, ou foi vítima de um golpe de Estado, o Presidente das Maldivas, o Sr. Mohamed Nasheed.

O Presidente das Maldivas tinha uma projeção internacional grande em função da causa ambientalista. As Maldivas são uma ilha, um país cujo ponto culminante é de um metro e meio e que está ameaçado de desaparecer caso medidas urgentes não sejam tomadas no que diz respeito às mudanças climáticas e à consequente elevação do nível das águas oceânicas.

Então, lamentavelmente, comunico a V. Exªs e tenho a lamentar o fato de o Presidente da Maldivas, Mohamed Nasheed, não estar mais exercendo o poder como presidente daquele país.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem o nobre Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, está sobre a mesa um requerimento – subscrito por mim, pela Senadora Ana Amélia e também pelo Senador Mozarildo Cavalcanti – que trata da sugestão de formamos uma comissão temporária externa.

Eu peço pela ordem, Sr. Presidente, porque esse requerimento não está na pauta e para que seja incluído extrapauta, nos termos do Ato nº 2, que diz que em casos de situações extraordinárias, podem ser incluídos. E essa questão dos brasiguaios e a situação de conflito iminente que assola os brasiguaios e os campeiros eu acho que requerem a urgência necessária para discutirmos essa questão.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Sérgio Souza.

E pedindo ainda escusas a S. Exª o Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, mas dada a importância desse requerimento apresentado por S. Exª o Senador Sérgio Souza, S. Exª a Senadora Ana Amélia e S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti – como disse S. Exª o Senador Sérgio Souza, realmente é um caso excepcional e eu devo consultar o Plenário para solicitar-lhe a aprovação para que se inclua esse requerimento na pauta de hoje, de acordo com o que rezam os atos normativos de funcionamento desta Comissão aprovados no início dos nossos trabalhos.

O Requerimento diz:

> "Nos termos do inciso II do art. 74, combinado com o art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a aprovação de requerimento desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para criação de comissão temporária externa, composta por cinco Senadores, com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai, para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados carperos e brasiguaios.
>
> Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2012."

Julgo que esse é um assunto realmente urgente e emergencial. Já tive oportunidade de trazer aos senhores uma visão panorâmica da situação em que hoje se encontram os brasiguaios em território paraguaio e acho que realmente esse requerimento merece a deferência de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão, para que seja incluído na pauta de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inclusão desse requerimento para ser deliberado na reunião de hoje, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse requerimento fará parte, então, da nossa reunião e, no momento das leituras dos requerimentos, estaremos colocando-o para aprovação.

E agora, sim, convido para que tome assento à mesa o Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de

Camargo, indicado para a República de Côte d'Ivoire, e que é hoje o nosso sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Seja V. Exª muito bem-vindo! (*Pausa*.)

Cumprimentando V. Exª, Sr. Embaixador, concedo a palavra a V. Exª para que faça a sua exposição preliminar.

V. Exª tem o tempo de 15 minutos para fazê-lo.

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é um prazer e uma honra estar aqui para ser arguido por V. Exªs sobre a Costa do Marfim – estou usando o nome em português porque a própria Embaixada deles aqui, no *site*, usa, mas o nome oficial é Côte d'Ivoire.

Antes de propriamente começar, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos: aos meu Relatores, Senador Cristovam Buarque e Senadora Vanessa Grazziotin, que, na ausência do Senador Cristovam, foi a Relatora *ad hoc*; a alguns Senadores, com quem pude encontrar-me antes e que perguntaram sobre minha saúde. Eu, então, queria fazer, digamos, a toda a Comissão o agradecimento que já fiz ao Presidente Collor.

Eu sirvo na Bolívia como Ministro Conselheiro, e essa arguição deveria ter ocorrido no final do ano passado. Eu tive um acidente de carro e contei com a compreensão do Presidente da Comissão, e essa arguição está sendo realizada hoje. Muito obrigado.

Por fim, ainda no capítulo dos agradecimentos, algo muito sincero, eu queria agradecer, fazer um registro aqui do agradecimento a meu chefe, o Ministro de Estado Antonio Patriota, pela indicação, pela confiança em mim depositada ao me indicar para esse cargo. E eu digo isso com sinceridade porque a Costa do Marfim é um país dos mais importantes da África Ocidental, um país com o qual o Brasil tem relações diplomáticas há 43 anos. Esse interesse também é um interesse de duas mãos – digamos assim –, porque a gente abriu a Embaixada em 1969, depois da independência do país em 1960, e o interesse recíproco da Costa do Marfim pelo Brasil foi bem simbolizado pela abertura da Embaixada deles no Brasil, desde 1971.

As relações do Brasil com a Costa do Marfim já tiveram momentos importantíssimos. No passado, nos anos 70 e 80 até os anos 90, havia uma presença econômica expressiva do Brasil. Nós chegamos a ter empresas, como a Varig, com voos regulares para lá; Banco do Brasil; Banco Real; o grupo Pão de Açúcar estava abrindo supermercados lá, estávamos presentes no varejo da alimentação; a Cotia Trading, tudo isso. E a Costa do Marfim, a partir do final dos anos 90, entrou num período de crise acentuado: duas guerras civis, violência, instabilidade política. Foram dez anos em que o país praticamente se voltou para si mesmo, coincidindo com o período de encolhimento da economia nesse setor de *commodities* e, de certa maneira, toda essa presença do Brasil retraiu-se completamente, as relações ficaram rarefeitas economicamente.

Agora o momento é um momento interessante, um momento em que, se eu contar com a anuência dos senhores, para lá eu poderei ir.

Há um consenso entre os analistas de que, terminada a última guerra civil, terminada uma crise sobre a qual falarei brevemente ou daqui a pouco, o país vive o seu melhor momento em dez, quinze anos. Os investimentos internacionais retornam, a confiança da comunidade internacional retorna, e o país pode voltar a ser aquilo que antes os analistas chamavam de o "milagre ivoriano", porque era o país de maior crescimento econômico na África.

A minha experiência profissional me levou a muitos países da África: servi na Namíbia, África do Sul e algumas missões temporárias em outros países da África – Congo e Angola –, missões que a gente chama de transitórias.

Agora eu queria referir-me um pouco à experiência que tive na Namíbia, Sr. Presidente, porque foi a minha primeira grande experiência africana e eu pude ver algo lá que é verdade para quase todos os países africanos. Há uma grande expectativa com relação ao que o Brasil pode oferecer em ciência, em tecnologia, em cooperação. E eles certamente nos olham, do outro lado do Atlântico, no caso desses países da África Ocidental, e veem o colosso, no mapa, que o Brasil é, quer dizer, uma sociedade multirracial com progressos em diversas áreas, em tecnologia, em educação, e nos veem como modelo, como fonte de cooperação.

Isso ocorreu na Namíbia, que queria, inclusive, que o Brasil fosse uma espécie de modelo de quase tudo que eles pretendiam fazer, porque queriam escapar um pouco da influência da África do Sul, que tinha sido a "potência colonial" – entre aspas.

Eu acho que no caso da Costa do Marfim, não digo que esse paradigma se repita, no sentido de que a gente não iria substituir nenhum país, pois eles têm uma relação muito privilegiada com a França que deve continuar. Mas eles certamente enxergam no Brasil um parceiro para coisas importantes, como a agricultura. Recentemente, houve um pedido das autoridades da Costa do Marfim para que nós ajudássemos a fazer um recenseamento da população, que eles precisam fazer depois desse longo processo de tumulto político. Há ideias de intercâmbio universitário; eles querem fazer uma comissão mista para fazer uma avaliação de todas as relações. A ideia deles, também como a nossa, é por que não retomar as relações ao que elas

já foram, com toda essa presença política e econômica de empresas brasileiras.

Da Costa do Marfim eu vou falar de alguns índices, como dando uma pincelada para mostrar um pouco o que é o país, falar um pouco da história, das relações com o Brasil, tomando cuidado com o tempo.

A Costa do Marfim tem mais ou menos 320 mil quilômetros quadrados – mais ou menos a área do Estado de Goiás –, uma população de 23 milhões de habitantes. Minha referência, como paulista, é São Paulo: é um pouco maior de população do que a grande São Paulo, a cidade. Tem um PIB de US$24 bilhões, o que é mais ou menos um pouco mais de 1% do PIB brasileiro. O crescimento populacional é da ordem de 3,5% ao ano, o que dá uma ideia de que é um país ainda nesse estágio de desenvolvimento, porque o crescimento da população é vegetativamente maior.

A Costa do Marfim tem uns índices de... Desse PIB, 40% é basicamente agricultura. A Costa do Marfim é o maior produtor de cacau do mundo. Há uma produção expressiva de café, dendê, mas a Costa do Marfim é conhecida pelo fato de ser o primeiro produtor mundial de cacau. Há uma produção começando de mineiras – ouro –, e a Costa do Marfim é um produtor de petróleo – está 65º lugar –, não é uma produção de petróleo importante, mas é uma indústria que está começando, *offshore* basicamente. Agora é um centro, mais do que um centro de produção de petróleo, pois a produção não é tão grande – a Nigéria, por exemplo, é evidentemente muito maior –, é um centro que tem uma indústria de refino de petróleo muito importante. E por isso é chamada até de Roterdã da África – Abidjan – pelo porto e pela indústria de petróleo de refinação. Eles importam petróleo da Nigéria, que é ali refinado e reexportado para grandes mercados.

Alguns índices que me ocorrem para mostrar um pouco o que é: há uma taxa de analfabetismo de 48%; uma expectativa de vida média de 56 anos; mortalidade infantil é de 65 por 1000. Bom, do lado positivo, esses índices, para a África, são índices considerados positivos. O Brasil já superou todos há muito tempo, mas são índices, para a África, considerados positivos. O PIB, por exemplo, é o 13º da África, depois da Nigéria, África do Sul, Angola... É um país, é uma potência média da África em termos desses índices, que já foram muito melhores.

Do lado positivo, o país tem uma infraestrutura de transportes muito boa, basicamente graças a esses anos atrás – eu falei desse milagre econômico da Costa do Marfim –, quando houve investimentos estrangeiros em profusão. O país tem, por exemplo, 13 mil quilômetros de estradas asfaltadas, mais do que a Bolívia, onde eu estou. Na Bolívia, é muito menos. Para a África, essa é uma infraestrutura de transporte razoável.

Do lado negativo, há problemas de saúde pública, problemas de HIV, Aids, e nós podemos também cooperar nesse sentido. Existe cooperação importante com Moçambique, existe uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique. Quer dizer, é algo em que se poderia pensar. No momento, a cooperação nesse setor é provida pelos Estados Unidos. Nós poderíamos ver o que se poderia fazer. É certamente de interesse deles.

Um pouco das etnias e da história, rapidamente. É um país multiétnico. Há mais ou menos 60 etnias representadas no país, com cinco principais. É um país muito dividido, com uma superposição de etnias. Nenhuma etnia tem mais que 17% da população. Então, não há uma maioria étnica. É um país multirreligioso, predominantemente mulçumano. O islã tem uma pequena maioria, 40%; 32 % de cristãos, sobretudo católicos; e outras religiões ancestrais africanas.

Há algo que vale a pena ressaltar. Quando falamos em etnias e em múltiplas religiões, a ideia que surge é de que essas etnias e essas multirreligiões ensejam conflitos no país, Sr. Presidente. Não é o caso. Eu até me surpreendi lendo e descobrindo isso. Quer dizer, há uma convivência muito harmônica dessas etnias, pelo menos no início. Agora, como o processo político foi tumultuado, há certa tensão étnica, mas há uma tradição de convivência harmônica dessas etnias.

E, particularmente no plano religioso, para mim foi interessante descobrir que há uma tradição de convivência religiosa enorme que eu talvez não saiba explicar. Contando com a anuência dos senhores, tentarei descobrir até a razão histórica disso, mas só valem os fatos. Quer dizer, há tipicamente famílias de múltipla religião em que o esposo é católico e a mulher, mulçumana. Cito exemplos disso: o primeiro Presidente Félix Boigny era católico e a primeira esposa era mulçumana – é um casamento que em outras regiões do mundo dificilmente ocorreria; o atual Presidente é mulçumano e a esposa é francesa judia. Estou falando de exemplos de personalidades públicas, mas esse tipo de família, de uniões de diversas religiões é comum no país. E, mesmo no auge do processo político, da guerra civil e tudo, de certa maneira a religião nunca contaminou a vida política, como ocorre em outros países – recentemente ocorreu na Nigéria –, e não há uma identificação clara de partidos com denominações religiosas.

Falando um pouco da história... Eu falei da religião mulçumana. A religião mulçumana se implantou no país lá atrás, no século XII, na época do califado de Córdoba e tudo isso. Houve uma penetração árabe, e criaram-se reinos negros mulçumanos. Ali era uma parte do que era o reino do Mali – não corresponde

ao território do Mali hoje em dia – e ficou uma herança duradoura. A religião islâmica ali penetrou, era parte do território do norte do país, e o norte do país é predominantemente mulçumano até hoje. Quer dizer, é uma herança histórica que perdurou de longo prazo.

Fazemos um salto aqui. Os franceses chegaram no século XVII. Inicialmente ficaram restritos à costa por endemias tropicais e um clima hostil. Quando os franceses chegaram, havia cinco reinos indígenas e dois mulçumanos. O país passou a ser um protetorado da França em 1863; colônia, em 1893; e a resistência de grupos locais, indígenas, grupos negros perdurou até 1915. Quer dizer, não foi um processo de colonização fácil.

Já após a Segunda Guerra Mundial, a França e outros países na mesma situação iniciaram um processo de descolonização. O país fica independente em 1960, mas é uma independência bastante tutelada. O primeiro Presidente, que era quase um decano entre os Chefes de Estado da África, Houphouët-Boigny, foi presidente durante 33 anos por eleições regulares. Ele era um autocrata, o pai da nação, a quem chamavam de Papá, e a morte dele, em 1993, depois de 33 anos no poder, deixou o país de certa maneira órfão e impulsionado para uma maturidade política para a qual não estava preparado. Quer dizer, foram 33 anos de um governo muito próximo da França. Aliás, alguns dizem que houve até uma segunda independência quando ele desapareceu da cena política porque era uma figura profundamente ligada à França, mas ligado quase umbilicalmente. Ele foi deputado no parlamento francês, na assembleia nacional, foi ministro de vários governos da quarta república – de ministérios menores, acho que um era o ministério de assuntos penitenciários –, mas era uma figura obviamente parte do *establishment* francês.

E, de certa maneira, nesses primeiros 33 anos, a França exerceu uma relação de quase tutela sobre o país na figura desse presidente. Desaparecido esse presidente, em 1993, realmente o país entra num processo de maioridade política para a qual não estava preparado. Tinha que definir questões como a própria relação com a França, se iria continuar tão próximo ou não; a questão dos direitos de cidadania. E todo esse processo foi um processo altamente tumultuado. As lideranças não se renovaram, e o país, a partir de 1999, seis anos depois da morte dele, entrou num processo de grande convulsão política. As tensões étnicas, que não havia antes, reapareceram, quer dizer, fugiram pela primeira vez, e houve um processo político tumultuado, duas guerras civis – vou passar por cima dos detalhes – envolvimento da comunidade internacional para trazer paz entre as duas partes, doze resoluções da ONU em oito anos e, no final, estamos agora já em 2010, houve eleições preconizadas, amparadas em resolução da ONU.

O então presidente Laurent Gbagbo – em eleições que a comunidade internacional, mediante observadores, julgou livres de irregularidades que pudessem comprometer o resultado, que ele ganhou no segundo turno – o não reconhece o resultado, e mais uma guerra civil, porque ele se recusa a abandonar o poder. Isso foi em outubro de 2010. A situação se prorrogou até abril do ano passado, quando houve intervenção de forças francesas, de forças da ONU, e ele foi alijado do poder, retirado do palácio, e o presidente Alassane Ouattara, que ganhou as eleições, então assumiu o poder.

Foi uma situação confusa, havia dois presidentes, e os dois juraram a constituição, mas o desfecho foi esse.

Algo a se falar sobre o ex-presidente Gbagbo foi que, em 1º de dezembro agora, ele foi levado a Haia para ser julgado no Tribunal Penal Internacional por genocídio e crimes contra a humanidade praticados por seus militantes contra a população. É o primeiro caso de um ex-chefe de Estado levado ao Tribunal Penal Internacional, o que, de certa maneira, também deixa a situação em política interna um pouco mais tensa, porque ele tem partidários no país que disso muito se ressentiram.

O quadro atual é esse. Há um esforço de reconciliação nacional, uma preocupação de que essa reconciliação seja perturbada por falta de equilíbrio do presidente que está no trato com os derrotados – e levar o presidente Gbagbo ao tribunal, de certa maneira, introduziu tensões políticas maiores. Há um problema de renovação de liderança, pois os protagonistas da Costa do Marfim são os mesmos há vários anos; há uma vida parlamentar ativa, embora o parlamento seja bastante subserviente ao executivo, o que também dificulta a renovação de lideranças. E é isto: são pequenas nuvens cinzas num horizonte que é basicamente muito azul.

As relações com o Brasil, como eu disse no começo, há até um paradigma, um exemplo ao qual retornar. O país politicamente mudou, mas estruturalmente permanece o mesmo, por que não trazer essas empresas, aprofundar a cooperação?

Há demandas específicas na área de agricultura. A Embrapa teve uma missão em 2010, enfim, que identificou possibilidades na área de cultura de arroz, pecuária, há essa demanda que eu mencionei sobre o recenseamento, há a ideia de visitas de Ministros. Há muito por fazer, mas eu acho que eu tenho ali, no que já foi, um exemplo do que poderá ser e, se contar

com a anuência dos senhores, eu espero contribuir para esse processo de voltar a ser o que nós já fomos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, indicado para a República de Côte d'Ivoire, pela sua explanação.

A palavra será concedida a S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores para fazerem seus questionamentos.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Cumprimentando o Embaixador Alfredo Cavalcanti Jordão de Camargo pela exposição que fez sobre a Costa do Marfim e lendo as informações que o Itamaraty enviou, além do que o nosso Embaixador acabou de expor, em setembro de 2010, notei que a Embrapa tem tido uma atuação muito importante em países africanos, inclusive, tem um escritório de representação em Gana e foi solicitada para prestar uma assessoria técnica. Eu queria então, à luz dessa participação da Embrapa, saber de V. Exª em que áreas o Brasil poderá ter uma cooperação mais intensa, também porque o comércio entre os dois países está sustentado basicamente na área agropecuária. O cacau vem da Costa do Marfim para o Brasil, 80% da balança comercial. E o Brasil exporta açúcar e produto da agropecuária, algum tipo de carne. Em que medida podemos imaginar, num país com tanta instabilidade política, ter uma relação comercial também um pouco mais consolidada?

E eu queria agora renovar ao Presidente Fernando Collor, são essas as minhas questões ao Embaixador, solicitar a possibilidade de abertura do processo de votação enquanto ele dá as respostas para agilizarmos o nosso trabalho.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

S. Exª solicitou que seja aberto o processo de votação.

Coloco a solicitação à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores.

Aqueles que estiverem de acordo com a abertura, com o início do processo de votação, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de voltar a palavra ao Embaixador Alfredo José Cavalcanti, concedo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Embaixador Alfredo Cavalcanti...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe, Senador Sérgio Souza, lembra-me aqui o Secretário, com a permissão de V. Exª...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – ...que faltou, para cumprir o Regimento, pronunciar a frase: declaro aberto o processo de votação.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente.

Pelo que ouvi da vossa explanação sobre as relações comerciais e também sobre a situação econômica da Costa do Marfim, tendo em vista a presença da Embrapa, no ano de 2010, naquele país, como colocado pela Senadora Ana Amélia, eu percebi que 40% do PIB daquele país é da agricultura. E o Brasil tem uma importância, em relações comerciais, nesse sentido, enorme, principalmente pela transferência de tecnologias. A Embrapa hoje é considerada uma empresa mundial. Inclusive está aqui no Senado, em uma das Comissões, a discussão para abrir o capital da Embrapa. No entanto, 40% da agricultura, o primeiro produto mundial é o cacau.

O que o Brasil poderia fazer para nós diversificarmos as culturas naquele país e incentivarmos, Embaixador Alfredo, as relações comerciais no campo da agricultura? Porque a informação que nós temos é que são muitos ricos os solos da Costa do Marfim e isso propicia maior expansão agrícola. Nós sabemos e temos informações de que, no nosso Planeta, em poucas regiões ainda é possível nós aumentarmos o campo da agricultura, o cultivo, a expansão agrícola. Isso está concentrado na África, onde ainda há grandes áreas que podem ser utilizadas para essa atividade, e o Brasil ainda possui grandes áreas que podem ser recuperadas ou utilizadas para o cultivo agrícola.

Eram essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra agora a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Fernando Collor. Quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo agradecer. O Relator original da indicação do Embaixador Alfredo era o Senador Cristovam e, por outras razões, V. Exª me nomeou Relatora *ad hoc*. Para mim é um prazer ter relatado a indicação do Dr. Alfredo. Estivemos juntos esta semana conversando. Fiquei muito feliz principalmente por saber das suas expectativas, do seu entusiasmo, do seu ânimo em servir na Costa do Marfim.

As condições eu acho que o Dr. Alfredo tem todas. Ele passou um longo período, desde 2006 até agora, nós já estamos em 2012, na Bolívia, país vizinho, amigo e com muitos problemas. Então ele passou, Senador Collor, Presidente, por um aprendizado maravilhoso e eu acho que está mais do que preparado para enfrentar vários desafios. E são muitos.

O Brasil tem se caracterizado, nestes últimos anos, pela diversificação das suas relações exteriores. Se eu tivesse que elogiar alguma coisa no governo do Presidente Lula, e agora da Presidente Dilma, mas desde o ex-Presidente, eu falaria, sem sombra de dúvida, da política externa. Nós conseguimos sair mais rapidamente da crise econômica por quê? Porque nós não temos relação unilateral ou bilateral com outros países. Nós temos uma relação que vai desde a Rússia, passa pela China, Europa, América do Norte, enfim, diversificada. Eu acho que entre nós pesa muito, e é muito importante, a decisão de aprofundar as relações de amizade com esses países africanos. Então o senhor tem uma grande tarefa pela frente.

Eu não vou repetir o que falou a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio a respeito do setor primário, mas na área de saúde o Brasil tem dado a alguns países da África, e pode estender a outros, uma colaboração muito grande, porque, afinal de contas, a nossa política de enfrentamento, de prevenção da Aids, a política do Brasil, e nós podemos nos orgulhar disso também, é muito melhor do que a de outros muitos países desenvolvidos.

Então, eu cumprimento V. Exª e agradeço mais uma vez ao Presidente Fernando Collor por ter me designado como Relatora *ad hoc* e aproveito para dizer que é uma alegria ver o Brasil e o Itamaraty com pessoas não só preparadas, mas entusiasmadas. Eu acho a preparação fundamental. Agora, se não vier acompanhada de entusiasmo, de pouco vale.

Eu cumprimento o senhor, Dr. Alfredo.

Era isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exposição realizada pelo Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo foi altamente elucidativa e demonstra que ele faz parte dessa massa crítica que eu considero a primeira melhor do Brasil que é o Corpo Diplomático do nosso Itamaraty.

É sabido, Sr. Presidente e Sr. Embaixador, que a África vem sendo marcada historicamente por lutas tribais. No caso da Costa do Marfim, nós verificamos uma multirracialidade. Existem ali várias etnias, predominando a etnia islâmica, a etnia católica e a animista.

Eu perguntaria ao Sr. Embaixador qual é a razão principal da instabilidade política, dos conflitos que têm sido constantes naquele país: se é a luta tribal, se são rixas religiosas ou as duas coisas.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

E passo, agora sim, a palavra ao Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo para oferecer respostas às indagações feitas pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

Tem V. Exª a palavra, Sr. Embaixador.

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe. Falta ainda a pergunta final de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – V. Exª me inscreveria também, Senador Collor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, ali na Bolívia, onde V. Exª esteve, pôde acompanhar um pouco dos passos relativos à preocupação do governo Evo Morales em proporcionar a todos uma maior participação na riqueza da nação com fundos criados. E, ali na Bolívia, o que se obteve até o presente momento, que eu saiba, mas gostaria até da sua confirmação, para todas as pessoas acima de determinada idade, foi o direito a um pagamento como direito de todos e universal.

Agradeço se puder me informar se isso de fato está acontecendo e a partir de que idade.

Poderemos um dia chegar a universalizar isso na Bolívia, no Brasil, onde há lei prevendo isso, assim como na África do Sul.

Tenho participado de conferências em diversos países africanos. Em fevereiro do ano passado, testemunhei uma experiência notável numa vila de mil pessoas a 100 quilômetros de Windhoek, em que o senhor esteve numa de suas missões na Namíbia, onde se instituiu uma experiência, por três anos, bem sucedida de pagamento igual a todos aqueles habitantes de uma renda básica de cidadania.

A Costa do Marfim tem uma renda per capita ainda bastante modesta, mas tem riquezas naturais e

um potencial de aproveitamento muito significativo. E de qualquer riqueza gerada numa comunidade, numa cidade, num estado ou num país nós sempre poderemos separar uma parcela para instituir um fundo que eventualmente passe a pagar a todos esse direito.

Eu gostaria de lhe perguntar quais são as principais riquezas geradas hoje na Costa do Marfim e quais são aquelas que poderão ser ainda melhor aproveitadas para essa finalidade, ou seja, a vocação do país Costa do Marfim na área econômica, sobretudo em que tipo de exploração de riquezas ou de desenvolvimento comercial, agrícola ou industrial.

Fico à disposição de V. Exª ali na Costa do Marfim para também eventualmente visitar e dialogar com as autoridades do Executivo, do Parlamento e do meio acadêmico sobre esse tema e, por isso, encaminho-lhe um livro a respeito desse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Suplicy.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero aqui externar meu prazer, no início de 2012, de estar na companhia de V. Exª e dos meus companheiros na nossa Comissão de Relações Exteriores.

Quero dizer que o Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, ontem, em nosso gabinete, expôs os seus planos, que também, com brilhantismo, aqui o fez, para a Costa do Marfim.

Eu não poderia deixar de desejar a ele muito sucesso e dizer a ele que esse sucesso está intrinsecamente ligado à sua genética, a essa alma brasileira que ele verá, eu diria, refletida na maneira de pensar, de agir, na percepção da vida, na, vamos dizer, maneira de superar obstáculos, na criatividade para encontrar os caminhos do desenvolvimento do povo africano.

A Costa do Marfim não é diferente das demais nações africanas. Eu que a conheço bem, porque tive contato direto com seu povo, com as pessoas, aquela gente sofrida e valente, posso aqui atestar isso.

A Costa do Marfim tem um povo trabalhador que tem uma afinidade com o Brasil impressionante, a gente é muito bem recebida. Os brasileiros que vivem lá – tenho muitos amigos que vivem lá, são todos pastores – sentem uma imensa alegria de viverem lá. Um deles, inclusive, voltou para o Brasil e se tornou Deputado, o Deputado Flávio Ribeiro, pelo Estado do Ceará, embora seja do Rio Grande do Norte. Ele viveu lá muitos anos e, depois, veio para cá.

A única coisa que eu gostaria de ressaltar nessa breve saudação é que nós não podemos esquecer que os problemas da África surgem na sua descolonização. Os líderes africanos que lideraram esse processo foram aqueles que estudaram na Europa, na Alemanha, na Rússia, na França, estudaram nos Estados Unidos, e trouxeram para a África talvez uma das teorias políticas mais violentas, que é a teoria da nacionalidade: para cada nação, deve haver um Estado. A implantação disso foi dolorosa na Costa do Marfim, um confisco cambial do campo para a cidade. A caixa de estabilização do café, do cacau, do algodão empobreceu o campo e fortaleceu a estrutura de poder da cidade para a criação do tal Estado.

Nas nações africanas, o que prevalece, e sempre prevaleceu, é que o africano é um homem da sua família, da sua linhagem, da sua tribo e que deve obediência primária, sobretudo, ao seu chefe tribal, onde existe uma língua, um costume, uma alimentação, uma tradição e uma religião.

Aí começaram os conflitos em um país, territórios traçados pela ambição européia, no processo de colonização, onde diversas nações passaram a enxergar que havia na capital, no poder, no Estado, a distribuição das benesses. Esses conflitos são conflitos enormes. E o africano tem uma característica – sabe, Embaixador Alfredo? Isso de quem viveu lá quase dez anos. Ele tem uma frase, que é a seguinte: o problema é que o esquecimento está cheio de lembranças. São cicatrizes, são feridas, são filhos perdidos, são aldeias incendiadas, são pesadelos do passado que acabam poluindo os sonhos e amargurando o acordar.

Nós brasileiros precisamos estar ao lado deles. Eu tenho tristeza de ver que o Brasil tem superávit econômico, superávit na balança comercial com praticamente todas as nações brasileiras. Na África do Sul, é uma vergonha, um bilhão por ano. Isso é uma vergonha para nós brasileiros. Para que esse superávit tão grande? Nós devíamos empatar. Com a Costa do Marfim também temos superávit crônico, constante.

Eu espero que V. Exª, com espírito brasileiro, do seu grande patrono, Rio Branco, cuja morte completa 100 anos amanhã, o homem que nos deu as fronteiras sem um tiro, com esse espírito brasileiro, com essa gente.

Nós todos somos negros, somos índios, somos europeus. Nós temos a característica que os gregos deram à palavra triunfar, ela tem o radical "tri", como tem a família – pais, mães, filhos –, diferentemente da união homossexual, em que não se geram filhos. A própria definição de Deus é "pai, filho, Espírito Santo". A água, parte mais importante da vida, são duas moléculas de hidrogênio. Enfim, você vai encontrar diversas situações no perfil trinário, e nós brasileiros temos isso. Nós somos, você pode ver o mapa ge-

nético hoje. Já está traçado aí. A última universidade que fez foi lá em Belo Horizonte. Não há um brasileiro que não possua sangue negro, de índios vermelhos, ameríndios, e o sangue ibérico.

E V. Exª, com essa vocação, com essa genética, saberá olhar os horizontes infinitos na esperança daquela terra tão linda e rasgar neles, na medida das suas possibilidades, eu diria a construção de uma relação mais fraterna, harmônica e cooperativa. Que Deus o abençoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Marcelo Crivella.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo para suas respostas.

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, pela ordem. A Senadora Ana Amélia me perguntava sobre os resultados de uma missão de setembro 2010 da Embrapa. Pelo relatório que eu li, pelo que eu pude apurar, essa missão foi de fato uma missão muito importante, e os resultados se centraram em três áreas que são de interesse do Brasil e da Costa do Marfim: melhora de sementes; a cultura de arroz. Eles naturalmente importam arroz dos Estados Unidos, o que é uma coisa até surpreendente, porque os Estados Unidos não devem produzir arroz em quantidade. Eles devem simplesmente comprar de algum mercado, beneficiar e reexportar para eles.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Rio Grande do Sul está disponível porque é maior produtor de arroz do Brasil, Embaixador. Então, oferecemos a nossa produção.

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Muito obrigado. Eles compram arroz dos Estados Unidos e poderiam comprar do Brasil.

E alguns resultados também na área de pecuária: melhora de rebanhos. Os rebanhos lá são afetados por moscas tsé-tsé, problemas que a gente nem tem aqui, mas a Embrapa estará capacitada a resolver.

Essa área de agricultura é uma área que vai merecer atenção, porque é digamos um ponto uma área natural em que experiências brasileiras poderão ser úteis para África.

Com relação a exportação e importação mais equilibrada, nós de fato nós vendemos produtos de carne, que são poucos, derivados de carne. Podemos vender mais. O seu Estado é muito importante para isso. Eu inclusive, posteriormente, merecendo a aprovação dos senhores, eu quero visitar frigoríficos, quero visitar empresas brasileiras naquela ideia de voltar a ser um pouco o que já foi, quer dizer, frigorífico seria uma área principal já que eles compram carne do Brasil e, do nosso lado, simplesmente compramos, basicamente, cacau. Também do nosso lado diversificar um pouco a pauta, introduzir produtos industrializados. Eles produzem ônibus, eles estão diversificando um pouco, já têm uma indústria de serviços. Acho que é um pouco cedo para esperar um mercado mais sofisticado, como o Brasil, comprar produtos manufaturados deles, mas, sobretudo, diversificar a pauta na medida do possível e ter uma relação mais equilibrada.

Nós, atualmente...

Acho que o Senador Marcelo Crivella até mencionou o nosso superávit com vários países da África, é verdade, é um superávit tradicional; no caso da Costa do Marfim há um déficit, nós temos um déficit de 3 milhões; eles nos vendem mais do que nós compramos. De fato, há necessidade de uma relação mais equilibrada. Nós podemos comprar algo mais do que cacau.

Com relação à pergunta do Senador Sérgio Souza, também é o mesmo princípio, de produtos primários, o senhor se referia aos solos do país. De fato, são solos excelentes, talvez os melhores da África, mas o país sofre, por esses problemas das mudanças climáticas, um processo desertificação. Então, muitos desses solos têm... Digamos o futuro desses solos tão produtivos estão sob dúvida porque o país está sofrendo um processo de desertificação em algumas áreas por causa do fenômeno das alterações climáticas. Esse fenômeno altera também... A alteração climática causa também um problema na pesca do país, mudou um pouco o regime de águas e temperaturas e afetou negativamente a pesca, quer dizer, é um país que vai acompanhara Rio+20 e os resultados que puderem advir com interesse.

Na área da agricultura, mais uma vez, eu, lá chegando, conto com a Embrapa, que vou visitar hoje à tarde, não deu para visitá-la antes, pela agenda, para ser minha grande parceira, quer dizer, um dos grandes parceiros. A idéia é melhorar a agricultura lá, usar as nossas experiências, inclusive talvez – não sei se é ambição demais – para ver que remédios pontuais a gente pode ter para esse problema de desertificação do solo, de perda de nutrientes no solo. Acho que, efetivamente – pode ser que eu esteja errado, foram várias perguntas –, a sua pergunta era no sentido de diversificar a pauta e expandi-la além da agricultura, o Brasil não só comprar cacau e não só vender... Nós vendemos máquinas, nós vendemos fios, quer dizer, no caso seria expandir um pouco mais. Eu, num contexto genérico, me referiria àquilo que é, digamos assim, tentar voltar àquilo que já foi no passado a relação com a Costa do Marfim, isto é, ter lá empresas brasileiras, estarmos presentes em vários setores. Tenho aí um

modelo ao qual eu posso sempre me inspirar. Isso já existiu, pode-se, com algum esforço, voltar a isso e até ampliar mais do que era. Por que não?

Espero ter respondido à pergunta de V. Exª.

Eu queria agradecer as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin, muito elogiosas. De fato, ela mencionou a Bolívia como um aprendizado. Foi, continua sendo, um pouco menos, mas continua sendo. A Bolívia é um país complexo. É uma experiência profissional fascinante e sempre enriquecedora servir na Bolívia, embora não seja fácil.

Quanto à pergunta do Senador Luiz Henrique, acho que ela é um pouco...

Eu, preocupado com o tempo, fui rápido demais ao falar de certas coisas. Acho que falhei ao explicar isso. É uma pergunta fundamental: se a razão dos conflitos é mais étnica ou religiosa.

Eu diria que, de certa maneira, não é nem uma nem outra, se bem que a etnia entrou um pouco no final. Quando morreu...

Eu até compararia o país, uma comparação talvez um pouco forçada, com a Iugoslávia. Quando Tito morreu, a Iugoslávia explodiu. Havia tensões reprimidas, ambições políticas reprimidas.

Foi um pouco o que aconteceu na Costa do Marfim após a morte do primeiro Presidente, o Boigny, 33 anos no poder. O País era uma autocracia, veio à tona sobretudo uma xenofobia. A Costa do Marfim tem um percentual de estrangeiros que representam 25% da população. Não estou falando de brancos, de libaneses; nós inclusive temos uma pequena comunidade de brasileiro-libanesa lá. Esse movimento de xenofobia não era contra eles. Era contra cidadãos africanos de países vizinhos – Burkina Faso, Mali, Libéria – que estavam lá, atraídos pelo milagre econômico desses anos, e que adquiriram propriedade de terra; em alguns casos, adquiriram direito à votação; e o País, então, mergulhado na crise econômica dos anos 80 e 90, vivendo uma orfandade política, porque tinha desaparecido o Presidente, que era o pai da nação, e com a necessidade que todos sentiam de redefinir um pouco, definir, pela primeira vez – eu até disse que era quase que uma segunda independência –, definir um pouco o que era o País, então, veio a xenofobia. Eu até imagino se o Brasil tivesse uma crise política enorme, uma necessidade de redefinir o nosso sistema político em termos de direitos de cidadania, e fazer isso, digamos, com 50 milhões de imigrantes, bolivianos, argentinos, uruguaios – que eram todos vizinhos os que estavam lá na Costa do Marfim. Com um contingente enorme de 50 milhões de vizinhos, mas que têm direito à votação, competem no mercado de trabalho de renda declinante, surpreende, seria até um milagre, se, num clima desses, não houvesse xenofobia.

A xenofobia começou contra os vizinhos, que estavam presentes em número que era julgado demasiado no País. Esses vizinhos eram representantes de etnias que estavam presentes na Costa do Marfim também. Daí passou a haver um componente étnico, mas eu diria que não foi nem étnico, num primeiro momento, nem religioso. Sobretudo religioso nunca foi realmente. Quer dizer, era um processo de definição do que era o País depois da morte de um presidente autocrata, personalista, que praticamente, digamos, colocou o País numa redoma, em que só havia a França. Havia uma necessidade de redefinir o País em torno de algumas lideranças carismáticas, mas, mais uma vez, nem o fator étnico, nem o religioso eram primordiais, e esse processo terminou sendo violento. Agora, o porquê da violência: resistência, conflitos realmente que não puderam ser resolvidos; acumulados há muito tempo. Por isso, o paralelo com a Iugoslávia é um pouco válido. E o País cindiu-se.

Houve envolvimento da comunidade internacional – não quero me alongar na resposta –, mas eu diria que o fator étnico entrou um pouco, primeiramente, como uma xenofobia contra vizinhos. E, como esses vizinhos eram de etnias que também eram representadas no País, entrou um pouco o fator étnico. Mas basicamente era um processo violento, caótico, de definição do que era o País, porque o País ficou independente em 1960. Durante a primeira presidência, desse Presidente Boigny, era um regime de muita tutela da França. E, pela primeira vez, então, o País atingiu a maioridade, foi jogado diante de uma maioridade para a qual não estava preparado, e foi um processo traumático.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador, eu poderia complementar minha pergunta?

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, no caso da Costa do Marfim, há tolerância racial e religiosa, como no Brasil?

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Eu creio que sim. Eu digo creio porque eu tive uma experiência muito breve, fiquei lá durante um mês, muito tempo atrás, há quase vinte anos. Assim, não me arvoro com o que eu li e procurei me instruir. É uma das coisas que quero inclusive descobrir, porque falei de uma tolerância religiosa muito grande, de famílias onde a esposa é muçulmana, o marido é católico; o Presidente de agora, inclusive, é um muçulmano casado com uma judia, o que é algo inusitado no contexto ao qual estamos habituados.

Eu quero crer que sim, e gostaria mais: até por curiosidade pessoal, gostaria de descobrir um pouco a razão dessa tolerância, religiosa sobretudo, porque é algo muito diferente do que existe em países vizinhos ali. A Nigéria está tendo um problema de sectarismo religioso grave. Há um grupo islâmico fundamentalista que pratica atos de terrorismo, incendeia igrejas... Há terrorismo islâmico fundamentalista em um país ao lado. E a Costa do Marfim é aparentemente imune a isso. Eu queria até descobrir se pode ser um modelo que se leve a outros países ou não. Uma curiosidade pessoal, mas quero crer que sim, que é uma sociedade, nesse sentido, muito próxima da brasileira. Espero descobrir um pouco as causas, mas quero crer que sim.

O Senador Eduardo Suplicy – a quem muito agradeço a publicação, o livro –, de fato, me fez uma pergunta sobre a Bolívia, e realmente foi algo muito importante. O Presidente Evo Morales instituiu... Na verdade, já havia um programa, um pouco antes dele, com outro nome, com outros valores, que não funcionava muito bem. Ele instituiu um programa chamado *Renta Dignidad*, que dá o que eles chamam de *bono*, uma renda que é paga duas vezes por ano. São cerca de dois mil pesos bolivianos, um pouco menos de US$300 por ano. Para os nossos números, pode parecer muito pouco, mas para a Bolívia é bastante dinheiro. Trezentos dólares por ano é uma agregação de renda significativa. As pessoas recebem isso a partir dos 60 anos. Houve diversos problemas de como encontrar os recipientes, fazer um catálogo, um registro dessas pessoas. Isso está feito. O pagamento dessa renda representa uma das principais fontes de sustentação de Evo Morales e é feito, em parte, com recursos que advêm até do Brasil, da compra de gás que fazemos da Bolívia. Só complementando, há outros programas também. Devido ao sucesso desse primeiro, ele também instituiu bônus para crianças em idade escolar, semelhante ao Bolsa Família, em que se inspirou bastante, e é um programa de muito êxito na Bolívia.

Sobre a ideia de reaplicá-lo na Costa do Marfim, ou algo parecido – eu acho que a Costa do Marfim tem problemas desse tipo –, seria evidentemente uma excelente ideia. Um problema que me chamou a atenção – passou e eu nem falei –, saiu inclusive uma matéria na CNN há algum tempo, problema mais premente até, é o uso do trabalho escravo infantil nas plantações de cacau. Inclusive é um problema que vai ser levado à Organização Internacional do Cacau em razão da sustentabilidade social e ambiental da produção do cacau. A Organização Internacional do Cacau era e ainda é essencialmente um organismo com preocupações comerciais, de manutenção de preços, de estoques reguladores de preços, e esses temas serão introduzidos. Eu mencionei isso porque acho que a Costa do Marfim está em um estágio, digamos, anterior a esse tipo de preocupação, como a Bolívia está e o Brasil já esteve. Eu acho que é possível que o país chegue lá em relativamente pouco tempo, mas eu o vejo, digamos, em um momento anterior de preocupações sociais mais básicas. Quer dizer, o tema do trabalho infantil na colheita do cacau perdurou durante décadas, negligenciado por todos, inclusive pela própria Costa do Marfim, e é um tema com que agora eles começam a se preocupar.

Por último, eu queria agradecer muito ao Senador Marcelo Crivella pelas palavras de estímulo que recebi agora e ontem em seu gabinete, sobretudo quanto à possibilidade de uma contribuição brasileira tão diferenciada, tão mais generosa do que a África está acostumada a receber dos outros. Eu realmente usarei suas palavras como inspiração para a minha atuação, podendo chegar lá, com a anuência dos senhores. Quer dizer, significou isso, essa ideia do tri, da contribuição diferenciada que podemos aportar. Eu queria, mais uma vez, agradecer as palavras amáveis e lembrar que pelo menos com a Costa do Marfim temos um déficit, não temos um superávit. Eu teria que trabalhar para superar esse déficit e construir um superávit. Mas, pelo menos, na situação em que está, temos um pequeno déficit.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, indicado para a Côte d'Ivoire.

Eu gostaria de informar às Srªs e aos Srs. Senadores que já se encontra nesta Comissão S. Exª o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador chefe da delegação brasileira para a COP-17, recentemente realizada em Durban, na África do Sul, e que, aprovado o requerimento constante na pauta, ele ficará à disposição desta Comissão para, ainda na reunião, numa segunda reunião, logo após o encerramento desta, ele poder transmitir a V. Exªs a quantas andam os preparativos para a realização desta que será a maior conferência prevista para ser realizada nesses próximos 50 anos que é a Rio+20.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu submeteria a V. Exª e ao Plenário a possibilidade de se fazer uma inversão da pauta para que os requerimentos fossem votados, já que são matérias, digamos, um pouco discutidas, como essa questão dos brasiguaios

e os requerimentos de V. Exª, porque aí já deixaríamos essa questão administrativa pronta e com mais tempo para o debate em relação ao representante da Rio+20.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação dos Srs. Integrantes desta Comissão a sugestão feita pela Senadora Ana Amélia de inversão de pauta, para colocarmos em votação, logo em seguida à apuração dos votos da sabatina com o Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti, os requerimentos, dando-lhes prioridade sobre os outros itens da pauta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma direção, já que se trata de matéria da maior relevância e que, acredito, não será polêmica, que também fizesse parte dessa inversão de pauta o item 2, que trata do Projeto de Decreto Legislativo que aprova tratado de extradição entre Brasil e Israel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Incluo na solicitação feita por S. Exª a Senadora Ana Amélia a solicitação agora feita também pelo Senador Luiz Henrique.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão da pauta, de acordo com que aqui foi colocado por S. Exª a Senadora Ana Amélia e por S. Exª o Senador Luiz Henrique, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro a reunião da Comissão, a partir de agora, transformada em reunião secreta.

Solicito que permaneçam os Srs. e as Srªs Senadoras.

(Secretada às 12 horas e 03 minutos, a sessão é tornada pública às 12 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) –Alguma consideração?

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Não, apenas para revelar aqui um fato de natureza um pouco sigilosa. O Brasil é parte de um comitê de sanções contra a Costa do Marfim. Há um consenso, agora, de terminar as sanções, porque é um regime legítimo e o primeiro-ministro da Costa do Marfim visitou a nossa embaixadora na ONU, há algumas semanas, para pedir o levantamento do embargo de armas e no contexto de rearmamento do país, rearmamento legítimo. Há uma ideia de levar para lá um adido militar; e eu trabalharia um pouco nessa direção. Também é uma boa ideia. Eu não quis falar disso... Mas, bom.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Embaixador Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo.

Anuncio, oficialmente, que S. Exª o Sr. Embaixador foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para representar o Governo brasileiro e o Brasil junto a Côte d'Ivoire.

Parabéns a V. Exª e desejamos todos os integrantes desta Comissão os melhores votos de uma profícua missão naquele país.

Muito obrigado pela sua presença. (*Palmas*.)

O SR. ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Dando prosseguimento à nossa reunião, a pauta, de acordo com o que foi aprovado pela Comissão e baseado nas solicitações feitas por S. Exª a Srª Senadora Ana Amélia e S. Exª o Sr. Senador Luiz Henrique, vamos para o item 2:

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 241, DE 2011
- Não Terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª, Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório e, em seguida, passaremos a deliberar sobre os requerimentos.

Com a palavra S. Exª o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, o parecer foi distribuído a todos os Srs. Parlamentares integrantes desta Comissão.

Portanto, farei a leitura das partes mais importantes do meu parecer.

Versado em 24 artigos, o projeto define os crimes que autorizam a extradição; a obrigação de extraditar; a extradição de nacionais; a questão da constituição

de provas; as informações ou provas complementares; os crimes políticos e militares; os pedidos discriminatórios; as garantias de não imposição de pena de morte ou de prisão perpétua; a entrega deferida e a entrega temporária; a prisão preventiva; a prescrição; os procedimentos de extradição e os documentos requeridos; as condenações à revelia; a tradução; as regras de especialidade e identidade; os pedidos concorrentes; a notificação da decisão sobre a extradição e a entrega de provas; a renúncia ou a anuência ao processo de extradição; o trânsito do extraditando; a representação e a despesas e as consultas sobre o andamento de casos concretos.

O Brasil tem longa história em relação ao Estado de Israel, a começar pelo próprio ato multilateral que resultou na sua criação. O papel decisivo do chefe da delegação brasileira na Segunda Assembleia Geral da então infante Organização das Nações Unidas, quem também a presidiu, o diplomata, notável diplomata Oswaldo Aranha, foi a influência cabal para a aprovação da resolução que criou o Estado judaico. Desde então, aquela comunidade no Brasil tem demonstrado crescimento, configurando-se hoje na décima maior comunidade de judeus fora de Israel, ao passo que a comunidade brasileira em Israel é também expressiva e conta com dez mil membros.

A extradição é o mais basilar instrumento de cooperação jurisdicional penal internacional e visa a que as fronteiras territoriais não sirvam para evitar a punição de criminosos comuns. O Brasil é parte em 26 instrumentos dessa natureza em plena vigência no ordenamento jurídico interno. Não há motivo por que não venha a firmar outros instrumentos de idêntica natureza com todos os países com os quais mantenha ou pretenda manter forte vinculação política e econômica.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2011.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique, que acaba de proferir seu relatório, que agora coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2011
- Não Terminativo -

Modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Há uma solicitação, por escrito, do gabinete de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que é o Relator da matéria, para que seja retirado de pauta, em função de sua viagem.

Agora começamos com os requerimentos, de acordo com o que foi deliberado.

Item 4, não terminativo:

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012

Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger – Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo – Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório da B. Braun, em Melsungen – Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do "GSMA Móbile World Congress 2012", que será realizado na cidade de Barcelona – Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Designo como Relatora da matéria S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, obrigada. Faço a relatoria com muito prazer e gosto porque tenho grande admiração pelo Senador Walter Pinheiro, atual Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal.

S. Exª apresentou requerimento e vou direto à análise.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 14 de fevereiro a 1º de março de 2012. Ele está solicitando diárias para os dias 15 de fevereiro a 1º de março de 2012,

informando que as passagens aéreas serão sem ônus para o Senado Federal.

Ele fará uma viagem a alguns países como Noruega, Suécia, Alemanha e Espanha, todos para visitas a laboratórios e fábricas na área das telecomunicações.

Diante do exposto e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 07, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 74, inciso II e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze Senadores titulares e igual número de suplentes destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Autoria: Senador Fernando Collor e Senador Rodrigo Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República.

Coloco agora em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012

Requer, nos termos do inciso V, §2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre as providências adotadas pelo governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como apresentar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 7 da pauta:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as barreiras burocráticas impostas pela Argentina à entrada de produtos brasileiros, suas implicações e alternativas de solução. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Paulo Skaf – Presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo);

– Sr. Heitor Müller – Presidente da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul);

– Sr. José Carlos Becker – Presidente da ABTI (Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais);

– Sr. Fernando Pimentel – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

– Sr. Embaixador Antônio José Ferreira Simões – Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senadora Ana Amélia

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o requerimento.

Para discutir, S. Exª o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o setor industrial, o setor produtivo catarinense em geral vem sofrendo muito com essas restrições. E eu gostaria de solicitar o aditamento do nome do Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Dr. Glauco José Côrte, para que participasse dessa oitiva, juntamente com os demais.

E cumprimento a Senadora Ana Amélia pela oportunidade desse requerimento em assunto tão relevante para a economia do País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Consulto S. Exª a Senadora Ana Amélia se está de acordo com a colaboração que traz ao seu requerimento S. Exª o Senador Luiz Henrique.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não apenas de acordo, mas também aplaudindo a iniciativa. A Região Sul tem a proximidade e a concorrência entre as economias do Brasil e da Argentina. Particularmente, só para se ter uma ideia, no caso do Rio Grande do Sul, o impacto das barreiras argentinas revela que 40% das empresas do Rio Grande do Sul tiveram prejuízos acima de R$1 milhão e, dessas, 8,3% superiores a R$10 milhões em 2011, com as políticas de protecionismo impostas pelo Governo argentino para reduzir as importações brasileiras.

Dados da Fiesp indicam que essas barreiras já causaram perdas de mais de R$1 bilhão à indústria brasileira somente no ano passado. Em janeiro de 2008, apenas 53 produtos brasileiros necessitavam de licença não automática para entrar naquele país, número que chegou a 756 no ano passado.

Justifica-se esse debate no âmbito desta Comissão e eu agradeço muito a V. Exª pela aquiescência na inversão da pauta e também pelo acolhimento da solicitação do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Portanto, fica aditado ao requerimento nº 3, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, além dos nomes aqui já relacionados, a inclusão do nome do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Dr. Glauco José Corte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ainda para discutir, S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa, porque o Brasil, não só com relação à Argentina, mas com vários países componentes do Mercosul, vem sofrendo graves prejuízos nos últimos anos. Temos uma migração de muitas, talvez centenas de empresas ao Paraguai, por conta da condição oferecida pelo Paraguai, e isso em detrimento ao crescimento, à sustentabilidade, ao emprego e à geração de renda do nosso País.

Se há um acordo comum entre esses países, acho que temos que exigir da Argentina o mesmo tratamento que nós conferimos àquele país. Isso já se inverte até mesmo no momento da entrada. Nós do Paraná, que somos vizinhos ali e temos uma cidade turística argentina, que é Puerto Iguazú, divisa com Foz do Iguaçu, o tratamento de um cidadão brasileiro quando entra naquele país é muito diferente do tratamento expendido pelos brasileiros ao cidadão argentino quando adentra ao território brasileiro. E nós temos, principalmente na época de férias, milhares e milhares, dezenas de milhares de argentinos que vêm passar o veraneio nas praias brasileiras e são muito bem tratados, como sempre tratamos muito bem os nossos amigos vizinhos.

Temos que ter, no mínimo, um tratamento igual ao dependido pelo povo brasileiro aos argentinos.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Continua em discussão o requerimento apresentado por S. Exª a Senador Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estivem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do país, especialmente no Estado do Amazonas, via o município de Tabatinga, onde os haitianos estão vivendo em condições precárias e de grandes dificuldades. Atualmente já são em número superior a 3.704 haitianos presentes em nosso Estado.

No entanto, a situação dos refugiados haitianos somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto.

Diante dos fatos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional necessita

tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados para esclarecer quais medidas que os organismos internacionais e o governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação.

Para tanto, indico como convidados:

José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça;

Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores;

Representante do Governo do Estado do Amazonas;

Representante do Governo o Estado do Acre;

Prefeito da cidade de Tabatinga – AM;

Prefeito da cidade de Brasiléia – AC.

Autoria: Senador Jorge Viana e Senador Eduardo Braga

Esse é o requerimento que coloco agora em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, uma empresa catarinense, na cidade de Chapecó, adotou duas ou três dezenas de haitianos como seus empregados e está surpreendentemente satisfeita com o desempenho daqueles procedentes do Haiti: são disciplinados, são trabalhadores, se integraram à cidade de Chapecó. De modo que esse requerimento é muito oportuno. Ao invés de sobrecarregar os Estados do Amazonas e do Acre, por que não se fazer uma distribuição desses imigrantes por todo o País, onde terão a oportunidade de demonstrar a mesma eficiência, a mesma disciplina, o mesmo espírito laborativo com que estão demonstrando em Santa Catarina.

Eu voto pela aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu gostaria de lembrar às Srªs e Srs. Senadores que, na próxima segunda-feira, às 18 horas, aqui nesta sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estaremos realizando a nossa primeira audiência pública desta nossa Sessão Legislativa, que tratará exatamente da questão da imigração dos haitianos para o Brasil. Esse tema será debatido nesta audiência pública, sem prejuízo do requerimento agora aprovado, de autoria de S. Exªs, os Srs. Senadores Eduardo Braga e Jorge Viana.

Eu gostaria, se possível, de contar com a presença de V. Exª, Senador Luiz Henrique, que nos traz essa boa notícia da proficiência com que se tem havido, em Chapecó, os haitianos que ali já estão trabalhando.

Requerimento extrapauta, aprovado no início desta reunião, de acordo com o art. 3º, do Ato nº 2, "em situações extraordinárias que justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente."

Recebemos ontem um requerimento apresentado pelos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia e Mozarildo Cavalcanti:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012

Solicita a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco Senadores, com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai, para estreitar as relações com os Senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados carperos e brasiguaios.

Tendo em vista a importância do tema, foi feita consulta às Srªs e Srs. Senadores, que aprovaram a inclusão extrapauta deste requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Foi aprovado, então, o Requerimento nº 5, de 2011, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia e Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Sr. Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tendo em vista a urgência e gravidade já relatas por V. Exª e, portanto, incluído extrapauta, eu requeiro que seja dado o tratamento da urgência necessária para encaminhamento, o mais rápido possível, à Mesa do Senado, para apreciação e votação.

Então, o meu requerimento, pela ordem, para que seja dado o tratamento de urgência a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O pedido de V. Exª será atendido e eu solicito à secretaria desta Comissão para que tome as providên-

cias necessárias para a urgência solicitada por S. Exª, o Sr. Senador Sérgio Souza, para análise pelo plenário do requerimento ora aprovado por esta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Exª, a Srª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também sou signatária do requerimento recém-aprovado, que cria essa Comissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, para acompanhar esta crise dos chamados brasiguaios.

Na abertura da reunião desta manhã, S. Exª apresentou o documento que o Presidente do Paraguai apresentou às autoridades diplomáticas brasileiras sobre essa questão.

O Embaixador do Brasil em Assunção, competente diplomata, muito dedicado, Eduardo Santos, está fazendo um trabalho de intenso acompanhamento dessa matéria, que tem a maior relevância.

Apoio integralmente a iniciativa proposta pelo Senador Sérgio Souza. Tenho apenas uma preocupação: de que, nessa ação política, tenhamos o estrito cuidado de tomar, no Paraguai, o contato institucional e político com os Senadores paraguaios, para ser uma relação bilateral no âmbito da mesma órbita político-institucional, preservando, como vivemos numa democracia, o respeito à soberania daquele país nas suas decisões internas.

Penso que as iniciativas tomadas têm de ser observadas no documento para o qual V. Exª chamou a atenção, inclusive no respeito ao Estado democrático de direito dos dois países.

Então, ela terá sentido, até porque esse é um ano de eleições no Paraguai, e não pode uma ação nossa servir de pretexto para qualquer acirramento maior das questões relacionadas a essa matéria, cujo objetivo nosso, do Senador Sérgio Souza, que liderou esse requerimento, do Senador Mozarildo, meu e dos demais Senadores preocupados com essa questão é exatamente o de ajudar a construir e a resolver esse impasse muito sério, que envolve questões de ordem econômica, mas sobretudo de ordem social, de ordem fundiária, de ordem institucional, de ordem diplomática e também de ordem política.

Que esse trabalho seja num estrito âmbito para não ampliar, talvez, uma crise ainda maior do que a que já existe, envolvendo os brasiguaios, que merecem de nós, brasileiros – gaúchos, catarinenses, paranaenses, sul-matogrossenses, matogrossenses – um grande apoio do ponto de vista politicoinstitucional, que é o nosso limite de operação neste momento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Considero bastante prudente a observação que V. Exª faz, sobretudo tendo em vista a realização de eleição presidencial naquele país neste ano, mas tenho certeza de que, aprovado pelo Plenário, e de acordo com a Presidência desta Casa, o grupo de cinco Senadores, de acordo com o que reza o requerimento recém aprovado, será um grupo de Senadores que estarão absolutamente atentos às considerações feitas por V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Consulto a Mesa se, neste caso do meu requerimento de regime urgência a esse requerimento, não há necessidade de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O regime de urgência segue para a Mesa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Só um instante, por favor, Senador Sérgio Souza.

Pelo regime de urgência, informa o secretário que será enviado hoje, conforme a sua solicitação, ao Plenário, e será votado em plenário esse requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, imediatamente após o encerramento da presente reunião, daremos início a nossa segunda reunião, com a realização de audiência pública, com a presença de S. Exª o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, para prestar informações sobre as providências adotadas pelo Governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como apresentar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, APÓS A 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às doze horas e trinta e cinco minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer**, **Blairo Maggi**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Lauro Antonio**, **Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2012 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 9 de fevereiro de 2012, que "*requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o embaixador* ***Luiz Alberto Figueiredo Machado****, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre as providências adotadas pelo governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como apresentar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011*". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer sua exposição, o Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo Machado**, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Randolfe Rodrigues**, **Marcelo Crivella**, **Vanessa Grazziotin** e **Jorge Viana**. Após a exposição final do convidado, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às catorze horas e um minuto, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado Luiz Alberto Figueiredo Machado, com as qualificações aqui já referidas. V. Exª já se encontra na sala de reunião desta Comissão e convido-o para que tome assento à Mesa. Seja muito bem-vindo, V. Exª, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Antes de passar a palavra ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, eu gostaria apenas de lembrar a V. Exªs do grande papel que o Embaixador Figueiredo exerceu na última reunião na COP-17, em Durban, na África do Sul. Havia um ambiente muito pessimista em relação aos resultados que aquela conferência pudesse trazer, e realmente estava tudo caminhando para isso, não fosse a participação da delegação brasileira, cujo negociador chefe foi o Embaixador Figueiredo, fazendo parte também da delegação S. Exª a Ministra Isabella Teixeira. Eles trabalharam arduamente, por mais de 14 horas seguidas, varando a madrugada, para que a conferência não redundasse num fracasso, que era o que aqueles que desejam combater qualquer avanço no campo ambiental desejavam.

Graças ao trabalho realizado pelo Embaixador Figueiredo, pela sua equipe, juntamente com a Ministra do Meio Ambiente, foi conseguida a prorrogação dos compromissos do Protocolo de Kyoto para além de 2012, por mais cinco ou oito anos, a ser negociado a partir do ano corrente. Isso parece algo fácil de alcançar, mas não o foi, porque queriam, com o fim da vigência do Protocolo de Kyoto, simplesmente colocar uma pedra em cima e não discutir mais sobre o Protocolo, que é hoje o marco que a causa ambientalista tem para nortear seus trabalhos.

E também foi conquistada pela delegação brasileira e pelo negociador chefe, Embaixador Figueiredo, um acordo para a negociação de um novo pacto global mais abrangente. Os termos precisos da fórmula adotada foram "desenvolver um novo Protocolo, outro instrumento legal, ou resultado acordo com força le-

gal, que será aplicado a todas as partes à convenção climática das Nações Unidas".

Esse novo instrumento deverá ser adotado até 2015 e deverá ser implementado a partir de 2020. Foi uma conquista de mérito, de um trabalho extremado e, sobretudo, de muita qualidade no campo da negociação, qualidade essa, permita-me, Embaixador Figueiredo e V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, exaltar neste momento. Acompanhei de perto a realização e o dia a dia dos trabalhos, durante a realização da Conferência de Durban. Fui dormir absolutamente pessimista e acordei otimista, em função do trabalho realizado na madrugada e alcançado graças ao trabalho realizado por S. Exª o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador chefe da nossa delegação, e da Exmª Srª Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, e suas equipes.

Passo, portanto, com muita satisfação, a palavra a V. Exª, Embaixador Figueiredo, para que dê aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e a todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, neste momento, interessados no tema ambiental, como se encontram os preparativos para a realização da conferência Rio+20 e se nós temos realmente motivos para acreditar que essa conferência venha a preencher todas as nossas expectativas em relação a ela.

Com a palavra V. Exª, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, Srs. Senadores, senhoras e senhores, é de fato uma honra extraordinária ter recebido esse convite e um grande prazer estar aqui.

Eu devo dizer que a generosidade das palavras de V. Exª apenas denota um caráter absolutamente generoso, porque o trabalho realizado e, sim, de fato, o Brasil teve um papel fundamental nessa conferência, mas foi um trabalho de uma equipe ao longo de muito tempo, uma equipe que está junto há vários anos e que, portanto, funciona de maneira integrada e tendo em vista as boas causas.

Portanto, foi possível, em Durban, reverter um quadro bastante complexo, como V. Exª claramente explicou. Havia um pessimismo muito alto. Até novembro, quando conversávamos com interlocutores de outros países, mesmo aqueles que estavam dispostos a uma continuação do Protocolo de Kyoto, eles eram absolutamente céticos; ainda em novembro, muito céticos, quanto à possibilidade disso acontecer.

Como V. Exª bem demonstrou, houve não apenas uma renovação do Protocolo para um segundo período de compromisso, o que era dado como sonhador até pouco tempo, pois todos falavam em pós Kyoto, em fim de Kyoto. Mas ainda, por sobre isso, algo da maior importância. Chegou-se a um mandato negociador de um novo instrumento internacional aplicável a todas as partes.

E com isso, nós voltamos a ter a bordo, no mesmo barco, todos os países, coisa que não tínhamos. Tínhamos até então essa separação: aqueles que estão em Kyoto, aqueles que estão fora de Kyoto, aqueles que são países industrializados, mas estão fora de Kyoto, aqueles que não são industrializados, mas que têm intenção de contribuir para a luta contra a mudança do clima.

Portanto, havia uma incerteza muito grande. E o que estava em jogo em Durban era, em larga medida, o futuro da luta internacional contra a mudança do clima. Nós estávamos diante de: vamos conseguir reafirmar o multilateralismo como a via legítima de solução dos problemas globais ou partiremos para um mundo em que a luta contra a mudança do clima será o mundo do faz quem quer, quando quer, como quer e se quiser?

Esse era o grande problema que nós enfrentávamos em Durban. Daí por que o resultado, do ponto de vista de quem estava lá, foi extraordinariamente bom. É claro que se pensarmos: ah, objetivamente, para a redução de emissões, não terá tido um impacto. É verdade. Porém, teve um impacto quanto à normatização, quanto ao fato de que estaremos todos juntos, países, democraticamente trabalhando juntos para lutar contra um fenômeno global e não deixar a coisa ao Deus dará.

Então fico muito feliz com o resultado de Durban. E devo dizer que entrando já no tema Rio+20 o resultado de Durban também terá sido fundamental para nós, na Rio+20, reafirmarmos com muita força o peso do multilateralismo como via legítima de solução dos problemas globais. Se tivéssemos tido um fracasso em Durban, ou mesmo antes, na Cop 10 de biodiversidade, em Nagoya, em 2010, nós estaríamos enfrentando no Rio de Janeiro este ano um ceticismo com relação ao multilateralismo. E felizmente isso não irá acontecer, ou pelo menos não num grau que poderia ocorrer caso Nagoya e Durban fracassassem.

Mas sobre a Rio+20, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar o fato de que esta é uma conferência de uma família de conferências da ONU, que começou em 72, em Estocolmo, depois tivemos 20 anos mais tarde a Rio 92. Então, dez anos após a Rio 92, tivemos a Conferência de Johanesburgo, em 2002, e agora iremos, por proposta brasileira, nascida devo dizer de V. Exª, no Senado Federal, vamos ter imediatamente acolhida pelo Presidente Lula que levou essa proposta à ONU, e a ONU em 2009 adotou uma resolução, em sua Assembleia-Geral que determinou a realiza-

ção da Rio+20. Essa conferência será, portanto, um momento único.

Esse tipo de conferência ocorre em intervalos bastante longos e, portanto, gera uma ocasião e uma plataforma de ação importante.

A Rio 92, como se recordará, foi uma conferência extremamente importante, talvez a mais emblemática da história da ONU, não só em termos de organização, em termos de presença de chefes de estado, mas também em termos de seus resultados. Durante a conferência, tivemos a abertura de assinaturas de convenções, como a do clima, a da biodiversidade. Tivemos Agenda 21, os princípios do Rio, um texto sobre florestas, enfim, foi uma conferência que gerou produtos de grande densidade. Não se espera o mesmo tipo de produtos desta conferência, até porque já está muito claro que o mundo dispõe da legislação de que precisa.

As convenções aí estão; a agenda do Rio aí está; a agenda 21 aí está. Portanto, não é mais hora de rever essas coisas ou de reabrir essas coisas, até pelo risco de retrocesso. Isso nós não aceitamos!

O Presidente Collor tem sido muito enfático nesse particular e tem dito que é importante velar para que não ocorram retrocessos com relação ao legado de 92, e o governo tem isso bastante claro.

Sem dúvida, portanto, não se tratará de uma conferência legislativa como tal, e sim de uma conferência que se voltará mais para a ação e também mais para um repensar.

E por que um repensar? Nós estamos atravessando coletivamente, o mundo atravessa crises, crises que são do conhecimento de todos e crises que dizem respeito a todos os pilares do desenvolvimento sustentável: o pilar econômico, o pilar social e o ambiental.

E todas essas crises são geradas por modelos de desenvolvimento que nós aplicamos – nós, eu digo, o mundo aplica. E são modelos que estão demonstrando certo cansaço e certa incapacidade de responder aos novos desafios que nós encontramos no mundo de hoje.

Portanto, além de terem certa incapacidade de responder a esses desafios, mais do que isso, estão gerando crises. Geram a crise do clima, que é claramente uma crise oriunda de modelos de desenvolvimento; geram a crise da perda da biodiversidade; geram a crise do desemprego, da desigualdade; geram a crise econômica e financeira. São todas elas ligadas a modelos de desenvolvimento.

Portanto, a Rio+20 será uma hora de repensar o que temos de fazer coletivamente, em termos planetários, de diferente do que estamos fazendo hoje. E, sem dúvida, o que salta mais à vista é o fato de que temos que finalmente fazer valer o legado do Rio de Janeiro, o legado de 92 e integrar em nossas decisões, sejam de governo, sejam de empresas, sejam pessoais, temos de integrar fundamentalmente considerações de crescimento econômico, de inclusão social e de proteção ambiental.

A ideia é crescer, incluir e proteger. A capacidade de fazer isso ao mesmo tempo nos dará os melhores instrumentos para vencer todas essas crises que, como eu disse, na minha opinião, são geradas pela dificuldade, pela incapacidade, enfim, de atuar nessas três áreas de maneira sinérgica e harmônica.

Devo dizer que o Brasil está particularmente bem colocado para receber uma conferência como essa, porque, como poucos, o Brasil tem o que mostrar em termos de crescer incluir e proteger.

Nós temos números importantíssimos de crescimento econômico; temos números importantíssimos de inclusão social e, sem dúvida, importantíssimos também são os números de proteção ambiental, vide a nossa enorme redução das taxas de desmatamento.

Portanto, estamos como poucos países prontos a acolher uma conferência desse tipo. O Brasil, hoje, pode e deve liderar, pelo exemplo, entendendo sempre que o exemplo não é apenas o que nós já conseguimos fazer, que é bastante, mas também o que resta por fazer, que também é importantíssimo. E esse repensar, esse olhar para o futuro, porque, de fato, Rio+20, muito mais do que significar 92+20, significa também 2012+20. Vamos pensar pelo menos os próximos 20 anos. Vamos nos concentrar em fazer coisas de maneira diferente. E daí o nível de ambição que nós temos como governo, no sentido de dotar a Conferência de um resultado final que seja digno do desafio. O desafio é enorme, e, portanto, nós temos que ter a convicção – e temos – de que o resultado da Conferência tem que ser uma resposta à altura da importância do desafio.

Esse, portanto, é o quadro em que se encaixa essa Conferência. Ela terá, como as senhoras e os senhores sabem, três fases. Iniciará no dia 13 de junho a primeira fase, de três dias, que será a última sessão do comitê preparatório da Conferência. Esse comitê preparatório é aquele que está discutindo o texto final da Conferência. Após essa fase, haverá... Como última fase, os três últimos dias, 20, 21 e 22, serão os dias do segmento de alto nível, em que Chefes de Estado e de Governo estarão no Rio. E, entre uma coisa e outra, haverá quatro dias que serão dedicados a atividades para a sociedade civil. É claro que a sociedade civil terá atividades ao longo de toda a Conferência, mas esses quatro dias serão apenas da sociedade civil, e não de atividades de governos também.

Nós estamos inovando como país sede. Estamos inovando no sentido de buscar uma maior participa-

ção da sociedade civil na Conferência. A ONU tem as suas regras de procedimento, tem as suas maneiras de organizar uma conferência, mas, apesar disso, nós achamos que, como país sede, podemos inovar um pouco. E nossa ambição também se prende a buscar uma participação maior da sociedade civil, e não apenas participar no debate, mas a buscar vias para que as ideias da sociedade civil possam chegar aos Chefes de Estado. Daí é que vem a intenção nossa de que, desses quatro dias aos quais eu me referi como dedicados à sociedade civil, desses quatro dias possam sair, de eventos nesses quatro dias, recomendações específicas que serão levadas aos Chefes de Estado durante a Conferência.

Portanto, é uma busca do Governo brasileiro de dar, realmente, voz àqueles que detêm um cabedal de conhecimento que, na verdade, é muito maior do que aqueles que os governos têm. A riqueza das experiências da sociedade civil e do conhecimento acumulado pode, deve e tem que ser aproveitada para que as decisões sejam tomadas de maneira mais informada.

Portanto, essa é uma inovação que vamos fazer no sentido de fazer chegarem aos Chefes de Estado essas recomendações da sociedade.

Sr. Presidente, e eu não sei quanto tempo mais eu teria?

O SR. PRESIDENTE(Fernando Collor. PTB – AL) – Dispõe V. Exª do tempo que necessitar para esgotar o assunto na medida em que julgar conveniente.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado pela generosidade novamente.

Quero, sem estender-me muito, talvez até para permitir um diálogo, apenas reafirmar o pleno e profundo engajamento do Governo em tornar a Rio+20 um marco na história das conferências internacionais.

Aqui nós temos a presença do meu colega Ministro Laudemar Aguiar, que está encarregado da parte logística e é o homem que fará acontecer tudo o que diz respeito a recinto, segurança, hospedagem, transportes, enfim, todas aquelas coisas extremamente complexas, mas que têm que dar certo para que a conferência seja vista como um pleno êxito. Mas, além de termos esse êxito logístico, também temos que ter o êxito no sentido do que eu disse antes e me repito, para que o resultado dessa conferência seja de molde de responder aos desafios.

Um dos produtos esperados da conferência no qual nós temos muito interesse é a possibilidade de estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável. Hoje nós temos – como todos sabem – objetivos do desenvolvimento do milênio, que foram acordados em 2000 e irão até 2015. A ideia seria a transformação e o enriquecimento deles no sentido de transformá-los em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade econômica social e ambiental.

É importante que uma conferência como essa nossa tenha foco, e objetivos dão focos não apenas para os debates das conferências, mas para o pós-conferência, para o legado desta conferência.

Nós temos também como Governo Federal a convicção de que uma conferência como essa não apenas deve ser um êxito internacional, mas deve deixar no País uma marca profunda de um novo modo de atuação, um novo modo de pensamento, como deixou a Rio 92 naquela época. O Brasil foi absolutamente diferente após a Rio 92. Quem viveu esta época se recordará como passamos todos a incluir no nosso modo de pensar considerações de sustentabilidade.

Então, nós estamos, sim, convictos de que essa conferência vai ter um legado importante para o País e todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Pela ordem, S. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o nosso Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado pelo papel desempenhado na COP-17. A imprensa nacional e internacional repercutiu a importância dos trabalhos realizados pela delegação brasileira naquela conferência.

Lamentavelmente, nós temos hoje uma audiência pequena para um assunto tão relevante e uma dissertação tão importante. Eu mesmo tenho compromisso, tenho que sair imediatamente, mas, antes, eu gostaria de fazer uma pergunta e solicitar a V. Exª que permita que o Embaixador a responda imediatamente.

Coincidiu com a realização da COP-17 a tramitação do Código Florestal aqui, no Senado. Coincidiu praticamente a votação do Código com a data de realização daquela conferência. A tramitação desse Código aqui repercutiu em Durban? Qual foi a repercussão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª, Senador Randolfe Rodrigues, seja muito bem-vindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente. É uma honra para mim estar de novo na Comissão de Relações Exteriores, presidida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muito obrigado.

Eu queria aproveitar porque eu estava pensando em formular uma pergunta exatamente no ensejo do Senador Luiz Henrique. Como ele é mais brilhante, mais astuto, mais inteligente, tomou primeiro a iniciativa da formulação. Então, eu queria só completar o ensejo da pergunta do Senador Luiz Henrique.

Eu queria perguntar ao ilustre Embaixador qual a repercussão que ele acredita que pode ter a decisão da Presidente Dilma em relação ao Código Florestal nas vésperas da realização da nossa Conferência Rio+20 e, ainda no ensejo, baseado mesmo na pergunta do Senador Luiz Henrique, como o senhor percebe, qual a percepção que o senhor tem do conjunto planeta em relação à repercussão do debate sobre o Código Florestal e do texto final que foi aprovado no Senado e se há um paralelo entre o texto aprovado no Senado e o texto aprovado pela Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer as palavras do Srs. Senadores.

V. Exª, Senador Luiz Henrique, foi o Relator do Código nesta Casa. Eu me permito dizer...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Permita-me, Embaixador, em uma parceria intensa com o Senador Jorge Viana. Nós praticamente trabalhamos a quatro mãos junto com os demais Senadores aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Exatamente.

Em Durban, houve muito interesse da imprensa, não dos governos, mas da imprensa, sobre a tramitação do Código, e eu dei a resposta que dou sempre e que darei até que o Código seja aprovado: essa é uma matéria que se encontra sob exame do Congresso Nacional e, como tal, não me cabe comentar. Outra resposta que sempre dei, quando me foi perguntado, a complementação que eu sempre fiz foi: é muito importante e é muito estimulante que o Congresso Nacional esteja debruçado sobre um tema tão importante como esse, porque, em outras épocas, em nosso País e até em outros países, não havia um trabalho democrático, o Congresso não podia funcionar como funciona. Vários dos repórteres eram jovens e eu dizia: quando eu tinha a sua idade, o governo mandava e acabou. Hoje em dia, felizmente, não é assim, e nós temos um Congresso que se debruça sobre os temas de importância fundamental. Então, vamos ser respeitosos disso e vamos aguardar que o Poder Legislativo se manifeste. Eles não gostavam muito da resposta porque esperavam, claro, que eu entrasse em considerações que não me competiam, mas esta é a reposta que eu dou: ser sempre muito respeitoso do fato de que o tema se encontra sob exame do Congresso.

A questão também deve ser vista por um prisma também muito interessante. Quais são os países que tem códigos que versam sobre essa matéria? Não serão tantos. Portanto, nós estamos inclusive enveredando democraticamente num terreno da maior importância e, por isso, vamos esperar a conclusão desse processo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu perguntaria inicialmente se o Senador Luiz Henrique e o Senador Randolfe estão satisfeitos com a resposta. *(Pausa.)*

Sim? *(Pausa.)*

Sim. Muito obrigado.

S. Exª, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, esse debate realmente é, vamos dizer assim, fascinante.

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado sabe que, quando a gente fala de meio ambiente, a gente vem a um tema central não de agora, mas de uma reunião do Clube de Roma, em que os países ricos, naquela ocasião, baseando-se no argumento de que as jazidas naturais vão se esgotar e de que, portanto não podemos esperar que o mundo cresça e se desenvolva aritmética ou geometricamente, mas indefinidamente, propuseram o crescimento zero, o que significaria que os países ricos continuariam ricos e os países pobres continuariam pobres. O Brasil, sobretudo a Rússia, China, Índia foram contra a proposta. A partir de 72, se não me engano, em uma reunião em Estocolmo, os países em desenvolvimento começaram a se preocupar com o meio ambiente no sentido de dar lógica à discussão e mostrar que a poluição era cometida pelos países mais ricos – a poluição, eu digo, nos seus índices mais graves –, pelos países desenvolvidos, exatamente por um processo de crescimento baseado numa civilização do desperdício. Essas premissas básicas são fundamentais quando nós vamos discutir meio ambiente, quando nós vamos falar da preservação das nossas florestas, das nossas áreas, do Código que votamos aqui com o espírito público, que, quero dizer, poucas vezes esteve tão presente. Eu até votei contra por apenas um ponto: a cota. Achei que nós não podíamos baixar a cota dos morros como fizemos. Praticamente acabamos com topo de morro

em São José dos Campos, que é o único município do Brasil que está mapeado pelo INPE. Não há mais topo de morro lá. Permitimos agora, enfim.

Acho que, se há um país no mundo que pode sediar, com altivez, as conferências de meio ambiente, é o Brasil. Acho que a posição de V. Exª é perfeita. Em Durban, quando via as notícias de que V. Exª tinha tido sucesso, eu disse: "Meu Deus, essa é a prevalência da lógica, no bom sentido". Olhem o que os americanos fizeram com as suas florestas! Olhem o que Europa fez com as suas florestas! Os países da OCDE, meu Deus do céu!

Essa coisa dos americanos parece até o tratado de não-proliferação de armas atômicas de que nós somos fiéis signatários, mas não desenvolvemos. Eles prometeram diminuir o seu arsenal e os testes, mas não o fizeram. É como tentar convencer alguém a parar de fumar com um cigarro na boca. Infelizmente, essa é a realidade.

Os americanos vão perfurar no Alasca. Os americanos estão queimando carvão e estão prometendo voltar a queimar carvão – dizem eles que com emissão zero. Que Deus ajude, mas é suspeitíssimo.

Só neste ano tiraram o subsídio do milho, produzindo álcool. O mundo tem três civilizações. A civilização do trigo: Europa; a civilização do arroz: a Ásia; e a civilização do milho: nossos irmãos nordestinos que comem milho todos os dias. Eu vivi lá e vi isso de norte a sul. Eles comem milho, papa com legumes durante a semana; no sábado, com frango; no domingo, com carne. E eles... Tem algum africano aqui? Deve ter, deve estar se lembrando aqui. Inclusive quando eles nos veem misturando arroz, feijão, batata, salada, eles se sentem mal. Eles dizem: "Meu Deus, vocês são iguais a papagaio. Vocês comem tudo misturado". Eles comem angu, milho branco, durante a semana, com batata, na segunda; na terça-feira, com nabo; na quarta-feira, com repolho; e no sábado, com galinha; e no domingo, com carne. É a civilização do milho, esse milho que passou a ser caríssimo. Muita gente passou fome e estava produzindo álcool sem nenhum rendimento econômico.

Graças a Deus, o congresso americano não votou a renovação da lei. Eu soube até que o BNDES está dando financiamento para quem quer plantar cana, porque agora nós vamos ter... Não existe a civilização da cana. Agora, há alguns aí que até bebem acima do que deviam. O consumo alcoólico no Brasil é preocupante: 38 mil pessoas morreram no ano passado; beberam demais. Morreram no hospital de cirrose. Nós não estamos falando dos acidentes de automóveis que são mortes, eu diria, de efeito colateral.

Eu estou muito animado. Acho que a nossa audiência aqui hoje... Parabenizo o Presidente da Comissão da Rio+20. É o momento de o Brasil assumir uma liderança no processo, retomar, como eu disse aqui, as questões fundamentais e mostrar ao mundo que o nosso Código – embora eu tenha votado contra – ainda é um avanço e um exemplo a ser dado pelo mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Quero primeiro cumprimentar o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, com quem eu tive o prazer de compartilhar algumas conferências do clima. Sou testemunha de como ele dá atenção à bancada. Aliás, a bancada do Brasil é extremamente invejada em todas as conferências do clima. O Brasil é um dos pouquíssimos países que credenciam oficialmente toda a sua delegação: não só membros do Itamaraty, membros do Governo ou membros do Parlamento, mas também todas as entidades não governamentais, inclusive.

Presidente Collor, antes de irmos a essa última conferência do clima que aconteceu em Durban, fomos a outro fórum que também debateu mudanças climáticas, na Cidade do Cabo. Pelo Senado, o Senador Cícero Lucena, eu e a Senadora Serys estávamos presentes também. Na Cidade do Cabo, fizemos um belíssimo encontro, cujo tema principal é esse, e de lá fomos para Durban participar – lá fizemos o lançamento da Globe, uma organização internacional que reúne parlamentares – de um estudo sobre leis ambientais, especialmente sobre mudanças climáticas de dezessete países. Até vou trazer aqui para esta Comissão um exemplar, Sr. Presidente. É um trabalho interessante. E o Brasil sempre com uma posição muito destacada.

De lá fomos para Durban, repito. Ali havia Parlamentares brasileiros, africanos, ingleses, da Ásia, de vários países, mas os únicos que tinham credenciamento oficial éramos nós. Os *lords* ingleses, os deputados ingleses não tinham credenciamento oficial. Com muita alegria a gente passava pelos corredores ou ia às reuniões de comissões ou reuniões de plenário, onde víamos representantes de entidades não-governamentais todos com credenciamento oficial. Então essa é uma política importante do Brasil. Aliás, o Brasil tem sido destaque nessas conferências mundiais de meio ambiente não só por tudo aquilo que nós detemos, pela maior biodiversidade, pelo tamanho da nossa Nação, mas por essa postura também propositiva, avançada.

Eu creio que, apesar das limitações – eu concordo com o Embaixador Figueiredo quando ele diz que, no apagar das luzes, poderia ter sido muito pior –, foi muito bem. Durante a Conferência e todo dia a gente fazia reunião da delegação e ele encontrava reservadamente os Parlamentares para informar sobre o andamento das negociações e sempre muito otimista. Aquele clima de pessimismo com que chegávamos à reunião ficava por ali mesmo e a gente saía com outro clima, conhecendo a competência.

Queria fazer esse registro e dizer que, exatamente por isso, nós temos o dever de fazer da Rio+20 uma conferência como foi a Eco 82, aliás, a Eco 92 – eu sempre falo dez anos à frente, mas dessa vez falei dez atrás –, uma grande conferência de meio ambiente.

Quero também destacar o papel importante nosso, do Brasil, na escolha do tema: Inclusão Social, por quê? Ontem eu ouvi um pronunciamento no plenário, não lembro de qual Senador, muito importante falando dos princípios, do consumismo que toma conta do mundo, o que tem levado a uma situação insustentável do ponto de vista das mudanças climáticas e do ponto de vista ambiental, repito: insustentável. Precisamos mudar paradigmas.

Eu acho que a preocupação maior nossa é exatamente esta: como preservar o meio ambiente promovendo a inclusão social. Este é o grande desafio e será o grande tema: governança e inclusão social.

Na Amazônia, eu creio, Presidente Collor e Embaixador, que, graças à postura da nossa diplomacia, à postura do Governo brasileiro, a gente tem avançado muito na questão da proteção das florestas. Antigamente só se falava em proteger, em bloquear as florestas. Hoje não. Hoje o Redd não é mais Redd, é Redd plus, Redd mais. E o que é? Leva em consideração a mitigação e a sustentabilidade, como reduzir as emissões, e esse é o nosso grande problema, pois 75% das nossas emissões vêm do desmatamento, como reduzir as emissões a partir da contenção do desmatamento, da degradação. E vem com mais hoje: buscar o desenvolvimento sustentável.

Eu perguntaria ao Ministro: que espaço nós vamos ter para esse debate sobre o fundo verde, sobre o avanço mais? Do Redd nós não recebemos nada, do Redd e da ONU, salvo engano, porque eles acham que aquele US$1 bilhão da Noruega já faz parte e nos tiram do resto. É interessante também que, desses recursos do Fundo da Amazônia, para onde foi US$1 bilhão da Noruega, até 20% a gente pode compartilhar com países da Amazônia global. Até 20%, Presidente Collor, a gente pode compartilhar.

Foi muito bem recebida a notícia na África, que já faz o monitoramento das nossas florestas e disponibiliza gratuitamente para todos os países do nosso Continente que estejam na Amazônia, não é?, Senador Jorge Viana, que esteve durante um bom tempo à frente do Governo e mostrou como é possível governar tendo a responsabilidade ambiental.

Que espaço nós teremos, Embaixador, na Rio+20, para discutirmos isso, discutirmos o Redd? Nós temos vários projetos de lei tramitando aqui, da Deputada Rebecca, do meu Estado, e do Senador Eduardo aqui, que regulamentam essa questão do Redd, mas eu lhe pergunto apenas qual é o espaço que vamos ter para debater isso, visto que para a gente da região esse fundo é fundamental. Eu vejo assim. Acho que essa concepção de doar para bloquear ficou no passado. Doar com os países receptores tendo a mais completa autonomia de aplicação dos recursos e sempre com a visão do desenvolvimento sustentável.

Prometi agora há pouco para o Senador Collor de Mello trazer para ele um bacalhau da Amazônia. Aprendi há pouco tempo que bacalhau não é um peixe, mas um processo. Eu achava que era um peixe; não, é um processo. É o nosso pirarucu, de 200 quilos, é um dos peixes de maior excelência para o bacalhau. Esse projeto é desenvolvido pelo Governo do Amazonas em parceria com a Finep e parte dos recursos do fundo amazônico. Mas isso é uma gota de água no oceano diante de tanta coisa que a gente tem para fazer, tantas coisas que a diversidade biológica nos proporciona.

Então pergunto ao senhor, Embaixador, cumprimentando-o pelo trabalho. A mídia, aliás, não foi bondosa com o senhor. Foi sincera ao reconhecer o trabalho do Brasil. Foram muito boas as notícias no encerramento, dois dias depois do encerramento da conferência com uma negociação dura, mas com uma participação muito importante da nossa diplomacia. Então o senhor nos orgulha a todos. Espero que, depois da Rio+20, a gente chegue aqui fazendo o mesmo pronunciamento.

E, Presidente Collor, esse negócio da Amazônia brasileira tem a OTCA, que é a Organização do Tratado da Amazônia. Nós precisamos, este ano – eu vou propor –, fazer uma forte parceria e desenvolver muitas atividades com eles.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Embaixador, são notórias, como já foi dito aqui, as conquistas que tivemos no Brasil. E eu reportaria essas conquistas diretamente à conferência mundial do meio ambiente de 1992. É indiscutível que nós avançamos

em conceitos. Não se falava, por exemplo, em sustentabilidade em 1992, ou se falava muito pouco. Houve duas grandes contribuições à sustentabilidade. Houve uma grande contribuição à sustentabilidade antes de 1992, que é o processo do Estado do meu querido Jorge Viana, o Estado do Acre, a luta empreendida lá, que teve em Chico Mendes o seu principal símbolo. Mas é fato que uma das grandes contribuições da Eco 92, um dos grandes legados depois consolidado em experiências governamentais na Amazônia, novamente na experiência do governo do Acre e na própria experiência do governo amapaense, foi o conceito de desenvolvimento sustentável.

Além disso, nós avançamos na nossa legislação ambiental. Em que pese o debate atual sobre o Código Florestal, de 92 para cá nós avançamos na legislação ambiental com o advento da lei de crimes ambientais, com o conceito de legislação ambiental fortalecido. Enfim, quero concordar com o senhor quando disse que o Brasil melhorou em matéria de meio ambiente depois da Eco 92. Esse balanço me parece importante de ser feito por nós.

Entretanto, também de 92 para cá, o debate mais comum – e acho que esse foi o debate que ganhou pulso na agenda mundial – foi sobre a emissão de carbono e o aquecimento global.

Ocorre que me parece, pelo menos pelo que ouvi, pelas notícias que tenho... Tem uma matéria recente do Blog Planeta sobre um dos negociadores do conceito de economia verde, que é o Embaixador José Domingos Miguez (é)... *(Pausa.)*

Miguez (ê). Obrigado pela correção.

Uma das perguntas vai no mesmo sentido do que vou lhe perguntar. Trata-se de um comentário feito pela imprensa de que o tema emissão de carbono e aquecimento global não está ocupando a agenda central da nossa Conferência do Meio Ambiente em junho.

Gostaria de conhecer a sua percepção. É isso mesmo? Parece-me, de fato, pela programação, que paradoxalmente às conferências anteriores, quando o tema aquecimento global esteve no centro, na Conferência que, sem dúvida, de todas as ocorridas, será a mais importante, o tema está um pouco esvaziado. Não lhe parece, nesse aspecto, quanto a essa matéria, um contrassenso? Não lhe parece que teríamos de continuar os esforços das anteriores e trazê-lo para o tema? Não que não seja relevante. É relevante. Acho que a erradicação da pobreza é um tema central, o debate dos atuais padrões de consumo, a incompatibilidade dos atuais padrões de consumo global com o meio ambiente também são temas centrais, mas me parece que seria necessário insistirmos com os esforços feitos nas conferências de meio ambiente, pelas cópias anteriores, de travar como central a questão do aquecimento global.

É sua percepção essa de esvaziamento do tema, de menor relevância por temas ou pelo fato de o tema não estar no eixo central do debate da Conferência?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Figueiredo, vou passar a palavra a S. Exª, o Senador Jorge Viana, que fará seus questionamento, suas consideração. Em seguida, passo a palavra a V. Exª, para que responda as indagações que foram feitas.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentá-lo pela iniciativa de termos, já neste começo de trabalhos no Senado, a presença do nosso Embaixador, que honra este País, honra o Itamaraty e a todos nós pela maneira eficiente, profissional com que conduz um tema tão complexo e tão importante, está sob sua responsabilidade nos representar a todos, inclusive fora do País.

Ontem, tive o privilégio de participar de uma reunião que por si só mostra e responde um pouco o sentido do convite a S. Exª para estar aqui, que é o de como o Brasil está se preparando para a Rio+20.

Eu acho que o Brasil está no caminho certo. Aquela reunião, com aquele público, inclusive com as intervenções, com a face da sociedade civil, é uma história nova que o Itamaraty está escrevendo, que este momento que o Brasil experimente, especialmente na última década, traz de transformação.

É impressionante ver a presença de pessoas que jamais foram convidadas a participar, a opinar, para nos alertar, para divergir, inclusive.

Não contei, mas, certamente, houve a presença de quase de 15 Ministros de Estados, mais de 10, com certeza. *(Pausa.)*

Havia 22 Ministros de Estado de nosso País em uma reunião com a sociedade civil, com representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade.

Digo de pronto que a provocação e a autoridade legítima do Presidente Collor, ao apresentar suas ponderações sobre o andar desse debate no mundo, abriu a reunião já em um nível bastante elevado e que só ele, só V. Exª tem a autoridade de falar o que falou ontem, por conta do que viveu, da função e da condução que deu à Rio 92, porque o Brasil estava fragilizado, estava no córner quando foi realizada a Rio 92. Foi uma ousadia política fazer o mais importante evento na busca de equilibrar esse mundo, de compartilhar preocupações globais. Foi uma ousadia política a Rio 92. Depois da criação do conceito de desenvolvimento sustentável, das reuniões de Estocolmo, a Rio 92 foi o evento mais importante. E deixou um legado para o

mundo. Mas o Brasil era outro. O mundo era outro, mas o Brasil estava muito mais atrás. E estou com muita esperança, acho que a condução está boa. O tempo é curto, mas é assim que funciona. Os desafios são enormes para um mundo que não se acha, o mundo está vivendo um problema grave, mas o Brasil está em um momento diferenciado.

Então, o grande desafio nosso, primeiro, é não perder de vista que a nossa referência é o sucesso político da Rio 92. Então, a Rio+20 tem que ter como parâmetro, como referência a Rio 92.

No mais, eu particularmente penso que o desafio do Brasil começa quando – eu fiz as contas –, nos próximos cinco anos, vamos ter, talvez, o mais importante evento, que é a Rio+20, e depois os eventos de maior audiência do Planeta também, logo em seguida. Ou seja, não tem oportunidade melhor para um país como o nosso para mudar seu patamar e se estabelecer, de fato, na governança global. E é nessa maneira, com esse sonho, que nós devemos construir a Rio+20.

É claro que a gente podia citar: o Brasil hoje é a sexta economia do mundo. Mas o Brasil, hoje, é um dos poucos países que também funcionam como motor da economia global, uma referência. É um modelo de crescimento, de geração de emprego, de inclusão social, de programas de inclusão social. E aí, sem nenhum problema, porque o Senado aqui é absolutamente... Aqui, por acaso, contabilizo três votos contra o projeto do Código, e são companheiros que têm autoridade, no projeto do Código. Mas eu estou seguro de que, com a repetida leitura, também os companheiros todos, como já fez aqui o Senador Crivella, entendam que hoje o Código não é um instrumento de retrocesso. Ao contrário. Porque eu estou falando isso? Porque o Código resolveu um dos principais problemas, quando dividimos em disposições permanentes e transitórias. A lei é tão rígida quanto a tudo que nós fizemos depois do Código de 65 – que as mudanças foram muitas ao longo desses anos. Está mantido, exatamente com o mesmo rigor.

Mas nós fomos um pouco além. Eu sou engenheiro florestal. Todos falam: "nós estamos fazendo uma anistia; o topo de morro". Não, os morros estão colocados. É que há uma divergência: um terço de cada morro com mais de cem metros está absolutamente preservado como área de preservação permanente.

Mas falaram: "então, está anistiando na margem dos rios; as matas agora vão ficar, estão abrindo mão, são trinta metros de largura e a nova proposta está propondo apenas quinze". Não é bem isso. Eu sou engenheiro florestal, volto a repetir. A lei de 65 pedia cinco metros nesse mesmo rio. Cinco metros de mata ciliar, de cada lado! Ao longo desses anos, nós mudamos para trinta. Foi em 1986 que passou de cinco para trinta metros. E o que é que estamos colocando? Onde foi destruído, lá na década de 70, que eram cinco metros, na proposta que foi votada no Senado nós estamos pedindo quinze, três vezes o que a lei pedia.

Onde está a anistia? É só ler um pouco com calma. Isso vai ser fácil de a população entender e ver.

Então, acho que outro aspecto importante também é que o Brasil não poderia chegar na Rio+20 no corner. Chegar e dizer: "olha, vocês têm um passivo de floresta destruída em lugar que não podia destruir". É verdade. O passivo é enorme. Há divergência sobre esse número, porque havia leis que impediam e determinavam... Mas aí o Brasil tem uma boa lei, mas não cumpre! Com o novo Código, nós vamos chegar e dizer: não, nós estamos resolvendo o problema do passivo. São 33 milhões de florestas que terão que voltar a ser florestas, porque não são hoje. Então, também por esse aspecto, com as devidas divergências, nós também vamos chegar com autoridade. Não chegaremos lá como um país... Eu estou acompanhando discretamente, porque não posso... Os Deputados têm toda autonomia, mas eu fiz seis reuniões, participei de seis importantes reuniões desde que começou o trabalho, semana passada.

As propostas de tirarem conquistas que o Senado pôs são legítimas, mas elas danificariam.

Mas estou seguro de que, com essa proposta do novo Código, o Brasil tem autoridade que se soma à social, à econômica, ao legado da Rio92, para ditar critérios para o mundo. Nós, inclusive, colocamos claramente lá um artigo: que o Brasil hoje – olhem a diferença da Rio92 – pode estabelecer, na OMC, em organismos multilaterais de comércio... O parâmetro é o do Brasil para produção de alimentos, para conservação de florestas. Hoje o Brasil pode chegar e apresentar para o debate, para a discussão. E nós colocamos isso.

Mas eu queira, então... Sei que já está tarde, e eu sou o primeiro orador lá na sessão do plenário, mas eu queria muito cumprimentar a condução dada até aqui e acho que sucesso tem de estar espelhado na Rio92 e no momento que o Brasil vive e no que o Brasil significa para o mundo de hoje, deste novo milênio.

Eu adorei – era isso que eu estava falando ainda há pouco – eu gostei mais das declarações do nosso Embaixador Antonio Patriota do que a fala dele interna. Eu adorei. Por que estou falando isso? Porque ele incorporou o espírito da nossa reunião, Presidente Collor. Ele falou de ousadia lá fora e, lá dentro, ele falou "vamos para o bom; o bom é inimigo de ótimo". Lá fora, ele incorporou o espírito daquela reunião. Nós queremos ser usados, nós vamos sediar, nós vamos

liderar e nós temos que ser os protagonistas. Não há solução. Nós não temos em quem nos escorar. É no Brasil, na história deste povo brasileiro, na história do legado da Rio92. Então, isso deve ser feito com coragem, com participação de todos. E o Itamaraty, a Ministra Izabella também, a condução é conjunta, o Governo e a sociedade estão permeando esse espírito.

Estou seguro, pelo que tenho conversado aqui, que o Senado, o Congresso vai ter uma participação ativa, pró-ativa, como já estamos começando aqui.

Então, eu concluo dizendo que, para realizar um evento desse, nestes cinco anos de grandes eventos no mundo, quando nós vamos ser um endereço do Planeta, das importantes decisões e até da audiência do Planeta nos próximos cinco anos, o Brasil tem atitudes tomadas que nos dão autoridade para também ser protagonistas.

Mas acho que e ideia do desenvolvimento sustentável e economia verde deve se inspirar hoje e ter como grande aliado não quem produz, não quem tem terra, mas eu acho que o grande aliado, quando se fala de desenvolvimento sustentável especialmente de economia verde, é o cidadão. Há uma mudança no modelo mental das pessoas no mundo inteiro. A geração que está vindo quer saber a origem dos produtos, que saber se aquilo está criando algum dano. A sociedade está mais avançada do que os governos e muito mais avançada do que a governança global. Então, quando discutimos clima, quando discutimos sustentabilidade, quando discutimos a sustentabilidade social da produção de alimentos e do manejo dos recursos naturais, eu acho que o grande aliado deve ser o cidadão.

Então, aqui eu colocaria? Como nós fazermos isso? Porque o cidadão hoje que não está preso a entidades organizadas, mas vem desse mundo caótico da nossa sociedade, esse cidadão tem de ser o nosso ponto de contato, porque, independentemente da nacionalidade, nós vamos encontrar eco neles.

Eu acho que Rio+20 deve buscar isso. Como é que eu faço?

Aí concluo, Presidente, dizendo o seguinte: o fórum social acontece em Porto Alegre e o fórum econômico, em Davos. A Rio+20 deve assumir o desfio e dizer assim: nós vamos juntar tudo e nós vamos juntar os que não conversavam. Foi um pouco dessa maluquice que nós fizemos no Acre. Sem juntar fazendeiro com seringueiro não vamos a lugar nenhum; sem juntar índio, embolar tudo, pensar tudo para o meio ambiente. Então, eu acho que um dos desafios nossos... Eu queria que V. Exª comentasse um pouco como fazer para que a gente possa ter Davos, fórum social, que eu acho que é a base para a gente poder pensar na Conferência do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde... Isso, eu acho que pode juntar, tendo o cidadão mundial como a sustentação, a base, o militante, o sujeito desse processo.

Só queria destacar o que ontem eu falei. Eu acho que teimosamente deveríamos trabalhar uma concepção de como colocar a Amazônia nisso. Não pode, um país que cuida, que tem o privilégio de ter uma das regiões mais especiais do planeta e que naquela época, em 1992, todo o debate, toda a discussão vinha em cima de que não estávamos adequadamente... O Bush pai falava isso, outras, que não tínhamos o controle... O Presidente Collor respondeu muito bem, à altura, mas agora as atitudes tomadas pelo governo brasileiro podem dar um passo adiante na questão da Amazônia. Era para eu ter falado ontem, mas aproveito este momento para colocar essa preocupação.

Muito obrigado e me desculpem por ter me estendido tanto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Jorge Viana.

Com a palavra, o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, as perguntas e as observações foram extraordinariamente ricas, e eu vou tentar uma forma de responder a todas. Antes, eu gostaria de ressaltar o que perpassa todas as questões de certa forma. Queria realçar o engajamento forte e absoluto do governo na realização da Rio+20. E o que também nos alenta é que esse mesmo engajamento é claramente perceptível nos vários setores da sociedade, embora ainda não todos estejam plenamente informados sobre a conferência, mas, de fato, a participação da sociedade civil tem sido da maior importância. E eu quero entrar no tema da participação do Congresso Nacional, que tem estado sempre presente nas conferências, tanto de clima quanto de biodiversidade, e nessa interação a Senadora Vanessa tem sido fundamental para nós, que estamos tentando representar o País e para nós, portanto, é da maior importância conversar com aqueles que representam de fato nesta Casa o País. Essa interação tem sido extremamente rica para nós, e eu acho que isso tem que continuar e se acentuar durante a Rio+20.

A Rio+20 é um tema que tem que conquistar corações e mentes, como foi dito ontem durante nossa reunião da comissão nacional. Ela tem que conquistar porque é fundamental o debate, é fundamental abrirmos todos os espaços possíveis para entender que ou nós cuidamos desses temas agora, ou ficará muito tarde. Ou nós cuidamos desses temas numa conferência

como esta de 2012 ou a próxima só se dará daqui a talvez 10 anos, e teremos perdido uma ocasião única para fazer finalmente valer em sua plenitude o legado do Rio de 1992.

Isso me leva à pergunta do Senador Randolfe sobre o papel da mudança do clima no contexto da Rio+20. Sem dúvida, a mudança do clima é uma das crises a que me referi no início porque ela é uma consequência de padrões insustentáveis de produção e de consumo. Ela é uma consequência dos modelos insustentáveis de desenvolvimento. Ela é uma consequência dos modelos de uso de combustíveis fósseis de maneira insustentável. Portanto, ela está no cerne da Rio+20, ainda que a negociação no plano da Conferência do Clima, que é aquela que é feita sob a Convenção do Clima, essa tem seu espaço correto, que é o de todo ano se reunir para cuidar da negociação.

A Rio+20 não cuidará da negociação; ela cuidará de dar uma resposta que solucione o problema. Por exemplo, se nós tivermos na Rio+20 algum tipo de objetivo de desenvolvimento sustentável que diga: a matriz mundial de energia deverá incorporar ou deverá dobrar o seu componente renovável nos próximos X anos, isso não está lidando com a negociação do clima, mas está lidando com a solução do problema do clima.

Por isso é que é importante que se tenha claro que a questão de tamanha importância como essa do clima estará no cerne dos nossos debates, porém não a negociação, que se prende à Convenção do Clima.

Quanto à pergunta da Senadora Vanessa, eu queria dizer que sim. Para nós é da maior importância que as delegações brasileiras tenham uma representatividade da sociedade brasileira. Daí por que o Brasil tenha tido como política nesses últimos anos, incorporar à sua delegação com delegados plenamente credenciados e não só os negociadores, como também os parlamentares e os membros dos vários setores da sociedade. Isso nos enriquece. Isso nos ajuda. Nem sempre nós conseguimos conversar com todos os que vão lá, mas buscamos fazer isso porque é importante, é fundamental. Nós não podemos estar divorciados, isolados. É fundamental que haja esse contato constante.

Quero ressaltar que muito foi falado aqui sobre a Conferência de Durban. Eu disse que é uma equipe que trabalha junto há muito tempo. Quero ressaltar a completa e perfeita harmonia que há entre os órgãos do Governo que se empenham na questão do clima como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e outros órgãos que nos acompanham às Conferências.

A liderança da Ministra Izabella Teixeira foi fundamental em Durban, como tem sido nas outras Conferências de que ela tem participado e, sem dúvida, essa relação entre o Ministro Patriota, a Ministra Izabela, o Itamaraty, o MMA e os outros órgãos tem sido fundamental para que a delegação funcione de maneira absolutamente harmônica.

O Senador Marcelo Crivella se referiu á questão do crescimento zero.

Hoje em dia esse tema retorna como aquele espectro que sai do armário, mas não volta mais com o manto do crescimento zero, mas volta com o manto dos limites ao crescimento, dos limites do planeta. Nós temos que ouvir a ciência. Eu acho que temos que ouvir o que a ciência diz e nos guiar por ela. É razoável imaginar, com base na história da humanidade, que temos encontrado soluções inovadoras para os desafios até hoje. Esperamos que continuemos dessa forma, não com mais despreparo, não com mais gasto, mas, sim, com mais preocupação em um consumo que seja razoável, sustentável, e com uma produção que igualmente seja razoável e sustentável.

É importante, como disse o Senador Jorge Viana, que a Conferência do Rio seja um êxito político importante. Político no sentido mais amplo da palavra: que ela gere atitudes políticas, que ela gere resultados políticos, e que ela, sim, consiga juntar, dar voz com Porto Alegre nesse sentido e veja todos os lados da questão.

Eu quero, enfim, confessar que fiz este ano esse trajeto. Fui a Porto Alegre e, de lá, peguei o avião e fui para Davos, exatamente porque nós temos que estar muito focados em todos os aspectos da vida da sociedade, em todos os pontos de vista. E uma conferência como essa tem que ser construída com as pessoas, tem que ser construída com as opiniões. Daí por que eu disse que o Governo brasileiro está buscando novos meios de levar a voz da sociedade civil aos ouvidos dos chefes de Estado. E fazer isso de uma forma organizada e de uma forma em nível muito alto, para que seja um diálogo adequado, respeitoso, e, mais do que tudo, profícuo.

Sr. Presidente, eu creio que busquei responder às perguntas de uma maneira ampla, mas, enfim, estou às ordens de V. Exª para o que for necessário.

Eu queria agradecer muito pelas perguntas que foram feitas, porque me possibilitaram explicar um pouco mais esse caminho que é a Rio+20, que é um caminho coletivo, é um caminho de todos nós e é um caminho do povo e do Governo.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Também meus agradecimentos, em nome de todos integrantes desta Comissão, pela presença, aqui entre nós, do Ministro Laudemar

Aguiar, responsável por toda a logística dos preparativos da Rio+20.

E, mais uma vez, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, quero não somente agradecer a V. Exª pela presença aqui nesta Comissão, tratando de nos transmitir as ações que vêm sendo empreendidas com vistas ao sucesso da realização da Rio+20, mas cumprimentá-lo, de forma enfática, pelo grande trabalho que V. Exª e sua equipe, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Meio Ambiente vêm fazendo em favor do Brasil e em favor da humanidade. É um trabalho inaudito, mas, tenho certeza, será extremamente gratificante, pelo sucesso que já podemos antever alcançará a Conferência Rio+20.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 13 de fevereiro, às 18 horas, neste plenário, quando retomaremos a série de audiências públicas "Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012", sobre temas da agenda internacional, com a apresentação do primeiro painel: "Imigração Haitiana para o Brasil", avaliação das relações com Equador, Peru e Colômbia como rotas de ingresso de haitianos no Brasil e regularização da situação dos imigrantes haitianos, com os seguintes convidados: S. Exª o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; Sr. Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre; Sr. Saul Nunes Bemerguy, Prefeito de Tabatinga, no Amazonas; e Ministro Rodrigo do Amaral, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

Mais uma vez agradecendo a presença do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado em nossa audiência pública da reunião de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia treze de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores e a Senhora Senadora **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin** e **Cristovam Buarque**. Presente ainda o Senador **Eduardo Braga**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Senhor **Nilson Mourão**, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre; o Senhor **Saul Nunes Bemergui**, Prefeito do Município de Tabatinga, Amazonas; o Ministro **Rodrigo do Amaral Souza**, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; o Embaixador **Eduardo Ricardo Gradilone Neto**, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; e o Senhor **Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto**, Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Braga**, **Cristovam Buarque**, **Vanessa Grazziotin** e **Eduardo Suplicy**. O Presidente registra que a presente Reunião, que tratou da situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil, é em homenagem a Zilda Arns. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Há alguns comunicados.

O primeiro deles é assinado pelo Líder do Bloco de Apoio ao Governo e Líder do PT, Senador Walter Pinheiro, dando conhecimento aos integrantes deste Colegiado da indicação do Senador Pedro Taques como membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

O segundo comunicado, como é do conhecimento desta Comissão, no ano passado, realizamos os três primeiros ciclos da agenda "Rumos da Política Externa Brasileira" com os temas: "Geopolítica e Relações Internacionais", com oito painéis; "Economia e Finanças", com seis painéis; e "Defesa Nacional", com cinco painéis.

Realizada sempre às segundas-feiras, às 18 horas, tivemos a oportunidade de contar, nesses 19 painéis, com a presença de especialistas, de diplomatas e acadêmicos do mais alto nível.

Hoje a Comissão retoma as atividades da agenda, dando início ao seu 4º ciclo de audiências públicas intitulado "Temas da Agenda Internacional", para o qual teremos sete painéis até o dia 9 de abril.

O 5º ciclo abordará a política externa brasileira, composta por seis painéis, no período de 16 de abril a 28 de maio.

Observo que para este semestre foi feita uma readaptação dos subtemas de cada painel de modo a atualizar os assuntos em consonância com os mais importantes e recentes acontecimentos do cenário nacional e internacional, especialmente em função da nova configuração geopolítica e econômica que se desenha no Planeta. Assim, a programação da agenda para esses dois últimos ciclos terá a seguinte formatação:

4º Ciclo – "Temas da Agenda Internacional", que vai do dia 13 de fevereiro (hoje) a 9 de abril.

Teremos, portanto, agora o Painel 1: "Imigração haitiana para o Brasil – avaliação das relações com o Equador, Peru e Colômbia como rota de ingresso de haitianos no Brasil; regularização da situação dos imigrantes haitianos".

Dia 27 de fevereiro de 2012 – Painel 2: "Relações do Brasil com os Países Sul-Americanos" – Venezuela, Bolívia: brasileiros proprietários de fazendas na fronteira; Paraguai: "brasiguaios" e Argentina: conseqüências para a economia brasileira de medidas adotadas por este País; posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente.

Dia 5 de março de 2012 – Painel 3: "Análise da Crise da União Europeia" – consequências para as relações comerciais Brasil – União Europeia, em 2012; novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise; situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia e repercussões para a economia brasileira.

Dia 12 de março de 2012 – Painel 4: "Meio Ambiente – Conferência Rio+20 – agenda, organização, expectativas e perspectivas".

Dia 19 de março de 2012, Painel 5: "O Mundo Árabe – 1ª Parte: Síria e Irã". Síria: posição contrária da Rússia e China no Conselho de Segurança das Nações Unidas a embargos ou outras sanções em face da probabilidade de sua transformação em intervenção armada. Irã: embargo europeu e americano, e a resposta do governo iraniano, artefato nuclear.

Dia 26 de março de 2012, Painel 6: "O Mundo Árabe – 2ª Parte: Egito e Líbia" – eleições no Egito, irmandade muçulmana e lideranças políticas; repercussão na estabilidade política do Oriente Médio.

– Líbia: exemplo negativo de intervenção militar, em face da ausência de liderança e os embates armados entre as diversas facções.

09/04/2012 – Painel 7: Terrorismo; Ilícitos Transnacionais e a Defesa Cibernética

– Principais ameaças terroristas – Tráfico de pessoas, armas e drogas – Defesa Cibernética

5º CICLO – Política Externa Brasileira

(16 de abril a 28 de maio de 2012)

16/04/2012 – 1º PAINEL: 2012, um ano de crise no Mundo

– Expectativa para 2012. Análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais, meio ambiente e de defesa dos principais atores globais e para os países em desenvolvimento.

23/04/2012 – 2º PAINEL: Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira.

– Acordos bilaterais; Atuação em Organizações Internacionais; Ingresso no Conselho de Segurança da ONU; Parcerias e oportunidades (Europa, EUA, China e Américas).

07/05/2012 – 3º PAINEL: A Diplomacia do Futuro

– Perspectivas.

14/05/2012 – 4º PAINEL: O Parlamento e a Política Externa Brasileira.

– O Senado Federal e o papel da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

21/05/2012 – 5º PAINEL: Conferência Rio +20

– Avaliação da Agenda; Evolução da Organização e das Expectativas.

28/05/2012 – 6º PAINEL: A Ordem Econômica Mundial e o Brasil

– O Brasil frente à nova ordem econômica mundial – BRICS, G20 e BASIC.

Buscamos com isso, Srªs e Srs. Senadores, realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a promoção de debates de alto nível, com a abordagem das áreas e temas atinentes às suas atribuições.

Acrescento que são bem-vindas, da parte das Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão, sugestões tanto de temas, como de possíveis convidados a participarem de nossos debates.

Passo a ler dois requerimentos de modo a que sejam incluídos na pauta da nossa próxima reunião, na quinta-feira.

REQUERIMENTO nº 07, DE 2012 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmº. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, para debater a atual situação da política externa brasileira, bem como os preparativos e ações tomadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Esse requerimento é de autoria do Senador Fernando Collor.

REQUERIMENTO nº 06, DE 2012 – CRE

Nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências, na cidade do Rio de Janeiro, sede da Conferência, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir o referido Evento.

Justificação

Diante da importância de o Brasil sediar uma reunião planetária, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, engajada que está com a realização da Conferência, vê-se no dever de acompanhar os preparativos e ações desenvolvidas para a constituição da Rio+20.

Solicito à Secretaria desta Comissão que faça incluir na pauta da reunião desta Comissão da próxima quinta-feira esses dois requerimentos para que sejam deliberados pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

A presente reunião destina-se à realização do primeiro painel Imigração Haitiana para o Brasil. Avaliação das relações com o Equador, Peru e Colômbia como rota de ingresso de haitianos no Brasil; regularização da situação dos imigrantes haitianos, integrando o quarto ciclo, intitulado Temas da Agenda Internacional, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, dando-lhes, a todos, as boas-vindas: Dr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; Deputado Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre; Saul Nunes Bemergui, Prefeito do Município de Tabatinga, Amazonas; Ministro Rodrigo do Amaral Souza, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

Por favor, peço a V. Exªs que tomem assento à mesa. *(Pausa.)*

Eu gostaria de registrar a presença de S. Exª o Sr. Jackson Bien-Aimé, Conselheiro da Embaixada da República do Haiti no Brasil. Muito obrigado pela sua presença, seja muito bem-vindo.

Eu gostaria também, antes de iniciarmos esta nossa audiência, de informar aos senhores integrantes desta Comissão que o tema desta audiência foi objeto de requerimento também aprovado pela Comissão, de autoria de S. Exªs os Senadores Eduardo Braga e Jorge Viana, e foi aprovado o Requerimento nº 4, de 2012, em que S. Exªs dizem:

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Amazonas, via Município de Tabatinga, onde os haitianos estão vivendo em condições precárias e de grandes dificuldades. Atualmente, já são em número superior a 3.704 haitianos presentes em nossos Estados. No entanto, a situação dos refugiados haitianos somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto.

Diante dos fatos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados para esclarecer quais medidas que os organismos internacionais e o Governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação.

Para tanto, indico como convidados o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, o Ministro das Relações Exteriores Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, o senhor representante do Governo do Estado do Amazonas, o senhor representante do Governo do Estado do Acre, o Prefeito da cidade de Tabatinga e o Prefeito da cidade de Basiléia.

Sala das Comissões. Assinado por S. Exªs o Senador **Eduardo Braga** e o Senador **Jorge Viana.**

Quero informar que o requerimento de S. Exªs continua em vigor, estamos realizando hoje a nossa audiência, tendo chegado esse requerimento posteriormente à marcação dessa mesma audiência para tratarmos da questão dos irmãos haitianos que estão chegando ao Brasil. De modo que se depois dessa audiência S. Exªs Senadores julgarem conveniente que realizemos mais uma reunião de debate sobre o assunto, a Presidência desta comissão irá seguir rigorosamente o que for aprovado, de acordo com o requerimento apresentado por S. Exªs – como já disse – os Senadores Eduardo Braga e Jorge Viana.

Agora, sim, dando início à nossa audiência pública de hoje...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E antes de passar a palavra ao nosso primeiro expositor, pela ordem, com muita satisfação, passo a palavra a S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, hoje estamos aqui para participar de uma audiência pública. A reunião foi convocada com esse objetivo. Mas gostaria apenas de lembrar, Presidente Collor, que eu já dei entrada no requerimento – e V. Exª se comprometeu a colocá-lo na reunião seguinte, posterior – que solicita que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional participe, juntamente com a CPI do tráfico nacional e internacional de pessoas e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de uma audiência pública em Manaus. Então, pergunto a V. Exª se esse requerimento será votado na próxima reunião ordinária da comissão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O requerimento apresentado por V. Exª será parte integrante da pauta da nossa próxima reunião ordinária, na quinta-feira.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Essa audiência – eu fiz questão de antecipar a minha ida a Manaus – será muito elucidativa e ajudará nos debates que teremos e na audiência com os próprios haitianos, esses milhares que existem em Manaus hoje.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado pela Srª Senadora Vanessa Grazziotin. Não sei se V. Exª estava presente quando anunciei aqui, Senadora, que está presente entre nós S. Exª o Conselheiro da Embaixada da República do Haiti no Brasil, Sr. Jackson Bien-Aimé.

Informo também aos nossos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos para cada um dos senhores; e após a exposição que os senhores farão, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que S. Exªs julgarem necessário e conveniente.

Iniciando a nossa audiência pública de hoje, tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. Deputado Federal Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre.

Seja muito bem-vindo, Deputado e Secretário. Tem V. Exª a palavra.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC) – Boa noite a todos e todas.

Quero cumprimentar o Sr. Presidente Senador Fernando Collor, a Senadora Vanessa Grazziotin, os meus colegas que estão na Mesa e compõem esse painel de debate e discussão sobre a imigração haitiana para o Brasil.

Presidente Collor, eu parabenizo a forma como esta Comissão de Relações Exteriores tem colocado esse problema na pauta, pois realmente é da maior importância para o Brasil, para o povo haitiano e para o debate da questão da imigração no Brasil. Parabenizo a iniciativa de V. Exª e sinto-me honrado por ter sido convidado para ser um dos debatedores dessa questão.

Eu coloquei nas mãos da Secretaria uma pasta com todas as informações que pudemos recolher, até o momento, sobre esse processo vivido no Acre. Peço, se for possível, que a Secretaria também distribua para os colegas que estão na Mesa.

Sr. Presidente, eu não vou me alongar nos aspectos que dizem respeito às razões pelas quais os imigrantes haitianos vêm para o Brasil, por serem óbvios: a tragédia que tomou conta do Haiti e – digamos – a visão que hoje se vai construindo a respeito do Brasil no exterior. Eu diria que o Brasil hoje é o país do momento. A sexta economia do mundo está atraindo para

o nosso País milhares e milhares de migrantes, das mais diferentes regiões, dos mais diferentes países.

Esses haitianos conhecem o Brasil por ser o líder, por ser o país líder da Minustah. Conhecem o Brasil que está colocando a necessidade de ter uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e, portanto, esses homens e mulheres que estão em situação extremamente delicada têm o direito de buscar vida melhor.

Vou, portanto, me ater ao aspecto da chegada desses imigrantes no Estado do Acre. Eles começaram a chegar, ilustre Presidente, em dezembro de 2010. Um grupo pequeno de pessoas, homens, foram para Brasileia, uma cidade de 22 mil habitantes, dos quais 14 vivem na zona urbana. Chamou a atenção da população, chamou a atenção do Governo do Acre aquele grupo de haitianos circulado pela cidade, mas um grupo pequeno. Em função desse quadro, o Governador Tião Viana determinou imediatamente a assistência humanitária a esses imigrantes. Porque, dizia ele, a questão de imigração, particularmente de um país pobre como o Haiti, deve ser encarada e vista como uma questão de direitos humanos. As pessoas têm o direito de ir e vir dentro do seu próprio país e têm o direito também de circular por diferentes países na busca de uma vida melhor. A imigração não pode ser entendida só no aspecto legalista, mas ela deve ser entendida tendo como base o direito que as pessoas têm de buscar uma vida melhor. Se esses haitianos estão chegando ao Brasil e entrando pela fronteira do Acre devem ser acolhidos. E responsabilizou a Secretaria de Justiça e Direitos humanos por esse acolhimento.

E o acolhimento, então, do ponto de vista concreto, se realizou garantindo a eles três refeições diárias, uma pousada onde eles pudessem dormir, tomar banho, se encontrar; colaboração e acompanhamento na documentação, que é um processo prolongado, é um processo desgastante e demorado; assistência à saúde e passagem terrestre para continuar a viagem. É evidente que os imigrantes haitianos não vieram para ficar no Acre, eles eram claros nisso, o Acre era passagem. O Governo do Acre se defrontou como sendo fim de linha nesse processo, e fato consumado, os haitianos estão aí, e nós precisamos ajudá-los.

Foi, portanto, uma decisão do Governo do Acre, do ex-Senador e hoje Governador Tião Viana. Aqueles que iam chegando, no início de 2011, nos meses de janeiro, fevereiro, março até julho eram somente homens, e em grupos menores, que chegavam e era mais ou menos proporcional aos que saiam, eles normalmente chegavam nos finais de semana: sexta, sábado e domingo e, na semana seguinte, começavam a seguir viagem para Porto Velho, depois da documentação realizada.

A partir de agosto, setembro o Governador Tião Viana me convidou para ser Secretário de Direitos Humanos. Eu fui em Brasileia, verifiquei a situação, conversei com eles, aprofundei a discussão com a minha equipe e percebi com clareza, Srs. Senadores, que não se tratava apenas de um movimento espontâneo de imigrantes, escrevi uma carta ao Governador e disse: Governador, nós estamos diante de uma rota de imigração organizada, através dos agenciadores de seres humanos, mais conhecido como "coiotes". E é necessário tomarmos providências imediatas e sugiro que V. Exª entre em contato mais urgente com o Governo Federal para que possamos dar andamento e solução a esse problema, senão nos defrontaremos imediatamente com uma crise humanitária em pleno território acriano.

O Governador entendeu, concordou com a minha sugestão e iniciou contatos mais permanentes com o Governo Federal.

Resultado, a minha avaliação se concretizou de fato, porque o número dos que chegavam ia sendo cada vez maior dos que saiam. A Polícia Federal tem um procedimento muito vagaroso e exige um excesso de documentos para compor o protocolo de pedido de ingresso de refúgio no País e eles ficavam retidos por muito tempo. Eles levavam de 25 a 35 dias para receber a sua documentação. Portanto eles ficavam retidos, nós não tínhamos muita saída.

No final do ano, no mês de dezembro e janeiro deste ano o processo se intensificou, ficaram retidos no Acre 1.250 haitianos. Nós trabalhamos junto ao Governo Federal, o Governo Federal nos ajudou com 14 toneladas de alimentos. Em seguida, ocorreu um fato que eu considero da maior importância, a audiência pública, ocorrida aqui, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores – audiência pública solicitada pelo Senador Jorge Viana –, a partir desse momento o quadro começou a tomar uma visibilidade maior e os problemas começaram a serem resolvidos.

A Polícia Federal tomou uma decisão, certamente a partir do Ministério da Justiça, que deu uma contribuição extraordinária sem gastar um real. Simplificou simplesmente o processo de pedido de ingresso para entrar no Brasil e o pedido de refúgio. O que era um conjunto de documento sem fim, se tornou num pedido de nove, dez informações e não mais. Eles passaram a emitir então 60, 70, 100 documentos por dia, a partir das sugestões, inclusive, da audiência pública que ocorreu aqui.

O Ministério do Trabalho tirava 15, 20 carteiras de trabalho por dia, a partir daí passaram a tirar até 60, o que era um processo muito bom.

O Ministério da Saúde enviou para o Governo do Acre R$ 1,5 milhão e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos enviou R$360 mil.

Nós fizemos, então, um chamado à iniciativa privada brasileira, para que ela cumprisse a responsabilidade social que tem e, ao mesmo tempo, conseguisse realizar os seus interesses.

Nós sabemos que os empresários que foram ao Acre... Muitos jornalistas me perguntavam se os empresários que estão indo para o Acre estão indo com interesses ou por solidariedade humana. Eu sempre respondi: nenhum empresário é anjo. Empresários vêm aqui porque têm interesses, claro! Mas estão cumprindo um grande ato de solidariedade humana, de responsabilidade social, ao contratar esses imigrantes.

Ilustre Presidente, hoje, no Acre, existem apenas 60 haitianos, e as empresas estão contratando-os. Nos próximos dias, não restará mais nenhum haitiano em Brasileia, todos documentados, todos trabalhando. Passaram pelo Acre 2,3 mil haitianos, segundo o nosso funcionário da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, 2,119 mil pelo Corpo de Bombeiros e 2,027 mil pela Polícia Federal. Há uma divergência, mas eu creio que os três têm razão. É que nem sempre aqueles que passaram pelo nosso funcionário foram ao Corpo de Bombeiros e aqueles que passaram por lá foram à Polícia Federal. Ninguém controla os imigrantes.

Se tomarmos, portanto, como base 2 mil haitianos e o custo de R$1,5 milhão – porque foi esse o custo real, sem contabilizar, claro, a segunda metade do mês de janeiro e todo este mês de fevereiro –, o imigrante haitiano custou R$750,00.

Hoje, nós consideramos a situação no Acre resolvida. Entendemos que agimos de modo correto, demos todo o apoio humanitário que foi necessário, contamos com a colaboração e a contribuição do Governo Federal, absolutamente decisiva, da imprensa brasileira e da iniciativa privada.

Entendo, para finalizar, que o Brasil pode e deve receber mais haitianos, mas de modo regular. A minha posição é inteiramente favorável à decisão que o Governo tomou de permitir que os haitianos que desejem ingressar no Brasil possam se valer de um visto especialíssimo que o Governo Federal está lhes concedendo na Embaixada do Haiti – chegam ao Brasil com o visto de cinco anos. Esse é o modo correto, seguro, mais barato a que eles podem ter acesso.

Finalizo dizendo que em Iñapari, uma pequena cidade do território peruano, de 1,5 mil habitantes, há 300 haitianos retidos, quase 30% da população da cidade, com problema de alimentação, de estadia. As igrejas estão abertas, para que eles possam dormir. Imaginem o problema de água, de banho, de roupas, etc., numa cidade dessas.

Nós estamos contribuindo com alimentação. Enviamos alimentação para a prefeitura da cidade brasileira fronteiriça, Assis Brasil, que garante o mínimo de alimentação básica para esses imigrantes.

Estamos aguardando uma decisão do Brasil e do Peru sobre esses imigrantes que estão retidos do lado peruano, em Iñapari; eles são em torno de 300.

Do nosso lado, em Brasileia, onde nos coube recebê-los e encaminhar o seu ingresso em nosso País. Considero, ilustre Presidente, e digo com orgulho, mas também com muita satisfação, considero a missão cumprida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Deputado Federal Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos, do Estado do Acre, pela sua exposição.

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Saul Nunes Bemergui, Prefeito de Tabatinga, Estado do Amazonas.

V. Exª dispõe dos 15 minutos habituais.

O SR. SAUL NUNES BEMERGUI – Sr. Presidente, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora do meu Estado, autoridades da Mesa, quero cumprimentá-los.

Antes de falar um pouco dos haitianos, do que ocorre, eu gostaria de explanar um pouquinho a situação do Município de Tabatinga, que faz fronteira com o Peru e a Colômbia. O Município de Tabatinga está situado a 1.105 quilômetros da capital do Estado do Amazonas, em linha reta; pelos rios são 1.700 quilômetros. Nós só temos dois meios de transporte: via aérea ou fluvial. Vejam que nós passamos, em embarcações, sete, oito dias para chegar a Tabatinga, por via fluvial; por aérea é uma das passagens, acredito eu, mais caras do Brasil: varia de R$600,00 a R$1.600,00. Então há uma dificuldade muito grande. E o Município é um Município estratégico, porque ele faz fronteira com os dois países.

Vejam que a mesorregião, como é Tabatinga, tem 9 Municípios, mas a Tríplice Fronteira tem uma faixa de 15, 20 Municípios e, há uma unidade entre a Tríplice Fronteira, porque há uma familiarização de peruanos com brasileiros, de colombianos com brasileiros.

Senador, em nenhum momento as ações em Tabatinga podem ser ações isoladas Elas têm que ser sempre ações para a Tríplice Fronteira. É Tríplice Fronteira porque têm os três países que fazem parte da Tríplice Fronteira. Há uma unidade. Os povos têm uma mistura, têm parentesco, um casa com o outro.

No Município de Tabatinga, o que ocorreu? Os haitianos começaram a chegar a partir, não do final do ano de 2010, mas no início de 2010, em fevereiro

de 2010, começaram a chegar as primeiras equipes. E só em 2011, registrados pela Pastoral da Mobilidade Humana, gerenciada pela Diocese do alto Solimões, 2.842, só em 2011. Nós temos hoje a entrada de muito mais de três mil, quatro mil haitianos por Tabatinga. E há um problema muito sério nos últimos que entraram após o dia 13. No dia 13 de janeiro, temos 349 haitianos que não têm visto, nem poderão ter, não podem voltar, não podem descer à Capital do Estado. Não sabemos o que vai acontecer com eles.

Em Tabatinga, graças a Deus, após o *Jornal Nacional* ter feito aquela visita, teve uma celeridade. Aceleraram as coisas, melhorou bastante, mas ainda temos, em Tabatinga, uma faixa de 700 haitianos. Ainda temos em Tabatinga!

Muitos jornais argumentaram o que poderíamos fazer, mas não somos contra os haitianos, em hipótese alguma. Pelo lado humano, queremos ajudar. Só que o Município de Tabatinga não dispõe de orçamento para bancar essa situação dos imigrantes, até porque, mesmo que o município tivesse recurso, como eu poderia prestar conta disso? Não tem como prestar contas. Então nós ajudamos, fazemos a triagem na saúde, até porque há muitos comentários de doenças muito perigosas no Haiti, então nós fazemos a triagem de todos eles. E, graças a Deus, ainda não aconteceu de aparecerem focos de doenças assim, não. Mas há um susto em cima disso.

Eu sempre costumo dizer que, quando Deus fez o mundo, passou a mão por Tabatinga e disse: aqui vai ter sempre problema. É porque nós já temos o país irmão, o país vizinho, o Peru. Os peruanos adentram o Brasil direto, é uma loucura. Nós temos uma faixa de 12 a 15 mil pessoas flutuantes no Município de Tabatinga, que giram em torno de Tabatinga, que não são de Tabatinga. Não são de Tabatinga! O município, hoje, no censo de 2010, teve a contagem de 52 mil 279 habitantes. Mas não tem menos de 70. Nunca tem menos de 70, porque o fluxo, como eu digo, da tríplice fronteira é muito alto, entrando e saindo.

A Polícia Federal é uma polícia que atua, mas a quantidade de policiais é muito pouca. Eles também não têm uma estrutura muito grande. E não é somente por terra. Nós temos o rio aberto, é o rio Amazonas. Então, como eu digo, nós nos sentimos com muito pouca estrutura para a entrada de estrangeiros ali. Precisamos de infraestrutura para a entrada de estrangeiros ali. Precisamos de infraestrutura, essa é a verdade! E só o Governo Federal poderá nos dar essa mão, poderá nos ajudar, e a Prefeitura em si está aí para contribuir, para fazer a parceria, para ajudar. Mas é como eu costumo dizer: eu sou um amazonense lá da gema mesmo, lá da roça.

A mamãe tinha muitos filhos e, quando não dava para comer, botava um pouquinho de comida no prato de cada um. Quer dizer, se chegasse alguém em casa, ainda viria a comer conosco e nós dávamos para todo mundo. Cada um já sabia, chegaram dois, três visitantes, vamos comer menos, porque tem que atender as pessoas. E Tabatinga é deste jeito: ela não aguenta nem o povo de lá, mas aceita todos que vêm. Então, na verdade, eu me preocupo muito. Hoje, eu estou no meu primeiro mandato de prefeito e eu vejo uma mudança na entrada de Tabatinga, uma mudança pelos comentários da Copa do Mundo.

A Copa do Mundo de 2014 vai mexer demais com a estrutura do Município de Tabatinga, porque há uma entrada muito grande. Aqueles países vêm todos, não tenham dúvida disso, e não temos estrutura, não temos saneamento, a cidade não é toda asfaltada, basta dizer que na cidade Letícia, na Colômbia, a nossa cidade gêmea, 30, 40% da sua economia é gerida pelo turismo. E qual é o turismo que ela vende? É o turismo brasileiro. Vem para Letícia, mas Letícia não tem quase nada, passa para Tabatinga e para os demais Municípios de São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Atalaia do Norte. Então, como digo, é maravilhoso fazer o turismo lá, mas precisamos de infraestrutura.

É como digo, eu estava observando e estava até dizendo, quando sair daqui, vou lá com o Senador Eduardo Braga e a Senadora Vanessa Grazziotin, novamente, porque me apelidou uma vez, o Senador, de "pipira", diz que choro muito. Mas não é que choro muito, é que quero fazer melhor pelo meu semelhante, pelo meu povo, e as condições são mínimas, não dá, tenho que ir em busca de quem pode ajudar. Então, é por isso que estou a pedir sempre e digo: eu gostaria, inclusive, Presidente, que Tabatinga, para não dizer que estou aqui falando coisa com coisa, tivesse uma equipe, umas pessoas que fossem ver pessoalmente e verificar que Tabatinga é um dos municípios mais novos do Estado do Amazonas, estamos apenas com 29 anos, e costumo dizer que o Município de Tabatinga é um município baleia porque nasceu grande, hoje, é o 6º Município do Estado, mas a nossa infraestrutura governamental não acompanha o desenvolvimento do município em nenhuma esfera.

Uma, que é uma tristeza para mim, acredito que para todos que vivem lá, é a educação. Hoje, temos muitos colégios adaptados, não diretamente como manda o MEC. E quem é culpado? Os Prefeitos que passaram? O Prefeito atual? Não. O Município de Tabatinga é um Município baleia, nasceu grande, não dá para se estruturar rapidamente, apesar de crescer muito, mas não dá para se estruturar, está melhorando, cada dia que passa, o Município melhora, cresce

muito, mas precisa, acredito, de uma mão amiga do Governo Federal, até porque Tabatinga é também um pouco internacional, estamos na tríplice fronteira, e somos um pouco internacional, inclusive, todas as ações nossas são internacionais.

Quero dizer que não tenho nada contra os haitianos, mas tenho que priorizar os nossos nativos da região, que temos ainda de 15 a 20% da nossa população abaixo da linha da pobreza e vamos dar todo apoio que pudermos aos haitianos, desde que tenhamos parceria, mas a prioridade será para o povo nativo da minha cidade.

Obrigado, Presidente, obrigado e desculpa alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Saul Nunes Bemergui, Prefeito de Tabatinga, no Amazonas, pela sua exposição.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Ministro Rodrigo do Amaral Souza, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Tem V. Exª a palavra, Sr. Ministro.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Embaixador Gradilone, meu chefe, Dr. Nilson Mourão, Prefeito de Tabatinga, Srs. Senadores, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, senhoras e senhores, devido ao tempo restrito que tenho para essa intervenção, vou concentrar-me nos aspectos mais propriamente migratórios, que é a minha área de responsabilidade no Itamaraty. Mas apenas lembro de passagem que essa questão dos haitianos, do ingresso de migrantes haitianos no Brasil envolve várias dimensões de política externa, desde a questão dos direitos humanos dos migrantes, até o relacionamento com o Haiti, em primeiro lugar, e com os nossos países vizinhos, que fazem parte da rota utilizada pelos migrantes haitianos para ingressarem no Brasil.

Bom, como já foi dito aqui pelos que me antecederam, desde o início de 2010, mas particularmente a partir do final daquele ano, começamos a ser procurados no Itamaraty por autoridades parlamentares, integrantes da sociedade civil dos Estados da nossa fronteira norte, do Acre, do Amazonas, de Rondônia, enfim, de toda aquela região, para nos transmitir sua preocupação diante do crescimento muito rápido da entrada de haitianos. Como esses haitianos entravam no Brasil? Os haitianos precisam de visto para ingressar no Brasil, assim como os brasileiros precisam de visto para ingressarem no Haiti. Mas eles, ao chegarem à fronteira, solicitavam refúgio. Certamente, já haviam sido instruídos nesse sentido. Pela nossa legislação, somos obrigados a dar um protocolo de solicitação de refúgio. Havia um tempo para que esse procedimento fosse executado. Durante esse período os haitianos eram obrigados a permanecer nas cidades de fronteira. Isso gerava uma pressão muito grande sobre uma região que, digamos, não estava preparada para receber esse fluxo tão repentino de estrangeiros.

O procedimento que seguimos no Brasil para considerar se aceitamos ou não um pedido de refúgio é, digamos, a análise dos pedidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados, que é um colegiado presidido pelo Ministério da Justiça. O Presidente do Conare está aqui, é o Secretário Executivo do Ministério. O Itamaraty faz parte do Conare. Não vou estender-me nessa parte devido à responsabilidade do Ministério da Justiça sobre isso. O Conare entendeu, em síntese, que não havia embasamento para justificar a concessão de refúgio a esses migrantes haitianos, mas, por haver uma questão humanitária evidente nessa questão, não se limitou simplesmente, como poderia ter feito, a indeferir os pedidos. O Conare, desde os primeiros casos, decidiu enviar as solicitações de refúgio a um outro colegiado, que é o Conselho Nacional de Imigração, presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (CNIg). O CNIg, Conselho Nacional de Imigração, tem adotado, em todos os casos que já foram encaminhados à sua apreciação, a decisão de autorizar a permanência nos haitianos no Brasil amparado em razões de caráter humanitário. É o que a imprensa costuma chamar, digamos, de visto humanitário, embora não seja propriamente um vista, mas uma autorização de permanência no Brasil. Nós, no CNIg, já autorizamos, até o momento, um pouco mais de 1.300 casos recebidos do Conare. Pelos números que nós temos, considerando esses 1.300, o total chegaria acerca de 4.500 casos de haitianos que ingressaram no Brasil desde janeiro de 2010 até 13 de janeiro de 2012, quando foi editada a nova resolução normativa do Conselho.

No final de 2011, o procedimento que havia sendo seguido, que era esse de encaminhar, pelo Conare, as solicitações ao CNIg, começou a perder a sustentação, tanto em função do tempo decorrido desde o terremoto de 2010 até o fato, que começou a ser constatado, de que esses haitianos estavam recorrendo a redes internacionais de traficantes de imigrantes, conhecidos como “coiotes” e estavam burlando, digamos, utilizando o pedido de refúgio como uma maneira de escapar da legislação brasileira migratória, que impunha a eles a necessidade de dispor de um visto para ingressar no Brasil.

Houve também a constatação de que a situação humanitária nas cidades de fronteira, principalmente em Brasileia no Acre, e em Tabatinga no Amazonas estava se agravando cada vez mais, o que poderia

transplantar a tragédia humanitária do Haiti para o território brasileiro, para a zona de fronteira.

Diante dessa situação o Conare decidiu, no final de 2011, modificar o procedimento que vinha sendo seguido e não mais aceitar, a partir do início desse ano, não mais acolher as solicitações de refúgio, mudando o procedimento que vinha sendo seguido.

Sabedores dessa mudança de orientação os haitianos certamente tomaram conhecimento dessa mudança de regime da parte do Brasil, houve um crescimento vertiginoso na entrada de haitianos no último mês de 2011, principalmente a partir da segunda quinzena de dezembro, já em 2012, a primeira quinzena de janeiro, o que tornou a situação insustentável, quase, em Brasiléia que chegou a ter, em determinado momento, quase 1.200, 1.300 haitianos, numa cidade de 20 e poucos mil de habitantes.

Diante disso, o Governo que já vinha se reunindo em várias instâncias, em vários níveis decidiu – numa reunião no dia dez de janeiro – preparar uma nova resolução e submetê-la à consideração do Conselho Nacional de Imigração, criando uma nova modalidade de visto que seria reservada, exclusivamente, a nacionais do Haiti. Um visto permanente, válido por cinco anos, que não exige do solicitante que apresente nenhuma comprovação de qualificação profissional, nenhuma comprovação de que dispõe de um contrato de trabalho com uma empresa brasileira, apenas a exigência que se faz é que tenha um passaporte e que demonstre que não tem antecedentes criminais.

Pois bem, o Governo também decidiu que iria regularizar a situação de todos os haitianos que já tinham ingressado no Brasil até a data da publicação dessa resolução que foi aprovada pelo CNIg, a Resolução 97, foi publicada em 13 de janeiro no Diário Oficial. Então, o Governo também tomou a decisão de regularizar a situação de cerca de quatro mil e quinhentos haitianos no total, considerando também aqueles 1.300 que já estão regularizados.

A Presidenta Dilma Rousseff visitou Porto Príncipe no dia 1º de janeiro, ela anunciou, com muita ênfase, essa nova medida durante a sua visita. A nossa embaixada em Porto Príncipe que é, digamos, o único local autorizado para conceder o visto, está procedendo a uma divulgação dessa medida, já recebeu muitas consultas e já começamos a conceder os primeiros vistos. É importante destacar o seguinte, que ao contrário do que foi anunciando em algumas matérias de imprensa, essa medida vem acrescentar o que a legislação migratória brasileira já permitir a qualquer cidadão estrangeiro ingressar no Brasil, portanto um determinado visto, de acordo com a intenção do estrangeiro ao entrar no território brasileiro, ele pode entrar com visto de turista – se for um turista –, visto de estudante, visto de trabalho, enfim. Além de todas essas modalidades o CNIg aprovou, exclusivamente, para o Haiti essa nova modalidade de visto com uma limitação quantitativa que nós acreditamos que será suficiente num primeiro momento para atender a demanda e a procura dos haitianos por esse canal migratório formal e regular.

Estarão disponíveis para os cidadãos haitianos 1,2 mil vistos por ano. É importante assinalar que serão 1,2 mil vistos, e o haitiano que quiser migrar para o Brasil poderá levar os seus dependentes, seu cônjuge, seu filho menor. Digamos que são 1,2 mil famílias. É melhor pensar em 1,2 mil famílias, e não em 1,2 mil vistos.

Nós temos percebido que desde o início do ano – na verdade, desde o final do ano passado – há um interesse muito grande da sociedade civil, da sociedade brasileira, da imprensa e da grande caixa de ressonância da opinião pública brasileira que é o Congresso Nacional por esse tema. Houve uma audiência pública nesta mesma Comissão, no final de dezembro, e agora, mais uma vez, o Senado Federal demonstra estar atento a essa questão.

Nós temos, no curto prazo, duas questões específicas que estão sendo analisadas pelo Governo Federal, pelo Conselho Nacional de Imigração, por cada órgão que compõem esse Conselho. As duas foram mencionadas aqui. A primeira delas é a dos haitianos que estão no lado peruano da fronteira, junto ao Acre, em Iñapari, cidadezinha de pouco mais de mil habitantes. São pouco menos de 300 haitianos. Nós estamos em contato com o Governo do Peru.

Nesta semana, uma missão brasileira irá a Lima, para se reunir com as autoridades peruanas e ver a melhor maneira de encaminhar esse problema, deixando claro que, se nós temos a disposição de verificar como acolher esses haitianos, de acordo com o que a legislação migratória nos permite, sempre com uma visão humanitária e conscientes de que, na verdade, isso é fruto de uma situação transitória de mudança de regime da parte do Brasil. Nós esperamos também que, da parte do Peru, haja um compromisso concreto e um empenho daquele país em combater as redes de coiotes, individualmente e em coordenação conosco, com a Polícia Federal brasileira. E também que haja um empenho da parte peruana de controlar as suas fronteiras, para impedir que daqui a algum tempo, daqui a dois ou três meses, uma nova situação como essa se repita.

A outra situação a que me refiro é a dos haitianos que estão em Tabatinga. Aí é diferente, já estão em território brasileiro. Mas, digamos, além daqueles que ingressaram antes de 13 de janeiro, há o caso de cerca

de 350 haitianos que ingressaram depois dessa data e que, do ponto de vista migratório, estão em condição clandestina no Brasil e poderiam eventualmente até ser passíveis de deportação. Já tem surgido na imprensa peruana matérias insinuando que o Brasil estaria disposto ou prestes a deportar 40 ou 50 haitianos para o Peru. Isso não é verdade. Nós, conscientes de que há, digamos, um problema de transição de regime aí neste caso, também estamos verificando de que maneira nós podemos regularizar a situação migratória desses haitianos.

Quando a missão que vai ao Peru retornar, nós vamos reunir um grupo restrito de integrantes do Conselho Nacional de Imigração, para que esse Conselho apresente à Casa Civil uma proposta de decisão para regularizar a situação, tanto dos que estão em Iñapari quanto dos que estão em Tabatinga. É importante que essa decisão esteja, digamos, já alimentada com o resultado das negociações e dos entendimentos com os peruanos na quinta e na sexta-feira desta semana, em Lima.

Nós estamos também monitorando os pedidos de visto que estamos recebendo em Porto Príncipe por essa nova modalidade de visto instituída pela Resolução Normativa nº 97. Ainda é muito cedo para avaliar se essa resolução normativa vai ser suficiente para dar conta da demanda ou se esse número, digamos, precisará ser alterado. Nós recebemos, até o momento, 15 pedidos de visto para 20 pessoas, mas ainda estamos no início da aplicação dessa nova alternativa e temos recebido muitas consultas, inclusive de haitianos que residem na República Dominicana.

Basicamente é isso.

O Embaixador Gradilone, que falará depois de mim, falará um pouco sobre os princípios da nossa política migratória e poderá dar um quadro um pouco mais amplo da situação também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Rodrigo do Amaral Souza.

E passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.

Tem V. Exª a palavra, Sr. Embaixador.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Secretário-executivo do Ministério da Justiça, Deputado e Secretário Nilson Mourão, Sr. Prefeito de Tabatinga, meu colega Rodrigo do Amaral, Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma honra estar de novo aqui no Congresso, um pouco para falar sobre assuntos ligados à migração, assuntos consulares, assuntos que envolvem pessoas e têm, por isso mesmo, uma importância muito especial na política externa brasileira.

Eu tenho vindo muitas vezes aqui ao Congresso para falar em geral de questões ligadas aos brasileiros no exterior, aos brasiguaios, aos dekasseguis, aos brasivianos, aos garimpeiros, em questões colocadas por uma situação em que a migração é vista, às vezes, com um viés de criminalidade ou um viés de criminalidade, um viés de segurança, de terrorismo. De modo que isso dificulta muito o tratamento do tema migratório em termos mais equilibrados.

Essas situações todas forçaram o Ministério a criar uma Subsecretaria, que é essa que eu chefio hoje, eu sou o 2º Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, que foi criada há cinco anos para criar especificamente desses assuntos. Apesar do nome "Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior", a Subsecretaria tem uma vertente que cuida de estrangeiros e outra vertente que cuida de brasileiros.

O Ministro Rodrigo do Amaral é o diretor do departamento que se ocupa mais dos assuntos migratórios, cooperação jurídica internacional, temas que envolvem mais os estrangeiros, e uma ligação, claro, muito grande com os outros órgãos do governo brasileiro que cuidam da situação do estrangeiro que vem aqui. A competência do Itamaraty é mais com relação ao exterior. Então há uma ligação muito clara. Mas é claro que o Itamaraty é mais protagonista no que se refere às comunidades brasileiras no exterior.

E nós então temos uma preocupação muito grande em que tenhamos um discurso coerente. Nós estamos defendendo, para os brasileiros no exterior, um tipo de política migratória, um tipo de tratamento para os migrantes que nós entendemos que seja a política justa. E nós temos a grata satisfação de poder dizer isso nos fóruns internacionais, nas reuniões bilaterais que temos, que é o espelho da nossa política, do que nós aplicamos no Brasil.

Então nós, no trato das comunidades brasileiras no exterior, temos consolidado talvez os pilares de um tipo de política em que nós procuramos dissociar a migração da criminalidade. É uma tarefa muito mais difícil do que os senhores possam imaginar, quando há sociedades que praticamente equiparam o migrante ao terrorista; o desconhecido sempre é mais ameaçador. Mas essa ligação do terrorismo, do narcotráfico, do contrabandista, do criminoso com a migração é talvez o maior desafio que a minha subsecretaria tem nas negociações com países desenvolvidos que têm políticas migratórias muito rígidas e que têm governos

que são eleitos em grande parte por terem políticas migratórias rígidas.

Acho que muitos dos senhores acompanharam a crise dos inadmitidos que nós tivemos com a Espanha, em 2008. Essa crise, por uma questão de aeroporto, quase degenerou em algo muito sério. Praticamente houve uma interrupção do fluxo de estudantes, de empresários, com ameaças de parte a parte aqui neste Congresso. Esses assuntos têm uma sensibilidade maior, e, no caso, a Espanha estava às vésperas de uma eleição, e aí uma política migratória mais rígida, numa demonstração de que havia um controle maior nas fronteiras na busca de imigrantes irregulares, fazia com que os concorrentes às eleições tivessem maior apoio popular. Então você lutar contra isso, quando você tem populações que apoiam as políticas de seus governos – são governos democráticos –, é muito mais difícil. E nós tivemos que elaborar uma política que levasse em conta essa situação e a grande realidade dos brasileiros no exterior, que é da irregularidade. O brasileiro, em grande parte, em alguns países, entre 70 e 80% está em situação migratória irregular. O brasileiro é menos preocupado com esse tipo de coisa, espera também voltar e não cumpre, em muitos casos, a regra de migração local, porque pretende voltar. Ou então procura cumprir a regra e encontra o grande obstáculo que talvez impeça que isso aconteça: a dificuldade da regularização migratória, o ônus, os entraves e todas as barreiras que fazem com que o brasileiro no exterior que está na irregularidade possa se regularizar pelas regras do direito local.

Bem, sabendo disso, nós calcamos a nossa política para as comunidades brasileiras no exterior em princípios que são os da plena liberdade ao brasileiro para viajar ao exterior, a ficar. O Governo brasileiro não estimula nem desestimula a imigração. O Governo brasileiro, no entanto, tem a obrigação de prestar todo tipo de informação a esses brasileiros que resolvem migrar.

E o ponto central da nossa política é o da busca da regularidade, de modo que essas informações buscam alertar os brasileiros quanto aos requisitos em outros países. E essa regularidade se manifesta, principalmente, através da regularização migratória, nas nossas, então, negociações em fóruns internacionais para que o direito internacional contenha disposições sobre isso e nas nossas reuniões bilaterais para que os países, nossos interlocutores, permitam bem maior facilidade à regularização migratória. E temos como suporte a essa política o nosso exemplo, o exemplo do que ocorre no Brasil.

O Brasil tem uma política migratória aberta, nós somos um país de imigração e nós temos, ao longo das últimas décadas, realizado várias anistias migratórias para evitar o que é o perigo maior e a dificuldade para nós, que é essa associação entre migração e criminalidade. Nós temos todo um discurso nas nossas reuniões de evitar o uso da palavra "ilegal" para designar o indocumentado ou irregular, que é o termo que nós preferimos usar. Nós achamos que é muito diferente uma pessoa que está procurando ganhar a vida honestamente de outra que está procurando ganhar a vida de forma desonesta. Uma pessoa que vai trabalhar e eventualmente não tem a documentação, mas está procurando a documentação, não pode ser equiparada a um terrorista, a um narcotraficante, a um recrutador. De modo que nos procuramos, conceitualmente, separar essas duas situações. Procuramos, também, separar as políticas para que o tratamento não diferenciado que possa ser aplicado a essas duas situações não acabe provocante, justamente, a solidariedade entre imigrantes irregulares e criminosos. Essa solidariedade é óbvia, ocorre quando o imigrante não sente nenhum estímulo, pela regularidade, que é onerosa. É claro que o imigrante regular vai ter de arcar com taxas, com impostos etc. Embora a regularização seja menos arriscada é mais onerosa. De modo que temos quase que um mantra de evitar, em quaisquer textos de nossas negociações algo que coloque a palavra ilegal na denominação da irregularidade. Preferimos que esse termo seja utilizado para as atividades criminosas.

É claro que os meus interlocutores acham que é completamente sem fundamento essa nossa posição porque, afinal, são ilegais, não estão cumprindo a lei. Sim, perfeito, mas se não fizermos essa diferenciação não vamos conseguir tratar separadamente o indocumentado e o criminoso. Eles vão se solidarizar e, o problema da imigração irregular vai ficar ainda mais grave e, as conseqüências em relação a direitos humanos e a outros tipos de violação vão ser, obviamente, mais graves e difíceis de coibir. Temos, graças a Deus, no Brasil, uma situação *sui generis*, uma articulação muito boa do Itamaraty com o Ministério da Justiça, ainda mais aproveitando a experiência do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que está há muitos e muitos anos, já foi Ministro da Justiça. É nosso parceiro de uma forma que não existe em outros países. Nesses as áreas de migração são, em geral, rivais e as chancelarias nem sempre conseguem conviver bem com os parceiros do mesmo país. Temos essa grande vantagem de entrar nas negociações completamente afinados: o Ministério da Justiça; o Itamaraty; a Polícia Federal; os órgãos de inteligência e todos os demais atores que estão envolvidos nessa determinada problemática migratória.

Certamente, quem tem acompanhado a situação do Haiti, constatará que o Brasil tem um programa de cooperação – e agradeço a presença do representante do Haiti aqui – com o Haiti muito forte, tanto em termos unilaterais - e falo da nossa presença na Minustah – quanto bilateral. Temos sistemas de cooperação com o Haiti que, recentemente inclusive, a imprensa haitiana assinalou: na área agrícola, na área de energia. Estamos trabalhando juntos para criar centros de atendimento a pessoas carentes. Tivemos cerca de 240 vôos do Brasil para o Haiti depois do terremoto. Nosso setor de assistência a brasileiros no exterior ficou totalmente voltado à situação do Haiti, das famílias que – inclusive de militares – estavam envolvidas no terremoto. O Haiti é um país muito importante. Ele não está somente nas músicas de músicos e cantores consagrados, ele está na nossa própria cultura. O Brasil é o Haiti, o Haiti é o Brasil, isso tudo é muito verdadeiro.

A nossa presença física, com o comando de uma missão importante no Haiti, tentando fazer tudo para que o Haiti consiga superar os seus problemas, é mais uma razão para que tenhamos com os haitianos uma atenção muito especial. Acho que a solução que vem sendo dada até agora não é uma decisão do Itamaraty, envolve também o Itamaraty, mas é principalmente das áreas que cuidam dos assuntos migratórios aqui no Brasil, como o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e Emprego, com a interveniência de vários outros atores dos Estados, dos municípios, é algo também inédito.

Inventamos – alguém pode até chamar atenção – criamos um visto permanente com um prazo –, mas foi a fórmula que se adotou para conceder ao haitiano algo que não existe com nenhum outro nacional, que é um tipo de visto em que praticamente as portas foram abertas aos haitianos como a nenhuma outra nacionalidade. Claro que não tínhamos problemas com os haitianos, que procuravam outras rotas, como a Guiana Francesa, outros lugares, e nunca se discutiu um acordo de isenção de vistos. A situação até então era de que o haitiano que quisesse vir ao Brasil precisava de um visto. Agora, tem um tipo de visto que é mais simples ainda. Qual é a grande importância disso? É que com isso você dá um jeito de regularizar, de legalizar a vinda desses haitianos. É isso o que queremos, é retirar esses haitianos do controle dos "coiotes", dessa exploração que, se não for estancada por uma via nossa, que talvez seja uma via muito peculiar ao Brasil, da abertura, da regularidade, que é a política comandada basicamente pelo Ministério da Justiça. Essa é a fórmula que temos, acolher legalmente, evitando que esse haitiano, ao invés de pegar esse visto especial, vá procurar a via do "coiote", deixe suas economias com o "coiote", tendo mais prejuízo, entrando no Brasil de forma ilegal, ficando em situação irregular. A probabilidade de que ele tenha contato e acabe se unindo a criminosos, efetivamente, é muito grande. Você começa na criminalidade ou na irregularidade e, se não houver algum tipo de diferenciação de tratamento, acaba permanecendo nela.

De modo que, queria mostrar um pouco quais são as relações entre o que está acontecendo hoje no Brasil com os haitianos, salientar que esse tratamento faz com que tenhamos perante outros países condições de pleitear o mesmo tratamento porque temos uma fórmula vitoriosa em relação aos imigrantes, que é o caminho da regularização migratória. Estamos fazendo isso com todos os países latino-americanos, principalmente sul-americanos.

Temos com o Paraguai um programa de regularização migratória, que já está na 14ª jornada, aplicando o acordo de residência do MERCOSUL, que é um sistema de regularização migratória, e propomos aos países desenvolvidos que façam o mesmo, que facilitem a regularização migratória, que ajudem os brasileiros nos Estados Unidos, na Europa, a regularizarem suas situações, não dificultando, porque essa dificuldade às vezes é de proveito de empresários, que podem contratar e explorar brasileiros e estila justamente esse estigma que nós queremos evitar, que é a identificação da migração com criminalidade, esquecendo justamente todos os aspectos positivos da migração, como um elemento fundamental de aproximação dos povos, de intercâmbio de conhecimento. Enfim, algo que a diplomacia busca, que é a boa convivência entre os povos, entre os países, num contexto internacional de segurança que permita a cada um procurar, como mencionou o Deputado Nilson Mourão, uma vida melhor em bases legais e com segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Passo agora a palavra a S. Exª o Ministro Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Em seu nome gostaria de cumprimentar o Senador Suplicy, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Eduardo Braga, a Senadora Vanessa Grazziotin e demais integrantes da mesa, senhoras e senhores.

De fato, o Brasil é um país que foi formado por migrações. Tínhamos toda a nossa sociedade formada

a partir das migrações, que ocorreram muito no século XIX, no século XX, principalmente. Isso criou, no nosso País, um conceito favorável às migrações. Os brasileiros, em geral, conseguem ver as migrações como fenômeno de integração e não como fenômeno de competição ou um fenômeno de exclusão. Isso certamente aconteceu neste caso, narrado aqui hoje, lá nos Municípios fronteiriços do Brasil, no Acre, no Amazonas. Aconteceu com alguns governos estaduais também. Aconteceu com o Governo Federal e aconteceu com esta Casa.

Esta Comissão já chamou este assunto algumas vezes e sempre trouxe este assunto à pauta de maneira absolutamente construtiva, tentando buscar entendimentos, tentando buscar soluções, tentando buscar atendimento a uma situação que se mostrou de emergência, como narrado pelo Secretário, e que preocupou a sociedade brasileira como um todo, principalmente no mês de janeiro de 2012, quando o assunto esteve em discussão mais intensa.

Estamos acostumados a conviver com estrangeiros em nosso País, mas, a partir da década de 1990, o Brasil mudou um pouco o seu cenário de imigração. Deixamos de ser um País eminentemente de imigração para ser um País também de emigração. Em determinado momento na década de 1990, no início da década de 2000, nós tínhamos no exterior quatro milhões de brasileiros trabalhando, remetendo dinheiro, buscando novo sonho de vida. E tínhamos também naquele mesmo período, longo, da década de 1990, da década de 2000, cerca de um milhão de estrangeiros no nosso País. O que brincávamos chamando de balança migratória favorável: de quatro milhões de brasileiros lá fora para um milhão de estrangeiros no Brasil.

Com esse fenômeno, o Itamaraty se voltou muito para a proteção das nossas comunidades no exterior, brigando pelo tratamento humanitário, como foi dito pelo Embaixador Gradilone, aos emigrantes, pela desvinculação da emigração do Direito Penal, que infelizmente acontece ainda em muitos países do mundo, quando vemos imigrantes sendo presos e, às vezes, ficando meses na cadeia até uma deportação acontecer, sem ter cometido qualquer tipo de crime típico do Direito Penal. Praticavam uma migração irregular, e eram assim considerados criminosos.

O Brasil nunca adotou essa postura. O Brasil nunca promoveu deportação de massa, de grupos. O Brasil nunca aprovou lei discriminatória aos emigrantes em nosso País. Pelo contrário, sempre primou por anistias migratórias, como aconteceu em 1988, 1998, 2008, sempre, quase uma tradição, de dez em dez anos o Brasil outorga uma anistia a todos os estrangeiros ilegais em nosso País e trata esse fenômeno como extensão dos direitos civis, o emigrante pode freqüentar uma escola, pode frequentar rede pública de saúde também. O emigrante no Brasil tem direitos civis consagrados nos art. 5º, *caput*, da Constituição brasileira em igualdade de condições com os nacionais. Isto mais do que uma disposição jurídica, é uma disposição que socialmente envolve e acolhe esses emigrantes no nosso Território.

É claro que esse fenômeno, neste momento agora, principalmente de 2009 para cá, teve uma ligeira alteração, acompanhada muito de perto por parte do Governo Federal.

Esse número de um milhão de estrangeiros no nosso País sobe, em dois anos, para 1 milhão 460 mil, um aumento de 46% e que já foi objeto de estudos, onde detectamos que esse aumento correspondia muito a reboque daquele investimento de capital estrangeiro feito em nosso País na área de comunicações, na área por exemplo da indústria automobilística, no setor financeiro, que também cresceu bastante, e no setor de energia. Esse investimento estrangeiro que veio para o Brasil, a partir da privatização, nos últimos tempos, provocou uma vinda também de imigrantes que, dentro de estratégias comerciais globais, com mão-de-obra bem qualificada, vieram instalar esses investimentos estrangeiros no nosso País, com um período de dois, três anos. Depois iriam fazer a mesma coisa em outro ponto do mundo, numa estratégia já muito globalizada de relações industriais e comerciais como as que nós vivemos neste momento. Por isso, é muito cedo ainda para caracterizarmos que existe um fluxo global de imigrantes para o nosso País.

O Brasil, claro, tem chamado a atenção do mundo, sim. Tem chamado a atenção do mundo por ser um País que cresce a cada dia, que tem condições econômicas bastante favoráveis, que passou por crises financeiras internacionais de maneira muito satisfatória e que agora vai sediar uma Copa do Mundo, uma Olimpíada. Tudo isso chama a atenção para o Brasil e é por isso que muita gente tem dito hoje que o Brasil é o país do momento. Sim, mas ainda é cedo para dizermos que existe um fluxo imigratório para o nosso País decorrente desse fator.

Esse fluxo de 46% de incremento na imigração dos últimos anos é principalmente decorrente da abertura da economia brasileira, principalmente decorrente ainda daquele investimento de capital e do Mercosul, de acordos que nós fizemos na área imigratória, onde prevaleceu aquele entendimento de integração dos países da América do Sul, pelo qual, cada vez mais, se deixa de exigir o passaporte, o visto e se compõem acordos de integração no Mercosul, por fronteiras que muito mais nos unem do que nos separam. E essa política, evidentemente, faz com que, dentro da região

da América do Sul, pessoas venham flutuando, numa imigração que no todo permanece bastante equilibrada, porque nós temos também muitos brasileiros no Paraguai, muitos brasileiros na Bolívia e em outros países da América do Sul.

Evidentemente, nós, dentro dessa percepção e desse acompanhamento que o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores fazem dos fluxos migratórios, nos deparamos ali, no final de 2010, com a chegada de haitianos no nosso País, uma chegada até certo ponto previsível, porque o Brasil estava no Haiti e está no Haiti, e ao estar no Haiti é normal que a população daquele País comece a enxergar o Brasil como um País amigo, como um País próximo, como um País que está ali dentro ajudando na reconstrução nacional após um terremoto que é, enfim, de conhecimento público.

E, ao detectarmos a entrada desses imigrantes, "por que razão estavam entrando pelo Acre? Por que razão estavam entrando pelo Amazonas, se a tradicional entrada de imigrantes pelo Brasil ocorre em dois aeroportos, Guarulhos e Galeão? A grande maioria de imigrantes chegam por aí. Ao avaliarmos isso, mandamos missões até lá.

O Secretário disse que começou a ter uma entrada de fluxo de Haitianos no final de 2010, início de 2011. Do dia 17 a 20 de janeiro, nós mandamos uma missão do Ministério da Justiça, a Brasileia, Epitaciolândia e Rio Branco, que fez uma avaliação da situação desses Haitianos e por que estavam entrando no Brasil. Alguns pediam refúgio, ou quase todos passaram a pedir refúgio. Em seguida, entre 28 de fevereiro e 3 de março de 2011 fizemos uma missão ao Equador, uma missão que foi presidida pelo Itamarati, e ao Peru, no sentido também de entender por que esse fenômeno de entrada na América do Sul de haitianos estava ocorrendo numa região onde antes não havia fluxo imigratório.

A compreensão que tivemos foi de que isso ocorria porque havia um vôo que saía de Porto Príncipe, passava pela República Dominicana e chegava ao Equador. E o Equador é um País que tem uma política, que eles chamam de cidadania global, onde eles não exigem vistos para quase nenhuma nacionalidade. Para poucas eles exigem visto. Então os haitianos puderam desembarcar em Quito sem a necessidade de um visto nos seus passaportes. E, a partir de Quito, passaram a atravessar de ônibus, de caminhão ou a pé, a fronteira, até ingressar no território brasileiro, também atraídos por notícias de que as construções das usinas hidroelétricas na região Norte do Brasil poderiam gerar até 25 mil empregos diretos e demandariam mão-de-obra no setor da construção civil onde muitos haitianos tinham formação, como encanadores, eletricistas, engenheiros civis, mestres de obras e daí por diante.

Esse também foi um fator de atração dos haitianos, mas persistia a dúvida: por que um haitiano vai descobrir que, desembarcando no Equador, vai pegar um ônibus, vai atravessar o Peru e vai entrar no Brasil? Detectamos, também, no trabalho de inteligência, que eles estavam sendo assistidos, e da pior maneira possível, por "coiotes" e máfias que, durante anos, se especializaram em colocar nos Estados Unidos, dentro da fronteira com o México, em condições de risco, imigrantes de todas as nacionalidades.

Junto com haitianos, detectamos também a entrada de pessoas do Afeganistão, do Paquistão, de Bangladesh e da China, no mesmo procedimento, no mesmo fluxo migratório, até então estranho. Por que um cidadão do Afeganistão está entrando no Brasil pela fronteira do Acre com a Bolívia, pela fronteira com o Peru, quando esse fluxo migratório não existia. A resposta também foi uma motivação de uma máfia organizada que facilitava esse trâmite, aproveitando-se de um sistema sul-americano de integração bastante livre nas nossas fronteiras e de um país como o Equador, que não exige visto de grande parte dos países para que se desembarque em seu território.

Visto isso, tínhamos ali, naquele momento, duas opções. A opção número um era efetivamente deixar a máfia internacional construir uma verdadeira rota migratória na nossa Região Norte do País ou combater essa atuação criminosa, mas sem atingir as vítimas desse crime, que eram os próprios haitianos, os imigrantes que estavam ali, quase sempre atrás de um sonho, de uma vida nova, de maneira legítima, como muitos brasileiros estão hoje vivendo em vários países da América do Norte e da Europa.

A solução, então, foi tentar criar um novo canal, uma nova forma de visto para os haitianos. Não é uma cota, porque cota tem número máximo limitado, e o haitiano pode continuar, como qualquer estrangeiro, ingressando no Brasil, como estudante, como turista, como trabalhador com contrato de trabalho, mas se cria uma nova categoria de visto, que é esse visto permanente e humanitário que pode atingir quatro mil haitianos que estavam no Brasil. Estão sendo todos regularizados com visto humanitário dados pelo governo brasileiro, que permite aos haitianos trabalhar, residir e ter exercício de direitos civis em nosso País.

Ao mesmo tempo, como atender à nova demanda que continuava acontecendo mês a mês? Por esse novo visto, que é muito simplificado, que permite comparecer à Embaixada e sem provar qualificação profissional, sem provar promessa de emprego, como normalmente acontece, receber o visto que lhe permite ingressar no

Brasil pela porta da frente, pelo aeroporto de Guarulhos, pelo aeroporto do Galeão, com o menor custo, porque não precisa pagar às máfias e, enfim, fazer uma viagem arriscada pelo norte do nosso País e, ao ingressar no País, poder trabalhar no dia seguinte a esse ingresso.

Essa é uma medida exclusiva para o Haiti e que não temos com outros países e foi tomada como um adicional ao sistema de vistos que já existe, numa maneira de atender a esse fluxo migratório. E é curioso perceber que, dentro desse novo contexto, a situação deu certo. As exposições desta Mesa na data de hoje mostraram que as medidas funcionaram bem, tanto que a situação começa a se resolver no Acre, começa a se resolver...

No Amazonas, ainda há problemas, como acena o Senador. Há os que ainda não, mas aqueles que já estavam no País, que, ao receberem uma documentação de trabalho, uma documentação de residência, uma carteira de identidade, podem livremente transitar em nosso País e buscar aquele emprego devido, a integração em nosso País. É claro que a situação que primeiro se afigurou e para a qual foi chamada a intervenção foi a do Acre.

A do Amazonas, só no momento posterior, muito por meio da Senadora na audiência pública anterior, que foi colocada e houve oportunidade de perceber que havia um deslocamento, principalmente na área do rio Amazonas, uma situação de difícil controle maior na fronteira, porque o rio é muito largo ali e os pontos de entrada são muitos e, às vezes, a primeira entrada é longe da fronteira. Mas o que o Ministério da Justiça entende é que, neste momento, essa medida tomada em acordo com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Relações Exteriores servirá também para regularizar a situação desses haitianos que estão no Amazonas, permitindo que eles possam, então, com carteira de trabalho, com visto, com documento de identidade, procurar emprego lícito no Estado ou em outro Estado do Brasil onde, evidentemente, há demanda que possa absorver com muita tranquilidade uma população que não chega a cinco mil haitianos, dentro de um País com 200 milhões de habitantes e com uma economia cada vez mais acelerada.

É importante só dizer uma coisa: há uma confusão, quando chamam esses haitianos de refugiados.

Nós analisamos – eu presido o Comitê Nacional para os Refugiados – dois mil casos e, nesses dois mil casos, não houve um único caso que permitia o enquadramento legal dos haitianos nessa condição de refugiado, onde todo um sistema de proteção internacional se estabelece para que essa pessoa tenha proteção mais efetiva do Estado, porque o refúgio pressupõe uma perseguição do país de origem. E as condições para refúgio estão ditas na Convenção de Genebra de 1951, que regulamenta o tema desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e na lei brasileira, que é a Lei nº 9.474, de 1997, que estabelece hipóteses precisas para uma pessoa ser refugiada. Tem que ser uma pessoa que saiu do seu país como vítima de perseguição. Perseguição por que fator? Fator raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, ou em situações de guerra, onde há uma grave e generalizada violação de direitos humanos num país provocada por um conflito armado.

Essas são as hipóteses clássicas de refúgio. E os haitianos não constavam nessa situação. Eles tinham uma situação de um terremoto, um desastre natural, que não é causa de refúgio, dentro do conceito jurídico que esse tema encerra, e saíram também em razão de busca de melhores condições econômicas, o que também, por si só, não é causa de refúgio. Por isso, eles não foram recebidos no Brasil como refugiados. Não foi uma postura e uma medida restritiva. Foi uma postura e uma medida de aplicação... Porque, uma vez reconhecidos como refugiados, há outras obrigações internacionais que o Brasil assume sobre esses estrangeiros, que certamente não estava compatível com a situação do Haiti.

E também, por parte do Governo brasileiro, houve sempre uma preocupação de não incentivarmos uma diáspora de haitianos. O Haiti é um país que vem se reconstruindo, vem brigando muito por uma reconstrução que precisa ser feita com os haitianos, e não com a saída daquele país do que há em termos de cérebros, o que há em termos de mão de obra qualificada, o que certamente fará falta no momento de reconstrução, e é o que o Brasil vem buscando muito nessa relação bilateral e com as forças de paz naquele país.

Por isso que o estabelecimento de um canal de imigração junto com uma política de regularização daqueles que estão no Brasil, com outorga de direitos, sempre pareceu ao Governo Federal o melhor caminho para solucionarmos um problema que, em determinado momento, afigurou-se de grandes dimensões, mas que, sob controle, pode ter uma solução construtiva como foi proposta muitas vezes aqui no Parlamento e em outros segmentos da sociedade brasileira, sempre respeitando os direitos humanos, sempre respeitando esse laço cultural de amizade, um laço até socialmente estabelecido entre o Brasil e o Haiti, e permitindo que essa nova leva de sonhos não possa ser explorada por outras quadrilhas que vêm operando isso em várias partes do mundo com riscos reais a esses imigrantes.

É uma solução que, na nossa visão, deu certo, tem dado certo, e certamente essa ajuda mais concre-

ta como foi feita ao Estado do Acre será feita também, quantas vezes necessária, ao Acre, ao Amazonas ou a qualquer outro Estado brasileiro, numa assistência social que pode ser dada no alimento, na acolhida, numa primeira ajuda que a sociedade civil tem se encarregado disso, mas que certamente o Governo do Estado, o Governo Federal devem e podem ajudar, e nós estamos muito dispostos a ouvir esse tipo de demanda e poder ajudar pontualmente naquelas medidas mais emergenciais de assistência social que essa população merece e pode receber do nosso País.

É isso, Presidente, e seguimos à disposição para debater esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª o Ministro, Dr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Passamos, agora, a palavra às S. Exªs, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, começando pelo autor de um requerimento solicitando audiência pública para tratar especificamente desse assunto, de autoria de S. Exª o Senador Eduardo Braga, a quem concedo agora a palavra e, em seguida, ao Senador Cristovam e a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Senador Presidente Fernando Collor, para nós é muito importante a realização desta audiência pública. Quero aqui cumprimentar V. Exª e a Comissão que V. Exª preside. Primeiro, pela presteza e, segundo, pela dinâmica que V. Exª dá a esta Comissão.

Conversei com V. Exª quando da abertura dos trabalhos do Congresso, quando da leitura da Mensagem da Srª Presidenta, e V. Exª, àquela altura, já me dava conta que a Comissão, já no âmbito da sua rotina de trabalho sobre a política que o Itamaraty e a política de corrente migratória que o Brasil hoje enfrenta, já estava pautado com esta matéria.

No entanto, esta audiência nos permite colocar fatos, e fatos importantes, meu caro Ministro Luiz Paulo Barreto. V. Exª sabe do carinho e do apreço pessoal que tenho por V. Exª. E na figura de V. Exª, quero cumprimentar também os representantes do Itamaraty, na figura do nosso Ministro Eduardo Gradilone Neto, o Ministro Rodrigo do Amaral Souza, cumprimentar o nosso Prefeito de Tabatinga aqui presente e o representante também do Estado do Acre, nosso querido Secretário e Deputado, Nilson Mourão, aqui presente.

Mas veja V. Exª que tenho aqui alguns dados, dados que não são oficiosos, são oficiais porque solicitados à Polícia Federal, Sr. Presidente, e informado pelo órgão competente do Governo Federal para recepcionar a corrente migratória dos haitianos. Eu aqui mostrava ao Senador Cristovam Buarque algumas fotos que estão disponíveis na Internet – não há nada de especial –, para mostrar alguns dos fatos que quero relatar e solicitar, portanto, um posicionamento de V. Exªs. E creio que cabe muito mais, na realidade, a V. Exª, Ministro – na realidade Secretário-Executivo, mas, para nós, sempre Ministro da Justiça – Luiz Paulo Barreto.

A corrente migratória, segundo a Polícia Federal, tem início em 2010 por Tabatinga, entrando em Tabatinga, Sr. Presidente, 456 haitianos, que para nós, naquele Município, já é um número expressivo – em 2010.

Em 2011, precisamente, a Polícia Federal informa que 1858 haitianos receberam visto para entrar no Brasil – 1858 mais 456.

Agora, meu caro Ministro Luiz Paulo Barreto, no período de 4 de janeiro de 2012 a 27 de janeiro de 2012, 1.460 haitianos receberam visto para entrar por Tabatinga. Ministro, 4.157, Sr. Presidente, entraram no Brasil por Tabatinga – 4.157 entraram no Brasil por Tabatinga. E o Ministro Amaral colocou muito bem. Na realidade, ao conceder o visto para esses haitianos, ele está concedendo visto para a família desses haitianos. Isso, obviamente, trouxe um problema grave para o Município de Tabatinga – grave. Quase 2 mil entraram em 2011 e, em apenas um mês de 2012, entraram 1460.

Ministro, esses 1.460, diante da pressão que houve do Governo do Estado, por parte do Município, por parte da grande imprensa que tomou conhecimento a partir daí, dessa questão no Estado do Amazonas, o que fez a Polícia Federal? Pegou todos os haitianos que estavam lá até aquela data, remeteu-os para Manaus com um protocolo para que eles pudessem, em Manaus, fazer a documentação devida, impressão digital e fotografia. Por quê? Porque em Tabatinga nós não tínhamos sequer estrutura para fazê-lo.

As fotos estão aqui, e não quero tomar o tempo de V. Exªs para mostrar as filas intermináveis em Tabatinga e, neste momento, em Manaus, diante da Polícia Federal, para esses haitianos que continuam ainda em fase de regularização poderem receber, obviamente, visto de trabalho, para poderem estar legalizados e tendo acesso à dinâmica da nossa economia, em que pese todas as outras dificuldades que logo mais vou abordar.

Sr. Presidente, senhores do Itamaraty, meu caro Ministro, creio que a situação fica mais grave quando nós estamos desde o dia 13 – e ainda há pouco, o Ministro colocou muito bem e aqui eu tenho a Resolução nº 97, que tratou de um visto especial a ser dado para os haitianos, que vem no sentido de solucionar, mas, ao contrário de solucionar, está criando um problema. Por quê? Porque, segundo informações também oficiais da Polícia Federal, neste momento, notificados para deixarem o Brasil, estão em Tabatinga desde o dia 13 de janeiro, 343 haitianos.

Vejam, eu não quero nem usar os números que S. Exª o Prefeito usou, disse que são mais de 700 haitianos. Eu quero usar números oficiais da Polícia Federal, órgão responsável no Governo Federal para tratar da questão. Estão em Tabatinga 343 seres humanos, desde o dia 13, sem uma decisão se nós vamos mandá-los de volta para o Haiti ou se vamos conceder visto para que eles possam sair de Tabatinga. Porque a maior punição que nós estamos dando ao tratamento humanitário que o Brasil deveria estar dando a esses cidadãos é deixá-los nesse limbo – e isso não é dito por mim, porque Tabatinga é um pedaço especial do meu Estado, do meu País. O nosso Prefeito sabe do carinho que tenho por aquela região até porque a minha esposa é filha daquela região.

Diz a imprensa nacional que Tabatinga se transformou no limbo dos haitianos. Agora, imagine V. Exª, meu caro Ministro, que conhece aquela região, o impacto de 343 haitianos sem ter mais recursos, sem ter mais uma solução, porque até então, o visto, de alguma forma, estava sendo concedido pelo Brasil, não era ilegal migrar para o Brasil. A figura do coiote para os Estados Unidos é porque a migração nos Estados Unidos sem visto é ilegal. A migração para o Peru, para a Bolívia e adentrando o Brasil, até então – e aqui também tem uma rota, Ministro Luiz Paulo, é absolutamente verdadeira, como V. Exª disse. A rota para Tabatinga, por exemplo, fazia de ônibus, do Haiti a República Dominicana via Panamá de avião; do Panamá iriam de avião até Lima e isso custa dinheiro – alguém está financiando isso. E de lá, se deslocavam de ônibus ou de barco de Quito a Tabatinga.

Ora, Ministro Luiz Paulo, o que está acontecendo na realidade é um outro tipo de tráfico de seres humanos, é o financiamento com juros de agiota, escorchante, a exploração econômica; não é o tráfico ilegal, porque o Brasil não estava tratando como ilegais os haitianos; pelo contrário, aqui está o representante do Haiti. O que está acontecendo, por informações dadas à Igreja Católica e por depoimento dos próprios haitianos, às autoridades do Governo do Estado e às autoridades no Estado do Amazonas, é uma coisa perversa, absolutamente desumana: é que quem financia essas viagens está ficando com reféns da família no Haiti, para cobrar juros escorchantes de 50%. Essa é a denúncia que esta Casa precisa fazer ao Governo brasileiro de que esses haitianos foram financiados, porque ninguém consegue viajar de ônibus sem a passagem. Ninguém consegue entrar num avião sem pagar passagem.

Essas pessoas não chegaram como num ato do Espírito Santo em Tabatinga. Chegaram por mecanismos de transporte que não eram públicos, eram privados e que fizeram com que eles chegassem a Tabatinga, em números, como relatei em relatório da Polícia Federal. Portanto, o tráfico não é de tráfico na fronteira de forma ilegal, é de tráfico diferente; os coiotes estão agindo de forma diferente e quem confirma isso são as informações da inteligência brasileira, órgãos subordinados ao Ministério da Justiça, ao Governo brasileiro.

Bem, faço essa denúncia, porque creio que essa denúncia envolve até uma atitude do Governo brasileiro junto ao governo haitiano. Aí sim, esse crime está sendo praticado dentro do Haiti, ao se financiarem esses haitianos para virem ao Brasil. O Brasil os recebe de braços abertos, por uma questão humanitária, repito. O Brasil tem essa característica. E, aqui, ouvimos o quanto os brasileiros, em seus momentos de dificuldade, também já migraram para outros países. O que não é justo é fazermos isso pelo lado mais pobre do Brasil, é fazermos isso por Brasileia!

Pedi ao Nilson Mourão que apontasse onde está Brasileia. Brasileia está por aqui, não é isso, Deputado? E, no Google, aparece Leticia, mas é aqui, Senador Cristovam, que está Tabatinga – tocaram em algo aí, que até sumiu a imagem! Mas vai reaparecer. É naquele ponto em que está Leticia que está Tabatinga. Veja que, exatamente onde está Leticia, de forma colada, está Tabatinga. Sr. Senadores, a fronteira entre Leticia e Tabatinga é um passo, é uma fronteira seca, com a Avenida da Amizade. E eles estão vindo de barco daqui para cá.

Ministro, neste momento, estão aqui, de acordo com dados da Polícia Federal, 343 haitianos. Ou o Governo brasileiro resolve dar o visto, para eles poderem sair de Tabatinga e ir para Manaus e para começarmos a tratar disso, ou o Governo brasileiro faz com que um dos aviões da Força Aérea Brasileira pouse em Tabatinga e os leve de volta para o Haiti! O que não pode acontecer é a permanência dessa situação: eles estão desde o dia 13 de janeiro – hoje são 13 de fevereiro – em Tabatinga no limbo, como diz a imprensa brasileira.

Faço a primeira pergunta: vamos conceder o visto, ou vamos usar um avião da Força Aérea Brasileira e devolvê-los? Eles já estão notificados legalmente pela Polícia Federal para saírem do território brasileiro, mas não lhes é dada qualquer condição! Se há algum aspecto humanitário na posição oficial do nosso Governo e se estamos comunicando que eles devem sair do Brasil, não devemos ter uma atitude parecida – pelo amor de Deus! – como a que está sendo tomada pelos ditos coiotes, como foram chamados aqui. Na minha opinião, essa é uma nova figura de tráfico humano. É diferente do que acontece nos Estados Unidos, onde se cobra para prestar um serviço ilegal. Aqui, está sendo financiada uma migração que, até então, era

legal. Isso era legal até a data em que se estabeleceu um freio de regulação em que o Conselho de Migração Nacional determinou, por meio da Portaria nº 97, o rito e normatizou a matéria. É claro que isso não exclui os outros vistos.

A informação que me foi dada... Perdão, Deputado Nilson, mas não tive a oportunidade de ouvir as explicações de V. Exª. Fiquei satisfeito ao saber que, ao que parece, tudo já está resolvido em Brasileia. A informação que eu tinha obtido na Polícia Federal era a de que também não estava assim, mas o Estado do Acre, por meio de uma figura de total credibilidade, como o nosso Deputado Nilson, diz que, no Estado do Acre, isso se resolveu. Fica, portanto, a situação de Tabatinga com essas 343 pessoas que lá estão no limbo, como diz a imprensa nacional.

Por fim, eu queria fazer aqui um apelo ao meu querido Ministro Luiz Paulo Barreto, que, além de ser notório na sua eficiência e na sua competência, é uma figura humana das mais especiais da carreira pública do Ministério da Justiça. É um dos mais eloquentes e bem-sucedidos funcionários de carreira daquele Ministério.

Ministro, há quase 4,5 mil haitianos, como comprovado aqui, em Manaus. Esses seres humanos, que merecem de nossa parte toda a solidariedade e compreensão, precisam de uma política pública do governo brasileiro urgentemente. Eles estão vivendo graças à benemerência da Igreja Católica, mais precisamente na Paróquia de São Geraldo. Muitos deles já estão começando a sair de lá. Mas sair para onde, com dificuldade de idioma? Nos semáforos hoje e nos cantos de rua da cidade de Manaus, o que estamos vendo é um povo que buscou no Brasil uma ajuda humanitária, mendigando e pedindo esmolas nas esquinas da nossa cidade.

Ora, o Brasil não quer isso para os haitianos, tenho certeza disso. E a Presidenta da República não quer isso para os haitianos. E nós, amazonenses, não queremos isso. Mas o Amazonas não é o Estado mais rico da Federação. O Amazonas não tem o maior PIB do País. A porta de entrada pela qual eles estão entrando no Brasil é a porta da entrada do isolamento. E, aí, quando V. Exª coloca que estamos dando esses vistos para que eles possam entrar via Rio de Janeiro, São Paulo etc, não há a menor dúvida, até porque o Peru e a Bolívia fecharam as fronteiras, em uma política inclusive diferente da nossa.

Agora, não cabe aqui adentrarmos no campo da política de relações exteriores tanto do Peru quanto da Bolívia. Cada país tem a sua política. Mas, como eles fecharam, não está mais chegando haitiano em Tabatinga. Parou. Então, temos um caso de 343, que não aumenta há alguns dias, e que precisamos resolver. E temos um caso de quase 4.500 em Manaus, para o qual precisamos estabelecer, através do Ministério da Justiça, uma política social diferenciada para eles, sob pena, aí, sim, Ministro...Temos um ditado lá na minha terra segundo o qual "soldado no quartel, de folga, está atrás de serviço". Gente desocupada no meio da rua, passando fome, vai encontrar o que não deveria encontrar para sobreviver e para sustentar-se.

Os haitianos são muito bem-vindos no Brasil, mas o Brasil precisa preparar-se para receber os haitianos. O número de haitianos que entraram no Brasil, Sr. Ministro, é maior do que aquele que ouvi de todas as autoridades nacionais. A Polícia Federal atesta que, no Amazonas, entrou 4.157 e que, em Tabatinga, estão em um limbo, 343. Portanto, se somarmos, vamos chegar a 4.500, só no Amazonas. Como bem disseram as autoridades do Itamaraty, esses vistos terão que ser estendidos aos familiares.

Conheci o Haiti nos idos de 1981, na ditadura do Baby Doc. Aquele povo enfrentou uma das ditaduras mais brutais de que se teve notícia – tanto com Papa Doc quanto com Baby Doc. Eu tive a oportunidade de ver a brutalidade daquele regime. E, depois, esse povo enfrentou uma catástrofe do tamanho desse terremoto. Portanto, a solidariedade humana é absolutamente necessária.

O nosso prefeito foi muito feliz quando disse que estamos dividindo o pouco que temos. Estamos dividindo aquilo que praticamente não temos. Estamos fazendo o que podemos, e acho que o Governo brasileiro e esta Comissão – mais uma vez agradeço e peço perdão pelo uso do tempo, mas era importante fazer as colocações que estamos fazendo –, ou seja, tanto o Ministério da Justiça quanto a comissão de relações públicas do Senado podem chamar o Governo brasileiro para que use seus mecanismos de políticas públicas sociais para prestar solidariedade e receber humanitariamente, como se deve receber, o povo haitiano em solo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Braga, autor do requerimento que convoca, que convida o Sr. Secretário-Geral Ministro Luiz Eduardo Barreto, Embaixador Gradilone, o Sr. Secretário de Direitos Humanos do Acre, o Deputado Nilson Mourão e o Sr. Prefeito de Tabatinga, Saul Nunes Bemergui.

Passo a palavra, para responder a S. Exª o Senador Eduardo Braga, ao Ministro Luiz Paulo Barreto e, em seguida, passarei a palavra ao Senador Cristovam Buarque e à Senadora Vanessa.

Eu gostaria que, com a permissão de V. Exªs, devido ser o Senador Eduardo Braga o autor do re-

querimento e do tema que ele está conhecendo tão profundamente, como grande Senador que é do Amazonas, que o Ministro pudesse responder, em primeiro lugar, à pergunta específica feita por ele e, em seguida, faremos a rodada de perguntas dos outros Senadores.

Ministro, com a palavra.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Senador Eduardo Braga, Governador também da Amazônia, parceiro nosso em vários projetos de segurança pública, os números – costumamos brincar no Ministério da Justiça, dizendo que os nossos números são sempre imbatíveis, porque eles não batem nunca! Os números não batem, efetivamente não batem: eu tenho o número total de 5.122 haitianos no Brasil.

Estou sem a divisão neste exato momento. Por essa folha, estão divididos entre 2 mil e poucos no Acre e 3 mil e poucos no Amazonas.

Vou pedir à Polícia Federal para confirmar esses dados, porque esses dados, que eu recebi, também são deles.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se V. Exª me permite, posso pedir ao Presidente que tire uma cópia. Porque aqui, inclusive, eu tenho os dados mês a mês, um gráfico mês a mês, dado pela própria Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Eduardo Braga.

Eu acredito, permitam-me V. Exªs, que a questão de 5 mil ou de 3 mil talvez seja um fato relevante.

O fato em si é que cerca de 4 mil haitianos – ou 3,5 mil ou 4,5 mil – em Manaus e 443 em Tabatinga.

Por favor, Sr. Ministro.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Na verdade, a solução encontrada naquele momento foi regularizar os que estavam no País: criar um canal formal de imigração para que eles entrassem, com direito ao trabalho. É claro que, a partir do momento em que esse tipo de norma entra em vigor, ela estanca e há um refluxo que vem chegando, que estava em trâmite, que estava imigrando, que estava, naquele momento em que a norma foi editada, em viagem àquela região.

Efetivamente, há 343 que estão sob avaliação.

Eles foram notificados que estão irregulares. Alguns, por exemplo, já começaram a buscar a regularização. Houve um até que se casou com uma brasileira.

Enfim, há um processo de regularização, mas o Governo não está se esquecendo desse quantitativo de 343.

Já estivemos discutindo, na semana passada, com algumas ONG's que atendem esses emigrantes e até ajudando com algumas orientações jurídicas sobre como tentar buscar resolver essa situação, que nós vamos resolver: provavelmente, não os colocando em um avião e devolvendo-os para o Haiti.

Acho que nós temos de buscar uma solução também para esses 343 e para qualquer outro que amanhã porventura tenha ficado. Alguns saíram. Por exemplo, temos a notícia de que 47 deles que estavam com processo não mais compareceram. Temos de esperar esses 47 também se apresentarem. Não se sabe se eles foram embora, foram para outro país ou se vão continuar com a regularização.

Nós estamos agora, nesse prazo de um mês, levantando os números totais daqueles que não têm processo regular, para buscar uma solução global a todos aqueles demais haitianos que estiveram naquele momento de trânsito quando a norma passou a vigorar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sem querer polemizar, mas apenas para reafirmar a V. Exª que, durante a fala dos senhores, eu fiz questão de checar e continuam, segundo informação da Polícia Federal, 343 haitianos hoje, neste momento, em Tabatinga, aguardando uma definição do governo brasileiro.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Esse número eu confirmo.

Os outros números é que não estavam batendo, mas esse, sim.

Confirmamos que sim: são exatamente esses que estavam em viagem quando a norma entrou em vigor, que estavam entrando naquele primeiro momento. E agora há de se buscar uma solução para essas pessoas também tenham uma situação, enfim, avaliada com mais precisão. E já estamos em contato com as ONGs, que estão dando atendimento, para dar uma orientação mais precisa e buscar uma solução mais definitiva.

A questão do financiamento à imigração é nova. Eu gostaria de receber essa denúncia, porque, pelo que entendi do que o senhor colocou, Senador, alguém está financiando, no Haiti, a vinda dessas pessoas. As informações que nós temos – colhidas em sua grande maioria em meio a dois mil requerimentos, duas mil entrevistas que fizemos com os haitianos – dão conta de que eles conseguiram pagar os coiotes e sair com recursos da família, venderam um benzinho, juntaram um dinheiro que tinham e vieram agora para depois... O perfil dos que estavam aqui, na maioria dos casos desses dois mil avaliados, era um perfil razoável de qualificação profissional. Nós tínhamos ali dentro enfermeiros, engenheiros civis, tínhamos dentro daquele grupo pedreiros, encanadores, eletricistas, pessoas que tinham alguma condição de buscar um emprego – segundo eles próprios esperam, nas usinas que estão sendo construídas, principalmente Belo Monte.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Abusando da boa vontade de nosso Presidente e na qualidade de autor do requerimento, gostaria de dar uma contribuição.

Meu caro Ministro, sequer coletar as impressões digitais e as fotografias a Polícia Federal teve condições em Tabatinga. Eu posso dizer a V. Exª, afirmar aqui que as nossas informações com relação à qualificação de mão de obra desses 4.157 haitianos que já estão dentro do nosso País ainda não foram sequer processadas.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Eu tenho de dois mil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Então! E posso dizer a V. Exª que não há como checar essas informações. Eu posso chegar à Polícia Federal e dizer: "Eu sou pedreiro, mas eu não tenho como comprovar". Ou dizer: "Sou enfermeiro, mas não tenho como comprovar". Ou ainda: "Sou engenheiro, mas não tenho como comprovar". Por várias razões...

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Esses processos de regulação migratória, 1.579 com 709, já passaram pelas mãos do Ministério da Justiça. Nós avaliamos cada um desses processos quando nós decidimos que não eram refugiados, para entender o que estava acontecendo. Eles foram entrevistados por pessoas que tinham a obrigação de extrair a situação subjetiva da vida dessas pessoas para confrontá-la com a objetiva do país de origem e poder compor um cenário de refúgio. Esse foi o perfil que nós encontramos até agora. Pode ser um perfil contaminado por algumas informações imprecisas? Pode, mas o perfil era o de uma mão de obra que tinha alguma especialização e que buscava emprego na usina de Belo Monte depois de um anúncio que saiu no Haiti de que 25 mil empregos diretos seriam gerados nessa área. Portanto, essas pessoas tinham alguma condição de conseguir sair daquele país, pagando até mais caro, pagando a um coiote. E praticamente – tenho aqui, inclusive, pessoas que estiveram conversando com esses haitianos – o argumento era sempre este: economias familiares e algum empréstimo de pessoas da família que se juntaram e pagaram a vinda. Isso aconteceu muitas vezes dentro de nosso próprio País: a pessoa vai na frente, melhora de vida e consegue depois trazer um parente, trazer pessoas... Alguns já têm até pedido reunião familiar com parentes que ficaram no Haiti.

A assistência social, em nenhum momento... O Acre, por exemplo, nos procurou de maneira mais incisiva no início do que o próprio Governo do Amazonas. O Acre teve uma lista de reivindicações que foram atendidas com relação a saúde, com relação a doação de alimentos, com relação a assistência social por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. É claro que isso pode ser feito em relação ao Amazonas também. Nós esperamos que o Governo do Amazonas mande uma lista do que necessita para que eu possa, como fiz na questão do Acre, me reunir com os vários ministérios – como já me reuni –, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Social e da Saúde para ver de que maneira nós podemos ajudar. O Acre recebeu R$1,5 milhão, recebeu R$360 mil da Secretaria de Combate à Fome e recebeu 14 toneladas de alimentos. É claro que podemos fazer a mesma coisa com o Amazonas também a fim de dar alguma assistência humanitária.

Pode-se considerar normal um fluxo migratório como esse. Eles chegam, ficam em algum local, vão se documentando e vão aos poucos se integrando à sociedade, buscando um melhor emprego, buscando uma região onde essa oferta de mão de obra seja mais abundante. Nós sabemos que Tabatinga passou por um momento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Passa.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Passa, mas isso rapidamente vai se compor. Com essa regularização migratória, as pessoas vão buscar um novo local, elas não vão buscar emprego em Tabatinga só, certamente se dirigirão a outros locais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Os 343 de que o senhor fala. Nós estamos já com um olhar sobre esses 343, conversando com a sociedade civil e verificando a melhor forma de resolver. O senhor classificou como limbo porque eles estavam naquele momento em que a norma foi editada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu Ministro querido, perdoe-me, mais uma vez. Eu não quero polemizar nem centralizar o debate. Acho que a Senadora Vanessa vai contribuir muito, o Senador Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, com certeza, vai contribuir muito.

Mas a sugestão que eu daria ao Governo Federal é a seguinte: não está mais entrando. Mais de três dias que não chega ninguém. Se o Governo não vai deportá-los; se o Governo não vai devolvê-los para o Haiti, o Governo brasileiro tem de tomar uma decisão. É muito mais fácil o Governo brasileiro dizer que esses 343 vão ser resolvidos... Vamos trazê-los para Manaus e vamos resolver... Zerar o problema em uma cidade pequena, isolada, que tem problema de tráfico de drogas, que tem problema de tráficos de outras questões ainda pesadas naquela região. É uma fronteira... V. Exª sabe de qual região nós estamos falando. Portanto, quero fazer um apelo veemente para que o Governo

brasileiro tome uma decisão a respeito desses 343 que estão lá em Tabatinga, ainda de uma forma isolada e ainda, como diz a imprensa brasileira, em um Limbo em Tabatinga.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – V. Exª tem razão. É mais ou menos esse o caminho. Nós vamos... Por enquanto, ainda estou sem uma decisão formal, na mão, para poder divulgar. Uma análise está sendo feita... Está sendo analisada. Nós estamos conversando com as entidades de direitos humanos que estão dando cobertura e atenção a esses haitianos. Nós esperamos que em breve teremos condições de comunicar a esta Comissão uma solução definitiva para este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Ministro Luís Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, por oferecer alguns esclarecimentos. É claro que o Senador Eduardo Braga, tenho certeza de que, posteriormente, o Sr. Ministro irá encontrar em contato com V. Exª para tratar objetivamente dessa questão que nos solidariza com V. Exª e com o povo do Amazonas.

Com a palavra S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu estive a primeira vez no Haiti antes do Senador Eduardo. Eu estive em 76 e depois fui algumas vezes. A última foi durante o período mais difícil da guerra civil. Eu quero dizer que fiquei profundamente orgulhoso de ser brasileiro quando vi a maneira de como o Exército Brasileiro estava tendo um papel importante na pacificação do País. Foi extremamente difícil convencê-los a deixar-me a ir até o centro – foi difícil. Colocaram-me em um tanque de guerra, rodearam-me de soldados, capacete, colete à prova de balas, mas eu pude conversar com algumas pessoas. E eu sentia, na conversa e nos seus olhos, como eles estavam agradecidos ao Brasil. Vi bandeiras do Brasil pichadas.

O Presidente do Banco Central naquele momento era um ex-colega meu do Banco Interamericano. Ele me disse uma expressão, quando tive um encontro com ele – só nós dois –, para eu saber como eles se sentiam com a tropa brasileira. Ele me disse uma coisa que foi muito forte para mim, Senadora Vanessa. Ele me disse: "Todo o dia, de manhã cedo, quando eu acordo e sei que vou para o trabalho e que vou passar por tropas brasileiras, eu fico com raiva do Brasil; toda a vez que eu vou dormir, eu agradeço ao Brasil de vocês estarem aqui. Eu não quero tropa estrangeira; mas, sem vocês aqui, nós estaríamos em uma situação trágica." Eu fiquei orgulhoso com aquilo. A reação recente que eu tenho visto por *Twitter*, por *e-mail*, diante da minha defesa dos haitianos no Brasil, me tem deixado envergonhado, porque eu sinto uma resistência tremenda de gente dizendo que os haitianos vêm tirar emprego dos brasileiros; de que nós já temos pobres demais para recebermos os haitianos.

Sinceramente, Ministro, fiquei muito constrangido quando eu vi o decreto que legaliza a entrada de 3,5 por dia, ou seja, são 1.200 por ano. É uma falta de solidariedade tremenda! Desculpe-me dizer isso... O país está em um terremoto, porque dura o terremoto,... Está em uma crise... O país faz parte, Senador Collor, de um grupo de países no mundo que os americanos chamam de "países falidos", e os franceses chamam de "países sem futuros". São países que sem uma grande solidariedade internacional não vão conseguir alimentar sua população nem ter rumo. Países tipo Somália, países tipo Haiti... E outros dos quais não vamos falar...

Eu creio que a gente está discutindo aqui nesta Comissão quando nós deveríamos estar discutindo numa outra comissão, numa comissão de solidariedade internacional.

O problema não é fundamentalmente de fronteira; o problema é fundamentalmente de solidariedade. Queremos ou não ser solidários? Como um País, que foi capaz de gastar centenas de milhões de dólares mandando tropas para o Haiti, foi capaz de deslocar dezenas de milhares de soldados para o Haiti, agora não é capaz de receber alguns haitianos aqui? Como a gente explica isso?

O problema, Senador Collor, é de solidariedade. Portanto, o problema não é se devem vir, se não devem vir, quantos vêm; é como abrigá-los, como abrigá-los. E aí eu reconheço toda a preocupação do Estado do Acre e de algumas cidades do Amazonas. Eles não têm como abrigar.

Essa é uma questão nacional, de solidariedade do Brasil. O Governo precisa ter um programa de abrigo e não um programa de controle de fronteiras. Depois controlamos as fronteiras, sobretudo se vierem bandidos no meio dos sofredores haitianos. Aí a gente tem que trabalhar, pois bandido é bandido, mas haitiano é haitiano.

Eu estava pensando: suponhamos que venham trinta mil, que não virão. É 1% do número de brasileiros que saíram do Brasil para buscar emprego no exterior. Nós temos três milhões lá fora. Como a gente manda três milhões em busca de emprego lá fora e aqui nós não queremos receber, se chegar, trinta mil. Porque a discussão de número aqui é se são cinco mil ou quatro mil? Se chegar a trinta mil, é 1% dos que nós mandamos para fora por necessidade. E a gente não quer recebê-los, quer criar problemas ou discute como recebê-los?

Durante o regime militar, que foi um terremoto político, o Chile, país daquele tamanhinho, recebeu dezenas, dezenas não, mas alguns milhares de brasileiros. E a Bolívia recebeu. Eu fui a Honduras, país desse tamanhinho, e lá havia brasileiros exilados. Por que a gente não é capaz de abrigar também haitianos e pessoas de outros países que precisarem?

Aliás, se tivesse havido um golpe militar no Haiti, a gente abriria as portas totalmente para quantos quisessem vir. Tenho certeza de que se fosse um golpe militar a gente abriria, com o argumento de que seriam presos ou seriam mortos. Esses estão presos na pobreza e estão morrendo pelas dificuldades.

Nós temos, Ministro, de ter uma posição mais clara de solidariedade. Agora, eu sei que isso não é bom para ganhar voto. Eu tenho a impressão de que o argumento brasileiro hoje é de que isso é jogar dinheiro fora. Pelo menos é o que eu percebo aqui pelo meu *Twitter*, pois criticam a minha posição. E vão criticar quando ouvirem o que eu estou a dizer aqui, porque temos muitos pobres, porque temos desempregados.

Ainda hoje dei uma entrevista em que afirmaram: "Mas vão tomar empregos dos desempregados brasileiros". E eu disse: já não estão desempregados? Então não vão tomar emprego deles a não ser que tirassem um empregado para botar um haitiano. E ninguém vai preferir... quem fala francês, gente, a não ser que sejam algumas especialidades de que nós estamos precisando. E aí a gente deveria abrir os braços, como os americanos estão abrindo agora para todos os que tiverem doutorado.

Então a discussão nossa é como abrigá-los e aí é uma questão nacional. Não é uma questão que pode ficar em Tabatinga, Prefeito, reconheço isso.

Como fazer isso? Eu tenho impressão de que é tendo um programa. A gente não tem um programa cada vez que há uma cheia em algum lugar do Brasil? Vamos ter um programa e vamos dizer: vamos mandar tendas. Que mandem tendas para abrigar esse pessoal! Vamos precisar de comida. Que mandemos comida! Não podemos deixar só nas mãos das ONGs, das igrejas católicas e de outras igrejas.

Segundo, eu acho que a gente tem que internacionalizar também. Temos que levar esse assunto à OEA, temos que levar esse assunto às Nações Unidas, inclusive para modificar, Senador Collor, o conceito de refugiado. Tem que adaptar de refugiado para refugiado econômico, sim. Não há diferença entre a fome de alguém porque está em situação trágica política ou a fome de quem está em situação trágica econômica. Vamos levar o assunto. Vamos buscar a solidariedade também dos outros países e ter um grande programa de adoção de populações haitianas e, mais adiante, vamos precisar de outros países que também vão precisar de nós, porque vivemos essa tragédia de países que estão em falência.

Outra coisa é como ajudar o Haiti lá dentro para que eles não precisem mandar gente para cá. Um programa internacional... Aí não é o Brasil que tem condições, mas o Brasil pode liderar. O Brasil pode liderar, no Banco Mundial, a formulação de um programa de reconstrução e de assistência, porque reconstrução demora a dar efeito. Tem de ser de assistência e reconstrução do povo haitiano. Vamos levar para o PNUD, programa desse tipo, e vamos levar para a OEA e fazer com que o Haiti precise estar com pessoas fazendo uma viagem dessas. Gente, a viagem que o Senador Eduardo me mostrou em um mapinha que ele tinha em seu computador: sai-se de ônibus de Port Prince para Santo Domingo de ônibus; pega-se um avião para o Panamá; do Panamá vão para Quito; de Quito vão para Lima; de Lima para Iquito. Isso deve levar uma semana com fome! Esse povo não deve estar com dinheiro no bolso, não! E a gente fica dizendo que só aceita 3,5... Três vírgula vinte e cinco – fiz a conta – por dia? Não é possível! É preciso, Sr. Ministro, um programa radical para abrigar os haitianos – mas um programa nacional. Não dá para ser um programa municipal... E, ao mesmo tempo, uma ação internacional para recuperar a situação do Haiti de tal maneira que não seja mais necessário isso, como nós fomos necessários, por razões políticas, e todos esses países receberam.

Sabiam que Baby Doc recebeu exilado de Pinochet? Eu morava em Honduras e houve a expulsão, lá em Honduras, de um grupo de exilados chilenos... Baby Doc aceitou alguns... Eu conheço uma que montou uma galeria de arte, depois... Então, quando há uma tragédia política, todo mundo recebe; em uma tragédia social, a gente hesita. Não podemos hesitar nisso. Temos de ter um programa nacional de abrigo para os haitianos que precisem, já que nós fomos lá ajudá-los para pôr um fim naquela guerra civil. E eu espero que o Governo brasileiro, com a solidariedade que teve de mandar soldados para lá, este Governo brasileiro (e com urgência – não pode ser para depois de amanhã) tenha um programa de abrigar haitianos que precisem e não deixem isso nas costas dos pobres Prefeitos e Governadores, que seja uma questão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Cristovam Buarque. Eu acho que as palavras de S. Exª, Senador, bem como fizemos com relação à S. Exª, Senador Eduardo Braga, repercutem muito dentro desta Comissão e, tenho certeza, dentro do coração de cada um daqueles que estão hoje nos assistindo, e que o Governo Federal haverá de tomar providências imediatas para sanar

esse tipo de questão que tanto nos aflige. Obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Collor. Quero, mais uma vez e já fiz algumas vezes da tribuna desta Casa, no Plenário, cumprimentar V. Exª pelo primeiro tema debatido neste ciclo de debates, assim como o Senador Eduardo Braga pela iniciativa.

Tivemos outra audiência, solicitada pelo Senador Jorge Viana, que tratou do mesmo assunto. Entretanto, Sr. Presidente, eu sinto que o início do debate, com exceção do Prefeito de Tabatinga, exatamente do Amazonas e que vivencia muito mais aqui esse problema. Mas, com exceção dele, o espírito que se tentou passar à Mesa, até eu acho que induzidos pela fala do querido amigo Nilson Mourão, é de que o problema está resolvido. No Acre, Senador Eduardo, de acordo com os relatos do Secretário, Deputado Nilson Mourão, que, de 1.400 haitianos, hoje há 60 em Brasileia – sessenta... E esse era o espírito... E não é bem assim... Nós, que vivemos no Amazonas, não é só nos semáforos, mas na imprensa. Todos os dias, em todos os jornais, em todos os canais de televisão há notícias da situação dos haitianos. Parece até que eles saíram do Acre e foram para o Amazonas, para Manaus. Semana passada, no final de semana, foram trezentos e poucos que chegaram, no final de semana atrasado, em Manaus, a ponto de vivermos uma crise entre as entidades não governamentais, o Governo do Estado e o próprio Governo Federal, uns criticando os outros pela falta de iniciativa no atendimento a essas pessoas que lá estão.

Deputado Nilson, quero aqui dizer que acho que o Acre soube tratar de uma forma mais organizada talvez do que nós, do Amazonas, soubemos tratar. Talvez pelo tamanho do Estado do Acre, pelas oportunidades que o Estado proporciona em relação ao Estado do Amazonas. Temos, em Manaus, quase dois milhões de habitantes, uma cidade que tem um polo importante. Talvez pensássemos que a cidade abrigaria de uma melhor forma essas pessoas, e não é verdade, porque, a cada dia, chegam novas pessoas, chegam mais haitianos. E não estamos vendo as medidas concretas surtirem efeito.

Vocês não sabem a emoção que senti quando li aquele documento distribuído pelo Deputado Nilson Mourão. O Estado do Acre tem um cadastro de todos os haitianos que lá chegaram, com nome e endereço – o governo do Estado. E sabe para onde essas pessoas foram trabalhar, algumas em Cascavel, no Paraná; outras em Rondonópolis, em São José do Rio Preto, em São Paulo. Todos saíram de lá, Prefeito Saul, com trabalho, sendo levados pelas próprias empresas que lhes deram trabalho. É isso que nós precisamos fazer de forma mais organizada.

Não são mil e poucos, mas quatro mil e poucos. E é óbvio que, em Manaus ou Tabatinga, nem pensar. Qual é a geração de emprego em Tabatinga? Lá, ou são funcionários públicos do Governo do Estado ou da Prefeitura, ou são pescadores, ou são pescadores artesanais. Não temos processo produtivo estabelecido naquela região, Presidente Collor. Então, não há como. Precisamos da atenção maior do Governo Federal. Um milhão e meio – guardei esses números na cabeça –, aproximadamente, do Ministério da Justiça, foram para o Estado do Acre, mais 360 mil da... Nós só recebemos 500 e poucos mil reais. Foi toda a ajuda que o Governo do Estado do Amazonas recebeu para amparar essas pessoas que vivem nas paróquias – e não em hoteis ou pensões – da cidade de Manaus, Senador Cristovam. Não há como mais... A Igreja Católica não tem mais como receber essas pessoas. A gente até tentou procurar ver qual é a revista, mas é uma revista recente, que diz, Ministro Luiz Paulo Barreto, por quem tenho uma profunda admiração, porque sei da sua dedicação no Ministério, em todos os temas, como a questão da migração, que não é diferente também, mas a matéria da reportagem diz o seguinte: "Solução tardia. Demora do Governo brasileiro para enfrentar a imigração ilegal de haitianos resulta no fechamento emergencial da fronteira, mas o problema está muito longe de acabar".

Eu não sei. Ouvi aqui, acho que foi do senhor mesmo, que a solução, porque todos reconhecem, as matérias são fartas a esse respeito, tanto que nós, da CPI do Tráfico de Pessoas, vamos entrar; se preciso for, vamos ao Haiti, Presidente Collor, e queremos muito a participação da Comissão de Relações Exteriores, assim como da Comissão de Direitos Humanos, junto à CPI, muito, porque não é uma questão só de investigação, mas uma questão de direitos humanos, de resolver problemas de pessoas que já sofreram muito em suas vidas. Foi isso que foi dito pelo Senador Cristovam. As frotas do Brasil, o Exército, o Ministério da Defesa, têm pessoas lá. Agora somos incapazes de receber esses que procuram ajuda, que dão o que têm e o que não têm para chegar ao Brasil, para ter uma oportunidade de trabalhar e ajudas suas famílias que lá ficaram.

Então, restringir, eu não sei se vai ser a melhor saída. Eu tinha entendido, mas acho que é assim que vai ser resolvido, que todos os que estão no Brasil – a resolução não diz isso, vai ter que dizer; há aqueles que estavam a caminho, porque a notícia que nós te-

mos é que, também, no dia 28, chegou um número importante, assim como há uma semana e meia, que é mais ou menos nessa data aqui no Brasil e terão que ter seus problemas resolvidos. E de lá para cá será que só virão mesmo 1000, será que não chegarão outros?! E como vamos atender a outros?

Acho que nós precisamos de uma comissão interministerial, talvez coordenada pelo Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores, para dar um amparo a essas pessoas, colocá-las no mercado de trabalho, porque não é só no Amazonas, não; em todos os Estados brasileiros, podem e devem, como fez o Acre, receber aqueles que estavam no Amazonas.

Eu não sei se essa medida não vai tornar ainda mais graves os problemas que já são graves e que nós vivemos. Não sei se vai.

O Senador Eduardo me dizia que estão vendendo rifa para comprar uma nova sede para a associação – lá eles têm a Atham, Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas. São 5 mil! Qualquer dia desses vão eleger vereador lá. É o que falam – 5 mil só em Manaus –, eles têm associação, estão se organizando para tentar, eles próprios, resolverem os seus problemas.

Estou em mãos com uma decisão que foi tomada pela Celam, o Conselho Episcopal Latino-Americano, numa reunião recente que fizeram em São Paulo. Eles propõem um trabalho em conjunto dos Governos brasileiro e haitiano. É preciso que se faça isso urgentemente, porque fora a questão desses que aqui estão, nós temos que estancar essa ilegalidade da forma de trazê-los para o Brasil, como eles chegam aqui. Tem que ser estancado e não há outra forma, a não ser...eu não vi nenhuma dos senhores falar sobre isso, quais são as iniciativas que vêm sendo adotadas conjuntamente entre o Governo brasileiro e o governo haitiano. Não ouvi nenhuma informação a respeito disso, dessa iniciativa conjunta e coordenada entre os dois governos. Eu gostaria de, caso haja alguma, fosse nos relatada aqui, porque considero isso da mais fundamental importância.

Ministro Barreto, as notícias que nós temos é que, inclusive, o abuso, a violência que essas pessoas sofrem até chegar no Brasil e são poucos os que têm coragem de falar, pouquíssimos. Daí imaginaram e até há notícias de que pessoas estejam sob a mira de traficantes de pessoas lá no Haiti, a família dessas pessoas que estão aqui. Alguns relatam até tráfico de órgãos, Dr. Barreto – relatos que estão na imprensa, não é nenhuma novidade, está em todos os jornais.

A questão da imigração não é uma questão de governo ou de um Estado, é uma questão do Estado brasileiro, da União. Então, não precisa o Governador do Amazonas pedir amparo. Os dados aqui não são do governo do Amazonas, são da Polícia Federal, que deveria ter se antecipado e resolver o problema dessas pessoas. Nós recebemos R$500 mil para ajudar essas quase 6 mil pessoas que estão no Amazonas hoje. Foi tudo o que o governo do Estado recebeu. E dizer que não houve pedido... não precisa pedir. Pelo contrário, o Ministério da Justiça, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome que devem ligar e perguntar o que estão precisando. Por um acaso, eles estão no Amazonas, mas poderiam estar em Alagoas, em São Paulo, ou em qualquer outro Estado. Isso é um problema de nação.

E aí, Ministro Barreto, não tenho dúvida da importância dessa audiência aqui. Assim como em outros momentos esses debates foram importantes, o de hoje eu vejo como fundamental, eu não tenho dúvida de que amanhã será visto e encarado de uma outra forma, com muito mais dedicação por parte do Governo Federal. São mutirões de saúde. Nesse fim de semana, houve um mutirão de saúde com o Instituto de Medicina Tropical, que está enviando para o Ministério da Sáude relatório sobre a saúde dos haitianos e das haitianas que estão no Amazonas.

No começo da vinda deles, eram 10% de mulheres, Presidente Collor, hoje já são 22% de mulheres, muitas grávidas, gestantes, ou com crianças pequenas, que chegam ao Estado do Amazonas, em Tabatinga ou Manaus.

Nesse termo, eu quero aqui, Ministro, sugerir que se faça isto: esta comissão interministerial para que resolva, para que deem carteira de trabalho, colocação no mercado de trabalho. No Brasil, por incrível que pareça, há carência de mão de obra. O Brasil tem carência de mão de obra. Cotas, eu vi ali, acho que a Odebrecht foi a que mais empregou aqueles que estavam no Acre, em torno de 61 pessoas. Mas é isso. Tem muita construtora no Brasil trabalhando em obras públicas. Poderíamos dar cotas para essas pessoas para que empreguem esses haitianos, porque temos carência, efetivamente, de mão de obra. É possível que o problema seja resolvido não num espaço longo de tempo, num espaço curto.

Então, um é isto: resolver a situação de quem está. O segundo ponto é estancar, e aí, sem essa ação de inteligência do Governo brasileiro, da Polícia Federal do Brasil, do Ministério da Justiça e do Haiti, dificilmente resolveremos esses problemas. Dificilmente.

A notícia que temos é de que, em Tabatinga, algumas pessoas chegaram a ser investigadas, mas, por falta de informações, as investigações pararam, as investigações cessaram para que fosse possível chegar a esses grupos criminosos.

E, Ministro e senhores, eu acho, Presidente Collor, que seria interessante também que nós desta Comissão de Relações Exteriores – já tomamos essa providência pela CPI, mas também seria importante fazermos isso aqui – encaminhássemos um memorando ao Presidente da Câmara, porque lá tramitam duas questões importantes relativas a essa matéria. Uma é a Convenção Internacional sobre a Proteção de Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, que o Brasil ainda não assinou. Está desde 1990 lá, na Câmara dos Deputados. A outra é o Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, que dispõe sobre ingresso, permanência e saída de estrangeiros de território nacional e o instituto de naturalização, medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, e, enfim, dá amparo a trabalhadores e imigrantes. É uma lei que também precisa ser aprovada. Enfim, vamos aproveitar essa oportunidade, esse debate. Nós disporíamos, assim, Presidente Collor, de um instituto legal de muito mais segurança do que temos hoje.Era isso.

Quero encerrar meu pronunciamento aqui, mais uma vez pedindo desculpas pela demora e cumprimentando o Senador Eduardo Braga e V. Exª, Senador Collor, que permite que esse debate seja travado hoje.

No início de março iremos a Manaus, e aqui fica o convite para o senhor ir a Manaus, onde faremos uma grande audiência pública. Já entramos em contato com a Embaixada do Haiti no Brasil que se disponibilizou a acompanhar essa audiência. Vamos ouvir essas pessoas, porque também não adianta só dialogar entre nós. Vamos lá. Não só os técnicos. É importante que vá o Secretário Executivo, ver, conversar com um e com outro. Não dá para deixar só a inteligência. É importante que a vejamos a situação dessas pessoas lá. Porque daqui para lá, quem sabe, muito assunto a gente possa deixar de lado por serem assuntos já resolvidos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A solicitação de V. Exª será atendida. Vamos empreender moções junto ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados para que agilize a tramitação desses dois processos e que cheguem ao Senado da República.

Gostaria também de mencionar que tenho aqui na lembrança... E falando agora no emprego dos haitianos que estão aqui no Brasil, na primeira reunião nossa, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada na última quinta-feira, o Senador Luiz Henrique afirmou, quando tratávamos da realização desta audiência de hoje, que, em Santa Catarina, já estavam por lá não sei se cinco ou quinze, mas um número mais ou menos como esse, de cinco a quinze haitianos trabalhando já em Chapecó.

Foi isso? V. Exª ouviu também? (Pausa.)

Em Caçador também. Quer dizer, já estão em Santa Catarina.

SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Presidente, essa informação inclusive está disponibilizada na Internet. Já há informações na Internet desses empregos em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

São todos do Acre, segundo a informação do Deputado.

Muito obrigado mais uma vez, portanto, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora, com a palavra, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela iniciativa de ter trazido o problema do Haiti para esta que é segunda reunião da Comissão de Relações Exteriores especificamente sobre o assunto. A primeira ocorreu no ano passado, sobretudo por iniciativa ainda do Senador Jorge Viana e de outros, quando grande atenção foi dada ao Acre.

É importante que esteja aqui o Secretário Nilson Mourão, Deputado Federal, que nos coloca as soluções que foram efetivadas em colaboração com o Governo Federal.

De maneira que quero cumprimentar o Secretário Executivo Luiz Paulo Teles Barreto pelas observações aqui realizadas.

Parece-me que muito daquilo que foi realizado com respeito ao governo do Acre pode avançar na direção do que se deseja para o Amazonas. Em especial acho que o prefeito de Tabatinga pode se espelhar muito naquilo que aconteceu no Acre para que se encontrem melhores soluções.

Quero também cumprimentar o Embaixador Eduardo Gradilone Neto; o Ministro Rodrigo do Amaral Souza; e o Prefeito Saul Nunes Bemerguy.

Sr. Presidente, V. Exª conhece que eu, com respeito a este assunto, tenho a perspectiva, o desejo e a vontade de colaborar para que, do Alasca à Patagônia, tenhamos, um dia e em breve, a livre circulação dos seres humanos.

A União Europeia, em grande parte, avançou muito nesses últimos 50 anos, especialmente nos últimos 30 anos, 20 anos, e agora com a crise econômica essas questões passam a ficar um pouco mais difíceis e preocupantes porque as taxas de desemprego em muitos dos países europeus estão sendo bastante altas.

Mas acho que o espírito sobretudo de solidariedade que o Senador Cristovam Buarque colocou é o que deve prevalecer entre nós, especialmente nas boas relações desenvolvidas entre o Brasil e o Haiti, eu estive presente no Haiti em agosto de 2004, quando houve a presença do Presidente Lula. Em especial, um fato que foi marcante para todos que ali estiveram, foi o jogo da Seleção Brasileira com o Haiti. Eu pude presenciar ali a maneira como os jogadores da Seleção, vindos de Santo Domingo para Porto Príncipe, desceram no início da tarde e foram direto para um estádio em que cabiam 20 mil pessoas, mas, segundo estimativas, do aeroporto de Porto Príncipe até o estádio, acho que mais de um milhão de pessoas para saudar e cumprimentar os jogadores do Brasil, que ali foram com o time titular. Eram Ronaldo, Ronaldinho, Romário, enfim, os melhores. Cito isso porque, quando o jogo foi iniciado, o Brasil estava jogando bem, e a seleção haitiana, quando fazia boas jogadas era muito aplaudida, mas acho que o Brasil, salvo engano, ganhou por 6 a zero; e a torcida haitiana aplaudiu, e muito, cada um dos gols brasileiros. Eu me lembro perfeitamente quando o Presidente Lula foi ao vestiário e os jogadores brasileiros... Talvez tenha sido o Ronaldo quem falou, ou o Romário, ou um desses, e disse: Presidente, sempre que o senhor quiser que nós façamos um jogo em benefício da aproximação dos povos e da paz, pode contar conosco. Algo assim que eles disseram. Os próprios jogadores sentiram aquela amizade do povo haitiano, homenageando os brasileiros; e aquilo foi um sinal de extrema boa vontade.

Cito isso porque acho que o Brasil fez muito lá, mas pode fazer muito mais para que o Haiti... Deveríamos fazer um esforço muito grande, um esforço tecnológico, intelectual, a interação de programas todos que possamos fazer, inclusive por meio da universidade, para colaborar para o desenvolvimento o mais criativo e fazer com que o Haiti dê um salto de qualidade, inclusive em programas de erradicação completa do estado de pobreza que ainda ali existe. Mas isso está ao alcance, sobretudo da engenharia, do acúmulo de experiências e da perspectiva de novos programas que nós estamos por realizar no Brasil.

E há pouco a Senadora Vanessa Grazziotin mencionou que ali em Tabatinga a criação de riqueza está na pesca. Mas, mesmo na pesca, podem ser criadas situações tais como a que aconteceu certo dia, numa pequena vila de pescadores, onde de lá saia uma grande riqueza da pesca. E o prefeito, então, observou que muitos ainda eram pobres e sugeriu a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, para instituir um fundo que pertencerá a todos. "Mais um imposto!", gritaram alguns. Precisou de cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, deu tão certo que este prefeito, depois, se tornou o governador do Estado do Alasca e criou um fundo que funciona há 29 anos e que fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. O senhor pode inclusive, em Tabatinga, criar situações tais que farão os haitianos serem ali bem-vindos. Mas, um dia, do Alasca à Patagônia, haverá algo assim, e não precisará haver mais muros que separem quaisquer países das três Américas, nem haverá mais quaisquer barreiras para que qualquer país das três Américas impeça qualquer de seus cidadãos de livre locomoção para outros países das Américas.

Então, é com esse estado de espírito, Presidente Fernando Collor, que aqui encerro, com uma reflexão, cumprimentando a todos pelas sugestões formuladas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Ministro Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, eu gostaria aqui de ler o que declarou, então, S. Exª o Senador Luiz Henrique, na nossa última reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Diz ele:

Sr. Presidente, uma empresa catarinense, na cidade de Chapecó, adotou duas ou três dezenas de haitianos como seus empregados, e está surpreendentemente satisfeita com o desempenho daqueles procedentes do Haiti. São disciplinados, são trabalhadores, se integraram à cidade de Chapecó.

De modo que esse requerimento é muito oportuno.

Referia-se S. Exª o Senador Luiz Henrique ao requerimento de S. Exª o Senador Eduardo Braga.

De modo que esse requerimento é muito oportuno. Ao invés de sobrecarregar os Estados do Amazonas e do Acre, por que não se fazer uma distribuição desses imigrantes por todo o País, onde terão a oportunidade de demonstrar a mesma eficiência, a mesma disciplina, o mesmo espírito laborativo que estão demonstrando em Santa Catarina?

Eu voto pela aprovação do parecer.

Foi essa a declaração de S. Exª o Senador Luiz Henrique a esse respeito.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, e, em seguida, para encerrar, a S. Exª o Sr. Embaixador Eduardo Gradilone Neto, não sem antes saber dos Srs. Senadores se, após as considerações que S. Exªs fizerem, S. Exª as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores terão ainda alguma indagação a fazer.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Eu gostaria de reafirmar isto: todas as vezes que esta Comissão tratou desse assunto, foi de uma maneira absolutamente construtiva, tentando, efetivamente, encontrar uma solução para esse caso, dentro de todo o aspecto humanitário que envolve essa questão.

Dentro do Governo, já fizemos duas reuniões com um grupo de sete Ministérios – Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, GSI, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Integração –, para discutir esse apoio que precisamos dar aos haitianos, por meio da sociedade civil e por meio dos Governos, seja dos Estados, seja dos Municípios.

Eu gostaria de sugerir a convocação imediata dessa reunião com esta Comissão, novamente no Ministério da Justiça, e convidar os Senadores aqui presentes para estarem conosco para, juntos, Saúde, Justiça, Educação, Desenvolvimento Social, Integração, discutirmos que medidas imediatas, emergenciais, definitivas nós podemos tomar, para resolvermos esse problema de maneira muito mais acelerada.

Sobre as colocações que foram postas aqui, acho que talvez, por exemplo, o Senador Eduardo Braga vai poder falar um pouco sobre o que ele teve de informações sobre a questão criminosa. Com a Polícia Federal, o GSI, a gente pode também levantar um outro tipo de investigação. O próprio Itamaraty já está aqui presente. Conversar sobre assistência social com a Senadora, com o Senador Cristovam. Foi fixado o quantitativo, Senadores, de cem por mês, sempre com a perspectiva de aumentar, se a demanda for maior do que a demanda que se apresenta neste momento, que é mais ou menos essa. Estamos esperando as primeiras avaliações que virão da Embaixada do Brasil no Haiti, para verificarmos qual é a demanda real neste momento, da vinda, porque é uma demanda cara, uma viagem extracontinental, que nem todos têm condição de fazer. Mas isso também, precisamos sempre manter esse assunto em discussão.

Então, se o Presidente concordar, eu gostaria de estender o convite à Comissão, porque é uma reunião que seria no Ministério da Justiça, em breve, com todos esses ministérios, como já houve em outras vezes, para que a gente possa então discutir medidas concretas, efetivas, emergenciais que precisamos tomar juntos, para melhorar a situação desses haitianos e para enfrentar esse problema de uma maneira mais conjunta e solidária, como os Senadores aqui conclamaram a todos nós fazermos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª diz que será possível então realizar essa reunião amanhã?

O SR. LUIZ PAULO – Eu vou pedir a agenda. Não sei se todos os ministérios vão ter condições, mas posso pedir uma agenda e já acertar com V. Exª para a gente verificar o dia, o horário correto...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se pudesse ser amanhã, ministro, seria o ideal.

O SR. LUIZ PAULO – Eu só dependo da agenda de outros ministérios, mas da minha parte está OK. Mas eu vou tentar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Amanhã, acho que seria o ideal. E a Comissão se sente muito regozijada por essa medida que V. Exª agora anuncia, a pedido de S. Exª o Senador Eduardo Braga, de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, e a Comissão se sentirá representada pelos Senadores aqui presentes e que falaram de forma mais enfática sobre essa questão, e outros Senadores integrantes da Comissão que também queiram participar desta reunião.

Mas julgo muito importante a sua decisão e, sobretudo, saber o que o Estado do Amazonas precisa em termos de recursos materiais, em termos de auxílio jurídico, sobretudo, em relação a esse contingente de irmãos haitianos que se encontram em Tabatinga, para que nós rapidamente possamos dar uma solução e trazer uma esperança para todos aqueles que necessitam do apoio do Governo Federal.

Meus parabéns a V. Exª, ministro, e muito obrigado pela sugestão que acaba de nos oferecer.

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto para as suas considerações finais. E fica a palavra facultada, posteriormente, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, caso desejem dela fazer uso.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, fazer um comentário em relação ao uso da palavra pela Senadora Vanessa Grazziotin. Pode ser que tenhamos dado a impressão de que o assunto está resolvido, que não há nenhum problema. Eu, pelo menos, quando me referia a isso, acho que encontramos um caminho, mas realmente há muito a resolver, e acho que foi tomada uma decisão muito importante no sentido de resolver essa situação que existe hoje, com um pequeno resquício no Acre, mas ainda continua no Amazonas.

Por outro lado, eu queria ressaltar a importância que o Brasil já dá ao Haiti, até porque há uma presença física do nosso País no contexto de uma missão junto a ONU. Eu tomei muito boa nota das sugestões que o

Senador Cristovam Buarque deu, o Senador tem acompanhado o trabalho que nós temos feito com relação aos brasileiros no exterior. Mas nós temos que também ter a mesma coerência com a política para os estrangeiros do Brasil. E vou verificar em particular a gestão no tocante à OEA. Não sei se nós já estamos fazendo alguma coisa ou se as nossas ações estão mais direcionadas à ONU, já que temos uma presença física lá.

Mas o que posso dizer é que essa visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Haiti, agora, fez com que nós revíssemos todos os projetos de cooperação. Quer dizer, muito está sendo feito no sentido de fazer com que o Haiti se reerga com os seus próprios esforços, mas com ajuda internacional.

De toda a forma, eu vou conversar com os meus colegas com relação à proposta em relação à OEA. Lembro que o nosso Ministro de Estado tem uma mulher que trabalha na ONU, e que, na época do terremoto do Haiti, estava lá. Há um envolvimento do Ministro, inclusive, em termos pessoais, porque o trabalho da mulher dele era justamente numa instituição da ONU para dar ajuda ao Haiti para que o Haiti se reerguesse.

Eu também queria confirmar a informação que o Secretário Executivo do Ministério da Justiça deu, quer dizer, confirmar que estamos recebendo os pedidos de visto que estão sendo apresentados em nossa embaixada em Porto Príncipe. Com base nesses dados, vamos passar essas informações aqui para que se decida. Por enquanto, não temos mais do que vinte pedidos de visto. Quer dizer, vinte pedidos em um mês em que teremos cem. Pode ser que seja. Agora, se for preciso alterar esse valor, eu tenho certeza de que haverá sensibilidade.

Eu queria também relembrar que estamos nos reunindo frequentemente. Todos esses órgãos. O Ministro Rodrigo tem coordenado reuniões no Itamaraty. O Ministério da Justiça também tem realizado reuniões. Espero que seja possível realizar uma reunião o mais rapidamente possível, inclusive, se possível, antes da partida da nossa missão para o Peru, onde talvez tenhamos oportunidade de conversar com o governo peruano também sobre formas de ajudar o Haiti. E realmente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe, quando será?

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Será quinta e sexta-feira agora. Nós vamos... Não é Rodrigo? Dias 16 e 17.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ao Peru?

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Ao Peru. E lá poderemos também discutir um pouco o que se passou nessa reunião e dizer que concordamos plenamente que é preciso solidariedade. É importante. Eu acho que é isso que está movendo tanto o Ministério da Justiça quanto o Ministério do Trabalho e o Itamaraty na busca de solução para os haitianos.

De novo, Senadora, acho que o caminho – como isso mostra – foi encontrado. Agora, vamos nos esforçar para resolver os problemas que se colocaram, por exemplo, em razão de sintonia, dos anúncios de decisões diferentes do Peru e do Brasil, o que pode ter deixado pessoas no meio do caminho, e, com esse espírito, avançar na solução do problema dos haitianos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Eduardo Gradilone Neto.

Perguntaria a S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se estão satisfeitos, se têm alguma pergunta a mais, alguma consideração...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria lembrar o que estaria dizendo hoje, aqui nesta mesa, se estivesse conosco a Drª Zilda Arns, que morreu lutando pelo Haiti, na sua solidariedade. Eu acho que esta reunião deveria ser oferecida à Drª Zilda Arns.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito bem lembrado, Senador Cristovam Buarque. Com o apoio de todos os Senadores presentes, fica, então, registrado em ata que esta reunião está sendo dedicada à memória da Srª Zilda Arns.

Quero agradecer ao Sr. Ministro e ao Sr. Embaixador por terem acolhido as sugestões feitas pelo Senador Cristovam Buarque. Essa questão da OEA é muito importante, assim como a explicação sobre o decreto também, que não é uma coisa fixa, que vai depender, que poderá ser ampliado em função da necessidade e, enfim, esse tom que reveste esta nossa discussão, em termos de solidariedade à pessoa humana, sobretudo ao povo amigo do Haiti. Portanto, muito obrigado pela participação de V. Exªs.

Parabéns ao Sr. Ministro, que hoje ainda, segundo ele me informava agora há pouco, estará telefonando para os Srs. Ministros que fazem parte desse grupo, para que, amanhã, seja realizada esta reunião, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy e outros Senadores desta Comissão que desejarem participar. Mas, fundamentalmente, a presença de V. Exªs que participaram desta reunião será muito importante, amanhã, na reunião com esse grupo interministerial, para se resolver a questão, de uma vez por todas, já

amanhã podendo ser anunciada uma solução para o Estado do Amazonas e para toda essa situação aflitiva em que se encontram os nossos irmãos haitianos. Temos absoluta confiança de que teremos uma solução positiva, Sr. Ministro, Sr. Embaixador, e eu desejo pleno sucesso a V. Exªs.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de todos que aqui estiveram. Também o nosso cumprimento todo especial ao Sr. Conselheiro da Embaixada da República do Haiti no Brasil Sr. Jackson Bien-Aimé.

Antes de encerrarmos esta nossa reunião, agradecendo, mais uma vez, a todos que dela participaram, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 16 de fevereiro, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 07 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Luiz Henrique**, **Valdir Raupp**, **Pedro Simon**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Jorge Viana**, **Marcelo Crivella** e **Lauro Antonio**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 2ª e 3ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Eduardo Suplicy** e **Aloysio Nunes Ferreira**. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes".* Relator *ad hoc*: Senador **Pedro Simon**. Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. Por solicitação do Senador **Cristovam Buarque**, relator do **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2011**, de autoria do Senador **Marcelo Crivella**, que *"modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa"*, o item é retirado de pauta para reexame da matéria. **Item 3 – Requerimento nº 6, de 2012 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências, na cidade do Rio de Janeiro, sede da Conferência, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir o referido Evento".* Resultado: Aprovado. **Item 4 – Requerimento nº 7, de 2012 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: *"Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, para debater a atual situação da política externa brasileira, bem como os preparativos e ações tomadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20".* Fazem uso da palavra os Senadores **Pedro Simon**, **Eduardo Suplicy**, **Aloysio Nunes Ferreira** e **Cristovam Buarque**. Resultado: Aprovado o requerimento. **Item 5 – Requerimento nº 8, de 2012 – CRE**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: *"Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em reunião conjunta desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na cidade de Manaus – AM, em data a ser definida, com o fim de tratar da questão da migração e do tráfico de haitianos para o Brasil".* O Presidente sugere alteração no texto do requerimento e faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: Aprovado o requerimento, com a seguinte alteração: "realização de Audiência Pública com a participação dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional". **Item 6 – Requerimento nº 9, de 2012 – CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que diz: *"Nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de*

Audiência Pública, tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil." Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Sérgio Souza**. O Presidente faz a leitura de Comunicado da Presidência e o Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 2ª e 3ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovadas.

Comunicados do Exmº Sr. Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Ministro Luiz Paulo Barreto.

Antes, tenho de dar uma explicação.

Na última audiência pública desta Comissão, realizada na segunda-feira passada, o tema tratado foi a situação dos haitianos no Brasil e S. Exª, o Sr. Secretário-Geral, veio representando o Sr. Ministro da Justiça e o Ministério da Justiça.

Em requerimento de S. Exª, o Senador Eduardo Braga, que aqui estava presente, junto com S. Exªs, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, foi solicitado um apoio ao Estado dos Amazonas que, naquele dia, segunda-feira passada, estava com sua capital, Manaus, com cerca de 4.500 haitianos que não estavam encontrando uma colocação e condições de trabalho e, no Município de Tabatinga, havia 434 haitianos que também estavam em situação difícil.

Então, imediatamente, foi decidido, naquela reunião, por parte do Sr. Secretário-Executivo Luiz Carlos Barreto, a realização de uma reunião na segunda-feira seguinte – o que de fato aconteceu –, para resolver esse problema.

Em função disso, ele envia este ofício a esta Comissão dizendo o seguinte:

> "Sr. Presidente, tendo participado de audiência pública nesta Comissão presidida por V. Exª, na última segunda-feira, dia 13 de fevereiro, com o intuito de discutir a situação dos haitianos no Brasil, venho, por meio do presente, informar que no dia seguinte [terça-feira, portanto, como eu disse], promovi reunião no Ministério da Justiça, com a participação dos Ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Integração Nacional, do Trabalho e Emprego, Gabinete de Segurança Institucional, além da Agência Brasileira de Inteligência e Polícia Federal, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Vanessa Grazziotin.
>
> Na mencionada reunião, com o pleno acordo dos referidos Senadores, foi decidido um maior apoio do Governo Federal ao Estado do Amazonas, notadamente nas áreas de saúde e de assistência social, a fim de melhor atender as demandas dos haitianos naquele Estado, bem como pela rápida análise de casos remanescentes que não foram atendidos pela regularização imigratória no Brasil."

Assina S. Exª o Ministro Luiz Paulo Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça.

A propósito disso, eu gostaria de lembrar o que aqui nos foi colocado por S. Exª, o Senador Luiz Henrique, na reunião do dia 16 de fevereiro.

Quando eu anunciei a realização desta audiência pública, no dia 13 de fevereiro, S. Exª, o Senador Luiz Henrique, disse o seguinte naquele momento, segundo está transcrito no *Diário do Senado Federal*:

> "**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, uma empresa catarinense, na cidade de Chapecó, adotou duas ou três dezenas de haitianos como seus funcionários e está surpreendentemente satisfeita *com o desempenho daqueles procedentes do Haiti. São disciplinados, são trabalhadores; se integraram à cidade de Chapecó.*
>
> De modo que esse requerimento [diz o Senador Luiz Henrique] é muito oportuno. Ao invés de sobrecarregar os Estados do Amazonas e do Acre, por que não se fazer a distribuição desses imigrantes por todo o País, onde terão a oportunidade de demonstrar a mesma eficiência, a mesma disciplina, o mesmo es-

pírito laborativo que estão demonstrando em Santa Catariana?

Eu voto [termina o S. Exª o Senador Luiz Henrique] pela aprovação do parecer."

Pela ordem, com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no próximo dia 24, convidado pelo Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, vou proferir uma palestra a respeito da visão do Senado em relação a questões atinentes à indústria, à questão da carga fiscal, das taxas de juros, da ciclotimia do câmbio, da infraestrutura, da inovação, ou seja, todos os gargalos que hoje produziram um crescimento industrial pífio no ano passado. Nós tivemos um crescimento de 0,3% no último trimestre, enquanto o crescimento do PIB oriundo do comércio foi de 7%, o que representa um descompasso entre a produção local e a produção importada.

Na oportunidade em que abordaremos vários projetos em andamento, abordaremos a questão da descentralização, a questão da dívida pública dos Estados para com o Governo Federal – que vem tendo uma cobrança usurária por parte do Poder central –, vou propor aos empresários de Santa Catarina, com base na experiência de Chapecó, que eles articulem a demanda de mão de obra – e creio que a mão de obra haitiana predominantemente é de baixa ou até de média qualificação –, que façam um inventário das necessidades das empresas catarinenses e que façam chegar ao Itamaraty esse relatório. Creio que deverá estar presente o Embaixador Abelardo Arantes, que representa o Itamaraty em Santa Catarina, de modo que se possa articular, talvez, uma demanda maior do que aquela determinada em decreto do Governo Federal de absorção de cem haitianos por mês.

Vou fazer essa proposta e acredito que, pela necessidade de mão de obra – principalmente de baixa qualificação – em Santa Catarina, teremos uma demanda muito maior do que a prevista no decreto.

Agradeço a V. Exª pela oportunidade de fazer esse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique que, como li aqui há pouco, na reunião do dia 16, já havia anunciado que o Estado de Santa Catarina, especificamente o Município de Chapecó, já havia recebido de vinte a trinta haitianos que estavam trabalhando e com uma excepcional avaliação por parte dos industriais que têm esses haitianos trabalhando nos seus estabelecimentos.

Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, acho que foi muito produtiva a primeira audiência pública que tivemos aqui, segunda-feira, por iniciativa até do Senador Eduardo Braga, na qual ouvimos diversas autoridades, dentre as quais o Ministro Luiz Paulo Barreto, contando com a participação de representantes do Itamaraty e de outros órgãos.

A reunião no dia seguinte foi também muito produtiva, porque ali no Ministério da Justiça o Secretário Executivo Luiz Paulo reuniu os representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério de Relações Exteriores, da Agência de Inteligência, do Ministério do Trabalho e havia ainda cerca de 20 pessoas na reunião, porque vieram em equipes. Aqueles Senadores que haviam participado da reunião, ou pelo menos grande parte deles, como os Senadores Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque e eu próprio pudemos ali expressar como será importante que o Brasil possa ter uma atitude, sobretudo humanitária e solidária, para com os haitianos que chegaram, em grande número, aos Estados do Acre e do Amazonas. Ali, no que diz respeito aos que vieram para o Acre, em boa parte, conforme o exemplo tão significativo de Santa Catarina, que acolheu boa parte daqueles que haviam chegado à fronteira e ao Acre, isso constitui até um exemplo de procedimento para, por exemplo, os mais de 400 que chegaram à Tabatinga, alguns já se dirigindo para Manaus, onde o Senador Eduardo Braga mencionou que alguns estavam até andando nas ruas, procurando ajuda de pessoas e tudo, mas sem uma melhor orientação. Acho que agora há a atenção explicitada por cada um daqueles organismos e haverá uma coordenação entre os diversos Ministérios que eu mencionei: do Desenvolvimento Social, do Trabalho e das Relações Exteriores.

As medidas não foram ainda inteiramente anunciadas, mas todos anunciaram os propósitos das medidas que potencialmente poderão ser utilizadas. Elas serão anunciadas nos próximos dias, mas acredito que houve um passo muito positivo da parte do entrosamento do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Justiça, e os governos estaduais e municipais, como da Prefeitura de Tabatinga, cujo Prefeito estava aqui presente. Haverá um entrosamento nessa direção, Sr. Presidente.

Então, acho que foi uma reunião muito produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Pelas palavras de S. Exª o Senador, percebemos que há uma preocupação muito grande do Governo Federal de atender rapidamente essas demandas que são feitas não somente pelas Srªs. e Srs. Senadores,

mas também pela sociedade de um modo geral, em casos como esse em que pontificam agora os haitianos.

Portanto, os agradecimentos desta Comissão às providências que foram adotadas pelo Ministério da Justiça e pelo conjunto de Ministérios que se reuniram na última terça-feira para solucionar a questão dos haitianos que hoje estão no Estado do Amazonas.

Há um ofício da delegação no Brasil da União Europeia, em que sua representante, Srª Ana Paula Zacarias, lamenta, que, por imperativos de agenda vinculados ao exercício de suas funções, a Srª Catherine Ashton, alta representante para relações exteriores e políticas de segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia, durante o cumprimento de intensa programação de visita oficial ao Brasil, não pôde estar presente aqui, à Comissão de Relações Exteriores, em função de ter sido chamada, com urgência, de volta ao seu país para participar de reuniões que têm sido realizadas com vistas aos problemas hoje enfrentados pela União Europeia.

Gostaria, ainda, de informar a V. Exªs que, por iniciativa de S. Exª o Senador Jorge Viana, será realizada no dia 5 de março deste ano Sessão Especial no Senado Federal em homenagem – 5 de março será uma segunda-feira – ao Barão de Rio Branco no ano do centenário do seu falecimento.

Advogado, político, jornalista, historiador e diplomata, José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, teve papel fundamental na consolidação dos limites fronteiriços do Brasil, garantindo, com os instrumentos da diplomacia, o que a população de diversas regiões lutava desde o início do Século XX: a incorporação dos territórios habitados por brasileiros.

O destaque dessa atuação foram as tratativas dos interesses nacionais na disputa com a Bolívia pelo território do Acre, que resultou no tratado de Petrópolis. Além disso, o Barão de Reio Branco lançou as bases de uma nova política internacional, adaptada às necessidades do Brasil moderno.

Assim, eu gostaria de antemão de convidar para participar dessa sessão especial de homenagem ao patrono da diplomacia brasileira todas as senhoras e senhores Senadores não somente os integrantes desta Comissão, mas todo o Senado. Convido, ainda, todos os estudantes interessados no tema "relações internacionais", todos os acadêmicos que se dedicam ao estudo dessa área e também os alunos do Instituto Rio Branco. Faço um convite especial ao Embaixador Jorge Lamazière, que é o Diretor do Instituto Rio Branco, para que se faça presente, juntamente com os alunos daquele Instituto, para que possamos fazer e prestar uma justa homenagem àquele que foi um dos maiores nomes, senão o maior, da nossa diplomacia: o Barão de Rio Branco. Nós o estaremos reverenciando por iniciativa do Senador Jorge Viana, no próximo dia 5 de março deste ano, segunda-feira, por ocasião do centenário do seu falecimento.

Comunicado sobre a questão dos brasiguaios:

No último dia 14 de fevereiro, terça-feira passada, o Plenário do Senado aprovou, por iniciativa desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Requerimento nº 30, de 2012, que *"requer a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 5 (cinco) Senadores(as), com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros naquele país e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo seu governo para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e brasiguaios*."

A Presidência da Casa deverá agora solicitar aos Srs. Líderes partidários a indicação dos membros que deverão ser designados para integrar a referida Comissão Externa.

Continuando ainda com a questão dos brasiguaios, uma atualização do momento em que estamos vivendo e em que estão vivendo aqueles brasileiros que habitam o território paraguaio.

O Departamento do Alto Paraná, no Paraguai, enfrenta momentos de tensão com os recentes eventos que envolvem, de um lado, os "brasiguaios" – que, segundo o Ministério das Relações Exteriores são cerca de 150 mil agricultores brasileiros que vivem naquele país desde a década de 60 e que são proprietários de terras – e, do outro, integrantes do grupo radical, denominado Liga Nacional de Carperos, um movimento social recentemente surgido no Paraguai, hoje conta com aproximadamente 5 (cinco) mil integrantes.

No mapa, V. Exªs poderão ver o Alto Paraná e onde está a região. Quem está com a caneta, poderia apontar a região do Alto Paraguai, na divisa com o Brasil.

As cidades de Santa Rosa Del Monday e Nacunday, distantes cerca de 40 Km e 50 Km, respectivamente, de Ciudad Del Este, na fronteira com o Brasil, têm sido palco dos últimos conflitos. Estão na região, aproximadamente, cinco mil carperos.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, existem entre 80 e 150 mil brasiguaios no Paraguai. O conflito na região remonta à década de 70 e agravou-se principalmente após a criação da lei de demarcação de terras na fronteira, em 2005. Naquela ocasião, o governo paraguaio estabeleceu que, em uma faixa de 50 Km a partir da fronteira, onde nenhum estrangeiro poderia ser proprietário de terras, excetuando-se aquelas adquiridas antes da edição dessa lei.

Os “brasiguaios” contribuem com parcela considerável da produção de soja no Paraguai, o que levou aquele país à condição de 4º maior produtor de soja do mundo, em 2010.

As terras onde vivem os brasileiros no Leste do PARAGUAI estão entre as mais valorizadas do país, devido, entre outros aspectos, ao tipo de solo reconhecidamente fértil e à preparação realizada pelos brasileiros para realizar o seu cultivo.

Os conflitos do Paraguai se intensificaram no dia 12 de janeiro de 2012, quando o líder dos “carperos” declarou à imprensa que “... os filhos de brasileiros nascidos no Paraguai não são paraguaios e, portanto, não têm direito a terras...”. Ao mesmo tempo uma equipe de Serviço Geográfico Militar (SGM) foi enviada à região para demarcar algumas propriedades e verificar se pertenciam ao Estado. O levantamento topográfico militar visava confirmar se os 20.000 hectares nas mãos de “brasiguaios” e brasileiros poderiam ter sido parte de antigos “ervais” (plantações de erva-mate) como Nacunday, Pirapyt, Yacuí, Otano e as terras onde estão o Parque Nacional Nacunday e o antigo Parque Yacuí, que nos anos 1.800 eram propriedades do Estado.

A equipe do Serviço Geográfico Militar realizou o trabalho acompanhada de “carperos”. O fato desagradou aos “brasiguaios” e aumentou a tensão na região.

A prefeita de Santa Rosa Del Monday, que se deslocou até o local onde o conflito era iminente, foi atacada pelos “carperos” com pedras e ameaçada de agressão.

Os “carperos” invadiram algumas propriedades de “brasiguaios” e ocupam partes delas. Os “brasiguaios” têm sido ameaçados e são impedidos de trabalharem em suas terras.

Os grupos de “carperos” ameaçam agora invadir mais terras que afirmam não serem legalizadas. Eles conduzem facões, machados, pás, foices e pedaços de madeira. Até o momento não há indícios de que eles possuam armas de fogo.

Durante a sua campanha eleitoral, o Presidente Lugo prometeu tomar medidas para solucionar o problema dos “sem-terra” no PARAGUAI, o que ainda não ocorreu. Lideranças dos movimentos dos “carperos” que ocupam áreas de produtores “brasiguaios” e paraguaios no Distrito de Nacunday deram um prazo para que o Presidente da República “resgate” pelo menos uma propriedade de 20 mil hectares de terra que pertence ao produtor brasileiro Tranquilo Fávero, conhecido como o “o rei da soja” no Paraguai, e a distribua entre os trabalhadores. Caso isso não aconteça, os “carperos” prometem invadir a propriedade.

Além dessa ameaça, outras lideranças do movimento avisaram que mais de 162 mil hectares situados em outras localidades do Departamento do Alto Paraná podem ser invadidos já a partir das próximas semanas. Diariamente, paraguaios de outros lugares do país têm chegado ao acampamento em Nacunday, tornando os ânimos mais exaltados.

Os “brasiguaios” contrataram seguranças para protegerem suas propriedades que ainda não foram invadidas.

Há um grupo de brasileiros e “brasiguaios” menos favorecidos que enfrenta grandes dificuldades. São pessoas que não possuem sequer documentos. Essa parcela da comunidade enfrenta todo tipo de chantagem e ameaças, além da dificuldade de comprovação da posse de suas terras que são constantemente invadidas.

O Governo do Paraguai alertou aos “carperos” que não vai tolerar nenhuma invasão e criou uma nova Comissão para tentar resolver o problema. Um reforço policial de 250 homens foi deslocado para a região a fim de evitar o confronto.

Devido à ação dos “carperos”, o Chefe do Gabinete Civil do Paraguai, Miguel López Perito, declarou que o Governo pode suspender a demarcação até que os ânimos de acalmem.

O Governo Paraguaio tem tratado o caso dos ‘sem-terra’ com medidas paliativas, que não foram suficientes até agora para resolver a questão.

Ainda que tenha enviado alguns policiais para a área com disputa e tenha designado uma Comissão para tratar do problema, o Governo acompanha o assunto relativamente à distância.

O Paraguai vive um ano pré-eleitoral, o que pode estar influenciando o comportamento das autoridades. Essa falta de presença eficaz para intervir na questão é um dos fatores que fomenta a ação dos “carperos” e amplia a tensão na área.

Com essa situação, os movimentos sociais identificam oportunidades para patrocinarem ações que redundem em algum tipo de benefício.

A Liga Nacional dos Carperos é um movimento que emprega técnicas radicais para atingir seus objetivos. Seus integrantes conduzem ferramentas usadas na lavoura que, em um conflito, podem tornar-se armas perigosas.

Os Produtores “brasiguaios” possuem armas de fogo e, como já dito, têm contratado seguranças para proteger suas propriedades.

O efetivo policial presente na região é insuficiente para evitar um confronto entre os litigantes. Esta hipótese não está descartada, pois a tendência é que a situação venha a se agravar, caso não sejam tomadas providências oportunas no nível governamental.

Ontem recebi a informação de que o Governo brasileiro está atento a essa movimentação na região da fronteira com o país vizinho, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça. Sua Excelência a Senhora Presidenta da República já teria designado S. Exª, Ministra-Chefe do Gabinete Civil, Gleisi Hoffmann, para coordenar esse grupo de trabalho envolvendo outros Ministérios para que – com a sua contraparte no governo paraguaio, que é o chefe do Gabinete Civil, Sr. Miguel López Perito – possam chegar a um entendimento que tranquilize de um lado os brasiguaios e que também ofereça aos paraguaios que desejam ter o seu espaço para poder plantar ter essa garantia, sem que o direito já adquirido pelos brasiguaios seja ameaçado.

Em relação aos "brasivianos", que são os brasileiros na fronteira com a Bolívia.

Os brasileiros e seus descendentes estabelecidos na Bolívia, também conhecidos como "brasivianos", têm enfrentado dificuldades no território daquela nação andina.

Fruto do chamado processo de "refundação da Bolívia", onde os direitos dos indígenas bolivianos receberam especial atenção do Governo Central – em consequência da Constituição que passou a vigorar a partir de 2009 –, os "brasivianos" se encontram em situação que inspira preocupação quanto à manutenção de suas propriedades e permanência naquele país. A fragilidade, a omissão e a falta de clareza –intencionais ou não – da legislação fundiária boliviana, contribuem para potencializar a preocupação e, ao mesmo tempo, explicá-la.

O Governo boliviano anunciou, em 9 de março de 2011, que questiona a legitimidade dos títulos de propriedade de terra concedidos aos brasileiros no Leste e Nordeste daquele país, bem como afirmou que serão expropriados um milhão de hectares de terras adquiridos ilegalmente por estrangeiros nos Departamentos de Beni, Santa Cruz e Pando. Exatamente junto a esses três departamentos que se constitui a chamada medialuna.

A reforma agrária no Oriente boliviano e no norte de La Paz, visando essencialmente a mitigar o déficit de terras entre os camponeses do Altiplano, foi uma das principais promessas de campanha de Evo Morales.

No período de 2006 a 2009, um milhão, cento e dezessete mil, setecentos e quarenta e um hectares de terras fiscais (ou seja, terras do governo) foram divididos entre 6.322 beneficiários, a maior parte comunidades indígenas e camponesas e pequenos produtores agrícolas.

O governo tem recorrido às expropriações de fazendas improdutivas ou ilegalmente adquiridas. Entre 2006 e 2009, quase 41 milhões de hectares foram vistoriados para verificação da legalidade das ocupações, o que representa 39% dos aproximadamente 107 milhões de hectares assinalados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária boliviano (INRA). Do total expropriado, um milhão, trezentos e setenta e um mil hectares pertenciam a 326 empresas agropecuárias estrangeiras.

Em 2009 e 2010, o governo promoveu o deslocamento e o assentamento de camponeses do Chapare (Cochabamba) e de Riberalta (Beni) em comunidades rurais de Pando, inclusive em áreas antes ocupadas por extrativistas brasileiros. Em Pando, madeireiros brasileiros tiveram propriedades confiscadas sob acusação de roubo e contrabando de recursos naturais.

Aspecto também importante diz respeito à questão do gás natural. A Petrobras responde por 60% da produção boliviana de gás natural e tem papel relevante no atendimento à demanda doméstica, participando de diferentes etapas da cadeia de produção e de distribuição de combustível. A Bolívia é altamente dependente de investimentos e tecnologia estrangeiros para manter ou aumentar os níveis de produção, que já não são suficientes para cumprir o contrato de fornecimento com a Argentina.

Além disso, a Bolívia usufrui da cooperação brasileira no financiamento de obras de infraestrutura em seu território. A situação de dependência brasileira em relação às importações de gás boliviano foi superada.

Cerca de 20 mil brasileiros vivem na Bolívia, principalmente nos Departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando. Neste último, estima-se que estejam cerca de 15 mil. Aproximadamente 3 mil brasileiros trabalham no agronegócio boliviano, sobretudo no negócio da soja em Santa Cruz, que é baseado na produção de oleaginosas (soja e girassol), e que responde por 76,8% da produção agrícola nacional e 26,6% do valor das exportações bolivianas. Cerca de 300 famílias brasileiras produzem 50% da soja boliviana. Os brasileiros não participam diretamente de atividade política e, em geral, abstiveram-se de tomar partido no conflito político de 2008.

As advertências aos proprietários brasileiros tiveram início durante a primeira campanha presidencial de Morales, quando fez declarações urgindo-os a sair da Bolívia.

Os proprietários brasileiros que residem próximo à fronteira correm risco de ser expropriados ou forçados a ceder parte de suas terras para realização de novos assentamentos humanos.

Em relação ao II Seminário Estratégia Nacional de Defesa.

Em discurso na abertura do II Seminário de Defesa Nacional, realizado ontem, dia 15, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, ressaltou a necessidade de uma base industrial de defesa forte como parte de uma estratégia de dissuasão que garanta a paz no Atlântico Sul. Afirmou que o panorama internacional proposto pelo país passa pela multipolaridade do poder e pela criação de uma zona de paz no Atlântico Sul, que poderia ser estendida à África. O Ministro classificou a recente aprovação da Medida Provisória 544/11 na Câmara "como uma grande vitória". Assinada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em 29 de setembro do ano passado, a medida cria um regime tributário especial para a indústria de defesa nacional. Segundo o Ministro Amorim, as medidas previstas na MP estão alinhadas com o Plano Brasil Maior, que tem como objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional. Apesar de sua importância, elas deverão ser suplementadas por uma regulamentação, a cargo do Ministério da Defesa, para que possam ter efetividade e permanência.

Observo que essa medida provisória chegou ontem ao Senado e caberá a mim atuar como seu Relator revisor.

Já o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, afirmou que o desenvolvimento científico e tecnológico do País precisa estar associado à soberania nacional. Ressaltou que o Ministério desenvolve projetos em conjunto com o setor de defesa, os quais receberam investimentos de um bilhão e meio de reais em 2010 e 2011. O Ministro Raupp disse que espera um aumento significativo dessa colaboração ao longo dos próximos anos. "Quase 50% das nossas atividades estão previstas na Estratégia Nacional de Defesa", declarou.

O Presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, Deputado Carlos Zarattini, defendeu a necessidade de uma forte base industrial de defesa e o provimento de meios para mantê-la. "Nós podemos ter um desenvolvimento nacional aliado com o desenvolvimento da defesa", ressaltou o deputado. "A indústria de defesa não é puramente uma questão militar. A soberania não é uma questão das Forças Armadas, é questão do país, que temos que discutir como um todo." O Deputado também destacou a importância da transferência de tecnologia, dos investimentos nacionais no setor e na capacitação de pessoal nos últimos anos.

Painel 1 – Programas Estruturantes de Defesa Nacional

O Gen. Ex. José Carlos de Nardi – Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – apresentou o PAED – Plano de Articulação e Equipamento da Defesa – concebido para um prazo de 20 anos. O Plano contempla ações de curto prazo - de 2012 a 2015; de médio prazo - até 2023; e de longo prazo - até 2031. As ações objetivam a Reorganização das Forças Armadas, Reestruturação da Indústria de Defesa e Composição dos Efetivos das Forças Armadas, tendo como área prioritária a Região Amazônica. O General Listou os principais Projetos de cada Força (já apresentados nesta Comissão no ano passado), os quais foram detalhados por seus representantes, o Almirante de Esquadra João Afonso Prado Maia de Faria – Chefe do Estado-Maior da Armada pela Marinha, o General de Exército Joaquim Silva e Luna pelo Exército, e o Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior – Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate pela Aeronáutica.

O PAED elegeu três setores como Estratégicos, atribuindo à Força Aérea a condução dos esforços no setor Espacial, ao Exército no setor Cibernético e à Marinha no setor Nuclear.

Painel 2 – Desenvolvimento Tecnológico para a Indústria de Defesa

O Major-Brigadeiro Álvaro Knupp – Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa – discorreu sobre as Metas Estratégicas do Ministério nessa área, ressaltando em sua conclusão que o fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico exige mais que simples desoneração e incentivo fiscal. O representante da Odebrecht Defesa e Segurança lembrou que o desenvolvimento tecnológico é vetor de soberania e independência. Listou ações desejáveis à sua consecução, com destaque para a necessidade de aglutinação dos recursos (indústria, centros de pesquisa e academia) e de coordenação governo-indústria. Luiz Carlos Aguiar, Presidente da Embraer, apresentou o exemplo da empresa, citando a importância da visão corporativa aplicada nos campos de Ciência e Tecnologia e Pesquisa e Desenvolvimento, assim como, da importância da busca da dualidade. Ressaltou, ainda, a necessidade de ser revertido o processo de primarização das exportações brasileiras verificado nos últimos tempos, com registro de significativo déficit na área industrial.

O Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sr. Glauco Arbix, saudou o renascimento da Indústria de Defesa no Brasil pela sua importância econômica e, principalmente, para o desenvolvimento científico e tecnológico. Assinalou que esse setor já é responsável por mais de 25.000 empregos diretos e 100.000 empregos indiretos, e que os financiamentos da Finep na área de Defesa apresentam grande incremento, atingindo em 2011 a casa do bilhão de reais. Enfatizou, entretanto, que os grandes projetos de

Defesa não cabem nos orçamentos da Finep, e nem das próprias Forças Armadas, sendo necessária sua inclusão em Programas de Governo, a exemplo do PAC.

Painel 3 – Política de Defesa e Medida Provisória nº 544/2011

O Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Murilo Barboza, apresentou a origem e estrutura da Secretaria (a SEPROD), enfatizando os objetivos que levaram à sua criação. Coube ao General de Divisão Aderico Visconte Pardi Mattioli – Diretor do Departamento de Produtos de Defesa daquela Secretaria – discorrer sobre a Medida Provisória 544/2011. Destacou ele que a futura lei terá atuação direta sobre os Produtos de Defesa, uma vez que criará normas especiais para desenvolvimento, contratação e aquisição, regras de incentivo e financiamento de programas e projetos do setor. Lembrou que seu uso nas licitações será opcional e que será de fundamental importância a regulamentação da Lei, sobre a qual a SEPROD está debruçada para definir as condicionantes que deverão ser atendidas pelas diversas figuras criadas. Destacou, ainda, a participação multidisciplinar e interministerial nessa regulamentação e nos processos que serão estabelecidos.

A Srª Heloísa Menezes – representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – destacou a importância da legislação contemplada na MP 544/2011 e da disposição do Ministério em colaborar com a iniciativa. Já o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIMDE) – Orlando José Ferreira Neto – ressaltou a estreita ligação da Defesa com os termos Tecnologia, Inovação e Emprego. Também fez referência à MP 544/2011, que vem atender os aspectos referentes à normatização da questão, de acordo com os interesses das Forças Armadas e da Indústria. Porém, segundo ele, restam ainda grandes desafios a serem enfrentados para garantir a viabilidade do desenvolvimento almejado. Para tanto, além da regulação da MP, asseverou que outras medidas se mostram necessárias, como a qualificação de pessoas para vencer as demandas que se apresentarão.

Temos ainda outro comunicado sobre um panorama geral da crise na União Europeia, mas eu pediria a permissão de V. Exªs para iniciarmos nossa pauta do dia de hoje, com o Item nº 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico S. Exª o Senador Pedro Simon como relator **ad hoc** e concedo a palavra a S. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Marcelo Crivella informou que, com esse negócio de carnaval, avião para o Rio de Janeiro está difícil e ele só conseguiu voo hoje, à primeira hora. Inclusive ele disse que estaria aqui dando presença, mas pediu-me que, se V. Exª concordasse, eu fizesse a apresentação do relatório. E é o que faço agora.

Diz o seguinte o Senador Marcelo Crivella:

Relatório

Vêm a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 127, de 2011, de autoria da Presidência da República, cujo objetivo é alterar o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

A Exposição de Motivo nº 114, de 2009, do Ministério da Defesa, alerta que a esclerose múltipla já é incluída na Lei nº 8.112, de 1990, como doença grave passível de ensejar aposentadoria por invalidez permanente. Portanto, a ausência de tratamento equivalente no Estatuto dos Militares é injustificável. Essa a razão de ser da presente proposição.

Igualmente, alerta a mencionada exposição de motivo que a Lei nº 7.713, de 1988, aponta entre os rendimentos isentos do imposto de renda os recebidos por portadores de esclerose múltipla.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

A matéria foi distribuída a esta Comissão (CRE) e a de Assuntos Sociais (CAS).

Cabe à CRE emitir parecer sobre assuntos referentes às Forças Armadas de terra, mar e ar, segundo dispõe o inciso III do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o que evidentemente inclui a análise de proposição sobre o Estatuto dos Militares.

Não há nenhum reparo a fazer ao PLC nº 127, de 2011, no que diz respeito à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

A análise de mérito do presente projeto de lei nos conduz à conclusão de sua pertinência, seja para reforçar condição especial conferida pela legislação a portadores de doenças graves, seja para corrigir desequilíbrio legislativo.

Atualmente, o servidor civil será aposentado por invalidez permanente quando decorrente de doença grave, que, segundo o art. 186, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, são: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

O art. 24, §1º, da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, seguindo os passos da Lei nº 8.112, de 1990, considera a esclerose múltipla como doença grave para efeito de reforma de polícia militar e bombeiros incapacitado do Distrito Federal, conferindo-lhe proventos calculados sobre o soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado, na forma da legislação em vigor e os adicionais e auxílios a que fizer jus.

Não há dúvidas de que a esclerose múltipla é uma doença grave, com potencial de levar à incapacidade permanente o servidor civil ou militar. Cuida-se de enfermidade neurológica autoimune crônica do sistema nervoso central, que atinge, sobretudo, o jovem adulto e pode causar diversas sequelas no cérebro, medula espinhal e nervo ótico.

A legislação federal reconhece a gravidade dessa doença, tanto para aposentadoria e reforma como para isenção fiscal. Entretanto, esse reconhecimento é realizado de modo imperfeito para efeito da reforma de militar, pois o servidor militar por ele não é beneficiado no plano federal.

Urge, assim, corrigir essa lacuna e incluir no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980) a esclerose múltipla como fator de reforma por possível incapacidade definitiva.

Voto

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Câmara nº 127, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

Assina o ilustre Senador Relator Marcelo Crivella.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Pedro Simon pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2011
- Não Terminativo -

Modifica a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos, com a finalidade de permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observação: A matéria constou da pauta do dia 9 de fevereiro de 2012, tendo sido retirada a pedido do Sr. Relator, que estava em viagem oficial ao exterior naquela data.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Cristovam Buarque, para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer que, na semana passada, tenha sido retirado de pauta. Mas, também quero informar que, em conversa com o Senador Crivella, eu gostaria, se for regularmente possível, pedir outra vez a retirada de pauta. E explico a razão.

Nós precisamos esclarecer bem o que significa estrangeiro, no caso. Não pode ser aquele que está de passagem aqui; tem que ser aquele com residência, tem que ser aquele que mostre já uma relação direta com o Brasil. Isso não ficou claro nem no meu relatório nem no projeto inicial. Então, ele me pediu que retirássemos para trabalharmos juntos, ele e eu, a fim de melhorar a proposta.

Além disso, acho que esse projeto merece um bom projeto porque creio que haverá contradições, haverá pessoas contrárias e estou pronto para defender o projeto, que acho é parte do esforço brasileiro como protagonista mundial, mas é melhor num dia em que haja mais pessoas para a gente debater e que haja

esses esclarecimentos feitos pelo Senador Crivella junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Cristovam Buarque, a solicitação de V. Exª está atendida e o item 2, portanto, o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2011, fica retirado da pauta desta reunião, projeto este de autoria de S. Exª o Senador Marcelo Crivella, que tem como relator S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 6, DE 2012

Nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências, na cidade do Rio de Janeiro, sede da Conferência, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir o referido Evento.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 13/02/2012.

Antes de colocar em discussão o requerimento, gostaria de informar a V. Exªs que esta Comissão já esteve na cidade do Rio de Janeiro em duas oportunidades, com integrantes da Comissão de Relações Exteriores, para acompanhar esses preparativos. E a visita foi extremamente proveitosa porque nos deu até certa tranquilidade ao Senador Cristovam e eu, que, em certo momento, nos preocupávamos com o andamento dos preparativos e ficamos bem impressionados à época da segunda viagem que fizemos com o ritmo das obras. E agora, acredito, em contato com o Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, eles até solicitaram que fosse feita uma nova – não diria inspeção – visita aos locais onde estão instalados os diversos equipamentos que receberão cerca de 50 mil credenciados pelas Nações Unidos e mais de 200 mil pessoas interessadas no tema que acorreram à Conferência Rio+20.

Agora, sim, coloco em discussão o requerimento dessa ida à cidade do Rio de Janeiro, sede da Conferência, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir o referido evento Rio+20.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 7, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, para debater a atual situação da política externa brasileira, bem como os preparativos e ações tomadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 13/02/2012.

Em discussão o requerimento

Para discutir, S. Exª o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu estou plenamente de acordo, acho muito positiva a convocação. E creio, inclusive, que o que eu vou falar já está contido no requerimento, porque V. Exª fala na convocação para debater a atual situação política externa brasileira, bem como questões referentes à Rio+20.

Apenas quero salientar que, nessa questão da política externa brasileira, de certa forma, será interessante conversarmos com o Chanceler sobre esta situação que me parece extremamente dolorosa, a de a Inglaterra mandar um navio nuclear para a zona do Atlântico Sul, para a zona das Malvinas. Não havia razão para isso. Isso não tem significado. Afinal, o que isso significa é que a Inglaterra mandou para o Atlântico Sul um submarino nuclear. Na Inglaterra, há dois tipos de submarino: o de armas normais e o nuclear. E a Inglaterra enviou o nuclear. A Inglaterra está protestando, e essa é uma situação delicada. O Brasil já se manifestou de forma favorável à posição da Inglaterra com relação às Ilhas Malvinas, e acho que a decisão do Brasil foi absolutamente correta.

Alguns resquícios do imperialismo ainda existem e têm de terminar, e um deles é esse. Qual a razão, qual o motivo para, ao lado da Argentina, a quilômetros de distância, haver uma possessão inglesa? Nada há

que sustente isso. Como diz a imprensa, há muito mais ovelhas do que cidadãos naquela região.

Primeiro, foi um ato muito infeliz. A Inglaterra vê, com muita simpatia, a figura do Príncipe. Muita gente, na Inglaterra, acha que o normal – é o que eles desejam – é o Príncipe ser o herdeiro, em vez de ser o seu pai, cuja figura ficou muito desgastada com o casamento com uma divorciada etc e tal. Há uma simpatia, por parte de todo o mundo, em relação a esse Príncipe. Mandar o Príncipe para treinar nas Ilhas Malvinas? Havia tanto lugar para ele ir! Para que um gesto dessa natureza? É uma pessoa que conta com a simpatia de todos. Todo mundo vê, com simpatia, a figura dele e a figura da sua esposa, que, casando com o Príncipe, tem a simpatia de toda a Inglaterra, inclusive pelas posições positivas que está assumindo. De repente, a Inglaterra o manda para fazer treinamento nas Ilhas Malvinas, num navio com arma nuclear, num submarino nuclear.

Sinceramente, deixo em relação a esse assunto meu ponto de vista nesta Comissão. Já que vem o Embaixador, já que vem o Chanceler aqui, é claro que devemos esperá-lo, sim. Mas já faço a proposta de que devemos manifestar profunda estranheza sobre a forma grosseira – perdoem-me a sinceridade – como a Inglaterra reabre o debate sobre isso. Essa é uma verdadeira provocação à Argentina e a nós também, porque, afinal, um submarino nuclear está no Atlântico Sul, numa região próxima ao Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Tenho a certeza de que, com a presença aqui de S. Exª o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, numa data que será ainda marcada no mês de março, acredito, esse tema será discutido, debatido. Tem toda a razão V. Exª.

Concedo a palavra, para discutir, a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, considero que a vinda do nosso querido Ministro Antonio de Aguiar Patriota à nossa Comissão será de grande relevância, pois debateremos a situação da política externa brasileira, bem como a Rio+20.

Concordo com o Senador Pedro Simon quanto ao que disse sobre o relacionamento entre o Reino Unido e a Argentina com respeito às Ilhas Malvinas, que foi objeto, inclusive, de uma fala da Presidente Cristina Kirchner dirigida ao Presidente Barack Obama, em visita recente a Washington.

Como o Brasil é uma Nação que tem ótimo relacionamento tanto com o Reino Unido quanto com a Argentina, será importante sabermos do Ministro Patriota como está a possibilidade de o Brasil intermediar um diálogo de bom senso. Eu até queria – não sei se o Senador Pedro Simon assistiu, Senador Collor e demais membros – citar o filme, muito bem feito, com a atriz Maryl Streep, que faz a Dama de Ferro. V. Exª já assistiu a esse filme? Não?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em casa? Pensei que estivesse só nos cinemas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agora posso falar. É que uma vez dessas eu falei... eu peguei um negócio e não era legalizado. Falei da tribuna, mas agora já posso falar, porque ele já está legalizado. Vi em casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na história da Dama de Ferro, tão bem representada por Maryl Streep, que faz a Primeira-Ministra Margaret Thatcher quando é... A história é verdadeira, apenas estou recomendando que possam assistir ao filme. A Maryl Streep só não representa quando ela é muito jovem, mas o faz quando Primeira-Ministra e nos tempos mais recentes, quando ela está com Alzheimer, aos 80 anos de idade. O filme é primoroso na forma como é feito, e eu o recomendo a todos. Mas eu ouvi o comentário de que os argentinos não gostaram tanto. Por quê? Porque há o momento exatamente quando a Primeira-Ministra Margaret Thatcher, muito assertivamente, determina que as forças armadas do Reino Unido se coloquem e façam a guerra das Malvinas. Acho que o Senador Pedro Simon deve ter lembrado as Malvinas talvez por ter visto o filme ontem, porque é uma cena muito bem feita, mas que mostra o sentimento da Dama de Ferro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas ali, de certa forma, foi um ato da Argentina. A Argentina, sem mais nem menos, invadiu e foi, mas de maneira – desculpem-me – burra, porque não estavam preparados. Fizeram o negócio e foi um fiasco. Não foi sequer vitória da Inglaterra; os argentinos morreram até de fome, mostrando um despreparo enorme. Mas parecia que seria uma vitória garantida, porque a Inglaterra levou não sei quantas semanas para vir até aqui, e os argentinos já estavam lá. Então, lá se justificava, porque a Argentina, em vez de entrar na ONU, em vez de fazer alguma coisa, invadiu. Agora, não. Agora é diferente. Não está acontecendo nada, a Inglaterra é quem está tomando o ato de violência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tem razão, e acho que o Brasil pode ajudar muito.

Mas também relacionada à vinda do Ministro Patriota, eu acharia muito importante que V. Exª possa marcar efetivamente em março, porque está anunciado pela Casa Branca que o Presidente Barack Obama receberá a Presidenta Dilma Rousseff no dia 9 de abril. Portanto, essa audiência se dará em intervalo de dois momentos muito importantes na diplomacia brasileira, que foi a visita da Presidenta Dilma há pouco mais de uma semana a Cuba e a visita à Casa Branca, com o Presidente Barack Obama, no dia 9 de abril.

Ora, há temas muito relevantes no diálogo. V. Exª lembra que a Presidenta Dilma Rousseff, quando, em Havana, foi instada a falar sobre direitos humanos, mencionou que todos os países têm telhado de vidro e, que, por exemplo, há um problema sério em Guantánamo, com a prisão. O Presidente Barack Obama, segundo me lembro, já encaminhou ao Congresso dos Estados Unidos a sua vontade de extinguir a prisão de Guantánamo. Como a Presidenta falou sobre isso em Havana, é possível até que ela venha a falar nos Estados Unidos, para o próprio Presidente Barack Obama. Acho que isso, por exemplo, pode ser objeto do diálogo conosco. Porque eu, por exemplo, estaria encorajando-a e transmitir ao Ministro Patriota, assim como também estaria encorajando a Presidenta Dilma, quem sabe, a propor que os cinco cubanos considerados heróis nacionais, que são objeto do livro de Fernando Morais, *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*, possam de fato até obter anistia e voltar para Cuba. Acho que seria um passo de boa vontade em relação a Cuba.

Por outro lado, tendo em conta que o Presidente Barack Obama, logo depois de ter assumido o governo, em 2009, concedeu entrevista à blogueira Yoani Sanchez, acho que também esse assunto pode ser objeto do diálogo com o Ministro Patriota, para saber em que medida o governo brasileiro e também nós, Senadores, e o Congresso Nacional possamos transmitir às autoridades cubanas, diante da negativa para que a Srª Yoani Sanchez pudesse vir ao Brasil, e fazê-los repensar essa decisão.

Eu gostaria de relembrar aqui, Sr. Presidente, uma das importantes líderes do socialismo nos séculos XIX e XX, Rosa Luxemburgo.

Num de seus textos mais conhecidos, ela diz o seguinte:

> "A liberdade apenas para os partidários do governo, só para os membros de um partido – por numerosos que sejam – não é a liberdade. A liberdade é sempre, pelo menos, a liberdade do que pensa de outra forma (...). Sem eleições gerais, sem uma liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, sem uma luta de opinião livre, a vida acaba em todas as instituições públicas, vegeta e a burocracia torna-se o único elemento ativo."

Quando a Presidenta Dilma recebeu o Prêmio de Direitos Humanos, em 9 de dezembro de 2011, ela fez um pronunciamento em que disse:

> "Sabemos todos que a democracia política se fortalece com a democracia social. O Brasil só será um País realmente justo e desenvolvido quando todos nós, brasileiros, formos ao mesmo tempo livres para nos manifestarmos, livres para exercermos a nossa cidadania e tivermos oportunidades iguais e direitos iguais."

Pronunciamento com o qual estou inteiramente de acordo.

Mas há ainda um pronunciamento da Presidenta Dilma, quando ela esteve no aniversário de 90 anos da *Folha*, em que ela reafirmou: "(...) meu compromisso inabalável com a garantia plena das liberdades democráticas, entre elas, a liberdade de imprensa e de opinião". Depois de enaltecer e parabenizar a *Folha* pelos seus 90 anos, ela terminou assim: "Por fim, reitero sempre que, no Brasil de hoje, nesse Brasil com uma democracia tão nova, todos nós devemos preferir um milhão de vezes o som das vozes críticas de uma imprensa livre ao silêncio das ditaduras".

Levando em conta as palavras de nossa Presidenta, que, com tanta assertividade, colocou isso, eu acho que nós podemos perguntar ao Ministro Patriota, mas até mesmo nós transmitirmos às autoridades cubanas que – e eu, inclusive, falo aqui como Senador de um partido que teve por objetivo a construção de uma sociedade mais justa por meios democráticos, e enfatizou isso desde o primeiro instante de nossa fundação. Mas, como eu sei que este é um sentimento comum dos Senadores, suprapartidariamente, que possamos inclusive tratar desse tema, e já avisados aqui previamente, com o Ministro Antonio Patriota. Eu acho que seria uma boa oportunidade, inclusive para que o embaixador cubano possa ouvir e, se quiser, até estar presente aqui. Eu o convidaria aqui para ouvir o sentimento de nós, Senadores brasileiros, sobre essa questão também.

Queremos, sim, encorajar a Presidente Dilma, no diálogo com o Presidente Barack Obama, de sugerir: olha, vamos acabar com o bloqueio, com o embargo dos Estados Unidos a Cuba. Acho que esse é um sentimento comum a todos nós brasileiros e participantes das três Américas que gostaríamos de transmiti-lo ao Presidente Barack Obama. E que a Presidenta Dilma possa transmitir isso com o respaldo de nós Senadores, mas também tratar: quem sabe, se vocês em Cuba, se

as autoridades cubanas derem sinais positivos, como o de permitir que a Srª Yoani Sanchez possa sair de Cuba e visitar o Brasil, porque o convite a ela se renova para ela vir em abril próximo, já que não pôde vir na data prevista, que seria agora em fevereiro. Ela não pôde vir, mas há um novo convite para vir em abril, depois da visita da Presidenta ao Presidente Barack Obama.

Então, todos esses temas poderão ser examinados, inclusive a visita que nos fará o Ministro Patriota para tratar de tantos assuntos.

Ainda ontem, a Casa Branca disse que o Presidente Barack Obama quer ouvir Dilma sobre o Irã, e o Brasil que já teve um diálogo tão positivo com a Turquia durante o Governo Lula para um melhor entendimento sobre o problema de energia nuclear no Irã...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Governo do Brasil foi enganado pelo Irã nesse negócio. Eles passaram a perna no Presidente Lula.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, esse assunto poderá ser objeto de nosso diálogo, porque o Brasil tem tido uma posição muito importante para também promover o melhor entendimento entre Israel e a Palestina, até pelas boas relações que temos no Brasil entre árabes, palestinos e judeus. E o Brasil pode colaborar para que haja um melhor entendimento em todo o Oriente Médio, inclusive entre Israel e Irã, Israel e Palestina.

Esses assuntos, portanto, que precederão à visita da Presidenta Dilma ao Presidente Barack Obama, poderão ser aprofundadamente debatidos entre nós com o Ministro Patriota, Sr. Presidente. Então, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, porque muitos são os assuntos relevantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Continua em discussão.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, antes de falar explicita e especificamente sobre a vinda aqui do Ministro, em relação à sugestão do Senador Suplicy, eu queria lembrar que talvez esse não seja um bom momento para a Presidenta fazer sugestões desse tipo porque ela vai estar lá em plena campanha eleitoral e, no presidencialismo, sobretudo norte-americano, o presidente, quando é candidato, ele fala um pouco como estadista e muito como candidato. Ele tem que se preocupar com os seus votos. E isso aí é um gesto que, se ele fizer, pode ser destruidor da eleição dele, porque a gente sabe da influência dos imigrantes cubanos nas eleições norte-americanas. E como eu acho que, em uma relação entre dirigentes de Estado, não é bom constranger o outro, eu temo que um pedido desses possa trazer um constrangimento ao Presidente Obama de ter que dizer não – apesar de que não vejo justificativa para os Estados Unidos manterem presos esses cinco cubanos.

O livro do Fernando Morais é um livro formidável, como tudo que ele escreve, e mostra claramente que, do lado da ética, da justiça, não se justifica tê-los presos. Mas eu acho que a nossa representante, neste momento, pode estar cometendo um gesto temerário em pedir que essa anistia seja feita aqui, a não ser que seja nessas conversas secretas de Chefes de Estado, que o senhor já foi e sabe que existem e que, aliás, querem tornar públicas. E o senhor, realmente, optou por uma regularização diferente.

Mas eu quero falar da vinda do Ministro.

Primeiro, dizer que tem todo o meu apoio e felicito-o.

Mas eu queria que fosse sugerido ao Ministro que ele fale não apenas da política externa, mas também do quadro internacional que estamos vivendo neste ano, no próximo e nos seguintes, que é um período muito grave.

Ele tem uma posição de observação que nós não temos. Nós observamos pelos jornais, pela televisão; ele observa envolvido e com um quadro imenso de representantes brasileiros competentes da diplomacia. Só para citar alguns desses problemas, porque eu sou curioso para saber o que vai acontecer neste mundo, o que está acontecendo na Síria. Nem a gente sabe quanto tempo se segura o Presidente Assad no poder – quanto mais cedo ele for, melhor. Mas o que virá depois? A primavera árabe; já está se falando agora na primavera russa, no momento da eleição ou reeleição do presidente.

O conflito entre Israel, Estados Unidos e Irã; o problema da proliferação nuclear. Este é um momento muito grave, de um dia para o outro, muda.

Hoje já está nos jornais que o Irã deu dois significativos passos em direção à autonomia da energia nuclear. A crise econômica na Europa, com problemas que não são apenas econômicos. O que está acontecendo na Grécia é muito mais que um problema econômico; é um – não sei se existe ou se é um neologismo – desfazimento do tecido social, político e econômico que a gente não sabe onde vai dar.

A China. Eu gostaria de saber, com mais detalhes, o que está se passando nos subterrâneos da China, que, pelo que a gente lê nos jornais estrangeiros, está em ebulição social e política. Como se fala também na primavera chinesa até.

Vai haver eleição na França, na Rússia, creio que na Alemanha, nos Estados Unidos. É um período muito ativo, para não usar a expressão complicado.

E nesse momento, talvez, eu gostaria de ouvir o Ministro falar da perspectiva que tem naquilo que for público. No que não for público, ou ele faz em reunião secreta ou pede desculpa e não nos informa.

Mas eu gostaria, como Senador, de ouvir o que o nosso Ministro tem a dizer sobre o que está acontecendo no mundo, além, obviamente, da função principal, que é a política externa brasileira. Mas não são ligadas as duas coisas, não são mesmo. E a Rio+20, obviamente, que é uma coisa fundamental. E como, graças a sua determinação, sou Presidente da subcomissão, está tão no meu dia a dia que nem veria isso, de tanto que estamos envolvidos. Mas seria importante, obviamente, também falar da Rio+20.

Até sobre isso, creio, temos tido evoluções favoráveis, positivas em relação, há um mês ou dois, ao envolvimento do Governo. O Senador Aloysio mesmo estava dizendo que dá impressão que o Governo agora agarrou a bandeira, mas com muita preocupação ainda, não só a representatividade, mas o documento final, que, como o senhor muito bem se manifestou na última reunião, é um documento que não atende as exigências deste momento, da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de informar às S. Exªs, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores desta Comissão que o Sr. Ministro das Relações Exteriores entrou em contato com a Comissão das Relações Exteriores do Senado e acertamos a data de sua presença aqui para o próximo dia 15 de março, o que atende, acredito perfeitamente, a solicitação feita por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy. Então, já está confirmada a vinda de S. Exª o Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Antonio de Aguiar Patriota, no próximo dia 15 de março, a esta Comissão.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2012

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em reunião conjunta desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na cidade de Manaus – AM, em data a ser definida, com o fim de tratar da questão da migração e do tráfico de haitianos para o Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 13/02/2012.

Sugiro que o presente Requerimento seja aprovado, depois de deliberado, caso seja este também o entendimento de V. Exªs, nos termos do Requerimento nº 138/12, da CPI do Tráfico de Pessoas, que propõe a realização de audiência pública dessa Comissão Parlamentar de Inquérito com a participação desta Comissão, não em conjunto com esta Comissão.

Vou colocar em discussão o Requerimento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se podemos entender esse requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin como se estivesse propondo a realização de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito com a participação dos membros desta Comissão, não em conjunto com esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, existe uma CPI sobre esse tema em andamento no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A que trata do tráfico de pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, a do tráfico de pessoas! Como não está escrito "tráfico de pessoas"...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está aqui: "...questão da migração e do tráfico de haitianos".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está tudo bem, então.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, eu colocaria, em primeiro lugar, à deliberação dos Srs. Senadores se concordam que coloquemos, no final do requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que a realização da audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito seja feita com a participação desta Comissão em vez de ser feita em conjunto com esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está certo. É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Então, o Requerimento passa a ser redigido desta forma: "(...) audiência pública com a participação da Comissão de Relações Exteriores". Não será uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores.

Coloco em discussão o Requerimento, nesses novos termos adotados pelos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco o Requerimento em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento nos termos modificativos, com a deliberação de forma aquiescente por parte dos Srs. Senadores, permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

É preciso explicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 106, determina que as Comissões reunir-se-ão nas dependências do edifício do Senado Federal. É importante este lembrete: o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 106, determina que as Comissões reunir-se-ão nas dependências do edifício do Senado Federal. CPI tem natureza distinta de uma Comissão permanente. Não se reúne Comissão de Sindicância com Comissão de Licitação, por exemplo. A CPI tem normas processuais próprias e faz deliberações de caráter investigativo. Sugerir que o texto proponha reunião da CPI com a participação dos membros da Comissão de Relações Exteriores, não uma reunião conjunta em audiência pública, guarda, portanto, obediência aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 106, conforme foi também o entendimento de S. Exªs os Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CRE

Nos termos do inciso V, §2º, art. 58, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Em discussão o requerimento.

Com a palavra S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para justificar, Sr. Presidente, e lembrar que esse convite, tudo isso partiu de uma iniciativa e uma inspiração sua. Eu aproveitei para fazer esse convite pessoalmente ao Embaixador. Ele, hoje, não é apenas Subsecretário das Nações Unidas – cargo muito importante –, não é apenas representante chinês, de certa maneira, por ser sua nacionalidade, mas é a pessoa encarregada geral da Rio+20, nos moldes do que foi Maurice Strong, com quem o senhor teve convivência em 1992, para a Eco 92.

A presença dele aqui será extremamente importante não apenas para que nós possamos ouvir e manifestar as nossas críticas e sugestões, mas também para que ele fale pela TV Senado e o Brasil possa ouvir o que tem a dizer o encarregado da Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão o requerimento de S. Exª. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Para apoiar, Sr. Presidente. É muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Eu gostaria de aditar que realmente foi muito feliz essa iniciativa do Senador Cristovam Buarque ao convidar o Sr. Sha Zukang para aqui comparecer. Esse convite foi feito por S. Exª e já foi aceito pelo Secretário-Geral da Conferência Rio+20. Nós esperamos, com muita ansiedade, a sua presença, que irá ajudar muito a formatação da agenda e da pauta definitiva dos nossos trabalhos, quando da realização da Conferência Rio+20.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Sérgio Souza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu encaminhei ontem à Presidência do Senado, conforme diz o Regimento, um requerimento para pedir licença para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado, nos dias 8 a 11 de março, para participar do Encontro Anual da Eastern Economics Association, que se realizará em Boston, dias 9 a 11 próximos, para realizar palestra sobre a

renda básica de cidadania para auxiliar a transição para a democracia.

Normalmente, a Mesa encaminha. Só pergunto a V. Exª se teremos reunião no dia 23 próximo ou se será logo na semana seguinte, porque acho que vai chegar em tempo o requerimento. Mas, de qualquer maneira, eu encaminho a V. Exª aqui também, porque, às vezes, V. Exª já poderá designar um Senador que possa dar o parecer. Como é na segunda semana de março, ainda teremos a semana do dia 1º com reunião aqui. Acredito que dará tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Haverá tempo, Senador Eduardo Suplicy. O requerimento de V. Exª foi recepcionado pela Mesa e será designado um relator. Eu gostaria de tranquilizar V. Exª, porque haverá tempo hábil para que o requerimento seja apreciado muito antes de sua viagem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continuando, com a palavra S. Exª o Senador Sérgio Souza, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na reunião da semana passada, V. Exª sugeriu a esta Comissão um ciclo de temas da agenda internacional e deixou à disposição para que nós, pares e membros desta Comissão, pudéssemos apresentar alguma sugestão.

Sou Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, também sou membro da Subcomissão da Rio +20, entre outras comissões que são de interesse das relações bilaterais do Brasil com outros países.

Vou submeter à apreciação de V. Exª – vou deixar depois com a assessoria desta Comissão – como sugestão de temas nesse ciclo de debates, duas questões. Uma delas é para tratarmos, Senador Cristovam Buarque, com um pouco mais de atenção, o programa Proantar. E aí a sugestão é a de incluir no painel, no quarto ciclo, que são temas da agenda internacional, a participação do Programa Antártico Brasileiro, Proantar, no monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e também na América do Sul, principalmente no sul e no centro-oeste, no oeste brasileiro, que sofrem as interferências do clima vindo da Antártica, bem como a análise dos impactos do clima mundial como subsídios ao Parlamento brasileiro para os debates sobre o aquecimento global na Conferência da Rio +20.

E o segundo tema, que já foi aqui hoje colocado como preocupação pelos nossos colegas Senadores, seria a inclusão de novo tema no primeiro painel do quinto ciclo de 2012 – um ano de crise no mundo: a análise da crescente tensão entre a Argentina e o Reino Unido na disputa pelo arquipélago da Malvinas e seus possíveis reflexos no campo econômico, político e social entre os países-membros do Mercosul.

Eu até trouxe aqui duas notas recentes, uma do dia 14 de fevereiro e outra do dia 15 de fevereiro, do G1. Uma tem como título "A Argentina aceita a coordenação da ONU em negociações por Malvinas", e a outra, "Deputados britânicos viajarão em março às Malvinas".

Temos notícia de que navios nucleares estariam vindo para essa região. E o Brasil tem uma função um pouco de liderança na América Latina, acho que tem esse dever. Podemos tomar essa questão, debatê-la aqui no Congresso Nacional, e esta Comissão seria a mais propícia.

Então, submeto as minhas sugestões, logo mais, à apreciação desta Comissão, para que, em momento oportuno, elas sejam avaliadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Podemos fazê-lo já, agora, com a aquiescência de V. Exª, Senador Sérgio Souza. Acho que a sua contribuição é extremamente valiosa.

Eu a colocaria à deliberação dos Srs. Senadores, para que façam parte integrante do nosso ciclo de debates os dois temas trazidos hoje pelo Senador Sérgio Souza.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa colaboração... Antes de colocar em votação, coloco em discussão.

Com a palavra, S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero apenas apoiar a proposta do Senador Sérgio Souza e dizer que ele trouxe um detalhe muito importante, Senador, ao nosso trabalho, da Subcomissão.

Temos discutido lá: oceanos e espaço, a quem pertencem? Isso tem sido um tema no nosso ciclo. A quem pertence o espaço que hoje está cheio de pedaços de satélite? E a quem pertencem os mares e oceanos, cujo gelo está sendo derretido. Estão buscando petróleo em tanto lugar, inclusive, nós, brasileiros. Mas faltava especificar a Antártica. Estou de acordo.

E creio que a sua referência – e a minha – foi não apenas por ser Presidente da Subcomissão, mas também Presidente da bancada de apoio – já faz anos – ao projeto Proantar.

Eu sou um defensor entusiasmado da presença do Brasil cientificamente na Antártica – inclusive, Senador, eu recomendarei que, um dia, um grupo de Senadores desta Comissão possa ir lá, porque aquilo ajuda a aumentar o espírito pátrio, que alguns acham que é coisa do passado, mas eu não acho; outros

acham que é só coisa, a cada quatro anos, na Copa do Mundo, e eu acho que não é só a cada quatro anos.

Eu acho que a Aeronáutica, eu tenho certeza, é disposta a reservar algumas vagas nos seus voos durante o período de verão, para levar alguns Senadores da Comissão. Até aqui eu acho que a Comissão em si – tem ido Senadores diversos isoladamente –, mas, como Comissão, nunca foi. E isso eu acho importante até para que a gente dê apoio necessário. Todos os anos, quando se tem que cortar verbas, a primeira coisa que se corta é do Proantar e, hoje em dia, o Proantar funciona graças a emendas de Parlamentares da bancada que eu presido.

Então, Senador Sérgio Souza, agradeço a lembrança da Antártida. Fico feliz que o senhor tenha lembrado, até porque eu me esqueci desse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão a sugestão trazida a esta Comissão por S. Exª o Senador Sérgio Souza, fazendo constar da nossa pauta de audiências públicas esses dois temas.

Não havendo quem queira discutir, em votação a sugestão de S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Sr. Senador.

Farão parte do ciclo de audiências desta Comissão de Relação Exteriores as duas sugestões que V. Exª hoje nos trouxe.

Continuando os comunicados.

Europa: panorama geral

Nos últimos meses, a Alemanha protagonizou as discussões finais sobre o plano de ajuda financeira à Grécia e o debate sobre as diversas medidas de contenção da crise do euro. Internamente, apesar da pouca tolerância da sociedade alemã para erros financeiros de autoridades, a Chanceler Angela Merkel recebeu apoio da oposição para manter o Presidente do país Christian Wulff no cargo. No campo político internacional, a Alemanha condenou diversos atentados ocorridos na Nigéria e no Afeganistão. Da mesma forma agiu em relação aos últimos acontecimentos na Síria, destacando a necessidade de soluções pacíficas para os conflitos.

A atuação de grupos radicais considerados neonazistas, ainda que em escala reduzida, vem preocupando a sociedade alemã. Ainda sobre aspectos sociais, destaca-se o aumento considerável do número de imigrantes espanhóis e gregos nos últimos meses.

A Bélgica formou um novo governo após uma crise política que durou 18 meses, influenciada pela existência de duas grandes comunidades linguísticas, flamengos e francófonos. O anúncio da escolha de Elio Di Rupo para o cargo de Primeiro-Ministro trouxe u alento ao país num momento de delicada situação financeira e de alto nível de desemprego.

Em janeiro de 2012, o Presidente do Chipre**,** Dimitris Christofías, mostrou-se disposto a dialogar com o Primeiro-Ministro turco para reduzir a tensão entre os dois países, agravada pela exploração de jazidas de gás nas águas da ilha. O Chipre, que assumirá a presidência da União Europeia em julho deste ano, aproveita esta oportunidade para restabelecer o diálogo com a Turquia.

Na Croácia, a oposição ganhou maioria absoluta nas eleições parlamentares de dezembro de 2011, permitindo que o líder social-democrata Zoran Milanovic possa governar sem ter de recorrer ao apoio de outros partidos. Tal situação é vista como positiva para a revitalização da economia do país. Apesar da crise na zona do euro, o governo croata assinou, em 9 de dezembro de 2011, o tratado de adesão à União Europeia, o que abre caminho para o país ser o 28° membro do Bloco. Um plebiscito interno, ocorrido em 22 de janeiro de 2012, aprovou por 66% a adesão, cujo tratado necessita ser ratificado por cada um dos 27 Estados-Membros daquele bloco, o que ensejará o ingresso dos croatas a partir de 1º de julho de 2013.

A Eslovênia realizou em dezembro de 2011 eleições para a escolha do novo parlamento. Zoran Jankovic, de centro-esquerda, surpreendeu ao vencer as eleições e terá que formar um governo de coalizão para governar e implantar as medidas necessárias para melhorar a situação econômica e financeira do país.

A Espanha continua no centro da crise da dívida na zona do euro, e há temores de que sua economia seja grande demais para ser resgatada como se está tentando resgatar a da Grécia. O desemprego no país já ultrapassa 22% e a população manifesta sua insatisfação contra as medidas de austeridade por meio do grande movimento conhecido como “Indignados”. A crise econômica também protagonizou a campanha eleitoral e foi a responsável por iniciar um novo ciclo político, em novembro de 2011, dando maioria absoluta aos conservadores do Partido Popular no parlamento e levando os socialistas a uma derrota após 7 anos de governo espanhol. Mariano Rajoy assumiu a presidência do governo em dezembro e anunciou uma redução do setor público, diminuição das despesas da administração, implementação de medidas fiscais que estimulem o crescimento econômico e congelamento de salários. Os gastos públicos serão cortados em 8,9 bilhões de euros e os impostos serão elevados para arrecadar mais 6,2 bilhões de euros.

No campo externo, Rajoy declarou que dará prioridade à América Latina, reforçando o vínculo ibero-americano. No campo interno, destaca-se a declaração de cessar-fogo em definitivo do grupo terrorista basco ETA. O fim das ações armadas e o sucesso dos grupos políticos ligados ao ETA nas eleições provinciais indicam o início da discussão pacífica do problema basco.

No campo social, o êxodo de aproximadamente cem mil jovens espanhóis nos últimos meses à procura de trabalho é relevante. Segundo autoridades espanholas, o Brasil é um dos principais países procurados. O reflexo da crise também pode ser entendido pelo crescente número de pessoas consideradas pobres, que atualmente atinge 25,5% da população.

Na França, a oposição às pretensões do Presidente Nicolas Sarkozy de reeleger-se recebeu o reforço do ex-Primeiro-Ministro e ex-Chanceler francês Dominique de Villepin, crítico contumaz da atual política econômica. O pleito, previsto para abril deste ano, deverá ser decidido em 2º turno, independentemente da inversão na tendência de queda de popularidade de Sarkozy. Na política externa, o fim do conflito na Líbia é o registro de maior expressão. Hoje a França apoia o governo interino e influencia na ampliação de mercado para suas exportações. Quanto à Síria, continua isolando o regime de Bashar Al-Assad e apoiando a criação de um corredor humanitário no país. A realização de testes de mísseis e o enriquecimento de urânio pelo Irã foram condenados pela França.

No campo econômico, o debate acerca da situação do país e da União Europeia foi o principal destaque. Ao lado da Chanceler alemã, Sarkozy articulou politicamente para o consenso do pacto fiscal que objetiva limitar o déficit dos países do Bloco, indispondo-se publicamente com a decisão inglesa em não aderir ao acordo. A par das negociações internacionais, a economia interna dá sinais de retração e o país busca levantar 290 bilhões de euros para amortizar dívidas e reduzir os gastos públicos, que hoje representam mais de 56% do PIB. A situação agravou-se ainda mais em janeiro deste ano com o rebaixamento de sua nota de risco de crédito pela Agência Standard & Poor's. Mas, o recente anúncio do crescimento de sua economia de 0.4% no último quadrimestre deu um novo alento à economia francesa.

No campo militar, destaca-se a antecipação da revisão do Livro Branco de Defesa. O objetivo seria aproveitar o momento de protagonismo político e militar francês para defender meios militares condizentes com tal papel. A revisão do Livro deverá atribuir especial importância ao papel das potências emergentes e, em particular, à parceria estratégica com o Brasil atrelada a objetivos de exportações de material de defesa. Em dezembro último, a Assembleia francesa aprovou uma proposta de lei que torna crime negar o genocídio, o que inclui a matança de armênios por turcos otomanos em 1915. A lei gerou um protesto formal do governo turco e inúmeras manifestações dos imigrantes.

Na Grécia, o reflexo social da crise europeia é evidente: mais de 3 (três) milhões de gregos vivem na pobreza ou à beira da exclusão social, o que representa 27,7% da população. Mesmo com o pacote de arrocho dos gastos públicos aprovado recentemente, a União Europeia ainda cobra garantias políticas de cumprimento das medidas por todos os partidos políticos para liberar novo aporte de recursos de ajuda ao país para saldar parte de suas dívidas. Isso em função das eleições legislativas antecipadas previstas para abril, e a provável mudança no comando do governo da Grécia.

Assim, a referida reunião de cúpula da União Europeia de dezembro do ano passado (8 e 9, em Bruxelas), em que se chegou a acordo para maior rigor orçamentário e fiscal – o que deverá ser ratificado na reunião da próxima 2ª feira, aí incluída a definição do empréstimo de 130 bilhões de euros à Grécia –, caracterizou-se como sinal importante da existência de vontade política para resolver a crise do euro e foi seguida por maior ação do Banco Central Europeu no sentido de aumentar a liquidez no continente. A manifestação de firmeza política teria de passar ainda pela aprovação dos parlamentos dos países membros, mas, junto com o aumento da liquidez, levou a uma menor volatilidade relativa das bolsas e a uma melhora na colocação dos títulos estatais dos países mais problemáticos da eurozona. Deve-se observar que a crise de liquidez foi controlada com o fornecimento de fundos aos bancos com juros baixíssimos, e com facilitação de garantias. Com esses recursos, os bancos têm adquirido títulos estatais e não emprestado a empresas. A melhora na colocação de *bonds* é causada pelo fato de ser um bom negócio para as instituições bancárias, mas trata-se de situação artificial, não duradoura.

A União Europeia está extremamente exigente em relação a essas medidas de equilíbrio das contas públicas gregas, mesmo porque os países que darão maior contribuição, tendo à frente a Alemanha, estão pressionados a serem rigorosos pela sua opinião pública interna. E essa opinião pública não vê com bons olhos a utilização de fundos governamentais para socorrer países que considera irresponsáveis. Os técnicos do eurogrupo detectam a falta de aproximadamente 325 milhões de euros em cortes orçamentários solicitados ao governo da Grécia e, ademais, há uma defasagem de 30 bilhões de euros decorrente da diminuição dos recursos disponíveis para o governo he-

lênico por causa do aprofundamento da recessão em que se encontra o país. Outro problema é que os credores privados relutam em assumir o prejuízo de ter o valor dos *bonds* reduzido, o que seria, na verdade, um *default* consentido. O tratamento da dívida funda-se, portanto, em dois pilares, um público e outro privado, e não chegará a bom termo se as duas negociações não forem bem sucedidas.

Na vertente política, registre-se a violência das manifestações de rua simultâneas à votação do parlamento grego que, além de Atenas, atingiram também vários outros pontos do país, com os manifestantes cada vez mais agressivos. Essas irrupções refletem a dificuldade de vários segmentos da sociedade europeia, beneficiários da proteção do estado, em aceitarem cortes de benefícios e diminuição de seu padrão de vida. As exigências para a concessão de socorro são também vistas pela população como atentatórias à soberania do país. Esse é o caso da possível restrição de movimentação do governo helênico pela liberação dos fundos de ajuda em "conta especial" controlada pela União Europeia.

Na Hungria, apesar de muitas críticas e manifestações populares, a nova Constituição idealizada pelo Primeiro-Ministro Pri Viktor Orban – do partido conservador FIDESZ (União Cívica Húngara) – entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012. A nova Carta ameaça a independência da mídia, do Banco Central e do judiciário. A União Européia, por julgar que a Lei está em desacordo com os princípios democráticos do Bloco, concedeu prazo para a revisão, caso contrário levará o assunto à Corte de Justiça Europeia.

Na Irlanda, a popularidade do Primeiro-Ministro Enda Kenny e de seu governo de coalizão caiu em 10% em dezembro último, logo após a divulgação do primeiro orçamento de austeridade e do aumento de impostos.

Na Itália, a crise econômica continua sendo o maior destaque de sua conjuntura. O país sofre com um grande endividamento público (120% do PIB), uma baixa taxa de crescimento (em torno de 0,6%) e uma taxa de desemprego de 23,2% entre adultos e 29,6% na camada jovem da população. A Itália está tecnicamente em recessão.

Em Portugal, os cenários político, militar e social estão refletindo diretamente os problemas econômicos. O país teve seu *rating* diminuído em dois níveis devido aos grandes desequilíbrios fiscais, à divida elevada e aos riscos de um cenário econômico pior para a aplicação de programa de austeridade. A economia apresenta queda de demanda interna e o país continua em recessão – o PIB diminuiu 5,5% em 2011. Já a taxa de desemprego alcançou o patamar recorde de 12,9%.

Assim como em todo o continente, a crise econômica influenciou sobremaneira a conjuntura do Reino Unido. Apesar de não adotar o euro, o maior destaque foi a tensão política gerada em função da rejeição, pelo Reino Unido, de um pacto de integração fiscal europeu, acordado pela maior parte dos países da União Europeia visando a preservação da moeda do Bloco. O fato provocou um racha na coalizão governista britânica em função do isolamento ainda maior da Inglaterra junto à União Europeia. No plano político internacional, a crise com o Irã intensificou-se em função da rejeição britânica ao programa nuclear iraniano e pelo corte das relações financeiras com os bancos do país, o que motivou violentos protestos e ataques à Embaixada do Reino Unido em Teerã. Como represália, o governo inglês expulsou diplomatas iranianos de Londres e fechou sua embaixada naquele país. A Inglaterra propôs ainda o embargo europeu às importações de petróleo iraniano.

Acerca da soberania nas Ilhas Malvinas, o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, garantiu que seu país nunca negociará com a Argentina (nunca é uma palavra que nunca deve ser dita por nenhum chefe de governo nem por nenhum chefe de estado), se assim desejarem os habitantes da ilha. O anúncio teve grande repercussão, ainda mais por ter ocorrido depois de o MERCOSUL ter decidido fechar seus portos a navios com bandeira das Malvinas.

A Rússia realizou em dezembro de 2011 eleições parlamentares que deram a vitória ao Partido Rússia Unida, do Primeiro-Ministro Vladimir Putin. Segundo observadores internacionais, o pleito foi marcado por diversas fraudes em favor da legenda governista, o que provocou protestos massivos em diversas cidades. O Partido ainda tem maioria no parlamento, mas perdeu representatividade necessária para, sozinho, modificar a Constituição. Os problemas ocorridos na eleição ensejaram, ainda, a renúncia do Presidente da DUMA – a câmara baixa do parlamento russo –, Boris Gryslov, importante aliado de Putin.

No campo externo, a Rússia tem enfatizado as críticas em relação ao Escudo Antimísseis da Europa. As argumentações da OTAN de que o Escudo é necessário para contrapor-se às ameaças do Irã e da Coréia do Norte não prosperam para o governo russo, que prossegue exigindo garantias de que o sistema europeu não será dirigido contra suas forças nucleares estratégicas.

Em relação à Síria, apesar de reconhecer os problemas e estimar uma guerra civil, a Rússia defende a não-adoção de medidas multilaterais enérgicas contra o regime de Bashar Al-Assad. Quanto à recente campanha da OTAN na Líbia, o governo russo encaminhou

pedido à ONU com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos civis líbios mortos em decorrência da campanha de bombardeios aéreos.

Em novembro do ano passado, depois de 18 anos de negociações com a União Europeia e com os Estados Unidos, a Rússia foi admitida na Organização Mundial do Comércio (OMC). A situação econômica do país, no entanto, é frágil em função da crise do euro aliada à dependência da venda de hidrocarbonetos aos países europeus. No setor militar, prosseguem as aquisições de material para o reaparelhamento das Forças Armadas russas e os exercícios conjuntos com os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). O maior destaque, porém, foi a inauguração, pelo Presidente Dmitri Medvedev, de uma estação de redares de alerta contra mísseis no enclave báltico de Kaliningrado, em resposta ao Escudo Antimísseis da Europa. É uma reedição tênue da guerra fria.

A Sérvia não obteve êxito em sua pretensão de ser admitida como membro da União Europeia, por pressão da Alemanha em função do não-reconhecimento pleno da condição de Kosovo como Estado. Em dezembro, os sérvios de Kosovo voltaram a instalar barricadas para bloquear dois pontos na fronteira entre os dois países. É uma situação preocupante, um ponto que está bem inflamado nessa região do Planeta.

Na Turquia, continuam os confrontos entre o ilegal Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e as forças de segurança. A situação complicou-se ainda mais em dezembro último, quando 35 civis foram confundidos com guerrilheiros curdos e morreram em razão de um ataque da Força Aérea turca. Apesar de seus problemas internos, o governo turco vem aumentando as críticas à Síria e adotando sanções econômicas por temer que uma guerra civil no país vizinho possa se espalhar pelas fronteiras e provocar tensão entre seu povo.

Em dezembro passado, a Turquia suspendeu as relações políticas e militares com a França em resposta à aprovação, pelo parlamento francês, de uma lei que pune, com prisão, a negação do massacre de armênios pelo Império Otomano em 1915, como já havíamos nos referido. O Primeiro-Ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, definiu a lei francesa como "injusta, racista, discriminatória e hostil para com a Turquia" e admitiu que esta tensão dificultará a aceitação da candidatura à União Europeia.

É importante que sempre possamos avaliar o realce crescente que a Turquia vem adquirindo nos últimos anos.

Por fim, numa avaliação geral, percebe-se que a esperança de que a China venha a contribuir para a solução da crise por meio da compra de *bonds* de países europeus, com suas enormes reservas de mais de US$3 trilhões, parece não ter base sólida no momento. Declarações de apoio à Europa, como as do Primeiro-Ministro Wen Jibao, no dia 14 de fevereiro, em Pequim – por ocasião de encontro com a liderança da União Europeia –, não têm sido acompanhadas de ações concretas.

O manejo da crise pelas autoridades europeias dá a impressão de que procuram ganhar tempo com medidas frequentemente paliativas, pois, de um lado medidas mais radicais são inviáveis politicamente e, de outro, há dificuldades de coordenação e obtenção de consenso no seio da União Européia, sobretudo depois da divulgação dos números referentes ao último quadrimestre de 2011, que apontam já estarem em recessão as economias da Itália, Holanda, Bélgica, República Tcheca, Grécia e Portugal. Estes países representam 25% do PIB da União Europeia. O perigo do contágio da crise grega parece começar a se alastrar pela União Europeia, a despeito do esforçado trabalho da Srª Catherine Ashton, Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia.

Esse é um rápido sobrevoo na situação em que se encontram os países que compõem a União Europeia no momento de crise acerba.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por sua profundidade, eu creio que esse relatório mereceria ser debatido. Eu gostaria de sugerir – não sei se seria correto ou não – que a gente fizesse, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, um debate sobre a crise europeia, especialmente a grega, e seus reflexos no Brasil, mas não como está sendo discutido por aí – ressaltando a redução das importações de produtos brasileiros –, mas, sim, para ver o que há de semelhante entre o Brasil de hoje e a Grécia de cinco anos atrás, a Espanha de três anos atrás, Portugal de dois anos atrás, a Irlanda de cinco anos atrás.

Eu estou propondo um debate sobre isso na Comissão de Assuntos Econômicos. Talvez fosse bom fazer isso em conjunto. Poderíamos ter o seu relatório como ponto de partida para esse debate se o Senador Delcídio achar por bem. Mas eu acho que está na hora de a gente ver que, faz poucos anos, esses países viviam a mesma euforia que o Brasil vive

hoje e havia algumas condições parecidas, como a moeda supervalorizada, altos gastos públicos, até a coincidência de que Espanha e Grécia fizeram Olimpíadas – vou deixar na categoria das coincidências, mas é preciso levar em conta que houve gastos – e outros problemas parecidos. O Brasil precisa ter uma luz amarela à frente, não cair no pessimismo, mas perceber que a gente sobe e desce se não fizer o dever de casa corretamente.

Era isto que queria sugerir: que a reunião fosse conjunta – se o Senador Delcídio aceitar, porque ainda não tive oportunidade de propor isso a ele. De repente, proponho aqui e a gente começa por aqui, mas seria importante, com o espírito da economia também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu agradeço a sugestão de V. Exª, Senador Cristovam Buarque, e, da parte da Presidência desta Comissão, nada há a opor. Ao contrário, vejo como bastante estimulante essa possibilidade de fazermos uma audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, caso com isso concorde o seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Levarei para ele a sua aceitação.

Agora, como o senhor estava caminhando para o encerramento, eu queria dizer que, na semana passada, ocorreu um fato internacional que pode não ser relevante – pelo tamanho do país, as Maldivas –, mas é importante: houve a substituição de um Presidente no meio de seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É um país de 330 mil habitantes, longe de tudo como se diz, mas com uma característica incrível: a altura média de seu território é 1,5 metro, o ponto mais alto, a montanha mais alta tem 2,4 metros. Portanto, é o país que primeiro será vítima do aumento do nível do mar. Isso faz com que as Maldivas e seu Presidente mereçam um tapete vermelho na Rio+20. O Presidente Nasheed, que saiu, era um homem de grande carisma e que, tenho certeza, faria uma grande apresentação. Lamentei profundamente o fato de que não o teremos – não sei quem vem, não me meto na política interna –, por sua figura humana e liderança. É uma pena que o Presidente Nasheed não venha mais como representante de seu país. É um fato muito insignificante se a gente olha sob a perspectiva mundial, como o senhor coloca em seu documento, mas é muito importante do ponto de vista simbólico neste momento. Eu queria deixar registrada a minha tristeza com a retirada do Presidente Nasheed da presidência das Maldivas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu me permito associar-se a V. Exª nessas suas palavras e lamentar que tenha ocorrido isso com o Presidente das Maldivas. Já tínhamos conversado várias vezes, sobretudo V. Exª tomou a iniciativa de encontrar-se com ele e convidá-lo para vir ao Brasil antes mesmo da Rio+20. Ele havia se disposto a vir, depois vimos que o convite teria de ser feito de Chefe de Estado para Chefe de Estado. Enfim, trata-se de um país que é uma ilha, como V. Exª afirmou, e que se nós não tivermos condições de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, essa ilha será (as Maldivas) uma das primeiras a desaparecer do mapa. Como disse S. Exª o Senador Cristovam Buarque, o ponto culminante da ilha é de um metro e meio, com um espaço determinado que vai um pouquinho acima de dois metros. Mas é uma ilha que será facilmente tragada se o nível das águas dos oceanos aumentar, por exemplo, em mais um centímetro ou um centímetro e meio. Não só as Maldivas correm esse perigo como todas aquelas ilhas do Pacífico Sul que também estão passíveis de desaparecer.

Então, agradecendo a participação, mais uma vez, de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença das Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a ser realizada dia 27 de fevereiro, às 18h, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas: Rumos da Política Externa Brasileira – 2011/2012, com a apresentação do segundo painel: Relações do Brasil com os países sul-americanos: Venezuela, Bolívia; brasileiros proprietários de fazendas na fronteira. Paraguai: brasiguaios, e Argentina: consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse país; e a posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente. Do quarto ciclo de audiência, intitulados: Temas da Agenda Internacional, com os seguintes convidados:

– Embaixador José Botafogo Gonçalves – Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais;

– Dr. Thomaz Zanotto, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;

– Drª Marilene Squarisi Dias – Advogada, e

– Professor Darc Antônio da Luz Costa, da Escola Superior de Guerra – ESG.

Agradecendo, mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada á 12 horas e 06 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 09, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Ana Amélia,Lauro Antonio, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Cássio Cunha Lima e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2006**, que "Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico nos condomínios edilícios." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011,** que "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria**: Senador Ciro Nogueira. **Relatoria ad hoc**: Senador Wellington Dias. **Relatório**: Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Lídice da Mata e Lauro Antônio nos termos regimentais. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Lídice da Mata e Lauro Antônio, nos termos regimentais. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2009**, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Lucena, no Estado da Paraíba." **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **Relatório**: Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, tendo se manifestado contrário ao Projeto o Senador Wellington Dias. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2010**, que "Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **Relatório**: Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Vital do Rêgo, para reexame da matéria**. ITEM 4 – Não Terminativo – TRAMITA EM CONJUNTO COM – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011** que "Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011,** que "Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º." **Autoria**: Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria**: Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senador nº 170, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2011. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2012**, "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater as políticas de promoção turística no exterior e a redução do preço do turismo no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Sr. Flavio Dino de Castro e Costa; o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR, Sr. Domingos Leonelli; e o Presidente da Associação Brasileira de Agencias de Viagem – ABAV, Sr. Antonio Azevedo." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usa

da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin, com a inclusão, como convidado, do Ministro do Turismo ou representante por ele indicado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2012**, "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Senhor Michel Temer; o Secretário do Turismo do Estado do Paraná, Sr. Faisal Saleh; a Secretária de Estado de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso, Sra. Aparecida Maria Borges Bezerra; a Diretora do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, Sra. Neiliane Carvalho de Oliveira; e a Secretária de Turismo do Estado do Amapá, Sra. Helena Pereira Colares, com vistas a debater o turismo de fronteira." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão, como convidado, do Ministro do Turismo ou representante por ele indicado; bem como que o convite seja mantido ao Vice-Presidente, Michel Temer, responsável pela coordenação da política de controle das fronteiras, ou seu representante. **EXTRAPAUTA – ITEM 7** – **REQUERIMENTO Nº 04/2012-CDR, Em aditamento ao Requerimento nº 27 de 2011**, Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o anexo Cronograma contendo tema, dia, hora e convidados para Audiências Públicas integrantes do Ciclo de Debates que objetiva discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia. integrantes do Ciclo de Debates que objetiva discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia. 1ª AUDIÊNCIA: "Segurança Pública para o Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE)" Data: 02 de abril de 2012 às 11h00 Convidados: Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário do Pronasci – Ministério da Justiça; Sandro Avelar – Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; João Furtado – Secretário de Segurança Pública de Goiás; Rosa Maria dos Santos – Coordenadora do Centro de Apoio a Vítimas de Crimes de Águas Lindas; e Níveo Caixeta do Nascimento – Coordenador-Geral do Trabalho intitulado "Gestão e Governança da Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno" UNODC Brasil e Cone Sul – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. 2ª AUDIÊNCIA: "A educação básica, técnica e superior no Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE) – perspectivas para o século XXI" Data: 09 de abril de 2012 às 11h00 Convidados: Maria Carmen Tacca – Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação da UnB; Denilson Bento da Costa – Secretário de Educação do Distrito Federal; Thiago Mello Peixoto da Silveira – Secretário de Educação de Goiás; e Representante da Escola de Educação Popular do Distrito Federal e Entorno. 3ª AUDIÊNCIA: "Saúde Pública – como aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde e a Rede Hospitalar do Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE)" Data: 16 de abril de 2012 às 11h00 Convidados: Márcio Florentino – Coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública – UnB; Rafael Barbosa – Secretário da Saúde do Distrito Federal; Antonio Faleiros Filho – Secretário da Saúde de Goiás; e Antonio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. 4ª AUDIÊNCIA: "Uma infraestrutura que possibilite o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e de sua Região Integrada (RIDE) – urbanização, pavimentação, saneamento básico, transporte público e mobilidade urbana" Data: 23 de abril de 2012 Convidados: Marcelo Dourado – Diretor Superintendente da SUDECO; Pedro Ivo – Prefeito de Formosa; Maurício Muniz – Coordenador do PAC do Ministério do Planejamento; Bispo Renato Andrade – Secretário do Entorno do Distrito Federal; e Gastão Leite – Secretário do Entorno de Goiás. 5ª AUDIÊNCIA: Uma infraestrutura que possibilite o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e de sua Região Integrada (RIDE) – fornecimento de energia e água, déficit habitacional Data: 07 de maio de 2012 Convidados: Rubem Fonseca – Presidente da CEB; José Eliton – Presidente da CELG; Célio Biavati Filho – Presidente da CAESB; Nilson Freire – Presidente da SANEAGO; e Inês Magalhães – Secretária Nacional de Habitação – Ministério das Cidades. **Autoria:** Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **ITEM 8** – **REQUERIMENTO Nº 05/2012-CDR, Em aditamento ao Requerimento nº 01 de 2011**,– CDR, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil, requeiro que sejam incluídos os seguintes convidados: - Sr. Antônio Azevedo – Presi-

dente da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV); - Sr. Dirceu Barbano - Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 9** – **REQUERIMENTO Nº 06/2012-CDR**, *Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, abertura de capital, os próximos passos da política aeroportuária e os seus desdobramentos, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; - Um representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado**.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura da Ata.

Em discussão a Ata. *(Pausa)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Sobre a Mesa, convite para as Srªs e os Srs. Senadores para participar da cerimônia de encerramento e entrega do relatório final do Fórum Legislativo nas cidades-sede da Copa de 2014, que acontecerá no dia 5 de março, segunda-feira, das 10 às 17 horas, no Parque Tecnológico de Itaipu, localizado na Avenida Tancredo Neves, 6731, Foz do Iguaçu, Paraná. No período da tarde, será realizado um ciclo de debates com o tema "Turismo de Fronteiras: turismo como fator de integração e desenvolvimento da faixa de fronteira".

No decorrer do ano passado, além dos debates realizados nas assembleias legislativas estaduais, o Fórum visitou as obras de mobilidade urbana nos estádios e nos aeroportos em cada uma das doze cidades-sede da Copa do Mundo.

Os convites já foram encaminhados aos gabinetes e a Secretaria da CDR aguarda as confirmações das presenças.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Benedito de Lira.

Como eu havia antecipado, estou fazendo oralmente a solicitação de aprovação, para posterior encaminhamento formal, do requerimento de aditamento a uma aprovação que já foi feita por esta Comissão de uma audiência pública para debater a questão dos serviços prestados pelos cruzeiros marítimos.

O objetivo do debate foi o acidente que aconteceu na Itália. Agora a mesma companhia sofreu um acidente próximo às Ilhas Seychelles. Ontem houve um problema de saúde numa embarcação que fazia cruzeiros pela costa brasileira, inclusive com o óbito de uma funcionária. Ontem, a reclamação de empresas que operam os cruzeiros de que a Anvisa teria demorado nove ou dez horas na fiscalização de pessoas que embarcariam num cruzeiro de apenas três dias. Ora, dez horas em três dias seriam um terço da viagem consumido numa fila para fazer essa inspeção sanitária.

Nesse aditamento, solicito a inclusão do Sr. Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa ou de seu representante responsável pela fiscalização e do Presidente da ABAV, Antonio Azevedo. Essas duas autoridades são as sugestões que faço agora, oralmente, como aditamento ao requerimento já aprovado e gostaria que V. Exª submetesse à aprovação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Recebido o requerimento de S. Exª a Senadora Ana Amélia, eu o submeto à discussão dos Srs. Senadores.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A Senadora depois encaminhará à Mesa requerimento por escrito, pois foi aprovada a sua sugestão.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente Benedito de Lira, Srªs e Srs. Senadores, na esteira da formulação da Senadora Ana Amélia, de forma oral – haverei de fazê-lo posteriormente por escrito para que melhor se documente à Comissão –, solicito a V. Exª que, consultando o Plenário, encaminhe um convite ao Sr. Ministro da Aviação e ao Sr. Presidente da ANAC para, nesta Comissão, discutirem os fatores que hoje são dados como expoentes da abertura de

capital de três aeroportos, as políticas para os próximos aeroportos e os desdobramentos dessa política na eficácia dos serviços aeroportuários.

Entendemos que o Governo deu um grande passo com vista não apenas aos grandes eventos mundiais que estamos para receber, mas para melhorar o atendimento aeroportuário nacional, mas efetivamente há outras demandas a serem cumpridas e nada melhor do que, na Comissão de Desenvolvimento Regional, discutir com o Ministro da Aviação e com o Superintendente da ANAC, entre outros assuntos, o nosso tema mais premente no setor de aviação regional com o qual vamos conviver em Aracaju.

Essa é a solicitação que faço a V. Exª e que deverei encaminhar formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Em discussão o requerimento verbal do Senador Vital do Rêgo.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

S. Exª fica devendo apenas o encaminhamento por escrito.

Vamos tratar agora da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2006
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico nos condomínios edilícios.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relator: Senador Ciro Nogueira.

Não se encontrando presente o Relator, designo o coestaduano do Senador Ciro Nogueira, Senador Wellington Dias, para a leitura do parecer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, tanto eu quanto o Senador Lauro, do Estado de Sergipe, estamos procurando atender a uma solicitação do nosso querido companheiro Senador Antonio Carlos Valadares, que tem participação nesse projeto através de um projeto de lei seu, que também foi apensado ao projeto, para solicitar a sua retirada de pauta, porque ele gostaria de conversar com o Relator. Como se trata de um projeto de sua autoria, ele me pediu – e ao Senador Lauro também – que solicitássemos a retirada de pauta, para que ele tivesse tempo de conversar com o Relator e reavaliar o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Na ausência do autor, só pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Exatamente isso que eu ia dizer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, peço vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Vamos fazer pelo menos a leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo, certo. É sempre bom ter um Senador competente como o Vital do Rego para nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Senador Wellington Dias para a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o relatório feito pelo Senador Ciro Nogueira trata da legalidade do processo, diz que não foram oferecidas emendas ao projeto e, não tendo sido apresentadas emendas nas demais comissões, faz uma análise, destacando como louvável a iniciativa. Ao final, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2006, ficando, em consequência, prejudicado o PLS nº 444, de 2011.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tendo lido o pedido de vista é regimental.

Concedo vista conjunta à Senadora Lídice e ao Senador Lauro.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2009
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Lucena, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação.

Tem a palavra S. Exª, o Sr. Senador Vital do Rêgo, para leitura do seu parecer.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Exª me presenteou em poder relatar um projeto do meu Estado. E, inobstante toda a

minha suspeição afetiva mais a obrigação federativa, conheço por demais a matéria de iniciativa do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ninguém melhor do que V. Exª, do que um paraibano, para saber do problema lá das ZPEs. Muito mais conveniente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. Agradeço a V. Exª a consideração.

A iniciativa do Senador Cícero é para criar uma Zona de Processamento de Exportação numa área no nosso litoral, na zona norte, chamada de Lucena, do Município de Lucena. Ela está a 48km, 50km da capital do Estado e, entre outras qualidades litorâneas, será, dentro de um plano plurianual, o próximo passo de um porto de águas profundas, cuja viabilidade já foi detectada e aprovada pelo Governo Federal.

O embasamento jurídico do meu parecer mostra claramente a competência desta Comissão, além de julgados já da Comissão de Justiça a respeito da criação de zonas de exportação. Em nosso parecer, demonstramos que os projetos de lei autorizativa, no entendimento do ínclito e sempre memorável Senador Josaphat Marinho, eminente constitucionalista, esse tipo de projeto não sofreria vício de iniciativa. Hoje este parecer, para estes fins, está basicamente definido. A Câmara, muitas vezes, não acolhe, não sei por que, por força de qual outro entendimento.

Quanto ao mérito, já falei da facilidade de escoamento dos nossos produtos de exportação pelo porto de águas profundas no Município de Lucena. Ele tem acesso às principais rodovias, que cortam efetivamente esse Município, tanto a BR-101, quanto a PB-125 e a BR-230. Portanto, o Senador Cícero Lucena, em boa hora, abre um canal para a Paraíba diminuir as suas desigualdades regionais, criando essa Zona de Processamento de Exportação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, compreendo todo o pleito, chamo apenas a atenção para um fato. A lei aprovada aqui pela Câmara e pelo Senado, a Lei nº 11.508, no seu art. 1º diz que não depende de lei a criação de Zona de Processamento de Exportação e que as propostas de criação competem ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisar e aprovar. Então, ao criar essa sistemática, estamos indo contrariamente à regulamentação vigente. É basicamente a este ponto que quero chamar a atenção.

Hoje, a rigor, basta ser encaminhado, por uma iniciativa dos Estados, dos Municípios, ao Poder Executivo e aprovado no Conselho, para termos a implementação. Aliás, sobre esse tema, estamos agora fazendo uma regulamentação, porque há doze anos, mais ou menos, foram criadas as primeiras ZPEs, mas nenhuma funciona. A entidade ligada às ZPEs apresentou sugestão que já foi aprovada na CAE e na Comissão de Constituição e Justiça. Estou relatando um projeto que coloca um conjunto de regras existentes em países onde elas já funcionam. O Brasil não pode criar uma ZPE sob regras diferentes das dos nossos concorrentes, pelo menos não tão distantes como são hoje. Acredito que isso vai facilitar, e muito, o andamento.

Então, eu queria aqui, apenas por essa razão, mas louvando a iniciativa do Senador Cícero Lucena e também o relatório do nosso querido Vital do Rêgo, chamar a atenção para o fato de estarmos criando outra iniciativa. Acho que a minha posição seria contrária ao projeto por essa razão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, em respeito ao conhecimento técnico e à oportunidade da intervenção do Senador Wellington Dias, eu gostaria de ler, até para constar, e de dar conhecimento aos Srs. Senadores das minhas arguições de ordem jurídica a respeito da criação dessa ZPE. Eu as fiz de forma simplificada, mas, entendendo a profundidade da discussão pelo detalhe que o Senador Wellington colocou de competência de criação das ZPEs – claramente está posta, e eu, no meu texto, falo sobre isso – gostaria de pedir licença a V. Exª para voltar um pouco para a leitura e esclarecimento deste relatório no que se refere aos fins jurídicos. Quanto aos méritos, tenho absoluta convicção de que todos concordam. Faço aqui, *pari passu*, o desenrolar da criação dessas ZPEs até para fundamentar esta Comissão em outras que poderão vir efetivamente dentro de uma perspectiva de abertura de comércio, principalmente para o exterior, o que todos nós, Estados litorâneos da costa nordestina, temos vontade de ter.

Peço licença a V. Exª para ler.

Análise jurídica da matéria:

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno desta Casa cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O PLS nº 93, de 2009, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. O PLS também atende às normas para ela-

boração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Neste parágrafo, trato da competência que tem a iniciativa do parlamentar em criar alternativas para, à luz do Regimento, diminuir as desigualdades regionais.

Diante da discussão sobre a importância das ZPE como instrumento de promoção do desenvolvimento – na verdade todos sabem que ainda não o é por força da falência desse instrumento que temos no Brasil; o Senador Wellington colocou novamente, com pertinência, que já temos mais de seis ZPEs, inclusive uma na capital do Estado da Paraíba, sei lá quantas na Bahia, sem que nenhuma esteja funcionando – foram apresentados diversos projetos de lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em várias áreas do País, entre os quais está este PLS para a cidade de Lucena, na Paraíba.

Quanto à legislação sobre a criação das ZPE – e aqui já começo a falar especificamente sobre o que ponderou o Senador Wellington – a Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação que trata das ZPEs, em seu art. 2º, estabelece que "a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente". Esse é o texto que, inclusive , fundamentou a arguição do Senador Wellington.

Essa proposta, segundo o §1º do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais.

O art.3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, CZPE, analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade às propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para exportação. No caso, o mérito dessa ZPE é que nós teremos ali um porto de águas profundas.

O Senado Federal, a respeito dos projetos de lei autorizativa, adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, do Senador Josaphat Marinho, eminente constitucionalista, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. Essa resolução contesta o que a Lei 11.508 trata, dizendo que apenas os Estados e Municípios poderão dispor sobre a criação.

No caso, o Senador Federal adotou esse entendimento do Senador Josaphat Marinho. Observem a inteligência do Senador Josaphat: "O efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência". O entendimento prevalente no Senado, à luz do constitucionalista Josaphat Marinho, é de que essas leis autorizativas têm o efeito de sugerir ao Poder Executivo prática de sua competência.

Em função do Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que requereu, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em sua 28ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de junho de 2011 – esse é um dado importante, caros Senadores –, parecer de autoria do Senador Randolfe Rodrigues pela inconstitucionalidade de projetos de lei autorizativa.

No mesmo parecer aprovado pela CCJ, informa-se que aquela Comissão aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir. Então, aqui houve um parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mudando a linha de pensamento para sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva.

O substitutivo contém regra de transição, que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativa em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa.

Assim sendo, parece-me que todos os Projetos de Lei do Senado que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão – essa deve ser a propositura –, ou mesmo uma indicação, ao Poder Executivo, que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar ZPE por meio de decreto. Esse foi, inclusive, o parecer dado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em 2008, aos Projetos de Lei do Senado que propõem criação de ZPE em vários municípios de vários Estados da Federação.

O relatório fala um pouco do mérito e aprova a matéria.

O apelo que faço aos Srs. Senadores é entendendo que hoje estamos com a tramitação de uma matéria jurídica entre o que dispõe a Lei 11.508 e a sugestão já aprovada e aproveitada pela própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de que essas ZPE, pelas quais estamos tentando abrir o espaço comercial brasileiro, sejam postas como indicações ao Poder Executivo, sem contrariar o disposto pela Lei 11.508, porque como indicação não há nenhum tipo de vício de iniciativa e inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A matéria continua em discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Gostaria de saber do eminente Senador Wellington Dias se V. Exª mantém ainda a sua mesma posição inicial, depois dos esclarecimentos, é claro, pelo eminente relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu devo dizer, Sr. Presidente, que, inclusive, foi na Paraíba, na Subcomissão do Nordeste, tratamos do tema das ZPEs e criamos todo um ambiente favorável a melhorar as regras atuais.

Quero apenas chamar a atenção para um fato. Ora, se é possível encaminhar sem precisar de lei, se é possível encaminhar sem precisar de toda essa burocracia, acho que o Congresso fez foi facilitar. Acho que, ao puxar para essa linha, vamos criar uma jurisprudência que vai nos levar a um caminho mais difícil. Por enquanto, enquanto a lei está ruim, quase ninguém está apresentando aqui criação de ZPE. Quero chamar a atenção para isso. Na hora em que for regulamentar, virar uma coisa boa, surgirá uma fila aqui do tamanho do mundo para a criação. É basicamente essa a minha preocupação. Tenho todo o carinho pela Paraíba. Acho que a localização aqui é perfeita. Não tenho nenhuma dúvida das condições de aprovação: perto de porto, perto de aeroporto, próximo de grandes centros de comercialização do mundo, enfim. Então, acho que é perfeita a localização. Chamo apenas a atenção sobre a parte processual. Por isso, a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, compreendo claramente a posição do Senador Wellington, um Senador que tem defendido, inclusive, a criação de novas ZPEs. Também tenho tentado acompanhar essa discussão. Apresentei um projeto de lei buscando contribuir com uma regulamentação. Mas, dentro do raciocínio do Senador Vital do Rêgo, quando nós deixamos de ter um projeto autorizativo e passamos a ter uma indicação... A figura da indicação é existente em diversas esferas do Parlamento brasileiro. Nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, existe a indicação. A indicação não tem força de lei. Ela é uma sugestão. Ela resguarda o legislador de ter feito uma proposição ainda que ela não seja aceita, ainda que ela não seja lei, mas vincula a sua ação, o seu pensamento a uma proposição.

Portanto, não vejo nenhum prejuízo no processo em que estamos em debate de regulamentação das ZPEs no Brasil, transformarmos esses projetos autorizativos em indicações ao Governo Federal. O único trabalho que vai ter é o Conselho de ZPEs receber essas indicações e analisar as suas potencialidades ou não, porque elas vão ter que seguir à risca a regra daquilo que for posteriormente considerado como as referências para que sejam criadas.

Portanto, tomando conhecimento do conjunto do parecer do Senador Vital do Rêgo e até em homenagem ao meu conterrâneo Josaphat Marinho, gostaria de aprovar essa posição, porque considero que ela não prejudica o processo que está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas endossar o posicionamento da Senadora Lídice da Mata e agregar apenas um aspecto institucional e, de alguma forma, político também. Nesta Casa, temos debatido muito sobre o sufocamento do Legislativo pelas medidas provisórias. O Executivo nos manieta nas iniciativas pelo excesso exatamente dessas medidas provisórias e outras iniciativas do Poder Executivo. Penso que é responsabilidade, sim, do Legislativo fazer essas proposituras.

A forma como sustentou, do ponto de vista regimental, o Senador Vital do Rêgo, relator da matéria, é isso que temos que fazer. Se, amanhã, o programa que o Executivo, que não deve se considerar o dono do bem e da verdade, de todas as iniciativas... Nós estaremos fazendo a nossa parte e o melhor seria harmonizar a iniciativa legislativa com um programa do Poder Executivo nessa matéria das ZPEs. Acho que o bom senso, o bom termo e o bom entendimento entre os dois Poderes é o melhor caminho para o interesse nacional.

Também queria cumprimentar a relatoria do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero comentar com o Senador Wellington Dias que não consigo entender por que... Hoje, o Senado entende que é possível, baseado no parecer do ex-Senador Josaphat Marinho, uma lei autorizativa. O nome está dizendo: está autorizando. O Executivo faz se quiser e quando quiser.

Mas quando fui Deputado Federal, estava dizendo, apresentei duas leis autorizativas, à época o Presidente era o Senador José Sarney: uma autorizava a criação da Universidade Federal de Roraima; a outra, a Escola Técnica Federal de Roraima. Todas duas foram sancionadas, e não só sancionadas, como implementadas.

Ou seja, o Presidente depois mandou as leis criando o quadro de professores e técnicos administrativos.

Então, acho que cassar esse direito do legislador de indicar coisas importantes para o seu Estado ou para a sua região é, no mínimo, nós mesmos nos autopodarmos. Ao contrário, deveria haver o entendimento entre Câmara e Senado para que essas leis autorizativas – repito, o nome está dizendo, autoriza, não impõe – fossem possíveis. É óbvio, ao Executivo cabe ver se há conveniência, se há orçamento. Portanto, a negociação será entre parlamentares e o Poder Executivo.

Penso que impedirmos a nós mesmos de fazer uma lei autorizativa é, no mínimo, diminuir muito mais o pouco espaço que temos de legislar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A propósito, o próprio Orçamento da União é apenas uma peça autorizativa. Não é impositiva.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para clarear. Sou favorável a um Legislativo forte. Chamei atenção apenas para o fato de que foi o próprio Legislativo, quando aprovou a Lei nº 11.508, que se enfraqueceu. Quer dizer, não foi o Executivo que usurpou desse direito. Quando o Legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O que não é novidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quando o Legislativo disse que quem ia fazer isso era o Executivo, um conselho, enfim... Apenas chamo atenção para isto. Eu, pessoalmente, sou favorável às leis autorizativas. Nesse caso, para compreender, como se dará o processo no Executivo? Porque, a rigor, precisa ter todo esse estudo que o Senador Vital do Rêgo apresentou. Quem vai fazer isto? É a União?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A Lei nº 11.508 continua em sua profunda vigência e eficácia, o que é lamentável, até porque, querido Senador Wellington, estava conversando com Ana e dizendo que um erro não justifica o outro. O erro de nós nos enfraquecermos ao aprovarmos essa lei não justifica que permaneçamos fracos e não interfiramos nesse processo.

E tinha que dizer mais aos senhores, que não está aqui no relatório. É a Receita Federal que não quer nenhuma ZPE funcionando no Brasil. É a Receita Federal, repito, que não quer nenhuma ZPE funcionando no Brasil. Essa gana arrecadatória é tão violenta que o esforço que possamos fazer aqui esbarra na frieza, na intransigência dos técnicos da Receita Federal, efetivamente desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelo Governo de um dos maiores brasileiros da história deste País, chamado Luiz Inácio Lula da Silva, e, agora, no Governo Dilma. Existem dois tipos de gestão: a gestão fria dos tecnocratas da Fazenda e a gestão social daqueles que querem ver o Brasil equilibrado, mas crescendo sem desigualdade.

Podemos fazer tudo. Essa lei é tão restritiva, Senador Wellington, você conhece, que morre tudo na Receita Federal. Então, o que estamos querendo dizer é que o Senado não está mais aceitando isso e vamos transformar essas ações da Bahia, do Rio Grande, do Piauí, de Sergipe, em manifestações de indicação: "Olha, Governo Federal, nós queremos abrir essas intransigências dos tecnocratas da Receita".

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E é por isso mesmo, Presidente, permita-me, é que encaminhei agora aos Senadores, aos Deputados Federais e aos Governadores dos 18 Estados que já tenham ZPEs aprovadas ou têm proposta de ZPEs – a Paraíba é um deles –, para aprovarmos esse relatório que estamos apresentando aqui na CDR e na CAE, fazendo alteração da Lei da ZPEs. Senão, não vai funcionar nada. Vai aprovar e, enfim...

Mas acho importante o debate aqui. O que eu quis, na verdade, é chamar a atenção para os encaminhamentos posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira.Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra a Senadora Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou aqui vendo se aprendo um pouquinho mais de um tema que é extremamente complexo. Mas, até por dever de ofício – venho de uma região que abriga a única Zona Franca, não é uma Zona de Processamento de Exportação, mas é uma Zona Franca de produção e não de comércio –, precisamos, queremos e devemos participar desse debate, Sr. Presidente.

De fato, acho que precisamos analisar o que vem acontecendo. Já tem algum tempo que a lei foi aprovada, regulamentando, e até agora nada. São poucas. Acho que a primeira área de Zona de Processamento de Exportação foi lançada no Estado do Acre, que trabalha com produção de madeira, de móveis, alguma coisa assim no Estado do Acre. Essa é a primeira que, me parece, iniciou o seu funcionamento. São as notícias que temos.

Por outro lado, o Senador Wellington fala, eu não sei se ele fala exatamente do mesmo projeto, mas nós temos conhecimento de que há uma iniciativa para ampliar o percentual para a comercialização interna dos produtos fabricados a partir dessas áreas de processamento de exportação, que atualmente são de 20% e passariam para 40%. Aí, remeto isso a outra

questão: vamos mudar o nome. Não se trata de Zona de Processamento de Exportação se quase a metade pode ser comercializada no mercado interno. São essas as propostas que tramitam, e são muitas delas.

Dito isso, Sr. Presidente, quero dizer que não vou me opor ao projeto. Pelo contrário. Vou votar a favor. Temos votado muitos projetos que criam novas áreas de processamento e exportação, mas as comissões têm metodologias diferenciadas em relação à matéria. A Comissão de Assuntos Econômicos, salvo engano, Senador Vital, não está aceitando a votação ou rejeitando de imediato. Aqui não, nós estamos aprovando. Acho que até para melhorar o nível do debate nós temos de aprovar mesmo.

Então, votarei a favor, mas quero desde já dizer que vou apresentar por escrito, formalizar, mas deixo aqui um requerimento para que retomemos esse debate, Sr. Presidente, é algo que tem sido muito debatido. No ano passado foi debatido, mas estamos começando 2012, e nesse início de ano vamos debater tudo de novo. Vamos ver o que queremos. Então, até para antecipar esses novos relatórios que virão, essas novas propostas que estão na mesa, nós precisamos debater.

Hoje tivemos uma reunião importante, não pude participar, participei apenas de um pedacinho, mas vi muito a apresentação dele. Refiro-me ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini. De fato, vivemos um momento delicado na economia internacional, muito delicado. Então, não podemos achar que esse debate está dissociado do outro debate com a rota de diminuição da taxa de juros. Infelizmente, a política cambial não está mudando absolutamente nada. Está ao aí dólar caindo, o Real sobrevalorizado, na contramão do mundo inteiro. Enfim, esse debate está inserido. Então, creio que é sob essa ótica que nós devemos debater.

Nós, desta Comissão de Desenvolvimento Regional, Sr. Presidente, precisamos iniciar, dar o pontapé inicial na retomada desse debate aqui no Senado. Portanto, proponho a realização, em breve, de uma audiência pública para debater o tema.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só como um adendo à sugestão da...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, como Relator, para complementação do seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Um adendo à manifestação de Vanessa, à classe política. É tão importante essa Zona de Processamento de Exportação, que toda a classe política do Amazonas ou amazônida se reuniu e festejou, na inauguração daquela ponte bem grande lá, aquela "pontona" lá, se reuniu a renovação da zona franca, ia cair o céu, ia derrubar. Olhe, lembro-me da ansiedade de Vanessa e de Eduardo Braga, se não renovasse essa zona de exportação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ainda falta a aprovarmos, é uma PEC.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Então, é importantíssimo que este seminário seja feito, Sr. Presidente, até com essa manifestação de Wellington agora há pouco, dizendo que já tem avançado nesse trabalho, porque, se não houver convergência do Congresso Nacional na matéria, não vamos a lugar nenhum e vamos ficar aqui só indicando, indicando, sem resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto contra o voto do Senador Wellington Dias.

A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos em votação terminativa.

ITEM 3

- Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2010

Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Vital do Rêgo

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Foi lido o relatório, Sr. Presidente, desse Item 3? Não, não é? Só se pode pedir vista depois da leitura do relatório, é?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Depois da leitura do relatório, V. Exª, querendo pedir vista, pode.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vou facilitar para a Senadora Vanessa e já vou pedir a retirada de pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Senador, então, deixe-me fazer uma proposta, se o Presidente nos permite, estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já retirou de pauta, não tem mais...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas é importante...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Penso que a minha relação com Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque antecede a outra audiência pública que vou requerer sobre essa matéria um debate entre nós,

Senador Flexa, Senador Vital e nós, da Bancada do Amazonas. Na realidade, o Senador Mozarildo dizia: "Mas, Senadora, V. Exª não pode ser contra um projeto que cria uma área de livre comércio." Mas não é isso que ele está criando, está criando uma nova zona franca de produção, está aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade, e a zona livre...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Art. 8º. Os produtos industrializados...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Área livre de comércio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... na área de livre comércio, enfim. Então, acho que poderíamos debater, sabe por que, Senador Vital? Existem, no Brasil, vários Municípios considerados como áreas de livre comércio, inclusive todos os do Estado do Senador Mozarildo, que é o Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e, no Amapá, Macapá e Santana, todos eles sob a jurisdição da Zona Franca de Manaus. Para que isso? Como forma de equalizar o valor, o custo dos produtos que chegam à população dessas regiões, porque são muito caros, muito caros. Então, essa é uma forma de equilibrar. Aí, Senador, poderíamos fazer algo semelhante, porque não há nenhuma Cidade do Pará inclusa nesse processo. Santarém, eu gostaria enormemente que viesse para o Amazonas, porque as características culturais, produtivas de Santarém, são muito mais semelhantes ao Amazonas do que ao próprio Estado do Pará, inclusive os peixes.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas Flexa Ribeiro morreria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Inclusive os peixes que dão lá, porque é a calha do rio Amazonas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A calha do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que fizéssemos uma reunião, Senador Vital.

Muito obrigada.

Então, retirado, faremos uma reunião para debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Item 4, tramitação conjunta:

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

O Relator...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sou eu, Presidente, Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É o Senador Wellington Dias.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2011.

O nobre Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Relatório.

Vem à análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado nºs 170, de 2011, e 349, de 2011, de autoria, respectivamente, do Senador Eduardo Braga e da Senadora Vanessa Grazziotin, que tramitam em conjunto por força do Requerimento nº 1.371, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro.

Nos termos do art. 260, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLS nº 170, de 2011, por ser mais antigo, tem precedência sobre o PLS nº 349, de 2011.

Sr. Presidente, o projeto substitutivo é apenas quanto ao prazo de validade, porque, segundo informações da assessoria jurídica, tem de ser considerado para esse caso, na nova legislação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plurianual. E, com base nisso, o prazo máximo possível de prorrogação é até 2018.

Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, na forma da seguinte:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011

Altera o caput do art. 11 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do Imposto de Renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11, caput, da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. O art. 1º da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração."

Art. 2º O art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2018, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional."

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sr. Presidente, este é o projeto substitutivo.

O parecer é favorável à aprovação.

Devo reconhecer a importância da aprovação, considerando a insegurança jurídica que gera aos investidores em razão da falta dessa prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira.Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer do Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e o submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria ainda será discutida e votada na Comissão de Assuntos Econômicos, em votação terminativa.

Item 5.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, posso falar ainda? Nós já votamos matéria vencida. É que eu estava conversando com a Senadora Lídice, queria falar sobre a matéria, mas já passou.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É matéria vencida já.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na próxima vez, não faço mais conversa paralela.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – No próximo item V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Foi minha, o que é pior.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater as políticas de promoção turística no exterior e a redução do preço do turismo no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Sr. Fla-

vio Dino de Castro e Costa; o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR, Sr. Domingos Leonelli; e o Presidente da Associação Brasileira de Agencias de Viagem – ABAV, Sr. Antonio Azevedo.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

V. Exª tem a palavra para encaminhamento do seu requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Lídice, a Embratur está aí já também? É que eu não ouvi direito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu acho, Sr. Presidente, que este requerimento é autoexplicativo e peço, portanto, aos meus companheiros e colegas de trabalho que possam aprová-lo para que possamos debater este assunto na nossa Comissão e a importância dele para o turismo no Brasil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já falei com a Senadora, pedi para subscrever, pedi autorização dela, que me autorizou para que subscrevesse o requerimento.

São três convidados ou pulei algum?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Embratur, Fornatur e ABAV.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu só gostaria, se a Senadora Lídice permitir, que fosse solicitado aos nossos convidados que trouxessem também para o debate dados relativos ao turismo ambiental, ou seja, ao ecoturismo. Porque, afinal de contas, 60% do território brasileiro são ocupados pela Amazônia, são dados. Tenho participado de muitos debates acerca do desenvolvimento turístico no Brasil e não há uma preparação dos nossos técnicos, muito menos das nossas entidades e um foco diretamente nisso, que só trouxessem dados relativos a essa questão do ecoturismo também. Claro, se a Senadora Lídice concordar com isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Alguma objeção por parte da Senadora Lídice da Mata com relação ao requerimento verbal e à sugestão da Senadora Vanessa?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, obviamente que estamos abertos a todas as contribuições. Quero ressaltar que a finalidade é discutir a redução do preço do turismo no Brasil. Esse é um debate que está perpassando em todo o ambiente de disputa do mercado de turismo internacional para o nosso País. É claro que se houver o desejo se incorporar especificamente no preço do mercado turístico na região amazônica, ótimo. Mas creio que a discussão sobre o ecoturismo, especialmente, poderia ser feito em outra audiência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com também aquiescência da nossa Senadora Lídice...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que é importante, Senadora, já que parcela desse custo também tem a ver com o nível local, nós poderíamos ouvir... Há um Fórum dos Secretários de Turismo dos Estados. Eles têm um coordenador – sinceramente não sei quem é atualmente – mas creio que talvez fosse conveniente que tivéssemos um dos secretários, o coordenador do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo. Já está?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Fornatur é exatamente isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Domingos Leonelli, está certo. Desculpe-me, então.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu não sabia que tinha essa sigla, não. Perdoe-me. Parabéns. Acho uma iniciativa da maior importância.

Aliás, estou muito feliz em ver o debate sobre aviação regional, porque é uma vergonha a gente ver todos os dias chegar a todos os meios de comunicação o custo do turismo nos outros países e nas outras regiões ser a metade, ou seja, é mais barato hoje ir para a Europa do que ir para um lugar na sua própria região.

Acho importante, Sr. Presidente, este debate.

Parabéns, Senador pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – Vou dar um exemplo, nobre Senador Wellington e nobre Senadora Lídice. Neste período agora, como ainda não temos aviação regional, o preço de uma passagem de Maceió para Salvador é R$1.276,00. Isso é uma vergonha!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Inclusive, isso é uma sabotagem à Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – De Maceió a Salvador são quarenta minutos de voo! Então, isso é um abuso, é um abuso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É verdade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – Com a palavra, V. Exª, nobre Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para dizer que o requerimento é formulado por uma Senadora que conhece profundamente a área. Desde quando Prefeita, a Senadora Lídice tem uma relação intrínseca com o turismo brasileiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E ela vem, em boa hora, levantar nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo matéria dessa natureza. É absolutamente inaceitável que possamos continuar convivendo com o preço do turismo nacional.

Eu queria pedir à Senadora Lídice, sem querer fazer nenhuma alteração ao requerimento de S. Exª, para também trazer o Ministro do turismo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Tudo bem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Porque, se junta, digamos , essa *trade* de elementos que compõem o turismo, tanto o instituto, no caso, a Embratur como a Abave, nós precisamos chegar a uma situação. O senhor colocou um exemplo: é mais fácil e muito mais barato fazer turismo internacional do que turismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – Não atrapalhando V. Exª, mas quero fazer uma correção. O telefone tocou agora, e o preço da passagem não é R$1.200,00, mas R$1.738,00.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Isso mostra a audiência que V. Exª tem quando fala – o Brasil todo está o ouvindo – e correção do seu gabinete, que aumentou em R$500,00 essa verdadeira usurpação do patrimônio público que é o preço dessa passagem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Benedito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª e a Senadora Lídice da Mata, que, como disse o Senador Vital do Rêgo, é uma grande conhecedora e uma grande entusiasta do turismo, só para trazer um complemento ao debate sobre o preço da aviação civil.

V. Exª já inflacionou em R$500,00 o preço da passagem entre Maceió e Salvador. Talvez seja pela importância das cidades.

Hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, fizemos um debate, durante cinco horas seguidas, sobre a questão da aviação civil, e foi muito debatido o preço das tarifas das passagens aéreas e, ao mesmo tempo, a necessidade de o Brasil como um projeto de Estado, de nação, recompor a aviação regional.

O Senador Jorge Viana se referiu a uma passagem ligando Brasília a Rio Branco, Rio Branco a Brasília, por R$6.600,00. Uma única passagem, de ida e volta, por R$6.000,00. E muito se falou da necessidade de se recuperar a aviação regional no nosso País, que tem um potencial enorme para o turismo.

A Senadora Vanessa traz um tema importante, o ecoturismo, enfatizando que a Amazônia pode ser um destino importante para o ecoturismo mundial, mas, se não tivermos, no âmbito do nosso País, o fortalecimento da aviação regional, nós vamos perder muitas oportunidades de democratizar o desenvolvimento do nosso País, entendendo o turismo como a alternativa mais barata, mais inteligente e mais eficiente de promover o desenvolvimento em muitas regiões do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira – Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas para complementar essa questão do preço que o brasileiro paga. Hoje, por que tem tanto brasileiro em Nova Iorque, Miami, Buenos Aires, Santiago do Chile e Uruguai?

A Senadora Vanessa, há pouco, falou da questão macroeconômica, da situação da crise internacional. Hoje, a questão cambial é um fator relevante. A nossa moeda valorizada estimula, evidentemente, a que a gente vá para fora comprar. Até Barack Obama nos está saudando e abrindo as portas dos Estados Unidos para o brasileiro, que é quem mais está gastando nos Estados Unidos.

Tem algo errado e muito errado. Quando a comida, a passagem aérea, o hotel, a roupa e tudo o que se compra fora fica mais barato que no Brasil, algo está errado. Aliás, muitas coisas estão erradas. Então, essa discussão chega na hora, porque o turismo é uma das áreas mais importantes do desenvolvimento, a chamada indústria sem chaminé, mas reflete também os problemas que a indústria de transformação está enfrentando com a concorrência de outros países, porque há o dólar que não favorece e a valorização da nossa moeda, o que evidentemente é bom e ficamos bem, mas, em compensação, internamente o nosso setor industrial e de serviços, como o turismo, perde espaço para a concorrência internacional nesse processo.

Então, a Senadora Lídice da Mata faz, em muito boa hora, a proposta.

Essa passagem que o Senador Rodrigo lembrou, do Senador Jorge Viana, de R$6 mil, dificulta até as explicações. Como se vai justificar, para o Senado, o preço dessa passagem, no final do mês? Uma passagem aérea saindo de Brasília para ir a Rio Branco?

Eu estou apresentando um projeto. As companhias aéreas estão useiras e vezeiras em fazer uma cobrança exorbitante. Compre um bilhete aéreo, hoje, de uma companhia; se, em vez de viajar hoje, viaja amanhã, ela cobra 50% ou 60% a mais, simplesmente porque você alterou o dia, mesmo indo no mesmo horário, na mesma disposição e na mesma companhia. Então, estou limitando a 10% a multa que uma empresa poderá cobrar no caso de transferência de bilhetes. E a mesma multa para se decorrido o prazo de um ano você comprar uma passagem e não utilizá-la no ano; a empresa terá de lhe devolver o dinheiro pago apenas com essa multa de 10% e não do jeito que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a discussão, em votação, com as alterações propostas pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Encerrada a discussão, em votação. (*Pausa.)*

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Senhor Michel Temer; o Secretário do Turismo do Estado do Paraná, Sr. Faisal Saleh; a Secretária de Estado de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso, Sra. Aparecida Maria Borges Bezerra; a Diretora do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, Sra. Neiliane Carvalho de Oliveira; e a Secretária de Turismo do Estado do Amapá, Sra. Helena Pereira Colares, com vistas a debater o turismo de fronteira.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

V. Exª tem a palavra para encaminhar o seu requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero, de pronto, solicitar a V. Exª que faça a substituição. Em vez do Sr. Vice-Presidente, que coloquemos aqui, outra vez, o Ministro do Turismo, que não foi colocado no outro requerimento porque se tratava de turismo internacional de promoção turística internacional e a responsabilidade direta é da Embratur. Mas, ainda assim, acolhi a proposta feita aqui na comissão.

O Vice-Presidente da República, Sr. Michel Temer, tem recebido do Governo Federal a tarefa de tratar dos problemas de fronteira existentes no Brasil. Por isso, tive a ideia de colocá-lo aqui para que se reunisse com essa equipe de secretários estaduais, que hoje discute com muito detalhe e vigor mesmo a necessidade da promoção do turismo de fronteira no Brasil, com os países fronteiriços ao nosso País, destacadamente o Secretário de Turismo do Paraná, que é um dos líderes dessa discussão, o Sr. Faisal Saleh, justamente porque tem a fronteira com Foz do Iguaçu e, portanto, a possibilidade do encontro de três países naquele local.

Por uma solicitação de V. Exª, peço que substitua o Vice-Presidente da República, e sugerirei que, posteriormente, em nossa audiência pública, possamos levar o resultado dessa discussão para que ele tome conhecimento. Então, seria substituí-lo pelo convite ao Sr. Ministro do Turismo ou seu representante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Apenas para agradecer novamente à Senadora Lídice da Mata pela inteligência na propositura e pela prudência efetivamente em relação ao convite ao Vice-Presidente da República. Esse convite tem outros contornos de ordem regimental e constitucional, e o Senador Benedito, em boa hora, fez a solicitação.

Senadora Lídice, o Vice-Presidente Michel Temer, como bem disse V. Exª, é o coordenador dessas políticas de fronteiras no País. Eu retiraria o nome da Vice-Presidência, mas a coordenação poderia ser chamada através de qualquer um daqueles que o Vice-Presidente pode delegar. Então, Senadora, eu desejaria que V. Exª mantivesse o convite à Coordenação de Política de Fronteira, além do convite ao Ministério do Turismo. Mas a Coordenação de Política de Fronteira, cujo coordenador é o Vice-Presidente, poderia designar um nome para que o conjunto de autoridades, como foi bem exposto pela Senadora, estaria completo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP – AL) – Ainda em discussão. (*Pausa.).*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2012

Em aditamento ao Requerimento nº 27 de 2011, de minha autoria, requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o anexo Cronograma contendo tema, dia, hora e convidados para Audiências Públicas integrantes do Ciclo de Debates que objetiva discutir "Alternativas para o desenvolvimento autossustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal" bem como "O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia".

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, no ano passado, aprovamos o Requerimento nº 27, de 2011. Estou propondo, com esse ciclo de debates, a realização de debates sobre cinco temas específicos. O primeiro deles é "Segurança Pública para o Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE)"; o segundo é "A educação básica, técnica e superior no Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE) – perspectivas para o século XXI"; o terceiro é "Saúde Pública – como aperfeiçoar o Sistema único de Saúde e a Rede Hospitalar do Distrito Federal e sua Região Integrada (RIDE); o quarto "Uma infraestrutura que possibilite o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e de sua Região Integrada (RIDE) – urbanização, pavimentação, saneamento básico, transporte público e mobilidade urbana***";*** o quinto é "Uma infraestrutura que possibilite o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e de sua Região Integrada (RIDE) – fornecimento de energia e água, déficit habitacional"

A região do entorno, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma região para a qual o Brasil – e por isso estou pedindo que a Comissão de Desenvolvimento Regional promova esse debate – precisa voltar os olhos com muita atenção. Brasília é uma cidade fruto do esforço do conjunto da nação brasileira. E hoje, se V. Exª tiver oportunidade de debruçar-se sobre os dados e sobre os indicadores sociais e econômicos do Distrito Federal e entorno, V. Exª vai ficar estarrecido.

Vou dar um exemplo, aproveitando a presença do Senador Wellington Dias e de representantes de diversos Estados.

A renda média *per capita* anual do Brasil hoje está em torno de R$15.800,00. A renda média anual do Distrito Federal hoje é de R$50 mil. O Estado do Piauí, por exemplo, tem a renda média anual de R$5.300,00. A 50 quilômetros do Plano Piloto, para dar apenas um exemplo, temos a cidade de Águas Lindas, onde a renda média *per capita* anual é de R$2.800,00. Em Novo Gama, outra cidade muito próxima, onde mora grande parte das pessoas que trabalham em Brasília, a renda média *per capita* anual é de R$3.300,00. Algumas dessas cidades vivem completamente dependentes do Distrito Federal. Na cidade de Valparaíso, por exemplo, a composição do Produto Interno Bruto da parcela referente a comércio, indústria e agricultura não chega a 10%.

Do ponto de vista dos índices de violência, enquanto no Brasil, salvo engano, temos uma média de homicídios de 11 por 100 mil, há cidades do entorno do Distrito Federal que têm mais de 70 homicídios por 100 mil habitantes. É uma situação explosiva, com impactos na qualidade de vida do Distrito Federal e de toda a região.

Daí a importância de fazermos um debate com autoridades de Goiás, do Distrito Federal e da União, com representantes do setor produtivo e da comunidade acadêmica e científica para buscar soluções para a região do entorno do Distrito Federal.

Por isso, agradeço o apoio de V. Exª e peço o apoio dos demais colegas para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar...

Com a palavra o Senador Lauro.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Boa tarde. Quero aproveitar aqui, Presidente, para fazer um convite a todos que, no dia 19, estamos realizando, em Sergipe, a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, em que algumas das pautas são turismo e cultura, bacia de irrigação e o Canal de Xingó. Convido a todos. Quem tiver oportunidade de ir não chegue apenas no dia 19, porque a partir do dia 15 as portas estarão abertas lá para receber todos, inclusive com

a família. Vai ser um prazer muito grande estar próximo a vocês.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de V. Exª se despedir, quero renovar o convite àqueles que estão lutando a favor de uma rediscussão sobre o endividamento dos devedores do Banco do Nordeste, dos Estados. Nossa reunião será no dia 13/3. No dia 13/3 aqui estarão as autoridades do Banco do Nordeste e do TCU para discutir a questão do endividamento. Aqui, na Comissão, sob a presidência de V. Exª. Pelo menos, ordem vai haver.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando S. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, para a próxima reunião a ser realizada no próximo dia 06 de março.

Encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e doze, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **WALDEMIR MOKA, LAURO ANTONIO, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, CLÉSIO ANDRADE, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES VALDIR RAUPP ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS e BLARIO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cyro Miranda. Justifica a ausência, o Senador Antonio Russo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011 – EMENTA:** Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 3. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e será ainda apreciada pela CCJ em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do relator**. ITEM 2: - Não Terminativo – AVISO Nº 72, DE 2011 – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à questionamento da legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante a Nota de Empenho nº 2007NE512 (TC 002.852/2008-5). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Sérgio Souza foi aprovado. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso. **ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CRA – ASSUNTO:** Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura na Expodireto Cotrijal 2012 – Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque no Rio Grande do Sul, entre os dias 5 a 9 de março de 2012, com o seguinte tema: Seguro Agrícola – panorama atual e as necessidades urgentes de garantia de renda aos produtores rurais. Vale ressaltar que, nesta safra, a seca está provocando perdas de R$ 5 bilhões com apenas quatro culturas (soja, milho, feijão e arroz, somente no RS). O exame de um modelo de seguro agrícola e de renda é urgente. O evento reúne produtores rurais de todo o país, além de propiciar com todas as cadeias produtivas, debates entre fornecedores de insumos, instituições financeiras e agricultores. Para tanto sugiro a participação dos seguintes convidados: Sr. Mendes Ribeiro Filho – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. Osmar Dias – Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil; Sr. Carlos Rivaci Sperotto – Presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul – FARSUL/CNA; Sr. Elton Weber – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul – FETAG; Sr. Nei César Mânica - Presidente da Expodireto/Cotrijal. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No

encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-CRA – ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e discutir as "POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ, INCENTIVOS PARA APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E PERPECTIVAS DE MERCADO", a realizar-se na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, no dia 30 de março de 2012, sexta-feira, às 14:00 horas, com transmissão ao vivo pela Rádio e TV Senado, com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do Ministério da Fazenda - MF, do Governo do Estado de Rondônia, de Cooperativas e técnicos do setor. **Autoria:** Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp. No encaminhamento, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012–CRA - ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de apresentar e debater a implantação na cadeia produtiva da agricultura familiar a REDE BRASIL RURAL, o mapa de ofertas da agroindústria familiar, e a interação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a participação de Representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012–CRA - ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e discutir a Situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas; com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Justiça; Presidente ou representante da FUNAI; Representantes da Advocacia Geral da União, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura, do Conselho Indigenista Missionário, da Fecomércio de Rondônia, e do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado com adendo do Senador Waldemir Moka, no sentido de que seja convidado o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012-CRA – ASSUNTO:** Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, visando analisar e debater a situação do escoamento da produção agropecuária das safras de 2011 e 2012 da Região Norte, através da BR 364, rota de transporte de produtos para o Porto do Rio Madeira, tendo em vista a precária situação desta rodovia federal, agravada com o transporte pesado de materiais para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, com a presença do Diretor Geral do DNIT General Jorge Ernesto Pinto Fraxe. **Autoria:** Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp e Blairo Maggi. No encaminhamento, os Senadores Valdir Raupp, Blairo Maggi e Waldemir Moka fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia, Sérgio Souza e Blairo Maggi manifestam solidariedade aos "brasiguaios", produtores rurais brasileiros que vivem no Paraguai e sugerem que a Comissão elabore documento que demonstre a preocupação com a situação dos brasileiros naquele país. O Presidente, Senador Acir Gurgacz, determina que se oficie ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, para que em audiência receba os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para tratar do assunto. A Senadora Ana Amélia, com o apoio dos Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza e Blairo Maggi, sugere que a Comissão encaminhe manifestação de solidariedade à família do Deputado Moacir Micheletto, falecido no dia 30 de janeiro de 2012, que é acolhida pela presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, informamos à Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 1.818-TCU, datado de 27 de dezembro de 2011, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento e providência, cópia do Acórdão nº 2594/2011, que trata de representação autuada pela Secretaria de Controle Externo do Tocantins, acerca de indícios de irregularidades na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional no Tocantins (Incra/TO), e diversas entidades localizadas no aludido Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentamentos do programa de reforma agrária.

O aviso do TCU será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e autuação.

Aviso nº 311-TCU, datado de 6 de dezembro de 2011, subscrito pelo Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC021788/2008-5, que trata da representação oferecida pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso em razão de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio sob responsabilidade da Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso.

O aviso do TCU será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e autuação.

Ofício nº 21, 2012-CNA, datado de 18 de janeiro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Carlos Prado, Presidente da Comissão Nacional de Fruticultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que solicita apoio no sentido de oficiar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o objetivo de que este efetue o registro emergencial de produtos comerciais à base de enxofre e triflumizole para o controle imediato do oídio do cajueiro, tendo em vista grandes perdas de produtividade nas últimas safras do caju, especialmente nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as emendas nº 1 a 3.

Observação:

- Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA.

- A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e será ainda apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu teria já terminado o relatório favoravelmente, mas me chega agora uma reivindicação do Governo pedindo que eu suspenda esse relatório até uma próxima reunião para fazer algumas adequações que, em entendimento com o Governo, julgamos sejam necessárias.

Então, peço a suspensão para votação em outro momento oportuno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, está retirado para reexame o projeto.

Para relatar o Item 2, o Senador Sérgio Souza ainda não se encontra presente.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura na Expodireto Cotrijal 2012 – Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque no Rio Grande do Sul, entre os dias 5 a 9 de março de 2012, com o seguinte tema: Seguro Agrícola – panorama atual e as necessidades urgentes de garantia de renda aos produtores rurais.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente – bom retorno –, caro Senador Valdir Raupp, seria até dispensável justificar essa inadiável discussão em torno da...

Saúdo o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande! É uma grande alegria vê-lo aqui de novo nesta Casa.

Como eu dizia, Senador Acir Gurgacz, o meu Estado e parte de Santa Catarina, também o Paraná e um pedaço do Mato Grosso enfrentaram uma seca prolongada que afetou dramaticamente a produção agropecuária.

No caso da soja, no Rio Grande do Sul, em algumas lavouras, a perda foi de 50%, e a soma de perdas da lavoura de soja, de milho e de arroz, apenas com essas três lavouras, estão estimadas em R$5 bilhões. Se considerar, caso Presidente, que a cadeia produtiva é integrada também por fornecedores de insumos, por máquinas agrícolas, por sementes, fertilizantes, o impacto disso pode chegar a um prejuízo de R$20 bilhões. Não considero aí as perdas que aconteceram na pecuária de leite, na pecuária em si e também na fruticultura, entre as quais a produção de uva.

Esse requerimento pretende debater, na Expodireto, o evento mais importante na discussão dos negócios do setor agropecuário, em Não-Me-Toque, de uma das mais importantes cooperativas, a Cotrijal, as questões relacionadas ao seguro, num âmbito maior, porque hoje o seguro que temos é de crédito, que só dá garantia e segurança para os bancos, mas não para o agricultor que, ao perder tudo, numa incidência de um efeito climático desses precisa de recuperação de sua renda.

Estou sugerindo aí, além do Ministro da Agricultura, também o vice-presidente de agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, porque ele é um especialista nesta matéria, tem projetos também sobre seguro, e daria uma valiosa contribuição. O presidente da Farsul e também o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, além do presidente do órgão anfitrião, que é o presidente da Cotrijal, Nei Mânica.

Eu gostaria inclusive de enfatizar a necessidade da presença de V. Exª comandando os trabalhos nessa audiência pública lá em Não-Me-Toque. Será muito bem recebido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Será um prazer para mim visitar novamente o Rio Grande do Sul, principalmente na sua companhia, para levar mais uma vez os trabalhos desta Comissão ao Rio Grande, e agora na cidade de Não-Me-Toque também, numa feira agropecuária importante não só para o Rio Grande do Sul, mas com certeza para o nosso País.

É um prazer reiniciar os trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença de V. Exª, com a presença do Senador Valdir Raupp. Que tenhamos um ano de muito trabalho e muitas realizações!

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 4 é um requerimento de minha autoria, para o qual peço ao Senador Raupp que o subscreva comigo.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir as "POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ, INCENTIVOS PARA APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS DE MERCADO", a realizar-se na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, no dia 30 de março de 2012, sexta-feira, às 14:00 horas, com transmissão ao vivo pela Rádio e TV Senado, com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Fazenda (MF), do Governo do Estado de Rondônia, de Cooperativas e técnicos do setor.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Convido o Senador Raupp a subscrever comigo esse requerimento que é importante para o desenvolvimento da cafeicultura brasileira, em especial a cafeicultura no Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É com muito prazer que endosso e apoio essa iniciativa. Quero dizer também que a Presidente da República baixou uma medida provisória, que já está em vigor, que beneficia os cafeicultores de todo o Brasil, inclusive os de Rondônia. Essa medida está aqui para ser votada, com a Relatoria do Deputado Júnior Coimbra, do PMDB do Estado de Tocantins. Trata-se de uma medida que vai beneficiar fortemente a produção de café em todo o Brasil e, consequentemente, no Estado de Rondônia.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu dou apoio solidário a isso, como consumidora de café, porque meu Rio Grande não produz café, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E eu convido V. Exª, Senadora Ana Amélia, para essa audiência pública. É uma oportunidade para V. Exª conhecer o nosso Estado de Rondônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um belo Estado, que tem muitos gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim; tem muitos gaúchos.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos ao item 5, também de minha autoria.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de apresentar e debater a implantação na cadeia produtiva da agricultura familiar, a REDE BRASIL RURAL, o mapa de ofertas da agroindústria familiar e a interação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É importante debatermos esse assunto da Rede Brasil Rural, em que está havendo uma integração de produtores, comerciantes e Governo brasileiro. Entendo oportuno o momento para trazermos aqui pessoas ligadas a esse trabalho para explanarem a todos nós como funciona, como vai funcionar a Rede Brasil Rural.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos o item 6, requerimento de minha autoria, e mais um extrapauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas; com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; Presidente ou representante da FUNAI; representantes da Advocacia-Geral da União, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura, do Conselho Indigenista Missionário, da Fecomércio de Rondônia, e do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho.

Em votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela iniciativa.

Esse não é um assunto de interesse apenas do seu Estado, Rondônia. É também do Estado do meu querido amigo, Senado Moka, que está chegando, e também do Rio Grande do Sul e de vários Estados brasileiros. Aliás, por um requerimento meu, também fizemos, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com apoio da Assembleia, da Câmara dos Deputados e das respectivas Comissões de Agricultura, um amplo debate sobre a questão não só das reservas indígenas, mas também sobre quilombolas, porque hoje há, digamos, um temor muito grande, dada não a indefinição, mas a falta de clareza da política para a demarcação de áreas, sejam quilombolas, sejam áreas indígenas.

A posição da Advocacia-Geral da União é importante. Vejo com grande alegria que V. Exª incluiu a representação dessa instituição no debate dessa matéria.

Então, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que tem integral apoio. Penso que esse é o nosso local adequado para examinar matéria dessa envergadura, que tem reflexos, sem dúvida, não apenas nas questões sociais, mas também nas questões econômicas, nas questões de segurança jurídica para quem está trabalhando na área rural.

Cumprimentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não sei, Senador Presidente Acir Gurgacz, se V. Exª colocou aí o Ministro Luís Adams, porque eu acho fundamental, representando a Advocacia-Geral da União, que ele participasse dessa audiência, até porque, Senador, já existe, por parte da Advocacia-Geral da União, um parecer, que é público. Seria interessante

que o Ministro Luís Adams pudesse aqui comparecer e colocar isso de forma clara.

Evidentemente que isso ainda não foi adotado pelo Governo Federal, mas é um parecer oficial. Disse ele, e eu ouvi do Ministro da Justiça, que aquele parecer da AGU teria, em tese, tendência de ser adotado como norma em relação a essas questões de demarcações.

Então, se V. Exª me permitir e julgar oportuno, eu gostaria, ouvindo, certamente, a Senadora Ana Amélia e o meu líder, Valdir Raupp, que a gente pudesse incluir aqui, entre os convidados, o Ministro Luís Adams. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aqui está a representante da Advocacia-Geral da União. Eu até o saudei, porque ele tem uma posição extremamente clara e objetiva, do ponto de vista jurídico, a respeito desse assunto. Então, seria extremamente conveniente que ele próprio, o Ministro Luís Adams, viesse e comparecesse a essa audiência pública.

Concordo com o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

É um tema que entendo que é da maior importância para os agricultores brasileiros. Está criando uma instabilidade muito grande no campo e nós precisamos ter regras claras com relação às terras indígenas e às não indígenas.

Portanto, coloco em votação, com o adendo do Senador Moka, convidando o Ministro Luís Adams para participar da audiência pública.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para a pauta extra, temos um item único.

Convido também o Senador Valdir Raupp para subscrever, juntamente comigo, esse requerimento, que é importante também para o nosso Estado de Rondônia em especial.

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e debater a situação do escoamento da produção agropecuária das safras 2011/12 na Região Norte, através da BR-364, rota de transporte de produtos para o porto rio Madeira, tendo em vista a precária situação dessa rodovia federal, agravada com o transporte pesado de materiais para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, do rio Madeira, com a presença do Diretor-Geral do Dnit, General Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

Entendo que nós precisamos, Srªs e Srs. Senadores, debater esse assunto. A restauração da BR-364 não aconteceu. Já tivemos várias reuniões com o Ministro dos Transportes, várias reuniões com o diretor-geral do DNIT e nada avançou.

Seja bem-vindo, Senador Blairo Maggi! É um prazer tê-lo conosco. É a nossa primeira reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu entendo, Senador Raupp, que é importante nós trazermos, aqui, o Diretor-Geral do DNIT, para que ele possa nos explicar a quantas anda a restauração da BR-364.

Eu inicio com essa audiência pública. Depois, se nada acontecer, nós vamos ter, se for o caso, de partir para uma CPI no DNIT, porque as coisas não estão acontecendo naquele órgão, e nós estamos sendo malvistos nos nossos Estados, como inoperantes.

Já anunciamos a restauração, o Crema, na 364, a restauração, desde 2009. Já estamos em 2012 e nada aconteceu. A BR-364 está com graves problemas; agora, começam a chegar em Porto Velho as peças para a instalação das usinas de Jirau e Santo Antônio, o que agravará ainda mais o estado da BR, que vai conflitar com os caminhões da produção de soja, tanto do Estado de Rondônia, quanto do Mato Grosso também.

Para debater, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É com muita satisfação, Presidente, Senador Acir Gurgacz, que assino e apoio esse requerimento.

Realmente, essa BR já passou da hora de ser restaurada. A BR foi construída há 30 anos, com asfalto chamado superficial duplo, que é um asfalto frio, simples. Até durou demais, com recuperações todos os anos, mas não resolvem mais o recapeamento, o tapa-buraco, porque a chuva vem e já destrói tudo novamente e aumentam os buracos na chuva seguinte.

Então, eu acredito que, com esse requerimento e com a audiência que nós tivemos, também, no DNIT nesta semana, com esse esforço... A gente tem cobrado constantemente, na tribuna do Senado, que o DNIT possa acelerar.

São quatro lotes de obras, que vão custar mais de R$400 milhões. Vão ser muito importantes para Rondônia.

Eu pediria a V. Exª, se aceitar, porque o Senador Blairo Maggi também é um usuário do transporte de soja da região do Mato Grosso, pela BR-364, que assine e apoie esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Será um prazer ter também o Senador Blairo Maggi assinando esse requerimento, porque eu entendo ser da maior importância para a Amazônia a restauração da BR-364, de Cuiabá até Rio Branco, no Acre; a grande BR-364.

Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente Acir, cumprimento-o pela reabertura dos trabalhos aqui da nossa comissão. Também cumprimento a Senadora Ana Amélia, o Senador Valdir Raupp, o Senador Sérgio Souza e o Senador Moka, que são nossos colegas nesta comissão.

Estamos reiniciando os trabalhos do ano e esse é um dos temas recorrentes ligados à agricultura, que é a questão da infraestrutura. Nós temos sido muito bons em produzir e aumentar a produtividade, mas temos sido muito ruins em administrar e fazer crescer a nossa infraestrutura, a ponto de perdermos competitividade.

Eu, a exemplo de V. Exª e também do Senador Valdir Raupp, que são do Estado de Rondônia, utilizamos a BR. O Mato Grosso a utiliza. Uma grande parte da exportação de Mato Grosso passa por Porto Velho.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mais do que rondoniense.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – É. Mais do que rondoniense. Mas Rondônia tem um grande potencial e ainda vai chegar lá também.

Então, temos utilizado muito essa via e ano após ano sabemos das dificuldades que têm atingido a BR-364. Eu quero apoiar essa convocação, mas digo que estou bastante preocupado, Senador Presidente, porque não é somente essa rodovia que está parada nesse momento.

Depois que tivemos as trocas que ocorreram no passado, no Dnit e no Ministério dos Transportes, a preocupação com o nosso sistema viário tem sido crescente. Em todas as partes do País vimos que o ministério sofreu muito com as trocas que ocorreram, o Dnit também; e as obras praticamente pararam. Os contratos que estavam para ser assinados, prontos ou em vias de receber autorizações para começar as obras, ficaram parados. E passou-se um ano de prazo desde os acontecimentos do ano passado no Dnit, na Valec e também no ministério.

Então, quero me associar a V. Exª e dizer que precisamos não só pedir para o general vir aqui falar conosco, mas acho que deveríamos pedir uma audiência à Presidente da República e colocar para ela o grau de dificuldade e de preocupação que estamos tendo com esse ministério, com essa estrutura que cuida das nossas rodovias.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que terminado o período de chuvas que estamos enfrentando, muito provavelmente estaremos com as estradas novamente com os buracos que havia no período de 2003 e 2004, quando eram uma lástima as estradas que tínhamos. Depois, o Presidente Lula deu uma atenção especial a essas obras e conseguimos ver estradas melhores de lá para cá. Mas, infelizmente, o desleixo e a falta de preocupação por parte dos que comandam esse segmento nos deixa muito preocupado e acho que teremos grandes problemas. Então, antes desses problemas crescerem muito, devemos exercer o nosso papel, que é de cobrar, fiscalizar, sugerir, ajudar. E faremos isso.

Eu quero, juntamente com V. Exª, também assinar esse requerimento e colocar a minha preocupação não só com a BR-364, porque a conheço e sei que está em condições complicadas, mas muitas outras rodovias que há dois ou três anos estavam em boas condições não mais tiveram manutenção; e a cada dia que passamos pelas rodovias vemos o aumento do número de buracos, bem como a ampliação dos mesmos. Isso, com toda certeza, desaguará num problema muito sério para o País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Eu já pedi para que a assessoria oficie à Casa Civil, a fim de que nos conceda uma audiência pública com a Presidenta, para discutirmos o assunto das estradas brasileiras com relação a escoamento da produção.

Nós estamos, em nível de produção, atingindo as nossas metas, Senador Moka, atendendo à necessidade brasileira e internacional de aumentar a produtividade. Essa produtividade tem aumentado sem desmatamento, levando-se tecnologia ao campo, fazendo com que nossas terras sejam mais produtivas. Mas o Estado na tem feito sua parte no que se refere à infraestrutura. É a nossa parte, seja do Congresso, seja do Executivo, não importa. Nós, Governo, precisamos atender à necessidade do nosso agricultor, do escoamento da nossa produção. Nós vamos oficiar para que possamos fazer essa audiência pública com a nossa Presidente em nome da Comissão de Agricultura. Depois, nomearíamos as pessoas que farão parte dessa comissão.

Em votação o requerimento anterior.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É sobre esse assunto. Veja bem, ouvi atentamente o Senador Blairo Maggi. Houve modificações no Dnit, e

veja que se trata daquela velha história: "ah, aqui tem problemas, não sei o quê". Quer dizer, a mim parece que estamos em um imobilismo: não se faz nada, não se licita mais, não há obra nenhuma, os recapeamentos pararam, os contratos também. Se não houver esforço por parte do Congresso, em especial, do Senado, vamos começar o ano...vem agora o escoamento, vêm as necessidades, o trânsito que vai haver. E, em algumas rodovias, há buracos esperando para aparecer porque, na rodovia, não há mais espaço para aparecerem. Então, dessas coisas precisam tratar. Acho que a melhor forma é trazer o chefe do Dnit, mas, evidentemente, a Presidenta Dilma...e aí acho correto uma audiência para que pudéssemos dizer: Olha, não se trata absolutamente de querermos criticar, mas, sim, da evidência do que está acontecendo País afora. E somos muito cobrados porque lidamos com escoamento de produção. Então, parabéns a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, um esclarecimento a respeito da audiência com a Presidenta Dilma Rousseff: é uma audiência coletiva da Comissão ou uma audiência da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer o pedido da audiência. Quando for aceito o pedido, vamos montar uma comissão para ir até a Presidenta. Mas, primeiro, vamos fazer o pedido. Ao ser aceito, nós montaremos uma comissão para ir até a Presidenta debater o assunto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O que está sendo votado hoje é a convocação do Diretor-Geral do Dnit para que ele venha aqui nos auxiliar com relação às estradas brasileiras.

Em votação a convocação do Diretor do Dnit.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Voltamos, então, ao item 2.

ITEM 2

AVISO Nº 72, DE 2011

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à questionamento da legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante a Nota de Empenho nº 2007NE512 (TC 002.852/2008-5).

Com a palavra o Senador Sérgio Souza para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de desejar a V. Exª e a todos os membros da Comissão um ano profícuo, e que possamos fazer desta Comissão uma das comissões mais importantes do Senado Federal. Esta Comissão sempre tem colocado ao povo brasileiro e aos Estados que nós representamos a segurança necessária no que diz respeito à agricultura e à pecuária.

Acerca do requerimento colocado por V. Exª, sobre a necessidade de debatermos as rodovias brasileiras, entendo pertinente e tem também meu respaldo e apoio.

Sr. Presidente, o relatório:

Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Aviso nº 72, de 2011 (nº 749, de 2011, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a questionamento da legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em favor do Município de Enéas Marques/PR, mediante Nota de Empenho nº 2007NE512 (TC 002.852/2008-5) – esse é o número do processo no Tribunal de Contas.

O referido Aviso do TCU trata do processo nº TC 002.852/2008-5, já referido, que cuida da representação formulada pelo Deputado Federal Max Rosenmann, nosso saudoso Deputado Federal que tinha assento no PMDB do Paraná, questionando a legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em favor do Município de Enéas Marques, situado no Estado do Paraná.

A matéria foi distribuída apenas à apreciação desta Comissão.

II – Análise

Inicialmente, esclarecemos que o art. 70 da Constituição Federal vigente estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Pontua-se, por oportuno, que a Constituição estabelece também, no art. 71, que *o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União*.

Os Avisos do TCU ao Congresso Nacional se inserem nessa estruturação normativa, que enquadra

o objeto da representação em análise no inciso VI do referido art. 71, responsável por estabelecer *entre as competências do TCU a de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município*.

As determinações do TCU, no caso em evidência, decorrem do contido no inciso IX do mencionado art. 71, que atribui ao Tribunal competência para *assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade*.

Cabe destaque, nesse sentido, a participação do Tribunal de Contas da União no cumprimento da missão de aperfeiçoar os instrumentos de execução das políticas públicas do País, particularmente as que alcançam os pequenos produtores rurais.

Seguramente, as ações ventiladas objetivam celeridade e eficiência na execução dessas políticas e contribuem, por outro lado, para o fortalecimento dos processos de controle, indispensáveis à melhoria institucional em todas as esferas da administração pública.

Para se manter atento a essa realidade, o Senado Federal precisa acompanhar com interesse as ações de planejamento, de execução, de fiscalização e de controle das políticas públicas, no intuito de propor os aprimoramentos pertinentes na legislação relativa ao tema.

Sr. Presidente, quanto ao Aviso nº 72, de 2011, entendemos, nos termos do inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, que cabe tomar ciência dos fatos, conforme fazemos ao discutir a matéria, mas não se trata de encaminhar providências, haja vista que a atuação do Tribunal de Contas da União deve se processar nos trâmites de normalidade.

III – Voto

Votamos pelo conhecimento do Aviso nº 72, de 2011, e pelo seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, pelo seu brilhante relatório.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, serei objetivo. Esse assunto já foi tratado no plenário, mas acho que a Comissão de Agricultura – embora eu respeite e pense que o Paraguai tem autonomia – é a que tem um posicionamento em relação ao que está acontecendo aos que o pessoal chama de brasiguaios. Quer dizer, são produtores rurais brasileiros, muitos há 40, 50 anos lá, com filhos e netos já nascidos no Paraguai e que hoje vivem uma situação de tensão. Conversando aqui, propus ao Senador Sérgio Souza e conversei também com o Senador Roberto Requião por causa do Parlasul e agora com o Blairo Maggi, que já tratou desse assunto. Acho que seria importante que pudéssemos tirar um documento da Comissão de Agricultura ao Ministro das Relações Exteriores, à própria Presidente da República, demonstrando a preocupação com o que está acontecendo lá, não que a gente possa interferir, mas no mínimo demonstrar que estamos acompanhando o que está acontecendo lá com preocupação, porque não é possível que gente com 40 anos, só pelo tempo em que estão lá, acho que já teria o direito à terra.

Então, vejo isso com uma certa preocupação e não sei se não seria oportuno que a Comissão de Agricultura tivesse... Talvez, a Comissão de Relações Exteriores tenha mais legitimidade para acompanhar isso em termos de dois países. Mas a Comissão de Agricultura tirar um documento em que externamos a nossa preocupação com o que está acontecendo ajudaria e confortaria também os brasileiros que lá estão para que sintam que isso não está passando de forma despercebida na Comissão de Agricultura do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia; na sequência, o Senador Sérgio Souza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas endossar a posição do Senador Moka. Na verdade, pode até ser da competência regimental desta Comissão essa iniciativa. Porém, é claro que o foro adequado é a Comissão de Relações Exteriores, onde algumas iniciativas já estão sendo tomadas, inclusive pelo colega Sérgio Souza, que, certamente, vai fazer. Mas ao que quero me ater é a posição que tomou o Senador Waldemir Moka, que apoio integralmente.

São duas questões: uma é a questão do Paraguai, que o país tem que resolver, e a outra é a nossa soli-

dariedade política aos brasiguaios, que são produtores rurais cujas famílias, como disse bem o Senador Waldemir Moka, saíram do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do meu Estado Rio Grande do Sul para lá desbravarem uma nova fronteira agrícola no momento em que a Itaipu foi construída e em que a barragem acabou desalojando esses agricultores e eles foram em busca de uma alternativa de sobrevivência. Conseguiram conquistar o seu espaço e precisam ser protegidos segurança jurídica a que eles têm direito.

Penso que a posição do Senador Moka é absolutamente equilibrada porque não podemos nos imaginar interferindo nas decisões internas do Paraguai, particularmente pelo fato de que agora o Paraguai está vivendo um ano de eleições, e isso poderia acirrar o ânimo e ter um efeito contrário ao que queremos, que é a pacificação e o tratamento adequado a esses brasiguaios que estão lá.

Então, penso que não podemos, como disse o Senador Moka, ficar alheios à questão, mas devemos ir no limite da ação política que, adequadamente, o Senador propõe, que é uma manifestação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de solidariedade, pedindo que o Governo brasileiro mantenha-se vigilante e atento e tome as medidas necessárias com o governo paraguaio dentro do âmbito do Mercosul e o próprio Parlamento do Mercosul, como bem lembrou o Senador Moka. O Senador Roberto Requião já teve conversas com algumas autoridades, mas de uma maneira que possa mais contribuir do que agravar a situação que está vivendo aquele país, particularmente os nossos patrícios brasileiros, hoje brasiguaios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esses brasileiros que se instalaram no Paraguai há mais de 40 anos, incentivados pelo próprio governo paraguaio e na busca de novas fronteiras agrícolas, como V. Exª e sua família, que foram para Rondônia; como aqueles, Senador Maggi, que foram para o Mato Grosso; como aqueles que foram para o Centro-Oeste, que foram para o Mato Grosso do Sul; brasileiros que são, por sua natureza, pela colonização do Brasil, aqueles que já vieram da Europa para colonizar este País, para plantar e cultivar neste País, também foram ao Paraguai, há mais de 40 anos. Já têm netos nascidos lá, já têm filhos nascidos lá. E foram para lá para plantar aquele solo e para constituir sua família. Comunidades levaram o desenvolvimento para aquela região. Muitas cidades daquele país foram construídas pelos brasileiros.

Esses brasileiros têm de ter o respaldo desta Comissão – parabéns, Senador Moka, pela iniciativa –, porque eles são produtores agrícolas e têm aqui, no Brasil, principalmente nos Estados do Sul, mas também nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, familiares, amigos e têm propriedades naquele país.

Nós temos de ajudar esses companheiros, esses concidadãos, esses amigos nossos que estão lá, porque eu temo que essa movimentação seja muito mais política do que uma briga referente à propriedade, e estamos em ano de eleição naquele país. E é só o início. No auge da eleição, poderemos ter também o auge desse conflito, e poderá haver situações desastrosas para nossos companheiros.

Tomei a iniciativa, conversei com vários Senadores, conversei com o Senador Moka, apresentei um requerimento, assinado por mim, pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o Presidente da Subcomissão de Fronteiras, para formarmos uma subcomissão temporária externa, através da Comissão de Relações Exteriores, que também será submetida ao Plenário, provavelmente na semana que vem – deve ser votado amanhã esse requerimento na Comissão de Relações Exteriores –, para que possamos formar uma comissão de Senadores, a fim de conversar com o parlamento paraguaio, que retoma seus trabalhos agora, no mês de março, e exigir que eles cumpram o compromisso que fizeram com o Brasil, porque, no momento em que se sentaram à mesa, aqui, dentro deste Senado Federal, e exigiram que o Congresso Nacional desse a eles melhor qualidade e quantidade de recursos no que diz respeito ao Tratado de Itaipu, pagamento pelo excesso de energia gerada na Itaipu, que é do Paraguai – e, pelo tratado, nós temos de absorver essa energia –, o Congresso Nacional, o Senado Federal deu a eles essa prerrogativa e essa garantia. Sentamo-nos todos à mesa, Senador Lauro, e eles assumiram conosco o compromisso de cumprir a legislação, que é paraguaia, Senador Moka. É uma legislação que garante ao cidadão brasileiro, lá erradicado, o direito à cidadania e o direito à propriedade. Essa lei data de 2005, e, diferentemente de outros países vizinhos do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, ela não é retroativa.

Então, nós temos, sim, de tomar a iniciativa e garantir que nossos companheiros agricultores que lá vivem tenham segurança no que diz respeito à cidadania e à propriedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu gostaria também de me solidarizar com a proposta do Senador Moka, já, aqui, recebendo apoio da Senadora Ana Amélia e do Senador Sérgio.

Quero dizer que, há pouco tempo, Senador Sérgio – V. Exª ainda não estava aqui, no Senado –, eu me lembro muito bem que a hoje Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi, então Senadora, é que foi a Relatora do acordo da energia binacional Itaipu. E, naquele período, nas comissões e nas conversas que tivemos, muitos dos colegas trouxeram esse tema para a mesa, no sentido de negociarmos juntos; negociarmos a questão de Itaipu com os "brasiguaios". E, naquele momento, foi-nos dito, quer dizer, o governo não aceitou até porque, segundo orientações e informações do governo paraguaio, isso não era coisa relevante, estava tudo acordado pela lei de 2005, enfim, todos nós aqui acabamos concedendo um benefício para o Paraguai sem cobrar naquele momento um compromisso maior com a questão dos "brasiguaios".

Agora, então, chegou ou está chegando ao ápice essa discussão no Paraguai.

Eu nasci naquela fronteira, em São Miguel do Iguaçu, tenho muitos amigos no Paraguai, parentes, primos que mora no Paraguai, vivem lá há mais de 30 anos também. E também quero deixar aqui registrada a preocupação que eu tenho, não só com o trabalho deles durante todos esses anos em que lá moram e vivem, como a própria segurança deles também. As coisas não estão muito fáceis lá e acho que o Governo brasileiro e nós aqui do Congresso temos legitimidade para fazer essas ponderações. Não sei até onde nós podemos ir, mas podemos ir aonde podemos ir. Se uma visita ao Paraguai, como proposto pelo Senador Sérgio, for legal, for oficial e dentro do trâmite da burocracia, nós devemos ir e quero me candidatar a ir também.

Não acho que a gente tenha que deixar as coisas da forma como estão. Amanhã, na Comissão de Relações Exteriores, da qual também faço parte, vamos debater esse assunto, V. Exª vai levantar esse assunto lá, vamos procurar o conhecimento e as orientações do nosso Presidente Collor. Não podemos deixar do jeito que está. Não é justo, embora tenhamos que respeitar, o Paraguai tem autonomia, as leis são deles, mas os patrícios são nossos, são nossos amigos, nossos parentes, são brasileiros que estão lá, radicados há muitos anos, como já disse aqui o Senador Moka, com filhos, com netos, a exemplo dos meus parentes que estão lá, os filhos já nasceram por lá, já são paraguaios e devem ser tratados como tal.

Além de tudo, eu acho que o governo paraguaio reconhece isso, é o que tem na economia do país, a exemplo do Brasil que tem uma indústria forte, mas a agricultura e o agronegócio são muito importantes para a balança comercial. Para o Paraguai, então, é o que tem, o resto é contrabando, uma coisa que tem que ser combatida, inclusive.

Então, quero deixar aqui a minha preocupação também e deixar claro que, se houver alguma comissão ou alguma coisa para verificação *in loco* ou conversar com o Congresso, eu quero estar presente, porque, como sou nascido na fronteira do Paraguai, tenho obrigações com aquela população também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado ao Senador Blairo MAggi.

Senador Sérgio Souza, pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para concluir este assunto. Na semana passada eu estive no Itamaraty, conversando com o embaixador Eduardo Gradilone, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, e ele me colocou com muita propriedade os avanços que o Governo brasileiro tem feito em favor dos brasiguaios que lá estão.

Mas os avanços estão muito no campo da cidadania; no campo da propriedade está praticamente estagnado no zero. Ele me encaminhou, ontem, um *e-mail* com uma carta, um comunicado do Presidente Lugo, dizendo que vai dar as garantias para os brasiguaios, mas eu acho que isso realmente... não desacreditando na palavra do Presidente Lugo, eu acho que ele tem essa preocupação realmente, porque ele tem esse compromisso desde a época que estava governando o Brasil o Presidente Lula. Mas nós temos que mostrar que o Brasil é um país que tem respeito pelos países vizinhos, mas que também tem autoridade de exigir o direito de propriedade. Nós exigimos isso dentro do nosso País e garantimos isso aos cidadãos brasileiros e temos a obrigação – Congresso Nacional, o Senado Federal – na medida da legalidade regimental e também constitucional dos limites da atuação do Senado Federal, de formarmos a comissão para debatermos isso.

Inclusive, Senador Blairo Maggi, eu sugeri agora a minha assessoria que converse com a assessoria do Presidente Collor, que antes de chegar à Comissão estava lá tratando justamente deste assunto. Nós estamos redigindo o requerimento por conta de um dispositivo e para colocar também V. Exª como um dos autores, a fim de que possamos encaminhar isso de forma concreta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quem sabe pudéssemos tirar um documento de solidariedade. A assessoria poderia providenciar e anexar exatamente ao da Comissão de Relações Exteriores. Não tenho a menor dúvida de que a iniciativa seria deles, mas acho que um documento também de uma outra comissão só vai reforçar a preocupação e mostrar que nós estamos aqui atentos ao que está acontecendo lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia deseja usar a palavra? *(Pausa.)*

Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Intervenção fora do microfone.*) – Está esgotada a discussão desta matéria? *(Pausa.)*

É sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Cumprimento o Senador Moka pela iniciativa. Eu também me solidarizo com os demais Senadores em relação a esta questão, que é realmente muito importante para todos os brasileiros, aqueles que estão no Paraguai.

Sugiro que, nas discussões que serão feitas na Comissão de Relações Exteriores, se inclua um item e que sejam convidados membros da Comissão de Agricultura para irem juntos – oficialmente duas comissões, a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura. E nós nomearemos aqui quem de direito já faz parte das duas comissões, o Senador Blairo Maggi, o Senador Sérgio Souza também, e podemos incluir o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia, se assim entenderem necessário.

Faço o pedido para que isso seja discutido lá e para que nós possamos debater aqui, na nossa Comissão, e tornar oficial a nossa participação.

Gostaria de sugerir uma audiência com o Ministro de Relações Exteriores por parte da Comissão de Agricultura, para tratarmos deste assunto. Peço que seja feito o requerimento hoje para que nós sejamos recebidos pelo Ministro de Relações Exteriores. E solicito aos Senadores Moka, Blairo Maggi, Sérgio, Lauro e à Senadora Ana Amélia que representem esta Comissão, na próxima semana, se o Ministro achar um tempo na sua agenda, para discutir este assunto e, em seguida, tratar dessa questão, avançando sempre, a fim de atendermos os brasileiros que lá estão. Dessa forma, entendo que estamos fazendo a nossa parte aqui na Comissão de Agricultura.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas fazer um registro.

No dia 3 de fevereiro, quando se iniciaram as atividades legislativas deste ano parlamentar, apresentamos um requerimento de voto de pesar pelo falecimento, no dia 30 de janeiro, do Deputado Moacir Micheletto. E tenho certeza de que também os Srs. Senadores que firmaram esse requerimento encaminhado à Mesa do Senado concordam que a Comissão de Agricultura, tema sobre o qual o nosso Deputado Moacir Micheletto sempre teve uma atenção muito especial, que foi uma das lideranças mais importantes na Câmara para tratar dessa matéria, fizesse uma manifestação, apenas uma solidariedade da Comissão, uma mensagem, mesmo em caráter informal da Comissão à família do Deputado Moacir Micheletto, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esta é uma solicitação que faço e tenho certeza de que os demais colegas também, que tiveram inclusive mais convivência com ele do que eu, eu tive mais como jornalista do que como parlamentar, apóiem também esta manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Assim será feito, Senadora Ana Amélia, com a atenção e com a aquiescência dos demais Senadores e Senadoras que estão aqui presentes, para que possamos fazer tal documento.

Pois não, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para me somar às palavras da Senadora Ana Amélia.

Conheço e participo muito do setor e, por isso, vim para esta Comissão. E o meu grande orientador aqui, no Congresso Nacional, principalmente no debate no que diz respeito ao Código Florestal, foi o Deputado Moacir Micheletto, que era meu amigo de conversas no meu gabinete, no gabinete dele, de almoços e jantares, do meu Estado, não só de convivência partidária e política, mas também de convivência de amizade realmente. Eu sei também da amizade do Senador Moka.

Quero agradecer, em nome do Paraná, em nome da família - inclusive o filho dele Marcel Micheletto está no meu gabinete neste exato momento; eu vou, na medida do possível, conseguir dar um respaldo à equipe que trabalhava com Micheletto e muitos deles vão trabalhar comigo -, em nome de todos esses, a todos aqueles que tiveram uma deferência em favor do Deputado Micheletto, que era um homem da agricultura não do Paraná, mas do Brasil. Era um cara que brigava com unhas e dentes, que teve apelidos principalmente por conta do Código Florestal, pois ele não se deixou vencer pelas dificuldades da luta em favor

dos agricultores brasileiros. Mas quero agradecer todos aqueles que estiveram no Estado do Paraná no dia do velório do Deputado Micheletto. Lá, estiveram a Ministra Gleisi Hoffmann, o Presidente em exercício Michel Temer, o Senador Moka, o Ministro Mendes Ribeiro e tantas outras autoridades prestando homenagem e se despedindo desse companheiro que vai nos deixar muita saudade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só para apoiar, Sr. Presidente, e dizer que, nos últimos 16 anos, eu convivi com o Moacir Micheletto, que talvez fosse um dos grande amigos, senão, com a convivência no dia a dia aqui, no Código Florestal... Eu tenho até dificuldade para falar, porque era um amigo de muita... Falta... Ontem, eu fui a uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo e tenho dificuldade mesmo de não ver o índio velho, como ele mesmo se chamava e chamava os outros.

Estive no seu velório e fiz questão, Sr. Presidente, de levar o abraço da Comissão de Agricultura, representando V. Exª também lá.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, aproveitando para falar sobre o Deputado Micheletto, eu também gostaria não só de deixar registrado o pesar, mas de dizer o quanto ele foi importante para o segmento da agricultura.

Ele também era um amigo da minha família. O pessoal de São Miguel do Iguaçu, os familiares e o meu pai, era eleitor do Deputado Micheletto. Todos nós sentimos muito a sua passagem e vamos sentir muito a sua falta aqui, no Congresso Nacional, na Câmara.

Eu gostaria, Senador Sérgio, que você levasse um abraço à família dele, ao filho dele e que registrasse também o nosso pesar pelo seu falecimento. Foi um dia muito triste. Uma pessoa que vive lá em casa, com a gente, em São Miguel do Iguaçu, Lino, que vivia com o meu pai, uma pessoa de confiança, ligou-me, chorando ao telefone, para dizer o que tinha acontecido com o Micheletto.

Foi muito triste para todos nós, mas o importante é que a história do Deputado Micheletto está escrita nos Anais desta Casa. Nessa questão do Código Florestal mesmo, ele junto com o Senador Jonas – os dois devem estar juntos, conversando sobre esse assunto – enfrentaram verdadeiras batalhas e pedreiras lá atrás, há 15 anos, quando esse assunto já estava em pauta aqui, no Congresso Nacional.

Eu gostaria que V. Exª levasse também o meu abraço e a minha solidariedade. Ele fará muita falta para todos nós, mas fica o exemplo para nós e para a família dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito bem, Senador Blairo Maggi. De fato, o Deputado Micheletto fará muita falta ao Paraná e ao Brasil, pelo seu trabalho, pelas suas ações. O Código Florestal deve muito, muito ao seu trabalho e à sua atuação - e não só a reforma do Código Florestal, mas a agricultura em todo o País. Portanto, com certeza, vamos todos lembrar sempre do trabalho do Deputado Micheletto nesta Casa.

Senador Lauro Antonio, seja bem-vindo à nossa Comissão novamente, pelo PR de Sergipe.

Temos montada a nossa agenda, Senadoras e Senadores: no dia 1º, Dnit; dia 2, Ministério do Desenvolvimento Agrário; dia 8, terras indígenas; no dia 9, estaremos no Rio Grande do Sul, em Não-me-Toque; dia 15, votação deliberativa; dia 16, debate aqui na Comissão às 14h, sexta-feira, e dia 30, na sexta-feira, em Cacoal; no dia 29 aqui na nossa Comissão.

Portanto, para o mês de março, já temos a nossa agenda feita para as atividades deste ano.

Agradeço a todos...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Por favor, Senador.Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Por falar em questões indígenas, vamos discutir aqui, não o Dia do Índio, mas um dia sobre índios, dia 8. Eu gostaria de pedir a V. Exª que pedisse à assessoria para dar uma olhada em uma instrução normativa que saiu há poucos dias – vi no *Diário Oficial*. Faz mais ou menos 15 dias, e a Funai está regulando a questão dos licenciamentos ambientais. Pelo que li, sem me aprofundar muito, é um outro grande complicador para as obras que são de infraestrutura e outras coisas mais.

Então, eu gostaria que a nossa Comissão estudasse e se debruçasse sobre isso. Acho, pela leitura breve que fiz, que teremos de achar um meio legal de anular essa instrução normativa através de um decreto-legislativo aqui do Senado, porque, pelo que li, já é difícil fazer as coisas; agora, com a Funai querendo dar as cartas em tudo, vai ser pior ainda. Eu não tenho o número dela agora, mas, com toda certeza, vão encontrar aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Assim será feito. Vamos discutir.

Agradeço a atenção de todos e o empenho que tivemos de todos os Senadores no ano 2011, nesta Comissão.

Convido a todos para realizarmos novamente neste ano um trabalho voltado à agricultura, à pecuária, à agroindústria brasileira. Temos certeza de que temos muito e podemos contribuir muito para o desen-

volvimento do nosso País, e que o Brasil possa ser, nos próximos anos, o maior produtor de alimentos do Planeta. Essa é a grande meta que nós todos, brasileiros, temos, não só produtores, mas todos nós temos essa meta e, juntos, poderemos atingir esse objetivo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1 DE MARÇO DE 2012.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia primeiro de março de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, ACIR GURGACZ, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, CLÉSIO ANDRADE e VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Sérgio Souza e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 5 de 2012-CRA**, aprovado em 08/02/2012, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp e Blairo Maggi, com a finalidade de analisar e debater a situação do escoamento da produção agropecuária das safras de 2011 e 2012 da Região Norte, através da BR 364, rota de transporte de produtos para o Porto do Rio Madeira, tendo em vista a precária situação desta rodovia federal, agravada com o transporte pesado de materiais para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, com a presença do **Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe**, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - **DNIT**. Após a exposição do Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Acir Gurgacz, Jayme Campos, Waldemir Moka, Delcídio do Amaral, Valdir Raupp, Ivo Cassol e os Deputados Marinha Raupp, Mauro Nazif, Moreira Mendes e Padre Ton. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2012, de minha autoria e também do Senador Valdir Raupp e do Senador Blairo Maggi, visando analisar e debater a situação do escoamento da produção agropecuária das safras de 2011 e 2012 da região Norte através da BR 364, rota de transporte de produtos para o porto do rio Madeira, tendo em vista a precária situação desta rodovia federal, agravada com o transporte pesado de materiais para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, com a presença do Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

A situação da BR-364 chegou ao limite do tolerável. A população de Rondônia e os usuários da rodovia de toda a região Norte do País não aguentam mais ter que transitar por uma rodovia cheia de buracos, sem acostamento, com adensamentos, remendos, desníveis e irregularidades de todo tipo. Essa situação tem provocado acidentes com feridos e mortos quase todos os dias, além de enorme prejuízo para a economia de toda a região.

A mobilização da sociedade rondoniense por melhores condições de trânsito da BR-364 vem crescendo desde o ano 2000. A rodovia, aberta na década de 60 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, foi pavimentada somente na década de 80 pelo presidente João Baptista Figueiredo.

Por conta das condições adversas do nosso clima e do trânsito pesado de caminhões, em pouco tempo a rodovia apresentou sinais de desgaste. O primeiro recapeamento foi feito em 1996, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2004, o presidente Lula duplicou um trecho de trinta quilômetros do perímetro urbano de Porto Velho, o que seria o ideal para todo o trajeto da rodovia.

Portanto, desde 1996, a manutenção da rodovia é feita apenas com operações tapa-buracos. O resultado

disso é o que vamos mostrar agora em um vídeo de dois minutos, para que os Senadores, o General Fraxe, Diretor-Geral do Dnit, e o Brasil inteiro conheçam melhor o drama vivido diariamente pelos rondonienses.

Peço que se possa reproduzir o vídeo.

Este vídeo, produzido pela equipe da RedeTV Rondônia e pelo cinegrafista Dione, de Cacoal, mostra a situação de um trajeto de 148 quilômetros da rodovia, entre Cacoal e Ouro Preto do Oeste, passando por Presidente Médici e Ji-Paraná, onde podemos ver a dimensão dos buracos e trechos inteiros sem asfalto. Somente nesse trecho, nos últimos dois anos, ocorreram 290 acidentes com 25 mortes, segundo a Polícia Rodoviária Federal. Alguns acidentes foram provocados pela imprudência dos motoristas, outros tiveram como causa o mau estado de conservação da rodovia.

Uma viagem que, em condições normais, poderia ser feita em uma hora e trinta minutos demora hoje quase três horas nesse trajeto. Neste período de chuvas do inverno amazônico, os buracos se multiplicam e a rodovia está cada dia mais lenta e perigosa. A situação tem se agravado com o transporte pesado de equipamentos para as duas usinas hidrelétricas do rio Madeira e com o transporte da safra de soja do Cone Sul, de Rondônia e de Mato Grosso, que é exportada via Porto Velho.

Neste ano, em menos de sessenta dias, mais de vinte mortes ocorreram na BR-364, em Rondônia. Só neste mês de fevereiro, perdemos duas figuras públicas bem conhecidas em nosso Estado, o Prefeito de Alto Alegre dos Parecis, Dirceu Alexandre da Silva, do PSB, e o ex-Vereador de Cacoal Expedito Alves, que era chefe de gabinete do Prefeito padre Franco Vialetto.

Lembro, ainda, com tristeza, de outros amigos que perdi, recentemente, na BR-364, como o Deputado Federal Eduardo Valverde e o *padre Paulo Alécio* Engerroff, da Paróquia São Luiz de Gonzaga, de Porto Velho.

Além de todas as mortes, que levaram tristeza e desesperança para as famílias, muitas pessoas ficaram mutiladas e tiveram sua capacidade física limitada. Assim, um problema de trânsito, de infraestrutura rodoviária tem acarretado grande ônus para a saúde pública e criado graves problemas sociais, desestruturando famílias inteiras.

Essa situação, no nosso entendimento, não pode continuar. Por isso, a Comissão de Agricultura do Senado convidou o Diretor-Geral do Dnit, General Jorge Fraxe, a quem agradeço a presença, para nos ajudar a entender, não só a nós, mas a sociedade rondoniense e brasileira, sobre o impasse em torno do processo de licitação para a restauração da BR-364. Essa novela se arrasta desde 2009, quando tivemos várias audiências públicas em Porto Velho, em Vilhena, em Ji-Paraná, 2009, 2010, para que pudesse ser feito o processo licitatório no início de 2010.

Estamos em 2012, e esse processo de licitação ainda não aconteceu. Sabemos que problemas aconteceram no Ministério dos Transportes, problemas aconteceram no Dnit, mas a população, General Fraxe, não acompanha e não muito se interessa por problemas internos do Governo, interessa à população a rodovia em perfeitas condições.

Então, aqui, elencarmos problemas internos administrativos, policiais, extrapoliciais, não vêm ao caso, mas, sim, o que acontece lá na BR, o dia a dia da população que enfrenta o perigo das estradas, o perigo do transporte daquela rodovia, e cabe a nós darmos uma solução, estamos aqui representando a população do nosso Estado, a população brasileira, assim como V. Exª também representa a nossa Presidenta Dilma à frente desse órgão tão importante, que é o Dnit.

Portanto, agradecemos em nome de todos os Senadores a sua presença para debatermos esse assunto e que possamos não apenas entender o atraso que está acontecendo no início dessa obra, mas para que possamos, de uma forma ou de outra, contribuir para que se inicie logo essa operação tapa buraco na BR-364 e a sua restauração, que é muito importante para todos nós.

Agradeço, aqui, a presença sempre marcante do nosso Senador Jayme Campos, que nos acompanha e também conhece muito bem os problemas da BR-364, nosso Vice-Presidente do Senado e desta Comissão, Senador Moka, que também conhece a BR-364 e seus problemas. Agradeço a presença de todos, para que possamos debater esse assunto.

Passo a palavra ao General Fraxe para que possa fazer as suas colocações; é o nosso Diretor-Geral do Dnit. Seja bem-vindo, General, é um prazer tê-lo conosco na nossa audiência pública.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, demais presentes, em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, o privilégio de retornar ao Senado. É muito bom quando o Diretor-Geral do Dnit pode se dirigir a V. Exªs e trazer alguma informação de esperança, que esclareça as coisas.

Estou completando seis meses de Dnit, prometi muita transparência e já começamos a cumprir a nossa promessa. A primeira é de que todas as decisões da Diretoria Colegiada estariam na Internet, e já estão, todas as decisões da Diretoria Colegiada. A minha outra promessa é a seguinte: dentro de, acredito eu, noventa dias, todas as medições de obras estarão disponíveis na Internet para que qualquer cidadão do Brasil ou do exterior, onde estiver, possa saber exata-

mente quanto estará sendo pago em cada obra, em cada medição mês a mês. Isso é muito importante. Onde não há transparência, há suspeição. Em terceiro lugar... Então, veja que estamos buscando primeiro dar muita transparência ao Dnit. Nós precisamos fazer do Dnit uma instituição respeitada e admirada pelos brasileiros. No momento ainda não é, esse é o nosso grande objetivo. E como vamos fazer isso? Cumprindo uma missão que cabe ao Dnit: oferecer aos brasileiros, não aquela porcaria, perdoem-me a expressão, que foi mostrada ali, mas rodovias, hidrovias, portos e ferrovias seguras, confortáveis, limpas e bem sinalizadas. No dia em que fizermos isso, teremos cumprido nossa missão. Ainda não chegamos lá.

Vamos agora nos deter à 364. A 364 se insere no contexto de má gestão. É má gestão, o que vimos ali é má gestão. Seria impossível tentar explicar esse quadro triste que se apresenta da rodovia. Tenho uma resposta para isso, chama-se má gestão. O que estamos fazendo neste momento para que a população tenha esperança, tenha ânimo e para que os vetores produtores de Rondônia e do Mato Grosso tenham o mínimo de segurança de que não vão ter o seu produto ilhado, sem poder chegar ao porto do rio Madeira ou em qualquer outro local? Imediatamente, para garantir o mínimo de trafegabilidade, o mínimo possível, para não interromper o tráfego, estamos numa operação de emergência, de tapa buracos. Já há duas equipes trabalhando no trecho e vai entrar hoje uma terceira equipe. Inclusive, quando conversei com o Senador Raupp na sexta-feira, ele confirmou as duas equipes trabalhando no trecho. Mas a restauração pesada, renascer a rodovia... Ontem eu aprovei na diretoria colegiada delegação de competência para o superintendente André, lá em Porto Velho, para já iniciar o processo licitatório nesta semana do lote 2, que é esse pior lote a que V. Exª se referiu há pouco, Cacoal, Ouro Preto do Oeste, esse é o pior lote da rodovia, o pior trecho. A licitação já está para lançar agora no mercado. O projeto está pronto, revisado, aprovado, vai ser o primeiro lote, que é esse trecho aqui, que vai para o mercado. O lote 4 também, o orçamento já foi revisado, dentro de 10 dias já vai estar no mercado. Quanto ao lote 1, estamos revisando orçamento para lançar também.

Então, acredito que dentro de 30 dias 3 lotes dos 4 estarão prontos. Existe um lote, que é o lote 3. Quanto a esse lote o Tribunal de Contas da União fez dois questionamentos, um com relação à brita, à pedra. Ele entendeu que o projeto que tem hoje pronto sobre esse lote dita lá "brita comercial". O que é isso? Comprar a brita. O auditor passou no trecho e viu lá uma pedreira, disse: "Por que não é brita produzida, que é mais barato?" Então, estou mandando fazer um pregão eletrônico para uma empresa fazer o ensaio dessa pedreira para saber se essa pedreira atende às especificações técnicas do projeto. Se atender e se ela não tiver a lavra fornecida pelo DNPM, poderemos fazer brita produzida. Se já tiver a lavra, não tem como, mas não tem como mesmo. Quem tem a lavra tem o direito de explorar a pedreira.

Mas isso é uma providência que temos que tomar, porque não podemos licitar a obra à revelia das determinações que o Tribunal de Contas da União fez sobre esse lote 3. E o outro questionamento desse lote, é que está prevista base de brita graduada, que dá um custo alto realmente. E o Tribunal disse: "Nós passamos lá e vimos jazidas lateríticas. Será que não é possível usar essa jazida?" Então, também, nesse mesmo pregão em que estamos contratando o exame da pedra, também vamos examinar essas jazidas que foram recém-referidas pelo Tribunal de Contas para saber se ainda existe volume de material que atenda ao quantitativo de projeto. Porque se não atender, não adianta. Vamos ter de fazer com base em brita graduada.

De modo que, dos quatro lotes, três são questão de dias, agora, ainda no mês de março. Já estarão na Internet.

Um lote vai demorar um pouquinho mais, porque eu tenho de fazer essa pesquisa para responder ao TCU e o TCU me liberar o lote para licitação.

Então, depois de tantos atrasos, depois de tantas postergações, eu acredito que nós temos um horizonte já bem definido para iniciar, imediatamente, no primeiro lote, que é o mais grave, a licitação e, em seguida, mais dois, faltando um, e deve demorar de 40 a 50 dias para nós concluirmos esse trabalho.

Não sei se com essas explicações eu consegui diminuir um pouco a angústia e essa ansiedade do pessoal de Rondônia, mas eu acho que já é um horizonte que antes não tinha.

Coloco-me à disposição dos senhores para mais alguma explicação, se eu souber responder neste momento. Se eu não souber, eu vou pesquisar e vou trazer a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, General Fraxe.

Essa "porcaria", como o senhor citou, realmente, é o que está à disposição do povo de Rondônia e ao povo não importa se o senhor está lá há seis meses, ou há seis dias, ou há seis anos. É o que a população está vivendo, é o que está recebendo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É certo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, nós entendemos que a emergência deve

ser colocada em prática lá, não aqui, no Dnit, General, porque as coisas não estão acontecendo.

Nesta noite, a rodovia ficou paralisada por três horas, mais ou menos, entre Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste, pelos estudantes que vão a Ji-Paraná para estudar e estão se atrasando para chegar às suas escolas. Resolveram fazer uma paralisação para mostrar a sua indignação e pedindo providências para que as coisas aconteçam de forma a contento para a população, para que não haja a estrada, reconhecida pelo senhor como "porcaria", à disposição da população do meu Estado, da população do Estado de Rondônia.

Eu gostaria de saber de V. Sª se, realmente, essa emergência está no papel ou está lá, acontecendo, porque a informação que eu tenho é de que não iniciaram a operação tapa-buraco entre Ouro Preto – Ji-Paraná e Ji-Paraná – Cacoal.

Essa informação, eu pedi ao meu assessor que telefonasse para lá, agora, para checar, para eu ter uma noção sobre se as companhias já iniciaram os trabalhos, para que a gente possa dar uma resposta à população, que aguarda uma solução urgente, de acordo com a necessidade do problema, com a rapidez do problema, que a gente sabe que não é fácil resolver. Mas 2009, 2010 e já chegando 2012, nada aconteceu para que a solução desse problema chegasse aos olhos da população brasileira, da população do Estado de Rondônia.

Eu pergunto ao senhor se essa emergência tem data para terminar, para começar, se tem um quantitativo de pessoas para trabalhar, ou se é aquela dupla, com duas pessoas numa ponta, duas pessoas noutra ponta. Essa é a emergência ou há uma equipe forte, que vai para resolver o problema em 10 dias, 15 dias? Porque a emergência é para resolver o problema rapidamente?

Essa é a pergunta que eu faço ao senhor, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O tapa-buraco não é uma solução definitiva. Ele é emergencial.

O Senador Raupp me confirmou duas equipes que ele encontrou trabalhando no trecho. Infelizmente, o Senador não está aqui, mas eu conversei com ele por telefone e ele me confirmou que tinha encontrado duas equipes no trecho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A informação que nós temos é de que houve um tapa-buraco com terra, para, talvez, ajudar a resolver, mas tapar buraco com terra não é a solução.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não é isso, Senador. É o seguinte: não é período de chuvas, agora?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É período de chuvas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não tem nenhum que preste. Qualquer serviço que se fizer agora, na rodovia, será um serviço mais ou menos para ver se conseguem passar os caminhões, porque, com chuva, são incompatíveis serviços rodoviários, Senador. Então, o que estamos fazendo? Botando as equipes lá, porque tem de colocar, para fazer algum serviço que vai se perder. O serviço que vai ficar bom e definitivo será quando passar a chuva. Aí, já vão ter equipes, empresas contratadas para fazer a restauração. Então, isso é algo muito importante, porque se diz que se está fazendo uma operação tapa-buraco e que vai ficar bom. Com chuva, tudo que se fizer será mal feito.

Agora, existe o compromisso do Dnit. Qual é? Não abandonar a estrada; as equipes têm de estar lá. O que estou fazendo agora? Estou deslocando para lá um dos meus chefes de restauração daqui de Brasília, para me acompanhar pessoalmente junto ao Superintendente. O Senador Raupp, na sexta-feira, me disse: "Eu já encontrei duas equipes trabalhando." Mas eu lhe digo que é um serviço que não é bom. Com chuva, não é bom o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE– Agora, nós não podemos abandonar a rodovia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só uma observação. Quero fazer uma indagação ao Presidente do Dnit, ao General.

Imagino que V. Exª poderia manter contato com o Superintendente de Porto Velho para prestar melhor informação não só ao Senador Presidente, mas a todos os Senadores, se, de fato, essas duas empresas já se encontram no local, na medida em que a informação que V. Exª está dando aqui é a de que o Senador Raupp lhe disse que há duas empresas lá. Até agora, de fato, de concreto, o senhor não conseguiu informar se tem ou se não tem.

V. Exª está com alguns assessores aqui e poderia mandar alguém ligar para o Superintendente em Porto Velho para dizer se chegou ou não chegou.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não. Eu falei com a minha Superintendência e confirmei com o Senador na sexta-feira. Eu falei com a minha Superintendência e confirmei com o Senador.

O que eu vou fazer, digamos, para deixar até mais tranquilos os senhores? Vou mandar fazer fotografias

das equipes e vou mandar para cá as fotografias. Acho que fica melhor; a imagem é melhor que a palavra. Vou mandar fazer as fotos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me, General. É que o senhor disse que o senhor tinha uma confirmação do Senador Valdir Raupp, que merece todo nosso crédito, nosso respeito. Tenho certeza disso. Agora, o que o Senador Jayme disse e que agora o senhor confirmou é que há também uma informação da Superintendência.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Há sim. Eu quis fazer as duas coisas para dizer o seguinte: estou procurando, de tudo que é lado, me certificar, mas será bom mesmo é o pedido que farei das fotografias das equipes que estão trabalhando, da composição dessas equipes. Vou encaminhar ao senhor as fotos nesta semana ainda, para que o senhor possa transmitir a todos as fotografias. A melhor coisa que tem é a foto, com a data da foto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O senhor não está avalizando o trabalho do Dnit pelas informações de um Senador ou outra pessoa?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É este esclarecimento que precisa ser feito e que ficou claro pela indagação do Senador Jayme. Deve ter uma organização no Dnit que vai informar-lhe onde, quando e como estão operando essas equipes de emergência. Nós queremos saber exatamente onde estão essas equipes de emergência, onde elas estão trabalhando.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vou mandar as fotografias com os locais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é preciso fotografias. Nós precisamos saber exatamente se elas estão trabalhando e onde.

Está junto conosco, assistindo a esta audiência, o Presidente da Associação dos Prefeitos de Rondônia, o Prefeito Laerte, que nos traz a informação de que não tem nenhuma equipe na BR fazendo operação tapa-buraco.

Quando houve uma ameaça de paralisação pelos caminhoneiros, uma caçamba – imagino qual a maneira – passou pela BR, tapou alguns buracos e desapareceu novamente. Essa é a operação de emergência ou é uma equipe forte que vai lá para resolver o problema de emergência e não resolver o problema da BR, que é a restauração?

Nós tivemos várias reuniões com toda a Bancada de Rondônia, com a Bancada do Estado do Acre também, com o Ministro Paulo Sérgio, no sentido de pedirmos a restauração emergencial da BR-364. Isso foi no ano passado, e as coisas não aconteceram. Sabemos que, para resolver o problema da BR-364, é preciso fazer a restauração completa; não, operação tapa-buraco. Mas, neste momento, é fundamental a operação tapa-buraco, que é para levar um pouco de tranquilidade e de segurança aos usuários da BR-364 e ao povo de Rondônia. Essa é a nossa preocupação.

Fica aqui o nosso pedido, para que possamos levar esta informação à população do Estado, em que ponto da BR - 364 estão localizadas essas equipes de emergência que estão fazendo a operação tapa-buraco.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu falei, há pouco, com meu superintendente. Então, vou pedir a ele que me remeta, por *e-mail*, os pontos corretos das equipes e as fotos das equipes. Faço questão de mandar as fotos também, Senador. Vou fazer isso hoje, para chegar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Muito bem, General.

Há uma previsão do início da obra da restauração?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Como está tudo autorizado para lançar o edital, é o tempo da lei do edital, uns 40 a 45 dias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Peço licença aos demais Senadores, se concordarem comigo, que possamos ouvir o presidente da Associação dos Prefeitos de Rondônia. Peço autorização, se V. Exªs concordarem.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É evidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Senador Jayme. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques, posso ouvir o presidente da Associação dos Prefeitos de Rondônia?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Bom dia, Sr. Presidente. Seria uma honra ouvir um cidadão de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Muito bem.

Passo a palavra ao Prefeito de Alvorada do Oeste, Laerte, presidente da Associação dos Prefeitos de Rondônia, para suas colocações.

O SR. LAERTE GOMES – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir; general, diretor do Dnit; agradeço a oportunidade de poder falar da situação crítica por que passa a BR-364 do Estado de Rondônia. Infelizmente, na última sexta-feira, perdemos um colega prefeito, 38 anos, três filhos, amigo nosso. E quantos e quantos desconhecidos perdem a vida todos os dias? Inclusive, ontem, houve mais um acidente com vítima fatal.

General, a BR do nosso Estado já é conhecida como a BR da Morte, por tantas pessoas que têm perdido a vida ali.

E nós que transitamos semanalmente por ela – só se foi esta semana que iniciou o trabalho emergencial, até sexta-feira da semana passada, último dia que passei pela BR, não vi ninguém – vemos a situação crítica. Estive em Pimenta Bueno, no último domingo, quando fui ao velório do colega, e não se anda de Presidente Médici, Senador Acir, ao Município de Pimenta Bueno.

Então, depois que mudou a direção do Dnit no Estado de Rondônia – e aí os motivos cabem a esse Departamento e aqueles que cometeram os erros devem pagar –, piorou. Recordo-me que, no ano passado, no mesmo período chuvoso, transitava-se na BR semanalmente e viam-se equipes dando manutenção. Este ano, não se vê ninguém, nem de carriola, tapando buraco, general. E está intransitável, está muito perigoso. Os buracos estão vencendo essa guerra contra nós, contra o Poder Público. São muitos buracos, é muito perigoso.

Senador Acir, encaminhamos um ofício à bancada dos prefeitos para uma grande audiência com o Governador do Estado, a bancada federal, a Assembleia, se possível, com a Presidente da República, para levarmos-lhe as informações. Precisamos de urgência. Urgência e emergencial, concordo com você que, no período chuvoso é difícil de trabalhar, mas tem que ser feito emergencial lá. Fazemos recuperação emergencial na nossa cidade, no perímetro urbano, no asfalto, e depois, logicamente, o serviço definitivo. Mas não pode esperar mais. Um dia, hoje, é muito tempo. Quanto mais demorarmos, mais vida vamos perder daqueles que contribuem, que pagam os impostos e que nós, do Poder Público, temos obrigação de dar uma resposta a eles.

Então, Senador Acir, queremos clamar pela emergência. Não tem mais como transitar nessa BR. Ela está intransitável. Rondônia está dando um exemplo para o Brasil, está dando uma contribuição para o Brasil inegável, que são as usinas de Samuel e do Madeira. Isso não vai ficar nada em Rondônia, vai servir para o Brasil. E nem isso temos em contrapartida. Aumentou muito o fluxo de veículos na BR devido à construção das usinas, do transporte da soja que vai para o Mato Grosso. E a população de Rondônia não tem esta contrapartida mínima do Poder Público, que é a recuperação da BR 364.

Então, queria colocar esse sentimento que a população, os prefeitos, o Poder Público de Rondônia têm quanto ao Dnit, quanto à BR 364. É hora de pararmos, um pouquinho, com reunião e começarmos a trabalhar. É hora de o Dnit agir, de o Ministério de Transportes agir, de o Governo Federal agir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Muito obrigado, Laerte, Prefeito de Alvorada do Oeste, pela sua presença aqui conosco, pela sua presença e pela sua contribuição.

General, realmente, nós sabemos das dificuldades que se tem em fazer uma licitação diante da grandeza do problema que são as rodovias nacionais, as rodovias brasileiras, mas não podemos deixar de abordar este assunto que é da maior importância não só para o Estado de Rondônia, mas para a Amazônia.

A BR-364 liga a Amazônia ao resto do País, liga Roraima, liga Rondônia, liga o Acre, liga o Caribe ao centro do nosso País e leva a produção de Rondônia, leva a produção de parte do Mato Grosso para a exportação que utiliza a BR-364 através de caminhões. E tem aumentado mensalmente a quantidade de caminhões, porque o aumento da safra é real. E esta é a nossa meta: aumentar a produção de grãos, aumentar a produção de alimentos no nosso País, o que está acontecendo no Mato Grosso, o que está acontecendo no Estado de Rondônia. No entanto, a nossa infraestrutura não tem acompanhado o crescimento, não tem acompanhado o desenvolvimento provocado por nós mesmos de governo.

Queremos aumentar a produção agrícola, queremos aumentar a produção de grãos, e toda essa produção embarca em balsas em Porto Velho e vai até Itacoatiara, onde é transbordada para grandes navios que ganham o mundo. Mas antes de ganhar o mundo, elas passam pela BR-364, elas passam dentro da cidade de Vilhena, de Pimenta Bueno, de Cacoal, de Presidente Médici, de Ji-Paraná, de Ouro Preto, de Jaru, de Ariquemes, de Itapuã, de Candeias, também passando pelo meio da cidade de Porto Velho.

O trânsito de caminhões tem aumentado muito, o que é positivo para o País e para a produção agrícola brasileira. Este é o nosso intuito principal aqui na Comissão de Agricultura: fazer com que o Brasil aumente cada vez mais a produção de alimentos. Mas precisamos que a infraestrutura também acompanhe esse crescimento, acompanhe esse desenvolvimento, para que possamos ter aquilo que queremos nos próximos anos, ou seja, que o Brasil seja o maior produtor de alimentos do planeta. Esse é o grande objetivo de todos nós. E essa é a preocupação nesta audiência pública de hoje.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Presidente do Dnit, General Jorge, Srs. Senadores aqui presentes, antes de mais nada quero cumprimentar V. Exª pe-

las providências que tomou inicialmente em relação à transparência do Dnit, já que é obrigação do poder público ser transparente diante da sociedade, seja do Brasil ou de qualquer outro país.

Todavia, quando V. Exª faz a explanação sobre a BR-364, penso que não é privilégio apenas do Estado de Rondônia ou de Mato Grosso conviver com uma estrada que, lamentavelmente, tem trazido sérios transtornos não só para a economia como também tem ceifado vidas de algumas pessoas deste imenso País.

Sabemos que em um País de dimensão continental como o Brasil não é fácil manter as rodovias estaduais e federais em perfeitas condições. Mas o que se pode perceber com clareza é que há uma falta de planejamento não só do Ministério dos Transportes como também, quero crer, de todos os setores do Governo Federal e, por conseguinte, também dos governos estaduais. Há uma falta de prioridade.

Quando se fala em fazer uma operação tapa buraco, para mim, particularmente, que já fui governador e por três vezes prefeito e, agora, Senador, é jogar dinheiro fora, isso porque é uma medida paliativa, sobretudo em uma região que tem um tráfego extremamente pesado, carretas que carregam 50 ou 60 toneladas. Portanto, a Operação Tapa Buraco é aquela velha história: é querer tapar o sol com a peneira. Precisamos fazer uma obra de restauração nessa BR como em outras BRs deste País. Jogar R$1 ou R$2 bilhões não resolve a situação, muito pelo contrário. Temos que fazer uma obra definitiva com restauração.

Agora o que me chama muito a atenção é a falta de planejamento. Nós temos notícias que as obras da BR-163, que a demanda até o Pará, essa obra não vai concluir conforme o cronograma estabelecido tanto físico como financeiro, tendo em vista que está faltando projetos. Conversando com alguns empresários que estão trabalhando naquele trecho de obras licitado pelo Dnit, me disseram que a obra havia uma previsão já falada da conclusão das obras em 2012, se desse certo. Ela não vai concluir em 2012, eu imagino que nem em 2013, se tudo correr bem, por volta de 2014. Diante do quê? De falta de projetos para execução das obras. Isso é muito ruim. Nós temos obras em Mato Grosso, General, não sei se V. Exª tem conhecimento, que já está sendo praticamente oito anos consecutivos, obras que eram para ser concluídas lá atrás, é o caso especificamente da BR-158, que demanda Mato Grosso até o Pará e Redenção no Araguaia, essa obra está praticamente paralisada, tocando a passos de cágado e, sobretudo, sem definições em relação ao seu prosseguimento, diante de uma reserva indígena que nós temos lá. Se ela vai passar pela reserva, vai fazer a negociação com a FUNAI ou vai fazer uma variante dela para sair da reserva indígena. Se não bastasse isso, nós temos também uma obra muito importante que é a duplicação da pista entre Rondonópolis indo até o Posto do Gil que é a BR-163. Ali, todos os dias, não é conversa, são dados estatísticos de no máximo 48 em 48 horas nós temos um acidente ali, ela demanda praticamente todo o tráfego que sai do Mato Grosso para as Regiões Sul, Sudeste passa por ali. E até hoje nós não conseguimos de fato, realmente dando andamento dessa obra conforme – é o sonho não só do mato-grossense, mas, sobretudo, daqueles que trafegam naquela rodovia tão importante de integração nacional, que assim eu reputo.

Se não bastasse isso aí, nós temos uma série de rodovias de Mato Grosso também bastante precárias. Eu viajo muito, conheço lá. Mas de qualquer forma foi feita uma restauração nos anos anteriores e melhorou sobremaneira. Em que pese, teve obras iniciadas e não concluídas de fato como teriam de ser concluídas. É o caso do trevo da BR-163, que demanda para Jangada – ou seja, demanda para Rosário do Oeste – e saindo para a cidade de Tangará da Terra, que é uma estrada estadual. A obra ficou meia-boca, é bom que se esclareça. Por isso acontecem acidentes todos os dias por falta de conclusão definitiva, sinalização, etc.

De qualquer maneira, eu espero que o senhor, em quem nós estamos apostando, primeiro na moralização do Dnit. Ali havia um feudo político, lamentavelmente um feudo político, o que se ouvia todos os dias nos corredores não só do Senado, mas em qualquer parte do Brasil, que era um verdadeiro cemitério de dinheiro. Ou seja, desvio de dinheiro do erário público de um país tão carente de investimentos públicos, um país que hoje ainda temos – algo parecido quase que 18 a 20 milhões de pessoas que não tiveram acesso a educação –, de falta de portos, de rodovias, de ferrovias, etc., eu acho que o senhor tem um compromisso e uma missão. Uma missão nobre de resgatar a credibilidade do órgão que ali lamentavelmente, o que você percebia todos os dias era denúncias e mais denúncias através de jornais de grande circulação nacional deste país.

De maneira que, o Senhor já teve seis meses, nós temos que dar um choque lá de fato, agora fazer as coisas acontecer, não é da noite para o dia, já fui quatro vezes executivo e sei das dificuldades, principalmente agora, é o TCU, é o Ministério Público... E vocês ainda têm que conviver lá como IBAMA, com o Ministério do Meio Ambiente. É complicadíssimo, todos nós sabemos. Agora, nós temos que apostar o seguinte, que a coisa tem que andar, nós temos que destravar o órgão e dar seqüência. Ou seja, continuarmos os investimentos.

Mas eu quero fazer uma indagação para concluir aqui. Mato Grosso o senhor sabe, hoje é um dos maiores produtores de grãos deste país. Então há o produtor de soja, nós temos o maior rebanho bovino deste país e contribuímos sobremaneira com a balança comercial do Brasil. Entretanto, o nosso transporte hoje ele é calcado 99,9 em cima do transporte rodoviário. E nós temos alguns potenciais fantásticos, que é a questão dos rios Teles Pires, Juruena, hidrovia que poderia ser construída, é o caso do Araguaia/Tocantins, a importante hidrovia que seria o Paraguai/Paraná. Eu pergunto: o Dnit, que tem na sua vinculação o setor do transporte aquaviário, está fazendo alguns projetos, alguns estudos para que nós possamos baratear o nosso transporte e termos novas possibilidades, novas opções de transportes? Isso porque o Brasil nunca vai ser um País avançado, ou seja, um País competitivo, se nós não melhorarmos as questões do transporte aqui. Praticamente 70% do transporte do Brasil é rodoviário É uma inversão porque nos Estados Unidos há uma diferença enorme entre hidroviário e rodoviário .Nós precisamos fazer pelo menos um estudo. É inconcebível, Presidente, é inconcebível, que se faça usinas no Brasil não pensando nas eclusas. Para que se tenha noção, estão sendo construídas cinco usinas no Teles Pires e não está previsto nenhuma eclusa. Dizem, ah! Se colocarem eclusas isso vai onerar o setor elétrico. Isso é conversa para boi dormir. Nós temos que buscar, é lógico, fontes de recursos. Agora, com as novas concessões do setor elétrico, vamos ver quanto vai entrar e vamos jogar para fazer esses investimentos. Você entendeu?

Se não bastasse isso aí, eu fico mais indignado é que não se vê nenhuma perspectiva de que esses importantes recursos naturais que nós temos possam ser explorados de forma sustentável, racional e, com isso, melhorando sobremaneira a questão da competitividade, a busca da transformação na nossa produção.

Quando eu falo aqui de 85, eu era prefeito de Várzea Grande, e meu irmão era governador, Júlio Campos, naquela oportunidade, eu me lembro muito bem de que a BR-364 e a 163 foram construídas num governo militar Eu critico muito os militares; todavia, o que Mato Grosso tem de obras estruturantes foi lá na década de 70, década de 80 que foi feito: a Cuiabá-Porto Velho, a Cuiabá-Santarém que foi feita quando João Figueiredo era presidente, e Cloraldino Severo, na inauguração da 364, quando eu era prefeito, fizemos um grande evento ali – o Júlio, meu irmão era governador -, nós inauguramos a Cuiabá-Porto Velho. Inicialmente era Ministro Eliseu Resende e depois Cloraldino Severo.

Então, além dessas questões das hidrovias, que são fundamentais, não para Mato Grosso, mas para o Brasil, há a questão também da ferrovia. Foi cometida uma fraude, um estelionato em Mato Grosso, no ano passado, no ano das eleições de 2010, 2009; ou seja, diretores do Dnit, ministros foram lá por duas vezes. Houve uma audiência em Água Boa, lá no baixo Araguaia ou médio Araguaia, e também no norte do Estado, numa cidade chamada... Disseram que a ferrovia que liga o sul de Goiás, saindo até Lucas, com uma variante para Vilhena...E o Acir Gurgacz também deve ter feito uma audiência pública dessa lá. Eu quero saber: o que de concreto é que tem; pelo menos algum estudo, algum diagnóstico, se está feito ou não está feito. Isso porque fizeram um carnaval tão grande, mentiram tanto, mentiram tanto que o povo até hoje ainda está acreditando que a coisa vai acontecer amanhã. Eu falei: gente – estava comigo um grupo de prefeitos -, isso aqui não passou de uma fraude, de um estelionato político.

Agora eu quero saber do senhor, de fato, o que existe de concreto. Ah! Nós estamos estudando, para essa obra vai ser feito um projeto; ou seja, uma PPP, uma Parceria Público Privada, ou de fato o Dnit vai tocar a obra, o Ministro dos Transportes vai tocar a obra, ou é só conversa fiada. Isso porque de conversa fiada, General, nós estamos enjoados. Chega de mentira! Chega de fraudes, de estelionato!

Então eu quero pedir ao senhor: dê-me essa informação, duas informações. Uma delas com relação à questão da duplicação Rondonópolis-Cuiabá, onde está faltando um pequeno trecho, de Rosário Oeste até o Posto Gil, 25 a 30 quilômetros, o trecho dá mais ou menos um total de 350, 380 quilômetros, se de fato tem alguma coisa de concreto em relação a essa ferrovia, porque ontem mesmo o Senador Pedro Taques me disse que vai fazer uma audiência pública com a presença... Talvez vá convidar o senhor, convidar o Ministro Paulo Passos para ir lá a Mato Grosso ou vir aqui à Comissão, não só nesta, ou na Infraestrutura. Talvez a mais indicada seja a Infraestrutura, para ver de fato o que tem. Nós não podemos mais ser ludibriados, enganados, sobretudo os coitados que estão lá achando que isso vai acontecer amanhã. Teve gente que estava apostando que a ferrovia ia iniciar. Eu falei: gente, não tem nem estudo, nem diagnóstico, coisa alguma.

Então eu quero saber do senhor se de fato algo de concreto existe em relação à ferrovia que demanda do sul de Goiás até o Mato Grosso, e em relação também à duplicação da pista Rondonópolis pelo menos até o trecho de Cuiabá.

Essa é a minha indagação. Espero que o senhor, primeiro, moralize o Dnit. Chega! O Brasil não aguen-

ta mais essas pancadas que estão acontecendo lá. Moralize o Dnit! Se o senhor moralizá-lo já estará de bom tamanho. Mas se o senhor conseguir avançar nas obras da infraestrutura, o senhor, com certeza, vai sair, no mínimo, com mais uma patente lá, ou seja, vai ser marechal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar o Presidente, Acir Gurgacz; cumprimentar o General Jorge Fraxe, de cuja sabatina, na Comissão de Infraestrutura, eu tive a honra de ser Relator; parabenizar, meu caro Presidente, o General Fraxe, pelo trabalho que vem realizando. E eu sei que o desafio não é simples, não é fácil. O Dnit é uma das instituições mais importantes deste País, com uma capilaridade nacional e, evidentemente, uma área que enfrenta muitas dificuldades.

Eu vinha acompanhando, pelo rádio, as explicações do General Fraxe com relação à BR-364, BR que eu tive oportunidade de, muitas vezes, utilizar, quando eu era Diretor da Eletronorte, pois estávamos construindo a Usina de Samuel, portanto eu convivi com as dificuldades da 364, agora mais ainda, amplificadas até pelo que foi apresentado aqui. O General usou uma expressão dura: "essa porcaria".

Mas eu queria fazer alguns registros importantes, General, em relação, primeiro, à BR-364, pela importância que tem, não só para o Estado de Rondônia, mas para toda a Região Norte.

Rondônia, hoje, enfrenta um processo. Rondônia, sem dúvida nenhuma, tem uma vocação muito forte na agricultura, na pecuária, e agora recebe dois grandes investimentos na área da energia: Santo Antônio, Jirau, projetos que vão ser vitais para garantir a segurança energética do País. Portanto, Rondônia precisa de infraestrutura. Nós não conseguimos desenvolver um Estado e uma região se a logística não funcionar, principalmente com essa vocação que Rondônia tem, não só pelo seu potencial, mas Rondônia, hoje, fala com outros Estados brasileiros, e essa integração é feita com logística.

Eu ouvi atentamente as providências que o General Fraxe comentou. Eu sei das dificuldades, eu sei dos controles do Tribunal de Contas da União, a dificuldade de brita, os leilões para se fazerem os estudos, da laterita. Eu acompanhei muito detalhadamente as explicações do General Fraxe. Mas eu não tenho dúvida nenhuma de que ele cumprirá esse papel. A prioridade da Presidenta Dilma é efetivamente a infraestrutura, e o Dnit merece uma atenção especial. Essa foi uma das razões que levou à indicação do General Fraxe para comandar o Dnit. O General tem procurado tornar o Dnit transparente, dando publicidade às reuniões de diretoria, daqui a pouco dando publicidade também aos pagamentos na Internet. Então eu acho que isso era o que se esperava do General Fraxe, que, sabidamente, é um homem extremamente experiente da engenharia do Exército e com grandes serviços prestados em todas as regiões do Brasil. Portanto ele tem conhecimento pleno do nosso País e, sem dúvida nenhuma, conduzirá com competência esses desafios do Dnit.

Agora, é importante, e eu gostaria, General, de registrar aqui. Eu não vou levantar questões da 262, da 163, da 267, que são rodovias fundamentais para o meu Estado e rodovias também que interligam o meu Estado a Estados vizinhos e fundamentais para o escoamento da nossa produção, mas eu quero só registrar aqui: finalmente, General Fraxe, o Dnit vai colocar frente à questão da conserva das rodovias, vai efetivamente fazer leilões e estabelecer, trazer a iniciativa privada para as conservas. Acho que o Denit tem muita coisa para fazer do que ficar cuidando, entre outros desafios, das Conservas. Achei que a medida foi absolutamente acertada. Sempre vem o questionamento, até por uma disputa ideológica ou política, que é a privatização. Não é nada disso, é simplesmente colocar a iniciativa privada para fazer a Conserva que dá uma dor de cabeça danada para o Denit e o Denit tem que concentrar seus esforços em outra frente.

A única coisa que gostaria de perguntar a V. Sª, porque nisso também houve dúvida e no meu Estado foi muito questionado, porque foi o primeiro a defender essa questão da Conserva. Não ficou claro e as pessoas me perguntam se a Conserva vai pagar pedágio ou não? Acho que era importante aproveitar a oportunidade que V. Sª está nos dando a honra de vir à Comissão de Agricultura para que fale sobre isso também porque acho que a decisão do Denit foi absolutamente acertada.

No mais, quero cumprimentá-lo pelo trabalho e dizer que estamos à disposição do senhor na busca de uma gestão exitosa à frente do Denit.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado Senador Delcídio Amaral pela sua colocação sempre muito oportuna e importante para a Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz, General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Denit, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, o Brasil está vivendo um grande paradoxo, para não dizer um contrassenso: a sexta economia do mundo, caminhando para ser a

quinta economia do mundo, até 2016 possivelmente será a quinta economia do mundo, com infraestrutura de terceiro mundo, com infraestrutura completamente atrasada.

Olhem uma BR federal como a BR-364, em Rondônia, um corredor que orgulhamos dizer que a BR-364 é um corredor de exportação. Temos o porto graneleiro em Porto Velho com três grandes terminais graneleiros, da Maggi, quando era governador construímos em parceria, uma das poucas parcerias público-privada, porque era governo de Estado, governo Federal, na época do Fernando Henrique, e a empresa Maggi construíram aquele terminal graneleiro; depois veio a Cargil, que construiu o seu terminal também; mais recentemente veio a Bunge com um terminal graneleiro, sem falar no porto de outras cargas que tem em Porto Velho, caminhando para construir um novo porto e a zona de processamento de exportação em Porto Velho, que deve ser autorizada agora no dia 8 pelo conselho de Ministros. O Governador já apresentou o projeto para em uma área de 350 hectares se construir um pólo industrial em Porto Velho, um grande sonho, pelo menos imitar 10% ou 20% o que se tem em Manaus com 500 indústrias, que é a Zona Franca de Manaus.

A rodovia do Pacífico tão sonhada foi concluída. Hoje temos uma rodovia binacional, uma rodovia bioceânica, ligando o Brasil ao Peru e ao oceano Pacífico. Olha a situação da BR-364! Confesso que estou há 35 anos em Rondônia e nunca tinha visto a BR, a não ser na época de chão, de atoleiros, há 35 anos, do jeito que ela se encontra hoje. Então, General, sei que o senhor está apenas há 6 meses no Denit, há 3 anos se trabalha nesse projeto de restauração e todo ano é tapa buraco, tapa buraco.

Até testemunhei, uma semana atrás, na quinta-feira dia 23, se não me falha a memória, desci em Ji-Paraná, num voo da Trip, ao meio dia, com a Deputada Marinha Raupp e fomos de carro, num Toyota Corolla de Ji-Paraná para Cacoal. Levamos duas horas e meia, marcadas no relógio de Ji-Paraná a Cacoal, para fazer 100 Km. Filas de carreta na buraqueira e vi duas pequenas equipes tapando também os pequenos buracos, porque tem buraco que não tem como tapar. Virou um buraco só e tem que arrancar o asfalto velho e colocar uma capa nova. Vi duas pequenas equipes, entre Ji-Paraná e Presidente Médici, coincidentemente estavam tapando o buraco, onde morreu o Expedito Macedo, ex-Vereador de Cacoal, companheiro do meu Partido, onde foi Vereador também. Naquele momento que nós passávamos, estavam tapando aquele buraco. Aí uma pessoa voltou e disse assim: "Esse buraco foi onde morreu o Expedito Macedo". Já tinha morrido Valverde, em Ji-Paraná, Deputado Federal; depois, morreu o Prefeito de Alto Alegre; e famílias inteiras já perderam a vida naqueles buracos.

Eu pediria que outro falasse para eu voltar a falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Raupp, nós entendemos a sua emoção, e essa é a nossa preocupação com relação à BR–364. Muitas famílias perderam entes queridos, perderam pessoas em acidentes que ocorreram na BR–364, pessoas que foram amigas nossas, pessoas que nós conhecíamos, pessoas que nós não conhecíamos, e isso acontece todos os dias. Esta audiência pública é exatamente em função daquelas pessoas que perderam as suas vidas em acidentes ocorridos na BR–364. Essa é a nossa preocupação, para não que haja mais esses acidentes, ou que diminuam esses acidentes, ou eles não ocorram em função dos acidentes. A maioria dos acidentes ocorridos na BR–364, a maioria das vidas que foram perdidas foi em função dos buracos, da má conservação ou da falta de ação do Governo com relação à manutenção dessa BR.

Nós apontarmos aqui os defeitos, não vem ao caso; nós precisamos é de uma ação emergencial mais efetiva, mais forte, não com dois homens aqui hoje, dois homens amanhã em outro canto, mas uma ação forte, emergencial, com empresas que tenham condições ou o Dnit diretamente, mas, enfim, que haja uma ação consistente para que restabeleça a normalidade do transporte na BR–364.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar os demais colegas, cumprimentar também o Diretor-Geral do Dnit, General Jorge Ernesto Pinto, é uma alegria tê-lo nesta Comissão.

Sr. Presidente, mesmo estando em tratamento de saúde – fiz uma cirurgia na semana passada – e estando com atestado, fiz questão de estar aqui nesta audiência pública porque têm acontecido acidentes, acidentes fatais, numa rodovia que hoje é considerada a 101 quando era conhecida, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul e a Curitiba, que era também a rodovia da morte. Ao mesmo tempo, perceberam que o próprio Senador Raupp, também emocionado, como nós todos, com o Presidente desta Comissão, o Senador Acir, nós a toda a hora, a todo o momento, General, perdemos os amigos, e aí a gente se pergunta e muitas pessoas do nosso Estado acham que a culpa muitas vezes é dos Senadores, é dos Deputados Federais, e quando, na verdade, é do próprio sistema.

Eu sei que o Dnit e o Ministério do Transporte passam por uma ampla reforma geral, especialmente de ética, sobretudo, mas, ao mesmo tempo, nós não

podemos estagnar, nós não podemos, com um pretexto de vida nova, com um pretexto de moralização, com um pretexto de algumas irregularidades, paralisar. O que nós precisamos neste País é parar de ver obras inacabadas, obras pela metade.

Eu fui titular, no final do ano, de obras inacabadas e eu não deixei nenhuma, junto com a Câmara, das obras paralisadas porque tem alguma pendência. Todas as pendências se sanam, e, quando se tem desvio ou se pune quem roubou, quem desviou o dinheiro. Na maioria das vezes a gente nem consegue ver a devolução, porque esse dinheiro é igual perna de cobra, todo mundo fala que tinha, todo mundo sabe que houve, mas sumiu e ninguém vê. Mas, do que precisamos? Precisamos penalizar, responsabilizar e tocar o barco para frente. Não é justo, e quero aqui parabenizar o Senador Jayme Campos, o pessoal de Mato Grosso. Você vem na rodovia, na BR-364 até Vilhena tranqüilo. Quando chega a Vilhena, para Pimenta Bueno, para Cacoal... De Cacoal a Ouro Preto, infelizmente, está um desastre. Nem tapar buraco o Dnit está conseguindo. A situação, cada dia que passa, se complica. Ao mesmo tempo, eu aqui sou testemunha, era governador na época, criou-se uma expectativa em Rondônia de que o Dnit ia fazer um trabalho. Mas, muitas vezes, essas promessas passadas para a bancada não se tornam realidade e aí a sociedade começa a trabalhar, a se manifestar, a reivindicar, a exemplo do que aconteceu nesta segunda-feira, na cidade de Cacoal, onde se reuniram, montaram uma comissão, como fizeram no passado para o aeroporto, para o hospital. O professor Cury, da UNESC, de Cacoal, mandou um abraço. A sociedade está se movimentando porque de Ji-Paraná tem ônibus que vai de Rolim para Ji-Paraná, mesmo de faculdade, que tem em Ji-Paraná, vai ônibus todo dia de Cacoal para Ji-Paraná. De Pimenta, Espigão para Cacoal, de Rolim de Moura para Pimenta, de Ouro Preto para Ji-Paraná, de Jaru para Ji-Paraná ou para Ariquemes ou de Ariquemes para Porto Velho. Todos os dias vemos os nossos filhos trafegando naquela BR. E aí o que assistimos no dia a dia é acidente após acidente, como o que aconteceu há poucos dias, em que perdemos o Expedito Macedo, o próprio Senador Raupp acabou de falar, amigo nosso, ex-vereador, assessor do padre, do prefeito da cidade de Cacoal, que perdeu a vida num buraco. Não bastasse isso, nós ainda vimos, no final de semana, o prefeito da cidade do Alto Alegre, vizinha à nossa cidade, Rolim de Moura, minha e do Senador Raupp, que também perdeu a vida como turista na BR-364. Mas, esses nomes que estamos citando são nomes com os quais a gente têm uma aproximação maior. E aquelas outras vítimas que a gente não tem? Como exemplo, esta Casa perdeu o Deputado Eduardo Valverde num acidente na rodovia. Além disso, o que a gente tem percebido é a morosidade. Não digo só a burocracia. Quem está no sistema tem de ter coragem de enfrentar, e o Senhor, Governador, tem, mas tem alguns que têm medo de colocar a assinatura embaixo. Se tiver medo não fica na pasta. Para ser secretário de Estado, ser Governador, ser Ministro tem de ter "colhão", desculpe-me a expressão, porque não pode ter medo de colocar a caneta. Quando está fazendo a coisa correta não precisa ter medo. E aí fica um empurrando para o outro, parece uma bola de pingue-pongue, um bate para lá, o outro manda de volta para cá. Precisamos de resultados. Há poucos dias, a bancada esteve com o Senhor, não pude estar presente, o Senhor nos atendeu, tinha assumido um compromisso de ir para a licitação do trecho de Vilhena até Ouro Preto, dois lotes, estava resolvendo as pendências de Ouro Preto até Porto Velho, e, se tiver alguma pendência de questão ambiental o Senhor nos avisa, porque aí vamos patrolar o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA. É inaceitável pessoas morrendo e o IBAMA, muitas vezes por causa de uma licença de uma pedreira que já existe, ficar criando dificuldade. Isso fizeram conosco em Rondônia, na Usina de Calcário, fecharam um ano e oito meses por causa de uma caverninha, por causa de uma meia dúzia de morcegos. E o IBAMA, por retaliação, no meu Estado, foi no meu CPF e aplicou uma multa porque eu estava peitando eles. Então, precisamos, urgentemente... É uma aclamação dos três Senadores, dos oito Deputados Federais, dos prefeitos, da sociedade, da população do nosso Estado. E não é só isso, Sr. Presidente. Quero aqui conclamar mais: o trecho da BR-364 a Guajará-Mirim, que começou na região de Mamoré, a 425, que interliga Guajará-Mirim, também está com problema sério. as obras estão paralisadas. Nós precisamos urgentemente dar continuidade.

Ao mesmo tempo temos a ponte. Olha que disparidade. Nós temos uma rodovia interligada com o oceano Pacífico e o oceano Atlântico. O Peru, que é um país pobre, fez o dever de casa. E o Brasil, que já é um País rico, infelizmente vive com o pires na mão pedindo esmola, e se facilitar, até para a Bolívia, porque nem a ponte que vai para o Acre conseguimos fazer.

Aí o Dnit, sei que não é culpa sua, estava com o projeto feito e não havia feito a fundação. Quer dizer o projeto estava pela metade.

Resultado, o que a gente cansou de ver é mais a política funcionando nos Ministérios e menos a competência.

Eu sou político, tenho um cargo público, mas sou um gestor. Eu sempre digo o seguinte: lavar cabeça de burro, a gente pede água e sabão. Então, não per-

ca tempo lavar cabeça de burro lá. Pode ter apoio de qualquer partido político, se não der no couro, bota para correr, porque de incompetentes nós estamos cheios. De pessoas que só querem ganhar salário, não querem produzir, nós já estamos com o saco cheio.

Então, por isso nós precisamos que vocês atuem, como atuavam na época da ditadura, e dê-lhe tiro e dê-lhe grito, mas com solução. Entendeu. Os caras que não derem para produzir, bota para correr, porque nós não temos como ficar aguardando a morosidade tudo em nome da democracia. Eu respeito a democracia hoje no País, mas tem hora que a democracia enche o saco, tem hora que acaba atrapalhando, porque é muitos direitos humanos, entendeu, para vagabundo, safado, sem vergonha, e é pouca cobrança daqueles que, na verdade, têm que ter o respaldo para poder corresponder.

Além disso, para fechar aqui, nós temos problemas graves também em Porto Velho. São dois anéis viários em Porto Velho. Um para porto novo, que o Senador Raupp acabou de falar aqui, que já está o traçado aberto, o porto novo, antes de chegar a Porto Velho, é o traçado para porto novo para poder escoar, para tirar o porto que está hoje, que passa pelo centro da cidade de Porto Velho. O traçado já está aberto, urgentemente, entendeu, para estimular os empresários a construírem todas as benfeitorias futuras já nesse porto novo, e que já o Governador também está trabalhando em cima disso. Esse é o lado norte.

E também o lado sul. O lado sul que você, antes de chegar ao Trevo do Roque, em Porto Velho, também tem um traçado que vocês já sai lá para unir, na frente, saindo do congestionamento que está Porto Velho, hoje, na Jorge Teixeira. Há uns viadutos mal acabados em Porto Velho. Infelizmente, aquele prefeito não dá no couro. É incompetente. É corrupção para tudo quanto é lado. E o Dnit tem com convênio com a Prefeitura, e eles nem com dinheiro na conta conseguem trabalhar.

Agora, graças a Deus, ele conseguiu diminuir 90% dos buracos que chegam ao redor dos viadutos e na cidade. É porque se uniram, tinham dez buracos e ficou só com um. Entendeu? Diminuiu 90%, porque, de tanto buraco que tinha, um uniu com outro, não é que ele tapou os buracos, não, de tão ruim que é a situação.

Então, precisamos fazer anel viário. Tem o anel viário de Ji-Paraná, que também precisamos urgentemente para poder tirar aquele tráfego pesado de Ji-Paraná. A ponte está pronta. Fui Governador, nós investimos mais de R$ 20 milhões com recursos próprios, fizemos a ponte. O Governo de Estado até agora não teve a competência para fazer o aterro, pelo menos para tirar as carretas pesadas, para daí poder fazer a duplicação da BR dentro de Ji-Paraná, sem isso não dá para fazer duplicação, porque vai congestionar tudo. É outro ponto.

E também queria aqui pedir para encerrar, se o senhor permitir, General, é a 429. A 429 tem dois trechos que estão com problema. Mete e ataca nesses empreiteiros picaretas que têm, que não fazem obra de qualidade, mas mete e ataca com força. Não alisa, não alisa, porque empreiteiro à-toa e vagabundo tem botar para correr. Empreiteiro bom e sério, nós temos que dar condições para eles. Mas têm outros que estão fazendo as obras. Nós precisamos concluir, mas não adianta fazer o asfalto, porque, quando se chega às pontes, as pontes não foram licitadas.

E o problema maior na Amazônia não é o trecho que não está asfaltado, é nas pontes e nos bueiros, é onde dá o atoleiro. Isso tudo ponte de madeira. Então, está dando um problema sério lá, entendeu? Então, nós precisamos urgentemente fazer a licitação das pontes da 429, que interliga o Município de Alvorada d'Oeste, que está aqui o Laerte, até para poder concluir e chegar a Costa Marques.

Quero agradecer a sua presença aqui nesta Comissão. E com certeza o senhor pode contar com o apoio desses Senadores. Sei que o senhor está ainda cedo na Pasta, mas o senhor já tem pé de tudo disso aqui. A única coisa que a gente pede para V. Exª é que o senhor não poupe esforços para atropelar quem na verdade não tira o pé do chão.

Infelizmente, nós, dentro do sistema público, temos um problema grave. É a tal da estabilidade do emprego, porque, se o cara está com o machado nas costas, erguido e deu uma hora, ele larga para trás, pode até cortar o calcanhar dele, porque ele não está preocupado. É diferente daquele. É assim mesmo. Não adianta. Tem muita gente boa, mas olha o que tem de cara folgado que só quer ganhar mais! É diferente daquele que tem um cargo de gratificação, comissão. Ou ele produz ou o cara é substituído por outro. Quer dizer, existem muitos folgados, mas existe muita gente boa também. Eu quero aqui também dizer isso. E aí que o senhor tem que pegar esse pessoal bom, dar condições a ele, valorizá-lo, porque, com certeza absoluta, o senhor vai ter êxito, sucesso, e nós vamos conseguir resolver o problema da BR-364, mas, para isso, precisamos urgentemente tapar esses buracos do trecho de Cacoal até Ouro Preto. Tem que ser para amanhã. Se estiver em processo licitatório, não importa. Entendeu? Mete a taca, vai lá, vamos fazer logo. Enquanto isso, vamos fazer essa restauração, duplicação nos trechos perigosos para podermos evitar mais acidentes, porque a próxima vítima quem sabe seremos nós. Se o senhor está fazendo uma visita conosco e a gente estiver de carro, de repente o senhor estará

junto. Então, é ruim para todo o mundo. Por isso, peço urgência par isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Antes de passar a palavra ao Senador Raupp, para concluir nossas colocações, quero agradecer a presença aqui do Deputado Mauro Nazif, da Deputada Marinha Raupp, Prefeito Vitorino, de Mirante da Serra. Sejam todos bem-vindos à nossa audiência pública.

Retorno a palavra ao Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Peço desculpa pela emoção. Não vou nem voltar a falar nos acidentes, nas mortes, que eu vou me emocionar de novo. O Senador Cassol disse muitas coisas boas, muitas coisas certas, mas eu não queria novamente voltar novamente ao tempo da Ditadura Militar, nem quebrar a estabilidade de emprego. São muitas conquistas que a democracia conseguiu e nós temos que continuar avançando e conquistando. Mas o Cassol tem razão quando fala da morosidade, do descaso, das mazelas, dos malfeitos que têm que ser impedido. Nós avançamos em muitas coisas. Avançamos na Rodovia do Pacífico, com ajuda do Brasil com empresas brasileiras pavimentando. Eu passei pessoalmente de carro dirigindo até o Porto de Ilo, no Peru e o Porto de Arica, no Chile e vi os avanços naquela região. Mas nós ajudamos o Peru a construir a Rodovia do Pacífico. Estamos ajudando a Bolívia a ligar um trecho de Guaiará-Mirim a Cochabamba, perto de La Paz, com financiamento inclusive do BNDES. E estamos esquecendo os nossos trechos, as nossas BRs. Aí é lamentável. Não dá. Três anos para fazer um projeto! O Brasil padece hoje de um mal quase crônico: a falta de técnicos, engenheiros, pessoas capacitadas para fazer projetos.

O Brasil avança, como eu já disse no início, como a sexta economia do mundo, caminhando para a segunda, com US$370 bilhões de reserva, coisa nunca vista na história deste País, como dizia o Presidente. Existe orçamento no Ministério dos Transportes, mas não dá conta de gastar porque não há projetos. E o projeto da BR-364 é um exemplo típico disso porque demorou três anos. Quem não se lembra quando Miguel de Sousa, Diretor de Planejamento, que era lá de Rondônia – estava lá no Dnit –, já mostrava na transparência. Isso há três anos. O projeto de restauração da BR-364. E agora que está começando a chegar ao ponto para ser licitado. A Ponte do Abunã, lá no rio Madeira, a que o Senador Ivo Cassol se referiu, da mesma forma. Lá está há mais tempo. Vai fazer uns cinco, seis anos ou mais que se mexe no projeto dessa ponte, e até hoje o projeto não está pronto para licitar. Eu não sei como conseguiram terminar o projeto da ponte do Rio Madeira ali, em Porto Velho. Estão terminando. Vai ficar uma ponte muito bonita. Nós temos que elogiar as coisas boas que acontecem.

A 429, apesar de alguns probleminhas que aconteceram, é uma obra fantástica. O General precisa ir de Presidente Médici a Costa Marques para ver a quantidade de obras, de asfalto já pronto. Está aqui o Prefeito, que é Presidente da Ação dos Municípios de Rondônia, o Laerte. Está aí outro Prefeito, o Vitorino, de Rondônia, que sabe a alegria, a satisfação da população no eixo da BR-429 com aquelas obras. Tem corrigir o que foi malfeito – é verdade. Tem que construir as pontes que não foram construídas porque ficaram fora – também outro erro – do projeto de construção da BR. Agora estão licitando, quer dizer, estão terminando o projeto para licitar o projeto das pontes da BR-429.

Outro problema sério, general, além da falta de projetos, da capacidade técnica do Dnit, que está defasado, tem que fazer um concurso emergencial, urgente para repor os quadros do Dnit, do Ministério dos Transportes – deve ter hoje menos 1/3 do que necessita de engenheiros para tocar o Ministério dos Transportes e Dnit nacional.

Outro problema que eu estava falando são as empresas. As empresas pegam as obras aí depois que começam elas percebem que vão ter problemas, que não vai dar lucro e abandonam. Abandonaram o viaduto de Porto Velho, tiveram que licitar novamente; abandonaram a restauração da BR-425 para Guajara-mirim, estão tendo que licitar novamente e a população é que paga o pato, quando tudo isso acontece a população é que paga. Essa obra de restauração da BR – o tapa buraco não sei nem como vão fazer, não sei nem se tem condições de fazer tapa buracos nessa BR. Agora a demora, General, do que vai acontecer para restaurar essa BR – eu sei que é uma obra de quinhentos, seiscentos milhões, está no PAC, tudo bem, isso é muito bom, vai começar a licitação do primeiro trecho de Pimenta a Ouro Preto, que é o trecho mais crítico da BR, depois vem Vilhena a Pimenta Bueno, Ouro Preto a Ariquemes, Ariquemes a Porto Velho que ainda tem problema de brita.

Agora, uma pergunta mais concreta: Quantos anos nós vamos ter que conviver ainda com os buracos da 364? Porque vai começar a restauração, mas o trecho de Vilhena a Pimenta Bueno são 180 quilômetros. Quantos anos uma empresa só – não sei se vai ser só uma, que deveria ser um consórcio para tocar um trecho desse tamanho, de restauração, é uma reconstrução, é uma nova BR que vai ser construída – quantos anos ela vai demorar para fazer de Vilhena a Porto Velho? Essa é uma pergunta que eu quero fazer: quantos anos nós vamos demorar para restaurar o trecho de Vilhena a Pimenta Bueno? Quanto tempo

vai demorar para restaurar o trecho de Pimenta Bueno a Ouro Preto? Quanto tempo vai demorar para restaurar o trecho de Ouro Preto a Ariquemes? Quanto tempo vai demorar para restaurar o trecho de Ariquemes a Porto Velho? Porque é uma obra grandiosa. Então, essa é a preocupação.

Eu encerro aqui, eu teria muitas outras coisas para falar, nós precisamos entrar na era da duplicação de rodovias. O Brasil é o país mais atrasado do mundo, dado o seu tamanho, a sua potencialidade, sua economia, é o país mais atrasado do mundo em duplicação de rodovias. Rodovias duplicadas não têm acidente frontal, rodovia duplicada não tem buraco, porque a maioria delas são concessões, tem as empresas que dão assistências permanentemente. Eu ando lá na estrada de Osório a Porto Alegre há mais de 30 anos, que eu ando de carro, quase todos os anos vou visitar meus pais no Rio Grande do Sul eu nunca vi um buraco; eu nunca vi a 30 anos que a BR-101, de Osório a Porto Alegre não tem buraco. E poderia citar exemplo de outras rodovias no Brasil também. Por que não poderíamos ter as principais artérias, as principais rodovias do Brasil da mesma forma que é aquela rodovia de Osório a Porto Alegre, como é a Castello Branco, como é a Raposo Tavares... Eu poderia citar aqui inúmeras rodovias no Brasil que são rodovias de primeiro mundo. Então, vamos fazer das nossas BR federais em todo o Brasil rodovias... Porque o Brasil está entrando no primeiro mundo, o Brasil já é hoje considerado um país de primeiro mundo, porque é a sexta economia do mundo e vai ser a quinta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado Senador Raupp pelas suas colocações.

Antes de retornar a palavra ao General Fraxe, eu quero só fazer uma colocação General, sobre as travessias urbanas de Ji-Paraná. Segundo informações teríamos boas notícias para a população de Ji-Paraná, que nos acompanha também pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Foi noticiado que a BR-364, será futuro objeto de parceria público privada. Eu pergunto ao senhor: Qual o modelo e as condições e se tem algum prazo para essa parceria, essa PPP que vai ter um novo sistema de manutenção, talvez até de duplicação da BR-364?

E se há algum prazo para esse trabalho de tapa-buraco mais efetivo, não apenas essa caçamba que estava lá tampando buraco com terra, mas por mais que haja problema de chuvas General, nós temos que fazer alguma coisa, nem que seja colocar guardas a cada quilômetro sinalizando, porque é uma obrigação da União, é uma obrigação de Estado. Então, eu pergunto ao senhor se tem algum plano, algum projeto efetivo, emergencial para cuidar das pessoas que transitam na BR-364 e, principalmente, a questão de tapa-buraco, esse plano emergencial, como é que ele está funcionando, General.

Com a palavra o General...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...que o Sr. General possa responder às minhas indagações primeiro, porque eu tenho um compromisso aqui, até porque eu tenho uma reunião agora. Então, se possível, eu gostaria que o senhor me respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o General Fraxe.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A BR-163, Senador. O senhor chegou a comentar que faltava projeto na BR-163.

A BR-163 está toda coberta de projeto e contratações. Qual foi o problema? Teve uma empresa que abandonou o lote de 120 quilômetros. Abandonou o lote! Largou o lote! E eu estou com a minha chibata, com o meu rebenque atrás, para colocar essa empresa no lugar que ela merecia estar. Mas ela me arrumou uma tal de recuperação judicial. Eu nem conhecia essa figura. Mas existe, sabia? Existe a tal da recuperação judicial.

Então, o que estou fazendo? A supervisora, que é a empresa que o Dnit contrata para acompanhar o quantitativo e o qualitativo de toda obra – cada lote tem uma supervisora –, eu mandei a supervisora levantar os remanescentes desse lote que fora abandonado e melhorar o projeto, que não estava bom. Melhoraram o projeto. E o dia 30 de abril é o prazo final para que eu lance uma nova licitação a partir desse lote que naufragou.

Aqui e acolá nós sofremos porque o mercado tem empresas que estão indo bem e dali a pouco naufragam. Há empresas que se mantêm. Infelizmente, na BR-163, houve uma defecção dessa com essa rodovia.

A BR-158 está na pauta da reunião do grupo de trabalho do PAC para amanhã – a decisão final se arrodeamos a terra indígena Maraiwatsede ou se passamos por dentro dela. Esta é a decisão que nós vamos ter que tomar.

Se nós decidirmos passar por dentro da reserva, vamos ter uma dor de cabeça permanente, como qualquer estrada que passa dentro de terra indígena. Sempre haverá uma exigência da comunidade indígena, que quer uma melhoria de alguma coisa. Ou, se nós resolvermos passar por fora, vamos aumentar alguma coisinha de recursos, mas estaremos livres. Essa decisão deverá ser tomada no fórum do GPAC, até sexta-feira.

Com relação à hidrovia, que o senhor falou aí ainda agora, eu quero ver se este ano será o ano das hidrovias. Eu estou pensando em terceirizar a administração hidroviária; jogar para o mercado cuidar das administrações hidroviárias.

Rondônia respira pelo rio Madeira, não é verdade? Na época da estiagem, ficam aquelas balsas encalhadas ali. Eu sou do Norte, sou roraimense. Eu conheço a BR-364 desde 1974. Os 1.528 quilômetros de Cuiabá a Porto Velho eu rodei na lama, num fusquinha 1.200. Era uma grande aventura. E é um local bonito para danar, Rondônia. É pujante, não é? Como é Mato Grosso, como é Rondônia. Essa última fronteira do agronegócio vai explodir na hora que a infraestrutura estiver respondendo aos produtores, não é verdade? Então, à hidrovia, eu acho que nós vamos dar uma resposta bonita este ano, sabe.

Cuiabá, Posto Gil, ali com Rondonópolis, também está no fórum do GPAC, para decidir toda a duplicação por inteiro, agora, sexta-feira. Era a outra indagação do senhor, não é, Senador? Cuiabá–Posto Gil.

Com relação à ferrovia, veja como as coisas foram colocadas no Brasil. Os grandes empreendimentos ferroviários, Norte–Sul, Leste–Oeste, todos esses grandes tramos de ferrovia para integrar os produtores de norte a sul e fazer escoar a produção ficaram com a Valec. O que ficou para o Dnit? Pequenos contornos. Aqueles conflitos de mobilidade urbana nos contornos das cidades, esses ficaram conosco. E administrar aquele passivo não operacional que não está sendo usado pelas concessionárias, e eu vou começar a montar grandes operações de leilão para alienar... Por exemplo, São Paulo tem um pátio lá que tem 400 vagões velhos e 20 locomotivas que têm que ser alienados. Então o Dnit ficou com a parte mais complicada do negócio. E os grandes eixos foram para a Valec

Então, com toda a lealdade e toda a ética, eu digo a V. Exª que essa questão que levantou deve ser endereçada ao Sr. Ministro Paulo Sérgio, para que ele lhe responda com precisão, porque eu ia estar aqui dizendo alguma coisa que não seria a melhor resposta para o senhor, não deixaria o senhor bem atendido. Se o senhor quiser, vou levar isso a ele e depois eu mando uma resposta para o senhor através da assessoria parlamentar. O que for melhor para o senhor eu farei.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço ao senhor e vou fazer até uma visita ao Ministro Paulo Sérgio, eu o conheço. Até porque ele compartilhou de toda essa parte no Mato Grosso.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - E ele gosta muito. Ele vibra com essa parte das ferrovias, desses empreendimentos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ele esteve várias vezes em Mato Grosso. Por sinal nessas audiências, tanto em Água Boa como também lá em ...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Alguma dificuldade ele deve ter encontrado para essa coisa não ir adiante. Eu não sei.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu acho que ele tem melhores informações.

De qualquer maneira, eu agradeço e vou torcer para que de fato se concretize tanto a BR-158 como a duplicação Rondonópolis-Cuiabá, a conclusão da BR-163. Em síntese, estou torcendo pelo senhor.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O senhor citou um ponto importantíssimo para nós no Brasil: é a hidrovia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A hidrovia.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu, por três vezes, estive no exército norte-americano. Quando eu estava lá no exército eu tinha uma cooperação com um corpo de engenheiros do exército norte-americano. O gestor das hidrovias nos Estados Unidos é o exército norte-americano. Isso faz cem anos. E eu naveguei no Mississippi e no Missouri com eles. Então como é que eles fazem? Eles têm um corpo de engenheiros na beira do rio. Eles fazem micromodelagens para fazerem intervenções de 4 milhas, de 5 milhas em trechos da hidrovia. Qual é a missão do exército norte-americano, por exemplo, na hidrovia do Mississippi? Garantir um talvegue de 9 pés o ano inteiro. Ora, com isso o empresário tem um mínimo de segurança para investir.

Então isso é que eu vou procurar agora fazer na do Madeira, na do Teles Pires, no Tocantins, porque o nosso "Nortão" está meio deixado de lado. Então eu acho que é hora de nós olharmos para isso com muita objetividade, focando resultados, arregaçando as mangas.

Eu queria dizer ao Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) - O senhor permite só um minutinho para aproveitar as hidrovias para matar a charada.

Nós estamos com um problema grave em Rondônia. O Deputado Carlos Magno, poucos dias atrás, fez a denúncia, eu também fiz. A usina que está sendo construída no rio Madeira, a usina Santo Antonio, está dragando o solo mole da margem esquerda do rio e, com autorização do Ibama, jogando no leito do rio. Olha que barbaridade estão fazendo! São milhões de metros cúbicos de areia e solo mole. Solo mole é tipo aqueles manguezais.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Eu conheço. Qual é o lado?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Do lado esquerdo, descendo o rio, do lado esquerdo, onde vai dar a saída das casas de máquinas, do lado esquerdo do rio.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estão jogando a dragagem no rio?

O SR. IVO CASSOL(Bloco/PP - RO) - Estão jogando no leito do rio. E o *Jornal Nacional, Sr.* Diretor, o *Jornal Nacional* mostrou, no mês de janeiro, que estão sendo comidos os barrancos 3 quilômetros para baixo, não é por causa da comporta que está aberta. É porque o calado, onde tinha o lado mais fundo, já ficou no mesmo nível, e a água espraiou. Portanto, dão as marolas, dão as ondas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Está assoreando o rio.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Já assoreou o rio, já assoreou o rio. Infelizmente, estão jogando milhões de metros cúbicos, com autorização - pasmem! -, com autorização do Ibama! Eu não consigo entender, porque, enquanto o Ibama fica lá em Rondônia multando pequenos produtores, por derrubada de 30, 30 anos atrás, como fizeram, deixa um crime ambiental dessa magnitude acontecer lá e com isso inviabilizando... O senhor acabou de falar que na seca é um caos, pois as balsas encalham, imagine agora que não vão conseguir mais encostar nos portos nem o Maggi, nem o Cargill, ninguém vai conseguir encostar, porque está tudo complicado já em razão do assoreamento que estão fazendo.

Essa é uma denúncia que estou fazendo aqui, é um crime ambiental grave, e com o aval do Governo Federal.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou solicitar uma reunião com o Curt, do Ibama, para ele me dar uma explicação sobre isso. Como eu sou uma autoridade portuária e hidroviária, eu preciso de explicação sobre isso aí.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Autorização.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Agora a denúncia já passou a fazer parte da minha agenda. O senhor me comprometeu aqui. Eu vou em cima.

O SR. IVO CASSOL-(Bloco/PP – RO) - General, tanto é que na Comissão

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Viu, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou em cima, viu.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Tanto que a Comissão do Meio Ambiente, eu fiz um requerimento solicitando a presença dos empreendedores e do pessoal, e o pessoal do Meio Ambiente, infelizmente, entendeu, alguns colegas nossos, estar dando guarida para esse crime ambiental que estão fazendo, porque até agora aprovou o requerimento, mas até agora não convocou o pessoal para audiência para poder participar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou fazer uma reunião com o Corte, vou pedir explicações sobre isso aqui e vou-lhe dar um retorno, Senador.

O Senador Delcídio, ainda agora, me falou assim: "General, vamos pagar pedágio?". Vamos, não. O nosso modelo de gestão de manutenção da malha não é para cobrar pedágio, é um outro modelo. E muito em breve nós teremos essa modelagem pronta, submeteremos à apreciação da nossa Presidenta, para decisão final dela. Mas antes vamos fazer alguns *workshops*, estamos trazendo especialistas de fora, porque eu entendo que o nosso Brasilzão aí, com 50 mil km de malha federal não pode ficar fazendo conta de padaria: metro cúbico de brita para cá, metro cúbico de piçarrinha para lá, tonelada de asfalto para cá. Eu não vou cuidar da malha viária. Senhores, eu não vou cuidar dessa malha assim.

Eu tenho que administrar por resultado. Eu tenho que indicar quais são os meus indicadores de desempenho, indicadores de resultado e quanto custa isso, e ir para a licitação. Acabou-se. Senão, a gente fica aqui com aqueles processos desta altura. O senhor conhece processo cachorro, Senador? Eu vou matá-lo lá no Dnit: ao fulano para apreciação; ao sicrano para avaliação; ao... Então fica um "au, au, au, au", que eu disse que tenho que matar o processo cachorro. Resultado: três anos depois, o projeto tem que revalidar o orçamento, porque demorou tanto esse projeto que o custo inicial caducou.

Eu não posso conviver com um problema desse. Estão punindo o cidadão que recolhe o seu imposto. Nós não podemos aceitar isso. Eu estou solidário com todos os senhores nisso aí. Qual é o meu dever? Buscar um modelo que atenda a sociedade brasileira. Eu acho que foi para isso que a Presidenta me nomeou, foi para resolver o problema. Se eu não resolver, eu tenho que pedir para ir embora.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria fazer um apelo, se o General pudesse responder, porque, daqui a dez minutos, tenho um compromisso, uma reunião com a Liderança do Governo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Sim, senhor.

O senhor me pediu o cronograma da obra, quanto tempo vai durar. Eu vou ser conservador, Senador, para não ser leviano aqui. Está certo? Eu vou pegar esse cronograma da obra e vou-lhe dar o cronograma

do edital, até para o senhor ajudar, e todos os demais nos ajudarem, a acompanhar e fiscalizar esse trabalho.

O senhor tocou num ponto crucial. Uma vez um determinado órgão público, lá no Exército, disse para mim assim: "Eu quero que o senhor faça essa obra para nós". Eu disse: abra o cronograma porque eu quero ver. Aí, tinha lá que a produção era 20 horas diárias. Eu disse: isto aqui é mentira, porque o dia não tem 40. Quando está num cronograma oito horas de produção diária, significa que quem está naquele canteiro de obra vai trabalhar 16. Sabe por quê, Senador? Porque o cronograma, quando coloca oito horas, significa que produziu alguma coisa de forma ininterrupta, não parou um segundo, oito horas. Ora, um operador de uma máquina, um motorista de uma caçamba, para ir ao banheiro fazer as necessidades dele, mais de uma vez ao dia; para a máquina para abastecer; para a máquina para lubrificar. A máquina quebrou, o laboratorista tem que fazer o controle do solo para saber se a compactação está correta e o grau de umidade está correto, o topógrafo tem que conferir para saber se o metro cúbico está... enfim, para tantas vezes ao dia que aquelas oito horas de produção significam dezesseis trabalhando. Eu preciso ser honesto com o senhor, e com todos os presentes, e com o Brasil que me escuta: Como não fui olhar o cronograma, peço ao senhor um pouquinho de paciência, porque se o cronograma estiver assim vai produzir 20 horas por dia vou mandar refazer, porque vou criar uma expectativa a V. Exª que não vai acontecer.

Então, vou colocar um cronograma realista que faço questão de passar isso ao senhor, como já me foi perguntado pelo Procurador da República no Maranhão sobre uma obra do Maranhão.

Então, entendo que a obra pública é pública e tudo dela é público, o dinheiro para pagar, o pagamento do boletim, o cronograma da obra, tudo tem que ser público. O senhor está certíssimo. Quando o senhor perguntou isso para mim está me ajudando até a dizer que devemos melhorar o controle de execução da obra. Comprometo-me a entregar nas mãos do senhor o cronograma da obra, que vai obrigatoriamente ter que estar no edital de licitação, porque a empresa que vencer a obra já sabe qual é o cronograma que ela tem que cumprir, porque, se não estiver no edital, o gestor vira refém do empresário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – O senhor não acha que dividir uma de 700Km, de reconstrução de uma rodovia, em apenas quatro lotes, com lotes de 200Km, como o de Ariquemes a Porto Velho, de Vilhena a Pimenta Bueno são 180, de Ouro Preto a Ariquemes são 180Km...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Está na média de 150 a 160 o lote.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Acho que é muita extensão para uma única empresa trabalhar na reconstrução de uma BR. Se tivesse dividido em oito ou dez lotes poderia encurtar em 50% o tempo para executar a obra.

Juscelino, quando abriu a 364, parece que foram colocadas cerca de 14 empresas e ele abriu isso em um ano.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estou mandando colocar no edital consórcios, para formar três ou quatro empresas no consórcio. Uma empresa só não vai dar conta, tem que ser consórcio, um consórcio grande. Por que lote grande? Como o eixo não está no coração econômico do Brasil, tem que compensar a mobilização. Se o senhor colocar um trecho muito pequeno, as grandes empresas considerarão pequeno. O senhor sabe que tem empresa que tem um sarrafo e abaixo daquilo nem vai lá, nem participa de uma licitação. Então, para fazer um consórcio bom para um lote desse vale a pena. Agora, para reestudar isso que V. Exª está dizendo, que também é uma preocupação muito pertinente, tenho a impressão de que vou terminar atrasando o que já está pronto, porque na hora que vou dividir o lote tenho que pegar o projeto, dividir o projeto e vai ser um tal de au-au-au de novo...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Só que as empresas, general, formam o consórcio mas com uma frente só de trabalho. Se são quatro empresas num consórcio elas não dividem em quatro trechos a obra. Elas pegam uma frente só e, na verdade, uma empresa só acaba tocando a obra que deveria ser tocada pelo consórcio.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas aí isso depende do edital, de como o gestor coloca no edital.

Vou dar um exemplo para o senhor: Guarulhos. Estava no Exército, foi a minha última experiência no Exército e a Infraero me chamou para cooperar para terraplanagem de Guarulhos, do TPS 3 – Terminal de Passageiros nº 3 de Guarulhos, uma terraplanagem de R$400milhões. O que eu fiz? Contratei uma empresa de simulação, Paragon, de São Paulo, que tem como maior cliente o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, só para se ter uma ideia e agora ela ganhou a licitação internacional para fazer a simulação da ampliação do Canal do Panamá. Então, essa empresa simulou a obra. Com o projeto na mão ela simulou a obra. O software dessa empresa, que é um modelo matemático admite mais de um milhão de variáveis e como Guarulhos é uma obra urbana o pico do trânsito tem hora que você flui com caçamba, tem

hora que pedra vai, tem hora que a pedra falta. Então, essa empresa fez uma simulação tão bem feita que hoje a única obra pública no Brasil com cronograma adiantado foi essa que planejei porque fizemos um cronograma realista, com artifícios capazes de eliminar a grande flutuação de tráfego em Guarulhos e está lá a obra. Por favor, visite-a, Senador, veja lá, e o senhor vai dizer aqui para os companheiros, o senhor pode ir lá e saber, se está ou não está adiantada a obra do cronograma. Por quê? Porque o planejamento foi bem feito, e a licitação amarra como é o ataque ao empreendimento. Ora, se eu disser para um consórcio que os 180km ele vai ter que dividir em quatro sublotes, ele vai ser obrigado a dividir em quatro sublotes. Então, é uma questão de como colocar isso.

Eu agradeço a sua lembrança, porque, antes de ir para o comprasnet, vou mandar colocar essa cláusula no edital, vou mandar ver isso aí. Muito bem lembrado aqui. Isso foi uma grande contribuição. Vou ver como está isso aí para criar sublotes no edital porque aí a empresa se vê obrigada a abrir duas frentes ou três frentes dentro do lote dela. Não sei se já está, mas, se não estiver, vai passar a ter. Ainda bem que está ajudando aqui. A audiência é para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A tentativa nossa é de contribuir, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E eu agradeço muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A nossa vontade é na intenção de contribuir para que as nossas estradas estejam cada vez melhores e que essas restaurações aconteçam dessa forma...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –... fracionadas ou não, mas com um tempo mínimo para a execução. Esse é o nosso objetivo nesta audiência pública, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Deixe-me só fechar a minha resposta ao Senador Ivo Cassol. Ele falou aqui da 429, da 425 também.

A 429, eu estou com uma comissão de peritos do Instituto de Pesquisa Rodoviária, que nós temos no Rio de Janeiro, onde nós temos cientistas inclusive rodoviários, mandei-a para Rondônia, inclusive hoje se encontra lá a Polícia Federal, com um técnico meu, porque a Polícia pediu esse técnico, para rever esse problema de defeito prematuro que aconteceu lá num lote. Então, aquela superintendência de Rondônia virou um caso de polícia. Então, a Polícia entrou, fez o trabalho dela, eu nomeei um novo superintendente, e isso aí fica um pouquinho de dois meses. Aí o Prefeito disse assim ainda agora: "Não, mas aí com o outro prefeito, com o outro superintendente estava muito bom, com esse novo caiu um pouco". Caiu porque o "cara" foi tomado agora, peguei-o e disse: "Você vai ser o superintendente". A superintendência inteira disse que ele era o "cara" mais indicado, de lá mesmo, não mandei ninguém de fora, tem que ser prata da casa, e vamos já dar uma boa resposta para lá. E a 429, nós vamos terminá-la, só estou esperando os laudos periciais para ver exatamente a causa dos defeitos prematuros.

A 425 é um problema de gestão, projeto ruim com má gestão. Isso aí é a fórmula da tragédia: o projeto é ruim, e o gestor é ruim; deu o que deu na 425. Nós vamos retomar a 425 com toda a força, o senhor não tenha dúvida disso. Agora, essa questão de viadutos inacabados, eu estive reunido com o Prefeito de Porto Velho. Eu disse: "Nós vamos ter que fechar isso aí rapidinho. Eu não vou mais esperar por essas obras dentro de Porto Velho. Porto Velho merece estar com seus viadutos prontos".

Desapropriação. Por que quando a gente faz uma obra urbana a gente faz um convênio com o governo do Estado, com a prefeitura? Porque ele é o dono da casa. Se tem realocação de moradores, se tem desapropriação, quem melhor vai tratar esse problema é o dono da casa; o Dnit é um forasteiro ali. Então, o dono da casa tem sua estrutura de assistência social, tem seu pessoal que vai realocar sem conflito, sem problema de justiça, porque todas as vezes que as coisas vão para o tribunal, vão para o fórum, para, aí fica tudo parado. Então, tem que fazer sem conflito. Por exemplo: a ponte nova do Madeira, perto de Porto Velho, agora tem que fazer um relatório de impacto de vizinhança. Senador, o senhor conhecia isso? Relatório de impacto de vizinhança, porque vão-se fazer umas casas novas para liberar o acesso à ponte. Se bobear, a ponte está pronta e não tem o acesso, porque têm uns "caras" que moram ali. Então, eu já estou contornando, vai dar tudo certo e vamos conseguir aprontar o acesso.

Então, as dificuldades têm que ser superadas. Agora, o senhor falou uma palavra mágica aqui, coragem, se o cabra não tiver coragem, peça para ser professor, vá para o tablado, dar aula de belas artes, culinária, porque, se for medroso, não vá ser superintendente, nem diretor do Dnit, tem que ser corajoso. Ontem, fiz uma viodeoconferência com todos os meus superintendentes, e o tema foi esse daí. Primeiro, vou descentralizar as ações. O Brasil é grande demais para eu estar centralizando estudo, centralizando obra aqui, em Brasília, não tem o menor sentido. Por que se tem nomeado um superintendente em cada Estado? Porque a malha viária daquele Estado tem que estar sob a responsabilidade de um Executivo de primeira linha. Quem é esse cara? Esse cara é um líder, é um exem-

plo de trabalho, de dedicação, de probidade, de competência, se não for isso, não serve. Vá ser professor de culinária e de belas artes, para o cargo, não serve, tem que ser um homem forte, um líder probo, honesto, ágil, que tenha iniciativa e não tenha medo, faça dentro da lei o que tem que fazer e não tenha medo. Então, essa é a nossa visão, essa questão da manutenção da malha, vamos buscar esse modelo pelo resultado, para acabar de ficar três, quatro anos, discutindo um projeto de restauração, aí, quando fica pronto, diz assim: agora ficou desatualizado. Lógico, demorou três anos. Estou modificando mais de vinte empresas projetistas lá no Dnit, porque o cara faz a análise do projeto e devolve para a projetista. Quando ela traz de volta, o analista diz assim: mas, general, voltou com os mesmos erros. Então, notifica a empresa, meu filho, multa, pune, faça alguma coisa com essa empresa porque ela tem que sair do páreo. Essa dinâmica do Dnit com a projetista vem de um passado aí muito ruim, e estamos mudando isso, o que vem acontecendo na 364 também é parte desse problema, dessas análises demoradas, problemáticas e, depois, ainda fica: a pedra não está certa, o não sei o que não está certo, e ficam discutindo conta de padaria. Não agüento um negócio desse. Então, vamos mudar esse modelo de gestão, temos que mudar, tenho muita pressa disso. Sabe qual é o resultado de tudo isso? O contribuinte é punido: é o Senador emocionado porque morreu o companheiro, o outro perdeu o marido, o outro perdeu o filho. Quer dizer, não é mais tempo para estarmos aqui querendo tapar o sol com a peneira. Há uma dívida grande de gestão, no momento, sou o responsável, não me esquivo da minha responsabilidade e digo o seguinte: tenho um compromisso de mudar isso rápido, rápido, sob as ordens da Srª Presidenta Dilma. A ela devo contas de tudo o que faço e das idéias que estou lançando e vou apresentar para decisão final dela.

Isso era o que eu tinha a dizer.

A SRª MARINHA RAUPP (PMDB – RO) – Senador Acir...

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – Ji-Paraná já está para abrir agora...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – As travessias, as travessias.

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – ...em março, Ji-Paraná, travessia urbana, vai abrir, finalmente, viu, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Vai abrir as travessias urbanas?

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – Vai abrir a proposta de preço direitinho para julgamento, para começar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Essa licitação começou dia 29 de dezembro de 2010, estamos em fevereiro de 2012. Então, realmente, é uma preocupação grande de nossa parte as travessias urbanas de Ji-Paraná, o anel viário de Ji-Paraná, como toda a duplicação da BR 364. E ficou um pouco sem resposta, acredito, General, a questão do início ou da intensidade dessa emergência com relação à emergência...

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – Essa aí, vou fazer o seguinte: não vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – O tapa buraco.

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE –...dizer mais ou menos, vou dimensionar quais são as equipes, como é que estão organizadas essas equipes e vou passar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Para que não fiquemos com informação de fulano que passou lá e viu uma caçamba...

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não, não, vou passar por...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) –...quer dizer, acho que o Dnit tem uma equipe técnica para fazer esse acompanhamento.

O SR. JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE – Tem sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Tem. Então, eu gostaria que V. Sª nos passasse essa informação, efetivamente, com relação a essa reconstrução ou essa situação emergencial para resolver e sanar os problemas, pelo menos, parte, não é, evidente, porque a solução é a restauração, a restaura, como se diz lá dentro do Dnit, restaura da BR 364, que esperamos que aconteça, também rapidamente. A grande preocupação neste momento é a operação tapa-buraco. Pergunto aos Senadores se podemos ouvir a Deputada Marinha Raupp e também o Deputado Mauro Nazif. Com a palavra a Deputada Marinha Raupp.

A SRª MARINHA RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço a oportunidade de estar aqui na Comissão de Agricultura do Senado, presidida pelo Senador Acir, com a presença do Senador Valdir Raupp, do Senador Ivo Cassol e demais membros desta Comissão, para ouvir o Gen. Jorge Fraxe. Nós sabemos do comprometimento do Ministério dos Transportes, nós sabemos do comprometimento do Dnit, mas toda a bancada de Rondônia, General, o Senhor é testemunha, já tivemos audiência com o Senhor, já tivemos audiência com o Ministro dos Transportes, o Deputado Mauro, que está ao nosso lado, inclusive fez questão de não ir a Rondônia para esperar por esta audiência... Só queria dizer que já temos as informações quanto ao processo de

restauração. Na segunda-feira estivemos com o diretor de infraestrutura, pedindo que fosse pautada na colegiada para que houvesse o processo de delegação, já que o Senhor já tinha nos informado que essa era a decisão da Direção Geral. Ficamos felizes em saber que a colegiada já aprovou, está com a responsabilidade de fazer o processo de licitação desse trecho de Pimenta Bueno a Ouro Preto do Oeste, o trecho mais crítico da BR 364, no processo de restauração. Só queria reforçar com relação a esse momento emergencial da manutenção. Ainda na segunda-feira, a posição do Diretor de Infraestrutura, Dr. Roger, foi de cobrar da Superintendência de Rondônia que colocasse uma equipe para controle da execução da manutenção. Como o Senador Raupp colocou, o Senador Acir também, nós, ao percorrer o trecho, estamos supervisionando, mas verificamos que as equipes ainda estão acanhadas. É verdade. Então, ainda agora, falei com o Superintendente com o objetivo de reforçar aquilo que também é determinação da Diretoria de Infraestrutura, de ter em cada trecho um supervisor para controlar a execução. Não é apenas para verificar a forma como está sendo feita a obra, mas para ter um relatório diário de quantas equipes estão no trecho, de qual trabalho foi realizado. Então, General, neste momento, o pedido que a bancada tem de fazer é esse, de o Senhor, tendo o controle diário da execução que está sendo feita, da manutenção, nos dar a segurança de que vidas serão salvas. Acho que esse é o pedido mais especial que temos para fazer neste momento, porque, se são seis lotes, se são seis contratos nós que temos na BR 364, de Vilhena a Porto Velho, para manutenção, se não temos problemas de recursos, se nós tínhamos apenas um lote com saldo insuficiente, mas o Senhor já determinou e autorizou que fosse aditivado o contrato, não justifica que a sociedade de Rondônia seja penalizada e que faça manifesto de trancamento da BR se todas as providências foram tomadas. Para nós é importante mostrar, Senador Acir, o comprometimento da bancada de Rondônia de estar cobrando, reivindicando, solicitando e acompanhando a manutenção da BR-364. Claro que, junto como Dnit, com o Ministério dos Transportes, com a sociedade, temos de lamentar o momento que estamos vivendo, o caos, os problemas que temos na BR 364. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que tenho certeza de que o Senhor vai determinar o acompanhamento da execução da obra, com relatório diário, e teremos essa recuperação de imediato. Com relação à BR-429, já foi colocado aqui que é uma prioridade, tanto é que ela está no PAC, também sabemos do comprometimento do Senhor para que a autorização que precede a licitação das pontes seja também efetivada, não sei ainda se já passou pela Colegiada, é uma informação importante que precisamos saber, da licitação da contratação das pontes, das obras de arte, da retomada da obra e conclusão, da prioridade que nós precisamos do perímetro urbano de asfaltamento da cidade de São Miguel do Guaporé e da cidade de Seringueiras, que as empresas não entraram no trecho. Elas fizeram a obra de pavimentação da 429 outros trechos, mas não entraram ainda em obra no perímetro urbano de São Miguel de Guaporé e Seringueiras.

Então, gostaríamos de pedir também essa prioridade.

E no mais, na 425, das pontes, dos viadutos, são obras, que o senhor mesmo colocou, ora problema de gestão, ora problema de projeto, que está sendo sanado.

E, para concluir, só queria dizer que ficamos felizes com a informação que o senhor nos passa com relação ao processo de contrato das travessias urbanas de Ji-Paraná, um trabalho que o Senador Acir tem feito como Senador da República, e a bancada tem apoiado.

E também reivindicar que o Dnit possa nos dar oportunidade de, por meio de um projeto especial, encaminhar um crédito especial para o Congresso, General. Os doe milhões que tínhamos empenhado, assegurado, projeto aprovado, com EVTE, com licença ambiental, um convênio que tínhamos com o Estado de Rondônia dos doze milhões do anel viário de Ji-Paraná. O Estado já entrou, já está no trecho, já está fazendo o encabeçamento da ponte nesse trecho do anel viário, ainda uma ação da ponte do governo do Senado Ivo Cassol, e que o Governo de Rondônia, o Governador Confúcio com o seu diretor quer concluir a obra. Esses doze milhões em muito vai ajudar.

E o restante do recurso, que o total da obra vai dar mais de trinta milhões, fica a cargo de responsabilidade do Governo do Estado, ou seja, a contrapartida do Estado será maior que a do convênio.

Então, gostaria de pedir ao senhor, em nome da bancada, com apoio de toda a bancada, que essa é uma ação do anel viário muito importante também, esses doze milhões.

E, para concluir, dizer que é muito importante a ida do senhor ao Estado de Rondônia. Nós gostaríamos de convidá-lo para inaugurar o viaduto da cidade de Pimenta Bueno, que está pronto. Uma obra que o Senador Raupp trabalhou muito, que nós tivemos apoio da Presidenta Dilma para incluir no PAC. Uma obra que foi concluída com o recurso do PAC. E nós gostaríamos que, na sua ida para inaugurarmos o viaduto de Pimenta Bueno, pudéssemos nos deslocar de Pimenta Bueno até Porto Velho, em caravana, toda a bancada junto, não é, para podermos, junto com o se-

nhor, verificar o traçado e o trabalho que já está sendo feito da manutenção da BR-364.

Também estendo o convite para a gente percorrer toda a BR-429 juntos.

Essa é uma experiência que o Ministro Paulo Sérgio teve junto conosco, e seria muito importante contar com a sua visita nessa oportunidade junto com a bancada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputada Marinha Raupp, coordenadora da banca federal do Estado de Rondônia.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Nassif, para fazer as suas colocações.

O SR. MAURO NASIF (PSB – RO) – Primeiramente, cumprimentando o Senador Acir, por promover esta audiência, que é de suma importância não apenas para o Estado de Rondônia como para outros Estados, que estiveram aqui presentes os Senadores.

Cumprimento o General Fraxe, ao qual já fizemos uma visita juntos ao Dnit, Senador Ivo Cassol, Senador Raupp e outros que aqui estiveram, e a nossa líder de bancada Deputada Marinha Raupp.

General, nós temos por hábito de começarmos a atuar depois que o leite é derramado. Depois que o leite é derramado, a gente começa a agir. Hoje nós não deveríamos estar discutindo a manutenção e a recuperação da BR-364.Nós deveríamos estar no passo em que estaríamos discutindo a duplicação da BR-364. E nós estamos voltando no tempo. Nós estamos voltando no tempo. O Brasil foi projetado para crescer ali na região Norte.

Hoje, nós temos a saída para o Pacífico, que certamente é uma das grandes obras que o País ofereceu, e nos esquecemos da nossa malha viária que leva desde aqui do sul do País ao norte do País.

O Estado de Rondônia está fornecendo energia para o Sul e o Sudeste e praticamente não segurando nada no seu Estado. Um dos grandes motivadores para a destruição da BR-364 foi o número de veículos pesados que ali trafegam diariamente. E isso já estava projetado que iria acontecer. A Usina do Madeira, como o senhor disse... O senhor estava lá em São Paulo projetando a recuperação do aeroporto, mas o senhor sabia que, até chegar a Guarulhos, o senhor teria que passar por toda uma trafegabilidade.

Sabia-se da importância da construção das usinas. Como é que se constrói uma usina? É só chegar a Rondônia e construir a usina?! Não. A usina foi construída por terra. E esta nossa malha viária praticamente foi destruída não somente, mas praticamente destruída em decorrência da construção dessas usinas. E o que o Governo Federal em relação à BR-364? Nada. Não fez nada. E o que vem acontecendo? Vidas e vidas vêm sendo ceifadas. A gente costuma por base, principalmente por estarmos no meio político, os políticos que falecem. Mas entre essas vidas, há milhares e milhares de vidas que têm sido ceifadas ou que estão em cima da cama para o resto da vida. Tivemos a morte do Deputado Eduardo Valverde. Tivemos por último, nesse final de semana, o falecimento do Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis. E assim vem acontecendo. E o Brasil foi projetado para lá.

Então, quando o senhor me diz que lá não é o coração do País, isso também me preocupa. Se o Brasil está sendo projetado para lá, se a tendência da industrialização é ir para lá, será que lá também não passa a ser uma parte do coração do País ou nós temos que esperar acontecer tudo para depois nós nos mobilizarmos?

Entendo que nós temos que ser mais ágeis, general. O senhor está assumindo agora. Eu falo "senhor" como Dnit. Eu não falo "senhor" como pessoa. Mas eu falo como órgão. Nós temos que ser mais ágeis, porque tem trazido inúmeros prejuízos à população daquele Estado, que está cedendo muito para o restante do País. Nós estamos doando muito para o restante do País.

Então, a gente vê com essa preocupação a questão dos viadutos em Porto Velho. A desapropriação hoje não está a cargo do município, nem do estado. A desapropriação está a cargo do Dnit. Nós estivemos reunidos. Eu estive no Dnit. Essa desapropriação é de total responsabilidade do Dnit, diferente do trecho da 319, lá da ponte, que ali entra o município. Mas, aqui na 364, a responsabilidade é total da 104 residências e propriedades comerciais responsabilidade do Dnit.

Então, General, o que a gente pede é isto: que trabalhemos com soluções e soluções imediatas. Não podemos ficar só hoje olhando, olhando, olhando e vendo as coisas, cada vez aumentando ainda mais o risco que está trazendo a toda aquela população do Estado de Rondônia.

Fica aqui o nosso registro e a compreensão de que possamos atuar o mais rápido possível nessa recuperação, para que nós possamos entrar efetivamente na duplicação da BR-364.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Mauro Nazif, pela sua colocação, pela sua presença nesta audiência, que tem por objetivo debater e discutir os problemas da BR-364 do Estado de Rondônia.

Antes de passar a palavra ao General, quero só esclarecer a questão dos professores. Os professores são pessoas que contribuem muito para o nosso país General, e que merecem total respeito de nossa parte e atenção, que estão lá à frente das salas de aula ensi-

nando os nossos alunos, os nossos jovens e ganhando pouco, ganhando menos daquilo que merecem e que precisam para criar uma futura geração para o nosso país, que venha a nos substituir e venha a fazer um Congresso mais eficiente, um Dnit mais eficiente, um governo mais progressista, um governo que atenda a necessidade brasileira.

Quero que o senhor entenda a nossa angústia, nós rondonienses, de ver a BR-364 da maneira que está. Nós não apenas, por sermos cobrados pela população, mas também por utilizarmos a BR-364. Essa é a nossa preocupação, e quero dizer ao senhor que estamos aqui à disposição, tudo aquilo que pudermos fazer para ajudar o Dnit, para estarmos juntos com o senhor e com sua equipe nós estaremos, não só toda a Comissão de Agricultura, mas também a bancada de Rondônia no Senado, eu tenho certeza que estaremos todos dando o apoio para que o senhor possa colocar em prática o seu pensamento, a sua vontade de trabalhar como o senhor já expressou aqui – não hoje somente – mas quando foi debatido junto com o senhor nós defendemos a ida de V. Exª ao Dnit. Nós queremos que o senhor consiga colocar o seu trabalho à frente do Dnit. Eu tenho certeza que o Brasil muito vai ganhar com a sua atuação, com o seu trabalho.

Então, para as suas considerações finais o General Jorge Ernesto Fraxe.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Em primeiro lugar, essa questão do coração do Brasil, não é uma questão de achar que Rondônia não tem importância. É uma constatação. A densidade de empresas construtoras, grandes, está aqui. Lá tem menos. Essa é uma preocupação que a gente tem que ter. É só por isso. Não é questão de importância Senador, é questão de densidade de empresas que trabalham nesse ramo. A maioria está onde? Está mais para cá, não está lá. Lá é mais rarefeito. Isso exige de nós mais cuidado e mais preocupação. Eu sou nortista, eu sou roraimense, eu fui conhecer água gelada quando eu fui para a Academia de Agulhas Negras. Não sabia nem o que era água gelada Senador. Então eu sei o que é ser um nortista e viver naqueles cantões, eu sei o que é isso. E de um Estado riquíssimo com Roraima, riquíssimo na natureza.

Então em nenhum momento eu estou desmerecendo Rondônia e nenhum momento vou dizer, pelo contrário,tem que ser da mais alta prioridade para o Dnit, que é o único eixo até a 64 que integra o Brasil ao Nortão; de Rondônia, do Acre, sair para chegar no porto para ir ao Amazonas não tem outra, é aquela ali, e o próprio Mato Grosso. Então tem que cuidar muito bem desse eixo, o único eixo que existe.

Com relação ao professor Senador, em nenhum momento é desmerecimento, estou dizendo que são perfis diferentes, porque o professor ele tem compromisso como conhecimento dele e com os alunos e só. Ele não precisa ter acabativa, é diferente. O empreendedor, esse nem sempre será um bom professor, dificilmente vai casar bem. Então cada um no seu lugar, e não há salvação para um país sem educação, não existe. O caminho do desenvolvimento de um país é via educação. Então eu não posso deixar aqui uma percepção equivocada do que eu falei, não posso. Eu lhe agradeço a observação... Não existe salvação para um país sem educação, não existe. Agora cada um no seu quadrado.

Então quando o senhor tem um superintendente que não é arrojado, que não vai para a linha de frente, que não encara os problemas com a empresa, que não consegue negociar com IBAMA, com a Funai ou seja com quem for, então eu não tenho o líder que eu preciso para aquele Estado; tem que trocá-lo. Vamos trocá-lo. Tenta esse, aquele.

Uma das coisas que eu preciso fazer no Dnit é contratar um *headhunter*, para descobrir os grandes talentos do Dnit, onde é que eles estão. Temos que descobrir isso.

Eu não diria que muitos desses problemas são culpa do Governo Federal; eu diria que o Dnit não gerenciou bem – o Dnit. O Dnit não gerenciou bem. E eu preciso mudar isso. Preciso mudar!

Com relação a Ji-Paraná, eu acho, Deputada, que nós vamos, se Deus quiser, muito em breve, começar o trabalho lá. Se Deus quiser! E o contorno, esse que é o nosso calo, não é, Deputada? Deixe-me ver o que eu consigo convencer do meu escalão superior, para a gente dar a tratativa final do contorno, está certo? Esta é a questão importante. E eu irei a Rondônia. Irei! Eu vou palmilhar não só Rondônia. Irei a todos os cantões do Brasil. É dever do Diretor-Geral conhecer as obras, os seus problemas, e saber quais são as soluções que estão sendo dadas. Isso é dever meu.

Com dez dias de Diretor-Geral, eu fiquei preso pelos índios caiapós lá em Novo Progresso, no Pará, porque os índios alopraram. Disseram o seguinte: "Olha, faz cinco anos que prometeram um acesso para a nossa maloca e até hoje não fizeram; então, agora, nós resolvemos..." Eles sequestraram algumas camionetas das empresas, colocaram dentro da área da Funai, lá em Novo Progresso. Sequestraram mesmo, eu vi lá as camionetas. Eu fui para lá, para resolver o problema. E começaram a atear fogo nas pontes da rodovia, da BR-163. Disseram: "Agora é o seguinte, o senhor aí que é o diretor agora. Não me interessa se o senhor está há dez dias, não; é o senhor o diretor.

Então o senhor só vai sair daqui quando as máquinas começarem a abrir o caminho que a gente quer, que nos prometeram há cinco anos".

Então, desde que eu me sentei lá no Dnit, desde que assumi meu cargo, a única coisa que eu escuto de todos que vão visitar é o seguinte: isso aqui faz três anos; isso aqui faz quatro anos; isso aqui faz dez anos; isso aqui faz oito anos. Está todo mundo já impaciente pelos anos em que as coisas vão sendo tratadas e não vão sendo solucionadas. Então, coube, por felicidade do destino, que eu chegasse nesta hora que já está dando impaciência nas pessoas. Tanto nos líderes que representam a sua população como até em empresários também.

Nós temos um trabalho muito bonito e grande. É um grande desafio. Isso não é problema. Eu vejo como uma oportunidade de melhoria para o Dnit e vejo como um grande desafio para um cidadão brasileiro. Agora, nós temos que considerar que muitos dos problemas que nós enfrentamos – empresas que não trabalham bem na rodovia – são de maus brasileiros, que devem ser colocados no seu devido lugar.

Então, o Dnit tem que fazer a sua parte. Hoje ele é devedor, mas eu espero que, num curtíssimo espaço de tempo, nós possamos ser vistos de outra maneira. Esta eu acho que é a missão principal. E um dia eu voltar aqui, Senador, e os senhores dizerem: "Olha, general, a rodovia está uma beleza. Estamos trafegando bem; está tudo muito bom, bem sinalizado. Estamos felizes". Eu espero que não demore muito e isto esteja acontecendo. Esses são os meus votos, é o meu desejo, o meu compromisso.

Nós vamos ver o relatório diário, Deputada, que a senhora está pedindo aí. Está bem?

Agradeço muito a oportunidade. Eu acho que foi uma manhã muito proveitosa. A ideia de no mínimo duas frentes de trabalho por lote foi bem lembrada aqui. Gostei muito. Vou checar isso pessoalmente quando sair daqui, de modo que a gente garanta duas frentes por lote de trabalho simultâneo, para, no mais curto prazo, a gente ter um acesso menos perigoso para a população.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, General, pela sua presença aqui conosco. Para nós, também, foi muito produtiva esta manhã ao ouvirmos a sua vontade de fazer as coisas acontecerem.

Deputado Rubens Moreira Mendes, é um prazer tê-lo conosco na nossa audiência. Se V.Exª quiser fazer algumas colocações, fique à vontade;

O SR. RUBENS MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Bem, cumprimento inicialmente V. Exª e o parabenizo pela iniciativa de promover esta audiência pública, assim como cumprimento o Gen. Jorge e também parabenizo-o pela sua vinda aqui a esta Comissão.

Quero ser muito breve e muito rápido, até porque chegamos aqui ao final, embora a tentativa tivesse sido de chegar antes, mas nós estamos envolvidos lá ainda com o Código Florestal, nas últimas pinceladas lá. Não pude chegar a tempo de participar aqui da íntegra desta audiência pública.

Mas eu quero só manifestar um posicionamento meu, pessoal. Eu estou muitíssimo preocupado hoje com a situação da BR – 364, é de calamidade. Eu quero dizer ao ilustre General que eu ando muito, sou eu que dirijo e eu estou assim extremamente preocupado, porque a vida da gente está em risco permanentemente, permanentemente. Não é a minha, é a de todos que trafegam por aquela estrada. As coisas estão tomando uma proporção desastrosa, para ser bem verdadeiro.

Se tem uma qualidade que eu admiro muito nos militares, General, é, primeiro, a clareza com que tratam das coisas; segundo, é a determinação em fazer, e o terceiro é não tratar a coisa com rodeio. E eu quero pedir a V.Sª, que embora na reserva, volte um pouco lá atrás, traga isso, incorpore novamente essas condições. Não sei se o senhor está na ativa.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE - Estou na ativa.

O SR .RUBENS MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Melhor ainda. Traga para dentro do serviço público essa determinação, porque o que nós estamos cansados, receba isso não como uma crítica a V. Exª, mas como uma triste constatação, é que nós estamos cansados da conversa. Aliás, V. Sª mesmo disse aqui agora há pouco que por onde andou um é três anos, o outro é cinco anos, o outro é quatro anos, o outro é seis anos, o índio é cinco anos, de quê? De promessa. Então vamos deixar a promessa de lado. Não dá para fazer a BR inteira, mas dá para fazer 50 quilômetros, vamos logo botar em prática os 50 quilômetros. Têm problemas no Tribunal de Contas? Vamos enfrentar o Tribunal de Contas. Tem problemas na auditoria do Governo, porque este País hoje está virando País de auditoria do Tribunal de Contas, e aí ninguém faz mais nada. É auditoria do Tribunal de Contas, ONG, só para dar piteco e infernizar a vida, Ibama, infernizar a vida de quem quer trabalhar e quer produzir.

Então o que eu quero apenas aqui, primeiro, dizer a V. Sª da minha indignação com relação à questão da BR – 364, está insuportável.

Eu estou vendo o Padre Ton do meu lado aqui. Semana passada perdemos mais uma vida de tantas que diariamente se perde, o prefeito da cidade de Alto Alegre dos Parecis, e assim vai. Toda semana,

toda semana, não tem uma semana que a gente não olhe no jornal e não veja lá a notícia de alguém que perdeu a vida.

Então, para manifestar, primeiro, a minha indignação com essa situação e, segundo, a esperança de que V. Sª, como militar, consiga realmente tocar esse negócio para a frente, porque não dá mais para a gente suportar o estado que a coisa está. Está grave, gravíssimo. E a sua ida lá é muito importante, porque o senhor vai sentir de perto o que nós estamos dizendo aqui.

Presidente, muito obrigado pela aquiescência de me permitir falar aqui, ainda que rapidamente.

Finalizo agradecendo a sua iniciativa, como já disse, e a presença do General que, .corajosamente, veio aqui para enfrentar o problema e trazer as suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Rubens Moreira Mendes, pelas suas colocações, pela sua presença na nossa audiência pública.

Cumprimento o Padre Tom, Deputado Federal por Rondônia, e também transmito a palavra a ele para que possa fazer as suas colocações.

O SR. PADRE TON (PT - RO) – Obrigado, Senador e Presidente da reunião. Vou aproveitar para saudar o General. Tivemos audiência já no início de fevereiro. Só para pedir desculpa também, porque não pude chegar antes, porque tinha um outro compromisso. Mas é só para reforçar, reforçar a imediata reforma da BR – 364 e pedir que o Dnit, o Dnit nacional, o Dnit estadual, estejam atentos, porque estão tendo várias ameaças de fechar a BR e atentos para negociar, para descer até Rondônia, se for possível, porque traz um desgaste político para o Governo e para nós, principalmente para nós, que somos da região ali, um desgaste muito forte.

A principal crítica em todos os lugares em que estamos indo é sobre a BR-364. Como o senhor falou na audiência, a BR-364 é a espinha dorsal de Rondônia. Se fechar a BR, a capital, o Acre, o Estado do Amazonas ficam incomunicáveis porque é a única saída. Eu pediria que, se houver ameaça de fechar a BR, que, de imediato, possa o Governo Federal fazer uma ação para negociar, mesmo que eles tenham razão pelas péssimas condições em que se encontra o trecho entre Cacoal e Ji-Paraná. Era isso. Ontem, já recebi um comunicado da Superintendência de Porto Velho sobre a licitação dos trechos de Vilhena até Ouro Preto, dos dois lotes, e estamos satisfeitos. O que queremos é que o Dnit fique em atenção. Sei que os caminhoneiros são muito individualistas; individualistas no sentido de serem, muitas vezes, funcionários. E quem tem forças para fechar são os caminhoneiros. O trânsito de caminhão é muito forte.

E, para concluir, digo que o problema da BR é a reforma, mas é também a sinalização. Perdemos o Dirceu, que era o Prefeito, que assumiu no meu lugar, que era o meu vice, e o motorista. Eles morreram em um trecho em que não havia buracos, mas houve também abuso de velocidade e também falta de sinalização. Isso foi muito drástico, e já faz quase um ano que perdermos o Deputado Federal Eduardo Valverde.

Aproveito para agradecer tanto a disponibilidade do General Fraxe, Diretor-Geral, que me atendeu, como o espaço que me concedeu o Senador Acir Gurgacz. Podem contar comigo, sou um parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Obrigado. Deputado Padre Ton por sua presença e por suas colocações. Agradeço mais uma vez, General, sua presença aqui conosco. Estamos à disposição naquilo que pudermos ajudar e contribuir para que o seu trabalho saia a contento e que V. Exª consiga colocar sua maneira de trabalhar no Dnit, que realmente esta precisando. Se não me engano, há mais de um ano não sai uma licitação do Dnit. Precisamos fazer com que o Brasil caminhe a passos largos através da reestruturação, da infraestrutura de que o Brasil necessita.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 1 minuto.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às dez horas e quatorze minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ângela Portela, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Comparece a reunião o Senhor Senador Paulo Bauer, não membro da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Lobão Filho e Cris-

tovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Ângela Portela, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 430, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer favorável é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 344, de 2011-Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte". O relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 470, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores". O relator é o Senador Rodrigo Rollemberg e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 111, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Institui a Política Nacional de Tecnologia Social". A relatora é a Senadora Lídice da Mata e o relatório é favorável com as emendas apresentadas. A deliberação da matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara n.º 141, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, que "Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual". O relator é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável, com a Emenda n.º 01 – CMA. A deliberação da matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 341, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 221, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 252, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Imigrantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteiras, Estado do Piauí". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 307, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 223, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, a Senadora Ângela Portela passa a Presidência ao Senhor Senador Aníbal Diniz, para relatar o **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 259, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, a Senhora Senadora Ângela Portela, Presidente Eventual da Comissão, reassume a Presidência. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 264, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lidersom FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 266, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 266, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Olivedos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1017, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Portal do Sertão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 383, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevidéo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 232, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida Fm de Santa Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 233, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Juazeiro S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 514, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência

e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 284, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 293, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao Grupo Ação Unida pela Comunidade de Orindiúva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 292, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cultura de Eldorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 308, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 274, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio União Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 273, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Várzea da Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 314, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Milênio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 216, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 217, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 310, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Super Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senadora **Ângela Portela,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da ata da última reunião realizada em 2011.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está provada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, tenho a satisfação de instalar o início dos trabalhos desta Legislatura na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Como primeiro ato, farei alguns comunicados protocolados pela Presidência da Comissão.

A CCT do Senado Federal recebeu, do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 1806-SESES-TCU-Plenário, contendo o Processo TC nº 022.804/2010-02, e respectivo acórdão que tem por objeto a apreciação da tomada de contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa tomada de contas, a título de melhor informar ao Plenário, refere-se à apuração da representação feita pela SECEX/Roraima por indício de irregularidade em processo destinado à "contratação de serviços de suporte à infraestrutura de TI e comunicação do MCTI.

Após a instrução e análise do processo de tomada de contas pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, acordou-se, em suma:

– o reconhecimento parcial da representação apresentada pela SECEX/Roraima;

– o acolhimento parcial das justificativas apresentadas pelos gestores do MCTI;

– a inaplicabilidade de sanção aos gestores do MCTI;

– a adequação de valores e cálculos segundo diretrizes apresentadas pelo TCU.

Tanto o aviso quanto os documentos anexos estarão arquivados na Secretaria da CCT do Senado Federal, à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Distribuídos, na data de hoje, o relatório das atividades da Comissão para o segundo semestre de 2011. Cada um dos Srs. e Srªs Senadoras recebeu uma cópia, e este compêndio possui informações detalhadas das nossas ações em 2011.

Feitos esses comunicados, é importante dizer que conseguimos, em 2011, conduzir os trabalhos da CCT em busca do desenvolvimento do tema ciência e tecnologia, assim como os demais que compõem a competência desta Comissão.

Durante o ano legislativo, a CCT apreciou 341 proposições, assumindo o posto daquela que mais deliberou dentre as comissões temáticas da Casa.

No campo das audiências públicas, foram vários assuntos importantes, como os debates acerca do Código Florestal; a política de satélites, o incentivo à inovação e plano nacional de banda larga, dentre outros.

Vários dos mais importantes segmentos econômicos do País encontraram espaço para apresentar suas posições, e não podemos deixar de destacar o fortalecimento da parceria entre esta Comissão e os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e das Comunicações.

O Ministério das Comunicações, na pessoa do Exmº Sr. Ministro de Estado Paulo Bernardo, esteve nesta Comissão em duas oportunidades. Na primeira, apresentando as metas da Pasta e, posteriormente, tendo a missão de trazer ao Senado maiores informações sobre o Plano Nacional de Banda Larga, talvez o plano de maior relevância no âmbito das comunicações em nosso País.

Devemos também fazer um especial destaque ao MCTI.

A Pasta foi brilhantemente conduzida em 2011 pelo Exmº Sr. Ministro de Estado Aloizio Mercadante, que também compareceu a este plenário em duas oportunidades.

Seu trabalho foi reconhecido como transformador, colocando a ciência e a tecnologia no cerne dos debates ao longo do ano que passou. Hoje o Ministro Mercadante responde pelo Ministério Aloizio Mercadante responde pelo Ministério da Educação. Certamente fará por lá as transformações necessárias para termos esse pilar de desenvolvimento consolidado.

Dada à importância do seu legado, temos que observar também o acerto em seu processo sucessório, passando o MCTI a ser conduzido pelo Exmº Sr. Ministro de Estado Marco Antônio Raupp, que, em visita a esta Comissão, também nos brindou com a oportunidade de conhecermos um pouco mais sobre os desafios da política aeroespacial, quando, na época, era Presidente da Agência Aeroespacial Brasileira. Certamente aquele foi apenas um pequeno aperitivo, pois os desafios e missão serão ainda maiores a partir de agora. Para isso, manteremos a CCT como parceira do MCTI e também do Ministério das Comunicações, o que enriquecerá ainda mais os nossos trabalhos ao longo de 2012.

Teremos nesta Comissão um ano rico e profundo, abordando vários debates e temas relevantes, reforçando a importância da missão da CCT. E não economizaremos esforços para cumpri-la, de onde esta Presidência convoca e conta com o apoio de todos os membros da Comissão.

O nosso nobre Presidente, Senador Eduardo Braga, infelizmente não pôde estar presente, e temos a grata satisfação de estar aqui, conduzindo os trabalhos em nome dele.

Então, vamos dar continuidade.

Partiremos agora para a deliberação sobre a pauta de projetos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro para parabenizar a Presidência da Comissão, na pessoa do seu Presidente e agora de V. Exª, que tão bem acompanha as diretrizes dessa diretoria, e dizer que o trabalho que os senhores desempenharam nesta Comissão foi extraordinário, não apenas do ponto de vista quantitativo, de votos, de votações, tornando-se a Comissão que mais deliberou dentre todas as comissões de mérito da Casa, mas porque esta Comissão mudou conceitos, mudou princípios na abordagem daquilo que é, em termos quantitativos, o maior acervo de deliberações desta Comissão. Foi a partir de um posicionamento desta Comissão que um novo olhar aconteceu nas outorgas de setores de radiocomunicação do País e isso passou pelo menos a minimizar o processo desmoralizante que ainda existe com relação a essas outorgas.

Quero, em nome do PMDB, na condição de seu primeiro Vice-Líder, trazer a V. Exª e, em seu nome, a todos os membros da Comissão a minha mais fraterna e transparente solidariedade, ao tempo em que peço a V. Exª, em virtude de ser relator de três outras comissões neste momento, que aquela pauta que me foi dada, o Item 36 para relatar, eu possa relatar com alguma brevidade para não comprometer os relatórios que haverei de oferecer em outras comissões.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Vital do Rêgo. Também gostaria de parabenizá-lo pelo excelente trabalho que realizou à frente da relatoria da lei orçamentária, inclusive com bastante êxito, uma vez que foi sancionada pela Presidenta Dilma. Parabéns pelo seu trabalho, pela articulação que fez. Está de parabéns.

Eu gostaria de dizer que vamos precisar da sua presença para deliberar, fazer a votação nominal. Se o senhor puder aguardar um pouquinho... Mas em breve colocaremos o seu projeto.

Vamos ao primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Observações:

1) Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura;

2) A matéria constou da pauta da reunião do dia 14 de dezembro de 2011.

Passo a palavra agora para o Relator, Senador Anibal Diniz, para proferir o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Srª Presidente.

Também faço um cumprimento especial pela presença de V. Exª na Presidência dos trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Esse relatório favorável que apresento à proposição da Senadora Ana Amélia trata do PLS nº 430, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que propõe alterar a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e tem como objetivo principal estimular a inovação tecnológica na indústria nacional e, por conseqüência, preservar empregos e gerar renda no País. Portanto, é um projeto de grande mérito da Senadora Ana Amélia e, por isso, o relatório é favorável.

Então, em face da grande relevância da matéria, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 430, de 2011, da Senadora Ana Amélia e o faço com especial cumprimento à Senadora Ana Amélia, pela felicidade da sua iniciativa.

É como voto, Srª Presidenta. Pela aprovação da Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto, a matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

Atendendo a inversão de pauta do Senador Vital do Rego, vamos ao item 36.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 310, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Super Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Direto ao voto, Srª Presidenta, na forma ordinária dos procedimentos da Comissão, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 310, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Super Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Lembrando que a discussão e a votação serão realizadas no final das leituras dos relatórios.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu sou o relator da Reforma Administrativa na Comissão de Constituição e Justiça e sou relator do Item 16. Se possível, gostaria que V. Exª invertesse a pauta para que eu pudesse relatar logo esse projeto e me dirigir à Comissão de Constituição e Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador Benedito de Lira.

Item 16, atendendo a sua solicitação de inversão de pauta.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 266, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Pode fazer a leitura, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Srª Presidenta. Quero cumprimentar V. Exª, é uma alegria muito grande vê-la dirigindo esta reunião, e também cumprimentar os colegas que retornaram das suas merecidas férias para atividade permanente no dia a dia desta Casa.

Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, projeto em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2011 (nº 3.049, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 266, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto e o parecer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

Passo agora ao item 6 da pauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente, eu gostaria de consultar V. Exª se o item nº 3 da pauta é terminativo, e gostaria também de solicitar, não sendo terminativo...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – É não terminativo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) –... se pode ser o próximo item da pauta, em função que daqui a pouco terei que me ausentar, em função de reunião de outra comissão.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Vamos fazer agora a leitura do item 6 da pauta e, em seguida, Senador, podemos fazer o item 3.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 341, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 341, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão de outorga à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É como voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Anibal.

Vamos agora ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, DE 2011
- Não Terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Srª Presidenta.

É submetido à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 470, de autoria do Senador Paulo Bauer, que acrescenta §6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores.

O art. 1º da proposição acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de seguinte teor:

Art. 43, §6º. É assegurado ao consumidor o acesso gratuito às informações a que se refere o *caput* deste artigo por meio da rede mundial de computadores.

O art. 2º determina que a lei que se originar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a proposição, seu autor afirma que o art. 43 do Código de Defesa do Consumidor assegura ao consumidor o acesso às informações relativas à sua inadimplência, inclusive sobre as respectivas fontes, credores; todavia, a gratuidade se limita às consultas nas modalidades do atendimento presencial e por meio de carta, não se estendendo àquelas via Internet.

Conclui o autor pela necessidade de alteração do Código de Defesa do Consumidor para obrigar as empresas e entidades que prestem serviço de proteção ao crédito a disponibilizarem gratuitamente, via Internet, informações ao consumidor a respeito de débito próprio.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A matéria, objeto da proposição, está inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos do art. 48 da Lei Maior. E a iniciativa parlamentar é legítima, a teor do art. 61 do texto constitucional.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; afigura-se dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa empregada.

No mérito, somos favoráveis à proposição.

Os cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito desempenham um papel importante na concessão de crédito ao consumidor. É por seu intermédio que se conhece o nível de inadimplência do tomador, além de outras informações, que constituem razoável indício para a definição dos encargos financeiros e da própria concessão do crédito pretendido.

Esses bancos de dados e cadastros de consumidores não visam precipuamente à proteção do interesse individual de um determinado credor ou de um determinado consumidor. Embora seja possível o conhecimento da situação de eventual inadimplência de uma determinada pessoa, o objetivo fundamental é a proteção do crédito como um bem em si mesmo.

Se por um lado é necessário proteger o crédito, por outro é necessário proteger o consumidor contra eventuais abusos. A proposição em análise apenas estabelece que o consumidor tenha direito a, gratuitamente, obter informações a respeito de si próprio por meio da Internet.

Não estabelece a proposição, portanto, que todas as consultas aos referidos bancos de dados serão gratuitas, mas apenas quando se referirem aos dados a respeito do próprio consumidor. Como se vê, o projeto não impõe qualquer ônus exagerado a ser suportado pelas empresas e entidades que forneçam serviço de proteção ao crédito, limitando-se a detalhar o que já está contido no art. 43 do CDC como um direito do consumidor.

Voto

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, cumprimentando o Senador Paulo Bauer pela excelente iniciativa que aperfeiçoa e melhora e avança o Código de Defesa do Consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

O projeto está em discussão.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Quero inicialmente cumprimentar V. Exª, Senadora Angela Portela, e dizer que é com muito prazer que compareço aqui a esta Comissão, a qual não integro, mas, nesse momento em que se discute a matéria que apresentei e que foi muito bem relatada aqui pelo eminente Senador Rodrigo Rollemberg, quero aduzir algumas informações para o conhecimento de todos.

Sabemos que o sistema de crédito no Brasil é um sistema que tem uma atuação e um atendimento de excelente nível para o mercado, para o comércio, para as pessoas físicas, enfim. Sabemos que a questão de crédito precisa ser conduzida pelo setor do comércio e também pela indústria e pelo setor bancário, com muito zelo e muito cuidado, uma vez que se trata de permitir que pessoas adquiram bens, contratem financiamentos e estejam evidentemente protegidos, na condição de poder acessar a esses mecanismos de financiamento e de compra de bens.

Existe Brasil afora uma série de mecanismos para aferir esse crédito. Por exemplo, os CDLs, as Federações de Comércio Lojistas são um grande exemplo disso. Aprendemos a falar de crédito lá no passado, quando se falava em Seproc, quando se falava em outros mecanismos então criados para controlar a idoneidade, a boa fé e principalmente a regularidade do pagamento que pessoas faziam de suas obrigações. Hoje, já existem mecanismos extremamente modernos e observamos, na legislação vigente, principalmente no Código de Defesa do Consumidor, uma questão colocada legalmente que não atende a uma modernidade. Ou seja, estabeleceu o legislador que qualquer pessoa teria o direito de saber como está sua ficha, saber como está sua condição creditícia no mercado. Só que ficou estabelecido à época que isso poderia ser viável se a pessoa fosse fazer a consulta ao órgão que controla o crédito presencialmente ou por carta escrita. Esses são procedimentos do passado. Isso já é jurássico no dia de hoje, quando a Internet está presente em todos os lugares e quando o Brasil se destaca no mundo como um dos países que mais usa e mais cresce na utilização dos mecanismos de comunicação eletrônica.

Existe sim uma maneira de a pessoa obter inclusive informações a respeito da sua condição creditícia, pagando mensalmente uma taxa para alguma entidade que possa representá-la na obtenção da informação. Se a pessoa for física, hoje, ela paga em torno de R$11,00 mensalmente; se for jurídica, paga R$29,00. Eu pergunto: por que alguém tem que pagar para saber se está com a ficha limpa? Por que alguém precisa pagar para saber se eventualmente, por algum equívoco, seu nome foi lançado indevidamente?

É óbvio, Senador Valdir Raupp, que o mecanismo da Internet deve ser facilitado para que nós e que qualquer pessoa física possamos saber acerca da nossa situação creditícia. É claro que as instituições que controlam e que administram esse cadastro vão se manifestar, de alguma forma, contrárias, porque vão imaginar que uma pessoa, podendo consultar pela Internet a respeito do seu próprio crédito, depois, com uma resposta escrita, também por Internet, vá usar esse documento para dizer na cidade, na rua, no comércio, no banco, que ele é um ficha limpa, em termos de crédito comercial ou bancário. Mas obviamente que nenhum comerciante e nenhum banco vai se valer de um documento emitido por Internet, sem antes consultar a própria instituição de novo, porque, num prazo de dois, três dias, uma semana, pode ter havido uma inadimplência e a pessoa ter perdido o próprio crédito. Aliás, é assim no trabalho normal desses organismos de controle de crédito, porque, muitas vezes, na manhã de um dia, a pessoa está com a ficha limpa, e na tarde do mesmo dia ela pode deixar de estar por ter deixado de pagar uma parcela, uma prestação, um compromisso em outro estabelecimento.

Portanto, a dinâmica hoje presente nos organismos, nas instituições de controle vai ser mantida, não é prejudicada. Mas para o cidadão – e quero dizer que a preocupação do projeto é com o cidadão – é fundamental, porque ele pelo menos vai saber se eventualmente um débito que ele teve no passado, que fez com que fosse inscrito na lista dos inadimplentes, já foi baixado, e com isso ele poderá, obviamente, se dirigir a novos estabelecimentos e buscar outras oportunidades de compra ou de negócio.

Portanto, dizer que o cidadão pode requisitar informações a seu respeito por Internet é o objetivo do nosso projeto de lei. E obviamente que os institutos, as instituições, os organismos que controlam isso deverão criar mecanismos. Eles próprios poderão fazê-lo com custo praticamente zero, porque já têm todo o sistema, já têm tudo organizado.

E considero que esse é um projeto de elevado sentido para a cidadania, porque diz a Constituição que é direito de qualquer cidadão saber tudo a respeito dele junto aos órgãos legais, junto aos órgãos institucionais ou não existentes no País. Não se pode fazer segredo da vida financeira de ninguém para a própria pessoa. Ela tem o direito de saber efetivamente o que se diz, o que se fala e o que está registrado a seu respeito em qualquer hora, dia ou local.

Por isso, mais uma vez, cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, e quero dizer a V. Exªs que a aprovação desse projeto, sem dúvida alguma – depois irá à Comissão de Meio Ambiente –, faz-se necessária para que tenhamos o cidadão brasileiro mais bem atendido e mais bem servido, sem ônus, pelos mecanismos da moderna comunicação eletrônica e principalmente pela eficiência dos órgãos de controle de crédito.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Parabéns, Senador Paulo Bauer, pela excelente, pela consistente argumentação em defesa do seu projeto, que beneficia, sem dúvida alguma, o consumidor brasileiro.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu pediria, se possível, com a concordância do Plenário, a inversão de pauta para os Itens 34 e 35, que são de minha relatoria, porque estou precisando ir a uma audiência...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Claro, Senador Valdir Raupp. Nós só vamos concluir a leitura dos Itens 7 e 8, o que já foi pedido pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e, em seguida, passamos a palavra ao senhor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – É o seguinte o item:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 221, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu solicito inclusive, Srª Presidente, como o parecer já foi distribuído com antecedência a todos os membros da Comissão, que eu possa ir direto ao

voto, no que se refere aos Itens 7 e 8, todos eles referentes a projetos de decreto legislativo que outorgam permissão a rádios. Solicito autorização de V. Exª para ir direto ao voto. (*Pausa*.)

Primeiro é o parecer relativo ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 221, de 2011 (n° 3.110, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 221, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Vamos aos Itens 34 e 35...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ainda há o Item 8, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Ah, desculpe. Pode continuar.

É o seguinte o item:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 252, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Imigrantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Também solicito autorização de V. Exª para abreviar e ir direto ao voto. (*Pausa*.)

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 252, de 2011 (n° 2.821, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Imigrantes para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 252, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Imigrantes para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada. Quero lembrar que a discussão e a votação serão realizadas no final das leituras dos relatórios.

Vamos agora aos Itens 34 e 35: PDS 216/2011 e PDS 217/2011.

O relator é o Senador Valdir Raupp.

É o seguinte o item:

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 216, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Com a palavra o relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vamos também direito ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 216, de 2011, não eviden-

ciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Vamos agora aos itens 32 e 33.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não, 35 ainda, de minha relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – O senhor ainda tem o 35?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim, tenho o 35.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pensei que já tivesse lido.

Pois não, Senador, pode continuar a leitura do item 35.

É o seguinte o item:

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 217, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 217, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É este o voto do item 35.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp.

Vamos, agora, aos itens 32 e 33, PDS nº 273, de 2011, e PDS nº 314, de 2011.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza.

São os seguintes os itens:

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 273, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Várzea da Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 314, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Milênio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 273, de 2011 (n° 80, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Várzea da Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

Srª Presidente, peço para abreviar o relatório. Vamos direto aos termos finais da análise.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 273, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Lei n° 9.612, de 1998.

O voto, Srª Presidente, é no seguinte sentido: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 273, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridi-

cidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Várzea da Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, PDS nº 273, de 2011.

Item 33.

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 314, de 2011 (n° 2.897, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Milênio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 314, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Milênio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eram os relatórios e votos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Sérgio Souza.

Eu gostaria de pedir ao Senador Cyro Miranda que fizesse a leitura dos relatórios, como relator *ad hoc*, dos itens 9, 10, 11, 14 e 15. O item 9 é do PDS 295, de 2011; o item 10, do PDS 307, de 2011; o item 11, do PDS 223, de 2011; item 14, do PDS 264, de 2011; e item 15, do PDS 280, de 2011.

São os seguintes os itens:

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 295, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteiras, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 307, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 223, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 264, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 280, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lidersom FM Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Angela Portela, a quem cumprimento pela condução dos trabalhos, sempre uma Senadora ativa, uma parlamentar diferenciada nesta Casa.

Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores autorização para ler, nominar. Como se trata de outorgar autorizações para executar serviço de radiodifusão, primeiro vou nominar quais são as concessões dos itens 9, 10, 11, 14 e 15:

– outorga autorização à Fundação Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteiras, Estado do Piauí;

– renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo;

– renova a concessão outorgada à Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

– renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

– renova a permissão outorgada à Rádio Lidersom FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Em todos os itens, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esses PDS não evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos para a exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada nas cidades já mencionadas.

Esses são os relatórios, Srª Presidente. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

Vamos aos itens 21 a 28.

Eu gostaria de pedir ao Senador Aníbal Diniz que fizesse a leitura dos relatórios dos PDS 232/2011; 233/2011; 514/2006; 59/2008; 284/2011; 169/2011; 276/2011; e 293/2011.

São os seguintes os itens:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 232, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 233, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Juazeiro S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 514, DE 2006
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 59, DE 2008
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa De Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em freqüência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, DE 2011 - Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 169, DE 2011 - Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, DE 2011 - Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 293, DE 2011 - Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Grupo Ação Unida pela Comunidade de Orindiúva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatoria ad hoc: Senador Anibal Diniz

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O PDS nº 232, de 2011, concede outorga à Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O voto é favorável a esta matéria.

O PDS nº 233, de 2011, outorga à Rádio Progresso de Juazeiro S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. O voto é favorável a essa exploração.

O PDS nº 514, de 2006, que também aprovamos, pede permissão e outorga para exploração dos serviços de radiodifusão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Somos pela aprovação.

No PDS nº 59, de 2008, votamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Também somos pela aprovação.

O PDS nº 284, de 2010, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Nós votamos por sua aprovação.

O PDS nº 169, de 2011, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Também votamos por sua aprovação.

O PDS nº 276, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Também somos pela sua aprovação.

E, no item 28, o PDS nº 293, de 2011, votamos também pela aprovação do ato de outorga e autorização ao Grupo Ação Unida pela Comunidade de Orindiúva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

Como todos esses projetos não evidenciaram violação à legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos os relatórios lidos.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Anibal Diniz.

Vamos agora aos Itens 17, 18, 19 e 20: PDS 266, de 2008; PDS 350, de 2008, PDS 1.017, de 2009, e PDS 383, de 2010. Relatoria do Senador Cícero Lucena.

São os seguintes os itens:

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 266, DE 2008
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Olivedos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 350, DE 2008
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 1017, DE 2009
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Portal do Sertão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 383, DE 2010
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevidéo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Com a palavra, o relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Srª Presidente, como os relatórios foram distribuídos anteriormente, meu voto é favorável a todos os quatro projetos.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Vamos agora aos Itens 29 e 30: PDS 292, de 2011, e PDS 308, de 2011. Pedimos ao Senador Sergio de Souza que faça a relatoria dos projetos como relator *ad hoc*. E peço ao Senador Anibal Diniz que, por favor, presida os trabalhos para que eu faça a leitura do meu relatório.

São os seguintes os itens:

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 292, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró- Cultura de El-

dorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Souza

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 308, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Souza

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio União Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Souza

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, acredito que o Item 29 já foi relatado. Acho que são os Itens 30 e 31 – a senhora me corrija.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Itens 29 e 30.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Itens 29, 30 e 31.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Trinta e um também?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Está ótimo, vamos lá.

Item 29.

Trata-se do exame, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 292, de 2011 (nº 1.753, de 209, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cultura de Eldorado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 292, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da referida outorga, Sr. Presidente, Senador Anibal.

Item nº 30.

Trata-se da apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 308, de 2011 (n° 2.855, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o presente projeto não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, opinamos pela aprovação também desse projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente.

Item nº 31.

Trata-se de exame em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 274, de 2011 (n° 85, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Rádio União Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o presente projeto não evidencia violação aos termos legais e constitucionais, somos pela aprovação da presente outorga, autorizando à Rádio União Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Eram esses os relatórios e os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Agora, concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para que proceda a relatoria do Item nº 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2011; e Item nº 13, Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2011.

São os seguintes os itens:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 204, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 259, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Item nº 12.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 204, de 2011 (n° 2.470, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 204, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item nº 13, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, é sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2011, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina.

Nosso Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 259, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Agora não estamos ainda com o quórum constituído para as votações terminativas, mas vamos iniciar a votação, e a assessoria da Mesa irá atrás dos nossos votos restantes.

Como vota a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Anibal também é favorável.

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda, como vota?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com todos os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com as Relatoras e os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Estamos na dependência de outros três Senadores.

Senador Benedito de Lira, como vota em relação às matérias terminativas?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com os Relatores.

Obrigado, Senador Benedito.

Encontra-se sobre a mesa um requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira que será submetido à votação na próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Senador Valdir Raupp, como vota diante das matérias terminativas em apreciação?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto com todos os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vota com os relatores.

Senador Vital do Rêgo, como vota?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu jamais poderia faltar a um compromisso com a Senadora Angela e com esta Comissão. Por isso voto e acompanho todos os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital.

Temos o quórum estabelecido e o número de votos necessários para a aprovação de todas as matérias terminativas.

Não havendo mais matérias a serem apreciadas, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 22 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim que requer "..., nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir o PLS 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que 'Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instruir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala. Os convidados serão indicados posteriormente.". Comparecem à reunião o senhor Michel Platini – Presidente do Sindicato dos Intérpretes de Libras; o senhor Moises Bauer – Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONADE; o senhor Neivaldo Augusto Zovico – Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos – FENEIS; o senhor Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; o senhor Eduardo Levy – Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; e o senhor Bruno Ramos – Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Aloysio Nunes Ferreira. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Braga e Aloysio Nunes Ferreira requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 01, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, objetivando debater as providências que serão tomadas pelo Governo Brasileiro para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do Programa PROANTAR, comprometidas com o incêndio que atingiu aquela Estação na madrugada do último dia 25 de fevereiro, tendo como convidados os Senhores Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Marco Antônio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; Júlio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra, Comandante da Marinha do Brasil; José Goldemberg, cientista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e Jefferson Simões, pesquisador, diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRS).". O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 02, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, que "Nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as seguintes autoridades para discutirem a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga: Dr. Marco Antonio Raupp, Ministro da Ciência e Tecnologia; Sr. João Rezende, Diretor-Presidente da ANATEL; Sr. Luiz Carlos Peçanha Araújo, Presidente do Conselho da ABR Telecom; Sr. Milton Kaoru Kashiwakua, Diretor de Projetos do NIC.br; Sra. Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". O Requerimento foi aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento n.º 03, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, para a realização de debates em torno do tema 'Licitação das Faixas de 2,5 e 3,5 GHz e 450 MHz – Novos Serviços e Tecnologias, Grandes Eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e Ampliação da Oferta de Banda Larga – Telefonia Rural', e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna". O Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Meus caros Senadores presentes, Senadora Angela Portela, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e consequente aprovação da Ata da última reunião, trazendo apenas aqui aos Srs. Senadores e à Senadora Angela Portela o meu pedido de desculpas, mas, aqui na Casa está realmente quase que impossível.

Eu acompanhava ainda há pouco o Senador Paim, que relatava uma matéria na Comissão de Assuntos Sociais, tendo aqui esse debate tão importante e, ao mesmo tempo, tendo que assumir a condição de relator da subcomissão que tratará da aviação civil e da aviação geral, bem como a questão da aviação regional. Portanto, peço desculpas por ter estado aqui e não ter conseguido abrir a nossa reunião, pois tive de ir à outra comissão e retornei.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Srªs e Srs. Senadores, realizaremos hoje audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a obrigatoriedade das prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Dando início aos trabalhos, passarei a chamar aqueles que comporão a Mesa, o Sr. Michel Platini, Presidente do Sindicato dos Intérpretes de Libras, que está em trânsito, informa-me a nossa secretária – espero que ele não esteja atrasado em função da aviação civil brasileira –; Sr. Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – Conade –, que está aqui presente e gostaria de convidá-lo a compor a Mesa; Sr. Neivaldo Augusto Zovico, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos – Feneis –; Sr. Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil –; Sr. Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Agora, com todos os senhores presentes à mesa, é importante tecermos algumas considerações preliminares. Antes, porém, que destacar o empenho do Senador Paim para que pudéssemos fazer esse amplo debate, antes mesmo de que esta Comissão pudesse avaliar e debater esse importante projeto de lei do Senado.

Vale citar que o mencionado projeto já foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paim, e teve como relator *ad hoc* o eminente Senador Paulo Paim, já mencionado aqui por esta Presidência.

O relatório foi aprovado com uma emenda ao texto original.

Com o PLS tramitando agora na CCT, o Senador Paulo Paim apresentou perante a Presidência e o Plenário da Comissão Requerimento nº 22, de 2011, requerendo a realização de audiência cujo tema foi citado anteriormente.

A Comissão de Ciência e Tecnologia recebe esse debate com grande interesse e satisfação, pois em que pese não estar dentro das competências desta Comissão o debate das questões relacionadas a direitos e questões sociais, devemos considerar, hoje, que os assuntos relacionados à acessibilidade permeiam qualquer debate, inclusive o da ciência e da tecnologia.

Portanto, tratamos aqui da concessão de alguns direitos que permitirão aos portadores de algumas necessidades especiais uma condição para melhor e maior usufruto dos serviços de comunicação.

É neste ponto que a Comissão de Ciência e Tecnologia pode melhor contribuir, pois devemos abordar o tema também sobre o aspecto da tecnologia e da inovação, estimulando o desenvolvimento cada vez maior de soluções de inclusão social para qualquer classe, sem nenhuma discriminação.

É fato que o nosso país passa por um momento ímpar, de inclusão e ampliação de acesso da população aos mais diversos serviços e, de outro lado, as empresas vêm desenvolvendo cada vez mais alternativas e produtos com novas tecnologias, e não podemos deixar de lado o atendimento a algumas classes com necessidades específicas, apesar de estarmos tratando aqui de um tema individualizado afeito a um segmento apenas.

Fica a chamada para debatermos e estimularmos cada vez mais a inclusão pelas novas tecnologias. Não apenas as classes menos favorecidas economicamente precisam de um atendimento diferenciado, mas sim todas, independendo de classificação econômica ou social.

É inadmissível que, a partir de um processo de evolução tecnológica como o que vivemos atualmente, tenhamos o distanciamento cada vez maior deste ou daquele grupo.

Os portadores de necessidades especiais, em suas mais diversas características, devem ser atendidos ao mesmo tempo em que lançamos novos produtos e serviços para a grande massa econômica da sociedade brasileira.

Falamos aqui com veemência sobre a responsabilidade social das empresas, pois não cabe apenas ao Estado ou ao Parlamento definir os avanços sociais por meios de regras, leis, regulamentos e obrigações. Devemos cobrar mais iniciativa por parte do empresariado nacional, sem a necessidade da sua provocação.

Debates como o que realizaremos nesta oportunidade são salutares, ricos e construtivos, mas não podemos depender somente de iniciativas como a do Senador Flávio Arns, propositor do projeto, ou do Senador Paulo Paim, para invocar esse debate.

Visando a proporcionar um maior conforto a todos, a CCT tomou algumas providências justamente para que se pudesse atender a alguns dos convidados e outras pessoas presentes ao plenário.

Os materiais foram impressos também em braile, já disponibilizados, e temos também a presença de intérpretes da linguagem de libras que auxiliarão no desenvolvimento dos trabalhos.

Todos os recursos citados são próprios do Senado da República e os setores responsáveis foram prestativos em nos atender prontamente. Quero, portanto, agradecer à Secretaria desta Comissão e a todos do Senado que apoiaram esta iniciativa.

Porém, não conseguimos, junto à TV Senado, a disponibilização de uma câmera especial que possibilitaria a transmissão da audiência pelos nossos canais com a visualização do intérprete de libras.

Dando, então, continuidade aos trabalhos, passarei agora a palavra aos convidados e, posteriormente, ao Srs. Senadores presentes, pela ordem de inscrição.

Inicialmente, passamos a palavra ao Sr. Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – Conade.

Com a palavra o Sr. Moisés, para o seu pronunciamento, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. MOISÉS BAUER - Bom dia, senhoras e senhores. Cumprimento, inicialmente, o Exmo. Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão, cumprimentando também o nosso Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Nascimento Ferreira, em nome de quem cumprimento os demais convidados a compor esta Mesa.

Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, que acompanha e requereu esta audiência, e a todos os demais Senadores e Senadoras que integram esta Comissão ou acompanham esta audiência.

Gostaria de dizer que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Colegiado este que tenho a honra de presidir, acompanha atentamente todas as proposituras legislativas, os programas de governo, e percebe neste projeto de lei uma importan-

te iniciativa que vem atender uma relevante demanda do segmento das pessoas com deficiência auditiva.

Gostaria de iniciar a minha explanação fazendo referência aqui à Convenção sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, que o Brasil ratificou em 2008, por este Congresso Nacional, com quórum qualificado, o que deu a esse instrumento internacional força de norma constitucional.

Esta Convenção, este tratado internacional, que no Brasil integra a Constituição da República Federativa, nos ensina, nos estabelece como direito, como regra, como princípio, que a deficiência das pessoas não está necessariamente nelas, e sim se evidencia na sociedade.

Entendo que o grande fato inovador que traz esse instrumento internacional para o Brasil, para o ordenamento jurídico brasileiro, é poder perceber a relação das pessoas com deficiência e a sociedade, como o que precisa ser mudado é a sociedade, e não as próprias pessoas com deficiência por meio de eventuais curas milagrosas, como muitos esperam. Para uma pessoa cega estar bem, só voltando a enxergar; para uma pessoa surda, só voltando a ouvir.

A Convenção traz um paradigma de que precisamos eliminar as barreiras que existem na sociedade, barreiras de todas as ordens, para que eliminemos também a incidência ou a evidência de uma deficiência na pessoa.

Aqui nós estamos falando especificamente nesse Projeto de Lei nº 238, de 2008, proposto pelo Senador Flávio Arns, quando então Senador, de encontrar meios para que a barreira que mais afeta a pessoa com deficiência auditiva seja eliminada ou, pelo menos, minimizada.

Nós temos na deficiência auditiva uma limitação sensorial, a pessoa não tem o sentido da audição e isso implica ter uma série de dificuldades de comunicação, de ter acesso à informação. O Estado brasileiro precisa eliminar as barreiras que são impostas às pessoas com deficiência auditiva de várias formas e percebo, particularmente, que nesse projeto de lei se busca exatamente essa eliminação de barreiras à comunicação.

A própria representação dos intérpretes de libras dos surdos, que estão compondo esta Mesa, poderá falar um pouco mais sobre isso, mas gostaria de ressaltar que a tecnologia, o advento de uma série de tecnologias assistivas vem facilitando, em muito, a vida das pessoas com deficiência. Por exemplo: é com o advento de tecnologias assistivas, como a impressora braile, e com a quebra de uma barreira atitudinal, que percebemos esta Comissão, hoje, proporcionando aos integrantes cegos desta Mesa, entre os quais me incluo, informações em braile – e abro aqui um parêntese para parabenizar a sua Comissão, Presidente Eduardo Braga, toda a equipe de servidores desta Casa, que teve a sensibilidade de providenciar esse acesso para nós, pessoas com deficiência visual. Esse é um ato que demonstra a eliminação de barreiras atitudinais desta Casa e precisamos agradecer, reconhecer, parabenizar e incentivar que continuem tendo posturas como esta. É importantíssimo para todos nós.

Falava então das tecnologias assistivas, que vêm facilitando muito a vida das pessoas com deficiência e eliminando muitas dessas barreiras. O surgimento do celular, de novas formas de comunicação, via Internet, hoje, eliminam muito essa barreira ou diminuem muito essa barreira de comunicação entre as pessoas com deficiência auditiva e as demais pessoas.

Há poucos anos não poderíamos imaginar um contato sem o auxílio de um intérprete na comunicação entre uma pessoa surda e uma pessoa cega. Pois relato a você que, como militante do movimento social das pessoas com deficiência, tenho me comunicado muito bem com as pessoas com deficiência auditiva, fazendo uso justamente de recursos tecnológicos, como comunicação instantânea pela Internet e o envio de mensagens de texto pelos telefones celulares. Esses instrumentos, essas tecnologias assistivas eliminam a barreira de comunicação entre as pessoas com deficiência auditiva e as demais pessoas da sociedade, proporcionando este fato, que considero fantástico, a comunicação plena entre uma pessoa cega, que não vê os gestos, os sinais formulados por uma pessoa surda, e a pessoa surda.

Então, sem dúvida alguma, cabe aqui a esta Comissão aprofundar esse debate, impulsionando no sentido de que esse Projeto de Lei nº 238, seja com a sua redação original, seja com a redação proposta pelo Exmº Senador Paulo Paim, garanta, ou com eventual nova redação, o acesso à informação para as pessoas com deficiência auditiva, estabelecendo meios mais acessíveis em todos os sentidos, inclusive no econômico. Porque temos que considerar que não é razoável que uma pessoa com deficiência auditiva tenha que assinar um plano contendo serviços de voz e de dados, quando o que a ele interessa, em verdade, é somente o serviço de dados.

Então, temos que adaptar as tecnologias, os serviços, que são públicos, de acordo com a realidade dessas pessoas com deficiência, que são consumidoras como quaisquer outras pessoas.

Analisando a redação original, proposta no Projeto de Lei nº 238, a alteração formulada pelo Exmº Senador Paulo Paim, percebo a nítida vontade desta Casa

em proporcionar esse avanço ao acesso à informação das pessoas com deficiência auditiva.

Para concluir a minha intervenção, gostaria de manifestar aqui a minha modesta opinião de que, com todo o respeito à iniciativa, ao trabalho do Senado Flávio Arns, me pareceu mais completa, mais precisa, mais clara a alteração formulada e proposta no relatório do Senador Paulo Paim, enquanto esteve esse processo tramitando na Comissão de Direito Humanos e Participação Legislativa. Parece bem mais precisa e adequada à realidade das pessoas com deficiência auditiva e do serviço de telecomunicações que temos em nosso país.

Dessa forma, encerro a minha manifestação, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos e colocando o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência também à disposição do Senado Federal, desta Comissão e das Srªs e Srs. Senadores, para que possamos juntos construir propostas e instrumentos normativos mais eficazes para as pessoas com deficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço desde já ao Sr. Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional de Pessoa com Deficiência, Conade, pela sua participação e importante depoimento a esta Comissão.

Passamos a ouvir agora o Sr. Neivaldo Augusto Zovico, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos, da Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos, Feneis.

.**O SR. NEIVALDO AUGUSTO ZOVICO** – Bom dia, desculpem-me, vou falar em pé por quê? Porque eu uso libras, então fica difícil ficar sentado, tenho que usar todo o meu corpo, todo o braço. Então, fica melhor a comunicação.

Nasci surdo, sou professor lá em São Paulo, na escola de surdos, trabalho com acessibilidade já há 12 anos, e trabalho com um grupo ABNT, são regras de como criar acessibilidade.

Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga por ter me convidado a estar aqui hoje palestrando, a todos os Senadores, e agradecer pela preocupação dos Senadores com a comunidade surda, em entender a comunicação dos surdos. Agradecer por quê? Há muito tempo os surdos e os ouvintes eram grupos separados, hoje já há uma união, já tem havido uma interação entre ouvintes e surdos. Por quê? Graças ao celular, graças às mensagens. Os surdos antes não tinham comunicação nenhuma, foram excluídos, eram separados. Então, já é um bom passo.

Vou explicar uma história, só um pouquinho. Vocês conhecem o homem que inventou o celular? O nome, Alexander Graham Bell. É um professor de uma escola de surdos. Ele era casado, a esposa dele era surda. Ele inventou o telefone, teve a ideia de inventar o telefone. Ele inventou para entrar em comunicação com a esposa dele, depois as empresas ficaram preocupadas e hoje é o que temos. As pessoas ficaram: e os surdos, como é que os surdos iriam se comunicar? Então, lá nos Estados Unidos inventaram o TDD, que é um sistema pelo qual os surdos se comunicam, interagem, tem toda a interação entre os surdos, é o TDD. A tecnologia esqueceu e hoje tem uma nova tecnologia, uma tecnologia de inclusão. As empresas pensam: como é que vou fazer essa tecnologia de inclusão? Foram criados primeiro o telefone, o celular, internet, foram criando várias e várias coisas para acabar com a falta de comunicação. Hoje o Brasil tem uma comunicação. Os surdos estão pedindo a inclusão no trabalho, para ter igualdade entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda.

Agora, vocês estão se organizando, tem uma lei, muito boa a lei. Mas precisa de quê? Tem o *notebook*, tem internet, por isso a tecnologia tem avançado, é necessário que a tecnologia continue sempre avançando, avançando, avançando. É importante que esse projeto de lei avance. Até 2008 não tinha acessibilidade, tudo era muito caro, as novas tecnologias para os surdos eram muito caras, os impostos eram caros, e agora a tecnologia tem ser organizada, tem que ser melhorada para ICMS, para ficar melhor a comunicação com os surdos.

Alguns surdos ainda têm dificuldade pela questão financeira, porque é um direito dos surdos se comunicarem, é um direito. Mas ainda é muito caro para os surdos se comunicarem.

Como os surdos vão se comunicar? Se acontecer um fogo na minha casa, o que vou fazer? Como vou avisar? Sou surdo. O que vou fazer? Não tenho vizinho, não tenho ninguém. O que vai acontecer?

Por exemplo, a minha família está passando mal, alguém está doente, desmaiou, como vou chamar a ambulância? O que vou fazer? Não tenho celular, não tenho mensagem, tudo muito caro.

Então, são importantes os impostos, tudo, se juntar, diminuir. Os grupos se unirem.

Então, a nova tecnologia é importante, é necessária. O audiovisual, tudo para os surdos.

Bem, é preciso criar uma central de relacionamento. Uma central de relacionamento como? Tenho um compromisso, vou ao médico, preciso ir ao médico, mas como vou entrar em contato com o médico na mensagem? Não tem como, não dá tempo. Preciso ligar para uma central de relacionamento e ter um intérprete de libras. Ele vai entender o que quero, vai receber a

mensagem, vai passar para o médico ou hospital e vai agendar o meu atendimento no hospital.

Exemplo, quero comprar uma pizza. Então vou comprar uma pizza. Eu quero ir a um hotel, vou agendar. Quero alugar um carro. Então, é necessário.

Os surdos têm passado dificuldades, sofrem com essa questão de comunicação porque não têm direito.

O ouvinte não, o ouvinte é fácil, liga e resolve o problema. E o surdo?

O ICMS também é muito caro, a Internet. É preciso ter SAC de relacionamento, de serviços para que haja um relacionamento para os surdos, para que os surdos possam comprar uma geladeira, por exemplo. Comprei uma geladeira, houve algum problema, como vou resolver o meu problema? Sou um cidadão e preciso resolver o meu problema. Vou chamar, como vou resolver? Não tenho essa solução. Vou mandar mensagem para eles para conserto? Como eles vão entender? Então, vou mandar um e-mail, um modem, alguma coisa assim por internet para resolver o meu problema. Como vou resolver?

Então, aqui tenho um audiovisual no meu telefone, vou passar mensagem em libras. Então, tendo intérprete, facilita essa questão.

Quero agradecer a todos. As pessoas têm se preocupado, está tendo interação entre os ouvintes e os surdos e a tecnologia tem avançado no Brasil. Então, é necessário lutarmos para que possamos avançar mais. Que as coisas melhorem a comunicação dos surdos e que os surdos possam ser entendidos também.

Então, quero agradecer por todo o material, para que tenha uma comunicação.

Muito obrigado aos Senadores, ao Senador Eduardo Braga. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem, queria agradecer ao Sr. Neivaldo Augusto.

Paulo, agora entendi por que essa união entre Paulo Paim e Eduardo Braga. Estamos criando um novo Senador, Paulo Braga.

Quero, portanto, agradecer... É a junção do Norte e do Sul, é verdade, do Estado do Rio Grande do Sul com o Estado do Amazonas. Mas quero dizer da importância de termos ouvido o depoimento do Sr. Neivaldo Augusto e da alegria e da satisfação desta Comissão de poder ter ouvido a sua colocação absolutamente pertinente sobre o tema e sobre questões tão importantes para a acessibilidade e para a comunicação dos deficientes auditivos nesta Comissão.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção do Direito das Pessoas com Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia a todos e a todas; quero cumprimentar a Mesa, o nosso Presidente, Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas.

Queria aproveitar, Senador, para parabenizá-lo pelo seu Estado, que compõe o grupo seleto dos três Estados brasileiros que contêm em sua estrutura governamental uma secretaria de pessoas com deficiência, e queria transmitir ao senhor os meus cumprimentos e que pudesse levá-los ao seu Governador.

Quero saudar aqui o Presidente do Conade, Moisés Bauer, saudar o nosso representante da Feneis, o nosso querido Neivaldo Augusto, que é Coordenador de Acessibilidade, saudar o nosso Eduardo Levy, que é na verdade o representante das prestadoras de serviço de telefonia móvel; e o representante da Anatel, Bruno Ramos.

Não sei se o Michel já chegou.

Ainda não chegou. Deve estar preso no transito.

Bem, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Essa Convenção trouxe muitos avanços, em que pese o Brasil já estar com muitos avanços legislativos, mas ela veio consolidar, digamos assim, uma série de garantias e direitos, mas, sobretudo, a Convenção traz, para mim, duas coisas que queria apresentar para vocês, que classifico de suma importância, além do restante do seu conteúdo.

A Convenção primeiro classifica as pessoas com deficiência como pessoas. E por que costumo sempre dizer isso? Porque nós já fomos – e isso é muito importante para a nossa identidade como cidadãos brasileiros –excepcionais, porque éramos deficientes. No início fomos considerados inválidos, também porque éramos deficientes. Vocês vejam. Primeiro, inválidos, depois, excepcionais. E nos perguntamos por que essa mudança na identidade dessas pessoas. Ora, uma pessoa com deficiência pode ser uma pessoa excepcional, mas não somente pelo fato de ser uma pessoa com deficiência. Depois fomos portadores inclusive de necessidades especiais. E aí nos perguntamos se, neste País, apenas nós, pessoas com deficiência, é que temos alguma necessidade especial. Em um país que ainda tem, apesar de seus grandes avanços, muitas desigualdades sociais. E nos colocamos a debater sobre essa questão, e a Convenção finalmente resolve e diz que nós somos pessoas.

Veja que coisa interessante, às vezes as pessoas não se preocupam com isso. E é importante dizer que, quando falam que sou uma pessoa com deficiência visual, primeiro as pessoas estão se referindo à minha pessoa e depois à característica dessa pessoa, que é a deficiência visual, como a de outros é a característica

de não ter cabelos, ou ter a pele muito clara ou muito escura. Então, é apenas uma característica.

Se já partirmos da conceituação de pessoas, já partimos de um parâmetro de igualdade, não é? E é nesse parâmetro de igualdade que a Convenção diz que aquilo que impede as pessoas com deficiência, aquilo que limita as pessoas com deficiência não é a sua característica física, mas sim o meio em que ela está, o espaço, o ambiente. Isso é fantástico. Eu estou aqui, sentado, dialogando com vocês, enfim. A intérprete está aqui transmitindo para o Neivaldo a minha comunicação. Isso é acessibilidade. É a importância da intérprete aqui que mudou, que garantiu ao Neivaldo aquilo que chamamos de equiparação de oportunidades.

Percebi que, ao chegar nessa parte que estamos falando, aqui na mesa, ela é um pouco mais alta. Se não tem essa rampa, um cadeirante não chegaria aqui, Senador. O problema está com o cadeirante? Não, o problema está com o espaço. Se o espaço tem a rampa, está resolvido. Estamos em pé de igualdade. Estamos todos aqui.

Então, quando a convenção diz que o que limita não é a característica da pessoa, mas sim o ambiente em que ela está, sai da nossa conta a questão e passa para os espaços, para os ambientes.

Tenho viajado por este País, como Secretário Nacional, e tenho conversado com os prefeitos, porque, Senador, no Município é que as coisas acontecem. Um avião quando cai, cai no Município. Quem primeiro presta socorro é o prefeito. E tenho dito ao prefeito que ele é muito importante nesse pacto federativo que nós temos e para a consolidação das políticas públicas que desenvolvemos. Tenho dito ao prefeito que ele não precisa pensar que vai tornar a sua cidade acessível por conta das pessoas com deficiência. Ele tem que tornar a sua cidade acessível para todas as pessoas. E uma cidade, quando é boa para as pessoas com deficiência, é boa para todas as pessoas, porque é mais confortável. As pessoas nunca preferem ir pela escada em detrimento do elevador. Todo mundo prefere ir pelo elevador. É mais confortável, portanto, mais acessível.

Feito esse intróito, queria dizer a vocês que temos essa preocupação com as questões das comunicações que, sobretudo, têm ali muitos itens relativos à acessibilidade na perspectiva da garantia da equiparação de oportunidades das demais pessoas.

O Brasil, em 2005, promulgou o reconhecimento, a lei que legitima, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a segunda língua brasileira. O Brasil tem duas línguas oficiais: Português e a Língua Brasileira de Sinais. E esta Casa está de parabéns por ter aqui intérprete, por ter garantido material em braile para nós. Tudo isso é equiparação de oportunidade.

Está de parabéns esta Casa. A imprensa do Senado, já constituída há mais de 10 anos, tem feito aqui seu brilhante trabalho. Queria que os Srs. Senadores transmitissem também nossas congratulações ao Presidente José Sarney.

Então, temos essa preocupação. O ano passado, o Governo fez valer, também cumprindo a Convenção, a audiodescrição na TV brasileira. Recursos para que o deficiente visual tenha acesso às imagens, às informações que estão sob imagem, às informações mudas, que não são poucas na televisão brasileira. Como também a legenda, para que as pessoas surdas tenham também acesso àquilo que está transmitindo.

Quanto à autodescrição, ainda temos duas horas apenas, semanalmente, na TV aberta. Mas já é um grande avanço. E pretendemos, até 2020, ter uma grade com um quantitativo bem maior de horário disponível, para que as pessoas possam acessar.

Depois de 37 anos de idade, tive a oportunidade de assistir a um filme, pela primeira vez, com audiodescrição. Foi maravilhoso agora assistir ao filme, compreendendo todo o seu conteúdo. É outra perspectiva o acesso à informação.

Quanto às telecomunicações, já temos esse debate, essa conversa com a Anatel, para que possamos, justamente, viabilizar serviços de informação às pessoas surdas com maior facilidade, com um custo menor, sem ter que, necessariamente, atrelar a pacotes de minutos falados, porque as pessoas surdas não vão utilizar esses pacotes de minutos para voz, e transformar tudo em serviços de mensagem.

Então, temos já travado esse debate. E queremos, em breves dias, juntos com a Anatel, regularizar, para que as nossas prestadoras de serviços possam também estar oferecendo essa oportunidade às pessoas surdas.

Ano passado, no mês de novembro, tive a grande satisfação de, junto com muitas pessoas com deficiência, inclusive o nosso Presidente do Conade, a Presidenta Dilma, uma quantidade de ministros, ali no Palácio do Planalto assistirmos ao lançamento do plano Viver sem Limite, que é o plano nacional dos direitos das pessoas com deficiência. Um plano que traz uma grande monta de investimentos e que, nas suas diretrizes, nas suas ações, traz ações de tecnologias assistivas e acessibilidade.

O Neivaldo já esteve conosco, inclusive, discutindo a acessibilidade para o Minha Casa Minha Vida 2, um programa do Governo Federal que, neste item acessibilidade, dispõe, na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida 2, para o público que recebe, que tem renda de

um a três salários mínimos, de residências adaptáveis, que são aquelas residências que servem para todas as pessoas. E, quando falo de todas as pessoas, estão aqui as pessoas com deficiência, porque os seus espaços são amplos para a circulação dessas pessoas. E a Caixa Econômica fornecendo o kit adaptação de acordo com a especificidade da pessoa com deficiência. O Neivaldo esteve nos ajudando, auxiliando a identificar os equipamentos que tornariam essa residência adaptável à pessoa com deficiência auditiva.

Estamos investindo uma quantidade de recursos, pela Finep, de R$60 milhões, para justamente o desenvolvimento de tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência. Estamos também fornecendo às empresas, para que possam justamente trabalhar no desenvolvimento dessas tecnologias, no fomento, mais um quantitativo de R$90 milhões sobre o empréstimo de 4% ao ano.

Apresentamos, no último dia 9 de fevereiro, o microcrédito para pessoa com deficiência. Uma ação com o Banco do Brasil que coloca, Senador, à disposição das pessoas com deficiência a possibilidade de acessar até R$30 mil, para que essas pessoas possam adquirir as tecnologias que lhes provierem, aquelas tecnologias assistivas que possam justamente garantir a equiparação de oportunidade, autonomia, segurança e, sobretudo, inclusão social.

Então, essas pessoas terão esse acesso a esse crédito a um juro de 0,64% ao mês, podendo dividir em até 60 meses e podendo adquirir essas tecnologias que, certamente, garantirão uma melhor qualidade de vida.

Por fim, queria dizer aos senhores que reconhecemos que, no Brasil, temos muito a avançar. O Neivaldo estava me dizendo, ainda há pouco, que faz 10 anos que ele está militando, que chega de tanta promessa, que chega de tanta proposta. Que exista uma necessidade de ter as ações na prática, na vida das pessoas. E eu digo a você, Neivaldo, que é verdade. Precisamos ser bastante céleres nessas questões, para justamente garantir essa melhor qualidade de vida.

Agora lhe digo, Neivaldo, com toda franqueza, que hoje, no Brasil, já avançamos muito. Hoje, falamos em acessibilidade no Brasil como não falávamos 10 anos atrás – você sabe disso –, como não falávamos 20 anos atrás. Hoje temos feito uma atuação contínua junto à Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Secretaria também criada dentro do plano Viver sem Limite, para que possamos, Senadores, introduzir, em todos os planos diretores das cidades acima de 50 mil habitantes, as ações de acessibilidade, para que a acessibilidade esteja no planejamento das cidades e que não seja feita como arranjos, gambiarras, adaptações. Mas que já saia da matriz, da construção, dos logradouros públicos, dos espaços, das praças, que já saiam justamente os projetos com os itens da acessibilidade. Assim, estaremos cumprindo a legislação nacional, legislação essa que tem grande importância na vida das pessoas.

Quero agora, finalmente, encerrar agradecendo aos senhores essa oportunidade, dizendo que é com debates como esse que esta Comissão dá grande contribuição para melhorar a vida das pessoas, no tema da tecnologia, no tema da ciência, porque são a ciência e a tecnologia que garantem a oportunidade às pessoas com deficiência, assim melhorando a vida das pessoas. É para isso que os senhores e todos nós estamos aqui.

Um grande abraço

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao nosso querido Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, nosso querido Dr. Antonio José Ferreira.

Gostaria aqui de registrar duas questões, antes de passar a palavra ao nosso prezado Eduardo Levy, que vai falar em nome do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia.

Primeiro, Senador Paulo Paim, estamos diante de uma audiência pública, num processo de votação terminativo na Comissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, é importante dizer aos nossos convidados que esse é o último debate antes de uma votação, que acontecerá na semana que vem, na nossa sessão deliberativa da semana que vem, quando, finalmente depois de anos de debate no Senado da República, teremos votação terminativa com relação ao Projeto de Lei ora em pauta. Portanto, não estamos mais discutindo sobre uma possibilidade ou uma promessa, mas, finalmente, chegando a cabo de uma discussão importante, que vai trazer ganhos efetivos para a acessibilidade e para a comunidade brasileira.

Por fim, antes de passar a palavra ao Sr. Eduardo Levy, gostaria de fazer uma sugestão a todos os companheiros de comunicação que aqui estão, de forma muito especial à comunicação do Senado. Veja, Senador Paulo Paim, eu, que me considero uma pessoa razoavelmente bem informada, desconhecia essa linha de crédito especial do Banco do Brasil para financiamento, e o Senador Paulo Paim também disse que desconhecia.

Veja, às vezes, Dr. Antonio José, não basta colocarmos um programa à disposição das pessoas, é preciso informar às pessoas de que esse programa existe. Portanto, o Senado da República tem, na sua

plataforma de mídias sociais e de meios de comunicação, vários instrumentos e eu gostaria aqui de fazer um apelo a todos os senhores membros da comunicação aqui presentes, para que possamos, por meio da *home page* do Senado, por meio da TV Senado, por meio do Twitter do Senado, por meios de todos os nossos meios de comunicação, dar uma informação que reputo extremamente importante. Essa questão do crédito é fundamental para que possamos resolver o problema de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Feitos esses dois registros, passo a palavra ao Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviços Móvel, Celular e Pessoal, Sinditelebrasil, em quem deposito grandes esperanças de ter boas notícias a trazer para esta audiência pública.

Com a palavra o meu xará, Dr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Quero fazer uma referência ao Sr. Antonio José Ferreira. Ele fez referência a mim aqui e, mesmo não podendo me ver, eu talvez aqui seja o mais careca de todos presentes.

Senador, notícias boas temos procurado trazer sempre, mas não necessariamente podem atender na plenitude às necessidades, até porque precisamos – todos falaram aqui e estamos de acordo – avançar sempre.

Quero mostrar um pouco além do que foi avançado de telecomunicações no Brasil, algumas coisas que, sim, a tecnologia tem avançado muito e os benefícios que ela pode vir a trazer e como entendemos a possibilidade do acesso, a todos os que têm deficiência ou não, a essa tecnologia que pode ajudar muito o País.

O setor vem crescendo muito, já tem hoje 43 milhões de telefones fixos, mas o que mais estamos focando aqui é que temos 245 milhões de telefones celulares em fevereiro de 2012 no Brasil, um recorde de adições líquidas, no ano de 2011, com mais de uma ativação nova por segundo, em 2011, o que demonstra a pujança do Brasil, mas também demonstra que é um meio de acesso hoje a toda a população.

Temos que nos fixar muito nesse ponto, temos hoje já 57 milhões de acessos em banda larga, sendo que mais de 20 milhões foram adicionados em 2011, o que mostra também uma transformação extraordinária pela qual o País vem passando.

A televisão paga que cresceu bastante. Temos hoje mais de 300 milhões de clientes no País, um programa extraordinário de conexão às escolas públicas, a Internet em alta velocidade. Hoje todas as escolas públicas têm, até 2025, o serviço prestado de forma gratuita, numa troca de obrigações feita com o Governo Federal, o que ajuda muito. Uma possibilidade de disputar muito a telefonia móvel. Os Municípios com quase metade deles já cobertos com 3G e um investimento que cresceu em relação a 2010 em 30% e que este ano deve crescer mais ou menos da mesma forma. O setor já recolheu 34 bilhões em tributos, pagos pelo cidadão, e eu gostaria de me fixar apenas naquela caixinha vermelha. Eu queria falar um pouco dela depois, não fazendo como faço sempre a questão de falar dos impostos na cadeia de telecomunicações, mas no fato específico sobre o dia de hoje.

Em uma conta de R$100 prestados de serviço, o cliente paga R$140; 40% que ele paga após a prestação de serviço é basicamente um imposto agregado pelos Estados, o ICMS.

Ao ponto então da apresentação de hoje, existe uma Resolução nº 477, provavelmente o Bruno Ramos vai falar sobre ela, que é de 7 de agosto de 2007, que diz: "a prestadora deve disponibilizar plano alternativo de serviço tanto pós-pago quanto pré-pago, para atendimento específico às pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala." Também nessa Resolução diz: "o plano previsto deve garantir ao usuário o acesso ao SMP, que é o serviço móvel, a preços razoáveis."

Todas as prestadoras hoje cumprem o regulamento e oferecem produtos específicos para esse público. Um exemplo, na prática, existem planos alternativos de serviços pós-pagos a R$0,14 por mensagem, com 200 mensagens de texto incluídas. Esse plano é disponível mediante apenas apresentação da carteirinha da associação ou de um exame de audiometria.

Se retirássemos os impostos, apenas os impostos estaduais, para essa parcela, que não é representativa no sentido econômico dos impostos dos Estados, essa mensagem iria para R$0,10; 40% mais baixo.

Outro plano alternativo do pré-pago oferece mais de 50% em relação ao torpedo avulso da operadora. Então, já existe esse plano também disponível através apenas da apresentação de uma carteirinha da associação. Estou apresentando agora um *slide* que é a reprodução de um *site* de uma das nossas operadoras, no caso é da Vivo, eu vou colocar de quatro operadoras, as quatro celulares, dois de um exemplo e dois de outro. Então, está ali anotado, como contratar carteirinha de alguma associação de surdos ou exames audiométricos. No pré-pago, a mesma coisa, e oferece o plano.

Assim como a Oi também tem no seu *site* – e aqui é a reprodução do *site* –, mostrando planos Oi Deficiente Auditivo e Fala. Também basta apresentar uma carteirinha. O ponto, porém, que acho que devíamos nos fixar e pensar, em 2012, no País, é sobre

as novas tecnologias que ampliam as possibilidades de comunicação para os portadores de deficiência auditiva e de fala.

Vou mostrar dois exemplos simples, porém bastante emblemáticos, na nossa maneira de ver, e depois falar um pouco sobre como se pode ter esse acesso e os custos dele que, com certeza, virão caindo e que podem cair, se nós fizermos um esforço – empresas, Estado, a legislação, etc.

Há aqui uma falha do operador ao fazer a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Eduardo, enquanto o Senhor está fazendo o concerto da...

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ah, já estamos agora diante da nova tecnologia.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. EDUARDO LEVY – Para mim, foi uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nosso querido Eduardo Levy, se você não descrever o que esse filme apresenta, aqueles que possuem deficiência visual não vão entender essa música maravilhosa que acabamos de ouvir. Agora, o que aconteceu, a gente não sabe.

O SR. EDUARDO LEVY – Aconteceu que, quando cheguei aqui, cedo, hoje, a primeira pessoa que encontrei foi o Sr. Neivaldo, que eu não conhecia. Nós conversamos um pouco e foi, para mim, uma coisa bonita. Ele não sabia do filme que eu ia mostrar e o filme é a reprodução de um *site* de uma empresa que vende um aparelho e esse aparelho mostra a tecnologia, utilizando uma rede de dados em que se possa usar a câmera do celular como uma imagem a ser transmitida para um outro aparelho que tem a mesma funcionalidade e que as duas pessoas possam falar através de libras.

Não sei se os senhores perceberam que, antes de começar a audiência, o Sr. Neivaldo usou isso. Ele estava conversando aqui, hoje, antes da audiência, através dessa tecnologia, não foi, Sr. Neivaldo? Foi assim muito interessante, porque não tínhamos falado sobre isso. Então, esse é um exemplo de uma tecnologia que duas pessoas com deficiência de fala podem utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E o custo?

O SR. EDUARDO LEVY – Vou chegar lá, Senador. Um outro aplicativo converte a fala em texto. Antes de mostrar o aplicativo, eu queria também lembrar o seguinte: nós temos desenvolvido – e já desenvolvemos com a polícia militar e bombeiros de São Paulo – o torpedo de emergência. Então, aquele exemplo em que o Sr. Neivaldo também falou da dificuldade de quem tiver dificuldade de voz, em São Paulo, já está funcionando o torpedo de emergência. Acredito que isso vai evoluir para o restante dos países.

O que vou mostrar agora é um aplicativo de celular que converte a fala em texto. Uma pessoa com dificuldade pode teclar no seu aparelho, mostrar para uma pessoa, que é capaz de ler e responder em voz. Ao responder em voz, o aparelho transforma isso em texto. Como é uma relação texto/voz, também, Sr. Antônio, ela pode atender à comunicação de pessoas com deficiência visual e com deficiência da fala.

Nós treinamos tanto tempo aqui, hoje, mas não conseguimos.

(Apresentação de vídeo.)

Agora, ele está em inglês. É um exemplo em inglês, mas há o texto em inglês e o texto em português. O aparelho que ele está usando parece ser um *iPhone*. É a impressão que eu tenho.

(Apresentação de vídeo.)

A pessoa está teclando uma mensagem. Essa mensagem é mostrada para a pessoa com quem ela quer se comunicar. A pessoa responde por voz e, ao responder por voz, um aplicativo transforma a voz num texto possível de se ler.

(Apresentação de vídeo.)

Apareceu na tela, agora, a resposta em texto, em função de alguma coisa escrita.

Ok, mostrando a tela de uma das nossas operadoras, existe um serviço que está escrito ali: "A Internet ilimitada no seu pré-pago apenas R$0,50 centavos o dia que usar." E embaixo diz: "você não precisa de um supercelular."

Planos de dados, hoje em dia, já estão bastante mais acessíveis que no passado. Mas eu insisto e vou comentar alguma coisa sobre os aparelhos. O Governo Federal tem feito um esforço no sentido de reduzir alguns custos federais sobre alguns dispositivos. Um exemplo é o nosso *modem* 3G, que nada mais é que um dispositivo pequeno, com um formato de um *pen drive* que se encaixa no celular, no *notebook*, no computador, e que dá o acesso à Internet. Esse *modem*, do valor que sai de fábrica ao valor com que chega ao consumidor, chega com 75% a mais do valor do preço. Então, algo que custaria 100, pode custar 175. Se nós tivermos uma isenção de impostos para os aparelhos e o serviço, nós vamos poder oferecer o que já é hoje ofertado a 0,50 centavos por dia, mas que tem a dificul-

dade do acesso do aparelho – todo mundo sabe disso – a valores extremamente mais baixos e acessíveis.

O esforço da operadora, se não é total ou o quanto se gostaria que se tivesse, obviamente, mas 0,50 centavos por dia o uso do telefone para dados – obviamente não é para baixar músicas etc, porque a capacidade seria insuficiente –, parece-me que já atende.

Da mesma forma, outro exemplo de outra operadora que oferece serviço de dados também bastante atrativos hoje em dia. Temos ali uma oferta de pacotes de Internet com uma franquia de 10 *megabytes*, que é muito baixa, mas com a mensalidade de R$9,90, o que me parece bastante atrativo. E tudo isso está com os impostos de 40%. Infelizmente, não podemos oferecer, para o deficiente, valores diferenciados nesses pacotes.

Também tem alguma coisa de telefonia fixa, mas acho que isso cai com o tempo. Mas, de qualquer forma, existe no plano geral de meta de universalização a exigência de que 2,5% dos telefones públicos estejam adaptados para necessidades especiais. Também existem alguns aparelhos para se falar fixamente.

Eu encerraria dizendo que as prestadoras oferecem já um atendimento diferenciado. Podemos evoluir, podemos avançar. E nós cumprimos, então, aquilo que está em vigor pela nossa regulamentação.

Muito obrigado. Estou à disposição, o setor está à disposição para avançar mais, de uma forma particular com cada um de vocês, depois até da audiência que temos aqui.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Sr. Eduardo Levy.

Senador Paulo Paim, parece-me que estamos aqui diante de duas situações distintas. Primeiro, a questão de incentivos fiscais ou desoneração fiscal para a questão dos equipamentos. Essa é uma questão. A outra, é a desoneração fiscal para os serviços. E há também uma terceira questão, creio ser a que está sendo debatida nesse momento, que é a responsabilidade social que as empresas possuem para com a questão da acessibilidade para as pessoas que possuem necessidades especiais para acesso à comunicação, à transferência de dados, etc.

Acho que o Dr. Eduardo Levy abriu aqui algumas oportunidades. Eu quero já recomendar à Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia, por decisão da Presidência, duas coisas: primeiro, que façamos um ofício, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia – e eu tenho certeza de que apoiado pela Comissão de Direitos Humanos – a todas as Assembléias Legislativas e a todos os governos estaduais, porque são da competência dos Estados, a desoneração de ICMS para serviço na área de comunicação, transferência de dados, etc., para esse tipo de clientes especiais que temos na área de telefonia móvel, internet, etc.

Essa é uma boa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo em vista que a Competência não é nossa na desoneração dos tributos estaduais. Ao mesmo tempo, acho que a Comissão de Ciência e Tecnologia, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, pode preparar um projeto de lei específico para tramitar no Congresso Nacional, olhando a questão da desoneração tanto para os serviços quanto para os equipamentos que têm a necessidade de serem usados para acessibilidade. Acho que são ações distintas.

Isso, no entanto – e aqui quero fazer um parêntese –, não elide, não afasta, não impede que as empresas tenham responsabilidade também social para ter tarifas diferenciadas, com reduções de margens de lucro, com reduções dos seus cursos, etc., para a acessibilidade desses produtos.

Dito isso, passo a palavra ao companheiro Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, mas registrando a chegada do nosso convidado Michel Platini, Presidente do Sindicato de Interpretes de Libras, que já compõem a Mesa dos trabalhos.

Passo a palavra ao Sr. Bruno Ramos.

O SR. BRUNO DE CARVALHO RAMOS – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite desta Comissão. Agradeço ao Sr. Presidente Senador Eduardo Braga e ao Senador Paulo Paim pela convocação da Anatel.

Em primeiro lugar, acredito que a minha visão de a agência estar presente é contribuir para a análise do PLS com as ações que a agência tomou nos últimos anos com relação a incremento e melhoria da acessibilidade por meio de telecomunicações.

O nosso papel é o de contribuir para a melhoria, para que realmente o PLS traga uma força maior na melhoria da acessibilidade e nos permita, como órgão regulador da implementação das diretivas emanadas do Congresso Nacional, desta Casa, para que isso chegue à população por meio da implementação, por meio do órgão regulador.

Em primeiro lugar, antes de passar a minha transparência, eu trabalho na área de serviços móveis desde o início da Anatel. Participei, como engenheiro, desde o começo da agência no trabalho da construção do modelo de telecomunicações, criado por meio da Lei Geral de Telecomunicações, de 1997.

Naquele momento, a telefonia celular era um serviço incipiente em nosso País. Ele detinha apenas 800

mil usuários, como já tratado pelo Levy. Hoje, estamos na casa dos 240 milhões de acessos móveis. Só que naquela época não existia. A parte de voz era o único serviço transportado pela comunicação móvel. A tecnologia evoluiu e a regulamentação evoluiu também.

Em 2004, entrou em vigor o Decreto nº 5.296. Ele implementa as duas leis de prioridade de atendimento, que é a nº 10. 048, de 2000, e a 10.098, também de 2000. Esse decreto dá uma linha geral sobre a implementação de acessibilidade em vários níveis do que demonstra. Então, temos um capítulo específico sobre comunicações, mas existem outros capítulos sobre ordenamento urbano, a parte de transportes. Então, esse decreto, em 2004, a partir do momento em que ele entrou em vigor, também dentro da Anatel, nós começamos a mover a máquina do órgão regulador, no sentido de implementar o Capítulo 7 do Decreto nº 5.296, alinhando essa regulamentação a essa diretiva legislativa.

O que aconteceu, então? Nós tínhamos uma regulamentação do serviço móvel de 2002. Ela foi alterada em 2007, mas essa alteração, publicada em 2007, foi uma construção de dois anos. Então, nós começamos a trabalhar realmente na modificação da regulamentação em 2005, colocando na agenda da Anatel uma prioridade com relação à melhoria da acessibilidade.

Eu vou pegar as palavras do Sr. Antonio Ferreira. Realmente, na parte prática nós precisamos fazer muita coisa ainda. Reconheço, a Anatel tem uma pequena parte nisso, como implementadora das políticas públicas. Então, fizemos algumas coisas que vou mostrar aqui – especialmente, na construção, no trabalho que os Srs. Senadores têm, na construção do PLS nº 238 –, mas mostrar para os senhores o que já foi construído e, talvez, indicar algumas ideias que nos permitam, com a força de uma lei, ainda mais colocar a acessibilidade dentro da agenda diária de negociação do órgão regulador, da construção do modelo de serviço do nosso País.

Então, por favor, o próximo. (*Pausa*.)

Dentro do que eu posso trazer para os senhores, no trabalho recente da Anatel, quer dizer, nos últimos oito anos. Desde a entrada em vigor do Decreto nº 5.296, a Anatel modificou a regulamentação do serviço móvel, modificou a regulamentação do serviço fixo também. Eu sou responsável hoje pela Superintendência de Serviços Móveis. Entretanto, dentro do serviço fixo também foi mudada a regulamentação, no sentido de implementação tanto de centrais de intermediações obrigatórias, que as empresas ofereçam centrais de intermediação, quanto modificações no sentido de construção de planos de serviço. A partir da existência de tecnologias, que esses planos de serviço sejam oferecidos à população.

Adicionalmente, nós trabalhamos sempre com o ponto de vista prático. O encaminhamento de que eu vou tratar aqui é de um projeto muito bonito, e que foi modificada a regulamentação do serviço móvel para o envio de mensagens de texto para serviços de emergência. Quer dizer, quando uma pessoa tem um telefone e ela não consegue se comunicar pela voz com a Polícia, por meio desse projeto piloto, que está sendo desenvolvido em São Paulo, em uma construção com a Polícia Militar e os Bombeiros – mas ela é extensiva a todas as outras áreas do Brasil –, isso será possível ser implementado.

Em telecomunicações, hoje, é um trabalho de engenharia muito grande se fazer isso. Só que estamos há quase um ano e meio nessa construção. É um projeto muito bonito que está sendo feito em São Paulo também.

Por fim, a revisão da regulamentação da agência, no sentido de mostrar o que pensamos um pouco para o futuro, na parte prática de trabalho com que as empresas do setor devem necessariamente atender para melhoria, cada vez mais, da acessibilidade para os deficientes tanto auditivos como da fala.

Por favor, próximo. (*Pausa*.)

Vou passar, muito rapidamente, hoje, à regulamentação do serviço móvel. Como eu disse, ela é de 2007, mas começou a ser trabalhada em 2005, com a emissão de uma consulta pública, com um trabalho... Eu trabalhei, pessoalmente, em 2005, com uma série de reuniões com entidades que trabalham com deficientes auditivos e da fala, para a construção desse artigo dentro da regulamentação. Ele fala que é obrigatória a existência de planos para as empresas.

Nós não atacamos aqui, talvez, um ponto que, dentro do PLS, pode ser trabalhado: a parte dos preços. Nós trabalhamos a obrigatoriedade dos planos, Senador. E talvez isso mostre, com esta minha exposição aqui... Por quê? Porque a Lei Geral de Telecomunicações aloca o serviço móvel dentro do prestado nos arts. 120 e seguintes, dentro dos prestados em regime privado – quer dizer, a liberdade é a regra –, dentro de um capítulo da Constituição nacional. Entretanto, naturalmente, a regulamentação, dentro das diretivas emanadas pelo Congresso, pode, dentro de determinado setor, trabalhar um pouco mais em assuntos específicos.

O Senador Eduardo Braga bem disse que é imperativo que as empresas também tenham a parte social dentro do seu objetivo diário.

Próximo *slide*.

Nós temos exemplos. Então, todas as empresas têm homologados, na Anatel, planos de serviço com pacote de mensagens. Quando nós conversamos, a partir da publicação do regulamento, além dessa parte de serviço de mensagem, pacotes de serviço de mensagem... Inclusive trabalhamos agora, para a próxima regulamentação, com a parte de pacote de dados, aderente ao Plano Nacional de Banda Larga, porque hoje, a diretiva da Anatel que nós recebemos, tanto do Ministério das Comunicações, com a emissão de políticas públicas, quanto das leis brasileiras emanadas pelo Congresso, é implementar a banda larga no Brasil, tanto fixo quanto móvel. Então, o trabalho futuro será não só pacotes de dados, mas também pacotes de acesso à Internet para que outras tecnologias sejam acessíveis à população.

Trata também – o que a Anatel já trabalhou na implementação do Decreto nº 5.296 – da obrigatoriedade de centrais de intermediação. Eu também trabalhei um pouco com esse trabalho das centrais de intermediação, na construção do regulamento. As centrais de intermediação são muito importantes. Todas as empresas são obrigadas a ter e a compartilhar essa central...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Bruno, perdoe-me interrompê-lo.

Acabei de ser informado, Senador, de que está em tramitação já no Senado uma MP que trata de desoneração sobre questão para os portadores de necessidades especiais.

Alguém tem o número dessa MP aqui? *(Pausa.)*

Você não conhece a MP? *(Pausa.)*

Vejam que coisa estranha: a Anatel não conhece a MP, o setor privado não conhece a MP... Percebem?

Portanto, já pedi à assessoria que possa, efetivamente, resgatar...

Desculpe-me, Bruno. Por favor.

O SR. BRUNO DE CARVALHO RAMOS – Claro.

O Ministério das Comunicações, em conjunto com a Anatel, nós trabalhamos em alguns projetos de desoneração fiscal de equipamentos de uma forma geral, inclusive o *modem*, alinhado com o Plano Nacional de Banda Larga. Quer dizer, para o Plano Nacional de Banda Larga, com o aumento da banda larga, é também necessário o trabalho de desoneração em cima de vendas de equipamentos, como foi feito no Computador para Todos. Ou seja, eu tenho uma desoneração, eu aumento a venda, eu diminuo os impostos, mas, ao mesmo tempo, os impostos, em termos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – PV nº 550, de 2011.

O SR. BRUNO DE CARVALHO RAMOS – Com a diminuição, com o aumento da venda, o patamar de impostos arrecadados é o mesmo.

O próximo, então.

Sobre esse projeto eu gostaria de falar um pouco. Foi modificada a Resolução nº 477, no ano passado, para permitir que exista a obrigatoriedade de envio de mensagens para serviços públicos de emergência. O que quer dizer isso? Que os deficientes auditivos e da fala podem se comunicar tanto com o 190 quanto com o 193, Polícia e Bombeiros, o que, logicamente, depende também da infraestrutura da Polícia e dos Bombeiros, não só da comunicação, mas isso é uma situação de um dos trabalhos da Anatel na implementação do aumento da acessibilidade.

Qual é, então, o cenário? O cenário desse projeto é: a construção, até o final do ano de 2011, o que já foi feito; e, em 2012, a entrada em projeto piloto. Principalmente, a dificuldade desse projeto não é com a parte de telecomunicações, é com a parte da infraestrutura de Polícia e Bombeiros.

Agora, vou começar a dar, então, algumas mensagens aqui que talvez nos ajudem com isso, na construção desse modelo prático, Senador. Seria a construção de uma infraestrutura não só para telecomunicações, mas também para a parte de segurança pública, que permita que a segurança pública tenha capacidade de receber essas mensagens e, outra ideia, que permita que o Brasil finalmente tenha um número único de emergência. Isso eu sei que está tramitando aqui nesta Casa. Agora, passa não só por telecomunicações – talvez telecomunicações seja uma pequena situação no encaminhamento de um número único –, mas pela construção de infraestrutura para a Polícia e para os Bombeiros receberem essas informações.

Por fim, eu gostaria de tratar, muito rapidamente – meu tempo está acabando. A Anatel, no ano passado, também iniciou uma série de atividades, que chamamos Fórum Alô Brasil, que é a construção baseada em um Plano de Ação Pró-Usuários da Agência. A Anatel publicou, no ano passado, esse plano de ação, que tem um tema, dentro dele, sobre Acessibilidade e Telecomunicações. Então, dentro desse projeto, há esse Fórum para receber ideias e implementar, rapidamente, na revisão da regulamentação, a parte de algumas diretivas novas para pessoas com deficiência.

Nós fizemos, especialmente, o Fórum Alô Brasil, em São Paulo, que contou com a participação de várias entidades de associação tanto de deficientes auditivos quanto da Associação de Surdos de São Paulo.

Quais são os temas futuros, então? Possibilidade de formas adicionais de atendimento, como falei, principalmente banda larga, ou seja, permitir que existam planos, inclusive de banda larga, para deficientes de forma paralela à parte de mensagens; e avaliação de mecanismos que melhorem a divulgação desses planos.

Não sei quem foi que disse aqui, mas a parte de divulgação talvez seja um ponto esquecido e que... Foi o senhor, não, Senador? Nós temos diversos dispositivos na regulamentação que defendem os usuários, e os usuários talvez não saibam desses mecanismos para que eles possam utilizar em benefício próprio.

Esse é o Plano de Ação Pró-Usuários.

A Anatel implementou também uma central especial e tem um número também único para atendimento de deficientes auditivos e da fala.

Essa é a minha apresentação.

Eu vejo que o trabalho desta Comissão na construção de uma lei que nos dê força vai ser muito útil para a Agência na implementação diária dos trabalhos de defesa ou melhoria da acessibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao nosso Dr. Bruno Ramos.

Apenas para dar conhecimento à Casa, a MP ainda não chegou ao Senado, continua na Câmara dos Deputados. Ela trata, basicamente, do programa Viver sem Limite, mas nós podemos, de qualquer forma, ampliar, já na Câmara e aqui no Senado, fazendo com que essa desoneração – que impactará, obviamente, esse projeto de que estamos tratando – tenha, na MP, já apoio e suporte não apenas para os impostos que ela já está desonerando, mas nós poderemos ampliá-la.

Passo a palavra ao Dr. Michel Platini e peço-lhe que seja bastante objetivo. Não poderei dar mais do que cinco minutos, em função dos atrasos que aconteceram à sua chegada. Mas passo a palavra ao Senhor Michel Platini, para que ele possa também manifestar a sua contribuição nessa audiência pública.

O SR. MICHEL PLATINI – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite quero saudar o Senador Paulo Paim, que é o nosso padrinho no Brasil inteiro pelas lutas por direitos humanos, inclusive para pessoas com deficiência.

Agradecer o convite do Senador Eduardo Braga e saudar o nosso companheiro Antonio José, meu colega de militância da Feneis; o Moisés, do Conade; e os demais integrantes da Mesa.

Saudar também os meus colegas de profissão, a Lurdinha, que está traduzindo agora, a Nádia, o Preto e a Rita, que fazem do seu dia a dia de trabalho uma militância por direitos humanos e a possibilidade para que os surdos compreendam esse mundo como ele deve ser compreendido e para que, inclusive, eles possam participar de espaços como esse.

Vou começar a minha fala, Senador Paulo Paim, que sempre tem nos ajudado, lamentando não exigir mais a janela de libras na TV Senado. Há muitos anos temos lutado pela inclusão dos surdos, inclusive espaços políticos como esse. Se o nosso colega não estivesse aqui ou os outros surdos do Brasil inteiro que desejassem assim acompanhar essa audiência pública, não seria possível, porque a TV Senado não dispõe mais da janela de libras.

Já havíamos conseguido virar essa página do livro, incluir a janela de libras, mas infelizmente esse ano fomos surpreendidos com a retirada da janela de libras da TV Senado. E cada dia mais temos assistido o Senado retirar os surdos de espaços como esse, retirar a presença dos intérpretes. Não garantir os intérpretes de libras em espaços como esse significa dizer diariamente que os surdos não podem e não devem participar de espaços de poder como esse.

Por isso, queria lamentar e já solicitar que o senhor nos ajudasse, e o Senador Eduardo Braga também, nessa militância para retomar ao debate do Senado a presença dos intérpretes de libras, inclusive na TV Senado e em todas as audiências. Colocar o intérprete de libras nesses espaços significa sinalizar para os surdos e surdas que esta Casa também é possível para esse segmento.

Entrando no tema, eu queria dizer que é uma luta muito grande nossa que os surdos pudessem acessar direitos como esse e que a comunicação sempre foi muito cara para os surdos. E a comunicação, não só por meio de celular, mas pela internet, sempre garantiu a participação dos surdos em diversos segmentos, em diversos setores da sociedade.

Há seis anos, os surdos só se encontravam para se comunicar ou só tinham momentos de fala, momentos de encontro que possibilitassem que eles interagissem com o resto do mundo, nas associações. Isso há seis anos. Há seis anos, a maioria dos surdos do Brasil inteiro, onde as famílias não sabem falar libras, onde, no seu local de trabalho, os seus colegas não sabem falar libras, onde os médicos, os enfermeiros, onde os delegados, vários segmentos profissionais ou não da sociedade não sabem falar libras, se encontravam em momentos específicos nas associações, na Feneis, em outros espaços para interagirem e para conseguir inclusive resolver algumas questões que não conseguiram resolver.

O MSN, o celular, possibilitou que os surdos conseguissem interagir em diversos momentos da sociedade. Os surdos hoje conseguem falar com outros surdos do Brasil inteiro. Os surdos hoje conseguem adquirir ajuda inclusive de um profissional como eu, que sou intérprete de libras, a partir do MSN.

Muitas vezes, eu, a Nádia, a Lurdinha, o Preto, a Rita, nós paramos as nossas atividades, vamos para

frente de um computador e nos comunicamos com o surdo, fazendo um serviço que o Estado deveria fazer de, a partir do MSN, ligar para alguém e passar a comunicação.

Precisamos fazer com que esse movimento seja cada vez mais crescente, porque o uso do celular para um surdo, nessa sociedade de tanta exclusão social e exclusão de direitos, é muito mais importante – posso dizer isso, como ouvinte – para o surdo do que para mim, como ouvinte, porque há várias situações onde o celular salvou vidas. E isso eu posso dizer em alguns momentos também, há pouco tempo, isso há cinco, seis anos, quando as mensagens de celular não eram instantâneas, não chegavam ao mesmo tempo, deparei-me com uma situação extremamente grave de um surdo que sofreu um acidente de carro, mandou uma mensagem de celular para o pai e ela chegou depois de cinco horas. Ele não conseguiu ter aquela ajuda de que precisava e seu estado de saúde foi agravado. Então, a comunicação por meio do celular para os surdos é imprescindível, é urgente, para que os surdos consigam interagir no mundo.

Para encerrar, sei que o meu tempo de fala já acabou, quero dizer que estava conversando com o meu colega aqui e ele me falou que a Oi disponibiliza um serviço de atendimento por mensagem de celular.

Eu estranhava há muito tempo – e tornei a perguntar para ele – algumas empresas, inclusive de aviação, terem lá disponível um teleatendimento para surdos. É um 0800 em que o surdo se comunica através do TDD.

Há muito tempo, houve uma espécie de cartel com uma empresa que produzia o TDD. E que falava: "Olha, o TDD inclui, o TDD pode contribuir para a sociedade". Mas percebemos que os surdos não utilizavam o TDD, porque, na sua central de atendimento, há alguns anos, só tinha dois atendentes, atendia o Brasil inteiro e demorava muito. Eu, como ouvinte, já tentei muitas vezes usar o TDD, demorava tanto que você desistia desse atendimento.

Então, algumas pautas precisam ser incluídas nessa discussão, que é inclusive esse contato não só com as empresas de telefonia, mas outras.

Tive já a experiência de ligar para um surdo que precisava resolver um problema no cartão de crédito, precisava desbloquear o cartão de crédito. Ela era mulher e eu não podia me passar por ela. A atendente não deixava resolver. "Olha ela é surda. Como é que eu vou resolver? Não tem um lugar, um banco que eu possa procurar para resolver?" Não, só desbloqueia por telefone.

Algumas questões, Senadores, precisamos colocar na pauta, como o atendimento para os surdos não só para as empresas de telefonia, mas para diversas outras empresas que exigem que o titular fale ao telefone. Ou então o surdo vai ter que mentir, um ouvinte vai ter que mentir se passando pelo surdo.

Queria anunciar também que, agora em abril, iniciaremos uma campanha, o sindicato, chamada Libras Aqui, Ali, em Todo Lugar, para fazer esse debate com a sociedade, da importância da presença dos intérpretes de libras no Senado, nos órgãos públicos e em todos os lugares, inclusive para retomar o debate de que quase todos os partidos retiraram a presença do intérprete de libras na janela, não tem mais nas campanhas.

Concluindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para dar uma contribuição.

Acabei de falar com o Dr. Fernando César Mesquita e, hoje, às 16 horas, já há o compromisso de retomarmos a questão da linguagem de libras na TV Senado. *(Palmas.)*

Houve um problema burocrático e isso será resolvido pelo Senado. O Senado tem o dever social para com o País. Há uma questão absolutamente prioritária. Manifestamos, em nome da Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Tecnologia, a TV Senado, e o nosso Diretor de Comunicações do Senado acaba de informar que isso é uma questão superada e que, hoje, às 16 horas, haverá uma reunião para resolver isso com a Diretoria Geral do Senado.

O SR. MICHEL PLATINI – Muito obrigado, Sr. Senador, se fosse possível, até me coloco para participar da reunião. Se for possível, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, eu creio que a partir daí a questão vai ser apenas contratual. O que aconteceu foi uma questão burocrática, contratual, que acabou criando uns entraves. Aqui no Senado, o gerúndio é o verbo mais conjugado e o tempo mais conhecido. Está caminhando, está andando, mas hoje, às 16 horas, será resolvido.

O SR. MICHEL PLATINI – Muito obrigado, Senador.

Para concluir – é bom participarmos de audiência pública assim, conseguimos ter respostas imediatas –, quero dizer que só a comunicação liberta essa parcela da sociedade, que, muitas vezes, não se sente brasileira, não se sente pertencente a essa Pátria.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª, e sei que já estamos no adiantado da hora. Passo a palavra ao nosso Senador Paulo Paim, para que possa fazer suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Braga, vou tentar ser o mais breve possível

para ver se consigo relatar ainda cinco projetos lá Comissão de Assuntos Sociais, que, pelo entendimento com o Senador Jayme Campos, ele aguardaria, pela importância dessa audiência pública.

Primeiro dizer que me sinto contemplado com todas as falas. Parabéns ao Michel, ao Neivaldo, Antonio, ao Moisés, ao Bruno e ao Eduardo. Percebi eu aqui, Senador Eduardo Braga, que ninguém contestou o projeto. Isso é muito bom. Percebi eu, também, no dia que eu queria votar o projeto. Nós queríamos votar porque eu tinha consciência do trabalho, inclusive, do Vice-Governador do Paraná, o nosso querido amigo Flávio Arns, do PSDB, que dedica a sua vida por essa causa. Quando ele me ligou pedindo que eu assumisse, junto com outros Senadores, a caminhada desse projeto aqui na Casa, de pronto eu me coloquei à disposição. O Senador Flávio Arns não faria uma iniciativa nessa área, que ele conhece muito bem, se não tivesse procedência.

O Senador Flávio Arns, quando apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi quem fez a apresentação e quem relatou aqui o projeto, que está na Câmara dos Deputados há muitos anos e não vota, não é Moisés? Moisés tem sido parceiro nessa luta. Há muitos anos e não vota. Eu sempre digo que o pior é não votar. Foi uma preocupação que levantei para V. Exª quando alguém solicitou audiência. Eu disse: "Eu assino, inclusive, para que a audiência aconteça, desde que ela aconteça mesmo e a gente vote a matéria." Vote, contra ou a favor, mas vote. Esse é um questionamento que eu sempre faço aqui na Casa, porque não votar é omissão total de não ser contra nem a favor, pelo contrário, e deixa tudo jogado ao relento.

Fiquei muito feliz aqui com a posição de cada um dos convidados. Quero dizer que a emenda que fizemos foi só uma emenda de redação. Sempre procuro não fazer substitutivo em hipótese nenhuma. Adaptamos uma redação pela técnica legislativa para que o projeto fosse, então, aprovado. Entendo, também, por tudo que assisti e ouvi aqui, que há a maior boa vontade de todos, de parte do Governo, das empresas, dos líderes do movimento, para que esteja consagrado na lei. E veja bem, eu sou um pouco mais radical nos meus projetos e, numa situação como essa, acabo entrando inclusive no percentual. Mas não o fiz aqui. Respeitei a visão do Senador Flávio Arns que, na verdade, apenas diz que tem que haver tarifas adequadas, especiais. Enfim, pode ser que chegue um dia em que sejam gratuitas, mas ele não entra em um percentual. Ele deixa aberto. Então, não vejo motivo nenhum de não aprovarmos aquilo que é uma vontade de todos.

Só posso cumprimentar a todos que aqui falaram, pela grandeza dessa questão da pessoa com deficiência. Sempre digo que não há nenhum de nós que não tenha alguém na família com algum tipo de deficiência ou que não tenha um amigo que tenha alguém com deficiência. Eu tive, por exemplo, minha irmã, que faleceu, totalmente cega. Ela morava comigo, coloquei para morar perto da minha casa. Ela morava em Caxias e eu na grande Porto Alegre, e eu a trouxe para morar em Porto Alegre. Então, sei muito bem o que é conviver com uma pessoa totalmente cega, por exemplo. Tenho, como vocês conhecem, meu chefe de Gabinete no Sul, que é Santos Fagundes - o Antonio também conhece, o Neivaldo conhece –, totalmente cego. É meu chefe de Gabinete. Dou esse exemplo, Senador Eduardo, porque ele mora no Caí, que fica mais ou menos a uma hora de viagem da minha sede em Canoas. Ele vem todo dia com a bengala dele e dá aula de vida a todos nós. E é uma pessoa com deficiência. No fundo, eu digo, cada um de nós tem as suas deficiências.

Esse plano e a proposta do Senador Flávio Arns vêm só com o objetivo de facilitar. E que bom, Senador Eduardo Braga, que aqui, sim, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu acho que, depois da Comissão de Direitos Humanos – V. Exª é um militante dos direitos humanos –, é a principal comissão para tratar desse tema. É pela ciência e a tecnologia que vamos buscar espaço para melhorar a vida das pessoas com deficiência. É claro, auxiliado pela Medicina, pela Saúde, enfim.

Cumprimento a todos e fico feliz pela audiência. Eu era meio resistente, num primeiro momento, à audiência e percebi que os Senadores tinham razão mesmo, tinha que fazer a audiência. Assinei, achando que iria acontecer ou não, e percebi, inclusive pelas decisões tomadas por V. Exª, Senador, que preside a nossa Comissão, e pela notícia dada aqui aos nossos intérpretes de Libras. E pode saber que teve a voz do Senador que, humildemente, disse que apenas telefonou e já tinha a resposta. Eu sei que encaminhou o pedido e a resposta foi positiva. Como aqui, permitam-me que eu faça isso, temos aqui companheiros surdos e deficientes visuais entre aqueles que estão aqui falando neste momento, eu daria uma grande salva de palmas das duas formas que vocês me ensinaram. Uma é esta, a oficial, e a outra é esta. *(Palmas).*

Encerro a minha participação agradecendo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Meu querido Senador Paulão Paim, é com alegria que encerramos essa audiência pública dizendo que, primeiro, esse projeto de lei entra na pauta deliberativa na próxima semana, na reunião deliberativa que teremos da Comissão. Portanto, ela é terminativa.

Eu gostaria de pedir ao Senador Paulo Paim, eu estou aqui com a Medida Provisória nº 550-17, de novembro de 2011. Ela é a medida provisória que trata exatamente do programa já mencionando aqui pelo Antonio José com relação a viver sem limite. No entanto, creio que nós precisamos fazer gestões já na Câmara, porque ela está já estourando o seu limite de prazo. Mais uma vez a Câmara colocando o Senado numa posição de não poder praticamente atuar na medida provisória, porque, enquanto V. Exª fazia a sua apresentação, fiz a leitura da medida provisória. Ela trata basicamente de uma subvenção de R$25 milhões para abertura da linha de crédito especial pelo Banco do Brasil para o programa aqui já mencionado. Ao mesmo tempo, estabelece a equalização de juros de que trata o *caput* corresponderá a diferencial entre o encargo mutuário final do custo e a fonte de recursos acrescida da remuneração da instituição financeira. No §5º, ele trata de ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ministra Chefe de Direitos Humanos da Presidência da República de explorar o limite de renda mensal, o rol dos bens e serviços de tecnologia. E compete ao Ministério da Fazenda definir a taxa de juros e de mais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários, definir a metodologia, estipular os limites anuais, mas não estabelece nenhuma desoneração.

Então, apelo ao poder de convencimento e de influência de V. Exª para se somar a esse esforço porque creio que, nesta medida provisória, é a oportunidade de fazermos uma emenda e já peço a nossa consultora especialíssima, Drª Ana, que providencie um texto em que possamos fazer uma emenda a essa MP para que possamos, ao aprovar essa MP, estabelecer uma desoneração para equipamentos, produtos e serviços voltados à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

Acho que isso é a questão da justiça social do tributo. Entre várias políticas que o tributo tem a exercer, uma delas é a função social. E é inacreditável. Nós damos tantos incentivos fiscais e desoneramos tantas áreas neste País e não fazemos isso na área dos portadores de necessidades especiais. Veja como a audiência pública é importante. Nós já debatemos sobre essa matéria, debatemos muito na Comissão de Direitos Humanos, e não havíamos nos apercebido de algo que, aqui, nesta audiência, o Dr. Eduardo Levy trouxe de forma oportuna, porque nós queremos cobrar das empresas a responsabilidade social com relação ao lucro nessa matéria, mas também queremos que o Estado, e aí no *latu sensu* da palavra Estado, União, Estados e Municípios, possa, também, dar sua contribuição social.

Parece-me que o Senador Aloysio Nunes gostaria de contribui neste debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas um parêntese, uma nota de rodapé, Sr. Presidente. É que, hoje à tarde, vamos votar uma medida provisória que concede uma fábula de incentivos fiscais para empresas que vão produzir material para indústria da defesa. Então, é assim, se concede IPI, por exemplo, aos montes, para empresas que são todas elas muito poderosas, grandes empresas brasileiras e internacionais. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acabo de perceber o seguinte: veja como é a burocracia brasileira. Fizeram uma Medida Provisória nº 550, que trata da subvenção, e outra Medida Provisória nº 549/2011, que trata da redução a zero das alíquotas de contribuição para PIS/PASEP e de Cofins incidente sobre a importação e sobre a receita de comercialização no mercado interno de determinados produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência do programa Viver Sem Limite.

Ora, essa aqui é inclusive mais adequada para que possamos fazer a emenda. Portanto, a emenda deverá ser feita na MP nº 549 – e você, por favor, fale com a Cláudia Lyra que nós vamos inverter para MP nº 549, tanto melhor, porque essa também não chegou ainda. Poderia estar na mesma medida provisória, porque trata da subvenção financeira e a subvenção fiscal.

Gostaria, antes de encerrar esta audiência pública, consultar o Plenário para que pudéssemos fazer aqui, ainda na audiência pública, mas fazendo uma breve... Por economia processual, todos estamos relatando em vários processos, eu queria aprovar, extrapauta, três requerimentos. Um requerimento de uma audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com relação ao lamentável incidente e acidente que aconteceu na Estação Antártida Comandante Ferraz, que tirou a vida de dois brasileiros, que, prestando serviços à Nação brasileira, acabaram a vindo falecer, mas, sem dúvida nenhuma, essa estação tem grande relevância do ponto de vista da ciência e tecnologia.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Queria também propor aprovação extrapauta do requerimento de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Senador Eduardo Braga para o convite ao Ministro Paulo Bernardo; ao Sr. João Rezende, Diretor/Presidente da Anatel; Luiz Carlos Peçanha Araújo, Presidente do Conselho da ABR Telecom; Sr. Milton

Kaoru Kashiwakura, Diretor de Projetos do NIC; e a Srª Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, para virem debater, nesta Comissão, o controle de qualidade com relação à questão da banda larga.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Finalmente, requerimento para a participação do Ministro Paulo Bernardo para debatermos, nesta Comissão, a licitação das faixas de 2,5 a 3,5 gigahertz e 450 megahertz dos novos serviços de tecnologia em grandes eventos, como Copa do Mundo, e ampliação da oferta de banda larga na telefonia rural.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída esta fase, gostaria de agradecer a presença de todos os convidados aqui. Mais uma vez parabenizar o Senador Paulo Paim pelo esforço na aprovação dessa matéria, dando por encerrada a reunião no dia de hoje, convocando uma nova reunião na próxima semana.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

Edição de hoje: 432 páginas

(OS: 10777/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL